



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 38ª À 43ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 28 Nº 15
16 ABR. A 26 ABR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2004

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I
CEP 70165-900 – Brasília – DF – Brasil**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2003-2004)

PRESIDENTE	Senador JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador PAULO PAIM (PT- RS)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO	Senador ROMEU TUMA (PFL- SP)
2º SECRETÁRIO	Senador ALBERTO SILVA (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO	Senador SÉRGIO ZAMBIASI (PMDB-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senador	JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB- MA)
2º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
3º Senador	GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSDB- AC)
4º Senador	MARCELO CRIVELLA (PL- RJ)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL □
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL - Rodolpho Tourinho
PFL - Antonio Carlos Magalhães
PFL - César Borges

RIO DE JANEIRO

PT - Roberto Saturnino
PL - Marcelo Crivella
PMDB - Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB - João Alberto Souza
PFL - Edison Lobão
PFL - Roseana Sarney

PARÁ

PMDB - Luiz Otávio
PT - Ana Júlia Carepa
PTB - Duciomar Costa

PERNAMBUCO

PFL - José Jorge
PFL - Marco Maciel
PSDB - Sérgio Guerra

SÃO PAULO

PT - Eduardo Suplicy
PT - Aloizio Mercadante
PFL - Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL - Aelton Freitas
PSDB - Eduardo Azeredo
PMDB - Hélio Costa

GOIÁS

PMDB - Maguito Vilela
PFL - Demóstenes Torres
PSDB - Lúcia Vânia

MATO GROSSO

PSDB - Antero Paes de Barros
PFL - Jonas Pinheiro
PT - Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB - Pedro Simon
PT - Paulo Paim
PTB - Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB - Reginaldo Duarte
PPS - Patrícia Saboya Gomes
PSDB - Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB - Ney Suassuna
PFL - Efraim Morais
PMDB - José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PPS - João Batista Motta
PSDB - Marcos Guerra
PL - Magno Malta

PIAUI

PMDB - Alberto Silva

PFL - Heráclito Fortes

PMDB - Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

PTB - Fernando Bezerra
PMDB - Garibaldi Alves Filho
PFL - José Agripino

SANTA CATARINA

PFL - Jorge Bornhausen
PT - Ideli Salvatti
PSDB - Leonel Pavan

ALAGOAS

Heloísa Helena
PMDB - Renan Calheiros
PSDB - Teotônio Vilela Filho

SERGIPE

PFL - Maria do Carmo Alves
PDT - Almeida Lima
PSB - Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB - Gilberto Mestrinho
PSDB - Arthur Virgílio
PDT - Jefferson Peres

PARANÁ

PSDB - Alvaro Dias
PT - Flávio Arns
PDT - Osmar Dias

ACRE

PT - Tião Viana
PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PT - Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PDT - Juvêncio da Fonseca
PT - Delcídio Amaral
PMDB - Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PMDB - Valmir Amaral
PT - Cristovam Buarque
PFL - Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PFL - João Ribeiro
PFL - Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB - José Sarney
PSB - João Capiberibe
PMDB - Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB - Paulo Elifas
PT - Fátima Cleide
PMDB - Valdir Raupp

RORAIMA

PPS - Mozarildo Cavalcanti
PDT - Augusto Botelho
PMDB - Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Críticas à ausência de competência de nomeados para cargos públicos no Governo Federal. Senador Antônio Carlos Magalhães.	100	Faz críticas ao governo Lula, com base em matérias publicadas em diversos jornais de circulação nacional. Senador Arthur Virgílio.	207
Elogio à atuação do Sr. Luís Pingueli Rosa no comando da Eletrobrás. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy.	101	Comentários ao artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 8 de abril do corrente, intitulado "O inferno ofertado ao investidor". Senador Eduardo Azeredo.	326
AGRADECIMENTO		Comenta sobre a matéria publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo, que corrige reportagem publicada anteriormente, sobre sua participação em episódio contra militantes da campanha Diretas Já, na Bahia. Senador Antônio Carlos Magalhães.	536
Agradece ao Senador Heráclito Fortes pelo pronunciamento em que fala do ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador César Borges.	187	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Agradece à lembrança ao ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Antônio Carlos Magalhães.	188	Elogia a atuação do Senador Paulo Paim frente à defesa da classe trabalhadora e justiça social. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Ramez Tebet.	40
AGRESSÃO		Saúda a atuação do Senador Paulo Paim no Senado. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Efraim Morais.	42
Faz considerações sobre a agressão sofrida pelo Sr. Mario Haag, durante assalto a sua residência. Senador Arthur Virgílio.	144	Registra visita à Reserva Cazumbá-Iracema, no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	203
ARTIGO DE IMPRENSA		Posicionamento de S.Exa. às questões nacionais por ocasião de sua assunção no Senado Federal. Senador Marcos Guerra.	217
Comentários sobre matéria publicada no jornal O Estado de S.Paulo, intitulada "Irmão de Daniel: Gilberto disse que levava dinheiro a Dirceu". Senador Almeida Lima.	57	AVISOS	
Comentários ao artigo publicado no jornal O Globo, com o título "Dom Mauro: Combate à fome é o programa mais maltratado". Senador Eduardo Azeredo.	77	Aviso de ministro de estado nº 93/2004, de 16 de abril, da Ministra de Minas Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 38, de 2004, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.	377
Comentários à manchete do jornal Meio Norte, do Piauí, intitulada "Gás bitributado sufoca o Piauí". Senador Mão Santa.	87	Aviso de ministro de estado nº 94/2004, de 16 de abril, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.196, de 2003, do Senador José Jorge.	377

	Pág.		Pág.
Aviso de ministro de estado nº 95/2004, de 16 de abril, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.737, de 2003, do Senador José Agripino.	377	CALAMIDADE PÚBLICA	
Aviso de ministro de estado nº 97/2004, de 16 de abril, da Ministra de Minas e Energia, solicitando a dilatação do prazo, por mais trinta dias, para a resposta ao Requerimento nº 1.169, de 2003, do Senador Almeida Lima.	377	Análise do remanejamento das emendas orçamentárias da bancada do Estado de Santa Catarina a serem destinadas aos municípios atingidos pelas intempéries ocorridas naquele Estado. Senadora Ideli Salvatti.	363
Aviso de ministro de estado nº 111/2004, de 16 de abril, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 81, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	377	CONGRATULAÇÃO	
Aviso de ministro de estado nº 114/2004, de 16 de abril, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao item 2 do Requerimento nº 95, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, e esclarecendo que quanto aos itens 1 e 3 as informações não foram enviadas por estarem amparadas pelo sigilo fiscal.....	377	Parabeniza o Senador Marcos Guerra pelo pronunciamento de estréia na Casa. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador Tasso Jereissati...	219
Aviso de ministro de estado nº 115/2004, de 16 de abril, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 107, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	377	Congratula o Senador Marcos Guerra pela assunção ao cargo de Senador. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador Ramez Tebet.	219
Aviso de ministro de estado nº 1.091/2004, de 16 de abril, do Ministro da Justiça, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 40, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy.	377	Deseja boas-vindas ao Senador Marcos Guerra. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senadora Ana Júlia Carepa.	219
Aviso de ministro de estado nº 1.093/2004, de 16 de abril, do Ministro de Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.739, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.	377	CORRUPÇÃO	
Aviso de ministro de estado nº 119/2004, de 19 de abril, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 117, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	455	Culpa a corrupção pelo alto índice de massacres e chacinas ocorridos no Brasil. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador João Capiberibe.....	344
Aviso de ministro de estado nº 120/2004, de 19 de abril, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 133, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	455	COMÉRCIO EXTERIOR	
Aviso de ministro de estado nº 1.109/2004, de 20 de abril, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 132, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	455	Comenta da importância das ações implementadas pelo governo federal na área de política externa. Senadora Ideli Salvatti.	442
		(CPI)	
BANCOS		Comenta sobre a CPI para apurar a morte do ex-Prefeito Celso Daniel. Senador Álvaro Dias.	124
Comenta sobre a importância da atuação do Banco Central do Brasil, nesses quase 40 anos de existência. Senador Romero Jucá.	332	Comenta sobre a necessidade de criação de uma CPI para investigar a morte do ex-Prefeito Celso Daniel. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Arthur Virgílio.	125
		CUMPRIMENTO	
		Solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim. Senador Ramez Tebet.	44
		DESEMPREGO	
		Faz análise crítica do governo Lula com destaque para o aumento do desemprego. Senador Álvaro Dias.	338

	Pág.		Pág.
		III	
Comenta sobre o aumento no número de desempregados. Senador Valmir Amaral.	368	ECONOMIA	
Comenta sobre os dados divulgados pelo Dieese referentes ao desemprego em São Paulo. Senadora Ideli Salvatti.	442	Comenta sobre a necessidade de o superávit combinar com o crescimento econômico. Aparte ao Senador Valmir Amaral. Senador Garibaldi Alves Filho.	550
Comenta sobre a questão do desemprego no Estado de São Paulo. Senadora Lúcia Vânia.	445	EDUCAÇÃO	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Comenta sobre o seminário do PSDB sobre educação, realizado em São Paulo. Senador Eduardo Azeredo.	119
Faz proposta de união das lideranças nordestinas para pressionar o governo federal por maiores investimentos na região. Senador Sérgio Guerra.	102	ELEIÇÕES	
Participação na segunda Feira de Negócios de Colinas-TO. Senador João Ribeiro.	105	Reitera apoio ao Governador Joaquim Roriz e à Vice-Governadora Maria de Lourdes Abadia, em face de processo em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral, remanescente das eleições de 2002. Senador Paulo Octávio.	520
Faz considerações sobre a terceira Conferência da Amazônia realizada entre os dias 2 e 4 de abril em Porto Velho-RO. Senadora Fátima Cleide.	150	ELOGIO	
Exalta a cooperação econômica com a China para construção do Pólo Siderúrgico de São Luis. Senador Edison Lobão.	191	Faz elogio à preocupação do Senador Alberto Silva com relação às malhas rodoviárias. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador César Borges.....	202
Defesa do início das obras do gasoduto de Rondônia, previstos para 2004. Senador Valdir Raupp.	351	Enaltece as características do Senador Marcos Guerra na assunção a uma cadeira no Senado. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador Arthur Virgílio.	218
DISCRIMINAÇÃO RACIAL		ENSINO SUPERIOR	
Defesa da política de cotas adotada pela UnB. Senador Paulo Paim.	93	Louva a universidade brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Alberto Silva.	371
DISCURSO		Faz comentários à pesquisa realizada pelo Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília-UNB, sobre o custo do aluno nas etapas de graduação, mestrado e doutorado. Senador Mozarildo Cavalcanti.	560
Apoio aos pleitos esposados pela Senadora Serys Slhessarenko: aprovação da “PEC paralela” e a liberação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide para restauração e preservação das estradas federais. Senador Augusto Botelho.	343	EXPLICAÇÃO PESSOAL	
Comentários ao discurso proferido pelo Senador Arthur Virgílio. Senador Alberto Silva.	359	Esclarecimentos sobre o pronunciamento de S. Exa. em defesa do governo. Senador Aloizio Mercadante.	215
DÍVIDA EXTERNA		FEMINISMO	
Comentários à iniciativa da OAB de ingressar no Supremo Tribunal Federal com ação cuja finalidade é obrigar o Congresso Nacional a instalar comissão para realizar auditoria da dívida externa do País. Senador Pedro Simon.	80	Comentários sobre publicação da organização feminista Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – intitulada “Brasil para Todas e Todos”. Senador Romero Jucá.	154

IV

	Pág.		Pág.
FORÇAS ARMADAS			
Voto de aplauso ao Comando do Exército pelo transcurso do dia do Exército Brasileiro. Senador Romeu Tuma.	147	representantes de idéias divergentes. Senador Pedro Simon.	65
Necessidade de fortalecer o exército brasileiro. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Mão Santa.	149	Crítica a postura do presidente Lula e a do presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Heráclito Fortes.	67
Análise de documento elaborado pela Consultoria Legislativa sobre as atribuições das Forças Armadas. Senador Romeu Tuma.	176	Faz comentários às atitudes de alguns integrantes do governo federal. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Antero Paes de Barros.	72
Comenta sobre a importância das Forças Armadas. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Ramez Tebet.	177	Crítica ao governo pela inércia, inaptidão e corrupção existentes em sua administração. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Almeida Lima. ..	88
Faz comentário sobre a necessidade de tratamento especial na Constituição para as Forças Armadas. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Alberto Silva.	177	Corroborar crítica ao governo federal no tocante à tributação do gás nos estados brasileiros. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador José Maranhão.	89
GOVERNO FEDERAL		Demonstra preocupação com os rumos da política social do governo Lula. Senador Álvaro Dias.	124
Crítica o governo federal no tocante ao estado dos hospitais federais. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa.	38	Disserta sobre a ineficácia do governo federal com relação à segurança pública. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mão Santa.	134
Perplexidade diante das declarações do Presidente Lula a respeito do salário mínimo. Senador Jorge Bornhausen.	43	Comentários sobre declarações do Presidente Lula feitas durante comemoração do Dia do Exército, transcorrido ontem, dia 19 do corrente. Senador Romeu Tuma.	176
Comenta sobre a paralisia do Governo. Senador Jorge Bornhausen.	43	Comenta sobre a importância da viagem do Presidente Lula a China para as relações comerciais entre o Brasil e aquele País. Senador Edison Lobão.	191
Faz análise do caso Waldomiro Diniz. Senador Efraim Morais.	49	Elogia a viagem do Presidente Lula a China. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Eduardo Siqueira Campos.	192
Cobra providências das autoridades no tocante ao caso Waldomiro Diniz. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Almeida Lima.	51	Comenta sobre os benefícios que a viagem do Presidente Lula a China trará ao Brasil. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Roberto Saturnino.	193
Considerações sobre o caso Waldomiro Diniz. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Antero Paes de Barros.	52	Faz críticas às declarações do Superintendente da Funai sobre um recente massacre ocorrido em Rondônia. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.	210
Comenta sobre as declarações do Ministro José Dirceu sobre a questão ética na condução da política econômica brasileira. Senadora Lúcia Vânia.	62	Faz crítica ao governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Heloísa Helena.	211
Comenta sobre a morosidade da Reforma Agrária implementada pelo Governo Lula. Senador Antero Paes de Barros.	63	Faz comentários sobre o Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	212
Demonstra apoio às exigências impostas pelo Presidente Lula ao seu Ministério, conforme divulgado pela coluna de Tereza Cruvinel. Senador Pedro Simon.	65	Cobranças de imparcialidade do governo federal no conflito que resultou no massacre de índios no Estado de Rondônia. Senador José Agripino.	216
Faz críticas ao Presidente do Banco Central. Senador Pedro Simon.	65	Comenta sobre a necessidade da participação do Governo Federal para intermediar o conflito entre índios e garimpeiros. Senador Ramez Tebet.	220
Faz referência no que tange à percepção de que o Governo deva ter entre seus colaboradores			

Pág.	Pág.
Argumenta sobre a necessidade de o governo efetuar a reforma agrária e aprovar o Estatuto do Índio. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senadora Heloísa Helena.	221
Cobra atitudes governamentais do Presidente Lula. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Arthur Virgílio.	222
Necessidade de o governo ouvir os clamores da população. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Valmir Amaral.	223
Demonstra preocupação com o tratamento que o Governo Federal tem dado à reforma agrária e com a ocupação de terras pelo MST. Senadora Lúcia Vânia.	327
Faz crítica ao governo federal sobre a falta de segurança à vida. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa.	340
Comenta sobre a letargia crônica que acomete o governo do PT na solução dos problemas nacionais. Senador Demóstenes Torres.	347
Protesto contra atitude do Ministro Ricardo Berzoini, por não recebê-lo em audiência. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	348
Crítica ao fato de integrantes do governo não receberem parlamentares. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Eduardo Siqueira Campos.	350
Apelo ao governo federal para acabar com episódios de violência como o massacre de garimpeiros e as execuções de presos no presídio Urso Branco, em Rondônia. Senador Valdir Raupp.	351
Contestação às críticas dos partidos de oposição ao governo federal. Senadora Ideli Salvatti.	363
Críticas ao governo federal com relação ao fato de ele não saber administrar a política econômica. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Mão Santa.	439
Faz críticas às declarações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre o governo Lula. Senadora Ideli Salvatti.	537
Comenta sobre a necessidade de deixar as críticas ao governo anterior e olhar para os problemas de agora para frente. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Ramez Tebet.	538
Comenta sobre a importância de o governo não intervir no Estado. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Saturnino.	538
Faz abordagem sobre a suposta paralisia que estaria atingindo o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Álvaro Dias.	543
HOMENAGEM	
Registro do falecimento ocorrido ontem, em Roma, do Embaixador João Augusto Médicis, que exercia o cargo de Secretário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como representante do Brasil. Senador Heráclito Fortes.	48
Transcurso do Dia do Índio. Senador Mozarildo Cavalcanti.	54
Registra eleição de Catarina Guerra em quarto lugar no concurso Miss Brasil 2004. Senador Mozarildo Cavalcanti.	84
Homenagem à professora mineira Alaíde Lisboa pelos 100 anos de existência. Senador Eduardo Azeredo.	119
Homenagem ao "Dia do Índio". Senadora Ana Júlia Carepa.	122
Homenagem pelo "Dia do Índio". Senador Augusto Botelho.	133
Homenagem à pessoa do senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Mão Santa.	140
Homenagem ao Dia do Índio. Senador Tião Viana.	143
Homenagem ao Dia do Índio. Senador Romeu Tuma.	147
Faz referência à comemoração, amanhã, do Dia da Inconfidência Mineira, da morte do Presidente Tancredo Neves, e do vigésimo aniversário do Movimento das Diretas Já. Senador Hélio Costa.	186
Homenagem pelo aniversário de morte do ex-Deputado Luis Eduardo Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	187
Comenta a morte prematura de Petrônio Portella e Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Edison Lobão.	188
Homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Tião Viana.	189
Comentários à postura política de Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.	189
Rememora as datas comemorativas de 19, 21 e 22 de abril. Senadora Heloísa Helena.	197
Homenagem aos povos indígenas de Alagoas. Senadora Heloísa Helena.	197
Homenagem pelo quadragésimo quarto aniversário de Brasília. Senador Valmir Amaral.	323
Saúda o povo de Brasília pela acolhida calorosa em relação aos parlamentares. Aparte ao Senador Valmir Amaral. Senadora Heloísa Helena. .	323

	Pág.		Pág.
Homenagem à Brasília e aos seus habitantes. Aparte ao Senador Valmir Amaral. Senador Ramez Tebet.	324	Elogios ao Senador Ramez Tebet pelo trabalho envolvendo a Lei de Recuperação de Empresas. Senador Siba Machado.	59
Homenagem à Brasília, à população e aos políticos da Capital Federal. Aparte ao Senador Valmir Amaral. Senador Arthur Virgílio.	325	LEGISLAÇÃO ELEITORAL	
Transcurso, no último dia 19, do Dia do Índio. Senadora Heloísa Helena.	437	Faz referência à decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da fixação do número de vereadores em cada município. Senador Mozarildo Cavalcanti.	428
Homenagem ao trabalhador, por ocasião do “Dia do Trabalho”. Senador Paulo Paim.	526	Crítica às mudanças em ano eleitoral. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa.	429
Comemoração, no dia 19 abril, do Dia do Exército. Senador Maguito Vilela.	530	Defesa de que os vereadores diplomados pela justiça eleitoral terminem o mandato. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Alberto Silva.	430
Homenagem ao Exército brasileiro. Aparte ao Senador Maguito Vilela. Senador Roberto Saturnino.	532	LIVRO	
Faz elogios ao Exército brasileiro. Aparte ao Senador Maguito Vilela. Senador Ramez Tebet. ..	532	Apio à presença do Presidente Lula à quarta Bial do Livro. Senador Eduardo Siqueira Campos.	140
123		MENSAGEM	
Homenagem a Ney Braga. Senador Álvaro Dias.	543	Mensagem nº 45, de 2004 (nº 175/04, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	111
HOMENAGEM PÓSTUMA		Mensagem nº 46, de 2004 (nº 176/04, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Hideraldo Luiz Caron para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	115
Voto de pesar pelo falecimento do desempregado José Antônio Andrade de Souza. Senador Paulo Paim.	93	Mensagem nº 47, de 2004 (nº 169/2004, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 154, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004.	377
Homenagem de pesar pelo falecimento da Sra. Ivonete Guedes, ex-Prefeita de Barra d’Alcantara. Senador Heráclito Fortes.	104	Mensagem nº 48, de 2004 (nº 172/2004, na origem), de 14 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 12 de fevereiro de 2004, que altera a Lei nº 10.108, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 150, de 2003, sancionado	
Pesar pelo falecimento do desempregado José Antônio de Souza. Senador Arthur Virgílio. ..	144		
Homenagem póstuma ao general goiano Joaquim Xavier Curado. Senador Maguito Vilela.	530		
JOGO DO BICHO			
Comenta o fato de o jogo do bicho ser contravenção e fazer parte do crime organizado. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma.	146		
Crítica atitude de o PT proibir o uso de dinheiro oriundo do jogo do bicho visto que o partido já fez uso dele. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Leonel Pavan.	147		
LEGISLAÇÃO COMERCIAL			
Nova Lei de Recuperação de Empresas. Senador Ramez Tebet.	44		
Trabalho realizado pelo Senador Ramez Tebet na elaboração do parecer sobre a nova Lei de Recuperação de Empresas. Senador Roberto Saturnino.	47		

Pág.	Pág.
e transformado na Lei nº 10.859, de 14 de abril de 2004.	377
Mensagem nº 60, de 2004-CN (nº 163/2004) que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Mministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 140.00.000,00,para reforço de dotações constantes da lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.....	166
Mensagem nº 163, de 2004, que nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação aos Membros do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “abre ao Orçamento fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes , crédito suplementar no valor de R\$ 140.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.	169
MOVIMENTO TRABALHISTA	
Anúncio de debate que ocorrerá no próximo dia 27, no Senado Federal, sobre desemprego, renda e política do salário mínimo. Senador Paulo Paim.	204
Comenta sobre a greve dos policiais federais. Senador Mão Santa.	425
Comenta sobre a importância da polícia federal para os estados brasileiros. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Alberto Silva.	427
Louva a atuação da polícia federal. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Edison Lobão.	428
OFÍCIO	
Ofício nº 39/2004, de 8 do corrente, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 87, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.....	157
Ofício nº 42/2004, de 12 do corrente, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 80, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.....	157
Ofício nº 43/2004, de 12 do corrente, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.702, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.....	157
Ofício nº 44/2004, de 12 do corrente, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.164, de 2003, do Senador José Jorge.	157
Ofício nº 45/2004, de 12 do corrente, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações ao Requerimento nº 17, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia.	157
Ofício nº 48/2004, de 14 do corrente, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 112, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	157
Ofício nº 466/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 135, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	158
Ofício nº 465/2004, de 16 do corrente, do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.738, de 2003, do Senador Luiz Otávio.	378
Ofício nº 12/2004, de 16 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 111, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.....	455
Ofício nº 177/2004, de 16 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 79, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	455
Ofício nº 467/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 94, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	455
ORÇAMENTO	
Cobranças ao governo federal para liberação de recursos, incluídos no Orçamento da União, para o Estado de Santa Catarina, tendo em vista as intempéries ocorridas naquela região. Senador Leonel Pavan.	190
PARECER	
Parecer nº 336, de 2004 (Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2004), da Comissão de Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 6/03, que “dispõe sobre a vedação à cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e pelos serviços móveis”. Senador Sérgio Cabral.	27
Parecer nº 337, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar, (nº 224/2001 complementar, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei complementar nº	

	Pág.		Pág.
91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Antônio Carlos Valadares.	158		
Parecer nº 338, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Requerimento nº 1.176, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000 (nº 4.132/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. Senador Juvêncio da Fonseca.	159		
Parecer nº 339, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003 (nº 2.340/2000, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (obrigatoriedade do envio de extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários). Senador Augusto Botelho.....	161		
PESCA			
Demonstra preocupação com a atual política pesqueira no Brasil, em particular, com a exploração da atividade pesqueira de atuns e afins, no litoral norte brasileiro, que será explorada por uma empresa estrangeira, segundo matéria publicada dia 14 de abril no jornal "O Liberal", do Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.	558		
POLÍTICA AGRÍCOLA			
Registra realização da feira agropecuária de Rondonópolis. Senadora Serys Slhessarenko.	103		
Proposta de assentamento de famílias no semi-árido do Nordeste. Senador Alberto Silva. ...	421		
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			
Registro da primeira Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre pela inclusão digital que ocorrerá entre os dias 26 a 30 de abril. Senadora Serys Slhessarenko.	335		
Faz considerações sobre o projeto de lei que trata de Biossegurança. Senadora Romero Jucá.	446		
Faz elogios à realização, pelos Correios em convênio com a Universidade de Brasília, de curso de capacitação em software livre iniciado hoje e com término previsto para o dia 30 de abril. Senadora Serys Slhessarenko.	533		
		POLÍTICA CULTURAL	
		Saúda encontro entre Sílvio Santos e Sr. José Celso Martinez Correa, em prol da cultura brasileira, realizado ontem no Teatro Oficina em S.Paulo. Senador Eduardo Suplicy.	90
		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
		Comenta sobre as atividades executadas pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA, subordinada ao Comando da Aeronáutica. Senador Romero Jucá.	79
		Demonstra estranheza com declarações do Secretário de Infra-Estrutura do Mato Grosso de que o governo federal não liberará recursos para a conclusão da Ferro-Norte. Senadora Serys Slhessarenko.	103
		Faz proposta de criação de uma câmara de gestão para a recuperação das rodovias brasileiras, alertando para a inviabilidade da operação tapa-buracos em estradas irrecuperáveis, anunciada pelo Ministro dos Transportes. Senador Alberto Silva. .	198
		Comenta sobre a necessidade de liberação de mais verbas para a recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senadora Serys Slhessarenko.....	201
		Comenta sobre a necessidade da recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Heráclito Fortes.....	201
		Cobrança da aplicação de recursos da Contribuição de Intervenção no domínio Econômico – Cide na restauração e preservação de rodovias federais, registrando a precária situação das estradas do Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.	335
		Defesa da criação de uma Câmara de Gestão para solucionar o problema das rodovias brasileiras. Senador Alberto Silva.	359
		Defesa da criação da câmara de gestão para gerir as rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Mão Santa.....	361
		Comentários à proposta do governo federal para manutenção das estradas brasileiras. Apoio à criação de uma Câmara de Gestão destinada à recuperação da malha rodoviária federal. Senador Alberto Silva.	421
		Crítica a descaracterização da função principal para a qual foi criada a Cide. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Mão Santa.	424
		Defesa da liberação de recursos da CIDE para a restauração e conservação de estradas federais. Senadora Serys Slhessarenko.	533

	Pág.		IX Pág.
Faz protesto contra a maneira como vêm sendo utilizados os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide. Senador Marcos Guerra.	546	Comenta sobre a decisão da Eletronorte de retirar três turbinas da Usina Termelétrica Rio Madeira, localizada no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.	333
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		Elogios à Ministra Dilma Rousseff por sua agilidade em solucionar problemas afetos a sua Pasta. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	348
Apelo às autoridades federais e estaduais, pela conservação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, por ocasião do quinquagésimo aniversário de sua criação. Senadora Serys Slhessarenko.	335	Aproveitamento do biodiesel. Senador Alberto Silva.	359
Comenta sobre o plano de combate e prevenção ao desmatamento na Amazônia, apresentado pelo governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente. Senador Siba Machado.	522	Faz comentários ao modelo de investimento anunciado pelo Ministro da Fazenda, em que o Fundo Monetário Internacional – FMI, permitirá a retirada de investimentos da conta do superávit primário. Senador Rodolpho Tourinho.	524
Faz apelo ao governo federal para que estabeleça metas para o controle do descarte de pilhas e baterias usadas, para evitar a deterioração do meio ambiente. Senador Papaléo Paes.	547	POLÍTICA EXTERNA	
POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA		Comenta sobre o aumento da importação e da exportação entre Brasil e China. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senadora Ideli Salvatti.	194
Comenta sobre as dificuldades econômicas enfrentadas pelo País. Senador Álvaro Dias.	36	POLÍTICA FISCAL	
Críticas ao anúncio de possíveis alterações das metas de inflação. Senador Arthur Virgílio.	357	Necessidade de votação da medida provisória que trata da Cofins. Senadora Ideli Salvatti.....	363
Crítica ao fato de, simplesmente, se levantar a hipótese de aumentar a meta inflacionária. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Cristovam Buarque.	358	Críticas à política econômica. Senadora Heloísa Helena.....	437
Críticas à política econômica do governo federal. Senador Valmir Amaral.	368	POLÍTICA FUNDIÁRIA	
Defende a melhora da relação entre o empresário brasileiro e o governo federal. Aparte ao Senador Valmir Amaral. Senador Mão Santa. ..	368	Comentários sobre a desordem no Campo. Senador Álvaro Dias.	36
Comenta sobre a flexibilização da política do Fundo Monetário Internacional – FMI com o Brasil, relativo a aceitação de investimentos em infra-estrutura não integrarem ao cálculo do superávit primário. Senador Pedro Simon.	561	Comenta sobre a importância da CPI em curso no Senado, cujo tema é a questão agrária. Senador Antero Paes de Barros.	63
POLÍTICA ENERGÉTICA		POLÍTICA INDIGENISTA	
Visita da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, ao Estado do Acre. Senador Siba Machado.	59	Comenta sobre a situação dos indígenas no Brasil. Senador Mozarildo Cavalcanti.	54
Comenta a respeito do prejuízo ao desenvolvimento de Rondônia representado pela proposta da Eletronorte de transferir unidades geradoras de energia elétrica de Porto Velho para Macapá. Senadora Fátima Cleide.	73	Comenta a situação dos indígenas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa.	55
		Comenta sobre o conflito entre índios e garimpeiros no Estado de Rondônia. Senadora Lúcia Vânia.	445
		Críticas a denúncia contra o governo brasileiro na Organização dos Estados Americanos – OEA, de maus tratos aos indígenas e demora na demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, na região da fronteira norte do país, feita pela índia do povo wapichana. Senador Mozarildo Cavalcanti. .	84

	Pág.		Pág.
Comenta sobre o conflito entre os índios cinta-larga e garimpeiros. Senadora Ana Júlia Carepa.	122	peiros. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Tião Viana.	565
Comenta sobre o massacre da população indígena. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Ana Júlia Carepa.	210	POLÍTICA INDUSTRIAL	
Faz considerações sobre o episódio que culminou com o massacre de índios no Estado de Rondônia. Senador José Agripino.	216	Defende a criação de um projeto de desenvolvimento industrial brasileiro. Senador Valmir Amaral. .	549
Considerações sobre a política indigenista brasileira. Senador Augusto Botelho.	343	POLÍTICA INTERNACIONAL	
Considerações sobre o massacre ocorrido em Rondônia entre os índios cinta-larga e garimpeiros. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Alberto Silva.	352	Faz sugestões à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que investigue a possibilidade do assassinato do então vice-presidente do Paraguai, Luis Argaña, em 1999, ter sido uma farsa, tendo em vista que o escândalo possa abalar a imagem do Mercosul. Senador Álvaro Dias.	543
Análise da questão indígena no País. Senador Mozarildo Cavalcanti.	354	POLÍTICA MINERAL	
Críticas à declaração do Presidente da Funai. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Arthur Virgílio.	355	Comenta sobre a mineração e o garimpo em terras indígenas. Senador Romero Jucá.	431
Necessidade de melhorar a vida dos índios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa.	356	POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Importância de se preservar a cultura e melhorar a vidas dos índios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Alberto Silva.....	356	Lançamento da candidatura de Michel Temer, pelo PMDB, para concorrer à Prefeitura de São Paulo. Senador Ramez Tebet.	138
Comenta sobre a aprovação do Estatuto do Índio. Senadora Heloísa Helena.	437	Louva a candidatura de Michel Temer para concorrer à Prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Arthur Virgílio.	139
Faz questionamentos sobre a demarcação contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, que atende aos interesses das organizações não-governamentais internacionais. Senador Augusto Botelho.	552	Questionamentos sobre a decisão do Diretório Nacional do PT, de proibir que seus candidatos recebam dinheiro para campanha eleitoral oriundo do jogo do bicho, de bingos e de empresas permissionárias de serviço público. Senador Arthur Virgílio.	144
Comenta sobre a necessidade de demarcar as terras indígenas. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti.	553	Comenta o montante de dinheiro que o PT tem. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.	145
Faz crítica ao fato de as ONG's estrangeiras estarem comandando um processo de soberania nacional: a demarcação das terras indígenas. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Juvêncio da Fonseca.	554	POLÍTICA PENITENCIÁRIA	
Faz comentários ao conflito ocorrido entre os índios Cintas-Larga e os garimpeiros, em Rondônia. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Valdir Raupp.	555	Apelo para construção de presídios no Brasil. Senador Alberto Silva.	359
Comenta sobre a necessidade de demarcação das terras indígenas. Senador Aloizio Mercadante.	563	POLÍTICA SALARIAL	
Demonstra indignação diante do massacre ocorrido em Rondônia. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Tasso Jereissati.	565	Faz comentário sobre o reajuste do salário mínimo. Senador Paulo Paim.	38
Faz comentários ao massacre ocorrido em Rondônia entre os índios Cinta-Larga e os garim-		Debate sobre o salário mínimo. Senador Paulo Paim.	93

	Pág.		Pág.
			XI
Faz cobranças ao governo Lula do compromisso assumido em campanha referente ao reajuste do salário mínimo. Senadora Heloísa Helena.	101		
Solicitação de apoio ao projeto de sua autoria que possibilita um aumento do salário mínimo para 330 reais. Senadora Heloísa Helena.	101		
Comenta sobre o reajuste do salário mínimo. Senador Mão Santa.	170		
Considerações sobre o atual salário mínimo. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.	172		
Cobra promessa do presidente Lula com relação ao compromisso de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Aparte ao Senador Mão Santa. Senadora Heloísa Helena.	173		
Defende a atualização do salário mínimo. Senador Paulo Paim.	204		
Considerações sobre a questão do salário mínimo. Senador Valdir Raupp.	351		
Faz considerações sobre o reajuste do salário mínimo. Senador João Ribeiro.	526		
Leitura de carta do Presidente da Associação dos Municípios da região Centro do Rio Grande do Sul – AM CENTRO, que expressam apoio dos municípios gaúchos ao salário mínimo nacional de R\$ 300,00. Senador Paulo Paim.	526		
POLÍTICA SANITÁRIA			
Faz considerações sobre o volume de investimentos em infra-estrutura durante o ano de 2003. Senador César Borges.	182		
Comenta sobre a importância da água tratada e do esgoto para saúde da população. Aparte ao Senador César Borges. Senador Alberto Silva.	183		
Comenta sobre a importância do saneamento básico. Aparte ao Senador César Borges. Senadora Heloísa Helena.	184		
POLÍTICA SOCIAL			
Comenta sobre denúncias envolvendo os programas sociais do Governo passado. Senadora Lúcia Vânia.	62		
Manifestação em favor do aumento do salário mínimo. Senador Eduardo Suplicy.	90		
Faz comentário sobre a regulamentação do registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior que não venham morar no Brasil. Senador Hélio Costa. .	126		
Comenta sobre os problemas dos sem-teto e da ocupação desordenada do solo urbano. Senador Aloizio Mercadante.	563		
		POLÍTICA SÓCIO- ECONÔMICA	
		Faz um paralelo entre a luta de Tiradentes contra a Coroa Portuguesa e a atual situação social do Brasil. Senadora Heloísa Helena.	437
		PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
		Faz análise do momento enfrentado pelo Governo Federal. Senador Heráclito Fortes.	70
		Registra a inclusão do Presidente Lula pela revista Time entre as cem pessoas mais influentes do mundo. Senadora Ideli Salvatti.	106
		Protesto contra inclusão do nome do Presidente Lula na lista entre as 100 pessoas mais influentes do mundo, elaborado pela revista norte-americana Times, ao lado de Bin Laden. Senador Álvaro Dias.	124
		Justifica inclusão do nome do Presidente Lula na lista dos 100 mais influentes do mundo. Senador Hélio Costa.	126
		Critica a lista das 100 pessoas mais influentes do mundo, elaborada pela revista Times. Aparte ao Senador Hélio Costa. Senador Álvaro Dias.	127
		Comenta a lista elaborada pela revista Times das 100 pessoas mais influentes do mundo. Aparte ao Senador Hélio Costa. Senador Arthur Virgílio. .	127
		Refutações ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante em defesa do governo. Senador Arthur Virgílio.	214
		PREVIDÊNCIA SOCIAL	
		Cumprimento do acordo firmado para votação da “PEC paralela” – Reforma da Previdência. Senador Ramez Tebet.	44
		Comenta sobre a necessidade de aprovação da “PEC paralela”. Senadora Serys Slhessarenko.	335
		Faz apelo à votação da “PEC Paralela”. Senador Paulo Paim.	526
		Defesa da “PEC Paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Ramez Tebet.	529
		Demonstra solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim. Senador Maguito Vilela.	530
		Faz apelo à aprovação da “PEC paralela”. Senadora Serys Slhessarenko.	533
		PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
		Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2004 (nº 80/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação de Fomento	

	Pág.		Pág.
Agrícola de São João de Pirabas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará.	378	aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais. ...	417
Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2004 (nº 162/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à sociedade Rádio Fumacense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Grão Pará, Estado de Santa Catarina.	381	Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2004, (nº 505/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.	455
Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2004 (nº 171/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina.	384	Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2004, (nº 642/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Lineares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.	460
Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2004 (nº 175/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Virgem dos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibataguara, Estado de Alagoas.	388	Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2004, (nº 780/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga concessão à Rádio o Guri AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora e onda média na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.	461
Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2004 (nº 227/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.	391	Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2004, (nº 868/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibraçu, Estado do Espírito Santo.	467
Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2004 (nº 239/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canindé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canindé, Estado do Ceará.	395	Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2004, (nº 903/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás.	470
Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2004 (nº 240/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Caratinga Ltda., a executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.	398	Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2004, (nº 904/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à UNIESTE Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda – para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.	480
Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2004 (nº 334/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Torres & Camargo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.	406	Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2004, (nº 946/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Antônio Bárbara para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.	488
Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2004 (nº 381/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Julius August Marischen para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo. ..	413	Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2004, (nº 1.019/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão a Santa Barrara Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo.	492
Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2004, (nº 427/2003, na Câmara dos Deputados) que			

Pág.	Pág.		
<p>Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2004, (nº 2.900/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panambi FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Projeto de Decreto nº 414, de 2004, (nº 2.903/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Juazeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.</p> <p>PROJETO DE LEI DA CÂMARA</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004 (nº 3.329/97, na Casa de Origem), que dispõe sobre a concessão do benefício Seguro-Desemprego ao produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rurais em períodos de safras frustradas.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.371/97, na Casa de Origem), que altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2004 (nº 345/99, na Casa de Origem), que proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por concessionárias de distribuição de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água e saneamento.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2004 (nº 4.176/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2004 (nº 6.765/2002, na Casa de origem) (De iniciativa do Presidente da República), que dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2004 (nº 7.122/2002, na Casa de Origem), que acrescenta § 6º ao art. 206 do Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), estabelecendo em vinte anos a prescrição da pretensão de reparação relativa a acidente de trabalho ou a doença ocupacional.</p>	<p>499</p> <p>515</p> <p>2</p> <p>5</p> <p>6</p> <p>6</p> <p>7</p> <p>9</p> <p>12</p>	<p>Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2004 (nº 177/2003, na Casa de origem), que denomina “Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves” a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004 (nº 389/2003, na Casa de origem), que altera o art. 259 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004 (nº 609/2003, na Casa de origem), que proíbe a inserção nas certidões de nascimento de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2004 (nº 1.703/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-405 e BR-116, com extremos localizados, respectivamente, nos Estados da Paraíba e do Ceará.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2004 (nº 3.826/2000, na Casa de origem), que institui a Bolsa-Atleta.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a inclusão da questão da violência contra a mulher como parte dos Temas Transversais integrantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil para incluir, como requisito indispensável, a petição da separação consensual, o acordo entre cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.</p> <p>PROJETO DE LEI DO SENADO</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2004, que cria o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa (PNPEM). Senador Paulo Paim.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2004, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas. Senador Antero Paes de Barros.</p>	<p>15</p> <p>16</p> <p>17</p> <p>19</p> <p>20</p> <p>25</p> <p>25</p> <p>31</p> <p>32</p>

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe. Senador Antônio Carlos Valadares.	107	Defende o Estado de Direito e a necessidade de buscar resposta aos conflitos sociais. Senador Aloizio Mercadante.	563
Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2004, que altera o art. 10 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para instituir mecanismos de transferência em relação à lista única de espera. Senador Rodolpho Tourinho.	450	REFORMA POLÍTICA	
Projeto de Lei nº 96, de 2004, que altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Senador Valdir Raupp.	451	Defesa da alteração das datas dos pleitos eleitorais. Senador Siba Machado.	59
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL		Comenta sobre os avanços significativos ocorridos após a aprovação da Reforma Política. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Álvaro Dias.	534
Projeto de Lei nº 3, de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.	35	REQUERIMENTO	
PROJETO DE RESOLUÇÃO		Requerimento nº 448, de 2004, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003 que, "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância", seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Osmar Dias.	83
Projeto de Resolução nº 13, de 2004, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para incluir, como competência da Comissão de Assuntos Econômicos, o disposto no inciso XV do art. 52 da Constituição Federal (avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional), introduzido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003. Senador Ramez Tebet.	109	Requerimento nº 449, de 2004, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004 que, "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural", seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Osmar Dias.	83
Projeto de Resolução nº 14, de 2004, que altera os arts. 14 e 158 do Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar o uso da palavra pelos Senadores. Senador Rodolpho Tourinho.	448	Requerimento nº 450, de 2004, que requer que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2004, além da Comissão de Assuntos Sociais, seja ouvida, também, a Comissão de Educação. Senador Leonel Pavan.	83
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO		Requerimento nº 451, de 2004, que requer que sobre os Projetos de Lei do Senado de nºs 136/2000 e 155/2000, seja ouvida também, a Comissão de Educação, além das comissões constantes do despacho inicial. Senador Ideli Salvatti.	83
Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais. Senador Siba Machado.	452	Requerimento nº 452, de 2004, que requer as homenagens que menciona pelo falecimento de Lélia Abramo, ocorrida no último dia 9, aos 93 anos de idade. Senadora Ideli Salvatti.	83
REFORMA AGRÁRIA		Requerimento nº 453, de 2004, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado do Espírito Santo pelo falecimento de José Antônio Andrade de Souza. Senador Paulo Paim.	100
Apoio às medidas adotadas para agilizar a reforma agrária. Senador Roberto Saturnino.	47	Requerimento nº 454, de 2004, que requer que seja inserido em ata e comunicado ao homena-	
Comentários à nota pública do PT sobre a questão agrária. Senador Siba Machado.	59		
Comenta sobre a repercussão internacional de ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e das dificuldades econômicas por que passa o País. Senador Álvaro Dias.	338		

Pág.	Pág.
geado voto de aplauso e congratulações pelos 60 anos do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, transcorridos hoje, 19 de abril. Senador Mozarildo Cavalcanti.	
107	
Requerimento nº 455, de 2004, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2003. Senador Aloizio Mercadante.	
107	
Requerimento nº 456, de 2004, que requer voto de aplauso ao jovem Carlos Matheus Silva Santos, por sua habilidade excepcional para a matemática. Senador Arthur Virgílio.	
107	
Requerimento nº 457, de 2004, que requer que seja encaminhado voto de aplauso ao Comando do Exército pelo transcurso do dia do Exército brasileiro, hoje, 19 de abril. Senador Romeu Tuma. ...	
147	
Requerimento nº 458, de 2004, que requer a realização de Sessão Especial em 20 de abril de 2004, em comemoração ao aniversário de Brasília. Senador Paulo Octávio.	
149	
Requerimento nº 459, de 2004, que requer a prorrogação, por mais 11 (onze) dias, da licença para tratar de interesse particular concedida a este senador por esta Casa, nos termos do art. 43 do Regimento Interno. Senador Teotônio Vilela Filho.	
150	
Requerimento nº 460, de 2004, que requer voto de pesar ao Senhor José Antônio Andrade de Souza, desempregado que havia tentado ser recebido pelo Presidente Luiz Inácio da Silva. Senador Arthur Virgílio.	
150	
Requerimento nº 461, de 2004, que solicita que seja concedida licença a S.Ex ^a para desempenhar missão, já que foi designado pela Casa para representar o Senado no PARCUM – Parlamento Cultural do Mercosul. Senador Leonel Pavan.	
326	
Requerimento nº 462, de 2004, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2004, seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para proferir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria. Senadora Ideli Salvatti.	
326	
Requerimento nº 463, de 2004, que requer Voto de Aplauso ao pesquisador químico Marco Aurélio de Paoli e à equipe da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pela obtenção de patente da nova tecnologia para o fabrico de fibra plástica a partir da fibra da planta amazônica curauá (bromélia). Senador Arthur Virgílio.....	
371	
Requerimento nº 464, de 2004, que requer Voto de Aplauso à Embrapa e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo trabalho de pesquisa executado pelas duas entidades	
	para o seqüenciamento do genoma do Café Arábia. Senador Arthur Virgílio.
	372
	Requerimento nº 465, de 2004, que solicita, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215. I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que, através do Sr. Jorge Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, encaminhe esclarecimentos sobre as seguintes informações. Senadora Serys Slhessarenko.
	372
	Requerimento nº 466, de 2004, que requer a necessária autorização para representar o Presidente da Casa no Encontro de Presidentes das Câmaras dos Poderes Legislativos dos Estados Parte do Mercosul em Assunção, Paraguai, nos dias 26 e 27 do corrente, nos termos do art. 40, caput, do Regimento Interno. Senador Eduardo Siqueira Campos.
	421
	Requerimento nº 467, de 2004, que requer a inserção em ata de voto de aplauso ao Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, professor Sérgio Amadeu, pelo desenvolvimento do projeto e implementação da 1ª Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre, que ocorrerá de 26 a 30 de abril do corrente ano. Senadora Serys Slhessarenko.
	557
	Requerimento nº 468, de 2004, que requer voto de louvor à Universidade Federal de Santa Catarina pelos 25 anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, o qual alcançou o mais alto conceito na última avaliação do Exame Nacional de Cursos (o chamado Provão) promovido pelo MEC, tendo sido considerado o segundo melhor Curso de Arquitetura do País. Senador Ideli Salvatti.
	557
	Requerimento nº 469, de 2004, que requer que seja encaminhado ao Ministro dos Transportes, Exmo Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, o seguinte pedido de informações. Senador Rodolpho Tourinho.....
	557
	Requerimento nº 470, de 2004, que requer que sejam dispensados os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 27, de 2002; 140, de 2002; e 213, de 2002, que alteram dispositivos das Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e Físicas, respectivamente, já que, embora, referentes a propostas de modificação na mesma lei, tratam de assuntos inteiramente diferentes, cujo mérito recomenda apreciação em separado. Senador Jonas Pinheiro.
	558
	Requerimento nº 471, de 2004, que requer a realização de Sessão Especial do Senado no dia

	Pág.		Pág.
3 de maio de 2004, destinada a homenagear o Dia Mundial do Trabalho. Senador Paulo Paim.	558	Comenta acerca da falência do sistema penitenciário e a chacina ocorrida na reserva dos índios Cinta-Largas. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Romeu Tuma.	175
SANTA CATARINA		Comenta sobre os problemas prisionais do Brasil. Senador Aloizio Mercadante.	563
Faz protesto contra o governo federal, pela falta de repasse de recursos ao estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	120	SENADO	
SAÚDE		Registra a presença do diplomata Milos Alcala no Senado Federal. Senador Heráclito Fortes.	53
Comenta sobre a necessidade de apoio do Ministério da Saúde ao Hospital Psiquiátrico de Maringá/PR. Senador Álvaro Dias.	36	Esclarecimentos acerca de informação dada pelo Senador Arthur Virgílio. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Romeu Tuma.	126
Liberação de verba para a Fiocruz. Senador Roberto Saturnino.	47	Faz apelo a Mesa Diretora no sentido de providenciar, o quanto antes, todas as medidas para facilitar o ingresso e vagas para deficientes nas dependências do Senado. Senador Eduardo Suplicy.	202
Faz referência à campanha de vacinação que ocorrerá entre 26 e 30 de abril e beneficiará as populações localizadas nos estados e municípios de fronteira. Senador Tião Viana.	346	TELECOMUNICAÇÃO	
Relato sobre as dificuldades do Hospital Universitário de Brasília – HUB, solicitando ao Presidente Lula providências para solucioná-las. Senador Mão Santa.	369	Comenta sobre a necessidade da apuração da provável formação de cartel para compra do controle acionário da Embratel. Senador Eduardo Suplicy.	556
Comenta sobre o lançamento, pelo Presidente Lula, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o chamado socorro pré-hospitalar. Senador Tião Viana.	440	TERRA PÚBLICA	
SECA		Comenta sobre a necessidade de resgatar as terras públicas para fazer a reforma agrária e demarcar as terras indígenas. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senadora Serys Slhessarenko.	345
Apresenta estudo sobre as dificuldades por que passa o Estado do Rio Grande do Sul com a seca. Senador Paulo Paim.	204	TRABALHADOR	
SEGURANÇA PÚBLICA		Cumprimenta o Senador Paulo Paim pela intensa defesa em favor dos trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Eduardo Suplicy. ..	95
Faz considerações sobre a participação da Juventude no aumento da violência no País. Senador Augusto Botelho.	133	Relata que o trabalhador norte-americano recebe o salário por semana. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Alberto Silva.	173
Comenta sobre o envolvimento da juventude com o crime organizado. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Romeu Tuma.	134	TRANSCRIÇÃO	
Comenta sobre a preocupação nacional com a violência e invasões. Senador Eduardo Siqueira Campos.	140	Transcrição da matéria intitulada “Este é um governo que não rouba nem deixa roubar, afirma Dirceu”, publicada no jornal O Globo, de 23 de março último. Senador Reginaldo Duarte.	75
Comenta sobre o massacre de garimpeiros na reserva dos índios Cinta- Larga. Senador Valdir Raupp.	174	Transcrição do artigo intitulado “Gritou, levou”, publicado no jornal O Globo, de 9 do corrente. Senador Sérgio Guerra.	77
Comenta sobre a morte de internos no Presídio de Urso Branco, em Rondônia. Senador Valdir Raupp.	174		

	Pág.		Pág.
Análise da Portaria 160, do Ministro do Trabalho, cuja transcrição pede seja feita nos Anais do Senado. Senador Paulo Paim.	204	Senador João Alberto Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe, intitulado "Em nome da justiça". Senador Antônio Carlos Valadares.	373
Solicita a transcrição de artigos de imprensa sobre os problemas brasileiros em virtude da ineficaz atuação do governo federal. Senador Arthur Virgílio.....	223	TRIBUTOS	
Transcrição, nos Anais do Senado, da matéria "Se não é barbárie", da jornalista Tereza Cruvinel, publicada no mesmo dia no jornal O Globo. Senador Antônio Carlos Valadares.	329	Faz apelo à Câmara dos Deputados, à celeridade na tramitação de Projeto de Lei do Senado 130, de 2001, de autoria de S.Exa., que cria adicional tarifário sobre os recursos obtidos nas vendas das passagens aéreas das linhas domésticas para subsidiar a aviação regional na Amazônia. Senador Mozarildo Cavalcanti.	551

Ata da 38ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Mão Santa, Sibá Machado e da Srª Lúcia Vânia

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, emenda da Câmara a projeto de lei do Senado que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lida a seguinte:

EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999 (Nº 2.516/2000, naquela Casa)

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

EMENDA

Suprima-se do § 1ºA, constante do art. 1º do projeto, a expressão “em instituições públicas gratuitas”.

PROJETO APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, alterado pela Lei nº 6.465, de 14 de novembro de 1977, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º– A:

“§ 1º.....”

§1º-A. Os profissionais formados em instituições públicas gratuitas, salvo motivo escusável ou de força maior, plenamente justificado e assim reconhecido por decisão judicial, devem aceitar nomeações judiciais, em número

anual não superior a três, no prazo de cinco anos a contar da data de conclusão do curso, para elaboração de perícias quando o ônus da prova couber a beneficiários da assistência judiciária.”

“§ 2º”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de fevereiro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950

Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

Art. 14. Os profissionais liberais designados para o desempenho do encargo de defensor ou de perito, conforme o caso, salvo justo motivo previsto em lei ou, na sua omissão, a critério da autoridade judiciária competente, são obrigados ao respectivo cumprimento, sob pena de multa de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), sujeita ao reajustamento estabelecido na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, sem prejuízo de sanção disciplinar cabível. (Redação dada pela Lei nº 6.465, de 14-11-77)

§ 1º Na falta de indicação pela assistência ou pela própria parte, o juiz solicitará a do órgão de classe respectivo. (Incluído pela Lei nº 6.465, de 14-11-77)

2º A multa prevista neste artigo reverterá em benefício do profissional que assumir o encargo na causa. (Redação dada pela Lei nº 6.465, de 14-11-77)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A **Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2004
(Nº 3.329/97, na Casa de Origem)

Dispõe sobre a concessão do benefício Seguro-Desemprego ao produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rurais em períodos de safras frustradas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 (dezesseis) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo, farão jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de frustração de safra agrícola.

§ 1º O benefício do seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, observado o disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 9.900, de ao de junho de 1994.

§ 2º O período de safra frustrada, em âmbito regional ou nacional, é o fixado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e/ou pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, considerando-se, para tanto, aquele que for declarado primeiro.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o trabalhador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego declaração comprobatória da atividade rural, expedida pelo sindicato de trabalhadores rurais ou pelo representante local do Ministério Público.

Art. 3º O benefício assegurado nesta lei poderá ser requerido a partir da publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.329, DE 1997

Dispõe sobre a concessão do benefício Seguro-Desemprego ao produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rurais em períodos de safras frustradas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo, fero jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de frustração de safra agrícola.

§ 1º O benefício do seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei número 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

2º O período de safra frustrada, em nível regional ou nacional, é o fixado pelo Ministério de Estado da Agricultura e/ou pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, considerando-se, para tanto, aquele que for declarado primeiro.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o trabalhador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho, declaração comprobatória da atividade rural, expedida pelo sindicato de trabalhadores rurais ou pelo representante local do Ministério Público.

Art. 3º O benefício assegurado nesta lei poderá ser requerido a partir da publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O **caput** do art. 5º da Constituição Federal prescreve clara e sabiamente: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, (...). Já o art. 7º, inciso II, de nossa Carta Magna, assegura:

“São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I –

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

.....

A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o seguro-desemprego, também trata da criação do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador –, que tem sido, nos dias atuais, de grande serventia para financiar programas de desenvolvimento econômico e social.

Assim, cabe ao FAT, via BNDES, um pouco do papel de regular diferenças sociais e econômicas através da cobertura de projetos. O FAT presta-se a esta

importante função por meio do pagamento de abono salarial e principalmente do seguro-desemprego, que vem sendo urna forma mínima e bastante restrita de distribuição de renda, e uma pequena esperança de sustentação provisória aos trabalhadores que se encontram desempregados, ou excluídos, dados os tristes dados apurados pela Pesquisa Emprego e Desemprego, da Fundação Seade/Dieese sobre a quantidade de trabalhadores sem ocupação em importantes regiões metropolitanas do país (19,9% em Salvador, 18% no Distrito Federal, 15% em São Paulo ...).

2. Em 1991, o seguro-desemprego passou a ser direito também de pescadores em períodos de defeso, através da Lei nº 8.287/91, representado uma justa ampliação do benefício. Mesmo assim, a legislação continua a impedir, com rigor, que o seguro-desemprego atingia aos obreiros que se encontram ausentes do mercado formal de trabalho, que são, de acordo com dados do próprio Ministério do Trabalho, quase 50% dos trabalhadores, e também aqueles contra os quais permanece razoável dificuldade de acesso à formalidade. Esta triagem legal impõe um sério limite à finalidade do seguro-desemprego como distribuidor de rendas, e ao aproveitamento das verbas do FAT, além de confrontar os princípios constitucionais supra-registrados.

Exclui, por exemplo, a categoria profissional objeto do presente projeto de lei a saber: os produtores, parceiros, meeiros e arrendatários rurais que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, e que ficam sem qualquer rendimento em épocas de quebra de safras agrícolas. É o caso dos períodos de secas ou da "seca verde", que ora se abatem na região nordeste do País. Desassistidos, estes trabalhadores rurais não encontram outra opção senão o deslocamento para centros urbanos, onde a situação se mostra igual ou pior do que aquela de origem. E mais: não raro estes trabalhadores transportam consigo seus familiares, provocando uma ampla obrigação, por parte dos administradores urbanos, no sentido de assisti-los nas mais diversas áreas: saúde, educação, assistência social, moradia, alimentação, trabalho.

Ao mesmo tempo, a ausência de estímulos para que os trabalhadores rurais permaneçam em suas áreas em épocas de safras frustradas, impede uma produção agrícola futura, acarretando problemas posteriores. A presente proposição pretende manter, nestas áreas, estes pequenos produtores e assalariados rurais, que, pela falta de apoio governamental, exercem a atividade de mais alto risco no Brasil.

É muito expressivo o número de virtuais beneficiários da presente proposição, conforme o demonstra o quadro seguinte:

REGIÕES	N.º ESTAB. TOTAL	N.º ESTAB. FAMILIAR	% REGIONAL	% NACIONAL
NORTE	543.713	446.177	82	10
NORDESTE	2.798.239	2.312.678	83	53
SUDESTE	993.978	546.046	55	13
SUL	1.198.542	918.827	77	21
CENTRO-OESTE	267.337	115.325	43	3
TOTAL	5.801.809	4.339.053	75	100

Fonte: FAO/INCRA - Sistematização do IBGE/Centro Agropecuario 1985

A agricultura familiar ocupa 14 milhões de pessoas, ou seja, 80% da mão de obra rural, sendo responsável por 79% da produção de feijão. 60% da produção de milho. 84% de suínos, 61% de arroz, 71% de algodão, e 51% de batata, produtos voltados para o abastecimento do mercado interno. (Dados FAO/IncrA).

Estima-se que anualmente cerca de 200 mil famílias deixam o meio rural, em face da completa ausência de políticas públicas que assegurem um mínimo de condições de subsistência, agravando ainda mais o quadro caótico nas periferias das médias e grandes cidades.

3. Entretanto, caminhando para o lado oposto da finalidade de assistência aos trabalhadores sem rendimentos, o FAT passou, a partir de 1994, a financiar o Fundo Social de Emergência (FSE), hoje Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que se dirige, segundo dispositivo constitucional às áreas de saúde, assistência, previdência, educação, e outros setores à discricionariedade do governo federal.

Ocorre que as verbas do FEF têm tido destinação cada vez maior na cobertura de contas da administração pública, detalhado acompanhamento feito pelo Deputado Paulo Bernardo (PT/PR), e por sua assessoria, apurou esta situação. A seguir, transcrevemos parte de seu relato sobre a questão específica sobre despesas do FEF:

"As despesas do Fundo estão definidas na Emenda Constitucional que o instituiu, determinando que seus recursos sejam aplicados prioritariamente⁽¹⁾ no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e despesas orçamentárias associadas⁽²⁾ a programas de relevante interesse econômico e social".

Tirando a realização de despesas associadas a programa de relevante interesse econômico e social, o que fica a cargo do poder discricionário do Executivo, é possível a partir de 94, acompanhar a aplicação dos recursos do FSE/FEF nas diversas funções de governo e, especialmente, nas determinadas pela emenda constitucional:

Totais por Função

Em R\$ 1,00

FUNÇÃO	ORÇAMENTO 94		ORÇAMENTO 95		ORÇAMENTO 96	
	LIQUIDADO	% DO LIQUID. S/O TOTAL	LIQUIDADO	% DO LIQUID. S/O TOTAL	LIQUIDADO	% DO LIQUID. S/O TOTAL
Assistência e Previdência	8.127.603.388	46,96	14.606.527.251	64,58	13.467.842.651	54,76
Saúde e Saneamento	5.081.306.673	29,36	1.695.442.290	7,50	2.185.869.226	8,89
Educação e Cultura	1.714.871.771	9,91	2.503.860.076	11,07	1.788.961.834	7,27
Defesa Nacional e Segurança Pública	924.262.646	5,34	900.952.934	3,98	3.336.799.850	13,57
Agricultura	599.272.808	3,46	380.431.715	1,68	760.536.594	3,09
Administração e Planejamento	387.573.746	2,24	1.201.298.899	5,31	1.323.619.674	5,38
Trabalho	207.399.223	1,20	274.866.466	1,22	269.923.215	1,10
Relações Exteriores	134.532.318	0,78	162.639.036	0,72	130.333.238	0,53
Desenvolvimento Regional	73.382.189	0,42	137.789.973	0,61	192.362.990	0,78
Transporte	33.977.858	0,20	350.886.447	1,55	694.687.170	2,82
Energia e Recursos Minerais	10.656.052	0,06	176.205.021	0,78	121.060.958	0,49
Judiciária	5.595.574	0,03	45.504.804	0,20	97.912.378	0,40
Legislativa	4.805.196	0,03	77.333.070	0,34	99.340.100	0,40
Habituação e Urbanismo	605.976	0,00	0	0,00	78.561.351	0,32
Comunicações	246.961	0,00	64.632.689	0,29	31.095.131	0,13
Indústria, Comércio e Serviços	157.236	0,00	37.858.538	0,17	14.457.458	0,06
TOTAL	17.306.249.614	100,00	22.616.229.209	100,00	24.593.383.818	100,00

Fonte: SIAFI/PRODASEN/AOFF-CD

Obs.: Estão computados as fontes 199 e 399 valores nominais

(1) e (2) - expressões que não existiam na Emenda Constitucional que instituiu o FSE para os exercícios de 94 e 95.

A despesa com maior participação nos recursos do Fundo, desde a sua instituição em 1994, é a Assistência e Previdência. O segundo maior gasto foi com Saúde, que consumiu 29,36% dos recursos do Fundo, seguido de Educação e Cultura, com 9,96%. No ano de 95 e 96 a Saúde teve uma queda considerável na participação dos gastos do FEF. Passou de 29,36% em 94 para 7,50% em 95, e 8,89% em 96. A Educação teve um aumento em 95, comprometendo 11,07% dos recursos do Fundo, e uma queda para 7,27% em 96.

A função que apresentou crescimento linear foi a de Administração e Planejamento, que passou de 2,24% em 94, para 5,31% em 95 e 5,38% em 96.

Frente a estes dados, pode-se afirmar que a aplicação de recursos do FEF no custeio das ações de educação e saúde, áreas priorizadas – Emenda Constitucional, vem caindo drasticamente.

A inconstância na realização de despesas do Fundo demonstra que seus recursos são utilizados para “tapar buracos” nas contas públicas. O saneamento pretendido, através da aplicação prioritária de recursos em determinadas ações, não se verifica.

Esta situação fica evidente quando acompanha-se o crescimento surpreendente dos gastos do FEF com a função Defesa Nacional e Segurança Pública, que passou de 3,98% em 95 para 13,57, em 96, superando os recursos destinados para a saúde e para a educação neste ano.

A maior parte dos recursos destinados para Defesa Nacional e Segurança Pública é gasta no pagamento de pessoal das Forças Armadas – R\$1,9 bilhões. Do restante, R\$649 milhões vão para a Manutenção das Organizações Militares; R\$160,6 milhões para Coordenação da Polícia Militar; R\$291,4 milhões para a Coordenação dos Serviços Policiais; R\$96,1 milhões para a Polícia Rodoviária Federal; R\$82,2 milhões para Policiamento de Natureza Civil, entre outras atividades de menor vulto.”

Tendo em vista a transferência de verbas do FAT para o FEF, de forma a esvaziar investimentos em saúde, educação, assistência e valorização do trabalho, e ampliar, sem justificativas, o volume de dinheiro para cobrir a política do governo federal, de evidente caráter deficitário, nada mais justo de reorientar as verbas do FAT, tanto para recusar deslocamento de parte de seus recursos para o FEF, quanto para destacar o presente projeto de lei, que visa dar importância à finalidade original] prevista na Lei nº 7.998/90.

A proposição que ora lhes submetemos, Senhoras e Senhores Deputados, tem incomensurável alcance social, razão por que acreditamos no determinante apoio de todos os pares nesta Casa.

Sala das Sessões, 25 de junho de 1997. – Alcides Modesto – Fernando Ferro – Haroldo Sabóia – João Fassarela – Luiz Eduardo Grehalgh – Adão Preto – Geraldo Pastana – João Coser – Luiz Mainardi – Padre Roque.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.998 DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

LEI Nº 8.900, DE 30 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.

Art. 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 4º O período máximo de que trata o caput poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004
(Nº 3.371/97, na Casa de Origem)

Altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11, de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VII do art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com, a seguinte redação:

“Art. 259.

VII – quando o litígio tiver por objeto bem imóvel, o valor da estimativa fiscal de lançamento do imposto territorial ou predial.” (NR)

Art. 2º O art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 259.

VIII – quando o litígio tiver por objeto bem móvel, o valor arbitrado ao bem disputado.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.371, DE 1997

Acrescenta dispositivos ao art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 259.

VIII – quando o litígio tiver por objeto bem imóvel, o valor da estimativa fiscal de lançamento do imposto territorial;

IX – quando o litígio tiver por objeto bem móvel, o valor do bem disputado;

X – na ação de despejo, o correspondente a um ano de aluguel.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos termos da lei processual civil, a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato, O valor deve ser atribuído à causa pelo autor, na própria petição inicial.

Os critérios que o Código manda observar, para o estabelecimento do valor da causa, encontram-se no art. 259. Este artigo, entretanto, não estabelece critérios para feitos relevantes, como, por exemplo, aqueles que tem por objeto bem imóvel, ou bem móvel, e, ainda, para as ações de despejo.

O presente projeto, pois, cuida de aprimorar o art. 259 do CPC, fixando critérios para as ações apontadas.

Estar-se-á, dessa maneira, ampliando o rol dos valores taxativamente determinados pela lei (valores legais), os quais podem ser corrigidos pelo próprio juiz, de ofício.

Creemos que o aprimoramento projetado para o art. 259 será de grande valia para uma melhor fluência dos processos, evitando-se impugnações constantes ao valor da causa. Como conseqüência, teremos uma distribuição de justiça mais ágil, no interesse de toda a sociedade.

Por isso contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 10 de julho 1997, – **Marinha Raupp**

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 5.369, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 259. O valor da causa constará sempre da petição inicial e será:

.....
VII – na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, a estimativa oficial para lançamento do imposto.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2004

(Nº 345/99, na Casa de Origem)

Proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por concessionárias de distribuição de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água e saneamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a cobrança, pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água e saneamento, de qualquer valor a título de religação de serviços às unidades consumidoras enquadradas na categoria de baixa renda, nos termos da legislação específica.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo não se aplica no caso de a interrupção de fornecimento do serviço ter sido solicitada pelo consumidor.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se religação o procedimento efetuado pela concessionária com o objetivo de restabelecer o fornecimento à unidade consumidora.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 345, DE 1999

Proíbe a cobrança de taxa de religação por concessionárias de distribuição de energia elétrica.

O Congresso Nacional nos termos dos arts. 48 e 66 da Constituição Federal decreta:

Art. 1º Esta lei proíbe a cobrança de taxa de religação pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Art. 2º Fica proibida a cobrança de taxa de religação para fornecimento pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo não se aplica no caso de a interrupção de fornecimento de energia elétrica ter sido solicitada pelo consumidor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A inadimplência do consumidor de energia elétrica, pela legislação vigente, é punida com a aplicação de multa sobre o montante da dívida e, eventualmente, pela suspensão no fornecimento. A cobrança de taxa de religação não constitui pena acessória, senão uma outra pena, caracterizando dupla punição pela mesma falta.

Na maior parte das vezes, a inadimplência é causada pela baixa capacidade econômica do consumidor, ou circunstancial falta de liquidez. Tais situações são freqüentes com pessoas de baixo poder aquisitivo, que compõem as camadas mais pobres da sociedade.

A proposição, pois, além de buscar corrigir inobservância a um princípio de justiça, contém concreto apelo social, uma vez que exime as camadas mais pobres de nossa sociedade de mais um encargo injusto.

Sala das Sessões, 18 de março de 1999. – Deputado **Wilson Santos**.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004

(Nº 3.986/2000, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, fica acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 7º São de notificação compulsória às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados:

.....
 III – de intoxicação por agrotóxicos.
”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.986, DE 2000

Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São de notificação compulsória às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados de intoxicação por agrotóxicos.

Art. 2º Ficam obrigados a cumprir o disposto no **caput** os médicos e outros profissionais de saúde no exercício da profissão, assim como os responsáveis por serviços públicos e privados de saúde.

Art. 3º A inobservância do disposto na presente Lei sujeita o infrator as penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O uso de agrotóxicos no Brasil é disseminado e realizado em grande escala. Milhões de trabalhadores têm contato direto com tais produtos que, como é de conhecimento de todos, constituem-se em grave ameaça a saúde e a vida.

Sem entrar no mérito das principais causas que levam a utilização indiscriminada de agrotóxicos na agricultura brasileira, certo é que os casos de intoxicação são crescentes e alarmantes. Inúmeras vidas são perdidas sem que as autoridades tomem providências enérgicas ao menos para controlar minimamente essa situação.

Não se tem sequer uma estatística confiável sobre os casos e onde eles ocorrem. Sem esses elementos básicos, torna-se absolutamente impossível o planejamento de uma ação eficiente de prevenção e controle das intoxicações por agrotóxicos.

Ademais, a intervenção nessas situações tem que ser a mais rápida possível, única forma de se evitar novos casos e mais mortes.

Assim, a notificação compulsória de todos os casos de intoxicação passaria a se constituir em um instrumento fundamental para a montagem de um sistema de vigilância epidemiológica, que possibilitasse ações concretas e tempestivas no controle desse agravo que atinge milhões de trabalhadores.

Os médicos e outros profissionais de saúde passam a ter uma grande responsabilidade nesse processo. O não cumprimento de suas obrigações, isto é, se deixarem de notificar, poderá levá-los a sofrer sérias penalidades. Este mesmo raciocínio aplica-se para os dirigentes das unidades de saúde públicas e privadas.

Pelo exposto e pela relevância da matéria, clamamos os ilustres pares a aprovar este projeto de lei.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2000.
 – Deputado **Dr. Rosinha.**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.259, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975

Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.

.....
 Art. 7º São de notificação compulsória às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados:

I – de doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional;

II – de doenças constantes de relação elaborada pelo Ministério da Saúde, para cada Unidade da Federação, a ser atualizada periodicamente.

§ 1º Na relação de doenças de que trata o inciso II deste artigo será incluído tem para casos de “agravo inusitado à saúde”.

§ 2º O Ministério da Saúde poderá exigir dos Serviços de Saúde a notificação negativa da ocorrência de doenças constantes da relação de que tratam os itens I e II deste artigo.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2004

(Nº 4.176/2001, na Casa de origem)

Dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serão transferidas, a título gratuito, aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará, mediante a anuência destes, as terras da União, com as benfeitorias existentes, situadas nos respectivos territórios, ressalvadas as áreas destinadas à exe-

cução de serviços públicos federais e estaduais, as áreas de preservação ambiental e as ocupadas por particulares.

Parágrafo único. As terras ocupadas por particulares serão alienadas nos termos da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1999, e demais disposições legais pertinentes, assegurada a participação dos Municípios nos processos de regularização e alienação dessas áreas.

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias para o cumprimento do disposto no art. 1º desta lei no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de publicação desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.176, DE 2001

Dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serão transferidas, a título gratuito, aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará, mediante a anuência destes, as terras da União, com as benfeitorias existentes, situadas nos respectivos territórios, ressalvadas as áreas destinadas à execução de serviços públicos federais e estaduais, as áreas de preservação ambiental e as ocupadas por particulares.

Parágrafo único. As terras ocupadas por particulares serão alienadas nos termos da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e demais disposições legais pertinentes, assegurada a participação dos Municípios nos processos de regularização e alienação dessas áreas.

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias para o cumprimento do disposto no artigo anterior no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os Municípios de Belterra e Aveiro têm sua história ligada à instalação do projeto denominado Fordlândia, a partir de 1928, no Estado do Pará. O projeto foi desenvolvido pela Companhia Ford industrial do Brasil, por iniciativa do grande empresário norte-americano Henry Ford, que visava obter suprimento próprio de borracha mediante o plantio de seringueiras e a extração do látex. Para esse fim, o governo estadual concedeu à empresa uma área de terras localizada nas regiões de Fordlândia (Município de Aveiro) e Belterra

(ex-distrito de Santarém). Os moradores dessas localidades eram, em sua grande maioria, trabalhadores vinculados ao empreendimento, que, além de empregos, proporcionou-lhes moradia e boas condições de infra-estrutura, entre outros benefícios.

Todavia, fatores como o baixo preço da borracha natural no mercado mundial, o advento da borracha sintética e a terceirização dos componentes dos veículos levaram ao abandono do projeto original, do que resultou, em 1945, a aquisição das terras pelo governo federal, inicialmente por meio do Instituto Agrônomo do Norte e, posteriormente, às entidades que o sucederam, passando finalmente ao domínio da União.

No caso de Belterra, é importante frisar que quase todos os bens públicos situados em seu território pertencem à União. O Município, ex-distrito de Santarém, foi criado pela Lei estadual nº 5.928/95, cujo art. 5º estabelecia que “os bens públicos municipais situados no território do Município ora criado passarão a sua propriedade, independentemente de indenização, e serão transcritos no Livro de Bens Patrimoniais”. Como a quase totalidade dos bens públicos de Belterra jamais pertenceu a Santarém e, sim, à União, criou-se o impasse atual, com sérios problemas administrativos para o Município.

A necessidade de cessão dos imóveis aos Municípios de Belterra e Aveiro já foi reconhecida por uma comissão técnica constituída por servidores de vários ministérios e presidida por representante do Ministério da Fazenda, com o objetivo de estudar e propor alternativas de utilização do restante do acervo da extinta Cia. Ford industrial do Brasil (conforme Portada do Ministério da Fazenda nº 96, de 30-4-97). Eis algumas das conclusões da Comissão:

“5.17. Pela necessidade de definir e materializar topograficamente as áreas urbanas de Belterra e Fordlândia e respectivas áreas de expansão, disponibilizando-as juntamente com os equipamentos públicos para cessão aos respectivos Municípios.

5.18. Pela alienação dos imóveis residenciais, comerciais e das áreas edificadas por particulares, preferencialmente, em favor dos legítimos ocupantes, e pela disponibilização e cessão de imóveis, mediante destinação específica, a instituições federais e estaduais, e aos Municípios de Belterra e Aveiro.”

Apesar dessas recomendações e de algumas ações realizadas pela Secretaria do Patrimônio da União visando resolver o problema, concretamente nada foi feito para solucioná-lo. Entre os transtornos causados por essa indefinição, cabe lembrar que, sem

a propriedade dos imóveis na zona urbana, os administradores municipais encontram sérias dificuldades para promover os tão necessários investimentos em educação, saúde e infra-estrutura, além de não poderem cobrar impostos cuja receita seria revertida em benefício da população local. Na área rural os problemas não são menores, pois as centenas de agricultores estabelecidos em regime precário de ocupação não têm acesso ao crédito rural e, conseqüentemente, ficam impedidos de aumentar sua produção, novamente com prejuízo para a economia local.

São estas as razões que nos levam a submeter a presente proposição à apreciação dos ilustre pares.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2001. – Deputado **José Priante**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998

Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2004

(Nº 6.765/2002, na Casa da origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego, informações constantes no cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, a partir de 1976, sobre os vínculos e as remunerações dos segurados.

§ 1º A aceitação de informações relativas a vínculos e remunerações inseridas extemporaneamente no

CNIS fica condicionada à apresentação de documentos comprobatórios dos dados ou das divergências apontadas, conforme critérios definidos pelo INSS.

§ 2º Considera-se extemporânea a inserção de dados decorrente de documento inicial ou de retificação de dados anteriormente informados, apresentado após o último dia do ano seguinte ao de apresentação no prazo legal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.765, DE 2002

Dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º O instituto Nacional do Seguro Social – INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego, informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre os vínculos e as remunerações dos segurados.

§ 1º A aceitação de informações relativas a vínculos e remunerações inseridas extemporaneamente no CNIS fica condicionada à apresentação de documentos comprobatórios dos dados ou das divergências apontadas, conforme critérios definidos pelo INSS.

§ 2º Considera-se extemporânea a inserção de dados decorrente de documento inicial ou de retificação de dados anteriormente informados, apresentado após o último dia do ano seguinte ao da apresentação no prazo legal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 337, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego”.

Brasília, 7 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM nº 25

Brasília, 22 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter à Vossa Excelência anteprojeto de lei que dispensa o segurado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS da comprovação dos seus vínculos empregatícios a partir de 1976, para fins de requerimento de benefícios perante a Previdência Social.

A proposta facilitará ao trabalhador a comprovação perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS do direito à obtenção do benefício previdenciário. Em uma etapa anterior, a aprovação da Lei 10.403, de 8 de janeiro de 2002 possibilitou que os trabalhadores fossem dispensados de apresentar documentos que comprovassem seus vínculos e remunerações para o período posterior a julho de 1994, mediante a utilização das informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS.

Com a alteração que ora propomos, a comprovação pelo trabalhador de sua filiação e do tempo de contribuição à Previdência Social, quando do requerimento de benefícios, para o período que se inicia em 1976, será bastante facilitada, já que o CNIS, alimentado por informações da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, reúne informações suficientes para essa finalidade.

Cabe registrar, que foi realizada uma avaliação referente à qualidade dos dados sobre empregos existentes no CNIS com data anterior a julho de 1994. Foram analisadas 12 variáveis relacionadas aos vínculos trabalhistas e consideradas de extrema relevância para o processo de concessão de benefício previdenciário. Essas variáveis são: identificação do trabalhador, identificação do empregador, admissão, rescisão, vínculo trabalhista, código de ocupação, código de afastamento, data de início e término do afastamento.

As variáveis selecionadas passaram por um total de 594 testes, que avaliaram dimensões de acurácia, completeza, atualidade e consistência. Os testes foram efetuados sobre três amostras retiradas da base do CNIS que contemplaram, no total, os registros de vínculos trabalhistas de cerca de 312 mil trabalhadores. O dimensionamento e a forma de extração da amostra garantem uma margem de erro inferior a 2%.

Agregando-se todos os resultados obtidos em cada uma das variáveis chegamos à conclusão de que 69% dos registros passaram por todos os testes sem nenhuma restrição. Os outros 31% dos registros

apresentaram pelo menos uma não conformidade. Isso significa que os registros de vínculos trabalhistas de sete em cada dez trabalhadores foram aprovados em todos os testes realizados, apontando inequivocamente para a possibilidade de utilização dos dados do CNIS para a comprovação de vínculos trabalhistas e do tempo de contribuição dos segurados da Previdência Social.

Os dados do CNIS estarão disponíveis a todos os segurados da previdência social que poderão verificar a regularidade de suas informações, podendo, ainda, em caso de falha cadastral promover a qualquer momento a sua regularização. Cabe registrar, que esse procedimento está amparado pela redação atual do § 2º do art. 29A da Lei nº 8.213, de 1991.

Com a aprovação do anteprojeto em tela, em poucos anos, nenhum empregado ou contribuinte individual precisará apresentar qualquer tipo de documento comprobatório de relação empregatícia e de salários. Mais que isso, o segurado terá mais comodidade no momento de solicitar a sua aposentadoria, pois bastará sua apresentação ao INSS, sendo o benefício automaticamente concedido, sem que ele apresente um único documento, além da própria identidade.

Adicionalmente, o processo de reconhecimento do benefício irá tornar-se mais ágil. Será possível identificar os segurados que estão em vias de obter o direito de aposentadoria ou que o obtiveram e, de forma automática, avisá-los que estão na iminência de completar os requisitos para a aposentadoria ou que já os completaram.

A presente proposta resultará, também, em um confiável instrumento de combate a fraudes e erros administrativos, pois as informações nele constantes devem seguir uma seqüência de vínculos existentes em três bancos de dados distintos (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS), o que dificultará a inserção de dados falsos ou a concessão de benefícios com informações controversas.

Estamos propondo, por fim, regras que disciplinam a inserção ou retificação extemporânea dos dados relativos a vínculos e remunerações do CNIS que, sem inibir os acertos necessários, coibirá eventuais ações delituosas.

Essas, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, são as razões que nos levam a submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o presente anteprojeto de lei.

Respeitosamente, – **José Cechin**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

.....
Art. 29. O salário-de-benefício consiste: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

I – para os benefícios de que tratam as alíneas **b** e **c** do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário; (Inciso Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

II – para os benefícios de que tratam as alíneas **a**, **d**, **e** e **h** do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.” (Inciso Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

§ 2º O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

§ 3º Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário (gratificação natalina). (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15-4-94)

§ 4º Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.

§ 5º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

§ 6º No caso de segurado especial, o salário-de-benefício, que não será inferior ao salário mínimo, consiste: (Parágrafo Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

I – para os benefícios de que tratam as alíneas **b** e **o** do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário;

II – para os benefícios de que tratam as alíneas **a**, **d**, **e** e **h** do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

§ 7º O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula constante do Anexo desta Lei. (Parágrafo Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99).

§ 8º Para efeito do disposto no § 7º, a expectativa de sobrevida do segurado na idade da aposentadoria será obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos. (Parágrafo Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

§ 9º Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados: (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.876 de 26-11-99)

I – cinco anos, quando se tratar de mulher;

II – cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;

III – dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercido das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Art. 29-A. O INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre as remunerações dos segurados. (Artigo incluído pela Lei nº 10.403, de 8-1-2002)

§ 1º O INSS terá até 180 (cento e oitenta) dia, contados a partir da solicitação do pedido, para fornecer ao segurado as informações previstas no **caput** deste artigo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.403, de 8-1-2002)

§ 2º O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comproba-

tórios sobre o período divergente. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.403, de 8-1-2002)

.....
LEI Nº 10.403, DE 8 DE JANEIRO DE 2002

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.
.....
.....

V –

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

.....“(NR)

“Art. 32.
.....
.....

V – (VETADO)

.....“(NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11.
.....
.....

V –

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

.....”(NR)

“Art. 17.
.....
.....

§ 1º Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado.

.....“(NR)

“Art. 29-A. O INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre as remunerações dos segurados.

§ 1º O INSS terá até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da solicitação do pedido, para fornecer ao segurado as informações previstas no *caput* deste artigo.

§ 2º O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período divergente.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Roberto Brant.**

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2004

(Nº 7.122/2002, na Casa de origem)

Acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, estabelecendo em 20 (vinte) anos a prescrição da pretensão de reparação relativa a acidente do trabalho ou a doença ocupacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 206.
.....
.....

§ 6º Em 20 (vinte) anos, a pretensão de reparação relativa a acidente do trabalho ou a doença ocupacional. “ (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 7.122, DE 2002

Acrescenta § 6º ao art. 206 do Novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002), estabelecendo em vinte anos a prescrição da pretensão da repartição relativa a acidente de trabalho ou a doença ocupacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 206 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 206.
.....
.....

§ 6º Em vinte anos, a pretensão de reparação relativa a acidente do trabalho ou a doença ocupacional.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) entrará em vigor em 10 de janeiro de 2003.

Apesar de conter inúmeros avanços, no que tange à prescrição relativa ao acidente do trabalho há grave retrocesso no novo Código Civil.

Atualmente, de acordo com o art. 177 do Código Civil em vigor desde 1916, o prazo prescricional para me propor ação de indenização decorrente de ato ilícito em acidentes de trabalho é de vinte anos.

A Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador, do Ministério Público de Estado do Paraná, através do Procurador de Justiça João Zaions Júnior, do Promotor de Justiça Marco Antônio Correa de Sá, e da assessora jurídica Rosana Mara Brittes, realizaram elaborado estudo acerca da necessidade de modificação da prescrição prevista no Novo Código Civil Brasileiro, quanto a reparações relativas a acidentes do trabalho.

Não há qualquer motivo para que seja diminuído o referido prazo prescricional de vinte para apenas três anos, conforme previsto na atual redação do art. 206 do Novo Código Civil. O presente Projeto de Lei visa evitar que tal retrocesso seja Implementado em nosso país.

O Brasil é detentor do vergonhoso título de campeão mundial em acidentes do trabalho. Destaque-se que muitos acidentes não são sequer comunicados, e não fazem portanto parte das estatísticas oficiais.

Muitos empregadores tratam a questão da segurança do trabalho com irresponsabilidade, incompetência e desumanidade, tratando o trabalhador como uma peça sujeita a preço de mercado, descartável quando não se presta mais a sua finalidade. A lógica hegemônica do mercado, aplicada cegamente em inúmeras empresas, faz com que não sejam aplicados os recursos devidos à construção de um ambiente de trabalho seguro e adequado, ocasionando a quantidade absurda de acidentes do trabalho existente hoje no País.

Lamentavelmente, tampouco o Ministério do Trabalho cumpre adequadamente com sua função de fiscalizar as condições de trabalho, e obrigar os empregadores a garantir que o ambiente de trabalho seja hígido e seguro. Uma estrutura adequada de fiscalização, caso existente, permitiria uma considerável redução no assustador número de acidentes laborais.

Prova de que o prazo prescricional de três anos é extremamente exíguo pode ser encontrada na Norma Regulamentadora 15, em seu Anexo XII. Este prevê a necessidade de monitoramento dos trabalhadores que laboram em ambientes com poeiras de asbestos, por até 30 anos, eis que em tal período a doença pode se manifestar.

Deve-se ressaltar também o fato de que via de regra o acidentado ou o doente opcional não possui informação adequada acerca de seus direitos, e tampouco tem acesso adequado ao Poder Judiciário.

Infelizmente, passados 14 anos do advento da Carta Magna de 1988, ainda infelizmente na maior parte do País um serviço adequado de Defensoria Pública.

Outro motivo que demonstra a necessidade de ser mantido o prazo prescricional relativo aos acidentes do trabalho em vinte anos reside no fato de que, em caso de óbito do trabalhador acidentado, serão seus herdeiros que terão de ajuizar a ação indenizatória. Também em tal situação, o prazo de três anos não se apresenta razoável.

Destacamos que o presente Projeto de Lei mostra-se em consonância com os princípios da Constituição Federal de 1988. A República Federativa do Brasil tem como fundamento, nos termos do art 1º, o respeito à “dignidade da pessoa humana”. De acordo com o art. 5º, III, “...ninguém será submetido a tratamento desumano. Obrigar o empregado a laborar em condições desumanas implica frontal desrespeito a tais princípios. O mesmo art. 1 da Constituição Federal brasileira coloca o valor social do trabalho como bem juridicamente tutelado e como fundamento para a construção de um Estudo Democrático de Direito.

A luta pelo respeito à integridade do trabalhador visa também lembrar à sociedade os princípios fundamentais de solidariedade e valorização humana, que ela própria fez constar do documento jurídico/político que é a Constituição.

A dignidade da pessoa humana é a origem da qual deve partir todo o ordenamento jurídico pátrio, permeado sempre pela concepção do trabalho como instrumento de efetivação da justiça social, bem como pela noção de que o direito de propriedade deve ser exercido segundo sua função social, nos termos do art. 5º, XVIII, da Constituição Federal de 1988.

A doutrina pátria destaca as conseqüências da importância da prevalência da dignidade da pessoa humana em nosso ordenamento jurídico, para as relações de trabalho: “...o contrato de trabalho adquiriu *status* constitucional a partir de 05.10.88. As novas conquistas resultantes dos direitos fundamentais e sociais previstos nos artigos 5º e 7º da CF impõem aos empregadores novas responsabilidades, além das de pagar salário, cabendo-lhes oferecer ao trabalhador um local de trabalho sadio, seguro, onde haja inclusive respeito à sua dignidade, à sua personalidade, à própria honra, onde possa trabalhar.” (Salvador. Luiz. Realidade atual acrescenta novos contornos à caracterização do contrato de trabalho, enquadrando-se nas regras da competência da justiça do trabalho. Boletim Bonijuris Legislação Trabalhista, n. 260. p. 3312.30 out. 2000).

Ingo Sarlet destaca a importância da evolução apresentada – Carta Magna de 1988: “Igualmente

sem precedentes em nossa evolução constitucional foi o reconhecimento, no âmbito do direito positivo, do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. III, da CF), que não foi objeto de previsão no direito anterior. Mesmo fora do âmbito dos princípios fundamentais, o valor da dignidade da pessoa humana foi objeto de previsão por parte do Constituinte,... quando estabeleceu que a ordem econômica tem por fim assegurar a todas uma existência digna (art 170, *caput*). ...Assim, ao menos neste final de século, o princípio da dignidade da pessoa humana mereceu a devida atenção na esfera do nossa direito constitucional.”

Para Maurício Antônio Ribeiro Lopes o princípio da intangibilidade da dignidade da pessoa humana é o “ponto de partida e de chegada de todo o ordenamento jurídico num Estado de Direito.” Trata-se de princípio que estrutura a ordem constitucional e norteia todo o sistema jurídico, a partir do texto constitucional. A redução da prescrição relativa aos acidentes do trabalho de vinte para três anos, contida no novo Código Civil, apresenta-se em desacordo com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, e por tal motivo apresentamos o presente Projeto de Lei, visando impedir que tal retrocesso venha a se realizar.

O direito à integridade do homem consta também da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, que trata expressamente do direito à integridade física, psíquica e moral, e à dignidade:

“Artigo 5º.....

Direito à integridade Pessoal

1.Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral. (...)”

A ausência de um sistema adequado de prevenção dos acidentes do trabalho prejudica a sociedade como um todo, corroendo as relações sociais, e degradando o trabalhador “Com as novas regras da livre concorrência, a insegurança da vida sentimental se estendeu à vida profissional. Qualquer parceria se tornou precária. A presença do outro não mas suscita apelo à colaboração, mas sim desejo de instrumentalização. Tornamo-nos uma multidão anônima, sem rosto, raízes ou futuro comum. E, se tido é provisório, se tudo foi despojado da dignidade que nos fazia quereres agir corretamente, quem ou o que pode apreciar o “caráter moral” de quem quer que seja? Na cultura da “flexibilidade”, como reza o jargão neoliberal, ou fingimos acreditar em valores que não mais existem ou acreditamos, verdadeiramente, em miragens – e a alienação é ainda maior. Isolados do público, pela paixão dos interesses privados, e dos mais próximos

afetivamente, pela degradação do trabalho e pela volubilidade sentimental, erramos em direção ao nada ou a qualquer coisa (Costa, Jurandir Freire. Descaminhos do caráter. *Foha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1999. Caderno Mais!, p. 3).

O trabalho somente pode ser reconhecido como condição salutar de dignidade da pessoa humana se forem asseguradas determinadas condições que garantam seu exercício com higidez e segurança. Por conseguinte, visando a melhoria da segurança do trabalho em nosso País, contamos com o apoio dos ilustres deputados para que o presente Projeto de Lei seja aprovado, de modo a evitar que seja severamente reduzido o prazo para que o trabalhador brasileiro exerça seu direito de pleitear a reparação pelo dano sofrido em razão de acidente do trabalho.

Sala das Sessões, 8.8. 2002, _ **Doutor Rosinha**, Deputado.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
Art. 206. Prescreve:

§ 1º Em um ano:

I – a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos;

II – a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;

b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;

III – a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;

IV – a pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembléia que aprovar o laudo;

V – a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

§ 2º Em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

§ 3º Em três anos:

I – a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

II – a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias;

III – a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela;

IV – a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;

V – a pretensão de reparação civil;

VI – a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;

VII – a pretensão contra as pessoas em seguida indicadas por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo:

a) para os fundadores, da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima;

b) para os administradores, ou fiscais, da apresentação, aos sócios, do balanço referente ao exercício em que a violação tenha sido praticada, ou da reunião ou assembléia geral que dela deva tomar conhecimento;

c) para os liquidantes, da primeira assembléia semestral posterior à violação;

VIII – a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial;

IX – a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

§ 4º Em quatro anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

§ 5º Em cinco anos:

I – a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;

II – a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato;

III – a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2004
(Nº 177/2003, na Casa de origem)

Denomina “Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves” a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ponte localizada na rodovia BR – 497 sobre o rio Paranaíba, que separa o município de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, do município de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, passa a ser denominada “Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 177, DE 2003 ORIGINAL

Denomina “Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves” a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ponte localizada na rodovia BR-497 sobre o rio Paranaíba, que separa o município de carneirinho, Estado de Minas Gerais, do município de Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul, passa a ser denominada “Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Existe um momento crucial na história brasileira contemporânea que permanecerá para sempre como um triste acontecimento lembrando a esperança do povo brasileiro a procurar um novo processo de democratização política nos estertores do regime. O trágico acontecimento ocorreu quando o Presidente da República Tancredo Neves, sem Condições físicas para tomar a posse prevista, em 15 de março de 1985, falece, pouco depois, em um hospital, no dia 21 de abril.

Tancredo de Almeida Neves nasceu na cidade de São João dei Rey, Minas Gerais, em 4 de março de 1910. Aos 22 anos de idade, formou-se em direito em Belo Horizonte, tornando-se promotor de justiça em sua cidade natal, onde, em 1935, iniciou sua vida política como vereador e presidente da Câmara Municipal. O desenrolar de sua vida foi sempre vitorioso, como deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), deputado federal em cinco legislaturas,

secretário de Fazenda de Minas Gerais, primeiro-ministro no Governo João Goulart, senador, governador de Minas Gerais e Presidente da República, eleito em 1985 pelo colégio eleitoral.

Durante o regime militar, Tancredo Neves atuou fundamentalmente no movimento nacional para a redemocratização. Em 1965, com a reforma partidária, integrou-se no famoso Movimento Democrático Brasileiro (MDB) até a extinção do bipartidarismo, quando tornou-se fundador, em 1979, do Partido Popular, posteriormente absorvido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Eleito em 1983 governador de Minas Gerais, tornou-se nome de consenso das correntes de oposição ao regime militar, para novas mudanças democráticas.

Infelizmente, em 14 de março de 1985, véspera de sua posse, foi submetido a uma cirurgia de emergência, em Brasília, mas seu quadro clínico complicou-se devido a uma infecção hospitalar. Transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, sofreu sucessivas cirurgias numa longa agonia que emocionou o País. Morreu no hospital em 21 de abril de 1985.

Parece-nos, assim, muito importante, justo e oportuno homenageá-lo na história brasileira e na lembrança de todos os cidadãos com a denominação de “Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves” á obra de arte construída na BR-497, sobre o rio Paranaíba, razão pela qual solicitamos aos ilustres Parlamentares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. – Deputado **Romel Anízio**.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2004

(Nº 389/2003, na Casa de origem)

Altera o art. 259 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 259 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 259.
.....

§ 3º O número de pontos só será registrado no prontuário do condutor se no auto de

infração constar a assinatura do infrator, como previsto no art. 280 desta lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 389, DE 2003

Altera o art. 259 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 259 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 259.

Parágrafo único. O número de pontos só será registrado no prontuário do condutor se no auto de infração constar à assinatura do infrator, como previsto no art. 280 deste Código.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O registro de pontos por cometimento de infração, no prontuário do condutor, conforme previsto no Código de Trânsito brasileiro, tem sido causa de muita polêmica, haja vista que muitos motoristas profissionais têm sido punidos até com a cassação do documento de habilitação, o que causa sérios problemas sociais.

Não contestamos essa contagem de pontos, já que ela é inibidora do cometimento de infrações de trânsito e tem funcionado bem em vários países do mundo.

O que ocorre é que, aqui no Brasil, muitas vezes o condutor, ao ser autuado por determinadas infrações que lhe são imputadas, fica até sem ter como apresentar a sua defesa. Em resumo, pode ficar até refém do humor do agente da autoridade de trânsito, e sem possibilidade de exercer o contraditório. Assim, irremediavelmente, além de pagar a multa ele terá os pontos no prontuário, o que lhe causará sérios prejuízos.

Para evitar esse tipo de situação, propomos que a contagem dos pontos só vigore quando a autuação seja acompanhada da assinatura do condutor, como está previsto no art. 280 do Código de Trânsito Brasileiro.

Pela importância desta proposição esperamos vê-la aprovada pelos ilustres Deputados.

Sala das Sessões, 18 de março de 2003 – Deputado **Maurício Rabelo**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 259. A cada infração cometida são computados os seguintes números de pontos:

- I – gravíssima – sete pontos;
- II – grave – cinco pontos;
- III – média – quatro pontos;
- IV – leve – três pontos.
- § 1º (VETADO)
- § 2º (VETADO)

.....
Art. 280. Ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:

- I – tipificação da infração;
- II – local, data e hora do cometimento da infração;
- III – caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação;
- IV – o prontuário do condutor, sempre que possível;
- V – identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração;
- VI – assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

§ 1º (VETADO)

§ 2º A infração deverá ser comprovada por declaração da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível, previamente regulamentado pelo CONTRAN.

§ 3º Não sendo possível a autuação em flagrante, o agente de trânsito relatará o fato à autoridade no próprio auto de infração, informando os dados a respeito do veículo, além dos constantes nos incisos I, II e III, para o procedimento previsto no artigo seguinte.

§ 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2004
(Nº 609/2003, na Casa de Origem)

Proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes, alterando as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos; e 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

Art. 2º O art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 30.

.....
§ 9º É proibida a inserção nas certidões de que trata o § 1º deste artigo de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes.” (NR)

Art. 3º O art. 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45.

§ 1º Para os reconhecidamente pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões a que se refere este artigo.

§ 2º É proibida a inserção nas certidões de que trata o § 1º deste artigo de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 609, DE 2003 – ORIGINAL

Proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito da expressão “pobre declarado”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito da expressão “pobre declarado”, alterando as Leis 6.015, de 31 de dezembro de 1973

– Lei de Registros Públicos: 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, e 6.935, de 18 de novembro de 1994.

Art. 2º O art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte § 4º-A:

“Art. 30.

§ 4º-A. É proibida a inserção nas certidões de que trata o § 1º da expressão “pobre declarado”.(NR)

Art. 3º O art. 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45.

§ 1º Para os reconhecidamente pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões a que se refere este artigo.”

§ 2º É proibida a inserção nas certidões de que trata o § 1º da expressão “pobre declarado”.(NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nossa Constituição Federal, pretendendo acabar ou reduzir as desigualdades sociais, almeja proibir e exprobrar, também, toda e qualquer forma de discriminação.

Se há cidadãos brasileiros que não têm a mínima condição econômica para arcar com as custas de certidões de nascimento e óbito e outras certidões, por que colocar no bojo delas expressões como “pobre declarado” ou semelhantes? Para aumentar ainda mais a sua humilhação, os seus infortúnios?

Trata-se, única e exclusivamente, de uma maneira de forçar os pobres de pagar algo que lhes é gratuitamente facultado.

Tal situação não pode continuar.

Nossa proposta visa a acabar de uma vez por todas com esta situação.

Assim, necessário se faz o apoio dos ilustres colegas para coibir esta forma sub-reptícia de discriminação.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2003. _ Deputado,
Elimar Máximo Damasceno, PRONA/SP.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva. (Redação dada pela Lei nº 9.634, de 1997)

§ 1º Os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelo cartório de registro civil.

§ 2º O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas.

§ 3º A falsidade da declaração ensejará a responsabilidade civil e criminal do interessado.

§ 3º-A Comprovado o descumprimento, pelos oficiais de Cartórios de Registro Civil, do disposto no caput deste artigo, aplicar-se-ão as penalidades previstas nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. (Incluído pela Lei nº 9.812, de 1999)

§ 3º-B Esgotadas as penalidades a que se refere o parágrafo anterior e verificando-se novo descumprimento, aplicar-se-á o disposto no art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. (Incluído pela Lei nº 9.812, de 1999)

LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)

Art. 45. São gratuitos os assentos do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva. (Redação dada pela Lei nº 9.534, de 10-12-1997)

Parágrafo único. Para os reconhecimentos pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões a que se refere este artigo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.534, de 10-12-1997)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2004
(Nº 1.703/2003, na Casa de Origem)

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR – 405 e BR – 116, com extremos localizados, respectivamente, nos Estados da Paraíba e do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, subitem Ligações, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, passa a vigorar acrescido da interligação das rodovias BR – 405 e BR – 116, com a seguinte descrição:

“2.2.2 –

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (KM)	Superposição BR/km
	Ligações			
			
	Uiraúna (entroncamento com a BR-405) - Poço Dantas/PB - divisa PB/CE	PB/CE	75	-
			
	ICÓ/CE (entroncamento com a BR-116)			
			

Art. 2º O traçado definitivo do trecho de que trata o art. 1º desta Lei, bem como seu número, serão definidos pelo órgão competente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.703, DE 2003

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR – 405 e BR – 116, com extremos localizados, respectivamente, nos Estados da Paraíba e do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, subitem Ligações, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, passa a vigorar acrescido da interligação das rodovias BR – 405 e BR – 116, com a seguinte descrição:

“2.2.2 -

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (KM)	Superposição BR/km
	Ligações			
			
	Uiraúna (entroncamento com a BR-405) - Poço Dantas/PB - divisa PB/CE	PB/CE	75	-
			
	ICÓ/CE (entroncamento com a BR-116)			
			

Art. 2º O traçado definitivo do trecho de que trata o art. 1º, bem como seu número serão definidos pelo órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Embora fisicamente próximos, o município de Uiraúna, no oeste da PB, e Icó, no sudeste do CE, tem sua intercomunicação dificultada pela ausência de uma ligação rodoviária direta. Atualmente, para a movimentação de pessoas e cargas entre essas duas cidades fazem-se necessários trajetos longo, que obrigam uma grande volta na direção sul. Isso aumenta o tempo e os custos da viagem com repercussões negativas para a economia de toda região.

Para solucionar o problema estamos propondo que seja inserida no Plano Nacional de Viação uma nova ligação rodoviária entre essas duas cidades.

A rodovia proposta aproveita um trecho da rodovia estadual PB – 391, bem como pequenas tramas de estradas vicinais, o que facilita sua implantação.

A introdução dessa ligação rodoviária entre as rodovias do Sistema Rodoviário Federal é fundamental para o desenvolvimento da região, favorecerá o escoamento da produção agrícola de 10 municípios, reduzirá as distâncias caindo consideravelmente o custo de transporte, levando-se em conta que estrategicamente esta ligação dará condições alternativas de mobilidade rodoviária para mais de 20 municípios envolvidos e circunvizinhos, atendendo cerca de 250 mil habitantes.

Diante do elevado alcance social da proposta, temos a certeza de contarmos com o apoio dos ilustres parlamentares à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2003. – Deputado **Wilson Santiago**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2004

(Nº 3.826/2000, na Casa de origem)

Institui a Bolsa-Atleta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – COI e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas beneficiados valores mensais correspondentes ao que estabelece o Anexo I desta lei.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, ficam criadas: a Categoria Atleta Estudantil, destinada aos estudantes que participem com destaque dos Jogos da Juventude e Olimpíadas Colegiais; a Categoria Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional; a Categoria Atleta Internacional, relativa aos atletas

que tenham participado de competição esportiva no exterior; e a Categoria Atleta Olímpico e Paraolímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

§ 3º A Bolsa-Atleta será concedida aos atletas de rendimento das modalidades Olímpicas e Paraolímpicas reconhecidas respectivamente pelo Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro, bem como aos atletas de rendimento das modalidades esportivas vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – COI e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

Art. 2º A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo entre os atletas beneficiados e a administração pública federal.

Art. 3º Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional e Atleta Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos e máxima de 16 (dezesesseis) anos para obtenção da Bolsa Atleta Estudantil;

II – estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva;

III – estar em plena atividade esportiva;

IV – não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário;

V – não receber salário de entidade de prática desportiva;

VI – ter participado de competição esportiva em âmbito nacional e/ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta; e

VII – estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada.

Art. 4º Os requisitos relacionados no art. 3º desta lei deverão ser provados mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – no caso do inciso I do **caput** do art. 3º desta lei, fotocópias autenticadas da Carteira de Identidade e da Certidão de Nascimento do atleta requerente;

II – no caso do inciso II do **caput** do art. 3º desta Lei, declaração da entidade de prática desportiva atestando o vínculo desportivo com o atleta requerente;

III – no caso do inciso III do **caput** do art. 3º desta lei, fotocópia autenticada de súmula de jogo comprovando a participação efetiva do atleta requerente em competição esportiva oficial da respectiva entidade

estadual ou distrital de administração do desporto, no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta;

IV – no caso do inciso IV do **caput** do art. 3º desta lei, declaração emitida pelo próprio atleta requerente ou por seu representante legal, no caso de atleta com idade inferior a 18 (dezoito) anos;

V – no caso do inciso V do **caput** do art. 3º desta lei, declaração emitida pela respectiva entidade estadual ou distrital de administração do desporto;

VI – no caso do inciso VI do **caput** do art. 3º desta lei, declaração emitida pela respectiva entidade nacional de administração do desporto; e

VII – no caso do inciso VII do **caput** do art. 3º desta lei, declaração emitida pela respectiva instituição de ensino pública ou privada.

Art. 5º Atletas de reconhecido destaque, de modalidades não-olímpicas ou não-paraolímpicas, que sequer sejam vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional ou ao Comitê Paraolímpico Internacional, poderão pleitear a concessão da Bolsa-Atleta nas categorias estudantil, nacional ou internacional, mediante indicação das entidades nacionais dirigentes dos respectivos esportes, referendada por histórico de resultados e situação nos rankings nacional e/ou internacional da respectiva modalidade.

Art. 6º As indicações referentes às modalidades previstas no art. 5º desta Lei serão submetidas ao Conselho Nacional de Esporte – CNE, para que sejam observadas as prioridades de atendimento à Política Nacional de Esporte e as disponibilidades financeiras.

Art. 7º O pedido para a concessão da Bolsa-Atleta será dirigido ao Ministério do Esporte, devendo o atleta requerente fazer a juntada de indicação, formalizada por escrito, da respectiva entidade nacional de administração do desporto.

Art. 8º A indicação de que trata o art. 7º desta Lei fundamentar-se-á única e exclusivamente em critérios técnico-desportivos, devendo a respectiva entidade nacional de administração do desporto fundamentar suas razões em função dos resultados obtidos pelo atleta em competições esportivas oficiais realizadas no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta.

Art. 9º Qualquer interessado poderá impugnar a concessão da Bolsa-Atleta, devendo a impugnação ser encaminhada ao Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDDB, que analisará, em primeira e única instância administrativa, as razões apresentadas.

§ 1º A impugnação de que trata este artigo será formalizada por escrito e dirigida ao Presidente do CDDDB, que submeterá o caso a exame do colegiado.

§ 2º O atleta beneficiado e o titular máximo da respectiva entidade nacional de administração do desporto serão convidados a comparecer perante o CDDDB, devendo o referido Conselho assegurar ao atleta beneficiado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Acolhida a impugnação, a concessão da Bolsa-Atleta será imediatamente cancelada, devendo o atleta beneficiado devolver aos cofres do Ministério do Esporte os recursos financeiros recebidos, observadas as normas vigentes aplicáveis à espécie.

Art. 10. Os recursos financeiros da Bolsa-Atleta serão liberados mensalmente pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte mediante depósito em conta bancária do atleta requerente ou de seu representante legal, no caso de atleta com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. Os atletas beneficiados poderão requerer a emissão de um cartão magnético nominal, o qual permitirá o saque do benefício na rede bancária autorizada.

Art. 11. As Bolsas-Atletas serão concedidas pelo prazo de 1 (um) ano, configurando 12 (doze) recebimentos mensais. Os atletas que já receberem o benefício e conquistarem medalhas nos jogos olímpicos e paraolímpicos serão indicados automaticamente para renovação das suas respectivas bolsas.

Art. 12. As despesas decorrentes da concessão da Bolsa-Atleta correrão à conta dos recursos orçamentários do Ministério do Esporte.

Art. 13. Os atletas beneficiados prestarão contas dos recursos financeiros recebidos na forma e nos prazos fixados em regulamento.

Art. 14. Os recursos financeiros da Bolsa-Atleta serão transferidos por intermédio de termo específico celebrado entre o Ministério do Esporte e o atleta requerente, devendo o referido instrumento ser assinado pelo representante legal, no caso de atleta com idade inferior a 19 (dezoito) anos.

§ 1º O modelo padrão de Termo de Concessão de Bolsa-Atleta deverá obrigatoriamente integrar a regulamentação desta Lei.

§ 2º A vigência do Termo de Concessão de Bolsa-Atleta expirará sempre no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

BOLSA-ATLETA - CATEGORIA ATLETA ESTUDANTIL

ATLETAS EVENTUALMENTE BENEFICIADOS	VALOR MENSAL
<p>Atletas de 12 (doze) a 16 (dezesesseis) anos, participantes das Olimpíadas Colegiais e dos Jogos da Juventude organizados pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido selecionados entre os 24 (vinte e quatro) melhores atletas dos referidos eventos e que continuem a treinar para futuras competições nacionais.</p> <p>As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades regionais de administração do desporto (federações) e das entidades nacionais do desporto (confederações).</p>	R\$ 300,00

BOLSA-ATLETA - CATEGORIA ATLETA NACIONAL

ATLETAS EVENTUALMENTE BENEFICIADOS	VALOR MENSAL
<p>Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional e/ou que integrem o ranking nacional da modalidade, em ambas as situações, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação, e que continuem a treinar para futuras competições nacionais.</p> <p>As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades regionais de administração do desporto (federações) e das entidades nacionais do desporto (confederações).</p>	R\$ 750,00

BOLSA-ATLETA - CATEGORIA ATLETA INTERNACIONAL

ATLETAS EVENTUALMENTE BENEFICIADOS	VALOR MENSAL
<p>Atletas que tenham integrado a Seleção Nacional de sua modalidade esportiva representando o Brasil em Campeonatos Sul-americanos, Pan-americanos ou Mundiais, obtendo até a 3ª (terceira) colocação, e que continuem a treinar para futuras competições internacionais.</p> <p>As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades nacionais do desporto (confederações).</p>	R\$ 1.500,00

BOLSA-ATLETA - CATEGORIA ATLETA OLÍMPICO E PARAOLÍMPICO

ATLETAS EVENTUALMENTE BENEFICIADOS	VALOR MENSAL
<p>Atletas que tenham integrado as Delegações Olímpica e Paraolímpica Brasileira de sua modalidade esportiva e que continuem treinando para futuras competições internacionais.</p>	R\$ 2.500,00

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.826, DE 2000**Institui a Bolsa-Atleta.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas individuais.

§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas beneficiados valores mensais correspondentes ao que estabelece o Anexo I desta lei.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, ficam criadas a Categoria Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, a Categoria Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no exterior, e a Categoria Atleta Olímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos.

§ 3º Consideram-se modalidades olímpicas individuais aquelas modalidades esportivas assim reconhecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro -COB.

Art. 2º A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo entre os atletas beneficiados e a Administração Pública Federal.

Art. 3º Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher. Cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – possuir idade mínima de 14 (quatorze anos):

II – estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva;

III – estar em plena atividade esportiva;

IV – não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do Salário;

V – não receber salário de entidade de prática desportiva; e

VI – ter participado de competição esportiva em âmbito nacional e/ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta.

VII – estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada.

Art. 4º Os requisitos relacionados no artigo anterior deverão ser provados mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – no caso do inciso I, fotocópias autenticadas da Carteira de Identidade e da Certidão de Nascimento do atleta requerente;

II – no caso do inciso II, declaração da entidade de prática desportiva atestando o vínculo desportivo com o atleta requerente;

III – no caso do inciso III, fotocópia autenticada de súmula de jogo comprovando a participação efetiva do atleta requerente em competição esportiva oficial da respectiva entidade estadual ou distrital de administração do desporto, no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta;

IV – no caso do inciso IV, declaração emitida pelo próprio atleta representante legal, no caso de atleta com idade inferior a 18 (dezoito) anos;

V – no caso do inciso V, declaração emitida pela respectiva distrital de administração do desporto;

VI – no caso do inciso VI, declaração emitida pela respectiva administração do desporto; e

VII – no caso do inciso VII, declaração emitida pela respectiva pública ou privada.

Art. 5º O pedido para a concessão da Bolsa-Atleta será dirigido à Secretaria Nacional de Esporte, do Ministério do Esporte e Turismo, devendo o atleta requerente fazer a juntada de indicação, formalizada por escrito, da respectiva entidade nacional de administração do desporto.

Art. 6º A indicação de que trata o artigo anterior fundamentar-se-á única e exclusivamente em critérios técnico-desportivos, devendo a respectiva entidade nacional à administração do desporto fundamentar suas razões em função dos resultados obtidos pelo atleta em competições esportivas oficiais realizadas no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta.

Art. 7º O pedido para a concessão da Bolsa-Atleta será instrumentalizado em procedimento administrativo próprio, devendo a Secretaria Nacional de Esporte, do Ministério do Esporte e Turismo, de ofício, indeferir o pedido ou cancelar a concessão quando não observadas quaisquer das exigências relacionadas nos arts. 3º a 6º desta lei.

Art. 8º Deferido o pedido, a Secretaria Nacional de Esporte, do Ministério do Esporte e Turismo publicará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do deferimento, extrato resumido e numerado sequencialmente, que conterá as seguintes informações:

I – nome completo e data de nascimento do atleta beneficiado;

II – indicação da modalidade olímpica individual praticada pelo atleta beneficiado;

III – nome e número do CNPJ da entidade de prática desportiva a que estiver vinculado o atleta beneficiado;

IV – nome e número do CNPJ da respectiva entidade estadual ou distrital de administração do desporto;

V – nome e número do CNPJ da respectiva entidade nacional de administração do desporto; e

VI – indicação dos valores mensal e total a serem transferidos ao atleta beneficiado.

Art. 9º Qualquer interessado poderá impugnar a concessão da Bolsa-Atleta, devendo a impugnação ser encaminhada ao Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDDB, que analisará, em primeira e única instância administrativa, as razões apresentadas.

§ 1º A impugnação de que trata este artigo será formalizada por escrito e dirigida ao Presidente do CDDDB, que submeterá o caso a exame do colegiado.

§ 2º O atleta beneficiado e o titular máximo da respectiva entidade nacional de administração do desporto serão convidados a comparecer perante o CDDDB, devendo o referido Conselho assegurar ao atleta beneficiado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Acolhida a impugnação, a concessão da Bolsa-Atleta será imediatamente cancelada, devendo o atleta beneficiado devolver aos cofres do Ministério do Esporte e Turismo os recursos financeiros recebidos, observadas as normas vigentes aplicáveis à espécie.

Art. 10. Os recursos financeiros da Bolsa-Atleta serão liberados mensalmente pela Secretaria Nacional de Esporte, do Ministério do Esporte e Turismo, mediante depósito em conta bancária do atleta requerente ou de seu representante legal, no caso de atleta com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

Art. 11. Os recursos financeiros da Bolsa-Atleta serão transferidos por intermédio de termo específico celebrado entre a Secretaria Nacional de Esporte, do Ministério do Esporte e Turismo e o atleta requerente, devendo o referido instrumento ser assinado pela representante legal, no caso de atleta com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

§ 1º Modelo padrão de Termo de Concessão de Bolsa-Atleta deverá obrigatoriamente integrar a regulamentação desta lei.

§ 2º A vigência do Termo de Concessão de Bolsa-Atleta expirará sempre no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 12. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento público do Ministério do Esporte e Turismo, além das seguintes fontes:

I – 1% (um por cento) dos contratos dos atletas profissionais e não-profissionais pertencentes ao Sistema Brasileiro do Desporto, devido e recolhido pelas entidades de prática desportiva contratantes;

II – 1% (um por cento) do valor da multa contratual, nos casos de transferências nacionais e internacionais

de atletas profissionais e não-profissionais, a ser pago pelas entidades de prática desportiva cedentes; e

III – 1% (um por cento) da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto profissional e não-profissional.

Art. 13. Os atletas beneficiados prestarão contas dos recursos financeiros recebidos na forma e nos prazos fixados em regulamento.

Art. 14. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

ANEXO I

BOLSA ATLETA - CATEGORIA ATLETA NACIONAL

ATLETAS EVENTUALMENTE BENEFICIADOS	VALOR MENSAL
Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional e/ou que integrem o ranking nacional da modalidade, em ambas as situações, tendo obtido até a 3ª colocação, e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. As indicações terão necessariamente os respectivos avais das Entidades Regionais de Administração do Desporto (Federações) e das Entidades Nacionais do Desporto (Confederações)	R\$ 500,00

BOLSA ATLETA - CATEGORIA ATLETA INTERNACIONAL

ATLETAS EVENTUALMENTE BENEFICIADOS	VALOR MENSAL
Atletas que tenham integrado a Seleção Nacional, de sua modalidade esportiva representando o Brasil em Campeonatos Sul-americanos, Pan-americanos ou Mundiais, obtendo até a 3ª colocação, e que continuem a treinar para futuras competições internacionais. As indicações terão necessariamente os respectivos avais das Entidades Nacionais do Desporto (Confederações)	R\$ 1.000,00

BOLSA ATLETA - CATEGORIA ATLETA OLÍMPICO

ATLETAS EVENTUALMENTE BENEFICIADOS	VALOR MENSAL
Atletas que tenham integrado a Delegação Olímpica Brasileira de sua modalidade esportiva e que continuem treinando para futuras competições internacionais.	R\$ 1.500,00

Justificação

O Brasil possui inúmeros atletas com potencial competitivo que afastam-se do esporte por falta de recursos. O Projeto de Lei que ora apresento objetiva criar condições mínimas para que os atletas brasileiros que possuam potencial técnico possam competir, nacional e internacionalmente, além de propiciar incentivo para que os atletas busquem sempre os melhores resultados. Assim sendo, as bolsas atletas seria concedidas com base em critérios eminentemente técnicos, priorizando-se os melhores atletas, nas diversas modalidades olímpicas individuais.

As fontes de recursos fora definidas de forma a não onerar o Tesouro Nacional.

Convém ressaltar que a Bolsa Atleta já é concedida, em âmbito regional, pelo Governo do Distrito Federal, com base em projeto aprovado na Câmara Legislativa de autoria do então Deputado Distrital, Sr. Agrício Braga, atualmente Secretário de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

Em nível federal, a idéia assemelha-se à Bolsa Virtuose do Ministério da Cultura, a qual premia os artistas de maior potencial.

É conveniente ressaltar, no entanto, que o esporte não possui qualquer lei de incentivo fiscal, dificultando o investimento por parte da iniciativa privada.

Paralelamente, é legítimo sublinhar o papel relevante do esporte, pode representar em nosso País, ao oferecer opções de entretenimento para os jovens, em especial, os carentes.

O crescimento da base da pirâmide esportiva, entretanto, é diretamente proporcional ao número de ídolos e de atletas de elite que o País possui. Desta forma, incentivando-se o desporto de rendimento, estaremos ampliando a prática de esporte em todo o Território Nacional, reduzindo gastos em saúde e em programas de combate às drogas e a violência.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2000.
– Deputado **Agnelo Queiroz**.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2004

(Nº 5.246/2001, na Casa de origem)

Dispõe sobre a inclusão da questão da violência contra a mulher como parte dos Temas Transversais integrantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os currículos escolares da educação de nível médio incluem, entre os Temas Transversais, a análise da questão da violência contra a mulher, como parte de seus conteúdos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor no ano letivo subsequente ao de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.246, DE 2001

Dispõe sobre a inclusão da questão da “violência contra a mulher” como parte dos temas transversais integrantes dos parâmetros curriculares nacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os currículos escolares da Educação de Nível Médio incluem, entre os Temas Transversais, a análise da questão da violência contra a mulher, como parte de seus conteúdos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor no ano letivo subsequente ao de sua publicação.

Justificação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) define, em seu artigo 22, que o Ensino Fundamental deve assegurar a todos

“a formação comum indispensável para o exercício da cidadania é fornecer-lhes meios

para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (...)

Compete à União a formulação das diretrizes curriculares e seus conteúdos mínimos com a finalidade de propiciar a todas uma formação básica comum. A base nacional comum foi consolidada mediante a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, promulgados pelo Ministério de Educação em 1997, nos termos do art. 9º da citada LDB.

Além do estudo da língua portuguesa, da matemática do mundo físico e natural e da realidade social e política, os Parâmetros Curriculares Nacionais prevêm o desenvolvimento de Temas Transversais, a saber, Ética Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação sexual.

No mundo contemporâneo, existe consenso de que valores éticos, como o da igualdade e o respeito entre os seres humanos, constituem-se em elemento fundante de uma sociedade democrática, baseada na justiça e na igualdade social. O respeito à diferença – de raça, de gênero e de crença religiosa – é um princípio ético que, uma vez respeitado, reduz a violência social. Em particular, a violência contra a mulher revela a existência de distúrbios compreensão dos valores da igualdade e solidariedade, além de distúrbios em relação à própria sexualidade. Por isso, a convivência escolar deve proporcionar, aos jovens, experiências significativas que desenvolvam o auto-conhecimento e o sentido da igualdade e da solidariedade, desviando-os de comportamentos agressivos e violentos que atentem ao pudor e à igualdade e respeito entre os sexo.

O ensino dos princípios éticos e da cidadania e a compreensão da dinâmica da sexualidade como uma dimensão de engrandecimento humano devem integrar os conteúdos curriculares obrigatórios e, assim, passarem a ser partilhados por todos os cidadãos, como instrumento de construção de uma sociedade baseada nos princípios da igualdade e da justiça.

Em face da relevância da matéria proposta e da amplitude de seus reflexos na formação dos cidadãos do presente e do futuro, conto com o firme apoio dos meus pares para a aprovação desta matéria no Congresso Nacional

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2001. – Deputado **Bispo Rodrigues**.

(À Comissão de Educação)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

(Nº 818/2003, na Casa de Origem)

Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispen-

sável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei inclui, como requisito da petição inicial da ação de separação consensual, o acordo dos cônjuges acerca do regime de visitas dos filhos menores.

Art. 2º O inciso II do art. 1.121 da Lei nº 5.969, de 11 de janeiro de 1973 -Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.121.

II – o acordo relativo à guarda dos filhos menores e ao regime de visitas;

..... “(NR)

Art. 3º O art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 -Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 1.121.

§ 1º.....

§ 2º Entende-se por regime de visitas a forma pela qual os cônjuges ajustarão a permanência dos filhos em companhia daquele que não ficar com sua guarda, compreendendo encontros periódicos regularmente estabelecidos, repartição das férias escolares e dias festivos.”(NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 818, DE 2003 ORIGINAL

Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869/73 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição de separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

O art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, alterado o inciso II, acrescido de § 2º e renumerado o parágrafo único para § 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.121.

II -o acordo relativo à guarda dos filhos menores e ao regime de visitas como forma de assistência em benefício da prole;

.....

§ 1º.....

§ 2º Entende-se por regime de visitas a forma pela qual os cônjuges regulam a permanência dos filhos em companhia daquele que não ficar com a sua guarda, compreendendo encontros periódicos regularmente estabelecidos, repartição das férias escolares e dias festivos.”

Art. 1º O inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869/73, referida no artigo anterior, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 888.

VII -guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visitas, compreendendo encontros periódicos regularmente estabelecidos, bem assim repartição das férias escolares e dias festivos, como forma de assistência em benefício em benefício da prole;

.....

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei em epígrafe, que ora submetemos à elevada apreciação do Congresso Nacional foi formulado pelo nobre Senador Júlio campos que em 1994, apresentou projeto de lei com esse teor cuja justificativa aqui reproduziremos, em seus principais tópicos:

“O Congresso Nacional, tem como finalidade incluir, na lei processual civil, o acordo entre os cônjuges relativos ao regime de visitas dos filhos menores, logo em seguida à disposição sobre a guarda dos mesmos, como requisito indispensável à petição de separação consensual, objeto do Capítulo III do Título II referente aos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntário -Livro IV do Código de Processo Civil.

Trata-se de proposta de elevado interesse público e de grande alcance social, portanto se refere a menores que, a despeito da separação dos pais e das conseqüências sobre eles recaídas em razão desse acontecimento, precisam da presença efetiva e estável dos dois genitores para que neles se concretizem um desenvolvimento biopsicossocial normal e uma formação moral adequada.

Na ausência do dispositivo proposto, a matéria, muita vez mal definida, tem sido objeto de inúmeras lides e incidentes processuais advindos, posteriormente à concretização do procedimento, em detrimento dos menores, cujo interesse deve ser priorizado, e, bem assim, em prejuízo do bom andamento do processo, em função dos novos apelos, decorrentes da falta de

regulamentação ou regulamentação inadequada, ou imprecisa, a abarrotarem de petições a Justiça brasileira, já por demais sobrecarregada.

A propósito, manifestou-se o renomado jurista Washington de Barros Monteiro (*in* Curso de Direito Civil, vol. 2, São Paulo, Editora Saraiva, 26ª edição, 1998, pp. 211):

Conquanto omissa a lei adjetiva, será prudente ajustar-se o regime de visitas, inclusive de repartição das férias escolares e dias festivos. Uma regulamentação adequada evitará, provavelmente, litígios futuros, a dano dos menores.

A tese sustentada justifica a adaptação, à proposta apresentada, do art. 888, inciso VII, do mesmo diploma legal, correspondente a medida provisional constante do Capítulo II -Dos procedimentos cautelares específicos, Livro III -Do Processo Cautelar.”

Por essa razão, esperamos que nossos ilustres pares acolham a presente proposta.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2003. –_Deputado **Sandes Júnior**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 1.121. A petição, instruída com a certidão de casamento e o contrato antenupcial se houver, conterà:

I – a descrição dos bens do casal e a respectiva partilha;

II – o acordo relativo à guarda dos filhos menores;

III – o valor da contribuição para criar e educar os filhos;

IV – a pensão alimentícia do marido à mulher, se esta não possuir bens suficientes para se manter.

Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta, depois de homologada a separação consensual, na forma estabelecida neste Livro, Título I, Capítulo IX.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 11, 14 e 16, de 2004**, vão à Comissão de Assuntos Sociais; os de **nºs 12, 15, 17, 19, 20 e 24, de 2004**, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; os de **nºs 18, 22 e 23, de 2004**, à Comissão de Educação; e os de **nºs**

13 e 21, de 2004, vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Legislação Participativa que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 336, DE 2004

(Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2004)

Da Comissão de Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 6/03, que “dispõe sobre a vedação à cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e pelos serviços móveis”.

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

I – Relatório

Trata-se de sugestão de projeto de lei apresentado pela Associação Comunitária do Chonin de Cima -ACOCCI, com sede no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, para que se insira regra na Lei Geral de Telecomunicações -Lei nº 9.472/1997, que proíba as prestadoras do serviço telefônico fixo comutado e dos serviços móveis de cobrar qualquer valor referente a assinatura mensal ou semelhante, permitindo, em conseqüência, somente a cobrança dos usuários da tarifa correspondente ao efetivo consumo.

A Associação em sua Justificativa chama a atenção para a enorme inadimplência dos consumidores no pagamento das contas telefônicas, que se agrava com o desemprego e o achatamento salarial, sendo um dos elementos para tal resultado a cobrança da assinatura básica, que é devida pelo consumidor quer ele use ou não do serviço que é posto à sua disposição.

É o relatório.

II – Análise

A Associação Comunitária do Chonin de Cima – ACOCCI, é parte legítima para a apresentação de sugestões de Projetos de Lei, conforme o disposto no art. 102-E, 1, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta diz respeito a alteração na Lei Geral de Telecomunicações, matéria de competência legislativa da União Federal a teor do que dispõe o art. 22, IV, da Constituição Federal, que não se encontra dentre as de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, já que não são inserida dentre as constantes do rol do § 1º do art. 61 da Constituição Federal.

No mérito, a proposta no sentido de impedir a cobrança de valor referente à assinatura mensal ou semelhante para a prestação de serviço de telefonia

fixa e móvel, merece todos os aplausos, já que não se deve cobrar do consumidor mais do que seja devido pelo efetivo uso do serviço de telefonia.

A proposta é no sentido de se criar um art. 107-A na Lei nº 9.472/97. Diante do seu conteúdo, no entanto, melhor se afigura que seja inserida como um parágrafo do art. 103 da mesma lei.

A técnica legislativa, no entanto, exige que algumas alterações sejam feitas na proposta apresentada pela Associação, conforme se poderá verificar do voto abaixo apresentado.

III – Voto

Pelo exposto, o parecer é no sentido da aprovação da proposta, na forma do § 1º do art. 102-E do Regimento Interno, com a apresentação do seguinte Projeto de lei:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2004

Acrescenta parágrafo ao artigo 103 da Lei nº 9.472/97, para o fim de vedar a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se um parágrafo ao art. 103 da Lei nº 9.472/97, com o seguinte teor:

§ – As prestadoras do serviço telefônico fixo comutado e dos serviços móveis somente poderão cobrar dos usuários tarifa correspondente ao efetivo consumo, sendo expressamente vedada a cobrança de qualquer outro valor referente à assinatura mensal ou semelhante.

Art. 2º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Diante da enorme inadimplência que hoje se vê no setor de telefonia, verifica-se que o consumidor não tem conseguido cumprir as obrigações que lhe são impostas pelo sistema tarifário atualmente em vigor.

A presente proposta pretende eliminar a assinatura básica mensal das contas dos usuários, permitindo que seja cobrada apenas a tarifa pelo efetivo uso do telefone, seja fixo, seja móvel.

Com isso, esperamos contribuir para manter o acesso de usuários de baixa renda aos serviços de telefonia fixa e móvel.

Sala das Sessões,

“COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA”

Sala das Comissões, 10 de março de 2004 – **Sérgio Cabral**, Senador.

SENADO FEDERAL SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Sugestão nº 06/2003: “Dispõe sobre a vedação à cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e pelos serviços móveis”

Membros Titulares

Nome	Partido	Assinatura	Matrícula
Sibá Machado	PT		
VAGO	PT		
Magno Malta	PL		
Aelton Freitas	PL		
VAGO			
Leomar Quintanilha	PMDB		
Ney Suassuna	PMDB		
José Maranhão	PMDB		
Sérgio Cabral	PMDB		
Garibaldi Alves Filho	PMDB		
Edison Lobão	PFL		
Efraim Moraes	PFL		
Maria do Carmo Alves	PFL		
Rodolpho Tourinho	PFL		
VAGO	PSDB		
VAGO	PSDB		
Reginaldo Duarte	PSDB		
Jefferson Péres	PDT		
VAGO	PPS		

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Sugestão nº 06/2003: “Dispõe sobre a vedação à cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e pelos serviços móveis”

Membros Suplentes

Senadores Suplentes	Partido	Assinatura	Matrícula
Serys Skgessarenko	PT		
VAGO			
VAGO			
VAGO			
VAGO			
Renan Calheiros	PMDB		
Amir Lando	PMDB		
Gilberto Mestrinho	PMDB		
Romero Jucá	PMDB		
VAGO	PMDB		
Demóstenes Torres	PFL		
Jonas Pinheiro	PFL		
VAGO	PFL		
Roseana Sarney	PFL		
Lúcia Vânia	PSDB		
VAGO	PSDB		
Antero Paes de Barros	PSDB		
Almeida Lima	PDT		
Mozarildo Cavalcanti	PPS		

OF. Nº 1/04 – PRES.CLP

Brasília, 15 de Abril de 2004

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Digníssimo Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º, do artigo 102-E do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 14 de Abril de 2004, aprovou Parecer favorável à sugestão nº 6, de 2003 encaminhada pela Associação Comunitária do Chonin de Cima -ACOCCI, que passa a constituir Projeto de Lei do Senado de autoria desta Comissão “que dispõe sobre a vedação à cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e pelos serviços móveis”.

Atenciosamente, _ Senador **Magno Malta**, Presidente da CLP.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

SUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

(*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

“c) servidores públicos da União e Território, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;”

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11-9-2001:

e) criação, extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

(*)Alínea incluída pela Emenda nº 18, de 5-2-98:

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.”

.....
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Regulamento

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

.....
**SEÇÃO IV
Das Tarifas**

Art. 103. Compete à Agência estabelecer a estrutura tarifária para cada modalidade de serviço.

§ 1º Afixação, o reajuste e a revisão das tarifas poderão basear-se em valor que corresponda à média ponderada dos valores dos itens tarifários.

§ 2º São vedados os subsídios entre modalidades de serviços e segmentos de usuários, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 81 desta lei.

§ 3º As tarifas serão fixadas no contrato de concessão, consoante edital ou proposta apresentada na licitação.

§ 4º Em caso de outorga sem licitação, as tarifas serão fixadas pela Agência e constarão do contrato de concessão.

.....
Art. 107. Os descontos de tarifa somente serão admitidos quando extensíveis a todos os usuários que se enquadrem nas condições, precisas e isonômicas, para sua fruição.

.....
(O Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2004, vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para exame do mérito.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O **Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2004**, que acrescenta parágrafo ao art. 103 da Lei nº 9.472, de 1997, para o fim de vedar a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel, nos termos do art. 102–E, § 1º, do Regimento Interno, vai à Comissão de Serviços de Infra-estrutura, para exame do mérito, nos termos do Parecer lido anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A Presidência recebeu o **Aviso nº 11, de 2004**, nº 98/2004, na origem, de 8 do corrente, do Ministério da Fazenda encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de fevereiro de 2004, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 8, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Sobre a mesa, Ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 114/PDT

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Mário Heringer e Manato para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 178, de 2004, que “autoriza, em caráter excepcional, antecipado da transferência de recursos prevista no art 1º A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, em substituição aos Deputados Dr. Hélio e Pompeo de Mattos.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Dr. Hélio**, Líder do PDT.

Ofício GLPMDB nº 123/04

Brasília, 15 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 181, de 12-4-2004, que “autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras – ELE-

TROBRÁS a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e altera a alínea a do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Senador José Maranhão	Senador Sérgio Cabral
Senador Paulo Elifas	Senador João Batista Motta
Senador Luiz Otávio	Senador Leomar Quintanilha

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício do Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

Ofício nº 15/04-Presidência/CCJ

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1 de 2001, para apreciação do Requerimento nº 324, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **José Maranhão**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2004

Cria o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa (PNPEM).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa (PNPEM), com o objetivo de possibilitar o surgimento de novas empresas e, com isso, aumentar a geração de renda e emprego na economia.

Art. 2º O PNPEM, apoiará novos empreendedores na criação e instalação de sua primeira empresa, através da capacitação, apoio financeiro e assessoria pós-crédito.

Art. 3º As condições para participação no PNPEM são as seguintes:

I – poderão participar apenas as pessoas físicas ou jurídicas que não sejam sócias de outra empresa;

II – no caso de pessoas físicas, ser residente no local onde a empresa deverá ser instalada;

III – somente poderão participar as micro e pequenas empresas com faturamento bruto anual estimado de até R\$1,2 milhão, que desenvolvam atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços e que tenham, no máximo, doze meses de constituição, na data de entrega do pedido de inclusão no programa;

IV – a empresa não deve estar utilizando financiamento para investimento, em qualquer instituição financeira;

V – a empresa ou pessoa física não pode ter restrições cadastrais na Serasa, no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), durante todo o processo.

VI – capacidade de aportar recursos próprios de, no mínimo, 10% do Plano de Negócio.

Art. 4º Os recursos para concessão de financiamento no âmbito do PNPEM serão provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nas seguintes condições básicas:

I – limite financiável: até 90% do valor do Plano de Negócio;

II – capital de giro associado: limitado a 50% do valor financiado;

III – teto do financiamento: R\$50 mil;

IV – prazo do financiamento: até 84 meses;

V – carência: até 18 meses, incluída no prazo total;

VI – encargos financeiros: TJLP, acrescida de 3% a a.;

VII – pagamentos: mensais;

VIII – garantias: Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER) e/ou vinculação dos bens e/ou inversões financiadas, complementadas por fiança ou aval pessoal dos sócios do empreendimento.

Art. 5º Os critérios para seleção dos candidatos à participação no PNPEM, serão definidos pelo Poder Executivo e incluirão:

I – o número de postos de trabalho a serem gerados diretamente pelo negócio;

II – o potencial de crescimento do negócio;

III – as características empreendedoras do interessado e sua experiência técnica no ramo pretendido.

Art. 6º O candidato a beneficiário do PNPEM deverá apresentar seu Plano de Negócio ao SEBRAE ou a Universidade conveniada, que o examinará e decidirá em conjunto com representantes da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S.A., na qualidade de gestor do FUNPROGER, e do agente financeiro da operação de financiamento.

Art. 7º O SEBRAE ou as Universidades conveniadas se encarregarão de oferecer programa de capacitação dos novos empreendedores que incluirá orientação para elaboração do Plano de Negócios, bem como assessoria técnica pós-crédito.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É fato notório a extrema dificuldade que têm os novos empreendedores de conseguirem acesso ao crédito no Brasil para abrirem suas empresas. Essas dificuldades estão relacionadas às exigências feitas pelas instituições financeiras, principalmente no que tange às garantias.

Na prática, os bancos privados evitam emprestar recursos para uma pessoa que está querendo abrir seu primeiro negócio, por considerarem a operação de alto risco. Mesmo os bancos oficiais federais, que operam com recursos da poupança do trabalhador, como o FAT, em geral, restringem suas operações às empresas constituídas há mais de doze meses e com comprovação de faturamento pelo mesmo período. Além disso, são exigidas garantias que um novo empreendedor muitas vezes não tem.

Com isso, muitas idéias que poderiam vir a ser exitosas não são desenvolvidas, sendo abortadas no nascedouro. Nesse processo, o país deixa de criar novas oportunidades de negócio e de gerar renda e novos postos de trabalho.

Com o objetivo de reverter esse quadro, venho apresentar aos nobres Pares o presente projeto de lei, que cria o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa (PNPEM). O público-alvo desse programa são os empreendedores com boas idéias, que necessitam de apoio financeiro para implementá-las.

Os recursos para concessão de crédito no âmbito do programa serão provenientes do FAT e estarão limitados a R\$ 50.000,00, por financiamento. Poderão ser utilizadas garantias do FUNPROGER nas operações. Entre os critérios para a seleção das propostas destacam-se: o número de postos de trabalho que serão gerados diretamente pelo negócio; o potencial

de crescimento do negócio; as características empreendedoras do interessado e sua experiência técnica no ramo pretendido.

Outra característica importante do programa proposto é que ele abrange não só a concessão de crédito, mas também a capacitação dos novos empreendedores pelo SEBRAE e assessoria técnica pós-crédito.

Pela importância da proposição no sentido de viabilizar o apoio à constituição de novas empresas que trarão impactos positivos sobre a geração de emprego e renda na economia, peço apoio aos Nobres Pares para a discussão e aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2004. – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2004

Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores expressos em reais a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, relativos aos fatos geradores ocorridos durante o ano de 2002, serão atualizados monetariamente, mediante a aplicação do índice de 1,5712.

Art. 2º As tabelas de incidência do imposto de renda das pessoas físicas, a que se referem o art. 3º e o art. 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, bem como as deduções pessoais a que se referem os arts. 4º, 8º e 10 daquela lei, serão atualizadas em 1º de janeiro de cada ano, tomando-se por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e partindo-se dos valores estabelecidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, após a correção estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, atualizou a tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física em 17,5%.

O percentual aplicado constituiu importante correção da referida tabela que se encontrava congelada desde 1996. No entanto, a inflação verificada no período compreendido entre 1996 e 2003, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, foi de 84,62%. Dessa forma entendemos que a correção, apesar do avanço, continuou onerando os assalariados.

Nesse sentido o presente projeto de lei tem o propósito de reajustar a tabela do imposto de renda da pessoa física pela inflação verificada no período, deduzindo o fator contemplado na legislação em vigor.

Ao mesmo tempo pretende-se estabelecer uma sistemática de correção anual da tabela para evitar que, em decorrência das perdas inflacionárias dos rendimentos, estes sejam tributados a mais pelo imposto de renda, em termos reais, sem que tenha havido modificação legal daquela incidência.

O intuito deste dispositivo é garantir a atualização anual das tabelas do imposto de renda da pessoa física e das respectivas deduções pessoais, a partir da tabela corrigida nos termos do art. 1º deste projeto de lei, e evitar futuros congelamentos daquelas tabelas, com a conseqüente elevação do ônus tributário das pessoas físicas que pagam imposto de renda.

Lembro ainda que, no início de 2003, apresentei projeto de lei com a mesma finalidade, corrigindo a tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física com base na inflação verificada no período compreendido entre 1996 e 2002. A atual proposta, então, simplesmente incorpora, na referida correção, a inflação observada no ano de 2003.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2004. – **Antero Paes de Barros.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.451, DE 10 DE MAIO DE 2002

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensal e anual, em reais:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 1.058,00	-	-
De 1.058,01 até 2.115,00	15	158,70
Acima de 2.115,00	27,5	423,08

Tabela Progressiva Anual

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 12.696,00	-	-
De 12.696,01 até 25.380,00	15	1.904,40
Acima de 25.380,00	27,5	5.076,90

Art. 2º Os arts. 4º, 8º e 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

III – a quantia de R\$106,00 (cento e seis reais) por dependente;

VI – a quantia de R\$1.058,00 (um mil e cinqüenta e oito reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

.....“(NR)

“Art. 8º

II – das deduções relativas:

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais);

c) à quantia de R\$1.272,00 (um mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente;

.....“(NR)

“Art. 10. Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano-calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de 20%

(vinte por cento) do valor desses rendimentos, limitada a R\$9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), na Declaração de Ajuste Anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie.

.....“(NR)

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO II

Da Incidência Mensal do Imposto

Art. 3º O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º, 8º e 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva em Reais:

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA%	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
até 900,00	-	-
acima de 900,00 até 1.800,00	15	135
acima de 1.800,00	25	315

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês.

Art. 4º Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda poderão ser deduzidas:

I – a soma dos valores referidos no art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990;

II – as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão ou acordo judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

(Vide Medida Provisória nº 22, de 8-1-2002)

III – a quantia de R\$106,00 (cento e seis reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10-5-2002)

IV – as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V – as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios

complementares assemelhados aos da Previdência Social;

(Vide Medida Provisória nº 22, de 8-1-2002)

VI – a quantia de R\$1.058,00 (um mil e cinqüenta e oito reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10-5-2002)

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa a rendimentos do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea e do inciso II do art. 8º desta lei.

.....

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

(Vide Medida Provisória nº 22, de 8-1-2002)

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais); (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10-5-2002)

c) à quantia de R\$1.272,00 (um mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10-5-2002)

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios

complementares assemelhados aos da Previdência Social;

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

g) às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

§ 1º A quantia correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, representada pela soma dos valores mensais computados a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, não integrará a soma de que trata o inciso I.

§ 2º O disposto na alínea **a** do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no

caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea **b** do inciso II deste artigo.

Art. 10. Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano-calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de 20% (vinte por cento) do valor desses rendimentos, limitada a R\$9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), na Declaração de Ajuste Anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie. (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10-5-2002)

§ 1º O desconto simplificado a que se refere este artigo substitui todas as deduções admitidas na legislação.

§ 2º O valor deduzido não poderá ser utilizado para comprovação de acréscimo patrimonial, sendo considerado rendimento consumido.

Art. 11. O imposto de renda devido na declaração será calculado mediante utilização da seguinte tabela:

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA%	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
até 10.800,00	-	-
acima de 10.800,00 até 21.600,00	15	1.620,00
acima de 21.600,00	25	3.780,00

(À Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Projetos de Lei do Senado que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Senhor Primeiro Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte.

(*) PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2004 – CN

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

(*) Será publicado em Suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Projeto de lei que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

até 21-4 – prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 28-4 – prazo para realização de audiências públicas;

até 6-5 – prazo para apresentação de emendas ao projeto perante a Comissão;

até 11-5 – prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;

até 15-6 – prazo para que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu Parecer sobre o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, por permuta feita com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje um tema pontual, uma preocupação localizada da maior gravidade na área social. São pessoas humildes, desprotegidas, que sofrem enorme prejuízo em função de desvios de objetivos. São recursos que não chegam, e há uma incompetência administrativa, que se torna comprometedor da qualidade de vida de pessoas desfavorecidas pela sorte.

Antes de tratar desse assunto, destaco uma preocupação que não pode, de forma alguma, ser ignorada pelas autoridades brasileiras. Ontem, o risco Brasil disparou novamente, chegando a 9,69%, atingindo a marca de 611 pontos, com a desvalorização dos títulos brasileiros, na esteira da desordem estabelecida a partir da ausência de autoridade do Presidente da República. Essa desordem se institucionaliza no campo, com o avanço das invasões, com o crescimento avassalador da pressão social, com um desafio enorme à frente e a paralisia que se confronta com a necessidade de ação ágil, de eficiência administrativa e de competência.

É evidente que o reflexo na economia tem proporções imprevisíveis. Os indicadores financeiros do Brasil passaram ontem por um dia turbulento depois que o banco americano JP Morgan anunciou redução em sua carteira do peso dos títulos da dívida do Brasil. Ontem, às 15h, o dólar comercial subia 1,28%; o Ibovespa, indicador principal da Bolsa de Valores de São Paulo, registrava forte queda de 3,66%; e o risco Brasil disparava.

A divulgação do Índice de Preços ao Consumidor nos Estados Unidos, de 0,5% em março, gera preocupação com a inflação no País. O mercado interpreta que o Banco Central norte-americano pode elevar os juros mais cedo do que o esperado para combater a pressão

inflacionária. O crédito para mercados emergentes, como o do Brasil, ficará, portanto, mais restrito.

Sr. Presidente, isso é lamentável, mas essa é uma constatação que acende um sinal de alerta ao Governo brasileiro, que, no ano passado, perdeu incriveis oportunidades quando a economia mundial viveu um excepcional momento. Os sinais revelam que há riscos em relação a essa estabilidade econômica, o que, certamente, significará um grande impacto na economia do nosso País.

Há algo que está muito bem no atual Governo: a arrecadação. O Governo elevou a carga tributária de forma extraordinária e bate um recorde de arrecadação no mês de março. A receita somou R\$24,45 bilhões. Trata-se de cobrança tributária recorde na nossa história. E isso se deve, sobretudo, à mudança na cobrança da Cofins, que puxou esse resultado para cima.

Combatemos essa medida provisória, tentamos evitar sua aprovação, mas ela foi aprovada de forma sorradeira. A Liderança do Governo desrespeitou compromissos com a Oposição, transformou uma sessão não deliberativa em deliberativa e, à sorrelfa, aprovou essa medida provisória, que aumentou brutalmente a carga tributária. O Governo arrecada muito mais agora, mas, certamente, comprime a economia nacional, promovendo ainda mais desemprego no nosso País, porque, obviamente, isso não trabalha a favor do crescimento econômico com justiça social. O caixa do Governo cresce, mas a economia acaba encolhendo.

Trata-se, portanto, de uma postura imediatista, de oportunismo, do Governo, que não leva em conta o médio e o longo prazo. O Governo arrecada R\$24,45 bilhões em março graças a essa elevação da alíquota promovida pela aprovação da medida provisória da Cofins.

Tomando por base o primeiro trimestre, o Governo conseguiu faturar R\$2,6 bilhões acima do previsto pelo Fisco. Há previsão de que, no próximo mês, a arrecadação ainda será maior. O reflexo advindo da elevação da alíquota da Cofins se fará ainda mais presente no mês de abril. Portanto, neste mês de abril a Receita Federal será ainda maior. O Governo arrecada, mas, lamentavelmente, as políticas públicas que dizem respeito a investimentos que possam alavancar o crescimento econômico não ocorrem exatamente por incapacidade gerencial da equipe governamental.

Sr. Presidente, fazemos este alerta: as consequências sociais são imprevisíveis; há aprofundamento da crise social no Brasil não apenas no campo, mas também na área urbana. Em um mês e meio, 21 mil famílias avançaram sobre o campo, invadindo áreas produtivas ou improdutivas, proclamando o seu desespero. Certamente, boa parte dessas pessoas são

trabalhadores urbanos expulsos da cidade pela ausência de oportunidade de trabalho. O desespero os leva também a se transformarem em trabalhadores sem terra. Na verdade, são trabalhadores urbanos desempregados, excluídos do processo produtivo nacional, que acabam se agarrando ao movimento mais visível para proclamar sua inconformidade, seu desespero.

O Governo precisa agir imediatamente, com competência e rigor, para restabelecer a autoridade. A ausência de autoridade governamental é que promove o crescimento dessa conflagração na área rural.

Sr. Presidente, abordo, agora, o assunto a que me propus quando me dirigi a esta tribuna. Está ocorrendo um drama com conseqüências sociais gravíssimas em minha cidade, Maringá.

Antes de expor o cenário deplorável em que se encontra a instituição hospitalar objeto deste pronunciamento, o Hospital Psiquiátrico de Maringá, faço questão de destacar que se trata de um hospital-escola – residência em Psiquiatria da Universidade Estadual de Maringá –, centro de referência estadual, nacional e internacional, que mantém convênios com cinco universidades, com mais de 400 estagiários por ano em várias áreas médicas. O hospital é referência da macrorregião com uma população de mais de 1,6 milhão de habitantes, atende com excelência, há 42 anos, pelo SUS, ininterruptamente, mais de 232 mil pacientes e assiste mais de 929.664 familiares.

Trago esses dados para demonstrar a importância dessa instituição, que vive agora verdadeiro drama em função da desconsideração da autoridade pública. O Hospital Psiquiátrico de Maringá não recebeu da Prefeitura de Maringá as faturas do SUS, parte do mês de novembro de 2003 e a totalidade dos meses de fevereiro e março de 2004, referente a repasses já efetuados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal.

Portanto, estou trazendo a esta tribuna uma denúncia e pedindo ao Ministério da Saúde, à Fundação Nacional de Saúde, a quem couber responsabilidade nesse caso que a assuma e tome providências para evitar o prosseguimento dessa situação.

Até o último dia cinco de abril, a instituição tinha a receber um total de R\$537.409,70. Destaco que os valores a serem recebidos destinam-se ao pagamento dos empregados dessa instituição hospitalar, além da compra de alimentos, medicamentos para os pacientes e material de limpeza e do pagamento das contas de luz, água, etc. O Hospital Psiquiátrico de Maringá tem como sua única fonte de receita as verbas públicas.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, V. Ex^a se volta sempre para a questão social e se preocupa, isso é histórico, com o drama das pessoas mais humildes,

e o mesmo acontece com o Senador Mão Santa, que é médico, e com o Senador Sibá Machado, que também tem uma atuação voltada para as pessoas mais simples. O número de mendigos e andarilhos vítimas de enfermidades relacionadas com deterioração mental cresceu, visivelmente, nas ruas da bela cidade de Maringá.

Maringá é uma cidade extraordinária, uma cidade planejada com amplas avenidas arborizadas, que acolhe como pedestres neste momento um número cada vez maior de mendigos alcançados pela debilidade mental. Se não tivermos sensibilidade para perceber o drama que vivem essas pessoas, nesse contraste das belezas arquitetônicas e naturais da “cidade-canção”, com as dificuldades enfrentadas por pessoas humildes e abandonadas, não teremos como justificar o nosso mandato.

Tivemos acesso ao testemunho, ao relato de familiares e pacientes que encaminharam seus doentes para outros hospitais da região e que não receberam o tratamento adequado. É por isso que temos razão maior para proclamar desta tribuna a nossa indignação e pedir o apoio do Ministério da Saúde.

O Sanatório de Maringá é vocacionado para oferecer um tratamento qualificado às vítimas de enfermidades psiquiátricas. Conta com equipes multidisciplinares para atendimento global, visando a um tratamento terapêutico individualizado. São médicos, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas. O Sanatório conta também com serviço de terapia ocupacional, com base terapêutica iniciada pelo Dr. Onofre Mendonça, psiquiatra fundador da instituição.

As repercussões sociais advindas de crises em instituições hospitalares que atendem uma clientela com esse perfil são particularmente dramáticas. A rede hospitalar tradicional não está preparada para oferecer um tratamento específico indicado para o paciente portador de distúrbio mental.

Portanto, o nosso apelo tem caráter de urgência, no sentido de que sejam imediatamente regularizados os repasses do SUS ao Sanatório de Maringá, em nome da sensibilidade. Um governo precisa ter alma para sentir o drama em que vivem as pessoas excluídas do processo produtivo, precisa ter coração para sentir o drama em que vivem as pessoas com debilidade mental, como é o caso das atendidas por esse Sanatório de Maringá, que agora são jogadas nas ruas da cidade, abandonadas exatamente porque o Poder Público se mostra incompetente e ineficaz para atender aquilo que é prioridade absoluta e elementar.

A instituição, repito, não tem outra fonte de receita a não ser as verbas públicas. Centenas de famílias estão se desestruturando, vendo seus entes queridos

sem assistência médica psiquiátrica adequada. Para onde as famílias levarão esses seres humanos? Elas os levarão para que localidade, para que hospital, se outro não há, Senador Mão Santa, se esse é o único na região? Com que recursos essas famílias poderiam levar seus familiares com debilidade mental para localidades mais distantes? É um problema gravíssimo que vive a minha cidade, Maringá.

Senador Mão Santa, com prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, Maringá e o Paraná são felizes porque têm um representante atento, que traz esse clamor a esta Casa. Como está a saúde no Brasil? Fico a pensar nisso. Na próxima semana, Senador Paulo Paim, vão tentar parar, para chamar a atenção, os servidores do Hospital Universitário de Brasília, que deve R\$7 milhões. V. Ex^a sabe que, quando um hospital deve R\$7 milhões, não há competência administrativa que dê jeito nisso. A situação para o comércio está difícil, porque há uma carga excessiva de impostos. Assim, o comércio não pode fornecer mais nada. Isso ocorre aqui, em Brasília, que é uma ilha da fantasia. Imagine o que não ocorre Brasil afora! De improvisação em improvisação, o PT está levando este País ao caos. É como eu digo: eles não mudaram a cor da Bandeira do Brasil para vermelho, mas escreveram na faixa branca “desordem e regresso”. Isso é falta de entendimento. Senador Sibá Machado, ensine o PT! Que pessoal de cabeça dura! Eles têm dificuldade para aprender! Agora é pior do que naquele tempo em que o Brasil criou o Mobral para alfabetizar os analfabetos. Já dizia o poeta português que “navegar é preciso, viver não é preciso”. Navegar em grego significa governar. É preciso enfrentar as turbulências, os tormentos, mas a nau está sem vela. Eles já estão afogados, e precisamos evitar que eles afoguem o Brasil. Governei o Piauí e sei que esses hospitais estaduais servem às universidades federais. O Hospital Getúlio Vargas, por exemplo, era sede de aprimoramento de profissionais, de estudantes. Havia também um hospital psiquiátrico, um outro em que se tratava de doenças infecciosas e uma maternidade do Estado. Eu vivia a negociar essas dívidas. O Governo está insensível, parado, servindo só, como diz a Senadora Heloísa Helena, para encher a pança do gigolô da economia, que é o capitalismo dos banqueiros internacionais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a tem sido um grito permanente no Senado Federal contra as injustiças e, principalmente, contra a incompetência do Governo. Aliás, há uma matriz de incompetência instalada em Brasília e algumas filiais em diversos Estados e Mu-

nicipios brasileiros. E a conseqüência é o sofrimento da população.

No caso de Maringá, razão especial deste pronunciamento, não é apenas esse sanatório que vive dificuldades incríveis. A própria universidade da cidade, orgulho da população, é alcançada pela incompetência do Governo do Estado, que extinguiu cerca de 43 cursos, sendo que quase metade deles, 21, são da Universidade Estadual de Maringá. Em todas as universidades estaduais, mas notadamente na Universidade de Maringá, a incompetência do Governo fez um rombo no amor da cidade pela cultura, pela ciência, pela pesquisa, pela modernização, pelo progresso.

Lamentavelmente, milhares de jovens são alcançados por essa atitude governamental sem propósito. Um governo que não tem a competência para oferecer o mínimo, que é a educação aos jovens, não é digno de ser governo em lugar algum. Não é só a questão das universidades ou da saúde. Há mais de 100 quilômetros de caminhões parados à margem das rodovias que dão acesso ao Porto de Paranaguá, que é pessimamente administrado. Enfim, a incompetência se generaliza. Os trabalhadores sem terra se reúnem, proclamam a sua indignação, a sua revolta, desrespeitam a lei, afrontam a sociedade. E o Governo, passivamente, assiste a tudo, proclamando a sua incompetência definitiva.

Por isso, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, há poucos dias disse aqui do nosso receio de que o Presidente Lula se transforme no de la Rua do Brasil. Não queremos isso, seria deplorável. Não queremos que o Brasil viva a crise econômica e política que viveu a Argentina alguns anos atrás. Ainda é tempo de o Presidente Lula despertar para a realidade nacional e reabilitar-se, recuperando credibilidade e recolocando o Brasil nos rumos do progresso e do desenvolvimento, com muito trabalho e um pouco de competência.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador pelo Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores, Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS de Roraima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Sibá Machado, Senador Alvaro Dias, Senador Ramez Tebet, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar hoje sobre a questão

do salário mínimo, sobre a qual venho insistindo nos últimos dois meses.

Tenho usado um termo, Senador Sibá Machado, que ficou marcado na sociedade brasileira, que é esta questão dos US\$100,00 como referência para o salário mínimo. Ou seja, o Brasil não poderia ter um salário mínimo menor que essa quantia. Tenho usado um outro argumento: a questão do salário mínimo envolve diretamente a vida de 100 milhões de brasileiros.

Pois bem. Não sei quem plantou uma notinha aqui, outra ali, dizendo que quem discute o salário mínimo está fazendo uma piada. Quero mostrar, com os dados do IBGE, que discutir salário mínimo não é piada, é coisa séria. Os dados do IBGE divulgados ontem foram além daquilo que eu denunciava, mostraram que a situação é mais grave: 56 milhões de brasileiros recebem um terço do salário mínimo. Se multiplicarmos por dois, dois terços dos brasileiros – portanto 112 milhões de pessoas – não chegam a receber um salário mínimo.

Os dados do IBGE são muito mais duros do que aqueles que apresentei, Senador Mão Santa. Eu diria, sem medo de errar, que dois terços da população brasileira não recebem sequer um salário mínimo. Somente um terço recebe acima de um salário mínimo.

Aí, sim, acho que é piada. Ouço esse ou aquele analista, ou um cidadão que diz que entende dessa questão do salário mínimo dizer que o salário mínimo interessa a 3 milhões de pessoas. Mas como o salário mínimo interessa a 3 milhões de pessoas se os dados do IBGE estão aqui? Não sou eu que estou inventando. É pesquisa nacional do IBGE que diz que 112 milhões de brasileiros não ganham um salário mínimo. Pelos dados do IBGE, daria para dizer que, no mínimo, 120 milhões de pessoas neste País dependem do salário mínimo. Eu diria que 100 milhões não ganham um salário mínimo. É claro que dói. A elite e a sociedade brasileira não gostam de ouvir isso, mas está aqui: um terço não tem renda correspondente a um terço do salário mínimo. É gravíssimo!

Sr. Presidente, confirmando os dados, tive nesta semana uma reunião com o Presidente da República, oito Ministros e os Líderes do Governo no Senado, na Câmara e no Congresso. Na reunião, disse ao Presidente Lula que 100 milhões de pessoas dependem diretamente – não é nem indiretamente – do valor do salário mínimo e apresentei dados que colhi aqui no Supermercado Extra, em Brasília. Uma casal com dois filhos, para ter um mínimo de sobrevivência e alimentação, gastaria R\$136,90. Vou dar alguns exemplos do que coloquei na cesta para passar um mês: 2kg de batata inglesa, 2kg de cebola, 2 dúzias de ovos, 3 latas de extrato de tomate, 1 pacote de fósforo, 3kg

de carne, 3 pacotinhos de margarina, 1kg de sabão, 1kg de fubá, 2kg de macarrão, 3kg de feijão preto, 4 litros de óleo, 2kg de café. Enfim, isso dá uma soma de R\$136,00. Mas essa mesma família vai ter que viver durante o mês, não é só comer; e, para viver, terá que gastar um bujão de gás, que sai a R\$32,00. Com luz e água – mostrei esses dados ao Presidente – vai gastar no mínimo R\$40,00; com a contribuição para a previdência, que é obrigada a descontar em folha, gasta 8%, R\$19,20; com vestuário para quatro pessoas durante o mês, coloquei só R\$20,00. Sabe quanto gasta por mês com transporte quem mora aqui no Recanto das Emas – e eu poderia dar, como exemplo, Samambaia, Taguatinga, qualquer outra localidade? Mais de R\$100,00. Em resumo, com estes itens – luz, água, transporte, previdência e vestuário –, a família gasta R\$222,20 por mês. Sabe quanto sobra para ela comprar a cesta básica, que é R\$136,98? Apenas R\$17,80. E aqui não incluí gasto com remédio nem aluguel, porque quem ganha salário mínimo não pode pagar aluguel nem que queira; obriga-se a ocupar, a ir para debaixo de uma ponte ou para uma favela. Não incluí aluguel, educação, lazer e saúde. É como se a pessoa que ganha salário mínimo não tivesse direito a nada disso.

Esses dados, Sr. Presidente, refletem o que o IBGE divulga hoje. Ora, se 120 milhões de pessoas ficam na faixa de zero a um salário mínimo, é inaceitável não aprofundarmos a discussão no segundo ano do Governo Lula, a fim de buscarmos um valor real para o salário mínimo.

Há um outro dado, Senador Ramez Tebet, que me sinto obrigado a citar, pois apresentei ao Presidente Lula na reunião com os Ministros. E vou dar aqui a opinião do Presidente depois que terminamos o diálogo. Quando fizemos a reforma da previdência, foi-nos dito aqui, em todos os debates, que não havia problema no Regime Geral da Previdência e que o problema era o servidor público. Agora, apresentaram-me uma conta, segundo a qual há um déficit na previdência, no Regime Geral, de R\$31 bilhões. Recorri ao Siafi, fluxo de caixa do INSS, que mostra o seguinte: 2002, superávit: R\$32 bilhões; 2003: R\$31 bilhões. Alguém poderia dizer: e se incluirmos aí outros gastos, como pagamento de pessoal e fundo de pobreza? Tudo bem! Vou para a segunda tabela. Coloco todos os gastos que se possa imaginar: seguridade, assistência, previdência, pagamento de funcionários. Assim mesmo, Sr. Presidente, tivemos em 2002 um superávit de R\$15 bilhões e, em 2003, um superávit de R\$5 bilhões.

Apresentei esses dados ao Presidente, como faço agora. Digo mais, depois de ouvir a todos, o Presidente disse que faria um estudo profundo para con-

ceder o maior aumento possível para o salário mínimo. Afirmou que tem uma sensibilidade enorme com o salário mínimo, que iria buscar alternativas e marcou outra reunião.

Estou esperançoso de que no dia 1º de maio o Brasil tenha uma bela surpresa e que o salário mínimo seja bem acima do valor de R\$256,00 previsto. Espero que ultrapasse a barreira dos US\$100.00.

Entreguei também uma nota técnica da Consultoria do Senado com uma análise do Projeto nº 5, de minha autoria, aqui apresentado. Alguns detalhes dependiam da inflação de abril, mas agora já dá para termos um parâmetro. Pela proposta permanente constante do projeto, Senador Sibá Machado, são feitos os seguintes cálculos: R\$240,00, mais a inflação do período, e mais R\$0,20 a hora, como reajuste permanente, uma vez por ano, até que o valor atinja o que manda a Constituição, para que não precisemos ter este debate todo ano. Sabem para quanto vai o salário, projetando-se uma inflação maior? Em torno de R\$308,00 ou R\$310,00. Mas o último cálculo resultou em R\$300,00, que é exatamente, por coincidência, o que a CUT está pedindo, ultrapassando a barreira dos US\$100.00.

Entregamos o documento contendo a análise do Senado que demonstra que é possível atingir esse valor e aponta as fontes de recursos. Comentarei em seguida de onde poderia sair o dinheiro para elevar o salário mínimo acima dos US\$100.00.

Senador Ramez Tebet, com muita alegria, recebo o aparte de V. Ex^a, antes, porém, quero dizer que recebi de uma aposentada a informação de que o salário mínimo dela é gasto só com remédio. Ela me pediu que informasse seu nome: Sônia Nogueira.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, fico impressionado. Só um Senador com a sensibilidade de V. Ex^a, com sua trajetória de luta em favor da justiça social no Brasil é recebido por oito Ministros e pelo Presidente da República para discutir o salário mínimo. Não conheço alguém nesta Casa que tenha tido essa oportunidade. E isso não foi favor. Foi conquista de V. Ex^a, pois ninguém pode falar ou discutir salário mínimo no Brasil sem reconhecer a luta de V. Ex^a. Quero parabenizá-lo e dizer de outra satisfação minha. Quero que o Senado seja assim, que a linguagem usada por nós seja essa usada por V. Ex^a. Ela vale mais do que as palavras acadêmicas, as palavras técnicas. Vale mais do que a teoria dos economistas que há muito tempo dizem querer resolver os problemas do nosso País, Senador Paulo Paim. Fala mais alto do que qualquer teoria o trabalho realizado por V. Ex^a. E não é um trabalho, V. Ex^a é um chefe de família e traz à tribuna o preço do arroz, do feijão, demonstrando o

quanto uma família precisa para viver. E V. Ex^a o faz da forma mais simples. É disto que o Senado precisa, de Parlamentares com essa sensibilidade, para que nós, que estamos sendo ouvidos, sejamos ouvidos e entendidos pela população. Com isso, V. Ex^a justifica a bandeira que desfralda na sua vida pública: a defesa da classe trabalhadora, por maior justiça social no País. Era isso que eu gostaria de dizer a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a dá destaque à reunião de que participei com os Ministros e com o Presidente. Também reconheço em V. Ex^a um líder da base do Governo, crítico, firme, e que dá um destaque especial – o que acho justo neste momento – a essa oportunidade em que o Governo ouve a voz do Senado sobre o salário mínimo.

Como disse V. Ex^a, esperamos que os Ministros se sensibilizem com a argumentação e a preocupação da Casa, porque o Senado Federal aprovou, por unanimidade, numa das Comissões, o projeto que aqui estou defendendo. Foi por unanimidade. Não houve um Senador que votasse contra. E esperamos que a medida provisória encaminhada à Casa venha ao encontro desse projeto que está pronto para ser votado no nosso Senado da República.

Sr. Presidente, eu dizia que fazia questão de mostrar as fontes de recursos que entendemos possíveis para alavancar o salário mínimo. A primeira delas: basta lembrar que a Receita Federal este mês teve um aumento de receita de 15,5%. Isso não é pouco. Com um terço disso, é possível alavancar o salário mínimo para acima dos R\$300,00.

Conforme dados que aqui mostrei da seguridade social com previsão para este ano, haverá superávit de R\$30 bilhões. Com um terço desses R\$30 bilhões, que sejam R\$8 ou R\$9 bilhões, garantimos um salário mínimo acima de US\$100.00.

Vamos mostrar outra fonte de recursos que já aprovamos e que foi fruto de um debate no qual não houve nenhuma crítica, pelo contrário. Nós vínhamos defendendo há muito tempo – e isto foi incorporado na reforma da previdência – que tirássemos a contribuição, que só fica sobre a folha, e trabalhássemos com o faturamento. Isso já está aprovado na emenda constitucional. E, se for regulamentado, teremos outros bilhões de reais à disposição para fazermos o efetivo reajuste do salário mínimo e do benefício dos aposentados e pensionistas.

Mas quero dizer também, Senador Mão Santa, que mesmo que ultrapássemos a barreira dos US\$100.00 e, quem sabe, cheguemos amanhã ou depois – só sinalizarei, porque sei que V. Ex^a aprofundará o assunto – em US\$120.00 ou US\$125.00, mas

mesmo nos US\$100.00 continuaremos tendo o menor salário mínimo do continente americano. Vejam bem: o menor salário do continente americano é o do Peru, que paga US\$110.00.

Essa é uma situação inevitável sobre a qual teremos que nos debruçar. A História mostra que o salário mínimo cresceu no Brasil nos anos em que o Congresso influenciou, nos anos em que o Congresso deliberou, nos anos em que o Congresso efetivamente alterou o projeto original do governo, nos anos em que o Congresso apontou as fontes de recursos. Espero que façamos um bom debate sobre o salário mínimo.

Está nos jornais de hoje e estive na televisão ontem à noite a possibilidade de um reajuste no salário-família. Nada tenho contra. E assim disse para o Senhor Presidente. O salário-família hoje deve ser de R\$13,05 por cada filho, o que é uma miséria. Se ele for aumentado para R\$15,00 ou R\$20,00, muito bem. Se o vale-transporte e o vale-remédio forem aumentados, muito, muito bem.

No entanto, expus ao Presidente e aos seus Ministros minha opinião: o salário mínimo tem uma simbologia, pois é o melhor instrumento de combate à pobreza. Além disso, de acordo com dados do IBGE, beneficiará 120 milhões de trabalhadores e não, 20 milhões. Dúvido que me contestem, que tenham dados diferentes segundo os quais o salário mínimo não influencia na vida de 120 milhões de brasileiros. Não são mais 100 milhões. Estou disposto a fazer o debate com os dados do IBGE, que mostram que quase 60 milhões ganham somente um terço do salário mínimo.

Sr. Presidente, esse é o grande debate que esta Casa terá que fazer. É fundamental que a população brasileira perceba que, se o valor do salário mínimo for elevado, no piso regional dos Estados – que é maior que o salário mínimo, pois não pode ser menor –, haverá distribuição de renda; no piso das categorias – que é maior que o salário mínimo –, haverá distribuição de renda; nos planos de cargos e salários das empresas, haverá crescimento na renda. Se milhões de pessoas receberão mais, elas consumirão mais; se consumirão mais, alguém terá que vender; para vender, alguém terá que produzir; para produzir, terá que haver emprego.

Sr. Presidente, o salário mínimo é uma mola que impulsiona a base da pirâmide. O salário mínimo, além de distribuir renda, é uma fonte geradora de emprego.

Na segunda-feira, apresentarei propostas concretas para o desemprego, com uma visão de quem está, no Senado Federal, mas que veio da base da pirâmide, com pai e mãe já falecidos, que criaram dez filhos, cada um ganhando um salário mínimo. Minha

mãe trabalhava na fábrica de compensados, e meu pai era metalúrgico no Marcopolo em Caxias do Sul. Vivi toda minha infância sabendo o que é salário mínimo.

Ninguém me diga que discutir salário mínimo é piada e falta de ter o que fazer. Quem diz isso é irresponsável, mau-caráter e usa de má-fé. Tratar do salário mínimo envolve 120 milhões de brasileiros excluídos e que passam fome. Se 120 milhões de brasileiros ganham de zero a um salário mínimo, como pagam aluguel? Dizer que esse não é um debate sério é de uma irresponsabilidade total. Nem vou dizer o nome de quem tem desrespeitado a situação de desespero do nosso povo. Por isso o Senado da República e a Câmara dos Deputados terão que se aprofundar no debate.

Senador Mão Santa, sei que V. Ex^a é também um estudioso da matéria. Sei que haveremos de fazer um grande debate sobre o assunto. O momento é este.

Estou solicitando uma sessão especial no dia 1º de maio não para homenagear trabalhador, que não precisa de homenagem, mas de resultados. Quero que, nesse dia, seja divulgado o valor do salário mínimo que for, enfim fixado.

É preciso – aqui faço um apelo ao Presidente Lula, mais uma vez – que no segundo ano do nosso Governo efetivamente melhoremos o valor do salário mínimo.

Tenho dito e repito que alavancar o valor do salário mínimo é muito melhor, Sr. Presidente, do que distribuir marmitta. É muito melhor, estou convencido disso. Por isso, defendo com tanta paixão, amor e carinho e com tanto respeito esses 120 milhões de brasileiros que vivem na miséria, porque quem ganha um salário mínimo vive na miséria. É preciso que sonhemos em ter, um dia, um salário mínimo como o de um país mais avançado. Qualquer país avançado não tem um salário mínimo menor que US\$1.000, e estamos pedindo míseros US\$100, o que daria em torno de R\$300,00. E dizem que é demagogia, piada, falta de responsabilidade com o dinheiro público. Falta de responsabilidade são aqueles que desviam o dinheiro para outros fins e não trabalham efetivamente para a valorização do salário mínimo.

Vou terminar dizendo que chega de mandarem medidas provisórias, nos últimos dez anos, tirando o dinheiro da seguridade social e destinando para outros ministérios. Para mim, isso que é sério.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se o Senador Mão Santa ainda permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos, acima do Regimento, dar um espírito da lei

de Montesquieu. S. Ex^a representa em sua oratória uma luta muito grande do Rio Grande do Sul, de Getúlio, Alberto Pasqualini, João Goulart em defesa do trabalhador.

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou ceder o aparte ao ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Efraim Morais, porque entendo que S. Ex^a tem todo o direito de manifestar-se. Lembro-me de que, na época, eu, na Oposição, fazia este mesmo pronunciamento, e V. Ex^a, na situação, ia para a tribuna. Posso discordar de outros assuntos, mas, neste tema, acompanho V. Ex^a. O depoimento é no campo da verdade. E quem fala a verdade, como sempre dizemos, esse não merece castigo.

Ouço o aparte do Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Continuo votando com V. Ex^a neste assunto. Vou acompanhar V. Ex^a na luta pela sua trajetória, pelo que V. Ex^a sempre defendeu como homem público: o salário mínimo. A trajetória que o Brasil conhece como sendo a de atuação de V. Ex^a é a defesa do salário mínimo. V. Ex^a chegou a fazer greve de fome no plenário da Câmara dos Deputados, quando éramos Deputados Federais, mantendo esse mesmo discurso. Então, quem o critica pela defesa de hoje, quem entende que isso é brincadeira, quem acha que se trata de falta do que fazer são aqueles que, no passado, usaram muitas vezes as tribunas não só da Câmara, como deste próprio plenário, como das Assembléias, em defesa do reajuste de salário mínimo. Lamentavelmente, a maioria dos companheiros do PT mudou. E V. Ex^a está fora deste assunto porque está provando que não mudou. Chegaram ao Governo, estão mais preocupados em plantar a estrela vermelha, onde não podem, no caso, no Palácio da Alvorada, na Granja do Torto, do que em resolver a questão dos desempregados, dos assalariados. Então, mais uma vez, parabênzo V. Ex^a pela sua luta na certeza de que conseguiremos alcançar nossos objetivos. Incluo todos aqueles que, no passado, defenderam esse ponto de vista quando eram governo, defendem hoje como oposição e raras exceções dos que eram oposição, e hoje são governo, como V. Ex^a. Além dessa luta, tenho conversado muito com V. Ex^a sobre a questão da previdência. Acredito que V. Ex^a tem feito a sua parte, tem feito o seu trabalho, mas está na hora de este Congresso, principalmente, o Senado Federal, com a ajuda de todos os partidos, independentemente de cor partidária, falar a verdade para o Presidente da República e para os líderes do Governo. Vamos reagir, parando mesmo as votações no Congresso Nacional. Tem que existir respeito. A palavra empenhada do Governo e de suas lideranças em

relação à PEC 77 é a de que votaríamos a PEC paralela ainda na convocação extraordinária. Sabe V. Ex^a que ela ainda está na Comissão Especial na Câmara dos Deputados, com divergências políticas, para satisfazer ao Planalto. Acredito que tem que haver respeito a esta Casa, aos Srs. Senadores e Senadoras, tem que haver respeito acima de tudo aos funcionários públicos deste País, e acima de tudo, à sociedade brasileira. O Governo Lula está chegando ao fim porque a palavra do Presidente, a palavra dos seus líderes não vale nada. Entendi durante meus vinte anos de homem público no Legislativo que a palavra empenhada e o compromisso assumido têm de ser cumpridos. Quando fala o Líder do Governo, fala o Governo; quando não se cumpre a palavra do Líder do Governo, quem não está cumprindo a palavra é o Governo. E o Governo Lula, o Governo do PT – infelizmente, do Partido a que V. Ex^a pertence – não está cumprindo sua palavra para com o Congresso Nacional, para com a sociedade e, em especial, para com o funcionário. Parabéns a V. Ex^a. Espero, com fé e confiança, que tenhamos no 1º de Maio uma boa notícia para o trabalhador brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a tem sido um Parlamentar brilhante desde quando Deputado Federal e, na época, homem da base do Governo, e continua sendo brilhante nesta Casa, fazendo o papel de um homem no campo da Oposição. Eu dizia um tempo atrás, Senador Efraim Morais: pobre daquele país que não tem uma oposição fiscalizadora, que cobre do Governo. Isso tem de haver, isso é bom. Falo com muita tranqüilidade, porque conheço sua história, seus compromissos e sei que V. Ex^a também quer o melhor para o País. Quando V. Ex^a fala que acordo tem de ser cumprido, referindo-se, nesse caso específico, à PEC paralela, queiram ou não queiram alguns, esse assunto está sendo discutido em todos os corredores, gabinetes e neste plenário. A PEC paralela foi acordada; ninguém aqui participou de farsa. Ouço um ou outro dizendo: “não, alguns Senadores participaram de uma farsa”. Senador algum, para mim, participou de farsa. Todos votamos convictos de que o acordo seria cumprido. Por isso, foi votado por unanimidade; senão, não seria. Por isso, essa posição que V. Ex^a anuncia na verdade já vem ocorrendo ao longo das duas últimas semanas. Se os acordos com o Senado Federal não estão sendo cumpridos, o Senado também se dá o direito de não encaminhar outras votações.

Mas espero ainda, tenho uma grande esperança – confesso a todos Senadores – que a PEC paralela seja votada conforme foi acordada e que a sensibilidade do Presidente Lula permita um bom salário mí-

nimo – não o ideal –, um salário mínimo razoável, já a partir de 1º de Maio.

Sei que vai haver outra reunião com os Líderes da Situação e da Oposição para discutir a PEC paralela, na terça-feira. Estarei presente, ajudando a costurar esse entendimento para que a PEC paralela seja votada de imediato. Por isso, V. Ex^a, com a transparência peculiar, anuncia que, se a PEC paralela não for votada, haverá muita dificuldade de a pauta ser desbloqueada. Acordo tem de ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, peço permissão para interrompê-lo, lembrando que já empregamos nesta Casa o princípio de Montesquieu. Entendo que, para discutir e debater salário mínimo, o tempo deve ser máximo. Gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Reconheço que gosto de respeitar o tempo destinado aos oradores, mas, pela emoção desse momento, já o ultrapassei em quase dez minutos. Foi a tolerância e a generosidade de V. Ex^a que permitiram que isso ocorresse.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, se V. Ex^a permitisse, com a generosidade do Presidente Mão Santa, queria apenas dar um depoimento, para que V. Ex^a visse que a sua posição é até confortável. Ao entrar no plenário, encontrei-me, na recepção, com um grupo de visitantes, que deve estar se dirigindo agora mesmo às galerias. Cumprimentaram-me e perguntei por cortesia: como é que estão as coisas? Eles disseram: “Estão muito mal; está falando na tribuna, agora, a primeira vítima do PT no Senado”. Eu queria apenas dar esse depoimento, Senador Paim, para que a Nação veja que o homem da rua, o cidadão comum está muito atento ao que vem ocorrendo. Eu, por exemplo, decidi votar pela PEC paralela. V. Ex^a é testemunha disso. V. Ex^a é o avalista, mas fique tranquilo, pois não o levarei ao cartório de protesto, não. Quem não cumpriu e não honrou o acordo não foi V. Ex^a, que agiu na melhor das intenções e com a credibilidade que tem conquistado na convivência longa que teve não só comigo, mas com vários companheiros, no período de Câmara. Fui, inclusive, colega de Mesa de V. Ex^a naquela Casa e o sou agora. O seu conceito e a sua credibilidade foram suficientes. Agora, se não estão cumprindo com V. Ex^a, paciência. Segundo o Eclesiastes, “o homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada”. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a todos e encerro, agradecendo pela tolerância.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Já com documento sobre a mesa, solicito a oportunidade de poder fazer um pronunciamento em nome do Líder da Minoria, Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, pela Liderança da Minoria, de acordo com o Regimento, por cinco minutos. Que a sua capacidade sintética garanta o cumprimento.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, usando a tribuna, em nome da Minoria, quero expressar a minha perplexidade ao verificar ontem nos jornais do Brasil que o Presidente da República, tratando com Ministros do salário mínimo, disse a seguinte frase, em tom de lástima: “Que situação a minha!”.

Eu diria, Sr. Presidente, que o Presidente da República tem deveres para com a Nação, e o principal é o de governar. Tem deveres com seus eleitores a quem prometeu, em quatro anos, dobrar o salário mínimo. Pelo passo que vai, não chegará à metade da promessa.

Se Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, desejar cumprir a palavra, modifique o Orçamento, mude as dotações e faça o que disse em campanha. Se não vai cumprir a sua palavra, vá à televisão e às rádios e peça desculpas à Nação. É assim que procede um Chefe de Estado, um Chefe de Governo. A hora é para exercer autoridade e governar e não para se lastimar.

Devo também, desta tribuna, mostrar mais uma vez que a carga tributária, no Governo atual, foi fundamentalmente aumentada, apesar da palavra do Ministro Palocci. Contra a realidade, os fatos e as próprias propostas de aumento de tributação do Governo de que não haveria aumento na carga tributária, aí estão os resultados do mês de março. A arrecadação federal registrou o melhor março de sua história, e o País pouco cresceu. Os tributos aumentaram. Com a nova regra, a receita real da Cofins aumentou 13%. Foram quatro levas de aumentos de tributação, aqui denunciadas pela Oposição, na voz e no voto.

Agora estamos diante de medida provisória para taxar a Cofins dos importados, para complementar a reforma tributária, que foi contra o consumidor, contra o contribuinte. Está trancada a pauta do Senado. Está trancada, em primeiro lugar, porque a discussão em torno da medida provisória que cria cerca de 2.800 cargos de confiança mostrou a desnecessidade da medida provisória, ainda que sua eficiência só se da-

ria para os cofres do Partido dos Trabalhadores, que receberá percentual dos que vão exercer cargos em comissão. Paralisada está também com a Cofins dos importados, que mais uma vez penalizará o contribuinte brasileiro.

Sr. Presidente, há como destrancar essa pauta, como obter recursos. Basta gastar menos, basta o Governo retirar de pauta a medida provisória que cria esses cargos, tão desnecessários quanto os ministérios criados para premiar os derrotados nas eleições para governador e senador.

A sinalização de gastos é o pior que um governo pode fazer, principalmente quando o Presidente, diante da questão do salário mínimo, pergunta: “Que situação é a minha?”

A solução é governar; é não permitir que o Sr. Ministro de Desenvolvimento Agrário diga que não cumprirá a Medida Provisória antiinvasão; é coibir as invasões do abril vermelho, que estão deslustrando o País e inquietando o campo, a produção, o grande esteio das nossas exportações. O País precisa de governo, mas sem dualidade na política externa, para que não tenhamos o desprazer de ver a declaração do co-Ministro Marco Aurélio Garcia de que não existe repressão em Cuba. A ditadura mais duradoura no mundo atual, o paredão de todos conhecido, de acordo com o biministro Marco Aurélio Garcia pratica plena democracia.

Por isso o País não anda e as nossas relações exteriores não conquistam vitórias. A diplomacia moderna é a de resultados, não a de afrontas, a de Terceiro Mundo. Se continuarmos aumentando tributos, modificando e diminuindo o poder agências reguladoras, praticando uma política externa que nada traz para o País, não vamos crescer, o desemprego continuará aumentando.

O País todo reclama. Reclamam aqueles que acreditaram no slogan Agora é Lula! E reclamam os da Oposição, que, ouvindo a voz das ruas, pedem: Governa, Lula!

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, por permuta com o Senador Efraim Morais. Em seguida, ouviremos o Senador Mozarildo Cavalcanti, que já me havia cedido espaço e falará por permuta com o Senador Romeu Tuma. Agradeço a ambos por me permitirem usar da palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que efetivamente me traz à tribuna nesta manhã de sexta-feira, gostaria de me solidarizar com V. Ex^a pelo discurso que pronunciou, como já o fiz em aparte, e também comungar com o Senador Efraim Morais, Líder da Minoria nesta Casa, da idéia de o Senado Federal se fazer respeitar.

É preciso que haja respeito ao Parlamento brasileiro com relação aos acordos firmados. Refiro-me especificamente à PEC Paralela, a PEC 77, que procura minimizar as perdas dos servidores públicos com a reforma da Previdência Social.

Da mesma forma que as medidas provisórias têm o condão de trancar a pauta do Senado da República, Senador Efraim Morais – eu já havia preconizado isso aqui no Senado –, nós, na nossa vontade política de fazer com que o Parlamento tenha palavra e tenha dignidade, com que o Parlamento seja acreditado pela Nação brasileira, podemos também paralisar assuntos nesta Casa, para que o Governo cumpra o compromisso assumido com os servidores públicos, em outras palavras, que a PEC Paralela seja aprovada incontínente. Digo o Governo porque o acordo aqui firmado, como já salientado, teve o aval do Governo Federal.

Nobre Senador Paulo Paim, V. Ex^a, ao ocupar esta tribuna para defender um salário mínimo compatível com as necessidades das famílias brasileiras, para falar do desemprego, dos excluídos, abre caminho para que o tema árido e complexo, de difícil entendimento, que vou abordar – se efetivamente cumprida a lei, votada e depois cumprida –, um elo, ainda que pequenino, que diminuirá o índice de desemprego neste País.

Refiro-me à Lei de Falências, cujo nome pretendo mudar para Lei de Recuperação das Empresas. Como responsável, na Comissão de Assuntos Econômicos, pela roupagem dessa nova lei, aproveito este momento para explicar alguns aspectos dessa nova lei, que está em tramitação nesta Casa, em substituição a uma lei longa, a uma lei boa, que durou tanto, mas que precisa ser alterada em vista das profundas modificações econômicas ocorridas nos últimos anos.

A Lei de Falências vigora no País desde 1945. O projeto para sua substituição tramitou na Câmara por 10 anos e chegou ao Senado em novembro. Já apresentei o meu relatório, e sua discussão será iniciada na próxima terça-feira.

Diante da evolução da economia, dos métodos, dos sistemas econômicos por que passa o mundo, é preciso haver adaptações. Em vez de falarmos em Lei de Falências, temos que falar em recuperação de empresas. Bem entendido aqui, falar das empresas que

agem de boa-fé, mas que, diante da conjuntura ou circunstância econômica, passam por dificuldades. Que essas dificuldades possam ser superadas num pleno entendimento entre empresa, credores e aqueles que movimentam as empresas em dificuldade, a classe trabalhadora deste País.

Sabemos como a economia mudou e que hoje as empresas se associam, num gigantismo crescente, para superar dificuldades; que há um processo de concentração empresarial através de fusões, através de aquisições. Antes, quando se analisava o valor econômico, o ativo de uma empresa, era importante considerar o valor do imóvel onde ela estava instalada, as mercadorias, o estoque existente. Mas, hoje, mais do que isso, são avaliados os bens intangíveis, ou seja, a marca da empresa, que, às vezes, vale mais que o ativo físico. Tudo isso, portanto, requer mudanças que visem ao aumento da eficiência econômica.

Temos que entender que uma empresa não tem só caráter econômico, mas caráter eminentemente social. Reconheço, meu caro Presidente Paulo Paim – e espero que a Nação entenda a preocupação desta Casa e minha também –, que a falência é um desastre, mas infelizmente acontece. Por isso, retiro o termo “regime falimentar” e o denomino regime de recuperação de empresas e espero que esse regime não se transforme em bunker das instituições financeiras, como muitos estão pensando, pessoas que às vezes estão sendo levadas por informações distorcidas que não correspondem à realidade. O nosso trabalho, a lei que estamos votando aqui, que relatei e que estou relatando, está longe de se transformar nisso. Pelo contrário, desejo que essa nova lei e os dispositivos aqui elaborados, dentro de uma realidade social, na compreensão do mundo que estamos vivendo, sejam capazes de permitir a eficiência econômica em ambiente de respeito ao direito dos trabalhadores, ao direito dos mais fracos. É esse o nosso objetivo.

A matéria que está tramitando nesta Casa, por meio de projeto substitutivo, veio da Câmara e nos serviu de base. Se não fosse o projeto da Câmara, eu não teria ainda condições de apresentar o meu relatório. O Deputado Márcio Biochi, do Estado do Rio Grande do Sul, preparou um trabalho que serviu de base para o aperfeiçoamento proposto por nós, permitindo-nos, ao final, apresentar uma lei que guarde consonância com a realidade social e econômica da época em que estamos elaborando essa lei, prevendo estímulos a comportamentos desejáveis no futuro.

É esse, quero repetir aqui, o nosso objetivo. Para isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, partimos de determinados princípios que julgamos fundamentais, para que essa lei possa realmente atingir sua verda-

deira finalidade. Se a lei tem conteúdo econômico e social, o primeiro objetivo dela é facilitar a preservação da empresa e não a sua extinção através de um processo falimentar. A empresa tem que sobreviver. A lei deve estimular as empresas que estão em dificuldade, que, de boa-fé, se encontrem nessa situação; do contrário, se estão agindo de má-fé, que sejam fechadas e seus responsáveis paguem um alto preço em processos criminais.

Então, a preservação da empresa é a nossa principal razão de ser. Devemos, para isso, elaborar dispositivos para que a função social da empresa seja mantida.

Senador Paulo Paim, há pouco, em discurso, V. Ex^a apresentou dados que mostram o índice de desempregados e de excluídos no País. Quando há fechamento de uma empresa, o desemprego não está aumentando? Não são empregados que vão para a rua? Que ficam por aí, depois, quanto tempo, esperando um outro emprego? Repito: quando uma empresa fecha, aumenta o desemprego no País. Portanto, a principal função nossa deve ser de preservação dessa empresa, de elaboração de mecanismos para que tal aconteça.

Na lei aqui analisada, a preservação de empresas não tem caráter unilateral, não é apenas considerado o dono da empresa, como hoje ocorre na concordata, que vai ao juiz e diz que tem condições de continuar sobrevivendo, de pagar os créditos, de manter o corpo de empregados, de trabalhadores, desde que pague em dois, três ou quatro anos e que se estabeleça o percentual de pagamento para cada ano. A prática tem demonstrado que o regime de concordatas, previsto na lei de 1945, está inteiramente obsoleto, porque as empresas não têm sido salvas, não têm sobrevivido com esse modelo. Via de regra, as empresas ganham fôlego e depois morrem com a falência.

O Estado de V. Ex^a é testemunha disso. V. Ex^a me levou ao Rio Grande do Sul, onde falei para cerca de mil trabalhadores; vi centenas deles esperando o fim de processo falimentar, que não acaba nunca, e o recebimento de seus direitos trabalhistas. De nada adianta a concordata. É preciso haver mudança nesse estado de coisas. Não se trata só de atender à vontade da empresa, é preciso resolver isso democraticamente. Qual a solução que estamos procurando dar? Estamos procurando um entendimento, que se reúnam em assembléia os trabalhadores, sim. Isto precisa ser esclarecido: assembléia não é só dos credores e de empresas em dificuldades. Os trabalhadores estão lá para defender seus direitos e para opinar, para, tomando conhecimento da real situação da empresa, manifestar sua opinião e sua parcela de contribuição,

para que a empresa possa sobreviver, garantindo-lhes, portanto, o emprego.

Fazer uma lei para garantir apenas o direito dos credores seria uma insanidade, seria agravar a injustiça social, seria desumanidade. Elaborar uma lei pensando em salvaguardar os empregos é princípio elementar de justiça, pelo qual procuramos nos orientar. O relatório está aí, ainda estamos abertos para receber empresas. V. Ex^a apresentou a Emenda nº 1, que, diga-se de passagem, foi integralmente acatada no meu parecer.

Temos que proteger os credores e os trabalhadores. Os trabalhadores têm como único e principal bem a força do seu trabalho. Não é possível pagar aos mais protegidos e favorecidos pela sorte, no caso, os credores, e deixar de pagar aos trabalhadores. É preciso que isso fique claro, para que não haja barulho de informação. Os direitos dos trabalhadores estão sendo preservados sim, porque são credores preferenciais em um processo falimentar. Enquanto estamos tentando recuperar a empresa, o trabalhador está recebendo os primeiros meses de salário. Em qualquer prorrogação, os direitos dos trabalhadores não poderão esperar mais de um ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, qual é o prazo para os trabalhadores receberem seus créditos trabalhistas? Primeiro, não há prazo. Mais do que isso, eles não recebem mesmo, como presenciei no Estado de V. Ex^a, Senador. Essa é uma preocupação fundamental e precisa ficar clara em tudo o que estamos fazendo.

No entanto, para haver emprego é preciso haver empresa. E para haver empresa precisamos reduzir o custo do crédito no Brasil. Essa lei tem que tratar disso. Só haverá emprego se houver empresa para empregar. Buscamos o equilíbrio entre o capital e o trabalho. É esse o objetivo que estamos mantendo nesta Casa.

Outro objetivo diz respeito à celeridade e à eficiência dos processos judiciais, quer na recuperação judicial, quer na falência. Estabelecemos normas que procuram acelerar as decisões judiciais e dar-lhes também eficiência, traduzindo tudo isso em segurança jurídica indispensável para que as ações se realizem. Assim, queremos não só a participação dos credores; mas queremos e estamos garantindo a participação também da classe trabalhadora.

Sr. Presidente, estou tendo o cuidado de deixar clara a situação. Minha presença nesta tribuna é para evitar burburinho, para que uma matéria como essa não seja discutida sob clima emocional, mas à luz da razão, à luz do que for melhor para o Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Dizem, Sr. Presidente, que o substitutivo feito ao relatório exclui a sucessão trabalhista quando há falência. Excelências, quando há falência, qual o direito do empregado? Perguntem a um empregado de firma falida se ele recebeu algo? Estou garantindo o seu direito quando estabeleço que os bens podem ser vendidos na falência; quando há a venda desses bens, o dinheiro vai para o caixa comandado por um juiz e vai pagar, em primeiro lugar, os trabalhadores. Se vai pagar os trabalhadores em primeiro lugar, como afirmar que estamos excluindo os trabalhadores da sucessão? Didaticamente: uma empresa faliu, as portas estão fechadas, ela não está negociando. Os trabalhadores estão sem receber. O que vamos fazer para os trabalhadores receberem? De onde vai sair o dinheiro para pagar os trabalhadores? Se a empresa não tem mais condições de ser recuperada, a única maneira é vender essa empresa, encontrar alguém que a compre. Encontrando comprador, o nosso substitutivo diz que o dinheiro que entrar no caixa fica depositado judicialmente, apurado o total da venda, de preferência, em conjunto, dos bens da empresa. Apurou-se, então deve-se pagar primeiro os trabalhadores. Será que não estamos ajudando os trabalhadores? Será que não é justo que se paguem primeiro os trabalhadores? Para mim é mais do que justo. Seria injusto, antes de pagar os trabalhadores, começar a pagar os credores. Os credores são aqueles que podem mais. Afinal de contas, para fazer justiça, é preciso socializar prejuízo. E na socialização dos prejuízos deve perder um pouco quem pode mais efetivamente.

Entretanto, não se pode matar o capital, porque se se elimina o capital não se tem emprego. Mas no caso que estou citando, a empresa já faliu; então o jeito é vendê-la para poder pagar os empregados. Sr. Presidente, isso precisa ficar absolutamente claro.

E na recuperação judicial? Na recuperação judicial, a empresa está em funcionamento, o empregado continua trabalhando e está recebendo. Se ele tem crédito, ele vai recebê-lo no máximo em um ano. Qualquer prorrogação, para outros credores, pode alcançar dois, três, quatro anos; mas ninguém vai prorrogar os direitos trabalhistas por mais de um ano sem garantir salários de três, quatro ou cinco meses, para que o trabalhador possa sobreviver. Em suma, é o que se pode fazer. Mas isso traduz uma superioridade dos trabalhadores na falência.

O projeto que veio da Câmara tem um instrumento hoje muito ágil e importante para o Brasil. Chama-se ACC, Adiantamentos de Contratos de Câmbio, e permite que uma empresa brasileira faça negócios no exterior; quer dizer, venda bens para o exterior. Mas a

empresa está descapitalizada e então vai a uma instituição bancária, pede dinheiro emprestado, compra matéria-prima – couro, por exemplo, para prestar uma homenagem ao Rio Grande do Sul – fabrica calçado e vende. Desse ACC, esse instrumento importante para o estímulo às exportações, nós não podemos prescindir; os industriais brasileiros sabem disso perfeitamente. O projeto veio da Câmara estabelecendo total privilégio, no caso de falência, do ACC, sobre os direitos dos trabalhadores. Que fizemos nós? Como está o nosso substitutivo? Até cinco salários mínimos, vai receber primeiro o trabalhador. Gostaríamos que o trabalhador recebesse tudo o que tem direito acima do ACC. Mas sabem o que acontece? Se tirarmos o ACC haverá desemprego, empresas serão fechadas. Estamos compatibilizando, propondo um equilíbrio, dentro do que é possível, para garantir emprego no Brasil e evitar esse prejuízo hoje quando uma firma vai à falência.

Por outro lado, estamos fazendo um apelo ao Governo Federal e já avançamos um pouco com relação aos créditos tributários. Primeiro recebem os trabalhadores – essa é a ordem –; depois recebem os credores com algum privilégio oriundo de contratos reais; em seguida, concorre-se de um para um com o Governo, com o Fisco. Pretendemos que o Fisco ceda um pouco mais em prazo, porque o Poder Público precisa também dar sua parcela de contribuição para a recuperação das empresas. Esse objetivo estamos prevendo aqui.

Sr. Presidente, vou encerrar, mas antes queria deixar, de uma vez por todas, esclarecido um ponto importante de nosso substitutivo. Segundo o projeto que veio da Câmara dos Deputados, na fase da recuperação da empresa, os credores, por contratos reais, podem pedir a restituição dos bens. Alteramos isso, porque se uma firma está se recuperando e tem um bem alienado, com garantia real, se o credor retirar esse bem, a empresa morre. Então, no prazo da recuperação judicial, que é de cento e oitenta dias, não há mais isso. A empresa vai continuar em condições de trabalhar. Suponhamos um parque gráfico, com suas máquinas todas alienadas, com garantia para o credor. Ora, se estamos tentando recuperar a empresa, como é que o credor vai colaborar com a recuperação, se pode tirar esses bens imediatamente? Isso ficou absolutamente proibido.

Sr. Presidente, lamento muito, ocupei esta tribuna e não sei se atingi meu objetivo de trazer esclarecimentos para que a Casa possa colaborar comigo. Estou pronto a receber sugestões para melhorar meu substitutivo, mas já tenho tido algum consolo. Refiro-me ao que li hoje no Correio Braziliense na coluna de um

jornalista de alta respeitabilidade, Ari Cunha, a quem quero agradecer. Quando comenta que terça-feira vamos começar a discutir esse relatório que apresentei na Comissão de Assuntos Econômicos, ele diz que esse projeto, tal qual o colocamos, é de suma importância para o País, que não tem tido êxito em ver as promessas de emprego e produtividade cumpridas.

Ele disse que devemos atravessar com maturidade as disputas partidárias, propondo ações de interesse nacional.

Referindo-se à minha pessoa – e eu agradeço a ele – ele disse: “Fica o exemplo de maturidade na iniciativa e a esperança de que todos os Parlamentares não se alterem com os holofotes”.

Que não pensemos nos holofotes. Somos humildes. Vamos pensar no interesse do Brasil, no que é melhor para promover a justiça social no País.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que esse projeto pode colaborar bastante para diminuir o índice de desemprego que existe em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

– V. Ex^a terá a palavra, de imediato, como Líder.

Mas se me permitir, antes eu gostaria de dizer ao Senador Ramez Tebet que, por estar na Presidência, não pude apartear S. Ex^a, o que lamento. Na terça-feira, participarei da discussão desse projeto. Mas gostaria de destacar dois pontos do relatório de V. Ex^a, Senador Ramez Tebet. A primeira preocupação de V. Ex^a é com o direito dos trabalhadores e a segunda, também de suma importância, é com a recuperação das empresas.

Meus cumprimentos pelo seu relatório.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Roberto Saturnino. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, venho à tribuna para dar à Casa duas notícias que considero da maior importância, mas não sem antes também dar o meu testemunho de admiração pelo trabalho feito pelo Senador Ramez Tebet no relato dessa medida provisória tão importante, sobre a nova Lei de Falências, que S. Ex^a muito bem, muito apropriadamente, muito adequadamente denominou de Lei de Recuperação das Empresas. Quero cumprimentar S. Ex^a pelo excelente trabalho e também me dispor a participar dos debates que vão se processar, uma vez já feita a leitura do seu relatório, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, queria, então, como disse, dar duas notícias que considero importantes sob o ponto de vista nacional, de avanços para a sociedade e a economia brasileiras e, enfim, para a melhoria das condições sociais de nossa população. Uma, é que, anteontem, na reunião da Comissão Mista de Orçamento, foi aprovado um crédito de vinte milhões para a Fundação Oswaldo Cruz, a Fiocruz, do Rio de Janeiro, destinada à aquisição de uma planta farmacêutica, de produção de medicamentos, uma planta desativada, situada em Jacarepaguá, hoje quase um distrito farmacêutico do Rio de Janeiro, que conheço e sei que está em condições muito boas para que a produção seja retomada. A Fiocruz tem um vasto programa para ampliar sua produção de medicamentos. Ela objetiva fornecer, inclusive, novos fármacos aos laboratórios governamentais para a produção de medicamentos, os quais poderão ser fornecidos a preço de custo ao grande programa de farmácias populares, que começa a ser implementado em várias cidades importantes de nosso País. Essa é uma notícia auspiciosa.

A Fiocruz é uma instituição modelar, é um exemplo de eficiência, de sensibilidade social e de ação do Estado no setor econômico para a produção de vacinas, de produtos farmacêuticos, de fármacos. É uma entidade de prestígio internacional cuja atuação, que remonta ao início do século passado, constitui, como eu disse, exemplo admirável de atuação do Governo no setor econômico e no social.

E também, Sr. Presidente, aproveitando esse breve tempo, eu queria saudar o Governo pela decisão tomada ontem, de implantar medidas de agilização da reforma agrária. Todos os brasileiros estão preocupados com a tensão no campo, com a multiplicação das invasões de terra. Nenhum brasileiro vê isso com olhos favoráveis ou de aceitação. É preciso encarar o problema real que está por trás disso, que é a reforma agrária, a qual, há séculos, desde o Patriarca da Independência, José Bonifácio, está por ser realizada neste País. Ontem, o Governo tomou medidas importantes para descentralizar, dando mais poderes às superintendências regionais para realizar os assentamentos. Procura com essa medida desburocratizar e agilizar as ações e reduzir também as exigências relativas à documentação para a implantação dos assentamentos. Isso também constitui uma medida eficaz de agilização. Sr. Presidente, foi aumentada substancialmente, em mais de 100%, de R\$7,7 mil para R\$16 mil, a ajuda inicial às famílias assentadas, capaz de lhes dar condições de aproveitar bem a terra recebida e multiplicar a ação produtiva, de realizar melhor a constituição da sua vida familiar e dar ao País uma condição produtiva

sempre crescente no setor agrário, realizando o que é importante na reforma agrária.

A reforma agrária é essencial para a redução do quadro de miséria que o País está enfrentando. Ainda hoje a Fundação Getúlio Vargas publica o que apurou relativamente à distribuição de renda no País, mostrando que a miséria mais do que triplicou nos últimos vinte anos e que hoje um terço da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza, o que é absolutamente inaceitável, revoltante e exige medidas de melhoria do quadro social. Esse é um compromisso firme desse Governo, no qual acredito, que tem na reforma agrária um dos pilares essenciais de melhoria desse quadro.

Eram essas, Sr. Presidente, as duas notícias que eu queria trazer ao Senado, porque acho que são capazes de infundir maior certeza, maior convicção ainda nos progressos de natureza social que o Brasil vem enfrentando depois de tanto tempo de regressão.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Siba Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais, por permuta com o Senador Ramez Tebet.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicitaria a palavra a V. Ex^a, evidentemente com a devida vênia do nobre orador, para fazer um requerimento sobre o falecimento de uma importante figura brasileira ocorrido na Itália. Caso contrário, eu o faria logo após o orador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Dou a minha permissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Se não é problema para o Senador Efraim Morais, concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e ao nobre Senador Efraim Morais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço hoje desta tribuna um triste registro. Morreu ontem, em Roma, depois de sofrer um acidente, o Embaixador João Augusto Médicis, mais conhecido como Zoza, que exercia o cargo de Secretário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como representante do Brasil.

Nascido em Recife, Zoza ainda não tinha completado 68 anos de idade. Entrou para o Itamaraty em 1959 e lá construiu sólida carreira, tendo sido promovido sempre por merecimento. Era Ministro de primeira classe desde 1981. Ocupou importantes cargos, seja no Brasil, seja no exterior. Muitos de nós tivemos o prazer de sua convivência, pois chefiou por longo tempo a Assessoria Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores no Congresso Nacional.

O Embaixador Zoza de Médicis chefiou recentemente postos importantes para o Brasil no exterior, como a representação na FAO, em Roma, na Embaixada em Pequim e, de 1999 a 2002, na Embaixada brasileira em Santiago do Chile.

Como representante brasileiro na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, atuou para consolidar institucional e politicamente a comunidade. Sua atuação foi reconhecida por todos os países membros, inclusive agora, diante de sua morte. A previsão era a de que ocupasse esse posto apenas até junho próximo.

O Embaixador Zoza estava em Roma apenas para passar o fim de semana com amigos brasileiros. Segundo noticiou o **Jornal do Brasil**, um acidente de carro foi a causa da sua morte. Outra versão é a de que teria sido um acidente cardiovascular, um derrame cerebral. De qualquer maneira, fica aqui esse registro.

É, portanto, com tristeza que fazemos este registro, pedindo à família do Embaixador e ao Itamaraty, que ele serviu com tanto empenho, que aceitem a expressão dos nossos sentimentos.

Peço à Casa que faça este registro de pesar em meu nome e, tenho certeza, em nome de todos os companheiros desta Casa, dada a importância desse diplomata, que prestou serviços em solo brasileiro e em representações pelo mundo afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, a Mesa encaminhará o voto de pesar de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana completaram-se dois meses da eclosão do escândalo Waldomiro Diniz, sem que o País tenha visto qualquer providência concreta ser tomada. Ninguém foi punido, e, somente anteontem, Waldomiro Diniz foi ouvido – ainda assim, numa CPI na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, cujas investigações abrangem período anterior ao da posse do Governo Lula e restringem-se às atividades que tinha quando Presidente da Loteria do Rio de Janeiro.

Ontem, quinta-feira, ele foi ouvido também pelo Ministério Público estadual do Rio de Janeiro, sempre a respeito de suas atividades na Loterj. O escândalo maior, no entanto, refere-se a dois outros tipos de ação: captação clandestina de recursos para campanhas eleitorais e intermediação indébita junto à Caixa Econômica Federal, na renovação, sem licitação, de contrato milionário com a empresa multinacional GTech.

Em ambas as ações, o Sr. Waldomiro Diniz é acusado de ter recebido propina. Em relação à captação de dinheiro para campanhas eleitorais, não há dúvidas: está registrado em fita de vídeo. Em relação ao contrato Gtech/Caixa, há a acusação dos funcionários da multinacional, que afirmam ter Waldomiro Diniz indicado o Sr. Rogério Buratti – outro personagem intimamente vinculado ao PT, em torno do qual pairam dúvidas – para intermediar a transação.

Buratti, como Waldomiro, foi assessor de gente graúda do petismo: o Ministro Antonio Pallocci e o Ministro José Dirceu. É, ainda hoje, sócio do Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda.

Foi demitido por corrupção quando era Secretário de Obras da Prefeitura de Ribeirão Preto, em 1994, que tinha como titular o hoje Ministro da Fazenda, Antonio Pallocci. Rogério Buratti foi flagrado numa conversa gravada, pedindo propina a empreiteiros. Foi imediatamente demitido, mas não perdeu os vínculos de amizade com Antonio Pallocci, que o teria levado à prestigiosa posição de vice-presidente do grupo empresarial Leão Leão, que, por coincidência, foi o maior financiador da eleição de Antonio Pallocci à Câmara dos Deputados, em 1998.

Esse mesmo Rogério Buratti foi o parceiro de Waldomiro Diniz na malcontada história da transação da GTech com a Caixa Econômica.

Imagine o que não faria o PT com uma história dessas se estivesse na Oposição! E, no entanto, passados dois meses, as investigações não avançaram. O que se obteve de esclarecimento deve-se ao trabalho investigativo da mídia brasileira.

O Governo empenhou-se – e ainda se empenha – em maquiagem a situação. Finge tratar-se de um erro isolado, de um mau funcionário, embora todas as evidências apontem para um raio de ação e cumplicidade bem mais amplo.

Mas o Planalto limitou-se a demitir o funcionário faltoso e a abrir um inquérito interno, sigiloso, cujos resultados zombam da inteligência da opinião pública. Apenas Waldomiro Diniz foi considerado culpado. Ele pedia dinheiro para o PT, mas o Presidente do PT, José Genoíno, dizia que ele não era filiado ao Partido – e ponto final. Ora, Paulo César Farias também não era filiado ao PRN, partido pelo qual se elegeu Fer-

nando Collor e ao qual ele, PC, serviu como tesoureiro de campanha.

Waldomiro Diniz, hoje ninguém mais duvida, era o PC Farias do PT. Captava recursos eleitorais nos subterrâneos da contravenção – bingo, jogo do bicho e adjacências – e intermediava negociações privadas em órgãos públicos.

É o que ficou claro nas negociações entre a multinacional GTech e a Caixa Econômica Federal, conforme representação do Ministério Público encaminhada à Justiça. O caso Waldomiro Diniz ultrapassa o caso PC num aspecto: PC, ao menos, não tinha gabinete no Planalto. Waldomiro Diniz tinha gabinete ali e apresentava-se sempre como uma emanção política do Ministro José Dirceu. Daí sua influência. Daí seu trânsito. Daí sua eficácia operacional.

Passados dois meses, o País continua querendo saber o que fazia o Sr. Waldomiro Diniz depois que chegou ao Poder Federal – com quem conversava, que missões cumpria. Já se sabe que atuou na Caixa Econômica Federal como lobista da GTech, tendo com parceiro o Sr. Rogério Buratti, ex-assessor, convém lembrar, do Ministro Palocci, do Ministro José Dirceu e de outros.

Quem é Buratti? Quais suas conexões com o atual Governo? Eis aí uma pergunta que o PT finge que não está sendo feita. Não se está aqui a acusá-lo, mas não há como ignorar que há zonas de sombra que deixam mal o Governo, o que é perigoso para a credibilidade das instituições.

Se o caso não morreu, deve-se, repito, à *performance* da mídia brasileira, que continuou investigando e trazendo novos dados à tona. Soube-se, por exemplo, Sr. Presidente, que Waldomiro Diniz pertencia, desde 1994, a uma confraria esotérica comandada pelo Ministro da Comunicação Social, Luiz Gushiken, que integra o seletó núcleo duro palaciano.

Era chamado de “irmão Waldomiro”, integrante da seita Mundo Novo. Que não se diga, pois, que se trata de um desconhecido para o PT e para o Governo, conforme se divulgou na seqüência imediata do escândalo. Waldomiro Diniz foi sócio de Gushiken em uma fazenda, segundo informou a mídia. Residiu com José Dirceu – e o assessorou na Câmara –, que o indicou para presidir a Loterj e lá o manteve, não obstante as denúncias das irregularidades que lhe foram transmitidas pelo ex-Secretário de Segurança Pública Luís Eduardo Soares, no final de 2002.

Há toda uma gama de evidências de que Waldomiro integrava uma rede de extorsão de dinheiro para os cofres do PT. Luís Eduardo Soares, o denunciante, integrou como vice a chapa petista de Benedita da Silva, nas eleições para governador do Rio em 2002.

Naquele ano, foi procurado por uma pessoa que lhe denunciou que Waldomiro extorquia R\$300 mil por mês dos bingos. Segundo disse à imprensa, repassou a informação ao PT, mas, mesmo assim, Benedita da Silva, que assumira o Governo do Rio, em substituição a Garotinho, que se desincompatibilizara para disputar a Presidência da República, decidiu mantê-lo na Presidência da Loterj.

Foi decisão isolada da Governadora, sem conhecimento ou consentimento da cúpula do PT? É preciso apurar. Mesmo que tenha sido decisão apenas da Governadora, caberia ao Partido, na medida em que sabia das falcatruas, intervir, alertá-la e exigir a demissão do Presidente da Loterj. Se se negasse a fazê-lo, a Governadora deveria ser alvo de punição disciplinar do Partido. Mas não aconteceu nem uma coisa e nem outra.

A Governadora virou Ministra, e Waldomiro ganhou gabinete no Palácio do Planalto.

Luís Eduardo Soares disse que, naquela oportunidade, teve um jantar com os hoje Ministros Antonio Palocci e Luiz Dulci, que foram alertados “para a existência de esquemas de corrupção no Rio”. Segundo a **Folha de S.Paulo** publicou naquela oportunidade, na conversa teria surgido “o nome de um outro assessor de José Dirceu”. Não disse qual – e isso é ainda mais intrigante.

A **Folha** cita, como testemunha desse jantar, o professor de Filosofia Luís Antonio Correia, que confirmou o teor da conversa. Não dá, então, para o Governo continuar alegando que não sabia quem era Waldomiro Diniz. Além desses personagens que citei, Soares relaciona os dirigentes petistas Marcelo Sereno, que continua assessor especial da Casa Civil e que, portanto, é ex-colega de Waldomiro Diniz em treze meses do Governo Federal; Manoel Severino dos Santos, atual Presidente da Casa da Moeda; e Val Carvalho.

Dois meses depois, nenhuma providência foi tomada, a não ser, claro, a demissão do irmão Waldomiro, ex-integrante da seita Mundo Novo e irmão na fé esotérica do Ministro Luiz Gushiken.

Passados dois meses da denúncia, os sigilos bancário, telefônico e fiscal do Waldomiro Diniz, embora quebrados na Justiça, não foram examinados. Nem Polícia Federal e nem Ministério Público estão investigando, a primeira, por decisão do delegado encarregado do caso, alegando precipitação do Ministério Público. Até aqui, temos apenas o “inquérito” de araque do Planalto, que inocentou todo mundo e acusou apenas Waldomiro Diniz.

Segundo o Ministro da Justiça, a Polícia parou o inquérito porque “o processo foi ao Fórum e lá surgiu uma denúncia”. Por isso, antes de determinar a abertu-

ra do novo inquérito, vai aguardar se a Justiça Federal acolhe ou não a denúncia. Disse que “há laudos pendentes em fase de exame e elaboração”, sem detalhar que exames são esses, numa clara manobra diversionista para protelar as investigações e diluir o caso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, eis, então, que surge o estranho caso da fita, veiculada pela TV Globo, mostrando o Procurador José Roberto Santoro pressionando o bicheiro Cachoeira para que lhe entregasse a tal fita de Waldomiro Diniz, que acabou sendo veiculada pela revista **Época**.

A divulgação dessa fita foi tratada pelo Governo de maneira curiosa. Era como se não apenas superasse, mas simplesmente apagasse os delitos do Waldomiro Diniz e as implicações palacianas que evidencia. Tentou-se artificialmente uma reviravolta no caso Waldomiro Diniz. Já não era ele o vilão, mas o Procurador Santoro.

O Planalto explorou o episódio como “uma conspiração” para derrubar o Governo. Pediu, na seqüência, o controle externo do Ministério Público – o mesmo Ministério Público que o PT acionou sistematicamente nos Governos anteriores para fabricar denúncias e pedir CPIs.

Insinuou que a Oposição estaria articulada com os Procuradores na tal conspiração. E, por fim, na voz do Ministro José Dirceu – o menos isento para fazê-lo –, “decretou” que a crise do caso Waldomiro Diniz estava “encerrada”. Lula referiu-se à crise como “um caso menor”, que não poderia absorver sua atenção.

Há suspeitas de que o Ministro José Dirceu esteja por trás da gravação da fita do caso Santoro. Se S. Ex^a não articulou a gravação, teria articulado sua divulgação. A fita, segundo o “Jornal Nacional”, chegou à TV Globo no dia 22 de março. Nesse mesmo dia, o Ministro José Dirceu deu entrevista ao colunista Merval Pereira, de **O Globo**, publicada no dia seguinte, dia 23, dizendo que em breve poria “os pingos nos is” em relação ao Ministério Público. Criticou também os Governadores do PSDB, que, no entanto, no dia seguinte, mereceriam um pedido de desculpas, não extensivo ao Ministério Público.

Ou seja, no mesmo dia em que a TV Globo recebia a fita que expunha o Procurador Santoro, Dirceu dizia a Merval Pereira, de **O Globo**, que iria colocar “os pingos nos is” em relação ao Ministério Público. Coincidência, Sr^{as} e Srs. Senadores?

Estranhou-se também o açodamento com que o Ministro da Justiça falou em conspiração. O Ministro José Dirceu já havia insinuado isso na entrevista ao jornalista Merval. No dia seguinte à divulgação da fita pelo Jornal Nacional, antes mesmo de o episódio ter

sido investigado, o Ministro anunciava uma “conspiração para derrubar o Governo”.

Ainda que ficasse caracterizado que o Procurador Santoro queria derrubar o Chefe da Casa Civil – e não é o caso, pois ele, na gravação, diz apenas temer que o Procurador-Geral da República pense nisso –, não significaria uma tentativa de derrubar o Governo. O nome do Presidente da República não foi pronunciado uma única vez.

O Procurador Cláudio Fonteles chegou a questionar o direito de Santoro de envolver-se no caso, que não estaria em sua alçada. Ocorre que Santoro integra uma força-tarefa contra o crime organizado, nomeado ao tempo do Procurador-Geral anterior, Geraldo Brindeiro, (e não desfeita pelo atual) que o credencia a fazer o que fez.

Mas não estou aqui querendo tratar do caso Santoro. A investigação específica de seus atos pode e deve ser feita sem afetar a investigação do caso Waldomiro Diniz.

Escuto V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Efraim Morais, congratulo-me com V. Ex^a pelo seu pronunciamento, em especial por retornar com esse assunto que considero da mais alta importância para a vida brasileira, diante da necessidade que todos temos de ver nosso País distante de imbróglios, de falcatruas, de coisas horrorosas, a exemplo do caso Waldomiro Diniz. V. Ex^a tem razão ao questionar a suspensão do inquérito policial federal. Realmente não há justificativa nem amparo legal. Suspensão de inquérito pelo fato de o Ministério Público ter apresentado uma denúncia? A Polícia Federal não age apenas por impulso da Justiça ou do Ministério Público. Ela tem obrigação de agir de ofício, por iniciativa própria. E, se considera que os fatos todos não estão esclarecidos, teria por obrigação que dar continuidade às investigações, requisitadas ou não. Como disse, de ofício. Outros fatos e outros crimes poderiam, como podem, existir. V. Ex^a também se referiu à questão da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Embora tivesse acontecido essa decisão, as investigações e perícias em cima dessas questões não foram realizadas. Pergunto: que fim levou a agenda de compromissos do Palácio do Planalto do Sr. Waldomiro Diniz? E o computador que foi lacrado? O que fizeram com ele? Onde se encontra? Será que tomou Doril também? Por outro lado, V. Ex^a se refere ao caso Santoro. Neste País, é comum transformar-se bandido em vítima e vítima em bandido. Tive oportunidade aqui, salvo engano num aparte ao Senador Antero Paes de Barros, de dizer que o Brasil, na verdade, precisava de muitos franciscos e muitos santoros. Se o Brasil tivesse muitos franciscos e muitos

santoros, não estaríamos envolvidos num escândalo de tamanha grandiosidade como esse do Waldomiro Diniz, que, lamentavelmente, não está sendo investigado. Em outros casos, em outros fatos, quando há vontade dos órgãos respectivos, o que se vê é busca e apreensão, perícias, investigações, etc. Mas, neste caso, está muito claro que não há a menor vontade política para a investigação. No pronunciamento que fiz no dia 2 de março, em vez de irem investigar aquilo que denunciei, ou, quem sabe até, irem questionar as pessoas a que me referi, simplesmente procuraram fazer o quê? Destruir a minha imagem e desqualificar não a denúncia que fiz, mas a minha pessoa. Essas são coisas de Brasil que, com certeza – tenho esperança, estamos trabalhando nesse sentido –, veremos um dia acabarem. Obrigado, Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Almeida Lima, agradeço o aparte de V. Ex^a, incorporo-o na íntegra ao meu pronunciamento. Tenha certeza de que, juntos, eu V. Ex^a e outros Senadores e Senadoras não vamos deixar o caso Waldomiro ser esquecido como pensa o Governo. Não tenho a menor dúvida de que vamos chegar a essa CPI.

O Governo já perdeu alguns Senadores desse período para cá e vai continuar perdendo. E vêm aí as eleições. Tenho certeza de que, ao se aproximarem as eleições – conhecemos a classe política brasileira – alguns que desejam, que têm vontade de assinar e insistir para a indicação dos membros dessa CPI, hão de se aproximar da verdade e da Oposição para que realizemos a CPI que irá esclarecer muito aqueles que têm responsabilidade no caso Waldomiro Diniz.

Senador Antero Paes de Barros, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e fazer rapidamente três pequenos acréscimos: Buratti, além de ter sido tudo isso que V. Ex^a citou com relação à assessoria do Ministro Antonio Palocci, foi também chefe de gabinete do Dirceu. A viagem da ex-Ministra Benedita da Silva está muito longa. Faz tempo que ela está viajando. Mas há uma situação gravíssima ocorrida ontem e noticiada hoje pela imprensa brasileira, e essa investigação, é evidente, diz respeito ao Caso Waldomiro Diniz. O jornal **Correio Braziliense** traz duas informações ultra-relevantes. A primeira: “Empresário nega acusações”. Então, há um empresário que depôs no Ministério Público e na Polícia Federal fazendo acusações a respeito desses relacionamentos de Waldomiro Diniz e está agora mudando o seu depoimento, quer dizer, está mudando dois depoimentos. Mas mais grave é a outra situação: “Testemunha é espancada”. Vou ler um trecho da notícia porque

considero-o extremamente relevante: “A fazenda do ex-vice-presidente de Logística da Caixa Econômica Federal Mário da Cunha Haag foi roubada na noite da quarta-feira. (...) Haag depôs durante as investigações do caso Waldomiro Diniz e a Polícia Civil não descarta a possibilidade de crime político. (...) A reportagem conversou com o filho de Mário Haag no hospital. O rapaz não quis dar o nome e, bastante assustado, limitou-se a dizer que foi um simples assalto. ‘Meu pai foi vítima de um assalto, e foi só isso o que aconteceu’, disse. Mas, segundo o titular da 13^a Delegacia de Polícia (Sobradinho), delegado Luiz Julião Ribeiro, só as investigações poderão dizer se o crime foi apenas um roubo. ‘Temos que analisar todas as possibilidades, por isso, não descartamos que o crime tenha alguma ligação com o caso Waldomiro (Diniz)’, observou Julião”. É importante ressaltar o seguinte: “Em 2002, Haag conduziu a renegociação de contrato da Caixa com a GTech para gerenciamento do serviço lotérico do país. (...) Antes de deixar a vice-presidência de Logística, Haag era contra esse prazo por considerá-lo longo demais. (...) Haag foi quem apresentou em março à Polícia Federal relatórios, pareceres e circulares da Caixa sobre o contrato com a GTech. Um dos documentos apresentados demonstrava que a estatal tinha capacidade técnica para assumir o processamento de dados das loterias federais”. Por isso, era desnecessária a renovação por 25 meses do contrato com a GTech. É esse cidadão que teve sua fazenda invadida, foi espancado e está hospitalizado em Brasília. Creio que o depoimento de Waldomiro Diniz leva a outras conclusões.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Já vou concluir, Sr. Presidente. O PT já cobrou, V. Ex^a se lembra disso, o nome das pessoas que sabiam da fita e ficaram com ela todo esse tempo. O PT já cobrou isso. Quem sabia da fita? O Waldomiro disse em depoimento no Rio que era o Governo, desde junho. Ele falou que estava sendo chantageado desde janeiro e que, em junho, comunicou o fato oficialmente ao Ministro da Justiça, ao Ministro Waldir Pires e a outras autoridades do Governo. Então, quem sabia, faz muito tempo, era o Governo, que até hoje insiste em não tomar, rigorosamente, providência alguma. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço ao Senador Antero Paes de Barros. É com muita satisfação que recebo o aparte de V. Ex^a, que é cada vez mais esclarecedor.

Vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a. Peço apenas dois minutos para concluir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não são informações irrelevantes que estamos trazendo e que estão sendo acrescentadas a cada dia pela imprensa, pela mídia, pelos Senadores. O fato de não estarem sendo fornecidas mostra uma orquestração. De um lado, o Governo age não apenas para impedir a CPI do Waldomiro Diniz e a CPI dos Bingos, mas para extinguir o instrumento de fiscalização da Minoria, que é a CPI – mesmo quando essa Minoria obtém apoio majoritário dos Senadores e providencia um número excedente de assinaturas para instalar a CPI.

De hoje em diante, CPI só será instalada com autorização do Governo, o que é um paradoxo. Os líderes governistas nesta Casa argumentam que o governo anterior fez o mesmo. Não fez. Barrou as CPIs de outro modo, impedindo que houvesse o número mínimo de assinaturas, o que é uma luta legítima no Parlamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente. Uma vez obtido o número mínimo, como é o caso da CPI dos Bingos – mais que isso, excedendo o número mínimo –, é uma indecência que se deixem de escalar os integrantes da CPI e que ela seja inviabilizada por isso. Os Regimentos da Câmara e do Congresso não permitem que isso ocorra. Obrigam o Presidente da instituição a escalar os integrantes. O Regimento do Senado é omissivo – e a tradição, nesses casos de omissão, é reportar-se ao Regimento Comum, do Congresso. Mas essa obviedade teve de ser questionada junto ao Supremo Tribunal Federal.

E assim estamos: passaram-se dois meses de um escândalo vergonhoso, e nenhuma investigação, nenhuma resposta e inúmeras indagações. O Governo argumentava que a investigação política era desnecessária, pois as investigações policiais estavam a pleno vapor e esclareceriam tudo. O Ministro da Justiça chegou a asseverar que o esclarecimento do caso era “questão de honra”. Ou o Ministro não sabe o que é honra ou não estava falando sério.

No domingo passado, o Sr. Waldomiro Diniz transitava como um cidadão comum pelo aeroporto de Brasília e dizia aos repórteres, num tom que só pode ser de ironia, que estava procurando emprego, que, se alguém soubesse de um emprego de assessor – disse ele –, não deixasse de informá-lo. O “irmão” Waldomiro está aflito, abandonado por seus ex-companheiros.

Antes de concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que esse episódio e o modo como está sendo tratado pelo Governo resultam em aprofundamento do desgaste das instituições políticas.

Num momento grave como o que vivemos, em que a questão social recrudescer e uma das mais importantes cidades do País, o Rio de Janeiro, exibe ambiente de guerra civil e o meio rural está sob o impacto de invasões por parte do MST, mais que nunca a autoridade moral do Governo se faz indispensável. E que moral tem um governo que acoberta falcatruas?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Solicito a V. Ex^a que encerre, porque há Senadores que têm compromissos, uns até viagem. Peço a sua colaboração, porque já passam doze minutos do tempo. Compreendo o assunto e a necessidade de V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a tolerância e peço quinze segundos a V. Ex^a, não mais que isso.

Que moral tem o governo do PT, de que V. Ex^a faz parte, que acoberta falcatruas, sabota investigações e protege personagens como o “irmão Waldomiro”? Que autoridade tem para combater o banditismo no Rio ou as invasões no meio rural?

Sem credibilidade não se governa – muito menos numa conjuntura tão delicada quanto a atual.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Espero que a base governista reflita sobre a gravidade da situação.

Mais uma vez, agradeço, Sr. Presidente Sibá, a tolerância de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para um importante registro.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero registrar a presença na tribuna de honra desta Casa do Embaixador Milos Alcalay, diplomata venezuelano que serviu na Embaixada da Venezuela no Brasil durante algum tempo. Teve formação acadêmica anterior na cidade de São Paulo e exercia até poucos dias o cargo de Embaixador da Venezuela na ONU. Já foi inclusive indicado para representar a Venezuela na Inglaterra, mas, por questão de convicção e de foro íntimo, resolveu renunciar a esse importante cargo, a essa importante função que exercia no governo da Venezuela.

Faço este registro não só pela alegria de vê-lo novamente em solo brasileiro, mas também pelo seu exemplo. Num momento em que não se vê, pelo menos no nosso País, ninguém renunciar até mesmo quando

as pressões exigem e quando a opinião pública sinaliza nesse sentido, o Sr. Embaixador teve a iniciativa de fazê-lo por não concordar evidentemente com a política exercida no campo da sua atividade em seu país.

O nobre Embaixador encontra-se em Brasília a convite de entidades, onde está proferindo palestras. Portanto, faço, com a maior alegria e respeito, o registro dessa ilustre visita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Moza-rildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Desejo pedir a palavra pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado – Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito e falará por cinco minutos após o orador, que já foi anunciado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje, nesta sexta-feira que antecede o Dia do Índio, que vai ser comemorado na próxima segunda-feira, dia 19, trazer algumas reflexões sobre o tema.

No Brasil, o índio, depois da Constituição de 1988, passou a ter a merecida atenção dos brasileiros, principalmente no tocante ao resgate de sua cidadania, de sua condição de ser humano à busca de seus direitos. Isso nos faz lembrar do primeiro brasileiro a cuidar seriamente do problema, o Marechal Rondon. Isso nos leva a refletir que, desde a época do Serviço de Proteção ao Índio, comandado pelo Marechal Rondon, o Brasil vem buscando proteger seus índios, garantindo não só a sua sobrevivência, como o seu aumento populacional e também o resguardo dos seus direitos.

A Constituição de 1988, Sr. Presidente, ampliou os direitos indígenas, principalmente no que tange à propriedade das terras, para que sua subsistência, a procriação e o conseqüente aumento populacional sejam garantidos, como também uma vida mais digna.

Como Constituinte, orgulho-me de ter participado daqueles debates. Quando Deputado Federal, fui membro da Comissão do Índio quando o falecido Deputado Juruna era o símbolo da presença da comunidade indígena no seio da Nação brasileira.

E hoje, Sr. Presidente, precisamos fazer, sem nenhuma ideologia, sectarismo ou outras conotações, uma reflexão sobre a questão indígena no País.

Inicialmente, devemos conhecer o total da população indígena do País. Segundo a Funai, há dois números: 320 mil e 410 mil índios – fico com os 410 mil índios. Portanto, os descendentes dos habitantes do Brasil quando da chegada de Pedro Álvares Cabral correspondem, mais ou menos, a 0,2% da população brasileira. Quanto às terras hoje demarcadas, essa população dispõe de 12% do território nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nenhum país há essa correlação. Nesse particular, o Brasil está de parabéns. No entanto, a minha preocupação é no sentido de que a política indigenista do País não é mais comandada pela Funai, mas por organizações não-governamentais. À frente, temos o Conselho Indigenista Missionário, que implantou, em cada Estado, um conselho indígena que segue as suas orientações. As outras organizações atuam de maneira coadjuvante, mas o certo é que a Funai hoje não comanda mais a política indigenista do País, apenas chancela e executa aquilo que o Cimi, Conselho Indigenista Missionário, determina.

Como brasileiro, Senador da República, não possa aceitar que seja tirado do Estado brasileiro o comando da questão indígena. Ela é muito importante, envolve terras, fronteiras, domínio da biodiversidade brasileira, de minérios estratégicos. Não posso aceitar que tudo isso fique nas mãos de organismos que nem sequer podem ser fiscalizados pelo Poder Público, pois não existe legislação que permita a fiscalização adequada dessas instituições nacionais ou internacionais.

Presidi a CPI das ONGs e tenho certeza de que grande maioria delas é séria. Contudo, como sei que há dez instituições com irregularidades, propus uma regulamentação cuja votação é sempre adiada por manobras feitas para procrastinar, protelar. Será que as ONGs sérias não se beneficiariam da regulamentação legal da sua atuação? Por que evitariam que ONGs picaretas, como, por exemplo, a ONG indicada pela CPI, a Cumpir, no Estado de Rondônia, em que foi detectado, pela própria Funasa, o desvio de R\$2 milhões de recursos que seriam aplicados na saúde indígena daquele Estado. Quando isso foi constatado, o responsável pela ONG disse que não havia ficado com o dinheiro, apenas não havia pegado as notas fiscais, mas tinha comprado combustível, remédios, enfim, aplicado o dinheiro. Ou seja, dinheiro público repassado pela Fundação Nacional de Saúde é desviado e fica por isso mesmo?!

Desta tribuna, pedi providências ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal e ao Tribunal de Contas da União para que o caso seja muito bem apurado, afinal de contas, é nosso dinheiro, dos impostos que pagamos.

Sr. Presidente, ao lembrar o Dia do Índio, na próxima segunda-feira, preocupa-me ver que o Brasil está perdendo o controle dessa segmento. Já citei aqui o Cimi, um braço, uma vertente da Igreja Católica, como foi o que participou da Inquisição e das chamadas Santas Cruzadas, que cometeram barbaridades enormes em nome da fé, em nome de Deus. Hoje, o Cimi prega, de Estado em Estado, a violência, a subversão da ordem e, o que é pior, fabricando, como na época da Inquisição e das Santas Cruzadas, “verdades”, para não dizer mentiras, quanto à questão indígena no País. Isso vem acontecendo de norte a sul, de leste a oeste.

Não é por acaso que me dedico ao tema. Em meu Estado, 8% de nossa população é de índios. Desses, cerca de 80% moram nas cidades e apenas os 20% restantes, em aldeias. Mesmo esses aldeados podem residir nas cidades, até podem plantar nas aldeias e vender nas cidades, como se fosse um sítio, o que considero justo e até advogo. No entanto, 8% da população do meu Estado detém a posse de 57% das terras, as reservas indígenas, que já somam 32 demarcadas no Estado de Roraima. Agora, pretendem demarcar a 33ª de acordo com a imposição do Cimi hoje defendida pela Funai.

Essa posição foi insistentemente estampada na mídia nacional e internacional. E aquela história: uma mentira repetida várias vezes termina sendo aceita como verdade. Tudo começa com o nome da reserva: Raposa Serra do Sol. Quem ouve esse nome pensa que se trata de apenas um lugar: Raposa Serra do Sol Mas não é. Quando a Funai iniciou a demarcação da área, primeiramente queria a reserva da Serra do Sol, que fica no norte, perto do Monte Roraima, e a reserva da Raposa, lá embaixo, distando 150 quilômetros uma da outra.

Pois bem, ao longo desse tempo, o Cimi e o CIR foram subdividindo as comunidades indígenas da seguinte maneira: onde existiam duas ou três comunidades de cem famílias, por exemplo, que aceitavam o comando do CIR, ela tomou duas famílias e fez outra comunidade; mais dez famílias, outra comunidade, e assim por diante. Existe comunidade formada por apenas uma família. Criou-se um monte de líderes indígenas fictícios. A maioria da população indígena residente naquela região não quer a demarcação como defende o Cimi e a Funai, que levam para o mundo uma mentira a respeito da realidade daquela região.

Não estou aqui questionando que os não-índios não querem a demarcação, ou que essa demarcação coloca em risco a soberania nacional porque está numa fronteira entre dois países em litígio por espaço territorial – Venezuela e a Guiana. Também não estou

aqui questionando, por exemplo, que, demarcando-se da forma pretendida, o Estado de Roraima vai perder a única fonte de produção que tem hoje, o arroz, uma vez que já se fechou a mineração e a pecuária naquela região. Agora, pretende-se fechar a produção de arroz, a única com destaque na região. Não questiono nada disso. Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem sequer ouvir os índios que moram lá e que não desejam essa demarcação é, no mínimo, tentar tapar o sol com a peneira, desvirtuar a verdade, e, portanto, não aceitar que as coisas ocorram de maneira transparente e séria. Estou trazendo aqui essas reflexões para que possamos, no Dia do Índio estabelecer um marco de mudança para nacionalizar a nossa política.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, acho que nenhum Senador tem representatividade e responsabilidade tão grande como V. Ex^a. Com muito orgulho para todos nós, V. Ex^a representa aqui a classe médica; representa a Maçonaria, instituição secular que trouxe a Independência; representa o bravo povo de Roraima. Entendo ainda que V. Ex^a, neste instante, representa a luta dos índios, a defesa, a luz, a bússola, o discernimento. Quis Deus estar em minha mão o livro **Grandes Vultos que Honraram o Senado**, de Darcy Ribeiro. O primeiro discurso de Darcy Ribeiro nesta Casa foi precisamente em 20 de março de 1991. O Professor Darcy Ribeiro, que fundou a UnB, que criou, juntamente com Leonel Brizola, os Cieps, esse grande educador diz o seguinte:

Um tempo sem Rondon

Invoco, primeiro, o herói da minha juventude e dos primeiros passos de minha vida profissional – o Marechal Rondon. Ele foi, a meu ver, o maior dos brasileiros no plano humanístico. Com Rondon aprendi a amar e a respeitar a natureza brasileira e, especialmente, os índios.

Para ser sintético, V. Ex^a representa, na nossa história, Rondon e também Darcy Ribeiro.

E ele termina:

Só me cabe dizer aqui, agora, lamentando sentidamente, que esta nossa Nação brasileira não precisa mais de índio nenhum para existir. Mas não existirá jamais, em dignidade e vergonha, se deixar morrerem – morrerem até de suicídio – os poucos índios que sobreviveram à invasão quinhentista.

As terras eram dos índios e foram invadidas. No meu Piauí, no delta do Parnaíba, existia a tribo dos tremembés. Os portugueses mataram todos, sob o comando de Jorge Velho. Então, que sirva isso de alerta. Ninguém melhor do que V. Ex^a tem a responsabilidade de salvaguardar a nossa história indígena.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço-lhe, Senador Mão Santa, o aparte. E, como V. Ex^a tocou nesse ponto, quero dizer-lhe que foi como médico que aprendi a conhecer os índios. Como médico recém-formado e, depois, ao longo da minha profissão no Estado, atendendo, juntamente com a Igreja Católica, à população indígena que tive a oportunidade de conhecer todas as comunidades indígenas e a sua realidade. A saúde dessas comunidades é precária. A maior reserva indígena do Norte do Brasil, que abrange o meu Estado e o Estado do Amazonas, a reserva indígena ianomâmi se impôs, apesar de ter sido alvo de disputa interna e externa. Só no meu Estado, ocupa uma área de 9 milhões de hectares, para cerca de quatro ou cinco mil índios. Como estão os índios lá? Estão no paraíso, conforme foi apregoado?

Não. Os índios estão daquela região estão morrendo de oncorceose, doença endêmica transmitida por um mosquito e ocasiona cegueira precocemente e distrofias. Quanto à alimentação, os índios se alimentam precariamente e comem as larvas das pulgas dos cachorros, nosso conhecido bicho-de-pé. Estive lá recentemente, acompanhando uma comissão parlamentar que esteve visitando a região de Surucucu, e fiquei, como médico, como ser humano, deprimido ao ver as condições muito precárias em que vivem aqueles índios.

Lá, Senador Mão Santa, há uma ONG que recebe quantia quase equivalente ao que recebe a metade dos Municípios do interior para assistir a toda população. Essa ONG recebe o mesmo valor para dar assistência aos cerca de seis mil índios. A qualidade de vida dos índios não melhorou, mas a dos donos da ONGs, sim. Em Roraima, consta que eles têm uma farmácia muito moderna, são proprietários de carro atuais.

Existe uma outra ONG que cuida também da saúde indígena de Roraima, que é o Conselho Indígena de Roraima. Juntas, essas duas ONGs recebem mais recursos para a saúde – se atendessem a toda a população indígena, mas só prestam assistência primária a uma parte da população indígena que está aldeada – do que recebem todos os Municípios do interior do meu Estado.

Já fiz essas denúncias e as tenho reiterado. Entendo que devemos, sim, preocupar-nos com o índio como pessoa humana, ver o que querem efetivamente, e não saber o que o antropólogo quer que ele queira.

Os índios hoje sabem se manifestar. Há índios fazendo mestrado, e queremos manter os índios como se estivessem ainda no momento em que Pedro Álvares Cabral chegou aqui.

É o momento para que todos nós que nos interessamos pela causa indígena, que pensam de um jeito ou de outro, possam encontrar inteligentemente um caminho para efetivamente trabalhar pelo índio, para o índio, e não para instituições que se dizem defensoras e procuradoras dos índios. Conheço, por exemplo, a fotógrafa Cláudia Andujar, que dizia que era uma missionária heróica no meio dos ianomâmis. Ela vendia as fotografias dos índios na Europa, a peso de ouro. Isso nunca foi coibido. Hoje, essa ONG que atua lá é ligada a essa pessoa.

Precisamos passar a limpo essa história da questão indígena, para que os 410 mil índios – ou mesmo que fossem um milhão de pessoas – tivessem mais dignidade para viver, oportunidade de acesso à escola. No meu Estado, apesar de absurdos de reservas indígenas, há em todas comunidades indígenas escola mantida pelo Estado de Roraima, portanto, pelo Governo estadual, inclusive escola de 2º grau. Há até, em algumas comunidades, cursos de extensão da universidade.

A Universidade de Roraima mantém um projeto só para indígenas, e o Governo do Estado fez um convênio para formar professores indígenas no nível de 3º grau. Somos um dos poucos Estados que possuem uma Secretaria do Índio, dirigida por um índio, que, por sinal, é antropólogo. Estamos dando um exemplo de como queremos cuidar da cultura indigenista, tratando da pessoa do índio, e não, como certas instituições, que se dizem porta-vozes mas sem ter procuração dessas comunidades.

Li hoje, no jornal **Correio Braziliense**, que estão acampados em frente ao Ministério da Justiça 100 mil índios de todo o Brasil, para pedir a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. Quantos índios de lá estão aqui? Quatro, do CIR, que foram trazidos para cá. Quem pagou a passagem deles e desses cerca de noventa para se acamparem aqui? Como estão mantendo esses índios aqui? Pelo que sei, os índios não têm esses recursos.

É preciso bastante seriedade com este assunto. Nesse sentido, a partir de segunda-feira, iniciaremos um debate desapassionado, ouvindo todos os pontos de vista e acabando com essa história de que alguém é o dono da verdade a fim de não repetirmos inquisições ou cruzadas, como antigamente, em nome da fé ou em nome de Deus. Não acredito que o Cimi represente o pensamento da Igreja Católica.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Siba Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra o Senador Almeida Lima, como Líder do PDT.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^ª. Presidente, Sr^ªs. e Srs. Senadores, segundo matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** assinada pelo jornalista Fausto Macedo e veiculada hoje, em sua versão **on line** informa: “Dirceu recebia dinheiro de propina, diz irmão de Celso Daniel”.

A manchete do jornal impresso noticia que:

“Gilberto me disse que levava dinheiro a Dirceu”

Segundo irmão de Celso Daniel, atual assessor de Lula lhe contou que verba de propina ia para o PT.

“Quase dois anos depois de se isolar no interior da Bahia – em busca de tranquilidade que nunca alcançou – o médico oftalmologista João Francisco Daniel retornou ontem a Santo André para declarar, pela primeira vez publicamente, que Gilberto Carvalho – secretário particular do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – lhe teria dito, dias após o seqüestro e fuzilamento do prefeito Celso Daniel, que tinha a incumbência de levar dinheiro de propina para o PT e que esse dinheiro era entregue ao então presidente do Partido, José Dirceu.

“O Gilberto me disse isso em mais de uma ocasião”, afirmou João Francisco, de 58 anos, irmão mais velho de Celso Daniel, executado em janeiro de 2002. Carismático, importante quadro do PT, Daniel fora escolhido por Lula para coordenar sua campanha à Presidência – missão que ficou a cargo de Antonio Palocci. Hoje, ele completaria 53 anos de idade.

João Francisco voltou a Santo André para participar de uma conferência com a imprensa, realizada ontem cedo no auditório da Câmara Municipal de Santo André, ao lado do professor e irmão Bruno Daniel Filho. Eles exibiram documentos técnicos e depoimentos que constam do processo judicial acerca da morte de Daniel. “Decidimos fazer uma homenagem ao Celso, acreditamos firmemente que ele gostaria que sua morte fosse investigada corretamente, sem o surgimento de estranhos

obstáculos, mas não é isso que está acontecendo”, desabafou o médico.

Os irmãos se declaram “indignados e revoltados”, mas avisam: não vão cruzar os braços, não vão dar folga à polícia e ao PT enquanto não derrubarem a tese oficial da Secretaria de Segurança – encampada categoricamente pelo partido – que empurra o caso para a vala do crime comum. “Meu irmão foi vítima de um crime encomendado”, afirma João Francisco.

Ele havia falado sobre propina para o PT em depoimento secreto ao Ministério Público, em maio de 2002. Seu relato serviu de base para que a Procuradoria-Geral da República solicitasse ao Supremo Tribunal Federal (STF) abertura de inquérito para investigar José Dirceu. O pedido foi arquivado, por decisão do Ministro Nelson Jobim, que alegou não ter encontrado dados que justificassem a devassa na vida do ministro da Casa Civil.

Ontem o médico concedeu entrevista gravada ao **Estado**:

Estado – O Ministério Público sustenta que Celso Daniel tinha ciência do esquema de propina e que sua execução foi decretada depois que ele decidiu acabar com a corrupção. O que o sr. sabe?

João Francisco Daniel – O Celso foi alertado em setembro de 2001. Quem me confidenciou isso foi a Míriam (Míriam Belchior, ex-mulher e ex-secretária municipal de Inclusão Social e Habitação, hoje assessora especial da Presidência). Ela me contou duas vezes que, quatro meses antes da morte de meu irmão, o procurou e disse a ele que estava descontente com o que estava acontecendo no paço municipal. A Míriam disse ao Celso que havia recebido um convite da Marta (Suplicy) para trabalhar em São Paulo e que se ele não tomasse providência ia sair da prefeitura de Santo André.

Estado – O que preocupava Míriam?

João Francisco – Ela revelou que existia um esquema na prefeitura, uma coisa que estava escancarada, para falar a palavra certa, e que o Celso precisava tomar providências, caso contrário, ia ficar muito ruim para a imagem dele, porque o meu irmão nunca foi uma pessoa de aceitar ou de usar dinheiro público. Ele morreu praticamente sem nada, tinha um apartamento pequeno, de dois quartos, e dois carros usados. O Celso disse a Míriam que

ia começar a tomar providências. No fim de outubro, viajamos para a Itália, mas não conversamos sobre assuntos administrativos ou políticos. Quando foi novembro ou dezembro, ficamos sabendo por pessoas da administração que o Celso estava realmente tomando medidas.

Estado – O sr. disse ao Ministério Público que o dinheiro da propina era para financiar campanhas eleitorais do PT?

João Francisco – Está no meu depoimento, ratifico tudo aquilo que disse. Eu fiquei sabendo, após a morte do Celso, fiquei sabendo pelo secretário dele, que era o Gilberto Carvalho. Foi ele quem me disse isso.

Estado – Onde foi essa conversa com Carvalho?

João Francisco – Foi na minha casa. Estávamos conversando sobre o andamento das investigações e ele, por nada, resolveu falar do Sérgio (empresário Sérgio Gomes da Silva, conhecido por Sombra ou Chefe, apontado pela promotoria como mandante da morte do prefeito). O Gilberto disse que o Sérgio era uma pessoa muito difícil, muito explosiva, que quando ia conversar com os empresários, quando ia buscar recursos, punha revólver em cima da mesa. Fiquei espantado e perguntei ao Gilberto: “Mas é assim, dessa maneira?” Ele respondeu: “É, sabe, o Sérgio tem essa maneira de agir.” Depois, uma pessoa que recebia ameaças e era obrigada a dar propina, me confirmou.

Estado – E sobre financiamento de campanhas?

João Francisco – Eu cobrei do Gilberto: “Puxa, Gilberto, como é que pode?” Ele ficou desconcertado, não quis se entender. Ele me disse: “Você sabe, eu fiquei muito preocupado, porque tinha muitas vezes de pegar meu carro, punha em uma maleta o dinheiro que era arrecadado em Santo André e levava para São Paulo, lá para o José Dirceu.” Foi o Gilberto quem me disse.

Estado – Há testemunhas dessa conversa?

João Francisco – Foi o Gilberto quem disse isso. Eu gostaria de esclarecer aqui que ele não falou isso só em minha casa, ele falou isso uma segunda vez, com testemunha.

O Gilberto hoje é o assessor da Presidência da República, o secretário particular.

No momento eu não vou revelar o nome. O Gilberto não falou uma vez só, falou duas vezes, a segunda vez não foi em casa e foi com testemunha.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Vou concluir, Srª Presidente.

O Estado – Ele falou em valores?

João Francisco – Um milhão e 200 mil reais. Mas não é que ele pegava esse xis e levava, era uma quantia que ele foi acumulando. O Gilberto falou essa quantia e eu repeti para o Ministério Público. Foi o que ele falou.

Estado – Disse quem repassou o dinheiro para ele?

João Francisco – Era o Sérgio quem entregava, o Sérgio fazia a arrecadação, levava para o Gilberto, que levava para São Paulo. É essa maneira espúria de arrecadação de campanha que é uma maneira que acontece aqui no Brasil e é difícil de ser resolvida, não é? Esse tipo de arrecadação se assemelha ao caso Waldomiro Diniz (ex-assessor do ministro José Dirceu), que corrobora, apenas comprova aquilo que já falei há dois anos: infelizmente, aqui no Brasil o sistema de arrecadação de campanhas em todos os partidos leva a uma situação complicada, os partidos precisam arrecadar dinheiro para as campanhas senão não elege nem síndico de prédio, muito menos vereador ou deputado.

Estado – O Sérgio corre risco na cadeia?

João Francisco – Ele é um arquivo vivo, um arquivo muito importante. Nós tememos imensamente pela vida dele, que tem de ser preservada.

Fiz questão, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de trazer esta matéria, publicada hoje no jornal **O Estado de S. Paulo**, e lê-la na íntegra, para deixar aqui uma interrogação. Não vão apurar nada, não? E é com esse tipo de inquérito policial, com esse tipo de ação do Ministério Público que as coisas vão ser devidamente apuradas?

Não vai se permitir aquilo que foi objeto de requerimento do Senador Arthur Virgílio, ou seja uma CPI do caso Celso Daniel, para passar a limpo toda essa porcaria, toda essa sujeira, toda essa lama que fica...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Almeida Lima, ainda há cinco oradores. Por isso peço a V. Exª que conclua.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Se V. Ex^a me permitir um minuto, concluirei satisfatoriamente.

Não se vai permitir a apuração de nada disso? Será que é decente continuar com uma situação dessas? Pessoas, inclusive aquelas que não têm sequer imunidade, não têm garantia constitucional nenhuma, como esse médico irmão do falecido Celso Daniel, vem a público, com coragem, para defender a honra, a dignidade do seu irmão e da sua família e ninguém toma providência. Que País é este? Que coisa mais ridícula! Será que ninguém vai apurar nada?

Agradeço-lhes a atenção, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um bom dia para todos. Nesta sexta-feira, de coração grande, vou tentar me limitar ao meu tempo, Sr^a Presidente, sob pena de outros Senadores não terem oportunidade de usar da palavra.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Ramez Tebet pelo brilhante trabalho a respeito da Lei de Falências. Também fui dirigente de empresa estatal e convivi com uma realidade muito triste. A empresa estava falida, entregue às traças. Fizemos um debate para encontrar um modo de pagar as pendências trabalhistas da categoria. Estudamos o caso com carinho – eram quase cinco milhões de reais de dívida –, para fazer com que os mais penalizados pudessem receber mais. No final das negociações, saiu uma tabela, conforme a qual os que tinham os mais baixos salários receberiam 100% e daí para a frente haveria quedas, até a dispensa de 85% do valor a receber. A categoria pôde respirar, a empresa foi salva, fizemos o Refis e assim por diante. A preocupação do Senador Ramez Tebet merece o nosso mais profundo respeito.

Segundo, amanhã, no Acre, receberemos a visita da Ministra Dilma Rousseff, que vai tratar do programa Luz para Todos, que vai atender, num primeiro momento, quatro mil famílias de dezessete municípios acreanos, a um custo da ordem de R\$26 milhões. Até o ano de 2008, haverá um incremento para atendermos cerca de cinquenta mil famílias, envolvendo quase R\$100 milhões.

Outro assunto a ser tratado pela Ministra em nosso Estado será a assinatura de um programa e o lançamento da pedra fundamental da construção dos linhões, que ligarão o Município de Rio Branco, capital, à fronteira com a Bolívia, com o Município de Brasília e também com o Município de Sena Madureira, per-

fazendo quase 500 quilômetros de rede, atendendo a uma vasta região de nosso Estado.

Também teremos a assinatura de um convênio entre a Eletronorte, a Fundação de Tecnologia do Governo estadual, a Universidade Federal, para implantação do biodiesel no campus da Universidade e a primeira experiência do chamado biopetróleo, que é uma pesquisa desenvolvida pelo professor Camilo Machado, de Goiânia. Queremos, até o dia 10 de maio, produzir as primeiras bateladas, como se chama, de óleo diesel feito a partir de lixo e também de biodiesel a partir da produção de oleaginosas da nossa rica floresta amazônica e também da agricultura do nosso Estado.

Quero, agora, Sr^a Presidente, ler uma nota pública do PT sobre a questão agrária.

Nota Pública do PT sobre a Questão Agrária

O Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com uma reforma agrária pacífica, de qualidade, e que seja resultado de uma negociação.

Sustentado nisso, o Governo Lula apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária, cuja meta é assentar 115 mil famílias até o final do ano, bem como a regulamentação fundiária e o Cadastro de Terras com a regularização de 64 mil hectares e de 150 mil propriedades.

Também fazem parte do plano questões fundamentais como a assistência técnica às famílias beneficiadas; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); através do Programa Luz para Todos levar energia elétrica a cerca de 200 mil famílias em 1900 assentamentos; atenção integral à saúde em todos os assentamentos em acordo firmado com o Ministério da Saúde.

Além disso, os créditos de custeio para a reforma agrária do plano safra 2003/2004 (apenas 8 meses) são 198% superiores aos de todo o ano da safra anterior.

O PSDB está fazendo disputa política num tema extremamente delicado, de solução complexa e ao mesmo tempo urgente. Tema este que o governo do PSDB nada teve a apresentar. O saldo do Governo FHC em oito anos é de desorganização da pequena produção agrícola e de agravamento das condições sociais dos assentamentos e da injustiça no campo. Talvez em função dessa disputa, na sua nota, o PSDB não faça referência à responsabilidade do governador do Estado de São Paulo na solução de um dos mais graves

problemas agrários do país, que é o Pontal do Paranapanema.

Essa questão envolve terras devolutas que, pela Constituição Federal, são de responsabilidade dos Estados e que a União está proibida de trabalhar. Há mais de um ano o Governador Alckmin prometeu assentar mais de cem mil famílias no Pontal e até hoje não assentou nenhuma.

Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário assinou um convênio com o Governo do Estado disponibilizando R\$29 milhões para auxiliar na obtenção dessas terras devolutas. O dinheiro está parado porque o governo estadual não consegue gastá-lo.

O PT tem plena consciência do papel da produção rural na economia do País e, justamente por isso, a agricultura familiar teve, em 2003, o maior volume de créditos de sua história; no primeiro ano-safra do Governo Lula esse valor chegará a R\$5 bilhões, mais que o dobro do último ano-safra do Governo do PSDB, em que os créditos do Pronaf somaram R\$2 bilhões.

Concluindo, reafirmamos nosso compromisso com a democracia e com uma reforma agrária que seja resultado de uma negociação pacífica. O PT foi e continua sendo contra as ocupações de terras produtivas, assim como é contra a ocupação de prédios públicos. Reafirmamos, também, nossa disposição em construir uma relação com os movimentos sociais baseada no respeito às regras democráticas e aos valores do Estado de Direito.

José Genoio

Presidente Nacional do PT

Sr. Presidente, outro assunto que me traz à tribuna diz respeito às coincidências dos pleitos eleitorais. Venho insistindo – e tenho assistido também –, tanto nesta Casa como na Câmara dos Deputados, em proposições no sentido da unificação das datas das eleições.

O Estado brasileiro vem passando por uma série de reformas que têm, entre outros, os objetivos de dar maior agilidade e eficiência à administração pública, de recuperar a capacidade de investimento dos entes federados, de dar maior competitividade ao setor produtivo e de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Por sua amplitude e por sua repercussão na vida cotidiana de todo o povo brasileiro, essas reformas, como é natural, ensejam muitas polêmicas. Entretanto, é praticamente consensual a percepção da necessida-

de de se promoverem essas mudanças, ainda que se discutam a forma de fazê-las e o seu alcance.

No momento em que as atenções da classe política e da sociedade brasileira em geral estão voltadas para as propostas que visam a reformar o sistema tributário nacional, o funcionamento do Poder Judiciário e o sistema previdenciário – esta última, já num estágio complementar –, gostaria de chamar a atenção para um outro tema que requer, com urgência, nosso empenho. Trata-se da reforma política, tão relevante quanto as demais já elencadas, por interferir decisivamente em todos os setores da vida nacional,

Embora sabedor da complexidade dessa matéria, julgo importante destacar, particularmente, a necessidade de unificarmos as datas dos pleitos eleitorais, de forma a promover a coincidência dos mandatos. Essa providência é importante, eu diria até decisiva, para melhorar as condições de governabilidade em todas as instâncias, e é esse um dos motivos que nos levaram a elaborar uma proposta de emenda à Constituição, a qual esperamos trazer brevemente à apreciação dos nobres Colegas, estabelecendo a unificação das datas das eleições em todo o Brasil.

Além de proporcionar melhores condições de governabilidade, a unificação das datas permitirá economizar nos gastos das campanhas e amenizará o uso da máquina governamental.

Não se trata de uma proposta inédita, Sr. Presidente. Outras proposições houve que previam a coincidência dos mandatos, e pelo menos uma tramita na Câmara dos Deputados. Trata-se da PEC nº 03/99, do então Deputado e hoje Senador Paulo Octávio, a qual, além de unificar as datas dos pleitos, estabelece mandato de cinco anos para todos os cargos eletivos. Essa proposta, tendo passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está sendo apreciada no âmbito de uma comissão especial na Câmara dos Deputados.

É bem provável que outras proposições estipulando a coincidência dos mandatos não tenham progredido porque, tratando de matéria já polêmica e complexa, já teriam sido muito abrangentes.

De qualquer forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais dia menos dia estaremos discutindo, neste Parlamento, o conjunto de propostas que se convencionou chamar de reforma política. Por ora, nossa proposta se restringe ao ponto de maior urgência da reforma, que é a coincidência de mandatos.

As vantagens da unificação dos mandatos são múltiplas. Para o eleitor, essa medida significa menos gastos com deslocamento até a seção eleitoral em que vota, muitas vezes em Municípios distantes daquele onde mora. Além disso, a mobilização de um grande

contingente de pessoas, requisitadas pela Justiça Eleitoral, ocorreria em intervalos bem maiores.

Além disso, os custos do processo eleitoral seriam reduzidos, assim como os riscos de fraudes. A economia resultante da adoção dessa medida não deve ser desprezada.

A Associação dos Municípios Paranaenses fez uma estimativa dos gastos de 2001 e chegou à conclusão de que foram despendidos nada menos que R\$6 bilhões, um cifra bem significativa.

Entretanto, Sr. Presidente, os maiores beneficiados seriam os Municípios brasileiros, porque os planos de governo não seriam mais interrompidos a cada dois anos, como ocorre hoje. A Associação dos Municípios Paranaenses, que vem apoiando essa mudança, alega que, devido à legislação eleitoral, os prefeitos têm que suspender os projetos, obras e ações que dependem da realização de despesas nos dois últimos quadrimestres que antecedem o último ano do seu mandato.

Com a alteração, conforme relata a revista **Cidades do Brasil**, aquela entidade quer “garantir a correlação de forças eleitoralmente existentes em uma estabilidade delineada, dentro de um determinado conjunto, contínuo, definido, claro e transparente, que reflita os anseios da Nação e do povo brasileiros, em todos os aspectos e momentos circunstanciais da vida nacional”.

Além disso, a associação lembra a necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual, combinada com a Lei nº 10.028, de 2000, impossibilita que sejam contraídas quaisquer despesas nos últimos oito meses de mandato. É fácil concluir, Sr. Presidente, que, com eleições a cada dois anos, não há como dar continuidade aos programas de desenvolvimento econômico e social dos Municípios.

O Prefeito Edgar Bueno, de Cascavel, no Paraná, assinala que todo primeiro ano de governo municipal é pouco produtivo, o que reforça a necessidade de se unificarem os mandatos. Ouvido pela revista **Cidades do Brasil**, ele enfatizou que, no primeiro ano de gestão, o prefeito administra os problemas herdados da administração anterior. Além disso, precisa compor sua equipe e montar a estrutura administrativa. O segundo ano é tumultuado com as eleições para Presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. O terceiro ano é um período mais proveitoso para a administração; e, no quarto, os programas de governo são interrompidos devido à realização de novas eleições. Assim, como se vê, o tempo necessário à realização dos programas de mais longa maturação fica reduzido.

Ainda em favor da coincidência dos mandatos, é necessário lembrar que governadores e prefeitos

levam algum tempo para compatibilizar as obras de âmbito estadual ou regional com aquelas de âmbito municipal. Quando ocorre a mudança no governo do Estado, em meio aos mandatos municipais, pode haver uma nova orientação nas diretrizes de Governo, o que, conseqüentemente, requer novas negociações, quando não implica na paralisação de obras já em execução. O Prefeito de Curitiba, Sr. Cássio Taniguchi, salienta que dos quatro anos, a administração municipal só aproveita adequadamente dois anos e meio, pois no período restante está impedida de receber os repasses estaduais e federais.

Todos esses argumentos, como se percebe, fundamentam a tese da coincidência de mandatos. Os argumentos contrários dizem respeito a pequenas dificuldades que podem ser sanadas sem maiores esforços, como, por exemplo, a alegação de que o eleitor ficaria confuso. Trata-se de um argumento inconsistente, pois o eleitor que escolhe o seu prefeito e o seu vereador ou vereadora, no atual sistema de eleições solteiras, já vota em candidatos para outros cinco cargos nas eleições seguintes ou, às vezes, para até seis quando o Senado se renova em dois terços. Com a crescente intimidade do eleitor com o sistema de urnas eletrônicas, que permite até verificar se não houve erro na digitação, além de outras facilidades, esse argumento cai por terra.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ao analisar a tese que trago hoje a este egrégio Plenário – da coincidência de eleições e mandatos – devemos ter em mente que um País carente de recursos não pode se dar ao luxo de desperdiçá-los com programas interrompidos, da mesma forma que a administração pública não pode ficar de mãos atadas durante quase a metade do mandato. Assim, peço, desde já, apoio dos nobres Pares para que, melhorando as condições de governabilidade, possamos melhorar mais rapidamente as condições de vida do nosso povo.

Apresento aqui a proposta de emenda à Constituição, cujo teor é o seguinte:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda à Constituição:

Art. 1º Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica acrescido o seguinte art. 90.

Art. 90. Os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e vereadoras eleitos em 2008 terão mandato de 6 anos para permitir, a partir de 2014, a coincidência das eleições e dos mandatos federais, estaduais e municipais em todo o País.

Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ficaria muito feliz em ver no Brasil a possibilidade de um planejamento contínuo. Não podemos mais trabalhar com uma visão descontinuada. O Poder Público é um só, a Nação é uma só, subdividida e melhorada para chegar ao povo em melhor qualidade e em maior velocidade.

Acredito piamente nas vantagens, na redução de despesas e, principalmente, na possibilidade de se fazer um planejamento que possa atender senão uma década inteira mas, pelo menos, a metade de uma década que vai decorrer disso. E, de uma vez por todas, poderemos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, permita-me interrompê-lo. Zelando por suas origens, pois que V. Ex^a é um homem do Piauí, cuja tradição é a manutenção da palavra, quero lembrar que V. Ex^a disse, no começo da oratória, que usaria menos do que o tempo previsto. Assim, zelando pela manutenção da nossa raça piauiense, de nossa palavra, queria adverti-lo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a não tivesse feito a interrupção, eu teria terminado exatamente no tempo destinado à minha pessoa, de 20 minutos.

Mas concluo garantindo o que disse no começo. O tempo de 20 minutos foi garantido. Encerro o meu pronunciamento. Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Orgulhosamente, acabamos de ouvir o Senador que representa o Acre, nascido no Piauí, Sibá Machado.

Por cessão do Senador Aelton Freitas, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do PSDB do Estado de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvimos, ontem, declarações de integrantes do Governo que merecem a nossa reflexão.

Sobre as declarações do Ministro José Dirceu gostaria de fazer alguns comentários. Afirmou ontem o Sr. Ministro José Dirceu: “Sem reduzir as desigualdades sociais não vale a pena governar e a política econômica não terá nenhum fim ético”.

Continua o Ministro: “Sempre houve má gestão dos programas sociais neste País.”

E o Ministro continuou a sua fala sugerindo a criação de um observatório latino-americano de acom-

panhamento das políticas sociais desenvolvidas pelos governos dos países da região.

Logo em seguida, o Ministro Patrus Ananias, também usando da palavra numa reunião interna no Palácio, afirmava com toda a ênfase: “Não podemos jogar para Deus as tarefas e responsabilidades que são nossas.”

Continuando a sua fala, S. Ex^a declara: “A democracia é ágil, tem a participação popular, mas não é terra de ‘João Ninguém’. Deve estabelecer prazos e regras de procedimentos.”

Sem dúvida, temos que concordar com as declarações do Ministro José Dirceu, ainda mais quando se supõe que ele deve estar falando do Governo Lula.

Carece, realmente, de fim ético uma política econômica que leva o País a ter um crescimento econômico negativo em 2003; carece de fim ético uma política econômica que, pelo andar da carruagem, apresentará um crescimento econômico pífio em 2004 e que registra taxas de desemprego da ordem de 13%, com queda da renda dos trabalhadores, que penaliza toda a política social, inclusive aquela lançada pelo Governo Lula.

No que se refere à gestão dos programas sociais, cabe lembrar que, se o Ministro considera que sempre houve má gestão, ela foi aprofundada em 2003 e neste início de 2004. Isso porque tiveram desempenho favorável apenas aqueles programas cuja rotina estava consolidada, como, por exemplo, os programas de transferência de renda com pagamento direto às famílias.

Todas as famílias que já estavam cadastradas e recebiam o benefício diretamente pelo cartão magnético não tiveram problemas e continuam recebendo normalmente. Entretanto, não foi feito um único registro novo. Não houve cadastramento em 2003. O Governo optou por manter o número de famílias que já estavam cadastradas ou em via de o serem pelos Municípios. Por isso, somente a Bolsa Alimentação, que já previa aumento no atendimento para 2003 e 2004, passou de um montante de 1,7 milhão de beneficiários em 2002 para 2,6 milhões em 2003.

Por outro lado, a Bolsa Escola teve seu público alvo reduzido de 5,5 milhões de famílias em 2002 para 5,1 em 2003. O auxílio-gás, que chegou a atender mais de 9 milhões de famílias em 2002, só atendeu 7 milhões e 700 mil famílias, em 2003.

Com a criação do Bolsa-Família, unificação da gestão dos programas já existentes, os demais estão sendo desmantelados sem que ninguém tenha informações de quantas famílias são atendidas. A única informação disponível é a de que o Bolsa-Família atende a 3,6 milhões de famílias, todas oriundas dos

programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação. Nenhuma nova família foi cadastrada para compor esse novo programa, assim como nenhum novo recurso foi disponibilizado para a sua execução em 2003. Todos os recursos saíram dos demais programas, inclusive do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que não faz parte do conjunto de programas unificados.

O Peti, por necessitar de parceria entre União, Estados e Municípios, não apenas está sofrendo atrasos de mais de dois meses no repasse dos recursos, provocando um retorno das crianças ao trabalho, como teve o seu orçamento cortado em cerca de R\$500 milhões, em 2002 e 2003, para menos de R\$100 milhões, em 2004.

Quando a referência são os programas sociais lançados por esse Governo e aqueles relativos à saúde e saneamento, o quadro é realmente assustador e dá a medida exata da “má gestão dos programas sociais neste País”, segundo as palavras do Ministro José Dirceu.

Do Fome Zero, lançado com todas as honras de programa salvador da pátria – e não apenas da Pátria Brasil, mas de todas do mundo –, ninguém nunca mais ouviu falar. Programa que deveria ocupar lugar de honra no Palácio do Planalto, sumiu do mapa da Esplanada dos Ministérios, vem funcionando, sob a coordenação de um Secretário de Segurança Alimentar e Nutrição no Setor Comercial de Brasília, setor que, como o próprio nome indica, não tem nada a ver com as funções de governo e que não abriga qualquer órgão federal.

O Primeiro Emprego é outro exemplo da má gestão. Lançado para resolver o problema da população jovem desempregada, não consegue sair do papel. Consta que o Ministério do Trabalho está revendo as premissas desse programa para melhorá-lo, depois de se negar a aceitar qualquer sugestão desta Casa, qualquer emenda de Parlamentares. Houve sugestões de anexar o programa a outros já existentes, como o Agente Jovem e o Serviço Civil Voluntário, mas tudo foi ignorado, esquecido e rechaçado quando procuramos colaborar com a melhoria do projeto encaminhado pelo Governo. Agora, o programa precisa ser melhorado depois de se constatar que, no máximo, foram empregados 0,2% do número de jovens que deveriam ser contratados em 2003. Mas, até o momento, ninguém tem notícia das novas diretrizes.

Dados do SIAFI indicam que, durante os três primeiros meses de 2004, somente 1,1% destinado a investimentos na área social foi executado.

A proposta de criação de um observatório de políticas sociais, apontada pelo Ministro José Dirceu,

como eu disse anteriormente, seria inovadora se não fosse a falta de entrosamento que marca a equipe do Governo Lula. Enquanto o Ministro José Dirceu propõe a criação, o Ministro Berzoini desmonta o que já existe.

Desde 2002, foi criado, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Observatório do Mercado de Trabalho, que mantinha intercâmbio com observatórios dos países do Mercosul, com reuniões freqüentes na sede do Mercosul no Uruguai. Desde janeiro deste ano, o Observatório do Brasil foi desativado, e os técnicos que ali trabalhavam deixaram o Ministério do Trabalho e não foram substituídos por outros. Ou seja, desmancha-se o que existe, e se fazem propostas como se constituíssem grandes novidades.

Quanto às declarações do Ministro Patrus Ananias, cabem aqui dois rápidos comentários. O primeiro é que, em nome de “estabelecer prazos, regras e procedimentos”, o Ministro não disse ainda a que veio. A segunda observação é a de que se trata de mais um “bate-cabeça” entre as declarações do Presidente e de seus Ministros. Por exemplo, na mensagem de Páscoa, o Presidente afirmou: “Que Deus possa ajudar o povo brasileiro, sobretudo aqueles que estão sofrendo, sobretudo aqueles que estão desempregados!” Agora, o Ministro desautoriza o Presidente, afirmando que “não se devem jogar para Deus as tarefas e responsabilidades que são nossas”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, por cessão do Senador Leonel Pavan, ao Senador do PSDB, do Estado do Mato Grosso, o extraordinário Líder Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive a oportunidade de registrar aqui o gravíssimo incidente que ocorreu com o ex-Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, o Sr. Mário Haag, que testemunhou no processo contra o Sr. Waldomiro Diniz. Não estou aqui fazendo nenhuma ilação, dizendo que a agressão a ele tem algo a ver com o seu depoimento prestado ao Ministério Público e à Polícia Federal, mas entendo ser de boa prevenção que lhe sejam dadas todas as garantias de vida.

Ainda que tenha sido só um assalto, creio que há interesse do Governo de preservar a integridade física do Sr. Mário Haag, porque foi ele quem denunciou que a GTech não precisava renovar o contrato com a Caixa; foi ele quem denunciou que a Caixa já tinha condições de assumir a gerência da lotérica; foi ele quem denunciou que poderia ter causado prejuízo a uma empresa multinacional de 700 milhões, o que

contrariava os interesses do Sr. Waldomiro e do Sr. Carlinhos Cachoeira.

Ainda assim, como diz o próprio filho do Mário Haag, pode ter sido um assalto, porque foram roubados equipamentos e R\$1 mil, que estavam em poder do Sr. Mário Haag. Mas entendo que deve ser do interesse do próprio Governo preservar a integridade física dele e exigir que a Polícia do Distrito Federal, à qual compete investigar o caso, que apure toda essa situação.

Como começo reprisando o assunto do Sr. Mário Haag, quero falar sobre a matéria de hoje do **Jornal do Brasil**, publicada na página A-5, cujo título é teoricamente favorável ao Governo.

Foi feita a contratação de uma empresa. Eles tomaram o depoimento do Waldomiro Diniz e colocaram naquele detector da Truster Brasil, que é um detector de mentiras. O título da matéria é: “Waldomiro passa no teste da verdade”. Ou seja, entende-se que o depoimento do Waldomiro teria realmente sido verdadeiro. Em sendo verdadeiro, é grave em algumas questões. Por exemplo, é verdadeiro que ele oficiou ao Governo brasileiro em junho de 2003; é verdadeiro que ele vinha sendo chantageado desde janeiro e que oficiou ao Governo apenas em junho. Como é que alguém que está sendo chantageado em janeiro só em junho oficia ao Governo? Isso não ficou esclarecido. Como é que nenhuma providência foi tomada se Waldomiro oficiou em junho ao Sr. Waldir Pires, ao Ministro da Justiça? Ele oficiou em junho também ao Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles. Isso está no rol das verdades.

Segundo a matéria que traz as verdades e as mentiras na análise do detector de mentiras, quanto a atos ilícitos, o Waldomiro disse, em seu depoimento no Rio de Janeiro, que ninguém do Governo lhe havia solicitado alguma atitude ilícita. Isso entra para o rol das mentiras. Não é verdade que alguém tenha pedido a ele algo ilícito e que ele tenha cumprido todas as missões para as quais foi designado. Isso é grave.

Diz mais a matéria, entre verdades e mentiras, quanto a contrato, que é verdade que Cachoeira ganhou um contrato para explorar a Loterj, mas teve a ajuda de Waldomiro para isso. No que se refere a orgulho, também não é verdade que sinta o maior orgulho de ter servido ao Governo Lula.

São questões que queremos realmente deixar registradas.

Há ainda uma matéria de ontem do **Correio Braziliense** e de hoje do jornal **Folha de S.Paulo** intitulada “Lula planta estrela no Alvorada e causa reações contrárias”. É um absurdo. É verdade verdadeira! Isso foi documentado em foto aérea, publicada ontem pelo

jornal **Correio Braziliense**. A estrela do PT foi plantada em símbolos da República. Isso é gravíssimo.

A vocação do Lula é ser Presidente da República; não pode o Governo assumir vocação de jardineiro. Botar ali a estrela do PT? O Palácio da Alvorada não é uma propriedade particular do PT, mas sim um símbolo da República. Os ocupantes daquele Palácio são transitórios, pois para ele são levados pelo voto e nele permanecem por quatro anos – se forem renovados os mandatos, ali permanecem por mais quatro anos.

Não é aceitável isso. Imaginem o que seria do País se, no Governo passado, tivesse sido plantado no jardim um tucano, porque é o símbolo do Partido do Presidente Fernando Henrique Cardoso? O que o PT não faria com isso? O que o PT faz diante do símbolo da estrela? A matéria diz que foi plantada a estrela nos jardins do Palácio da Alvorada e da Granja do Torno.

Já descobrimos que as três principais obras do Governo Lula são as seguintes: a primeira delas é a compra do avião; a segunda, a reforma da churrasqueira; e, agora, a plantação da estrela. É demais! Não podemos aceitar que essa situação prospere com essa tranquilidade.

É preciso dar um paradeiro nas coincidências do Governo Lula com o Governo Collor. O Governo Collor tinha o PC Farias, o Governo Lula tem o Waldomiro Diniz – mais ousado, pois ocupava o quarto andar do Palácio do Planalto. O Governo Collor fez o jardim da Dinda, e o Governo Lula agora impõe a estrela do PT aos jardins da Alvorada e da Granja do Torno. Basta! Parem com as coincidências!

O Governo Collor foi menos ousado, trabalhou menos contra a implantação da CPI que investigou o caso PC Farias. O Governo Lula é mais ousado, trabalha mais contra a instalação da CPI que investigaria o caso Waldomiro.

Dá uma tristeza a impressão de haver uma vacância de poder. Havendo governo, parece que não há governo; havendo Governo, parece que não o exercitam.

Ninguém vai fazer a reforma agrária na marra. Se o Stédile grita, dinheiro para o Stédile; se o Stédile grita mais um pouco, mais dinheiro para fazer a reforma agrária. Defendo a reforma agrária e considero que a questão tem de constar da proposta orçamentária. Mas essa reforma não está na proposta orçamentária do Governo. É preciso discutir esse assunto na hora de discutir o Orçamento. É preciso haver uma política de reforma agrária.

Hoje, há um importante ato, neste momento, ao qual não pude comparecer, da Comissão Pastoral da Terra. A minha vida inteira defendi a reforma agrária. Sempre fui ligado às pessoas que defenderam os tra-

balhadores rurais. Não acho que seja correto colocar os trabalhadores rurais agora como os vilões da história. Eles são os grandes injustiçados da questão da reforma agrária. Mas eles são injustiçados porque inexistente um programa de governo para a reforma agrária. O Governo não sabe o que quer, o Governo não tem um projeto. A violência no campo está aumentando.

Recebi um convite do padre Canuto, com quem trabalhei muito na região do Araguaia, uma das regiões mais violentas do Brasil no que diz respeito a crimes contra os trabalhadores rurais. É daquela região o histórico crime das orelhas. Foi na região do Araguaia que o santo Dom Pedro Casaldáliga – que será santo, sim – excomungou uma fazenda de nome Gameleira, porque descobriu que os trabalhadores rurais eram contratados e se submetiam a trabalho escravo, tendo as suas orelhas cortadas. Um dia, as orelhas foram descobertas, e Dom Pedro Casaldáliga fez uma missa campal e excomungou a fazenda. Nunca mais nenhum trabalhador do Araguaia trabalhou na fazenda Gameleira. Depois, ela foi vendida – e teve de ser vendida por isso – a empresários que modificaram as relações trabalhistas. E Dom Pedro Casaldáliga retirou a excomunhão.

Mas os trabalhadores só terão tranquilidade se houver um programa de governo, se houver um projeto confiável. Não há programa de governo, não há projeto confiável. A reforma agrária está sendo administrada aos decibéis: quem grita leva. Mas o pior é que não leva o dinheiro, mas sim a promessa. Se se somar o que este Governo já prometeu, o dinheiro não dá no Orçamento. Não há como o Governo cumprir o que prometeu, nos últimos vinte dias – não precisa exagerar –, que vai liberar recursos para a reforma agrária, para a construção e manutenção de estradas, para isso e para aquilo, pois, se se somar tudo isso e comparar com o Orçamento, o dinheiro não é suficiente.

Queria fazer esse registro para dizer que temos racionalidade no que se refere ao debate sobre a terra, numa importante CPI que ocorre no Senado da República. O Parlamento tem de estabelecer um compromisso com a questão da reforma agrária, e o momento de fazê-lo novamente, todos os anos, é na época da votação do Orçamento. Vamos verificar se, quando da votação do Orçamento, haverá realmente tranquilidade para apoiar essas questões.

Da mesma forma, é injusto colocar os proprietários de propriedade produtiva, os produtores que estão gerando emprego e dando a função social à propriedade, numa situação em que suas terras são invadidas. Isso é grave para a economia brasileira, porque é exatamente o agronegócio que tem puxado a economia brasileira para cima, o que, aliás, tem

evitado que a nossa tragédia econômica seja maior. Tivemos ainda o PIB negativo depois de muitos anos. Esta é mais uma comparação do Governo Lula: o último PIB negativo se deu no Governo do Sr. Fernando Collor de Mello.

Encerro o meu pronunciamento fazendo um apelo ao Governo Lula, que foi vítima daquele debate e daquele enfrentamento com o ex-Presidente Fernando Collor: faça cessar, Presidente, as comparações e as coincidências das ações do seu Governo com as do Governo Collor!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, por cessão do Senador Jorge Bornhausen, ao Senador do Rio Grande do Sul e Líder maior do meu Partido, o PMDB, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste final de sessão de sexta-feira, tive a chance de um espaço para dizer que li e reli a coluna Panorama Político, de Tereza Cruvinel: “Lula desinteressada o debate econômico”. Nela, explica com competência a ilustre jornalista que Lula vem tendo alguns debates com seus auxiliares e economistas sobre a mudança da política econômica. Essa questão era considerada como de honra, fechada, em que absolutamente nada poderia ser tocado, mas Lula está vendo o resultado. E, vendo as consequências, resolve debater e discutir a matéria.

Tereza Cruvinel informa sobre a reunião convocada por Lula sobre esse tema. O Presidente está exigindo de seus auxiliares maior ousadia e criatividade. Considero correta essa exigência, essa cobrança. O Presidente deve não só exigir ousadia e criatividade de seus assessores, mas cobrar e ameaçar com a demissão. Está indo bem? Está correspondendo, está fazendo aquilo que se espera? Ótimo, continue. Não está fazendo, está decepcionando? Não precisa esperar uma crise, como fez o Governo há pouco tempo, para demitir um Ministro. Demita imediatamente e coloque alguém capaz no seu lugar.

Não há dúvida de que essa mudança precisa ser feita, e logo. O País precisa crescer, gerar empregos, precisa investir na infra-estrutura. A dívida social, herdada ao longo do tempo, chegou ao topo do seu limite. Por isso, a oportunidade desse debate, seguido pela imprensa, liberado pelo Presidente.

A colunista cita dois pontos que poderiam sofrer mudanças. Aliás, falei sobre eles na semana passada, em discurso que fiz desta tribuna, dirigindo-me ao Presidente e achando que esses pontos deveriam ser

trocados, alterados, modificados. Acredito que, de forma negociada e sem ruptura, o Brasil poderá debater com os credores internacionais as metas de superávit primário e da inflação. Essas metas de inflação, essas marcas entre o Governo e o Fundo Monetário Internacional, sem briga – repito –, sem ruptura, no entendimento, no diálogo, na explicação e na justificativa, devem ser analisadas e alteradas.

Citei no meu discurso que as manifestações de representantes do próprio Fundo Monetário Internacional, do próprio Banco Mundial e do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento apontam na direção da flexibilização das exigências internacionais sobre as contas do Brasil.

Está provado que os números na Argentina foram um fracasso. No Brasil, que está cumprindo na linha, indo além das exigências do FMI, a economia está sofrendo, o PIB está baixando, de oitava economia descemos para a décima sétima, e o índice de miséria do povo está aumentando.

Então, o Presidente Lula, que, em um ano e três meses, cumpre todas as metas com o FMI, segue à risca todos os pontos, à custa do sangue e do suor da nossa gente, tem autoridade para chegar junto ao Fundo Monetário e às entidades internacionais. Aliás, há poucos dias, o Presidente Lula telefonou para os Presidentes norte-americano e da França, para os Primeiros-Ministros da Espanha e da Inglaterra exatamente para pedir a flexibilização dessas normas do Fundo Monetário para as nações em desenvolvimento. Correta a decisão; deve ser continuada.

Além disso, poderá ser ampliada a velocidade da queda dos juros – o que me parece hoje absolutamente certo. Assim, estaremos favorecendo a produção e o consumo, criando emprego e distribuindo renda.

Não se agüenta mais. Dizer que no Governo Lula os bancos estão ganhando mais do que nos governos anteriores! Dizer que no Governo Lula as taxas de juros dos bancos são superiores às dos governos anteriores! Não dá para explicar. Perdoe-me o Sr. Ministro da Fazenda, mas é algo incompreensível.

Quero fazer um parêntese aqui. Estamos discutindo o salário mínimo. É claro que todos sabemos a importância do salário mínimo para a eliminação da miséria. É claro que sabemos que é inacreditável que discutamos sobre a liberação de bilhões para socorrer empresas endividadas – ainda hoje estamos discutindo a liberação de bilhões para socorrer algumas empresas endividadas que foram privatizadas pelo Governo, O Governo privatizou, e até hoje não se sabe aonde foi parar o governo da privatização. Permitiu-se a entrada de moedas podres, moedas que já não existiam. O BNDES deu empréstimo para que fossem privatizadas, e

hoje estão aí, quebradas, não cumpridas as suas metas, e o Governo tendo de entrar para impedir que venham à falência. No entanto, para o salário mínimo não há condições, não há recursos, não há chance.

Nunca fui dos fanáticos apaixonados que lá, no Governo Fernando Henrique, exigiam um salário mínimo espetacular para dificultar, para complicar a vida do Fernando Henrique. Sempre defendi um salário mínimo justo, correto, elevado, mas reconhecia as dificuldades da história do Brasil. Mas não há dúvida de que o Governo tem que parar para pensar no percentual que vai dar ao salário mínimo; tem que conversar mais com o seu companheiro Paim e com a sociedade, para ver que números serão apresentados.

Mas estou nesta tribuna para manifestar meu otimismo ao Presidente Lula, por ter admitido debater a questão da economia no seu Governo. O Sr. Antonio Pallocci e o Presidente do Banco Central vêm a esta Casa e ditam normas como se fossem donos da verdade. E olhem que, entre o atual e o último Presidente do Banco Central, que era da equipe de Fernando Henrique, penso que o último tinha mais sensibilidade que o atual. Como nunca foi banqueiro – era apenas um agente a serviço de um grande aplicador de rendas, de dinheiro mundial, de um grande investidor –, era um homem mais competente, mais capaz. Não era um banqueiro. O Sr. Henrique Meirelles, não. Ele alcançou, talvez, o mais alto cargo que um banqueiro poderia alcançar: presidente mundial do Banco de Boston. Ele foi o único estrangeiro, na história de um banco americano, que ocupou a presidência mundial. E fala para nós com aquela frieza, com aquela insensibilidade que caracteriza os homens do Banco Central.

Que bom que o Presidente Lula esqueça um pouco o Presidente do Banco Central, esqueça um pouco o próprio Ministro Pallocci e vá dialogar com mais gente, vá discutir com mais gente dentro da sociedade! Apesar do debate e da polêmica que vejo, no fundo, percebo um certo diálogo entre o Presidente Lula e gente do PFL, a começar pelo diálogo com o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães. Vejo, por diversas vezes, notícias de debates, de discussões de antigos Ministros do Governo Fernando Henrique com o Governo do Presidente Lula. Mas não vejo oportunidade, não vejo uma perspectiva de diálogo do Lula com alguns Senadores da Bancada do PT nesta Casa, com alguns Deputados Federais do PT, que não são radicais, mas que compõem o velho PT.

Ontem, houve um jantar solene do nosso Partido, o MDB, tendo à frente o Presidente do Partido, o Líder Renan Calheiros, Líder no Senado, o Ministro das Comunicações, o Presidente da República e alguns de seus Ministros. Debateram, discutiram. Não tenho

idéia do que falaram, não tenho a mínima imaginação do que discutiram. Sei que o Senador Renan Calheiros saiu eufórico, dizendo que foi a melhor reunião que já teve com o Presidente e que está tudo acertado, posições etc. e tal.

Não sei o que está acertado, não sei. Se o acerto foi – embora a notícia não mencione – aquela nota que o Partido publicou, modéstia à parte, uma tomada de posição sobre alguns aspectos da economia do Brasil... A Executiva do MDB, com coragem, apesar de o Partido ainda integrar o Governo, elaborou uma nota sobre pontos econômicos, da maior importância e do maior significado, que devem ser alterados.

Não sei se o Dr. Renan Calheiros levou esses pontos para serem discutidos com o Presidente Lula; se levou, fez muito bem, seria essa uma grande oportunidade para o MDB ajudar o Presidente Lula. Se foi apenas para discutir posições, vantagens e cargos, não sei se valeu a pena.

Ouço o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, quero confessar-lhe que já estava me dirigindo para o meu carro quando foi anunciada a presença de V. Ex^a na tribuna. E eu voltei, porque ouvi-lo é aprender de alguma maneira. V. Ex^a tem uma maneira pedagógica de mostrar os fatos, com a clareza que lhe é peculiar, à Nação brasileira. Lamento que não tenha ninguém do Partido do Governo aqui, nesta manhã. Nós, que somos da Oposição, não precisávamos estar aqui; poderíamos estar na praia, nos Estados, em casa, mas o Governo tinha que estar. Pelo menos um representante governista tinha que estar aqui, para passar para os outros no momento exato o que aqui foi dito. Mas isso tem sido uma constante: durante a semana, estão nos Ministérios discutindo cargos; às sextas-feiras, vão para as bases. E fica aqui este mau exemplo dado à Nação, do desinteresse do Governo. Já não digo que estivesse aqui para se defender – o Governo pode achar que não precisa de defesa –, mas pelo menos esclarecer. V. Ex^a, Senador Pedro Simon, tem uma preocupação com o Dr. Henrique Meirelles, que também tenho. V. Ex^a disse bem. Diferenciou o ex-Presidente do atual. O ex-Presidente do Banco Central era uma espécie de corretor de um grande investidor internacional. Veio para cá com uma desconfiança medonha da Nação brasileira, querendo o País todo saber qual o comportamento que ele teria, e, ao longo das suas ações, mostrou que, pelo menos, era um homem bem-intencionado. Dr. Henrique Meirelles, tal qual uma fênix, depois de uma gloriosa carreira no BankBoston, veio para o Brasil vocacionado a entrar na vida pública brasileira. Percorreu vários partidos, inclusive o meu, a princípio como candidato a Presi-

dente da República. Era seu primeiro projeto político. Tivemos, por influência de alguns políticos de Goiás, um encontro com ele no Rio de Janeiro, ocasião em que demonstrava o desejo de ser candidato a Presidente da República; depois Governador de Goiás, Senador e Deputado Federal, salvo engano com 180 mil votos. Imaginem a esperança espontânea que o povo de Goiás depositou nesse homem! E ele, sem exercer um dia sequer o mandato de Deputado Federal, assumiu a Presidência do Banco Central, renunciando, por consequência, àquele mandato. V. Ex^a tem toda razão em relação à desconfiança e ao cuidado que temos que ter com o Dr. Meirelles, embora nada contra ele pese, mas apenas cause estranheza. Senador Pedro Simon, V. Ex^a, homem observador, detalhista e cuidadoso, que desde o começo divergiu do Governo Fernando Henrique e, em debates, teceu-lhe críticas, uma justiça deverá fazer, tenho certeza. Pelo menos umas três vezes, sei, o Presidente Fernando Henrique mandou convidá-lo para conversar pessoalmente no Palácio. E isso acontecia. Senador Pedro Simon, a grande diferença, no meu modo de ver, é o isolamento em que estão colocando o Presidente Lula. V. Ex^a conviveu com o Presidente Lula em várias ocasiões, em movimentos históricos no Brasil. Quantas vezes o Presidente Lula o convidou para uma conversa? Não vale cineminha, não vale chá, não vale outro tipo de encontro. Isso vemos de maneira clara. A assessoria de Sua Excelência prestava um serviço à Nação mostrando quantas audiências ele concedeu em um ano e quatro meses a Parlamentares, para ouvir suas reivindicações e os problemas dos Estados. Não vale rega-bofe de palácio, jantares e churrascadas. Falo de conversas como aquelas que V. Ex^a teve. Recusou-se a participar de algumas, mas conversou com o Presidente Fernando Henrique quando a Nação assim o exigia. V. Ex^a não mudou de opinião, nem ele. Mas tenho certeza de que o Presidente Fernando Henrique saiu das conversas enriquecido pela experiência de V. Ex^a. O dever do homem público não é acreditar em tudo aquilo que os seus interlocutores dizem; mas se ele tem responsabilidade, tem o dever e a obrigação de, pelo menos, catalogar e guardar os fatos. Vou falar um pouco do plenário. V. Ex^a é um homem experiente, cuja biografia todo brasileiro gostaria de ter.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Senador Heráclito Fortes, peço permissão para interrompê-lo.

Prorrogo a sessão por mais dez minutos ou pelo tempo que V. Ex^a e o orador da tribuna avaliarem suficiente para terminar o aparte e o pronunciamento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vamos admitir que o Presidente da República seja um homem

muito ocupado. Mas, até por V. Ex^a ser de um Partido da base do Governo, quantas vezes o núcleo duro, esses Ministros importantes, as Lideranças procuraram V. Ex^a para ouvi-lo, para saber por que às vezes V. Ex^a discorda, por que assina ou não requerimento de comissão parlamentar de inquérito, por que se comporta assim? Essa conversa é natural, normal entre Parlamentares. Alguma coisa errada está acontecendo neste País. Peço a Deus que esteja errado. Às vezes penso que esse pessoal perdeu a esperança e a fé no Parlamento já que aqui ninguém conversa. Senador, as pessoas que têm de conversar todo dia colocam bom-dia e boa-tarde na poupança, como se isso rendesse alguma coisa. Fico triste quando vejo homens públicos de repente guindados a posições transitórias passarem por V. Ex^a dez ou doze vezes por dia sem sequer lhe dar um cumprimento. Não sabem essas pessoas o que estão perdendo. Tudo vai terminar como a velha canção do Chico Buarque que diz “o tempo passou na janela, e só Carolina não viu”. Espero que acordem a tempo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito emocionado a V. Ex^a pelo aparte, que coloca uma questão muito importante em debate.

É claro que o Governo tem de ter seu núcleo. O Presidente da República deve ter o Chefe da Casa Civil da sua maior intimidade, o Presidente da República deve ter um Ministro da Fazenda da sua maior intimidade, o Presidente da República deve ter um Líder político coordenando o Parlamento que seja da sua maior intimidade e deve reunir-se várias vezes durante o dia com sua gente. Mas não pode deixar de ouvir o outro lado. Não pode deixar de ouvir, em algum momento, uma pessoa como o Sr. Antonio Ermírio de Moraes, que pode pensar diferente dele. Não pode deixar de ouvir uma Liderança parlamentar do seu próprio Partido ou de Partidos adversários na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal com os quais pode colaborar.

O mais interessante, no meu caso, é que eu me identificava com as causas do Lula durante toda a sua campanha. No ano passado debati e defendi as teses de Lula nesta Casa considerando que elas estavam certas e que equivocado estava o Sr. Fernando Henrique. De repente, o Sr. Lula se identificou com as teses do Sr. Fernando Henrique e não deu explicação sobre o que devia ser feito e alterado.

Há pouco, o Senador Antero Paes de Barros falou algo sério daquela tribuna. O Presidente Lula deveria ter alguém que lhe desse o senso do equilíbrio. É um homem humilde, com atividade e caráter. Alguém deveria lhe dizer que não é hora de enfeitar novamente o Palácio da Alvorada, gastando seis meses para fazer reforma. Numa hora em que o Brasil está caindo, em

que as casas estão caindo, em que não há nada, é hora de fazer reforma no Palácio da Alvorada? É hora de reformar os jardins, colocando uma estrela no Palácio? É uma provocação ridícula. O Palácio da Alvorada não é sua casa. É a casa do povo. Ele está lá em nome de todos nós. Em nome de nós todos, que faça o escudo do Brasil, uma frase bonita, paz e amor, mas a estrela do Partido? Comprar um avião espetacular e gastar mais uma fortuna para reformá-lo? O maior gasto que ele fez em investimentos foi nesse avião! Alguém tem que falar com ele que o primeiro exemplo que se dá em uma casa em que falta pão é: o pai não vai tomar cerveja no bar da esquina; a primeira coisa que vai fazer é dar pão para os seus filhos. O Presidente da República, que está vendo as pessoas sofrerem, passar fome – vê aumentar os índices da fome, e não aconteceu nada, não saiu do zero – dá-se ao luxo de comprar um avião espetacular e fazer uma reforma de seis meses no Palácio, uma reforma revolucionária nos jardins colocando a estrela do seu Partido. E não conversa, Sr. Presidente, com aquelas pessoas que falam diferente dele.

Veja bem: normalmente, já não é fácil encontrar uma pessoa que tenha coragem de divergir do Presidente da República. O Presidente está lá, está com a caneta, está com todas as vantagens. Por exemplo, no PMDB, a maioria vê com simpatia. Ele chama alguém do PMDB como ontem no jantar. Eu não sei. Eu gostaria de ser uma mosca para estar ali e assistir; para ver se alguém chegou e disse: “Olha, Presidente, as coisas não estão bem. O PMDB não está satisfeito. Os Parlamentares do PMDB e o PMDB no interior... Olha, tem lá aquele Senador Mão Santa, que está batendo, está sendo duro, mas, na verdade, ele tem conteúdo. E o senhor tem que ver que aquele Mão Santa é um homem da maior dignidade, um homem que apoiou e que elegeu o Governador do PT. E que dizia abertamente: Lula para Presidência da República! Defendeu o Lula no primeiro turno, defendeu o Lula no segundo turno. Apoiou um candidato do PT para Governador do seu Estado e chegou aqui cheio de alegria e de felicidade com o PT, com seu Governador e com o Lula. Se hoje ele mudou e está pensando diferente, em vez de dizer: “Não, esse não vai ter cargo; se tem algum, tira”, vamos chamar para ver, vamos discutir com esse Mão Santa”. Se ele era tão racional ontem e se ele está mudando hoje, no que ele está mudando? No que ele está errado? Eu não sei.

Eu vejo a Liderança do Aloizio Mercadante. Considero o Aloizio Mercadante um homem brilhante. Dentro deste Governo é o que está fazendo melhor a sua parte. Aqui na Casa, quase que sozinho, ele está debatendo, defendendo quase o impossível. Mas o

estilo do Senador Aloizio Mercante, eu respeito, é um estilo. Mercadante é um homem brilhante, tem uma cultura fora de série, economista dos primeiros, filho de general; é um homem dado a grandes cargos, a posições importantes; um homem ilustre e não um homem de falar, assim, com as pessoas mais simples e sentar-se e conversar. Eu o vejo falando com o Líder do PFL, com o Líder do PSDB, com o Líder do meu Partido, brigando. E faz ele muito bem para aprovar os projetos que vêm do Governo. Agora, não sei se o Mercadante pegou alguns Parlamentares do seu Partido, de outros Partidos e disse: “Vamos agora levar alguém que pensa diferente e vamos conversar com o Lula. Vamos pegar o Jefferson Péres, do PDT; vamos pegar alguém e vamos conversar com o Lula; vamos discutir com ele, juntamente com pessoas que pensam diferentemente”. Quando fui Líder de Governo, fiz isso várias vezes. Cheguei aqui no Congresso, três ou quatro pessoas batiam no Governo; eu as convidei e as levei ao Palácio para conversar, para debater. E o Governo mudou algumas coisas, levado pela palavra de pessoas da Oposição que estavam certas.

Sr. Presidente, fui advogado de júri e sempre trabalhei na defesa. Minha forma de debater é uma forma dura e na tribuna eu sou drástico. Mas estou medindo as palavras, estou medindo as palavras; estou vindo muito raramente à tribuna.

Eu tenho rezado por esse Governo do Lula. Tenho rezado para que Deus o inspire, para que o oriente, o ilumine para que ele mude os rumos de seu Governo e não saia a bater e a gritar. Acho que há tempo para isso. Que bom se o Sr. Lula parasse para meditar, para refletir. Há gente do PSDB, do seu Partido, do meu – o meu tem de montão –, do PFL – no PFL é total –, que agrada todos os Governos e os vê com simpatia. Eu gostaria de citar o nome de alguns Senadores – mas não o farei – que batem nas costas dos Ministros e dizem que as coisas estão muito bem. Nós, quando estamos no Governo, se não nos cuidamos – V. Ex^a foi Governador, o amigo foi prefeito de Teresina –, gostamos de ver essa gente, que bate nas costas e diz: “Formidável! Mas a coisa está muito boa! É assim!” Às vezes nossa consciência está dizendo: esse cara é um vigarista, porque errei, estou vendo que errei, estou vendo que fiz um absurdo. Não é por aí. Mas há pessoas que no Governo perdem a sensibilidade. Os elogios são tão intensos que elas perdem a oportunidade de ver a verdade.

A mudança foi muito dura, Sr. Presidente. Olha, esse homem que nasceu lá no Nordeste, foi um sobrevivente, pois poderia ter morrido antes de completar um ano de idade – era alto o percentual de morte antes de um ano de vida naquela região –, veio para

São Paulo e, abandonado pelo pai, junto com a mãe, viveu na miséria e passou fome até conseguir, com suas mãos e sua competência, um trabalho, ser líder sindical e ir crescendo, esse homem, que não cursou os bancos acadêmicos, hoje está na Presidência da República. Isso é fantástico. Não é à toa que o mundo inteiro olhou com admiração esse fato. Não é por nada que o Brasil nunca teve uma esperança tão imensa, tão extraordinária como teve com a vitória do Lula. Eu achei que tinha chegado a nossa vez. Pensei: ele vai chegar lá com essa humildade que o caracteriza, vai impor um regime de rigidez, vai buscar governar com os mais capazes e vamos caminhar. Eu não tinha nenhuma dúvida disso. Sobre a reforma agrária, o Lula dizia: “Eu preciso ser eleito Presidente, porque eu, Presidente da República, sou o único que tem condição de falar com os sem-terra, de falar com a entidade deles, chegar a um entendimento e fazer a reforma agrária”. E eu achava que ele estava certo. Realmente era isso, e era o que eu esperava que acontecesse. E falando com o líder dos sem-terra numa reunião, eu lhe disse: “Stédile, eu imaginava que, eleito Presidente da República, o Lula o chamaria, e vocês se reuniriam, sem-terra e os líderes de Governo, e ficariam três dias numa fazenda dessas, numa escola dessas em que vocês estão acostumados a ficar, e chegariam a um entendimento. Fariam um esquema da maneira como seria feita a reforma agrária, quantos hectares de terra seriam distribuídos, onde seriam, como seria a reforma agrária. Isso seria feito de maneira ordeira, porque vocês estariam à frente do processo”. A escolha do Ministro da reforma agrária, um homem excepcional, para mim era um exemplo de que era isso que queriam.

O Stédile disse: “Eu também pensei isso. Nós também pensamos isso. E fizemos reunião, mas eles não cumpriram nada do que disseram, não fizeram nada do que disseram”.

Isso disse Stédile na comissão que trata da reforma agrária aqui no Senado Federal. Então, assim não dá. Assim não dá.

Tempo existe para o Lula parar, pensar, refletir. O Lula tem condição de chegar aos Estados Unidos, ir ao Fundo Monetário, ao Banco Mundial e dizer: Olha, não dá para continuar com essa taxa de juros. Não podemos pagar U\$150 bilhões de juros. A nossa gente está morrendo de fome. Se eu continuar fazendo isso, até o fim do ano vão me derrubar, vai haver uma rebelião social e não terei condições de me sustentar. É melhor para vocês diminuírem essa taxa. Vamos baixá-la, vamos dar um percentual de 40%, para que eu possa aplicar no social, para que eu possa investir. Assim, o Brasil crescerá, produzirá mais e poderá pagar vocês.

Isso é melhor do que haver uma rebelião, caso em que vocês não vão ganhar nada.

O Lula pode fazer isso, deve fazer isso, tem condições de fazer isso. Acho que é por aí que temos de caminhar e não assistir ao que está aí.

Esse negócio do Waldomiro, cá entre nós, é ridículo. Isso é ridículo, repito. Fui Líder do Governo Itamar, quando houve uma denúncia muito mais grave do que essa. Resolvemos na hora, criamos uma CPI, afastamos o chefe da Casa Civil, que depois voltou como herói porque foi absolvido na CPI. Deixamos que provassem tudo que queriam e o que não queriam.

O PT, campeão da ética, impediu a criação de uma CPI, ou melhor, impediu a instalação de uma CPI, lançou uma nota assinada pelo PT, PMDB, dizendo que só vai haver comissão de ética quando a maioria quiser, rasgando a Constituição, que diz que a comissão de ética é um direito da minoria, um terço pode criá-la. Será que o PT não entende que isso abalou a confiança do povo? A querida estrela do PT hoje tem uma mancha, que precisa ser retirada porque senão ficará marcada dolorosamente. Dada a tradição da sua ética, isso é algo que não compete a um partido como o PT.

Mas ficamos assim, Sr. Presidente: a imprensa publica, o Governo não responde, nosso amigo Lula fala como se as coisas estivessem sendo feitas, o que não acontece, e o tempo passa.

Deixo aqui o meu abraço, o meu carinho e as minhas orações permanentes para que o Lula acorde, para que o Lula volte a ser o Lula. Que o Lula chegue lá, vá ver onde está o seu antigo macacão, a sua antiga bermuda, a sua calça Jeans, e saia a caminhar, a respirar, a olhar para o futuro. Que o Lula feche seus olhos e veja seu passado e o que foi a sua campanha e volte a ser o Lula que esperamos. Falam até – eu não acredito – que o Lula colocou Botox no rosto para ter uma fisionomia mais simpática, mais bonita. Eu não acredito, mas quem me disse isso foi alguém do PT. É provável que alguém chegue até ele e lhe diga: o senhor está muito cansado. O senhor precisa ter uma fisionomia mais leve, mais não sei o quê. Esses são os amigos cujas palavras estão sendo ouvidas!

Que o Lula pare para pensar e procure principalmente aqueles que não estão com a vaidade de ter a caneta na mão – Ministros de Estado, salas no Palácio do Planalto. Essa mudança às vezes é muito violenta. Nem sempre estamos acostumados a sofrer mudanças tão radicais. Essa gente do PT que era tão simples, que era heroína, que dava 10%, 20%, 30% do seu salário, que tinha a missão histórica da transformação, hoje é funcionário público, ocupa cargos de confiança e ainda quer mais três mil funções gratificadas. Qual

é a diferença entre eles e os anteriores? Cadê a história? Cadê a biografia? Cadê a beleza da luta do PT? Só o Lula pode mudar isso, Sr. Presidente. Só o Lula, virando a mesa e batendo na mesa, pode fazer com que essa gente que está ali maculando a imagem do PT reconheça que esse não é o papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, também estou inscrito, mas quero dizer a V. Ex^a, que é um homem muito brilhante – e do Piauí –, que não terei a coragem de usar a palavra porque aprendi com Cícero, grande orador romano, que dizia: nunca use a palavra depois de um grande orador. E eu não tenho coragem de fazê-lo depois do maior orador da história deste Senado, o grande brasileiro que é Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, como último orador, por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador conterrâneo e amigo Mão Santa, algumas das características da minha vida – daí por que estou aqui – foram a audácia e o atrevimento. Sei que vou cometer um atrevimento ao falar após essa grande figura que é o Senador Pedro Simon. Mas é porque exatamente ele tem a capacidade de nos estimular e de aguçar a nossa memória para fatos. O que vou fazer aqui será nada mais nada menos do que dar alguns depoimentos.

Vou contar um episódio de que ele se lembra muito bem. Eu pago às vezes o mal de ter chegado a esta Casa muito novo e de ter convivido com pessoas experientes como Pedro, naquela época bem mais jovem, Dr. Ulysses, Tancredo e vários outros. Este é um episódio de que nunca esqueço: a sucessão presidencial, que quebrava o jejum de escolhas indiretas por longos e longos anos. Nós tínhamos então a primeira eleição direta, após esse interregno na nossa democracia. A candidatura que aparecia no cenário do PDMB era a do Dr. Ulysses, o Senhor das Diretas. Pedro Simon era então Governador do Rio Grande do Sul. O PMDB tinha uma força muito grande de governadores, e o Governador Simon, com o seu estilo e franqueza, colocou-se numa posição que, para alguns, aparentava ser discordante da candidatura de Ulysses e não da maneira como ela estava sendo conduzida. Testemunhei uma coisa fantástica: certa noite, o Dr. Ulysses pediu ao Dr. Osvaldo Manicardi, uma figura que todos conhecem, que fizesse uma ligação ao Pedro, marcando um encontro para conversarem. Um dos interlocutores virou-se e disse: mas não perca tempo, o Pedro está contra você, não vai adiantar nada. E o Dr. Ulysses, com aquele olhar de quem vê o infinito,

com aquela paciência, deixou que o interlocutor, afoito, terminasse, dissesse o que queria, bateu levemente sobre a mesa e disse: meu caro Fulano, ouvir o Pedro, até quando ele está contra, é bom, porque mesmo se formos fazer o contrário, saímos de lá com alguma coisa positiva.

A questão do puxa-saco, meu caro Pedro Simon, existe desde que o mundo é mundo. O mal dos Presidentes, dos governantes, é que não aprendem isso.

Agamenon Magalhães, um poderoso homem público pernambucano, já dizia que o administrador, o dono da caneta, tinha que dormir com um alfinete na cabeceira da sua cama e, de manhã, dar uma espedada em seu corpo para sentir dor e ver que, portanto, era igual aos outros.

Tenho um episódio muito pitoresco sobre puxa-sacos, que contam no meu Estado. Não sei se é verdade, mas o personagem V. Ex^a conhece, é conterrâneo do Senador Mão Santa. Conta-se que Chagas Rodrigues, extraordinária figura – que foi colega de V. Ex^a no Senado –, assumiu muito jovem o Governo do Piauí e não tinha residência fixa nem estrutura em Teresina. Naquela época, as mordomias não existiam; não era como hoje. Os filhos de Chagas eram pequenos, e um puxa-saco resolveu, logo ao primeiro dia, fornecer-lhe o leite para a alimentação de sua família. Ao primeiro encontro, Chagas Rodrigues quis agradecer-lhe. Encontrou o generoso correligionário e disse: Fulano, estou recebendo o leite... Não terminou a frase, e o cidadão virou-se para ele e disse: Excelência, quero comunicar que já demiti hoje o ordenhador, porque ele não lhe mandou o leite da minha vaca preta. E não esperou nem o agradecimento sincero.

Mas essa é a vocação dos puxa-sacos. A pior espécie que existe é o puxa-saco ressentido, que está perto do poder e, quando não é atendido nos seus pleitos, faz a intriga do Governo, jogando uns contra os outros.

Eu prestei atenção quando V. Ex^a falou da estrela que, segundo os jornais, foi a Primeira-Dama quem plantou. Na terça-feira, eu estava aqui e previ que essa estrela apareceria em todos os jornais. V. Ex^a prestou atenção em como a estrela foi fotografada? Com uma superlente, no quintal, nos fundos do Palácio. Alguém disse que tinha sido plantada aquela estrela ali. Eu não tenho nem V. Ex^a tem acesso ao Palácio, mas a denúncia da existência daquela estrela, a notícia daquele fato saiu de quem convive, de quem está lá dentro do Palácio.

Eu digo isso, Senador Pedro Simon, porque eu estava aqui no cafezinho quando ouvi alguém da base do Governo dizer exatamente isto: “O Presidente não tem tempo para nos receber, mas para plantar estrela

vermelha no seu quintal tem.” É a tal história, Senador...

Hoje me chamou a atenção outro fato. Uma nota no jornal diz, tentando fazer uma intriga palaciana – que V. Ex^a conhece muito bem, pois já conviveu nos dois lados –, que o Ministro Gushiken tem uma amizade fraterna com o Senador Antero Paes de Barros. O jornalista que dá essa notícia é uma das pessoas mais corretas e mais sérias que existem no País, Gilberto Amaral. Evidentemente ele recebeu a notícia de alguém. Lendo o seu texto, vê-se que aquilo é dito como se fosse assim: o Antero está batendo no Governo, e o Gushiken é amigo do Antero; logo, o Gushiken concorda com o Antero. E por aí vai. Quer dizer, joga-se no seio da informação a discórdia.

Ora, quem não é amigo do Gushiken, tendo sido Deputado Federal? Fui seu colega na Câmara, e ele é uma das figuras mais interessantes e carismáticas que eu conheci. Convivi com o Gushiken como membro de uma CPI, sou testemunha da sua correção. Quero crer que o Senador Antero Paes de Barros também conviveu com ele. Aí vem a plantação da notícia.

Disse V. Ex^a uma coisa com a qual concordo em número e grau. O PFL tem tentado de toda maneira ajudar esse Governo. V. Ex^a citou o Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem tentado ajudar o Governo, às vezes até discordando do Partido.

Senador Pedro Simon, todas as crises que esse Governo enfrentou até agora foram criadas pelo próprio Governo. Eu nunca vi um País anestesiar-se com um fato como o fez com a eleição do Lula. Primeiro, pela grandeza numérica da eleição; segundo, pela trajetória; terceiro, pelo próprio eco das ruas, que pedia que ele desse certo. E daí a nossa preocupação, a preocupação de todos que isso acontecesse.

Vivemos no Brasil um momento em que nos falta peça de reposição. A classe política, independente da idade, envelheceu precocemente. V. Ex^a é de uma geração, e eu também ainda peguei o último vagão desse trem, onde nós tínhamos as escolas formadoras de vocações políticas: ou era o seminário, ou a carreira diplomática, ou a carreira militar, o movimento estudantil, a figura do oficial de gabinete, e o período revolucionário acabou com tudo. Se prestarmos atenção, o próprio Lula é uma exceção que fugiu à regra, pois veio de um movimento sindical e se consolidou como liderança. Mas não deixamos de ter as escolas naturais de formação política. A classe política brasileira envelheceu, independentemente de idade, e não solta peça de reposição. Será burrice de qualquer brasileiro de boa fé torcer contra ou tentar enfraquecer ou desestabilizar o Presidente Lula, que tem princípios.

Hoje mesmo, Senador Pedro Simon, abrimos o jornal e vemos, na primeira página, o Presidente com cara de felicidade, apesar de todas as crises, enxugando o rosto da mulher, num gesto de carinho de um homem de origem. Pela rudeza da sua vida, não seria natural aquele gesto de carinho, que é permanente e que o brasileiro tanto precisa ver. É a união familiar. Então, é um homem de virtudes. O que eu acho é que ele está isolado. As causas e as conseqüências desse isolamento não nos cabe avaliar. Não fomos nós que criamos isso. V. Ex^a disse bem: é falta de conversa, é falta de sentar à mesa e não só com os que o cercam no Palácio no dia-a-dia. Mas, como foi dito aqui, chama alguém da CNBB, chama alguém dali, vai conversando. Isso não faz mal a ninguém. Aprendi na roda de V. Ex^a, quando éramos Oposição e não tínhamos nenhuma perspectiva de ser governo, a conversar sobre o que fazer se um dia fôssemos. Não foi perda de tempo. Aprendemos alguma coisa. É a atividade que exercemos.

Eu citei o Senador Antero Paes de Barros, que agora está no plenário, e, com muita honra, gostaria de conceder um aparte a S. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentá-lo e fazer aqui um registro e uma avaliação. Primeiro, eu me considero amigo não apenas do Deputado Luiz Gushiken, mas também de outras figuras importantes do Partido dos Trabalhadores. Pertenci ao Partido dos Trabalhadores, fui do Partido dos Trabalhadores. E já disse aqui uma frase que é absolutamente verdadeira: é impossível ter passado pelo Partido dos Trabalhadores e não admirar e gostar do Lula. É impossível! Convivi com o Lula na Constituinte como Deputado Federal. Não admirar e gostar do Lula é impossível. Tenho certeza absoluta que a Senadora Heloísa Helena, que foi expulsa do Partido dos Trabalhadores, tem uma relação de respeito e de reconhecimento à história e à biografia do Lula. Eu disse aqui que o Lula é desses poucos brasileiros que talvez prescindissem desse cargo para melhorar sua biografia. Do jeito que estão fazendo, podem piorar a biografia do Presidente com esse cargo. O poder tem dessas coisas. Apesar de confirmar a minha amizade com o Ministro Luiz Gushiken daqui para lá, não posso falar de lá para cá, tenho não só amizade mas também admiração pelo Ministro Gushiken, quero aqui reafirmar que acho tudo isso lamentável, porque demonstra que não há unidade no Governo. Ninguém da Oposição está trabalhando no sentido de que haja desarmonia lá. Desarmonia lá existe porque existe. Existe porque existe! Essa é

uma coisa plantada por quem? Quem teria interesse em plantar uma informação como essa, se eu, alguns meses antes do episódio, não tive nenhum contato com o Ministro Gushiken e, depois do episódio, não tive nenhum contato com o Ministro Gushiken? Dizer que o Ministro Gushiken se aconselha comigo é coisa lá de dentro do Palácio. Isso é coisa lá de dentro do núcleo duro. É uma mediocridade diante da qual, a bem da verdade, não posso me calar e não prestar esse depoimento, esse testemunho. Não sei aonde quer chegar o Ministro José Dirceu. Sinceramente, não sei aonde quer chegar o Ministro José Dirceu. Creio que as palavras “dignidade” e “amor próprio” tiraram férias em alguns setores brasileiros. Ele não está fazendo bem ao Brasil quando diz isso; e também é a pessoa mais desautorizada a dizer a frase que disse ontem: “Se não mudar a política social, não vale a pena governar”. Por que disse isso ontem? Então, quem instala crises são eles mesmos. A desarmonia é lá. Ele disse essa frase, mas deveria completá-la: é preciso trocar essa política por essa. Ou poderia dizer: se não mudar a política econômica, é contra a Oposição. Não aceito mais que se tente comparar este Governo com o Governo do Presidente Fernando Henrique. Este Governo tem que ser comparado com outro governo, com o governo de outro Fernando, que é o Collor, não o Henrique. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Antero Paes de Barros, felizmente V. Ex^a entendeu o espírito da crítica que fiz, mostrando exatamente que tudo que está sendo noticiado é produto do fogo amigo.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Sim, quero, aliás, agradecer a V. Ex^a, por me dar oportunidade de expressão sobre um assunto no qual, por relações até de amizade, tenho dificuldades de me posicionar, mas, trazido à baila, me facilitou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A propósito, antes conversávamos exatamente sobre a figura do Gushiken aqui, sobre a convivência que tivemos. De repente, eu digo: acho, Senador, que li alguma nota a esse respeito; e fui buscá-la de volta.

Quero crer que o Ministro José Dirceu venha sendo vítima desse fogo amigo. É preciso que o Palácio dê um basta nisso.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a, com sua fala pedagógica, lembrou outro fato importante: a mudança dos costumes. Concordo com V. Ex^a. Não podemos fazer comparações permanentes entre o atual Governo e o Governo do Presidente Fernando Henrique.

O Presidente Fernando Henrique morou na Europa, teve outra formação, outra criação. Governou o Brasil durante oito anos, e ninguém soube – e não sabe até hoje – quem foi ou quem é o alfaiate do Presidente da República. O Presidente Lula, um trabalhador, assumiu o Governo e virou moda um Sr. Ricardo Almeida, que é o alfaiate da grife presidencial. Outro dia li uma notícia num acreditado jornal paulista dizendo que, a partir do momento em que ele passou a ser alfaiate do Presidente da República, suas roupas triplicaram de preço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a pediu cinco minutos, dei cinco e mais dez. V. Ex^a merece.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou concluir.

V. Ex^a tem razão. Aquele agrupamento de militantes bravos que se reuniu no Hotel Torre, dividindo com quatro, cinco ou seis companheiros o apartamento, hoje se hospeda no hotel mais caro de Brasília. Quando ele falou do outro Fernando, que é anterior a esses fatos, tudo começou numa academia em que se juntavam à noite. Aí o fogo amigo começava a trabalhar contra o próprio Governo. A história todos nós sabemos.

Termino meu pronunciamento elogiando a foto publicada hoje, que retrata o gesto de carinho do Presidente Lula, a preocupação dele com D. Marisa. Isso me fez bem à alma. Não se preocupe, Dona Marisa, se o fogo amigo diz que a senhora manda no Presidente Lula. Continue mandando. Minha esposa, até determinado ponto, manda em mim com suas argumentações, com sua força, e aí de mim se, ao longo desses vinte e cinco anos, não tivesse ouvido seus conselhos e orientações. Pelo visto ela manda bem. Dona Marisa, vou lhe dar um conselho: guarde o lenço com que Lula enxugou do seu rosto o suor. Guarde-o e tenha-o como símbolo para evitar inclusive que a senhora tenha que enxugar as lágrimas causadas pelos próprios amigos que te cercam no Palácio do Planalto e se fazem companheiros de governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Sr^a Senadora Fátima Cleide e os Sr. Senadores Reginaldo Duarte, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Romero Jucá e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Rondônia, Estado mais promissor da Região Norte, sendo hoje o eixo principal de desenvolvimento da Amazônia Ocidental, é responsável pela interligação com o Acre, Amazonas e Roraima. A licitação da pavimentação da BR-319 – Porto Velho (RO) a Manaus (AM) – está na praça, e Rondônia liga-se ao Mato Grosso, na região central, por meio da BR 364, interligando-se assim ao Centro-Sul do País.

O meu Estado tem amplas possibilidades em sua economia, contribuindo de forma decisiva para o aumento da produtividade em nosso País. Temos o maior rebanho de gado da Amazônia Ocidental.

Rondônia conta com uma plantação de soja de altíssima produtividade e tem um dos principais portos para escoação de grãos da Região Centro-Oeste. Estamos solicitando ao Governo Federal a vistoria de nosso rebanho para que em futuro breve possamos exportar carne para a Europa.

Há três anos aproximadamente que Rondônia está preparado para a industrialização, mas infelizmente ainda não conseguimos sensibilizar indústrias de diversos portes para que façam seus empreendimentos no Estado por conta de certa desconfiança com relação à sustentabilidade energética do Estado.

Acreditamos que ainda permanece na memória de muitos o caos que era o Estado em relação a um dos principais insumos: a energia elétrica. Por vezes, ainda amargamos interrupções de energia que chegavam a 18 horas em algumas localidades, muito embora tivéssemos tecnicamente reserva em nossa geração, porém com uma confiabilidade discutível.

Diante disto, Sr^s. e Srs. Senadores, preocupa a proposta da Eletronorte de transferir três unidades geradoras de energia elétrica de Porto Velho para Macapá e Manaus, sendo duas turbinas de potência nominal 20 **megawatts**, modelo LM-2500, e uma turbina de potência nominal 40 **megawatts**, modelo LM-6000, ambas de fabricação General Electric.

Receamos que esta não seja, como afirma Nota do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia – Sindur, uma decisão técnica, porém política, pelos motivos expostos na nota encaminhada pelo sindicato:

O Sistema Macapá apresenta reserva técnica de geração de energia, pois na Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes estão instaladas três unidades geradoras, sendo que duas delas de 20 **megawatts** estão sendo modernizadas e recapitadas para 24 **megawatts** cada uma, com previsão da primeira unidade retornar para operação em abril de 2004, e a segunda unidade

para abril de 2005, e a terceira unidade, com potência de 30 **megawatts**, encontra-se em operação normal. Existe ainda em Macapá um Parque Térmico (Usina Térmica Santana) com potência nominal instalada de 124 **megawatts**, o que totaliza após a conclusão da recapacitação das unidades da UHE Coaracy Nunes, 202 **megawatts**.

Considerando que a média de ponta de carga nesse Sistema é de 90 *megawatts*, demonstra uma reserva técnica de geração de energia elétrica suficiente para o consumo do Sistema Macapá, mesmo quando a usina de Coaracy Nunes apresenta baixa afluência do rio Araguari.

Quanto à transferência da unidade geradora de potência nominal 40 **megawatts**, modelo LM-6000, de Porto Velho para Manaus, a diretoria da Eletronorte alega como motivo principal o vencimento do contrato do PIE (Produtor Independente de Energia) que tem capacidade de geração de 450 **megawatts** de energia, o que não irá resolver em nada, uma vez que a unidade geradora a ser transferida é de somente 40 **megawatts** nominal. A solução para Manaus é resolver o contrato do PIE e expandir o Sistema de Transmissão, porque tem cerca de 240 **megawatts** de energia elétrica na Usina Térmica de Mauá, que não podem ser distribuídas para a população daquela cidade por falta de capacidade do sistema de transmissão.

O exposto acima indica mesmo que a transferência das unidades geradoras de Rondônia para Amapá é para atender uma futura expansão do Sistema Amapá, em detrimento da redução da capacidade do Sistema Rondônia, o que tornará a geração de energia em nosso Estado mais vulnerável.

Isso porque, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Usina Hidrelétrica de Samuel, que tem capacidade instalada de 216 **megawatts**, na época de estiagem (verão) só tem capacidade de geração de 35 **megawatts** e, caso ocorra algum problema no Sistema de Transmissão que impeça o recebimento de energia da Termonorte e da Usina Hidrelétrica de Samuel para Porto Velho, a cidade sofrerá um apagão, porque hoje quando isso ocorre a cidade é abastecida pela Usina Térmica Rio Madeira, que está sendo transferida.

Além disso, queremos destacar que as unidades geradoras da Termonorte operam com óleo diesel especial, e que a Petrobras, apesar de toda a boa-vontade, tem apresentado dificuldades no fornecimento regular do mesmo.

Quando a Petrobras não consegue fornecer este combustível especial para a Termonorte, é a Usina

Térmica Rio Madeira (que está sendo transferida), que entra em operação, mantendo o suprimento de energia para Porto Velho.

Destacamos que esta usina, no decorrer do ano de 2003, operou freqüentemente, gerando um total de 43.683,86 **megawatts** para o sistema Rondônia, conforme Relatório Integrado do Desempenho Empresarial da Unidade de Negócios de Rondônia – 2003.

O excedente de energia que a Diretoria da Eletronorte diz ter em Rondônia é controverso, porque dos 715 *megawatts* de energia que estão instalados, somente 432 **megawatts** estão disponíveis para a população, uma vez que o contrato da Termonorte só garante 85% dos 404 megawatts de potência nela instalada, ou seja, garante por contrato 343 megawatts, e a Usina Hidrelétrica de Samuel, que tem 216 megawatts de potência instalada só gera 85 megawatts de potência média em função da baixa afluência do rio Jamary.

Não podemos desmontar um patrimônio que pertence à sociedade de Rondônia. Como legítima representante do Estado, peço aos dirigentes da Eletronorte uma reavaliação sobre esta decisão.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, não podemos, nem queremos correr o risco de ver os investimentos futuros saírem da pauta do planejamento traçado, e que este Governo tem o firme compromisso de cumpri-lo.

O gasoduto Urucu – Porto Velho está há pelo menos 5 anos atrasado em relação ao planejamento inicial A Interligação Ji-Paraná/Vilhena e Vilhena/Mato Grosso foi licitada e posteriormente cancelada, também atrasando o planejamento que garantia a interligação de Rondônia ao Sistema Nacional.

Estamos trabalhando junto à Eletrobrás E Anel e esperamos que em breve esta interligação seja uma realidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Amazonas está licitando a compra de 520 megawatts de energia. Por que não licita 100 megawatts com o compromisso de ser implementado ainda este ano? Por que a Eletronorte não desloca máquinas de Plantas Térmicas que estão no PPT para atender os Estados do Amazonas e Amapá, já que estas Plantas estão sendo remuneradas, mas não estão operando uma vez que a máquina prevista para ir para Manaus não resolverá o problema da cidade e muito menos do estado co-irmão?

Nos incomoda ainda investimentos em máquinas ultrapassadas para recomposição do Sistema do Acre, ou seja, quase 8 milhões de reais, quando nós do

Governo poderíamos pensar em alternativas que não inviabilizassem a receita do ICMS oriundo da compra de óleo, para o Governo Acre.

Acredito que se a Eletronorte repassasse o recurso ao Governo Estadual referente ao valor equitativo do ICMS, ficaria muito menor o seu prejuízo, algo entre seis e oito milhões de reais por mês relacionado ao não envio de energia contratada do Produtor Independente Energia, que a Eletronorte paga 85%, independente da utilização ou não da energia produzida pela Termonorte.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Rondônia precisa urgentemente apagar da memória dos possíveis investidores a idéia dos apagões que vivenciamos durante muitos anos e que as vezes ainda nos assusta e com certeza afastam futuros empreendedores.

Portanto, mesmo que os números se apresentem favoráveis à geração de energia em Rondônia, neste momento acreditamos que em breve precisaremos ligar mais de 100 megawatts, uma vez que esta demanda já se faz necessária, considerando que os Projetos Luz no campo, Prodeem e Luz para Todos, que visam diminuir significativamente as desigualdades regionais, ainda estão em ritmo lento no Estado.

Rondônia precisa da união de seus parlamentares. Por isso, peço a todos os parlamentares federais e estaduais que se engajem no pedido de reavaliação da decisão da Eletronorte de transferir o maquinário da usina do Rio Madeira.

Sabemos do empenho deste Governo em relação à Amazônia, com três Ministros de nossa região na sua administração, respeitamos e entendemos as necessidades do Estado do Amazonas, do Amapá e do Acre, mas é imprescindível encontrarmos um denominador para equacionar tais dificuldades.

Com certeza, a Eletronorte será sábia na decisão, e invoco ainda a sensibilidade da ministra Dilma Roussef para que não sejamos responsabilizados pelo retorno de uma qualidade irregular de energia no Estado de Rondônia, trazendo receio aos nossos potenciais investidores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “este é um governo que não rouba nem deixa roubar, afirma Dirceu”: Este é o título da matéria publicada no jornal **O Globo** de 23 de março do corrente, que reproduz trechos de entrevista concedida

pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, antes de sua participação em um evento realizado em São Paulo no último dia 22.

Na matéria, que solicito seja inserida nos anais do Senado Federal, o Ministro diz que não há denúncias de corrupção contra o governo, dá o caso Waldomiro por encerrado e afirma que o País não está paralisado, entre outras declarações.

Parece que o Ministro está falando de outro País, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Globo, 23-3-2004

FOGO AMIGO: CHEFE DA CASA CIVIL VOLTA A DEFENDER O COLEGA ANTONIO PALOCCI

‘Este é um governo que não rouba nem deixa roubar’, afirma Dirceu

Para ministro, caso Waldomiro está encerrado: ‘Durante 40 dias fui devassado’

SÃO PAULO. O chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse ontem que não há denúncias de corrupção contra o governo porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “não rouba nem deixa roubar”. Em entrevista antes de participar do Fórum **Globo News** – Inclusão Social e Desenvolvimento, realizado em São Paulo, Dirceu deu o caso Waldomiro por encerrado e admitiu que manteve relações políticas com o empresário Rogério Buratti, que teria sido indicado por Waldomiro para fazer uma consultoria de R\$ 20 milhões para a GTech, empresa que processa loterias para a Caixa Econômica Federal.

Dirceu voltou a defender a ação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Para ele, é preciso criar condições econômicas antes de mudar o modelo. A seguir, os principais trechos da entrevista:

PARALISIA: “O país está paralisado? Não vejo como pode estar paralisado se o Senado aprovou a reforma do Judiciário. Há quantos anos vocês ouvem falar em reforma do Judiciário? O governo está governando. Toda semana o governo toma importantes decisões e as aplica. Há uma irrealidade, um irrealismo, ou é discurso da oposição. Não existe nenhuma paralisia. Existem problemas políticos e administrativos que precisam ser resolvidos. Às vezes você tem

um problema administrativo, às vezes tem falta de recurso, às vezes um problema legal. Mas o governo tem capacidade e agilidade para resolver qualquer problema”.

CASO WALDOMIRO: “Não me incomoda e dou este assunto por encerrado. Fiquei inconformado por não ter me dado conta do que estava acontecendo. Mas já disse, este assunto está nas mãos da Justiça, do Ministério Público, da comissão de sindicância do governo. Durante 40 dias fui investigado, devassado, o governo também”.

CORRUPÇÃO: “Este é um governo que não tem uma denúncia de corrupção. Não rouba e não deixa roubar. Pelo contrário, está reorganizando a Corregedoria Geral da União, tem trabalhado com o Tribunal de Contas da União e com o Ministério Público. Em 15 meses de governo existe alguma denúncia de corrupção de ministros e agentes do poder público? Nem suspeitas. Não acho que (o caso Waldomiro) manche a imagem do governo ou do PT”.

ROGÉRIO BURATTI: “Ele trabalhou na Assembleia Legislativa, indicado pelo diretório do PT, com diversos deputados e inclusive comigo. Não comigo, mas na ligação do partido com o meu gabinete, como fez com outros deputados. Conheci Buratti em Osasco, ele era filiado e militante do PT, convivi com ele na década de 80 depois nunca mais tive relação”.

FUNCIONALISMO: “Estamos enfrentando duas greves, a da AGU (Advocacia Geral da União) e dos agentes da Polícia Federal. Mas resolvemos na quinzena passada e no mês passado, as greves da Anvisa e dos fiscais da Previdência. Existe a possibilidade real de o governo dar um aumento para os servidores públicos agora na revisão geral, um aumento razoável para a maioria dos servidores públicos frente à realidade do país e à inflação”.

FOGO AMIGO: “Eles (grupo de petistas que cobra mudanças na economia) não falam em nome do PT nem da bancada do PT. O que eles reivindicam? Redução mais acelerada da taxa de juros, diminuição do superávit fiscal e recomposição das reservas do país. As reservas estão sendo recompostas, eles mesmos reconhecem. Para reduzir juros e superávit precisa criar condições para isso. Não basta um ato de vontade política. Eles têm todo o direito de (criticar) de maneira transparente, pública e democrática do mesmo que eu estou respondendo de maneira pública e democrática e o ministro Palocci vai responder. Não vejo que sejam propostas insensatas. Os problemas são o timing e as condições do país para reduzir os juros e o superávit.”

PACOTES: “Se nós errarmos na redução dos juros e do superávit e o país tiver uma fuga de capitais ou um desequilíbrio, todos aqui se recordam do que aconteceu depois do Plano Cruzado, depois do Plano Collor e da mudança da política cambial em 1999”.

MODELO PERVERSO: “Se é verdade que o país tem um modelo econômico que é perverso, porque ele exclui, também é verdade que se está trabalhando para criar as condições para o país retomar o crescimento econômico. É preciso ver isto. O país terá condições de retomar o crescimento se nós persistirmos de uma maneira lenta e segura no caminho que estamos percorrendo. Precisamos ir mudando o modelo brasileiro. O país tem problemas graves, realmente, mas não podemos fazer aventuras nem pacotes. Porque o país já passou por milagres, pacotes e o final sempre foi trágico e quem pagou foi o trabalhador”.

EMPREGO: “O que o Brasil precisa é de geração de emprego e crescimento. Isso é que vai criar condições para uma distribuição de renda consistente no país. Agora, emprego não se cria só com desenvolvimento industrial e o crescimento do país. A pequena e média empresa e a agricultura familiar precisam ser sustentadas e apoiadas. O exemplo da agroindústria mostra que, para isso, é preciso crédito barato, abundância de crédito e uma estrutura tributária adequada”.

JUROS: “Reduzimos os juros, que estavam em 25% no 1º de janeiro (de 2003), para 16,25%, e eles vão continuar caindo. O próprio Márcio Cypriano, presidente da Febraban recém-empossado, disse que os juros podem ser de 13,5% no fim do ano. De maneira lenta e gradual, todos queremos a redução dos juros e o país tem que trabalhar para uma redução de superávit, mas para isso tem que administrar a questão da dívida externa.”

PIB: “Este ano teremos um crescimento, tenho certeza, de mais de 3,5%”.

RISCOS: “Para quem tem uma dívida de R\$ 1 trilhão, se não dermos garantias para os credores de que temos condições de pagar a dívida e houver uma fuga de capitais ou de poupança depois teremos que administrar essa fuga”.

DESAGRAVO: “Cancelei a participação no evento em Minas (que seria realizado ontem em Belo Horizonte). Primeiro porque Lula me convocou para ir a Brasília. Segundo porque era uma homenagem que começou a se transformar em ato de desagravo. Como nós já tínhamos dado orientação desde o começo de

não se fazer nenhum desagravo a mim, adiamos para que não haja nenhum mal entendido”.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) –

COMBATE À FOME MALTRATADO

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dom Mauro: Combate à Fome é o Programa Mais Maltratado”, publicada no jornal **O Globo**, de 20 de março do corrente.

A matéria reproduz as críticas do presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas e bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, à cerca dos programas de combate à fome do governo Lula.

Segundo Dom Mauro, sem um projeto de trabalho e sem um novo modelo de distribuição de renda será muito difícil conter a insatisfação da população.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Globo, 20-3-2004

DOM MAURO: COMBATE À FOME É O PROGRAMA MAIS MALTRATADO

Bispo de Caxias diz que Lula prioriza estabilidade econômica

RECIFE. O presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas e bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, acusou ontem o governo federal de engessar o país, ao adotar como prioridade a estabilização econômica. Ele afirmou que sem um projeto de trabalho e sem um novo modelo de distribuição de renda vai ser muito difícil conter a insatisfação da população. Para Dom Mauro, não é mais possível suportar a situação.

Dom Mauro criticou o fato de o governo não ter um plano de segurança alimentar e disse que o combate à fome é o programa mais maltratado na administração federal. Ele voltou a criticar a criação de um ministério para cuidar da fome:

– Era realmente necessário ter uma secretaria especial que ficasse responsável pelo planeamen-

to. Essa secretaria não precisaria de um tostão para distribuir um quilo de arroz, porque sua missão seria articular os ministérios no combate à fome. É impossível combater a fome com rigor com um ministério que sai desovando projetos sociais. Toda a máquina, toda a estrutura pública tem que estar associada e voltada para isso.

Ana Fonseca rebate as críticas de Dom Mauro.

Dom Mauro fez as declarações na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que termina hoje em Olinda. Ele, que sempre criticou o ex-ministro da Segurança Alimentar José Graziano, lamentou a forma como ele foi demitido e disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria ter ouvido o Consea.

– Infelizmente o governo faz o que quer, quando quer. Nas eleições, nós faremos o que queremos – advertiu Dom Mauro.

A secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, Ana Fonseca, rebateu as críticas de Dom Mauro. Ela disse que o governo participa com mais de 150 técnicos de diversos ministérios da conferência em Olinda. Ana Fonseca afirmou ainda que no primeiro dia de debates, cinco ministros estiveram presentes ao evento.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PRESSÃO MILITAR

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna nesse momento para comentar o artigo intitulado “Gritou, levou”, publicado no **O Globo** de 9 de abril do corrente.

O artigo, que solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, mostra que os militares tiveram que “colocar pressão” no Executivo pra conseguirem o tão esperado aumento salarial.

Depois de ter sido negado pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, o “sonhado” aumento vai sair, afirma o “encurralado” presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que inclusive, segundo o Ministro da Defesa José Viegas, decidirá quando será pago e o percentual do reajuste.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR SÉRGIO GUERRA:

O PAÍS

Gritou, levou

Depois da pressão dos militares,
Lula acena com aumento salarial ainda este ano

Crisis e Jungblut
BRASÍLIA

O governo mudou de tom ontem e os militares devem ter recebido este aumento salarial ainda este ano. Depois de uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Defesa, José Viegas, deixou claro que os militares terão reajuste salarial. Viegas disse que o presidente garantiu que as Forças Armadas não ficarão frustradas e terão reajuste semelhante ao dos servidores civis. Na véspera, depois de um encontro com o ministro Guido Mantega, Viegas admitiu que os militares ficarão com o aumento este ano. Mantega tinha avisado que não havia aumento. Mas os comandantes da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Carlos Bueno, e da Marinha, e o almirante Roberto Guimarães Carvalho, advertiram que a insatisfação com a política salarial do governo crescia entre os militares. Segundo o almirante, o quanto poderia agradar-se se somente os servidores civis tivessem reajuste.

"Saia confiante da reunião"

• Viegas disse que a decisão de quando será pago o percentual

do reajuste será do presidente Lula. Segundo ele, o presidente frisou que os percentuais não devem ser iguais aos dos civis, aos quais o governo já ofereceu aumentos de até 32,27%, dependendo da categoria.

— Saio da reunião confiante de que vamos encontrar uma solução justa, digna e que manterá o poder de compra dos integrantes das Forças Armadas. O presidente deixou claro que as Forças Armadas não ficarão frustradas. O presidente tem total apreço pelas Forças Armadas e sabe o seu valor — disse Viegas.

Ele admitiu que não poderia ser dados os mesmos reajustes a militares e civis, numa comparação linear, porque as duas categorias têm datas-bases diferentes e porque o funcionalismo civil terá índices de reajuste diferenciados:

— Nunca descartei que em 2004 começaria a ser dada alguma coisa. O presidente Lula frisou que os militares terão tratamento absolutamente compatível com o dos civis. De maneira que não haverá tratamento desigual. Mas isso quer dizer que eles terão o mesmo tratamento conceitual. O presidente tomará a decisão no seu momento a respeito dos ritmos e dos quantitativos (do reajuste) — disse Viegas.

OPINIÃO

EXEMPLO

• A FORMA desastrosa com que o governo administrou na quarta-feira o problema do soldo dos militares deve ter causado dissabores ao secretário de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken.

NAQUELE MESMO dia, Gushiken, numa solenidade em comemoração pelo Dia do Jornalista, resolvera dar uma lição aos profissionais. "O povo tem necessidade de saber dos empreendimentos positivos", filosofou. Não foi preciso alertar o secretário que a imprensa procura apenas registrar aquilo que ocorre na vida real.

NO CASO do salário do funcionalismo público, a notícia que o governo produziu enquanto Gushiken distribuía conselhos se tornou mítica. Os militares e os servidores civis haviam recebido uma proposta de aumento de até 32,27%. E aos militares era dito que teriam de esperar mais um ano sem reajustes.

O PRÓPRIO secretário deve ter admitido que essa decisão não pode ser considerada um empreendimento positivo do governo.

"O presidente frisou que os militares terão tratamento absolutamente compatível com o que está sendo dado aos civis, de maneira que não haverá tratamento desigual"

"Vivemos num ambiente democrático, de modo que não tenho de dar lição a ninguém. Minha contribuição é para que o assunto seja resolvido com toda a serenidade"

JOSÉ VIEGAS
Ministro da Defesa

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma organização muito pouco comentada, apesar da extrema importância que apresenta para o desenvolvimento da Amazônia, é a Comara (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica). Criada pelo Decreto nº 40.551, de 12 de dezembro de 1956, para planejar, conservar e equipar os aeroportos da Região Amazônica, a Comara é subordinada ao Comando da Aeronáutica.

Em seu quase meio século de atividades, “foi responsável pela construção e recuperação de mais de 150 pistas, além de viabilizar mais de 70 obras de reformas de instalações aeroportuárias e vias públicas”, de acordo com informações disponíveis na página da organização na Internet. A Comara tem sua sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, mas sua ação se faz sentir em todo o imenso território amazônico.

Numa época como a que estamos atravessando, em que os meios de comunicação não se cansam de falar dos números e das porcentagens de desempregados em nosso País, a Comara, orgulhosamente, pode apresentar-se como a responsável por gerar cerca de mil empregos qualificados, orientados para uma administração moderna, com ênfase no planejamento administrativo, logístico e de engenharia.

Essa organização elabora um relatório anual, denominado **Comara em Revista**, pela qual abordarei algumas realizações noticiadas nos dois últimos números. Isso deve servir para que tenhamos uma idéia da grandeza e da importância dessa instituição para a Amazônia, para o desenvolvimento de sua imensurável potencialidade. No número 46, estão relatadas as atividades desenvolvidas em 2002 e, no número 47, as atividades desenvolvidas em 2003.

O fato mais marcante, no decorrer do ano de 2002, provavelmente foi a Comara ter sido agraciada com a insígnia da Ordem do Mérito Aeronáutica, maior honraria do Comando da Aeronáutica, como reconhecimento pelo trabalho nos, então, 46 anos de existência.

Apesar de grande parte do transporte ser feito por via aérea no território amazônico, a Comissão marca presença importante também no meio aquático, no auxílio e fornecimento de transporte fluvial. Daí, a Comissão ser a responsável por uma significativa frota de balsas e empurradores fluviais. Além da manutenção da frota existente, em novembro de 2002, foi iniciada a construção de dois empurradores, de 14 metros de comprimento entre perpendiculares e 1,60 metro de calado, com capacidade de empurrar balsas com até 1.200 toneladas de carga; de dois empurradores para balsas, com 11 metros de comprimento total e 1 metro de calado, para balsas com até 800 toneladas de car-

ga; e de 2 balsas de 45 metros de comprimento, 13,5 metros de boca moldada e 1,70 metro de calado, com capacidade de até 600 toneladas de carga.

Também foram reformados o depósito e o prédio da Administração do Destacamento da Comara em Manaus, elevando a capacidade de armazenagem e melhorando as condições do hotel de trânsito, o que se reflete em maior conforto dos militares que aí se hospedam, partindo para as obras ou retornando das mesmas.

Quanto aos aeroportos, objeto vinculado especificamente à Aeronáutica, foram várias as realizações:

Em Caracaraí, Roraima, conclusão da pista de pouso, em asfalto, com 2.500 por 45 metros, com balizamento noturno e drenagem, possibilitando a utilização para aeronaves até Boeing 737-400, como alternativa a Manaus e a Boa Vista nos vôos de aviação comercial.

Em Eirunepé, Amazonas, Município situado no extremo oeste do País, ampliação e reforço do pavimento do aeródromo. A pista de 1.600 metros por 30 passará a ter 2.300 por 45 metros. Se, anteriormente, era possível receber até aviões do porte do C-130 (Hércules), passará a poder receber até aviões do porte do Boeing-707.

Em Ipiranga, Município de Santo Antônio do Içá, Estado do Amazonas, na fronteira com a Colômbia, ampliação do aeroporto já pavimentado de 1.200 por 23 metros para 1.500 por 30 metros, e outras obras relacionadas a manobras e estacionamento.

Além dessas obras significativas, a Comara foi chamada a executar outras obras complementares imprescindíveis ao funcionamento do SIVAM, como pátios para estacionamento das novas aeronaves, hangares, drenagem e sinalização, em Boa Vista, Roraima; e em Manaus e em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Esta é apenas uma pequena amostra do trabalho desenvolvido pela Comara em 2002. Não seria possível, neste curto espaço de tempo de que disponho, esmiuçar as numerosas realizações dessa instituição.

Em 2003, também há fatos importantes a serem ressaltados nas realizações da Comara.

No dia 25 de fevereiro, na Base Aérea de Belém, deu-se a solenidade de passagem de comando do Primeiro Comando Aéreo Regional e da Presidência da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, do Major-Brigadeiro-do-Ar Carlos Augusto Leal Velloso para o Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto Pires Rolla, em cerimônia presidida pelo Comandante-Geral-do-Ar, Brigadeiro-do-Ar, José Carlos Pereira.

Entre as tarefas executadas neste ano, uma obra de extrema importância que merece destaque foi a re-

cuperação do aeródromo de Maturacá, localidade que pertence ao Município de São Gabriel da Cachoeira, próximo à tríplce fronteira Brasil/Venezuela/Colômbia. Esse aeródromo tem um grande valor estratégico, fundamental para atender a operações militares emergenciais.

Infelizmente, o contingenciamento dos recursos orçamentários, que significou corte de dois terços para as ações da Comara, obrigou a uma grande reformulação das ações para o ano de 2003. Por isso, tiveram de ser priorizadas as obras já em andamento, para que pudessem ser concluídas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inegável a importância da Comara para a soberania na região amazônica. Aqui, vale indagar qual empresa se aventuraria a prestar os serviços que ela desenvolve na Amazônia, com a qualidade e os custos reduzidos que ela apresenta! É de se imaginar a quantidade de pessoas beneficiadas por essas atividades, vivendo em uma região em que há tanta dificuldade de locomoção!

Tudo isso só é possível porque a Comara é dotada de pessoal técnico especializado, tecnologia e equipamentos especiais para pesquisa, extração e beneficiamento de areia, seixo, solo laterítico e brita, insumos indispensáveis à realização dos serviços de terraplenagem, concretagem e asfaltamento. Imaginem os nobres Colegas o desenvolvimento de todas essas atividades em plena selva amazônica! Que empresa particular se aventuraria?

É difícil estabelecer o real valor do trabalho que a Comara desenvolve na Amazônia, principalmente se levarmos em conta as condições extremamente adversas que seus quadros enfrentam para execução dos serviços, desde o acesso para o maquinário, obtenção da matéria-prima, até o elevado nível pluviométrico, entre outras.

São brasileiros como os integrantes dessa instituição que ajudam a manter este imenso território íntegro. Por isso, o mínimo que devemos a eles é o reconhecimento, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa informou ontem que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação para obrigar o Congresso Nacional a instalar uma comissão que realize uma auditoria da dívida externa do País.

Trata-se, sem dúvida, de uma grande iniciativa de vez que a dívida externa brasileira cresceu de US\$148 bilhões, quando FHC tomou posse em janeiro de 1995, para 241 bilhões de dólares, em dezembro de 1999. Esse crescimento de 62% na dívida externa ocorreu mesmo tendo o Brasil pago, entre juros, amortizações e rolagem, mais de US\$186 bilhões no período.

O Presidente da OAB, Dr. Roberto Busato, lembrou que essa auditoria está prevista na Lei 9.882/99. Essa lei, por sua vez, exige que o Congresso Nacional aplique o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O que diz esse dispositivo? Diz que, no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, que ocorreu em outubro de 1988, o Congresso Nacional deveria promover, por meio de uma comissão mista, uma auditoria sobre os fatos geradores da dívida externa brasileira.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tomou esta importante decisão tendo conta sugestão que foi feita pelo Conselheiro Federal pela Bahia, Dr. Arx Tourinho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no seu voto, o Conselheiro Arx Tourinho diz que a Assembleia Nacional Constituinte “entendeu indispensável a realização de um exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento nacional, para se ter a compreensão exata da realidade”.

O Conselheiro Arx Tourinho lembra que essa norma resultou “de destaque, apresentado pelo Deputado Federal constituinte Hermes Zanetti”.

O Deputado Hermes Zanetti, excelente parlamentar gaúcho, é atualmente o meu primeiro suplente.

O Conselheiro Arx cita a justificativa apresentada pelo deputado Zanetti, que então dizia: “Entendo que o Congresso Nacional deve realizar uma auditoria, um exame pericial e analítico dos atos e fatos constitutivos da dívida externa brasileira, pois esta dívida não é meramente uma questão financeira e contábil. Ela é, acima de tudo, uma questão política e, por isso mesmo, o Congresso Nacional, como expressão maior da vida política brasileira, deve realizar esta auditoria... Peço a aprovação desta emenda, porque ela também traz no seu bojo a recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional. A dívida externa brasileira foi constituída ao arpejo do Congresso Nacional e da determinação do art. 44, inciso I, da Constituição Federal vigente, que determina que o Presidente da República pode assinar atos de repercussão internacional, ad referendum do Congresso Nacional – referendun que nunca busaram para a constituição da dívida externa alguns dos Presidentes da República durante todo o período sem que a dívida foi constituída.”

O Conselheiro baiano na OAB acrescenta também no seu voto que, quando se discutia a matéria, no âmbito da Constituinte, o Deputado Federal constituinte Aldo Arantes, hoje Ministro da Articulação Política, declarou naquela ocasião: “Srs. Constituintes, fui membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a dívida externa na Câmara Federal durante a legislatura passada. O Congresso perdeu as suas prerrogativas durante a ditadura militar; as Comissões parlamentares de inquérito não tinham a força que deveriam ter num Parlamento democrático; a CPI, sob a direção de companheiros competentes, chegou a identificar questões extremamente graves como as expostas no Relatório Saraiva. Solicitou a íntegra do Relatório Saraiva ao então Ministro do Exército, que não fez questão que esse texto chegasse ao conhecimento da CPI...” Srs. Constituintes, conhecemos a dimensão da dívida externa brasileira. Sabemos que ela decorre fundamentalmente do aumento exorbitante das taxas de juros no mercado internacional. Também sabemos que o aumento das taxas de juros decorreu da decisão unilateral dos grandes banqueiros internacionais. De tal forma que o Brasil, que em 1968 pagava cento e quarenta e oito milhões de dólares de juros da dívida externa, em 1982 estava pagando onze bilhões de dólares, Sabemos que isso foi fruto da crise do petróleo, e sobretudo do déficit público norte-americano, de medidas adotadas pelos Estados Unidos no sentido de repassar suas dificuldades, suas crises para os países do Terceiro Mundo”

E diz mais adiante o Conselheiro Arx Tourinho: “A responsabilidade, entregue ao Congresso Nacional, foi impiedosamente afastada por mãos covardes, que se deleitam com uma perversa realidade. Não é aceitável, não é admissível que o próprio Congresso Nacional seja o primeiro a desrespeitar a Constituição brasileira. Aliás, os poderes públicos são os primeiros a violentarem as normas constitucionais, com a prática de um desprezo ilícito, por vezes criminoso, ao Documento máximo que rege a ordem jurídica brasileira.

A dívida externa brasileira não é algo que deva ser aceito, sem análise adequada e percuente. Não se pode deixar o povo, sofrendo as conseqüências de uma perversa política econômico-financeira, que privilegia o mercado financeiro internacional, em detrimento da vida de milhares de brasileiros”.

O Conselheiro da OAB transcreve no seu voto uma declaração do professor Reinaldo Gonçalves, titular de Economia Internacional da UFRJ, que afirma: “A dívida externa é uma forte restrição ao processo de desenvolvimento. Certos modelos econômicos indicam que a poupança externa pode ser um elemento

dinamizador da cumulação de capital e do progresso técnico em uma fase inicial. Segundo essa visão, a poupança externa permite aos países atingir estágios mais avançados de desenvolvimento. Nesses estágios, o maior nível de desenvolvimento e de competitividade internacional gerará os recursos externos necessários para o pagamento da dívida contraída na fase inicial. Esse modelo é tão simples quanto irrealista”

E lembra a defesa de auditoria de dívidas externas de países subdesenvolvidos pedida pelo peruano Oscar Ugarteche, responsável técnico pela análise de dívidas, nos governos de Anastácio Somoza, na Nicarágua, e de Fujimori, no Peru, que disse: “ Um tema recorrente na literatura da última década é o das dívidas odiosas e inválidas. O que se constitui, como se reconhecem e o que ocorre com a corrupção? A dívida odiosa é a que foi contratada para subjugar o povo. Está normalmente relacionada ao financiamento das armas que são utilizadas contra a população. Evidentemente, há muito mais problemas além destes e se poderia estendê-los aos créditos que foram tomados com finalidades distintas daquelas para as quais foram contratados, em que o credor teria a obrigação e o direito de saber para onde foram os recursos e como foi feita a intermediação. O problema tem vários aspectos: (a) como se identifica para onde foi o dinheiro?; (b) como se identificam os desvios?; (c) a que tribunal se apela quando se encontram as pistas? O princípio é que a corrupção tem dois lados; um está no âmbito político e o outro no âmbito privado, ou ambos podem estar no âmbito provado.”

Dez motivos exigem a análise da dívida externa, diz o Conselheiro Arx Tourinho.

Um: necessidade de conhecer e tornar público o que ocorreu no passado;

dois: evitar a impunidade de quem cometeu delitos econômicos ou se beneficiou da dívida externa;

três: ser um instrumento eficaz de denúncia que permita exigir as responsabilidades de quem errou no uso dos recursos públicos, o que será um incentivo para a correta gestão e utilização de qualquer endividamento futuro;

quatro: oferecer um espaço de segurança jurídica, um ambiente “amigável ao mercado” para todos os interessados em participar ou investir, de modo a garantir que suas operações não têm um risco político, embora para alguns agentes do mercado isto signifique perder um “privilégio político”;

cinco: desmascarar as avaliações produzidas pelas entidades que se dedicam à classificação de risco. Com frequência, essas

entidades – as classificadoras do chamado “risco-país” – são precisamente as que criam níveis exorbitantes de alarmismo, modificando a percepção dos próprios investidores, governos e instituições internacionais;

seis: dar um passo imprescindível para superar o Clube de Paris, pois o mesmo se ampara na existência de um contexto de confiança entre todos os países, o que torna válido negociar em um foro fechado e sem personalidade jurídica;

sete: tornar possível convocar tribunais de arbitragem ou instâncias independentes de resolução de contenciosos sobre dívida; as informações decorrentes das auditorias seriam uma condição **sine qua non** para esta medida;

oito: pressupor uma participação cidadã em aspectos cruciais que habitualmente os governos reservam para si mesmos; tratar-se-ia, portanto, de um exercício democrático muito importante tanto para a cidadania como para o país, ao abrir as portas ao povo; marcaria o início de uma nova etapa na vida democrática;

nove: emitir um sinal, para o exterior, de que o mundo em desenvolvimento dá um basta e não suportará qualquer imposição ou proposta sobre a dívida sem analisar suas contas; seria um indicador de que se chegou a um limite tanto para os governos como para a cidadania; e

dez: começar um processo que possa resultar em uma redução dos montantes pendentes da dívida, de acordo com o direito, ou seja, não como uma concessão dadivosa dos credores, mas como um ato de justiça”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante lembrar que, no segundo semestre do ano 2000, a CNBB realizou o Plebiscito Nacional da Dívida Externa. Votaram, ao todo, 6.030.329 pessoas ou 5,7% do eleitorado brasileiro.

Os números: 5.646.862 responderam “não” á manutenção do acordo com o FMI; 5.765.954 disseram que o país não deveria pagar a dívida externa sem antes fazer uma auditoria nela e 5.768.563 responderam que os governos federal, estaduais e municipais não deveriam continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz incontáveis discursos sobre a questão da dívida brasileira, tanto interna quanto externa. Creio que, enquanto essa

questão não for equacionada, estará comprometido o crescimento da economia brasileira. A análise aprofundada da dívida externa certamente nos trará alguma surpresa. Eu gostaria de saber, por exemplo, quantas vezes já pagamos essa dívida, considerando o dinheiro gastamos com juros.

Estou certo de que o STF fará com que o Congresso Nacional constitua essa comissão mista.

Aliás, por falar nisso, devo lembrar que se encontra no Supremo um pleito levado por mim e pelo senador Jefferson Péres no sentido de que a Presidência do Senado seja obrigada a indicar os membros da CPI que investigará o caso Waldomiro.

Trata-se, no fundo, da mesma exigência: fazer com que o Congresso Nacional cumpra com o seu dever, cumpra o que estabelece a lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 41 minutos.)

Ata da 39ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Augusto Botelho*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Geraldo Mesquita Júnior – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – João Ribeiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marcos Guerra – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Serys Slhessarenko – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A lista de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 448, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003 que, “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham caféina indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa subs-

tância.”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em 19 de abril de 2004. – **Osmar Dias.**

REQUERIMENTO Nº 449, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004 que, “Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em 19 de abril de 2004. – **Osmar Dias**

REQUERIMENTO Nº 450, DE 2004

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea o, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30 de 2004, além da Comissão de Assuntos Sociais, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Leonel Pavan.**

REQUERIMENTO Nº 451, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre os Projetos de Lei do Senado de nºs 136/2000 e 155/2000, seja ouvida também, a Comissão de Educação, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Ideli Salvatti, Líder do PT.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, Item 12, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 452, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens

pelo falecimento de Lélia Abramo, ocorrida no último dia 9, aos 93 anos de idade: **a)** inserção em ata de voto de profundo pesar e **b)** apresentação de condolências à família.

Atriz e militante política, foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores e sempre esteve à frente dos mais importantes movimentos político-sociais brasileiros.

Sua história de vida confunde-se com sua história política e profissional, era uma mulher apaixonada por tudo o que fazia. Sua morte deixa um vazio entre todos os que lutam e acreditam num Brasil digno e justo.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2003. – **Ideli Salvati**, Líder do Bloco de Apóio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência recebeu, dos participantes do II Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais, manifestações sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 284 e 285, de 2003.

A matéria, reunida em Processo Especial, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para conhecimento dos respectivos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Antes de conceder a palavra aos oradores inscritos, desejo esclarecer ao Plenário que a Senadora Heloísa Helena e os Senadores Mozarildo Cavalcanti e João Ribeiro estão inscritos para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para dar oportunidade à Senadora Serys Slhessarenko, falarei como Líder, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, a Senadora Serys Slhessarenko fica inscrita em segundo lugar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço minha inscrição. Sei que ficarei como suplente, mas, gostaria que V. Ex^a garantisse a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será o primeiro suplente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para lembrar que, como V. Ex^a já mencionou, também estou inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode falar. Já está com a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não, ainda há inscritos. Falarei para uma comunicação inadiável, mas, se V. Ex^a quiser conceder-me a palavra como Líder de meu novo Partido, poderei falar logo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É que estava tão ansioso para ouvir a fala de V. Ex^a que confundi.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Muito obrigada, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder. Em seguida, falará o Senador Mão Santa, como inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava inscrito para fazer uma comunicação inadiável. No entanto, para dar oportunidade à Senadora Serys Slhessarenko, pedi a palavra como Líder.

Para o meu Partido, principalmente em Roraima, é uma honra a notícia que quero dar neste momento. Falo da eleição de Catarina Guerra, uma estudante de medicina roraimense que obteve a quarta colocação no concurso Miss Brasil, realizado quinta-feira passada em São Paulo. Faço este registro como uma homenagem às mulheres de Roraima e às mulheres do Brasil como um todo.

Muitas vezes, julga-se o concurso para Miss Brasil uma futilidade, uma forma de a mulher exibir sua beleza exterior. Como bem disse a candidata colocada em quarto lugar, Catarina Guerra, o importante é registrar

que – ela é estudante de medicina – há várias candidatas com nível superior. Esse fato demonstra que a mulher não se impõe só por sua beleza, mas também por suas qualidades intelectuais. Como roraimense, sinto-me muito orgulhoso de fazer este registro.

O meu Estado tem sido manchete nos noticiários nacionais somente, ou na maioria das vezes, por fatos ruins, e essa é uma notícia agradável de comunicar ao Brasil. Também aproveitei a oportunidade para parabenizar Catarina e seus familiares por essa importante conquista.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, peço que considere como lido um pronunciamento que encaminharei à Mesa.

Registro, agora de maneira desconfortável, que outra roraimense, no caso uma índia nascida na Guiana Inglesa, mas que possui documentação brasileira, foi à Organização dos Estados Americanos, OEA, denunciar o Governo brasileiro por, segundo ela, maus-tratos aos índios. Importante frisar, nessa denúncia, que ela foi secundada por uma ONG americana chamada Rainforest Foundation.

Analiso essas questões e quero ressaltar que só no meu Estado, onde essa índia representa o Conselho Indígena de Roraima, existem 32 reservas indígenas demarcadas. O Presidente Lula, depois que assumiu seu mandato, já demarcou cinco reservas indígenas no meu Estado. Portanto, essa é uma denúncia mentirosa, que carece de fundamentos e que macula a imagem do Brasil. Com tal denúncia, pretende-se pressionar o Presidente Lula a demarcar uma reserva no meu Estado, a reserva Raposa Serra do Sol. É lamentável o emprego desses mecanismos, sem levar em conta sequer a imagem do País, podendo até manchá-la, usando, o que é pior, mentiras comprovadamente constatadas.

Encaminho à Mesa o pronunciamento que peço seja dado como lido.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.**

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, inconformada com a demora na homologação das terras indígenas na região Raposa/Serra do Sol, em Roraima, uma índia do povo wapichana apresentou denúncia à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA, contra o Governo brasileiro. Com a denúncia, apresentada em conjunto com a ONG americana Rainforest Foundation, a índia Joênia Batista Wapichana – advogada, e não por acaso assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima – CIR, quer que a OEA

pressionasse o Governo brasileiro a homologar rapidamente a demarcação de 1,7 milhão de hectares para os povos indígenas daquela região.

Caso a denúncia atenda aos critérios da OEA, e não havendo uma solução negociada entre as partes envolvidas, o Governo brasileiro pode ver-se na contingência de ter que responder a uma ação na Corte Interamericana de Justiça.

Essa denúncia, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz parte de uma grande orquestração que tem por objetivo coagir o Governo brasileiro a homologar as terras indígenas nas condições ditadas por entidades religiosas e ONGs que atuam naquela região. Esses grupos, sob o pretexto de defender os direitos dos índios, pleiteiam que a reserva Raposa/Serra do Sol seja homologada como área contínua, somando nada menos que 1,7 milhão de hectares para cerca de 15 mil índios que ali vivem dos povos Wapichana, Macuxi, Ingaricó, Patamona e Taurepang.

É de se observar, Sr. Presidente, que, entre os próprios índios que habitam aquela área, não há consenso a esse respeito; ou, para melhor esclarecimento, a grande maioria dos índios que ali vivem tem se manifestado, inclusive em plebiscitos, favoravelmente à homologação em ilhas, o que equivaleria a uma redução de aproximadamente 15% da área demarcada. Esse ponto de vista é compartilhado também por representantes das Forças Armadas, empresários, governantes e pela imensa maioria da população civil.

Nenhuma dessas categorias, Sr. Presidente, opõe-se à homologação da reserva. Pelo contrário, o direito dos índios é reconhecido unanimemente pela sociedade roraimense, que, entretanto, questiona os critérios a serem empregados nessa tarefa. Entre outros motivos, a homologação em ilhas evitaria a repetição de erros como o ocorrido na demarcação da área São Marcos, onde índios que já viviam um processo de aculturação relativamente adiantado foram isolados do convívio com os não-índios. No caso da reserva Raposa/Serra do Sol, as comunidades indígenas há muito interagem com o restante da sociedade e não desejam esse isolamento.

O simples e precipitado anúncio da homologação da reserva em área contínua bastou para que a sociedade roraimense se mobilizasse e divulgasse o Manifesto pela Refundação de Roraima. No documento, os signatários criticam a proibição de atividades produtivas em mais de dois terços do território de Roraima, graças a uma “equivocada e míope estrutura jurídico-fundiária que criou áreas de proteção ambiental e reservas indígenas de proporções reconhecidamente exageradas”.

Os signatários, cobertos de razão, acusam ONGs e outras entidades, nacionais e estrangeiras, de promover uma orquestração para colocar interesses escusos acima dos interesses da sociedade e das prerrogativas do Poder Público.

De fato, Sr. Presidente, a homologação da reserva, na forma como pretendem os falsos ambientalistas, privaria o Estado de Roraima de desenvolver atividades produtivas naquela área, o que configura um absurdo, se considerarmos que apenas sete milhões de hectares, dos 22 milhões que perfazem o território de Roraima, são terras livres.

As razões citadas pelas autoridades estaduais, pelos empresários, pelos moradores em geral, aí incluída a maioria dos índios, são corroboradas pelas verificações feitas *in loco* pelos Colegas integrantes da Comissão Temporária Externa do Senado Federal, constituída com essa finalidade, a qual tenho a honra de presidir, e também pelos Parlamentares que integram comissão idêntica na Câmara dos Deputados.

Após exaustivos estudos, entrevistas, audiências e visitas ao local, o Relator da Comissão nesta Casa, Senador Delcídio Amaral, enfatiza: “Realmente, a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol de forma contínua provocaria dificuldades praticamente incontornáveis para a subsistência dos casais interétnicos formados na área em decorrência da consolidada interação social ali existente”.

Aliás, as dificuldades de integração étnica que ali se observam não ocorrem entre índios e não-índios, mas entre os próprios povos indígenas – mais especificamente, os Ingarikó, que não mantêm relações amistosas com as demais etnias, justificando, nesse caso, a demarcação de um território em separado, e não de forma contínua, como vêm apregoando os falsos ambientalistas.

Em relação às demais etnias e aos habitantes não índios, a demarcação em ilhas não é contestada, e isso foi comprovado pela Comissão Especial desta Casa, como aponta o Relator, Senador Delcídio Amaral: “(...) o que permite a convivência de povos distintos em um hábitat que não dispõe de fronteiras – o que justificaria uma demarcação contínua, em área única – é, precisamente, a identidade cultural, que se reconheceu, na visita desta Comissão Externa, não haver entre as etnias Macuxi, Ingarikó, Taurepang, Wapixana e Patamona. As semelhanças quanto à organização social, aos valores, às crenças e à cosmologia não garantem, por si sós, essa possibilidade.”

Essa constatação encontra amparo também no plebiscito realizado para saber a opinião dos moradores sobre a emancipação do Município de Uiramutã, que fica no território demarcado. Dos 1.096 votantes,

63% do eleitorado local, nada menos que 1.089 foram favoráveis à emancipação do município. Em alguns casos, essa preferência foi surpreendente, como na aldeia Maracanã, em que todos os 40 eleitores inscritos votaram pela emancipação; e até mesmo na vila Socó, onde mora a maioria dos índios ligados ao Conselho Indigenista de Roraima – CIR, 185 dos 222 eleitores votaram pela emancipação de Uiramutã. Cabe lembrar aqui que, das quatro principais associações indígenas de Roraima, a CIR é a única que defende a homologação em área contínua. As demais, Associação dos Povos Indígenas de Roraima, Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima e Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima, defendem a convivência pacífica entre índios e não índios na região.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a homologação da reserva em forma de ilhas se impõe tanto pela interação já consolidada entre os índios e os não índios da região, quanto pela possibilidade de o Estado de Roraima, resgatando suas prerrogativas, realizar, lá, um programa de desenvolvimento sustentável que possa melhorar as condições de vida de toda a população.

Além disso, não podemos esquecer as razões que se alicerçam na defesa da soberania, visto tratar-se de uma longa faixa de fronteira, numa região explosiva, que convive com a proximidade de guerrilheiros e de narcotraficantes. Ouvido pela revista **Istoé**, em sua edição de 14 do mês corrente, Geraldo Cavagnari, Coronel da reserva e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas – Unicamp, é peremptório: “Nenhum país do mundo concede soberania a qualquer povo, indígena ou não, numa área de fronteira”.

Em outro trecho, o General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, presidente do Clube Militar, e com a autoridade de quem foi comandante militar da Amazônia, lembra que o Norte “é a parte mais desguarnecida do País”. “Há um enorme vazio, de 1,6 mil quilômetros na fronteira amazônica, sem nenhuma presença do Estado” – assinala.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao encerrar este pronunciamento, quero apelar ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que não se deixe influenciar por denúncias sem fundamento como a que foi apresentada à OEA – entidade que certamente receberá informações seguras e embasadas do Governo brasileiro. Ao mesmo tempo, peço a atenção e o apoio dos nobres Colegas desta Casa, para que o Presidente da República possa decidir sobre a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol com serenidade e na hora certa, de forma a atender à comunidade indígena sem,

entretanto, obstruir o desenvolvimento da região, sem engessar a Administração Pública e sem submeter os grandes interesses nacionais aos interesses espúrios de alguns grupos ali atuantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma – PFL – SP) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, primeiro inscrito, que dispõe de vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem ao sistema de comunicação do Senado Federal, Senadora Heloísa Helena, um dos privilégios de estar nesta Casa é vê-la falar. Todos nós aprendemos – o Brasil todo aprende. Aprendemos e acreditamos.

A Senadora Heloísa Helena foi quem mais invocou Deus nesta Casa durante seus pronunciamentos. Então, falarei aqui sobre matéria publicada por um jornal do Estado do Piauí, o **Meio Norte**, beleza de jornal, que traduz o desenvolvimento da gente piauiense, como os outros órgãos de comunicação. Diz a manchete: “Gás bitributado sufoca piauienses”. Consumidores do Piauí pagam alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 29% no botijão do gás de cozinha, o maior preço do Nordeste. “A bitributação foi confirmada pelo Secretário Estadual de Fazenda (...)”. Ainda não há ação dos consumidores na Justiça para evitar a ilegalidade.

Senadora Heloísa Helena, o Filho de Deus feito homem, quando aqui passou, já havia essa confusão de imposto, lá na Roma dos Césares. Provocaram o líder Cristo, Senador Augusto Botelho: é justo pagar o imposto cobrado por César? E Cristo, com a sua inteligência privilegiada, parou e disse: “O que está cunhado na moeda é o retrato de César. Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Apesar de na Bíblia haver muitas passagens que menosprezam os cobradores de impostos, sabemos que o imposto é necessário, os governos funcionam assim. E, Senadora Heloísa Helena, o mundo busca a melhor forma de imposto, cada vez mais.

Se o nosso irmão Cristo andasse hoje pelas ruas e alguma brasileira ou brasileiro – principalmente se fosse do Piauí – indagasse se é justo pagarmos esse imposto, Ele pularia lá e puxaria do chicote, como fez na passagem dos vendilhões do templo, e diria: não! De maneira alguma pagaremos mais esse imposto para esse PT. O PT é o Partido do tributo.

Senador Mozarildo Cavalcanti, está aqui V. Ex^a, que tanto defende os problemas do Norte. Vamos adiante. Interessante. Ô Governo mais ligeiro e rápido

para sugar e fazer dinheiro! De repente, o Partido dos Trabalhadores se tornou o partido mais rico do mundo. Nem Bush terá tanto dinheiro na sua eleição quanto o PT terá, ou já tem.

Senador Mozarildo Cavalcanti, há algo que foi dito aqui. Senador João Ribeiro, os políticos dão 24% dos seus ganhos para o Partido. Deus me livre! Eu não dou, não. Eu fujo de um partido desses como o diabo foge da cruz. Senador Romeu Tuma, é preciso fazer uma aritmética igual à do Palocci. Vinte e quatro por cento para o Partido, 27% é a alíquota do Imposto de Renda. Onde ficam as nossas mulheres? Onde fica Adalgisinha? Onde ficam nossos filhos e netos? Eles estão tirando de outras fontes, porque eu, que tenho uma vida de luta, sou aposentado como médico, não sei como fazem essas doações Então, quero denunciar aqui.

Outro dia, ouvi falar da cassação do Senador que gastou R\$26 num voto. Abuso! Imoralidade é o PT! Isso é dinheiro do povo. E esse negócio de dar dinheiro para partido? Eles que busquem outras fontes para complementar. Eu não tenho condições de viver, honrada e honestamente, dando 24% para o partido, 27% para o Imposto de Renda, ICMS, taxas toda hora.

Senador Romeu Tuma, assisti aqui – e todo o Brasil também – ao aumento de todos os impostos. O CPMF, que era temporário, foi para a saúde, mas não melhorou a saúde. O **Correio Braziliense** publica que o Hospital Universitário de Brasília vai parar porque deve dez milhões. Brasília, Senador Siqueira Campos, é essa ilha da fantasia e do poder. O hospital está ameaçado de fechar. O CPMF persistiu com seu aumento; o Cofins, o PIS, o Pasep aumentaram, bem como todos os impostos.

Agora, Senador Duciomar Costa, atingem também o seu Estado com a bitributação do gás, conforme denuncia o jornal do Piauí, o **Meio Norte**. O gás natural, hoje, paga 30% de imposto. Paga na fonte, no Estado onde é originário e no consumidor. Isso está ocorrendo no meu Estado do Piauí e em alguns Estados do Norte, Paraíba e Minas Gerais.

Este Governo, que é tão pronto, de chofre manda caminhões, carretas de medidas provisórias como nunca dantes, assaltando as diretrizes e os rumos dados por Rui Barbosa, de que só a lei e dentro da lei está a salvação, e não manda uma medida provisória para corrigir isto que afeta principalmente a população mais pobre.

O botijão de gás de cozinha está sendo vendido em Teresina a R\$35,00, e no interior o Estado do Piauí a R\$40,00.

Este salário mínimo do Brasil é dos mais baixos de toda a História do Mundo. Senador Duciomar

Costa, no Chile, país que visitei, o salário mínimo é US\$250,00. Nos Estados Unidos, Senador Almeida Lima, US\$8,00 a hora. Qualquer americano ou americana trabalha dez hora por dia, ganham em um dia, Senador Almeida Lima, o que nós ganhamos em um mês. Com tudo isso, o meu trabalhador e minha trabalhadora do Piauí pagam R\$40,00 pelo botijão de gás. Senador José Maranhão, também na sua Paraíba estão fazendo esse assalto.

Senador Eduardo Siqueira Campos, o PMDB tem que acordar. Já ouvi um pronunciamento advertindo sobre isso que está nas manchetes de jornais. Senador Paulo Paim, o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB, vangloria esse acordo de apoio. Só nos jantares que S. Ex^a oferece em sua casa aos Ministros do PT, eu acho que já engordei uns oito quilos. Por que o PT, esse núcleo, duro, insensível e burro não nos manda uma medida provisória para defender o pequeno do Piauí?

Senador Almeida Lima, quarenta. Presidente Lula, Vossa Excelência candidatou-se, a primeira vez e eu não votei, a segunda também não, a terceira não. Na quarta, ensinei o Piauí a cantar, Senador Almeida Lima, Mão Santa cá, Lula lá. E ele cantou conosco. Mas acreditei, Presidente Lula, naquela sua conversa que o País deve ter ouvido: o operário tem direito de ser feliz. O trabalhador tem direito a salário e dignidade, Senador Duciomar, “mas também tem de ter dinheiro para tomar uma cervejinha no fim da semana”. Presidente Lula, esse núcleo duro é o responsável por sua queda nas pesquisas. Não parou não! Isso é conversa. Eu sei o que é opinião publicada, Senador Duciomar. Há a pública e a publicada. E está caindo. Parou, porque a mídia tem de sobreviver e porque quem está pagando bem é o Palácio.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Mão Santa, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, concederei a V. Ex^a o aparte já já.

Registro que, em Fortaleza e em Recife, o gás é R\$27,00. No Piauí, onde elegemos um Governador do PT, é R\$40,00. Que fome zero!

Senadora Heloísa Helena, estive estudando o problema e quero dizer o seguinte: Ó, Presidente Lula, vamos meditar sobre os acontecimentos. Não há bem nem mal. Para Shakespeare, o que vale é a interpretação.

Como Senador do Piauí, presidi a última reunião e elogiava o gesto de amor que o Presidente demonstrou ao pegar o seu lenço e enxugar o rosto da sua esposa, da sua “Adalgisinha”. Está tudo certo!

É! É! Para Shakespeare, o que vale é a interpretação. Senador Heráclito, hoje a imprensa divulga que

o Presidente Lula estava com terçol, uma glândula do globo ocular infeccionada pelas bactérias **staphylococcus** – aquelas que formam um cacho de uvas. Também viram isso a Senadora Heloísa Helena e o Senador Mozarildo Cavalcanti, médico e enfermeira. Ao passar o lenço em seu rosto, o Presidente passou essas bactérias **staphylococcus** para sua amada Marisa. Às vezes, Presidente Lula, pensamos que estamos fazendo algo bom, mas, na verdade, não estamos.

Com esse núcleo duro, Sua Excelência está levando a dureza para a população pobre do nosso Estado. Por que esse núcleo duro não faz uma medida provisória em prol do povo? Dia 21 de abril é Dia de Tiradentes, dia contra a derrama. Foi a luta contra a exploração feita pelos portugueses a nós na cobrança de impostos. Dela nós nos livramos. Não bastou Tiradentes e seu sacrifício nos livrando da derrama portuguesa, pois agora temos a derrama do PT.

Senador Almeida Lima, em todo o País, quando V. Ex^a usa da tribuna, aumenta a audiência. Por isso, antes de ouvi-lo, vou falar sobre um assunto para que V. Ex^a complemente. Noutro dia, vi o mundo todo voltar-se contra V. Ex^a, mas V. Ex^a ressurgiu das cinzas com a verdade.

Senadora Heloísa Helena, hoje a carga de impostos do gás é de 59,2%. Então, dos R\$40,00 com que são exploradas a família piauiense, a família paraibana – está calado o Senador José Maranhão, já falou o Senador Ney Suassuna, mas S. Ex^a é zangado e é capaz de derrubar este Governo, pois não vai admitir isso –, uns R\$23,00 são para o Governo.

Quando Getúlio Vargas era menino, o Brasil despertou: o petróleo era nosso. Senadora Heloísa Helena, o imposto do gás, do petróleo e do combustível era de 4,8%. Hoje, ele é de 59,2% na Petrobras do PT, no Governo do PT.

Senador Almeida Lima, a Petrobras tem um bocado de programas simpáticos. A Petrobras está garantindo à mídia a propaganda mais cara. Mas o dever dela era fornecer o combustível e o gás mais baratos. Isso seria o Fome Zero e a Felicidade Dez.

Concedo um aparte ao Senador Almeida Lima e, em seguida, ao bravo paraibano, que também está pagando o gás a R\$40,00, Senador José Maranhão.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Mão Santa, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje. Fazendo uma referência ao que V. Ex^a disse sobre ressurgir das cinzas, ressalto que o couro é grosso. Aprendi política quando ainda estudante, participando da resistência contra a ditadura militar. E tive a oportunidade de enfrentar, como estudante de Direito na Faculdade de Direito de Serpique, coturnos e fardas, com tantos e tantos outros

companheiros que sofreram imensamente aquilo que não sofri, embora eu tenha participado com eles da resistência e da reabertura do DCE, da ala jovem do então MDB, tendo de fugir para não ser preso. Agora que estamos na democracia, nada disso me assusta. Venho exatamente de baixo, de família pobre, e estou evidentemente sofrendo várias e várias agruras hoje no plano nacional, como ocorreram outras no plano estadual no meu pequeno Estado de Sergipe. Portanto, Senador Mão Santa, tenha certeza absoluta de que continuarei na luta, sem temer, em hipótese nenhuma, aqueles que tentaram me detratir muito menos aqueles que colaboraram com a mídia para que essa situação ocorresse. Continuarei em pé. Não sei se aqui falei tudo quanto disse no dia 2 de março, em Aracaju, quando conseguimos levar mais de 10 mil pessoas à Praça Fausto Cardoso para protestar exatamente contra o Governo, contra sua falta da transparência, dizendo: “Chega de corrupção. CPI já!”, em uma demonstração de que, se sou incompreendido por algumas figuras do plano nacional, sou muito bem compreendido no meu Estado, Sergipe, onde o povo sabe muito bem da minha luta e da minha história. V. Ex^a tem toda razão quando faz esta crítica veemente ao Governo. Hoje pela manhã, ainda no meu Estado, concedi uma entrevista numa emissora de rádio e um daqueles petistas populares, numa intervenção me questionou: Senador Almeida Lima, V. Ex^a não acha que este Governo do Partido dos Trabalhadores tenha feito nada que possa merecer o seu elogio? Eu respondi: Não; porque ele passou exatamente 24 anos prometendo atuar de forma diferente do que faz hoje. Alguém pode argumentar que ele teve pouco tempo. Concordo que, para fazer o que prometeu, ele tenha tido pouco tempo, mas o pior é que ele faz exatamente o que disse que não faria, ou seja, privilegiar os bancos e o capital internacional. O que ele tem feito é dar aos bancos nacionais e internacionais o maior lucro que tiveram em toda a história financeira deste País. Portanto, não posso dizer que este Partido e este Governo esteja condizente com a sua teoria e com o que pregou durante todos os tempos. Dizia ainda o ouvinte: Mas está aí o setor de exportação! Eu sei que é um setor que realmente está em crescimento, mas isso decorre de uma política – embora discordante como sempre fui do Governo de Fernando Henrique Cardoso – implantada anteriormente. O superávit na exportação decorre do trabalho do homem do campo e não se trata do reflexo de nenhuma política estabelecida pelo atual Governo. Portanto, quero solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que o que devemos fazer é exatamente, de forma precisa, clara e objetiva, oposição a este Governo, porque ele não

está no rumo certo. E o povo brasileiro está sofrendo, não apenas o do Piauí e o da Paraíba, mas o povo de Sergipe e de todo o Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço permissão para incorporar todas as palavras de V. Ex^a ao meu discurso e dizer o significado da sua presença, que torna mais grandioso seu extraordinário partido, que tem talvez o mais extraordinário Presidente, Leonel Brizola.

Concederia a palavra ao Senador José Maranhão, da Paraíba. Antes – agora acredito nessa luta –, o Senador Ney Suassuna a começou, mas foi como Tiradentes, que nada conseguiu. Ficou o ideal, e agora o Senador José Maranhão pega essa luta. A única ressalva que gostaria de fazer é que o nome de S. Ex^a deveria ser José Piauí, mas é da Paraíba. Para estimular, eu ia ler um resumo do jornalista Efraim Ribeiro, segundo o qual as revendedoras pagam imposto na fonte, de forma que o Estado de Pernambuco, que faz a distribuição do gás, cobra 17% sobre o valor do produto, e o Governo da Paraíba cobra mais 17%. Então, a Paraíba conseguiu pior condição do que a do Piauí!

Estão assaltando as famílias! Cobram 34%: 17% mais 17%. Ó, Palocci, sei que a sua matemática é pouca, mas isso chega. Trinta e quatro por cento de imposto bitributado à Paraíba!

Concedo um aparte ao Senador do povo sacrificado da Paraíba.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Gostaria de me congratular com V. Ex^a pela defesa que faz dos consumidores de gás de vários Estados da Federação, inclusive do meu Estado. Ao ouvir seu vibrante e patriótico discurso, digo que a regra se confirma: quem cala consente. Se estou calado, é porque estou consentindo com V. Ex^a. Não sei se V. Ex^a fez algum pronunciamento antes, mas, como V. Ex^a o está fazendo agora, gostaria de dizer que não somente o Senador Ney Suassuna, mas também eu, antes de V. Ex^a, fiz um discurso em defesa da Paraíba e dos consumidores de gás, que são todos os paraibanos. Defendi sobretudo aquela parcela mais sacrificada da população, aqueles que ganham pouco na Paraíba ou no Piauí. Com relação à referência que V. Ex^a faz ao meu nome, que deveria ser José Piauí, não recebo isso como uma cessão de direitos da Paraíba, porque, se há alguma coisa de que não abro mão é da minha “paraibanidade”, da minha condição de paraibano. Mas também sou cidadão do Piauí, e, por sinal, por iniciativa de V. Ex^a, pois, quando era Governador do Estado, fui lá receber esse título de cidadão piauiense, que muito me honra! Mas, quanto à minha cidadania natural, continuo honrado com a cidadania paraibana.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e digo a V. Ex^a que sua grandeza é tanta que não deveria se chamar José Maranhão, nem José Paraíba, nem José Piauí, mas José Brasil.

E eu gostaria de dizer a V. Ex^a que seu aparte foi mais agravante ao réu do que ao Governo do PT, pois V. Ex^a – eu vi – foi à luta, foi um dos primeiros que defendeu a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Nordeste e na Paraíba.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mesmo assim, seu povo é explorado, é sacrificado e humilhado.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Não cheguei a fazer como V. Ex^a, que elegeu dois candidatos do PT: o Presidente da República e o Governador do Estado. Elegi apenas um.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas, se arrendimento matasse, eu estaria morto agora.

Ao encerrar, permito-me invocar novamente o nome da Senadora Heloísa Helena, assim como fiz no início. Cristo dizia – e, assim como Cristo, Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a possui um homem extraordinário como pai: “Em verdade vos digo”. Tudo o que eu disse, Senadora Heloísa Helena, foi verdade. Aqui está o documento que passarei a V. Ex^a, a estrela que brilhava no PT e cuja luz, com certeza, iluminou a vitória do Presidente da República. Está aqui o documento, publicado em 17 de dezembro de 2003 e republicado em 22 de dezembro de 2003. Observem que foi elaborado em 12 de dezembro de 2003, pelo mecanismo do Ministério da Fazenda. Quem era Presidente? Quem era Ministro da Fazenda? Então, a culpa é do Presidente da República!

E digo agora: vamos nos unir todos nós, brasileiros e brasileiras que pagam o gás mais caro do mundo, tributado. Uni-vos todos! Nas eleições que vêm aí, vamos fazer renascer a esperança e a vitória da competência no Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero fazer minha inscrição, pela Liderança do Bloco, para o período de comunicações inadiáveis; e, pela Liderança do PT, para a Senadora Ana Júlia Carepa, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrita para uma comunicação de interesse partidário antes da Ordem do Dia, na hora em que V. Ex^a solicitar, e a nobre Senadora Ana Júlia, por cessão de V. Ex^a, após a Ordem do Dia.

Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a: quero encaminhar um voto de pesar; devo fazer a justificativa neste momento ou envio a V. Ex^a o requerimento, para discuti-lo no momento adequado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O procedimento adequado, de acordo com o Regimento Interno, é o encaminhamento à Mesa, que, por sua vez, fará a leitura no momento apropriado e dará a V. Ex^a a oportunidade para a justificação, em se tratando de ser o caso de votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Será encaminhado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, por permuta com o nobre Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos; Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar de dois assuntos hoje. Primeiro, uma reflexão sobre a definição do salário mínimo, salário-família e sua relação com a Renda Básica de Cidadania, quando foi instituída, e o próprio Bolsa-Escola e Bolsa-Família. E, como segundo tema, quero trazer o meu testemunho sobre um fato que acredito seja de enorme relevância para a cultura brasileira: o encontro realizado ontem, no Teatro Oficina, entre Sílvio Santos e José Celso Martinez Corrêa, duas pessoas de extraordinária importância na área das comunicações e no meio artístico.

Peço a atenção dos Srs. Senadores e, em especial, a do Senador Paulo Paim, dada a dedicação que tem dispensado a esse tema. Temos acompanhado sua batalha por uma remuneração mais condigna aos trabalhadores brasileiros, inclusive na base de remuneração, que é o salário mínimo. O Senador Paulo Paim tem interagido comigo na batalha em que, há anos, tenho me empenhado pela garantia de uma renda mínima para todos, na forma de uma renda básica de cidadania.

Lemos nesta semana e até nos jornais de hoje que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, está con-

siderando, além de assegurar um aumento do salário mínimo que recomponha a perda do poder aquisitivo diante da inflação, um pouco mais. S. Ex^a ainda não definiu o valor, mas considera a proposta do Presidente Lula de dobrar o salário mínimo durante o seu mandato. O reajuste que vai haver agora envolve um passo na direção da meta do Presidente Lula. O Ministro da Fazenda mencionou que considerava aumentar o salário mínimo, a remuneração dos trabalhadores, levando em conta um possível aumento do salário-família.

Seria interessante recordarmos que o salário-família é um benefício previdenciário pago ao trabalhador assalariado e avulso de baixa renda – assim entendido o que percebe uma remuneração de até R\$560,81 –, para ajudar no sustento dos filhos de no máximo 14 anos de idade ou inválidos. São equiparados aos filhos os enteados e os tutelados que não possuem bens suficientes para o próprio sustento. Têm direito ao salário-família os trabalhadores empregados e os avulsos. Os empregados domésticos, os contribuintes individuais e os facultativos não recebem salário-família. Para a concessão do salário-família, a Previdência Social não exige tempo mínimo de contribuição.

O salário-família será pago mensalmente ao empregado pela empresa à qual está vinculado e deduzido do recolhimento das contribuições sobre a folha salarial. Os trabalhadores avulsos receberão dos sindicatos mediante convênio com a Previdência Social.

O benefício será pago diretamente pela Previdência Social quando o segurado estiver recebendo auxílio-doença se já recebesse o salário-família em atividade.

Caberá também à Previdência Social pagar o salário-família para os aposentados por invalidez. Os demais aposentados terão direitos ao salário-família a partir dos 60 anos – mulheres – e 65 anos – homens. O trabalhador rural aposentado receberá o benefício desde que comprove ter dependentes com menos de 14 anos de idade ou inválidos.

O salário-família começará a ser pago a partir da comprovação do nascimento da criança ou da apresentação dos documentos necessários para pedir o benefício.

O pagamento do benefício será suspenso se não forem apresentados atestados de vacinação e frequência escolar dos filhos. O trabalhador só terá direito a receber o benefício no período em que ficou suspenso se apresentar esses documentos.

Qual o valor do benefício? O trabalhador tem direito a uma quota de R\$13,48 por filho ou equiparado. Se a mãe e o pai estão nas categorias e faixa salarial que têm direito ao salário-família, os dois recebem o benefício.

O valor da quota será proporcional aos meses de admissão e demissão do empregado. Para o trabalhador avulso, a quota será integral independentemente do total de dias trabalhados.

Ora, trata-se de uma instituição social importante. Houve uma evolução na legislação brasileira a respeito desse assunto, mas gostaria de ressaltar que o salário-família beneficia apenas aqueles trabalhadores que estão no mercado formal ou naquelas condições que mencionei. Portanto, não estão considerados os empregados domésticos e os que estão na informalidade.

A grande vantagem de termos a Renda Básica de Cidadania, quando estiver plenamente instituída, é que ela significará para toda e qualquer pessoa no País o direito de receber uma renda, na medida do possível suficiente para a sua subsistência, que será um direito inalienável da pessoa humana, o que obviamente poderá significar um aumento importante da remuneração de todos os trabalhadores.

Suponhamos que pudéssemos hoje já instituir a Renda Básica de Cidadania, de forma modesta, a um nível de R\$40 por mês por pessoa. Numa família com pai, mãe e quatro crianças, a remuneração significaria R\$240. Para o trabalhador chefe de família que fosse o único empregado na família e que tivesse um rendimento da ordem de um salário mínimo pelo seu trabalho, a renda básica de cidadania a R\$40 por mês para uma família de seis significaria praticamente o dobro de remuneração, portanto R\$480 – R\$240 mais R\$240.

Todos viriam a receber, inclusive os mais ricos, sim, só que esses, obviamente, colaborariam proporcionalmente mais para que eles e todos os demais viessem a receber. Dessa maneira, teríamos as vantagens significativas de evitar grande burocracia na hora de se querer saber quanto cada um ganha para efeito de receber a Renda Básica de Cidadania, eliminar-se-ia o estigma e, do ponto de vista da dignidade, da liberdade do ser humano, seria muito melhor para cada um saber de antemão que todos passarão a ter o direito de receber o suficiente para suas necessidades vitais, como um direito de todos sermos brasileiros.

Chamo a atenção dos Ministros da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e da Previdência, do Presidente Lula e de todos os que estão pensando a respeito desse assunto, tendo em vista inclusive que a lei que institui a Renda Básica de Cidadania menciona que ela, estando já sancionada, será implementada gradualmente a partir de 2005. Assim, estaremos mais e mais levando em consideração que no Brasil haverá essa Renda Básica de Cidadania, um elemento importante

a ser considerado na hora de analisarmos a definição do salário mínimo e dos direitos dos trabalhadores.

Sr. Presidente, eu gostaria hoje de transmitir uma boa nova às minhas amigas e amigos Senadores. Conheci José Celso Martinez Corrêa e o Teatro Oficina na minha adolescência. Quando estudante, fui diretor cultural e presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e costumava organizar a compra de espetáculos de teatro, seja no Teatro Oficina, seja no Teatro de Arena, seja no TBC, seja no Nydia Licia, seja nos principais teatros de São Paulo. Convidava os professores, os alunos e os funcionários para debater, após os espetáculos, com os diretores, autores e artistas. Vi **A Engrenagem**, de Jean-Paul Sartre; **Os Pequenos Burgueses**, de Máximo Gorki; **Galileu Galilei**, de Bertold Brecht; **Um Bonde Chamado Desejo**, de Tennessee Williams e tantos outros espetáculos, como uma peça de Roberto Freire referente aos pegue-e-pague, aos supermercados que se estavam instituindo no Brasil à época. Também houve espetáculos sobre a histórias das favelas no Rio de Janeiro e dos sambas.

Tudo isso faz parte da minha formação. Tenho a convicção de que a abertura de janelas para a verdade da realidade brasileira e de que boa parte da minha formação deu-se freqüentando teatro. Naquela ocasião, tornei-me amigo de José Celso Martinez Corrêa, ator, diretor, autor, principal Diretor e fundador do Teatro Oficina. Hoje com 67 anos, José Celso vem mantendo há algumas décadas uma certa disputa com o Presidente do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, que adquiriu boa parte do grande quarteirão da Rua Jaceguai e adjacências, na Bela Vista e no Bexiga, São Paulo, onde está o Teatro Oficina.

Em 1958, o grupo de José Celso deu início a apresentações de peças num pequeno teatro de uma casa onde antes funcionava um centro espírita. Depois de adaptado pelo arquiteto Joaquim Guedes, o esse teatro viveu anos importantes. Foi nessa época que assisti a peças como **A Engrenagem**, **Galileu Galilei**, em especial esta que muito me chamou atenção pela vontade extraordinária de descobrir a verdade, uma tendência humana, que mexia com as pessoas do poder da época. Essas peças me tocaram muito e com elas fui aprendendo.

Em 1967, após um incêndio que destruiu o prédio, Flávio Império construiu um novo Teatro Oficina. Posteriormente, com a perseguição a Sr. José Celso e aos que ali trabalhavam, seguida de seu exílio, foi fechado o Teatro Oficina.

Já de volta, José Celso, Lina Bo Bardi e outros criaram um teatro especialmente belo, que dispõe de

uma longa passagem, tendo ao fundo o Viaduto Jaceguai. De um lado, há uma bonita janela por onde entra o sol, seu teto se abre, do outro, estão as arquibancadas, onde o público pode interagir com os atores naquele espaço comprido, o terreiro, onde se desenrolam as peças, como **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. Nesse espaço, centenas de estudantes assistiram a peças como essa, e isso se deve ao mérito extraordinário de José Celso.

Ainda ontem, conversei com Walnice Nogueira Galvão, grande conhecedora, prefaciadora e organizadora da bela obra de Euclides da Cunha, **Os Sertões**, a quem transmiti o que se passara. José Celso, sem dúvida, tem estimulado os jovens deste Brasil a ler essa extraordinária obra.

Já há algum tempo, vinha pensando em promover um diálogo entre José Celso e Sílvio Santos. Eis que, na quinta-feira, Contardo Calligaris, em carta aberta a Sílvio Santos, sugeriu o encontro do empresário com José Celso.

Há algum tempo, Martinez buscava – já tendo inclusive escrito uma peça sobre o tema – persuadir Sílvio Santos a transformar o Oficina em um teatro de arena, um estádio. Daquela janela, um palco se abria e o teatro, que antes recebia 500 pessoas, como um teatro grego, abrigaria 15 mil pessoas.

Sexta-feira última, telefonei para Sílvio Santos e sugeri o diálogo com José Celso. O empresário me disse que tinha muita vontade de conhecer o Teatro Oficina, que tinha lido um artigo bonito do Contardo Calligaris e aceitaria o encontro.

O encontro aconteceu ontem, às 17 horas. Sílvio Santos foi ao teatro guiando o seu próprio carro; chegou às 17 horas em ponto. Lá foi recebido por cinquenta membros do elenco de **Os Sertões**, que cantaram a bonita **Ave Maria**, uma das canções da peça. Por uma hora e meia, José Celso contou a Sílvio Santos a história do Teatro Oficina; transmitiu o seu respeito por ter o empresário conseguido, ao longo dessas décadas, fazer com que a televisão também mexesse com as classes excluídas do Brasil. José Celso reconheceu a qualidade artística de Sílvio Santos, homem de um poder de comunicação extraordinário.

Os arquitetos contratados por Sílvio Santos haviam planejado, para aquele local, um centro de espetáculos, com supermercados, talvez inspirados nas grandes áreas de lazer de centros comerciais que existem em cidades norte-americanas, como Miami ou outras cidades da Europa. Todavia, José Celso, preocupado, declarou que o projeto poderia cercear a bela idéia de Lina Bo Bardi e de sua equipe. Há a preocupação de preservar o teatro, inclusive pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico. Mas, quem

sabe, desse encontro de José Celso e Sílvio Santos possa surgir uma boa nova, uma agradável e inesperada surpresa – aquilo que, em inglês, costuma ser dito em uma única palavra: *serendipity*, que é o dom de fazer descobertas felizes por acaso.

Torço por um diálogo bonito. Emocionado pela música que lhe dedicaram, Sílvio Santos disse aos jovens cantores, atores e atrizes, que “se nas suas próximas apresentações, vocês cantarem com tanto carinho, como estão fazendo, vocês terão o maior sucesso.” Percebi, naquele instante, sua sensibilidade especial. Os atores e atrizes do Teatro Oficina cantaram, especialmente para ele, o enredo da Escola de Samba de Vila Isabel, composto por Flávio Rangel nos anos 70, cuja letra diz: “Eu sou o teatro brasileiro / da vida, o espetáculo verdadeiro”. Sílvio Santos, que estava em um dia feliz, se emocionou e, assim como José Celso, qualificou esse encontro como extraordinário, fantástico, maravilhoso, mágico. Sílvio Santos brindou, tomou uma água de coco e tudo se deu de uma forma realmente mágica.

Espero que o Ministro Gilberto Gil, da Cultura, o Presidente Lula, a Prefeita Marta Suplicy, o Governador Geraldo Alckmin, o Secretário de Cultura Municipal, Celso Frateschi, a Secretária de Estado da Cultura, Cláudia Costin, colaborem para que a audiência de quinhentas pessoas que, às vezes, se repetem, possa ser multiplicada por cem ou mil, assistindo **Os Sertões**.

Convidados, José Celso Martinez Corrêa e toda a sua equipe embarcarão, em maio, para Alemanha e Itália, onde apresentarão **Os Sertões**. José Celso ainda prepara a parte final do espetáculo, o Massacre de Canudos, quando 25 mil brasileiros acabaram, como que por um engano de informação, sendo massacrados pelo Exército brasileiro.

Fui condecorado hoje, Dia do Exército, com a Ordem do Mérito do Exército. Fiquei pensando como o Exército brasileiro tem uma vocação para a paz. Espero que o Brasil nunca mais repita episódios como o de Canudos e que a peça de Zé Celso signifique o massacre daquele massacre, para que possamos sempre realizar transformações por meios pacíficos no Brasil.

Então, saúdo esse encontro, que, quem sabe, seja o começo de uma revolução cultural no Brasil. O encontro foi como, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, uma chuva de sensibilidade nos olhos da razão, que poderá ser o início de uma formidável e bela revolução democrática, cultural e pacífica para o Brasil.

Eu gostaria de mostrar a todos as fotos publicadas hoje nos jornais **Folha de S. Paulo** e **O Estado**

de S. Paulo, com José Celso Martinez, Sílvio Santos, eu próprio, Contardo Calligaris, meu filho Supla, que participou desse encontro e o testemunhou, com as meninas entregando a Sílvio Santos uma das mais belas obras da Literatura Brasileira, em uma edição especial de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha.

Viva o Teatro Oficina!, viva o teatro brasileiro! E longa vida para esse encontro entre José Celso Martinez Corrêa e Sílvio Santos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Paulo Paim, 1º Vice-Presidente desta Casa, que falará por cessão do Senador Heráclito Fortes. Em seguida, para preservar as inscrições, passaremos às comunicações inadiáveis, para as quais estão inscritas as Senadoras Heloísa Helena e Serys Slhessarenko e o Senador João Ribeiro.

Nobre Senador Paulo Paim, V. Exª dispõe da palavra por até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em um primeiro momento, registro que encaminhei à Presidência e à Mesa um voto de pesar pelo falecimento de José Antônio Andrade de Souza. Alguém poderia perguntar: quem é José Antônio Andrade de Souza? É um estadista? É um escritor? É um poeta? Explico quem é José Antônio Andrade no final da minha justificativa.

José era um desempregado, que morreu ontem, dia 18 de abril de 2004. Deixou a mulher grávida e uma filha de 8 anos. Quantos Antônio, Paulos, José e Marias estão morrendo, desesperados a cada dia, graças à miséria, ao desemprego e à fome? Seu corpo tombou como uma tocha viva. Este cidadão de 40 anos morreu queimado; estava desempregado e queria trabalhar, ele queria um salário, o coitado! Tombou em frente ao Palácio do Planalto. O incêndio nas suas roupas, na sua carne, parecia uma estrela a pedir socorro, confundia-se com os raios e trovões daquela manhã nublada de terça-feira aqui em Brasília.

Que essas chamas tão doloridas sirvam para iluminar nossas mentes e mostrar o caminho da humanidade na busca de emprego e do salário sonhados. Terminando dizendo: Não nos deixem só a sonhar, o nosso povo está morrendo.

Estou encaminhando à Mesa o voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Antônio Andrade de Souza.

O Senador Eduardo Suplicy já se referiu ao assunto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Heráclito Fortes, com a

maior satisfação, porque, graças a V. Ex^a, que cedeu o seu espaço neste horário privilegiado, é que este Senador está na tribuna.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a o merece e o tema por si só já justifica minha atitude. Em nome do PFL, quero me associar ao requerimento de pesar que V. Ex^a envia à família enlutada. Peço também seja enviada cópia do expediente à CUT e às entidades representativas da população brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, o Presidente dará o encaminhamento necessário.

Sr. Presidente, volto ao debate sobre o salário mínimo. No final da semana passada, eu, que sempre falo de improviso sobre salário, escrevi alguns argumentos que entendo importantes para o debate.

O debate sobre o salário mínimo é inevitável, pois os últimos dados do IBGE sobre a miséria do nosso povo são alarmantes, preocupantes. Segundo o IBGE e não Paulo Paim, 56 milhões de brasileiros possuem renda que não ultrapassa a R\$78,00, ou seja, um terço da população brasileira ganha um terço do salário mínimo.

Como vemos, esses milhões de brasileiros estão abaixo da linha da miséria absoluta. Por conseqüência, podemos afirmar que, no mínimo, outros 56 milhões estão na faixa dos que recebem entre um terço e um salário mínimo. Estes números mostram que 112 milhões de brasileiros recebem na faixa de zero a um salário mínimo.

A questão do salário mínimo, que envolve a vida da maioria dos brasileiros, merece um debate respeitoso, sério e solidário. Não podemos ficar no julgamento fácil, desqualificado de quem é bonzinho ou quem é malvado, demagogo, oportunista ou mesmo, como disse uma revista internacional, um Dom Quixote.

Vamos aos números e aos argumentos:

a) Ninguém tem dúvida que o salário mínimo, conforme o próprio IBGE, repercute sobre a vida de aproximadamente 2/3 dos brasileiros;

b) Portanto, com certeza é falsa a afirmação de que o salário mínimo só interessa a 3 milhões de brasileiros, como alguns dizem.

Vejam a diferença: 112 milhões para 3 milhões!

c) O salário mínimo repercute positivamente sobre o piso das categorias, sobre os aposentados e pensionistas, idosos acima de 65 anos, pessoas com deficiência, no mercado informal de trabalho, nos planos de cargos e salários das empresas, sobre os pisos regionais, sobre aqueles que têm carteira de trabalho assinada e também sobre o seguro-desemprego.

d) Fortalece o mercado interno, pois, assim, teremos milhões de pessoas recebendo mais, comprando mais, o que aumentará a demanda. Por conseqüência, gerará mais empregos;

e) O salário mínimo é inflacionário? Não. É só lembrarmos que ultrapassamos a barreira dos 100 dólares em 1991, em 1995 e em 1998. A inflação não aumentou e o desemprego diminuiu.

Mas alguém me lembra: “Ah, as contas públicas!” Vamos às contas públicas, então! Compete ao Governo definir as prioridades. O combate à fome, à miséria e a busca ao emprego não estão em primeiro lugar? Para mim, estão. Com essa afirmação, indico as fontes de recursos para o aumento do salário mínimo. Os dados do Siafi demonstram que, este ano, há um superávit na seguridade social de 31 bilhões de reais. Alguém poderia dizer: “Ah, mas aí há outros gastos como a saúde, assistência e previdência!” Vou mais além: vamos dizer que, além de saúde, previdência e assistência, vamos destinar aqui 5 bilhões de reais para o combate à pobreza e vamos incluir o pagamento dos servidores públicos. Mesmo assim, Sr. Presidente, há um superávit de cinco bilhões. Se nos lembrarmos que recentemente a Receita Federal publicou dados de que houve um aumento de 15,5%, teremos mais três bilhões. Até aqui, oito bilhões. Para o reajuste que estamos propondo ao salário mínimo não são necessários oito bilhões.

E mais. Se o Governo deslocar o pagamento da contribuição previdenciária que está sobre a folha – já incluída na emenda da Previdência aprovada – para o faturamento, teremos outros bilhões que também serão utilizados para pagar o salário mínimo. Com certeza, se houvesse a cobrança dos devedores da Previdência, arrecadaríamos outros bilhões que sustentariam o salário mínimo. De acordo com o próprio Ministério da Previdência, as dívidas para com o INSS são superiores ao Orçamento anual daquela autarquia.

Vamos à história das pequenas Prefeituras. Para não dizer que não falei das pequenas Prefeituras, pergunto: há na História do Brasil uma única Prefeitura que fechou por culpa do salário mínimo? Ou uma única empresa? Até porque é o aumento do salário mínimo que fortalece a economia nos pequenos centros. Por exemplo, no Nordeste, em mais de 70% – de acordo com dados oficiais – dos Municípios brasileiros, o salário mínimo pago pela Previdência a aposentados e pensionistas é a principal receita na economia do Município. Na maioria deles, os benefícios da Previdência ultrapassam em valor as transferências, inclusive do Fundo de Participação dos Municípios. Vamos combater a fraude, a sonegação, a corrupção. Para cada real

arrecadado neste País um outro é desviado em forma de fraude, de sonegação, de corrupção.

É bom lembrarmos ainda que, mesmo que ultrapassássemos a barreira dos R\$300,00, o Brasil continuaria sendo o País que tem um dos piores salários mínimos.

Por último, para aqueles que insistem em dizer que todo ano fazemos uma guerra política em relação ao salário mínimo, queremos informar que existe a possibilidade de pôr fim a essa incerteza. Senador Geraldo Mesquita, lembro que está em discussão no Senado um projeto que apresentei há mais de dez anos na Câmara e reapresentei aqui, o PL nº 5, que diz que se o salário mínimo for reajustado somente com a inflação dos últimos 12 meses e acrescentarmos anualmente um aumento real de 20 centavos a hora, que corresponde a 44 reais/mês, teríamos uma política permanente para o salário mínimo. Em dez anos, Sr. Presidente, o salário mínimo atingiria o que manda a Constituição. A pergunta que fica: será que a sociedade brasileira não assimilaria um reajuste real no salário mínimo de 20 centavos a hora? Todos sabemos que, para o combate à violência e para a garantia da inclusão social, o salário mínimo é um dos melhores caminhos. Em pesquisa recentemente publicada, foi comprovado que, quanto mais caem a renda e o emprego, mais cresce a violência.

Antes de dar um aparte ao Senador Eduardo Suplicy, quero concluir com as palavras daquele que deu a sua vida no combate à pobreza e à violência. Refiro-me ao Prêmio Nobel da Paz em 1980, Mahatma Gandhi. Disse Gandhi – as palavras são de Gandhi, não são do Paulo Paim:

Nunca ninguém disse que uma miséria opressora leva a outra coisa que não a degradação moral. Todo ser humano tem direito de viver e, portanto, de encontrar o necessário para a saúde, para alimentar-se, para vestir-se e habitar. Para essa incumbência, tão simples, não precisamos da ajuda da burocracia, do economês, que procura burlar esses encaminhamentos.

Sr. Presidente, com as palavras de Gandhi, dizendo que é possível sim, neste País, ultrapassarmos a barreira dos R\$300,00, concedo a palavra para esse que é lutador no combate à pobreza, o nosso grande Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Ex^a pela incansável batalha para assegurar a todos os trabalhadores brasileiros o seu direito, tal como Mahatma Gandhi expressou tão bem, ele que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1980, dizendo que toda e qualquer pessoa precisa ter o direito de viver com dignidade e receber, sem qualquer burocracia, o necessário para

ter alimentação, vestimenta, assistência educacional, saúde e habitação. Assegurar ao trabalhador esse direito é muito importante. A melhor forma de fazê-lo, o salário mínimo, tem se constituído em um instrumento muito importante. Os economistas, ao estudarem a melhor maneira de assegurar, ao mesmo tempo, o pleno emprego, a remuneração, o direito de todos ao trabalho, consideraram que uma combinação adequada seria renda mínima e salário mínimo. São instrumentos que devem ficar lado a lado. Senador Paulo Paim, se por hipótese aumentássemos o salário mínimo de R\$240,00 para R\$500,00, poderíamos ter como consequência no mercado de trabalho, do ponto de vista das empresas que contratam trabalhadores, um efeito interessante: os que ganham R\$240,00 e que apresentam razoável produtividade – e portanto contribuem para a empresa significativamente – para esses trabalhadores poderia haver folga para a empresa contratá-los, mesmo pagando R\$500,00. Mas, poderia ocorrer que, na medida em que a regra para as empresas contratarem trabalhadores tenha como regra observar os termos em que o valor adicionado seja pelo menos igual ao salário pago, alguns trabalhadores poderiam, eventualmente, ter dificuldades em conseguir trabalho. Então, além dos outros argumentos, seja o das pequenas Prefeituras, ou do valor pago na Previdência e assim por diante, mas só no mercado de trabalho é que poderia ocorrer esse efeito. Considerando esse aspecto, se instituímos a garantia de uma renda para além do salário mínimo, poderemos aumentar a remuneração do trabalhador, mas sempre é importante preservar a existência do salário mínimo com a meta de se chegar à melhoria do seu poder aquisitivo. Só queria cumprimentá-lo, e mais uma vez dizer que V. Ex^a, ao trazer o tema para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, dá uma contribuição muito importante, fazendo com que todos se sintam obrigados a refletir a respeito da melhor decisão, inclusive os Ministros da Economia, do Trabalho e do Planejamento. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a sabe que comungo com o pensamento da elevação do salário mínimo e também da Renda Mínima, que assegurará àqueles que não têm direito a nada o mínimo para que possam sobreviver – não falo nem em dignidade para um País que paga R\$240,00 a quem trabalha, conseqüentemente aquele que não trabalha não receberá, pela projeção que faço, neste século, algo semelhante a isso.

Lembro aqui que apresentei na semana passada um cálculo segundo o qual, considerando o salário de R\$240,00 para o trabalhador, sem falar em aluguel, saúde e lazer, sobram R\$17,00 para a cesta básica, cujo custo não é menor, em hipótese nenhuma, que R\$138,00. Por isso concordo com V. Ex^a com essa combinação.

Também aplaudo V. Ex^a, que, ao referir-se ao salário-família, disse que tem de ser atualizado – isso é importantíssimo –, sem prejuízo de uma elevação digna do salário mínimo. Por isso, estou com uma expectativa positiva, Senador Geraldo Mesquita Júnior – e V. Ex^a me informou que já entregou na Comissão o seu parecer, que garante um salário mínimo de pelo menos R\$300,00 –, porque, no projeto, consideramos a inflação do período mais R\$0,20 a hora. Isso daria hoje em torno de R\$300,00.

Não acredito que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva vá deixar o salário mínimo em R\$256,00 até o momento mencionado pelo Ministério da Fazenda. Creio que irá além e, claro, estou torcendo para que o seu substitutivo seja incorporado ao projeto do Executivo.

Na mesma linha, é bom lembrar, à luz da verdade – por isso aponteí uma série de fontes de recursos –, que estendemos aos aposentados e pensionistas – leia-se do Regime Geral da Previdência – o mesmo percentual concedido ao salário mínimo.

Vou encerrar em 38 segundos, Sr. Presidente.

Encaminho à Mesa, mais uma vez, um pronunciamento defendendo a política de cotas adotada pela Universidade de Brasília (UnB).

Fiquei dentro do tempo para dar exemplo, como membro da Mesa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: o noticiário sobre a inscrição dos candidatos ao vestibular da Universidade de Brasília, o primeiro a ser realizado numa universidade federal com reserva de vagas para negros, tem dado ênfase quase exclusivamente à fotografia exigida dos candidatos que se autodefinem como negros.

A Reitoria da Unb tem procurado justificar a medida afirmando que a intenção é inibir as pessoas que querem se apresentar indevidamente como negros.

O jornal **O Estado de S. Paulo** veiculou ontem uma reportagem sobre um candidato que, embora reconhecendo que “seus traços nem de longe lembram os da raça negra”, inscreveu-se no vestibular declarando-se negro, “como forma de protesto contra o sistema de cotas”.

O candidato declarou ainda a **O Estado de S. Paulo** que primeiro “pensou em ir com o rosto pintado de preto”. Não o fez porque temeu que sua inscrição fosse indeferida. E mais: caso não tenha sua inscrição homologada, o estudante ameaça ir à justiça.

A idéia de pintar o rosto de preto para disputar uma vaga reservada a candidatos negros lembrou-me uma novela exibida pela rede Globo em 1969, “A cabana do Pai Tomás”.

O personagem principal, embora negro no roteiro, era representado pelo ator Sérgio Cardoso com o rosto pintado de preto. Houve grandes protestos na época. Hoje, felizmente, a realidade é outra, e Taís Araújo é a primeira protagonista negra de uma novela da Globo, o primeiro crédito da novela, que aliás tem tido uma audiência extraordinária para o horário das sete.

O episódio relatado pela reportagem de **O Estado de S. Paulo** só vem fortalecer a iniciativa da Universidade de Brasília, que pretende que o seu programa de inclusão beneficie negros.

No mercado de trabalho, as fotos sempre serviram, sob o pretexto da “boa aparência”, para discriminar negros. Agora, elas servem para fazer discriminação positiva e causam uma celeuma desproporcional.

A Universidade de Brasília aprovou um programa para dez anos, tem o direito de experimentar todas as formas que julgar mais adequadas para que seu programa de inclusão possa ser implementado.

A UnB assumiu um compromisso com a democratização do acesso à Universidade. Isto é novo entre nós. As propostas inovadoras criam polêmicas, é natural.

Outro assunto a que me refiro, diz respeito à necessidade de reajuste do salário mínimo.

O debate sobre o valor do salário mínimo é inevitável, pois os últimos dados do IBGE sobre a miséria do nosso povo são alarmantes, preocupantes. Segundo o IBGE, 56 milhões de brasileiros possuem uma renda que não ultrapassa a R\$78,00, ou seja, um terço do salário mínimo.

Como vemos, esses milhões de brasileiros estão abaixo da linha da miséria absoluta. Por conseqüência, podemos afirmar que no mínimo outros 56 milhões estão na faixa daqueles que recebem entre um terço a um salário mínimo. Esses números mostram que cerca de 112 milhões de brasileiros recebem até um salário mínimo.

A questão do salário mínimo, que envolve a vida da maioria dos brasileiros, merece um debate respeitoso, sério e solidário. Não podemos ficar no julgamento fácil, desqualificado de quem é bonzinho ou malvado, demagogo, oportunista ou mesmo um Dom Quixote.

Vamos aos números e aos argumentos:

a) Ninguém tem dúvida de que o salário mínimo, conforme o próprio IBGE, repercute sobre a vida de aproximadamente dois terços de brasileiros;

b) Portanto, com certeza é falsa a afirmação de que o salário mínimo só interessa a 3 milhões de brasileiros, como alguns dizem;

c) O salário mínimo repercute positivamente sobre o piso das categorias, sobre os aposentados e pensionistas, idosos acima de 65 anos, as pessoas com deficiência, no

mercado informal de trabalho, nos planos de cargos e salários das empresas, sobre os pisos regionais, sobre aqueles que tem carteira de trabalho e recebem o salário mínimo, no seguro-desemprego;

d) Fortalece o mercado interno, pois assim teremos milhões de pessoas recebendo e comprando mais, o que aumentará a demanda e, por conseqüência, gerará mais empregos;

e) O salário mínimo é inflacionário? Não. É só lembrarmos que ultrapassamos a barreira dos US\$100.00 no Brasil em 1991, 1995 e 1998. A inflação não aumentou e o desemprego diminuiu;

f) E as contas públicas? Compete ao Governo definir prioridades. O combate à fome, à miséria e a busca do emprego não está em primeiro lugar? Para mim está. Com essa afirmação indico as fontes de recursos para o aumento do salário mínimo. Os dados do Siafi demonstram que este ano há superávit na seguridade social de R\$31 bilhões. Alguém poderia dizer: estão aí incluídos gastos como saúde, assistência e previdência, pagamento dos servidores públicos, mais de R\$4 bilhões para o fundo de pobreza. Tirando tudo que se possa imaginar, o superávit ainda permanece com R\$5 bilhões. A Receita Federal teve este ano o aumento de arrecadação de mais de 15,5%, aproximadamente R\$3 bilhões. Esse valor, somado aos R\$5 bilhões citados já garante o reajuste do salário mínimo;

g) Se o Governo deslocar o pagamento da contribuição previdenciária do empregador da folha de salários para o faturamento, daria para dar um aumento maior ao salário mínimo que estamos propondo e ainda estaríamos gerando mais empregos por meio da desoneração da folha;

h) Com certeza, se houvesse a cobrança dos devedores da previdência, arrecadaríamos outros bilhões que sustentariam o reajuste do salário mínimo e dos aposentados e pensionistas. De acordo com o próprio Ministério da Previdência, as dívidas para com o INSS são superiores a um orçamento anual da autarquia;

i) Para não dizer que não mencionamos as pequenas prefeituras, respondemos que não há na história do Brasil uma única prefeitura que fechou por culpa do salário mínimo, até porque é o aumento do salário mínimo que fortalece a economia dos pequenos centros.

Sabe-se que não apenas no Nordeste, mas em 70% dos municípios brasileiros, o salário mínimo para os aposentados e pensionistas pagos pela Previdência Social é a principal receita da vida e da economia desses municípios. Na maioria deles, os benefícios da Previdência ultrapassam em valor as transferências do Fundo de Participação dos Municípios;

j) Vamos combater a fraude, a sonegação e a corrupção. Para cada real arrecadado neste País, um outro é desviado em forma de fraude, sonegação, corrupção.

É bom lembrarmos que, mesmo que ultrapassássemos a barreira dos R\$300,00, o Brasil continuaria tendo um dos piores salários mínimos do mundo.

Por último, para aqueles que insistem em dizer que todo ano fazemos uma guerra política em relação ao salário mínimo, queremos informar que existe a possibilidade de por fim a essa incerteza e a essa discussão que se repete a cada ano às vésperas do seu reajuste.

Se aprovássemos o PLS nº 5, de nossa autoria, apresentado ao Senado no ano passado e há mais de uma década na Câmara dos Deputados, teríamos uma política permanente para o salário mínimo até que fosse atingido o que manda a Carta Magna. O que menciona o projeto? Em todo dia 1º de maio de cada ano, o salário mínimo será corrigido pela inflação dos últimos 12 meses, acrescido de R\$0,20 a hora, ou seja, R\$44,00.

Será que a sociedade brasileira não assimila o reajuste real para o salário mínimo de R\$0,20 a hora uma vez ao ano? Isso significa os R\$44,00.

Todos sabemos que, para combater a violência e garantir a inclusão social, o salário mínimo é um dos melhores caminhos. Em pesquisa recentemente publicada foi comprovado que, quanto mais a renda e o emprego do brasileiro cai, mais cresce a violência.

Concluimos com as palavras daquele que deu a sua vida no combate à pobreza e à violência, prêmio Nobel da paz em 1980, Mahatma Gandhi: "Nunca ninguém disse que uma miséria opressora leva a outra coisa que não à degradação moral. Todo ser humano tem direito de viver e, portanto, de encontrar o necessário para alimentar-se, vestir-se e habitar. Para esta incumbência, tão simples, não precisamos da ajuda dos economistas e de suas leis."

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de requerer, como parte do meu pronunciamento, a transcrição das duas referências a artigos que mencionei sobre o encontro de José Celso Martinez Corrêa e Silvio Santos na **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência defere, nos termos do Regimento, a transcrição solicitada pelo nobre Senador Eduardo Suplicy.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLYCY:

ILUSTRADA Empresário e diretor teatral se reuniram para conversar sobre projeto de construção de shopping na área do teatro

Silvio Santos encontra Zé Celso no Oficina

REDAÇÃO

Depois de mais de duas décadas de conflitos, o empresário e apresentador de TV Silvio Santos e o diretor José Celso Martinez Corrêa se reuniram ontem, no teatro Oficina, em São Paulo. Eles conversaram sobre projeto de shopping que o Grupo Silvio Santos pretende construir em terreno de sua propriedade em torno do teatro, no bairro do Bexiga.

O encontro foi extraordinário, mágico, é uma coisa que há 25 anos eu sonho”, afirmou o diretor, que pela primeira vez se avisou com o empresário.

Da reunião também participaram o senador Eduardo Suplicy, acompanhado de seu filho, o cantor Supla, e o polemista Contardo Calligaris, colunista da Folha.

O encontro foi intermediado por Suplicy, que telefonou ao empresário, dono da rede de TV SBT, na última sexta, um dia após a publicação, na Folha, de coluna em que Contardo Calligaris propunha em carta aberta a Silvio Santos que ele conversasse com Zé Celso e fizesse uma visita ao teatro. Silvio Santos manifestou a Suplicy o interesse em conhecer o Oficina, e a reunião foi marcada.

O empresário chegou ao teatro desacompanhado, às 17h. Foi recebido por integrantes do grupo teatral, que cantaram músicas do espetáculo “O Homem 2”.

Zé Celso contou um pouco da história do grupo e apresentou o teatro a Silvio Santos. Depois en-

caminharam-se para o mezanino do Oficina, onde Zé Celso detalhou seu projeto de construir um anfiteatro para grandes peças populares, espécie de “universidade popular do teatro”.

O diretor teatral enfatizou não se opor a iniciativas de desenvolvimento do bairro do Bexiga e disse não ver contradições entre o projeto do Grupo Silvio Santos e a manutenção do Oficina. O grupo de Zé Celso entregou a Silvio Santos um projeto de expansão do teatro que prevê a utilização dos terrenos que o shopping e o centro de diversões ocupariam, numa tentativa de conciliar as duas propostas. O trabalho foi desenvolvido pela arquiteta Cristiane Cortilio. Silvio Santos afirmou que o levaria para sua equipe avaliar a viabilidade do projeto.

“Os Sertões” e água-de-coco

A reunião durou cerca de uma hora. O empresário tomou água-de-coco, recebeu uma edição de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, com dedicatória escrita pelo diretor, e deixou a promessa de que voltariam a se encontrar.

Ao final da visita, o grupo Oficina cantou para Silvio Santos samba dos anos 70 da escola carioca Vila Isabel cuja letra diz: “Eu sou o teatro brasileiro/Da vida o espelho verdadeiro”. Silvio Santos escutou até o fim e foi acompanhado por aplausos do grupo até sua saída do teatro.

“Se nas suas próximas apresentações vocês cantarem com tanto carinho, terão o maior sucesso”, declarou Silvio Santos.

“Ele achava que a disputa era exclusivamente pela preservação do teatro. Foi recebido pelo elenco todo, agradeceu e ficou impressionado”, disse Zé Celso.

“Outra dimensão”

No final, o diretor fez uma avaliação positiva do encontro. “O Silvio veio sozinho, sem paranóia, chegou na hora, isso é importantíssimo. Estávamos nos preparando para recebê-lo de corpo aberto, de alma aberta. Fui caminhando com ele e mostrando os buracos que existem no fundo do teatro, e os atores ficaram o tempo todo se concentrando. Estou orgulhosíssimo, os atores conseguiram manter uma atmosfera zen, tântrica”, disse ele.

Segundo Zé Celso, foi dito a Silvio Santos que o grupo pretende fazer um “teatro dedicado à cultura brasileira antropofágica, e que já estamos preparados para isso. Ele se surpreendeu. Quis saber quanto custa o projeto. E o convidei para atuar”, contou. Para ele, “a partir de hoje, mudou a relação” com Silvio Santos.

“Vi nele uma pessoa de carne e osso e, por trás do homem em que existe só comércio, vi uma outra dimensão, muito contagiante, muito talentosa. Esse encontro pode ser uma revolução na cultura de São Paulo”, disse.

Para o senador Suplicy, o encontro foi entre “duas pessoas de genialidade e talento”. E considerou o episódio “uma experiência de ‘serendipity’ [dom de fazer descobertas felizes, por acaso]”.

POLÍTICA CULTURAL

O dia em que Silvio Santos visitou o Oficina

Empresário pede para conhecer projeto de núcleo cultural e sela paz com trupe teatral

JOTABÊ MEDEIROS

O empresário e apresentador Silvio Santos foi ao teatro. Chegou às 17 horas dirigindo o próprio carro e foi recebido por um grupo de 40 atores e atrizes, que cantou para ele a *Ave-Maria*. Depois, ele subiu ao balcão e, enquanto o elenco cantava, engatou uma conversa de uma hora e meia com o diretor da trupe, José Celso Martinez Correa.

O teatro que Silvio Santos visitou foi o Oficina, ontem à tarde, no Bexiga. A surpresa de sua visita era bastante justificável: o empresário poderia ser recebido com algo mais do que frieza, já que seu projeto de construção, na área vizinha, de um centro comercial de 55 mil metros quadrados, avaliado em R\$ 75 milhões, criou uma espécie de rivalidade com o diretor Zé Celso e seus bacantes. O encenador tem os próprios planos para a região – a criação de um centro de formação cultural e artística. No encontro, Silvio Santos manifestou inclusive disposição em engajar-se no projeto de Zé Celso.

“Nunca entrei nesse teatro porque achava pequeno”, disse Silvio, espantado com as dimensões do local, projeto da arquiteta

ATORES
CANTARAM
'AVE MARIA'
PARA ELE

Lina Bo Bardi tombado pelo Condephaat.

O encontro foi sugerido pelo próprio Silvio Santos, durante conversa telefônica com o senador Eduardo Suplicy (PT). “Eu liguei para ele para falar sobre o assunto e ele me disse que tinha lido uma carta bonita que tinha mexido com ele”, contou Suplicy. Falaram então sobre marcar o encontro e o senador sugeriu que fosse hoje. “Mas ele disse que ia viajar e que seria bom no domingo”, contou o senador, que também levou o filho Supla ao happening-tréguia.

“Foi um milagre o que aconteceu, mas um milagre para o qual eu estava preparado, para o qual eu passei 25 anos me preparando”, disse Zé Celso Martinez Correa, que citou a atriz Vivien Leigh no papel de Blanche Dubois, de *Um Bonde Chamado Desejo*, para materializar a cena. “As vezes, Deus se mostra tão prontamente”, disse o diretor, repetindo uma frase dita por Vivien no filme.

“Deus esteve aqui e foi fantástico. Me disseram que ele era um homem que só falava e a gente escutava, mas ele se mostrou um ouvinte paciente e maravilhoso”, elogiou Zé Celso. A antiga desconfiança foi substituída por um diálogo franco. Silvio Santos, que confessou desconhecer o projeto, pediu pa-

ra ver o plano do Oficina para a região e foi objetivo. Quis saber dos custos e salientou que, dos projetos factíveis, “5% é sonho e 95%, execução”.

Zé Celso rebateu dizendo que tem aliados fortes para o projeto, que inclui a revitalização de pontos nevrálgicos do Bexiga, incluindo TBC, Vila Itororó e entorno do Oficina. Um dos aliados é a cineasta Monique Gardenberg (de *Benjamim*), que se ofereceu para formatar o plano.

“Sei que dentro de você tem um louco”, disse Zé Celso ao apresentador. Silvio deu uma gargalhada e o diretor emendou: “Você é um ator maravilhoso. Quem me dera eu ter você em uma peça. Se nós nos aliássemos, seria uma coisa assombrosa.”

O grupo Oficina continuava cantando, no que o diretor chama de “uma espécie de concentração mántrica”. E explicou ao empresário que aquilo tudo era um velho sonho de Oswald de Andrade, que também se integrava à estética do próprio Silvio Santos. “Mesmo entre os empresários, há uma rejeição quanto à qualidade dele. Mas a Lina Bo Bardi, num artigo já antigo, dizia que a obra de Silvio trabalhava com a exclusão e deveria ser estudada na USP.”

Ao fim do encontro, crianças que participam dos espetáculos do Oficina deram ao apresentador um exemplar de *Os Serões*, de Euclides da Cunha. Enquanto os atores cantavam o *Samba do Teatro Brasileiro*, de Flávio Rangel, Silvio Santos embarcou no Lincoln e foi embora.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já me inscrevi como Líder da Minoria para falar após a Ordem do Dia, apenas queria dizê-lo publicamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a já está inscrito em segundo lugar, após a Senadora Ana Júlia Carepa, para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 453, DE 2004

Requeremos, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do José Antonio Andrade de Souza.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Espírito Santo

Brasília, 19 de abril de 2004. – **Paulo Paim**, 1^o Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência prorroga a Hora do Expediente, a fim de ouvir, conforme designação feita pela Liderança do PFL, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem concedo a palavra por cinco minutos, para, em seguida, convocar os Senadores inscritos para Comunicação Inadiável, sendo a primeira oradora a nobre Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o noticiário da imprensa dos últimos dias criou em mim, e acredito que em toda a Casa, uma expectativa muito grande. Chegamos a uma fase em que o Presidente está acossado por todas as forças políticas aliadas no sentido de receber cargos e distribuir diretorias de empresas públicas.

Acho gravíssimo esse procedimento, daí por que o melhor serviço que poderia prestar o Senhor Presi-

dente da República seria dizer que, independentemente de Partidos, ou mesmo com eles, o importante, nesta hora de dificuldades que o Brasil vive, talvez das mais difíceis dos últimos tempos, é prevalecer a competência acima de tudo, porque do contrário Sua Excelência não fará um bom governo em nenhuma hipótese. Não é que ele venha a desprezar o seu Partido – ninguém iria pedir-lhe esse absurdo –, mas que Sua Excelência escolha no seu partido os melhores e nos partidos aliados, também aquelas figuras que possam dar credibilidade ao Governo.

Não creio que seja o melhor caminho oferecer duas diretorias da Petrobras a determinado Partido. A Petrobras é uma das maiores empresas do mundo e não pode estar sujeita a essa divisão fisiológica que a política brasileira há muito tempo pratica e que agora está mais acentuada, porque, não somente no primeiro escalão, mas também no segundo e no terceiro escalões, isso está acontecendo e se verifica em toda parte. Nos Estados, os representantes dos partidos aliados não são os melhores, nem tampouco os do PT. Ninguém nega que no PT e nos partidos aliados haja pessoas de valor. Todos os partidos apresentam membros ilustres. Digo isso como alguém que acredita que seu próprio Partido não quer cargos; ele quer ajudar o Governo naquilo que for certo e combater o Governo naquilo que for errado.

Por isso, muitas vezes, tenho votado com o Governo para ajudá-lo. O Presidente deve estar atento à necessidade de escolher os melhores homens do Brasil, independentemente até de Partido.

A situação é grave demais para se querer lotear o Governo e, se o Presidente teve o respaldo do povo, como nunca nenhum outro teve, não pode abandonar o povo por causa de forças políticas no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados. Ninguém nega que S. Ex^a deve dar atenção a essas forças políticas, mas nunca deve comprometer seu Governo com figuras menores.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Creio que não posso. Mas, se puder, conceder-lhe-ei o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pelo fato de o tempo do orador ser exíguo – apenas cinco minutos –, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a contribuiria com o Senador Antonio Carlos Magalhães se lhe permitisse concluir o pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sei que V. Ex^a está de acordo comigo, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a traz uma reflexão muito significativa. Segundo a imprensa, o Presidente estaria considerando substituir Luís Pinguelli Rosa, pessoa de extraordinário conhecimento e competência e que tem realizado uma administração importante na Eletrobrás. Entretanto, ouvi o comentário: será que ele não dá votos no Senado? Ora, se ele está administrando bem a Petrobras, então tenho a convicção de que os que defendem, aqui no Senado, o interesse público jamais deixariam de votar no Presidente com a continuação de Luiz Pinguelli Rosa na administração. Eu queria apenas reforçar a recomendação que V. Ex^a faz sobre o tema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu diria: Presidente Lula, ouça os seus correligionários, ouça os partidos aliados, mas faça sempre o que for melhor para o Brasil. Não é por pressão ou por ganhar uma votação, na Câmara ou no Senado, que o Governo vai ficar mais forte. Não. O Governo ficará mais forte se ganhar a opinião pública com um trabalho digno, decente, sobretudo na área social, que vive muito abandonada. Se isso for feito, não tenho dúvidas de que o Presidente vai crescer, como também crescerão Câmara e Senado. E ele terá o apoio indispensável de todos os partidos ou de todos os Senadores ou Deputados.

Os que ficarem contra o povo não terão o apoio popular. Daí eu apelar para o Presidente, com toda a energia: Presidente, pense no Brasil e não aceite imposições de quem quer que seja. Não digo que não faça pessoas de partidos políticos. Pode fazer, mas escolha os bons, com folha corrida decente, para que possamos ficar felizes, e, certamente, o Presidente com a sua consciência mais leve em relação ao votos que recebeu dos brasileiros.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Gostaria apenas de fazer uma correção, para colaborar inclusive com o Senador Suplicy e com V. Ex^a. A frase “o Pinguelli é um grande homem público, mas não me traz um voto, nem no Senado nem na Câmara” foi do próprio Presidente Lula – evidentemente que em um momento de desabafo. Peço que isso fique registrado, para que a História tome conhecimento disso e guarde para as análises do futuro. A frase partiu do próprio Presidente Lula.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Segundo li, é verdade a afirmativa do Sena-

dor Heráclito e a crítica, justa, do Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, vou finalizar. V. Ex^a sempre é generoso. Todos aqui estão de acordo com esta idéia, e duvido que neste plenário uma voz se levante contra ela, inclusive o nosso querido Líder do Governo, Aloizio Mercadante: todos nós queremos um Governo competente, independentemente de barganhas ou de forças políticas, que estão a exigir aquilo que o povo não quer, que é a incompetência dominante atualmente, em grande parte, do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É o meu apelo, Sr. Presidente. Tenho certeza de que, se o Presidente não ouvir, V. Ex^a fará com que ele ouça, com a chegada do meu discurso ao Palácio do Planalto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Peço a palavra a V. Ex^a, depois da Ordem do Dia, pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está certo. V. Ex^a fica inscrito para após a Ordem do Dia.

Senador Sérgio Guerra, a Mesa acusa a designação de V. Ex^a. A Presidência concederá à Senadora Heloísa Helena o uso da palavra para uma comunicação inadiável. Em seguida, dará a palavra a V. Ex^a e garantirá aos outros dois inscritos o uso da palavra. Após, iniciaremos a Ordem do Dia.

Tem V. Ex^a a palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já tive a oportunidade de falar hoje – outros oradores também o fizeram –, mas volto ao tema do salário mínimo. A Deputada Luciana Genro e eu apresentamos um projeto de lei referente ao salário mínimo, para cobrar do Presidente da República o cumprimento de sua promessa de campanha.

Fizemos um debate sobre o assunto com várias entidades. Respeito os Senadores que, ao longo de sua história, trabalharam a questão da referência do salário mínimo de cem dólares. Há mais de dois meses, em nossos trabalhos, a referência utilizada foi o compromisso de campanha do Presidente da República de dobrar o poder de compra do salário mínimo.

O ano passado foi um ano perdido para o Presidente da República. Efetivamente, não se estabeleceu

ram mecanismos para aumentar o poder de compra do salário mínimo, pois seu ajuste deu-se apenas em relação à recomposição das perdas inflacionárias. Então, é fundamental que estabeleçamos esse aumento do poder de compra.

Todos sabemos que, de fato, existe um cínico memorial de contradições. Muitos dos compromissos assumidos, tanto pelo Partido majoritário do Governo quanto pelas forças que dão sustentação ao Presidente Lula, fazem parte do cínico memorial das contradições. Muitas promessas feitas na época da campanha hoje só são avistadas diante do abismo constituído pela ação do Governo. Mesmo assim, nós, que fomos eleitores do Presidente, sentimo-nos à vontade e com autoridade moral de cobrar da Presidência da República aquilo que foi estabelecido como compromisso de campanha, que é dobrar o poder de compra do salário mínimo.

É evidente que, se tivemos um ano perdido, para garantir que o poder de compra do salário mínimo seja dobrado até o último ano do mandato do Presidente da República, é fundamental que agora, além das perdas inflacionárias, haja um aumento de 26% do salário mínimo, o que o elevaria para R\$330,00. Não há nada de mirabolante em relação a isso. Sei que, no cínico memorial de contradições, os partidos que compõem a Presidência da República tratam a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso como justificativa para não implementar ações sociais. É a tal da herança maldita. Do mesmo jeito, a continuação virtuosa da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso também é usada para agradar aos setores conservadores da sua base de bajulação ou aos mercados.

Apesar de tudo isso, continuamos insistindo: é imprescindível que o Governo Lula cumpra o seu compromisso de campanha de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Para que isso seja feito, é necessário muito mais do que o teto de US\$100. É preciso que haja um reajuste de 26%, além da recomposição das perdas inflacionárias.

Portanto, Sr. Presidente, para que o Presidente da República não esteja, mais um vez, inserido no cínico memorial de contradições que tem sido seu Governo, é importantíssima a aprovação do projeto de lei que aumenta em 26%, além das perdas inflacionárias, o salário mínimo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PMDB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a já fica inscrito em quarto lugar, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao nobre Líder, Senador Sérgio Guerra, para fazer uma comunicação de interesse partidário pelo PSDB, pelo prazo de cinco minutos. Em seguida, a Presidência concederá a palavra à segunda oradora inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retomo as últimas palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, que faz referência à indicação e nomeação de lideranças políticas para cargos no Governo Federal ou nas empresas estatais do Governo Federal.

Para nós, essa situação compõe plenamente o cenário de um País que não se encontrou. Não que partidos não devam participar com indicações do Governo. Mas, evidentemente, a vulgarização desse processo, sem considerar o conteúdo dessas indicações, que deve ser o seu mérito técnico, é uma marca dos últimos meses desse Governo, que promete ser agora aprofundada, quando há uma ampla e provável instabilidade. Não me parece que seja esse o caminho para enfrentar um problema nas ruas, um problema de desemprego, de falta de reforma agrária e de desrespeito a direitos adquiridos.

Várias situações vão se generalizando e criando nas ruas um ambiente de ampla insatisfação refletida nas pesquisas e numa certa e crescente insubordinação civil.

Desconhecer esse fato no País de hoje é fechar os olhos à realidade. Sobre a realidade, que era o tema desta nossa pequena intervenção, eu quero dirigir uma palavra, especialmente aos Senadores da nossa região, do Nordeste brasileiro, e de outras regiões periféricas do Brasil, que necessitam mais do que outras da ação e do investimento público federal.

O caso do Nordeste é revoltante. Um ano e meio de Governo e nenhum tostão. Obras, pequenas, médias e grandes estão paralisadas e as instituições absolutamente desmoralizadas, como a antiga e a nova Sudene. As outras instituições regionais também estão desmistificadas. Se ainda tinham uma certa simbologia, hoje não têm mais nenhuma e não foram substituídas por uma nova realidade, e sim por uma fraude organizacional.

Pessoas que não se consideram, que não se entendem, que não têm competência técnica assumem

funções para não fazerem rigorosamente nada. Dinheiro federal ninguém vê; recursos para o enfrentamento dos problemas decorrentes das últimas chuvas são desconhecidos.

No tempo dos militares, havia enorme proliferação de números fantasiosos que, nos jornais, anunciavam bilhões e bilhões de recursos que iam para o Nordeste e que os nordestinos nunca viram.

Este Governo começa bem! A cada dia anuncia um programa bilionário que não tem conteúdo, forma nem projeto. Darei um exemplo típico: a ferrovia transnordestina. Ao longo dos últimos catorze ou dezesseis meses, o Ministro Ciro Gomes organizou um grupo interministerial para cuidar do assunto.

Sem essa ferrovia, não há integração econômica do interior do Nordeste com as possibilidades de crescimento econômico do litoral, no qual foram feitos, no passado, investimentos. Esse grupo chegou a um modelo que viria refletir a vontade do Governo inteiro. Esse modelo foi aceito pelo Presidente da República, que comunicou publicamente a sua decisão de realizar a construção da ferrovia transnordestina. Esse modelo foi ao Ministério da Fazenda, e não foi autorizado sob o argumento generalizado do superávit primário.

O Fundo Monetário Internacional resolveu – e nós resolvemos também no Brasil – que não se pode fazer ferrovia no Brasil, que não se pode fazer investimento público em áreas de periferia e pobreza – e o Estado precisa fazer esses investimentos, porque na sua falta ninguém irá fazê-lo.

Essa é a realidade, que está muito além desse processo contaminado e prolífero de nomeações e interesses combinados. Está muito por fora de tudo isto: por fora da fantasia do crescimento econômico que o Presidente anunciou; por fora das centenas e dezenas de entrevistas que são dadas todos os dias pelo Presidente do PT, anunciando um novo ciclo de desenvolvimento econômico no Brasil, uma retomada da expansão econômica.

Ora, nenhuma expansão econômica tem conteúdo e sustentação se não for suportada por investimentos na infra-estrutura, na educação e na saúde. Este Governo não investe em nenhuma dessas áreas! Portanto, o anúncio dessa retomada nada mais é do que uma bolha eventual de crescimento e não tem consistência. Na prática, regiões como a nossa estão mais fora do núcleo de poder do que estavam antes deste Governo, intrinsecamente paulista e concentrador, que reflete no Brasil interesses que não são da maioria do povo brasileiro.

Esse é o discurso de sempre do PT; e essa é a situação com a qual nos deparamos hoje sem reação nenhuma concreta. É preciso reagir; é preciso que Lide-

ranças de todos os Partidos que tenham compromisso com a realidade, e não com pequenos interesses, se juntem para promover mudanças que precisam ser feitas, para que o Nordeste e áreas de pobreza do Brasil deixem a situação de sempre, exploradas, sem voz e sem chance de melhorar!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à segunda oradora inscrita, para uma comunicação inadiável, a nobre Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Mato Grosso.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar rapidamente a grande feira de produção que acontece, nestes dias, no nosso Estado de Mato Grosso, no nosso Município de Rondonópolis. Em três dias, o volume total de negócio dessa feira teve um saldo parcial de R\$400 milhões.

Há declarações de que o Agrishow Cerrado já compete com as feiras agropecuárias de Ribeirão Preto, consideradas as mais movimentadas do País. E se nossas estradas, Sr^{as} e Srs. Senadores – digo, agora, como registro, todas as vezes que ocupo a tribuna – estivessem em melhor estado, essa feira teria condições de superar as melhores do País. Portanto, mais uma vez, ressalto a necessidade de deslocarmos recursos da Cide diretamente para os órgãos federais responsáveis pelas estradas federais nos Estados brasileiros, especialmente em meu Estado, Mato Grosso.

Mas ocupo a tribuna na tarde de hoje para tratar de um assunto da mais alta relevância e que se relaciona ao transporte de produção no Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei com surpresa, e por que não dizer, com indignação, a entrevista que o Secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso, uma das altas autoridades do Governo Blairo Maggi, concedeu, no último final de semana, ao jornal **Folha do Estado**, que circula em Cuiabá.

De acordo com o que declara o Secretário, vejam só, “não há sinalização positiva do Governo Federal para a liberação de recursos e a retomada das obras”. Ele se reportava à Ferronorte.

Sr. Presidente, considero lamentável que o Secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso desconheça a história da Ferronorte e se exponha dessa forma com relação ao projeto da ferrovia. Mais que isso, é estranho que esse representante do Governador Blairo Maggi demonstre desconhecimento com relação ao interesse declarado do nosso Governo, do Governo Federal, relativamente à obra da Ferronorte, demonstrado no

ano passado, quando nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve pessoalmente na inauguração do Terminal de Alto Araguaia.

O Presidente Lula não somente percorreu de trem o trecho Alto Taquari/Alto Araguaia, em Mato Grosso, como também assegurou, naquela oportunidade, perante todos nós – e lá estava o Governador Blairo Maggi – que estariam assegurados os recursos para a ferrovia chegar até Rondonópolis e, posteriormente, até Cuiabá.

Pelo que o Presidente Lula declarou naquela oportunidade, parece-me que não se possa concluir, como estranhamente faz o Secretário de Infra-Estrutura do Governo Maggi, que existe falta de interesse do Governo Federal em construir as obras da Ferronorte.

Não aceito isso!

Tão logo tomei conhecimento das declarações estranhas e surpreendentes – e por que não dizer –, irresponsáveis desse representante do Governo de Estado, entrei em contato com autoridades do Ministério da Integração Nacional e com o Presidente do Conselho de Administração da Ferronorte, Sr. Guilherme Narciso de Lacerda. Esses contatos deixaram-me tranqüila quanto ao apoio irrestrito do Ministro Ciro Gomes à liberação de recursos da Sudam, bem como o já anunciado acordo com o BNDES para que esse banco seja o grande parceiro da Ferronorte.

Temos o compromisso do Presidente Lula, temos o compromisso do Ministro Ciro Gomes e de toda a estrutura do Governo Federal de que as obras da Ferronorte serão tocadas, de que os trilhos da ferrovia chegarão, sim, até Rondonópolis e que brevemente estarão chegando também à cidade de Cuiabá.

Sr. Presidente, o Senador José Sarney, ilustre Presidente desta Casa, sabe muito bem, pois foi colega do ex-senador Vicente Vuolo, neste Senado, a história de lutas que cerca essa ferrovia. O Senador José Sarney, inclusive, quando Presidente da República, fez questão de assinar, em Cuiabá, o contrato de concessão da Ferronorte, ao lado do ex-senador Vuolo.

A Ferrovia Senador Vicente Vuolo, que está sendo construída pela Ferronorte, não é uma obra por si só de bitola larga e de dormentes de concreto, ecologicamente mais correta; ela é uma obra de integração nacional, um sonho de mato-grossenses e paulistas, defendida pelo grande brasileiro que foi Euclides da Cunha, já em 1901, em seu livro **Contrastes e Contrastes**.

Infelizmente, o meu tempo está se esgotando, mas gostaria de dizer que tenho certeza absoluta, pelo compromisso que vi o Presidente Lula assumir em Mato Grosso, por ocasião da inauguração da Ferronorte, trecho Alto-Taquari/Alto-Araguaia, que esse

projeto da Ferronorte – Ferrovia Vuolo – irá se concretizar com certeza. E não aceitamos que o Secretário de Infra-estrutura do Estado venha dizer que duvida disso, que não acredita e que isso não vai acontecer. A Ferronorte vai chegar sim, e muito em breve – está com os recursos já em condições de serem liberados –, a Rondonópolis e, logo depois, chegará a nossa capital do Estado, a nossa Cuiabá.

Com a certeza de que o compromisso assumido pelo nosso Governo com as condições de trafegabilidade, de escoamento da produção, em especial no maior produtor de soja, no maior produtor de algodão, no detentor do maior rebanho bovino do País, que é o meu Estado de Mato Grosso, teremos, sim, as obras da Ferronorte indo avante e rapidamente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDT – TO) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador João Ribeiro.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos. (Pausa.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDT – TO) – Senador João Ribeiro, peço a V. Ex^a que aguarde que o Presidente José Sarney assuma a Presidência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, reitero meu pedido de inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, comunico ao Plenário a presença da Sr^a Carol Bellamy, Diretora Executiva da Unicef, que honra o Senado Federal com sua visita.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Peço permissão a V. Ex^a e à Casa para registrar o falecimento, há pouco, no Piauí, da Prefeita de Barra d'Alcântara, a Sr^a Ivonete Guedes, pertencente aos quadros do PSDB.

A Prefeita faleceu aos 48 anos de idade, cumprindo seu segundo mandato. Jovem, dinamizou a administração da cidade. Por isso contou, na sua reeleição, com 83% dos votos válidos de Barra d'Alcântara. Era irmã do atual editor de jornalismo do jornal **O Dia**, Mussoline Guedes, e da jornalista Ana Cristina, que presta serviços, no Estado do Piauí, à minha assessoria política.

Faço este registro com o maior pesar. Tratava-se de uma jovem administradora que foi vítima de um acidente automobilístico.

Solicito de V. Ex^a que determine o encaminhamento de voto de pesar ao seu esposo e a todos os familiares, bem como à Associação dos Prefeitos Municipais do Piauí por esta perda.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PFL – AP)

– V. Ex^a será atendido.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PFL – AP)

– V. Ex^a já está inscrito.

Tem a palavra o Sr. Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive nesse último final de semana, junto com o Governador Marcelo Miranda, em Colinas do Tocantins, com a presença do Prefeito municipal Gilson Pereira da Costa e o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Colinas, a Acicolinas, o laborioso Rui Batista Ferreira, participando da abertura da II Fenecol, um evento multi-setorial que engloba negócios na área da indústria, comércio, serviços e pecuária e que estará ocorrendo até a próxima quarta-feira, dia 21.

Já nessa segunda edição, a feira mostra sua importância para a região Norte do Estado, pois atraiu expositores da capital, Palmas, de Tocantinópolis e de Conceição do Araguaia, e reúne participantes de nada mais, nada menos do que 15 municípios do “nortão” tocaninense.

Dentre muitas das autoridades presentes à inauguração, não posso deixar de destacar a presença da ex-delegada de ensino, a competente assistente social Maria Helena Defavari; dos Vereadores da cidade, capitaneados pelo incansável Presidente Edmilson Gomes de Sousa, nosso querido Vereador Jacá.

Também estiveram presentes à abertura da feira o Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do meu Estado, Emilson Vieira Santos; os Deputados Estaduais Joseli Ângelo Agnolin, Geraldo Vaz, Palmeri Bezerra e Carlos Henrique Gaguim; o Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, José Messias

de Souza; a gerente regional do Banco da Amazônia, Marisa Helena Miranda Maracaípe; e o Presidente do Sindicato Rural de Colinas, Sandoval Lobo Cardoso.

O Município de Colinas do Tocantins vem experimentando um forte desenvolvimento nestes últimos anos, e a realização de evento deste tipo reafirma o progresso econômico da região.

A Acicolinas espera que a feira receba cerca de 30 mil visitantes, no total, e quer ver movimentado algo em torno de R\$10 milhões em negócios, fazendo do acontecimento uma oportunidade ímpar para que empresários que desejam investir na região possam perceber a potencialidade local.

Para os promotores e patrocinadores do evento – Caixa, Sebrae, Basa e Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Tocantins –, a expectativa é grande. Só com a Caixa Econômica Federal, a Associação Comercial e Industrial da cidade assinou um convênio na ordem de R\$5 milhões, o que dará grande impulso aos negócios na região porque a Caixa estará financiando para os microempresários e empresários os recursos para que possam desenvolver suas atividades.

A iniciativa de Colinas do Tocantins é mais um exemplo do espírito empreendedor que pulsa sem cessar na alma tocaninense e que já faz do meu Estado uma força econômica da região norte brasileira.

Sr. Presidente, usando o tempo que me resta, venho hoje a esta tribuna para fazer um registro muito importante: essa feira de negócios, que também está acontecendo na nossa capital, Palmas, ao mesmo tempo – registrei isso na semana passada – e, agora, para nossa alegria, na cidade de Colinas do Tocantins, com enorme participação da nossa população.

Senador Eduardo Siqueira Campos, essa cidade foi berço político de seu pai, nosso ex-governador Siqueira Campos. S. Ex^a saiu como Vereador daquela cidade para ser Deputado Federal e criar o nosso querido Estado do Tocantins. Portanto, ocorre um evento muito importante no meu querido Estado do Tocantins. Deixo isso registrado com muita alegria porque lá estavam presentes todos os políticos, os nossos companheiros e os que vão estar em outros palanques, em uma demonstração de que trabalhamos de forma a desenvolver o Estado, independentemente das correntes políticas.

Portanto, Colinas do Tocantins está de parabéns, assim como meu querido amigo Rui, por realizar esse grande evento, os Vereadores, o Prefeito, enfim, toda a comunidade colinense. Faço esse registro com muita alegria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer o registro que entendo de suma importância para o nosso País acerca da inclusão do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lista das cem pessoas mais influentes no mundo que a revista **Time** lança periodicamente.

Temos a honra de ter o nosso Presidente da República incluído entre as cem pessoas mais influentes exatamente por ser o porta-voz dos países em desenvolvimento. Sua Excelência é a pessoa que tem sido hoje no cenário mundial o porta-voz dos anseios, das reivindicações dos países excluídos dos benefícios da globalização e do desenvolvimento econômico do nosso planeta.

Lula é o único latino-americano incluído entre os cem mais influentes do mundo e é um dos poucos Presidentes da República. Apenas cinco Chefes de Estado foram indicados pela **Time**.

A inclusão do Lula nessa lista deve-se ao trabalho muito firme que o nosso Presidente vem desenvolvendo desde o primeiro dia de mandato na busca de parcerias, no levantamento de problemas relevantes ao cenário internacional. Agora, acompanhamos toda essa busca de modificação nos critérios para o estabelecimento do que pode ser incluído em termos de gastos públicos, de investimento ou não, segundo o que é estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional.

O assunto levantado pelo Presidente Lula acabou tendo, inclusive, apoio de vários outros países em reunião recente realizada em Lima, no Peru, e abriu o debate no Fundo Monetário Internacional, com perspectiva de conseguirmos mudar o critério de investimentos, principalmente em infra-estrutura, tão importante e fundamental para o desenvolvimento dos países emergentes, que têm uma condição diferenciada e que não fazem parte dos industrializados e desenvolvidos. É preciso que tenhamos esse critério alterado. Exatamente a presença, a palavra e a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornaram esse debate possível nesse momento.

Saudamos, como parte desse trabalho que o Presidente vem fazendo no sentido de abrir parcerias e novos campos, a chegada, no dia de hoje, do Vice-Primeiro Ministro da China, esse parceiro comercial que vem assumindo uma prioridade nas relações internacionais com o Brasil. Hoje estamos recebendo o Vice-Primeiro Ministro da China como ato preparatório da viagem que o Presidente Lula fará em maio àque-

le importante País não somente para a discussão do investimento de US\$10 bilhões em infra-estrutura em nosso País, como, principalmente, para a viabilização e agilização da exportação de dois produtos essenciais para a República Popular da China neste momento: o minério de ferro e a soja. Todos sabemos do estrangulamento da infra-estrutura brasileira e da situação das nossas estradas e portos, e a China exatamente tem a possibilidade, o potencial e a perspectiva de investir US\$10 bilhões para viabilizar a infra-estrutura de exportação do minério-de-ferro e da soja.

É importante ainda lembrar que a China já é o nosso terceiro parceiro comercial. Somente no ano passado, tivemos 60% de crescimento em exportações para a China. Portanto, a chegada do importante representante daquele país que vem assumindo cada vez mais essa parceria é algo que corrobora o nome internacional que o Presidente Lula vem desenvolvendo.

Outra questão importante que está nos noticiários deste final de semana e que tem relação com essa liderança internacional é o fato de o acordo Mercosul/União Européia, que se está desenhando cada vez como algo mais sólido e com fortes perspectivas de ser fechado no mês de outubro, vir exatamente para consolidar essa liderança, porque, com as dificuldades criadas pelos Estados Unidos na Alca, ninguém dormiu, ninguém sossegou e foi buscar novas parcerias.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Portanto, a intransigência norte-americana fez com que o Brasil e seus parceiros do Mercosul procurassem a União Européia em busca de tarifas mais baixas e de quotas maiores em benefício de todos os países do Mercosul.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, não é à toa nem é de graça que o Lula está sendo indicado como uma das cem personalidades mais importantes no cenário internacional. Esses fatos que estão ligados aos acordos Mercosul/União Européia e à ampliação da parceria com a China são inequivocamente a confirmação da liderança que Sua Excelência vem desenvolvendo e desempenhando e que tanto honra o nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Eduardo Azeredo, comunico a V. Ex^a que iniciaremos a Ordem do Dia. Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a, porque o Relator comunicou-me que teria uma informação a fazer ao Plenário, o que não prejudicaria o tempo a ser destinado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 454, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata e comunicado ao homenageado voto de aplauso e congratulações pelos 60 anos do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, transcorridos hoje, 19 de abril.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Moza-riildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso e congratulações solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 455, DE 2004

Nos termos do inciso I, do art. 256, do Regimen- to Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2003.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 456, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao jovem Carlos Matheus Silva Santos, por sua habilida- de excepcional para a matemática.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento In- terno, e ouvido o Plenário, que sela consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao jovem Carlos Matheus Silva Santos, de 19 anos, que obteve o título de mais jovem doutor na história do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), do Rio de Janeiro.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pela excepcional habilidade do jovem Carlos Matheus

nos mais diferentes campos da matemática. O mais jo- vem doutor do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), do Rio de Janeiro, pleiteia agora uma bolsa de pós-doutorado na Universidade de Paris.

Nesse contexto, se insere a reportagem que o jornal **Folha de S.Paulo** de 17-4-2004, publicou sob o título “Doutor de 19 anos ainda precisa concluir seu curso de graduação”, de autoria do jornalista Ales- sandro Greco.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Arthur Virgilio**, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso so- licitado.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2004

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Ara- caju, no Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe.

Art. 2º A Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju será uma instituição de ensino médio profis- sionalizante, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas no setor petroquímico da região.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de ensi- no de que trata esta lei subordina-se à prévia consi- gnação, no Orçamento da União, das dotações neces- sárias, assim como a criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento, por iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Parágrafo Único – Para a instalação do estabele- cimento de que trata este artigo poderá ser utilizado, ainda, recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, do Plano Nacional de Qualifica- ção Profissional – PLANFOR e do denominado Sistema “S”, destinados às confederações empresariais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Ministério da Educação ao lançar a “Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, em dezembro de 2003, por meio da Se- cretária de Educação Média e Tecnológica, expressa- mente acentuou que “a educação profissional e tec-

nológica é parte do processo integral de formação dos trabalhadores, portanto, deve ser compreendida como uma política pública e estratégica”.

No que se refere especificadamente às Escolas Técnicas, é de se reconhecer o papel importante dos cursos oferecidos por essas instituições, na formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra para o mercado de trabalho, este cada vez mais exigente, notadamente em uma área de ponta tecnológica como a indústria petroquímica.

Desta feita, sendo o Estado de Sergipe dotado de relevantes potencialidades no setor petrolífero, com vocação para a formação de um pólo industrial cloroquímico, pois tem o privilégio, talvez inédito no mundo, de, num círculo com trinta quilômetros de raio, possuir jazidas de petróleo, gás natural, calcário, sais sódicos, potássicos e magnésianos, o que, por si só, justifica a existência de um complexo mineral químico e petroquímico, o que, aliás, plenamente justifica a qualificação de um povo trabalhador, quiçá por meio da Escola Técnica do Petróleo que estamos propondo.

Portanto, para que o País, e em particular o Estado de Sergipe, possa melhorar a qualidade da mão-de-obra, é de se reconhecer o papel importante dos cursos oferecidos por essas instituições, na formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Para tanto, o Governo Federal conta com os recursos do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR), que foram dirigidos a todos os estados da Federação e aos municípios por meio das Secretarias de Trabalho, com a participação das Comissões de Emprego que aprovaram projetos públicos, privados e comunitários (associações, organizações não-governamentais), e outros aprovados diretamente pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ademais, há outra fonte de recursos considerável para a educação profissional e tecnológica no País, bem superior aos recursos destinados pelo FAT. São aqueles destinados às confederações empresariais, ao Sistema “S”, que ainda mantém o monopólio da formação profissional no País. Os dados de 1998, quando o Planfor recebeu mais recursos, R\$397 milhões de reais são quase 12 vezes menores em relação aos recursos destinados aos Sistema “S” que alcançaram R\$4.350 bilhões de reais (Qualificação, 2002, p. 17).

Outra fonte de financiamento da educação profissional e tecnológica concentra-se no Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP (Portaria MEC nº 1.005/97), que alicerçou a expansão do ensino técnico público e privado, dispendo de US\$500

milhões (US\$250 milhões do BID, US\$125 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e US\$125 milhões provenientes de recursos orçamentários do Governo Federal). Suas instruções normativas para realização de convênios não contemplaram o financiamento da articulação das ações de educação profissional e tecnológica com as de elevação da escolaridade e da educação básica. Ao contrário, foi previsto apenas o financiamento para infra-estrutura, construção e reforma de prédios, laboratórios, capacitação de profissionais da educação profissional e tecnológica e consultorias.

Portanto, há recursos disponíveis para a criação da Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação profissionalizante e tecnológica visa à expansão, modernização, melhoria de qualidade educacional e a permanente atualização profissional no País. Estes propósitos se consolidam com as metas de ampliação e diversificação da oferta de vagas, da adequação de currículos e cursos, da qualificação, capacitação, profissionalização de trabalhadores, independente do nível de escolaridade, e da formação e habilitação de jovens e adultos, nos níveis básico, técnico e tecnológico.

Apenas para se ter uma idéia da geração de emprego e da qualificação profissional que se poderá possibilitar a centenas de jovens e adultos, os cursos técnicos ofertados pela Escola Técnica Federal do Petróleo de Sergipe, para o fiel cumprimento de sua finalidade, poderão ser nas seguintes áreas:

- Técnico em Petroquímica
- Tecnólogo Químico Mod. Petroquímica
- Técnico em Análises Químicas
- Técnico em Bioquímica
- Técnico em Biotecnologia
- Técnico em Gestão de Processos Industriais
- Técnico em Laboratório
- Técnico em Meio Ambiente
- Técnico em Meio Ambiente – ênfase em controle Ambiental
- Técnico em Meio Ambiente – ênfase em Saneamento Básico
- Técnico em Plásticos
- Técnico em Processos Químicos
- Técnico em Química
- Técnico em Química com ênfase em colorimetria
- Técnico em Química com ênfase em galvanoplastia
- Técnico em tratamento de resíduos industriais
- Técnico laboratorista industrial
- Tecnólogo Ambiental
- Tecnólogo em controle ambiental

Tecnólogo em gestão ambiental
 Tecnólogo em química
 Tecnólogo em saneamento
 Tecnólogo em saneamento básico
 Tecnólogo Químico mod. Análise Química INDL

Por fim, se diz que o presente projeto obedece aos trâmites regimentais pertinentes e integra medida de juridicidade, haja vista que, na conformidade do Parecer nº 527 da CCJ, de 1998, exarado pelo então Senador Josaphat Marinho, adotado pelo Senado Federal, são jurídicos e constitucionais os projetos de lei de natureza autorizativa.

Assim, a criação de uma Escola Técnica Federal do Petróleo irá contribuir para a expansão da oferta da Educação Profissional no Estado de Sergipe, pois sua missão será promover a educação profissional de qualidade por meio da oferta de cursos de nível básico, técnico e tecnológico visando à formação e qualificação de jovens e adultos, ao desenvolvimento social e ao desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe, com enfoque para o setor petrolífero.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – Senador **Antonio Carlos Valadres**, PSB/SE.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Projeto de Lei do Senado que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2004

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para incluir, como competência da Comissão de Assuntos Econômicos, o disposto no inciso XV do art. 52 da Constituição Federal (avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional), introduzido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do inciso VI, com a redação que se segue, renumerando-se os atuais incisos VI e VII:

“Art. 99.

VI – avaliação periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutu-

ra e seus componentes, e do desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
 (NR)”

Art. 2º O Capítulo IV do Título X do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido da seguinte Seção III-A:

“SEÇÃO III-A

Da atribuição estabelecida no art. 52, XV, da Constituição

Art. 394-A. A avaliação a que se refere o inciso VI do art. 99 deverá atender, ao menos, os seguintes requisitos:

I – realização de, pelo menos, uma avaliação, no período de uma Legislatura, com elaboração de relatório final;

II – solicitação de depoimento de autoridades federais, estaduais, distritais e municipais, nos termos do art. 58, VI, da Constituição Federal, e art. 90, V, deste Regimento Interno;

III – solicitação, aos entes federados, das informações necessárias à mensuração do desempenho de suas administrações tributárias;

IV – apresentação, se for o caso, de proposição com vistas à correção das falhas constatadas;

V – encaminhamento, às autoridades e aos órgãos referidos no art. 396, de relatório final.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O nosso objetivo é tão-somente dar efetividade ao dispositivo constitucional introduzido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, que acrescentou às competências privativas do Senado Federal, relacionadas no art. 52 da Constituição Federal, a de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

O constituinte derivado reforçou, desse modo, a especialização desta Casa da Federação com vistas a zelar pelo equilíbrio das finanças públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao prever, também, o acompanhamento da eficiência da administração tributária desses entes, que não foi objeto de preocupação do constituinte originário.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é o órgão do Senado Federal que detém as atribuições regimentais para tratar dos assuntos atinentes

às finanças públicas, entre os quais se incluem as matérias tributárias. Em razão de o dispositivo introduzido pela EC nº 42, de 2003, especificar nova competência que se inclui no âmbito da CAE tornou-se indispensável a alteração do Regimento Interno do Senado Federal para que sejam disciplinadas as regras necessárias ao cumprimento da norma constitucional.

O projeto prevê, ao menos, uma avaliação, no período de uma legislatura, da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional e do desempenho das administrações tributárias dos entes federados. Nada obsta, portanto, que sejam feitas avaliações mais amígdas, caso seja do interesse dos Senhores Senadores, em especial, dos membros da CAE.

Também propomos que essa avaliação resulte em relatório final que deverá ser encaminhado ao Presidente da República, Governadores e Prefeitos e aos Poderes Legislativos dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

A CAE poderia realizar o previsto no projeto mediante o uso dos instrumentos que a Constituição Federal (art. 58, § 2º) e o Regimento Interno do Senado Federal (art. 90) conferem às comissões parlamentares. Todavia, entendemos que a inovação constitucional, introduzida pela EC nº 42, de 2003, merece tratamento específico a fim de que não reste qualquer dúvida quanto à competência da CAE para solicitar o depoimento de autoridades dos demais entes federados que não a União ou o envio de documentos desses entes.

Em face do exposto, temos a certeza que podemos contar com a compreensão de nossos Pares para a aprovação do projeto que, não temos dúvida, contribuirá para destacar a atuação do Senado Federal, tornando-o mais associado ao federalismo que caracteriza o Estado brasileiro.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – Senador **Ramez Tebet**.

Regimento Interno do Senado Federal

TÍTULO VI
Das Comissões

CAPÍTULO VI
Da Competência

SEÇÃO I

SEÇÃO II
Das Atribuições Específicas

Art. 99. A Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos:

I – aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – direito agrário, planejamento e execução da política agrícola, agricultura, pecuária, organização do ensino agrário, investimentos e financiamentos agropecuários, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, definição da pequena e da média propriedade rural;

III – problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio e propaganda comercial;

IV – tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; orçamento, juntas comerciais, conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública e fiscalização das instituições financeiras;

V – escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União (Const., arts. 49, XIII, e 52, III, **b**), e do presidente e diretores do Banco Central (Const., art. 52, III, **d**);

VI – matérias a que se referem os arts. 389, 393 e 394;

VII – outros assuntos correlatos.

TÍTULO X
Das Atribuições Privativas

CAPÍTULO IV
Das Atribuições Previstas nos arts. 52
e 155 da Constituição

SEÇÃO I
Da autorização para Operações Externas
de Natureza financeira

SEÇÃO II

Das Atribuições Estabelecidas no art. 52, VI, VII, VIII e IX, da Constituição

SEÇÃO III

Das Atribuições Relativas à Competência Tributária dos Estados e do Distrito Federal

Art. 394. Ao Senado Federal, no que se refere à competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, compete:

I – fixar alíquotas máximas do imposto sobre transmissão **causa mortis** e doação de quaisquer bens ou direitos (Const., art. 155, § 1º, IV);

II – estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Const., art. 155, § 2º, IV);

III – estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas (Const., art. 155, § 2º, V, a);

IV – fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, b). Parágrafo Único. As decisões do Senado Federal, quanto ao disposto neste artigo, terão forma de resolução tomada por iniciativa:

I – da Comissão de Assuntos Econômicos, no caso do inciso I do **caput**;

II – do Presidente da República ou de um terço dos membros do Senado, no caso do inciso II do **caput** e aprovação por maioria absoluta de votos;

III – de um terço dos membros do Senado Federal, no caso do inciso III do **caput**, e aprovação por maioria absoluta de votos;

IV – da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, no caso do inciso IV do **caput**, e aprovação por dois terços da composição da Casa.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV
Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

SEÇÃO VII

Das Comissões

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º – Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º – Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O Projeto lido será publicado e ficará sobre a mesa por cinco dias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, §1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 45, DE 2004
(Nº 175/04, na origem)

Senhores membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado como art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 14 de abril 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Alexandre Silveira de Oliveira

Filiação: Adilson de Oliveira
Maria da Conceição Aparecida Silveira de Oliveira

Naturalidade: Belo Horizonte – MG

Data de Nascimento: 15 de Julho de 1970

Endereço Residencial: Rua Desembargador Custódio Lustosa,
103/402 , Itapoã , BH/MG

Endereço Trabalho: Av. Prudente de Moraes nº 1641, Belo
Horizonte/MG

e-mail: aos@uninet.com.br

DOCUMENTAÇÃO PESSOAL:

MASP: 573.145 0

REGISTRO: M-3.991.168

CPF Nº de Inscrição: 790.224.996-34

OAB/MG: 65.923

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:



- Supervisor Administrativo Serviços de Engenharia de Fundação e Arquitetura
- Técnico em Contabilidade Formação Colégio AEC BH/MG
- Bacharel em Direito Fundação Monsenhor Messias/FADISETE Sete Lagoas/MG
- Consultor Jurídico Direito Público inscrito sob nº 65.923 OAB/MG
- Delegado de Polícia de Carreira ocupando o cargo de Supervisor da área Administrativa do Trânsito, Ciretran e Identificação da 1ª Delegacia Regional de Segurança Pública SESP/MG

- Coordenador Geral 6ª UNIT (Unidade de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes em Minas Gerais 2003/2004

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL



- Coordenador da 6ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes em Minas Gerais.
- Gerência Administrativa e Comercial rede de lojas São Tomé Móveis e Colchões Ltda/Alexandre Móveis.
- Consultoria Técnico Administrativa Construtora AOS Edificações Ltda.
- Supervisão Administrativa de Obras Engenharia Estrutural e Arquitetônica abaixo elencadas:
 - Complexo Bela Vista constituído com 51(cinquenta e uma) unidades estruturais área total de pavimentação estrutura e arquitetura 2.650 m².
Endereço: rua dos Maçaricos nº 158 e 190 e rua das Tangerinas nº 268 e 304, bairro Vila Clóris.
 - Residencial Nápoles e Florença constituído de 14(quatorze) unidades habitacionais já comercializadas.
Endereço: rua Professor Cristão da Cunha nº 108.
bairro Planalto
 - Complexo estrutural Madri constituído de 7(sete) unidades estruturais e arquitetônicas área 360 m².
Endereço: rua Urutaus nº 92, bairro Vila Clóris
 - Residencial Valência constituído de 7(sete) unidades habitacionais já comercializados.
Endereço: rua Urutaus nº 103, bairro Vila Clóris
 - Residencial Mônaco constituído de 7(sete) unidades habitacionais já comercializados.
Endereço: rua Manoel Lopes Coelho nº 524, bairro Itapoã

Complexo estrutural San Marino constituído de unidade pavimentação, estrutura e arquitetura medida área 420 m².

Endereço: rua Gumercindo Couto e Silva nº 442, bairro Itapoã


- Residencial Milão constituído de 6(seis) unidades habitacionais já comercializados.

Endereço: rua Moura Costa nº 17, bairro Planalto.

- Residencial Roma constituído de 6(seis) unidades habitacionais já comercializados.

Endereço: rua Professor Coelho Júnior nº 223, bairro Planalto.

CURSOS, SEMINÁRIOS E EVENTOS:

- 
- Estágio na Projectar Projetos e Construções Engenheiro responsável Rubens Luiz Gonçaves, Engenheiro Civil CREA-MG 61219/D.
 - Cursos de Operador de Microcomputador:
 - IPD/MS-DOS
 - WINDOWS
 - WORD
 - EXCEL
 - POWERPOINT
 - INTERNETLocal: Acadepol SESP/MG
 - Curso de Língua Inglesa iniciante, intermediário English School Center.
 - Curso DETRAN/MG participação na fiscalização de sinalização e na modificação de fluxo de trânsito com a liberação ou não das solicitações em processo.
 - Seminário de Direito Público FADISETE/MG 1993.
 - Seminário de Direito Administrativo Fundação Monsenhor Messias 1994.
 - Simpósio sobre obras de Grande Porte 2000.

- XI Seminário e II Simpósio de Segurança de Obras 1999.
- Simpósio Administração de Obras e Serviços correlatos EUA/Miami 2001.
- Curso CESPE Intervenção e Resgate BH/MG.
- Conferência sobre Revisão Constitucional Escola Advocacia OAB/MG.
- V Seminário Jurídico Direito Público Diretório Acadêmico Magalhães Drumond.
- IV Seminário Jurídico Direito Administrativo e Internacional Diretório Acadêmico Magalhães Drumond.



ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Aviso nº 373 – C. Civil

Brasília, 14 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alexandre Silveira de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Serviços de Infra-estrutura.)

MENSAGEM Nº 46, DE 2004
(Nº 176/04, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Hideraldo Luiz Caron para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 14 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Curriculum Vitae

1. Identificação:

1.1 Nome: Hideraldo Luiz Caron

1.2 Data de nascimento: 30/06/1960

1.3 Naturalidade: São Jose do Cedro – SC

1.4 Filiação: Darvilo Caron e Carmen Rizzotto Caron

1.5 Carteira de identidade: 2056496074 SSP RS

1.6 CPF: 323.497.930/87

1.7 Endereço: SAN Qd. 03 Lt. 3º andar Sala 34.29 Brasília – DF CEP. 70040-902

1.8 Local de trabalho: DNIT (61) 315-4320 / 4319 / 4316 / Cel. (61) 9974-5022

1.9 E-mail: hideraldo.caron@dnit.gov.br


2. Formação universitária:

2.1 Graduação: Engenharia Civil

2.2 Cursos de extensão: Graduação em Engenharia Civil UFSM-RS.

3. Atividades profissionais:

- 3.1 - 1983/1984 - **Presidente** do Diretório Acadêmico Centro de Tecnologia da UFSM-RS.
- 3.2 - 1984 - Filiação ao Partido dos Trabalhadores.
- 3.3 - 1986/1987 - **Tesoureiro** do Partido dos Trabalhadores de Santa Maria-RS.
- 3.4 - 1987/1988 - **Assessor Administrativo** da Câmara de Vereadores de Santa Maria-RS.
- 3.5 - 1989 - **Coordenador de Obras** do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre-RS.
- 3.6 - 1990/1992 - **Coordenador** do Centro Administrativo da Restinga da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS.
- 3.7 - 1993/1996 - **Diretor Geral** do Departamento Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura de Porto Alegre-RS.
- 3.8 - 1997/1998 - **Secretário Municipal** do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS.
- 3.9 - 1998 - **Vice Presidente** do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre-RS.
- 4.0 - 1999/2002 - **Diretor Geral** do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens (DAER) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- 5.0 - 2003 - **Coordenador Geral** de Manutenção e Restauração de Rodovias (DNIT) Ministério dos Transportes Governo Federal.



Hideraldo Luiz Caron

Aviso nº 374 – C. Civil

Brasília, 14 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Hideraldo Luiz Caron para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– As matérias vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Relator revisor. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª o adiamento da votação para terça-feira da semana seguinte, porque precisamos trabalhar ainda neste projeto. Estou levantando uma série de dados junto ao Ministério do Planejamento, à

Casa Civil e à Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais.

Peço, Sr. Presidente, que adiemos para terça-feira da próxima semana a votação deste Projeto de Lei de Conversão nº 20.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Como V. Exª não apresentou o seu relatório e como o projeto não poderá ser votado sem ele, atendo a sua solicitação.

Em conseqüência, a sessão de amanhã será não-deliberativa, uma vez que o Relator pediu que a matéria fosse incluída na sessão da próxima terça-feira.

Assim, ficam sobrestados os demais itens da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB – RR).

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB – GO).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, como Líder do PSDB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PSDB está realizando, em São Paulo, um seminário sobre educação, abordando pontos importantes que precisam da atenção permanente do Poder Público. Aqui, gostaria de lembrar alguns deles.

Atualmente, quase 100 milhões de brasileiros têm menos de 30 anos, portanto, estão na faixa de estudo. Dados mostram que evoluímos bastante. Atualmente 97% das crianças estão na escola. De 1994 a 2002, conseguimos um avanço significativo: das crianças de 7 a 14 anos, apenas 3% não estão hoje em sala de aula.

Na educação infantil, os números também são significativos. Passamos de 4,2 milhões, em 1994, para 4,973 milhões em 2002, um saldo de 21%, fruto, em especial, do avanço do Fundef, que deu melhores condições aos Municípios de assumirem a educação infantil.

No ensino médio, os dados também são significativos. Avançamos de cinco milhões de alunos, em 1994, para 8,8 milhões, em 2002, acréscimo de 78% apenas no período de gestão do meu Partido, o PSDB.

O seminário tem também o objetivo de discutir questões da educação superior, outro ponto que carece de atenção maior, já que está havendo uma demanda muito grande pelo ensino superior, o que, evidentemente, é muito positivo. Entretanto, como não há como atender a todos, esse assunto precisa ser discutido de maneira mais adequada.

É importante lembrar que foi defendido e aprovado nesse seminário do PSDB o aumento, em um ano, do ciclo do ensino fundamental.

Em Minas Gerais, este ano, o aluno ingressa no ensino fundamental aos seis anos, perfazendo um total de nove anos de estudo. Em meu Estado, já são cem mil alunos a mais apenas neste ano. Os alunos começam a alfabetização, o ciclo fundamental mais cedo, aos seis anos.

Sr. Presidente, também relativo à educação, trago aqui um pronunciamento a respeito de alguns dos mais importantes movimentos de renovação do nosso sistema educacional, cujo nascedouro seu deu em meu Estado, Minas Gerais.

Para mim, é motivo de grande júbilo render, desta tribuna, merecida homenagem à Professora Alaíde Lisboa de Oliveira, em seu centésimo aniversário. Uma das mais destacadas luminárias da cultura e da educação brasileiras, Alaíde Lisboa completa, no próximo dia 22, cem anos, esbanjando saúde, lucidez e alegria de viver.

A Professora Alaíde nasceu em Lambari, a bela cidade mineira do Circuito das Águas. Ela, que, na infância, gostava de contemplar a liberdade das águas que jorravam das fontes em sua cidade natal, passou a adolescência em Campanha, Minas Gerais, mudando-se, depois, para o Rio de Janeiro, onde viveu de 1924 a 1934. De lá, transferiu-se para Belo Horizonte, cidade onde vive há 70 anos e que a tem como uma de suas mais queridas filhas.

Foi na capital mineira que Alaíde Lisboa construiu toda sua brilhante carreira, vivenciando a efervescência cultural e compartilhando idéias com alguns dos mais importantes intelectuais e literatos brasileiros. Sua obra, no entanto, transcendeu os limites de Minas Gerais, firmando-se como importante referência para os estudos educacionais realizados em todo o País.

Na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Belo Horizonte, Alaíde Lisboa teve como professora, entre outros grandes mestres da educação mineira, Helena Antipoff, notável educadora vinda da Universidade de Genebra, de onde trouxe, com pioneirismo, a luz da psicologia e da psicanálise para o desenvolvimento das ciências da educação no Brasil.

Sr. Presidente, em 1950, Alaíde Lisboa tornou-se a primeira mulher a exercer cargo político em Minas Gerais, na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Como vereadora, dedicou-se a defender os profissionais do ensino e a propor melhorias no sistema educacional da cidade. Entre suas mais importantes iniciativas, destaca-se a criação da instituição de ensino que deu origem ao famoso Colégio Municipal Marconi, um marco de qualidade na educação do meu Estado.

A atuação de Alaíde Lisboa no desenvolvimento da cultura acadêmica mineira foi também muito significativa. Sua contribuição foi fundamental para a estruturação da área de educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora emérita daquela instituição, Alaíde organizou o mestrado em Educação e foi sua primeira coordenadora, atuando por diversos anos nos cursos de pós-graduação em Medicina. Foi também vice-diretora da Faculdade da Educação e diretora do Colégio de Aplicação por 13 anos. Trata-se, portanto, mais que uma carreira, de uma vida dedicada à pesquisa e ao magistério.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Alaíde Lisboa, imortal ocupante da cadeira nº 6 da Academia Mineira de Letras, publicou mais de 20 livros e inúmeros artigos, entre obras dedicadas ao público infantil, de caráter didático e sobre temas educacionais em geral.

Não obstante a importância dos estudos acadêmicos desenvolvidos pela respeitadíssima catedrática da UFMG, em sua obra se destacam dois singelos livros infantis: **A Bonequinha Preta**, com mais de um milhão de volumes publicados, e **O Bonequinho Doce**. Esses personagens encantadores, que povoam o imaginário de várias gerações de brasileiros, fizeram-nos descobrir, entre muitas outras coisas, o gosto pelos livros, o prazer da leitura. Talvez essa seja a mais importante lição ensinada por Alaíde Lisboa ao longo de sua vida.

Sr. Presidente, não poderia deixar de mencionar o fato de que, dando continuidade à tradição familiar de compromisso com a educação no Estado de Minas Gerais, a professora Maria Lisboa, filha da nossa querida Professora Alaíde, tem construído também carreira digna dos mais insígnos elogios.

Fundadora do meu Partido em Minas Gerais, foi Secretária Municipal de Educação em Belo Horizonte, exerceu também o cargo de Secretária Adjunta de Educação do Estado de Minas Gerais no Governo Hélio Garcia. Na Prefeitura, na Administração Pimenta da Veiga e depois comigo.

Em exemplos edificantes assim, encontramos o combustível necessário para a luta cotidiana contra a desigualdade e pela construção de um País mais fraterno e mais humano.

Obrigado, Professora Alaíde Lisboa, pela sensibilidade com que tratou a educação e por tudo que nos tem proporcionado ao longo de sua belíssima vida.

Carlos Drummond de Andrade já falava, com muita clareza, da importância e da sensibilidade do seu trabalho, especialmente em relação à educação infantil.

“O que seria do mundo se os homens não sonhassem?”, escreveu certa vez Alaíde Lisboa. Afinal, ela sabe que é das utopias que se extraem as energias para a construção de um mundo melhor. O que seria de nós, brasileiros, sem exemplos de vida, de dedicação e de sabedoria como o da Professora Alaíde Lisboa?

Nossos parabéns a essa grande educadora, que completa os seus cem anos daqui a dois dias, vivenciando a realidade brasileira, os sonhos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, seria possível inverter a ordem?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de relatar o infeliz fato ocorrido com um membro da Secretaria de Turismo do meu Estado, a Santur.

No dia 03 de novembro de 2003, membros da Santur se dirigiram a Buenos Aires para participar de *workshops* realizados em parceria com a Associação Argentina de Operadores de Viagens.

Para tanto, foram organizados materiais como revistas e panfletos em espanhol que seriam distribuídos às agências de turismo argentinas, visando divulgar as belezas do Estado de Santa Catarina e atrair um número maior de turistas ao Estado.

Contudo, no Aeroporto de Ezeiza, todo o material foi apreendido por agente da Administração Nacional de Aduanas. Mesmo após a intervenção da Embaixada do Brasil na Argentina, o material só pôde ser liberado após o pagamento de uma taxa US\$413 no Banco de La Nación Argentina.

Haja vista tratar-se de um país amigo, integrante do Mercosul, não consigo compreender tais procedimentos, já que nem em países da União Européia isso ocorre.

Pedi ao Ministério de Turismo, à Polícia Federal e ao Governo Federal providências, porque foram apreendidos materiais de turismo, levados de Santa Catarina para a Argentina pelos membros da Santur, que foram àquele País a convite da própria Associação Argentina de Operadores de Viagens.

E, depois, ficamos sabendo que eles estavam querendo propina para liberar o material. É lamentável!

Gostaria também de deixar registrado nesta Casa que a empresa Klabin*, que trabalha com papel e celulose em Santa Catarina, teve, por volta das quatro

horas da madrugada do sábado, suas terras invadidas por mais de 500 pessoas do movimento dos sem-terra. As terras da Klabin têm uma área total de 578 hectares, das quais 247 hectares são áreas de preservação ambiental, 230 hectares, de plantação de pinus de 2 anos e 100 hectares, áreas que estão sendo preparadas para o plantio. Invadiram as terras da Klabin, uma empresa que tem 4.337 colaboradores de Santa Catarina e tem 12.763 colaboradores no grupo. A Klabin tem 105 anos e tem o certificado da FSC, que é o procedimento ambiental correto.

É lamentável que os “filhos do Lula”, os “filhos do Presidente”, como costuma dizer dos sem-terra, estão invadindo e desmatando áreas produtivas, plantações de pinus, apenas talvez a fim de dar satisfação e mostrar que com o Governo Federal fazem o que bem entendem. É lamentável que isso ocorra.

Também gostaria de registrar que recebemos da Polícia Federal pedido urgente para a solução do pleito dos policiais federais de Santa Catarina, que buscam a reorganização da carreira de policial rodoviário federal, por meio da edição do art. 4º da Lei nº 9.654, que dispõe sobre o assunto. Os policiais pedem que os percentuais das gratificações da carreira sejam equivalentes ao da Polícia Civil do Distrito Federal, por meio da Medida Provisória nº 172, de 2004. O pedido é de suma importância a fim de garantir que a remuneração atual não sofra alterações e promova o tratamento igualitário entre os policiais rodoviários federais, agentes da Polícia Federal e policiais civis do Distrito Federal, todos mantidos pela União e que sempre receberam tratamento equivalente, assegurado pela Lei nº 8.112, de 1990.

Pedimos em nome dos policiais federais. Que sejam atendidos, e que seus salários possam ser proporcionais ou iguais aos salários dos policiais civis do Distrito Federal. É uma reivindicação justa de pessoas que lutam, que trabalham para manter a ordem nas rodovias federais do Brasil. A esses devemos, sim, o respeito; a esses devemos, como devemos a policiais civis, a gratidão pelo o que estão fazendo em benefício da nossa Nação.

Eu queria dar um aparte ao nobre Senador Mão Santa, mas, antes, Senador – parece-me que o tempo foi reduzido –, quero fazer um registro.

Foi feito um boletim por um Senador ou Senadora da base de apoio ao Governo e distribuído, parece-me, em Santa Catarina. Esse boletim é de uma falta de ética incrível, porque quem é da base governista tem que tratar bem a Oposição para buscar o convencimento de que estão fazendo um bom trabalho. Lamentavelmente, esse boletim ofende, agride e mente, quando diz que determinado Senador repassou pouco mais

de R\$6 milhões de suas verbas para os Municípios, para a região que sofre com a estiagem, com as calamidades provocadas pelo tal ciclone ou furacão – o Governo ainda não decidiu qual fenômeno destelhou casas e prejudicou o Estado de Santa Catarina.

Esse documento é de uma falta de ética incrível, quando acusa o Senador Pavan de não querer repassar parte dos R\$3,250 milhões a quem tem direito no Orçamento para a região da estiagem, enquanto eu, aqui na tribuna, cobro do Governo a liberação de recursos. Cobro e continuo cobrando deste Governo insensível com as causas de Santa Catarina. E essa pessoa tem obrigação de levar recursos do seu governo não apenas para o Estado de Santa Catarina, mas para o Brasil inteiro.

Não posso – e essa pessoa deveria saber – repassar essa verba, que é do Ministério do Turismo, para o Ministério de Integração Nacional, porque calamidade é assunto de competência deste último. O Ministério do Turismo não atende calamidade. Apesar de que tudo que está sendo feito por este governo é uma calamidade.

E esquece essa pessoa que a região a que se destinam esses recursos também está em estado de calamidade, pelas enchentes que se avolumam a cada vez que chove. Está havendo prejuízo para Municípios, moradores; as pessoas estão desabrigadas, hospedadas hoje, atendidas pelo Município, em escolas, em postos de saúde ou embaixo de lonas.

No entanto, não houve, por parte dessa pessoa, repasse de seus recursos para atender aos necessitados das enchentes no litoral de Santa Catarina. Tem-se que estudar mais; tem-se que analisar mais. Pessoas da base do Governo têm que saber que as verbas destinadas a cada Ministério já estavam contempladas pelo Governo Federal. E não podemos tirar recursos da área de turismo para atender as calamidades que cabem ao Ministério de Integração Nacional.

Estamos aqui para cobrar do Governo o repasse dos recursos destinados, por meio do Orçamento, às regiões de calamidade. Não podemos dispor dos poucos recursos, das poucas emendas que temos, para suprir determinada região com educação, saúde, infraestrutura, turismo. Não podemos desviar os nossos recursos para sanar as calamidades. Quando o Parlamentar busca uma emenda não o faz prevendo calamidades. Quem tem que prever calamidades é o Governo do Estado, a União, o Presidente Lula, os Governadores e Ministérios. Nós, Senadores, temos que usar nossas emendas para honrar o que já estudamos, o que já discutimos com a sociedade, os compromissos que assumimos. Lamento profundamente.

Não vou citar o nome da pessoa para não lhe dar direito de resposta. E ela não merece ter direito de resposta. Falta-lhe ética; falta-lhe respeito e falta-lhe sensibilidade. Quem quer apoio do Governo tem que respeitar os Senadores, inclusive os da Oposição. É preciso vir aqui é tratá-los com educação. Estamos cumprindo o nosso papel, a nossa obrigação. Lutamos por nossos Estados.

O Governo não repassa recursos para as regiões de Santa Catarina que sofreram em função da chuva de granizo, em função do ciclone. Não repassa recursos para onde há estiagem, ou para onde há enchente. Mas vangloria-se de ter retirado do Orçamento um valor determinado para atender tal área. É claro que essa pessoa não precisa desse recurso, porque ela é ligada ao Governo e vai tirar recurso tanto quanto for necessário, porque esse Governo só libera recursos para os apadrinhados. Temos provas de que Prefeituras do PT, no ano passado... Mais de R\$20 milhões, apenas em uma liberação para uma Prefeitura do PT, enquanto outras Prefeituras do Brasil estão correndo com o pires na mão, sem dispor de nenhum tipo de recurso.

Lamento profundamente que alguém que busque apoio, aprovação para o seu Governo seja insensível, não tenha ética, não tenha respeito e publique, em um boletim, mentiras que não têm embasamento, seja legislativo, seja orçamentário, porque não se pode repassar verbas, já aprovadas, de um Ministério para outro sem um projeto de lei que ampare esse repasse.

Fica aqui esse meu protesto. Desculpe-me, Senador Mão Santa, não lhe ter passado a palavra, mas o tempo destinado a mim foi apenas de dez minutos. Tenho certeza de que V. Ex^a iria apenas endossar o que estamos falando desse Governo insensível, medíocre. Estão se vangloriando, dizendo que o Lula está entre os cem; está entre os cem em função de ter sido operário, mas não se esqueçam de que Bin Laden também está entre os cem.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à próxima Líder inscrita, Senadora Ana Júlia Carepa. Peço encarecidamente a V. Ex^a, em função dos Líderes e dos demais oradores regularmente inscritos, que faça o seu pronunciamento nos dez minutos regimentais.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que farei um grande

esforço para me manter dentro do meu tempo, até porque escolhi um tema que, com certeza, não é muito simples; é, sim, bastante discutido, apesar dos mais de 500 anos do Brasil.

Hoje, 19 de abril, é Dia do Índio. Nesta data, quero ler um documento dos índios:

Às autoridades públicas brasileiras,

Nós, povos indígenas Macuxi, Yanomami, Wapichana, Wai Wai, Guarani, Xucuru, Xucuru-Kariri, Yawanawá, Apurinã, Tupinambá, Xokleng, Kaingang, Xerente, Ingaricó, Tereña, Karajá, Xavante, Saterê-Mawé, Tucano, Tapuia, Potiguara, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Kadiweu, Guarani Kaiowá, Aticum, Kinikina-wa, Guato, Kamba, Guana e Tikuna, unidos e presentes no acampamento Terra Livre, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, vimos manifestar às autoridades, ao povo brasileiro e às pessoas de todo o mundo os nossos pensamentos, projetos, sonhos e a nossa luta pela justiça e a defesa dos nossos direitos constitucionais garantidos aos povos indígenas do Brasil.

A terra é a nossa vida, fonte e garantia da sobrevivência física e cultural desta e das futuras gerações. Por isso, é urgente, necessário e legal o cumprimento constitucional da regularização fundiária de todas as terras indígenas no Brasil.

Queremos, nesta manifestação pacífica, afirmar que a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, conforme já demarcada pela Portaria nº 820, de 1998, do Ministério da Justiça, é a forma mais evidente de o Governo brasileiro demonstrar que reconhece seus compromissos com os povos indígenas.

Sabemos que os nossos direitos estão ameaçados por pressão de grupos econômicos e políticos que têm interesse em se apropriar de nossas terras, riquezas e destruir nossas culturas e sociedades e estão organizados de norte a sul do País, ameaçando e violentando nossas comunidades. Esses grupos, além da violência e da mentira, usam da chantagem da barganha política para patrocinar um movimento no Congresso Nacional com o objetivo de mudar os artigos da Constituição que amparam nossos direitos. Se isso vier a acontecer, veremos, no Governo Lula, a abertura de uma porta para o extermínio físico e cultural de todos os povos.

Continuamos sendo tratados com racismo, preconceito e discriminação pelo Estado brasileiro, 500 anos depois da chegada dos primeiros exterminadores. Para muitos, prevalece a máxima “índio bom é índio morto”. Infelizmente, ainda temos que conviver com essa situação, mas a nossa união é um exemplo para todo o povo brasileiro.

Não vou ler todas as reivindicações, mas gostaria de falar sobre isso hoje, até porque a sociedade brasileira tem sido informada muitas vezes não tão bem informada sobre pelo menos um dos conflitos no Município de Rondônia. Recentemente, foram encontrados 29 corpos de garimpeiros assassinados nas terras indígenas. Esse número pode chegar ao absurdo de mais de 40! Condeno o assassinato desses cidadãos e manifesto minha solidariedade às famílias deles.

Contudo, é preciso que entendamos o contexto em que o problema está ocorrendo. Há trinta anos, existiam 5.000 índios cintas-largas; hoje, são 1.300. Precisamos computar o número de mortes de ambos os lados. Queremos pacificar os ânimos. Não podemos condenar apenas os índios como selvagens e esquecer que eles estão sendo mortos aos milhares. Na verdade, eles reagiram. Devem ser presos todos os que praticam assassinatos. Apresento aqui a minha manifestação de repúdio aos assassinatos. Aos assassinatos de garimpeiros e de milhares e milhares de índios. Infelizmente, em nossas escolas, muitos se esquecem de dizer que, há 500 anos, quando se chegou à terra Brasil, os índios já a habitavam.

Alguns críticos dizem que se quer muita área para pouco índio – o que considero um desrespeito à cultura daquele povo, que é diferente da nossa. Entretanto, no meu Estado, há milhares e milhares de hectares para um único dono de terra, fazendeiro ou madeireiro; um único dono de terra para milhares de bois. Não é para seres humanos, é para um cidadão obter muito lucro com esses milhares de hectares de terra.

Neste dia, eu não poderia deixar de falar da situação dos cintas-largas. Não me espanta muito a declaração do Governador do Estado de Rondônia, pois ele é um dos incentivadores dessa ocupação ilegal dos garimpeiros, que exploram os diamantes há anos. É preciso que a sociedade saiba que esses diamantes não podem ser comercializados de forma legal, pois são contrabandeados, ou seja, muitos pobres garimpeiros, infelizmente, estão a serviço de grandes grupos econômicos – esses, sim, lucrando milhões com o contrabando dos diamantes.

É necessário regulamentar o Estatuto do Índio e autorizar a exploração da terra. Aliás, a riqueza que está embaixo da terra tem dono. Na nossa Constituição,

está explícito que os donos são todos os brasileiros e brasileiras. Nossa riqueza mineral localizada embaixo da terra é da União, e precisa ser regulamentada. Particularmente, sou favorável à exploração dos diamantes, mas que os índios, como proprietários da terra, possam fazer essa exploração junto com o Governo, regulamentada pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério da Justiça, com o apoio da Caixa Econômica Federal.

O que não pode acontecer é o absurdo de se tentar fazer uma verdadeira campanha. Precisamos fazer uma campanha contra a xenofobia que existe em relação aos índios em nosso País e lembrar que todos nós, brasileiras e brasileiros, somos filhos dos índios.

Em março, a Superintendência da Polícia Federal em Rondônia realizou a operação denominada Kimberley, capturando duas lideranças indígenas reconhecemos, sim, que há lideranças indígenas que, infelizmente, passam para o outro lado, são corrompidas e merecem estar presas, um advogado, um contrabandista, um agente da Polícia Federal lotado em São Paulo e o delegado de Cacoal, Iramar Gonçalves da Silva, que vendiam armas de fogo para os índios, os quais estão sob a proteção da Funai, aguardando julgamento. Os demais estão presos no presídio Urso Branco, em Porto Velho.

Os diamantes retirados ilegalmente das terras indígenas não podem ser comercializados, pois tal extração descumpra a lei do certificado de Kimberley, necessário à comercialização de pedras preciosas no exterior. O Brasil assinou um tratado internacional de combate ao contrabando de pedras preciosas. As pedras retiradas do chamado garimpo Roosevelt de forma ilegal são contrabandeadas e comercializadas no mercado negro na Bélgica, em países árabes e nos Estados Unidos.

Por toda essa situação, a exploração dos recursos minerais em terras indígenas, seja pelos índios, na realização dos seus direitos constitucionais de usufruto exclusivo dos recursos naturais, seja por terceiros, no entendimento da assessoria do Ministério da Justiça, precisa de regulamentação.

Eu teria muito mais a dizer ao público que nos assiste, ao público que nos ouve, mas vou concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Hoje, dia 19 de abril, é preciso que o povo brasileiro condene qualquer tipo de assassinato.

Quero, mais uma vez, solidarizar-me com a família desses brasileiros e dizer que há trinta anos, por conta dessa invasão ilegal de garimpo na área indígena, mais de três mil índios foram mortos. Nada justifica o que acontece, mas gostaríamos de lembrar que as mortes dos garimpeiros foram contadas, até então, em dezenas;

as dois índios, em milhares. Foram exterminados 3.700 índios por conta do garimpo ilegal. Nós conhecemos a realidade dos índios. Eu participei de um acordo feito com os índios, quando ocuparam a ferrovia da Vale do Rio Doce. Sabemos como agem os brancos. Eles dividem as lideranças indígenas, corrompem algumas. Aqueles que lutam pelos seus direitos não têm direito a nada; para a outra metade da tribo, a Companhia Vale do Rio Doce faz tudo. Infelizmente há corrupção nos órgãos públicos. Em 2001, lá em Porto Velho foram presos funcionários da Funai e do Ibama que vendiam licença por dez mil, por dezoito mil, para exploração ilegal desses diamantes, que são contrabandeados. Eles não deixam nada para o povo brasileiro. Nem mesmo são cobrados impostos sobre eles.

Vou concluir, atendendo o apelo do gentil Senador, dizendo que o nosso compromisso é no sentido de que não somente sejam homologadas as terras indígenas, mas que se abra um diálogo e se mantenha um projeto de desenvolvimento sustentável da região dos cinto-largas, a fim de que se dê valor àqueles que são os primeiros donos desta terra.

Não esqueçamos isso, porque essa lição tem de ser dada aos nossos filhos, para que absurdos como esses, para que massacres como esses, não continuem ocorrendo. No fundo, esses pobres garimpeiros e esses pobres milhares de índios morreram, infelizmente, por uma causa injusta. Os garimpeiros morreram a serviço de um grupo que contrabandeia e ganha milhões, porque eles acabam ganhando muito pouco nessa atividade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impossível, no Dia do Índio, não deixar o nosso compromisso de fazer uma campanha contra a xenofobia que existe contra os nossos índios, os primeiros e verdadeiros donos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – A Presidência agradece a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa, a contribuição e concede a palavra ao próximo orador inscrito, também observando o critério dos dez minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, para uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora integrando a Bancada da Minoria, eu poderia vir hoje a esta tribuna protestar – sou a favor do Presidente do Brasil – contra a inclusão do nome de Sua Excelência ao lado do líder da Al Qaeda, Osama bin Laden, e seu vice, Abu Musab al Zarqawi.

É uma lista estapafúrdia essa da revista **Time**, que abrange desde bin Laden, Tiger Woods, David Beckham, Arnold Schwarzenegger a Lula.

Certamente Lula não foi incluído por causa do aumento do desemprego no Brasil, pela queda da renda, pelo aumento avassalador da violência, pelo crescimento assustador das invasões no desrespeito flagrante à legislação do País, pela ausência de autoridade, pela consagração da incompetência administrativa. Certamente não foram essas as causas da inclusão de Lula nessa lista, até porque os critérios são, no mínimo, discutíveis.

Não discutirei essa lista da revista **Time** porque é estapafúrdia. Colocar Lula ao lado de Osama bin Laden é uma injustiça com a qual não podemos concordar. Apesar de criticarmos a postura, o comportamento, a ausência de liderança e de autoridade e o despreparo do Presidente da República do Brasil, não podemos concordar com que o coloquem ao lado de Osama bin Laden.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo vive um péssimo momento, envolvido em várias questões cruciais. Começando pelo escândalo em Santo André, passando pelo escândalo Waldomiro Diniz, percorrendo a seara da desordem que se institucionaliza no campo e na cidade, o que vem a agravar ainda mais a crise econômica e social. É evidente que, em dez minutos, não teríamos a competência para sintetizar o drama que vive o País em função desses fatos.

Há uma declaração recente que nos leva a trazer de volta o tema do escândalo de Santo André. João Francisco Daniel declarou ao jornal **Estado de S. Paulo**: “Gilberto me disse que levava dinheiro a Dirceu”. Segundo o irmão de Celso Daniel, o atual assessor de Lula lhe contou que verba de propina ia para o PT”. Isso não é grave? O irmão de Celso Daniel disse que Gilberto Carvalho não falou apenas uma vez, disse em pelo menos duas oportunidades. Os irmãos João Francisco Daniel e Bruno Daniel Filho se declaram “indignados e revoltados” e avisam: não vão cruzar os braços, não vão dar folga à polícia e ao PT enquanto não derrubarem a tese oficial da Secretaria de Segurança – encampada categoricamente pelo Partido –, que empurra o caso para a vala do crime comum. “Meu irmão foi vítima de um crime encomendado”, afirma João Francisco.

Vale registrar este trecho da entrevista:

Eu cobre do Gilberto (...) Ele me disse: Você sabe, eu ficava muito preocupado porque tinha muitas vezes de pegar meu carro, punha em uma maleta o dinheiro que era arrecadado em Santo André e levava para São Paulo, lá para o José Dirceu.

Ele repete:

Foi o Gilberto quem disse isso. Eu gostaria de esclarecer aqui que ele não falou isso só em minha casa, ele falou isso uma segunda vez, com testemunha. (...)

E a conclusão não poderia ser outra a não ser a do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, domingo: “Uma coisa é certa: a esta altura, uma CPI sobre o caso tornou-se indispensável”.

Portanto, esta Casa tem o dever de oferecer uma resposta à Nação, esclarecendo os fatos. Não podemos imaginar o Senado se omitindo, conivente, leniente, assistindo passivamente ao desenvolvimento de uma farsa, como conseqüência de um escândalo de proporções gigantescas. Por isso, CPI para o caso de Santo André é o que se exige.

Desse escândalo, vemos à desordem que campeou durante a madrugada desta segunda-feira, em São Paulo:

Por volta da 1h30m, cerca de mil manifestantes do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) entraram em confronto com a tropa de choque da Polícia Militar, durante a invasão de um quartel desativado da Polícia Militar na Avenida do Estado, Parque Dom Pedro, região central da capital.

O MST prossegue onda de invasões em terras produtivas com a difusão da tese de que é legítimo invadir terra produtiva. A fazenda da Klabin em Santa Catarina foi invadida e teve área de mata nativa e plantação de pinus destruídas.

A desordem que campeia é o reflexo de ausência da autoridade do Governo. Quando o Governo não se estabelece com autoridade, o que se estabelece é a desordem, na agressão permanente à lei e à ordem. O Presidente da República tem o dever de restabelecer a ordem, impondo a lei, com o restabelecimento da sua autoridade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedeme V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Álvaro Dias, V. Ex^a, no tema anterior, quando se referia a Santo André, trouxe à baila toda a nossa luta de um ano e meio para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa. Cheguei a ser acusado por Lideranças da base governista de, mesmo tendo as assinaturas há muito tempo, ter esperado um determinado momento para apresentar o requerimento. Na verdade, eu demorei um ano e três meses para

conseguir as vinte e sete assinaturas, tão nevrálgico é o tema do ponto de vista do cuidado que o Governo tem em não vê-lo investigado para valer. V. Ex^a se referiu ao irmão do Prefeito Celso Daniel; eu me refiro, por outro lado, ao editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, que exigiu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mais ainda: as respostas que vieram do Governo são evasivas. Um dos Líderes diz que queremos transformar o Congresso numa delegacia, como se estivéssemos querendo deslindar o assassinato e não a roubalheira. Queremos deslindar a roubalheira, não o assassinato. O assassinato é com a polícia; a roubalheira é também com o Congresso. Um caso evidentemente grave, que significa a morte de seis pessoas em torno dele; um caso que mexe com os nervos deste Governo; e que, agora, tem solicitada a sua investigação pela imprensa em geral, a começar pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, que foi muito incisivo, com várias matérias, repercutindo o que diz o Sr. Daniel, irmão do Prefeito Celso Daniel. Ele deveria ser ouvido por nós, para que pudéssemos de fato testar a veracidade de suas declarações. O fato é que ele não recua: tem dito e repetido essa história de que fulano pegou o dinheiro, entregou para outro, isso tudo mostrando que, quem sabe, esse tal caso Waldomiro não está isolado, mas faz parte de um esquema de arrecadação para fins eleitorais, agora com alguns componentes muito graves, entre as quais a história da morte repentina do garçom. Coitado do garçom, será que ouviu uma conversa e morreu? Se aquele garçom tivesse faltado para namorar, não estaria morto hoje. O garçom, coitado, foi cumprir o dever de empregado, ouviu o que não devia, quem sabe. O fato é que o garçom, um dos assassinos e mais quatro pessoas correlatas a esse escândalo morreram. E ainda dizem que é algo que não deva interessar ao Parlamento Federal, contrariando não somente a nós, que somos tidos como oposicionistas, radicais, mas também ao vetusto e bem reputado jornal **O Estado de S. Paulo**, que entende que está mais do que na hora – e até está atrasada essa hora – de eclodirmos no processo de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso Santo André.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, certamente, não é por abafar a CPI de Santo André, do Waldomiro e outras que o Presidente Lula ocupa esse lugar de honra, ao lado de Bin Laden, nessa lista da revista **Time**. Comecei meu pronunciamento protestando, porque creio que esses fatos, por si sós, não justificam. Afinal, os crimes de lá são bem superiores aos ilícitos praticados por aqui, direta ou indiretamente, por meio da ação ou da omissão, e me-

recem também condenação, não na mesma proporção, dos crimes lá praticados.

Concedo um aparte, se o Sr. Presidente permitir, ao Senador Romeu Tuma, com muita satisfação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Alvaro Dias, gostaria apenas de fazer um apêndice ao que falou o nosso Senador Líder do PSDB. O assassinato, se realmente for a composição de um esquema de arrecadação de dinheiro por meio da fraude no transporte coletivo, está implícito na investigação. Não é caso de polícia. Desculpe-me discordar de V. Ex^a, mas diria, com um pouquinho mais de conhecimento, porque feliz ou infelizmente o meu filho, Romeu Tuma Júnior, é titular de Taboão da Serra, onde um dos envolvidos no assassinato foi resgatado por helicóptero, descendo na cidade de Imbu e foi preso, em investigação comandada pelo então delegado Romeu Tuma Júnior. Então, conheço alguns dados da linha de investigação ali conduzida. Por acaso, ontem, encontrei-me com o Promotor de Santo André, que se colocou a nossa disposição para qualquer esclarecimento no sentido do aprofundamento das investigações que fez, baseado no inquérito até então presidido por meu filho e resgatado de suas mãos para terceiros, que continuaram com o inquérito. Não discuto o mérito de retirar ou não da investigação. Porém, se realmente o processo de fraude pelas empresas de transporte concluiu que o Sr. Celso Daniel pretendia acabar, segundo a própria esposa teria dito ao irmão, com um esquema de corrupção no transporte, o assassinato está embutido nos objetivos do que se tem a apurar. É o que o Ministério Público tem procurado em São Bernardo: por que foi assassinado? Qual a razão e a quem interessava a morte de Celso Daniel?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, muito obrigado pela lúcida intervenção de V. Ex^a. Claro que é caso de polícia e é caso de política. A investigação policial é absolutamente imprescindível, como imprescindível também é a investigação política, porque uma não exclui a outra; ao contrário, uma completa a outra.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a, afirmando que o País vive um momento grave e muito delicado. Concluo com a afirmativa do editorial do jornal **Folha de S. Paulo**:

O País está sendo submetido a uma dose extra de estresse social, de desemprego e de incertezas devido à indecisão do Governo em assumir os anunciados compromissos com o crescimento econômico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder inscrito, Senador Hélio Costa, a quem a Mesa renova o apelo, em prol dos demais Senadores inscritos, para que pronuncie seu discurso em dez minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ter que discordar do meu ilustre e querido amigo Senador Alvaro Dias.

A lista publicada pela revista **Time**, que desta vez, na realidade, levou cinco anos para ser repetida, é uma lista de personalidades influentes do mundo, qualquer que seja sua influência, até mesmo aquelas que exerceram influência maligna e que, lamentavelmente, por suas ações, por sua maneira, por seu comportamento, levaram o mundo a uma catástrofe, ou a uma situação absurda, como a provocada pelo atentado terrorista às Torres Gêmeas em Nova Iorque, ao edifício do Pentágono e, mais recentemente, a um metrô na Espanha.

Essa lista contém, quando publicada, o nome das personalidades que mexem com o mundo inteiro. O Presidente Fernando Henrique esteve nessa lista vários anos. Por quê? Porque era o Presidente de um País importante da América Latina e certamente se destacava entre os líderes presidentes da sua época. O Presidente Lula aparece na lista da revista **Time** como o líder dos países em desenvolvimento. Ele aparece como uma liderança que sai da simples presidência de um sindicato de São Paulo para a Presidência da mais importante Nação da América do Sul e, certamente, um dos mais importantes países do nosso hemisfério.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Hélio Costa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em dois minutos, Senador Alvaro Dias.

Está na lista também o Papa João Paulo II. E por que João Paulo II está nessa lista? Porque o Papa João Paulo II, evidentemente, influencia o mundo inteiro. Consta da lista, como disse o Senador, o ex-ator e hoje Governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger. Mas por quê? Porque a Califórnia é a nona economia do mundo. Quando o Estado da Califórnia é colocado entre os países do mundo por sua economia, a Califórnia sozinha, sem os Estados Unidos, seria a nona mais importante economia do mundo. Arnold Schwarzenegger é o Governador da Califórnia. Tiger Woods, por que está nessa lista? Porque é um jovem negro que consegue entrar num esporte de elite nos Estados Unidos, como é o golfe. Quando se poderia esperar que um jovem negro pudesse ser várias vezes campeão de golfe, que é o esporte dos nobres, das elites, nos Estados Unidos?

Faço essas observações, mas não eram elas, na realidade, sequer o motivo do meu discurso. Mas é importante ressaltar que o Presidente Lula está na lista, ao lado de Nelson Mandela, ao lado do Papa João Paulo II, ao lado de cinco Chefes de Estado, porque, neste momento, neste instante, neste ano conturbado, no mundo inteiro, são essas lideranças que influenciam o mundo, incluindo Bin Laden, lamentavelmente. E é por essa razão.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Hélio Costa, é evidente que é uma questão de preferência. Eu preferia ver outros nomes nessa lista em vez de Osama Bin Laden.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mas ele influenciou o mundo, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – De qualquer maneira, considero a lista ridícula, estapafúrdia, desinteressante, infeliz e sem inspiração. Fiz esse pronunciamento em defesa do Presidente Lula. Não o fiz para, em momento algum, destituí-lo da condição de integrar uma lista, mesmo porque reconheço a importância do Brasil. Como V. Ex^a disse, o Presidente Fernando Henrique Cardoso integrou a mesma lista em outras oportunidades. A importância de nosso País recomenda a presença do Presidente da República. No entanto, continuo com a mesma opinião. Não é porque é da revista **Time** que eu tenha que concordar. Aliás, concordo até mais com a relação que o Pelé apresentou dos melhores atletas de todos os tempos, que foi muito discutida, questionada. Concordo muito mais com a lista de Pelé do que com a lista da revista **Time**.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Entendo perfeitamente a posição de V. Ex^a. Estou apenas lembrando que se trata de uma relação de pessoas que influenciaram o mundo. Não será por qualquer razão que vamos deixar de considerá-la. E não é por tratar-se da revista **Time**. Trata-se de uma relação publicada regularmente mostrando as lideranças mundiais em todos os níveis, inclusive as lideranças políticas. Assim como o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez parte no passado por sua importância como Presidente do Brasil, atualmente o Presidente Lula faz.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Hélio Costa, com sua sinceridade habitual, V. Ex^a acaba de deslindar o mistério. É natural que o País mais importante da América Latina conte com o seu Presidente entre os cem mais importantes líderes mundiais.

Eu que tenho uma concordância de 120%, quando se trata de combater o Governo, com o meu querido amigo Senador Alvaro Dias, desta vez talvez até tenda a concordar com V. Ex^a e não com S. Ex^a, por entender, primeiro, que é natural que o Lula participe da lista dos cem mais. Em segundo lugar, eu não sei sequer se Sua Excelência ficou satisfeito com isso, porque quando Lula viaja por aí, dando dinheiro do BNDES, prometendo mundos e fundos, já que o BNDES serve para socorrer os países latino-americanos, africanos, ou quando foi à Síria e assinou uma declaração com o ditador sírio, fazendo uma declaração solene, contemplando o horizonte, algo como: “Sharon deve retirar-se imediatamente de Golan”, cheguei a pensar que Sua Excelência havia levado para lá as tropas do Regimento Sampaio, para garantir a sua determinação santa. Parecia mesmo um líder mundial de superpotência! Não sei se o Presidente Lula ficou satisfeito, porque a impressão que me dá é que Sua Excelência deve estar se considerando um dos três mais importantes, páreo a páreo com o Bush, conversando com o Blair quando tem tempo. Sua Excelência alardeia um peso específico brasileiro, que não é o peso real. O Brasil é uma potência média; fala como se fosse maior, e isso provoca, a meu ver, um certo desajuste na percepção até mesmo dos investidores sobre o Brasil. Mas vejo como natural que o Presidente Lula participe da lista dos cem maiores líderes. V. Ex^a disse bem: Fernando Henrique fez parte, ele faz parte, o próximo Presidente haverá de, sem dúvida nenhuma, fazer parte, até porque a homenagem não é ao Presidente brasileiro, mas, sim, certamente ao Brasil, que é, embora não mais a maior economia da América Latina, sem dúvida o País latino-americano mais importante. Mas que o Presidente Lula se alerte para o fato de que não foi perseguição da publicação não colocá-lo entre os três primeiros. É porque, de fato, Sua Excelência não está entre os três primeiros, mas, entre os cem, está sim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Certamente, o Presidente não tem a pretensão de estar entre os três primeiros. Senador Arthur Virgílio, fico muito honrado de ver o Presidente entre figuras importantes que, na realidade, hoje, neste momento, influenciam o mundo. Não é necessariamente apenas porque é o Presidente do Brasil, porque, senão, haveria uma plêiade de ex-Presidentes do Brasil. Assim como o Presidente Fernando Henrique entrou nessa relação, o Presidente Lula também entra, porque se destacam, são diferentes, realmente têm uma posição que deve ser notada, diferenciada.

Evidentemente, eu gostaria de citar aqui outros que também estão nessa relação: o Kim Jong Il, Presidente da Coreia do Norte; o próprio George Bush, evidentemente

te; o Kofi Annan; a Condoleezza Rice; o John Abizaid; o ex-Presidente Clinton e a sua esposa; o John Kerry, o próximo candidato do Partido Democrata etc.

Sr. Presidente, ainda aproveite o tempo que me resta porque quero que V. Ex^a dê como lido um discurso que havia preparado para ser lido em vinte minutos, no mínimo, após o expediente, mas, atendendo a solicitação de V. Ex^a, peço que ele seja dado como lido. Ele se refere a uma situação dramática que está sendo vivida por filhos de brasileiros que residem no exterior e estão sem nacionalidade.

Sr. Presidente, tenho dois filhos nascidos no exterior. Antigamente, quando o filho de um brasileiro a serviço do Brasil ou mesmo a serviço no exterior nascia em um país como os Estados Unidos ou qualquer outro da Europa, o pai simplesmente ia ao Consulado brasileiro e registrava a criança. O Consulado tinha poder cartorial, era como um cartório dando uma certidão de idade. A partir daquele momento, a criança era um cidadão brasileiro.

Em 1994, a Constituinte, ao ser realizada a revisão constitucional, deixou de fora uma pequena frase que causou um seriíssimo problema porque, a partir de agora, os filhos de brasileiros residentes no exterior só são considerados cidadãos brasileiros se vierem a residir no Brasil. O caso que surge é exatamente daqueles brasileiros que moram no exterior e estão vivendo em países onde a nacionalidade não é obtida pelo solo, ou seja, há uma diferença entre o **jus sanguinis**, pelo sangue, e o **jus soli**. Os filhos de italianos, por exemplo, são todos italianos e têm direito, inclusive, à cidadania italiana, mas nascer na Itália não faz ninguém italiano. É preciso ter o sangue italiano para ser italiano. O mesmo acontece na França, na Inglaterra e no Japão. Quando o filho de brasileiro nasce em um país desses e não vem ao Brasil, ele fica sem pátria. Ele não tem pátria. Ele não é brasileiro porque o Brasil já não aceita o registro nos Consulados para dizer que, a partir do registro no Consulado, essa criança é brasileira. Ao mesmo tempo, ele vive em um país que não reconhece a sua cidadania porque ele não tem o sangue daquele país, como é o caso específico da Alemanha, da Inglaterra, da França ou da Itália.

Nesse caso, precisamos urgentemente aprovar as inúmeras propostas feitas, tanto na Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que isso seja regulamentado. O que não podemos aceitar é que uma criança filha de brasileiros, nascida no exterior, seja apátrida.

Por essa razão, está aqui o meu discurso, que entra no mínimos detalhes dessa questão e que espero seja divulgado pelo Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com relação à solicitação de V. Ex^a, Senador Hélio Costa, será atendido na forma do Regimento Interno.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR HÉLIO COSTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senhor Presidente, Senhoras Senhores Senadores, Entre as apenas seis emendas constitucionais aprovadas durante o processo revisional de 1994, uma promoveu alteração no art. 12 da Carta Magna, que trata da nacionalidade.

A Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, modificou, entre outros dispositivos, a alínea **c**, do inciso I do referido artigo.

Em sua redação original, a mencionada alínea **c**, estatuiu que eram também considerados brasileiros natos – além dos nascidos no território nacional e dos nascidos no estrangeiro de genitor brasileiro que estivesse a serviço do Brasil – “os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes de alcançar a maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.”

Ao adotar esse parâmetro, o Constituinte de 1988 deu seguimento a uma tradição que remonta a nossa primeira Carta Constitucional, a de 1824.

Com efeito, já aquela Carta previa hipóteses de atribuição da nacionalidade brasileira por critério do **jus sanguinis**, acessoriamente ao critério principal do **jus soli**. Eram reconhecidos como brasileiros não apenas os nascidos em solo pátrio, mas também os filhos de pais brasileiros nascidos no exterior que viessem a estabelecer domicílio no Império.

A primeira Constituição republicana, de 1891, manteve, a esse respeito, o texto da Constituição imperial. A Carta outorgada em sua vez, eliminou a obrigatoriedade da residência no Brasil e introduziu, em seu lugar, a exigência da opção, uma vez alcançada a maioridade, para o indivíduo filho de pai ou mãe brasileiros e nascido no estrangeiro pudesse adquirir a nacionalidade de seus pais. A Constituição de 1937 repetiu praticamente o mesmo texto da predecessora.

A Carta democrática de 1946 reintroduziu a necessidade do estabelecimento de residência no País para aquisição da nacionalidade brasileira, mantendo, outrossim, a exigência da opção. Além disso, estabeleceu o prazo de 4 anos, atingida a maioridade, para

que o filho de brasileiros nascido no exterior pudesse exercer essa opção. As Constituições de 1967 e de 1988 mantiveram, com nuances, tanto a necessidade de residência no Brasil como a da opção.

A Constituição de 1967, contudo, inovou, ao prever uma nova hipótese para que o filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira nascido no exterior pudesse adquirir a nacionalidade de seus progenitores. Trata-se do registro em repartição brasileira competente.

Graças a essa previsão constitucional, bastava que os pais registrassem o filho nos consulados ou embaixadas brasileiras para que a nacionalidade fosse automaticamente outorgada, uma vez que tal registro possui o mesmo valor, a mesma força probante e idêntica eficácia jurídica dos assentos formalizados no Brasil pelos oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais. Atendida essa condição – ou seja, o registro –, ficava dispensada a necessidade de residência no País e de opção pela nacionalidade brasileira.

Evidentemente, a introdução de tal dispositivo significou um grande avanço para os cidadãos brasileiros que residem, mesmo que temporariamente, no exterior, pois a situação jurídica de seus filhos lá nascidos podia ser automática e definitivamente resolvida mediante o simples registro em repartição brasileira competente.

Os Constituintes de 1988, reconhecendo a grande importância do registro consular para os brasileiros residentes no exterior, mantiveram esse dispositivo na Carta Magna.

Senhor Presidente, Senhoras Senhores Senadores, como já vimos, a Constituição de 1988 previa, como alternativa para a obtenção da nacionalidade brasileira pelos filhos de nacionais nascidos no exterior, ao lado do registro em repartição competente, a fixação de residência no País antes da maioridade e, alcançada esta, a opção, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

O oferecimento da Proposta de Emenda, que, aprovada, veio a receber o nº 3, quando da Revisão Constitucional de 1994, tinha por objetivo retirar a limitação temporal à obtenção da nacionalidade, ainda remanescente no texto original da Carta.

O Constituinte de 1988 já havia suprimido o prazo de quatro anos para o exercício da opção, o qual vigorara nos textos de 1946, 1967 e 1969. Nesses textos, reconhecia-se o **status** de brasileiro nato ao nascido no exterior que viesse a residir no País sob condição resolutiva, já que o decurso do prazo, sem que se efetivasse a opção, importava na demissão da condição de brasileiro nato, voltando o indivíduo a ser considerado estrangeiro. Desde 1988, a opção pode ser realizada em qualquer tempo. No entanto, continuava vigendo a

exigência de que o estabelecimento de residência no País ocorresse antes da maioridade.

A supressão dessa limitação temporal foi o objetivo do Constituinte revisor ao aprovar a Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7 de junho de 1994. A partir dela, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, podem nacionalidade de seus genitores desde que venham a residir no Brasil, com qualquer idade, e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

Lamentavelmente, porém, a Emenda aprovada contém um gravíssimo equívoco, pois deixou de contemplar o registro e repartição brasileira competente alternativa para obtenção da nacionalidade, rompendo, dessa forma, com uma tradição constitucional de quase trinta anos, iniciada com a Carta de 1967.

Desde então, é a seguinte a Redação da alínea c do inciso I do artigo 12 da Constituição Federal, **verbis**:

“Art. 12. São brasileiros:

I — natos:

a)

b)

c) os nascidos no estrangeiro, ou de mãe de pai brasileiro brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;”

Tornou-se, assim, impossível a aquisição da nacionalidade pelo filho de pai ou de mãe brasileira como efeito do registro em repartição brasileira competente. Em outras palavras, o registro não mais pode ensejar o reconhecimento da nacionalidade brasileira a tais indivíduos nascidos exterior, já que tal faculdade lhes foi retirada pela atual redação do texto constitucional. Já pela redação de 1988, o registro implicava o reconhecimento do vínculo de nacionalidade, que imediatamente se estabelecia.

A Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, ao suprimir a expressão “desde que sejam registrados em repartição brasileira competente”, extinguiu possibilidade de que o nascimento exterior de um filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, aliado a uma condição formal, qual seja, o respectivo registro do fato em repartição competente, fosse suficiente ao reconhecimento da nacionalidade brasileira.

Ainda que perdesse a obrigação do Ministério das Relações Exteriores, por meio das repartições consulares, de proceder ao civil de tais nascimentos, em obediência ao art. 32 da Lei Registros Públicos e à alínea f da Convenção Viena sobre Relações Consulares (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 61.078,

de 1967), o fato é que desse registro não é mais lícito derivar, como conseqüência necessária, a atribuição de nacionalidade brasileira originária. Ou seja, embora registro siga sendo devido, nos termos da legislação infraconstitucional, o mesmo não mais tem o condão de estabelecer o vínculo de nacionalidade.

Embora não possa a repartição consular brasileira no exterior negar o registro do filho de brasileiro tal registro não determina a constituição do vínculo de nacionalidade. Esse vínculo permanece sob a dependência de duas condições, quais sejam, a de vir o indivíduo a residir no Brasil e a de realizar a opção pela nacionalidade brasileira. Antes disso, não se lhe pode reconhecer a nacionalidade brasileira, embora ele haja sido registrado.

Senhor Presidente, Senhoras Senhores Senadores, as conseqüências desse lamentável equívoco têm sido gravíssimas brasileiros que residem no exterior.

Na medida em que o registro na repartição nacionalidade consular não mais confere a nacionalidade aos filhos de brasileiros nascidos no exterior, essas crianças, caso nasçam em países que adotam como critério de nacionalidade o **jus sanguinis**, a exemplo da França, da Alemanha, do Japão e da Grã-Bretanha, tornam-se apátridas.

Sim; pois, nesse caso, o indivíduo não tem direito à nacionalidade do território em nasceu — pois não é filho de nacionais à nacionalidade brasileira, já que, para obter esta última, precisaria regressar ao País, fixar residência e a opção, como exige o texto constitucional.

Pior ainda: mesmo que venha a residir no Brasil, essa criança permanecerá apátrida até completar a maioridade, pois na condição de incapaz, não está legalmente habilitada a exercer os atos da vida civil, não podendo, portanto, efetuar a opção nacionalidade, constitucionalmente exigida.

Os documentos dessas crianças são precários. Seus passaportes brasileiros, cedidos em caráter provisório, contêm um carimbo na página de identificação do titular que traz a seguinte advertência:

“A condição de brasileiro está sujeita à confirmação através de dois atos: residência no Brasil opção pela nacionalidade brasileira perante juiz federal.” Crianças que permanecerem vivendo no exterior perderão o passaporte brasileiro ao completarem 18 anos. Elas só poderão manter o documento mudando-se para cá e fazendo a opção.

Estamos, Senhoras e Senhores Senadores, frente a uma situação realmente extravagante. Caso esse filho de brasileiros tenha nascido em países como os Estados Unidos, que reconhecem como cidadãos todos os nascidos em seu território, pouco importando

a origem de seus pais, ele poderá ter, e com certeza terá, o passaporte desse país. Mas, se tiver nascido em algum país que não lhe concede a nacionalidade porque seus pais não são nacionais, esse jovem perderá, aos 18 anos, o único documento de que dispõe. É a esse constrangimento extremo que os filhos de brasileiros nascidos no exterior estarão sujeitos ao completarem 18 anos, se o erro cometido na revisão constitucional de 1994 não for corrigido.

É de se observar, ainda, que, mesmo antes de completarem a maioridade, essas crianças já sofrem as conseqüências da apatridia, podendo ver-se privadas do exercício de diversos direitos civis. A esse propósito, é muito ilustrativa a resposta oferecida pelo então Chanceler Luis Felipe Lampreia a uma consulta formulada, em 1995, pela ex-Deputada Federal Sandra Starling, sobre a condição de filhos de brasileiros nascidos no exterior.

Escreveu na ocasião, o nosso Ministro das Relações Exteriores :

“Este Ministério entende que o fato de o registro consular não atribuir nacionalidade originária definitiva ao filho de brasileiro nascido no exterior poderá gerar, no futuro, inconvenientes de diversa natureza ao cidadão. Basta recordar que, permanecendo na condição de optante até tornar-se plenamente capaz (por maioridade ou emancipação) para realizar a opção, o jovem estará inabilitado ao exercício de vários direitos e deveres civis.”

Essa é, Senhor Presidente, a triste realidade. Milhares e milhares de filhos de brasileiros nascidos no exterior estão privados de importantes direitos civis. Pode-se mencionar, a título exemplificativo, que eles não terão o direito do voto antes de optarem pela nacionalidade Brasileira. Na melhor das hipóteses, estarão inabilitados a participação em uma eleição entre os 16 e os 18 anos de idade. Em alguns casos dependendo do mês do nascimento, estarão privados do voto em duas eleições.

Tomando em consideração que o Brasil se converteu, a partir a década de 80 em país de emigrantes, se começa a ter idéia da dimensão do problema representado pelo não reconhecimento da nacionalidade brasileira aos filhos e brasileiros residentes no exterior, mediante o registro nas repartições consulares. Há, atualmente, um expressivo número de cidadãos brasileiros residindo no exterior. Segundo estimativas feitas pelo Itamarati no ano de 1999, com base nos registros consulares e as informações dos serviços de imigração estrangeiros, essa cifra chegaria a cerca de um milhão e quatrocentas mil pessoas.

No que concerne, especificamente, aos registros de filhos de brasileiros procedidos em nossos consula-

dos, a estimativa do Ministério das Relações Exteriores é de que eles são cerca de dez mil a cada ano. Desde 1994, portanto, cem mil meninos e meninas nascidos no exterior, filhos de nacionais, tiveram negada pela pátria brasileira a sua cidadania.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a apatridia é condição rechaçada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 15, item I, pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e pela Convenção Interamericana de Direitos do Homem, instrumentos internacionais aos quais se encontra o Brasil vinculado, em virtude da ratificação de seus textos. A nacionalidade é o vínculo jurídico-político que une o indivíduo ao Estado e o meio por excelência de lhe assegurar direitos e deveres de modo geral.

É de se lembrar, de outra parte, que nenhuma obrigação internacional se superpõe ao direito de jurisdição primária dos estados. Ademais, embora a personalidade jurídica do indivíduo na esfera internacional, sobretudo no campo dos direitos de proteção à pessoa humana, esteja sendo paulatinamente reconhecida, ela ainda é precária. Nos litígios internacionais, não prescinde ainda o indivíduo, no mais das vezes, do instituto da representação diplomática e da assistência consular.

Por tudo isso, é inaceitável continuidade da situação que acabamos de retratar, de existência de cem mil filhos de brasileiros privados da cidadania pátria, em virtude do grave erro cometido quando da revisão constitucional de 1994.

É certo que nem todas essas crianças estão submetidas à ignomínia extrema de serem apátridas, pois muitas delas nasceram em países que concedem a nacionalidade com base no lugar de nascimento, ou seja, adotam o critério *do jus soli*.

Contudo, mesmo nos casos em que a legislação do Estado estrangeiro atribui a respectiva nacionalidade aos nascidos em seu território, estamos frente a uma grave injustiça. Nesses casos, o que temos é absurda situação de um filho de brasileiro — que, nos termos da norma constitucional anterior, seria brasileiro nato, mediante o competente registro — ter de se conformar, queira ou não, a fim de escapar à condição de apátrida, a ser nacional de país estrangeiro, até que possa vir ao Brasil, com ânimo de permanecer e estabelecer residência, somente então, desde que seja legalmente capaz, opte pela nacionalidade de seus pais.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, desde a promulgação da Emenda Constitucional de Revisão nº 3, em 7 de junho de 1994, diversas propostas foram submetidas à consideração das duas Casas do Congresso Nacional visando a sanar descalabro acarretado pela alteração

revisional. Todas elas prevêem o restabelecimento do cânone tradicional de reconhecimento da nacionalidade brasileira aos filhos de nacionais nascidos no exterior registrados competente.

Já em maio de 1996, o Deputado Luiz Mainardi apresentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 382, a qual busca reinstaurar os parâmetros vigentes até 1988. Além de resgatar a possibilidade de obtenção da nacionalidade por meio de registro em repartição consular, essa Proposta restabelece o prazo de quatro anos, depois de alcançada a maioridade, para que o indivíduo não registrado efetive a opção, exigida também, nessa hipótese, a fixação de residência no Brasil enquanto ainda menor. Arquivada ao final daquela Legislatura, essa Proposta foi desarquivada na Legislatura passada e apensada à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 13, de 1999, e, posteriormente, à PEC nº 272, de 2000.

No ano de 1997, o ilustre Senador Lúcio Alcântara apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição que tramitou sob o nº 28, mas que não logrou apreciação coletiva na colenda Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido arquivada nos termos do artigo 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em março de 1999, foi a vez de os Deputados Jacques Wagner, Ben-Hur Ferreira e Paulo Delgado submeterem a consideração da egrégia Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1999. Essa proposição é a mais liberal entre todas as que se encontram em tramitação, pois exige apenas a residência no Brasil, a qualquer momento, para a concessão da nacionalidade ao filho de brasileiro nascido no exterior.

Ao suprimir por completo a exigência de opção, essa PEC rompe com uma tradição iniciada pela Carta de 1934, resgatando a condição única e suficiente para a obtenção da nacionalidade constante da Constituição Imperial e da primeira Constituição republicana, ou seja, a fixação de residência no País. A fim de evitar que o indivíduo fique apátrida antes de vir para o Brasil, a PEC nº 13, como todas as demais em tramitação, prevê também a aquisição da Nacionalidade mediante o registro repartição brasileira competente. Como já mencionei, a essa PEC foi apensada a de nº 382, de 1996, sendo ambas, posteriormente, apensadas à de nº 272, de 2000.

No mesmo mês de março de 1999, apenas seis dias após a apresentação da PEC nº 13 na Câmara Federal, Casa, iniciava-se, nº 24, nesta nova tentativa do combativo Senador Lúcio Alcântara para resolver o problema.

De acordo com essa proposição, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, serão considerados brasileiros natos desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir no Brasil e optem, qualquer tempo, depois de atingida maioridade, pela nacionalidade brasileira. Promulgada essa Proposta, ficaria mantida, portanto, a necessidade de opção, atualmente vigentes, ou seja, tanto a fixação de residência quanto a opção podem ocorrer a qualquer momento.

Além de propor essa alteração alínea c do inciso I do artigo 12 da Constituição, a PEC nº 24 de 1999, propõe seja acrescentado artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, buscando resguardar os interesses dos filhos de brasileiros nascidos no exterior desde a promulgação da Emenda Constitucional de Revisão nº 3. Conforme o novo artigo proposto, os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação da nova Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente, ou em ofício de registro, se vierem a residir no Brasil.

Essa PEC, a de nº 24, de 1999, diferentemente das antes mencionadas, logrou considerável progresso em sua tramitação. No mês de junho de 2000, foi aprovada em dois turnos de votação pela quase unanimidade dos Senhores Senadores presentes àquelas sessões, sendo, então, encaminhada à egrégia Câmara dos Deputados para seu elevado reexame da matéria.

Naquela Casa, a iniciativa recebeu o nº 272, de 2000, e foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, sendo designado seu relator o Deputado Bispo Rodrigues. Em setembro de 2001, aquela Comissão permanente da Câmara Federal aprovou, por unanimidade, o parecer do relator pela sua admissibilidade, bem como pela admissibilidade das PECs nºs 382/96 e 13/99, a ela apensadas. Infelizmente, desde então até o final do mês passado, não houve mais avanço na tramitação da matéria.

Devo também mencionar a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2000, de autoria do Senador Artur da Távola, de idêntico teor à recém-mencionada PEC nº 24, de 1999. A PEC nº 9, de 2000, não chegou a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, e acabou arquivada ao final da Legislatura passada.

Senhor Presidente, Senhoras Senhores Senadores, como foram, de fato, numerosas as proposições legislativas apresentadas com o objetivo de solucionar os seriíssimos problemas criados pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, que extinguiu a pos-

sibilidade de obtenção da nacionalidade pelos filhos de brasileiros nascidos no exterior mediante o registro em repartição competente.

Considerada a gravidade das situações geradas, inclusive com a proliferação de casos de apatridia, é de lamentar que, até hoje, nenhuma dessas proposições tenha logrado aprovação final pelo Parlamento.

Por isso mesmo, entendo como muito alvissareira e desejo saudar com júbilo a decisão do ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, materializada em Ato da Presidência assinado no dia 1º do corrente mês, de criar Comissão Especial para cuidar da matéria, visando a agilizar a tramitação da PEC nº 272, de 2000, já aprovada pelo Senado Federal e já contando com parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa pela sua admissibilidade.

Senhor Presidente:

Milhares e milhares de filhos de cidadãos brasileiros nascidos no exterior desde 1994 estão enfrentando situações muito difíceis, para grande sofrimento de seus pais. Muitos deles, já contando vários anos de vida, permanecem ainda apátridas, realidade que ofende preceito da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Portadores de documentos precários, vivem em situação de permanente insegurança jurídica.

O que está aqui em jogo, Senhoras e Senhores Senadores, e uma questão de cidadania. E assegurar os direitos inerentes à cidadania, vale lembrar, tem de ser preocupação absolutamente prioritária de todos aqueles que detêm responsabilidade na condução da coisa pública.

Cem mil meninos e meninas nascidos no exterior, filhos de nacionais, vêm tendo negada a sua cidadania pela pátria brasileira. Isso não pode continuar! Precisamos evitar, especialmente, que se perpetuem as iníquas situações de apatridia que se têm constituído em vista das imperfeições introduzidas no texto constitucional em 1994.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 272, de 2000, originária desta Casa e ora em tramitação na egrégia Câmara dos

Deputados, prevê o registro do nascimento em repartição consular como uma das hipóteses, juntamente com Brasil o retorno ao e a manifestação de vontade, de efetivação da nacionalidade potestativa. Sua aprovação solução representará, por conseguinte, eficaz para evitar o grave problema do surgimento compulsório de apátridas.

Deixo aqui, portanto, este alerta, bem como um apelo aos eminentes Senhores Deputados Federais para que dêem máxima prioridade à célere aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 272, de 2000.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, orador regularmente inscrito.

V. Ex^a, dentro do critério que está sendo solicitada pela Mesa, dispõe de 10 minutos. V. Ex^a é um dos grandes colabores desta Presidência, um dos mais disciplinados oradores desta Casa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para pronunciar-me sobre um relevantíssimo tema: a juventude e a violência.

Esse tema entrou nas palavras do Dr. Maurício Dalto Costa, em artigo publicado na Internet, uma das mais precisas articulações. Por isso, escoro-me em suas palavras para fazer esse pronunciamento.

Há alguns anos, a sociedade surpreendeu-se ao descobrir que o crime organizado do Rio de Janeiro, como “olheiros”, dando aviso da aproximação da polícia com rojões ou empinando pipas ou papagaios.

Mais tarde, sabendo que o Comando Vermelho havia constituído grupos de adolescentes na faixa entre os 12 e 17 anos, usando-os como “soldados” nos esquadrões de segurança do tráfego, encarregando-os de tarefas antes confiadas aos adultos, tais como a proteção das bocas de fumo, dos pontos de vendas de cocaína, barreiras em ruas e avenidas, patrulhamento das áreas das favelas e o “justiçamento” de delatores e de inimigos e até confrontos diretos com polícias, a surpresa tornou-se uma revolta.

Acirraram-se as discussões sobre a questão da violência juvenil e as possíveis soluções para a mesma, mas essas enveredaram pelo caminho da simplificação inócua: penas mais duras e redução da idade penal. Obviamente, este não é o caminho.

De fato, em uma sociedade em que meninos de oito anos empenham cargos de vigia ou “avião” dos esquemas de tráfico nas favelas e em morros dominados pelos criminosos, recebendo gratificações que chegam a superar os salários mensais de seus pais, o caminho natural dessas crianças é, ao tornarem-se adolescentes, subirem na escala hierárquica do crime, galgando cargos e encargos mais importantes na mesma.

As quadrilhas são, obviamente, parte integrante e preponderante da vida dessas comunidades pobres da periferia, esquecidas pelos poderes públicos, tendo como única presença efetiva dos mesmos naquelas áreas apenas a polícia, com toda carga negativa que esta muitas vezes historicamente representa para essas classes menos favorecidas.

O poder público, em tais regiões, parece isentar-se de seu dever como agente cooptador de recursos, de programas sociais, obras de infra-estrutura, dentre outras, deixando brechas sociais que são aproveitadas pelas organizações criminosas para atuarem nessas comunidades como benfeitores, suprimindo uma responsabilidade do Estado. Nestas, graças à astuta e calculada atitude adotada pelos dirigentes, o jovem favelado encontra dinheiro, fraternidade, respeito e ascensão social no ambiente onde vive, tornando-se “alguém” na sociedade local, embora para a sociedade em geral passe a ser um marginal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crença de que o controle do crime organizado sobre as comunidades onde se instala é baseada apenas na pressão e intimidação que exerce com o seu poder armado é fácil e cômoda, mas não é verdadeira.

Embora realmente conte com um grande “poder de fogo”, constituído por armamentos modernos e de alta qualidade, dificilmente superado ou até mesmo igualado pelas organizações policiais e de uma tropa paramilitar considerável – estima-se que no Rio de Janeiro, onde finalmente se admite a existência de um “governo paralelo”, que apenas o Comando Vermelho possua 12.500 homens com armas, defendendo seus mais de dois mil pontos de venda – o crime organizado arrima-se em outros dois elementos tão ou mais importantes que a força armada, para determinar a supremacia criminosa.

O primeiro, o poder corruptor, cuja força e atividades são conhecidas há séculos, agindo sempre como um “quinta coluna” dentre as hostes do combate ao crime, e que põe em xeque todo o aparato político-policial-judicial do Estado e a própria sociedade, agindo de maneira silenciosa e subterrânea, criando áreas de impunidade e invulnerabilidade.

Deve-se entender como corrupção não apenas o suborno em espécie, a propina que o traficante distribui a alguns políticos, policiais ou juizes para facilitar sua liberação ou dos seus comparsas, mas também o favor que é feito ao morador do bairro, a praça de esportes doada à associação do bairro, as festas e bailes, a ajuda para comprar o gás, a cesta básica ou o caixão. Esta corrupção social apresenta-se, realmente, como o pior tipo de corrupção, pois, enquanto na outra se compra e corrompe apenas o individuo, afasta-se o escrúpulo e a honestidade pessoal, nesta se corrompe e se compra a própria sociedade com a propina do benefício à comunidade, que assim é levada a compactuar com a organização criminosa e a aceitar seus chefes e membros como benfeitores e cidadãos exemplares. Torna-se praticamente cúmplice dos criminosos.

O segundo trata do componente social, esquecido quase sempre nas ruas, sobremaneira importante para a composição e de proteção da comunidade ao bandido. As quadrilhas nascem no seio dessas comunidades, e “soldado”, o “olheiro”, o “gerente da boca”, até o próprio chefe do tráfico na área, são filhos, irmãos, namorados, maridos ou tem qualquer outro grau de parentesco com alguém da favela e amigos também, geralmente têm sido criados na mesma, e sendo modelo de inspiração para os mais novos.

Ora, a ascensão social através do mundo do crime é o caminho, aparentemente fácil e certo que se apresenta para o jovem favelado, socialmente excluído para a sociedade de consumo, do chamado “mundo do asfalto” e os chefes das organizações, reconhecendo o valor deste sangue jovem procura incentivá-los e iludi-los, com a demonstração do status de que desfrutam na comunidade, o poder que exercem de maneira absoluta, determinando a vida e a morte e, principalmente, o usufruto das benesses do consumo capitalistas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, eu gostaria de participar deste tema.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, traz V. Ex^a um tema da atualidade, mas quero dar uma colaboração. Entendo, Senador Arthur Virgílio, que isso tudo é falta de Governo. E não sou eu, não. O teórico hoje mais aceito no mundo soube entender política, é Norberto Bobbio, que faleceu recentemente. Foi reconhecido que ele era um dos Parlamentares vitalício do Senado italiano. Ele disse claramente, Senador Arthur Virgílio, no seu último livro, Teoria Geral de Política, que o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança – segurança à vida, segurança à liberdade e segurança à propriedade. Este Governo não está garantindo nada, nem segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Há poucos instantes, vimos o Senador Leonel Pavan denunciar o direito de propriedade de uns empresários idôneos, que deveriam ser homenageados, ser atingido em Santa Catarina. Trata-se dos irmãos Klabin. Nós os conhecemos no Piauí, onde eles têm investimentos, uma fábrica Vegetex, que extraía a pilocarpina do jaborandi e fazia o medicamento que dilata a pupila e trata do glaucoma. Eles também desbravaram a carcinocultura no litoral piauiense. São empresários desse porte que não têm também proteção. E o Presidente da República está nessa lista dos cem. Garanto que ele ganhou também entre os dez piores Presidentes da história do mundo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo o aparte ao Senador Tuma, quem mais entende de segurança no Senado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu não entendo, não, e estou desaprendendo com o que vejo ocorrer, Senador. V. Ex^a traz um tema que é praticamente um Raio X médico, se assim posso dizer, diante do aparte do Senador Mão Santa, do que ocorre com a nossa juventude. É claro que o que está ocorrendo no Rio de Janeiro é um pólo irradiador para os outros Estados. Que os outros Governadores não se acomodem, porque a situação é grave. Com o crescimento do tráfico de drogas, com a fragmentação violenta do varejo e com a disputa dos pontos de venda de drogas, cresceu uma guerra. Como dizia o Prefeito Cesar Maia, os traficantes não estão utilizando armas pesadas para matar alguém na rua, mas para utilizar numa guerra civil, a fim de decidir quem vai tomar conta do ponto. Utilizaram crianças durante um grande período, pela inimizabilidade que têm. Hoje essas crianças crescem no meio do tráfico e aprendem. São pombos-correios, entregam drogas e avisam aos traficantes quando a polícia entra no morro. Futuramente, tranqüilamente substituirão os chefes, porque isso é automático. Quando houve repressão dos grupos subversivos, eles foram presos nas mesmas cadeias dos criminosos comuns, ensinaram a estratégia de trabalho de substituição de chefe e uma série de outras coisas. Em São Paulo, fizeram um presídio especial chamado Romão Gomes, mas, no Rio de Janeiro, houve esse trabalho. Ao longo dos anos, esse aprendizado trouxe uma estratégia muito forte ao crime organizado. Lidam com varejo, mas com grande quantidade. Muitos compram drogas no morro. Como V. Ex^a diz, a boca de fumo é disputada a tiro, porque o retorno econômico-financeiro é grande. É claro que o bandido não tem uma estrutura como a máfia ou um cartel, que se utilizam do lucro para aproveitar os prazeres da vida. O traficante sabe que não vai viver até 24 ou 25 anos e, então, gasta quase que imediatamente o lucro. Ele faz pelo prazer de ter aquele dinheiro, para conquistar uma menina do morro, para ter um carro de luxo, para qualquer coisa assim. Essa juventude tem de ser afastada desses grupos de traficantes. Houve uma tolerância exagerada. Vamos dizer que houve uma tolerância estratégica, como disse o Ministro, que me assustou, em alguns comportamentos de ferir a legislação. O Senador Líder do PSDB sabe do que falo. A tolerância exagerada em não se cumprir a lei traz a desobediência civil – V. Ex^a foi Governador e sabe disso. Tendo crescido o enfrentamento e tendo sumido a presença da autoridade, é muito difícil reverter o processo. Essa juventude começa a ver, nesses marginais, heróis, e não o policial ou o governante. O

seu herói é o traficante que lhe garante, às vezes, uma assistência que o Estado lhe nega.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço que o meu discurso seja transcrito na íntegra.

A prática tem demonstrado que a permanência do jovem nessas instituições de recuperação é tão inócua quanto a pretensão de que as mesmas sejam locais de “reeducação”. Tais instituições são ineficazes, face às costumeiras carências de infra-estrutura, próprias da administração pública, para o fim a que deveriam se destinar, tornando-se, de fato, meros “depósitos humanos”, que servem apenas para que os jovens sejam “educados” e “aperfeiçoados” no crime, enquanto aguardam sua volta às ruas.

Vou encerrar porque o tempo já se esgotou, para dar chance a outros de falarem.

Antes, lembro que hoje é o Dia do Exército Brasileiro, mas ninguém mencionou a data. No meu Estado, o Exército é muito importante, pois garante as nossas fronteiras. Quando falo em Exército, lembro o Marechal Rondon, brasileiro que mais fez pelos índios. E hoje também é Dia dos Índios.

Proponho que a nova política indígena a ser adotada neste País respeite as características de cada etnia, de cada grupo indígena, sem estabelecer uma medida geral para todos os índios. É fundamental analisar o que eles querem. No meu Estado, a maioria dos indígenas sabem o que querem; não precisam de um antropólogo, de um político ou de qualquer pessoa para dizer o que desejam.

Os meus irmãos índios de Roraima, os macuxis e wapixanas, estão num estado de aculturação que não precisam de ninguém para falar por eles. Há 60 professores indígenas nas universidades, e 18 ingressaram na universidade por mérito próprio. Eles querem água encanada, luz elétrica, hospitais, asfalto e todas as benesses da sociedade.

A maioria dos indígenas do meu Estado não quer a demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol como pretende a Funai. Se a Funai assim o fizer, tenho certeza de que haverá conflitos étnicos e mortes no meu Estado, que serão de responsabilidade do Presidente da Funai, do Ministério da Justiça e do Presidente da República, pois todos sabem que não se pode agir conforme deseja a Funai. Devem ser ouvidas as pessoas que vivem no local e respeitados os direitos dos pequenos proprietários que também vivem na região. No meu Estado, nunca foi reassentado um produtor rural retirado de sua terra para transformá-la em área indígena. Mais de quatro mil famílias de Rorai-

ma passaram por essa situação que também ocorrerá em Santa Catarina e em Mato Grosso.

Muito obrigado.

SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO.

Discurso Senador **Augusto Botelho**

“Juventude, violência e crime”

Sr. Presidente...

Senhoras e Senhores Senadores...

Ocupo esta Tribuna, no dia de hoje, para pronunciar-me sobre um relevantíssimo tema: a juventude e a violência.

Esse tema, encontrou nas palavras do Dr. Dalto Costa, em artigo publicado na internet, uma das mais precisas articulações. Por isso, escoro-me nas suas palavras para fazer este pronunciamento.

Alguns anos atrás, a sociedade surpreendeu-se ao descobrir que o crime organizado do Rio de Janeiro usava as crianças das favelas como “olheiros”, dando aviso da aproximação da polícia com rojões ou empinando pipas, papagaio.

Mais tarde, sabendo que o Comando Vermelho havia constituído grupos de adolescentes na faixa etária entre 12 e 17 anos, usando-os como “soldados” nos esquadrões de segurança do tráfico, encarregados de tarefas antes confiadas aos adultos, tais como a proteção das “bocas de fumo” e pontos de venda de cocaína, barreiras em ruas e avenidas, patrulhamento das áreas das favelas, o “justiçamento” de delatores e de inimigos e, até, confrontos diretos com policiais, a surpresa tornou-se espanto e revolta.

Acirraram-se as discussões sobre a questão da violência juvenil e as possíveis soluções para a mesma mas, estas enveredam pelo caminho da simplificação inócua: penas mais duras e redução da idade penal.

Obviamente, este não é o caminho.

De fato, em uma sociedade em que meninos de oito anos desempenham cargos de vigia ou “avião” dos esquemas de tráfico das favelas e morros dominados pelos criminosos, recebendo gratificações que chegam a superar os salários mensais de seus pais, o caminho natural destas crianças é, ao tornarem-se adolescentes, subirem na escala hierárquica do crime, galgando cargos e encargos mais importantes na mesma.

As quadrilhas são, obviamente, parte integrante e preponderante da vida dessas comunidades pobres da periferia, esquecidas pelos poderes públicos, tendo como única presença efetiva dos mesmos naquelas áreas apenas a polícia, com toda a carga negativa que esta historicamente representa para as classes menos favorecidas.

O poder público, em tais regiões, parece isentar-se de seu dever como agente cooptador de recursos, de programas sociais, obras de infra estrutura, dentre outras, deixando brechas sociais, que são aproveitadas pelas organizações criminosas para atuarem nessas comunidades como benfeitores, suprimindo uma responsabilidade do Estado.

Nestas, graças à astuta e calculada atitude adotada pelos dirigentes, o jovem favelado encontra dinheiro, fraternidade, respeito e ascensão social no ambiente onde vive, tornando-se “alguém” na sociedade local, embora para a sociedade em geral passe a ser um marginal.

Sr. Presidente...

Senhoras e Senhores Senadores...

A crença de que o controle do crime organizado sobre as comunidades onde se instala é baseada apenas na pressão e intimidação que exerce com o seu poder armado é fácil e cômoda mas, não é verdadeira.

Embora realmente conte com um grande “poder de fogo”, constituído por armamentos modernos e de alta qualidade, dificilmente superado, ou até mesmo igualado, pelas organizações policiais e, de uma tropa paramilitar considerável (estima-se que no Rio de Janeiro, onde finalmente se admite a existência de um “governo paralelo”, apenas o Comando Vermelho possui 12.500 homens em armas, defendendo seus mais de 2000 pontos de venda), o crime organizado, arrima-se em outros dois elementos, tão ou mais importantes quanto a força armada, para determinar a supremacia criminosa.

O primeiro, o poder corruptor, cuja força e atividade são conhecidas a séculos, agindo sempre como um “quinta coluna” dentre as hostes do combate ao crime, e que coloca em cheque todo o aparato político-policia-judicial do Estado e a própria sociedade, agindo de maneira silenciosa e subterrânea, criando áreas de impunidade e invulnerabilidade.

Deve-se entender como corrupção não apenas o suborno em espécie, a propina que o traficante distribui à alguns políticos, policiais ou juízes para facilitar sua liberação ou dos seus comparsas mas, também, o favor que é feito ao morador do bairro, a praça de esportes doada à Associação do bairro, as festas e bailes, a ajuda para comprar o gás, a cesta básica ou o caixão. Esta corrupção social apresenta-se, realmente, como o pior tipo de corrupção pois, enquanto na outra se compra e corrompe apenas o individuo, afasta-se o escrúpulo e a honestidade pessoal, nesta se corrompe e compra a própria sociedade, com a propina do benefício à comunidade, que assim é levada a compactuar com a organização criminosa e a aceitar seus chefes

e membros como benfeitores e cidadãos exemplares, tornando-se praticamente cúmplice dos criminosos.

O segundo se trata do componente social, esquecido quase sempre mas, sobremaneira importante para a composição da proteção da comunidade ao bandido. As quadrilhas nascem no seio destas comunidades, e o “soldado”, o “olheiro”, o “gerente da boca”, até o próprio chefe do tráfico na área, são filhos, irmãos, namorados, maridos, ou tem qualquer outro grau de parentesco ou amizade com alguém da favela, geralmente tendo sido criados na mesma, sendo modelo e inspiração para os mais novos.

Ora, a ascensão social através do mundo do crime é o caminho, aparentemente certo e fácil, que se apresenta para o jovem favelado, socialmente excluído pela sociedade de consumo do chamado “mundo do asfalto” e, os chefes das organizações, reconhecendo o valor deste sangue jovem, procuram incentivá-los e iludi-los, com a demonstração do status de que desfrutam na comunidade, o poder que exercem de maneira absoluta, determinando a vida e a morte e, principalmente, o usufruto das benesses do consumismo capitalista.

Fácil, portanto, seduzir um jovem carente que possui como seu sonho de consumo a posse de um tênis da moda, roupas de grife, carro e outras utilidades, mostrando ao mesmo que o dinheiro do crime, embora não possa inseri-lo na sociedade “do asfalto”, pode lhe dar um lugar de destaque na da favela.

Esta é, de fato a grande “isca”, que leva os jovens ao crime.

Além disso, existem os problemas de ordem familiar que estão a incentivar a delinquência juvenil.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores...

De modo geral, a família é unidade de reprodução social e, como tal tem papel determinante na manutenção da ordem social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social.

A reprodução social representa a transmissão da herança familiar para os filhos mediante difusão de diversos tipos de capital distribuídos do seguinte modo: capital simbólico, capital econômico, capital cultural, capital social e capital escolar, processo por meio do qual se estabelecem vínculos entre gerações.

Adotou-se, entretanto, como verdade estabelecida, um modelo familiar baseado na subordinação, poder e obediência, com a autoridade masculina no topo e conseqüentes relações desiguais. Fixou-se o mundo externo como espaço masculino e a casa, como feminino, tendo o homem o papel de mantenedor da família. Ora, esta, entretanto, não mais é a realidade, sendo que os papéis familiares foram embaralhados

e trocados pela dinâmica social do século XX. Apesar disso, a situação de fato não é bem aceita pela sociedade, que mantém os mesmos padrões anteriores, estandartizando a família no modelo antigo.

Assim, fora desse contexto socialmente aceito, as famílias são consideradas “incompletas” e “desestruturadas” e, responsabilizadas por problemas emocionais, desvios de comportamento do tipo delinqüencial. Este modelo imposto pelo discurso das instituições, da mídia e, até mesmo, de profissionais, que é apresentado não só como o “certo” de se viver em família, mas também como valor, é aceito e inquestionado, sendo indiretamente transmitido e captado, o discurso implícito de incompetência e de inferioridade daqueles que não “conseguem” viver de acordo com o modelo. Ao interiorizar esses valores e modelo de organização e convivência as pessoas que não se enquadram neste protótipo tem uma certa tendência a isentar-se do processo de participação por sentirem-se inferiores e incompetentes em relação àquelas que compõem as instituições.

A desqualificação profissional dos pais, geralmente analfabetos, leva-os a serem inseridos na categoria de trabalhadores com baixa remuneração ou sem remuneração fixa, tornando-os, conseqüentemente, não consumidores, numa sociedade que leva em conta o que e o quanto você consome como parâmetro para fixar sua existência e posição social.

Esta marginalização dos pais, estigmatiza o jovem, transformando-o em um rejeitado, tanto pela sociedade, que vê nele alguém que não pode consumir, e portanto não existe, quanto pela própria família, que o tem apenas como “mais uma boca” dentro de casa. O jovem, se não contribui para o orçamento familiar com o seu trabalho, passa contribuir com sua ausência. Com os baixos salários e o desemprego, as crianças e adolescentes são lançados no mercado informal de trabalho e outros tantos são expulsos ou se exilam de seus familiares por não suportarem a miséria.

O jovem excluído pela marginalização familiar na sociedade de consumo, passa a ver que a sociedade espera que ele seja um criminoso, por que já o considera um criminoso, devido à sua origem e sua impossibilidade de inserir-se no mercado consumidor.

Por fim, como componente da marginalidade juvenil, temos a importantíssima questão da inimizabilidade legal.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores...

A inimputabilidade legal, que torna o jovem quase inatingível para a polícia e o judiciário, transforma-o no “soldado” ideal para o crime organizado, tanto assim que o efetivo de segurança das quadrilhas passou a

ser integrado por adolescentes, ágeis fisicamente, destemidos, audaciosos, procurando firmar-se na sociedade e, por isso mesmo, capazes de cometer os mais temerários atos, sem mensurar conseqüências.

Se “caírem em combate”, podem ser facilmente substituídos e, se forem presos, são recolhidos a instituições especiais de onde, quando não fogem facilmente dias depois, são liberados em pouco tempo e devolvidos às ruas, para continuar o “serviço”.

A prática, tem demonstrado que a permanência do jovem nestas instituições é tão inócua quanto a pretensão de que as mesmas sejam locais de “reeducação”.

Tais instituições são absolutamente ineficazes, face às costumeiras carências infra-estruturais próprias da administração pública, para o fim a que deveriam se destinar, tornando-se, de fato, meros “depósitos humanos” que servem apenas para que os jovens sejam “educados” e “aperfeiçoados” no crime, enquanto aguardam sua volta às ruas...

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores...

As observações aqui efetuadas deixam claro que a discussão sobre o problema da violência juvenil não pode girar apenas em torno da idade penal.

De fato, não é a idade que torna o jovem mais ou menos violento mas, a carga social que ele e sua família são obrigados a suportar pela exclusão social, que os marginaliza e oprime.

Penas privativas de liberdade maiores não são necessárias mas, é preciso que os estabelecimentos de internação passem a ser o que deles se espera e exige a lei, possibilitando a real regeneração do jovem, que muitas vezes entra nos mesmos pela primeira vez ainda em condições de livrar-se do tortuoso caminho do crime, em que a própria sociedade procura jogá-lo.

Também fica claro que a aura de impunidade legal que lhe é concedida por esta mesma sociedade que o execra, num inexplicável e tortuoso mecanismo de compensação, não o protege mas, ou o joga nos braços do crime ou, no do carrasco.

Assim, projetos sociais que busquem ajudar adolescentes e crianças pobres para evitar seu ingresso no crime e na violência, devem procurar auxiliar a família como um todo e não apenas um indivíduo pois, somente assim se garantirá que a juventude não continue a ser excluída e marginalizada.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado!!!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será atendido, Senador Augusto Botelho, na forma regimental.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Ramez Tebet, e, em seguida, ao Líder Arthur Virgílio.

Senador Ramez Tebet, a fim de que todos os oradores possam fazer uso da palavra, convencionamos dez minutos para cada orador. Se V. Ex^a puder ater-se a esse tempo, colaborará com os demais oradores inscritos. A Mesa agradece a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quem é que não atende a um pedido de V. Ex^a, sempre tão gentil, tão generoso e tão democrático, quando apela para que todos possam se pronunciar?

O assunto que me traz à tribuna, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para mim muito auspicioso, pois diz respeito ao meu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

No sábado, em São Paulo, Estado que é a locomotiva do Brasil e que tem o terceiro Orçamento da Pátria, o PMDB lançou a candidatura para a sucessão municipal da Prefeita Marta Suplicy nada mais nada menos que o Presidente do Partido, o Deputado Federal Michel Temer, homem de elevada estatura moral, homem digno, honrado, jurista por excelência, cuja candidatura foi lançada de forma consagrada em São Paulo. Para o PMDB, esse fato merece um destaque relevante, Senador Mão Santa, porque o Partido não podia ficar sem candidato a Prefeito na maior cidade do Brasil. Como é que se explica isso? Como o PMDB, que defende a governabilidade, poderia dizer ao Brasil, Senador Arthur Virgílio, diante do quadro nacional, que não tem candidato à Prefeitura de São Paulo? Seria o cúmulo dos cúmulos; seria até duvidar da existência do Partido.

Por isso, ao lançar a candidatura de Michel Temer um nome, volto a dizer, consagrado na política brasileira, o PMDB transmitiu um recado à Nação. Para mim, o PMDB quis dizer ao País que quer aprovar o que interessa à Nação brasileira, quer ajudar a governabilidade, mas quer ter identidade própria.

O PMDB não quer ser mero apêndice do Governo. O Partido, se ainda não participa efetivamente do Governo, não participa de suas decisões. Essa é a verdade verdadeira. O PMDB tirou a dúvida dos seus filiados, tirou a dúvida dos candidatos da maioria dos Municípios brasileiros, como quem diz: “O PMDB está presente; o PMDB está altaneiro; o PMDB quer o bem do Brasil”.

Contudo, o Partido como eu entendo que governabilidade é saber o que é bom para o Brasil. E comprova isso ao apresentar seu programa em sua luta eleitoral pelo comando do País. Essa foi a base dos

discursos das lideranças lá presentes. O PMDB tem que ter vontade de fazer o Brasil crescer! O PMDB tem vontade própria! O PMDB quer o desenvolvimento do País! O PMDB quer diminuir o desemprego no Brasil! O PMDB quer diminuir a violência, que está assustando todas as nossas famílias! Para isso, o PMDB tem que ter o poder, que começa nos Municípios onde moramos e São Paulo é o maior deles.

Portanto, é fantástico ver o PMDB tirar as dúvidas que, por acaso, existiam dentro de suas bases. Lá ouvi o discurso do próprio Presidente Sarney. Fomos recepcionados pelo Presidente do PMDB de São Paulo, Orestes Quêrcia, a quem gostaria de tributar aqui a minha homenagem, pela maneira calorosa com que recebeu os Prefeitos do Estado de São Paulo e os Senadores.

Senador Mão Santa, foi pena não ter V. Ex^a, homem vibrante, naquele encontro. Lá estavam o Presidente José Sarney, os Senadores Renan Calheiros, Sérgio Cabral, Leomar Quintanilha, José Maranhão, Ney Suassuna, Maguito Vilela, Vice-Presidente do Partido. Tive a satisfação de ver aquela festa do PMDB. Também estiveram presentes três Governadores do Partido: Anthony Garotinho, Luiz Henrique e Joaquim Roriz. Todos reafirmaram que o PMDB quer atuar, tem candidatura e não quer se subordinar.

Um partido, para ajudar, deve participar e ser ouvido nas decisões do Governo. E o PMDB diz que é chegada a hora de agirmos, a fim de diminuir o desemprego e a violência.

Sr. Presidente, serei breve, mas não poderia deixar de citar Demóstenes, grande orador grego – e V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, é um grande orador do Amazonas, e fico emocionado quando V. Ex^a ocupa a tribuna. Perguntado sobre qual era a principal virtude de um orador, Demóstenes respondeu que era a ação, porque não adianta o discurso se não vier acompanhado de ação.

O Brasil precisa de ação! O Brasil não pode permanecer no discurso, deve agir concretamente. Não pode mais ficar no “eu acho”; tem que entrar no “eu faço”. É chegada a hora, portanto, de tentarmos fazer algo pelo Brasil.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Há muito tempo, tenho algo em minha garganta que gostaria de transmitir ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tancredo Neves, ao ser eleito Presidente da República, disse: “É proibido gastar”. Agora, esse deve ser o lema. O Governo deveria dizer que é proibido gastar com o desnecessário, que devemos começar, está na hora.

O Brasil está inquieto. Em São Paulo, ouvi que o Brasil está inquieto. Então, como dizem, temos que começar a mexer o doce, Senador Arthur Virgílio – a quem vou conceder um aparte e, depois, ao Senador Mão Santa –, diminuindo o número de Ministérios. Para que 35 Ministérios? O Brasil está endividado, nosso superávit primário chega à casa de mais de 4,25%! Então, temos que adotar a tática de Tancredo de diminuir o gasto do Brasil.

Quero apoiar as coisas boas do Brasil, estou aqui para isso. E li em O Globo desta semana, por exemplo, na coluna do Elio Gaspari, que há mais de 40 ou 50 grupos de trabalho estudando assuntos brasileiros. V. Ex^{as} acreditam que resolveremos problemas fazendo diagnósticos sempre? O diagnóstico está feito: é a violência desenfreada, o desemprego aumentando cada vez mais,. Quem não conhece esse diagnóstico? Se reduzirmos o número de Ministérios, talvez haja um pouquinho mais de recursos para tampar o buraco das nossas estradas, para investir em infra-estrutura.

O Brasil quer ação, e o PMDB pede essa ação ao Governo. Não pode haver duas Pastas, como atualmente, que não opinam sobre as ações do Governo. Para que serve um Ministério que não opina sobre as ações do Governo?

O Presidente Lula esteve reunido com os Líderes da Câmara e do Senado, com o Presidente José Sarney, e disse que vai tomar providências. Espero que Sua Excelência realmente tome providências, que pratique ações administrativas concretas e crie um grupo para discutir a administração do País, e não cargos, a não ser os que servem ao Brasil.

Não deve haver tolerância, nenhuma tolerância, com os que agem erradamente, com os que não agem com ética, com transparência. No Brasil, essa ação deve ser imediata, pois há uma inquietação nas ruas. A burocracia é demasiada. Até o Presidente da República pede a decisão do Ibama para que as termelétricas possam ser construídas. É preciso pôr ordem, mas não sei se pode haver unidade com 35 Ministérios.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo isso ouvi em São Paulo. Quero ver o meu PMDB, que restaurou a democracia no País, fazer justiça social no Brasil. É esse o caminho do nosso Partido.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL SP) – Senador, peço a V. Ex^a que seja rápido, para que os quatro Senadores inscritos possam usar da palavra.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida. Agradeço as palavras de V. Ex^a, sempre generosas com relação ao seu colega do Amazonas. Atribuo o fato à amizade sólida que firmamos em nossa luta no Congresso, mais ainda agora que somos colegas no

Senado Federal. V. Ex^a fala com a autoridade de um grande Parlamentar, de um grande peemedebista e do grande Presidente do Congresso que foi. Falar de Michel Temer significa lembrar o grande constitucionalista, o Parlamentar de escol que representa, sem dúvida alguma, a melhor expressão do nosso Congresso. Jamais duvidaria da palavra de Michel Temer. Erraria o Governo e qualquer pessoa que imaginasse que a candidatura de Michel Temer poderia ser algo como um brinquedo, algo como uma candidatura que é lançada para depois ser retirada, algo só para compor. Pensar assim é não conhecer Michel Temer, é não conhecer a fibra desse homem público que, a meu ver, honra a representação do Estado de São Paulo. Não se pode imaginar que alguma coisa poderá demovê-lo da disputa por São Paulo. Dou meu testemunho de amigo e de quem, quando lançou a candidatura, levou-o a sério. Sei que não o fez para blefar, pois não joga pôquer. Michel é candidato a prefeito de São Paulo. Assim o afirmo com pesar, pois é um homem de valor que vai enfrentar o candidato do meu Partido, que será lançado em São Paulo. Seria um desrespeito a Michel Temer imaginar que está blefando. Quero, também, parabenizar o Presidente Regional do Partido, Orestes Quércia, e dizer que a resposta do Partido foi contundente. Foi como se dissessem: “Respeitem quem merece respeito”. Vamos às urnas, elas irão decidir quem, afinal, governará São Paulo na sucessão da Prefeita Martha Suplicy. Muito obrigado e parabéns, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, incorporo suas palavras ao meu discurso, e não é por amizade não, é pelo valor das palavras de V. Ex^a. Afinal de contas, quando Michel Temer tem suas qualidades enaltecidas por um homem do quilate de V. Ex^a, que é de outro partido, está justificada a minha presença aqui.

E, para que não haja dúvida, digo-lhe mais: o Presidente do PMDB de São Paulo, o ex-senador Orestes Quércia, antes de irmos para o auditório, onde estavam reunidos políticos do PMDB e seus militantes, disse-me que alguém havia lhe perguntado como seriam as composições. S. Ex^a respondeu que a vaga de vice estava aberta. Foi essa resposta. Encerrei, então, meu pronunciamento, tamanha a convicção de que a candidatura de Michel Temer é para valer, é para o bem de São Paulo. É importante que todos saibam que PMDB, apesar de ter posição em relação ao Governo Federal, é independente nas urnas, é democraticamente independente para escolher seus candidatos. Tanto é assim, e V. Ex^a leu nos jornais, que o Presidente Lula tentou ainda ver se o PMDB adia o lançamento da candidatura de Michel Temer. Mas o candidato respon-

deu que não, que a candidatura dele seria formalizada, que era mesmo para valer.

Portanto, não é só a importância da resposta, mas, sim, a importância da candidatura de Michel Temer. Veja bem: um partido está pedindo para o outro não lançar candidato. Que é isso? Não estou de acordo. Isso leva uma certa confusão às bases. O que aconteceu com a candidatura de Michel Temer? Lançada a candidatura de Michel Temer, a Base está tranqüila. Se temos candidato a prefeito na maior cidade do Brasil, detentora do terceiro orçamento do Brasil, está provado que estamos em condições, estamos disputando, e o PMDB vai manter a sua fibra de Partido que sempre lutou em defesa dos interesses do Brasil. Entre outras palavras, o PMDB não é apêndice – nem pode ser – de partido algum.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, serei breve. V. Ex^a falou em Demóstenes, mas eu iria buscar Diógenes, que andava na escuridão, todas as noites, com uma lanterna. Aí perguntavam: “que procuras, Diógenes? Um homem de vergonha”. Respondia ele. Essa vergonha se encontra aí na tribuna, esse extraordinário Líder do PMDB, o Senador Ramez Tebet. Deus me permitiu, quando governei meu Estado, Senador Arthur Virgílio, conferir a ele, no meio do povo do Piauí, em praça pública, a maior comenda, a Grã-Cruz Renascença do meu Estado. Senador Ramez Tebet, quero dizer o que V. Ex^a significa para o Senado, do qual já foi um dos mais extraordinários Presidentes. Vamos reviver a última reunião para a apreciação daquela desastrosa e vergonhosa medida provisória do trem da alegria: três mil cargos para cabos eleitorais do PT. Fui anunciado pelo Presidente José Sarney como último orador inscrito. Mas V. Ex^a não se conteve. V. Ex^a foi o último. E como mudou a história. Eles, envergonhados, retiraram aquela medida provisória e não voltaram. Essa sua palavra representa o nosso PMDB. Mas por que eu não estava em São Paulo? Eu estava na minha cidade, Parnaíba. Senador Leonel Pavan, Sêneca disse: “não é uma pequena cidade. É a minha cidade.” Ele não era nem de Atenas nem de Esparta. Deixei de ir a São Paulo porque estava sendo paraninfo de todos os cursos da Universidade Federal na minha cidade, mostrando que a mocidade do Brasil hoje, simbolizada pela minha cidade, é livre, independente e sabe o que quer. Quer a presença do PMDB. Iremos a São Paulo pedir a todos os piauienses e nordestinos que consagrem a vitória de Michel Temer, de Quêrcia e do PMDB, que é a vitória do Brasil.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, vou encerrar o meu pronunciamento, mas quero transmitir algo que não sei se vai confortar V.

Ex^a, mas acredito que sim, porque todo homem público gosta de receber estímulo. Cumprimentei muitos convencionais em São Paulo. De muitos ouvi a pergunta: o Senador Mão Santa não vem? Onde está o Senador Mão Santa? Eu disse a eles: não se preocupem. S. Ex^a está conosco sim. S. Ex^a é deste PMDB que está formado aqui neste pavilhão, este PMDB do qual fazemos parte, neste instante em que todos sabemos que o Brasil atravessa uma crise de autoridade. É verdade. O MST está aí, desafiando a todos. Falando que vai invadir, e invadindo mesmo. A violência pairando em todo o Território nacional. No Rio de Janeiro, vemos algo assombroso; há o desemprego e tudo isso.

Mas quero ver o Brasil com os olhos de um verdadeiro peemedebista. Não me lembro do autor, mas – já que V. Ex^a gosta tanto de parábolas, Senador Mão Santa – havia dois homens que olhavam para fora entre as mesmas grades. Um via o barro sujo das ruas; o outro contemplava o céu, o firmamento, o sol.

Eu sou daqueles que querem ajudar, assim como V. Ex^as querem. Sou daqueles que querem olhar as estrelas, o céu, o firmamento. Sou daqueles que querem continuar com a minha esperança; que insistem em ver o Brasil com otimismo. Sou daqueles brasileiros mais humildes que olham para os céus e não querem perder as esperanças. Sou daqueles que torcem para que o Presidente Lula colha bons frutos na sua jornada em busca de bons resultados para o povo brasileiro.

Em suma, eu não quero que essa inquietação presente na paisagem brasileira ofusque o nosso olhar. Eu não quero que se apague o brilho das nossas esperanças. Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos continuar firme em nossa luta. Vim a esta tribuna para dizer que, quando vi o lançamento da candidatura de Michel Temer em São Paulo, vi que o PMDB ressurgiu, que o PMDB sabe o que quer, que já ajudou e que vai ajudar o povo brasileiro, com todas as nossas forças e idealismo.

Desculpe-me, Sr. Presidente, por ter ultrapassado o prazo, mas o assunto era empolgante e apartes foram solicitados.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, o Senador Eduardo Siqueira Campos, por cessão do Senador João Ribeiro.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, meus

nobres pares, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu nobre Líder Arthur Virgílio, Senador Mão Santa, Senador Augusto Botelho, Senador Tião Viana, Senador Leonel Pavan, quero trazer uma questão a este Plenário e dividir um pouco a preocupação sobre aquilo que tem sido predominante não somente na cena política nacional, mas também nos noticiosos, nos telejornais, nas manchetes e chamadas dos principais jornais de todas as emissoras brasileiras e dizer que esta preocupação nacional desestabiliza todo o sistema institucional bem como o próprio sistema da produção nacional.

Sr. Presidente, represento nesta Casa um Estado que se destaca como uma das unidades da Federação de maior desenvolvimento na pecuária, na agricultura, na organização de nova sociedade. O Tocantins possui uma administração, do ponto de vista fiscal, irretocável e tem tido um desenvolvimento três ou quatro vezes acima da média nacional. Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, há uma preocupação nacional e nela está inserido o meu Tocantins.

Lendo os principais articulistas, os principais editoriais, constato que a violência, as invasões predominam nas preocupações daqueles que escrevem para orientar a opinião pública nacional e externar seu ponto de vista. Entre outros temas, discutiu-se muito a presença do Presidente da República na abertura da Bienal do Livro. Sempre de forma construtiva, como procuro debater os temas na tribuna, registro alguns simbologismos: por exemplo, a vinda do Presidente da República ao Congresso Nacional trazendo pessoalmente a mensagem do Poder Executivo se reveste de uma simbologia que aumenta a auto-estima do Parlamentar, do membro do Congresso Nacional, valoriza o Poder Legislativo e o próprio papel do Presidente da República. É importante o Presidente receber os Prefeitos que vêm em marcha a Brasília; bem como salienta-se a presença do Presidente da República na Bienal do Livro.

Tenho em mão um texto que não sei se o Presidente da República conhece; chama-se “O Construtor de Exemplos”. Tenho certeza de que o Senador Arthur Virgílio, com sua vasta cultura e conhecimento, conhece este texto, cuja síntese diz que muito mais que a força das nossas palavras servem como exemplos os nossos atos. Não adianta para um pai ter um discurso para tentar transmitir valores como a ética para os seus filhos se a ação, a própria ação como cidadão não simboliza, não transmite a ética. Muitas vezes, no percurso de casa para a escola, o pai vai orientando o filho; mas, quando chega na porta da escola, pára em fila dupla, prejudicando o trânsito, possibilitando um acidente. Naquele momento, tudo o que ele disse talvez não fique fixado. Se ele, por exemplo, fura fila

na presença do seu filho, todo o discurso moralista, bem-intencionado de transmitir a ética cai por terra; o pai mostra que é melhor levar vantagem do que praticar a cidadania.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, eu me permitiria lembrar Pe. Antonio Vieira: “Palavras sem exemplo são como tiros sem bala; o exemplo arrasta.”

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Meu nobre Líder Arthur Virgílio, a presença do Presidente da República, como eu dizia, se reveste de simbologia; valoriza o ambiente para onde vai; valoriza a ação, a própria afirmação do cargo de Presidente. Por exemplo, vários jornais hoje abordam a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Bienal do Livro dizendo que a intenção de Sua Excelência foi mais do que justificada; sua presença foi mais do que positiva. Entretanto, não querendo aqui, de forma irônica, reproduzir o que muitos dos grandes articulistas escreveram, registro que o Presidente anunciou, naquela ocasião, que pretende construir mil bibliotecas no País inteiro. O Presidente já ajudaria muito se aparecesse em público com um bom livro na mão.

Nessa hora, Senador Arthur Virgílio, fico pensando que oportunidades tem o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a força que Sua Excelência chegou ao poder pelas urnas. E penso isso para dizer que o morador de um simples prédio, o mais simples de todos os prédios, quando elege um síndico, não vota no vizinho do lado, no seu melhor amigo, ou no seu parente que também é morador do prédio; ele quer um administrador que mantenha o elevador funcionando, o porteiro vigilante, os mais baixos custos, a eficiência.

Recordo esse problema nacional nesse momento que é de transição, em que a democracia se fez na sua plenitude. Tivemos uma eleição tranqüila em que um civilizado Presidente da República, de nome Fernando Henrique Cardoso, fez a mais democrática das transições e procurou se portar sempre como um ex-presidente. Isso não lhe impõe não ter opinião. Ele tem opinião. Faria bem ao atual Presidente da República se as ouvisse, como a deste humilde Senador. Como cidadão, eu ficaria imensamente feliz se visse o Presidente da República fazer cumprir a lei nacional que proíbe a venda de bebidas alcoólicas após as 22 horas. No Tocantins, em determinado momento de transição, quando Palmas se solidificava como Capital do Estado, aplicamos essa lei.

Senador Arthur Virgílio, o que o jovem brasileiro quer é vaga na faculdade; é sistema de financiamento público; é o primeiro emprego. Tenho certeza de que a juventude brasileira não estará preocupada

em encontrar um lugar aberto depois das 22 horas, o que não existe na grande maioria dos países. Alguns Prefeitos que adotaram a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas e o funcionamento dos bares após as 22 horas diminuíram a violência doméstica, os assassinatos e as brigas em mesas de bilhar. É preciso ter alternativas. O jovem quer emprego, oportunidade e financiamento do ensino e não se sentiria atingido se o Presidente tomasse algumas medidas.

Prolifera-se o número de movimentos: Movimento dos Trabalhadores da Terra, Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto. De repente, multiplicaram-se as invasões. Estou muito preocupado.

Sr. Presidente, represento um Estado eminentemente agrícola e rural. Eu poderia me inscrever entre os Líderes ruralistas, mas jamais assinei uma inscrição para participar da Frente Parlamentar dos Ruralistas. Não o fiz porque sempre me identifiquei com a causa da criança e com o ensino. Não vejo no movimento dos ruralistas problema algum; ao contrário. Há grandes Parlamentares ligados à causa ruralista. Eu me sinto intimamente ligado à produção. O Brasil é um grande exportador de carnes. E gostaria muito que o Presidente da República impedisse, proibisse e, se fosse necessário, até mesmo declarasse a ilegalidade da ação de invasão de propriedade. É preciso que alguém bata a mão na mesa e determine o fechamento de bares nas grandes cidades brasileiras após as 22 horas. Que se tome uma atitude séria com relação ao Rio de Janeiro. Não quero pecar contra a democracia, mas já não é possível assistir o Governo do Estado culpar o Governo Federal e dizer que ele não envia as tropas. Enquanto isso, a cidade se empobrece, perde turistas e divisas. Estamos diante de uma crise na área da segurança, na área da organização social e na do setor produtivo.

A quem temos de recorrer? Será que o meu comportamento ácido, crítico e irônico em relação ao Presidente da República serviria à Nação? Não. Tenho é de pedir ao Presidente da República que se valha de todas as forças que trouxe das mãos dos brasileiros de todos os Estados para impor ao País a ordem, a autoridade, a organização social. Como vamos conseguir isso? O Governador Aécio Neves reduziu drasticamente o déficit público de Minas Gerais em um ano. O que S. Ex^a fez? Reduziu a máquina, cortou custos. Algumas repartições reclamaram do fim do tradicional cafezinho. Então, estamos precisando da adoção de medidas de caráter geral, como a diminuição de Ministérios, a diminuição de gastos e a proibição de movimentos que desestabilizam. Há postos do Inbra e agências bancárias sendo tomados. Isso precisa ter um fim. O País tem autoridade. Estamos no sistema

republicano, democrático, e temos um Presidente que se elegeu democraticamente.

Os jornalistas estão pedindo, Senador Arthur Virgílio, que, entre outras coisas, o Presidente apareça com um livro na mão. Isso ajudaria. Destaco que o fato de o Presidente promover uma sessão de cinema nacional no Palácio Alvorada não foi criticado por ninguém aqui, porque o Presidente, ao escolher filmes brasileiros, valoriza a cultura nacional e dá um grande exemplo. É um ato simbólico e importante. Precisamos de mais atos simbólicos e importantes e de medidas efetivas.

Sr. Presidente, às vezes, ouço falar que o Movimento dos Sem-Terra invadiu a Caixa Econômica Federal e fechou uma agência; invadiu o Banco do Brasil ou uma sede do Inbra. Desculpem-me o Dr. Miguel Rossetto e o MST, mas queremos um movimento nacional a favor da organização e da produção e não da bagunça, da desordem, que descontrola, que desespera, que deixa em estado de angústia a população nacional.

Senador Arthur Virgílio, para que nos esqueçamos definitivamente do período dos regimes autoritários, devo lembrar que não há autoridade mais legítima do que aquela oriunda das urnas. O cadastro nacional da reforma agrária deveria ser feito com os prefeitos, com os juizes, com os delegados, com aqueles que conhecem cada município. E depois de elaborado um cadastro municipal, cada prefeito, cada advogado, cada OAB estadual, cada juiz de direito, cada gerente da Caixa Econômica Federal, cada Conselho Municipal, poderia ajudar a organizar a reforma e impedir que o Movimento recolhesse, entre os brasileiros sem oportunidade, aqueles que estão desempregados e que automaticamente se transformam em Sem-Terra. Infelizmente, o Brasil vive essa bagunça. Por falta de liderança, uma criança deixa de ir à escola para ser ajudante do tráfico.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – E essa situação não ocorre por vontade da criança, mas por não haver outra oportunidade.

Sr. Presidente, quero dizer aqui – tenho certeza de que com a autorização do Líder do meu Partido – que o Presidente da República terá o mais amplo e irrestrito apoio deste Congresso se resolver bater a mão na mesa, dar o exemplo, em todos os sentidos, proibir a anarquia das invasões, da violência e fazer intervenção em Governo de Estado, se for necessário.

Assuma, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque nós, ainda que eu não tenha sido um de seus eleitores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Siqueira Campos, permita-me interrompê-lo apenas para prorrogar a sessão por vinte minutos, para que os demais oradores possam fazer os seus pronunciamentos. Cada orador terá dez minutos. Eu fico com dois.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Como é do conhecimento de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, não votei no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nem no primeiro, nem no segundo turno, mas jamais vim a esta tribuna, sequer uma vez, senão para, construtivamente, externar a Sua Excelência e ao País as minhas angústias, os meus anseios e os do meu Estado. Desta vez, venho à tribuna para dizer ao Presidente da República que fatos positivos se criam com gestos afirmativos e positivos e que o Brasil deposita em Sua Excelência grande confiança. Não é à-toa, Senador Arthur Virgílio, que ele é tido como um dos cem homens mais importantes do mundo, mas, para reafirmar a condição do povo brasileiro, ele precisa, urgentemente, de fazer alguma coisa pelo País!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sabendo da limitação de tempo que tem a Mesa para ordenar os trabalhos, quero declarar que entregarei o pronunciamento que eu faria em homenagem ao Dia do Índio para que seja considerado como lido pela Mesa do Senado Federal.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR TIÃO VIANA

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imenso carinho que trago a esta tribuna, nesta data simbólica em que se comemora o Dia do Índio, minha solidariedade e apoio aos nossos irmãos índios, em sua luta por fazer valer seus direitos, consagrados na Carta Magna.

No Acre, teve início hoje, na cidade de Cruzeiro do Sul, o IV Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, que se estenderá até o próximo dia 23 de abril. Nele, estarão reunidas lideranças importantes da região para debater problemas e apontar soluções; trocar experiências e celebrar suas tradições, com rituais de xamanismo, jogos e brincadeiras, apresentações musicais e exposições de arte.

Esse encontro, Sr^{as} e Srs. Senadores, é parte de nosso esforço para valorizar as culturas indígenas

presentes em nosso Estado e estimular a convivência democrática entre índios e não-índios. Sabemos que é preciso vontade política para proteger aqueles que, historicamente, têm tido menos espaço na defesa de seus direitos, no jogo de articulações políticas e econômicas que caracterizam o sistema democrático. O Poder Público, os governantes não podem mais se eximir da responsabilidade de reparar erros históricos, que teimam em se repetir ainda hoje em nosso País, não obstante termos uma Constituição Federal considerada das mais avançadas, sob pena de ter que arcar com as conseqüências de sua omissão. É preciso fazer valer a Carta Magna.

O IV Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas tem para nós acreanos importância crucial, pois, além de representar um merecido tributo aos nossos irmãos índios, cujos ancestrais ali chegaram no século II a.C., demonstra que é possível o convívio respeitoso entre as sociedades indígenas e não-indígenas; entre o Poder Público instituído e o poder tradicional; entre as diversas manifestações lingüísticas, religiosas e culturais. em um momento em que o mundo assiste aterrorizado a demonstrações crescentes de intolerância e violência entre povos de diversos países, o Acre consegue provar que é possível lutar por nossos ideais e transformar em realidade os sonhos de paz, de respeito mútuo e solidariedade, de harmonia e convivência democrática entre as diferenças.

O Projeto de Desenvolvimento, ora em andamento em nosso Estado, inclui a noção de equivalência no tratamento das diferenças, pois aprendemos, com nossos irmãos índios, a conviver com distintas formas de ver o mundo; a respeitar e admirar sua rica gama de línguas, de mitos, de costumes. nos integramos uns aos outros, misturando hábitos e saberes tradicionais e descobrimos, juntos, que esse aprendizado, essa convivência são nosso grande patrimônio. Aquilo que para outros povos soa impossível para nós é realidade cotidianamente experimentada, vivida e partilhada.

É impossível dissociar, na cultura acreana, aquilo que nasce da contribuição dos nordestinos, dos índios e de tantos que contribuíram para a formação de nossa história e de nossa cultura. Somos múltiplos em nossa forma de ser. Somos a reunião de muitas sabedorias, de muitos credos, de muitos sonhos. a diversidade que nos constitui é a mesma que nos faz fortes e que nos uniu um dia quando sonhávamos ver a estrela do acre bordada no mapa do Brasil. É essa mesma diversidade que nos faz ricos e ciosos de nosso imenso patrimônio cultural e ecológico, e que nos une hoje na convicção de que é possível mudar os rumos de nossa história e fazer brilhar a nossa estrela.

Nossos irmãos índios ainda sofrem com as injustiças, o preconceito e os trâmites jurídicos e burocráticos no Brasil. Almejo, no entanto, que a experiência vivida pelo Acre possa inspirar as demais unidades da Federação a estabelecer com os povos indígenas relações mais fraternas, fundadas na tolerância, na solidariedade e no respeito mútuos. Temos muito a aprender com o amor que os índios dedicam a sua terra, a seus ancestrais, a suas tradições. Foram eles os primeiros a defender as terras brasileiras dos colonizadores. São eles os primeiros a denunciar as agressões de madeireiros, mineradores e garimpeiros que invadem suas terras, violam suas garantias constitucionais e lhes saqueiam o bem mais valioso: o direito à vida, à reprodução de seus costumes, de sua organização social.

É, pois, com entusiasmo, que me alio às comunidades indígenas do Acre e sul do Amazonas, nesse encontro tão especial que marca um momento de reflexão, debate e celebração da vida, das tradições e dos laços de amizade que nos unem a todos, acreanos de coração. Formulo aos participantes desse IV encontro, portanto, meus votos sinceros de que essa seja mais uma vitoriosa etapa em nossa luta pela consolidação dos direitos e igualdades sociais em nosso Estado e em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Peço a S. Ex^a que se atenha aos dez minutos, se puder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o discurso veemente do Senador Eduardo Siqueira Campos acaba sendo um libelo contra o Governo, refletindo a ansiedade do povo brasileiro de ver o Presidente Lula fazer aquilo que deveria ser a sua definição precípua, ou seja, governar.

Apresentei voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Antônio de Souza, que morreu – afinal 85% do seu corpo estavam queimados – protestando contra o desemprego que avilta o País. Ele tentou ser recebido pelo Presidente da República e não o foi. Não digo que o Presidente tenha culpa alguma nisso – não faço esse tipo de jogo, pois há o cerimonial, cujas regras devem ser observadas –, mas o fato é que a situação social está de tal modo grave que alguém atea fogo às vestes, ao corpo, e falece protestando contra o quadro de desarrumação social do País.

Outro tópico, Sr. Presidente, desse rápido pronunciamento recolho dos jornais de hoje. Aqui tenho o jornal O Globo, mas todos os jornais mencionaram, que diz: “O PT proíbe a doação de bingos e bicheiros”.

Meu Deus, se proíbe é por que antes recebia? Se proíbe, é por que antes não proibia? E diz a matéria: “Em resposta ao escândalo Waldomiro Diniz...”

Se não fosse o escândalo, ia continuar recebendo? Se é que recebe. E, se proíbe, é por que certamente recebia?

Diz o jornal **O Globo**:

Em resposta ao escândalo Waldomiro Diniz, ex-assessor do Palácio do Planalto, envolvido em corrupção, o diretório nacional do PT resolveu ontem proibir o partido de receber recursos para a campanha eleitoral de empresários de bingos, do jogo do bicho, de empresas permissionárias de serviços públicos.

Quer dizer que bicheiro, agora, já é empresário? Estão proibindo receber dinheiro de bicheiro, empresário do jogo do bicho. São os chamados corretores zoológicos! Então não é bicheiro; é corretor zoológico!

Fica proibido também pelo diretório receber recursos para fins de campanhas eleitorais de permissionários de serviço público. Mas não podia em momento algum, porque é proibido por lei que empresas permissionárias de serviço público dêem quaisquer contribuições a campanhas eleitorais de quaisquer partidos ou de quaisquer candidatos.

Fico estarecido mais ainda quando vejo essa figura que se vai tornando conhecida do País, Sr. Delúbio Soares, dizendo que é contra a idéia que algum petista deu, se não me engano o Deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro, Sr. Presidente Romeu Tuma, de colocar on line – entendo que o meu partido e todo candidato devem assim proceder também – a movimentação dos seus gastos de campanha, para que tudo se torne transparente mesmo para todo mundo.

O Sr. Delúbio disse: “Transparência assim, é burrice!”

Se transparência, para o Sr. Delúbio, é burrice, temo que cinismo demais seja um grave pecado contra este País. Afinal de contas, a contrapartida à transparência não pode ser o cinismo! Diz que tem de haver uma lei e argumenta que os outros partidos não estão preparados para a transparência; o PT estaria, mas os demais não, ou seja, é bom haver certo limite nessa história do cinismo, porque é preciso haver limite em tudo. Tem de haver limite até na virtude. Como é que não vai haver limite no defeito, limite no cinismo?

A peça de resistência dessa pequena fala, Sr. Presidente, é precisamente algo de extrema gravidade que foi noticiado, no jornal Correio Braziliense de sábado último em relação à agressão sofrida pelo Sr. Mário Haag, ex-Diretor da Caixa Econômica Federal. A matéria diz: “Caso Waldomiro. Invasão da fazenda

de Haag pode não ser um simples assalto. Bandidos à procura de documento.”

Dizem os jornalistas Renato Alves e Matheus Machado que a elite da Polícia Civil do Distrito Federal estaria empenhada em descobrir as motivações efetivas, porque as características sugerem, segundo alguns desses policiais de elite, que talvez não seja um mero roubo. E por que não um mero roubo? Tem início a suspeita.

O Sr. Haag é uma das principais testemunhas do caso Waldomiro Diniz. Ele depôs junto ao Ministério Público. Posteriormente, houve um enorme alvoroço nesta Casa para que não viesse depor na Comissão de Fiscalização e Controle. A Bancada do Governo se movimentou com um dinamismo surpreendente. Queriam ouvir a declaração anódina do atual Presidente da Caixa Econômica Federal, mas não a do Sr. Haag, que disse à Polícia Federal que não havia necessidade de prorrogação por tanto tempo do contrato com a GTech, empresa ligada ao Sr. Waldomiro Diniz, conforme está provado. Inclusive o Sr. Waldomiro Diniz já instalado no 4º andar do Palácio do Planalto. A dúvida é saber se esses bandidos – não sei se ladrões, até porque há uma sutileza, Senador Mão Santa; todo ladrão é bandido, mas nem todo bandido é ladrão, há bandidos de várias espécies – se esses bandidos eram ladrões comuns ou se tentavam intimidar o Sr. Haag, pois chegaram a sua casa e, em vez de roubarem tudo que havia por lá de valor, aguardaram a sua chegada. O empresário chegou com o genro e aí, depois de uma enorme sessão de tortura ao Sr. Mário Haag – espancaram-no e também o genro e o caseiro – ficaram com mil reais que ele tinha e mais R\$132,00 que estavam em poder do seu genro, e levaram um videocassete e uma televisão. Procuraram, segundo a informação, documentos pela casa e levaram documentos. Ou seja, esses ladrões queriam documentos. Eles queriam talvez mais do que o dinheiro, ou DVD, a televisão.

Pergunto, Senador Romeu Tuma – V. Ex^a é um experimentado e conceituado policial brasileiro: se queriam roubar o DVD, algum dinheiro e a televisão, por que esperar tanto tempo? Por que não fizeram o furto rapidamente e não se evadiram? Por que deram tanta chance ao azar? Será que sabiam que o Sr. Haag ia chegar sozinho, desarmado? Será que sabiam que ele não ia chegar acompanhado de vinte pessoas? Será que valia a pena? Como sabiam que ele tinha mil reais no bolso? Alguém poderia dizer: não, a lógica dos ladrões era pegar mil reais e pronto, justificaria o roubo. Mas como eles sabiam que ele tinha mil reais, já que o genro só tinha R\$132,00? E, se ele tivesse R\$132,00, eles teriam roubado apenas R\$264,00, por exemplo, não teriam roubado R\$1.132,00. E por que

a tortura? Por que tanto tempo de maus tratos a ele? Por que procurar os documentos? Ou seja, é uma testemunha importante.

Estamos vendo de volta esse caso de Santo André: seis pessoas correlatas ao caso morreram, inclusive o pobre do garçom. Se não estivesse ali – agora mesmo fazia uma ironia de humor negro –, se tivesse faltado ao trabalho para namorar, o garçom não teria morrido. Como ele ouviu talvez o que não devesse, foi assassinado. Foi assassinado um dos assassinos, ou seja, assassinos assassinaram várias pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nesse caso de Santo André. E o garçom, coitado, envolvido por ter servido o prefeito e esse tal Sérgio Sombra, que está preso.

O jornal **O Estado de S. Paulo** pede a CPI. Outro dia, diziam aqui que eu queria CPI para fazer fato político. Será que o jornal também quer apenas fazer fato político? Será que quer apenas criar um factóide? Ou será que quer apurar algo que está pairando sobre todos nós como uma nódoa? Só não percebe isso quem tem medo da investigação; só não percebe isso quem tem paura, quem tem pavor da investigação completa, da investigação até o final. E olha que nessa história de CPIs este Governo está inovando: é contra a instalação de quaisquer CPIs e, mais ainda, chegou ao desplante conosco do tipo: se vocês insistirem em investigar isso, vamos investigar o governo passado. E nós dissemos aqui: podem investigar do avesso quem quer que queiram investigar do governo passado. Agora, não abrimos mão de investigar os casos que nos pareçam irregulares, que nos pareçam escusos, que nos pareçam desonestos. A que ponto estamos chegando!

O PT, tão cioso da sua condição de tutor ético da Nação, está agora proibindo a doação de bingos e bicheiros, recusando a CPI de Santo André. E, volto a dizer, proibindo a doação de bingos e bicheiros, como se antes fosse uma prática poder receber dinheiro de bingos e de bicheiros. Fico estarecido porque supus que jamais pudessem ter quaisquer relações com bicheiros. Nem imaginei que fosse uma fonte correta, uma fonte justa.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero dizer que o PT pode proceder assim porque, sem dúvida alguma, é o Partido mais rico da história. Está pegando 24% do ganho dos políticos. Isso inexistente, não podemos dar essa quantia. E há mais 27% do Imposto de Renda e outras taxas. É atualmente o Partido mais rico. Nem Bush terá tanto dinheiro para a reeleição quanto o PT, que tenta aumentar seu número de prefeituras em nosso País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, peço desculpas por interrompê-lo na final de seu discurso, mas V. Ex^a falou do jogo do bicho. O bookmaker e o jogo do bicho sempre foram considerados contravenção. Com o esfacelamento da União Soviética, o crime organizado cresceu. A máfia tomou conta. Com dificuldade, as autoridades tentavam controlar e convidaram cinco países que, segundo sua visão, tinham uma polícia organizada. O Brasil foi convidado. Reuni o staff da direção da Polícia Federal para saber em que setor tínhamos, realmente, o crime organizado. A conclusão foi a de que no jogo do bicho tínhamos crime organizado. Ali havia uma estrutura de chefia, estrutura de comunicação de imprensa e tudo aquilo que forma um cartel, é realmente crime organizado. Se houver possibilidade de alguém receber dinheiro, está recebendo do crime organizado, não do jogo do bicho, porque contravenção é para quem joga, não para quem organiza e explora. Era o que queria dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já encerro, Sr. Presidente. Respondo do seu discurso para o discurso do Senador Mão Santa, dizendo que de fato V. Ex^a, com a objetividade habitual, faz uma definição que a mim me esclarece muito. É isso. Antes, supostamente, podiam os candidatos desse Partido receber dinheiro do crime organizado. Agora não, está proibido daqui para frente. E por que está proibido? Diz o jornal **O Globo** que porque houve o escândalo Waldomiro. Se esse escândalo não tivesse ocorrido, Senador Leonel Pavan, talvez a mazorca continuasse. Isso é muito deprimente para quem se acostumou a olhá-los trabalhando num outro padrão. Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Senador Mão Santa, V. Ex^a fala com muita inteligência, com muita percuciência do poder econômico do PT hoje. Mas vou, de certa forma, imitando o Presidente Lula, fazer uma comparação, utilizando este esporte tão querido do povo brasileiro que é o futebol. O Flamengo tem um time parecido com o do Vasco, não é tão melhor. É melhor porque tem o Felipe, no mais é igual. Sem o Felipe talvez seja pior um pouco. O Flamengo ganhou – e ganhou bem – do Vasco porque a ameaça que o técnico Geninho, de maneira absolutamente antiesportiva, antiética, fez à saúde física do jogador Felipe, essa ameaça, a semana inteira muito bem explorada pelo Flamengo, muito bem explorada e condenada pela imprensa, fez com que psicologicamente todo o time do Vasco entrasse sob cartão amarelo. O primeiro que fizesse a primeira gracinha ia levar um cartão amarelo e o primeiro que entrasse duro no Felipe seria expulso. O jogo estava 1 a 1 – o

Flamengo ganharia, mas estava muito apertado –, e o jogador Coutinho entra duro no Felipe. Se tivesse entrado em outro jogador, talvez não tivesse sido expulso. Entrou no Felipe: expulsão. E o Vasco ali se desarvorou completamente.

Ou seja, do jeito que as coisas estão indo, o PT vai entrar nessa eleição sob vigilância de todos nós, vai entrar sob cartão amarelo em relação a seus gastos de campanha. Vamos analisar isso a lupa. Estou mais do que nunca absolutamente atônito e curioso a respeito do desdobramento das intenções do Sr. Delúbio Soares, quando ele diz que transparência é burrice. Digo: não é burrice, não. Cinismo pode ser prova de falsa inteligência, mas transparência não é burrice coisa nenhuma.

Por outro lado, nós que queremos uma eleição transparente não vamos ser estúpidos ou, usando a expressão do Sr. Delúbio, não vamos ser “burros” a ponto de imaginar que vão poder preponderar, fazendo abuso de poder econômico, sobre as aspirações do povo brasileiro quanto às eleições legítimas e livres.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e encerro dizendo que este é o País das invasões do MST. Este é o País da absoluta falta de autoridade do Governo em relação ao cumprimento do seu dever. Este é o País onde um homem morre depois de atear fogo às suas próprias vestes. Este é o País onde o principal Partido do Governo diz que, daqui para frente, não dá para receber doação de bicheiros, como se, daqui para trás, a coisa tivesse corrido solta. Este é o País onde o assalto à casa do Sr. Haag poderia ter sido um mero assalto à casa de uma testemunha, uma mera coincidência se houvesse efetiva confiança nessa gente. Este é um País onde não se sabe se o Sr. Haag foi vítima de um maníaco, que ficou tantas horas lá a torturá-lo, de algum bibliófilo, porque ficou procurando documentos na casa dele, ou se foi uma tentativa de intimidação política, dizendo a ele que não contasse o que sabe. E ele, sem dúvida alguma, sabe o que sabe; não o conheço pessoalmente, mas estou procurando falar com ele, sim, para dizer ao Sr. Haag – e não há por que duvidar da sua coragem – que ele não pode se intimidar e que a pior colaboração que alguém ameaçado – e o Senador Romeu Tuma sabe disso melhor do que eu – pode dar a quem o ameaça é silenciar. A melhor forma de proteger a saúde e vida de alguém ameaçado é esse alguém tornar público o que está sofrendo; é esse alguém não recuar; é esse alguém dizer abertamente o que está acontecendo para que o Brasil, com transparência – o que não parece ser o forte do Sr. Delúbio Soares –, saiba o que se passa pelos meandros da sua vida pública, meandros que deveriam ser consagrados à democracia e não consa-

grados à idéia da força, do poder econômico, à idéia da hipocrisia, à idéia da ineficácia, à idéia da ineficiência, à idéia da falta de autoridade.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, nobre Líder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sei se posso ainda conceder o aparte, mas, se puder, eu o concedo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Nobre Líder, gostaria de dizer, primeiramente, que o Waldomiro Diniz já confirmou publicamente – e a imprensa divulgou – que pegou dinheiro do jogo e o repassou a determinado candidato do PT ou a um assessor de um candidato desse Partido. Por isso, o PT está agora proibindo buscar dinheiro do jogo. Tínhamos que saber se realmente se prestou conta ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) desse dinheiro. Se o Waldomiro confirmou que levou R\$100 mil para a campanha de um determinado candidato, o TRE tem de fazer uma investigação para verificar se foram prestadas essas contas. Por isso essa CPI é de grande importância. Outra questão: o seu pronunciamento trata de futebol e demonstra conhecimento amplo sobre o esporte. Isso me preocupa, já que Lula, todos os fins-de-semana, promove jogos de futebol no Palácio da Alvorada. De repente V. Ex^a tem demonstrado condições de ser chamado para ser Ministro do Lula. Como é duvidosa a qualidade de alguns Ministros, é perigoso, Senador Arthur Virgílio, que V. Ex^a, demonstrando todo esse conhecimento, seja chamado para ser Ministro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Senador Leonel Pavan, dizendo que V. Ex^a deve ficar tranqüilo. Primeiro, o futebol é algo que vejo à distância. Acompanho o futebol, sei dizer as escalasções de qualquer time vitorioso do Flamengo. O de 1953, eu digo agora a escalação. Sou flamenquista fanático.

Mas eu não mereceria ser chamado, porque, se fosse jogar, seria um perna-de-pau talvez ainda maior do que os que se machucam tanto lá pelo Palácio da Alvorada.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja encaminhado voto de aplauso ao Comando do Exército pelo transcurso do dia do Exército brasileiro, hoje, 19 de abril.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Romeu Tuma – Augusto Botelho.**

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje comemoramos o Dia do Índio. O Senador Tião Viana se encarregou de prestar sua homenagem. A Senadora Ana Júlia Carepa fez referência a alguns acontecimentos que empanam o brilho desta data.

É claro que nós devemos respeitar e apoiar as etnias indígenas, mas Senador Mão Santa, o que me assustou muito foi o noticiário da morte dos mais de 30 garimpeiros – 28 dos quais já encontrados – e, mais ainda, a declaração do Presidente da Funai, que dá a entender que estimula os assassinatos em defesa das áreas demarcadas pelos indígenas, o que pode incentivar, amanhã, os produtores das regiões agrícolas a também defenderem suas terras com armas.

Participei de várias ações para desocupar áreas indígenas ocupadas por garimpeiros e nós sempre tivemos sucesso absoluto, devido à competência da Polícia Federal nas ações de retirada de garimpeiros.

Por que o Presidente da Funai proibiu a entrada da Polícia Federal, que poderia evitar a morte de alguns garimpeiros naquela data? Esta interrogação me amargura muito, Senador Mão Santa e Sr. Presidente. Creio que é preciso que se apure a razão da omissão do Presidente da Funai, caracterizada por não permitir a entrada da Polícia Federal.

A Polícia Federal, quando há a possibilidade de crime, não tem que pedir licença a ninguém para entrar no local e evitar o crime. Preocupa-me a estrutura toda dos acontecimentos. Não sei se o Ministro da Justiça pensou que deveria atender à Funai. Essa questão tem que se esclarecida. A Polícia Federal, quando tem conhecimento de que se está para praticar um crime, tem a obrigação de intervir para que isso não aconteça.

Mas o que realmente me traz à tribuna hoje é o fato de que, há pouco mais de três séculos e meio, mais precisamente no dia 19 de abril de 1648, tropas luso-brasileiras infringiram dura derrota aos regimentos holandeses na Primeira Batalha de Guararapes. Apesar da superioridade do exército batavo, tanto em homens

como em armas, os terços formados por portugueses e nativos fizeram-se valer de sua mobilidade tática e do mais hábil manejo das armas brancas, obtendo notável feito militar, que marcou o início da derrocada da ocupação holandesa em Pernambuco e no Nordeste.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a escolha da data de 19 de abril como o Dia do Exército brasileiro é plena de significação.

A resistência às forças invasoras irmanou os grupos étnicos cujo amálgama veio a formar o povo brasileiro. A aliança selada pelo sangue e o suor das batalhas, a solidariedade na luta entre portugueses, seus descendentes, negros e índios, representa um momento histórico que se projeta para o futuro no rumo da construção de nossa grande Nação.

Fincaram-se ali, em particular, as raízes de uma instituição de incontáveis méritos no serviço ao País. O Exército Brasileiro, embora viesse a constituir-se institucionalmente apenas depois da Independência, manteve-se desde sempre marcado por um forte componente popular em sua formação. E esse traço explica, em parte, sua identificação profunda com o nosso povo, manifesta em tantos momentos de nossa história, como bem o exemplifica a Proclamação da República.

Sustentáculo da integridade do território pátrio e da soberania nacional, esteio de garantia aos poderes constitucionais, juntamente com as Forças Armadas irmãs, o Exército brasileiro nunca se eximiu de seu papel, jamais faltou à Nação quando e onde sua presença se fez necessária.

Se está inscrito no art. 4º, inciso VII, da Lei Maior o princípio da “solução pacífica dos conflitos”, que deve reger o Brasil em suas relações internacionais, também foram consagrados, no mesmo artigo, os princípios da “independência nacional” (inciso I), da “autodeterminação dos povos” (inciso III), e da “defesa da paz” (inciso VI).

Não nos esqueçamos jamais da lição, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que, para defender a paz e garantir nossa autodeterminação e independência, precisamos estar bem preparados, precisamos ser fortes. Descerra-se aqui a missão essencial das Forças Armadas nacionais, desempenhada de modo ostensivo na guerra com o Paraguai e na campanha expedicionária da Itália, quando combatemos, com expressivos triunfos, o inimigo nazi-fascista, que pretendia impor sua ordem odiosa em todo o mundo.

No primeiro desses conflitos bélicos, desponta, entre outros vultos heróicos, a figura grandiosa de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Ao valoroso combatente e brilhante estrategista, ao estadista que promove importantes reformas na organização militar, ao Pacificador, concedeu o Exército brasileiro o justo título de seu Patrono.

Buscando melhor desempenhar sua missão, o Exército tem procurado promover mudanças institucionais e modernizar-se, não obstante a disponibilidade de recursos mostrar-se, em regra, muito aquém de suas necessidades. Mas enfrentar desafios e arrostar dificuldades é próprio do espírito do soldado.

Vale lembrar que, além da missão precípua de defender a Pátria e a ordem constitucional, o Exército desenvolve ações de grande relevância social, ajudando nosso povo em situações de emergência e calamidade, como secas e enchentes, participando ativamente de campanhas de saúde, promovendo cursos, treinamentos e outras atividades voltadas para a população mais pobre.

Não somente na defesa de nossa tão cobiçada região amazônica, mas também no apoio ao desenvolvimento social e econômico, destaca-se a atuação incansável do Exército Brasileiro. Guardando nossas fronteiras, empenhando-se em ações de interesse público, ajudando a população em situações de dificuldade, nosso Exército faz-se presente em cada cidade e em cada rincão do território nacional.

Por tais razões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, julguei oportuno, justo e relevante encaminhar à Mesa do Senado requerimento de voto de aplauso a essa valorosa e imprescindível instituição pátria, o Exército Brasileiro.

Por esse meio, estaremos homenageando cada um dos seus membros, soldados e oficiais; os que se expõem à adversidade em áreas inóspitas; os que dedicam o melhor dos esforços de uma vida ao ideal da carreira militar. Mas, sobretudo, Sr. Presidente, o Senado Federal estará prestando a justa homenagem ao Exército Brasileiro, instituição que deve pairar acima das contingências passageiras, empenhada na defesa permanente da Pátria e dos mais preciosos valores da nacionalidade.

Sr. Presidente, esgotou-se o meu tempo. Tenho a Ordem do Dia do Exército, assinada pelo General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército, que peço seja incluída no meu discurso.

Graças ao apoio da Consultoria Legislativa do Senado, na pessoa do Dr. Gilberto Guerzoni, tenho em mão uma pesquisa relativa a duas questões por mim abordadas, referentes aos constantes pedidos da presença do Exército no combate ao crime. Primeiro, gostaria de saber a partir de quando, constitucionalmente, as Forças Armadas devem interferir, compulsoriamente ou convocadas, para garantir a ordem pública? A segunda questão: admitida a hipótese de intervenção, quais seriam as garantias e qual o foro competente para julgar os militares dessas Forças no caso de confronto? O estudo é profundo, Senador Mão Santa.

Algumas questões me preocupam, tal como o simples enunciado de convocação das Forças Armadas para combater o crime, nos morros do Rio de Janeiro ou em qualquer outra área. Princípios constitucionais devem ser respeitados. O Governador que desejar a intervenção do Exército deverá se declarar incompetente para manter a ordem pública. Assim, o Presidente pode intervir, designando as Forças Armadas, por meio de aprovação deste Congresso, quando considerar que não há mais possibilidade de o Governo constituído defender a sociedade do crime organizado.

Então, surge a dúvida: no caso de intervenção das Forças Armadas no combate ao crime – são civis que praticam crimes –, se houver a morte de um civil, qual será o foro competente para julgar: a Justiça comum ou a Justiça Militar?

Conversei a esse respeito com o Ministro da Defesa, Sr. José Viegas, na residência do Senador José Sarney. O Ministro tem esta preocupação, que consideramos correta: há de haver alterações na legislação.

Hoje, estive presente na solenidade do Comando Militar do Sudeste, em meu Estado, São Paulo, sob o comando do General-de-Exército Sérgio Pereira Mariano Cordeiro, que presidiu a cerimônia do Dia do Exército, em que se relembrou a Batalha dos Guararapes.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Peço a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Mão Santa.

Só um minuto, Sr. Presidente, por favor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Romeu Tuma, é por fatos como esse que V. Ex^a goza de uma liderança ímpar nesta Casa. Todos nós o admiramos, o respeitamos e o seguimos. V. Ex^a lembra bem a homenagem que a Pátria tem de fazer ao Exército. Tive o privilégio de, na minha mocidade, servir ao Exército. Fiz o CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Olavo Bilac criou a obrigatoriedade do serviço militar, que penso ser uma experiência extraordinária. Talvez estejamos passando pela situação atual porque muitos jovens fugiram do serviço militar. Aprendi a noção exata de liderança, hierarquia e disciplina naquele tempo, o que me foi muito útil quando Governador do Estado do Piauí. Eu ouvia falar em crime organizado, mas isso não deve existir, porque organizado deve ser o Governo. E o Governo deve ter a mesma inspiração de MacNamara, extraordinário militar, Secretário da Defesa dos Estados Unidos, que disse: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Senador Romeu Tuma, espero que as palavras de V. Ex^a despertem o Governo do Presidente Lula para que este fortaleça o nosso Exército.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Também vesti a

farda verde-oliva no CPOR de São Paulo, no ano de 1950, na minha adolescência, onde aprendi a respeitar os símbolos nacionais, a ter amor profundo pela Pátria e a saber o significado de hierarquia, disciplina e respeito às instituições brasileiras.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Senador Romeu Tuma, peço licença a V. Ex^a para assinar seu requerimento, pois concordo com suas palavras. Também sou um admirador do Exército Brasileiro.

A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 458, DE 2004
(Do Senador Paulo Octávio – PFL/DF e outros)

Requer a realização de Sessão Especial em 20 de abril de 2004, em comemoração ao aniversário de Brasília.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 20 de abril do corrente ano, para homenagear a cidade de Brasília, pela passagem do seu 44º (quadragésimo-quarto) aniversário.

Justificação

Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, desde 1987, Brasília é a cidade síntese do Brasil. Vector das principais decisões governamentais, a Cidade encanta o visitante, e acolhe de braços abertos brasileiros de todos os recantos.

No dia 21 de abril, comemora-se o aniversário dessa Cidade – patrimônio e orgulho do Brasil -, fruto do trabalho de legiões de brasileiros, que ouviram o chamado e aceitaram o desafio do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, o maior estadista brasileiro do século, de tomar realidade o sonho de interiorizar a Capital do País.

A comemoração do aniversário de Brasília é um imperativo de ordem cívica. Assim, contamos com a aprovação do presente requerimento pelos nossos ilustres Pares no Senado Federal, com a finalidade de prestar uma justa homenagem à Cidade, seus idealizadores e pioneiros.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Paulo Octávio – Augusto Botelho – Mão Santa – Eduardo Suplicy – Eduardo Siqueira Campos – Maguito Vilela – João Capiberibe.**

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – O requerimento será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador **Romeu Tuma**.

É lido o seguinte:

Ofício/Nº

Brasília, 15 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa., para efeito do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal e do entendimento da Mesa do Senado Federal,, constante da Ata da sua 10ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2003, que, tendo em vista o desligamento do Partido Liberal do Bloco de Apoio ao Governo, ocorrido em 13 do corrente, a Liderança da Maioria será exercida pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB. – **Renan Calheiros**, Líder PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro a prorrogação, por mais 11 (onze) dias, da licença para tratar de interesse particular concedida a este senador por esta Casa, nos termos do art 43 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Teotônio Vilela Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – O requerimento será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 460, DE 2004

Requer voto de pesar ao Senhor José Antônio Andrade de Souza, desempregado que havia tentado ser recebido pelo Presidente Luiz Inácio da Silva.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Antônio Souza, desempregado que ateou fogo ao próprio corpo contra o desemprego que avilta o país.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar seja comunicado à família do Sr. José Antônio Andrade de Souza.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela lastimável situação pela qual passa a população do país, levando cidadãos brasileiros desempregados a atos de desespero como este.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – A Srª Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, com participação de mais de 600 delegados, agentes públicos e ativistas dos movimentos sociais da Amazônia que atuam nos Estados de Rondônia, Pará, Amazonas, Roraima, Acre, Tocantins, Amapá, Maranhão e Mato Grosso foi realizada na cidade de Porto Velho a III Conferência da Amazônia, evento que diferente das edições anteriores apresenta importância redobrada.

Isso porque, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, somos agora militantes do mesmo projeto de transformação social. Governo Federal e representantes da sociedade civil organizada comungam do mesmo esforço para consolidar na Região Amazônica um modelo de desenvolvimento que privilegie a utilização racional da rica biodiversidade, o potencial e as experiências da população tradicional e povos indígenas.

Um modelo que consagre a exploração econômica descartando a política de terra arrasada que beneficia uma minoria em detrimento da maioria.

Um modelo que deixe de focalizar a Amazônia como um território exótico, intocável, passando a focalizar as necessidades do trabalhador da região, instrumentalizando-o a ter benefícios a longo prazo advindos da capacidade de usufruir dos bens naturais com eficiência.

Não se trata de um sonho, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Existem muitas experiências positivas, acalentadas e implementadas pela força dos movimentos sociais, com o apoio de agentes públicos sensíveis e

anteados ao novo tempo, e que inclusive foram discutidas nesta III Conferência.

Muitas destas experiências são referências mundial. E se não são cópias perfeitas para todas as regiões das diferentes Amazônias que conhecemos, consagram princípios em comum.

Que princípios estes passam por admitir uma vocação econômica orientada a partir dos recursos disponíveis em todas as Amazônias, e centralizar sua produção mediante as organizações de trabalhadores antes excluídos de qualquer ciclo produtivo-econômico, entregues à própria sorte na floresta ou a intermediários e aventureiros representantes da cobiça internacional.

Entregues também, é preciso que se diga, a detentores de capital nacional que alimentam suas indústrias no Sul e Sudeste com os abundantes recursos extraídos da Amazônia.

O mundo reconhece na Amazônia brasileira a existência de um estoque natural capaz de gerar riquezas materiais incalculáveis. E parte deste mundo, refiro-me aqui aos países desenvolvidos, há anos, vem usando as matérias-primas da Amazônia para propiciar o consumo desenfreado que sua sociedade exige.

Se nossas matérias-primas são saqueadas e processadas lá fora, para riqueza de outros habitantes do Planeta, por que não podemos processá-las para o bem do povo da Amazônia, a bem do povo brasileiro?

Devemos continuar permitindo os saques e, mais grave, continuar permitindo que dirigentes políticos compartilhem disso, aclamando direta ou indiretamente políticas que insistem na manutenção de projetos imediatistas, claramente predatórios e excludentes?

Para estas perguntas, a Amazônia responde:

Não, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

O sonho da Amazônia ter lugar de destaque no projeto nacional de desenvolvimento está em acelerada discussão, e ele não está dissociado de um projeto nacional que busca a afirmação das identidades locais, sob pena de continuarmos subjugados cultural e economicamente.

Este sonho precisa, entretanto, ganhar a dimensão merecida pelos que vivem na Amazônia, território que abriga um quinto da água doce do Planeta.

Precisa ganhar apoio da sociedade brasileira, que desconhece a vida de trabalho árduo dos ribeirinhos, pescadores, extrativistas, das mulheres e homens das nações indígenas, dos pequenos agricultores, dos seringueiros, dos que vivem nas cidades enfrentando as mesmas dificuldades dos grandes centros urbanos.

É inadmissível, nos dias de hoje, a extração do açaí como há cem anos. A Ciência e Tecnologia precisam amparar o homem amazônida, e não temos dúvida do compromisso do Governo Lula em direcionar investimentos para isso, em manter sua parceria com

os movimentos sociais que enorme contribuição estão a oferecer para a construção do Programa Amazônia Sustentável, o PAS, cujo arcabouço conta com a participação ativa de diversos Ministérios.

A importância desta III Conferência da Amazônia em relação às anteriores reside justamente na inédita circunstância de que hoje o Estado brasileiro legitima os movimentos sociais como interlocutores, e, numa demonstração de espírito republicano compareceram à Capital de meu Estado quatro Ministros, dirigentes de empresas públicas e de instituições financeiras oficiais, convidados pela organização do evento.

Todos, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, além dos diversos Parlamentares Federais que lá estiveram, compreendem que as peculiaridades da Amazônia não são problema ou obstáculos para inseri-la no projeto de desenvolvimento nacional.

Todos reconhecem a importância dos grandes projetos de infra-estrutura, os que se desenham particularmente no campo da energia, como as hidrelétricas do rio Madeira, mas sem abrir mão de discutir com as comunidades afetadas, e executá-las com responsabilidade social e ambiental.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, embora com papéis estratégicos diferentes, quero reafirmar que o Governo Federal e movimentos sociais da Amazônia estão conscientes de que a soma, a união de esforços, possibilitará a transformação social que precisa ser feita na região.

Quero deixar registrado, nos anais do Senado, a Carta de Porto Velho, documento produzido pela III Conferência da Amazônia, e que traduz o espírito da vontade de se construir o novo, de se firmar a idéia de que a diversidade é bem-vinda, a desigualdade, não.

Este documento, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, enumera as prioridades das ações na Região Amazônica, desafios que devem merecer nossa energia a cada dia do ano. Estas prioridades são:

Os investimentos em infra-estrutura precisam ser precedidos de Ordenamento Territorial e Plano de uso econômico diversificado, que distribua oportunidades e internalize riqueza no âmbito das comunidades locais.

Combate prévio aos impactos negativos: coibindo a grilagem, a violência no campo (principalmente com a regularização fundiária), o desmatamento, as monoculturas e a concentração de terra e renda.

Articular estratégias de Desenvolvimento Local, através de Arranjos Produtivos econômico-sociais que organizem a sociedade local tanto para a melhoria do abastecimento, da eletrificação, do Zoneamento Ecológico-Econômico (com ênfase no ordenamento e regularização das Unidades de Conservação) quanto do saneamento, da educação, da saúde e da segurança pública.

Estabelecer um peso regional que compense a demografia como critério dos investimentos públicos, principalmente os de saúde, educação e proteção ambiental – inclusive na distribuição do FPE (Fundo de Participação dos Estados), como incentivo às iniciativas que somem para a sustentabilidade do desenvolvimento.

A questão urbana merece prioridade. Como traduzir o avanço dos conceitos da sustentabilidade a partir do rural para as cidades, sem separar campo e cidade? Como criar estratégias de integração entre a Produção Familiar Rural e a Economia Popular e Solidária que pulsa vigorosamente nos centros urbanos da Amazônia?

O resgate do Planejamento Estratégico Regional como mecanismo participativo, técnico e político que estabeleça critérios concretos para a convergência de políticas públicas e dos investimentos privados é fundamental. A criação da Nova Sudam, consolida esta perspectiva.

O novo papel da Suframa e do Basa, em complementaridade com o BNDES, o BB e a CEF, deve estabelecer um perfil de financiamento do desenvolvimento na Amazônia que oportunize investimentos em infra-estrutura pública e esteja acessível a todos os segmentos econômicos, inclusive à Produção Familiar Rural e a Economia Popular Urbana, antes excluídas.

A Reforma Agrária “Amazônica” através de assentamentos florestais, flonas e demais Unidades de Conservação, apoio à exploração agroflorestal de assentamentos tradicionais – para recuperação de áreas já devastadas – com o apoio de instrumentos como o Proambiente, precisa se estabelecer como referência unitária para o conjunto das iniciativas do governo federal na região.

O incentivo à Ciência e Tecnologia é incontornável para fazer da biodiversidade riqueza efetiva e viva que flua nos processos de estruturação econômica e sócio-cultural sustentável desde as comunidades até às plantas industriais de envergadura.

Quanto às grandes intervenções que se colocam no curto e médio prazos, destacamos a necessidade histórica e urgente da homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Da mesma forma, o projeto de desenvolvimento sustentável em torno da BR 163 deve garantir o equilíbrio entre os investimentos específicos de infra-estrutura e os investimentos sócio-ambientais. Quanto às Hidrelétricas de Belo Monte, Sto Antônio e Jirau (Complexo do Madeira), Gasoduto de Urucu e às Hidrovias, é preciso acelerar o processo de diálogo envolvendo o conjunto de setores interessados para que em torno de dados e proposições concretas se tomem decisões fundamentadas e adequadas aos anseios das comunidades amazônicas.

Por fim, destacamos que, tão importante quanto, e comendo, as políticas estruturantes do novo mode-

lo de desenvolvimento econômico e sócio-ambiental, está o Fome Zero, o Primeiro Emprego, a Bolsa Família, Moradia, Saneamento, Educação, Saúde, Crédito Popular e Assistência Técnica. Sem estas iniciativas em estratégica articulação com as comunidades e municípios, tanto pela participação quanto pelo controle social, necessários para evitar desvios, o desenvolvimento não se completa como dimensão concreta da melhoria da qualidade de vida da maioria do povo.

Quero parabenizar a todos que se envolveram na realização desta III Conferência, e agradecer especialmente à Fundação Perseu Abramo e seu presidente, Hamilton Pereira.

Agradecer os governadores que prestigiaram e deram sua contribuição ao evento, à Eletronorte, Furnas, Basa, prefeituras de Porto Velho, Macapá e Belém e ao Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho, Ulbra, pelo imprescindível apoio.

Com receio de pecar pelo esquecimento, deixarei de nominar todas as organizações e entidades que atuam nos Estados da Amazônia e que abrilhantaram com sua vivacidade e maturidade o transcorrer dos dias da Conferência. Minha especial deferência a todas elas, protagonistas de uma nova atitude, de um novo fazer na Amazônia, com inclusão social e responsabilidade ambiental.

Muito obrigada.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA.. SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento.)

Matérias referidas

Requerimento para que seja dado como lido o discurso Conferência da Amazônia

III Conferência da Amazônia – Carta de Porto Velho.

REQUERIMENTO Nº , DE 2004

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Art. 203, que seja dado com lido o discurso “Conferência da Amazônia” de autoria da Senadora Fátima Cleide.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2004. – **Fátima Cleide.**

**III CONFERÊNCIA DA AMAZÔNIA
CARTA DE PORTO VELHO**

As organizações da Sociedade Civil realizaram nos dias 2, 3 e 4 de abril de 2004, em Porto Velho, a III Conferência da Amazônia. O Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia, as Fetag's, a Central

Única dos Trabalhadores, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Grupo de Trabalho Amazônico, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e a Fundação Perseu Abramo mobilizaram mais de 600 militantes, estudiosos, pesquisadores e lideranças de toda a região para esta III Conferência. Ampliou-se assim o espaço construído em Belém e Macapá, a partir do ano 2000.

O Governo Federal e os governos estaduais acolheram ao chamado dos movimentos sociais. Enviaram a Porto Velho cinco Ministros de Estado, dirigentes de empresas públicas e agências de desenvolvimento. Estiveram presentes três governadores de Estado, parlamentares municipais, estaduais e federais de diferentes partidos.

O estado brasileiro, historicamente autoritário e oligárquico oferece, hoje, uma inédita demonstração de espírito republicano ao reconhecer a legitimidade dos movimentos sociais como interlocutores na busca de alternativas de desenvolvimento sustentável e socialmente justo e do espaço democrático e plural da III Conferência da Amazônia como um lugar privilegiado dessa busca.

Neste novo papel da Conferência da Amazônia, nos reunimos não como meros representantes do governo, nem como exclusivos representantes da sociedade, mas como militantes do mesmo Projeto de transformação social e ambiental. Conscientes de que somente a união uns e outros, mesmo com papéis estratégicos diferentes, é a única possibilidade de somarmos forças na direção das grandes transformações que a Amazônia e o Brasil precisam que sejam feitas.

A magnitude de nossas responsabilidades – Estado e Sociedade – é a da dimensão de um processo de globalização complexo que, se de um lado caminha rumo à integração e à interdependência planetária no contexto de disputas em que a correlação de força é desigual, de outro exige a afirmação de projetos que reafirmem as identidades nacionais sob pena de diluir-se e submeter-se na cultura, na economia e na política.

Neste contexto, é que mais uma vez chamamos a atenção dos governantes, lideranças e da sociedade em geral para a importância do “lugar da Amazônia” no nosso Projeto Nacional. Com mais de 50% do território brasileiro, centro de grandes interesses mundiais e celeiro de grandes potencialidades, a região pode cumprir papel relevante tanto na estratégia de desenvolvimento econômico e social do Brasil quanto na conquista de sua plena Soberania.

A condição preliminar para a compreensão de tais potencialidades é a percepção de que suas peculiaridades não são obstáculos mas caminhos para tomá-la efetiva no desenvolvimento nacional. Para isso, cumpre firmar a idéia: “Diversidade sim, Desigualdade não”,

É preciso fazer com que as políticas públicas sejam regionalizadas, que considerem a realidade das tantas amazônias em que habitamos, vivemos e amamos. É necessário que elas se somem à riqueza cultural, aumentem a viabilidade dos projetos e façam com que a democracia se aprofunde em qualidade, porque é da diversidade biológica, étnica, racial e sócio-cultural que decorre a sustentabilidade do desenvolvimento nacional, político, econômico e social.

É preciso compreender que aquilo que muitas vezes é visto como “atraso”, precisa ser percebido, em toda a sua extensão, como grande oportunidade de construirmos o novo. E preciso que se deixe claro que o espaço amazônico é vasto mas não é “vazio”. Não se pode ler a Amazônia apenas a partir dos indicadores de densidade demográfica, porque eles não contêm o jeito como ocupamos a região a partir de sua história e de suas culturas. É necessário superar preconceitos.

Destacamos que os maiores preconceitos giram em torno da questão indígena: a idéia equivocada de que as homologações envolvem “muita terra para pouco índio” não se sustenta porque o índio não é proprietário da terra, a terra continua da sociedade, apenas seu uso é diferente do que a maioria concebe. Da mesma forma, a idéia de que o índio na fronteira representa ameaça não faz justiça com a história, já que muito antes do Estado, lá estavam os indígenas mantendo a integridade do território. E, como brasileiros, os povos indígenas querem participar do projeto de desenvolvimento nacional, com contribuições importantes na importantes na afirmação da diversidade cultural, no turismo e ecoturismo, no artesanato, na produção agroflorestal e como parceiros no desenvolvimento do conhecimento científico, entre outras possibilidades.

A construção do PAS (Plano Amazônia Sustentável) como referência para convergências imediatas tanto entre governo e sociedade, quanto entre as diversas iniciativas dos ministérios e dos diferentes níveis de governo, precisa ser trabalhada no dia-a-dia como tarefa estratégica para que se alcance a otimização dos resultados que desejamos: o novo modelo de desenvolvimento que agora estamos trabalhando. E fundamental que o PAS também se coloque como referência para a revisão do PPA (Plano Plurianual 2004-2007) reorientando e reequacionando os grandes investimentos públicos e privados que se processarão na região.

São os seguintes os desafios que pontuamos como prioritários:

- Os investimentos em infra-estrutura precisam ser precedidos de Ordenamento Territorial e Plano de uso econômico diversifi-

cado, que distribua oportunidades e internalize riqueza no âmbito das comunidades locais.

- Combate prévio aos impactos negativos: coibindo a grilagem, a violência no campo (principalmente com a regularização fundiária), o desmatamento, as monoculturas e a concentração de terra e renda.

- Articular estratégias de Desenvolvimento Local, através de Arranjos Produtivos econômico-sociais que organizem a sociedade local tanto para a melhoria do abastecimento, da eletrificação, do Zoneamento Ecológico-Econômico (com ênfase no ordenamento e regularização das Unidades de Conservação) quanto do saneamento, da educação, da saúde e da segurança pública.

- Estabelecer um peso regional que compense a demografia como critério dos investimentos públicos, principalmente os de saúde, educação e proteção ambiental – inclusive na distribuição do FPE (Fundo de Participação dos Estados), como incentivo às iniciativas que somem para a sustentabilidade do desenvolvimento.

- A questão urbana merece prioridade. Como traduzir o avanço dos conceitos da sustentabilidade a partir do rural para as cidades, sem separar campo e cidade? Como criar estratégias de integração entre a Produção Familiar Rural e a Economia Popular e Solidária que pulsa vigorosamente nos centros urbanos da Amazônia?

- O resgate do Planejamento Estratégico Regional como mecanismo participativo, técnico e político que estabeleça critérios concretos para a convergência de políticas públicas e dos investimentos privados é fundamental. A criação da Nova SUDAM, consolida esta perspectiva.

- O novo papel da SUFRAMA e do BASA, em complementaridade com o BNDES, o BB e a CEF, deve estabelecer um perfil de financiamento do desenvolvimento na Amazônia que oportunize investimentos em infra-estrutura pública e esteja acessível a todos os segmentos econômicos, inclusive à Produção Familiar Rural e a Economia Popular Urbana, antes excluídas.

- A Reforma Agrária “Amazônica” através de assentamentos florestais, flonas e demais Unidades de Conservação, apoio à exploração agroflorestal de assentamentos tradicionais – para recuperação de áreas já devastadas – com o apoio de instrumentos como o Proambiente, precisa se estabelecer como refe-

rência unitária para o conjunto das iniciativas do governo federal na região.

- O incentivo à Ciência e Tecnologia é incontornável para fazer da biodiversidade riqueza efetiva e viva que flua nos processos de estruturação econômica e sócio-cultural sustentável desde as comunidades até às plantas industriais de envergadura.

- Quanto às grandes intervenções que se colocam no curto e médio prazos, destacamos a necessidade histórica e urgente da homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Da mesma forma, o projeto de desenvolvimento sustentável em tomo da BR 163 deve garantir o equilíbrio entre os investimentos específicos de infra-estrutura e os investimentos sócio-ambientais. Quanto às Hidrelétricas de Belo Monte, St^o Antônio e Jirau (Complexo do Madeira), Gasoduto de Urucu e às Hidrovias, é preciso acelerar o processo de diálogo envolvendo o conjunto de setores interessados para que em torno de dados e proposições concretas se tomem decisões fundamentadas e adequadas aos anseios das comunidades amazônicas.

- Por fim, destacamos que, tão importante quanto, e compondo, as políticas estruturantes do novo modelo de desenvolvimento econômico e sócioambiental, está o Fome Zero, o Primeiro Emprego, a Bolsa Família, Moradia, Saneamento, Educação, Saúde, Crédito Popular e Assistência Técnica. Sem estas iniciativas em estratégica articulação com as comunidades e municípios, tanto pela participação quanto pelo controle social, necessários para evitar desvios, o desenvolvimento não se completa como dimensão concreta da melhoria da qualidade de vida da maioria do povo.

Porto Velho, em 4 de abril de 2004. – Fundação Perseu Abramo, GTA, CNS, MAMA, COIAB, Fetag's, CUT.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a conceituada organização feminista AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – acaba de publicar, em Brasília, uma notável publicação intitulada *O Brasil para Todas e Todos*, sobre a qual lhes peço, agora, licença para um breve e elogioso comentário. Em primeiro lugar, cabe esclarecer que se trata de uma publicação com propostas concretas para o Plano Plurianual 2004-2007, visando ao crescimento sustentável, emprego, inclusão social e menor desigualdade de gênero nas relações de produção.

Na verdade, a AGENDE define-se, antes de tudo, como uma organização não-governamental, cuja atribuição primordial consiste em desenvolver atividades e ações para que se incorpore o enfoque da denominada “questão de gênero” na elaboração de políticas públicas e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Visa-se, assim, à promoção da igualdade e fortalecimento da cidadania das mulheres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade para discutir um capítulo específico da publicação, no qual a temática central gira em torno do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF. Nessa rubrica, várias ações do Governo são minuciosamente elencadas e descritas, de cujo espírito se extraem as características mais relevantes dos programas públicos em prol da igualdade de gênero na produção rural.

Iniciemos, pois, pela “Assistência Técnica a Produtoras e Produtores Rurais”, levada a cabo pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento. Entre outros objetivos, destina-se a compreender, orientar e encaminhar problemas gerados por desigualdades e discriminações que atingem os grupos vulneráveis, especialmente as mulheres. Tais gargalos terminam por afetar o desenvolvimento do empreendimento familiar em diversas dimensões, como tem sido o caso do repasse de informações técnicas exclusivamente aos homens, em detrimento das mulheres.

Outro projeto digno de exaltação é o denominado “Capacitação de Produtoras e Produtores”, para o qual os dois Ministérios do Governo comprometidos com a agenda das relações agrícolas empenham boa dose de esforço em sua implementação. Tal programa pretende capacitar produtoras e produtores beneficiados pelo PRONAF, consignando especial atenção aos grupos de vulnerabilidade socioeconômica por questões de gênero, raça, etnia, idade e deficiência física. Cabe-lhe, igualmente, promover a capacitação das famílias camponesas, de modo a proporcionar-lhes os conhecimentos, as habilidades e as tecnologias indispensáveis ao processo de produção.

Na mesma linha de formação, vale similar menção o projeto “Capacitação de Gestoras e Gestores na Área de Agricultura Familiar”, cujo objetivo consiste em propiciar espaços de discussão e aprimoramento de conhecimentos e habilidades para a formulação, monitoramento, implementação e avaliação de políticas públicas para a agricultura familiar. Não por acaso, parte significativa do projeto ficará a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mediante a dinamização do Programa de Ações Afirmativas Raça, Etnia e Gênero.

Mais proeminente ainda é o Programa “Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Municipais”, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Destina-se, resumidamente, a viabilizar investimentos na ampliação e modernização da

infra-estrutura dos Municípios. Tais recursos devem ser preferencialmente orientados para os grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contemplando especialmente as mulheres, que, em função do acúmulo das atividades domésticas e do trabalho, são desproporcionalmente atingidas pela ausência da infra-estrutura básica.

Para concluir, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para, uma vez mais, reiterar o apreço que tenho pela AGENDE e, mais especificamente, pela publicação *O Brasil Para Todas e Todos*. Afinal de contas, às feministas ainda cumpre, hoje, o papel de apontar e denunciar a desigualdade de tratamento de gênero na sociedade brasileira, em cuja estrutura o sexismo ainda permanece, para espanto de muitos, como prática usual nas relações de produção, nas relações de trabalho.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, pedindo a benção de Deus a todos os que trabalham nesta Casa, a todos os brasileiros, aos índios e ao Exército, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, *que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral
(Bloco/PT – MS)

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, *que dispõe sobre a Contribuição para os Pro-*

gramas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB – RR).

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, *que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, *que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB – GO).

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 12 minutos.)

Ata da 40ª Sessão não Deliberativa, em 20 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Mão Santa.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes.

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 108/2004, de 15 do corrente, do Ministro da Previdência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 96, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 108/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 170, de 2004, da Senadora Fátima Cleide;

– Nº 109/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 143, de 2004, do Senador Álvaro Dias;

– Nº 110/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 109, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 363/2004, de 14 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.173, de 2003, do Senador Pedro Simon;

– Nº 376/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 137, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 377/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encami-

nhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.121, de 2003, do Senador José Agripino;

– Nº 381/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que aquela Pasta não possui os documentos solicitados pelo Requerimento nº 53, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros; e

– Nº 382/2004, de 15 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 93, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações e a comunicação foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes.

OFÍCIOS DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

– Nº 39/2004, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 87, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 42/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 80, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 43/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.702, de 2003, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 44/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.164, de 2003, do Senador José Jorge;

– Nº 45/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 17, de 2004, do Senadora Lúcia Vânia; e

– Nº 48/2004, de 14, do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 112, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Saúde que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

– Nº 335/2004, de 13 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 930, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Integração Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte.

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

– Nº 466/2004, de 16 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 135, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes.

PARECER Nº 337, DE 2004

Da Comissão Assuntos Econômicos, sobre o Projeto e Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001 complementar, na casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

O Projeto em epígrafe visa modificar o § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 1997, para incluir, entre os Municípios beneficiários da Reserva do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aqueles integrantes de Região Metropolitana instituída nos termos dos arts. 25, § 3º, e 43 da Constituição Federal.

A Reserva do FPM atribui 4% dos recursos do referido Fundo aos Municípios que se enquadram nos coeficientes de três inteiros e oito décimos e quatro. Ou seja, fazem jus aos recursos da Reserva os municípios com população igual ou superior a 142.663 habitantes.

A modificação que se pretende implantar é a inclusão, dentre os beneficiários da Reserva do FPM, os municípios pertencentes a regiões metropolitanas que estejam classificados no coeficiente 3,6, ou seja, os municípios metropolitanos com população igual ou superior a 129.049 habitantes.

A proposição faz menção ao § 3º do art. 25 e ao art. 43 da Constituição, como sendo os dispositivos da Carta Magna que definem a formação das regiões metropolitanas. O § 3º do art. 25 estipula a possibilidade de instituição, pelos Estados, mediante lei complementar, de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. O art. 43 dispõe sobre a possibilidade de ação articulada da União em um mesmo complexo econômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

O Autor alega que os Municípios vêm absorvendo responsabilidades crescentes e, quando integram região metropolitana, enfrentam problemas comuns sem condições de divisão das atribuições específicas. Trata-se de áreas sob o impacto do crescimento populacional, que precisam de recursos adicionais para enfrentar desafios crescentes.

II – Análise

Não há óbice quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Trata-se de matéria compreendida na competência legislativa da União (art. 24, inciso I, da Constituição) e do Congresso Nacional (art. 48, inciso I, da Constituição). Ademais, o art. 161, inciso II, da Constituição estabelece que cabe à lei complementar estabelecer os critérios de repartição do FPM.

A lei complementar que regula tal matéria é a de nº 91, de 1997, que a proposição em análise pretende alterar. Se aprovada, a proposição apenas afetaria a

distribuição do FPM entre os Municípios, não alterando o total dos recursos tributários a eles destinados. Em outros termos, a mesma parcela de recursos destinada a um subconjunto de Municípios passaria a ser rateada entre um subconjunto maior, reduzindo a quota daqueles que já se beneficiam dessa parcela.

E verdadeira a afirmação do autor do projeto de que são crescentes os encargos transferidos aos Municípios, e que isso pesa significativamente para aqueles de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, onde a população se concentra – inclusive com a tendência atual no sentido centro-periferia – e maior é a demanda de serviços e – quase sempre – mais intensas são as carências sociais.

Muitas das mazelas econômico-sociais do país estão geograficamente concentradas nos grandes centros brasileiros: desemprego, violência, tráfico de drogas, habitações em situação de risco, enchentes, O enfrentamento desses problemas exige ativa participação do governo municipal que, para tanto, necessita de recursos financeiros.

Além disso, a alta densidade populacional e o espraiamento da zona urbana geram a necessidade de investimentos tais como os corredores de transportes, a urbanização de novos bairros, a coleta e processamento de lixo, o controle de emissão de poluentes, o adequado abastecimento de água. Não é trivial viabilizar o deslocamento diário de milhões de pessoas minimizando congestionamentos e emissão de poluentes. Também não é simples tratar adequadamente os resíduos industriais e residenciais produzidos por essa população em um reduzido espaço geográfico. Tudo isso exige planejamento, tecnologia e, sobretudo, dinheiro.

Por fim, deve ser salientado que a Nota Técnica nº 1/2004-SEMag do Tribunal de Contas da União, versando sobre a hipótese de aprovação do Projeto, esclarece taxativamente que seriam beneficiados apenas 4 (quatro) Municípios, isto é, passariam a receber recursos oriundos do Fundo de Reserva. São eles: Águas Lindas de Goiás/GO, Timon/MA, Itaguari/RJ e Queimados/RJ.

Porém, para que não haja necessidade de ajustes nos repasses já efetuados aos municípios participantes do Fundo de Reserva, os efeitos financeiros da eventual lei que vier a ser aprovada não deverão retroagir a 2002.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto, com a supressão da expressão final do art. 2º, que trata da retroatividade dos efeitos da legislação.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 1-CAE

Suprima-se do art.2º do PLC nº 108, de 2003 a seguinte expressão: “produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002”.

Sala da Reunião, 13 de abril de 2004. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Aloízio Mercadante** – **Ana Julia Carepa** – **Delcídio Amaral** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Jonas Pinheiro** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Luiz Otávio** – **Ney Suassuna** – **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

.....
Art. 161. Cabe à lei complementar:

.....
II – estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

PARECER Nº 338, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Requerimento nº 1.176, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000 (nº 4.132/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica.

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Requerimento nº 1.176, de 2003 – PLEN, mediante o qual solicita-se, com base no art. 335, III do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000, que tem por objetivo estabelecer a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica.

Alega o autor do requerimento, Senador Romeu Tuma, que na Câmara dos Deputados está tramitando o Projeto de Lei nº 7.370, de 2002, que versa sobre a mesma matéria. O eminente Senador entende que se deva aguardar sua votação naquela Casa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000, prevê que:

a) a licença para instalação e funcionamento de academias de artes marciais, ginástica e natação e de estabelecimentos similares ou clubes que se dediquem ao aprendizado de práticas esportivas, mediante remuneração, ficará sujeita à garantia de assistência e responsabilidade técnicas a cargo de profissional habilitado em curso superior de educação física ou instrutores habilitados pelas confederações de suas modalidades esportivas;

b) a assistência e responsabilidade técnicas deverão ser comprovadas em cláusula específica de declaração de firma individual, estatuto ou contrato social e, se for o caso, pelo contrato de trabalho profissional responsável.

Já o Projeto de Lei nº 7.370, de 2002, de autoria do Deputado Luiz Antonio Fleury, acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, com o seguinte teor:

“Parágrafo único. Não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos previstos nesta Lei os profissionais de danças, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias”.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou o PLC nº 66, de 2000, com uma emenda que retira do texto de seu art. 2º a expressão “ou instrutores habilitados pelas confederações de suas modalidades esportivas, na forma da lei”, por considerá-la injurídica.

II – Análise

1. O Requerimento nº 1.176, de 2003 – PLEN, solicita o sobrestamento do exame do PLC nº 66, de 2000, com base no art. 335, III, do Regimento Interno do Senado Federal, **verbis**:

Art. 335. O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar:

.....

III – o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.

O PL nº 7.370, de 2002, na Câmara dos Deputados, encontra-se, para exame, na Comissão de Educação e Cultura, devendo, posteriormente, ser ainda analisado por outras duas comissões. A proposição teve tão-somente sua tramitação iniciada naquela Casa, não havendo, portanto, prazo certo para ser remetida ao Senado Federal e muito menos certeza quanto a esse encaminhamento, uma vez que lá poderá até ser rejeitada.

O referido requerimento, em consequência, não se enquadra na situação prevista no citado dispositivo do Regimento Interno, pois o PL nº 7.370, de 2002, não constitui, no momento, matéria advinda da Câmara dos Deputados em revisão nesta Casa.

2. Não menos importante é a questão concernente ao conteúdo dos dois projetos. Embora ambos tratem do mesmo assunto, o enfoque de cada um é bem diverso um do outro. De fato, enquanto o PLC nº 66, de 2002, estabelece que a licença para instalação e funcionamento de academias de artes marciais, ginástica e natação e de estabelecimentos similares ou clubes que se dediquem ao aprendizado de práticas esportivas ficará sujeita à garantia de assistência e responsabilidade técnicas a cargo de profissional habilitado em curso superior de educação física ou instrutores habilitados pelas confederações de suas modalidades esportivas, o PL nº 7.370, de 2002, vai em outra direção e determina que os profissionais de danças, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias não estão sujeitos à fiscalização do Conselho Regional de Educação Física. São dois enfoques substancialmente antagônicos.

3. Ressalte-se, por fim, que o PLC nº 66, de 2000, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encontra-se, no momento, na fase final de sua tramitação, aguardando apenas a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que deverá se pronunciar sobre a juridicidade e constitucionalidade da matéria.

Em conclusão, não encontramos motivos para se aguardar a votação, na Câmara dos Deputados, do PL nº 7.370, de 2002.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 1.176, de 2003.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2004. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Juvêncio da Fonseca**, Relator – **Ana Júlia Carepa** – **Flávio Arns** – **Sibá Machado** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Delcídio Amaral** – **Mão Santa** – **Maguito Vilela** – **Ramez Tebet** – **Papaléo Paes** – **Edison Lobão** – **Jonas Pinheiro** – **Maria do Carmo Alves** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Augusto Botelho** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Antonio Carlos Valadares** – **César Borges** – **Efraim Morais** – **Tasso Jereissati** – **Leonel Pavan** – **Sérgio Guerra** – **Marcos Guerra**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.696, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos conselho Federal e conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 2º Apenas serão inscritos nos quadros dos conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

I – os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;

II – os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III – os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

PARECER Nº 339, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003 (nº 2.340/2000 na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (obrigatoriedade do envio de extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários).

Relator: Senador **Augusto Botelho**
Relator “Ad Hoc” Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003, que, na origem, foi o Projeto de Lei nº 2.340, de 2000, de iniciativa do Deputado Clementino Coelho, acrescenta um dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, tomando obrigatório o envio, pelas operadoras, de extrato mensal dos serviços prestados aos seus beneficiários.

Compõe-se de dois artigos, o primeiro dos quais trata do objeto da proposta e do âmbito de sua aplicação, e o segundo determina a data de entrada em vigor da lei em que se transformar a proposição como a de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada, por unanimidade de votos, nas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e de Seguridade Social e Família, e recebeu parecer, também unânime, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, na forma de um substitutivo.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e no art. 134 do Regimento Comum, a proposição em apreço foi encaminhada a esta Casa, em 21 de maio de 2003 e, posteriormente, distribuída à Comissão de Assuntos Sociais para emissão de parecer.

Transcorrido o prazo regimental, não recebeu emendas.

II – Análise

A proposição é justificada como um recurso a serviço da proteção do Direito do consumidor de planos de saúde e de sua defesa contra abusos e fraudes, ao permitir transparência sobre os serviços por ele utilizados e lançados em seu nome, em especial quando o titular do plano é co-participe no pagamento das despesas.

A defesa do interesse público, na assistência suplementar à saúde, é, por lei, atribuída à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia instituída pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, como órgão de regulação, normalização, controle e fiscalização dessas atividades.

Essa lei atribui a ANS competência para regular a atuação das operadoras de planos de saúde, inclusive quanto às suas relações com consumidores. Em seu art. 4º, inciso XLI, a Lei nº 9.961, de 2000, é explícita ao determinar que compete à ANS fixar as normas para a constituição, a organização, o funcionamento e a fiscalização das operadoras.

Como se vê, o disciplinamento da matéria objeto do projeto de lei é da competência da Agência Nacional

de Saúde Suplementar, razão pela qual, o assunto sob comento deve ser tratado em norma infralegal.

Acrescente-se a isso que a exigência prevista no projeto representará aumento de custos operacionais para as operadoras, que já se encontram às voltas com elevada sinistralidade e retração acentuada do número de usuários, provocada pelos altos índices de desemprego e baixos salários que assolam o País nos últimos anos.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela Rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2004. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Augusto Botelho**, Relator – “Ad Hoc” – **Flávio Arns** – **Ana Júlia Carepa** – **Sibá Machado** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Delcídio Amaral** – **Mão Santa** – **Maguito Vilela** – **Ramez Tebet** – **Papaléo Paes** – **Edison Lobão** – **Jonas Pinheiro** – **Maria do Carmo Alves** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Juvêncio da Fonseca** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Antonio Carlos Valadares** – **César Borges** – **Efraim Moraes** – **Tasso Jereissati** – **Marcos Guerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.177-44,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde e dá outras providências.

Art. 4º A Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

XLI – fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluindo:

- a) conteúdos e modelos assistenciais;
- b) adequação e utilização de tecnologias em saúde;
- c) direção fiscal ou técnica;
- d) liquidação extrajudicial;
- e) procedimentos de recuperação financeira das operadoras;
- f) normas de aplicação de penalidades;

g) garantias assistenciais, para cobertura dos planos ou produtos comercializados ou disponibilizados;

.....
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS)
– Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 337, de 2004**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar (nº 224/2001 – Complementar, na Casa de origem), que dá nova redação ao §1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 338, de 2004**, da Comissão de Assuntos Sociais, concluindo pela rejeição do Requerimento nº 1.176, de 2003, do Senador Romeu Tuma, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000, até que seja votado pela Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7.370, de 2002, que versa sobre a mesma matéria.

O requerimento será incluído na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 339, de 2004**, da Comissão de Assuntos Sociais, concluindo contrariamente ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003 (nº 2.340/2000, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (obrigatoriedade do envio de extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários).

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, combinado com o art. 133, §1º do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A Presidência declara prejudicados os **Requerimentos nºs 389, 412 e 428, de 2004**, dos Senadores João Capiberibe, Tasso Jereissati, da Senadora Fátima Cleide e outros Senadores, em virtude de haverem perdido a oportunidade, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS.)

– A Presidência comunica ao Plenário que designou o Senador Pedro Simon para representar a Presidência do Senado Federal nas solenidades comemorativas dos 20 anos do Movimento “Diretas Já”, bem como da entrega da Medalha da Inconfidência, a realizar-se em Belo Horizonte e Ouro Preto, respectivamente, nos dias 20 e 21 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 10, de 2004** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 328, de 2004), que *autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

Sobre a matéria há o Requerimento nº 426, de 2004, de urgência, pendente de votação, aguardando desobstrução da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu a Mensagem nº 49, de 2004–CN (Nº 178/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, o relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente ao exercício de 2003.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu parecer da Advocacia do Senado Federal ao Requerimento nº 413, de 2004, da Senadora Heloísa Helena, feito na sessão de 6 do corrente.

Cópia do parecer será encaminhada à nobre Senadora.

O requerimento vai ao Arquivo.

É a seguinte a íntegra do parecer.

PARECER Nº 119, DE 2004 – ADVOSF**REQUERIMENTO Nº 412, DE 2004**

Trata-se de requerimento feito pela Senadora Heloísa Helena, em plenário, nos seguintes termos:

...sobre as chamadas verbas indenizatórias da Casa.

A Advocacia-Geral da Casa precisa se pronunciar sobre como deverá ser feita a declaração. Por que? Porque se alguns Senadores fizeram a sua declaração de Imposto de Renda e esconderam a verba indenizatória por

pensar que efetivamente ela não precisaria ser declarada, já que era simplesmente indenizatória, há uma pergunta chave que precisa ser respondida.

A Senadora Heloísa Helena, portanto, pergunta se devem ser declaradas à Receita Federal as verbas indenizatórias que os Senadores recebem do Senado Federal.

É o relatório.

Por primeiro, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza está previsto na Constituição Federal (art. 153, III), e seu contorno jurídico está estabelecido no Código Tributário Nacional (art. 43, I e II):

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I – de renda, assim entendida o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

O imposto, como se observa, incide sobre o acréscimo patrimonial.

Por sua vez, indenização é a ação de tomar sem dano. Para De Plácido e Silva indenização exprime “toda compensação ou retribuição monetária feita por uma pessoa a outrem, para a reembolsar de despesas feitas ou para a ressarcir de perdas tidas” (*in* Vocabulário Jurídico, Forense, 23ª ed., p. 729).

Isso significa que indenização não implica acréscimo de patrimônio.

Em sendo assim, as verbas indenizatórias, em princípio, estão fora do alcance do imposto de renda, porque elas não aumentam o patrimônio do contribuinte. Deve-se advertir, no entanto, que não é o rótulo atribuído ao ingresso financeiro que lhe dá o caráter indenizatório. Para saber se determinada verba indenizatória não está sujeita à incidência do imposto deve-se verificar a variação patrimonial.

Vejam os Senadores a verba indenizatória paga aos Senadores.

A verba indenizatória paga aos Senadores está prevista no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 3/2003:

Art. 1º Fica instituída, nos moldes definidos no âmbito da Câmara dos Deputados, a verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar, destinada ao pagamento de despesas mensais realizadas pelo Senador com aluguel – de imóvel, de veículos ou de equipamentos – com material de expediente para es-

critório, com locomoção e com outras despesas diretas e exclusivamente relacionadas ao exercício da função parlamentar.

Parágrafo único. Observados o limite mensal e o regime de competência, a verba de que trata este artigo será requerida pelo Senador ao Primeiro-Secretário, até o último dia útil do mês subsequente ao da realização das despesas, acompanhada da correspondente documentação fiscal, devidamente atestada.

Esse mesmo Ato criou a Secretaria de Fiscalização e Controle:

Art. 3º Para atender ao disposto neste Ato, fica criada, a Secretaria de Fiscalização e Controle com a competência de receber a documentação fiscal, promover verificações, conferências, glosas e demais providências referentes ao regular processamento da verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar e outros reembolsos a Senadores, de acordo com a legislação vigente.

E nos termos da Portaria nº 2, de 2003, do Presidente do Senado:

Art. 3º O pagamento da verba indenizatória far-se-á por meio do ressarcimento ao Senador das despesas efetuadas com:

I – aluguel de imóvel destinado à instalação de escritório de apoio à atividade parlamentar, compreendendo as despesas de locação, da taxa de condomínio, das contas de água, de telefone e de energia elétrica, e com IPTU concernente ao imóvel locado;

II – aquisição de material de consumo para uso no referido escritório, inclusive aquisição ou locação de software, despesas postais, aquisição de publicidade, locação de móveis e de equipamentos;

III – locomoção do parlamentar ou de servidores ocupantes de cargos em comissão de seu gabinete, compreendendo passagens, locação de meios de transportes e, ainda, hospedagem e alimentação;

IV – combustíveis e lubrificantes;

V – contratação de consultorias, assessorias, pesquisas, trabalhos técnicos e outros serviços de apoio ao exercício do mandato parlamentar;

VI – divulgação da atividade parlamentar exceto nos cento e oitenta dias que antecedem à data das eleições e desde que não caracterize gastos com campanha eleitoral.

Parágrafo único. Não serão objeto de ressarcimento os pagamentos efetuados:

a) a pessoa física, salvo quando se tratar do pagamento pelas locações expressamente previstas nesta Portaria;

b) em razão da hospedagem de Senador no Distrito Federal; e

c) com a aquisição de material permanente.

Os dispositivos acima mostram claramente que a verba indenizatória é paga tão-somente com a apresentação dos comprovantes dos gastos efetuados pelos Senadores e que ela não é paga indiscriminadamente a título de despesas.

A verba indenizatória prevista acima nada acrescenta ao patrimônio do parlamentar, não sofrendo a incidência do imposto de renda.

A observação é importante, em face do atual Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, que no art. 43, inciso X, diz:

Art. 43. São tributáveis os rendimentos provenientes do trabalho assalariado, as remunerações por trabalho prestado no exercício de empregos, cargos e funções, e quaisquer proventos ou vantagens percebidos, tais como (Lei nº 4.506, de 1964, art. 16, Lei nº 7713, de 1988, art. 3º, § 4º, Lei nº 8.383, de 1991, art. 74, e Lei nº 9.317, de 1996, art. 25, e Medida Provisória nº 1.769-55, de 11 de março de 1999, arts. 1º e 2º):

I – salários, ordenados, vencimentos, soldos, soldadas, vantagens, subsídios, honorários, diárias de comparecimento, bolsas de estudo e de pesquisa, remuneração de estagiários;

.....
X – verbas, dotações ou auxílios, para representações ou custeio de despesas necessárias para o exercício de cargo, função ou emprego.

Esse dispositivo quando trata das verbas, dotações ou auxílios, para representações ou custeio de despesas necessárias para o exercício de cargo, função ou emprego, se refere a ingressos financeiros permanentes, pagos sem a comprovação de gastos, ou seja, ingressos financeiros que implicam aumento do patrimônio do contribuinte. Essa conclusão pode ser tirada com base na decisão do Superior Tribunal de Justiça, que recentemente decidiu pela incidência

do imposto de renda sobre as ajudas de gabinete e custo pagas a parlamentar, em caráter permanente, em quantia fixa, e usadas pelo parlamentar de acordo com suas necessidades e conveniências, incorporadas à sua remuneração, verbis:

TRIBUTÁRIO. RENDIMENTO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR. AJUDA DE GABINETE E AJUDA DE CUSTO A DEPUTADO. REMUNERAÇÃO NÃO ESPORÁDICA. CARÁTER PERMANENTE. AGREGAÇÃO AO PATRIMÔNIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. PRECEDENTE

1. Autuação fiscal com base no art. 645, do Regulamento do Imposto de Renda, RIR/80 (Decreto nº 85.450/80), e ad. 960 do Regulamento do Imposto de Renda, RIR/94 (Decreto nº 1.041/94), referente a rendimentos percebidos pelo exercício de atividade parlamentar de Deputado Estadual, denominados de “ajuda de gabinete” e “ajuda de custo” por terem sido omitidos como rendimentos tributáveis para fins de incidência do imposto de renda.

2. A finalidade e as características de tais rendimentos não satisfazem a condição prevista no art. 6º XX, da Lei nº 7.713/88, para gozo de isenção, devendo, com isso, serem incluídos na base de cálculo do Imposto de Renda os valores correspondentes à aludida verba.

3. O art. 40, I, do RIR/94, estabelece que “não entrarão no cômputo do rendimento bruto a ajuda de custo destinada a atender às despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiado e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, sujeita à comprovação posterior pelo contribuinte”.

4. A remuneração recebida pela autora não é esporádica. Ela tem caráter permanente, quantia fixa, pagamento mensal e é usada pelo contribuinte de acordo com as suas necessidades e conveniências.

5. O conceito de renda inclui qualquer aumento de receita, de lucro, ou seja, o ingresso ou auferimento de algo a título oneroso, conforme preceitua art. 43, do CTN.

6. In casu, a recorrida, na condição de Deputada Estadual, incorporou, mensalmente à sua remuneração, valores sob a rubrica denominada “ajuda de gabinete” e “ajuda de custo”, destinadas, ao “ressarcimento de despesas”

em seu gabinete. Tais “ajudas” nos termos em que processadas, constituem contornos inequívocos de proventos, pois que subjacentemente importou acréscimo patrimonial (CTN, art. 43, II).

7. Em conseqüência, não se pode considerar como indenização o ingresso que tem nítida feição de “mais valia”; isto é, uma realidade econômica nova, que se agregou ao patrimônio individual preexistente, constituindo, por assim dizer, um plus em relação à situação anterior.

8. O ingresso a título de “ajuda de gabinete” e de “ajuda de custo”; no caso em tela, não possui mínima aparência de indenização, por não se destinar, objetivamente, à recomposição de qualquer dano. Ao contrário, constitui um verdadeiro prêmio que se agrega à azienda individual preexistente, sendo, pois, um verdadeiro acréscimo patrimonial que excede os limites legais, sujeitando-se, assim, à incidência do imposto de renda.

9. Recurso provido. (RESP 553941, Rel. Min: JOSÉ DELGADO, DJ:17-11-2003).

Em outra oportunidade, o STJ julgou do mesmo modo (RESP 509.872). No entanto, em ambas as decisões, o STJ destaca a permanência da verba indenizatória paga ao parlamentar, integrante de sua remuneração, em quantia fixa, independente de comprovação de qualquer gasto.

No mesmo sentido, tem decidido o Tribunal Regional da 1ª Região, em relação à verba conhecida como 14º e 15º salários:

A verba de “ajuda de custo” paga a deputados estaduais, conhecida como “14º e 15º salários” (paga ao início e ao final de cada sessão legislativa), não é aceita pela jurisprudência desta Corte como de natureza indenizatória, e por isto não afasta a incidência do IRPF. (TRF – 1ª R, AGIAG, Rel. Desembargador Federal LUCIANO TOLENTINO AMARAL, DJ: 29-8-2003).

Portanto, a contrario sensu, as verbas pagas aos Senadores, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2003, e Portaria n 0212003, do Presidente do Senado, não estão sujeitas à incidência do Imposto de Renda, uma vez que elas somente são pagas mediante comprovação do efetivo gasto do parlamentar, não fazendo parte de sua remuneração, destinando-

se apenas a recompor o patrimônio, afetado com as despesas previstas em norma.

Também não estão sujeitas ao imposto de renda, as gratificações pagas a parlamentares em face de sessões extraordinárias, neste caso, independente da comprovação de gastos, que se presumem:

A Constituição Federal, no § 7º do art. 57, incluiu o pagamento referente à sessão extraordinária no conceito de verba indenizatória, revelando a Vontade constitucional, na expressão de Konrad Hesse, sobre o regime jurídico aplicável à referida parcela. {...}. As verbas indenizatórias não estão sujeitas ao imposto de renda, posto não caracterizarem acréscimo patrimonial **lato sensu** (STJ, RESP 502.739, Rel. Min.: Luiz Fux, DJ:17-11-2003).

Porém, a não incidência do imposto de renda sobre as verbas indenizatórias não desobrigam o contribuinte de declarar suas rendas ao Fisco, relativas ao ano de 2003. A isenção, a anistia, a imunidade, a não incidência de tributo, não desobrigam o contribuinte das obrigações acessórias, entre as quais, a de declarar, que não se confundem com a obrigação principal de pagar tributos.

A propósito, a legislação referente ao Imposto de Renda, Ano-Base 2003 (Lei nº 10.451, de 2002, art. 1º; IN SRF nº 393, de 2004, art. 1º) estabelece que:

Está obrigado a apresentar a declaração o contribuinte, residente no Brasil, que no ano-calendário de 2003:

1 – recebeu rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual na declaração superiores a R\$12.696,00, tais como: rendimentos do trabalho assalariado, não-assalariado, proventos de aposentadoria, pensões, aluguéis, atividade rural;

2 – recebeu rendimentos isentos, **não-tributáveis** ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$40.000,00;

3 – participou do quadro societário de empresa, inclusive inativa, como titular sócio ou acionista, ou de cooperativa.

Ante o exposto, o parecer é no sentido de que o Imposto de Renda não incide sobre as verbas indenizatórias pagas aos Senadores.

E que a não incidência não exonera o contribuinte da obrigação acessória de declarar os rendimentos não-tributáveis.

Brasília, 16 de abril de 2004. – **Sérgio Paulo Lopes Fernandes**, OAB/DF 12.865.

De acordo. Encaminhe-se à colenda Mesa do Senado Federal, como resposta ao Requerimento nº 413, de 2004, formulado pela Senhora Senadora He-loísa Helena.

Brasília, 16 abril de 2004. – **Alberto Cascais**, Advogado-Geral do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2004-CN

MENSAGEM Nº 60, DE 2004-CN

(Nº 163/2004, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$140.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$66.304.000,00 (sessenta e seis milhões, trezentos e quatro mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

II – recursos de operação de crédito externa, no valor de R\$73.696.000,00 (setenta e três milhões, seiscentos e noventa e seis mil reais).

Art. 3º Fica cancelada a programação constante do Anexo III desta Lei, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORCAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39253 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO-PRODUTO	E	S	G	R	M	J	F	VALOR
			F	D	P	O	U	T	E	
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES										2.000.000
ATIVIDADES										
26 571	0225 6241	ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E ADEQUACAO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES								2.000.000
26 571	0225 6241 0001	ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E ADEQUACAO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3	2	90	2	111		2.000.000
0230 CORREDOR LESTE										76.966.000
PROJETOS										
26 782	0230 1336	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS								76.966.000
26 782	0230 1336 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - TRECHO BELO HORIZONTE - DIVISA SP/MG	F	4	2	30	0	148		73.096.000
			F	4	7	30	7	111		1.770.000
			F	4	2	90	2	111		2.100.000
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO										1.034.000
PROJETOS										
26 782	0231 1350	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE SAO PAULO								1.034.000
26 782	0231 1350 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE SAO PAULO - TRECHO DIVISA MG/SP - ENTRONCAMENTO BR-116	F	4	2	30	0	148		600.000
			F	4	2	30	2	111		50.000
			F	4	2	90	2	111		384.000
0233 CORREDOR MERCOSUL										68.000.000
PROJETOS										
26 782	0233 1208	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA								40.000.000
26 782	0233 1208 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA - TRECHO PALPOCA - DIVISA SC/RS	F	3	2	90	0	111		200.000
			F	4	2	30	0	111		650.000
			F	4	2	90	0	111		39.150.000
26 782	0233 3766	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								20.000.000
26 782	0233 3766 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - TRECHO DIVISA SC/RS - OSORIO	F	3	2	90	0	111		410.000
			F	4	2	30	0	111		345.000
			F	4	1	40	0	111		30.000
			F	4	2	90	0	111		19.215.000
TOTAL - FISCAL										140.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										140.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D		E	
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									66.304.000
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							66.304.000
99 999	0999 0998 0101	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PRÓPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA							66.304.000
			F	9	0	99	0	111	66.304.000
TOTAL - FISCAL									66.304.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									66.304.000

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D		E	
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)									140.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
28 843	0905 0433	DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA							140.000.000
28 843	0905 0433 0001	DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA - NACIONAL							140.000.000
			F	2	1	90	0	140	140.000.000
TOTAL - FISCAL									140.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									140.000.000

MENSAGEM Nº 163

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$140.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 58/2004 – MP

Brasília, 8 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.237, de 16 de janeiro de 2004), em favor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes – MT, no valor de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), com a seguinte destinação:

	R\$ mil
Finalidade	Valor
– conclusão das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR-381/SP/MG)	78.000
– desenvolvimento de ações consideradas pré-requisitos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e órgãos de controle ambiental para o início das obras de duplicação do segmento rodoviário entre os Municípios de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, e Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, e a execução propriamente dita, com vistas a complementar a ligação rodoviária com os países do Mercosul	60.000
– desenvolvimento de estudos e projeto executivo referentes à construção do anel rodoviário externo ao norte da Cidade de Belo Horizonte, conforme previsto no contrato de empréstimo da Rodovia Fernão Dias.	2.000
Total	140.000

2. A proposição viabilizar-se-á mediante a anulação parcial da Reserva de Contingência Própria do Órgão, no valor de R\$66.304.000,00 (sessenta e seis milhões, trezentos e quatro mil reais) e incorporação de recursos oriundos de operação de crédito externa, no valor de R\$73.696.000,00 (setenta e três milhões, seiscentos e noventa e seis mil reais), em conformida-

de com o disposto no art. 43, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Esclareço, por oportuno, que em atendimento ao disposto no art. 63. § 1º da Lei nº 10.707, de 2003, está sendo proposto o cancelamento da despesa primária constante do Anexo III do Projeto de Lei ora encaminhado como compensação pela suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira.

4. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.037, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. *(Veto rejeitado no DOU de 3-6-1964)*

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: *(Veto rejeitado no DOU de 3-6-1964)*

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; *(Veto rejeitado no DOU de 3-6-1964)*

II – os provenientes de excesso de arrecadação: *(Veto rejeitado no DOU de 3-6-1964)*

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; *(Veto rejeitado no DOU de 3-6-1964)*

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. *(Veto rejeitado no DOU de 3-6-1964)*

LEI Nº 10.707, DE 30 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária da 2004 e dá outras providências.

.....
 Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

.....
 § 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, em segundo lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, em primeiro lugar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, quando for possível, entre os três primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a palavra para uma comunicação inadiável, nesta ordem, aos Srs. Senadores Valdir Rau-

pp, Hélio Costa e Heloísa Helena. E, como suplente, a este Senador, se a Senadora Serys Slhessarenko...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, também gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fica a Senadora Serys Slhessarenko como primeira suplente e o Senador Paulo Paim, como segundo suplente. Todos falarão intercaladamente com os oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, quis Deus que estivesse presidindo esta sessão o nobre Senador Paulo Paim.

Senadora Heloísa Helena, pretendo fazer um debate qualificado sobre um tema dos mais importantes: o trabalhador e o trabalho. Como dizia Rui Barbosa, a primazia deve ser dada a eles, e não àqueles que, como diz a Senadora Heloísa Helena, são os gigolôs do dinheiro, do mercado internacional, que nos exploram.

Presidente Paulo Paim, permita-me desertar do seu exército. V. Ex^a fez com que nos apaixonássemos pela luta, pela causa do salário mínimo de US\$100.00. Mas aqui estão as palavras de Darcy Ribeiro, figura ilustre do saber, educador e Senador brilhante. Portanto, Presidente Paulo Paim, lamento comunicá-lo que vou-lhe abandonar. Mas seguirei outro gaúcho. Precisamente em 20 de março de 1991 – há bastante tempo – disse Darcy Ribeiro:

Sob o comando do Presidente João Goulart, tentamos uma reforma agrária que desse acesso à propriedade familiar aos trabalhadores do campo. Jango, fazendeiro, mas com enorme sensibilidade de estadista, dizia que com dez milhões de proprietários, a propriedade estaria muito melhor defendida e mais gente comeria e educaria os filhos.

Um dos ideais maiores do Presidente João Goulart era repetir a façanha que realizara uma vez de dobrar o salário mínimo. Ele era então de 125 dólares e Jango queria elevá-lo a 250.

Quer dizer que João Goulart, o pacificador, o sacrificado, o injustiçado, sonhava um sonho maior do que o sonho do Presidente Paulo Paim e o nosso, que não se torna realidade: elevar o salário mínimo para US\$ 250.00.

Então, Presidente Paulo Paim, estamos pedindo muito pouco ao Presidente da República. Sua Excelência usou o nome do trabalhador para se eleger. E o seu próprio Partido traz o nome do trabalhador.

Presidente Lula, esse pessoal do núcleo duro é muito preguiçoso. Vossa Excelência tem que amar o trabalho. Faria só uma pergunta, porque um quadro vale por dez mil palavras. Ó, mineiro Hélio Costa, quantas vezes Juscelino Kubitschek, Presidente da República, veio a Brasília verificar as obras da construção? Senador Romeu Tuma, imagine! Quantas vezes Juscelino Kubitschek, um mineiro, médico como eu, cirurgião como eu, Prefeito, Governador de Minas, veio aqui? Duzentas e quatro vezes, Senador Alberto Silva! Juscelino Kubitschek veio a Brasília duzentas e quatro vezes, à noite, no seu avião. Presidente Lula, não era avião de luxo, não! Era risco de vida. Senador Paulo Paim, como ele trabalhava de dia, vinha à noite, de madrugada, para acompanhar as obras.

Portanto, o trabalho é fundamental. Presidente Lula, só conheço um lugar onde o sucesso vem antes do trabalho: no dicionário. O trabalho vem primeiro.

Um homem de muita capacidade de criação, como o é o Senador Alberto Silva, disse que se consegue o que se deseja com 90% de transpiração e 10% de inspiração. Isso é trabalho.

Permitam-me reverenciar outro gaúcho, que trabalhou muito, Senador Alberto Silva. Ele tem um livro intitulado **Os Diários**; são dois volumes. Senador Alberto Silva, eu leio muito, mas ainda não terminei o primeiro volume. Como era um homem trabalhador Getúlio Vargas! No Natal, terminava a ceia e ia trabalhar; no dia 07 de Setembro, trabalhava. Daí a transformação.

Em 1940, Senador Alberto Silva, há 64 anos, Getúlio fez a história do salário mínimo. Senador Paulo Paim, V. Ex^a sabe quanto o salário mínimo seria hoje? Mandei que a Fundação Getúlio Vargas calculasse qual seria o valor atual, baseado no da época do Presidente Getúlio Vargas – isso porque não encontrei antes com o Senador Alberto Silva, porque S. Ex^a saberia fazer esse cálculo; é Professor de Matemática, um homem de inteligência ímpar. Segundo informações da Fundação Getúlio Vargas – V. Ex^a sabe que os dados variam –, alguns técnicos me disseram que hoje, Senador Paulo Paim, o salário mínimo do gaúcho Getúlio Vargas seria de R\$489,00 – dados estes de economistas da Fundação – e outros disseram que seria de R\$592,00. Vamos ficar com a média, Senador Alberto Silva! Mas é bem maior do que o salário mínimo ridículo do Brasil.

Quero lhe dizer o seguinte, Senador Paulo Paim: há um ano, fazíamos um debate qualificado. Pergunto à Senadora Heloísa Helena: quem V. Ex^a gostaria que eu convidasse para participar de um debate qualifica-

do? O Deputado José Dirceu, o chefe do núcleo duro, o Dr. Antonio Palocci, meu colega médico, o Deputado Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo, ou o nosso colega Senador Aloizio Mercadante? Senadora Heloísa Helena, quem V. Ex^a gostaria que eu convidasse para participar de um debate qualificado sobre o salário mínimo?

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Se V. Ex^a vai fazer citações sobre eles, sugiro que o faça em ordem alfabética. Como a demagogia enfadonha sempre me cansou, eu realmente não gostaria de discutir com nenhum deles. É evidente que, ao fazer a citação, V. Ex^a permitirá que o povo brasileiro lembre o quanto a demagogia eleitoreira e o cínico memorial de contradições são dolorosos para todos nós, inclusive para mim, de uma forma muito especial.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Por ordem alfabética, Senador Alberto Silva. Começarei pelo A de amor, de Alberto Silva, de amor a Deus – Deus é amor –, de amor ao trabalho, Senador Paulo Paim!

Vamos começar o debate qualificado sobre o salário mínimo, Sr. Presidente Romeu Tuma, por ordem alfabética: Deputado Aloizio Mercadante.

Em 19 de outubro de 2000 – atentai bem, pois, para nós, esse é o dia mais importante do calendário, porque é o Dia do Piauí; está aí o Dr. Alberto Silva que o instituiu –, nesse debate qualificado que vem desde Getúlio, desde Darcy Ribeiro, desde João Goulart, desde Paulo Paim, e do qual Aloizio Mercadante também participou, o que disse S. Ex^a, a quem agradeço pela homenagem?

Chega de pobreza e de fome! Devemos começar a dizer: basta a essa situação! E o faremos no Orçamento deste ano, que tem de garantir um reajuste minimamente digno para o salário mínimo e para a bolsa-escola.

O próximo, em ordem alfabética, pensei que era José Dirceu, mas não é. Também começa com “A”: Antonio Palocci.

Disse S. Ex^a:

Em apenas três meses, o Governo arrecadou R\$991 milhões a mais do que estava previsto no Orçamento. Dessa forma, há, sim, condições suficientes para um aumento substancial do salário mínimo.

Isso foi dito em 10 de maio de 2002. S. Ex^a critica que o reajuste foi insuficiente.

Agora, o Deputado José Dirceu, líder do núcleo duro. No debate qualificado, que vem desde Getúlio, diz S. Ex^a:

O Governo mantém o salário mínimo archoado porque mantém os juros altos [este é o discurso de José Dirceu, Senador Hélio Costa!]; mantém a economia estagnada porque tem dependência do capital especulativo; tem acordos com o Fundo Monetário Internacional [Senadora Heloísa Helena, ele citou os gigolôs do capital internacional] e predominantes interesses que não são os interesses nacionais.

Continuando o nosso debate, lembro-me do Senador Paulo Paim – a quem concederei um aparte. Quando eu tecia uma análise sobre o mundo, S. Ex^a disse que tinha uma filha nos Estados Unidos que ganhava US\$10.00 por hora. Se ela trabalhasse oito horas por dia, ganharia US\$80.00, a filha do Senador Paulo Paim nos Estados Unidos!

É isso o que queremos mudar; é para isso que queremos acordar, despertar e, nesse sentido, orientar o Presidente Lula.

O PMDB não é base, não. Temos que ser a luz deste País, porque temos mais experiência e competência para servir a esta Pátria.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, eu estava presidindo os trabalhos e fiz questão de apartear V. Ex^a, que traz ao debate a questão do salário mínimo. Eu dizia que esse salário interessava a 100 milhões de brasileiros, mas os dados do IBGE, na verdade, provaram que estou errado. O salário mínimo interessa a aproximadamente 118 milhões de brasileiros. Fico abismado quando alguns falam que o salário mínimo só interessa a 3 milhões de pessoas. Ora, se o IBGE constata que 58 milhões de pessoas ganham até um terço do salário mínimo. Se quiséssemos chegar a dois terços, eu multiplicaria por dois, mas nem vou fazer isso. De um terço a um salário mínimo, chegaríamos a mais de 112 milhões de brasileiros que estão na expectativa do crescimento do mínimo. O ex-Presidente João Goulart, já falecido, dobrou o valor do salário mínimo, e fiquei feliz porque, recentemente, a sua esposa, ainda viva, veio a Brasília e me convidou para ser padrinho da Fundação Getúlio Vargas, por tudo aquilo que a Fundação representa e pela minha luta pelo salário mínimo. Em 1991, fui Relator de um projeto na Câmara dos Deputados, aprovado pelo Congresso, que aumentou o salário mínimo em 147%, ou seja, mais que o dobrou. Assim, fique certo de que estarei no mesmo exército que V. Ex^a. O Governo, à época, não queria estender o aumento aos aposentados e pensionistas, mas isso foi conseguido junto ao Supremo, e o benefício foi concedido a mais 18 milhões de pessoas. Em 1995, foi concedido um reajuste de 46,5% para o salário mínimo e, em 1998,

de cerca de 20%, em ambos os casos ultrapassando-se a barreira dos US\$100. V. Ex^a sabe que, neste momento, não posso apresentar um projeto em dólares. Não o fiz. Apresentei um projeto com um cálculo fácil: aplica-se a inflação dos últimos 13 meses – porque o último reajuste foi em abril – aos R\$240,00 e acrescentam-se R\$0,20 por hora. A pergunta que faço é: será que a economia brasileira não resiste a um reajuste de R\$0,20 por hora? A R\$0,20 por hora, 220 horas/mês correspondem a R\$44,00. Se esse valor fosse somado aos R\$240,00 reajustados pela inflação de 13 meses, seriam ultrapassados os R\$300,00. Isso pode não ser o ideal, mas se no segundo ano do Governo de Lula fosse ultrapassada a barreira dos US\$100,00 e concedido o mesmo percentual de reajuste para os 22 milhões de aposentados e pensionistas, para se chegar aos R\$312,00 de que falei por inúmeras vezes seria necessário um reajuste de 30% em R\$240,00. Se for para se manterem os US\$100, seriam necessários R\$290,00 e, de acordo com o meu projeto, que o Senador Geraldo Mesquita relatou, um pouco mais de R\$300,00. Eu diria que estou ao lado de V. Ex^a, esperançosos de que consigamos elaborar uma proposta que ultrapasse os US\$100. Tenho certeza de que V. Ex^a será um desses guerreiros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O valor de US\$125 ocorreu quando João Goulart foi Presidente da República deste País.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mas ele dobrou o salário mínimo, na época, e fizemos o mesmo em 1991, ou seja, estamos no mesmo caminho. Cumprimento V. Ex^a pelo tema. Esta Casa deveria debater até o dia 1º a questão do salário mínimo. Eu gostaria de convidar V. Ex^a para, no debate qualificado que propôs e com o qual concordo, na próxima terça-feira, ouvir nosso convidado Márcio Pochmann, um estudioso do assunto. Para essa audiência pública, serão convidados, também, representantes dos empregadores e do Governo, e espero que, com esse debate, encontremos os caminhos necessários. O Sr. Márcio Pochmann demonstra hoje, inclusive nos jornais, que o valor do salário mínimo, reajustado de forma decente, vai impulsionar o fortalecimento dos Municípios e dos próprios Estados. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a. De qualquer jeito, passamos por João Goulart e Getúlio Vargas, e continuamos com a luz do Rio Grande do Sul.

Só quero citar um dado, pois um quadro vale por dez mil palavras. A filha do Paulo Paim é dotada, recebe US\$10 por hora nos Estados Unidos, mas o **minimum minimorum**, Senador Hélio Costa, brasileiro que teve longa vida nos Estados Unidos, hoje, é de US\$5.15

por hora. Atentem bem V. Ex^{as} para o segundo fato: no Brasil, o salário mínimo por hora é de 0,40, ou seja, 13 vezes menor do que o do povo norte-americano. Nos países pobres da Europa, como Portugal, é de 2,3 a hora; na Grécia, de 2,6 e, na Espanha, de 2,09. No Brasil, é de 0,4.

O caminho da salvação é o trabalho. O Napoleão francês disse, Senador Romeu Tuma, que conheceu as limitações dos seus braços, das suas pernas e da sua visão, mas nunca as do trabalho.

Concedo o aparte a esse homem do trabalho que é Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Cumprimento V. Ex^a por abordar um tema tão importante como esse, com o registro de números que vêm desde o tempo do Presidente João Goulart. No Brasil, não se conta o salário por hora. Ah, se fosse assim. Lá não tem essa história do Ministério do Trabalho. Por exemplo, alguns aviadores, que trabalharam comigo no tempo da CNORTE, estiveram nos Estados Unidos e disseram que lá se trabalha o número de horas que se quiser, até onde as forças agüentem e, por isso, pagam por hora. Assim, há pessoas que fazem uma fortuna por dia. De qualquer maneira, V. Ex^a sinaliza para um número equivalente, pelo menos, aos dos Presidentes que governaram este País naquela época. O nobre Senador Paulo Paim disse que em 1991 dobraram o salário mínimo. V. Ex^a sugere, agora, que pelo menos ultrapassemos a casa dos R\$300,00. Não fui informado sobre a discussão a respeito do assunto que V. Ex^a propõe, mas, se possível, conte conosco, Senadores, para impulsionar e apresentar ao Presidente Lula uma proposta viável, que ultrapasse a casa dos R\$300,00. Parabéns a V. Ex^a pelo tema.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço pela participação desse homem que trabalha muito pelo Piauí e pelo Brasil, Alberto Silva.

Concedo o aparte a essa mulher trabalhadora, professora e enfermeira, Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Serei rápida, pois conheço o esforço com que o Senador Romeu Tuma, Presidente da sessão, está tentando organizar os trabalhos no plenário. Do mesmo jeito que o Senador Paim e vários outros Senadores da Casa, eu também tive oportunidade de apresentar um projeto de lei que trata da recuperação do poder de compra do salário mínimo. É claro que não me apropriei de nenhuma das falas dos Líderes do Governo na Câmara e no Senado, da Casa Civil ou do Ministério da Fazenda. Apropriei-me de uma promessa de campanha do Presidente Lula, que se apresentou ao povo brasileiro assumindo compromissos. Como imagino que promessas não cumpridas sejam atributos típicos dos que se

predispõem à vigarice política, não quero que esse seja o caso dele. O Presidente Lula assumiu, perante o povo brasileiro, o compromisso de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Então, não estamos a reivindicar o cumprimento do que está estabelecido na Constituição. Segundo o Dieese, a Constituição determina que sejam R\$1.440,00. Não estamos propondo R\$500,00, mas apenas que a promessa, que o compromisso que foi feito pelo Presidente Lula seja cumprido a partir de agora, já que no ano passado não foi iniciado. Para que isso seja feito, além da recomposição das perdas inflacionárias, deve haver um aumento de 26%, a fim de que, nos dois próximos anos do Governo de Lula, estabelecendo-se esse mesmo mecanismo, o seu compromisso de campanha deixe de ser uma promessa gasta, vazia, verbalizada, solta ao vento para ludibriar mentes e corações espalhados pelo Brasil. Além da recomposição das perdas inflacionárias, que possa haver um aumento de 26%, o que levaria o salário mínimo a R\$330,00 e, assim, de fato, poder-se-ia dobrar o seu poder de compra e cumprir-se uma promessa de campanha. Portanto, quero saudar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz à Casa, trazendo a necessidade de um debate, extremamente importante como este, que mexe com a vida, com o cotidiano de milhões de pessoas espalhadas pelo Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Romeu Tuma, nesse debate qualificado contamos com a presença do PT justo, representado pelo Senador Paulo Paim, e do PT da saudade que o povo sente de Heloísa Helena.

O Senador Alberto Silva, que chegou agora, foi duas vezes prefeito. O Senador Leonel Pavan, três. Os prefeitos sabem das coisas, e é por isso que o Palocci é o melhorzinho, Senador Hélio Costa, do núcleo duro, ou seja, porque passou pela experiência de ser prefeito. Quero deixar – e espero que os ex-prefeitos a comprovem – a minha experiência nessa área.

Senador Romeu Tuma, que o núcleo duro aprenda que aumentar salário não quebra prefeitura. Fui Prefeito de Parnaíba na época da inflação galopante – não fui o melhor Prefeito da história de lá, porque o Senador Alberto Silva me antecedeu e levou esse título, que ninguém lhe tira. Àquela época, havia mês em que o salário aumentava até 80%. Então, me debruçava – noites indormidas – para ajustar o salário mínimo, mas logo mandava pagar. Quanto aos demais funcionários que ganhavam mais do que um salário, de acordo com o caixa, dava-lhes um maior ou um menor aumento. Era uma oportunidade, Senador Romeu Tuma, de fazer justiça salarial. Eu ficava preocupado com a possibilidade de não conseguir pagar a folha dos funcionários no fim do mês, tendo em vista um aumento

de até 80% ao mês. Mas todos os meses eu pagava porque aumentava o consumo, aumentava a produção, aumentava o ICMS, aumentava o Imposto de Renda, aumentava o Fundo de Participação. Nunca deixei de pagar. Salário mínimo justo, como diz a Igreja, é o que mantém a família com dignidade. Por que, nas outras vezes não votei em Lula? Não votei na primeira, nem na segunda e nem na terceira. Na quarta vez, Senador Alberto Silva, impressionou-me a fala do então candidato Lula, Senador César Borges, quando, na televisão, ele dizia que o trabalhador brasileiro merecia ser feliz, além de ter um salário digno e poder, no fim de semana, tomar uma cervejinha com a sua “Adalgizinha”.

Presidente Lula, não está dando sequer para o trabalhador pagar sua conta de água, que tem subido, assim como a do gás de cozinha, Senador Ney Suassuna. É bitributação. O PT, partido dos tributos, resolveu cobrar duas vezes no Piauí, na Paraíba e em Minas o gás de cozinha. Como é que o sujeito vai comer, Dr. Alberto Silva? O pobre não pode comprar o gás porque não tem dinheiro, pois o preço de botijão subiu. No Piauí está custando R\$40,00 um botijão. Se as pessoas cozinharam à lenha, Dr. Alberto, o Ibama prende. Então, aí sim, é a fome zero, seguida de morte. É isso que está acontecendo no nosso Governo.

Sr. Presidente, fico com o Presidente Lula quando disse, Senador Tuma, que o trabalhador tem o direito de tomar uma cervejinha. Então, vamos dar salário.

Agradeço pela generosidade de V. Ex^a, que cedeu um pouco mais de tempo para o que é mais importante: o trabalho. Trabalho é solução. Vou encerrar com uma música – uma homenagem ao Senador Alberto Silva, que é músico, um pianista excelente. A música, Senador Hélio Costa, V. Ex^a que é comunicador, revela mais do que a sabedoria, mais do que a filosofia. Daí, Davi, o bíblico, o líder, Heloísa Helena, cantar os salmos, nos Cânticos de Davi. Quero terminar com uma música que fala sobre o trabalho para acordar o Presidente Lula, para que Sua Excelência seja o trabalhador número um, como foi Getúlio, como foi Juscelino, como foi Alberto Silva, no Piauí. Diz Fagner:

Um homem se humilha
se castram seus sonhos,
seu sonho é sua vida
e a vida é trabalho.
E sem o seu trabalho
um homem não tem honra,
e sem a sua honra
se morre, se mata.
Não dá pra ser feliz,
não dá pra ser feliz,
não dá pra ser feliz,
não dá pra ser feliz.

Assim termina, Senadora Heloísa Helena: “Não dá para ser feliz”. Olha a mensagem do PT: direito de ser feliz, coragem de ser feliz.

Então, tenhamos a coragem de lançar nossas últimas palavras aos céus e a Deus. Oh, meu Deus, ilumine o PT! Respeitem o trabalhador e o trabalho! Que não sirva, como diz Heloísa Helena, para encher a pança dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Registro a presença dos alunos da 6ª Série do Centro de Ensino 308, do Recanto das Emas, Distrito Federal. Nossas boas-vindas a todos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, entreguei a V. Ex^a um requerimento solicitando minha inscrição para falar em nome da Minoria. Tão logo V. Ex^a entenda possível, gostaria de usar o microfone pelo tempo que reserva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em primeiro lugar, está inscrito, pela Liderança, o Senador Paulo Paim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, após S. Ex^a, gostaria de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Paulo Paim, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um ofício solicitando o uso da palavra pela Liderança do Bloco. No momento em que V. Ex^a entender adequado, gostaria de debater sobre o salário mínimo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Senadora Ideli Salvatti vai enviar o ofício.

Concedo a palavra, ao Senador Valdir Raupp, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, hoje, os corações de todo o povo de Rondônia, estão entristecidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo novamente esta tribuna para manifestar a apreensão do povo rondoniense com o desenrolar de duas tragédias humanas que chamam a atenção de todo o

País: o massacre de garimpeiros na Reserva Indígena Roosevelt e de detentos do Presídio Urso Branco, em Porto Velho.

Juntas, essas duas tragédias são responsáveis por cenas de selvageria, de desumanidade que a nossa pacífica, ordeira e trabalhadora população de Rondônia desaprova e repudia.

No conflito entre índios e brancos, já acharam 29 mortos; no caso Urso Branco, já seriam nove. Porém, em ambos os casos, lamentavelmente, pode ser muito mais. São quase duas centenas de reféns do presídio e outras centenas de inseguros cidadãos no caso da reserva indígena.

Estou regressando de meu Estado. Lá, todos estão preocupados com os casos em si e com a insegurança que cerca a todos, porque, por exemplo, Sr^{as} e Srs. Senadores, comenta-se muito que os brancos, que os garimpeiros vão retaliar os índios pelas atrocidades cometidas. Há índio de outras nações, também habitantes da mesma região conflitada, temendo sair de suas ocas, de suas tribos, principalmente os índios Suruí, da reserva de Cacoal, e os índios Gaviões de Ji-Paraná, reservas vizinhas. O que mais nos indigna é que o Sr. Walter Blos, da Funai, foi nomeado chefe de uma missão para apaziguar a reserva Cinta Larga, garimpeiros e índios, e vejam o que aconteceu, até o momento, 29 mortos, e há comentários de que possam existir ainda mais.

Em nossa capital, ainda prevalecem as imagens da grande revolta ocorrida em janeiro de 2002 no presídio Urso Branco, palco de 37 assassinatos, caso ainda sob investigação internacional pela OEA – Organização dos Estados Americanos, e com uma condenação preliminar que poderá resultar em indenização milionária aos parentes das vítimas.

Agora, além das anunciadas nove mortes, há sério risco de vida sobre outras 160 pessoas “marcadas” para morrer pelos líderes da nova rebelião do superlotado presídio Urso Branco. A capacidade daquela casa de detenção é para 350 pessoas, mas já abriga 1,5 mil presos. O perigo também alcança os 170 familiares tomados como reféns no início da revolta no último domingo.

Retomando o caso Cinta-Larga, causa muita preocupação entre a população o zelo pela integridade do território. As dificuldades de acesso à reserva foram comparadas a outras zonas de conflitos mundiais, pois a Polícia Federal somente foi autorizada a adentrar a área oito dias após o episódio.

Em caso similares, argumentam que, mesmo em guerras, são comuns ações rápidas de resgate de vítimas, no mínimo, em nome da preservação do direito da assistência humanitária.

No caso, sabem muito bem as Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o conflito está ocorrendo em nosso próprio território, apenas dentro de reserva indígena encravada em solo brasileiro. Por que a demora? Quais as razões para a demora em socorrer vítimas e retirar os mortos? Pergunta a população do meu Estado. Somente depois de treze dias foram retirados os últimos corpos dos garimpeiros.

Concedo o aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Valdir Raupp, serei rápido. V. Ex^a traz dois assuntos que nos preocupam bastante. O primeiro diz respeito à falência do sistema penitenciário. Exemplo disso é o Presídio Urso Branco, onde ocorrem assassinatos, promiscuidade; não há um tratamento de recuperação, mas a formação de quadrilhas internas, que cometem assassinatos. Quem tem condenação a 30 anos pouco se importa se matar mais vinte, porque a pena não será aumentada. Isso é terrível. O Senador Alberto Silva contou-me que, quando era Governador do Estado, construiu um presídio com capacidade para o dobro da ocupação prevista. Já se passaram mais de dez anos e não houve lotação. Falta previsão para o administrador. O Governo Federal prometeu construir dois presídios federais de segurança máxima. Ainda não vi nem abrirem o buraco para os alicerces. Quanto à promiscuidade dos Cintas-Largas com os garimpeiros, fiz várias operações de retirada de garimpeiros de áreas de comunidades indígenas. Essa foi terrível. Há implicações de que ainda não temos conhecimento. Falei com o Dr. Mauro Sposito ontem à noite, e ele disse estar muito preocupado. Estão aprofundando as investigações para conhecerem os fatos que levaram a essa chacina. O Presidente da Funai, em suas palavras, estimulava os índios a matarem os que tentassem penetrar nas áreas demarcadas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Senador Romeu Tuma, agradeço o aparte de V. Ex^a, que tem experiência na Polícia Federal e sabe muito bem que a situação tem que ser mudada.

Sr. Presidente, peço apenas dois minutos para concluir, dada a gravidade do problema enfrentado hoje em meu Estado, Rondônia.

Culpados existem. Em ambos os casos, subsistem razões. E as autoridades foram alertadas em tempo hábil sobre suas reais possibilidades e dimensão. As responsáveis autoridades de meu Estado não claudicaram em suas atribuições. Inúmeras vezes, estivemos reunidos e encaminhamos relatórios e documentos sobre os problemas.

Compreendemos as dificuldades conjunturais que podem ter retardado tais soluções. Porém, não

podemos nos aquietar com as notícias estampadas no Brasil e até no exterior sobre o clima de barbárie e de selvageria que estaria reinando em Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ninguém tem o direito de tirar a vida. Só Deus tem o direito de ceifar vidas humanas. Os índios não têm o direito de tirar a vida de garimpeiros, nem os garimpeiros de tirar a vida dos índios. Nem os presos que estão em Urso Branco ou em qualquer presídio do Brasil têm o direito de matar seus irmãos que estão cumprindo pena para se recuperarem e serem devolvidos à sociedade e ao seio da família.

A hora da resposta é agora. Vamos, efetivamente, implementá-la! Precisamos mergulhar na questão do aproveitamento das riquezas armazenadas em nossas reservas! Precisamos encontrar solução para a superlotação e o ocioso modelo de nossos presídios.

Asseguro-lhes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Bancada de Rondônia não se furtará a continuar discutindo os problemas e a trabalhar pela construção de suas soluções.

É o que a população ordeira, justa e trabalhadora da nossa querida Rondônia sempre terá de nossa parte.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência registra que recebeu ofício delegando ao nobre Senador Romeu Tuma o uso da palavra para uma comunicação de interesse partidário, a quem a concedo, de imediato. Em seguida, ouviremos as palavras do nobre Senador César Borges, do PFL da Bahia.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Efraim Morais por ter-me concedido a oportunidade de falar pela Liderança da Minoria.

Desejo tecer algumas considerações sobre o Dia do Exército, que foi comemorado ontem. À noite, tive oportunidade de ouvir, durante cerimônia aqui em Brasília – eu participei de cerimônia em São Paulo –, o Presidente Lula dirigindo-se aos comandantes militares. Hoje, lendo a **Folha de S.Paulo** e outros jornais, destaquei algumas das palavras do Presidente, as quais, penso, Senador Mão Santa, têm que ficar registradas nos Anais do Senado, para que o Gover-

no possa cumprir o compromisso assumido perante a Nação e os chefes militares.

Sabemos que houve um movimento das esposas dos militares, reivindicando uma melhoria salarial. Há muito tempo, os militares foram relegados a um segundo plano, mas não perderam a dignidade, a honra e o amor à Pátria. Dentro da disciplina, permanecem passivos, mas angustiados. E, como líderes, pediram que o Governo raciocinasse sobre as reivindicações que foram apresentadas. O Ministro da Defesa pediu que cessasse qualquer reclamação dos chefes militares, que ele, como chefe maior, se encarregaria de ser o porta-voz das reivindicações. E assim fez o Ministro, o Embaixador José Viegas.

Relata a **Folha de S.Paulo**:

Há cerca de duas semanas, questionado se haveria aumento, o Ministro Guido Mantega (Planejamento) respondeu: “Não tem discussão para os militares”.

(...)

“A sociedade brasileira tem orgulho dos senhores e das senhoras, e o Estado brasileiro não deixará de traduzir em termos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem. Conheço bem, como comandante das Forças Armadas, os anseios pessoais e as dificuldades por que passam os militares”, disse o Presidente Lula.

(...)

Um tratamento condigno com o elevado serviço que prestam nossas Forças Armadas ao País é de inteira justiça e será assegurado pelo meu governo. Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias.

Em seguida, afirmou: “As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se, de uma questão de justiça, que o meu governo tem determinação de atender”. O presidente também reafirmou seu compromisso de recuperar a capacidade operativa das Forças Armadas. “Vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las.”

Sabemos as necessidades das Forças Armadas. O Senador Mão Santa disse que ontem vestiu a farda do Exército, como eu, o Senador Alberto Silva e tantos outros que militam nesta Casa. Nós acompanhamos a evolução das Forças Armadas.

Aqui há propostas no sentido de que elas sejam chamadas sempre que necessário, quando a sociedade se vir aflita, à mercê da criminalidade. Os militares têm que estar em condições de respeitabilidade, de dignidade, para continuar com aquele amor profundo que têm à profissão que escolheram por vocação. Só se é militar por vocação; não se trata de uma profissão que atrai pelo salário, e as exigências para ingresso são bastante duras, V. Ex^{as} são testemunhas.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, estava em meu gabinete, ouvi o tema do seu pronunciamento e vim para cá sem fôlego – a distância é grande –, para fazer uma intervenção que expressa o sentimento de justiça da Casa às Forças Armadas, ao Exército nacional, que completou mais um ano de vida. Senador Romeu Tuma, em 1974, cursei a Escola Superior de Guerra, convivi com militares das três Armas, Marinha, Aeronáutica e Exército, e vi quão importante são as Forças Armadas para o Brasil. Pude sentir isso mais de perto com a convivência. Essas instituições – as três Armas – transmitem algo que hoje está acabando, que é o sentimento de disciplina e hierarquia. Quem serve às Forças Armadas se civiliza, e quem convive com os militares se militariza um pouco. Considero importante o pronunciamento de V. Ex^a, até mesmo pelo momento que o Brasil está vivendo. V. Ex^a acabou de afirmar: volta e meia, qualquer perigo à segurança do País, invocam-se as Forças Armadas, discute-se o seu papel. Portanto, são elas imprescindíveis à segurança nacional, externa e internamente. É necessário que se faça justiça às Forças Armadas, que, embora sacrificadas em tudo, permanecem quietas. Os oficiais e soldados têm dentro de si o sentimento de compreensão dos problemas da Pátria. Não se vê ninguém reclamando; às vezes, o grito por melhores salários se dá por meio dos familiares. As Forças Armadas estão sempre dispostas a servir ao País, às nossas instituições; representam a nossa garantia. Quando relatei o projeto Sivam/Sipam, que tanta celeuma causou, recebi o estímulo de V. Ex^a, e hoje a Aeronáutica toma conta da Amazônia e transmite sua tecnologia para os países vizinhos, o que é extraordinário, Senador Romeu Tuma. Será que precisaremos chamar as Forças Armadas para manter a ordem neste País? Sinceramente, não desejo isso, porque acredito que as instituições democráticas estão cada vez mais fortes. Mas, diante do problema de violência no Rio de Janeiro, discute-se se as Forças Armadas deveriam prestar socorro, nessa briga entre

os narcotraficantes, que disputam entre si em uma verdadeira guerrilha, pondo em pânico as famílias. Fazemos justiça às Forças Armadas, que são submissas à ordem constituída. É bom observar a evolução: as Forças Armadas são submissas à Constituição que lhes cumpre defender. Ao homenagear as Forças Armadas e particularmente o Exército nacional, V. Ex^a representa toda a Casa. Peço que aceite em seu pronunciamento as minhas palavras, já que V. Ex^a tem categoria para homenagear as Forças Armadas e o Exército nacional pelo transcurso de mais um aniversário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço profundamente suas palavras, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a vem, em boa hora, relatar fatos do seu conhecimento, que enriquecem meu discurso.

Ouçoo o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Nosso Presidente indica que o tempo de V. Ex^a está esgotado, mas eu queria dizer que cursei o CPOR e fiz estágio, passei três ou quatro meses no Exército, acompanhando manobras militares, no Batalhão de Engenharia. Conheço bem a organização das Forças Armadas. Disse muito bem o Senador Ramez Tebet que elas são disciplinadas. Ainda não se viu o Exército ou algum membro das Forças Armadas entrarem em greve; pelo contrário, eles cumprem seu papel de defender o País interna e externamente. Não sei de quem foi a infelicidade de colocar na Constituição – se não me engano, na de 1988 – os integrantes das Forças Armadas como funcionários públicos; isso não existe em lugar nenhum do mundo. As Forças Armadas são uma instituição e, como tal, devem ter um tratamento especial na Constituição; recebem o dinheiro da Nação para manter a unidade nacional e defendê-la interna ou externamente. Os militares são membros de uma instituição criada há séculos, desde o império romano, para a manutenção da ordem, para a defesa do patrimônio e do território nacional. Parabéns a V. Ex^a pela justa homenagem que presta. O meu aparte era apenas para dizer que as Forças Armadas merecem um tratamento especial. Os militares não são funcionários públicos, mas membros de uma instituição nacional criada para a defesa da ordem externa e interna. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva. Agradeço a V. Ex^a as sábias palavras.

Meu Presidente, peço apenas um minuto. Fiz um questionamento à Consultoria Legislativa sobre a intervenção do Exército, tema que constitui uma preocupação de V. Ex^a, Senador Ramez Tebet. Tenho me preocupado com isso, por causa dos discursos e apelos que tenho ouvido; ontem mesmo, ocorreu um debate. O consultor Gilberto Guerzoni Filho me entregou,

ontem pela manhã, um parecer sobre o emprego das Forças Armadas no combate ao crime e na manutenção da ordem pública, que peço seja incorporado ao meu pronunciamento.

Sabemos que, pelo art. 144 da Constituição, que rege o sistema de segurança pública e dá as competências às polícias constituídas, a responsabilidade pela segurança pública não é do Exército, mas dos governadores de Estado. É claro que a Polícia Federal tem algumas competências especiais no combate ao tráfico de drogas e crimes federais.

Apenas chamo a atenção para o que diz o art. 9º, inciso III, "d", do Código de Processo Penal Militar:

Art. 9º

d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

E aí vem o fato grave, que é o parágrafo único:

Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.299, de 8.8.1996)

Essa é a grande preocupação dos militares, se forem fazer operação no morro ou em qualquer outro lugar. É claro que há alguns precedentes exigidos pela Constituição para que haja essa intervenção, inclusive o Estado declarar-se falido na sua competência de combater o crime. Para restabelecer a ordem, há uma série de providências de ordem constitucional. Mas o Exército fica temeroso de enviar um soldado, porque, amanhã, num entrevero, ele pode matar um bandido e ser julgado pela justiça comum, que poderá qualificar o crime como doloso. Não dá para fazer isso.

Temos que alterar realmente a legislação e deixá-la pronta. E aqui há outras considerações. Eu pediria permissão ao Presidente para que fossem publicadas, para que todos nós pudéssemos discutir com mais profundidade esse fato que tem afligido a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-
NUCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

NOTA TÉCNICA Nº 765, DE 2004

Referente à STC nº 200402459, do Senador Romeu Tuma, sobre atuação das Forças Armadas em atividades de garantia da ordem pública.

Encaminha o Senhor Senador Romeu Tuma as seguintes questões:

Sobre os acontecimentos que vêm ocorrendo no Rio de Janeiro, indaga-se:

1 – a partir de quando as Forças Armadas, constitucionalmente, devem interferir, compulsoriamente ou convocadas, para garantir a ordem pública?

2 – admitida à hipótese da intervenção, quais as garantias e qual o foro competente para os militares dessas Forças, no caso de confronto?

Inicialmente, cabe observar que a garantia da ordem pública é precípua e ordinariamente, função das Polícias Militares, que estão subordinadas aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal. Conforme o art. 144 da Constituição:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Trata-se, assim, ordinariamente, de função que se inscreve na competência dos Estados e do Distrito Federal e que deve ser desempenhada pelos órgãos próprios para tal.

A Carta Magna, entretanto, prevê a hipótese da utilização das Forças Armadas na garantia da ordem pública. Esse comando consta do **caput** de seu art. 142, cujo § 1º remete a regulamentação da matéria à lei complementar, **verbis**:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

A matéria está regulamentada pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cujo art. 15 estabelece:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:

I – diretamente ao Comandante Supremo, no caso de Comandos Combinados, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;

II – diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para fim de adestramento, em operações combinadas, ou quando da participação brasileira em operações de paz;

III – diretamente ao respectivo Comandante da Força, respeitada a direção superior do Ministro de Estado da Defesa, no caso de emprego isolado de meios de uma única Força.

§ 1º Compete ao Presidente da República à decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

§ 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

Tem-se, destarte, que a atividade de manutenção da ordem pública cabe aos Estados e ao Distrito Federal, por intermédio de suas respectivas Polícias Militares. A União, entretanto, pode atuar na área, com utilização das Forças Armadas, sempre sob o comando das autoridades próprias de Poder Executivo Federal, nas hipóteses de os Estados e o Distrito Federal terem esgotado a sua capacidade de restabelecer a ordem.

Resta, aqui, verificar como se constata a ocorrência dessas hipóteses. Duas alternativas dependem do juízo do Presidente da República e, como implicam a interferência unilateral na autonomia dos entes federados, estão expressamente previstos na Constituição. Trata-se da decretação da intervenção no Estado ou no Distrito Federal e do Estado de Defesa.

A intervenção está prevista nos arts. 34 e 36 da Lei Maior:

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

.....
 III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

Art. 36.....

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

.....
 § 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

O Estado de Defesa é disciplinado no ad. 136 da Constituição:

Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

§ 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I – restrições aos direitos de:

a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;

b) sigilo de correspondência;

c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

II – ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

§ 2º O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

§ 3º Na vigência do estado de defesa:

I – a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II – a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua atuação;

III – a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

IV – é vedada a incomunicabilidade do preso.

§ 4º Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

§ 5º Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

§ 6º O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

§ 7º Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.

Nessas duas hipóteses, a atuação das Forças Armadas poderá ocorrer, conforme diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República, após a decretação das medidas extraordinárias referidas.

Há, entretanto, parece-nos, uma terceira opção para a interferência das Forças Armadas na garantia da ordem pública, sem a necessidade da decretação da intervenção ou do Estado de Defesa. Trata-se da situação em que o Governador do Estado ou do Distrito Federal informa ao Presidente da República a total incapacidade de a Unidade da Federação de cumprir as suas obrigações constitucionais na área.

Nesse caso, entendemos, pode o Poder Executivo da União, após avaliar a situação, determinar o emprego das Forças Armadas na manutenção da ordem pública, sempre sob o seu comando. Não seria, em senso estrito, o caso de intervenção, uma vez que a atuação não ocorreria de forma unilateral, mas em atendimento a pedido expresso do ente federado, que informa ter esgotado a sua capacidade de atuação.

Comente-se que essa última situação não está prevista expressamente na Carta Magna. Deriva ela de interpretação da parte final do capta do art. 142 da Constituição, combinado com o § 2º do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 1999, que prevêem a possibilidade de atuação das Forças Armadas na atividade de segurança por decisão do Presidente da República.

Nesse caso, ganha relevo a necessidade de observação do princípio da razoabilidade, uma vez que a ação das Forças Armadas não pode ser confundida com intervenção no Estado ou no Distrito Federal.

É importante frisar que, em qualquer hipótese, a atuação das Forças Armadas deve ser excepcional e temporária, retomando-se à normalidade no menor prazo possível.

Concluída essa questão, passemos a comentar o ponto relativo às garantias e ao foro competente para julgamento dos militares das Forças Armadas, quando convocadas a atuar na manutenção da ordem pública.

A solução desse ponto se dá pela constatação de que o fato de atuar na manutenção da ordem pública não altera o foro ou as garantias a que estão submetidos os militares das Forças Armadas. Assim, nessa hipótese, estarão eles sujeitos à Justiça Militar Federal ou à Justiça Comum e submetidos ao Código

Penal e de Processo Penal Militar ou seus congêneres ordinários, conforme o tipo de ilícito praticado.

Efetivamente, determina o art. 124 da Constituição:

Art. 124. A Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Estabelece, de sua parte, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, o Código Penal Militar:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I – os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II – os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;

b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil; (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 8-8-96)

d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

f) revogada. (Vide Lei nº 9.299, de 8-8-96)

III – os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;

b) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Minis-

tério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;

c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;

d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.299, de 8-8-96)

E o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, o Código de Processo Penal Militar:

Art. 82. O foro militar é especial, e, exceto nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, a ele estão sujeitos, em tempo de paz: (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 7-8-96)

I – nos crimes definidos em lei contra as instituições militares ou a segurança nacional:

a) os militares em situação de atividade e os assemelhados na mesma situação;

b) os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo;

e) os reservistas, quando convocados e mobilizados, em manobras, ou no desempenho de funções militares;

d) os oficiais e praças das Polícias e Corpos de Bombeiros, Militares, quando incorporados às Forças Armadas;

II - nos crimes funcionais contra a administração militar ou contra a administração da Justiça Militar, os auditores, os membros do Ministério Público, os advogados de ofício e os funcionários da Justiça Militar.

§ 1º O foro militar se estenderá aos militares da reserva, aos reformados e aos civis, nos crimes contra a segurança nacional ou contra as instituições militares como tais definidas em lei. (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 7-8-96)

§ 2º Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar

á justiça comum. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.299, de 7-8-96)

Do transcrito, verifica-se que, como regra, o foro dos membros das Forças Armadas, mesmo quando atuando na garantia da ordem pública é a Justiça Militar Federal. De igual forma, estão eles sujeitos à disciplina do Direito Penal Militar, tanto no aspecto substantivo quanto no processual.

Há, entretanto, importante exceção, que ganha relevo quando se colocam as Forças Armadas atuando em atividade civil, para a qual não têm ordinariamente, treinamento e equipamento adequado, como é a manutenção da ordem pública. Trata-se do comando incluído no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar pela Lei nº 9.299, de 1996, que determinou a competência da justiça comum para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, praticado por militar contra civil.

Do exposto, concluímos, respondendo aos quesitos originalmente postos:

A atuação das Forças Armadas em atividade de garantia da ordem pública terá lugar a partir de determinação nesse sentido feita pelo Presidente da República, após a decretação de intervenção federal em Estado ou no Distrito Federal ou de Estado de Defesa ou de atendimento a solicitação da respectiva unidade da Federação, informando o esgotamento de sua capacidade de cumprir as suas obrigações constitucionais na área. Em qualquer hipótese o comando das operações ficará, sempre, sob responsabilidade das autoridades federais competentes.

Como regra, o foro dos membros das Forças Armadas, mesmo quando atuando na garantia da ordem pública, é a Justiça Militar Federal. De igual forma, estão eles sujeitos à disciplina do Direito Penal Militar, tanto no aspecto substantivo quanto no processual. Vale, entretanto, ressaltar importante exceção, que ganha relevo quando se colocam as Forças Armadas atuando em atividade civil, para a qual não têm ordinariamente, treinamento e equipamento adequado, como é a manutenção da ordem pública. Trata-se do comando incluído no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar pela Lei nº 9.299, de 1996, que determinou a competência da justiça comum para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, praticado por militar contra civil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Romeu Tuma, a solicitação de V. Ex^a de transcrição do documento será atendida, na forma do Regimento Interno.

A Presidência registra, com alegria, a presença dos alunos da 6^a e da 7^a séries do Centro de Ensino nº 308, do Recanto das Emas, em nossas galerias.

Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma alegria a presença dos alunos, coordenadores e professores em nosso recinto.

Dando continuidade à lista de oradores inscritos, depois de haver falado, para uma comunicação inadiável, o Senador Valdir Raupp, seguido pela comunicação de interesse partidário do Senador Romeu Tuma, concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, do PFL da Bahia, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao conhecimento desta Casa um dado bastante preocupante divulgado recentemente pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura de Base, a Abdib.

De acordo com a Abdib, o volume de investimento realizado no setor de infra-estrutura e indústria de base no ano passado foi o mais baixo dos últimos quatro anos, alcançando apenas US\$6,6 bilhões em todo o País. Veja bem, Sr. Presidente, investimento em área de infra-estrutura e indústria de base, fundamental para a economia nacional.

Esse valor representa uma redução de mais de 50% em relação ao ano de 2002, quando foram investidos US\$14,3 bilhões. Em 2002, US\$14,3 bilhões; em 2003, US\$6,6 bilhões em infra-estrutural! Na verdade, o Brasil precisa de US\$60 bilhões por ano, se efetivamente quiser se desenvolver e ter uma infra-estrutura que possa atender às necessidades da população.

Os dados apresentados pela Abdib mostram ainda que a participação da iniciativa privada nos investimentos em infra-estrutura e indústria de base caiu 61,7% em comparação ao ano anterior, enquanto os investimentos públicos diminuíram 38,8%. Ou seja, nem o setor público nem o setor privado estão investindo em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses dados apenas confirmam os muitos alertas que eu e outros ilustres Senadores fizemos ao longo de 2003. O País atualmente grita, está clamando por novos investimentos. Temos hoje, infelizmente, um Governo que não investe. O investimento do setor público não existe, haja vista os investimentos, no ano passado, do setor público, em torno de R\$2 bilhões. Neste ano praticamente não houve investimento nos primeiros três meses do ano. O ano já completa quatro meses, e os investimentos não ultrapassaram os R\$100 milhões, sendo que, destes, R\$50 milhões foram para a compra do novo avião presidencial. E este País, que clama por mais investimentos, não tem recursos no setor públi-

co, porque fica à espera do descontingenciamento, da liberação das verbas que nunca chegam.

Enquanto isso, o setor privado fica aguardando as regras, o chamado marco regulatório, que também não vem. E quando vem é para dar mais poder ao Governo Federal e mais intranquilidade aos investidores privados. Infelizmente, as regras não são definidas; quando são, não são bem definidas, e todos esperam e, infelizmente, quem está perdendo é o País, é o povo brasileiro.

O caso do saneamento é emblemático. O Atlas do Saneamento publicado recentemente pelo IBGE mostra que embora quase 98% dos Municípios brasileiros já tenha rede de abastecimento de água, 40,6 milhões de pessoas no nosso País – 25% da população – continuam ainda sem acesso à água tratada de boa qualidade e em boa quantidade.

O IBGE apontou ainda que, no caso do esgoto doméstico, apenas quatro entre cada dez brasileiros são atendidos por rede de coleta. Pelo menos 101,9 milhões de brasileiros não têm acesso direto ao esgoto canalizado, e infelizmente a ampliação desse serviço corre muito lentamente, quando não ocorre.

Os dados do saneamento básico refletem ainda a grande desigualdade regional existente no País. Vejam bem os Srs. Senadores que aqui representam o Nordeste brasileiro que os dados mostram que dentro das desigualdades regionais estão a desigualdade social e a qualidade de vida. Na Região Norte, apenas 2,8% das pessoas têm acesso a esgoto, percentual que sobe para 17,7% no Nordeste – quase 18%; 26,1% no Sul; 33,1% no Centro-Oeste e 63,6% no Sudeste Maravilha. Vejam a comparação. Que País desigual temos! Antigamente, chamava-se o Brasil de Belíndia, que era uma mistura de Bélgica – as camadas mais ricas da população – com Índia – a população mais pobre. Recentemente li que não é mais Belíndia, porque a Índia já conseguiu iniciar o seu desenvolvimento. Agora é Belsil, Bélgica e Brasil mesmo, porque nós somos o País pobre. Não precisamos nos comparar com nenhum outro. Somos o País das desigualdades sociais e das desigualdades regionais.

Esses dados mostram que o saneamento básico representa ainda uma das maiores carências da população brasileira.

É importante lembrar que saneamento é premissa básica para a saúde do País, é premissa básica para que a saúde não entre em colapso. Os recursos investidos em saúde pública configuram desperdício de dinheiro, porque teremos mais gastos com a saúde por falta de saneamento básico. São as residências sem água tratada ou o esgoto liberado na natureza de forma inadequada.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, 70% a 80% das internações hospitalares são decorrentes de doenças transmitidas por águas contaminadas.

Cada real aplicado em saneamento básico representa uma economia de R\$4 a R\$5 em gastos com a saúde. Portanto, a verdade é que investir em saneamento é prevenir doenças.

No entanto, vou abrir um parêntese. Não é por isso que vamos querer colocar gastos de saneamento como gastos da saúde. Isso é uma fraude. Portanto, não podemos aceitar essa primeira tentativa, que, acredito, vá ser retomada, de diminuir a destinação constitucional estabelecida pelo Congresso para a saúde dizendo que investimento em saneamento é investimento em saúde. É, mas indiretamente. Não se pode diminuir a quantidade de recursos da saúde destinada à terapia, ao tratamento, à assistência à vida humana.

Quero dar um aparte ao Senador Alberto Silva, e, posteriormente, à Senadora Heloísa Helena.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Ex^a é um bom administrador e um grande engenheiro – eu o conheço, somos colegas. Vamos raciocinar aqui pela lógica da nossa profissão e pela experiência que ambos temos por ter administrado os nossos Estados. Os números que V. Ex^a traz são realmente irresponsáveis. Realmente, é o Brasil pobre. As estatísticas revelam que grande parte da população não tem acesso à água tratada nem ao esgoto sanitário. No entanto, Senador César Borges, penso que nós, do Senado Federal, do Congresso Nacional, deveríamos formar um grupo de trabalho. Eu me comprometo a, com V. Ex^a, fazer um estudo. E lembro um fato: essa máquina perfeita que Deus criou só adoece se não se alimentar bem e, é claro, se tomar água contaminada, mas as duas coisas estão bem juntas uma da outra. Por exemplo, o desemprego é tão grande que os números nos assustam. Dizem que mais de 30%, quase 40% da população brasileira vive com um terço do salário mínimo – R\$70 e poucos reais por mês – e, com esse valor, uma família não se alimenta. E se não se alimenta, adoece, porque as defesas do organismo vão abaixo. Assim também com relação ao saneamento básico, essencial à água. A CNBB considerou-a como o carro-chefe do seu programa deste ano. Sendo assim, vamos formar um grupo de trabalho, Senador César Borges. Tenho certeza de que V. Ex^a, com a experiência de grande administrador da Bahia, e eu, com a modesta contribuição que tenho a dar, por ter sido também Governador do meu Estado – além disso, somos engenheiros e sabemos raciocinar com a lógica –, podemos encontrar uma solução. Tenho acompanhando o trabalho feito na Universidade de

São Carlos em que estão desenvolvendo um sistema de saneamento básico altamente econômico para cidades de até 100 mil habitantes. Vamos buscar esses dados, preparar um documento e entregá-lo ao Presidente da República. E, daqui para a frente, faremos saneamento básico dessa maneira, porque chegaremos a um resultado absolutamente positivo, talvez pela metade ou um terço do preço do sistema convencional adotado no País. Quero parabenizá-lo pelo assunto de que trata no momento. Além disso, vamos aproveitar e fazer com que esta Casa, em nome dos nossos Partidos, apresente um trabalho ao Presidente da República sobre infra-estrutura nas estradas. V. Ex^a conhece o trabalho que fiz a respeito da Câmara de Gestão. Portanto, vamos apresentar isso como documento do Congresso, do Senado, para ajudar o Governo a sair do imobilismo para uma agenda real de resultados na infra-estrutura, no saneamento básico e na saúde. Concordo com V. Ex^a, não vamos misturar a verba da saúde com a outra verba. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, Senador Alberto Silva, sei da sua vontade e, mais do que isso, da sua competência para realizar um trabalho e fazer uma sugestão que pode ser extremamente válida para o Governo Federal.

Estou também pronto e entusiasmado para fazer alguma coisa e oferecer ao Governo, apenas receio que o Governo, com sua política fiscal de contingenciamento, não entenda que não se pode reduzir recursos para uma área tão importante da infra-estrutura como é o saneamento.

No meu discurso, mais adiante, verá V. Ex^a que os recursos do FGTS não estão mais disponíveis para que, com ele, o setor público, as cidades brasileiras, os Estados façam saneamento básico, e isso é muito grave, porque temos solução de engenharia – aliás, o mundo inteiro tem. O importante é conseguir os recursos para o setor e, de preferência, com custos menores, que é o que todos desejamos.

Quero conceder um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador César Borges, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a, porque compartilho, por ser da área de saúde, inteiramente das preocupações de V. Ex^a. Tanto em relação às frias estatísticas oficiais, agora apresentadas por um organismo que não deixará restar dúvidas, porque escondem histórias de vidas que estão sendo destruídas, como em relação ao alerta que faz sobre o saneamento, porque do mesmo jeito que o saneamento é um mecanismo fundamental para possibilitar a melhoria da dignidade de vida das pessoas nas ruas, nos bairros, nas favelas, nas cidades espalhadas por

este Brasil, é também um instrumento fundamental para dinamizar a economia local através da geração de emprego. É fundamental.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na construção civil também.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – É claro, pois se ele tem um impacto positivo na vida, na dignidade e na saúde do pai e da mãe de família, que poderão usar água de boa qualidade e não ver os seus filhos nas ruas, brincando na lama, ele é um instrumento fundamental para a dinamização da economia, com a geração de emprego. Mas quero, do mesmo jeito, compartilhar da preocupação de V. Ex^a: é realmente uma fraude política, uma farsa intelectual gigantesca e uma desonestidade intelectual inimaginável associar os recursos a serem disponibilizados para o saneamento à área de saúde, porque, se assim for, todas as outras áreas, como a da educação, que tem relação direta com a saúde, e a geração de emprego, poderão ser associadas. Aliás, muitas e muitas pesquisas, que foram produzidas pelos quadros mais importantes da área de saúde, mostram o impacto do acesso ao emprego na melhoria da condição de saúde. O acesso ao emprego é muito mais eficaz do que o saneamento e a moradia na melhoria das condições de saúde. O acesso ao emprego está muito mais relacionado à diminuição da mortalidade infantil do que, inclusive, o saneamento básico. Portanto, quero saudar o seu pronunciamento e dizer que espero que 2004 não seja como 2003, quando praticamente R\$140 bilhões foram destinados para a saúde, educação, defesa, segurança pública, reforma agrária, infra-estrutura, assistência social, transportes, enquanto que o serviço da dívida absorveu R\$149 bilhões. No ano de 2004, o Governo está orçando que R\$183 bilhões serão necessários para encher a pança dos banqueiros internacionais, esvaziando a dignidade e o prato do povo brasileiro. Quero, assim, saudar o alerta que V. Ex^a faz a esta Casa sobre um tema extremamente importante, que é a questão do saneamento básico e da infra-estrutura.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o seu aparte. Se se faz o raciocínio de que o saneamento tem que ser colocado na conta da saúde, daqui a pouco também se fará o mesmo raciocínio para o gasto com a segurança pública, que termina refletindo na vida da pessoa humana. Então, é claro que vamos defender os recursos para a saúde.

Peço ao Senador Mão Santa só um minuto para concluir este raciocínio e já lhe concederei um aparte.

No mês de junho do ano passado, o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, esteve nesta Casa e afirmou que,

de acordo com um estudo realizado por uma consultoria privada, que ele contratou, seria necessário investir cerca de R\$8 bilhões durante 20 anos para universalizar o saneamento no Brasil. Vinte anos. R\$ 8 bilhões.

Naquela ocasião, o Ministro criticou duramente o Governo anterior, que nos últimos três anos teria investido valores pífios na área de saneamento.

A ação do atual Governo Federal, entretanto, parou por aí. Continuamos ouvindo muitas avaliações, diagnósticos, promessas para o futuro; mas investimentos que é bom, nada. Tudo está por realizar.

Dos cerca de R\$220 milhões previstos no Orçamento da União para investimento na área de saneamento, recursos já extremamente insuficientes em relação às necessidades levantadas pelo Ministério das Cidades, apenas R\$53 milhões foram empenhados, ou seja, menos de 25%.

Esse montante é 40% inferior ao que foi investido em 2002, que o próprio Ministro das Cidades havia considerado pífio. Criticam o Governo anterior por não ter investido – é verdade que o investimento no setor de saneamento vinha caindo –, mas o atual Governo investe menos ainda. Ou seja, não existe a credibilidade do discurso.

Ora, se o Ministro das Cidades culpou o Governo anterior pela situação do saneamento básico no Brasil, dizendo que faltaram investimentos públicos na área, então o Governo atual é co-responsável por essa situação.

Este ano, em função do contingenciamento orçamentário, o Ministério das Cidades, responsável pelo investimento em saneamento, teve seu orçamento reduzido em R\$628 milhões.

O fato é que, mais uma vez, as medidas de ajuste fiscal criaram fortes restrições ao financiamento do setor público, atingindo fortemente a área de saneamento.

Para agravar ainda mais esse quadro, as empresas estatais de fornecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de lixo acumulam dívidas que impedem a contratação de empréstimos e o investimento na área.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, hoje falei sobre salário, mas, na quinta-feira, falarei sobre saúde. Professores e estudantes da Universidade de Brasília me procuraram para dizer que o Hospital Universitário vai parar na outra semana. Se isso ocorre em Brasília, que é a ilha da fantasia do Poder, imagine o que ocorre no nosso Piauí? Só a dívida do Hospital Universitário de Brasília é de R\$7 milhões. O empresário paga a mais alta de taxa de juros e tem a maior sobrecarga de impostos. É o caso

de cantar a música do Ricardo Chaves: esse Governo acabou, acabou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a disponibilidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o saneamento no ano de 2003 foi de aproximadamente R\$1,4 bilhão, mas as Resoluções nºs 3.049 e 2.827, do Conselho Monetário Nacional, estabeleceram limites bastante inferiores para o financiamento de Estados e Municípios. Há recursos do FGTS, mas estes não podem ser utilizados para financiar Estados e Municípios na área de saneamento.

Assim, somente as empresas públicas não dependentes, ou seja, financeiramente sustentáveis, conseguiram enquadrar-se nos critérios estabelecidos, limitando a utilização dos recursos do FGTS. Apenas as companhias de saneamento de São Paulo, do Distrito Federal e do Paraná atenderam a esses critérios. Portanto, o restante do País ficou sem acesso aos recursos do Fundo, algo em torno de R\$1,4 bilhão.

O investimento federal nas demais unidades da Federação passou a ser feito, basicamente, com recursos orçamentários a fundo perdido. Entretanto, como já disse, também esses recursos têm sido atingidos pelas medidas de ajuste fiscal, notadamente pelo contingenciamento das dotações orçamentárias.

Além do problema de financiamento, um dos principais obstáculos do setor de saneamento básico no Brasil é a indefinição, que ainda existe, sobre a titularidade da concessão. Ou seja, é o Município ou é o Estado que faz a concessão? Essa situação traz total insegurança ao investidor, seja público – Estados e Municípios – ou privado.

Tudo isso mostra que o setor de saneamento carece de um marco regulatório imediato, que esclareça a titularidade e que estabeleça as regras para a prestação dos serviços, de forma a atrair o investimento e permitir a sua universalização o mais rápido possível.

A situação de outros setores importantes de infra-estrutura não é diferente. A falta de investimentos compromete a situação econômica e social do País.

Apesar dessa dramática realidade, o Governo continua declarando, aos quatro ventos, que tudo está bem, que a mudança já começou, que o espetáculo do crescimento já é realidade, como se fosse possível, à custa de discursos cor-de-rosa, iludir e desviar os agentes econômicos da verdadeira percepção da realidade.

Sabemos que não há espetáculo do crescimento, mas sim preocupações graves sobre o nosso futuro. É preciso investir no País. Segundo John Maynard Keynes, o investimento público é fundamental para

induzir o investimento privado. Foi assim que Franklin Delano Roosevelt combateu a crise de 1930 nos Estados Unidos. Na área da infra-estrutura, precisamos tratar das carências em diversos setores, como o das estradas, ferrovias, portos, para levar confiança ao setor privado, a fim de este venha atrás do investimento do setor público.

Sr. Presidente, não podemos mais aceitar essa situação de extrema penúria para setores tão importantes do nosso País.

O futuro do Brasil passa necessariamente pelo investimento em infra-estrutura. É a única saída para a retomada do crescimento econômico e a ampliação da oferta de emprego.

Acredito que é o momento de se enraizar na sociedade brasileira a consciência de que temos um problema gravíssimo de infra-estrutura que não se resolverá automaticamente, por meio de discursos, de intenções ou de boa vontade. Por isso, esse setor necessita urgentemente de ser debatido e de receber recursos, para que as necessidades do nosso povo sejam atendidas.

Chega de fingir que tudo está bem e deixar sempre para depois os problemas que precisam ser resolvidos hoje.

É preciso que o Governo recobre a iniciativa, dê passos à frente e atue com rapidez e eficiência para recuperar a já combalida infra-estrutura do País. Se não o fizer rapidamente, comprometerá o crescimento do País e o próprio destino do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Hélio Costa. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Leonel Pavan, para uma comunicação de interesse partidário.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, dia 21 de abril, é uma data importante para o País e, certamente, muito especial para os mineiros, que honrosamente represento no Senado da República.

São 212 anos desde que, naquele 21 de abril de 1792, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi enforcado, no Largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro. E ali começa a história do mártir da Independência, daquele que representou o grande movimento que preparou o Brasil para ser a grande Nação que é hoje.

Vou me reportar às palavras do historiador, quando disse:

A Inconfidência Mineira não pretendia apenas libertar Minas e o Brasil do jugo da Metrópole. Queria – e isto é o que precisa ficar muito claro – formar aqui uma grande nação republicana, com suas indústrias e possuindo um corpo de leis moderníssimas, de acordo com os postulados revolucionários que agitavam a França e por influência inglesa e francesa tinham já sido vitoriosos nos Estados Unidos [em 1776].

Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, o dia 21 de abril também representa para nós um momento de muita tristeza, porque marca para Minas Gerais uma perda irreparável: a morte do Presidente Tancredo Neves. Exatamente naquele lastimável 21 de abril de 1985, quando o Brasil inteiro ansiava pelos primeiros passos da nossa redemocratização, lamentavelmente, o destino quis – e, infelizmente, a História permitiu – que Tancredo Neves fosse levado do nosso meio, ele que vinha para estabelecer as bases definitivas do movimento de redemocratização do País.

Nesta mesma dada, 21 de abril, lembramos o 20º aniversário do Movimento das Diretas Já, quando também Minas Gerais teve uma participação importantíssima na História deste País extraordinário, que é o nosso Brasil. E, mais uma vez, lembramos a figura extraordinária de Tancredo Neves, assim como a de Teotônio Vilela, Franco Montoro, Ulysses Guimarães, José Sarney, Leonel Brizola, e Luiz Inácio Lula da Silva, que juntos participaram desse momento especial da História moderna do nosso País, que levou o Brasil à redemocratização.

Amanhã, estaremos em Ouro Preto, com o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, na comemoração de mais um 21 de abril, lembrando o que representou essa data tão importante para o nosso Estado e para o nosso País.

E, mais uma vez, reporto-me às palavras do historiador:

Em 1788, o Visconde de Barbacena chegou a Vila Rica (hoje Ouro Preto) com ordens expressas para aplicar o alvará de dezembro de 1750, segundo o qual Minas precisava pagar cem arrobas (ou 1500 Kg) de ouro por ano para a Coroa portuguesa. Caso não fosse atingida a meta estabelecida, seria feita a 'derrama', que seria um imposto extra cobrado de toda a população até que o montante de cem arrobas fosse recolhido. O imposto já teria data marcada, fevereiro de 1789 era o dia escolhido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, 212 anos depois dessa derrama, Minas Gerais continua sendo oprimida pela remessa do quinto do ouro. Todos os meses, todos os anos, temos que destinar 13% de toda a arrecadação do Estado de Minas Gerais ao pagamento de uma dívida contraída, por muitos anos, pelos inúmeros Governadores anteriores a 1989, que fizeram com que Minas Gerais devesse hoje uma importância equivalente a R\$35 bilhões ao Governo Federal, impossibilitando à administração do nosso Estado fazer investimentos em saúde, educação e construção e manutenção de estradas e no atendimento às nossas crianças e jovens.

Essa é a derrama moderna que impede o nosso Estado, mais uma vez, de fazer as obras fundamentais, essenciais e necessárias, porque, todos os meses, anos a fio, enviamos esse dinheiro ao Governo Federal para pagar dívidas.

Portanto, lembro esse 21 de abril de forma quase melancólica e histórica.

Amanhã, faremos uma homenagem àqueles que se destacaram no cenário nacional: eles receberão a medalha da Inconfidência, que muito honrosamente este Senador recebeu das mãos de Tancredo Neves.

Amanhã também comemoraremos o aniversário de vinte anos das Diretas Já e, lamentavelmente, lembraremos a morte de Tancredo Neves. Se a data de 21 de abril é importante para o Brasil, para nós, os mineiros, ela é muito mais importante.

Um dia nos libertaremos da imposição de pagar esse fisco que impede o nosso Estado de funcionar. É como diz a bandeira de Minas Gerais: **Libertas Quae Sera Tamen**. Um dia a liberdade virá! Liberdade, ainda que tardia!

Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela liderança do PDT, após a fala dos oradores que V. Ex^a já anunciou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência, desde já, inscreve V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

Falará, agora, por permuta, o Senador Heráclito Fortes, pela Liderança do PFL. Em seguida, falará o Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a também devidamente inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A Senadora Heloísa Helena está inscrita para uma comunicação inadiável, e a Presidência continuará alternando os oradores inscritos.

Concedo a palavra, por até cinco minutos, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu pronunciamento poderia ser, inclusive, uma extensão do pronunciamento do nobre Senador Hélio Costa, que há pouco assomou à tribuna com o seu brilhantismo conhecido e invocou perdas importantes que o Brasil teve no dia 21 de abril. Falou em Tiradentes, falou em Tancredo Neves. E peço, agora, permissão à Bahia, na pessoa do Senador César Borges, para incluir no rol das perdas irreparáveis do 21 de abril o ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães.

No ano de 1998, o Brasil se surpreendeu com a perda de uma das mais jovens e promissoras vocações políticas que a minha geração conheceu e com que conviveu.

Luís Eduardo, com estilo próprio, depois de um exercício de sucesso como Deputado Estadual pela Bahia, chegou a Brasília na Assembléia Nacional Constituinte e aqui começou a trilhar uma carreira, somente interrompida com o seu súbito falecimento. Líder, Vice-Líder e Líder novamente do seu Partido, o PFL, Presidente da Câmara dos Deputados, candidato de um grande grupo de Partidos, que formou um arco de alianças que a Bahia julgava impossível, percorria o seu Estado, na conquista do Governo, o que seria apenas mais um passo na sua já vitoriosa carreira.

Concedo o aparte ao caro Senador César Borges, que talvez fosse um dos maiores amigos do Líder que ora homenageamos nesta tribuna.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Nobre Senador Heráclito Fortes, primeiramente, quero, como baiano, amigo e admirador do nosso inesquecível Deputado Luís Eduardo Magalhães, agradecer-lhe o seu pronunciamento. V. Ex^a também foi um dos seus grandes amigos. Tenho certeza de que, se estivesse entre nós, Luís Eduardo estaria prestando serviços inestimáveis ao Brasil, vocacionado que era para servir ao País e à causa pública. Senador Heráclito Fortes, tive a imensa responsabilidade de substituí-lo

quando ele nos deixou e tinha construído esse amplo arco de alianças na Bahia, que o levaria, sem sombra de dúvidas, ao Governo do Estado, a um governo brilhante, e, em seguida, tenho certeza, à Presidência da República, pela sua capacidade, pelo seu amor ao País, pela sua responsabilidade, pela sua capacidade de assumir compromissos e, acima de tudo, pela sua capacidade de conciliação e de diálogo com todos os setores. Portanto, é com emoção que sei que V. Ex^a faz esse discurso, e eu aqui, como baiano e amigo de Luís Eduardo, quero agradecer a V. Ex^a pelas palavras que lhe dirige, palavras que calam fundo no coração de todos os baianos. Muito obrigado. Parabéns pelo pronunciamento, Senador Heráclito Fortes!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quis o destino, nobre Senador, que o Presidente desta sessão fosse o Senador Eduardo Siqueira Campos, um dos grandes amigos de Luís Eduardo.

Concedo um aparte ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Heráclito Fortes, sei o quanto V. Ex^a foi amigo de Luís Eduardo Magalhães, mas não era necessário ser amigo para dele gostar. Também fui seu amigo e, por isso, gostava dele, e ele gostava de mim. Luís Eduardo era uma dessas figuras da vida pública que se projetam além do território que ocupam. V. Ex^a é do Piauí, e volto a minha memória aos tempos em que Petrônio Portella pontificava na vida pública brasileira. Petrônio foi um dos maiores talentos que este País já conheceu em matéria de política e de vida pública. Chegou a um ponto em que o seu destino era ser Presidente da República, muito provavelmente sem competidor. Petrônio talvez fosse candidato único não tivesse sido colhido pela morte prematura que o levou. Assim era Luís Eduardo Magalhães. Luís Eduardo foi uma dessas figuras excepcionais da vida pública brasileira, um dos pró-homens da República no momento em que viveu. O seu falecimento tão cedo retirou da causa brasileira um combatente que V. Ex^a agora homenageia, com os meus aplausos e os meus estímulos. Pelo bom caráter que V. Ex^a demonstra com o discurso que hoje pronuncia, homenageando a memória de um grande homem público, de um grande político, que foi Luís Eduardo, cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e registro aqui a minha alegria e a minha felicidade de estar neste plenário exatamente o Senador Antonio Carlos Magalhães, que melhor que qualquer um de nós conheceu e acompanhou a trajetória brilhante desse grande brasileiro.

Luís Eduardo Magalhães e Antonio Carlos Magalhães, em toda a minha vida pública, deram o melhor

exemplo de convivência que pude testemunhar. Dois temperamentos completamente diferentes, mas com ideais comuns. Conseguiram, muitas vezes até telepaticamente, trocar impressões e chegar ao mesmo pensamento, um respeitando o outro e se adorando, como nunca vi! Era uma relação fraterna, de respeito, que, acima de tudo, evidenciava o zelo que um nutria pelo outro.

Este é um testemunho que dou, já que acompanhei os últimos cinco anos da vida pública de Luís Eduardo. A convivência foi interrompida quando assumi a Prefeitura de Teresina, e, aqui retornei – quero até dizer isto a V. Ex^a, meu caro Edison Lobão –, atendendo a um convite de Luís Eduardo para me filiar ao PFL.

Ao fazer este registro, meu caro Senador Antonio Carlos Magalhães, faço-o em nome do PFL, em nome de toda a geração que com ele conviveu e, tenho certeza, também em nome do Brasil.

Concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, as suas palavras, repassadas de carinho, em relação a Luís Eduardo. De fato, nós nos amamos até o fim da sua vida, e posso dizer o quanto o País perdeu com o seu falecimento. Mas ninguém perdeu mais do que eu, porque ele era a minha companhia permanente e já era, embora moço, um farol a iluminar o meu caminho. Portanto, as suas palavras, em nome do nosso Partido, muito me sensibilizam, bem como o aparte que foi dado pelo Senador Edison Lobão e, em particular, por esse grande amigo de Luís Eduardo, que é o Senador César Borges. Agradeço a V. Ex^a a lembrança dessa data, que nos dá tanta tristeza, mas que também nos estimula a lutar pelos seus ideais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

A lembrança de Luís Eduardo Magalhães nos traz dois sentimentos: o de tristeza, realmente, pela perda, mas o de alegria, pela convivência.

É impressionante! Quando se chega a uma roda onde estão reunidos os seus amigos – e já se vão alguns anos desde a sua morte –, sempre há um exemplo, uma história, palavras de carinho, um fato, um acontecimento que se conta do Luís Eduardo ou sobre ele.

A sua digital continua presente na vida pública brasileira, principalmente no Congresso Nacional, pela maneira marcante com que se empenhou na votação e na aprovação das reformas. Tanto é assim, meu caro Senador Edison Lobão, que, se tivermos o trabalho de examinar o andamento das reformas antes e depois da morte de Luís Eduardo, vamos chegar à conclusão

do quanto o Brasil perdeu, talvez no momento em que mais precisava dele, no momento em que as reformas haviam chegado a um ponto de irreversibilidade. Infelizmente, a partir daí, o ritmo caiu. Ainda hoje, nós, brasileiros, Senador Tião Viana – a quem concederei um aparte –, ainda padecemos e pagamos pela falta da sua conclusão.

Concedo um aparte a V. Ex^a com muito prazer, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, estou ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, que faz uma homenagem justa ao grande líder Luís Eduardo Magalhães, que dirigiu o Partido da Frente Liberal, afirmando-se no cenário nacional com a sua liderança e com o seu método político de agir. Na minha modesta participação política no Senado Federal, tenho procurado construir um ambiente político-partidário em que se possa conviver na adversidade e na pluralidade da convivência democrática, enxergando as virtudes de todos, procurando construir nas divergências o caminho do entendimento, em busca de resultados políticos que sejam os melhores. Posso dar o meu testemunho, juntamente com todos os colegas do Parlamento, do respeito que sempre prevaleceu em relação à figura de Luís Eduardo Magalhães. Era alguém que fazia política firmemente posicionado, que era ideologicamente claro em suas posições, mas sempre construiu um cenário de respeito e de valorização das virtudes, mesmo dos adversários. Creio que, por isso, ele se afirmou tão rapidamente e consolidou tão bem o seu nome no cenário nacional. Sem dúvida alguma, este é um momento de lembrança da perda de alguém que representou a autoridade política nacional num desafio que tínhamos, que era o da retomada e da consolidação da democracia no nosso País, no horizonte de um cenário político e de gestão à altura de quem pudesse olhar o Brasil pela adversidade, sim, mas, sobretudo, pela valorização das virtudes de todos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Tião Viana, agradeço a V. Ex^a o aparte. Tenho certeza de que, com o seu temperamento e com a sua maneira de proceder, V. Ex^a seria um dos grandes parceiros de Luís Eduardo, se ele aqui estivesse, na construção do Brasil que todos desejamos.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância de me conceder mais alguns minutos; agradeço aos companheiros que me apartearam.

Quero dizer que fiz este pronunciamento em nome do meu Partido, mas também com o sentimento muito pessoal de quem teve o privilégio da convivência. Senador Antonio Carlos Magalhães, se um testemunho eu tivesse que dar a respeito do seu filho, com

quem convivi não só na vida pública, mas no dia-a-dia, viajando pelo mundo, eu diria que nunca vi, Senador César Borges, Luís Eduardo Magalhães tratar de um assunto que não fosse do interesse público. Essa era, talvez, uma de suas maiores marcas.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiramente, meus cumprimentos, porque V. Ex^a engrandece o Piauí, demonstrando as virtudes da gratidão e do respeito. Falando como médico, quando estudei Psicologia, aprendi que tudo tem o que chamamos de modelagem. Luís Eduardo foi modelo para a nossa geração. Vencer é fácil, e todo mundo conhece as suas vitórias, até no Estado em que nasceu e que amou. Tenho uma imagem muito forte de quando V. Ex^a era Prefeito de Teresina e eu, de Parnaíba. Nós vivemos política. No dia da cassação do Presidente Collor, não fui à Prefeitura. Sentei-me no chão de meu quarto e liguei a televisão, onde vi todo aquele espetáculo triste da História da Nação. O Presidente Collor, em quem votamos e que foi eleito, era líder. Como disse Shakespeare, não há o bem ou o mal, o que vale é a interpretação. Naquele quadro, havia o mocinho: um homem firme, de coragem na sua posição. Na hora difícil, todos o abandonaram, mas ele estava lá, contestando. Naquele Governo que caía, ele deu uma demonstração a este País, daí a minha admiração. Encantamo-nos com um mocinho, o artista de um filme que dá exemplo de coerência, firmeza, lealdade e decência. Esses são os nossos sentimentos. Aproximei-me dele em muitas oportunidades devido à sua amizade com o então Deputado Heráclito Fortes, que, quando eu governava o Piauí, levou-o algumas vezes para que ajudasse o nosso Estado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Lembro a coragem do Luís Eduardo não só nesse episódio da cassação do Presidente Collor, mas também no da Constituinte. Quantas e quantas vezes foi voz isolada, juntamente com o então Senador Roberto Campos e mais dois ou três outros Parlamentares, na defesa de suas convicções. Foi derrotado em todas essas ocasiões, mas sempre manteve a sua posição firme. Não precisou de muito tempo para que toda a Nação chegasse à conclusão de que o seu ponto de vista era o correto e de que a abertura comercial brasileira e a mudança da nossa política eram uma necessidade, até porque a globalização estava arrombando, de maneira exemplar, todos os regimes fechados do mundo. Naquela época, votou-se uma Constituição fechada, em que havia uma preocupação muito grande de se preservarem patrimônios inexistentes, ilusórios, mas esse pequeno grupo já defendia, com muita coragem e bravura, na Assembléia Nacional Constituinte, a

abertura do Brasil. Essa abertura veio depois, com a *perestroika* e a queda das ideologias. O restante da história está aí e os testemunhos mostram que aquele ponto de vista que defendiam era o certo.

Portanto, Senador Antonio Carlos, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este registro ainda com o pesar daquela dor que não passa e com a convicção de que homens como Luís Eduardo ficarão permanentemente como exemplo para as gerações atuais e futuras.

Eu disse que o meu discurso era um alongamento do pronunciamento do Senador Hélio Costa porque S. Ex^a frisou a perda, na data de hoje, de Tiradentes e de Tancredo Neves. Eu trouxe também, nesta homenagem, a morte de Luís Eduardo, ocorrida na mesma data. Um País que carece tanto de homens perdeu três que, no seu devido tempo, serviram de exemplo para a nossa História, os três no dia 21 de abril.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, esta Presidência se associa às homenagens feitas, dessa tribuna, pelo nobre Senador Heráclito Fortes e por todos aqueles que o apartearam.

Em verdade, Senador Antonio Carlos Magalhães, há praticamente 15 anos, tive a honra de dividir a tribuna da Câmara dos Deputados, na condição de vice-líder, com o jovem Deputado Luís Eduardo Magalhães. Ele era, para todos nós, um exemplo e um estímulo. Um ano depois, fomos líderes de Partidos diferentes, mas sempre com uma mesma posição, até o dia em que tive a honra de ter, na cidade de Palmas, a minha ficha de filiação abonada por Luís Eduardo Magalhães, dividindo com ele uma missão partidária.

No último encontro que tive com Luís Eduardo, disse-me ele: “Siqueira, veja você o destino. Você disputa, hoje, o mandato de Senador, quando eu me imaginava disputando uma cadeira do Senado pela minha querida Bahia. Você, que imaginava disputar o Governo do Estado de Tocantins, faz o caminho oposto, e nós vamos, novamente, nos desencontrar na vida parlamentar.” Essa foi a minha última conversa com Luís Eduardo Magalhães.

Hoje, o nome de Luís Eduardo Magalhães está cravado nos dínamos profundos, citados por Augusto dos Anjos, da Usina Luís Eduardo Magalhães, que movem o desenvolvimento do Tocantins.

Eu arriscaria dizer, Senador Antonio Carlos Magalhães, que a dor de V. Ex^a não pode ser equiparada, mas, com relação à perda, mais do que V. Ex^a, perderam a Bahia e o Brasil. Este País perdeu um líder que seria, seguramente, o seu Presidente. No entanto, veja V. Ex^a como Deus é sábio, bondoso e generoso: Ele, que lhe

deu a honra de ser pai de Luís Eduardo Magalhães, entrega-lhe, hoje, Antonio Carlos Magalhães Neto, que desenvolve uma trajetória que a todos faz lembrar o brilho, a segurança e o sentimento de amor por este País que demonstrou Luís Eduardo Magalhães.

Portanto, V. Ex^a é um vitorioso e deu o melhor de si para o País, como o fez Luís Eduardo Magalhães.

Esta Presidência se associa às homenagens e à dor de V. Ex^a, que é um sentimento estabelecido em todos os Partidos, em todos aqueles que ocupam uma cadeira no Parlamento, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado, e em quem faz parte da vida pública do País.

Luís Eduardo será sempre lembrado pela presença de V. Ex^a e pelos feitos que desenvolveu enquanto participou dessa curta, mas tão marcante, passagem pela vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Voltamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei pela Liderança da Minoria.

Quero repetir o mesmo pronunciamento de ontem, até pedindo escusas aos companheiros por tê-lo feito de forma um pouco dura, a respeito do boletim que a Senadora Ideli Salvatti, Líder do Governo, distribuiu em Santa Catarina e que foi divulgado no Jornal Nacional e nos jornais do Estado. No momento em que me passaram a matéria, acabei sendo um pouco mais duro do que o núcleo duro do Governo, porém com inúmeras razões para isso.

V. Ex^{as} sabem, já ouviram, já sentiram o quanto nós aqui atuamos em defesa do Estado de Santa Catarina, não apenas os Senadores. Quem acompanha os trabalhos do Parlamento brasileiro pela Voz do Brasil, TV Senado, pelo nosso serviço **on line**, correspondências, jornais do interior do nosso País, sabe do nosso desempenho em defesa do Estado de Santa Catarina.

Não me canso – e ninguém vai me calar – de vir à tribuna pedir ao Governo Federal, aos ministros responsáveis, a liberação de recursos para atender Santa Catarina e o Brasil. Às vezes, usamos a tribuna de forma mais contundente; outras vezes, de forma mais calma; mas não interessa a forma como usamos a palavra. O importante é que o fazemos do nosso jeito, aceito ou não aceito, e a nossa forma até simplória de falar, se agrada ou não a determinadas pessoas, não interessa. Senador Mão Santa, sempre agimos assim, desde quando Vereador, fazendo sentir realmente, por aque-

les que têm a responsabilidade com o serviço público, o nosso desejo e o grito do nosso Estado.

Tenho usado esta tribuna constantemente para pedir ao Governo que libere recursos para Santa Catarina. Na região oeste do meu Estado e em parte do Rio Grande do Sul, a estiagem causou prejuízos de quase R\$600 milhões aos pequenos agricultores. Pedi ao Governo que libere recursos, e o Governo prometeu atender. Esses recursos vão para a região norte, oeste e meio-oeste de Santa Catarina para sanar os prejuízos que trouxe a chuva de granizo.

Inúmeras vezes, usamos a tribuna para pedir a liberação de recursos para atender as vítimas do ciclone ou do tufão – até que se defina o fenômeno –, para atender as cidades atingidas. O sul do meu Estado e parte do Rio Grande do Sul sofreram uma verdadeira catástrofe com o ciclone, e o litoral de Santa Catarina sofreu com as enchentes. Neste ano, tivemos dias tristes para o Estado de Santa Catarina.

Temos um Orçamento aprovado, Senadora Heloísa Helena. Faço parte da Comissão de Orçamento. Mais de R\$1,250 bilhão foi aprovado para o Ministério da Integração Nacional, sendo R\$128 milhões para atender os casos de calamidade pública. Ora, de repente somos chamados para destinar as nossas emendas individuais ao Ministério da Integração Nacional, a fim de atender essas comunidades. Não é justo, Senador Mão Santa, que as emendas dos parlamentares – discutidas com os prefeitos e com as comunidades, e tendo já sido feito um levantamento com a sociedade das suas necessidades – sejam liberadas para atender nossos Municípios. Se existem R\$130 milhões, por que destinarmos nossas emendas? Eu até poderia destiná-las, Presidente Eduardo Siqueira Campos, se houvesse lei para isso. Se as minhas emendas para o Ministério do Turismo foram aprovadas para infra-estrutura turística, para gerar empregos nessa área, devido ao potencial turístico que existe em nosso Estado, como é que posso – só porque quero, só porque pretendo – liberar para um outro Ministério para atender outro setor em calamidade? Isso é um absurdo, uma ignorância, uma demagogia de quem pensa assim. Lamentavelmente, a Líder deste Governo joga um boletim, põe matéria na imprensa, dizendo que foi a única que se interessou em liberar as suas emendas para aquela região. Como? E o que estamos fazendo nós aqui? E o Orçamento que aprovamos? E o R\$1,250 bilhão para esse Ministério? E os R\$130 milhões para as enchentes? Não posso admitir, Sr. Presidente – permita-me terminar –, que se faça demagogia, prejudicando o trabalho das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

O Senador Jorge Bornhausen aprovou R\$9 milhões para a APAE. Como tirar dinheiro da APAE, das

crianças, dos necessitados para atender outra região? É desvestir um santo para vestir outro. Como vou retirar as minhas emendas de infra-estrutura turística para Santa Catarina para atender a agricultura se a questão é turismo? Não pode haver essa demagogia.

A mídia nacional, que está nos ouvindo, publicou essa demagogia de assessores da Senadora, que não esteve presente – nem o Ministro Aldo Rebelo, é bom que se diga – e disse que foi a única. É um desrespeito à Bancada de Santa Catarina. É um desrespeito a nós, que estamos aqui trabalhando e lutando pelo Brasil e pelas nossas parcas emendas. É demagogia barata! O que deveria ser feito por uma Líder era justamente chamar a atenção para o fato de que se contraria a lei. Sabemos que, para mudar uma verba de um Ministério para outro, tem que haver lei específica para a mudança. Se não for assim, para que o Orçamento? Para que discutirmos orçamento para ministério A, B ou C? Estamos discutindo aqui recursos para diversas áreas: educação, saúde, habitação, saneamento, turismo, infra-estrutura, transporte. Senão, coloca-se o dinheiro num bolo só. Por isso, deve haver aprovação orçamentária.

Ontem, até acabei ofendendo o Governo, mas sou obrigado a dizer, para finalizar, que alguns que assessoram o Governo e usam da palavra demagogicamente é que são medíocres, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência registra a presença nas galerias de jovens do Rotary do Distrito 4500, o que para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma honra.

O próximo orador inscrito é o nobre Senador Edison Lobão. Em seguida, a Presidência vai convocar os Senadores inscritos para falar pela liderança e para comunicação inadiável.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a está inscrita. Apenas para esclarecer, os Senadores Leonel Pavan e Heráclito Fortes usaram da palavra pela Liderança, e, antes deles, o Senador Hélio Costa fez uma comunicação inadiável. Portanto, dentro do critério justo, voltamos à lista de oradores e, em seguida, V. Ex^a fará uso da palavra, juntamente com os Líderes.

Senador Edison Lobão, V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a visita oficial que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva empreenderá à República Popular da China em maio próximo deverá constituir marco dos mais relevantes nas relações entre os dois países, com o previsível e auspicioso incremento das trocas comerciais e da cooperação tecnológica e industrial sino-brasileira. Já se sabe que

a Petrobras vai concluir uma **joint-venture** com a Sinopec, a estatal chinesa de petróleo, para exploração, refino e distribuição de combustíveis.

Por sua vez, empresas brasileiras como CSN, Marcopolo, Embraco, Varig, Banco Santos, Bolsa de Mercadorias e Futuros, entre outras, apostam, com seus projetos de investimento em território chinês, na expansão desse intercâmbio baseado em fatos que justificam amplamente o otimismo das projeções.

A verdade é que, nos dias atuais, já soa como lugar comum falar-se da importância estratégica da China na economia mundial. Não custa reiterar, contudo, que se trata do país com a maior população do globo, mais de 1,3 bilhão de habitantes, com o PIB se elevando a quase US\$5 trilhões. As reservas cambiais do país somam, hoje, cerca de US\$400 bilhões. A economia chinesa – que absorveu cerca de 30% de todo o aço produzido no mundo no ano passado – registra há tempos taxas invejáveis de crescimento, entre 8 e 10 por cento. É cada vez maior a integração da China à economia de mercado, graças à solução de compromisso a que chegou o regime socialista com a classe empresarial, surgida no país na esteira da abertura política. A partir de 1978, o comércio exterior da China registrou expansão anual de 15 por cento, o que explica o ímpeto empreendedor dos ocidentais e dos próprios países asiáticos em relação ao mercado chinês. Apesar do contencioso político com Pequim, Taiwan figura como um dos cinco maiores investidores na China continental.

“Vamos enriquecer juntos” é a divisa estampada pelos cursos de chinês, nas escolas de línguas dos países vizinhos, como a Coreia do Sul. Ante a ascensão econômica da China, o ensino do chinês na Ásia concorre seriamente, hoje, com o aprendizado do inglês.

O ímpeto empreendedor naquele país ganhou um novo alento diante das reformas substanciais realizadas pela China para poder ser admitida na Organização Mundial do Comércio. Com o ingresso na OMC, a economia chinesa deverá tornar-se bem mais permeável ainda ao processo de globalização.

Segundo os estudos da Câmara de Comércio e Indústria Sino-Brasileira, a China poderá ser em breve um dos maiores parceiros do Brasil. Pelos dados da Câmara, o gigante asiático, que era até há poucos anos o décimo segundo parceiro comercial do Brasil, ocupa agora o segundo lugar, tendo ultrapassado na pauta de nossas exportações parceiros tradicionais como Argentina e Alemanha. As previsões são de que, nos próximos cinco anos, a China será a maior compradora de produtos brasileiros, superando nesse registro os Estados Unidos. Para se ter uma idéia de tal evolução, basta dizer-se que o comércio entre o Brasil e a China

em 2003 atingiu o montante de US\$6,7 bilhões e deverá ultrapassar US\$10 bilhões em 2005.

É dentro dessa perspectiva, que privilegia a expansão dos acordos comerciais, que se insere a implantação do pólo siderúrgico de São Luís, no Maranhão, graças ao consórcio reunindo investimentos brasileiros, chineses e europeus. Somente para a primeira fase do projeto maranhense, os investimentos previstos se elevarão para quase US\$2 bilhões.

Sem dúvida, esse projeto terá importância transcendental para o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, devendo acelerar a industrialização dessas regiões, com repercussões inestimáveis para a política de inclusão social, geração de empregos e outras tantas iniciativas empresariais.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos, do vizinho Tocantins.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Edison Lobão, V. Ex^a, que traz à tribuna sempre a experiência do Jornalista e do Deputado competente, do Líder, do Senador e Governador tão querido por todos os maranhenses, tão conhecido de todos nós, brasileiros, aborda um assunto da maior importância. Comungo com V. Ex^a a opinião de que essa será a mais importante viagem que o Presidente Lula fará ao exterior. Não há outro mercado nem outro parceiro que não a China que possa satisfazer todas as vocações da nossa produção para exportação, um mercado tão ávido, tão necessitado que é o mercado consumidor da República Popular da China, que, sem dúvida nenhuma, será um grande parceiro do Brasil. Na missão à qual se refere V. Ex^a, os interesses do Maranhão e também do Tocantins estarão inseridos. Na condição de Presidente, interinamente substituindo o Presidente José Sarney, recebi missões de investidores chineses que estão centrando a atenção na produção de soja, carne e outros produtos brasileiros, como cita V. Ex^a o próprio pólo siderúrgico de São Luís. Nós, que estamos carentes de investimentos, necessitando de parcerias e de projetos e programas de desenvolvimento, teremos, sim, muitos interesses nessa visita que o Brasil fará, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva, à China. E tenho certeza de que ela ajudará a consolidar projetos mencionados por V. Ex^a de interesse do Maranhão, do Tocantins e do Brasil. Parabéns a V. Ex^a por abordar um tema tão importante para o nosso País.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Eduardo Siqueira Campos, a sua intervenção nesta fase do meu discurso. V. Ex^a é possuidor de uma aguda percepção das relações internacionais, notadamente no campo das relações comerciais.

Hoje será inútil imaginar-se parceiro melhor do que a China para o Brasil no que diz respeito ao relacionamento comercial. Nós não temos interesses conflitantes com a China; há complementaridade de interesses entre o Brasil e a China. Portanto, essa viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a que me refiro haverá de ser um marco nas relações brasileiras com o exterior, na expansão do nosso mercado e, por consequência, na geração de empregos.

O meu Estado, o Maranhão, assim como o irmão Estado de Tocantins, seguramente terá muito a ganhar desse entrelaçamento entre as duas grandes Nações modernas de hoje.

Na construção do pólo siderúrgico do Maranhão, a Companhia Vale do Rio Doce, quinta mineradora do mundo, com o apoio decisivo do Governo do Maranhão, representa os interesses nacionais, enquanto a China se faz presente no projeto por meio do seu poderoso complexo siderúrgico Baosteel. Entre os especialistas, a presunção é de que o pólo de São Luís será o maior investimento da Baosteel e da China, no exterior. Destaque-se que o volume de negócios da companhia chinesa atingiu em 2002 soma superior a US\$9 bilhões, tendo a sua produção de aço totalizado vinte milhões de toneladas. Os europeus estarão representados pelo Grupo Arcelor, que possui usinas em diferentes países, empregando mais de cem mil pessoas. Esse grupo produziu, em 2003, um total de 44 milhões de toneladas de aço.

As obras do pólo siderúrgico de São Luís deverão estar concluídas entre 2006 e 2007. Calcula-se que sua produção inicial se elevará a 3,7 milhões de toneladas por ano, com suas exportações alcançando o montante anual de US\$4 bilhões. Quando todas as suas unidades de transformação estiverem funcionando, no final da década, a produção anual do pólo deverá atingir o total de 20 milhões de toneladas de aço, tornando-se, pois, um dos maiores do mundo.

Sr. Presidente, eu desejaria ressaltar, a propósito, o empenho, a firmeza e o descortino com que o Governador do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, e seu secretariado vêm conduzindo as gestões para viabilizar o empreendimento. Foi determinante sua ação para a mais rápida conclusão dos acordos entre os investidores brasileiros, chineses e europeus. Daí os aplausos que recebeu ao comparecer à cerimônia durante a qual foi assinado o contrato para a implantação do pólo siderúrgico de São Luís, cerimônia realizada em Xangai no final de janeiro do ano passado.

Ao regressar da China, o Governador José Reinaldo reuniu e conclamou os líderes empresariais maranhenses a tomarem iniciativas, elaborarem projetos e imaginarem formas de parcerias capazes de assegu-

rar a maior participação possível da iniciativa privada do Estado nas diversas modalidades de negociações que irão surgir em função do efeito de arrasto a ser suscitado pelo projeto.

Não é menor a preocupação do Governador com a formação de profissionais a serem recrutados para as diferentes atividades produtivas dentro e fora do pólo. A melhor ilustração desse cuidado é o acordo estabelecido entre investidores e o Governo do Maranhão, pelo qual, no treinamento e capacitação de técnicos e operários para o complexo siderúrgico, a prioridade será dada à mão-de-obra local.

Como era de se esperar, as classes produtoras maranhenses, tendo à frente dois importantes líderes, Luís Carlos Catanhede Fernandes e Jorge Mendes, reagiram com presteza às exortações do Governador José Reinaldo, acolhendo até mesmo sua sugestão para o envio de uma missão empresarial à China ainda neste primeiro semestre. A missão irá avaliar e prospectar as possibilidades de negócios e a constituição de *joint ventures* com empresas chinesas. A missão receberá o apoio da Companhia Vale do Rio Doce e terá em Xangai a base de suas articulações, uma vez que, naquele centro industrial, se encontra a sede da Baosteel, onde já atuam cerca de trezentos empresários brasileiros.

Sr. Presidente, não é de hoje a aposta que o Maranhão faz nessa cooperação econômica com a China, que, daqui a pouco, vai se traduzir em investimentos e em relações duradouras de trocas. A propósito, permito-me lembrar, com justificada satisfação, que, em 1994, antes de encerrar meu mandato de Governador do Maranhão, promovi a ida da primeira missão oficial de autoridades e empresários maranhenses à China. Essa missão contou com o valioso apoio da Vale do Rio Doce e teve como objetivo prospectar e avaliar as oportunidades de parcerias com os chineses.

Os contatos e as trocas de idéias e de informações entre os membros da missão maranhense e os responsáveis chineses em Pequim, Xangai, Hong Kong, Shenzhen, Cantão e Macau “funcionaram” como um dos fermentos para ambiciosos projetos de cooperação, como esse do pólo siderúrgico que agora se implanta no meu Estado.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouvirei V. Ex^a com todo o prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Edison Lobão, naturalmente, V. Ex^a, recordando esse episódio do seu Governo, enche-se de justa satisfação e orgulho, porque teve a antevisão dessa grande perspectiva que se abre para o Brasil como um

todo e para o seu Estado em particular, das negociações que se desenvolvem entre essas duas grandes Nações e economias, com possibilidades de crescimento gigantesco. Efetivamente, o pólo siderúrgico de São Luís constituir-se-á em uma das grandes alavancas de desenvolvimento não apenas da indústria siderúrgica, mas de todo o processo industrial que se forma a partir de matérias-primas conjugadas com esse pólo, como a indústria produtora de aço, que interessa muito à China e especialmente ao Brasil. As notícias nos informam a participação e o investimento da China na criação de infra-estrutura de transporte, ligando as Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil ao Pacífico, o que também trará inestimável processo de crescimento e aumento das nossas trocas comerciais com toda a região do leste asiático, que hoje obriga qualquer corrente de comércio a enfrentar enorme distância no transporte, o que, muitas vezes, nos tira a capacidade de competição. Concordo com V. Ex^a ao afirmar a largueza de perspectiva existente nessas negociações e nessa intensificação de relações econômicas e comerciais do Brasil com a China, o que realmente trará enormes benefícios para o Estado de V. Ex^a e para o meu Estado. Senador Edison Lobão, cumprimento-o pelo pronunciamento de hoje e pela grande visão de V. Ex^a quando Governador do seu Estado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a participação de V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, neste meu discurso.

Não há dúvida de que se abre uma fronteira nova com o ingresso da China nesse mercado globalizado. A China possui um quinto da população do mundo e está numa fase de crescimento como poucas vezes se viu ao longo da história em qualquer outro país.

Apresento um dado a V. Ex^a: a China encomendou à Companhia Vale do Rio Doce cinquenta milhões de toneladas de minério de ferro por ano, mas a Vale do Rio Doce só está tendo condições de fornecer vinte milhões de toneladas – neste momento, realiza um esforço gigantesco para chegar aos trinta milhões de toneladas de minério de ferro. Sempre tivemos o interesse – e fizemos um esforço gigantesco – de ampliar nossa venda de minério de ferro no exterior. Agora, com o ingresso da China nesse mercado, não estamos sequer conseguindo atender as suas encomendas.

Temos, portanto, que tratar a China sem nenhum preconceito e, sim, como um país que se junta a nós neste desenvolvimento, que é da China, mas que também é nosso e haverá de ser do mundo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço, com todo prazer, a eminente Líder Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão, e o parabenizo pelo seu discurso, pelas ações adotadas no seu Estado e pela visão que apresenta para as relações futuras e – podemos dizer – presentes, de forma muito forte, entre Brasil e China. Ontem, à tarde, tive a oportunidade de registrar a chegada do Vice-Primeiro Ministro da China, nessa preparação da ida do Presidente Lula à China no mês de maio. Quero ainda registrar a iniciativa do Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, na semana passada, quando teve uma importante reunião com representantes do Governo argentino, para possibilitar iniciativas em Santa Catarina assemelhadas à que V. Ex^a teve no Maranhão. Todos os esforços do País, dos Estados brasileiros, devem ser feitos no sentido de abrir esses canais, esses corredores, esses mecanismos de escoamento da nossa produção para o grande mercado chinês e para o mercado do Oriente de maneira geral. Assim, as tratativas do Governador Luiz Henrique visavam a concluir uma via de conexão e de escoamento da grande produção de grãos e de carne de Santa Catarina para a China. Falta muito pouco, menos de algumas dezenas de quilômetros, para concluirmos uma rodovia pela qual a produção vinda da beira do Oceano Atlântico chegará ao Oceano Pacífico, no Chile. Foram essas as tratativas. Isso ajuda sobremaneira a nossa exportação para a China e para todo o Oriente. Estou preparando alguns dados para esta semana ainda, mas já queria adiantar o que estamos coletando sobre as exportações da soja, apesar de V. Ex^a estar falando sobre o minério de ferro. A China, por exemplo, importou 10 milhões de toneladas de soja do Brasil, no ano de 2002; em 2003, pulou para 21,42 milhões de toneladas; portanto, muito mais do que o dobro em menos de um ano. E as exportações, de forma geral, do Brasil para China, pularam, em 2002, de US\$2 bilhões e 500 mil dólares, para US\$4 bilhões e meio, em 2003. Os estadistas têm essa visão, e o Presidente Lula teve essa visão quando sinalizou a abertura efetiva e a consolidação desse mercado. Da mesma forma aconteceu com V. Ex^a, quando foi Governador do Maranhão. Atualmente o nosso Governador, em Santa Catarina, teve de fazer essa abertura. Então, gostaria apenas de corroborar, parabenizando-o pelo seu pronunciamento. E digo que, indiscutivelmente, a vinda do vice-Primeiro Ministro, neste momento, ao nosso País, e todo o preparativo que está sendo desencadeado pela visita do Presidente Lula, agora no mês de maio, à China se devem a esses números fantásticos, que são a consolidação de uma parceria muito bem sucedida entre dois países que buscam, a seus modos, o seu lugar nesse mercado globalizado, representando e defendendo os

interesses dos seus povos, das suas economias. Essa parceria trará benefícios mútuos, tendo em vista que não só as exportações, o comércio, mas também, para o Brasil, no caso da parceria com a China, significa investimentos da ordem de mais de dez bilhões em infraestrutura, tanto para garantir a exportação do minério de ferro como para garantir a exportação da soja, dois elementos fundamentais neste momento para a economia chinesa e do maior interesse para a economia brasileira. Portanto, agradeço o aparte e parabênico V. Ex^a, mais uma vez, pelo discurso.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senadora Ideli Salvatti, na verdade, aqui estou a exaltar a iniciativa do Presidente da República em iniciar, dentro de muito pouco tempo, uma viagem à China a fim de defender os interesses mais legítimos do povo brasileiro. Mas tem razão V. Ex^a: o dever não é apenas do Presidente da República. Os governadores devem também ingressar nessa luta em favor de seus Estados. É o que faz o Governador do Maranhão, e é o que faz o Governador de Santa Catarina, como registra V. Ex^a. Eu me referi ao minério de ferro, mas também exportamos soja para a China, e vamos fazê-lo cada vez mais intensamente porque o porto de São Luís é o mais próximo do mercado consumidor internacional no Brasil. Trata-se de um porto privilegiado, o segundo com maior movimento portuário do Brasil e que tende a ser o primeiro, dentro de muito pouco tempo.

Sr. Presidente, V. Ex^a já me alerta quanto ao tempo, e obediente aos dispositivos regimentais, peço a V. Ex^a que dê como lido o restante de meu discurso.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR EDISON LOBÃO

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a visita oficial que o Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva empreenderá à República Popular da China, em maio próximo, deverá constituir marco dos mais relevantes nas relações entre os dois países, com o previsível e auspicioso incremento das trocas comerciais e da cooperação tecnológica e industrial sino-brasileira. Já se sabe que a Petrobrás vai concluir uma *joint-venture* com a Sinopec, a estatal chinesa de petróleo, para exploração, refino e distribuição de combustível.

Por sua vez, empresas brasileiras, como a CSN, Marcopolo, Embraco, Varig, Banco Santos, a Bolsa de Mercadorias e Futuros, entre outras, apostam, com seus projetos de investimentos em território chinês, na expansão desse intercâmbio baseado em fatos que justificam amplamente o otimismo das projeções.

A verdade é que, nos dias atuais, já soa como lugar comum falar-se da importância estratégica da China na economia mundial. Não custa reiterar, contudo, que se trata do país com a maior população do globo, mais de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, com o PIB se elevando a quase cinco trilhões de dólares. As reservas cambiais do país somam, hoje, cerca de US\$400 bilhões. A economia chinesa - que absorveu, no ano passado, 30% do aço produzido no mundo - registra há tempos taxas invejáveis de crescimento, entre 8 a 10 por cento. É cada vez maior a integração da China à economia de mercado, graças à solução de compromisso a que chegou o regime socialista com a classe empresarial, surgida no país na esteira da abertura política. A partir de 1978, o comércio exterior da China registrou expansão anual de 15%, o que explica o ímpeto empreendedor dos ocidentais e dos próprios países asiáticos em relação ao mercado chinês. Apesar do contencioso político com Pequim, Taiwan figura entre os cinco maiores investidores na China continental.

“Vamos enriquecer juntos” - é a divisa estampada pelos cursos de chinês, nas escolas de línguas dos países vizinhos, como a Coreia do Sul. Ante a ascensão econômica da China, o ensino do chinês na Ásia concorre seriamente, hoje, com o aprendizado do inglês.

O ímpeto empreendedor naquele país ganhou novo alento diante das reformas substanciais realizadas pela China, para poder ser admitida na Organização Mundial do Comércio. Com o ingresso na OMC, a economia chinesa deverá tornar-se bem mais permeável ainda ao processo de globalização.

Segundo os estudos da Câmara de Comércio e Indústria Sino-Brasileira, a China poderá ser em breve um dos maiores parceiros do Brasil. Pelos dados da Câmara, o gigante asiático, que era até há poucos anos o décimo segundo parceiro comercial do Brasil, ocupa agora o segundo lugar, tendo ultrapassado na pauta de nossas exportações parceiros tradicionais como a Argentina e Alemanha. As previsões são de que, nos próximos cinco anos, a China será a maior compradora de produtos brasileiros, superando nesse registro os Estados Unidos. Para se ter uma idéia de tal evolução, basta dizer-se que o comércio entre a China e o Brasil em 2003 atingiu o montante de US\$6,7 bilhões e deverá ultrapassar os US\$10 bilhões até 2005.

É dentro dessa perspectiva, que privilegia a expansão dos acordos comerciais, que se insere a implantação do pólo siderúrgico de São Luís, no Maranhão, graças ao consórcio reunindo investimentos brasileiros, chineses e europeus. Somente para a primeira fase do projeto maranhense, os investimentos previstos se elevarão a quase US\$2 bilhões.

Sem dúvida, esse projeto terá importância transcendental para o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, devendo acelerar a industrialização dessas regiões com repercussões inestimáveis para a política de inclusão social, geração de empregos e de outras tantas iniciativas empresariais.

Na construção do pólo, a Companhia Vale do Rio Doce, quinta mineradora do mundo, com o apoio decisivo do Governo do Maranhão representa os interesses nacionais, enquanto a China se faz presente no projeto através de seu poderoso complexo siderúrgico, a Baosteel. Entre os especialistas, a presunção é de que o pólo de São Luis será o maior investimento da Baosteel e da China no exterior. Destaque-se que o volume de negócios da companhia chinesa atingiu, em 2002, a soma superior a US\$9 bilhões, tendo sua produção de aço totalizado 20 milhões de toneladas. Os europeus estarão representados pelo Grupo Arcelor, que possui usinas em diferentes países empregando mais de cem mil pessoas. Esse Grupo produziu em 2003 um total de 44 milhões de toneladas de aço.

As obras do pólo siderúrgico de São Luis deverão estar concluídas entre 2006 e 2007. Calcula-se que sua produção inicial se elevará a 3,7 milhões de toneladas ano, com suas exportações alcançando o montante anual de US\$4 bilhões. Quando todas as suas unidades de transformação estiverem funcionando no final da década, a produção anual do pólo deverá atingir o total de 20 milhões toneladas de aço, tornando-se, pois, um dos maiores do mundo.

Senhor Presidente, desejaria ressaltar, a propósito, o empenho, a firmeza e o descortino com que o Governador do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares da Silva e seu secretariado vêm conduzindo as gestões para viabilizar o empreendimento. Foi determinante sua ação para a mais rápida conclusão dos acordos entre os investidores brasileiros, chineses e europeus. Daí os aplausos que recebeu ao comparecer à cerimônia durante a qual foi assinado o contrato para a implantação do pólo siderúrgico de São Luis, cerimônia realizada em Xangai no final de janeiro passado.

Ao regressar da China, o Governador José Reinaldo reuniu e conclamou os líderes empresariais maranhenses a tomarem iniciativas, elaborarem projetos e imaginarem formas de parcerias, capazes de assegurar a maior participação possível da iniciativa privada do Estado nas diversas modalidades de negócios que irão surgir em razão do efeito de arrasto a ser suscitado pelo projeto. Não é menor a preocupação do Governador com a formação de profissionais a serem recrutados para as diferentes atividades produtivas dentro e fora do pólo. A melhor ilustração desse cuidado é o acordo estabelecido entre os investidores e o Governo do

Maranhão, pelo qual, no treinamento e capacitação de técnicos e operários para o complexo siderúrgico, a prioridade será dada à mão de obra local.

Como era de se esperar, as classes produtoras maranhenses, tendo à frente dois importantes líderes, Luis Carlos Cantanhede Fernandes e Jorge Mendes, reagiram com presteza às exortações do Governador José Reinaldo, acolhendo inclusive sua sugestão para o envio de uma missão empresarial à China, ainda neste primeiro semestre. A missão irá avaliar e prospectar as possibilidades de negócios e de constituição de *joint-ventures* com empresas chinesas. A missão receberá o apoio da Companhia Vale do Rio Doce e terá em Xangai a base de suas articulações, uma vez que, naquele centro industrial, se encontra a sede da Baosteel e onde já atuam cerca de 300 empresários brasileiros.

Senhor Presidente, não é de hoje a aposta que o Maranhão faz nessa cooperação econômica com a China e que vai daqui a pouco se traduzir em investimentos e em relações duradouras de trocas. A propósito, permito-me relembra, com justificada satisfação, que, em 1994, antes de encerrar meu mandato de Governador do Maranhão, promovi a ida da primeira missão oficial de autoridades e empresários maranhenses à China. Missão que contou com o valioso apoio da Vale do Rio Doce e teve como objetivo prospectar e avaliar as oportunidades de parcerias com os chineses.

Os contatos, as trocas de idéias e de informações, entre os membros da missão maranhense e os responsáveis chineses em Pequim, Xangai, Hong Kong, Shenzhen, Cantão e Macau "funcionaram" como um dos fermentos para ambiciosos projetos de cooperação, como esse do pólo siderúrgico.

Foi dentro do mesmo espírito que, na chefia do Governo do Maranhão, ofereci os incentivos necessários à efetivação de programas de colaboração com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica), visando o desenvolvimento sustentável dos cerrados maranhenses, por meio do projeto Pólo Agroindustrial do Sul Maranhense (Polagrís). E, ao final do meu Governo, assinamos, em Tóquio, o acordo com a Jica de aproveitamento de nossos cerrados. Hoje, a região destaca-se pela qualidade e abundância de sua produção de grãos. Tornou-se mais conhecida sob o nome de Pólo de Balsas, que abrange 19 municípios e está ligada, desde 1991, à malha rodoviária do Centro-Norte.

Senhor Presidente, diante das oportunidades que o Pólo Siderúrgico de São Luis abre para a economia nacional, vale sublinhar o papel pioneiro, fundador, de extraordinário alcance geopolítico exercido pelo Presi-

dente José Sarney na concepção e execução da estratégia para essa nova etapa de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como Governador do Maranhão, de 1965 e 1970, José Sarney ampliou e modernizou a infra-estrutura básica do Estado e, entre outros projetos estratégicos, implantou o Porto do Itaqui. A esta obra Sarney dedicou-se com redobrado vigor, antevendo os complexos industriais que viriam a se instalar no Maranhão, notadamente em virtude da descoberta, a partir de 1967, das gigantescas reservas de minérios da Serra de Carajás.

Não foram menores a determinação e o empenho do presidente Sarney na luta pela construção da ferrovia Norte-Sul, que assegura o escoamento do minério de Carajás para o porto do Itaqui, assim como de parte da safra do pólo agrícola de Balsas.

Sinto-me igualmente confortado por ter contribuído, com minha ação parlamentar, para que a ferrovia Norte-Sul fosse dotada do terminal de Porto Franco-Estreito, indispensável para a transferência de cargas do modal rodoviário para o modal ferroviário. Participei também dos esforços visando a obtenção de recursos para a construção do viaduto de Porto Franco, destinado a proteger a população de eventuais transtornos e acidentes com a intensificação na área do tráfego ferroviário e rodoviário. Direi, de passagem, que o viaduto foi inaugurado com a minha presença, o que muito me alegrou.

Apraz-me anunciar ainda que o Itaqui vai inaugurar em breve seu terceiro píer. Hoje, o porto já registra movimentação de carga superior a 60 milhões toneladas/ano, sendo considerado o segundo do país em tonelage manejada. Recebe os maiores graneleiros da marinha mercante internacional. O projeto do pólo prevê, aliás, a construção de um supernavio, com capacidade recorde de carga de 500 mil toneladas.

Senhor Presidente, ao tentar resumir os elementos que informam a inserção gradual, mas segura, do Maranhão no projeto de desenvolvimento nacional integrado, gostaria de assinalar que ninguém consegue ficar indiferente ao sentimento de orgulho e de confiança no futuro do Brasil e do Maranhão. Sentimento esse gerado no seio da população de São Luís diante do espetáculo noturno daquela extensa formação de navios de grande calado, vindos de todos os horizontes, iluminando a Baía de São Marcos, à espera do carregamento no porto do Itaqui.

À beira-mar, nas noites suaves de São Luís, as crianças, jovens e idosos, todos contam e recontam o número de navios estacionados na baía iluminada, que o imaginário popular supõe com a precisão humorada e ufanista - de que "é uma avenida que vai até a China".

Calderon de la Barca dizia, no seu célebre poema, que "a vida é um sonho". Sonho que entenece também os maranhenses na canícula habitual dos dias, à vista dos numerosos navios carregados deixando a Baía de São Marcos em direção da Ásia, da Europa, e do Extremo Oriente. A cena, entre outras evocações históricas, pode nos remeter à epopéia dos grandes navegadores que, com suas descobertas marítimas, desenharam o mapa do Novo Mundo.

Ao finalizar este pronunciamento, ressalto que já hoje, dentro de uma ótica prospectiva, a cena dos navios carregados, rompendo os vagalhões da Baía de São Marcos, constitui, sem dúvida, uma das facetas da saga empreendedora do mundo globalizado do terceiro milênio. Faceta que se tornará ainda mais densa e abrangente com a implantação do pólo siderúrgico de São Luís.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento. E gostaria de afirmar o respeito à importância do tema e à grandeza do Senador. O País se admira em ouvi-lo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Obedecendo ao que foi acordado aqui, vamos alternar, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. Em seguida, de acordo com a inscrição, ao Senador Alberto Silva; logo após, como Líder, ao Senador Jefferson Péres e, depois, ao Senador Geraldo Mesquita.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como só tenho cinco minutos, vou falar apenas de uma das datas desta semana. É uma semana de datas que simbolizam muita resistência, dias 19, 21 e 22 de abril.

Ontem foi o dia 19, que simboliza a resistência dos povos indígenas. Sobre os dias 21 e 22 de abril, vou deixar para falar na sexta-feira próxima, até porque, como o Congresso está paralisado, em função da base de bajulação do Governo e da promiscuidade estabelecida entre o Governo Federal e sua base aqui no Congresso, é até bom falarmos na sexta-feira, para não ficarmos muito envergonhados perante o povo brasileiro. E para que não seja cinismo da parte do Congresso Nacional apenas lembrar o dia 21 de

abril sem atualizá-lo, até porque muitos comemoram o dia 21 de abril, Senador Jefferson Péres, e portanto celebram a resistência de 1780 diante da derrama, mas se esquecem de identificar quem são hoje os Viscondes de Barbacena e os Silvérios dos Reis, essas coisas que são muito importantes que relembremos e atualizemos a história.

Do mesmo jeito que atualizar o dia 22 de abril, que há dois anos foi muito comemorado, com relógios de contagem regressiva e com muitos penduricalhos comemoratórios, precisamos também, hoje, continuar falando sobre isso, porque infelizmente o Governo Lula, assim como o Governo Fernando Henrique, continua recebendo de forma hospitaleira as saqueadoras caravelas, que hoje já não são de românticas velas brancas, mas, com a velha verborragia dos memorandos técnicos, das cartas de ajustes, das cartas compromissos, mas igualmente saqueadoras, hoje, do Fundo Monetário Internacional. E se a própria história oficial manchou de sangue as românticas velas brancas das caravelas, manchou com o sangue do extermínio dos povos indígenas, manchou com o sangue do massacre aos povos indígenas, com certeza, hoje, as caravelas saqueadoras do Fundo Monetário Internacional continuam manchando de sangue a bandeira verde-amarela com o sangue, o desemprego e a dor do povo brasileiro.

Eu não poderia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixar de fazer uma brevíssima homenagem aos povos indígenas do meu Estado. Até pensei, havia sido informada, que hoje teria uma sessão solene aqui no Senado. Acabou que não houve. A sessão foi ontem na Câmara dos Deputados. E não poderia deixar de fazer essa saudação à resistência dos povos indígenas, dessa grande história de luta. Desde o Império Colonial tentaram desestruturá-los, dizimá-los, na ditadura e na dita democracia, a ação de oligarquias regionais e locais, o Estado Brasileiro, com sua parcialidade hostil em relação a esses povos, as lembranças da escravidão, o controle, as limitações, a limpeza étnica, a imposição do mito da homogeneidade étnica e cultural.

As elites condutoras do País, os próprios governos, foram dando senhas que animaram fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, possibilitando a multiplicação de conflitos e de violência entre as comunidades indígenas e as populações dos Estados. Estimularam e multiplicaram o conflito e a violência, desagregando as comunidades. Culturas foram violentadas.

Mesmo assim, diante de tantas adversidades, a força, a identidade cultural e a histórica dos povos indígenas estão se recompondo, se reinventando. Recuperando os limites de suas áreas, os índios estão lutando e projetando um futuro para as novas gerações. São

comunidades livres e orgulhosas por se considerarem um povo, por terem uma história, um destino.

Não posso, Sr. Presidente, deixar de saudar e celebrar os povos indígenas de minha querida Alagoas. Além de celebrar Apoime, Cimi e várias entidades que representam e lutam pelos povos indígenas, não posso deixar de saudar os povos indígenas de minha Alagoas. Começando por Palmeira dos Índios saúdo os Xucuru-Kariri, em seguida os Tingui-Botó, de Feira Grande, os Karopotó, de São Sebastião e os Aconã, de Traipú. Indo para o sertão, saúdo os Jerinpako; os Karuazu; os Catokinn, de Pariconha; os Kallancó, de Água Branca; os Koiianka, de Mata Grande; os Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio, no Baixo São Francisco, Wassul-Cocal, de Joaquim Gomes, na Zona da Mata.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se apenas de uma breve saudação, embora breve saudação eles não mereçam, porque merecem muito mais pela sua história de resistência e de luta. Mas, infelizmente, nos cinco minutos que o Regimento me permite, faço esta saudação aos povos indígenas da minha querida Alagoas e deste Brasil afora pela sua resistência e luta.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador do Piauí, do PMDB, Dr. Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade, neste plenário, para falar de dois assuntos que me preocupam, assim como o povo brasileiro e principalmente os membros desta Casa.

Em primeiro lugar, o nosso Ministro dos Transportes – pelo menos ouvi e li no **Informe JB** de anteontem – está apresentando uma proposta ao Presidente Lula para consertar as estradas deterioradas pelas chuvas. O número é expressivo. S. Ex^a fala em 13 mil quilômetros, mas declara que 80% deles passarão por operação tapa-buraco. Sr^{as} e Srs. Senadores, tapar buraco de estrada é uma das coisas mais inaceitáveis sob o ponto de vista de engenharia.

Falo isso de cadeira, porque sou engenheiro e fui Governador, por duas vezes, e Prefeito. O Presidente Mão Santa foi um grande Governador do Piauí e também Prefeito da minha cidade e muito executou em favor do povo piauiense. S. Ex^a e eu fizemos estradas no Piauí por valores a custos nacionais. Não exageramos nem para mais nem para menos.

Chamo a atenção dos nossos companheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, para o seguinte aspecto: na malha rodoviária brasileira, em determinado ponto, o asfalto

envelheceu. Quando isso ocorre, não adianta tapar buraco, porque se tapa um buraco aqui, abre-se outro ali. E mais: jogar dinheiro em operação tapa-buraco é desperdiçar o dinheiro do povo.

O Ministro, provavelmente ainda inexperiente, porque acaba de assumir o Ministério, está com esse dado, querendo dar uma solução para os buracos, para o que ocorreu com as estradas devido às chuvas.

Lembro que fiz um estudo e que o apresentei ao Líder Aloizio Mercadante e aos Senadores do PTB numa reunião nossa de Bancada. Trata-se de um trabalho calcado em dados reais que obtive da Confederação Nacional dos Transportadores de Carga, da Federação Nacional dos Construtores de Estradas, das empresas de engenharia. São 120 empresas de engenharia, a maioria delas paradas, porque, segundo elas, o Governo Federal lhes deve R\$ 600 bilhões. Elas não têm condições de trabalhar exatamente porque o seu capital não agüenta mais. Essa é a informação que elas me deram.

Fizemos esse estudo, e os números são irrespondíveis. Circulam nos 32 mil quilômetros de estradas brasileiras 1,8 milhão de carretas brasileiras – não são 13 mil quilômetros, não.

Sr. Ministro dos Transportes, perdoe-me, o número é este: 32 mil quilômetros de estradas federais asfaltadas estão em estado precário. Nesse estudo que fizemos, há um mapa e uma coluna que mostram quais são essas estradas, em que Estado se encontram e qual o volume de estradas destruídas.

Qual foi a solução que encontramos? Chefie um grupo de trabalho de pessoas competentes que reuni para resolvermos o assunto, e chegamos à conclusão de que devemos mudar o asfalto todo, porque ele envelheceu. Há que se fazer asfalto novo, porque tapar buraco é como roupa velha: não adianta colocar remendo em roupa velha, porque ela arrebenta ali na frente.

O Ministro propõe ao Governo, para consertar, para tapar buracos – 80% de 13 mil quilômetros são dez mil quilômetros –, gastar R\$2 bilhões em 10 mil quilômetros. Isso é jogar dinheiro fora.

Possivelmente, o Ministro não foi alertado, e eu o faço agora. Não ponha esse dinheiro, Sr. Ministro dos Transportes, R\$2 bilhões, para tapar buracos em 10 mil quilômetros! Isso é jogar o dinheiro da Nação fora.

A nossa proposta é a seguinte: o Ministério dos Transportes – com todo o respeito que tenho, conheço bem a sua estrutura –, para consertar esses 32 mil quilômetros, tem de ter 32 mil quilômetros de projeto. Sem projeto, não se consertam as estradas.

Pela rotina e burocracia do Ministério – eu a conheço bem; hoje é o Denit e antes, o DNER –, para

se fazer o projeto de uma estrada ou mesmo para se consertar uma estrada, tem-se de abrir licitação, o que é correto e legal. Mas para se obter um projeto de 100 quilômetros para uma determinada estrada que está deteriorada, leva-se no mínimo quatro, cinco, talvez seis meses. É preciso ter o dinheiro naturalmente para fazer o projeto.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Alberto Silva, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – A rotina é esta: leva-se de quatro a cinco meses para a elaboração de um projeto para, digamos, 100 quilômetros. Hoje se consertam as estradas com base nos Parlamentares, um Senador ou Deputado consegue dinheiro para seu Estado ou região, e assim consertam-se 50 quilômetros aqui, 100 quilômetros noutro lugar. Assim, não se conserta a malha nunca. Não há como.

Qual foi a proposta que apresentamos? Uma câmara de gestão, Sr^s e Srs. Senadores. Ela se concentraria no núcleo gestor, como foi feito por ocasião do apagão. Foi assim que ocorreu. O apagão era perigoso. Aquela câmara de gestão foi uma idéia brilhante do Ministro Pedro Parente, que a organizou e montou um núcleo gestor de que faziam parte o Ministro de Minas e Energia, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda. Com esse núcleo gestor, S. Ex^{as} impediram um apagão e salvaram o País do que seria um desastre para as indústrias nacionais e para a sociedade brasileira.

O caso das estradas me parece que ainda é pior, porque 90% do produto brasileiro, quer seja de máquinas, quer seja da parte industrializada, quer seja de grãos, circulam no País em cima de pneumáticos. São 1,8 milhão de carretas que estão circulando em cima de buracos.

Agora, vejam bem, quero esclarecer o que isso significa. Olhem os números: 1,8 milhão de carretas circulando. Se todo o asfalto estivesse bem arrumado, elas gastariam, e gastam, 12 bilhões de litros de óleo diesel por ano. Mas, com os buracos, esse número sobe 38%; arredondando, o valor se aproxima de 5 bilhões de litros de óleo diesel, de que a Petrobras importa ainda uma boa parte. Não somos auto-suficientes na produção do óleo que impulsiona 1,8 milhão de carretas que transportam a riqueza nacional para os portos e entre os Estados.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Alberto Silva, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Concederei em um minuto, Senadora.

Sabem V. Ex^{as} quanto custa isso? Sabem V. Ex^{as} quanto estamos desperdiçando? Os dados que me transmitiram os engenheiros das construtoras e repa-

radoras de estradas, as transportadoras de carga e os técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul são reais: cinco bilhões de litros de óleo são jogados fora. Mas como? É muito fácil: uma carreta que transporte 50 toneladas, com motor de cerca de 200 HP, ao desacelerar por causa do buraco, joga óleo fora – quem conhece máquinas sabe do que estou falando. Quer na aceleração, quer na desaceleração, joga-se óleo fora, mesmo sem carga. Na freada e na aceleração, para sair do buraco, perde-se óleo. Havendo outro buraco, o motorista volta a parar e a mudar de rumo. Isso é fato corriqueiro nas estradas, sem falar nos acidentes, muitas vezes com vítimas fatais, que acontecem no Brasil inteiro.

Portanto, cinco bilhões de litros de óleo são jogados fora por ano. Com o custo de R\$1,40 o litro na bomba, esse valor perfaz um total de R\$7 bilhões jogados fora. Ora, o custo do reparo de 32 mil quilômetros de estrada, segundo os documentos que passei para os nossos companheiros, é de R\$4,8 bilhões. A um custo anual de R\$1,6 bilhão, em três anos, são R\$4,8 bilhões. Se essas estradas fossem consertadas em 36 meses, só no primeiro ano seria economizado um terço desse valor, ou seja, R\$3 bilhões.

Além disso, por causa dos buracos, as transportadoras aumentaram o frete em 25%. Esse aumento representa, para a economia brasileira, para o bolso de cada um, R\$6,5 bilhões a mais. Então, o total passa para R\$13 bilhões!

Passemos aos números do nosso documento. Se tirarmos todo asfalto velho de 25 mil quilômetros e colocarmos asfalto novo, o custo, somado aos 7 mil quilômetros de troca de asfalto e também da base, ou seja, 32 mil quilômetros de estrada, seria de R\$4,8 bilhões, ou R\$1,6 bilhão por ano.

Agora, façamos a comparação desses dados com a proposta do Ministro. Em comentário ao jornal **JB**, o Ministro propõe um valor de R\$2 bilhões, “quase todo o orçamento do Ministério”. Então, que deixe de lado o orçamento do Ministério, e, em vez de gastar esse recurso da Cide, bastaria R\$1,6 bilhão para que uma câmara de gestão, um núcleo gestor encaminhasse essa operação.

Mas vamos passar ao fato mais importante. No início, mencionei que ninguém conserta estrada sem um projeto. Como está posto, o Ministério dos Transportes, seguramente, não dispõe de projetos de reparo de estrada nem para consertar 15 mil quilômetros de estrada. Contudo, dispomos de tecnologia moderna e avançada inventada pela USP, em São Paulo, há uns três ou quatro anos.

Hoje, empresas fazem esses reparos utilizando um carrinho que, ligado a um satélite ou utilizando um

infravermelho, ao andar pela estrada, mede o estado do asfalto e mede a base, armazenando essas informações em um disquete que vai para um computador. Assim, as empresas projetistas colhem esses dados e podem realizar a operação. No Brasil, já existem empresas especializadas que podem reparar – e é o nosso caso – 8 mil quilômetros de estradas por mês! Em quatro meses, essas empresas totalizariam 32 mil quilômetros de asfalto rigorosamente bem-feitos. Atualmente, não é preciso furar o asfalto para conhecer o seu estado. Utilizando-se a tecnologia inventada pela USP – e já existem empresas especializadas nisso, temos os projetos. Mas falta o dinheiro e o núcleo gestor.

Conheço de sobra o Ministério dos Transportes. Quando fui Governador por duas vezes, mantive entendimentos com o Ministério e com o DNER. Sem falsa modéstia, conheço o Ministério dos Transportes a fundo e posso dizer que ele não tem estrutura. A burocracia reinante impede que, em 36 meses, o Ministério troque 32 mil quilômetros de asfalto e conserte 7 mil quilômetros de base.

Agora, para encerrar, passemos ao prejuízo do patrimônio nacional.

No Brasil, são um milhão e oitocentas mil carretas. Por baixo, o custo de cada uma é de R\$100 mil, perfazendo um total de R\$180 bilhões. Ora, as transportadoras de carga alegam perder 15% desse valor com a quebra de ponta de eixo, torcimento da carroceria, em função dos buracos. São R\$27 bilhões em perdas, que, somados aos R\$13 bilhões, totalizam R\$40 bilhões de prejuízo da malha rodoviária na economia do País. É algo inaceitável!

O nosso Senador César Borges, grande ex-Governador e engenheiro, e o Senador Antonio Carlos falaram sobre o sério problema do Estado da Bahia.

Resumindo, a proposta do Ministro é tapar buracos de 10 mil quilômetros de estrada, 80% de 13 mil, mas a operação tapa-buraco não tem controle. Como se realiza uma concorrência para tapar buracos? Como medir, como avaliar? Isso é inaceitável.

No Governo passado, uma das maiores críticas ao Ministério dos Transportes era quanto à operação tapa-buracos. Em um país rodoviário como o Brasil, é ridículo tapar buracos; melhor seria fazer estradas.

Temos aqui a aprovação de R\$2 bilhões para tapar buracos em 10 mil quilômetros. Ora, com R\$1,6 bilhão, poderiam ser reconstruídos 11 mil quilômetros, que poderiam ser distribuídos entre as estradas danificadas pelas chuvas – ele fala que são 10 mil quilômetros. Repetindo, é possível fazer 10 mil quilômetros novos com R\$1,6 bilhão. Mas, para isso, é preciso uma câmara de gestão, porque, com a atual estrutura do Ministério dos

Transportes, não é possível reparar a malha rodoviária brasileira com a necessária rapidez.

Pela ordem dos pedidos, concedo o aparte à Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Realmente, Senador Alberto Silva, tenho feito esse mesmo discurso, pelo menos em parte, quase todos os dias. Concordo plenamente com a avaliação de V. Ex^a quanto ao estado totalmente precário das nossas estradas. O problema da carga pesada é terrível. O nosso asfalto não foi feito para suportar o grande peso da carga transportada pelas carretas que hoje trafegam. Então, não há condições. Ou se estabelece um patamar de transporte para que esse asfalto que está aí resista, ou se colocam balanças. Com esse volume de carga sendo transportado, não resolveremos o problema, seja como for o conserto das estradas. Quanto ao orçamento, ainda ontem conversei com o Ministro Antonio Palocci sobre a questão. Estou muito preocupada com o meu Estado de Mato Grosso, um dos maiores produtores; se o quadro continuar como está, o escoamento de sua próxima safra será inviabilizado. A situação é muito grave. Restringe-se praticamente a R\$600 milhões, o que não é pouca coisa. Daqui para frente, sabemos que está previsto no orçamento, sabemos que está no Ministério; há como dar andamento. O problema – e presto total e irrestrito apoio à sua fala – é o que se deve às empresas que estão parando. Por conseguinte, não adianta ter Orçamento daqui para frente se não há quem faça o trabalho. Precisamos, sim, desses recursos. O trabalho e o reforço do Senado da República, juntamente com o Ministro da Fazenda, devem objetivar esse ponto, para que se libere uma quota. Já foram liberados 29% por meio de medida provisória para os Estados, que estão aplicando esse percentual nas estradas estaduais. Porém, é importante que se libere uma quantia que não atingirá nem 10% do que já foi arrecadado. Hoje, R\$10 bilhões são arrecadados pela Cide. Se forem liberados 10% desse montante, será possível pagar os atrasados e seguir adiante. Em três anos, tudo estará em perfeita ordem. Senador Alberto Silva, não falarei mais, senão tomarei todo o tempo destinado a V. Ex^a. Muito obrigada.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigada, Senadora Serys Slhessarenko.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Alberto Silva, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Alberto Silva, quero apenas reforçar a tese da Senadora Serys Slhessarenko. Diante do que propõe V. Ex^a e do

que foi dito pela Senadora Serys Slhessarenko, uma das mais expressivas representantes do Governo nesta Casa, creio que será muito fácil resolver o problema. Basta criar-se a câmara de gestão, que poderá ser presidida por V. Ex^a – pelo menos de maneira informal –, pois, com sua competência e com sua experiência no setor, tenho certeza de que V. Ex^a encontrará a solução. E a Senadora Serys Slhessarenko demonstrou como fazê-lo. Os empresários estão parados e sem receber os atrasados. Se propusermos com credibilidade aos empresários pagar, a cada 50 quilômetros novos, mais 50, em instantes chegaremos a uma solução. Cumprimento a Senadora Serys Slhessarenko pelo aparte. Se V. Ex^a fosse do núcleo duro do poder, já sairíamos daqui com essa solução, e o Brasil estaria aliviado. Não é cabível a Cide arrecadar 8 bilhões por ano, o Ministério dos Transportes só receber 1,5 bilhão e, desta quantia, gastar aproximadamente 500 mil reais em estradas, nos famigerados tapa-buracos, Senador Alberto Silva. Tapa-buraco no Brasil é como a recuperação das margens do Tietê: só vemos o dinheiro entrando ano após ano, e o buraco não aumenta, não diminui, aquelas dragas ali, e não se resolve o problema. V. Ex^a falou de Orçamento e falou com o Ministro Antonio Palocci. Aproveito o seu pronunciamento, Senador Alberto Silva, para dar uma sugestão ao Ministro Antonio Palocci e ao Ministro do Planejamento, para que tenham cuidado com o uso indevido dos recursos orçamentários, principalmente com as verbas aprovadas dos Parlamentares. Chegam informações aqui, Senadora, V. Ex^a não tem culpa disso, de que estão trocando as rubricas, aquelas de execução por Estado, Município e Governo Federal, as famosas trinta, quarenta e noventa. Ontem mesmo, tive uma informação de que o Senador Mão Santa foi “garfado” em 5 milhões. Não é o Senador Mão Santa, adversário do Governo, que está sendo “garfado”, mas o Estado do Piauí. Isso é um desrespeito ao Congresso Nacional, que é quem aprova a lei orçamentária. Se forem verdadeiras essas informações, Senadora Heloísa Helena, estamos diante de um crime inédito. O Planejamento, simplesmente, criou a figura de um código zero, com o qual remaneja os recursos para onde quer, desrespeitando uma decisão orçamentária consagrada, no Congresso Nacional, por Senadores e Deputados. Tenho certeza, Senador Alberto Silva, de que se a voz, não digo rouca como diz o Senador Mão Santa, mas a voz firma da Senadora Serys Slhessarenko for ouvida pelo Governo, a questão está resolvida. Cria-se a câmara de gestão, nomeiam-se pessoas responsáveis, conhecedoras do problema, e vamos, assim, salvar as estradas brasileiras. Há um ano, dizia no Senado que o problema do Brasil era que o Governo não sa-

bia governar e a Oposição não sabia ser Oposição. A Oposição aprendeu a fazer oposição, mas é preciso o Governo aprender a governar. Muito obrigado.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, quero apenas agradecer-lo e à Senadora pelo aparte.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Concedê-lo-ei em seguida.

Senador Heráclito Fortes, estamos propondo a obtenção de dinheiro para consertar as estradas por meio de uma câmara de gestão. A câmara de gestão tem poderes especiais e é dirigida praticamente pelo Presidente da República, porque o chefe da câmara de gestão é o Ministro-Chefe da Casa Civil, anteriormente seria o Sr. Pedro Parente, agora, será o do Ministro José Dirceu.

Ela estabelecerá, por exemplo, a retirada de determinados valores. Quanto se está devendo às empreiteiras? Seiscentos milhões? Então, dos dois bilhões a que se refere o Ministro, por exemplo, com um bilhão e seiscentos, fazemos onze mil quilômetros de estradas novas, substituindo as estradas com buracos; e os quatrocentos pagam os empreiteiros que vão para o campo trabalhar.

A câmara de gestão tem poderes para fazer tudo isso e de colocar o dinheiro.

Concedo o aparte ao nobre Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva. Na verdade, o meu aparte é para homenageá-lo pela sua capacidade! V. Ex^a, como político e como engenheiro, tem essa preocupação com a infra-estrutura brasileira, principalmente a infra-estrutura rodoviária, já tendo sido demonstrada, aqui, por diversas vezes, a viabilidade do projeto da criação da câmara de gestão para tratar desse assunto. A recuperação das estradas é assunto realmente nacional, diria até de segurança nacional, porque os acidentes provocados por estradas esburacadas ceifa milhares de vidas de brasileiros por ano, além de causar prejuízo econômico. V. Ex^a conhece o assunto de per si, com detalhes, e se oferece ao Governo Federal com uma solução que é viável. Agora, Senador Alberto Silva, infelizmente, para isso, V. Ex^a, que foi Governador, sabe que precisa, como em tudo, haver vontade política, determinação, seriedade, querer resolver o problema! E não vi essa vontade, em momento algum, no Governo atual. Ele realmente não assumiu a responsabilidade de recuperar esse patrimônio nacional, que é a nossa malha rodoviária nacional. O seu esforço merece todo o aplauso do Senado e apoio incondicional. V.

Ex^a pode ter certeza de que tem todo o nosso apoio! Agora, precisamos sensibilizar o Presidente da República, para que tome essas medidas, e essa malha seja recuperada. Caso contrário, poderemos fazer todos os estudos, desenvolver toda tecnologia, e de nada adiantará! É um Ministério que passou pouco tempo com um Ministro, o Ministro foi trocado, e não se vê absolutamente proposta alguma para a Nação a fim de se recuperar esse patrimônio nacional. É lamentável, mas isso não tira, em momento algum, o brilho da sua atuação e a sua vontade de contribuir para que o Brasil veja recuperada a malha rodoviária. Parabéns, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado, Senador. Gostaria de propor a V. Ex^a que formássemos um grupo de trabalho apartidário, uma comissão, e levássemos o problema diretamente ao Presidente da República. Fazem parte da câmara de gestão o Ministro dos Transportes, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, representantes dos transportadores e representantes das empresas construtoras. Afinal de contas, é um colegiado que possui um núcleo gestor, e isso funciona. Funcionou durante o apagão, e pode funcionar com as estradas, tenho certeza. Dessa maneira, teríamos a economia do País restabelecida em 36 meses. Sendo que, no primeiro ano, já economizaríamos um terço de treze bilhões, ou seja, quatro bilhões, gastando dois, o que seria o desejável.

Agradeço o aparte e convido V. Ex^a para formar um grupo de trabalho. Vamos oferecer ajuda ao Governo. V. Ex^a tem dúvidas de que Sua Excelência se interesse pelo assunto. Vamos saber de perto. Solicitaremos uma audiência, o PMDB, o PT, o partido de V. Ex^a e outros, formaremos uma comissão e levaremos o problema gravíssimo das estradas, que ceifam vidas e a economia do País. De acordo com os números, gasta-se sete bilhões jogando óleo diesel fora, mais seis bilhões e meio no aumento do frete, e 27 bilhões destruindo o patrimônio das empresas transportadoras. Creio que o caminho seria esse. E praza aos céus que alcancemos um bom resultado com essa proposta. Eu me coloco à disposição. Agradeço a oportunidade do discurso, a tolerância de meus Pares e os apartes.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero fazer um apelo à Mesa Diretora.

Informou-me o Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Casa, que a Mesa Diretora providenciou um estudo relativo a todas as medidas que possam contribuir para que pessoas com deficiência física tenham acesso às dependências do Senado, seja à tribuna de honra, galerias e eventualmente ao plenário. Sabemos que o acesso ao plenário foi viabilizado quando houve a necessidade de parte do ex-senador Ronaldo Cunha Lima, que utilizou cadeira de rodas. Mas há um estudo bem feito, informou-me o Senador Paulo Paim, que daria condições a pessoas portadoras de necessidades especiais de adentrar as dependências do Senado para acompanhar os trabalhos desta Casa Legislativa.

A Senadora Heloísa Helena ainda hoje também conversou com o Sr. Sérgio da Silva, que é de Americana, São Paulo, que relatava justamente as dificuldades que teve para conhecer a Casa. Ele também informou que, para pessoas deficientes como ele, a exigência, por exemplo, do uso de terno e gravata é algo impraticável. Para alguns, como o ex-senador Ronaldo Cunha Lima, não seria problema, mas para diversas pessoas é. Ele sugere, por exemplo, que seja dispensada essa exigência.

Sr. Presidente, faço um apelo no sentido de que a Mesa Diretora possa providenciar, o quanto antes, todas as medidas relativas a facilitar ingresso e vagas para deficientes. É esse o apelo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Eduardo Suplicy, queremos afirmar que a sua sensibilidade é a mesma da Mesa Diretora e que a Casa já está com um projeto em andamento e que, em breve, solucionará todos esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, como Líder do seu Partido. Em seguida, como inscrito, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz hoje à tribuna desta Casa é a necessidade de fazer um registro agradável. Nesse final de semana, tive o prazer e o privilégio de visitar e conhecer um lugar fantástico da minha terra. Senadora Heloísa Helena, sei que a sua terra é muito bonita, tanto assim que minha irmã Socorrinho se radicou na sua terra e não quer mais sair de lá. Mas a minha terra também é maravilhosa. Senador Mão Santa, estou entusiasmado com o que vi, a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.

No sábado, Senadora Heloísa Helena, em Sena Madureira, tomei uma pequena embarcação pelo rio laco, peguei o rio Caetê, e subimos cerca de duas ho-

ras. Descemos na barranca do rio, andamos cerca de uma hora por dentro da mata e chegamos a um lugar maravilhoso.

Senadora Heloísa Helena, sei que sua terra possui um mar divino, mas a minha possui uma floresta pujante; sei que sua terra possui um povo ordeiro e trabalhador, e a minha possui um povo carinhoso, agradável e igualmente trabalhador.

Lá me vi cercado por pessoas que estão no seio da mata trabalhando. São extrativistas; produzem borracha, colhem castanhas, vivem de uma agricultura de subsistência com pequeno excedente; criam pequenos animais, exercem a pecuária. Para minha grata satisfação, Senadora, promovemos lá uma reunião.

Trata-se de uma situação bem diferente e peculiar. É difícil chegar aos lugares longínquos da minha terra e sentir que as pessoas se ressentem das dificuldades, que são muitas. Há isolamento, faltam meios de comunicação. Enfim, falta tudo.

Lá em Cazumbá, onde fui em companhia da Doris, a companheira que me ajuda em Sena Madureira, da minha esposa e do Dr. Arlindo, técnico do Ibama. Fui recebido por Nezinho, Presidente da Associação de Moradores do Cazumbá, que me mostrou algo interessantíssimo. Estão desenvolvendo a criação de animais silvestres em cativeiro. Há um senso de preservação e reposição.

Ali na nossa região, Senadora Heloísa, o meu pai, que tem 85 anos de idade, o velho Barão de Mesquita, como o chamamos carinhosamente, costuma me dizer que quando era menino, lá nos barrancos do rio Envira, em Feijó, na época de praia do rio, a praia ficava alastrada de tracajás, e eles iam lá colher ovos para fazer um mujanguê. Hoje, creia V. Ex^a, em qualquer época do ano não se acha um graveto de casco de tracajá nem para fazer um chá. Nós despovoamos nossos rios, despovoamos nossas florestas, mas o que aquelas pessoas ali em Cazumbá estão fazendo até nos emociona. Eles me confessaram que estão cuidando dos animais silvestres em cativeiro e permitindo a sua reprodução não porque se consideram obrigados a fazê-lo por lei, mas sim porque se convenceram – veja que coisa interessante – de que são responsáveis por repovoar as matas, os rios, por cuidar na nossa floresta, tirando dela o sustento, mas cuidando ao mesmo tempo.

Fiquei impressionado também com a manifestação na reunião. O Nezinho, Presidente da Associação, pediu que todos se identificassem, e um por um, Senadora, foram dizendo seus nomes. Todos estão envolvidos no extrativismo, trabalham na produção de artefatos de borracha, e as famílias cuidam de outras atividades, uma rocinha de arroz, de milho etc. Em

comum, eles me transmitiram o seguinte: gostam de morar lá; manifestaram a alegria de estar ali naquela região distante. Eles constituíram um pequeno povoado e estão felizes da vida. Para não dizer que não cobraram alguma coisa, eles fizeram um pedido. Essa é a razão, além do registro da visita, que me traz hoje aqui, porque há um aspecto econômico nessa história que me chamou muito a atenção. Como eu já disse, eles produzem artefatos de borracha – bolsas, sacolas etc. – e manufaturaram um protótipo do que pensam ser uma pasta escolar. Eles pretendem que esse material seja adquirido pela Secretaria de Educação do Município, do Estado ou mesmo da União, Senador Mão Santa. V. Ex^a não imagina o que isto significaria para aquela comunidade e para o Estado do Acre: a União, o Estado e os Municípios envolvendo-se numa operação de compra desse material. Não precisa dar nada para esse povo. Basta a esperança da aquisição daquele material, incorporando-o a kits escolares para alunos carentes dos Governos Federal, Estadual ou Municipal. Isso significaria algo importantíssimo para aquelas pessoas e para toda a região.

Eu não podia deixar de fazer este registro, agradecendo aqui, do fundo do coração, ao povo do Cazumbá o privilégio que tive de sábado último ter estado ali, em visita àquela comunidade, almoçando, convivendo com eles. Torço para que tudo ali continue dando certo, como vem dando certo, pedindo a Deus que proteja aquelas mulheres e homens que estão ali trabalhando diuturnamente para fazer do Acre e deste País a terra que tanto sonhamos.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, de acordo com a lista, ao Senador Paulo Paim, que falará como Líder. Logo em seguida, de acordo com a inscrição, por cessão do Senador Almeida Lima, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço à Líder Ideli Salvatti, que me cedeu um espaço para que eu pudesse informar à Casa que no próximo dia 27, às 10 horas da manhã, na Sala de Comissão nº 6, Ala Nilo Coelho, do Senado Federal, vamos promover um debate sobre desemprego e renda, tendo como eixo as políticas de emprego e o salário mínimo como distribuidor de renda. Estarão presentes o professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e Secretário do Município de São Paulo, economista Márcio Pochmann; o professor economista da USP (Universidade de São Paulo) José Pastore, muito ligado ao setor empresarial, como todos sabem; e também Jorge Saba Arbache, Professor da UnB, que tem, digamos, uma postura independente; em nome da Casa, o advogado

e consultor José Pinto da Mota Filho, que falará como consultor e também está organizando este evento.

Sr. Presidente, como o debate é sobre um tema que interessa a todos, aproveito para convidar aos Srs. Senadores. Na parte da tarde, estarão as centrais sindicais e também as confederações de trabalhadores para darem sua opinião sobre emprego e renda, muito vinculado ao debate do salário mínimo.

Eu gostaria também de entregar à Mesa – e peço que seja publicada na íntegra – uma análise que faço da Portaria nº 160, publicada na última semana no Diário Oficial da União pelo Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, que proíbe aos sindicatos, federações e confederações descontarem em folha a chamada contribuição confederativa ou mesmo a chamada de assistência social, ambas fruto da decisão da assembléia dos trabalhadores, que é a principal contribuição que as entidades sindicais têm para tocar a sua vida junto aos trabalhadores.

E faço um apelo ao Ministro Ricardo Berzoini, já falei com o Secretário Bargas, que disse estar disposto a promover uma reunião com todas as entidades sindicais, porque a favor dessa Portaria não está nenhuma central: a CUT, a Força Sindical, a CGT, a CLAT, a CAT e nenhuma confederação de trabalhador. Acho que é possível.

O Ministro Ricardo Berzoini está sensível a esta situação, embora a informação que me chegou é de que essa Portaria está respaldada numa decisão de uma turma do Supremo Tribunal Federal, que teria dito que desconto em folha pode ser somente do imposto sindical. Mas eu diria que isso vem na contramão da própria reforma sindical, que tanto questiona o imposto sindical. É garantido desconto em folha do imposto sindical, mas não é garantida a decisão soberana e democrática da assembléia dos trabalhadores, quando eles decidirem que 1% ou 2% do seu salário poderiam, uma vez por ano, ser destinados, na escala do menor para o maior, para as entidades dos trabalhadores.

Então, fica aqui o apelo ao Ministro Berzoini. Sei que S. Ex^a está sensível a esse debate para que a Portaria seja revogada.

Sr. Presidente, peço, ainda, que conste nos Anais da Casa um estudo que fiz sobre as dificuldades por que atravessa, neste momento, o meu Estado do Rio Grande do Sul com a seca, que inclusive já levou a estado de calamidade inúmeras cidades do Rio Grande do Sul. Esse documento, dando o retrato da seca, eu encaminhei aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e, naturalmente, também ao Presidente da República, para que possamos fazer investimentos no Rio Grande do Sul, principalmente na agricultura e na pecuária.

Concluindo meu raciocínio dentro dos 23 segundos que me restam, dou por lido material atinente a vários subsídios para o debate do salário mínimo. Peço, ainda, a aprovação imediata da PEC paralela, sobre a qual conversei com a Líder, Senadora Ideli Salvatti, que já está dialogando com a Câmara dos Deputados, no sentido de que o acordo firmado seja efetivamente respeitado para que a PEC paralela seja aprovada rapidamente, o que será muito bom para o convívio das duas Casas e a relação do Senado da República com o Executivo. Mais uma vez, agradeço à Senadora Ideli Salvatti por esta oportunidade.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Portaria 160, do Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, publicada no Diário Oficial da última sexta-feira está causando perplexidade e confusão no meio sindical brasileiro.

Essa portaria, proibindo os sindicatos de cobrarem as contribuições confederativa e assistencial dos trabalhadores, foi baixada pelo Ministério do Trabalho com base em súmula do Supremo Tribunal Federal sem que fossem ouvidas as entidades de classe.

Com a Portaria, as entidades ficam limitadas à cobrança do imposto sindical, aquela que corresponde a um dia de salário no ano.

Ocorre que a maioria das entidades só consegue se manter com as contribuições confederativa e assistencial, que superam a arrecadação do imposto sindical. Muitas delas dependem ainda da contribuição associativa, cobrada apenas dos seus associados.

Neste momento em que se discute a reforma sindical, inclusive com a promessa do Governo de envio ao Congresso Nacional até o final de maio da proposta dessa reforma, a portaria do Ministério do Trabalho mostra-se extemporânea e autoritária.

Na proposta de reforma sindical, discutida no Fórum Nacional do Trabalho, foi acordada a extinção de todas as contribuições atualmente existentes, exceto a associativa, que seriam substituídas por uma nova contribuição, chamada de negocial, com limites definidos em lei.

Portanto, a proibição da cobrança das contribuições confederativa e assistencial pelo Ministério do Trabalho antes da adoção da nova contribuição, ameaça a sobrevivência das entidades sindicais ao retirar-lhes fontes de receita sem oferecer alternativas.

A Portaria é tão inoportuna que começa a provocar fissuras entre os participantes do Fórum Trabalhista e Sindical. Em represália, a Força Sindical divulgou uma

nota informando que suspendeu temporariamente a participação da central no Fórum.

Quando se faz necessária a união de todas as centrais sindicais na defesa dos direitos dos trabalhadores, defecções dessa ordem podem enfraquecer a preservação daqueles direitos.

Portanto, não vemos alternativa para o Ministro do Trabalho senão a de revogar a Portaria. Pela reação da Força Sindical, somada às que tenho recebido em meu gabinete, a portaria ministerial realmente enfraquece e ameaça a sobrevivência das entidades sindicais, exatamente quando temos pela frente reformas na área trabalhista que, para defender os direitos dos trabalhadores, em muito vai depender da vitalidade dessas entidades.

O segundo assunto que me traz à tribuna diz respeito à necessidade de medidas imediatas para amenizar os efeitos da seca no meu Estado.

O setor agropecuário do Rio Grande do Sul passa por momentos difíceis, devido à seca que se abate sobre o Estado há vários meses. Como foi noticiado no jornal **Zero Hora** de ontem, 19 de abril, a chuva que caiu no durante o último final de semana amenizou o calor, regou plantas e árvores, molhou calçadas, reduziu a poeira, mas não foi suficiente para trazer boas perspectivas para o campo.

Os estragos na agricultura e as dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas, provocados pela seca no Sul, ainda persistem.

Necessitamos de medidas concretas e urgentes para enfrentar essa grave crise.

Sabemos que o Governo Federal já demonstrou preocupação e tem anunciado medidas de socorro às famílias de agricultores atingidas nos quatro Estados afetados pela estiagem – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul – mas elas têm se mostrado ineficazes.

Tenho recebido em meu gabinete inúmeras solicitações para que o Governo disponibilize linhas de créditos para manutenção do produtor e de sua propriedade, para aquisição de sementes destinadas ao plantio da nova safra, para manutenção das matrizes e do rebanho nas propriedades, bem como a prorrogação dos prazos de pagamento dos financiamentos de custeio e investimentos agropecuários, e a liberação de recursos para que os municípios possam efetuar a instalação de poços artesianos e a construção de redes de água.

Quero, também, demonstrar minha satisfação e apoio às medidas adotadas pelas bancadas gaúcha e catarinense, que, numa ação conjunta para viabilizar ações imediatas que venham amenizar a dramática situação vivida pela nossa gente, recorram ao Gover-

no Federal para solicitar providências dos Ministérios envolvidos com as áreas atingidas.

Quero salientar que as bancadas disponibilizaram os recursos de suas emendas alocados no ministério da Integração Nacional para serem empregados nas regiões atingidas pela seca e pelo fenômeno Catarina.

O Rio Grande do Sul e os demais Estados afetados pela estiagem contam com a sensibilidade do Governo Federal para que tais medidas sejam viabilizadas com a máxima urgência.

Por fim, no meu último assunto desejo afirmar ser um objetivo claro e alcançável o salário mínimo em um patamar equivalente ou próximo dos cem dólares.

A atualização do salário-mínimo, elevando-o a um valor próximo a cem dólares, é um desafio que se impõe a todos nós, homens e mulheres que se empenham na defesa cotidiana do interesse público.

Encontrar uma forma viável de estabelecer um salário-referência que busque minimamente reduzir o distanciamento social entre partes da população brasileira é o mais singelo dos atos que podemos cometer, se desejamos efetivamente alterar de forma eficaz o quadro de iniquidades e desigualdades que prevalece para grande parcela da sociedade brasileira.

Nas últimas semanas, a cena pública brasileira foi ocupada por discursos infundados em torno da fixação de uma remuneração básica que respeite o trabalhador e suas prerrogativas. Contudo, e a despeito de posicionamentos muitas vezes convergentes vindos de conservadores e progressistas, não conseguimos fazer a matéria prosperar e finalmente estabelecer um novo mínimo menos indigno.

Entretanto, prosseguiremos na planície, na luta e labuta diária e temos plena consciência das responsabilidades públicas que pesam sobre os ombros dos representantes populares. A partir daí, fixar o salário-mínimo em um patamar equivalente ou próximo dos cem dólares é um objetivo claro e alcançável, que devemos perseguir às últimas consequências.

Com frequência lemos e ouvimos opiniões que procuram condenar e mesmo vetar o irrisório acréscimo de R\$60,00 no salário-mínimo vigente, sob o argumento de que um reajuste dessa ordem vai comprometer ainda mais as contas públicas. Aliás, são os mesmos defensores da transferência anual, sem questionamento, de bilhões de dólares para os credores da dívida pública. Exatamente aqueles que preconizam a manutenção das taxas de juros em patamares escandalosamente elevados.

Depois, sem muito esforço, é possível aduzir uma série de argumentos que justificam, do ponto de vista social, econômico, político e até mesmo tributário, a majoração do mínimo. E não é preciso que fiquemos

restritos às imediatas implicações de promoção social, que se refletem na pronta elevação da qualidade de vida de expressivo contingente da população. A Economia ensina que qualquer incremento de renda segue preferencialmente um desses dois caminhos: consumo ou poupança. Ambos impulsionam o crescimento.

Como sabemos, a injeção de novos recursos na economia tem um poder multiplicador formidável, que em um modelo tributário minimamente organizado e adequado vai finalmente elevar a arrecadação e ampliar, portanto, o poder de ação, especialmente social, do Estado.

Esses reflexos têm maior repercussão e são ainda mais positivos justamente naquelas áreas menos providas de recursos, nas unidades que abrigam as populações mais pobres da Federação. Para essas populações, um pequeno incremento de renda tem um significado que em muitas ocasiões chega a ser superestimado, pela ingenuidade dos próprios beneficiários.

A discussão sobre as fontes de recursos para se financiar esse aumento, que inclusive o Presidente da República faz questão de lavar as mãos, se dá de forma errada, especialmente quando se prende “ao impacto nas contas públicas” – ótica imposta pelo FMI – e não na ótica dos reflexos sociais e econômicos do ponto de vista do desenvolvimento e de dinamização da economia.

Se as reflexões se dessem considerando os impactos sociais, os cálculos deveriam ser feitos partindo dos seguintes números: segundo a Fundação Getúlio Vargas, 30% da população brasileira estão abaixo da linha de pobreza. São 49.6 milhões de brasileiros que tem como renda mensal menos de R\$79,00.

Pelo projeto que apresentei ao Senado, já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, o salário mínimo deve ser anualmente corrigido com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de R\$0,20 por hora de trabalho.

Além de garantir uma proteção ao salário mínimo, nosso projeto contempla também ao longo dos anos o resgate da função social original do salário mínimo, a e garantir um patamar mínimo de renda, adequado às necessidades de manutenção do trabalhador e de sua família nos termos do preceito constitucional.

Foi isso o que entendeu a Consultoria Legislativa do Senado ao emitir uma Nota Técnica que solicitamos sobre o nosso projeto, assinada pelo consultor Mário Theodoro. A nota, que é parte integrante deste pronunciamento, também desmistifica o efeito devastador que o aumento do salário mínimo teria sobre as contas da Previdência Social.

Conforme observa Mário Theodoro, o contingente de pessoas em idade ativa no Brasil é hoje proporcionalmente alto, assemelhando-se bastante ao quadro existentes nos países europeus no período de auge do Estado de Bem-Estar Social.

Desta forma, em ambiente de cobertura plena, o sistema previdenciário brasileiro seria capaz, hoje, de proporcionar, com alguma sobra, o pagamento dos benefícios, de maneira integral, aos aposentados e pensionistas.

“Com alguma sobra”. Esta observação me remete ao que tenho afirmado ao longo dos anos de minha vida parlamentar: sempre que se faz referência ao déficit da Previdência Social, aponto a universalização do sistema previdenciário como solução. Se todos contribuírem proporcionalmente ao que ganham, todos poderão se aposentar com o mesmo valor do salário de contribuição sem nenhum rombo para o caixa da Previdência. A questão então é de prioridade do governo. O Impacto nas contas públicas pode ser resolvido de outra forma. O Combate à sonegação e a corrupção são duas delas.

Senhor Presidente, quando se nega uma remuneração justa ao trabalhador nega-se simultaneamente as condições mínimas para a vida digna. Sem garantir uma vida digna a todos os seus cidadãos, o que poderá um Estado esperar e exigir em contrapartida? Evidentemente que nada!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pois não.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo à Mesa. Senador Mão Santa, V. Ex^a está presidindo provisoriamente, mas tenho certeza de que, juntamente com os dois Vice-Presidentes do Senado, que estão presentes na Casa, os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos e Paulo Paim, solicitará à Advocacia do Senado que encaminhe, o mais rápido possível, documento atinente à declaração de Imposto de Renda dos Srs. Senadores. Peça urgência, porque o prazo de entrega da declaração está se esgotando. Sei que alguns Senadores que eram Deputados estão orientando outros Senadores a sonegarem informação à Receita, mas eu não vou fazer isso.

Portanto, reitero, o meu apelo à Advocacia para, o mais rápido possível, encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já está pronto e já se encontra na Mesa, neste instante.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)
– Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por cessão do Senador Almeida Lima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu começo com uma matéria do Jornal **O Estado de S. Paulo**, de hoje, do Jornalista Silvio Bressan, e nela os cientistas políticos Leôncio Martins Rodrigues e Rubens Figueiredo e o Sociólogo Sérgio Adorno dizem que o Brasil vive uma situação de desobediência civil com uma grande dificuldade para o Governo manter a lei e a ordem.

Sr. Presidente, fazendo um *pot-pourri* da imprensa brasileira, hoje, nos principais jornais do País, nós temos o editorial da **Folha de S. Paulo**, condenando e estranhando o PT ter dito na sua reunião do fim de semana que daqui para frente não aceita mais dinheiro de bicheiro, de bingueiro ou sei lá de quê. E diz o Jornal **Folha de S. Paulo**: “Chama a atenção que tamanha obviedade não fosse já procedimento regulamentado no partido (...)”.

No **Jornal do Brasil**, de hoje, Belisa Ribeiro diz que Waldomiro Diniz finalmente está valente, está corajoso, diz que ele quer se acarear com Carlinhos Cachoeira. Recomendo muito cuidado aos Deputados e à assistência com os seus pertences no momento em que acontecer esse ilustre encontro.

Em **O Estado de S. Paulo**, Cesar Giobbi “Não caiu nada bem o resultado da reunião do Diretório Nacional do PT.” Em outra passagem, “Waldomiro Diniz não será mais chamado para nada? Santo André vai continuar por isso mesmo? José Dirceu não irá ao Senado? O comentário era que o Governo do PT pode ser ineficiente em muita coisa, mas, em operação abafa, ele tem se mostrado efficientíssimo”.

No **Jornal do Brasil**: A contradição dentro do Governo. A bateção de cabeça. “Ministra Marina Silva não cede em licenças ambientais.”

Aqui, temos o Prefeito do Rio de Janeiro, o Sr. César Maia, cobrando ação do Governo Federal em proteção aos seus municípios; aos municípios que ele dirige, eleito pelo povo que foi naquela cidade.

No **Informe JB**, novamente escreve Belisa Ribeiro, dando conta de que “a Câmara dos Deputados – e aqui fala alguém que, a vida inteira, foi solidário à causa indígena, e não é isso que está em jogo para mim. Ninguém vai me jogar contra garimpeiro nem contra índio. Eu sou a favor de que tenhamos o País em paz

e com a lei obedecida. Mas, escreve Belisa Ribeiro que “a Câmara dos Deputados foi, ontem, tomada de assalto por lideranças indígenas, que se sentaram à Presidência da Mesa, deram a palavra, fizeram a sessão de um Parlamento surrealista.” A culpa não é de índio nenhum, mas da falta de controle sobre o País, do Governo ou do desgoverno que aí está.

“Presidente estuda pronunciamento à Nação.” Aqui, na matéria do Jornal **O Estado de S. Paulo** diz que Sua Excelência vai criar mais frentes de trabalho. Não sei se são frentes ou grupos de trabalho.

“Sem-teto invadem 5 áreas em um dia, em SP” O Governador Geraldo Alckmin diz que da parte dele haverá o cumprimento da autoridade e o Estado de São Paulo não será condescendente.

Diz o líder dos sem teto: “Sem pressão a moradia não sai nunca”. “No Recife, 500 famílias ocupam área do Ibama”.

Diz a Fiesp, através do Sr. Horácio Laffer Piva, que “abuso do MST afasta investidores”, ao mesmo tempo em que **O Estado de S. Paulo** afirma que “gaúchos reativam invasão zero e monitoram MST”, ou seja, começa haver ameaça de choque entre donos de terra e movimento dos sem terra, sob o olhar leniente, irritantemente incompetente e complacente do Governo Lula.

O Governador Aécio Neves, do meu Partido, faz uma denúncia candente, no jornal **O Globo** de hoje. “O Governo está cedendo. Quem grita leva”. Mais ainda para que não se iludam quanto ao que será o salário mínimo possível por este Governo. “Aumento do mínimo esbarra em ações judiciais”.

Correio Braziliense de hoje: “A marcha federativa”. Governo sob pressão. Os Srs. Governadores reclamando que o Governo cumpra o que prometeu e não cumpriu: fundo de exportações, Cide, burocracia, recursos orçamentários, enchentes, segurança, dívida e estradas.

Jornal do Brasil de hoje, do colunista consultor político Gaudêncio Torquato, diz que “na vida pública não basta falar, não basta saber, de igual importância é saber fazer. Para um governo que se faz leniente diante do arsenal de ilegalidade, impunidade que o MST produz no campo é uma lição mais útil do que ficar repetindo a lengalenga sob herança maldita”.

Finalmente, o desempregado que tentara falar com o Presidente Lula e que ateou fogo ao próprio corpo, falecendo em seguida, foi transportado por um avião da FAB para Vitória, onde morava. Sua mulher disse que ele se sentia humilhado e desesperado pela situação de desalento social em que vegetava.

O **Correio Braziliense** também se refere ao triste fim de Antônio, desempregado que ateou fogo ao corpo e às vestes e que morreu dessa maneira trágica.

O jornal **O Estado de S. Paulo** diz: “Morre homem que queria ver Lula”.

O Globo: “Especialista diz que alertou o Governo há um mês. Não foi por falta de aviso, diz Jean Pierre Leroy, que denunciou o clima de tensão em Rondônia. Ou seja, o choque entre garimpeiros e índios em Rondônia foi avisado ao Governo da República há muito tempo e as providências não foram tomadas. Isso é muito mais grave do que aquilo que se passou – e foi lamentável o que se passou – em Eldorado dos Carajás.

“Rebelados em Rondônia esquetejam detentos”. “Lula sabia do risco da tragédia”, diz o **Jornal do Brasil**, referindo-se de novo a garimpeiros contra índios. Volta o **Jornal do Brasil** a falar em acampamento indígena no Congresso Nacional, sob os olhares de pessoas que não dirigem o País e entendem que a anormalidade é normal.

Correio Braziliense: “Selvageria explícita”, “Cabeças, braços, pernas... O que sobrou de presos esquetejados por rivais foi exibido em ritual macabro em presídio de Porto Velho. Na selva, Polícia Federal resgatou 26 corpos de garimpeiros mortos por indígenas”.

Correio Braziliense: “Corpos com sinais de tortura”, ainda se referindo à tragédia de Rondônia.

Folha de S. Paulo: “PF resgata corpos de garimpeiros em RO. Para a Funai, garimpeiros sabiam de risco”.

E, ontem, foi infeliz o Ministro Márcio Thomaz Bastos ao dizer que os garimpeiros estavam praticando ilícitudes e que suas famílias deveriam estar cientes desse fato, como se a ilicitude fosse um passaporte para se estabelecer a pena de morte no Brasil. Se assim fosse, o Dr. Márcio Thomaz Bastos já deveria ter mandado matar Fernandinho Beira-Mar na prisão onde se encontra. Não há pena de morte no Brasil.

O Estado de S. Paulo: “Para a UDR, Funai estimula violência na luta por terra”.

O Estado de S. Paulo, Edson Luiz: “Há 99 garimpeiros desaparecidos em RO”.

Folha de S. Paulo: “Amotinados matam oito em Porto Velho”.

E mais ainda, Senador José Agripino Maia: “Líderes ordenam que traficantes soltos parem de proteger Dudu”. Assim como V. Ex^a e eu damos declaração à imprensa, os líderes do tráfico também dão declaração à imprensa livremente. Ficamos sabendo, tanto quanto eles sabem das nossas notícias, que, como líderes de certo setor no Brasil, eles ordenam que parem de proteger o Dudu, ou seja, há uma quadro de mazorca e

de absoluto desrespeito à Constituição, ao contribuinte brasileiro e à cidadania neste País.

O Globo: “Espetáculo de selvageria em Rondônia. Presos rebelados em penitenciária decapitaram e esquartejaram detentos diante de policiais e parentes”.

O Estado de S. Paulo: “Motim em Rondônia. Oito mortos, reféns e terror”.

O Estado de S. Paulo: “Prefeito do Rio cobra ação do Governo Federal em relação à violência”.

Correio Braziliense: “Lula vai à TV anunciar pacote. É bom que Sua Excelência saiba que vai à TV quantas vezes queira, mas cada vez fala com menos credibilidade, perante uma Nação que está absolutamente indignada com um Governo que não age, não governa, não atua, não pune e não premia; o Governo da injustiça, o Governo da iniquidade.

“Greve dos fiscais derruba superávit comercial”. O Governo que se elegeu apoiado em servidores públicos não trata com dignidade nem com abertura de; mocrática os servidores públicos que o procuram para ouvir o sim honesto, ou o não honesto também. E Mário Covas dizia ser preferível o não verdadeiro ao sim mentiroso.

Então, aqui está a balança comercial brasileira começando a sofrer os resultados negativos da falta de Governo neste País. “Lula quer nova meta de inflação. Palocci resiste”. É surrealista, Senador José Agripino.

Se é bom ou não para o País eles ganharem eleição, que façam o que achem melhor para o País. Eu por exemplo sou a favor de se manter as metas de inflação tal como elas estão estabelecidas. Mas quem desmoraliza as metas de inflação sustentadas pelo Ministro Antonio Palocci é o Presidente Lula. Esse quadro não pode resultar em boa coisa, se é que imaginamos que o Brasil tem obrigação de fazer os seus Governos irem do começo ao fim, gerando fatos importantes para a Nação.

Agora a polêmica é entre o Presidente Lula e o Ministro Antonio Palocci. Modelo econômico em Cheque. Os Governadores do PMDB vão a Lula cobrar mudanças profundas na política econômica que está sendo praticada e que o Presidente Lula diz que apóia, apesar das restrições que já relatamos aqui.

O Correio Braziliense traz a seguinte manchete: “Empresas pedem imposto menor”. Automóveis. “A carga tributária é muito alta e isso precisa ser revisto”, diz o Sr. Golfarb. “Montadoras têm como produzir 3,2 milhões de veículos, mas só venderam 1,4 milhão em 2003”. Ou seja, o espetáculo do crescimento econômico que não se realiza, que não se realizou.

Folha de S. Paulo: “Otimismo continua restrito aos exportadores”.

Além dos exportadores, ninguém mais teria direito a otimismo neste País – é o que diz de maneira candente o jornal **Folha de S. Paulo**.

Aqui a mesma **Folha de S. Paulo:** “Milhares fazem fila para santo Expedito”.

Para quem não é católico, devo dizer que Santo Expedito é o santo dos aflitos, é o santo das causas urgentes, é o santo de quem não tem mais a quem apelar na terra, ou seja, esse é o estado de espírito do povo brasileiro.

Correio Braziliense: “Equilíbrio difícil”.

O Governo promete e está encalacrando-se do ponto de vista do cumprimento do seu compromisso com a ordem nas contas públicas neste ano, absolutamente favorável, de 2004, quando não houve nenhuma crise internacional, como não houve em 2003, quando os juros estão zero no Japão e de 1% o ao ano nos Estados Unidos. Ainda assim, a incompetência não lhes permitiu aproveitarem bem as benesses internacionais que receberam.

O Estado de Minas: “Lula pede responsabilidade aos sem-terra e servidores”.

Desta tribuna, peço responsabilidade ao Presidente Lula para que cumpra com o seu dever de governar a Nação.

O Jornal do Comercio, de Pernambuco: “MST defende invasão de terras produtivas”.

Jornal **Zero Hora** e, no caso, vem o risco do confronto civil no País: “Ruralistas criam o ‘Maio Verde’ para impedir invasões”.

É a contraposição deles ao Abril Vermelho de Stédile.

O Estado de S. Paulo: “O Governo em guerra contra os fatos”.

E o editorial de **O Estado de S. Paulo** de hoje denuncia, com enorme capacidade de concisão, este desgoverno que me faz permanecer tantos dias, tantas semanas e tantos meses, nesta tribuna, batendo, malhando em ferro frio, quem sabe, mas acreditando que água mole em pedra dura tanto bate que acaba furando a dureza da pedra.

Jornal do Brasil: “Lula ao MST: ‘Sejam responsáveis’”

Meu Deus do céu, sejam responsáveis!

“Sem-teto ocupam prédios em São Paulo”.

Sem-teto vinculados à CUT, esse movimento é vinculado à CUT.

“Ministra não cede em licenças ambientais”.

Não se sabe o que o Governo é: se o Governo é a Ministra Marina ou se é o Ministro Rodrigues; se o Governo é o Ministro Furlan ou se é o Ministro Rossetto. “*To be or not to be!*” É o governo mais *shakesperiano* que já vi em toda a minha vida, se é que posso cha-

mar de governo algo que não se explicita como tal, ao longo do dia-a-dia das suas ações.

Folha de S. Paulo: “Índios ocupam a Câmara e só saem depois que Lula promete recebê-los”.

Esse é o espetáculo da brincadeira, o espetáculo do deboche, o espetáculo da falta de energia, o espetáculo da falta de pulso. E sabemos que o Lula recebe, ao contrário do Governador Jarbas Vasconcelos, que só recebeu o MST depois que cessaram as ameaças de invasão do Palácio das Princesas.

Agora já se sabe qual é o mapa da mina: ameaçar. Assim o Lula recebe. Ameace que o Lula recebe! Então podem desocupar a Câmara dos Deputados, porque Lula prometeu recebê-los.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, ao pedir este aparte, gostaria de fazer menção, entre esses vários episódios que V. Ex^a está citando nas manchetes de jornais, a um especial que me pareceu da mais profunda gravidade e que, diante de tantas desordens e violências que têm acontecido neste País, não teve ainda a repercussão que precisa e merece ter. O corpo que vimos jogado em cima de um carrinho de compras ou um carrinho de construção sendo carregado como um objeto qualquer simboliza o total descaso pela vida humana e desrespeito aos valores mais importantes da sociedade. Foi com perplexidade que assistimos a um massacre agora muito maior do que o de Carajás por enquanto, pois circulam vários tipos de notícias cujas características éticas e morais são muito piores do que o massacre de Carajás, porque não se limitam à morte.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – No massacre, corpos foram mutilados e depois jogados de maneira degradante para a condição humana. Não obstante o choque de todas as notícias e imagens, assistimos ontem à noite no Jornal da Globo, nas notícias da meia noite, e hoje no Bom Dia Brasil, ao Superintendente da Funai, em atitude, a meu ver, absolutamente inaceitável por parte de um oficial do Governo, dizer que os índios agiram de forma correta, pois estavam defendendo seus interesses. É como estimular uma guerra civil cruenta e sangrenta neste País. Parece que não há noção do que está acontecendo no Brasil. Parece que, nessa perda de noção, estamos perdendo contato com os valores mais nobres da sociedade civilizada. E pior: ainda não estamos encontrando, nem aqui mesmo nesta Casa, a indignação necessária para o que está acontecendo e para as palavras que este senhor proferiu publicamente, aparentemente em nome do

Governo, aparentemente como Superintendente da Funai. É necessária uma explicação imediata, urgente para este País, para esta sociedade, das palavras desse senhor. E quero comunicar que estou pedindo de novo à nossa Subcomissão de Segurança que convoque imediatamente esse senhor, a Polícia Federal e o Governador do Estado de Rondônia a esta Casa, para virem explicar a situação. E vou pedir às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que nos acompanhem nesse encontro, nesse esclarecimento, porque não é possível admitir que quem quer que seja, muito menos um homem do Governo, quem quer que seja e sob qualquer pretexto, justifique um massacre das proporções do que foi realizado em Rondônia.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, é só um adendo, não é um aparte.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Arthur Virgílio, peço um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concederei o aparte, Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, não vou fazer um aparte a V. Ex^a. Só desejo dizer ao Senador Tasso Jereissati que S. Ex^a está sendo generoso quando pede que o Presidente da Funai venha aqui. Devemos é pedir ao Presidente da República que demita, imediatamente, esse Presidente da Funai. É isto que o Senado tem que fazer: pedir ao Presidente da República que o demita, por incompetência, desumanidade e insensibilidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já responderei a V. Ex^a, Senador. Antes porém, concedo um aparte à Senadora Ana Júlia Carepa, com muita honra.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Arthur Virgílio, ouvi V. Ex^a citar artigos de jornais, mas não farei comentários a esse respeito. Ontem, subi à tribuna e, a pedido do Presidente, não utilizei todos os minutos a que tinha direito. Mas quero dizer que fico cada vez mais chocada com a verdadeira xenofobia que se está criando, cada vez mais forte, por todos os meios, inclusive os de comunicação, contra os índios no nosso País. Não justifico, não aprovo. Condene o massacre. Ontem, eu me solidarizei com as famílias dos garimpeiros, tão vítimas quanto os índios. Em 30 anos, havia 5 mil Cinta Largas; hoje são 1,3 mil. E o massacre desses 3,7 mil índios? Cadê a indignação do povo pelo massacre “só” de 3,7 mil Cinta Largas, sem contar os milhares e milhares de índios de outras etnias que vêm sendo massacrados ao longo de 500 anos? Sua cultura diferente é da nossa. E muitas vezes, o homem branco chega lá ensinando-lhes bandagem. Os garimpeiros, infelizmente, também são vítimas, e não são vítimas só dos índios; são vítimas

de contrabandistas, pois aquelas pedras sequer podem ser comercializadas, o Brasil não pode comercializá-las. Aquilo tudo vai para o contrabando. Quem está por trás desse massacre dos índios? Pessoas que são inclusive pressionadas. Muitos são pobres e sofrem pressão em suas próprias casas. Suas famílias são ameaçadas. Se não forem garimpar, matam seus filhos. São todos vítimas. Os índios também são. Não podemos passar a condenar somente os índios. Não tenho a menor dúvida de que os índios serão presos e de que realmente haverá justiça aliás, diferentemente do que ocorreu em Eldorado dos Carajás. Oito anos depois, não há ninguém preso nem culpado por 19 mortes, não sei quantos feridos, e várias pessoas com seqüelas. O resultado veio na forma de várias outras mortes, Senador! O meu Estado continua campeão de mortes no campo. Infelizmente! Triste título esse do Pará. No Pará, o massacre não partiu de gente que tem cultura diferente, mas da Polícia Militar, a mando do ex-Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel, a mando do Secretário de Segurança. O massacre de Eldorado dos Carajás foi perpetrado por quem deveria manter a ordem, a segurança e assegurar a vida das pessoas. Quero dizer que me solidarizo com os garimpeiros, pois eles são vítimas. Mas são muito mais vítimas do contrabando. Essas pedras preciosas nem podem ser comercializadas legalmente, ou seja, não deixam um centavo neste País para o povo, pois são todas contrabandeadas. Em 2003, Senador, o Governo tirou, sim, 4.500 garimpeiros da terra dos cinto-largas, por intermédio da Polícia Federal! Faltou ficar mais gente lá? Concordo. Mas não podemos agora condenar só um dos lados, sob pena de estarmos legando para o futuro, para os nossos filhos, para a nossa juventude uma atitude cada vez mais preconceituosa em relação aos índios, que já eram moradores desta terra quando os brancos aqui chegaram.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

Ouçõ a Senadora Heloísa Helena e, em seguida, o Senador José Agripino Maia. Logo após, respondo a todos.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Arthur Virgílio, devo dizer-lhe que fico profundamente constrangida de vê-lo na tribuna. Sabe V. Ex^a do carinho pessoal que até aprendi a cultivar por V. Ex^a, talvez porque tenhamos comportamento e temperamento belicista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – No meu caso, é uma injustiça dizer isso.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – (Risos.) Às vezes, acabamos cultivando relação de carinho. Contudo, talvez o meu maior constrangimento

em relação ao Governo seja por ele possibilitar que V. Ex^a, que o meu querido Líder do PFL, Senador Agripino, muitas vezes estejam na tribuna do Senado, explorando legitimamente as feridas provocadas pelas contradições desse Governo, até porque nem um dos postulantes à Presidência da República, nem mesmo o então Senador José Serra, nem um dos candidatos, enfim, disse que daria continuidade a esse tipo de política econômica do Governo Fernando Henrique. Aliás, não é à toa que a frase do ex-Senador José Serra era: “Continuidade sem continuísmo”; e ele fazia muitas críticas, inclusive em relação à política econômica. Pois bem, o que mais me causa constrangimento é que o que leva V. Ex^a à tribuna é a ambivalência do Governo. Por mais que me irrite quando V. Ex^a explora as feridas das contradições do atual Governo, reconheço que V. Ex^a tem legitimidade para fazê-lo, até porque, quando eu era Líder do PT e Líder da Oposição no Governo Fernando Henrique, ficávamos a repetir, quase que em uma cantilena enfadonha, a tal frase do ex-Presidente Fernando Henrique. Ninguém sabe ao certo se ele disse isto, mas dizíamos que ele havia dito: “Esqueçam o que escrevi”. Como o Governo Lula hoje diz “esqueçam o que escrevi, o que fiz, o que falei”, é evidente que tenho que agüentar V. Ex^a na tribuna, explorando as feridas das contradições do Governo. Mas o problema do Governo é a ambivalência, que não serve para a formação do caráter do indivíduo e, menos ainda, para a Administração Pública. Esse é o problema. A mesma política econômica condenável como herança maldita para ludibriar os movimentos sociais e a chamada esquerda partidária é apresentada como virtuosa para amansar os mercados. Este é o problema: a ambivalência. Como sou da turma dos cristãos de Jesus Cristo seja quente ou seja frio, porque o morno se vomita, penso que a ambivalência não serve nem para a construção do caráter de uma pessoa, nem para a Administração Pública. Esta exige medidas ágeis, concretas e eficazes, e que se tenha lado. Como é um Governo que tem dois lados ora atende a um tipo de demanda de um Ministério, ora atende a outra; ora não disponibiliza recursos para fazer a reforma agrária, ora coloca o chapéu do MST, aí dá nisso. Infelizmente, tenho que agüentar. A minha indignação maior diante desse Governo é porque ele acaba autorizando as críticas de V. Ex^a. Tenho que agüentar V. Ex^a, meu querido Senador Arthur Virgílio, explorando as malditas feridas das contradições desse Governo, que nem é quente, nem é frio. E o morno, como já dizia o velho camarada, sempre se vomita.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O camarada é Jesus Cristo?

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu estava ouvindo V. Ex^a falar não sei se terei a oportunidade de pronunciar-me hoje e tenho uma observação às palavras de V. Ex^a. A propósito dos 40 anos da revolução e da queda do Presidente João Goulart, escrevi um artigo que está para ser publicado a qualquer momento, intitulado “Lula e Jango, Presidentes sob o signo da contradição”. Procuo fazer um paralelo, sem nenhuma atitude cataclísmica nem catastrófica, entre o fim do Governo Jango marcado por atitudes erráticas e pendulares, acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo e o Governo do Presidente Lula. Estabeleço, evidentemente, os contrapontos e as justificativas que se impõem. A primeira delas é que o Governo do ex-Presidente João Goulart foi marcado pelo acaso. Ele se encontrava na China, em viagem de Estado, quando o Presidente Jânio Quadros renunciou. Assim, ele se viu na contingência de assumir de uma hora para outra e formou um Governo rapidamente. O Governo dele foi marcado por um movimento pendular ora para um lado, ora para outro e terminou como todos sabemos: mal. A Revolução de 64 foi operada por políticos de matizes diversos do ponto de vista ideológico, pelos sindicatos, pela classe média que se mobilizava e, ao final, pelos militares que operaram o golpe. O País é hoje muito mais democrático, muito mais institucionalizado. Mas é preciso que os fatos todos sejam objeto da nossa reflexão. Vejam V. Ex^{as}: o Governo do Presidente Lula preparou-se por anos e anos; não foi improvisado. Por anos e anos, apresentou uma plataforma, a plataforma do PT. Por anos e anos, as pessoas se habituaram a imaginar o que seria o Governo do PT. Em várias eleições, o povo votou a favor ou contra Lula, até que o elegeu, sabendo o que ele era e o que ele pretendia fazer. Muito bem. Então V. Ex^a aborda a questão dos sem-teto, que infernizam São Paulo. Veja V. Ex^a que tiro certo foi dado na credibilidade do Governo: os investidores que procuram o Brasil viram o Governo permitir a invasão das terras da Klabin, grande produtora brasileira de papel e celulose, grande exportadora e produtora de papel para o mercado interno. Vejam a imagem que o Brasil exporta ao permitir que uma empresa produtiva seja invadida, que terras produtivas sejam invadidas e que as coisas fiquem na base da leniência.

Ainda ontem, durante o depoimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Prefeito Cesar Maia, que aqui vieram por convocação da Subcomissão de Assuntos de Segurança, a Polícia Federal chegou e fez

uma manifestação de protesto diante de todos, afrontando o próprio Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, peço permissão para interromper um instante.

De acordo com o Regimento, a sessão se encerra às 18 horas e 30 minutos, e vamos prorrogá-la, mas solicitamos a compreensão, a inteligência e a competência sintética, principalmente do grande Líder e extraordinário homem público Senador Arthur Virgílio, para que encerre, porque há a inscrição do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Inscreveu-se também, para seu primeiro pronunciamento, que o Brasil todo quer ouvir, o Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo.

Ainda desejam falar o Senador Líder do meu Partido, Ramez Tebet, a encantadora Senadora Serys Shlessarenko e o Senador Valmir Amaral.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O orador ultrapassou seu tempo em 12 minutos e 30 segundos. Quero a isonomia depois, nas próximas intervenções.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pensei que o Senador Aloizio Mercadante fosse me apartear, mas já vi que não. Falo em seguida a S. Ex^a; ou seja, peço a minha inscrição como Líder da Minoria também, Sr. Presidente – e vamos continuar. O debate é isso. Temos de tocar para frente o debate e nada de nos encolhermos diante do cumprimento do dever.

Senador José Agripino, perdoe-me a interrupção.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Apenas para concluir meu raciocínio – não quero tomar o tempo do pronunciamento de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio –, ressalto que eu falava da greve da Polícia Federal e da anunciada e indesejável greve dos servidores públicos federais. Estamos caminhando para um preocupante clima de insolvência e caos. Vide o episódio da Rocinha, a disputa de poder por quem é capaz de prestar o serviço de segurança e o recente e lamentável episódio de Rondônia, sobre o qual almejo tecer breves comentários e fazer uma sugestão. Aliada à exploração de diamantes, estão as dezenas de mortes que ocorrem nos garimpos. Houve uma chacina não de brancos com relação a índios, mas de índios com relação a brancos. Em qualquer circunstância, seria deplorável. Todavia, o Presidente da Funai jamais poderia ter dito o que disse. Proferiu uma palavra quase de bênção e de justificativa sobre o ocorrido. Chamo a atenção de V. Ex^a para o fato de que reservas indígenas existem em vários Estados, mas me parece que a reserva indígena de Rondônia não está bem cuidada e creio

que se impõe uma investigação acerca dos fatos mal explicados da chacina cometida por índios com relação a brancos numa reserva onde se está explorando diamante e acerca da posição da Funai, dos Governos Federal e estadual, que encerram um quadro de muita dúvida, de exportação de má imagem do Brasil. Creio que o Senador Tasso Jereissati tem absoluta razão ao manifestar a preocupação que endosso de trazeremos para esta Casa o processo de investigação antes que seja tarde.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro o discurso, respondendo a cada um dos apartes e dizendo que me disponho a prosseguir o debate, pois percebo que é dever do Senador Aloizio Mercadante recolher as luvas que lancei. Portanto, vamos esgrimir as idéias na busca de um País melhor. Não tenho dúvida alguma.

Bem, sinteticamente, meu querido amigo Senador Tasso Jereissati, a sua iniciativa é absolutamente pertinente, e a preocupação que V. Ex^a tem é a minha. Chamo a atenção da Casa para o que me parece da maior gravidade. Os empresários tinham medo de Lula porque pensavam que Sua Excelência era Lenin, e Sua Excelência governa como Kerensky. Essa é a verdade que está a preocupar todos neste País.

O Senador Ramez Tebet fala em demissão do Presidente da Funai. Num governo normal, caberia, sim. Neste Governo, pergunto: cabe a demissão? Com quem vai concluir o Governo Lula, com Roberto Rodrigues ou com Rossetto? Não vai concluir com os dois. Vai concluir com fulano ou beltrano? As contradições estão aviltando. Vai concluir com Luiz Fernando Furlan ou com Marina Silva? Não vai concluir com os dois. Tenho absoluta convicção disso a partir do pouco tempo que possa ter de vivência na vida pública deste País.

Senadora Ana Júlia, minha querida amiga, passei a minha vida lutando por índios, por despossuídos, e o que está em jogo, a meu ver, neste caso, é a falta de ação de Governo, isso sim. Não se deve optar por índios ou garimpeiros. Nesse momento, levaram desvantagem aos garimpeiros. Sabemos o que tem ocorrido com os índios secularmente neste País. Reconhecendo o seu temperamento básico e franco, apenas registro que é absolutamente injusta a sua posição relativa ao Governador Almir Gabriel, que, a meu ver, foi vítima daquele episódio de violência policial tanto quanto foram vítimas os que em outros momentos foram enredados pelas tramas da falta de controle de uma máquina herdada de maneira absolutamente incondizente com a democracia deste País. Almir Gabriel é um democrata, seu adversário. Compreendo muito como essas emoções regionais funcionam. Mas S. Ex^a é um adversário seu que a vida inteira lutou, às vezes até com uma visão,

de tão idealista, equivocada sobre reforma agrária. Portanto, gostaria apenas de fazer esse reparo.

A Senadora Heloísa Helena diz que, no fundo, no fundo, S. Ex^a gostaria de ver este País governado de modo que não tivesse de ter feito o que fez, ou seja, a ruptura com este Governo.

Senador Agripino, V. Ex^a se refere à falta de autoridade. A falta de autoridade tem sido a marca deste Governo.

Tenho ainda muita munção, mas concluo dizendo o que dois cientistas políticos e um sociólogo disseram: o clima é de desobediência civil.

Aqui, temos promessas do Presidente Lula a militares. Ainda vou me referir a isso hoje.

“Déficit do INSS sobe 38%”.

“Só dá para aumentar R\$ 5,00 no mínimo”.

Ou seja, são mais promessas encalacrando o Governo, que, de promessa não cumprida em promessa não cumprida, ameaça, de fato, transformar o Brasil nesse quadro de desobediência civil que todos temos o dever de evitar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, por hora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Esperamos, com a sua inteligência mais brilhante, a sua competência sintética.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, falarei exatamente durante o mesmo tempo que o Líder da Oposição falou. Durará 18 minutos e 45 segundos o meu pronunciamento. Somente peço o princípio da isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será concedido o tempo a V. Ex^a. A Mesa solicita a V. Ex^a que use a sua competência e inteligência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 20 DE ABRIL DE 2004, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a – sei que o debate é mui-

to acalorado e o assunto é muito importante – eu desejaria fazer um apelo. O Senador Marcos Guerra está inscrito para seu primeiro discurso nesta Casa, e prorrogamos a sessão por trinta minutos. Assim, eu faço um apelo aos colegas para que ouçamos S. Ex^a como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho na verdade uma sugestão a V. Ex^a porque não podemos virar as costas para o debate. O Senador Aloizio Mercadante veio cumprir seu dever, e sinto que ainda não cumpri o meu por inteiro. O Senador Ramez Tebet precisa falar, a Senadora Serys Slhessarenko está inscrita. Sugiro, Sr. Presidente, nesta hora que é grave – a indignação do Senador Tasso Jereissati tem razão de ser, sim; a indignação de qualquer pessoa que seja contra o massacre de qualquer ser humano ou de qualquer grupo de ser humano tem razão de ser, sim –, sugiro que rompamos um pouco com essa norma de que temos hora para acabar. Não temos hora para acabar. Por que não prorrogar esta sessão por duas horas de modo a podermos todos nos saciar de dar satisfações à Nação?

Até fico calado. Tenho mais o que dizer, mas não falo como Líder, não falo por ter sido citado. Aguardo falarem todos os que estão inscritos, mas eu gostaria de voltar à carga, de voltar à tribuna. Se V. Ex^a, com seu espírito democrático, que é na verdade marca da sua trajetória, prorrogasse a sessão, ouviríamos o Senador Marcos Guerra, ouviríamos o Senador José Agripino, que precisa falar sem dúvida alguma, o Senador Ramez Tebet, sem dúvida, que está inscrito. Se for para tirar a vez deles, não falo, mas eu gostaria muito de falar. O Brasil precisa, estamos dando uma satisfação enorme à Nação.

O Senador Aloizio Mercadante fez o mais brilhante discurso de toda a vida dele – e olhem que eu o acompanho com admiração há muito tempo –, o discurso em que S. Ex^a falou, falou, falou e não respondeu a nada do que eu disse. Não estou falando de índio contra garimpeiro, estou falando de desgoverno no País, de falta de pulso para comandar a Nação e quero voltar à carga.

Então apelo a V. Ex^a, Presidente José Sarney, sabendo que V. Ex^a, afeito ao debate como é e conhecedor do espírito desta Casa, entende que a Casa não está saciada neste momento. Mais uma hora, mais uma hora e meia ou duas de prorrogação. Não temos nada mais nobre a fazer hoje do que continuar com este debate para que nós da Oposição indiquemos os rumos e para que o Governo, na verdade, se se achar bem, auto-suficiente, continue como está; se achar que temos algum valor em alertá-lo que mude alguns dos

desrumos, dos desvãos que estamos vendo tomarem conta deste País. É um apelo que lhe faço do fundo do coração.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra baseado no art. 14 do Regimento Interno. Quero respeitar, evidentemente, o nobre Senador e não usarei mais do que um minuto para responder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, citado, com base no art. 14 do Regimento Interno peço também a V. Ex^a que me conceda a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu dizia que abriria mão do meu direito de falar por ter sido citado. Aliás, o Senador não citou o meu nome, não deu o meu CPF, que é 154.982.477–53. Mas S. Ex^a olha para mim e diz: “O Senador está equivocando”. S. Ex^a citou o Senador José Agripino e a mim me citou, sim, respondendo ou tentando responder a minhas observações.

Eu fui o primeiro a abrir mão. Se os dois Senadores falarem, eu fico sem vez regimental para falar. E olhe que foi tão bonito o debate – e a Mesa foi tolerante comigo – que eu falaria nos vinte minutos em que se permitem apartes. Aqui o Senador Aloizio Mercadante falou por 18 minutos, tendo 5 minutos como Líder e sem direito a conceder apartes. Ainda assim, a Mesa foi tolerante com S. Ex^a, porque o momento pedia que se fosse tolerante com S. Ex^a. A Mesa foi até injusta com o Senador; deveria ter deixado que S. Ex^a falasse por uma hora porque o que eu disse aqui Mercadante não responde em três dias. Eu queria uma hora para S. Ex^a e mais cinco minutos para mim, ao final de todo esse período. Sem dúvida, abri mão de falar pelo art. 14 para S. Ex^a Aloizio Mercadante e para o Senador José Agripino. Mas volto a fazer um apelo a V. Ex^a: que todos saíamos daqui saciados do debate. Eu não estou; estou absolutamente faminto de dar mais satisfações à Nação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a sabe perfeitamente que embora estejamos em uma Casa de debates, eu sou escravo do Regimento. Para isto V. Ex^as me elegeram, para presidir a Casa. De maneira que dou a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, de acordo com o art. 14, inciso VI, segundo o qual somente dois oradores podem fazer uso da palavra na mesma ses-

são, para explicação pessoal, por cinco minutos, se nominalmente citados.

Depois eu darei a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu aguardo pacientemente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Mas eu faço um apelo aos Srs. Senadores. O nosso colega está esperando para fazer o seu primeiro discurso nesta Casa e seria uma indelicadeza de todos nós se não lhe déssemos esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, por dois minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Concordo plenamente, Sr. Presidente. É um direito legítimo, e o Estado do Espírito Santo seguramente tem uma grande expectativa com relação a esse discurso. Todos nós que passamos por isso sabemos o significado da primeira intervenção, e eu jamais abusaria desta prerrogativa.

Sr. Presidente, quando venho à tribuna, busco responder, dialogar e construir argumentos para o País; não venho aqui para ter um interlocutor privilegiado, exclusivo ou auto-referente. O debate para mim é geral. Eu não mencionei porque não o fiz. Quando achei que deveria mencionar, mencionei, como foi o caso do Senador José Agripino, por quem tenho imenso respeito; e falei de forma franca, objetiva e concreta.

Objetivamente, conflitos sociais fazem parte da democracia. Por sinal, a democracia veio para permitir que eles existam porque durante a ditadura militar nós tivemos dois mil sindicatos sob intervenção; dirigentes sindicais cassados; não havia liberdade de expressão, organização ou manifestação, porque essa é a essência da ditadura militar. A democracia vem exatamente para permitir que os de baixo possam se expressar por meio das suas organizações populares, movimentos, culturas e fazer reivindicações perante o Estado. Nós no Senado sempre encontramos aqui poderosos interesses da sociedade constituídos e que têm uma capacidade fantástica de exigir seus interesses. Os de baixo nem sempre chegam aqui; alguns, por sinal, nunca chegaram.

Quanto às nações indígenas, que estão no território brasileiro desde o início dos primórdios, um único índio foi eleito para o Congresso Nacional na História da República, o que mostra que aqueles que não têm voz, nem vez, nem voto precisam, sim, de mediação e interlocução.

O massacre dos garimpeiros, que temos que repudiar com toda a veemência, não pode dar lugar à

reconstituição de um discurso preconceituoso e próprio de uma cultura colonizadora que destruiu a identidade e a razão de ser desses povos. Daí a minha veemência em relação a esse episódio e outros que são recorrentes ao Governo anterior. Infelizmente, demoraremos para equacionar questões como a crise dos presídios, a moradia na periferia das grandes cidades que não podem ser tratadas com repressão e como problema de polícia, mas como questão social que precisa de interlocução, diálogo e negociação para que possamos construir uma sociedade mais solidária, mais generosa e com mais inclusão social para o povo brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu, que abri mão de usar o art. 14, descobro agora duas coisas: a primeira me causa surpresa; e a segunda, tristeza. Descubro primeiro que o Senador Aloizio Mercadante me considera auto-referenciado e, segunda, que S. Ex^a exclui a idéia de manter por mim o respeito que insisto em ter por S. Ex^a, o que é complicado. De qualquer maneira, pertence a S. Ex^a o livre arbítrio de saber quem respeita ou não, quem considera auto-referenciado ou não. Apenas desejo debater. E volto a dizer que, com muito brilhantismo, S. Ex^a encantou esta figura auto-referenciada que não julga merecedora de respeito porque conseguiu simplesmente não responder a questão que está posta. Eu não falei só de índio contra garimpeiro. Falei da mazorca que se instala neste País e da falta de pulso de Governo, que é muito bem definida pela Senadora Heloísa Helena como ambivalente. Essa ambivalência está de fato complicando os rumos de um Governo que se temia que fosse o governo do Lênin, que estão descobrindo agora que, quem sabe, seja o governo do Kerensky. E volto à carga se V. Ex^a permitir que a sessão prossiga, para que debatamos de maneira muito intensa ao que interessa à Nação. Estamos aqui mobilizados e, com certeza, mobilizando a Nação em torno de algo que é do interesse maior dela própria, a Nação brasileira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Digo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senador Arthur Virgílio ajudou à Mesa, pediu S. Ex^a a palavra pela ordem, mas usou o art. 14 na sua fala. De maneira que agora eu ouviria o Senador José Agripino Maia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só um momento, Sr. Presidente, eu jamais destrataria o Senador Arthur Virgílio, muito menos diferenciaria o Senador José Agripino. O que achei grave e mencionei foi a intervenção do Senador José Agripino em

relação a 1964. Mas o debate público é geral, e eu fiz para todos Senadores da Casa que tinham mencionado essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Mas vamos debater com o Regimento, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Tenho certeza, Sr. Presidente.

Só quero concluir. Volto a insistir: tratar conflito social de forma açodada, com discurso autoritário não leva nem a Kerensky nem a Lenin, leva a Stalin. E a História já enterrou esse tipo de fato, sobretudo em um País como o nosso, que defende liberdade de expressão, de manifestação, democracia. Se a história russa serve para alguma coisa é para mostrar que autoritarismo e repressão não é resposta para problemas sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) –

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gosto muito de debate qualificado, como o Senador Aloizio Mercadante diz também gostar. E é em tom de debate qualificado que nós estamos dialogando.

A questão da carnificina, da barbárie que aconteceu em Rondônia – e espero que não prossiga – não é um fato comum, é um fato singular. As barbáries nos presídios, infelizmente, estão tornando-se uma constante no Brasil, diferentemente do que acabou de acontecer em Rondônia com o morticínio, com a barbárie de garimpeiros degolados, de corpos mutilados, recolhidos em estado putrefato, que causaram indignação ao País inteiro, e que suscita o debate salutar, que tem de ser levado a efeito.

O que está havendo em Rondônia? Quantos eram, há anos, os índios Cinta Largas? Eles eram 5 mil e, agora, são 1,3 mil, como afirma a Senadora Ana Júlia? Quantos garimpeiros a Polícia Federal retirou, no passado recente, de atividade supostamente ilegal? O que essas pessoas estão buscando? Diamante? Diamante vale dinheiro, e vale muito. Há traficante nessa história? O Governo de Rondônia está cuidando com atenção da reserva indígena? Há o que investigar ou não há o que investigar? Acredito que sim.

E nisso tudo, Sr. Presidente, coloca-se a figura de Governo. V. Ex^a foi Presidente da República, foi Governador. Fui Governador e sei que o Governador, ou quem governa, tem a obrigação de ser árbitro; não pode tomar partido por um lado nem pelo outro. Não cabe, na minha cabeça, ver na televisão o Presidente da Funai fazer declarações claramente tendentes para um lado, o lado dos índios que promoveram a barbárie. Não quero aqui discutir as razões. O que quero é

que se investigue, e creio que esse assunto tem de vir para cá, pois se trata de assunto federal.

O debate estava sendo colocado nesses termos. Aparteei o Senador Arthur Virgílio e tomei a liberdade de antecipar um pouco da essência de um artigo que espero ver publicado dentro em breve, e que não é ofensivo a quem quer que seja. Reproduz a verdade dos dias de hoje, da ambigüidade do Governo, que prometeu uma coisa e está fazendo outra.

Quem é que não sabe, Sr. Presidente, que o Presidente Lula prometia dobrar o salário mínimo em quatro anos e que não está fazendo? Quem é que não sabe que o Presidente Lula prometia, jurava de pé junto que iria retomar o crescimento do País, que se esperava o “fora FMI” e que, em vez disso, o que aconteceu foi uma queda de 0,2% no PIB do ano passado? São constatações evidentes.

Fiz uma comparação entre os últimos dias do governo Jango – isso está escrito no meu artigo. O governo de Jango foi marcado pela ambigüidade, pois acendia uma vela a Deus e outra ao diabo, um governo que, é verdade, nasceu improvisado, porque foi tomado pela surpresa da renúncia de Jânio, com as ambigüidades de hoje: do movimento dos sem-teto, dos sem-terra, das greves de servidores públicos, desse recentíssimo episódio de Rondônia. S. Ex^a – e aí acho que não qualifica o debate – me coloca como alguém que esteve a serviço do regime de exceção. Não sabe S. Ex^a que fui eleito Governador do Rio Grande do Norte, o primeiro Governador eleito pelo voto direto, após o fim do regime militar. E não sabe S. Ex^a que o modesto Governador do Rio Grande do Norte – e V. Ex^a foi testemunha disso – foi talvez o primeiro Governador do Nordeste a romper com o seu Partido para promover a eleição de Tancredo Neves, que possibilitou a redemocratização do País.

O que desejo, Sr. Presidente, é estimular o debate salutar, rico, sobre questões que interessam à sociedade, e que objetive o fortalecimento das instituições. Esse episódio de Rondônia tem que ser esclarecido, e assim o será, pela nossa ação de oposição no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr.

Presidente, o assunto em discussão é importante, e tenho um compromisso – um vôo para o meu Estado. Como é a primeira vez que falarei da tribuna, gostaria de pedir a compreensão dos nobres Senadores, pois acredito que o Espírito Santo está querendo ouvir o meu primeiro discurso nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra. A Senadora Heloísa Helena concordará.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita honra que passo a integrar esse distinto plenário. Venho com o objetivo de somar meus esforços aos dos ilustres Parlamentares, que bem representam os Estados da Federação nesta Casa Alta do Congresso Nacional.

Uma vez que alguns dos nobres colegas ainda não me conhecem, esclareço que assumi, interinamente, o mandato de Senador da República, na condição de primeiro suplente do grande homem público que é o Senador Gerson Camata. No Estado do Espírito Santo, o nome Gerson Camata desperta respeito e admiração pelas qualidades que o caracterizam como ser humano e político, bem como pela atuação destacada em defesa dos interesses do povo e do Estado. Sei que não será uma tarefa simples, mas prometo empenhar o melhor de mim no cumprimento desta missão.

Desejo ressaltar que o Espírito Santo vive uma fase especial, tendo como Governador o Dr. Paulo Hartung. O mesmo brilhantismo com que esse ex-Senador desempenhou seu papel de parlamentar se revela, hoje, na recuperação da imagem daquela Unidade Federada, na credibilidade do seu governo e do setor produtivo e, conseqüentemente, na capacidade de gerar e atrair investimentos e nos resultados positivos, bem acima da média nacional. Tais sucessos contribuem, decisivamente, para elevar a auto-estima da população capixaba.

Estou ciente do grande desafio que me foi colocado. Pretendo, no entanto, durante o breve período até o retorno do Senador Gerson Camata, familiarizar-me com o funcionamento desta Casa e oferecer minha experiência, na condição de empreendedor, de liderança empresarial e de colaborador das políticas públicas desenvolvimentistas do meu Estado. Da mesma forma como alguns outros Senadores, trago-lhes a visão prática do empresário que cumpre as leis, que vivencia as exigências que atravancam o setor produtivo, que conhece de perto as dificuldades sociais e as carências básicas da população.

Sr. Presidente, considero que seja a hora de nos concentrarmos no que é mais importante: o Brasil precisa voltar a crescer; o País inteiro clama por respostas rápidas para os graves problemas nacionais, principalmente o desemprego, a violência, a queda do poder aquisitivo da população, as altas taxas de juros; as deficiências nas políticas de assistência social, educação, saúde e segurança pública. Essas devem ser as verdadeiras prioridades, e pretendo juntar minha voz

aos clamores contra as ações equivocadas do Governo Federal. Farei coro com as lideranças empresariais do meu Estado e do País, repercutindo nesta Casa os anseios e argumentos do setor produtivo. Dessa forma, contribuiremos para transformar os atos legislativos em instrumentos de desenvolvimento e justiça social.

O Brasil, ilustres Senadoras e Senadores, precisa também superar o atraso nas relações entre o Poder Público e o setor produtivo. Todos os setores das atividades econômicas sofrem com a demora na definição das reformas das legislações trabalhista e tributária; a situação atual inquieta o empresariado e inibe maiores investimentos do setor produtivo.

Enquanto não se faz uma verdadeira reforma tributária, o Governo vem propondo modificações tópicas em um ou outro imposto, sem, com isso, melhorar o cotidiano dos contribuintes. As recentes alterações na legislação em nada contribuíram para melhorá-la. Quando da votação da nova Cofins, em dezembro passado, por exemplo, o Senado referendou a posição da Câmara dos Deputados; assim, aprovou-se a matéria, sem as mudanças necessárias que impediriam o aumento da carga tributária. Prejudicou-se, mais uma vez, quem realmente paga impostos neste País.

Como líder empresarial, eu também defendi o fim da cumulatividade da Cofins, aliás, uma reivindicação histórica do empresariado brasileiro; mas não posso concordar com o patamar em que a nova alíquota foi fixada, chegando a 7,6%, quando, na verdade, o correto seria um percentual inferior a 6%.

Esse equívoco foi precedido de outro, ocorrido na legislatura anterior, quando o Congresso atendeu aos apelos do Governo e modificou a taxa do PIS, passando a alíquota de 0,65% para 1,65%. Alegou-se que não haveria alteração da carga tributária – como agora, com a Cofins –, mas, embora tardiamente, o Governo reconheceu que houve aumento de impostos.

Enquanto se comemora o bom desempenho da balança comercial e o crescimento das exportações, assistimos, inconformados, à luta por sobrevivência travada pelas micro, pequenas e médias empresas, devido ao alto custo social que lhes é imposto. Por conhecer de perto a realidade desse setor, estarei atento a todas as questões que lhe disserem respeito, defendendo seus interesses com muita determinação. Minha postura nesta Casa Legislativa será marcada pelo desejo de contribuir com quem realmente emprega e promove distribuição de renda neste País.

Quanto aos interesses específicos do Espírito Santo, julgo importante trazer à consideração de V. Ex^{as} graves questões que exercem influência direta no desenvolvimento do Estado e na melhora das condições de vida da população. Temas como a decisão

equivocada do Cade, que vetou a compra da Choclates Garoto pela multinacional Nestlé – o que poderá custar milhares de empregos e suspensão de investimentos privados; as sucessivas paralisações da construção do contorno de acesso da segunda ponte do município de Colatina – obra iniciada há quase vinte anos, imprescindível ao escoamento da produção das regiões norte e noroeste do Estado e leste de Minas Gerais; a necessidade da interiorização da universidade pública e da oferta de cursos de nível médio e superior, visando atender às vocações regionais dos municípios-pólo e reverter o êxodo de estudantes para as grandes cidades e a capital. Poderia citar vários projetos que não estão recebendo a necessária atenção do Governo Federal, que, inclusive, foram relacionados e entregues ao Ministro da Coordenação Política, Dr. Aldo Rebelo, mas pretendo abordá-los, com maior ênfase, no momento oportuno.

É óbvio, Sr. Presidente, que o Brasil tem vocação para o crescimento; entretanto, o que se viu nos últimos anos foi bem diferente: estagnação econômica, crises cambiais, empobrecimento da população, endividamento de empresas e consumidores. No ano passado, 2003, o Produto Interno Bruto, medido pelo IBGE, teve variação negativa de 0,2%. Segundo a última informação liberada por aquele Instituto, em fevereiro, a taxa média de desemprego, medida nas principais regiões metropolitanas do País, chegou a 12%. Torna-se fácil, portanto, entender por que a economia brasileira perdeu mais três posições no *ranking* das maiores economias mundiais. Dessa forma, com resultados e indicadores tão ruins, como poderá o Governo do Presidente Lula criar os dez milhões de empregos prometidos ao povo brasileiro?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Marcos Guerra?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pois não, nobre Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Marcos Guerra, V. Ex^a, que já revelou hoje a virtude da paciência, participando de um debate muito intenso na Casa que o acolhe de braços abertos, chega com a experiência de um empresário bem-sucedido, apaixonado por seu Estado, engajado em um projeto, a meu ver, muito salutar para o futuro do Espírito Santo. E esse projeto passa, sim, pelo Governador Paulo Hartung, pelo Prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, por homens como Gerson Camata, por homens como V. Ex^a, por Rita Camata, querida companheira. V. Ex^a faz um discurso em um tom moderado – que eu supunha – e, ao mesmo tempo, com a lucidez que ninguém poderia, em relação a V. Ex^a, dela desconfiar. V. Ex^a fala no emprego que pode ser propiciado pelas micro e pequenas em-

presas, na necessidade de o Presidente cumprir com seus compromissos de campanha – e o mais nobre deles foi o de 10 milhões de novos empregos. V. Ex^a, enfim, encanta a Casa, enche-nos de confiança e renova a confiança na luta dos seus companheiros de Partido. Tenho muita honra de, nesta quadra histórica, liderar um Partido como o PSDB e ter, ao lado desta bancada exemplar de Senadores, um Senador como V. Ex^a, que a todos nos cativa pelo trato pessoal, pela seriedade pública e agora nos cativa pela competência parlamentar, pela competência política demonstrada com esse seu discurso, excelente discurso de estréia e que mostra o grande Senador que seu Estado, o Espírito Santo, está enviando para o Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte que me concede.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, nobre Líder.

Embora não queira parecer intransigente, sinto-me na obrigação de questionar os rumos da atual política econômica. É claro que os resultados da economia brasileira podem até atender aos interesses dos organismos internacionais, mas, com certeza, não correspondem às necessidades e expectativas do setor produtivo, nem aos milhões de brasileiros que perderam e continuam perdendo seus empregos. Não posso me omitir quanto a esses problemas, porque não desejo ser criticado, futuramente, por não ter tido o discernimento necessário diante de questão de tamanha gravidade.

Entendo, portanto, que o grande desafio que este País tem pela frente é o de voltar a crescer, desonerando a atividade produtiva, para permitir a geração dos tão alardeados e desejados milhões de novos postos de trabalho. Essa é a única alternativa que entendo capaz de fazer com que a esperança do povo brasileiro renasça e supere o medo; e foi um pouco dessa esperança que a Nação depositou em nós, e podemos fazer dela, da esperança, o instrumento que pode mudar os rumos do Brasil.

Sr. Presidente, ilustres Colegas, apesar da dolorosa realidade que o País vive, quero reafirmar minha crença nas instituições republicanas e na democracia. Junto-me aos Senhores, nesta Casa, voltado para a defesa dos interesses do Estado do Espírito Santo, em sintonia com os ilustres conterrâneos, os Senadores João Batista Motta e Magno Malta, mas, acima de tudo, devoto-me aos mais altos interesses do povo brasileiro, razão da minha presença neste recinto.

Apresento a todos minha saudação e os meus respeitos. Estou pronto a colaborar e espero também de V. Ex^{as} a necessária colaboração no cumprimento das minhas obrigações como legislador.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Com muito prazer, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Marcos Guerra, gostaria também de parabenizá-lo pelo seu importante discurso de estréia. S. Ex^a demonstra clara preocupação com a criação de empregos na área das micro e pequenas empresas no Brasil. Tenho certeza, em função de nosso conhecimento, das primeiras conversas que tivemos e de todas as notícias sobre o seu passado e sua história de grandeza, da contribuição que trará a esta Casa e à nossa Bancada em particular. Agora essa certeza se confirma por suas palavras serenas, sensatas, equilibradas e críticas. Elas nos dão uma visão muito clara dos problemas que temos que enfrentar. Quero falar de nossa alegria de poder contar com um companheiro de sua magnitude. Tenho certeza de que, juntos, poderemos trabalhar pelo País e pelo Espírito Santo. Parabéns! Muito obrigado por conceder-me o aparte.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Por favor, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Quero juntar minha voz às vozes de seus colegas de Partido e à voz dos meus amigos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, que cumprimentaram V. Ex^a, Senador Marcos Guerra. O Espírito Santo tem sorte. Licenciado o Senador Gerson Camata, que tão bem defende os interesses do Estado, V. Ex^a o substitui. E com V. Ex^a já tenho mantido aqui na Casa muitos contactos, muito entendimentos, pois V. Ex^a faz parte já da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República. Quero cumprimentá-lo. Pelo que senti, digo de coração, V. Ex^a honrará nesta Casa seu Estado pelas elevadas qualidades que ornamentam seu caráter de empresário e de homem público.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Marcos Guerra, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pois não, Senador.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Queria saudar sua primeira palavra entre nós e confirmar o que todos já disseram. É a versão e a confirmação de que temos um companheiro, incorporado à nossa Bancada e ao Senado, de excelentes qualidades, de pensamento organizado e que vai desempenhar um papel muito bom aqui. Saúdo-o afirmando que o Senado neste momento tem papel importante na vida brasileira. Sempre teve, mas agora muito mais a

Casa desempenha a função de núcleo da discussão correta sobre problemas brasileiros. Temas relevantes têm sido tratados aqui e, de agora em diante, serão tratados de forma mais consistente com a sua ajuda. Quero lhe dar os melhores votos como companheiro solidário ao seu trabalho.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pois não, Senadora Ana Júlia.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Marcos Guerra, na verdade, queria dar boas-vindas a V. Ex^a e dizer que esta é a Casa da democracia. Como Senadora do Partido dos Trabalhadores, pelo Estado do Pará, quero saudar o Senador do PSDB que está assumindo e que, com certeza, irá contribuir para o debate democrático. Não tenho a menor dúvida de que é do debate das idéias que chegaremos às melhores teses. Faço esta saudação: seja bem-vindo e que V. Ex^a possa participar desse debate. Fico feliz de ver um Senador do PSDB fazendo um debate com tranquilidade. Queria parabenizar V. Ex^a e dar-lhe, mais uma vez, as boas-vindas.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senadora. Também gostaria de lhe agradecer, pois estou usando seu espaço aqui nesta tribuna. Espero retribuir no futuro. Gostaria de fazer um comentário: como cidadão comum, não conhecia os meus companheiros do PSDB agindo. Confesso que fiquei impressionado com a forma como V. Ex^{as} fazem oposição. É uma oposição construtiva, que vem a somar para o atual Governo. É uma pena que não prestam atenção nas colocações que V. Ex^{as} fazem nesta Casa e nas Comissões.

Gostaria de agradecer ao nosso Líder Arthur Virgílio por ter me apontado para Comissões extremamente importantes nesta Casa; Comissões que, como pequeno, como microempresário, acredito têm que olhar muito para o microempresário, bem como para o empresário de pequeno e médio porte.

A lei atual está em vigor há seis anos. Quero aqui, num futuro próximo, apresentar sugestões para corrigir suas faixas. Só quem é pequeno empresário sabe da dificuldade de estar sob a vigência de uma lei – a que protege o pequeno empresário – que praticamente há seis anos não recebe correção.

Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo pautar-me por relações e atitudes éticas e fraternas, na responsabilidade e na civilidade, enquanto durar minha passagem por esta Casa.

Que Deus nos ilumine!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marcos Guerra, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Marcos Guerra, a Presidência tem a honra aqui de anunciar que V. Ex^a completa o número doze desse grandioso Partido, que é o PSDB. E doze são os apóstolos. Mas esse grupo é melhor, porque não tem nenhum traidor; está fiel às liberdades da Pátria.

Concedo a palavra, pela Liderança do meu Partido, ao ex-presidente desta Casa, Senador Ramez Tebet, do PMDB, pela representação do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, talvez seja eu o último orador desta tarde de produtivos debates travados no Senado por todos os oradores que me antecederam.

Não venho a esta tribuna para pôr lenha na fogueira, mas também não venho para tapar o sol com a peneira.

Ouvi alguns oradores. Parece que não podemos comentar o quadro assustador que está acontecendo no País. Parece que se banalizou a violência no País. Parece que mortes e degolas que acontecem em presídios, que brigas entre garimpeiros e índios, em uma verdadeira tragédia, são assuntos que não podem ser comentados ou são injustificados porque o Brasil foi descoberto em 1500.

Será isso? Será que não temos obrigação nesta Casa de buscar solução para esses graves problemas? E para encontrar solução, temos que apontar os problemas, temos de denunciá-los, temos que demonstrar a indignação que o Senador Tasso Jereissati demonstrou em um dos apartes que proferiu.

Essa indignação é própria dos sentimentos dos brasileiros, que, no meu entender, não querem viver o clima que está existindo no País. Líderes não querem viver presenciando líderes que desafiem a autoridade, líderes que propalem a marcação de dia e hora, como estão fazendo, para o desrespeito aos direitos humanos. E constitui, sim, violação aos direitos humanos, no meu entender, quando alguém se levanta e diz que vai invadir terra produtiva; quando dizem que eucalipto não dá para comer; quando temos que preservar o meio ambiente e tacham isso de improdutivo. Será que está certo o que ocorre sem que nada aconteça, sem que seja aplicada a lei, porque temos um quadro de justificativa do passado? Não, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Não é isso que

queremos ver. O Brasil não está tolerando isso, pois passou dos limites, sim.

Estou falando aqui numa palavra amiga. Acredito no Presidente Lula, que tem um coração maior do que o seu corpo, porque, se não tivesse um coração tão grande assim, teria diminuído o corpo ministerial de trinta e cinco ministros pela metade, até mesmo devido às palavras e desatinos que os ministros estão cometendo.

Quero aqui me lembrar do Ministro Miguel Rossetto, da Reforma Agrária, logo no início do Governo, que compareceu a um movimento daqueles que pleiteiam terra e justificou invasões, apoiando-as publicamente; e o Presidente Lula tolerou isso.

Estou vendo ministros falando de ministros, e o Presidente, dado o seu grande coração, tolerar isso. E aí, portanto, envolve uma questão crucial na democracia e no sistema presidencialista: há de se ter autoridade com responsabilidade. E a autoridade maior deste País é o Presidente da República, a quem cabe tomar atitudes, dizer que caminho devemos seguir para tentarmos reverter esse quadro tumultuado e tenebroso que o País está vivendo. A barbárie está acontecendo não apenas dentro dos presídios, mas também nas ruas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores. Essa é a verdade verdadeira que não podemos esquecer, nem justificá-la pelo fato de o Brasil ter sido descoberto em 1500.

Os índios merecem a nossa proteção, sim. São seres humanos iguais a nós, sim. Mas nem por isso vamos justificar chacina. Isso é um absurdo! Temos que reagir! O Senado é a Casa da Federação. Temos que reagir, sim! Agora já estão querendo mudar o conceito de reforma agrária. Antes se falava em reforma agrária de terras improdutivas. Hoje se fala em ocupação de terras produtivas, embora o agronegócio esteja salvando este País e a balança de pagamentos. Então, temos que perturbar quem está produzindo?! Então se abrem os cofres do Tesouro em R\$1,7 bilhão em face de ameaças?!

Sr. Presidente, esta Casa tem que se pronunciar, sim. Evidentemente, ninguém está a exigir solução dos problemas da noite para o dia, mas se está exigindo e há de se exigir ação dentro da lei. Fora da lei, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, positivamente, acredito, todos nós sabemos que não há solução. Temos que preservar o regime democrático, temos que dar um lugar ao sol a todos os brasileiros; devemos lutar por uma vida digna, honrada, mas não podemos ficar aqui a justificar atos sem agir, sem tomar atitudes.

Vários Srs. Senadores têm ocupado esta tribuna. Outro dia ouvi o Senador Sérgio Guerra ler a carta do Governador do seu Estado dirigida ao Presidente da

República, dizendo que lá a situação é muito grave. Todos têm ocupado aqui esta tribuna, não se trata aqui de oposição. Não quero que as minhas palavras sejam entendidas como as palavras de um sul-mato-grossense que quer defender o seu Estado, o Brasil, falando como Oposição. Estou falando como um Senador eleito pelo meu Estado, é verdade, eleito pelo Mato Grosso do Sul, mas um cidadão que está pensando no País. Estou pensando na Pátria, nos milhões de brasileiros desempregados, nos excluídos, nas famílias que querem viver em tranqüilidade.

Sei que a violência não começou neste Governo. Claro que não começou neste Governo! Violência sempre existiu, mas está recrudescendo, está aumentando sem nenhuma reação, sem nenhuma palavra firme, sem nenhuma palavra enérgica. E quando digo energia não entendo diferentemente a minha palavra, digo o cumprimento da lei, energia dentro da lei, ação dentro da lei. É isso que tem de acontecer. A Funai tem de defender os índios, eu também os defendo, mas, ao defendê-los, não posso justificar todos os seus atos, não posso entender que eles são os donos de Brasília. Tenho de garantir a eles um pedaço de terra! Isso eu tenho! Vamos agir nesse sentido, mas não vamos entender que eles são os donos do mundo, só porque a Esquadra de Cabral, quando chegou aqui, os encontrou. O que é isso? Onde estamos?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Peço um aparte.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Os argumentos que ouvi para a paralisia governamental, para a inércia, positivamente são históricos. A história serve para nos ensinar, para nos respeitar. A história e a cultura do índio têm de ser respeitadas, sim. Para isto serve a história: para que nós, inclusive, homenageemos aqueles que primeiro habitavam o solo brasileiro. Tudo bem, mas daí a se admitir, por parte de quem quer que seja, ações de insanidade, de violência, com justificativas históricas, positivamente, isso não está correto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, os dez minutos da prorrogação estão se encerrando. Agora, eu pediria a permissão para lembrar V. Ex^a, que conhece todo o Direito – Montesquieu, de “O Espírito das Leis” – que há três Senadores do PSDB que desejam apartea-lo. A Senadora Heloísa Helena ainda não foi para lá. São somente três, e eles são como três pessoas numa só – Pai, Filho e Espírito Santo.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Mas eu pedi um aparte também. Sou Líder do novo Partido.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, prestando uma homenagem à única mulher presente. Peço ao Senador Tasso Jereissati que o permita, pois foi o primeiro a pedir. Tenho certeza de que conto com a compreensão da Bancada do PSDB e do meu companheiro de Partido Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Tasso Jereissati está no meio, a virtude está no meio, e vai falar em nome do PSDB. Logo em seguida, a Senadora Heloísa Helena falará. Depois, vamos ouvir o Senador Valmir Amaral, pois hoje foi muito enlutada a sessão. Recordamos Tiradentes, Tancredo, Luís Eduardo e vamos comemorar o nascimento de Brasília, que é um fruto da grandeza do Piauí. Teresina, que foi a primeira capital planejada no meio do Estado, inspirou Brasília.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Cedo o meu pleito de aparte à Senadora Heloísa Helena, com muito prazer.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senadora Heloísa Helena, por unanimidade, V. Ex^a está autorizada a fazer o aparte ao modesto discurso do seu companheiro.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Ramez Tebet, agradeço de coração, mas o pior é que não sei se o que vou falar se coaduna com a vontade dos Senadores. Então, tenho de apelar ao Senador Mão Santa para garantir que os Senadores possam fazer um aparte e que o Senador Valmir possa falar. Senador Ramez Tebet, resolvi participar do pronunciamento de V. Ex^a e agradeço o gesto.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou conceder o aparte a todos. O Sr. Presidente vai ter um pouquinho de paciência.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – V. Ex^a tem de conceder para justificar, porque a base de bajulação do Governo está impedindo que se vote alguma coisa aqui. Então, temos de trabalhar até tarde para justificar nossos salários.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Meu discurso vai perder todo o valor se eu não for aparteaado pelos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra e Valmir Amaral.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – É isso mesmo, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a sabe a compreensão que tenho sobre ocupação de terra. Eu jamais patrocinaria aqui um moralismo farisaico. Respeito profundamente V. Ex^a pela sua compreensão, porque sempre respeito quem tem lado. Eu não respeito a ambivalência, o faz-de-conta, o cinismo e a dissimulação. Eu já disse várias vezes que sou favorável à ocupação de terras improdutivas. Penso até

que isso significa respeito à ordem jurídica vigente, porque entendo que o limite do direito à propriedade está no cumprimento da função social da terra. Se ela não cumpre sua função social, sendo improdutiva, ela não pertence ao proprietário, mas pertence ao Estado. Mas, se não há Estado, não há Governo. Se houvesse Governo, o debate da reforma agrária não seria a verbalização de algumas frases de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou da Comissão Pastoral da Terra ou do MLST ou de qualquer um dos treze movimentos nacionais que lutam pela reforma agrária, fazendo ocupação de terra. Se houvesse Governo para fazer reforma agrária conforme manda a Constituição, não haveria violência no campo. Em relação aos povos indígenas, para evitar que o povo brasileiro que nos assiste comece a achar que alguém aqui defende os debaixo e que outros defendem os de cima, para acabar com a farsa dos que supostamente agem dessa forma, há algo que o Governo pode fazer: aprovar o Estatuto do Índio. Se aprová-lo, resolverá o problema do tráfico de pedras preciosas e da demarcação. No entanto, o Governo faz a farsa do discurso de que tem compromisso com os povos indígenas, mas não defende a aprovação do Estatuto do Índio. Digo isso com a maior autoridade para fazê-lo, porque passei quatro anos nesta Casa batendo, de manhã, à tarde e à noite, no Governo Fernando Henrique Cardoso e o fiz não por bravata, por vigarice política ou por demagogia eleitoreira. Agi assim e o faria novamente. Registro ainda um fato muito claro: não adianta, para justificar a omissão do atual Governo, falar dos erros do passado. A Prefeita Lúcia Tereza Rodrigues, de Espigão d'Oeste, onde ocorreu a chacina dos garimpeiros, fez vários comunicados ao Governo Federal, ao Presidente Lula e ao Ministério da Justiça, dando conta de que uma chacina poderia ocorrer em razão dos gravíssimos problemas entre garimpeiros e povos indígenas. Se o Governo quer superar todos os problemas – nem estou pedindo que o Governo estabeleça a mesma metodologia adotada no Congresso para aprovar a farsa da reforma da Previdência – e assumir o compromisso com os menos favorecidos, não adote o moralismo farisaico do discurso e aprove o Estatuto do Índio. Assim, todo o problema se resolverá.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Esse Estatuto do Índio está há quantos anos na Câmara dos Deputados? V. Ex^a tem razão.

Senador Arthur Virgílio, concedo o aparte a V. Ex^a, o que para mim é uma honra.

Lamento que os Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra tenham tido de deixar o plenário para se dirigirem ao aeroporto, a fim de embarcarem para os seus Estados.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Exatamente. Ambos tinham os seus vãos marcados para o Nordeste. Serei bastante breve, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a sempre fala com a autoridade de quem já presidiu, com enorme dignidade, este Congresso Nacional. O fato – isto talvez resuma o bravo e ilustre discurso de V. Ex^a – é que tentaram desviar aqui o rumo da verdadeira discussão, tentaram estabelecer uma falsa contradição entre garimpeiros e índios. Falamos aqui de um desgoverno que permite que garimpeiros e índios se matem mutuamente. Falamos de anomia, de ausência de leis, de normas, de regras. Falamos em vizinhança do caos, de desempregado desesperado que atea fogo ao próprio corpo e morre. E não temos nada contra, ao contrário, tenho uma vida a favor da causa indígena. Falamos de um cacique sentar na cadeira de um Presidente da Câmara e presidir uma sessão, como se isto aqui fosse uma brincadeira e não uma Casa que tem as suas normas e as suas regras. Falamos da vinculação da CUT com os sem-teto, que estão infernizando a vida dos paulistanos. Enfim, falamos de um Governo que se demite da função básica de exercer o poder, que é autoritário quando se trata de responder a críticas que, até construtivamente, fazem a ele, que é absolutamente fraco, flébil, frágil quando se trata de exercer o poder e que é injusto porque não é capaz de premiar com justiça e de punir com acerto. Dou o exemplo muito claro do que ocorreu com o Senador Cristovam Buarque, que foi demitido por telefone. Não sei se fez ou não bom trabalho, mas demitiram por telefone o Senador Cristovam Buarque e morrem de medo do Sr. Waldomiro Diniz, que foi demitido a pedidos. Vamos encerrar essa história. Quero dizer a V. Ex^a que fico muito orgulhoso quando ouço-o falar. Para sintetizar o que penso, toda essa teoria conspiratória – o Líder do Governo falava dos de cima contra os debaixo; e só S. Ex^a entendeu o que disse, porque as demais pessoas tentaram e não conseguiram –, tudo isso, no fundo, nos lembra que teoria conspiratória eles engendraram no dia 31 de março passado, exatamente 40 anos depois da instalação do golpe militar, para dar a entender que forças estranhas estariam desestabilizando o Governo Lula, tudo isso numa tentativa de, desqualificando o Ministério Público, chegarem ao ponto em que chegaram, de tentar abafar o escândalo Waldomiro que, esse sim, está martelando a consciência da Nação. Diria que um Governo que não é capaz de punir quem merece não é capaz de premiar quem merece, e esse Governo não é capaz de garantir a lei. Essa é a preocupação que temos. Quero que o Senhor Lula governe seus quatro anos. Se o povo quiser lhe dar mais quatro anos, ótimo. Se o povo achar que deve lhe dar um basta, dê. Todavia,

o Senhor Lula não está mostrando tutano, pulso para dirigir este País para valer. Não está mostrando. Já chega de tanta encenação e desse estado de anomia a que Sua Excelência está relegando o povo e a Nação brasileira. Parabéns, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a, a cada dia que passa, acrescenta ao amigo que é para mim o Parlamentar independente, pois não cede a nenhuma conveniência o cerne da sua independência que tanto o faz admirado nesta Casa.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, os fatos a que V. Ex^a alude são irretorquíveis e estão ainda a desafiar aquilo que V. Ex^a chama de autoridade. Sinceramente – gosto de falar com sinceridade –, considero que o Presidente Lula tem um grande coração. Por isso, Sua Excelência às vezes deixa de fazer o que deve. Minha opinião é a de que o Presidente Lula, em nome do País, deve agir imediatamente.

Volto a repetir, Sr. Presidente, que não vim a esta tribuna para pôr lenha na fogueira, mas para manifestar a minha indignação e sugerir que se cumpra a lei, porque o País não pode continuar vivendo esse clima de intranquilidade e violência!

Concedo um aparte ao Senador Valmir Amaral.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Meu grande amigo, Senador e Presidente Ramez Tebet, como é bom ouvi-lo! V. Ex^a, que muito colaborou como Ministro, como Governador de seu Estado, como Presidente da nossa Casa, possui uma grande experiência. Mas gostaria de acrescentar ao discurso de V. Ex^a que o Presidente Lula, que tem um grande coração, deve ter também grandes ouvidos, para que possa escutar os clamores das ruas. Brasília, amanhã, estará completando 44 anos. Durante esse tempo, a cidade não tinha presenciado alguém ateando fogo ao seu próprio corpo. Neste plenário, Sr. Presidente, um homem tentou pular das galerias. O País não pode seguir por esse caminho; esse rumo, essa estrada tem que mudar. Os empresários e o povo não agüentam mais as altas taxas de juros. Senador Ramez Tebet, a situação tem que mudar, porque está difícil. Amanhã, quando Brasília completa 44 anos, com sinceridade, não há muito a comemorar. Ao sair, vemos, aqui ao lado e na rodoviária, índios nas ruas. O desempregado já chega às portas das empresas de meu pai, de minha família. Tenho que me esconder, pois são filas e filas de pessoas pedindo emprego. O País não pode continuar nesse caminho. Portanto, o Presidente tem que ter não só o coração grande, mas também ouvidos. Sua Excelência tem que ouvir. Senador Ramez Tebet, V. Ex^a possui uma experiência maravilhosa e sabe que temos de ouvir os clamores das ruas. A voz das ruas é a voz de Deus. Portanto, peço ao Presidente Luiz

Inácio Lula da Silva que ouça a voz do povo humilde, dos brasileiros desempregados, e pare de dar tanto dinheiro aos banqueiros. Com as altas taxas de juros que aí estão, só os banqueiros ganham dinheiro no País. O povo não agüenta mais, Senador.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Valmir Amaral, nunca tinha visto V. Ex^a se manifestar como hoje. Às vezes, as pessoas levam algum tempo para se revelar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, apenas lembro a V. Ex^a que Cristo fez um grande discurso de 56 palavras, o **Pai Nosso**, em um minuto.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou encerrar, Sr. Presidente, mas não antes de apelar para a generosidade de V. Ex^a. Como sou tolerante com meus Colegas, sempre disponho de apenas de dez minutos. Praticamente sou o último a usar a palavra; todos falam por 20, 30, 40 minutos.

Só quero render um preito, abraçar o Senador Valmir Amaral, porque S. Ex^a hoje se revelou nesta Casa.

Encerro usando as palavras de S. Ex^a. O Presidente Lula realmente tem um grande coração, senão já teria reduzido o número de Ministérios. Não só pelo número, mas porque precisa haver gente competente no Ministério. Não adianta dispor de 35 Ministérios criticando um ao outro, mostrando grande incompetência.

V. Ex^a está certo, Senador, ao dizer que o Presidente precisa ouvir não só quem está perto, mas também o Senado da República, a voz das ruas e buscar, sobretudo, um projeto, um plano de Governo, mostrar ação, autoridade no exercício do Governo. Volto a repetir, autoridade dentro da lei, porque, fora dela, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há salvação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ficarei para ouvir o Senador Valmir Amaral, que acabou de nos brindar com um bravo aparte. S. Ex^a merece o nosso respeito, carinho e afeto.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que faça constar nos Anais da Casa três recortes de jornal versando sobre índios ocupando a Presidência da Câmara dos Deputados. Com todo respeito, sem dúvida alguma, também peço a transcrição do artigo que trata do processo do Governador Flamarion, que está licenciado do PT, o Deputado pedindo CPI para investigar as contas do candidato do PT. Enfim, críticas à postura ética

do Partido. E outros quatro, Sr. Presidente, em que é tratado o caso dos sem-teto que, comandados pela CUT, perturbam São Paulo. Outros cinco falando de invasões e da falta de atitude do Governo em relação às invasões de terra. Finalmente, Sr. Presidente, dois recortes em que o Presidente Lula pede paciência aos militares. Além desses, os últimos três, recortes em que técnico da área econômica do Governo diz que o salário mínimo só pode ser aumentado em R\$ 5,00 e que o déficit da Presidência aumentou para 38%.

Essa afirmação me leva a crer que essas promessas vão continuar encalacrando um Governo que, ao não enfrentar os desafios que a Nação colocou em suas mãos para resolver, teve uma votação tão bonita, tão brilhante, tão expressiva, tão comovente. Todos nos comovemos, até os derrotados. Mas vejo que agora essa comoção dá lugar a uma certa revolta.

Vou organizar os recortes e logo encaminharei à Mesa.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pelo espírito democrático que revela a cada momento em que assoma a Presidência. Senador Mão Santa, lhe fica tão bem a Presidência que, quem sabe, um dia, ela venha a lhe caber por voto dos seus Pares, aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, Inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

Matérias publicadas em jornais.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 6

TENSÃO SOCIAL

→ 'O que temos é um clima de desobediência civil'

Para sociólogo, onda de violência no campo e na cidade produz descrença no poder da autoridade

SILVIO BRESSAN

A onda de violência dos últimos dias, no campo e nas cidades, está produzindo um clima de insegurança e uma descrença no poder da autoridade. Há uma situação de desobediência civil e uma grande dificuldade para o governo manter a lei e a ordem. Essa é a avaliação dos cientistas políticos Leôncio Martins Rodrigues e Rubens Figueiredo e do sociólogo Sérgio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Para eles, a situação é preocupante e exige uma mudança de atitude do governo.

"O que temos hoje é um clima de desobediência civil, quando as pessoas entendem que as leis não estão sendo respeitadas e que as autoridades não estão conseguindo que as regras prevaleçam", aponta Adorno. Para Leôncio, "há uma percepção de ausência de autoridade legítima, que gera uma sensação de insegurança em que cada grupo da sociedade trata de se defender por si mesmo".

Genética – Embora haja razões históricas na formação desse quadro, como o patrimonialismo e a apropriação pessoal do Estado, Leôncio enxerga na própria genética do PT as maiores dificuldades do governo Lula. "Esse governo tem dificuldade de impor a lei, porque o PT sempre foi um partido anti-sistema", avalia Martins Rodrigues. "O PT não assinou a Constituição, porque dizia que consagrava a ordem burguesa. E agora, no governo, tem de manter a ordem e a lei da mesma Constituição contra a qual votou."

Um dos maiores exemplos, cita Leôncio, é a não punição dos servidores grevistas. "Isso revela a dificuldade que o governo do PT tem para manter a lei e a ordem." Além disso, ele acrescenta as promessas que Lula fez na campanha e a expectativa que criou nos movimentos sociais. "O próprio MST diz que está apenas ajudando o governo a cumprir suas promessas", comenta Leôncio. A única saída, defende ele, "é o PT esquecer o que escreveu e disse". "Mas será difícil, porque temos um governo esquizofrênico e um partido dividido ao meio."

Também na avaliação de Adorno, o não cumprimento de muitas promessas começa a incomodar. "Há uma imensa insatisfação com a falta de resultados na área social e na segurança", avalia o professor da USP. "O cidadão que elegeu Lula quer que sua liderança prevaleça na aprovação das propostas prometidas, mas até agora essa sensação está suspensa."

Nessa conjuntura, Adorno e Figueiredo elogiaram as palavras do presidente Lula, ontem, contra a radicalização dos movimentos sociais. "É interessante dizer que a radicalização não é o caminho, de que é preciso diálogo e bom senso", diz Adorno. "Mas não basta. O governo precisa mostrar uma capacidade de articulação e de convencimento que até agora não existiu." Figueiredo também achou a ponderação de Lula "oportuna", mas lamentou seu atraso. "Seria muito mais oportuna há alguns meses, porque evitaria muitos dos atuais problemas."

FOLHA DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Pág _____

TRANCA PETISTA

DEPOIS de arrombada a porta, providencia-se tranca. O adágio traduz de certa forma o que se passou na reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizada no final de semana. Abalado pelo escândalo Waldomiro Diniz, que provocou alongada crise política na esfera federal, o PT houve por bem baixar normas com o intuito de evitar que as doações de campanha enveredem pelo caminho da irregularidade e da falta de ética.

Proibiu, então, que os candidatos do partido recebam recursos doados por pessoas ou empresas envolvidas com jogos de azar, jogo do bicho, bingos e assemelhados —além de outras atividades ilícitas.

Chama a atenção que tamanha obriedade não fosse já procedimento regulamentado no partido que passou anos se apresentando à sociedade como o paladino da moral e dos bons costumes políticos. O escândalo envolvendo o ex-assessor do mi-

nistro José Dirceu deixou, de fato, às claras que nem tudo aquilo que o PT pregava ou cobrava dos adversários era fielmente seguido por seus próprios quadros e administrações.

Sinais nesse sentido também têm sido insistentemente emitidos pelo momentoso caso da Prefeitura de Santo André, que sugere práticas, para dizer o mínimo, heterodoxas.

Apesar do interesse demonstrado pelo partido de se mostrar ainda na “vanguarda da defesa da luta pela ética”, como afirmou o seu presidente, José Genoíno, foi rejeitada no encontro a proposta para que as doações de campanha fossem periodicamente publicadas na internet, o que daria ao processo, em princípio, inédita transparência.

Preferiu-se transformar a sugestão em projeto a ser submetido ao Congresso, de modo que possa se tornar obrigatório para todos os partidos. Ao que parece, a idéia original era vanguardista demais.

JORNAL DO BRASIL

Data: 04/04 Página:

Audiência

Em ofício à CPI da Loterj, ontem, o advogado de Valdomiro Diniz, Luis Guilherme Martins Vieira, fez duas exigências para marcar a acareação de seu cliente com Carlinhos Cachoeira:

Primeiro, quer que o encontro aconteça no Rio.

Segundo, que seja transmitido ao vivo pela TV da Assembléia Legislativa.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 4

P E ~~R~~ S O N A
CESAR GLOBBI

Fica assim?

Quem estava no Congresso ontem de manhã em Brasília – e não eram tantos já que esta semana termina amanhã para os nossos políticos – percebeu que não caiu nada bem o resultado da reunião do diretório nacional do PT em São Paulo. O caso Waldomiro foi uma boa lição. Aprenderam com ela. Ótimo, está tudo encerrado. Foi como se tivessem ido à missa, se confessado e recebido absolvição. Que fácil, que cômodo, que oportuno! E aí, perguntavam congressistas da oposição? Waldomiro Diniz não será mais chamado para nada? Santo André vai continuar por isso mesmo? José Dirceu não irá ao Senado? O comentário era que governo do PT pode ser ineficiente em muita coisa, mas em operação-abafa tem se mostrado efficientíssimo.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: 41-45

Ministra não cede em licenças ambientais

Marina se nega a mudar legislação para favorecer investidores

LUIZ QUEIROZ

BRASÍLIA – A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deixou claro ontem, após reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que a legislação ambiental não será modificada para atender aos interesses do capital privado que deseja investir em infra-estrutura. Entretanto, a ministra disse que há no governo orientação para que se evite qualquer tipo de “ação protetatória” para retomar o crescimento.

O vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, explicou que o setor privado não está pedindo que o governo amenize a legislação. Segundo ele, os investidores querem apenas contar com regras claras e pra-

zos preestabelecidos para que possam realizar seus planos de negócios.

– Não queremos pressa. Estamos buscando realismo e comprometimento nos processos de parte a parte – destacou, ressaltando a necessidade, por exemplo, de compatibilizar os prazos previstos nos contratos de concessão com os de licenciamento.

A Abdib calcula que o setor elétrico precisará de mais ou menos US\$ 5,5 bilhões ao ano para evitar nova crise de abastecimento de energia num prazo de três a quatro anos, sendo R\$ 3,4 bilhões em geração, US\$ 1,5 bilhão em transmissão e US\$ 600 milhões em distribuição.

Godoy destacou a importância da decisão do governo de emitir licença prévia para obras no setor elétrico. Este se-

ria um dos problemas dos investimentos no setor, porque os empresários temem apoiar projetos no escuro, sem saber se as obras não serão embargadas no futuro por conta da questão ambiental. A medida torna mais clara a opção pela legalidade da obra desde a sua concepção.

– Não há uma dicotomia entre crescimento e desenvolvimento sustentado. O que nós temos é a identificação de problemas de prazos, que, seguramente, podem ser superados – disse o ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jaques Wagner.

A ministra também anunciou ontem que o governo vai contratar mediante concurso público 500 novos funcionários para a área ambiental, sendo 100 exatamente para o licenciamento.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/4/04 Página: 1A/3

País tem mais de 300 mil presidiários

O sistema prisional no País continua com presídios superlotados, fugas, rebeliões e mortes. Em fevereiro os presídios estavam, segundo o Ministério da Justiça, com 308.304 condenados. Há excesso de detentos principalmente em São Paulo, Minas, Rio Grande do Norte, Piauí e Tocantins. Em São Paulo, mais de 7 mil detentos que deveriam estar nas penitenciá-

rias superlotam os distritos policiais da capital.

No ano passado, Santa Catarina, Amazonas, Paraná e Sergipe decretaram estado de calamidade e pediram a liberação, com urgência, de dinheiro para resolver problemas como reforma de celas e de oficinas para a abertura de vagas. Com as oficinas – e a oportunidade de trabalho –, os presos podem ser trans-

feridos do regime fechado para o semi-aberto.

O excesso de detentos é apontado como o principal motivo dos motins. Em junho, o sistema carcerário registrou o maior número de mortes no País numa rebelião desde 2001: 13 detentos foram assassinados na Unidade Prisional do Puraquara, em Manaus. Em janeiro, o mesmo presídio regis-

trou um novo motim com seis mortes – de cinco detentos e um agente penitenciário. O governo federal promete a construção de presídios federais para resolver parte da situação caótica do sistema. O primeiro será construído em Campo Grande (MS), e terá 200 vagas. A inauguração está prevista para setembro de 2005. (Renato Lombardi)

VIOLÊNCIA

Prefeito do Rio cobra ação do governo federal

Cesar Maia diz que os militares deveriam patrulhar também os arredores de quartéis

CHRISTIANE SAMARCO

O prefeito do Rio, Cesar Maia, cobrou ontem do governo federal que assumira a coordenação das ações contra a violência e para garantir a segurança em todo o País, papel para o qual foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Apesar da negativa do governo de envolver as Forças Armadas no combate ao crime organizado na cidade, o prefeito insistiu ontem, em reunião da executiva nacional do PFL em Brasília, que os militares passem a colaborar com medidas simples, como a ampliação da zona de patrulhamento em torno dos quartéis. “As Forças Armadas têm 200 quartéis no Rio e, se atravessarem a rua para garantir a segurança na outra calçada, ganharemos patrulhamento em mais 200 quadras”, sugeriu. Ele citou o exemplo da sede do Comando Militar do Leste, que fica na frente da Central do Brasil, onde uma patrulha do Exército é não apenas bem-vinda, mas sobretudo necessária.

“É uma vergonha que as calçadas dos quartéis sejam protegidas e na sua vizinhança aconteça de tudo”, disse. O prefeito sugeriu, também, que os militares destinem quatro grupos para o patrulhamento permanente das Linhas Vermelha e Amarela. “Não estou propondo usar

as Forças Armadas no papel de polícia e sim patrulhando áreas onde elas já estão.”

Prisões – No quarto dia de cerco ao Complexo do Alemão, na

zona norte do Rio, a Polícia Civil retomou ontem as operações para capturar Edúino Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, que tentou invadir a favela da Rocinha na Sexta-Feira Santa.

Os policiais passaram o dia checando possíveis esconderijos do bandido e prenderam seis homens que seriam ligados ao Comando Vermelho.

“Estamos no caminho certo. A prova disso é que as operações estão tendo resultado”, disse pela manhã o delegado Alan Turnowski. Ele comanda cem homens das delegacias especializadas. Em uma incursão numa fábrica de cerveja desativada perto da Favela da Grota, policiais prenderam Leandro dos Santos, de 21 anos, Marcelo da Paixão, também de 21, Fábio Luiz da Silva, de 22, e um menor, de 17.

Seguindo uma denúncia, policiais prenderam Humberto Castello Branco da Costa em Olaria. Ele tem quatro mandados de prisão por tráfico, assalto e homicídio. O bandido disse que fugiu da cadeia há uma semana.

Em outra operação, o traficante Fábio Freitas de Aguiar foi preso num local conhecido como Favela da Galinha. Ele é apontado como o braço direito do traficante Mighty Thor, preso em Bangu. Fábio foi surpreendido num sobrado quando mantinha relações sexuais com uma menor, de 15 anos. Ele tentou resistir à prisão, atirou, mas foi preso.

O Disque-Denúncia bateu ontem o recorde de chamadas num só dia, ultrapassando 500. Por volta das 15 horas, um grande comboio de cerca de 50 carros deixou o comando na entrada da Favela da Grota em direção a Chatuba, outra região do complexo. (Colaborador Alexandre Rodrigues)

Procurador quer alterar estatuto do desarmamento

O procurador-geral da República, Claudio Lemos Fonteles, sugeriu ontem que o Supremo Tribunal Federal declare inconstitucionais os artigos do Estatuto do Desarmamento que tornaram inafiançáveis os crimes de porte e disparo de arma. Segundo ele, a Constituição Federal estabelece que apenas os crimes de terrorismo, tortura, tráfico de drogas e hediondos são inafiançáveis. Não há menção a crimes de porte e disparo de arma. Não há previsão da data de julgamento da ação.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/4/04 Página: 03

INFORME JB

BELISA RIBEIRO

Apito alto

Embora muitos já tenham rádio, não foi levado em conta pelos índios o apelo feito ontem pelo presidente Lula, em seu programa *Café com o presidente*, de que mantenham o bom senso os movimentos sociais. Só com promessa de audiência, hoje, do chefe de gabinete da Presidência, por escrito, deixaram o Salão Verde do Congresso. A mensagem presidencial – dirigida nitidamente ao MST – atirou no que viu e acertou no que veria. Talvez, no que verá. Representante dos sem-terra, João Paulo Rodrigues entregou uma bandeira aos indígenas, trocou seu boné por um cocar e fez discurso:

– O protesto é importante para que os indígenas não se tornem os sem-terra de amanhã.

Talvez já tenham se tornado, em termos de estarem aprendendo a gritar para levar. Visitados semana passada, os bororos – vítimas de aculturação há décadas – ganharam apoio do ministro da Cultura, Gilberto Gil, na busca de patrocínio para construir aldeia típica, com centro cultural

e hospedagem para turistas.

Os contra também prometem grito. Em Roraima, está pronto protesto para evitar a demarcação em área contínua da Reserva Raposa do Sol. Maior do que o que, em janeiro, fechou até o comércio da capital, desta vez, promete parar o aeroporto e bloquear todas as estradas de acesso ao Estado. É que, ultimamente, ao contrário do que pregou Lula no rádio, é quem aposta no radicalismo que tem acabado vencendo.

JORNAL DO BRASIL

A identidade dos governos

GAUDÊNCIO TORQUATO
CONSULTOR POLÍTICO

A história do Brasil está pontilhada de exemplos que creditam a qualidade das administrações à capacidade dos mandatários e à força das circunstâncias. Campos Sales (1898-1902), com seu ministro da Fazenda Joaquim Murinho, negociou com os banqueiros ingleses a dívida brasileira, entregando a Rodrigues Alves (1902-1906) um país com as finanças recuperadas, mas isso não impediu que seu sucessor tornasse a contrair uma imensa dívida junto aos mesmos credores para financiar a remodelação urbanística da capital federal. O primeiro pagou o preço da impopularidade, o segundo, o ônus de grandes turbulências, como a campanha pela obrigatoriedade da vacina contra a varíola e a crise da queda mundial dos preços do café.

É mais adequado, portanto, avaliar as administrações sob o crivo da competência e das circunstâncias, o que demanda dos governantes, no mínimo, as capacidades de decidir, de fazer e de manter estável o que foi realizado. Há governantes que tiram leite de pedra. Outros que capricham na arte de dizer que fizeram o que não fizeram, na onda do Estado-espetáculo. E há, ainda, outros que, pressionados pelas circunstâncias, não se habilitam a processar os problemas. Essa deficiência se agrava quando as gestões se impregnam de acentuadas nuances

ideológicas, freqüentemente engessadas por um radicalismo inconseqüente, focado na demonização das forças do mercado, identificadas como a maldade do mundo. No fundo, trata-se de um pensamento voltado para desqualificar os avanços da ciência. Veja-se, por exemplo, a situação dos transgênicos no país, cuja política está sendo administrada por atores que se posicionam na contramão da modernização tecnológica.

Um governo eficaz é o que gera resultados positivos nas três bases que lhe dão sustentação: a política, a macroeconômica e a social. Atender as carências de uma área, deixando outra a descoberto, é correr o risco de abrir um fosso nos espaços insatisfeitos. Ademais, há governos que perdem muito tempo com diagnósticos, balizando seu comportamento por pressões momentâneas, e ganhando, em conseqüência, a imagem de um dândi perdido na escuridão. Tem sido ainda muito freqüente na administração pública brasileira a falta de ousadia, a capacidade dos governos para furar os bloqueios da acomodação. Ousadia, nesse caso, não quer dizer experimentalismos, projetos improvisados, loucuras de grupos encastelados nas entranhas do poder ou ações cosmetizadas pelo *marketing*. Fernando Henrique, por exemplo, foi mais aguerrido no primeiro mandato do que no segundo. O Plano Real conseguiu estancar um processo inflacionário de 40 anos. Mas a sensação é a de que, em seu segundo mandato, o cansaço imposto pela mesmice acabou prejudicando a eficácia

geral do governo. No caso da administração Lula, a voz corrente é a de que encontra dificuldades para decolar. O estilo petista de governar tem mais feição de Chimpanzé do que de Gandhi.

Expliquemos a *boutade*. Em um famoso ensaio sobre estratégias políticas, o cientista social chileno Carlos Matus define três modos de administrar a política: os estilos Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. O primeiro se caracteriza por uma metodologia de embrutecimento: a meta de alcançar o poder a todo custo, o individualismo do chefe, a rivalidade permanente pelo comando da manada, a disputa entre grupos, a aliança e a coalizão táticas, transitórias e instrumentais. O estilo Maquiavel, um pouco mais avançado, ampara-se na idéia de um projeto que parece impossível sem o comando de um chefe, tendo como vetor a total subordinação dos meios à superioridade dos fins. Já o estilo Gandhi inspira-se em valores como confiança, credibilidade, baixa rivalidade entre grupos e abolição do conceito de inimigo. Sua inspiração é a força da alma.

Esse estilo espiritualizado está

distante da ambição e da extrema rivalidade entre as visões que inundam o PT. O partido ocupa espaços de maneira quase inescrupulosa, formando alianças instrumentais para a expansão de um longo projeto de poder. A cultura Chimpanzé/Maquiavel, com mais força na índole do primata, é – essa é a surpresa – mais coerente com a identidade do governo petista. A definição das regras gerais do jogo aponta, portanto, para as estratégias de ação/inação de um governo e é exatamente esse o ponto de estrangulamento do *modus vivendi* dos corpos petistas incrustados na máquina federal. Walter Lippman, jornalista norte-americano, um analista de governos cuja obra é referência obrigatória, escreveu: “Na vida pública, não basta falar, não basta saber. De igual importância é saber fazer”. Para um governo que se faz leniente diante do arsenal de ilegalidade (e impunidade) que o MST produz no campo, é uma lição mais útil do que ficar repetindo a lengalenga sobre “herança maldita”.

CORREIO BRAZILIENSE

DRAMA

Corpo de desempregado que ateou fogo nas roupas foi levado num avião da FAB para Cariacica, no Espírito Santo. Ele não resistiu às queimaduras e morreu no domingo

Triste fim de Antônio

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O corpo de José Antônio Andrade de Souza foi enterrado ontem em Cariacica, município da região metropolitana de Vitória, no Espírito Santo. Desempregado há quatro meses, ele tomou uma atitude de desespero depois de uma tentativa frustrada de falar com o presidente da República. Ateou fogo ao próprio corpo na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, terça-feira passada. Um avião Bandeirante da Força Aérea Brasileira (FAB) transportou o corpo de Antônio de volta para o Espírito Santo. O avião partiu às 13h30 de ontem e chegou à Vitória três horas depois. Também estava no avião a mulher da vítima, Maria das Dores Cláudio de Souza, grávida de quatro meses. A pedido de Luiz

Inácio Lula da Silva, o médico da Presidência, Eduardo Lessa, acompanhou o traslado.

Há uma semana, Antônio saiu de casa, num bairro pobre de Cariacica, com a determinação de resolver o problema do desemprego em Brasília. Em uma faixa de protesto, dizia ter vendido o barraco por R\$ 800 para falar com o presidente Lula. Durante dois dias, o desempregado rondou a Praça dos Três Poderes. Na terça-feira, ergueu a faixa em frente ao palácio durante algumas horas na parte da manhã. Não recebendo resposta, foi até a Rodoviária, comprou um litro de álcool, espalhou o combustível pelo corpo e ateou fogo.

Apesar de ter sido socorrido por uma viatura do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, Antônio não resistiu às complicações das queimaduras de 2º e 3º graus, que atingiram 85% do cor-

po. Morreu por falência múltipla dos órgãos às 15h40 de domingo no Hospital Regional da Asa Norte (Hran). No percurso até o hospital, a vítima confessou aos bombeiros ter se arrependido do ato. Logo após ter ateado fogo em si mesmo, ele se jogou em uma poça de água para tentar aliviar as dores da queimaduras, o que pode ter agravado ainda mais seu estado de saúde.

A família teve notícias da atitude desesperada de José Antônio pela televisão. A mulher de Antônio, Maria das Dores, veio a Brasília com a ajuda da prefeitura do município, que pagou a passagem. Depois que o marido perdeu o serviço de ajudante de pedreiro, o salário mínimo que recebe como empregada doméstica passou a ser a única fonte de renda da família.

A educadora social de Cariaci-

ca indicada para cuidar do caso de Antônio e Maria, Solange Rodrigues, afirmou que ele já vinha de um histórico depressivo. "Ele tinha registros em clínicas psiquiátricas", informou. Antônio já havia tentado o suicídio em outra oportunidade. Desistiu ao ver a filha de oito anos presenciar a cena, no quintal de casa.

Na semana passada, a Presidência da República informou que não houve registro de solicitação de audiência com o presidente Lula feito por Antônio. Segundo a Assessoria de Imprensa, todos os pleitos são encaminhados para a Diretoria de Documentação Histórica, que faz a triagem dos pedidos de reunião com o presidente e cataloga a correspondência e objetos recebidos. O critério usado é o da disponibilidade de agenda de Lula e o assunto.

Efeito da crise social

O protesto desesperado de José Antônio é interpretado por especialistas ouvidos pelo Correio como um indicativo dos problemas sociais enfrentados pela classe mais pobre no Brasil. "É uma prova da crise social que vem desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e perdura na administração do presidente Lula", analisa o cientista político Fernando Abrúcio, da Fundação Getúlio Vargas e da PUC de São Paulo.

O professor do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Elimar Pinheiro afirma que tão grave quanto a própria circunstância do desemprego é a falta de perspectivas. "O brasileiro não acredita mais que a falta de trabalho é temporária, que saiu hoje de um emprego e logo arruina outro. Principalmente os mais pobres não enxergam possibilidades", aponta o especialista. Elimar destaca que o

agravamento da crise se deu após a década de 1990, em que se iniciou o processo da onda jovem, com um elevado crescimento populacional da população ativa. "Depois de um período de intenso crescimento nos primeiros 80 anos do século passado, o Brasil cristalizou-se e estagnou sem dar chance de mobilidade social".

Em março, o desempregado Edivaldo de Lima Araújo ameaçou se jogar

da galeria do plenário do Senado sobre os parlamentares, interrompendo a sessão. Era um protesto pelos dois anos que está sem emprego. De pé, sobre o parapeito, a uma distância de cerca de quatro metros de altura do plenário, Edivaldo surpreendeu a todos, aos gritos: "Eu estou com fome, não tenho o que comer, desde a manhã não comi nada", repetia. Ele foi detido pelos seguranças.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 11A

PERSONAGEM

Morre homem que queria ver Lula

*FAB transportou
corpo de
desempregado de
Brasília para Vitória*

BRASÍLIA – O corpo do desempregado José Antônio Andrade de Souza, que morreu no domingo em decorrência das queimaduras que sofreu ao atear fogo ao próprio corpo, foi transportado ontem para Vitória (ES) por um avião da Força Aérea Brasileira, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na última terça-feira, José Antônio havia se queimado na Pra-

ça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, em um gesto de protesto, para chamar a atenção do presidente.

Lula orientou seus assessores também para que providenciassem um enterro digno para o desempregado. O médico Eduardo Lessa, da Presidência da República, acompanhou o transporte do corpo no avião da FAB, junto com a viúva Maria das Dores Souza, grávida de quatro meses.

O corpo do desempregado foi sepultado em Cariacica, região metropolitana de Vitória, onde vivia. José Antônio morreu aos 30 anos, por falência múltipla dos órgãos. Ele teve

85% do corpo queimado e estava internado no Hospital Regional da Asa Norte.

No momento em que decidiu atear fogo ao próprio corpo, usando álcool líquido, José Antônio carregava um cartaz com uma mensagem dirigida a Lula: “Vendi meu barraco por 800 reais para falar com você. Roubaram meu documento, tiraram meu direito de cidadania, estão armando um monte de problemas para mim. Estou pedindo o meu direito de cidadão”. O Palácio do Planalto garantiu, porém, que nenhum pedido de audiência em nome do desempregado foi protocolado.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 9A/10

Para UDR, Funai estimula violência na luta por terra

O presidente da União Democrática Ruralista, Luiz Antonio Nabhan Garcia, acusou ontem o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, de estimular a violência em conflitos agrários no País ao atribuir o assassinato de pelo menos 26 garimpeiros à invasão da reserva indígena dos Cinta-larga, em Rondônia. No sábado, Mércio lamentou as

mortes de garimpeiros, mas lembrou que eles haviam invadido a reserva Roosevelt, em Espigão D'Oeste.

"Foi uma declaração infeliz, inconseqüente. Não poderia ter sido feita, especialmente em se tratando de um homem público. Como ele pode tentar justificar um ato desses?", afirmou Nabhan. Ele relatou ter recebido vários e-mails de proprietários rurais ligados à UDR condenando as declarações. "Quer dizer, então, que agora temos alvará para matar quem invadir nossa propriedade? É o que diz um dos e-mails que recebi", contou Nabhan.

O governo poderia ter evitado o conflito em Rondônia, segundo o presidente da UDR, se estivesse monitorando a região. "Esses garimpeiros não chegaram ontem", ponderou.

As declarações do presidente da Funai, de acordo com Luiz Antonio Nabhan Garcia, também demonstram a imparcialidade de alguns órgãos do governo federal, a exemplo do que "já foi identificado" no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e está sendo investigado pela CPI da Terra, no Congresso. "A posição da UDR é que a lei precisa ser cumprida em qualquer situação", concluiu Nabhan. (Mariana Caetano)

ÍNDIOS

Há 99 garimpeiros desaparecidos em RO

Há risco de novos conflitos na reserva dos cintas-largas, segundo a Polícia Federal

EDSON LUIZ
Enviado especial

PORTO VELHO - A área de inteligência da Polícia Federal revelou que vários índios cintas-largas estão fortemente armados dentro da Reserva Roosevelt, entre Cacoal e Pimenta Bueno, no interior de Rondônia, prontos para enfrentar qualquer grupo de garimpeiros que entre na área. O clima de tensão é grande, apesar do aparato policial na região, depois da morte de 29 mineradores, na Sema-na Santa. O Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia afirma que outras 99 pessoas estão desaparecidas e 35 delas podem estar mortas.

A Polícia Federal conseguiu retirar ontem da reserva e levar para Porto Velho 26 corpos de garimpeiros - outros 3 já tinham sido resgatados. As buscas a outros garimpeiros supostamente assassinados foram praticamente encerradas por causa das chuvas. Já em estado de decomposição, os corpos foram envoltos em redes e transportados de helicópteros até uma base da PF no meio da

de avião até a capital do Estado, onde será feita a necropsia.

A decisão de levar os corpos para Porto Velho foi tomada para evitar um clima de tensão e confronto entre índios e parentes e amigos dos mortos em Espigão D'Oeste, onde a maioria morava. "Nós acreditamos na lei e na Justiça, por isso não haverá retaliação", disse um dos diretores do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia, que *prefere manter-se no anonimato* por ordem da própria PF. "Podemos dar informações, sem revelar nomes."

A maior parte dos índios cintas-largas que vivem entre Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão D'Oeste voltou para as aldeias dentro da Reserva Roosevelt, temendo represálias. Segundo fontes da área de inteligência da PF, muitos deles estão com armas de grosso calibre esperando uma reação de garimpeiros. "Estamos fazendo de tudo para manter a tranquilidade na região e evitar reações de um lado ou de outro", afirmou o delegado Mauro Spósito, coordenador-geral de operações especiais de fronteira.

Sem notícias - Mas, segundo o sindicato dos garimpeiros, ainda há pelo menos 99 mineradores dentro da reserva sem dar notícias. "Não temos informações há 15 dias", diz um dirigente. Informando que 25

rimpeiros podem ter sido assassinados. "Estamos dando eles como mortos, por causa das informações que recebemos sobre eles."

Segundo as informações, eles estavam distante dos 29 mortos já resgatados e teriam

sido dominados depois. Outros 64 mineradores também estão desaparecidos.

Fontes da PF confirmaram que o massacre pode ter sido bem maior do que o revelado até agora. "É quase certo que existam pelo menos mais 10 pessoas mortas dentro da reserva, mas o número pode ser três vezes maior. No entanto, é necessário uma busca minuciosa, o que é quase impossível dentro de uma floresta fechada, como esta", diz a fonte da Polícia Federal. O delegado Spósito, que coordena os trabalhos na região, não confirmou a informação.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 1

Motim em Rondônia: 8 mortos, reféns e terror

Amotinados decapitam e esquartejam dois, na frente de parentes; 170 são feitos reféns

EDSON LUIZ

Enviado especial

PORTO VELHO – Cenas de terror foram protagonizadas ontem pelos detentos do presídio de segurança máxima de Urso Branco, em Porto Velho, em uma rebelião iniciada no domingo. No telhado, um preso foi decapitado e outro foi esquartejado ainda vivo na frente dos parentes, que assistiam a tudo do lado de fora da penitenciária. Até a noite de ontem, já eram 8 os presos mortos – 5 assassinados na manhã de ontem – e 170 pessoas eram mantidas reféns. No fim da tarde, representantes do governo e dos presos continuavam negociando, enquanto outros 24 detentos continuavam amarrados, sob ameaça de morte, caso a conversa não avançasse.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de Rondônia, os presos reivindicam a troca de toda a direção do Presídio Urso Branco e uso de telefone celular, mas parentes afirmam que tudo começou depois que a mulher de um preso sofreu um aborto na fila de visitantes, no domingo, e não recebeu socorro na penitenciária. “Eles batem e colocam os presos em condições desumanas, humilham as famílias que vão fazer visitas”, contou a mulher de um detento que não quis se identificar. De dentro do presídio, por telefone celular, outro preso confirmou a informação.

Os 170 reféns foram mantidos dentro das celas dos parentes que visitavam quando teve início o motim. “Foi tudo muito triste. Nunca pensei em pas-

sar por isso na minha vida”, dizia, chorando, uma mulher identificada apenas como Ione, mãe de um dos 1.400 presos – o dobro da capacidade do presídio – de Urso Branco. Ela foi liberada no fim da tarde, depois de passar mal. Ione deu as primeiras e únicas notícias do dia para os parentes que estavam no lado de fora do presídio.

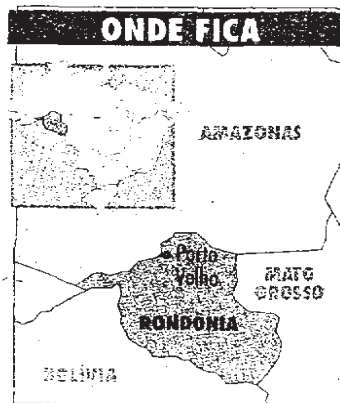
Seguro – Segundo informações dos parentes, a intenção dos amotinados era assassinar os cerca de 60 presidiários que estavam no chamado “seguro”, celas para onde são encaminhados os que estão sob ameaça de morte. “Como não conseguiram, mataram alguns das próprias celas, com quem tinham desavenças anteriores”, contou a irmã de um dos rebelados.

Mas a situação ficou tensa e mais dramática na manhã de ontem, quando outros presos começaram a

ser mortos. Os três primeiros, por golpes de armas fabricadas pelos próprios presos. Os outros dois, de maneira chocante: um deles foi decapitado e o outro teve os seus membros cortados quando ainda estava vivo. Depois, também foi

decapitado e teve seu tronco jogado de cima da caixa d’água, onde estava parte dos rebelados. A cena foi vista por mais de 300 pessoas que estavam do lado de fora do presídio, pelos reféns e por policiais.

Ainda pela manhã, a Secretaria de Segurança Pública montou um gabinete de negociação para tentar contornar a rebelião. Além disso, foram enviadas centenas de homens da Companhia de Controle de Distúrbios da Polícia Militar. Há quatro anos, o Urso Branco foi palco de outro cenário chocante, quando 27 detentos foram massacrados por companheiros de cela na festa de ano-novo.



O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20 04 04 Página: 1

Greve dos fiscais derruba superávit comercial

Saldo na 3.ª semana de abril ficou em US\$ 242 milhões, e poderia ter sido de US\$ 572 milhões

DENISE CHRISPIM MARIN

BRASÍLIA – Na contra-mão dos resultados favoráveis apresentados desde o início do ano, a balança comercial da terceira semana de abril mostrou queda de 23% na média diária de exportações e de 12,4% nas importações, em relação aos números registrados até a primeira quinzena do mês. Nas contas do ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, esses recuos teriam somado US\$ 500 milhões nas vendas externas e US\$ 170 milhões em desembarques, ou seja, US\$ 330 milhões a menos no superávit da balança. Segundo Furlan, parte desse desempenho negativo é consequência da greve dos auditores fiscais da Receita Federal.

De acordo com o ministro, a paralisação dos fiscais da Receita deverá ser tratada pela Câmara de Política Econômica, por causa dos impactos em diferentes setores da economia, entre os quais o comércio exterior, e sobre as perspectivas de atração de investimentos em setores estratégicos, como o de semicondutores. Segundo Furlan, também foi constatada assimetria nas operações dos diferentes portos do País na semana passada. Ele já pediu à Secretaria de Comércio Exterior (Secex) uma análise detalhada, por produto. O Porto de Paranaguá teria sido responsável por um fluxo bem menor de comércio no período, em comparação com as operações efetuadas no Porto de Santos. As chuvas podem igualmente ter atrapalhado o movimento de comércio.

Na terceira semana de abril, as exportações somaram US\$ 1,303 bilhão, com média diária de 260,6 milhões, de acordo com os dados da Secex.

Houve queda de vendas nas três categorias de produtos, em

relação à média diária da primeira quinzena – de 8,3% nas de manufaturados, de 65% nas de semimanufaturados e de 27% nas de básicos. As importações totalizaram US\$ 1,061 bilhão, com média diária de US\$ 212,2 milhões.

Apesar do recuo na corrente de comércio, o saldo continuou positivo na terceira semana, em US\$ 242 milhões. No mês, o superávit acumulado é de US\$ 818 milhões. No ano, alcança US\$ 6,988 bilhões. A rigor, os prejuízos da semana passada ainda não causaram estragos maiores nos resultados acumulados no mês. Segundo os dados da Secex, o total exportado pelo Brasil nas três semanas de abril foi de US\$ 3,333 bilhões, com uma média diária de US\$ 303,0 milhões. Essa cifra é 6,1% superior à de abril do ano passado.

Em abril, apenas a categoria dos produtos básicos apresentou queda na média diária de embarques, de 9,5%, em relação a igual mês de 2003, por causa dos desempenhos menos favoráveis dos segmentos de soja em grãos, minério de ferro e fumo em folhas. As manufaturas cresceram 17,2% em razão das vendas de aviões, laminados planos, autopeças, motores para veículos, calçados etc. As exportações de semimanufaturados aumentaram 3,9% graças ao desempenho de ferro e aço, couros e peles, óleo de soja e outros.

As importações acumuladas em abril chegaram a US\$ 2,515 bilhões, com média diária de US\$ 228,6 milhões – um aumento de 14,6% em comparação com o mesmo mês de 2003. De acordo com a Secex, esse desempenho deveu-se ao crescimento das compras de produtos siderúrgicos (52,9%), combustíveis e lubrificantes (32,2%), instrumentos de ótica e médicos (28,4%), aparelhos elétricos e eletrônicos (15,1%), plásticos (14,8%), e automóveis (12,2%).

Para grevistas, governo tem sido intransigente

BRASÍLIA – A redução na balança comercial provocada pela greve dos fiscais da Receita é responsabilidade do governo, disse a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco), Maria Lúcia Fattorelli. “Eles foram intransigentes”, afirmou. “Estamos fazendo uma greve que não queremos”.

Maria Lúcia disse que a Unafisco iniciou as negociações com a Receita Federal em fevereiro e sempre se manteve aberta ao diálogo. Uma pauta de reivindicações foi entregue ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, em 19 de fevereiro. Ele teria dito que considerava possível concluir as negociações até 31 de março. O prazo não foi cumprido e o governo pediu mais dez dias de prazo, o que foi aceito. Como as negociações não avançaram nesses dez dias, os fiscais entraram em greve. Diante disso, o governo interrompeu o diálogo.

Os fiscais estarão em greve até quinta-feira, quando realizarão novas assembleias. As indicações são de que a greve se estenderá por tempo indeterminado, disse Maria Lúcia. Um ponto em discussão é a atuação dos fiscais que atuam nos aeroportos verificando bagagens. Na semana passada, a estratégia foi de evitar procedimentos que gerassem filas. (Lu Aiko Otta)

O ESTADO DE S. PAULO

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Lula quer nova meta de inflação, Palocci resiste

Objetivo de uma previsão mais folgada é reduzir a taxa de juro e combater a recessão e o desemprego

VERA ROSA

BRASÍLIA – Angustiado com o baixo crescimento da economia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que estude alternativas para modificar a meta de inflação dos próximos anos, com o objetivo de abrir maior margem para a redução das taxas de juros. Se aprovada, a mudança será oficializada na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), em junho, a tempo de ser incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi enviada ao Congresso, na semana passada, mantendo em 4,5% a previsão para 2005.

Palocci, por sua vez, defende a manutenção da meta de inflação de 4,5% para 2005 e 5,5% para 2006. A contrapartida à possibilidade de um pouco mais de inflação é intensificar o ajuste fiscal, com o aumento do superávit primário. O presidente tenta encontrar uma saída em conjunto com Palocci, que, no entanto, tem resistido às pressões para modificar a meta. Lula continua preocupado com a recessão e o desemprego, mas está convencido de que os pilares da política econômica não podem ser alterados drasticamente.

“Esse assunto não está na pauta. O que está na pauta é o combate à inflação com sucesso”, disse Palocci ontem, por meio de sua assessoria de imprensa.

Em várias ocasiões, o ministro da Fazenda tem afirmado que a redução das taxas de juros só tem credibilidade se for combinada com um compromisso fiscal de longo prazo. É exatamente por isso que os setores que defendem a modificação

nas metas de inflação sugerem a “operação casada”, na qual a modificação seria associada a um maior esforço fiscal.

O debate interno no governo está sendo conduzido de tal forma que, se aprovada a modificação, Palocci terá o discurso necessário para explicar aos investidores financeiros que a eventual elevação da meta não representará uma mudança radical na condução da política econômica, mas apenas correções de rota para retomar o caminho do crescimento. O plano em discussão no Planalto prevê vários cenários. Um deles é o defendido pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que prega ampliação da meta de inflação de 2005 do nível de 4,5% para 5,5%, com margem de variação de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos. “Assim como temos um teto para inflação, precisamos de um piso para crescimento”, argumenta Mercadante.

Interlocutores do presidente afirmam que existem propostas mais ousadas do que a de Mercadante, como a atribuída ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e ao economista Luciano Coutinho: a meta poderia ser de até 6,5%. “Eles afirmam que não haveria nenhum problema para o controle da inflação”, dizem esses interlocutores.

Oficialmente, porém, Ciro prefere não tratar do assunto. O fato, garantem os assessores, é a preocupação expressa do presidente de que a combinação de superávit fiscal e taxas de juros elevadas “acaba com qualquer projeto de governo”.

O ministro da Fazenda tem resistido às pressões e acredita que sua posição poderá prevalecer no debate. Palocci, ponderam os assessores, também está preocupado em retomar o crescimento da economia. Mas tem sido explícito nas suas considerações: uma meta maior de inflação poderá pôr em risco a estabilidade de preços; a possibilidade de correção das taxas de juros dos Estados Unidos, se ocorrer, terá impacto imediato sobre a economia brasileira. O ministro, segundo essas fontes, alerta Lula para o fato de

que as taxas de juros nominais devem encerrar o ano entre 13% e 13,5% e, portanto, que esta trajetória de queda lenta e gradual dos juros não deve ser interrompida, sob pena de o País ser obrigado a uma elevação brusca das taxas em um cenário de crise externa.

Superávit – Os que defendem a alteração da meta de inflação afirmam que em um ambiente de crise o governo será obrigado, de qualquer maneira, a promover um novo aumento dos juros. Por isso, acreditam que a modificação será entendida pelo mercado se o ajuste vier acompanhado da nova meta de superávit primário para os próximos anos: passaria de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,35% do PIB. Palocci não comenta o assunto.

O economista Sérgio Werlang, responsável pela adoção do regime de metas de inflação no País, disse que um superávit de 4,35% é baixo, caso o governo opte por uma nova meta de 6,5%. Para ele, o superávit deveria ser, neste caso, de pelo menos 4,75%. “O valor acima de 6% é mais perigoso. É preciso tomar muito cuidado para não passar a idéia para a população de que o governo está sendo inflacionário, o que mexeria com as expectativas, colocando em risco o controle dos preços.”

A estratégia em análise pelo governo também atende a reivindicação do PT, que cobra mais urgência para a agenda do desenvolvimento. Na reunião do diretório nacional petista, no fim de semana, a cúpula do partido concordou em dar uma trégua a Palocci e produziu uma resolução amena sobre a conjuntura, depois da promessa de que haveria ajustes na economia. As alternativas em estudo, porém, podem ser deixadas de lado se houver aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, medida que teria forte repercussão na economia brasileira.

GAZETA MERCANTIL

Data 20/04/04 Pág. 26

O modelo econômico em xeque

Ivanir Bortot
de Curitiba

Governadores do PMDB discutem pauta de reivindicações para levar ao Palácio do Planalto

O governador Roberto Requião (PMDB) do Paraná cobra mais clareza nas regras de concessões dos serviços portuários federais, pede juros baixos, um novo o modelo desenvolvimento econômico e acredita que falta segurança na equipe de Luiz Inácio da Silva para conduzir alguns assuntos de interesse do País.

Requião recebe hoje, em Curitiba, os governadores do PMDB Luiz Henrique da Silveira (SC), Germano Rigotto (RS), Jarbas Vasconcelos (PE) e Rosinha Garotinho (RJ) para discutir uma pauta de reivindicações ao governo federal. Os estados alegam dificuldades financeiras para executar projetos de investimentos em função do elevado comprometimento das receitas líquidas com a dívida refinanciada pela União, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O Paraná, especialmente, quer ser ressarcido pela União de investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões feitos na área de transporte rodoviário e ferroviário.

A falta de definições em torno do avançou ou recuou no processo de privatização dos serviços do Porto de Paranaguá e a exigência do Ministério dos Transportes para que seja permitida a exportação de soja transgênica, no entanto, é um tema que virou conflito entre o Paraná e a União.

“A tentativa de intervenção (do governo federal) no porto será em cima da ética para trazer de volta os descaminhos e os privilégios”, disse Roberto Requião em uma entrevista a 18 jornalistas da imprensa estrangeira, como do The New York Times, The Washington Post, Reuters, El Clarín, El Cronista, tentando abrir espaço no exterior para a discussão sobre de privatizações e a soja transgênica.

É um aspecto pontual de um processo maior, onde o governador do PMDB vem procurando construir um modelo, no âmbito da administração estadual, alternativo ao desenvolvimento econômico neoliberal e que a equipe de Lula não estaria animada em mudar, segundo Requião.

“No início não havia condições de mudanças. Tinha riscos externos. Agora é preciso fazer as mudanças. Lula é firme, mas falta segurança a equipe do governo federal na condução de alguns assuntos de interesse do país”, argumentou o governador. Ele entende que o governo Lula — sem que seja necessário trocar a Ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e sua equipe — deveria promover, de forma gradual, mudanças no atual modelo de

desenvolvimento econômico.

“Ainda há tempo de fazer as mudanças. Não precisa ser abrupta. A coisa é progressiva. Não é o emprego deles (Palocci e equipe) que precisamos. Eles podem continuar lá. Acredito que eles pensam igual a nós”, disse Requião.

Entre as propostas defendidas pelo governador paranaense, desponta a defesa de uma imediata e consistente redução das taxas de juros.

Requião entende que o fortalecimento da economia brasileira viria com a ampliação das relações de comércio com a Argentina. Em sua opinião, o Brasil deveria facilitar a entrada de produtos da Argentina, mesmo que tenha que conceder um subsídios compensatório para setor industrial nacional, caso tenha algum prejuízo.

Por este raciocínio, a ajuda à Argentina poderia ocorrer, ainda, com venda da energia elétrica a um preço simbólico. Roberto Requião disse que a Companhia Paranaense de Energia (Copel) pode fornecer à Argentina energia a preço “solidários”, muito próximo ao custo, por tratar-se de energia que não vem sendo consumida no mercado interno.

O governador explicou que no Paraná, ao deixar de repassar um reajuste de 25% no custo da energia, conseguiu transferir ao setor produtivo o equivalente a R\$ 1,2 bilhão. Esta energia subsidiada junto com o desempenho do setor agroindustrial é que levou a economia estadual crescer o equivalente a 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003.

Paranaguá

O que mais preocupa o governador, no entanto, é o conflito com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e com os escalões intermediários do Ministério dos Transportes, que estabeleceram um prazo para que o Porto de Paranaguá exporte soja transgênica. O governador do Paraná é contra e disse que continuará defendendo a ideia de um Paraná livre da produção e exportação da soja transgênica.

“Se o presidente Lula privatizar o porto, não faça por meu intermédio. Se não quiserem fazer as mudanças para que Paranaguá seja de fato um o porto público, é melhor cancelar a concessão e entregar para a Monsanto”, disse Requião. O desejo do governador é transformar Paranaguá num modelo de prestação de serviços.

A melhoria da qualidade e redução dos custos das operações portuária já vem ocorrendo com medidas pontuais. Um exemplos apontado são os custos de exportação nos terminais das cooperativas agrícolas — privadas — de US\$ 6,5 dólar a tonelada contra US\$ 3,16 no terminal público. Os exportadores independentes hoje já tem alternativa de escolha. Há, porém, custos que não podem ser ainda reduzidos como dos despachantes que ganham US\$ 2 dólar a tonelada apenas para carimbar papel, no entender do governador.

O governo do Paraná disse que possui um plano de investimentos de R\$ 720 milhões no Porto em quatro anos. Na primeira etapa com aplicação de R\$ 148 milhões na construção de um terminal graneleiro que ampliará 30% a capacidade de exportação do porto. Eduardo Requião, diretor do porto, disse que há muitas ações que podem ser adotadas para melhorar a qualidade dos serviços em benefícios de seus usuários, como a aquisição de uma draga para drenagem do leito. Mas é preciso que haja uma melhor definição na legislação para que sejam identificados os espaços públicos e privados, assim como preservada a autoridade do dirigente portuário.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Data 20/04/04 Pág. 1ª

ESTADO DE MINAS

SELO VERDE E VERACIDADE 20 DE ABRIL DE 2004

27 52121

CONFIRA NESTA EDIÇÃO O GUIA COMPLETO DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE 2004

Itala pede responsabilidade aos sem-terra e servidores

Presidente avisa que todos têm de cumprir a lei e que exigências salariais serão as possíveis

O presidente Lula criou o estatuto de responsabilidade para o Brasil em 1995, que valeu para todos. Lula garantiu que o governo cumpriria a promessa de garantir...

330 mil famílias em 2003, o Brasil não teve governo responsável. O Brasil não tem o mesmo nível de...

dele e a garantia de uma vida digna. Mas afirmou que o Brasil não tem o mesmo nível de...

atual e que as próximas eleições. O Brasil governado pelo PMDB...

do ao encontro dos chefes dos 27 estados e do Distrito Federal...

ÍNDIO CONTRA GARIMPEIRO

A Polícia Federal resgatou 60 mil kg de ouro e 200 kg de pedras preciosas...

nação e a área permitiu que os 400 policiais e mil índios...

curtas ao momento. O Dia do Índio...

das Deputadas Representantes de 27 estados...

Rede explora menores na prostituição

Uma rede de prostituição infantil atuava no estado de Pernambuco...

Brasileiro bate empresas em envio de dólar

A empresa de dinheirões de brasileiros brasileiros no exterior...

Table with financial data: COPA, MENSAGEM AO GOVERNO, ÍNDICE

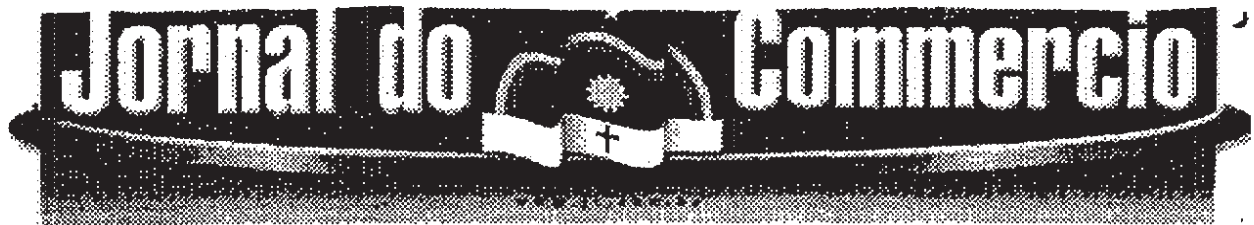
Pequeno, mas cheio de graça. Menor estado do Brasil, Sempre tem belezas grandiosas...



Crise ameaça calar Ars Nova. Portas abertas

MP INVESTIGA O CASTELHÃO DE ARS NOVA. PRESIDENTE AGIRÁ COM RESALTO PARA MINAS

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



MST DEFENDE INVASÃO DE TERRAS PRODUTIVAS

Organização do MST-Jornal do Commercio que afirma que terras férteis produzem, mas não cumprem sua função social, e por isso devem ser alvo da reforma agrária. **INVASÃO** de terras produtivas nos próximos dias. A história de áreas federais do Estado...

Planos de saúde

Médicos mudam modelo do protesto contra operadoras

A partir da próxima semana, em vez de reações, os médicos vão criticar que os usuários assinam recibos para cobrança posterior dos valores às operadoras.

Justiça

Presidente da Eletrobrás sai para dar lugar ao PMDB

O filio Luiz Pinquini Rios foi condenado da presidência de Eletrobrás. Seu substituto será indicado dentro da semana pelo Governo ao PMDB.

Grupos

Megaoperação vai aliviar tensão em área indígena

Começa hoje uma megaoperação policial em Rondônia, com cerca de 400 homens para diminuir a tensão entre índios e posseiros.

Deputados lutam para reverter hoje decisão do TSE de reduzir vereadores

PÁGINA 4

AMOTINADOS ESQUARTEJAM DOIS PRESOS EM RONDÔNIA

Depois das três mortes no fim de semana, os presos rebelados em Porto Velho mataram mais cinco colegas, ontem. Dois deles foram decapitados e esquartejados. Outros 24, mantidos amarrados, podem morrer a qualquer momento.

Líder iraquiano suspende ataques contra espanhóis após anúncio de retirada

PÁGINA 7

Bom trabalho em sala de aula é fruto de professor valorizado, aponta série

CIDADES 5

Braileiro

Náutico, agora, quer tentar voltar à elite do futebol nacional

Os jogadores do Náutico festejaram bastante o título estadual, mas hoje voltaram ao trabalho, com o anúncio de um jogo contra o Fluminense, sexta-feira, pela Segundona. O objetivo, agora, é voltar a elite nacional. O Santo deve anunciar em breve o nome do substituto do técnico Chacurina. **Jornalismo**

ECONOMIA/ESPORTES 3 e 6

Folha

Tirotelos deixa quatro pessoas feridas nos Coelhos

Quatro pessoas foram feridas por tiros perdidos, ontem, durante um tiroteio nos Coelhos. Repórteres relataram que uma vítima da PM estava no local e não fez. A polícia desarticulou uma quadrilha que recebeu R\$ 142 mil do Banco Real de Pádua. O grupo seria liderado por um PM e teria sido a participação de outros membros. **CIDADES 3**



FOLHA DE S. PAULO

PROTESTO *Crise leva presidente a cancelar pronunciamento* **Índios ocupam a Câmara e só saem depois que Lula promete recebê-los**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Cem índios de 28 tribos que participavam de uma solenidade na Câmara dos Deputados se recusaram a sair se não conseguissem uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O impasse durou oito horas e só terminou quando, por fax, o Palácio do Planalto se comprometeu a recebê-los hoje. A maior parte dos índios usava pinturas de guerra.

Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência, se reunirá com os índios às 9h e marcará uma audiência com Lula. Às 10h, eles serão recebidos pelo ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça).

Uma nota dos indígenas pede a "retirada de todos os garimpeiros ilegais invasores das terras indígenas dos cinto-larga" (no dia 7, pelo menos 29 garimpeiros foram mortos pelos cinto-larga em Rondônia) e o andamento de 40 processos de reconhecimento de reservas. Reivindicam ainda pro-

gramas de educação e saúde e o apoio a atividades produtivas.

A audiência na Câmara em homenagem ao Dia do Índio começou pela manhã, com 250 índios. Líderes tribais discursaram no plenário. Ao fim da sessão, quando restavam apenas cem, os líderes começaram a gritar que não sairiam da Casa enquanto não fossem recebidos por Lula.

Os deputados negociaram por 30 minutos e conseguiram que os índios deixassem o plenário e ficassem no salão verde, na qual eles dançaram e cantaram. "A ocupação de um Poder não tem amparo legal nem constitucional. Cometem um erro violento", disse o deputado Professor Luizinho (PT-SP), líder do governo na Câmara. À noite, eles deixaram o Congresso e seguiram para o acampamento "Terra Livre", em frente ao Ministério da Justiça.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cancelou o discurso que faria no lançamento do kit família,

com o apoio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), alegando estar "preocupado" com o conflito em Rondônia e com o incidente na Câmara.

Lula pediu ao ministro Nilmar Miranda (Direitos Humanos) que falasse em seu lugar, pegando todos, inclusive Miranda, de surpresa. Miranda explicou que o presidente estava preocupado com a crise indígena.

O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, disse que o presidente deve homologar de forma contínua a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, em no máximo dez dias. "A homologação deve sair no próximo dia 27 ou no dia 28. O presidente não tem outra possibilidade, pois não homologá-la de forma contínua significaria retroceder e anular um trabalho de dez anos de demarcação das terras." A Presidência, informada das declarações do presidente da Funai, não se pronunciou até o início da noite.

O ESTADO DE S. PAULO

O governo em guerra contra os fatos

Poucas vezes se viu, na história da administração pública brasileira, uma “guerra do governo contra os fatos” tão intensa como a que está em curso no campo da Reforma Agrária. O choque entre o que é dito, o que é prometido e o que é “interpretado”, por parte das autoridades responsáveis pelo setor – começando pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto –, e a realidade da produção rural, do agronegócio, bem como dos efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos Estados brasileiros, praticados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), dá a impressão de que, pelo menos nesse terreno, o governo Lula está padecendo de uma cegueira que não tem dado mostras de ser reversível.

Enquanto o ministro Rossetto “garante que o governo não cede à pressão do MST” – como a do “abril vermelho” do coordenador Stédile –, o governo libera uma verba adicional de R\$ 1,7 bilhão para a Reforma Agrária e se apressa em mais do que dobrar (de R\$ 7 mil para R\$ 16 mil) os recursos alocados per capita para os assentados. Enquanto o ministro parece considerar a coisa mais natural do mundo a intensificação das ações do MST no País, afirmando que “faz parte do ambiente democrático” repetir os movimentos e as atividades sindicais – como se se tratasse apenas disso! –, a insus-

peita Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa, em seu relatório anual, que o primeiro ano do governo Lula foi marcado pela maior violência e volume de conflitos no campo nos últimos 18 anos – ou seja, desde 1985, quando a CPT começou a fazer esse levantamento. Em 2003 as ocupações dos sem-terra aumentaram 172% (em relação a 2002), foram registrados 1.690 casos, envolvendo cerca de 1,2 milhão de pessoas – quer dizer, quase o dobro do último ano da administração FHC. E com a duplicação dos subsídios a essa baderna pode-se imaginar que este ano a violência vai bater novos recordes.

Por outro lado, o ministro acredita firmemente que, com a verba atual, de R\$ 3,1 bilhões (que em seu entender não será contingenciada), o programa de Reforma Agrária irá gerar 2 milhões de empregos “até o final do primeiro (?) mandato do presidente Lula”, pois está convicto – mais uma vez, contra todas as evidências econômicas – de que “a reforma agrária é um instrumento de desenvolvimento econômico sustentável, e não uma política de assistência social”. Ora, o que significa, para o País, o maior fulcro de desenvolvimento sustentável – e que tem sido atrapalhado, sistematicamen-

te, pelo desrespeito às propriedades rurais produtivas, à lei e à ordem, por parte dos militantes do MST, que têm no esbulho possessório sua estratégia básica de operação – é justamente o agronegócio, que, gerando uma renda recorde de quase R\$ 76 bilhões, acelera o ritmo de produção e vendas da indústria e do comércio – impulsionando a venda de máquinas agrícolas, veículos e imóveis –, o que se reflete

na ampliação do emprego nas cidades do interior do País – como mostrava matéria do caderno *Economia & Negócios do Estado* de domingo.

É certo que há opinião discordante quanto aos benefícios para a sociedade brasileira do grande desenvolvimento do agronegócio no País: para o presidente da CPT – a mesma entidade que detectou o recorde de conflitos no campo ocorrido no primeiro ano do governo Lula –, bispo d. Tomás Balduino, “o agronegócio, que está salvando as finanças do País, está impedindo a democratização da terra”. Não sabemos se na opinião de d. Balduino a democratização da terra significaria, necessariamente, a ruína financeira do País... Também não dá para saber se o religioso está levando em consideração os recentes dados divulgados, segun-

do os quais a Reforma Agrária se transformou numa das grandes especulações imobiliárias ilegais do País, na medida em que os assentados têm vendido (o que é proibido por lei) 40% de seus lotes – segundo o governo esse percentual é de 25%, o que reduziria a quantidade, mas não a ilegalidade da alienação. E será que o bispo considera também “democratização da terra” as invasões que os sem-terra começam a fazer de terrenos urbanos?

Para que a reforma se dê dentro da lei é preciso fazer com que a lei se cumpra

Ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que “este país tem lei” – que vale para o presidente da República e “para

os sem-terra e com terra”, mas esqueceu de dizer se o presidente da República, finalmente, vai fazer essa lei ser cumprida. Ontem, ele se limitou a dar um conselho aos “seus companheiros do movimento social”: “Ajam com a maior responsabilidade possível (sic) porque todos nós somos vítimas de nossa palavras.”

O conselho apropriado para os que estão violando a lei devia mencionar as vítimas dos seus atos (ilegais), como as de Eldorado dos Carajás. Vítimas das suas palavras são os governantes que não as traduzem em atos.

Motim em Rondônia: 8 mortos, reféns e terror

Amotinados decapitam e esquartejam dois, na frente de parentes; 170 são feitos reféns

EDSON LUIZ

Enviado especial

PORTO VELHO – Cenas de terror foram protagonizadas ontem pelos detentos do presídio de segurança máxima de Urso Branco, em Porto Velho, em uma rebelião iniciada no domingo. No telhado, um preso foi decapitado e outro foi esquartejado ainda vivo na frente dos parentes, que assistiam a tudo do lado de fora da penitenciária. Até a noite de ontem, já eram 8 os presos mortos – 5 assassinados na manhã de ontem – e 170 pessoas eram mantidas reféns. No fim da tarde, representantes do governo e dos presos continuavam negociando, enquanto outros 24 detentos continuavam amarrados, sob ameaça de morte, caso a conversa não avançasse.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de Rondônia, os presos reivindicam a troca de toda a direção do Presídio Urso Branco e uso de telefone celular, mas parentes afirmam que tudo começou depois que a mulher de um preso sofreu um aborto na fila de visitantes, no domingo, e não recebeu socorro na penitenciária. “Eles batem e colocam os presos em condições desumanas, humilham as famílias que vão fazer visitas”, contou a mulher de um detento que não quis se identificar. De dentro do presídio, por telefone celular, outro preso confirmou a informação.

Os 170 reféns foram mantidos dentro das celas dos parentes que visitavam quando teve início o motim. “Foi tudo muito triste. Nunca pensei em pas-

sar por isso na minha vida”, dizia, chorando, uma mulher identificada apenas como Ione, mãe de um dos 1.400 presos – o dobro da capacidade do presídio – de Urso Branco. Ela foi liberada no fim da tarde, depois de passar mal. Ione deu as primeiras e únicas notícias do dia para os parentes que estavam no lado de fora do presídio.

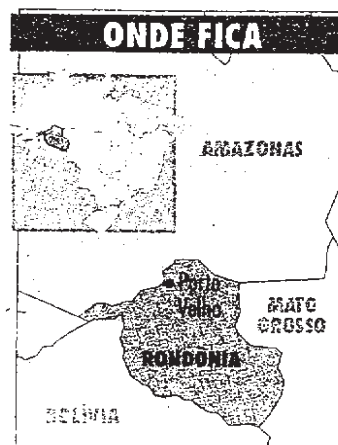
Seguro – Segundo informações dos parentes, a intenção dos amotinados era assassinar os cerca de 60 presidiários que estavam no chamado “seguro”, celas para onde são encaminhados os que estão sob ameaça de morte. “Como não conseguimos, mataram alguns das próprias celas, com quem tinham desavenças anteriores”, contou a irmã de um dos rebelados.

Mas a situação ficou tensa e mais dramática na manhã de ontem, quando outros presos começaram a

ser mortos. Os três primeiros, por golpes de armas fabricadas pelos próprios presos. Os outros dois, de maneira chocante: um deles foi decapitado e o outro teve os seus membros cortados quando ainda estava vivo. Depois, também foi

decapitado e teve seu tronco jogado de cima da caixa d’água, onde estava parte dos rebelados. A cena foi vista por mais de 300 pessoas que estavam do lado de fora do presídio, pelos reféns e por policiais.

Ainda pela manhã, a Secretaria de Segurança Pública montou um gabinete de negociação para tentar contornar a rebelião. Além disso, foram enviadas centenas de homens da Companhia de Controle de Distúrbios da Polícia Militar. Há quatro anos, o Urso Branco foi palco de outro cenário chocante, quando 27 detentos foram massacrados por companheiros de cela na festa de ano-novo.



País tem mais de 300 mil presidiários

O sistema prisional no País continua com presídios superlotados, fugas, rebeliões e mortes. Em fevereiro os presídios estavam, segundo o Ministério da Justiça, com 308.304 condenados. Há excesso de detentos principalmente em São Paulo, Minas, Rio Grande do Norte, Piauí e Tocantins. Em São Paulo, mais de 7 mil detentos que deveriam estar nas penitenciá-

rias superlotam os distritos policiais da capital.

No ano passado, Santa Catarina, Amazonas, Paraná e Sergipe decretaram estado de calamidade e pediram a liberação, com urgência, de dinheiro para resolver problemas como reforma de celas e de oficinas para a abertura de vagas. Com as oficinas – e a oportunidade de trabalho –, os presos podem ser trans-

feridos do regime fechado para o semi-aberto.

O excesso de detentos é apontado como o principal motivo dos motins. Em junho, o sistema carcerário registrou o maior número de mortes no País numa rebelião desde 2001: 13 detentos foram assassinados na Unidade Prisional do Pura-queiraquara, em Manaus. Em janeiro, o mesmo presídio regis-

trou um novo motim com seis mortes – de cinco detentos e um agente penitenciário. O governo federal promete a construção de presídios federais para resolver parte da situação caótica do sistema. O primeiro será construído em Campo Grande (MS), e terá 200 vagas. A inauguração está prevista para setembro de 2005. (Renato Lombardi)

VIOLÊNCIA

Prefeito do Rio cobra ação do governo federal

Cesar Maia diz que os militares deveriam patrulhar também os arredores de quartéis

CHRISTIANE SAMARCO

O prefeito do Rio, Cesar Maia, cobrou ontem do governo federal que assumira a coordenação das ações contra a violência e para garantir a segurança em todo o País, papel para o qual foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Apesar da negativa do governo de envolver as Forças Armadas no combate ao crime organizado na cidade, o prefeito insistiu ontem, em reunião da executiva nacional do PFL em Brasília, que os militares passem a colaborar com medidas simples, como a ampliação da zona de patrulhamento em torno dos quartéis. “As Forças Armadas têm 200 quartéis no Rio e, se atravessarem a rua para garantir a segurança na outra calçada, ganharemos patrulhamento em mais 200 quadras”, sugeriu. Ele citou o exemplo da sede do Comando Militar do Leste, que fica na frente da Central do Brasil, onde uma patrulha do Exército é não apenas bem-vinda, mas sobretudo necessária.

“É uma vergonha que as calçadas dos quartéis sejam protegidas e na sua vizinhança aconteça de tudo”, disse. O prefeito sugeriu, também, que os militares destinem quatro grupos para o patrulhamento permanente das Linhas Vermelha e Amarela. “Não estou propondo usar

as Forças Armadas no papel de polícia e sim patrulhando áreas onde elas já estão.”

Prisões – No quarto dia de cerco ao Complexo do Alemão, na

zona norte do Rio, a Polícia Civil retomou ontem as operações para capturar Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, que tentou invadir a favela da Rocinha na Sexta-Feira Santa.

Os policiais passaram o dia checando possíveis esconderijos do bandido e prenderam seis homens que seriam ligados ao Comando Vermelho.

“Estamos no caminho certo. A prova disso é que as operações estão tendo resultado”, disse pela manhã o delegado Alan Turnowski. Ele comanda cem homens das delegacias especializadas. Em uma incursão numa fábrica de cerveja desativada perto da Favela da Grota, policiais prenderam Leandro dos Santos, de 21 anos, Marcelo da Paixão, também de 21, Fábio Luiz da Silva, de 22, e um menor, de 17.

Seguindo uma denúncia, policiais prenderam Humberto Castello Branco da Costa em Olaria. Ele tem quatro mandados de prisão por tráfico, assalto e homicídio. O bandido disse que fugiu da cadeia há uma semana.

Em outra operação, o traficante

Fábio Freitas de Aguiar foi preso num local conhecido como Favela da Galinha. Ele é apontado como o braço direito do traficante Mighty Thor, preso em Bangu. Fábio foi surpreendido num sobrado quando mantinha relações sexuais com uma menor, de 15 anos. Ele tentou resistir à prisão, atirou, mas foi preso.

O Disque-Denúncia bateu ontem o recorde de chamadas num só dia, ultrapassando 500. Por volta das 15 horas, um grande comboio de cerca de 50 carros deixou o comando na entrada da Favela da Grota em direção a Chatuba, outra região do complexo. (Colaborou Alexandre Rodrigues)

Procurador quer alterar estatuto do desarmamento

O procurador-geral da República, Claudio Lemos Fonteles, sugeriu ontem que o Supremo Tribunal Federal declare inconstitucionais os artigos do Estatuto do Desarmamento que tornaram inafiançáveis os crimes de porte e disparo de arma. Segundo ele, a Constituição Federal estabelece que apenas os crimes de terrorismo, tortura, tráfico de drogas e hediondos são inafiançáveis. Não há menção a crimes de porte e disparo de arma. Não há previsão da data de julgamento da ação.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: _____

Rebelados em Rondônia esquartejam detentos

Com oito mortos, motim em penitenciária escapa do controle das autoridades

PORTO VELHO – Uma rebelião entre detentos da penitenciária Urso Branco, em Porto Velho, Rondônia, ganhou ontem conotações de selvageria. Desde a última sexta-feira, oito presos já foram mortos, apesar das tentativas de negociação entre autoridades, policiais e rebelados.

Cinco detentos foram assassinados ontem e três durante o fim de semana. Segundo a Secretaria Estadual de Segurança, os presos foram mortos pelos próprios colegas a golpes de armas artesanais, fabricadas dentro da cadeia, barras de ferro e pedaços de madeira. Diante dos olhos de jornalistas e parentes das vítimas, os assassinos exibiram uma cabeça e corpos esquartejados, arremessando-os, em seguida, da laje da prisão.

Um preso decapitado foi identificado como Izaque Monteiro do Espírito Santo. Horas depois, Luciano Teotônio dos Santos, o Pezão, foi morto a pauladas. As identidades dos demais mortos ainda não foram confirmadas.

Cerca de 170 parentes dos detentos estão sendo mantidos dentro do presídio para evitar a invasão da polícia. A Secretaria da Segurança afirmou, no entanto, que eles não são consi-

derados reféns, porque se recusaram a deixar o local.

O motim começou no fim da tarde de sexta-feira, depois que uma briga interna entre grupos rivais provocou a morte de dois detentos. As vítimas, de acordo com a secretaria, foram Jailson Quintino de Lima e Israel Márcio Soares. Os internos aproveitaram a confusão para se rebelar contra a qualidade da comida e pediram o afastamento da atual administração.

Os detentos exigiram a presença do governador Ivo Cassol (PSDB), que cancelou uma viagem para acompanhar as negociações, mas não foi até o presídio.

Segundo a mulher de um preso é comum não haver comida para todos os detentos e, em alguns dias, é servida apenas uma refeição.

– Reclamamos da comida que nos servem e da falta de medicamentos. Tem gente com HIV aqui dentro e não recebe medicação. Se o governo não resolver a situação, podemos continuar matando gente – disse um dos rebelados, de dentro da prisão, utilizando um telefone celular.

O preso, que não quis se identificar, disse ainda que “diversas pessoas já cumpriram a pena integralmente”. A penitenciária tem capacidade para 350 presos, mas abriga mais de 1.300. De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, “as reclamações dos detentos não procedem, mas a situação daqueles que, por ventura, já tenham cumprido as suas penas será verificada”.

Cerca de 70 policiais entraram na prisão pela manhã, mas não conseguiram controlar o motim. Durante o dia, 160 detentos que estavam sendo ameaçados de morte pelos colegas foram isolados em uma área administrativa, fora do alcance dos rebelados.

Agência Folha

Presídio estava sob intervenção

A violência na Penitenciária Urso Branco, em Rondônia, já rendeu ao Brasil um processo na Comissão de Direitos Huma-

nos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Diante da denúncia da morte de 49 presos em três anos – 27 em um único motim em dezembro de 2001 – a OEA cobrou providências urgentes do governo brasileiro. O país será julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Há pouco mais de um ano, o secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, afirmou que os Estados deveriam assumir a responsabilidade pela

eventual condenação do país por violação dos direitos humanos e lembrou o caso da Penitenciária Urão Branco.

O presídio está sob intervenção da Polícia Militar desde 2000, quando vários agentes penitenciários foram afastados.

Entre as medidas que a OEA exige que o Brasil adote estão garantir a vida dos presos condenados à morte pelos demais presídios, desarmar todos os detentos e investigar as mortes já ocorridas.

MASSACRE EM RONDÔNIA

Lula sabia do risco da tragédia

Prefeita de Espigão D'Oeste guarda cópias dos ofícios que enviou ao presidente e a Dirceu avisando sobre a iminência do conflito

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – Desde que assumiu o cargo de prefeita de Espigão D'Oeste, em Rondônia, em janeiro de 2001, Lúcia Teresa Rodrigues dos Santos (PTB), de 58 anos, não parou de enviar mensagens a várias autoridades de Brasília, alertando para os conflitos entre índios cintas-largas e garimpeiros dentro da Reserva Roosevelt. Ela guarda cópias de ofícios enviados ao chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Em outubro já sabia que ia haver conflito na reserva. Enviei várias mensagens a Brasília e nunca tive resposta – reclama a prefeita.

Ao concluir que não estava tendo a atenção merecida nos ministérios e órgãos ligados à segurança pública, a prefeita enviou ofício diretamente ao presidente Lula. Foi no dia 22 de outubro do ano passado, numa época em que passou a receber com mais intensidade informações sobre conflitos iminentes entre índios e ga-

– Moro aqui há 31 anos e, naquela época, comecei a receber muitas informações sobre novos conflitos – diz Lúcia.

No ofício ao presidente, a prefeita pedia desculpas pelo “atrevimento” em escrever ao chefe da nação. Solicitava “ajuda” e pedia também que Lula acabasse com a corrupção e a discriminação. Relatava o problema da reserva de diamantes na área indígena, “onde poucos colhem e muitos sofrem e morrem”. Lúcia dizia estar se sentindo só e explicava ao presidente que as denúncias feitas a outras autoridades “foram em vão”. Ao final da curta mensagem, dizia a Lula que ele era a última chance de solução verdadeira “dessa mina de corrupção e vergonha” para os brasileiros.

– Escrevia estes rápidos ofícios nas horas de desespero. O garimpo nem fica no meu município, mas aqui sofremos todas as consequências, pois é ponto de apoio dos garimpeiros – conta a prefeita.

Em ofício enviado ao mi-

bro do ano passado, a prefeita diz-se “desesperada”. O problema do garimpo na Reserva Roosevelt, escreveu ela ao ministro, “é uma vergonha nacional”. No mesmo ofício, a prefeita adverte que corre “sério risco de vida” pela denúncia sobre a ilegalidade na extração de diamantes e pede “ajuda sigilosa” a Dirceu. A prefeita afirma que enviou ofícios também ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao governador do Estado, Ivo Cassol, que agora responsabiliza a Funai pelas mortes.

Pelos dados do IBGE, o município de Espigão D'Oeste tem oficialmente 25 mil habitantes. Mas a prefeita garante que, com o crescimento rápido, já são 40 mil pessoas. O local do conflito fica a 100km do município. Segundo a prefeita, o garimpo atraiu vários grupos de interesse, inclusive representantes de empresas multinacionais de venda de diamantes, que estariam incentivando os garimpeiros a entrar na reserva.

cional. Gente do Canadá. Teve muito estrangeiro hospedado em hotel aqui – diz Lúcia.

Morreram muitos índios e muitos garimpeiros, até eclodir o conflito da Semana Santa, lembra a prefeita. Para ela, “quem morreu são pessoas frágeis”, as menos culpadas em um esquema que envolve poder e riqueza. Alguns caciques, denuncia a

prefeita, já entraram no rico negócio do diamante e exploraram as áreas. Têm mansões em Cacoal e só andam em carros zero-quilômetro. A prefeita acredita que o processo de aculturação pode ter alterado o comportamento dos índios.

– O que estragou tudo foi a essência do homem: dinheiro, mulher e bebida. Hoje tem índio que só gosta de mulher novinha – afirma a prefeita.

A morte dos garimpeiros na reserva trouxe ainda mais problemas na área de segurança pública na região. A prefeita afirmou que cerca de 800 garimpeiros protestaram ontem na praça da cidade, próxima à prefeitura. Com faixas e cartazes, os garimpeiros pediam que os governos encontrassem e resgatassem todos os corpos dos desaparecidos no massacre da Reserva Roosevelt.

– Estou aqui com todas estas 800 pessoas. Viúvas, parentes, todos pedindo para buscar os corpos. É o maior massacre que já vimos por aqui – lamenta.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE ESPIGÃO DO OESTE

Ofício nº 718/GP/2003

Espigão do Oeste, 22 de Outubro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Sou Lúcia Tereza, estou Prefeita em Espigão do Oeste, Rondônia. A história de Vossa Excelência e a minha são parecidas. Sabedora da sua humildade e sensibilidade, meu atrevimento em lhe pedir ajuda. Não só para resguardar minha vida, como também que acabe a discriminação e corrupção. O caso é a reserva de diamantes na área indígena, onde poucos colhem e muitos sofrem e morrem. Me sinto só. As minhas denúncias com outras autoridades foram em vão. Vossa Excelência é a última chance de solução verdadeira dessa mina de corrupção e vergonha para nós Brasileiros.

Respeitosamente,

Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos
Prefeita

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
BRASÍLIA - DF

O APELO para Lula interferir “nessa mina de corrupção e vergonha”

Sem punição

LUIZ QUEIROZ

BRASÍLIA – O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira, afirmou ontem que não condenará os índios cintas-largas pelo assassinato de 29 garimpeiros em um conflito em Rondônia. afirmou que os invasores sabiam do risco.

– Sou humanista. Não acredito na morte nem na violência. Não posso, entretanto, ficar condenando os índios por defenderem seu território. Os garimpeiros sabiam do risco.

Mércio Pereira disse ainda que a instituição defenderá os índios envolvidos nas mortes de garimpeiros na Reserva Roosevelt, no Sul de Rondônia, caso a Polícia Federal resolva prender suspeitos.

O presidente da Funai garante não estar preocupado quanto à possibilidade de ser exonerado, como querem alguns parlamentares do PT, entre eles Lindberg Farias (RJ).

– A presidência da Funai é um cargo sujeito a esses tipos de problemas – afirmou.

Mércio repetiu ontem o

que vem dizendo há dois dias. Defendeu os cintas-largas e argumentou que estão apenas defendendo as suas terras.

– Temos de entender que o território indígena não é como uma propriedade privada. As terras dos povos indígenas são uma extensão de sua vida, de sua cultura. Eles têm de lutar por ela – defendeu.

Mércio participou ontem de solenidade em comemoração ao Dia do Índio, na sede da Funai. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não compareceu ao evento e mandou representante.

O presidente da Funai afirmou ser contra ataques violentos e mortes.

– Nenhuma guerra deveria acontecer – disse, ressaltando que, no caso dos índios, apenas defenderam suas terras.

O presidente da Funai lançou ontem o selo Orlando Villas-Bôas, em homenagem ao sertanista, e condecorou com medalhas algumas autoridades. O senador Eduardo Suplicy (PT/SP), um dos parlamentares que apóia a gestão de Mércio, foi um dos agraciados.

DIA DE ÍNDIO

Acampamento no Congresso

Cem índios de 28 tribos diferentes que participaram ontem de uma sessão comemorativa ao Dia do Índio, no Congresso, se recusaram a sair do local até terem a promessa de um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A maior parte estava com pinturas de guerra. Em nota, reivindicaram a “retirada de todos os garimpeiros ilegais invasores das terras dos cinta-larga” e o andamento de 40 processos de reconhecimento de reservas. Até o começo da noite, não haviam saído do salão verde da Câmara.

Na manhã de ontem, os índios participaram de uma audiência em comemoração ao Dia do Índio, no plenário da Câmara. Seus representantes puderam discursar, o que, em geral, somente os deputados federais podem fazer. Apenas seis deputados e um senador assistiram à audiência.

No final da sessão, quando restavam cem índios, seus líderes começaram a gritar que não sairiam da Casa enquanto não fossem recebidos por Lula.

Os deputados negociaram por 30 minutos e conseguiram que deixassem o plenário e se colocassem no salão verde – área que antecede a entrada do plenário. Além disso, os deputados Carlos Abicalil (PT-MT), Fernando Ferro (PT-PE) e Perpétua Almeida (PC do B-AC) agendaram no Planalto um encontro entre o governo e os representantes indígenas. No Salão Verde, os indígenas dançaram e cantaram músicas tradicionais. Afirmaram que não deixariam o prédio da Câmara sem ter uma posição clara do governo sobre a política para seus povos.

Presidente estuda pronunciamento à Nação

Presidente pretende anunciar medidas de estímulo ao emprego e reverter críticas ao governo

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá fazer um pronunciamento à Nação para anunciar medidas de estímulo à geração de emprego e distribuição de renda. Uma das medidas é a alteração na Lei do Primeiro Emprego, de forma a ampliar os benefícios para as empresas. A iniciativa é também uma forma de responder às críticas de paralisação do governo, intensificadas após o caso Waldomiro Diniz.

O pronunciamento, cujo teor está sendo discutido pelo presidente e seus principais auxiliares, poderá ser transmitido antes de 1.º de maio, Dia do Trabalho. Apesar da resistência da equipe econômica, Lula deve anunciar um aumento acima da inflação para o salário mínimo, hoje em R\$ 240,00. Para amenizar o impacto na Previdência, a alternativa que está sendo considerada pelo Planal-

to é aumentar o valor do salário-família, que, combinado com o mínimo, daria ao trabalhador maior poder de compra. Uma das propostas em análise é elevar o salário-família de R\$ 13,48 para até R\$ 30,00.

Ajustes – Diante dos ainda pífios resultados do programa de estímulo ao primeiro emprego, implantado em novembro nas capitais, o presidente decidiu fazer ajustes. Pela lei em vigor, o governo concede estímulo financeiro às empresas, dois meses depois da contratação de jovens de 16 a 24 anos para o primeiro emprego. Para despertar interesse dos empresários, a idéia é antecipar o pagamento para facilitar o acesso ao programa.

Outra alternativa para gerar empregos é o aumento do contingente de jovens que prestam serviço militar. Lula poderá ainda anunciar a criação de frentes de trabalho para a recupera-

ção de mais de 7 mil quilômetros de estradas.

O presidente está buscando também alternativas fora do governo. Na sexta-feira, ele terá encontro com o presidente da CUT, Luiz Marinho, que vai sugerir, por exemplo, a contratação de emergência de 1 milhão de trabalhadores pelo Estado, sobretudo nos grandes centros.

Na avaliação de auxiliares de Lula, depois de mais de dois meses da eclosão do caso Waldomiro Diniz, o governo já reúne condições de reagir. A denúncia contra o ex-assessor do Planalto afetou

diretamente o desempenho do ministro José Dirceu (Casa Civil), prejudicando o funcionamento da máquina administrativa. O presidente passou a cobrar, com mais rigor, resultados objetivos e concretos dos ministros. Apesar de insatisfeito com o desempenho de alguns não cogita em mexer na equipe este ano. (Cida Fontes)

PRESIDENTE
DEVE CRIAR
FRENTES DE
TRABALHO

‘Lula ficou se lambuzando com o poder’, diz Serra

O presidente nacional do PSDB, José Serra, afirmou ontem que o governo Lula conduz políticas econômica e social “à direita” dos tucanos e atacou a “ausência de projetos” para o desenvolvimento do País. “Do ano passado até agora a situação externa da economia foi a mais eufórica de que se tem notícia, mas o governo Lula ficou se lambuzando com o poder e deixou de fazer políticas que aproveitassem a conjuntura”, disse Serra, em seminário sobre educação promovido por seu partido ontem em São Paulo.

Além da manutenção dos

juros “na estratosfera” e a continuidade do “aumento da carga tributária, o presidente do PSDB citou medidas como o programa de farmácias populares e o “desmonte” do sistema de avaliação do ensino brasileiro. “Mesmo em outras coisas que são feitas, como na retórica da política externa, não há substância”, afirmou Serra. “Ou nessa coisa com o MST, esse estílo, sem fazer reforma agrária por um lado, são saludos a la bandera para dizer que o governo tem seu lado progressista.”

Ao criticar as posições “de direita” do governo Lula, o presidente do PSDB ressaltou aos tu-

canos presentes: “Do ponto de vista partidário, é importante que tenhamos isso presente”. Segundo Serra, “como (os petistas) não tinham programa e como também não têm quadros, pegaram emprestadas políticas neoliberais”. Questionado pelo Estado sobre o fato de Lula estar mantendo a política econômica do governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, o presidente do PSDB argumentou que “as coisas mudam ao longo do tempo”. “A política econômica depende da situação de cada momento”, afirmou Serra.

O presidente do PT, José Genoíno, atribuiu ao “sectarismo

antipetista” às declarações de Serra. “Isso o impede de ver os avanços do governo até agora”, disse. “É a cegueira oposicionista. O PSDB ficou 8 anos no poder. Agora, critica como se já tivéssemos cumprido dois mandatos, e não pouco mais de um ano de governo.”

Genoíno enumerou alguns avanços promovidos pelo governo Lula e fatos que, segundo ele, mostram a diferença do governo do PT em relação ao antecessor. “Adotamos uma política industrial, por exemplo, coisa que o País nunca teve.” (Conrado Corsaletto e Mariana Caetano)

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 2004/04 Página: 7

Sem-teto invadem 5 áreas em um dia em SP

Ações e protestos foram coordenados por quatro movimentos e mobilizaram 7 mil pessoas

ANGÉLICA FREITAS

Mais de 7 mil pessoas ligadas a movimentos de moradia popular participaram de protestos e invasões de prédios e terrenos em cinco pontos de São Paulo na madrugada e manhã de ontem. Ao contrário dos sem-teto, que ocuparam diversos imóveis no centro da cidade em 2003, os manifestantes não permaneceram nos locais. As invasões são parte de uma campanha nacional, com reivindicações aos governos federal, estadual e municipal.

“Queremos demonstrar a quantidade de áreas públicas sem utilização, enquanto a população está sem moradia”, disse o presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Wander Geraldo da Silva, durante ato na frente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), na Rua Boa Vista, no centro.

Quatro entidades coordenaram as ações: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP), Central dos Movimentos Populares (CMP), Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Facesp) e Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

Foram cinco invasões: em prédios do CDHU perto do Viaduto Guadalajara, na zona leste; em um quartel da Polícia Militar, no Parque d. Pedro, no centro; em terreno da CDHU no Jardim São Luiz, na zona sul; em dois prédios da companhia no Jardim Umarizal, também zona sul, e num terreno ao lado do Metrô Barra Funda. Na noite de sábado, um terreno havia

sido invadido em Interlagos.

Essas invasões vinham sendo planejadas desde o fim do ano passado, mas só foram definidas a partir da campanha lançada nos dias 6 e 7, durante encon-

tro de líderes dos movimentos. Os locais e horários permaneciam secretos até pouco antes das ações. Segundo os líderes, a idéia era evitar que a polícia chegasse antes dos manifestantes.

“Se os movimentos não se unificarem e não tiverem a ocupação como meta, nenhum governo vai fazer nada”, explicou Donizete Ferreira, da UMM/SP.

Despejos – Entre as reivindicações dos sem-teto estão a suspensão imediata de despejos em terrenos públicos e privados, a aprovação do Fundo e Conselho Estaduais de Habitação, a aplicação de 1% do ICMS na construção de moradias populares, a retomada dos mutirões autogestionários com o governo do Estado e a urbanização das favelas.

“Queremos que o governo estadual aplique os recursos existentes para a moradia, coisa que não vem acontecendo”, diz Ferreira.

Na capital, também participaram das ocupações de ontem entidades como: União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), Movimento dos Sem Teto do Centro (MTSC) e União dos Movimentos Independentes da Zona Sul (Umizs).

A coordenadora da Facesp, Veruska de Carvalho, explicou como são escolhidos os imóveis para as invasões: “Os lugares são escolhidos a partir do conheci-

mento de área. A gleba está lá, durante anos, sem cumprir função social nenhuma. Se o objetivo é só especulação imobiliária, esse é o principal critério.”

Estado não será condescendente, avisa Alckmin

JANDER RAMON

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse ontem, em entrevista coletiva, que **“o abril vermelho”** que está sendo realizado neste mês pelo Movimento dos Sem Terra (MST) **“não é mais só rural, mas também urbano”**. **“Só na última noite, tivemos cinco tentativas de invasão e uma delas consumada. Atacam terrenos privados, prédios em obra, e prédio do governo”,** enumerou o governador, após participar de reunião do Conselho Estadual de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Cericex).

O Estado não será condescendente e, seguindo a lei, vai desocupar todas as áreas invadidas, no campo e na cidade, garantiu o governador. **“Vamos cumprir a lei e não há nenhuma hipótese de as áreas invadidas não serem desinvadidas, não importa onde”,** afirmou.

Alckmin fez também um apelo para que os movimentos sociais interrompam as invasões principalmente nas áreas produtivas porque, no entendimento do governador, **“esse não é o caminho correto”**. **“Isso não resolve nossos problemas e, pelo contrário, agrava a tensão e o confronto. Não é o caminho da tranquilidade”**.

**MAIORIA
DOS IMÓVEIS
PERTENCE
À CDHU**

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 7A

dade, da paz, do desenvolvimento econômico para a geração de emprego e renda.”

O governador esperava ter ainda ontem um contato do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Na última sexta-feira, Alckmin telefonou para o ministro que, por sua vez, estava viajando. “A reforma agrária não tem nada a ver com as invasões, porque estas ocorrem em terras produtivas e, portanto, não são destinadas para a reforma agrária. É um movimento para chamar a atenção, no sentido de criar fato político, mas no mal sentido.”

‘Sem pressão a moradia não sai nunca’, diz líder

MARISA FOLGATO

Há dez anos no Movimento dos Sem-Teto do Centro (MS-TC), que comandou uma das invasões de ontem, Lizete Gomes, de 37 anos, já se convenceu: “Não importa se é prefeitura, Estado ou governo federal. Sem pressão a moradia não sai nunca. A gente precisa mostrar onde está a miséria com as ocupações.”

Uma das coordenadoras do MSTC, Lizete não conseguiu casa. Mas está quase lá. “Morei cinco anos num prédio ocupado da Rua Ana Cintra, fomos despejados e agora estou em outro prédio invadido na Prestes

Maia, com 467 famílias.”

O edifício está em processo de desapropriação para fins de moradia e será reformado, segundo a Secretaria Municipal da Habitação. Há vários casos no centro. “Recorrer à ocupação de prédios como forma de pressão é uma opção que o movimento fez para chamar a atenção, como faz um trabalhador em greve”, diz a coordenadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da USP, Maria Lúcia Refinetti Martins. Segundo ela, depois que começaram essas ações, virou política pública o uso de imóveis ociosos do centro para programas habitacionais.

No Recife, 500 famílias ocupam área do Ibama

ANGELA LACERDA

RECIFE - Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ocuparam ontem terreno da União utilizado pelo Ibama e reocuparam uma área vizinha, do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), no município metropolitano do Cabo de Santo Agostinho. Os sem-teto também realizaram protesto, primeiro nas escadarias de uma agência da Caixa Econômica e, em seguida, no prédio administrativo do órgão, ambos na Avenida Conde da Boa Vista, centro do Recife.

As ações, de acordo com o líder do movimento em Per-

nambuco, reverendo Marcos Cosmo, fazem parte de campanha nacional para pressionar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a destinar recursos do orçamento federal ao Fundo Nacional de Habitação. “Desde 1991 se luta por esse fundo, que foi regulamentado em 2002 e até hoje nunca recebeu um centavo”, afirmou ele, ao explicar que o protesto na Caixa foi para estimular uma reflexão sobre a falta de política habitacional para a população pobre.

De acordo com o MTST, cerca de 500 famílias participaram das ações – 400 nas ocupações e 100 no protesto. Um dos coordenadores do movimento, José Francisco da Silva, disse

que a área ocupada também é do ex-IAA e estava servindo de depósito para o Ibama. Na área reocupada, foram armadas barracas. Ela havia sido invadida no final de julho e foi desocupada por ordem judicial, com resistência dos sem-teto.

O protesto na Caixa não provocou transtornos, na avaliação da assessoria de comunicação do banco. Na agência, os manifestantes permaneceram até a abertura do expediente para o público.

No Piauí, com déficit habitacional de 30 mil moradias, o movimento sem-teto está se mobilizando em Teresina para ocupar conjuntos construídos pelo governo. Segundo a Federação

da Associação de Moradores e Conselhos Comunitários (Famcc), 6 mil famílias tiveram as casas avariadas pelas enchentes no começo do ano – 1,5 mil famílias estão em abrigos improvisados.

Os sem-teto e desabrigados acamparam em frente ao Palácio de Karnak, sede do governo estadual, e fecharam a rua. Eles planejam ocupar conjuntos construídos pelo governo e pela prefeitura de Teresina. O prazo para a ocupação é o final da semana. “Já está tudo mapeado e preparado para isso”, alertou a direção da Famcc. (Colaborou Luciano Coelho, especial para Estado)

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 8

'Abusos' do MST afastam investidor, reage Piva

Presidente da Fiesp vê 'provocação' e protesta contra ocupação de área da Klabin em SC

JANDER RAMON
e JENI JOANA DE ANDRADE

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), **Horácio Lafer Piva**, considerou ontem "um abuso" a invasão da Fazenda Faxinal do Paulista, de propriedade da empresa Klabin, em São Cristóvão do Sul, no Planalto Serrano de Santa Catarina. A família de Piva tem o controle acionário da fazenda, ocupada na madrugada de sábado por cerca de 500 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST).

"Achei um abuso e continuo achando que todas as invasões são um abuso e uma provocação, porque são feitas em propriedades produtivas, de empresas", afirmou o presidente da Fiesp. "Não só criam constrangimentos para quem delas dependem, como certamente é uma péssima imagem, principalmente pa-

ra o investidor externo", ressaltou Piva, em entrevista coletiva, após participar de reunião do Conselho Estadual de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Cericex), em São Paulo.

Para o líder empresarial, o

"abril vermelho", posto em prática pelo MST, trouxe efeitos negativos na percepção do País. "A cada invasão como essa, podem ter certeza: uma porção de dólares é adiada para o País."

A Klabin entrou ontem com o pedido de reintegração de posse na Justiça da Comarca

de Curitiba, em Santa Catarina. "Cabe às autoridades a responsabilidade pela manutenção do estado de direito, o que inclui o direito à propriedade. Essa é a nossa expectativa", afirmou o diretor de As-

KLABIN
PEDE
REINTEGRAÇÃO
DE POSSE

suntos Corporativos da Klabin, Wilberto Lima Junior.

Resistir - As famílias que invadiram a Fazenda Faxinal do Paulista continuavam ontem acampadas no local. "Va-

mos manter o assentamento, mas estamos abertos ao diálogo, desde que nos traga frutos", declarou o coordenador do movimento em Santa Catarina, **Vilson Santin**. "Não queremos que a empresa deixe de produzir, mas esperamos uma divisão mais justa da terra."

Em audiência ontem com o governador do Estado, **Luiz Henrique da Silveira (PMDB)**, Santin ouviu a promessa de que os policiais se-

riam afastados do local, mas continuariam mantendo a ordem, se posicionando um pouco mais a distância. "O policiamento tem por objetivo evitar qualquer ato de confronto ou violência", explicou o governador. Hoje, **Luiz Henrique** e integrantes do MST discutirão a questão da segurança no local com o comando da Polícia Militar de Lages, a maior cidade do Planalto Serrano catarinense.

Gaúchos reativam 'Invasão Zero' e monitoram MST

ELDER OGLIARI

PORTO ALEGRE - Coordenados pelos sindicatos rurais de 16 municípios do Rio Grande do Sul, os produtores montaram 35 postos de vigilância para acompanhar todos os passos dos acampados e assentados do MST. O sistema, que já existia desde o ano passado, é retomado a cada ameaça de invasão e começou a ser reativado quando o líder **João Pedro Stédile** anunciou o "abril vermelho".

Durante uma reunião no domingo, em Bagé, ganhou informalmente o nome de "Invasão Zero". O controle dos passos dos sem-terra deve crescer nos

próximos dias, prevê o presidente do Sindicato Rural de Bagé, **Paulo Ricardo Dias**.

O objetivo, explica, é acelerar a troca de informações. Grupos de quatro ou cinco pessoas ligadas aos ruralistas ficarão 24 horas por dia vigiando acampamentos e assentamentos. Se houver movimentação anormal, os vizinhos e a Brigada Militar serão alertados por telefone ou rádio para coibir as ações.

Os produtores anunciam que podem reunir 500 pessoas em menos de uma hora. Garantem, porém, que vão agir desarmados e dentro da lei. "Se mesmo assim houver invasão, vamos estar pressionando para

que a autoridade se faça presente e haja imediata reintegração de posse", afirma o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul, **Gedeão Pereira**.

Os 450 integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do MST que ocuparam a Fazenda Agropecuária Sazão, em **Almirante Tamandaré** do Sul, têm até o meio-dia de quinta-feira para sair do local. Os invasores foram notificados ontem. Em outra fazenda invadida na região, em **Coqueiros do Sul**, têm até 6 de maio para sair. (Colaborou **Lorena Schuchmann**, especial para o Estado)

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: 4-A/5

ABRIL VERMELHO

Lula ao MST: "Sejam responsáveis"

Movimento cobra mais ações do governo na reforma agrária, mas anuncia que invasões vão diminuir a partir desta semana

BRASÍLIA – Em seu programa quinzenal de rádio *Café da Manhã com o Presidente*, Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que vê "com muita naturalidade" as manifestações do MST e pediu que o movimento "não perca o senso de responsabilidade".

– Se posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social, é esse: ajam com a maior responsabilidade possível. O que as pessoas não podem é perder o senso de responsabilidade.

Lula ressaltou mais uma vez que o país tem regras que valem para todos e voltou a afirmar que a reforma agrária será feita "dentro da lei".

– Será feita da forma mais tranqüila possível, da forma mais pacífica possível porque eles (os sem-terra) sabem que esse país tem lei, tem regras. E ela vale para o presidente da República, para o sem-terra e para o com-terra – disse.

Ontem mesmo o MST respondeu às declarações feitas pelo presidente, afirmando que poderá realizar manifestações

dentro da lei diante da aplicação da reforma agrária.

– O MST está de acordo com presidente Lula, também queremos a reforma agrária dentro da lei, desde que se faça – afirmou João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do movimento.

Rodrigues pediu que o presidente da República faça o mesmo e também cumpra a Constituição brasileira.

– A Constituição diz que toda a área que não cumpre a função social deve ser destinada para fins de reforma agrária. Portanto acreditamos que, se Lula cumprir a Constituição, a reforma agrária será feita.

De acordo com o MST, o forte ritmo de invasões de terra – iniciado no final de março e mantido no mês de abril – irá perder a força partir desta semana, com uma redução no número de novas invasões.

– O ritmo das ocupações vai diminuir, porém as ocupações não vão acabar. Acreditamos que o momento agora é de o Incra iniciar as ocupações de lati-

fúndios improdutivos com técnicos agrônomos e geógrafos para obtenção de novos imóveis para fins de reforma agrária – afirmou Rodrigues.

Sobre o pedido do presidente para que os movimentos sociais não radicalizem em suas manifestações, o membro da coordenação nacional do MST disse:

– O MST não acredita que está sendo radical, tendo em vista que todas as ações que realizamos neste mês de abril estão dentro do marco da legalidade e da democracia.

Lula, ontem, além de falar sobre o MST em seu programa de rádios, comentou as greves de servidores, como a da Polícia Federal, que já dura 41 dias. O presidente disse que não cederá às pressões por aumento, afirmando que "não adianta fazer uma reivindicação absurda".

– O dirigente sindical sabe que quando nós estamos preocupados em controlar a inflação, reconquistar a credibilidade e retomar o crescimento da economia, não adianta fazer uma reivindicação absurda. Se você quer chegar a controlar a inflação a 5%, a 5,5%, aquele dirigente sindical que estiver reivindicando 80% ou 70%, não está sendo verdadeiro com a sua categoria. As pessoas têm que entender que eu as vejo como vejo meus filhos. Não dou tudo o que os meus filhos querem, dou apenas aquilo que posso dar. E não faço dívida para dar um presente para o meu filho que eu não possa pagar depois.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: 5A

inflação, reconquistar a credibilidade e retomar o crescimento da economia, não adianta fazer uma reivindicação absurda. Se você quer chegar a controlar a inflação a 5%, a 5,5%, aquele dirigente sindical que estiver reivindicando 80% ou 70%, não está sendo verdadeiro com a sua categoria. As pessoas têm que entender que eu as vejo como vejo meus filhos. Não dou tudo o que os meus filhos querem, dou apenas aquilo que posso dar. E não faço dívida para dar um presente para o meu filho que eu não possa pagar depois.

CORRUPÇÃO

Ministro quer processar Flamarion

BRASÍLIA – O ministro Jorge Scartezzini, do STJ, solicitou autorização à Assembléia Legislativa de Roraima para processar o governador Flamarion Portela (ex-PT), acusado pelo Ministério Público de lesar o patrimônio público com um esquema de desvio de verbas da folha de pagamento dos funcionários estaduais, conhecido como o Escândalo dos Gafanhotos.

Sem-teto ocupam prédios em São Paulo

SÃO PAULO – A União dos Movimentos de Moradia (UMM) organizou uma série de ocupações de imóveis em São Paulo, na madrugada de ontem. Por volta de 1h30, manifestantes do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) entraram em confronto com a tropa de choque da Polícia Militar, durante a invasão de um quartel desativado da PM na Avenida do Estado, no centro da capital.

Outras 400 pessoas ligadas à Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) tentaram invadir, por volta da meia-noite, um imóvel da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) de São Paulo, na rua Barão de Tietê, Zona Leste da capital, mas a polícia chegou primeiro e conseguiu impedir a invasão.

Duas horas depois, 300 sem-teto ocuparam um prédio

da empresa FibraSA, abandonado há cinco anos, na Avenida Nações Unidas, na Zona Sul. Horas depois, foram retirados pela polícia.

A única ocupação em que os manifestantes permanecem no local é num terreno da CDHU, na rua José Barros Magaldi, Jardim São Luiz, Zona Sul da capital.

Em Pernambuco, os Sem-Teto invadiram na manhã de ontem uma área pertencente

à União, cedida em parte ao Ibama, em Cabo do Santo Agostinho, a 32 quilômetros de Recife.

No capital, 300 sem-teto organizaram um protesto em frente a um prédio administrativo da Caixa Econômica Federal, para reivindicar do governo o financiamento para construção de casas populares e projetos habitacionais para quem tem renda de até três salários mínimos.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 3

O governo em guerra contra os fatos

Poucas vezes se viu, na história da administração pública brasileira, uma “guerra do governo contra os fatos” tão intensa como a que está em curso no campo da Reforma Agrária. **O choque entre o que é dito, o que é prometido e o que é “interpretado”, por parte das autoridades responsáveis pelo setor** – começando pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto –, e a realidade da produção rural, do agronegócio, bem como dos efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos Estados brasileiros, praticados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), dá a impressão de que, pelo menos nesse terreno, o governo Lula está padecendo de uma cegueira que não tem dado mostras de ser reversível.

Enquanto o ministro Rossetto “garante que o governo não cede à pressão do MST” – como a do “abril vermelho” do coordenador Stédile –, o governo libera uma verba adicional de R\$ 1,7 bilhão para a Reforma Agrária e se apressa em mais do que dobrar (de R\$ 7 mil para R\$ 16 mil) os recursos alocados per capita para os assentados. Enquanto o ministro parece considerar a coisa mais natural do mundo a intensificação das ações do MST no País, afirmando que “faz parte do ambiente democrático” respeitar os movimentos e as atividades sindicais – como se se tratasse apenas disso! –, a insu-

peita Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa, em seu relatório anual, que o primeiro ano do governo Lula foi marcado pela maior violência e volume de conflitos no campo nos últimos 18 anos – ou seja, desde 1985, quando a CPT começou a fazer esse levantamento. Em 2003 as ocupações dos sem-terra aumentaram 172% (em relação a 2002), foram registrados 1.690 casos, envolvendo cerca de 1,2 milhão de pessoas – quer dizer, quase o dobro do último ano da administração FHC. E com a duplicação dos subsídios a essa baderna pode-se imaginar que este ano a violência vai bater novos recordes.

Por outro lado, o ministro acredita firmemente que, com a verba atual, de R\$ 3,1 bilhões (que em seu entender não será contingenciada), o programa de Reforma Agrária irá gerar 2 milhões de empregos “até o final do primeiro (?) mandato do presidente Lula”, pois está convicto – mais uma vez, contra todas as evi-

dências econômicas – de que “a reforma agrária é um instrumento de desenvolvimento econômico sustentável, e não uma política de assistência social”. Ora, o que significa, para o País, o maior fulcro de desenvolvimento sustentável – e que tem sido atrapalhado, sistematically,

te, pelo desrespeito às propriedades rurais produtivas, à lei e à ordem, por parte dos militantes do MST, que têm no esbulho possessório sua estratégia básica de operação – é justamente o agronegócio, que, gerando uma renda recorde de quase R\$ 76 bilhões, acelera o ritmo de produção e vendas da indústria e do comércio – impulsionando a venda de máquinas agrícolas, veículos e imóveis –, o que se reflete na ampliação do emprego nas cidades do interior do País – como mostrava matéria do caderno *Economia & Negócios do Estado* de domingo.

É certo que há opinião discordante quanto aos benefícios para a sociedade brasileira do grande desenvolvimento do agronegócio no País: para o presidente da CPT – a mesma entidade que detectou o recorde de conflitos no campo ocorrido no primeiro ano do governo Lula –, bispo d. Tomás Balduino, “o agronegócio, que está salvando as finanças do País, está impedindo a democratização da terra”. Não sabemos se na opinião de d. Balduino a democratização da terra significaria, necessariamente, a ruína financeira do País... Também não dá para saber se o religioso está levando em consideração os recentes dados divulgados, segun-

do os quais a Reforma Agrária se transformou numa das grandes especulações imobiliárias ilegais do País, na medida em que os assentados têm vendido (o que é proibido por lei) 40% de seus lotes – segundo o governo esse percentual é de 25%, o que reduziria a quantidade, mas não a ilegalidade da alienação. E será que o bispo considera também “democratização da terra” as invasões que os sem-terra começam a fazer de terrenos urbanos?

Para que a reforma se dê dentro da lei é preciso fazer com que a lei se cumpra

Ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que “este país tem lei” – que vale para o presidente da República e “para

bo us
G
P
D

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: _____

os sem-terra e com terra”, mas esqueceu de dizer se o presidente da República, finalmente, vai fazer essa lei ser cumprida. Ontem, ele se limitou a dar um conselho aos “seus companheiros do movimento social”: “Ajam com a maior responsabilidade possível (sic) porque todos nós somos vítimas de nossa palavras.”

O conselho apropriado para os que estão violando a lei devia mencionar as vítimas dos seus atos (ilegais), como as de Eldorado dos Carajás. Vítimas das suas palavras são os governantes que não as traduzem em atos.

Data 20/04/04 Pág. 1ª



ZERO HORA

ANO 40 - Nº 14.120

PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2004

SC/PR
R\$ 1,75

RS
R\$ 1,50

Ruralistas criam o “Maio Verde” para impedir invasões

Para responder ao chamado “Abril Vermelho” -- onda de invasões desencadeada pelo MST --, produtores rurais gaúchos desfraldaram a bandeira do que denominaram de “Maio Verde”. Apesar do nome, a operação já começou ontem, em pleno abril, com 13 postos de vigilância entre os municípios de Pinheiro Machado e Bagé, na Zona Sul.

Os acampamentos dos fazendeiros contam com, no mínimo, picape dotada de radiocomunicador, cinco homens, binóculos e telefones celulares.

-- Vamos reagir a qualquer invasão, no momento em que ela ocorrer -- avisa o presidente do Sindicato Rural de Bagé, Paulo Ricardo Dias de Souza. **Páginas 4 e 5**

Em vigília por Maradona

ZERO HORA

Data 20/04/04 Pág. 4/5

Ruralistas vão monitorar passos de sem-terra para evitar novas invasões de áreas no Estado

Maio verde x abril vermelho

HUMBERTO TREZZI

Os ruralistas gaúchos decidiram transformar maio no mês da reação às invasões de terra.

Em resposta ao Abril Vermelho, onda de invasões desencadeada este mês pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pecuaristas da região de Campanha desfalcaram ontem a bandeira de um Maio Verde. O slogan será Invasão Zero no Rio Grande do Sul.

Os produtores não se limitam à retórica. Ontem mesmo montaram 13 postos de vigilância entre Bagé e Pinheiro Machado, na zona sul do Estado. Cada acampamento conta com, no mínimo, uma picape dotada de rádio-comunicador, cinco homens, binóculos e celular por celular 24 horas por dia.

– Vamos reagir a qualquer invasão, no momento em que ela ocorrer – promete o presidente do Sindicato Rural de Bagé, Paulo Ricardo Dias de Souza, coordenador de uma reunião, no domingo, de 350 produtores rurais convocada para defender as propriedades da Fronteira Sul.

Realizada na sede do sindicato, a reunião durou três horas e congregou representantes de 15 entidades ruralistas. Eles representam 40 mil produtores rurais, dos 80 mil da Metade Sul. Conforme Dias, os 15 sindicatos concentram 90% da produção de arroz do Estado e 48% da pecuária de corte gaúcha.

O encontro contou com a presença do vice-presidente da Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Pereira, presidente da comissão fundiária da entidade. A pauta da assembléia previa debates sobre estiagem, abigeato, invasões e o retorno das vistorias do Inca. Nada disso foi tratado, porque os ruralistas se mostraram alarmados com as conseqüências do Abril Vermelho do MST.

O presidente do Sindicato Rural de Bagé diz ter informações de que quatro propriedades da área estariam sendo visadas pelos sem-terra. Os locais, mantidos em sigilo, estão sendo protegidos por ruralistas.

O vice-presidente da Farsul, Gedeão Pereira, ganhou aplausos dos colegas no dizer que os ruralistas não estão mais dispostos a tolerar “as badernas” do MST.

– O país ainda não quebrou porque têm os proprietários de terras a produzir alimentos consumidos por toda nação. Vamos mostrar que esta terra tem dono.

O produtor rural Valter José Pötter, um dos maiores proprietários de Dom Pedrito, sugeriu que os produtores se integrem e promovam um ato público em maio, dedicando um dia para as manifestações. Já apelidada de Dia Verde, a manifestação não tem local definido. Uma reunião marcada para o dia 30 de abril, na Farsul, em Porto Alegre, com a presença de todos os presidentes dos sindicatos do Estado, deverá acertar o dia, horário e pauta desse manifesto público.

O presidente do Sindicato Rural de Bagé aposta que produtores da Metade Sul e da Metade Norte formarão “um cordão sanitário” anti-invasões até maio.

– É um confronto entre o abril vermelho do MST, que representa o ódio, e o maio verde do Sul, que significa alimento, semente e esperança dos produtores rurais – concluiu Paulo Dias.

humberto.trezi@zerohora.com.br

Os com-terra copiam tática dos sem-terra

CLEBER BERTONCELLO

◆ *Almirante Tamandaré do Sul*

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) pretende deixar de ser coadjuvante e aparecer como protagonista no cenário da luta pela terra no Brasil.

A estratégia pôde ser comprovada pela invasão de uma área de 2,3 mil hectares, na manhã de domingo, em Almirante Tamandaré do Sul, no norte do Estado. Foi uma ação conjunta de 200 integrantes do MPA e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Plínio Simas, um dos coordenadores estaduais do MPA, diz que a idéia agora é unificar a Via Campestre, agindo da mesma forma que o MST e pressionando o governo para que ele atenda a suas reivindicações. Ao participar diretamente de uma invasão, pela primeira vez em sua história de sete anos, o MPA dá publicidade ao movimento e ganha os noticiários.

Criado para reivindicar ajuda a pequenos

Grupo de 40 produtores rurais está acampado a um quilômetro da fazenda invadida, vigiando o MST

agricultores atingidos por uma estiagem em 1997, o MPA passou também a buscar créditos para o custeio da produção destes agricultores. Agora quer conseguir terras onde os pequenos produtores possam aplicar esses créditos.

– Os integrantes do MPA serão os futuros militantes do MST se os governos não fizerem nada. Cansamos de ficar só ouvindo promessas – diz Simas.

O grupo que invadiu a fazenda em Almirante Tamandaré do Sul estava desde terça-feira passada realizando uma marcha pela BR-386, entre Sarandi e Carazinho. São cerca de 200 pessoas, oriundas de Novo

Barreiro, também no norte do Estado.

Ontem, às 12h30min, um oficial da Justiça de Carazinho entregou aos invasores uma cópia da decisão do juiz Orlando Faccini Neto, da Vara Criminal do município, que concede a reintegração de posse ao agropecuarista Leonar Tombini, arrendatário da área. Os colonos têm até o meio-dia de quinta-feira para desocupar a fazenda. A estância faz parte do complexo da família Guerra, que já teve uma área invadida pelo MST no vizinho município de Coqueiros do Sul, no dia 2 de abril. As áreas são separadas por 17 quilômetros.

A situação na propriedade invadida domingo foi tranqüila durante todo o dia de ontem. A pouco mais de um quilômetro dali, aproximadamente 40 ruralistas de toda a região aprimoravam o acampamento à beira da BR-386, de onde pretendem vigiar o MST.

cleber.bertoncello@zerohora.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

66 NÃO É UMA REUNIÃO DE CONFRONTO COM O GOVERNO, MAS É PRECISO ARTICULAR UMA AGENDA FEDERATIVA 99

Paulo Hartung (PSB), governador do Espírito Santo

GOVERNO SOB PRESSÃO

Governadores de todos os estados intensificam entendimentos na tentativa de cobrar promessas e montar agenda única de reivindicações a ser apresentada ao Palácio do Planalto a partir do dia 26

A marcha federativa

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

Começa hoje em Curitiba um ritual de lamentações que desaguará em Brasília no próximo dia 26. Os seis governadores do PMDB reúnem-se para traçar uma estratégia comum de pressão sobre o governo federal. Há previsão de reunião dos 27 representantes dos estados e do Distrito Federal, convocada pelos governadores do PSDB. No encontro da próxima semana, todos os governadores tentarão definir uma pauta de consenso. A ideia é unificar as reclamações para ter mais força na negociação com o governo. O Palácio do Planalto está preparado para a ofensiva. E corte para responder às queixas.

O governo conhece a lista quilométrica de reivindicações de cada estado. Apenas o anfitrião do encontro de hoje, o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), tem uma pauta de 15 itens. Os pedidos vão desde renegociação de royalties de energia até a compensação ao estado pelas perdas com a produção de papel de imprensa.

A preocupação expressa por assessores palacianos é a de que a insatisfação administrativa descambe para um movimento político, cuja consequência será mais desgaste para a administração petista. Principalmente porque partiu dos governadores do PSDB, adversários no campo federal, a ideia de uma reunião geral em Brasília. Requião, por exemplo, alerta que a política econômica do governo estará em pauta. "O governo federal tem que entender que da cabeça de 27 governadores certamente podem sair ideias muito mais interessantes do que dos dois que dirigem a política econômica do País", alfineta Requião numa referência ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

O governo tenta resolver pendências e diminuir o potencial explosivo do encontro. Depois de uma conversa com o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PSB), por exemplo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma solução rápida para a lista de 11 problemas apresentados pelos capixabas. Hoje é a vez de o governa-

dor de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), levar ao Presidente da República suas reivindicações. Aécio estará em Brasília para cobrar da Comissão de Financiamento Externo, do Ministério do Planejamento, a autorização de empréstimos para o estado e a liberação de recursos para a segurança pública.

Agenda federativa

Governadores aliados ao Palácio do Planalto apressam-se a explicar que não há intenção de desgastar o governo. Mas avisam que não podem escapar ao encontro. "Não é uma reunião de confronto com o governo, até porque não tenho nenhum interesse, sou parceiro do presidente. Mas é preciso articular uma agenda federativa", justifica Hartung. O governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB), também se propõe a ser um aliado governista na reunião. "Às vezes há um clima de cobrança, mas ainda há um grau elevado de esperança e confiança no governo", avalia Lessa.

Mesmo diplomáticos, até os aliados reconhecem que é preciso discutir pendências administrativas. Para os governadores

há dois problemas fundamentais na relação com o governo federal: dificuldades de gerenciamento na máquina pública e falta de cumprimento das promessas. Quanto ao primeiro ponto, o próprio presidente Lula reconheceu que a burocracia e os erros administrativos emperam realizações do governo. No encontro com a bancada capitaneada pelo ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, concordou com o diagnóstico dos parlamentares de que há dificuldades especialmente no segundo e no terceiro escalões do governo federal.

Ideário petista

Rebelo contou que o próprio Lula tem cobrado insistentemente a concretização de dois projetos do ideário petista: as

farmácias populares e as casas de cultura. "Em que dia vou inaugurar pelo menos uma farmácia popular?", tem cobrado o presidente. Dois órgãos, especialmente, estão enfurecendo governadores e investidores: o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa). A demora na liberação de laudos de impacto ambiental e de efeitos à saúde têm prejudicado negócios nos estados. "Esses técnicos que fazem doutorado acham que podem interferir nos estados. Tomam decisões sem falar com as autoridades locais", reclama o senador Magno Malta (PL-ES). Eles também se queixam da ínfima liberação da verba federal. Até agora, só 1,42% do Orçamento de investimentos da União foi repassa-

do aos estados.

A maior irritação dos governadores, porém, está no segundo bloco de reivindicações. Eles reclamam da falta de cumprimento da promessa de liberar R\$ 8,5 bilhões para o fundo que compensa a perda dos estados com a isenção de impostos sobre produtos exportados. O governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), é um dos mais indignados. A área econômica do governo federal só admite repassar R\$ 6,5 bilhões. O Pará é um dos mais prejudicados. Recebe como compensação R\$ 600 milhões do total R\$ 1,2 bilhão que deixa de arrecadar com a renúncia fiscal. "Ficou acertado durante as negociações da reforma tributária que haveria a suplementação do fundo", lembra Jatene.

O QUE RECLAMAM OS GOVERNADORES

FUNDO DE EXPORTAÇÕES

● Liberação de R\$ 8,5 bilhões para o fundo que compensa a perda dos estados com a isenção de imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos destinados à exportação. Até agora, a área econômica se parante R\$ 6,5 bilhões.

CIDE

● Aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que aumenta de 25% para 29% o percentual destinado aos estados da arrecadação da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), o tributo sobre combustíveis. O governo já editou uma medida provisória com o percentual de 25%, mas se comprometeu a aprovar a PEC, elevando o valor.

BUROCRACIA

● Agilidade nas decisões de órgãos do governo federal. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) são os maiores alvos de reclamações.

RECURSOS ORÇAMENTARIOS

● Ampliar os repasses do orçamento federal para obras e programas federais nos estados. Até ontem, dos R\$ 12,7 bilhões da verba de investimento, apenas 1,42% foi liberado. Os recursos inscritos em restos a pagar dos orçamentos de 2002 e 2003, 16% foram pagos até agora.

ENCHENTES

● Liberação total de recursos para cobrir os prejuízos provocados pelas chuvas no

Nordeste no início do ano. O governo começou a liberar a verba, mas em ritmo lento.

SEGURANÇA

● Liberação de recursos do Sistema Único de Segurança Pública (Sisp) e do Fundo Penitenciário (Fuppe). O ritmo de liberação também está lento.

DÍVIDA

● Renegociar os contratos de pagamento da dívida dos estados com a União. Os governadores querem retirar receitas carimbadas, como educação e saúde, da base de cálculo da dívida, reduzindo o valor a ser pago ao governo federal.

ESTRADAS

● Reconstrução imediata das estradas federais.

O GLOBO

Avião da FAB leva corpo de desempregado

José Antonio de Souza, que pôs fogo ao corpo em frente ao Planalto, foi enterrado na Região Metropolitana de Vitória

Rodrigo Rangel

• BRASÍLIA. O corpo do desempregado José Antonio Andrade de Souza, morto após atear fogo em si mesmo na sexta-feira em frente ao Palácio do Planalto, foi levado ontem para Vitória num avião da Força Aérea Brasileira (FAB) por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O enterro foi num cemitério da periferia de Cariacica, na Região Metropolitana de Vitória. Era perto de lá que José Antônio morava com a mulher, a doméstica Maria das Dores de Souza, e uma filha de 8 anos. Também por ordem do Palácio Planalto, um médico

da Presidência acompanhou a viúva.

Viúva de desempregado está grávida de quatro meses

O bairro onde a família vivia, Nova Rosa da Penha, é considerado um dos mais violentos de todo o Espírito Santo.

Maria das Dores, que viajou com uma tia até Brasília para acompanhar o marido no hospital, está grávida de quatro meses. Também há quatro meses, José Antônio estava desempregado. Segundo ela, nos últimos tempos ele vinha fazendo bicos — como catar caranguejo — para conseguir algum dinheiro. No atestado de óbito, re-

gistrado num cartório de Brasília, a mulher fez constar a "profissão verdadeira" dele, ajudante de pedreiro.

José Antônio viajou a Brasília com a expectativa de ser recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Antes de atear fogo ao próprio corpo, ele pendurou um cartaz na Praça dos Três Poderes, em que apelava a Lula: "Senhor presidente, vendi meu barraco por R\$ 800 para falar com você. Roubaram meus documentos; tiraram meu direito de cidadania e estão armando um monte de problemas para mim. Estou perdendo minha família e perdendo meus direitos de cidadão", dizia no cartaz. ■

'Ele dizia que se sentia humilhado'

Viúva conta que marido estava desesperado e que já tentara se enforcar

Carlos Orletti

• VITORIA. O barraco era de quatro cômodos, mas só dois tinham telhado. Mesmo assim José Antônio Andrade de Souza conseguiu vendê-lo por R\$ 800. Deu R\$ 200 à mulher, Maria das Dores, e avisou que estava indo a Brasília falar com o presidente. E prometeu que, se não conseguisse, atearia fogo ao próprio corpo. Pediu à filha Camila, de 8 anos, que se cuidasse. Grávida de 4 meses, Maria das Dores não levou muito a sério as intenções do marido. Mas ele cumpriu o que prometera e, no sábado retrasado, embarcou num ônibus para o Distrito Federal.

José Antônio, de 30 anos, e

Maria das Dores, de 25, são de Sardoá (MG). Moraram um tempo em São Paulo antes de se mudar para o Espírito Santo, há dois anos. Até decidir vender o barraco, viviam numa rua de terra, em Rosa da Penha II, bairro miserável de Cariacica. Depois foram para a casa da mãe de Maria das Dores, no mesmo bairro. Desempregado, ele tentava sustentar a família vendendo caranguejo, atividade que considerava humilhante.

— Antônio falava que era muita humilhação vender caranguejo. Ele dizia que se sentia humilhado e queria ter o direito de viver no mundo — conta Maria das Dores, casada há dez anos com José Antônio.

Com uma passagem oferecida pela prefeitura de Cariacica, Ma-

ria das Dores e uma tia foram de avião para Brasília. Desde quarta-feira elas acompanharam a agonia de José Antônio, que lutava contra as complicações provocadas pelas queimaduras.

Camila ficou com a avô. Duas semanas antes da viagem, ela evitara uma tragédia. José Antônio subiu numa árvore para se enforcar. Desistiu ao ouvir os apelos desesperados da menina. Ontem, ela foi ao Aeroporto de Vitória, mas parentes e amigos evitaram que chegasse perto do caixão. Maria das Dores disse apenas que os últimos dias ao lado de José Antônio haviam sido muito difíceis.

— Tinha uns três meses que Antônio estava desesperado, dizendo que era perseguido no trabalho. ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



FOLHA DE S. PAULO

BRASIL PROFUNDO Mortos resgatados são 26 para a PF e 25 para a Funai; sindicato diz que "será muito" se três forem reconhecidos

PF resgata corpos de garimpeiros em RO

HUDSON CORRÊA

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PIMENTA BUENO (RO)

Com uma rede e um helicóptero, a PF (Polícia Federal) retirou no final da manhã de ontem 26 corpos de garimpeiros da terra indígena dos cinta-larga, em Espigão d'Oeste (534 km de Porto Velho). O delegado Mauro Sposito confirmou o número de mortos. Índios mataram os garimpeiros na disputa por diamantes extraídos na área, segundo a PF.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) diz que os mortos resgatados ontem são 25.

Sposito disse que continuam as buscas por mais corpos. Para o Sindicato dos Garimpeiros de Espigão d'Oeste, "com certeza", mais 35 homens foram mortos por índios na área. A PF não tem uma estimativa do número de desaparecidos após a chacina.

Enrolados em lonas amarelas, os corpos resgatados ontem foram levados de helicóptero de uma clareira na mata, na terra indígena, até a pista de pouso localizada ao lado de uma usina de extração de calcário, em Pimenta Bueno. O local fica distante 35 km da entrada da área indígena.

O helicóptero fez duas viagens. Em cada uma delas, transportou 13 corpos suspensos no ar.

Na pista, oito policiais militares puseram os cadáveres dentro de um avião monomotor da Polícia Federal, que fez duas viagens entre a pista da usina e o aeroporto de Ji-Paraná. De lá, os cadáveres foram transportados em um caminhão-bau para o IML (Instituto Médico Legal) de Porto Velho.

Estava prevista para as 20h de ontem a saída de Espigão d'Oeste de um ônibus com familiares de garimpeiros para fazer o reconhecimento dos corpos. "Será muito se reconhecerem 3 dos 26 mortos. Eles foram mutilados", disse Gilton Muniz, presidente do sindicato dos garimpeiros.

A Agência Folha acompanhou uma parte do trabalho de trans-

porte dos corpos. A operação começou às 10h e terminou às 14h40. Pelo menos três corpos estavam reduzidos a ossos a julgar pelo volume dentro da lona.

Sposito e o superintendente da PF em Rondônia, Marcos Aurélio Moura, não revelaram detalhes da operação. Por isso, a reportagem chegou à pista de pouso e decolagem quando os últimos 13 corpos estavam sendo colocados no avião pelos policiais.

O sertanista Apoena Meireles, designado pela Funai para acompanhar o conflito, disse no domingo que os líderes indígenas não aceitaram falar com a reportagem. Ele não negou que os índios tenham matado os garimpeiros, mas não quis dar entrevista.

O massacre ocorreu no dia 7 dentro da terra indígena. Além dos 26 corpos, outros três tinham sido resgatados no dia 11 pela PF.

Índios podem ser processados por homicídio

DA REPORTAGEM LOCAL

Os índios cinta-larga que, segundo garimpeiros e apurações preliminares, cometeram a chacina na terra indígena Roosevelt (RO), poderão ser processados e presos acusados de homicídio.

Em outros casos de crimes contra a pessoa — um dos mais conhecidos foi a acusação ao caiapó Paulinho Paikan de estupro —, índios foram julgados. Em casos parecidos, tem sido pedido laudo sobre a compreensão do acusado a respeito do crime.

Vedado para não-índios pela Constituição, o garimpo em terras indígenas pelos próprios índios, como em RO, sequer lei complementar, até hoje inexistente.

BRASIL PROFUNDO Presidente do órgão diz que não condenará os cinta-larga por mortes de garimpeiros em RO e que providenciará defesa.

Para Funai, garimpeiros sabiam de risco

EDUARDO SCOLESE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Mércio Pereira Gomes, disse ontem que não condenará os índios cinta-larga pelo assassinato de ao menos 28 garimpeiros num conflito em Rondônia e que os garimpeiros sabiam do risco de morte.

"Sou humanista. Não acredito na morte nem na violência. Mas também não posso ficar condenando os índios por defenderem seu território. Eles [os garimpeiros] sabiam do risco [de morte]."

Na sexta, foram localizados 26 corpos de garimpeiros — segundo informou a Funai em Brasília, são 25 — mortos no conflito com índios cinta-larga ocorrido no último dia 7, na terra indígena Roosevelt, em Espigão d'Oeste. Três corpos já haviam sido achados.

De acordo com Gomes, a Funai defenderá os índios. "Antigamente, com muito mais frequência, eram os garimpeiros que matavam os índios. Eram madeireiros que matavam índios, como, aliás, continuam. Quem quiser responsabilizá-los pelo crime que o faziam. A Funai vai defendê-los",

disse, antes de participar de ato pelo Dia do Índio, em Brasília.

"Senti muito [os assassinatos], mas o que temos é um processo histórico de terras indígenas sendo invadidas por garimpeiros."

Gomes disse que espera por uma força-tarefa para pacificar a região dos cinta-larga e que o Ministério de Minas e Energia ache jazidas de diamante fora da área indígena para ocupar os garimpeiros sem risco de novos confrontos. "É difícil proteger toda a área da entrada dos garimpeiros."

A Procuradoria Geral da Funai diz que nem todo índio pode ser considerado incapaz. Assim, estaria sujeito à condenação judicial.

O presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que as declarações de Gomes são um alvará para os fazendeiros reagirem do mesmo jeito. "Quando índios forem invadir fazendas, a idéia é que possamos agir atirando."

Ontem, a entidade Dhesc Brasil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais) divulgou que entregou um relatório sobre a situação dos cinta-larga a cinco ministérios em dezembro, no qual vislumbrava a possibilidade de haver conflitos.

Colaborou a Redação

Força-tarefa do governo tenta acabar com crise

ENVIADO ESPECIAL A PORTO VELHO (RO)

O governo federal enviou ontem à Rondônia uma força-tarefa composta por soldados do Exército e delegados da Polícia Federal com a missão de pacificar garimpeiros e índios na reserva Roosevelt. O pedido de ajuda foi feito pelo governador Ivo Cassol (PSDB) na semana passada ao ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça).

“Está chegando hoje uma força-tarefa do Exército e da Polícia Federal no Estado. Espero que esse trabalho seja diretamente direcionado sobre essa questão do conflito na área indígena”, disse Cassol.

Cassol não soube detalhar por quanto tempo o Exército e a PF vão permanecer no interior da reserva, nem os objeti-

vos claros da missão.

O conflito entre garimpeiros e índios pela jazida de diamantes da reserva não é assunto novo no Estado. Porém, a relação entre os grupos, sempre segundo Cassol, era mais “harmônica” antes de Walter Brós assumir a representação da Funai (Fundação Nacional do Índio).

“No passado, eles trabalhavam harmoniosamente. Dizem eles que chegou a ter até 5.000 garimpeiros dentro da reserva Roosevelt. Quando chegava o dia, paravam, iam para a cidade e vendiam toda a produção. Garimpeiros e índios, todos juntos, dividiam 50%.”

Com a chegada de Brós, esse acordo teria sido desfeito, por isso a volta da tensão na reserva, disse Cassol.

A assessoria de imprensa da Funai informou ontem que o servidor de carreira Walter Brós tem o total apoio da autarquia para prosseguir seu trabalho com os índios cinto-larga.

IURI DANTAS

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: *'Isso mostra uma certa fragilidade do governo federal nas negociações', diz o mineiro*

Aécio: 'O governo está cedendo. Quem grita, leva'

Governadores reclamam do reajuste prometido por Lula a funcionalismo e dizem que pressão aumentou nos estados

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. A promessa do governo Lula de conceder reajustes de 9% a 32% para os servidores públicos federais e ~~ainda garantir algum aumento para os militares, mesmo sem ter decidido qual será a fonte de financiamento das novas despesas, está preocupando os governadores. Depois de verem o governo federal ceder generosamente, primeiro, à pressão do funcionalismo e depois dos militares, os servidores estaduais começaram a se organizar para reivindicar reajustes equivalentes.~~

Com dificuldades até mesmo para manter em dia a folha de pagamentos, governadores tucanos como o de Minas Gerais, Aécio Neves, e do Ceará,

Lúcio Alcântara, não escondem sua preocupação.

— O governo federal está cedendo à pressão de várias categorias. Quem grita, leva. E isso tem potencializado a pressão dos servidores nos estados e mostra ainda uma certa fragilidade do governo federal nas negociações — reclamou Aécio.

— Eu diria que o reajuste prometido pelo governo federal serviu de fator de combustão para a pressão dos servidores nos estados — concordou Alcântara.

Ambos admitem não dispor de margem de manobra para conceder qualquer reajuste este ano para os servidores. Lúcio Alcântara destaca que essa é a situação de praticamente todos os governadores com os quais já conversou.

— Fica difícil ceder à pressão dos servidores. Nossa margem de manobra é quase zero, ainda mais diante da necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da nossa baixa capacidade de investimentos — disse Alcântara.

Em SC, governador evitou greve de professores

Em Santa Catarina, por exemplo, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) conseguiu desativar uma greve programada pelos professores da rede pública de ensino, que representam quase 80% dos servidores do estado, mas só depois de prometer compensar o aumento da contribuição previdenciária, cuja alíquota subiu no início do ano de 8% para 11%.

Ontem, ele negociava com os policiais do estado a criação de um plano de carreiras. A possibilidade de o governador conceder um aumento linear para o funcionalismo é zero, por isso as categorias estão preferindo negociar separadamente. Há quem diga que o pagamento dos servidores estaria correndo o risco de atrasar, como no Rio Grande do Sul.

Talvez um dos poucos estados que não estejam sofrendo ameaças de greve por parte dos servidores seja o Acre, onde o governador petista Tião Viana conseguiu implantar em sua gestão passada um plano de carreira para os servidores, que prevê a reposição automática das perdas salariais. ■

Aumento do mínimo esbarra em ações judiciais

Governo terá que optar entre dar reajuste ou cumprir sentenças

Catia Seabra

• BRASÍLIA. O secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, afirmou ontem que o Orçamento deste ano contará com uma folga de R\$ 500 milhões que pode ser destinada ao aumento do salário-mínimo. Mas, segundo ele, os gastos com pagamento de sentenças judiciais cresceram 842,7% em relação aos primeiros três meses do ano pas-

sado. De janeiro a março de 2003, as despesas somaram R\$ 75,7 milhões. No primeiro trimestre deste ano, R\$ 713,5 milhões. Como só foi reservado R\$ 1 bilhão para o pagamento da dívida, o governo terá que optar entre o mínimo e o cumprimento de decisões judiciais.

Depois do reconhecimento da dívida do governo com os aposentados que querem os reajustes de 1994 e 1997, os gastos desses três primeiros meses representam quase toda a despesa do ano passado: R\$ 1.026,5 bilhão. Em janeiro do ano passado, o governo pagou R\$ 2,9 milhões no cumprimento de sentenças judiciais. Este ano, foram R\$ 72,2 milhões. Em fevereiro de 2003 foram R\$ 30,7 milhões. Este ano, R\$ 314,2 milhões.

Em março, o governo pagou R\$ 324,6 milhões, 674,5% a mais

que no ano passado. Consumidos nos últimos dois meses, esses R\$ 640,6 milhões serviram para pagar três lotes, atendendo a 53.823 dos 1.088 milhão de segurados com direito ao reajuste. Para atenuar o impacto, o Ministério da Previdência propõe parcelar a dívida em quatro anos.

No mês passado, o INSS teve uma redução de R\$ 498,32 milhões do déficit de suas contas em relação a fevereiro, que se deve, além de um aumento de R\$ 160 milhões na arrecadação, à mudança no critério de pagamento dos benefícios. Até março, o INSS era obrigado a reservar no último dia do mês o dinheiro para os pagamentos do primeiro dia do mês seguinte. Agora o provisionamento é feito no dia do pagamento. ■

TSE pede mais R\$ 157 milhões para eleições

• BRASÍLIA. O ministro do Planejamento, Guido Mantega, recebeu ontem mais um pedido de socorro: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quer R\$ 157 milhões a mais para custear os gastos operacionais das eleições municipais de outubro. Em reunião com Mantega, o presidente do TSE, ministro Sepúlveda Pertence, disse que a Justiça Eleitoral está com dificuldades financeiras e não será capaz de realizar o pleito apenas com os R\$ 437 milhões já disponíveis no orçamento do Tribunal.

Os ministros negociaram que a liberação do dinheiro pode ser feita em duas parcelas, uma em maio e outra em julho. ■

1.300 presos cumprem pena hoje na penitenciária Urso Branco, em Porto Velho. Mas o número de detentos que o presídio tem capacidade para comportar é de apenas 350

Cabeças, braços, pernas... O que sobrou de presos esquarterados por rivais foi exibido em ritual macabro em presídio de Porto Velho. Na selva, Polícia Federal resgatou 26 corpos de garimpeiros mortos por indígenas

SELVAGERIA EXPLÍCITA

ERIKA KLINGL, RENATA GIRALDI, SANDRO LIMA E ULLISSES CAMPBELL
DA EQUIPE DO CORREIO

Rondônia viveu ontem um dia de terror. Estarrecida, a população de Porto Velho presenciou um espetáculo macabro. No quarto dia de um confronto entre grupos rivais, no presídio Urso Branco, dois presos foram decapitados, esquarterados e jogados do alto do presídio. Cenas de selvageria também foram vistas no interior do estado. Vinte e seis corpos de garimpeiros mortos durante um confronto com índios cinto-lança foram resgatados pela Polícia Federal. A disputa por diamantes levou os índios a realizarem o massacre. Há a suspeita de que vários garimpeiros sofreram torturas e tiveram os órgãos sexuais extirpados.



O governador do estado, Ivo Cassol (PSDB), mesmo diante de tamanha desordem e violência, minimizou a rebelião. "É normal e acontece em todo o país", disse. Em relação ao massacre dos garimpeiros, o governador mudou o tom. Contrário à atuação dos índios, disse temer que ocorra uma verdadeira "guerra civil" caso os garimpeiros partam para a vingança. A esquizofrenia do governo do estado em relação à violência levou o governo federal a iniciar hoje uma espécie de intervenção branca em Rondônia, com uma megaoperação envolvendo mais de 400 homens.

As imagens da Casa de Detenção José Mário Alves, conhecida como Urso Branco, em Porto Velho (RO), lembraram cenas vistas há menos de um mês no Iraque. A violência com que os presos mataram colegas foi muito parecida com a morte de quatro americanos, em Faluja, por homens da resistência iraquiana. Depois de executados, os americanos tiveram os corpos arrastados pela cidade, foram esquartejados e expostos em praça pública. Na rebelião de Urso Branco, houve esquartejamento. E os presos também exibiram o que sobrou dos mortos como prova de poder.

A rebelião deixou, pelo menos, oito mortos. Cinco execuções ocorreram na manhã de ontem. As outras três, no fim de semana. O motim começou no fim da tarde de sexta-feira e foi agravado anteontem, depois que os familiares que visitavam os detentos foram proibidos de sair da penitenciária. Cerca de 170 parentes de presos foram mantidos dentro do presídio pelos internos.

De acordo com Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania, os presos foram mortos pelos colegas a

golpes de armas artesanais, fabricadas dentro da cadeia, barras de ferro e pedaços de madeira. Ontem, do alto do telhado do Urso Branco, os rebeldes mostraram uma cabeça como troféu e lançaram para os guardas o corpo decapitado e partes esquartejadas de outro detento assassinado. Os outros corpos foram arremessados no pátio interno.

O preso decapitado foi identificado como sendo Izaque Monteiro do Espírito Santo. A Secretaria de Segurança ainda trabalha no reconhecimento do preso esquartejado e dos demais mortos.

Apesar das cenas, o governador de Rondônia, Ivo Cassol, classificou a rebelião de rotineira. "Infelizmente, é normal. Acontece em todo o país", disse. "A maioria dos estados não tem estrutura que agüente a superlotação." De acordo com ele, o motim foi causado porque o governo reforçou a segurança dentro do presídio. "Apertamos as revistas e prendemos mulheres de presos com cocaína mais de uma vez", afirmou. A principal exigência dos detentos foi aceita pelo governador. A direção do presídio será trocada. "Vamos ceder no que for necessário, mas não vamos relaxar na segurança."

Em 2002, 37 mortos

Não é a primeira vez que a barbárie toma conta da Casa de Detenção José Mário Alves da Silva, em Porto Velho (RO). Conhecido como Urso Branco, o presídio foi palco de 37 assassinatos em janeiro de 2002. O caso foi parar na Corte Interamericana de Direitos Humanos — ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA).

As mortes, segundo a Polícia Militar, foram provocadas por uma briga entre facções rivais. Desde 2000, detentos ligados ao grupo criminoso Comando Vermelho, homônimo da facção carioca, passaram a enfrentar presos do Paraná, transferidos para o Urso Branco. Aproveitando a situação, os presos tentaram fugir. Os corpos foram amontoados no pátio do presídio, com marcas de golpes de "chuchos", as armas artesanais feitas com barras de ferro. A tentativa de fuga aumentou a violência dentro da penitenciária.

A corte determinou ao governo brasileiro "a proteção da vida e da integridade física de todos os internos" do Urso Branco, dois meses depois da rebelião. Os presos relataram casos de maus-tratos nas dependências da cadeia. O caso foi remetido inicialmente para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, EUA. No Itamaraty, diplomatas admitem que, se a corte decidir levar o caso a julgamento, é provável que o Brasil seja condenado. E o governo poderá pagar até US\$ 50 mil para cada família com parentes mortos no presídio. O Brasil tem até o dia 10 de maio para apresentar relatório sobre as mortes.

Rebeldes usam parentes como reféns

Desde domingo, cerca de 170 familiares de presos estavam sendo mantidos dentro do Urso Branco. Segundo a Secretaria da Segurança, eles não são considerados reféns, porque se recusaram a deixar o presídio para evitar que a Polícia Militar iniciasse uma ação violenta para encerrar o motim. A secretaria informou que não teria havido nenhum tipo de violência ou ameaça contra os familiares.

A mesma sorte não têm os cerca de 160 detentos que estavam sendo ameaçados de morte pelos colegas. Eles tiveram que ser isolados em uma área administrativa, fora do alcance dos rebeldes, para não morrer. E querem ser transferidos do Urso Branco para delegacias em suas cidades.

O estopim da rebelião foi uma briga interna entre dois grupos ri-

vais. Da briga, na sexta-feira, dois detentos foram assassinados por companheiros. As vítimas, de acordo com a secretaria, eram Jailson Quintino de Lima e Israel Márcio Soares. Luciano Teotônio dos Santos, conhecido como Pelizão, foi morto a pauladas dois dias depois. Com a desagração do motim, as reivindicações vieram à tona. Os detentos do Pavilhão 1 impediram a saída das visitas e tomaram o prédio.

Superlotação

Os presos reclamavam da qualidade da comida servida. Eles também pediam a substituição da administração do presídio. Segundo a mulher de um preso, que preferiu não se identificar, é comum não haver comida para todos os detentos e, em alguns dias, é servi-

da apenas uma refeição. Segundo a secretaria, há cerca de 1.300 pessoas cumprindo pena na cadeia, que tem capacidade para apenas 350 presos.

"Nós reclamamos da comida que nos servem e da falta de medicamentos. Existe gente com HIV aqui dentro que não recebe medicação. Se o governo não resolver a situação, podemos continuar matando gente", disse um dos detentos por telefone celular de dentro do Urso Branco. O preso, que não quis se identificar, disse ainda que "diversas pessoas já cumpriram a pena integralmente". De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, as reclamações dos presos não procedem. "Mas a situação daqueles que, por ventura, já tenham cumprido as suas penas será verificada."

CORREIO BRAZILIENSE



TENSÃO NA FAZ

PF resgata 26 garimpeiros mortos na reserva Roosevelt. Governador diz que índios podem ter matado cerca de 300 pessoas. Governo federal decide fazer intervenção branca no estado

Corpos com sinais de tortura

ENIKA KLINGL E
ULISSES CAMPBELL
DA EQUIPE DO CORREIO

O clima de tensão aumentou na reserva indígena de Roosevelt, no sudeste de Rondônia. A Polícia Federal (PF) resgatou ontem 26 corpos de garimpeiros em adiantado estado de putrefação. Eles morreram em conflitos com índios cinta-larga, em 7 de abril. A chacinha fez o governo federal programar para hoje uma espécie de intervenção branca no estado, com uma megaoperação envol-

vendo mais de 400 homens, subordinados à PF.

Segundo exames preliminares feitos no Instituto Médico Legal de Porto Velho, os garimpeiros foram mortos com perfurações por arco e flecha e com tiros de revólver. A maioria dos corpos encontrados apresenta sinais de tortura. Há suspeitas de que as vítimas tiveram os órgãos sexuais arrancados a golpes de facão. O número de mortos até ontem era 29. Segundo o Sindicato de Garimpeiros do estado, há 12 homens desaparecidos desde o início do conflito.

Segundo a PF, os índios cinta-larga estão armados dentro da reserva e prontos para enfrentar os garimpeiros. Para o governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), os garimpeiros entraram na reserva à convite dos próprios índios. "O garimpo nunca pára. Pode morrer gente, mas todos são levados pela cobra", afirmou. Segundo Cassol, o conflito é mais grave do que se pode imaginar. "Há mais de 300 corpos dentro daquela área indígena", calcula.

Cassol acusa a Fundação Nacional do Índio (Funai) como responsável pelo agravamento do

conflito, por não permitir buscas no local. "Antes, os garimpeiros entravam na reserva, tiravam os diamantes e dividiam os lucros com os índios. Agora, se encontram mortos", conta o governador.

Segundo o sindicato dos garimpeiros, ainda há pelo menos 99 garimpeiros dentro da reserva. "Há 15 dias eles não dão notícias", segundo o sindicato. O pior problema, de acordo com o sindicato, é de um grupo de 35 garimpeiros que podem ter sido assassinados no início do mês. "Estamos dando eles como mortos".

Eles podem ser punidos

Os índios cinta-larga, acusados pelo assassinato de 29 garimpeiros, ocorrido na reserva de Roosevelt, no sudeste de Rondônia, podem ser processados criminalmente, mesmo sob tutela da Funai. A afirmação é da sub-procuradora-geral da República, Elza Wiecko. "Os indígenas não são inimizáveis, não há nenhum óbice em puni-los. Há muitos índios em todo o país respondendo judicialmente", diz Elza.

Na delegacia do município Espigão D'Oeste, só um índio cinta-larga responde a inquérito policial. Há dois anos Osvaldo Cinta Larga foi flagrado com uma pistola automática de 9 milímetros. Preso, pagou fiança e foi libertado logo em segui-

da. Oficialmente, 55 garimpeiros foram assassinados por índios cinta-larga.

O indigenista da Funai Valdir de Jesus Gonçalves disse que os cinta-larga são selvagens porque tem apenas 30 anos de contato com a civilização, o que é um tempo muito curto para adaptação à cultura dos brancos. "Eles agem em legítima defesa para defender o patrimônio", explica.

Valdir diz ainda que os cinta-larga conseguiram armas em negociação com madeiros na década de 90. "Eles permitiram que fossem extraídos madeiras nobres em troca de armas importadas", conta o indigenista. "Essa aldeia é guerreira e já

sobreviveu a dois massacres 30 anos atrás com seringueiros. Nessa época, eles usavam apenas arco e flecha."

Segundo o chefe do 19º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral, Deolindo de Carvalho Netto, há dois garimpos de diamantes na reserva de Roosevelt e nenhum deles é regularizado. "O Artigo 231 da Constituição só permite lavra em reserva indígena mediante regulamentação do Congresso. Como essa regulamentação não existe, a exploração é irregular", diz Netto. A jazida de diamantes na área indígena de Rondônia tem o diamante mais puro do mundo. No passado, os próprios índios garimpavam a área.

ENTREVISTAS

MÉRCIO PEREIRA GOMES

“A Funai quer é que a paz seja instalada”

RENATA GERALDI
DA EQUIPE DO CORREIO

Há sete meses à frente da Presidência da Funai, Mércio Pereira Gomes, 53 anos, professor de antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), é alvo da pressão de parlamentares que defendem a saída dele do cargo. Sem hesitar, ele se mantém firme na defesa dos direitos dos povos indígenas e afirma que não se sente constrangido diante de apelos para que deixe a função.

Ontem, durante as comemorações do Dia do Índio, Mércio não só discursou em apoio aos indígenas, como prometeu que os procuradores da Funai defenderão os cinto-larga em eventual ação penal pelos assassinatos de garimpeiros, em Rondônia.

A vontade em meio aos representantes de várias etnias e autoridades, ele convidou a todos para saborear um coquetel no melhor estilo indígena — com peixe assado e tapioca. “Vamos lá fora, a mesa está posta”, convidou, com um sorriso nos lábios e sem demonstrar qualquer desconforto diante das pressões para que deixe o cargo.

Ao lado dele, Sérgio Sérulo, chefe de gabinete do ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, lembrava que a princípio “todos são demissíveis”. “Mas não

acredito que isso ocorra com o Mércio”, diz Sérulo Asegui, trechos da entrevista com o presidente da Funai em meio ao tiro-teio em que aparece como alvo.

CORREIO BRAZILIENSE
— Não é constrangedor para o senhor estar trabalhando e saber que defendem sua saída do cargo?

MÉRCIO PEREIRA GOMES — Não me sinto nem um pouco constrangido. Quanto mais se defende os índios, mais pressão ocorre. Estou absolutamente tranqüilo.

CORREIO — Qual a explicação para o conflito na reserva de Roosevelt, onde confrontos entre os cinto-larga e garimpeiros provocaram a morte de 29 brancos?

MÉRCIO — O que aconteceu foi a defesa do território: os índios defendem suas terras como se fossem a vida deles. Mas nada justifica a morte. O que a Funai quer é que a paz seja instalada.

CORREIO — Na sua opinião, os índios podem ser punidos criminalmente?

MÉRCIO — Legalmente os índios são tutelados pela Funai, os procuradores é que poderão responder por eles, defendê-los.

IVO CASSOL

“A PF achou 29 corpos. Tem mais”

ERIKA KLINGL
DA EQUIPE DO CORREIO

O governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), tem formas diferentes de tratar as crises que tomaram conta de seu estado nos últimos dias. Na hora de falar do conflito dos índios cinto-larga com os garimpeiros, ele teme uma guerra civil. “O conflito com os índios cinto-larga é 1.000% mais grave do que qualquer um pode imaginar”, afirma.

Na hora de comentar a rebelião da penitenciária Urso Branco, as críticas do governador minimizam a situação. “É grave mas, infelizmente, é normal”, avalia.

CORREIO BRAZILIENSE - O que pode acontecer com esse conflito entre os garimpeiros e os índios?

IVO CASSOL - Tenho medo de guerra civil. As famílias das pessoas usadas pelos índios podem ser levadas a fazer alguma coisa. O problema é que não posso fazer nada na área indígena. Se um dos índios sair, não sei o que pode acontecer.

CORREIO — A situação era grave assim desde o início?

CASSOL — Avisei ao governo federal no ano passado, mas tudo piorou agora. Logo depois da chacina (há dez dias), a Funai tinha que permitir nossa entrada. A PF achou 29 corpos. Tem mais

CORREIO — O senhor culpa a Funai?

CASSOL — Não seria tão grave se tivéssemos agido antes. E ainda vejo a declaração do presidente da Funai (Mércio Gomes) de que os índios estavam apenas protegendo suas terras. Já imaginou se todos fôssemos defender terra desse jeito? A colocação dele foi infantil.

CORREIO — Qual a solução?

CASSOL — O governo precisa saber qual riqueza existe nas reservas e criar uma lei para autorizar a exploração legal e controlada dessas regiões.

CORREIO — Além do conflito indígena, o senhor enfrentou uma grave rebelião na maior penitenciária do estado ontem, com cenas de barbárie. O que o senhor vai fazer?

CASSOL — Se fosse só no meu estado, acharia que a culpa era minha. Mas, infelizmente, é normal. Acontece em todo país. A maioria dos estados têm rebelião, não há estrutura que agüente a superlotação. No Urso Branco, são 1.060 homens num lugar com 350 vagas. Vamos substituir o diretor do presídio como quem os presus, mas sem ceder na segurança.

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: 'Os presos querem a volta das regalias. E isso eles não vão ter', diz secretário de Segurança

Espetáculo de selvageria em Rondônia

Presos rebelados em penitenciária decapitaram e esquartejaram detentos diante de policiais e parentes

Jailton de Carvalho

Enviado especial

• PORTO VELHO. Numa exibição de selvageria, chefes da rebelião na Penitenciária Urso Branco decapitaram e esquartejaram mais três colegas de cadeia ao longo do dia de ontem. Pelas contas dos detentos, nove presos já foram mortos desde o início do motim, na sexta-feira. A Secretaria de Segurança, porém, só confirma ter informação sobre seis mortes. Uma das vítimas teve a cabeça cortada e exibida, se esvaindo em sangue, no alto de uma das torres do presídio. Outros dois presos tiveram braços, pernas e pés decepados com facas artesanais na frente de parentes, amigos e policiais que acompanhavam as cenas do lado de fora da prisão. Para o horror da platéia, os pedaços dos corpos foram jogados no pátio interno. A rebelião já dura quatro dias.

O presídio tem cerca de 1.400 detentos. No começo da rebelião, os amotinados chegaram a tomar como reféns 170 parentes de presos.

— Cortavam como se corta uma galinha. Foram cortando os pedaços, pernas, braços e cabeças e jogando para o alto — disse a mulher de um dos detentos, com os olhos inchados e vermelhos de choro e cansaço.

Procurador foi quase linchado

• Um dos chefes da revolta disse, por telefone, que mais 24 detentos seriam mortos e retaliados se o governo local não atender às reivindicações do grupo. No início da tarde, o procurador-geral de Justiça do estado, José Carlos Vitachi, foi cercado e quase linchado por aproximadamente 300 familiares e amigos dos presos, que aguardam os desdobramentos da rebelião do lado de fora da cadeia.

— Se não fosse uma ação rápida de policiais militares que estavam por perto, ele teria sido linchado — afirmou o secretário-adjunto de Segurança Pública Renato de Souza.

Procurado pelo GLOBO, o governador Ivo Cassol não retornou a ligação. No começo da noite, Renato de Souza disse que o gabinete de gestão de crise, formado por representantes do governo, do Ministério Público e do Judiciário, estava prestes a chegar a um acordo com a comissão de negociação dos presos amotinados e encerrar a rebelião.

Massacre em 2002

• Em janeiro de 2002, uma rebelião no presídio Urso Branco resultou na morte de 27 detentos. O motim teria começado durante uma tentativa de fuga em massa. Houve troca de tiros entre grupos rivais e com a polícia. A principal exigência dos quase 900 presidiários rebelados era a transferência de 35 bandidos de alta periculosidade para uma ala de segurança máxima.

Os policiais encontraram corpos espalhados pelas celas, muitos deles mutilados. Também apreenderam dois revólveres. Segundo policiais, pelo estado dos corpos os presos morreram em ataques violentos.

Em 11 de setembro de 2001, Marcos Antônio Ribeiro dos Santos, conhecido como Monstro de Minas, foi acusado de matar seis presos com objetos pontiagudos feitos no presídio de forma artesanal.

A Comissão de Direitos Humanos da OEA cobrou providências do governo sobre a situação no presídio Urso Branco, em junho de 2002. O país tinha 15 dias para entregar um relatório com as medidas tomadas. Caso contrário, poderia sofrer sanções políticas.

PRESO ATIRADO DO ALTO DO PRESÍDIO AGARRA-SE A UMA ANTENA E ESCAPA DA MORTE

• PORTO VELHO. Mais de 300 homens, mulheres e crianças passaram o dia ontem acompanhando de uma distância aproximada de 250 metros as cenas de matança, decapitação e esquartejamento de presos por líderes da rebelião do presídio Urso Branco. Pela manhã, um homem, já idoso, viu o filho ser amarrado e exibido para ser atirado do alto de uma torre no pátio do presídio. Segundo uma testemunha, quando estava sendo balançado o rapaz se agarrou a barra de ferro de uma antena e conseguiu escapar da morte.

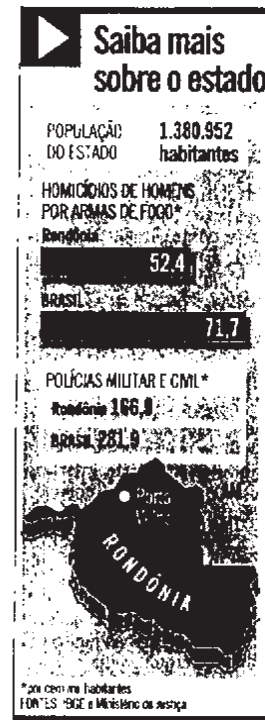
— O pai dele estava aqui perto da gente e viu tudo. Ninguém sabe como é que ele conseguiu desamarrear os nós e sair de lá com vida. Foi um milagre — disse a mulher de um dos detentos preso por tráfico.

Com a pele tostada pelo forte sol de Rondônia e apreensivas com a sucessão de cenas de barbárie, mulheres e crianças

passavam o dia correndo de um lado para o outro, procurando vultos dos parentes entre os presos rebelados. Algumas pulavam e gritavam palavras de carinho e encorajamento quando conseguiam enxergar um familiar entre os muitos rostos dos presos rebelados.

— É uma angústia muito grande. A gente está aqui mas nunca sabe o que vai acontecer lá. Pode acontecer de tudo — disse a irmã de um dos detentos, um dos que comandavam a rebelião.

O GLOBO falou com dois presos por telefone celular e com dez familiares dos detentos que estavam do lado de fora do presídio. Todos pediram para não ter os nomes publicados. Eles disseram que essa era a ordem que receberam dos presos que comandam a rebelião. Seria um meio de evitar possíveis retaliações. (J.C.)



Mortos são tidos como traidores

• Mais de 500 policiais foram mobilizados para impedir fugas. Os presos estão reivindicando a troca de comando no presídio, o fim do toque genital na revista íntima das mulheres e a construção de um galpão com cobertura e água potável para proteger os parentes do sol e da chuva, nos momentos que antecedem as visitas semanais. O secretário-adjunto de Segurança disse que nem todas as reivindicações poderão ser atendidas.

— Os presos querem a volta das regalias. E isso eles não vão ter — afirmou.

Segundo ele, desde que o novo regime disciplinar foi implantado no presídio, a polícia conseguiu apreender 200 facas, uma pistola e grande quantidade de cocaína e outras drogas em poder dos detentos. A rebelião começou na sexta-feira e, logo no início, eles mataram dois presos. O clima ficou ainda mais pesado no sábado, quando a mulher de um dos presos, que estava do lado de fora da cadeia, grávida de cinco meses, passou mal. Testemunhas disseram que a mulher abortou devido à tensão e à falta de um local adequado para acolher as pessoas que visitam os presos.

— Ela ficou aí tomando sol, estava nervosa. De repente, teve uma crise e começou a abortar — contou uma outra parente de um dos detentos rebelados, que pediu para não ser identificada.

No mesmo dia, outro detento foi assassinado. A selvageria se tornou ainda mais explícita ontem. Logo pela manhã um preso foi decapitado. Um dos líderes da rebelião exibiu a cabeça do colega, ainda pingando sangue, no alto de uma das torres para desespero da platéia, que acompanhava tudo do lado de fora, sem nenhum poder de reação. Esse mesmo detento jogou a cabeça do co

lega no pátio interno e depois ergueu as mãos ensanguentadas.

Uma hora depois, os líderes da revolta cortaram os pés, os braços e o pescoço de outro detento.

— Mataram e depois foram cortando cada parte do corpo com facas e jogando o pedaço para o alto — contou uma terceira testemunha da matança.

Ao fim do dia, um dos presos disse que pelo menos seis detentos tinham sido sacrificados. As vítimas foram escolhidas entre os presos do "seguro", detentos que os chefes do motim consideram traidores. ■

SISTEMA PRISIONAL Presos exigem melhoria na alimentação e mantêm 170 parentes como reféns para impedir entrada da PM

Amotinados matam oito em Porto Velho

TIAGO ORNAGHI

DA AGENCIA FOLHA

Uma rebelião na Casa de Detenção José Mário Alves, mais conhecida como Urso Branco, em Porto Velho (RO), deixou, pelo menos, oito mortos. Cinco das mortes ocorreram ontem; as outras três, durante o final de semana.

O motim começou no final da tarde de sexta-feira. As negociações foram interrompidas ontem à noite. Cerca de 170 parentes de presos eram mantidos dentro do presídio pelos internos.

Segundo a Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania, os detentos foram mortos pelos colegas a golpes de armas artesanais, fabricadas dentro da cadeia, barras de ferro e pedaços de madeira.

Ontem, os rebeldes mostraram, em cima do telhado da penitenciária, uma cabeça decapitada de um preso e partes esquarteradas de outro detento assassinado. Eles teriam atirado os corpos dos demais mortos no pátio interno.

O preso decapitado foi identificado como sendo Izaque Monteiro do Espírito Santo. A Secretaria da Segurança não conseguiu dizer quem era o esquarterado. As identidades dos demais mortos não haviam sido confirmadas. A secretaria aguardava o encerramento da rebelião para recolher e identificar todos os mortos.

O motim começou na sexta-feira, após uma briga interna. Os internos se rebelaram contra a qualidade da comida servida e contra

a irregularidade das refeições. Eles também pediam a substituição da administração do presídio.

Segundo a mulher de um preso, que preferiu não se identificar, é comum não haver comida para todos os detentos e, em alguns dias, é servida apenas uma refeição. Segundo a secretaria, há cerca de 1.300 pessoas cumprindo pena na cadeia, que tem capacidade para 350 presos.

“Nós reclamamos da comida que nos servem e da falta de medicamentos. Existe gente com HIV aqui dentro que não recebe medicação. Se o governo [estadual] não resolver a situação, podemos continuar matando gente”, disse um dos internos do Urso Branco por meio de um telefone celular.

O preso, que não se identificou, disse ainda que “diversas pessoas já cumpriram a pena integralmente”. Segundo a assessoria de imprensa da secretaria, “as reclamações não procedem, mas a situação daqueles que, porventura, já tenham cumprido as suas penas será verificada”.

Cerca de 170 familiares de presos estavam sendo mantidos dentro do Urso Branco. Segundo a Secretaria da Segurança, eles não são considerados reféns porque se recusaram a deixar o presídio.

Eles seriam mantidos ali para evitar que a Polícia Militar invadisse o local. Cerca de 70 PMs entraram na manhã de ontem em parte da cadeia.

Segundo a secretaria, 160 detentos que estavam sob ameaça

Colaborou o enviado especial a Porto Velho

de morte por seus colegas foram isolados em uma área administrativa, inacessível aos rebeldes.

Segundo o preso que falou com a reportagem, a rebelião começou na sexta-feira, quando dois detentos foram mortos por colegas.

As vítimas, de acordo com a secretaria, eram Jailson Quintino de Lima e Israel Márcio Soares.

Com a deflagração do motim, as reivindicações quanto à comida e aos medicamentos vieram à tona. Os detentos do Pavilhão 1 impediram a saída das visitas e tomaram o prédio. Na tarde de domingo, Luciano Teotônio dos Santos, o Pezão, foi morto a pauladas.

O secretário da Segurança Pública, Paulo Roberto Oliveira de Moraes, representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), do Ministério Público Estadual, do Poder Judiciário e da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho ficaram reunidos dentro do presídio para negociar o fim da rebelião até as 20h30 (21h30 em Brasília).

Os rebeldes exigiam a presença do governador Ivo Cassol (PSDB), que cancelou uma viagem para acompanhar as negociações, mas não foi até o presídio.

O governador atribuiu a rebelião à “superlotação” e à revista realizada pelas autoridades.

Segundo Cassol, metade dos cerca de 4.000 detentos do Estado são presos federais, daí a necessidade de um presídio da União, que ainda não saiu do papel.

RIO SOB TENSÃO *Determinação partiu do presídio Bangu 1*

Líderes ordenam que traficantes soltos parem de proteger Dudu

MARIO HUGO MONKEN

DA SUCURSAL DO RIO

A Polícia Civil informou que os chefes da facção criminosa CV (Comando Vermelho) presos na penitenciária Bangu 1 (zona oeste do Rio) ordenaram aos cúmplices soltos que parem de proteger o traficante Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, líder da tentativa de invasão à favela da Rocinha (zona sul) há dez dias.

A ordem foi descoberta em interceptações telefônicas, autorizadas judicialmente, em aparelhos usados por membros do CV. A cúpula da facção estaria insatisfeita com a presença, desde sexta, de 500 policiais civis no complexo de favelas do Alemão (zona norte), onde Dudu se escondia desde a tentativa de invasão. A ocupação prejudicaria a venda de drogas.

A ordem do CV já estaria sendo cumprida. A polícia afirma que Dudu está isolado, com apenas cinco cúmplices armados.

Segundo a polícia, todo o CV apoiava Dudu a tomar a favela de Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, morto na semana passada.

A Polícia Civil admite que Dudu pode não estar no Alemão. Ontem, no início da tarde, policiais entraram no complexo da Penha (zona norte), vizinha ao Alemão, pois receberam informações de

Comércio reabre no 'pós-guerra' da Rocinha

FABIANA CIMIERI
DA SUCURSAL DO RIO

Aos poucos, a favela da Rocinha (São Conrado, zona sul) retoma o cotidiano de antes da tentativa de invasão promovida pelo traficante Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, no último dia 9.

As creches, escolas e o comércio funcionaram ontem normalmente. O último resquício de que ali houve uma guerra é a presença ostensiva de 1.230 policiais militares, segundo a Se-

cretaria de Segurança Pública.

A Folha percorreu a favela de mototáxi — meio de transporte usado pelos moradores para chegar em casa. A viagem custa R\$1. Apesar da presença da polícia, os traficantes continuam a apedronar a população.

O mototaxista que se identificou como Carlos, 32, se recusou a mostrar a casa onde o traficante que comandava o tráfico na Rocinha, Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, foi morto pela polícia, na última quarta.

Segundo ele, os traficantes fariam "represálias" caso levasse uma jornalista ao local.

"Você acha que eles [os traficantes] ainda não sabem que você está na minha garupa?", questionou.

que ele estaria na Chatuba.

Os policiais usaram um helicóptero, mas não haviam conseguido prender Dudu até a conclusão desta edição. Ele foi procurado ainda na favela do Jacarezinho.

De manhã, os policiais prenderam seis supostos traficantes ligados ao CV. Quatro foram pegos em uma fábrica desativada vizinha ao complexo. Entre eles, estava Marcelo da Paixão Nepomuce-

no, 30, irmão de Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, preso em Bangu 1. É um dos chefes do tráfico no Alemão.

Na zona norte, Fábio Freitas de Aguiar, 24, foi preso na favela da Galinha e disse que atuava com o traficante Marco Antônio Pereira Firmino da Silva, o My Thor, preso em Bangu 1. Humberto Castelo Branco da Costa, 32, o Piloto, foi preso em Olaria, com munição.

CORREIO BRAZILIENSE

Presidente da República e principais assessores examinam uma série de medidas que promovam a geração de postos de trabalho e renda e indiquem que o governo venceu a paralisação administrativa dos últimos meses

Lula vai à TV anunciar pacote

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá fazer um pronunciamento à nação para anunciar medidas de estímulo à geração de emprego e distribuição de renda. Uma das medidas é a alteração na Lei do Primeiro Emprego, criada no ano passado, de forma a ampliar os benefícios para as empresas. Lula quer mostrar ao país que seu governo está determinado a minimizar o problema do desemprego com alternativas que não estariam restritas ao aumento do salário mínimo. Essa é também uma forma de responder às críticas de paralisação do governo intensificadas após o episódio envolvendo o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz.

A idéia do pronunciamento está sendo discutida pelo presidente Lula e seus principais auxiliares e poderá ser transmitido antes de primeiro de maio, dia do Trabalho. Apesar da resistência da equipe econômica, Lula deve anunciar um aumento acima da inflação para o salário mínimo, hoje em R\$ 240 (leia mais sobre salário mínimo na página 19).

Para amenizar o impacto na Previdência, a alternativa que está sendo considerada pelo Palácio é aumentar o valor do salário-família que, combinado com o mínimo, daria ao trabalhador maior poder de compra. Uma das propostas em análise é elevar o salário-família de R\$ 13,48 para até R\$ 30,00.

Diante dos resultados do programa de estímulo ao primeiro emprego, implantado em novembro do ano passado nas capitais, o presidente decidiu fazer ajustes para atrair as empresas. Pela lei em vigor, o governo concede estímulo financeiro às empresas, dois meses depois da con-

tratamento de jovens de 16 a 24 anos para o primeiro emprego. Na tentativa de reduzir os entraves e despertar interesse dos empresários, o governo quer antecipar o pagamento para facilitar o acesso ao programa.

Frentes e recrutas

Outra alternativa para gerar empregos é o aumento do contingente de jovens que prestam serviço militar nas Forças Armadas. Em função da escassez de recursos, houve corte de recrutas nos últimos anos. Agora, a idéia de Lula é ampliar e também iniciar um treinamento eficiente para que os jovens possam, depois, ser aproveitados nos quadros das polícias. O presidente pode-

rá anunciar a criação de frentes de trabalho emergenciais para a recuperação de mais de sete mil quilômetros de estradas.

Além dos estudos na área técnica do governo, o presidente Lula está buscando alternativas fora do Executivo. Na sexta-feira ele terá um encontro com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, que vai sugerir, por exemplo, a criação de

emergencial de trabalhadores pelo Estado, sobretudo nos grandes centros. Na primeira fase, a CUT vai propor a contratação de um milhão de pessoas este ano.

Na avaliação de auxiliares de Lula, depois de mais de dois meses de eclosão da crise Waldomiro Diniz, o governo já reúne condições de reagir. A denúncia contra o ex-assessor do Palácio, que foi flagrada em gravações cobrando propina e contribuições eleitorais ao empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, afetou diretamente o desempenho do ministro José Dirceu (Casa Civil), prejudicando o funcionamento da

máquina administrativa. O presidente passou a cobrar, com mais rigor desde a semana passada, competência dos ministros e resultados objetivos e concretos.

Irritação

Apesar de insatisfeito com o desempenho de alguns auxiliares, sobretudo do PT, o presidente não cogita mexer no ministério este ano. Ele está descontente especialmente com a gestão dos ministros Olívio Dutra (Cidades) e Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário).

ambos oriundos do PT gaúcho.

O Ministério das Cidades tem recursos e uma demanda urgente dos grandes centros urbanos. No entanto, Olívio Dutra não consegue viabilizar os projetos, deixando o presidente cada dia mais irritado. O ministro Miguel Rosseto é outro que tem de ser punido. Além de contar com R\$ 1,4 bilhão no Orçamento para assentamentos, o presidente autorizou recentemente mais R\$ 1,7 bilhão — que será liberado ao longo do ano — e nada acontece. Todavia, as in-

vasões dos trabalhadores sem terra continuam sem que haja, até mesmo, um discurso mais vigoroso de Rosseto.

O ministro da Saúde, Humberto Costa, alvo de sucessivas queixas de Lula, teria recuperado a confiança do governo com a promessa de deslanchar o programa de criação de farmácias populares, tão citados pelo presidente. Está prevista para ainda o primeiro semestre a inauguração de um lote de 20 farmácias para facilitar o acesso da população carente a medicamentos.

PFL cobra promessa e autoridade

DENISE ROTHENBURG
DA TORQUE DO CORNEIO

Preocupado com as últimas invasões capitaneadas pelo Movimento dos Sem Terra (MST), e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, acusou diretamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos episódios. "O MST continua levando no grito. E o governo continua leniente. As invasões chegaram às cidades por falta de exercício da autoridade do Presidente da República", afirmou Bornhausen. Logo depois de a Executiva Nacional do partido redigir uma nota cobrando de Lula a promessa, feita na campanha de 2002, de dobrar o valor do salário mínimo.

Bornhausen se referia à decisão do governo de não utilizar a legislação anti-invasão para conter o que o PFL chama de abusos do MST — caso da invasão da fazenda da Klabin, em Santa Catarina. "Mais uma vez, a crise tem nome e se chama Lula. O ministro e a direção do Inera são ligados ao MST por tradição histórica. Responsabilizo o presidente, porque a ele compete se manifestar em questões graves, como são as

ações do MST e no MTST. E ele não o faz", disse o senador.

Da mesma forma como cobra o restabelecimento da autoridade presidencial propondo uma intervenção para acabar com as invasões do MST, o PFL aponta discrepâncias entre a promessa de Lula de dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos e o aumento em discussão pelo governo. "Houve um pacto do presidente com os eleitores na campanha presidencial. Se não cumprir, o linchame dele (Lula) com a sociedade ficará fragilizado. Se ele não dobrar o valor real do mínimo, terá que convocar uma assembleia nacional de rádio e TV para pedir desculpas à população. Terá que confessar sua culpa por utilizar-se de uma falsa promessa com finalidade eleitoral", afirmou o presidente pefelista.

A cobrança da promessa eleitoral foi o único tema de uma nota divulgada ao fim da reunião do PFL. No texto, o partido sustenta que "um governo que compra avião para o presidente da República por R\$ 12,1 milhões; que cria 2,8 mil cargos em comissão desnecessários e que mantém ministérios e ministros dispensáveis não tem autoridade para impor novos sacrifícios a quem ganha o salário mínimo."

PRINCIPAIS MEDIDAS

R\$ 30
é o valor que está sendo estudado para o salário-família

7.000
QUILÔMETROS de estradas federais poderão ser recuperados por frentes de trabalho

FOLHA DE S. PAULO

RETOMADA DESIGUAL *Ânimo fica limitado à ampliação do comércio exterior; venda de carros cai 23% na 1ª quinzena de abril*

Otimismo continua restrito aos exportadores

FÁTIMA FERNANDES

DA REPORTAGEM LOCAL

Vários indicadores divulgados nas últimas semanas sugeriam a idéia de que a economia brasileira está em recuperação. As montadoras produziram mais carros no primeiro trimestre, a indústria paulista abriu mais vagas e a fabricação de papelão ondulado —termômetro industrial— aumentou.

Uma análise desses dados e números mais recentes, no entanto, mostra que a retomada ainda é incipiente e o aquecimento continua limitado às vendas externas.

Levantamento preliminar da Fundação Getúlio Vargas e os dados de emprego da Fiesp (Federação das Indústrias no Estado de São Paulo) mostraram que os empresários industriais estão mais otimistas. No entanto, as duas entidades entendem que essa percepção está mais ligada ao desempenho das exportações do que ao das vendas no mercado interno.

Outro dado revela a retomada desigual do ritmo econômico: apesar do aumento da produção e das vendas de automóveis no primeiro trimestre, as vendas no mercado interno caíram 23% na primeira quinzena de abril em relação aos primeiros 15 dias de março, segundo dado divulgado ontem. A produção no período não foi revelada.

“Os empresários estão bem mais otimistas do que estavam em janeiro”, afirma Jorge Braga,

economista da FGV. “Mas as vendas externas têm grande peso nesse otimismo.”

Para 54% das empresas ouvidas pela FGV no início de abril (de um total de 608), a produção deve subir neste trimestre (abril-junho); 43% delas prevêem aumento de demanda e 15%, do emprego.

A Fiesp informa que no primeiro trimestre deste ano a indústria paulista abriu cerca de 13 mil vagas. “A explicação é o mercado externo. Quem depende das vendas no mercado doméstico não está produzindo mais e não está contratando”, afirma Claudio Vaz, diretor da entidade.

A alta de 13,5% na produção de carros no primeiro trimestre deste ano sobre igual período de 2003, divulgada há duas semanas, trouxe vigor aos indicadores.

O aumento de 13,3% nas vendas de papelão ondulado em março de 2004 sobre mesmo mês do ano passado também chegou a animar alguns economistas. Esse tipo de embalagem, utilizado por boa parte da indústria, serve de referência da atividade industrial.

Mas poucos acreditam num aumento da demanda interna. “O consumidor não tem segurança para gastar. Isso explica esse vácuo em alguns indicadores”, diz Fernando Montero, da consultoria Tendências. O Índice de Confiança do Consumidor, medido pela Fecomercio SP, mostra esse desânimo. Em abril, o índice fe-

chou em 105,2 pontos, o patamar mais baixo desde março de 2003.

“O consumidor está cada vez mais descrente de que poderá recuperar seu poder aquisitivo”, afirma em nota Abram Szajman, presidente da Fecomercio.

Antonio Carlos Borges, diretor-executivo da Fecomercio, diz que não há recuperação. “Alguns indicadores são melhores do que os do ano passado porque a base de comparação é muito baixa. Qualquer recuperação pequena tem significado, mas o consumidor está desanimado porque o desemprego é elevado, a renda não cresce e os juros seguem altos.”

A contradição entre a expectativa dos empresários e a dos consumidores coloca a recuperação da economia em xeque, diz Julio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Iedi (Instituto de Economia para o Desenvolvimento Industrial). “Isso mostra que os setores que vendem para o mercado externo enxergam uma recuperação econômica. Mas quem está aqui dentro não vê melhora. O fato é que existe recuperação da economia, mas ainda é incipiente.”

Economistas de bancos são mais otimistas. Para Aurélio Bicalho, do Itaú, uma retomada ampla está a caminho. “O conjunto de informação que temos até agora, ainda que seja limitado, nos revela boas perspectivas de crescimento para o mês de março e os seguintes”, diz ele, em análise.

Milhares fazem fila para santo Expedito

Santo de causas urgentes leva fiéis a esperarem até 4 horas por socorro para dívida e emprego

DA REPORTAGEM LOCAL

Padroeiro das causas urgentes, segundo a tradição católica, santo Expedito atraiu milhares de fiéis ontem a sua igreja em São Paulo, na verdade uma capela, abrigada em quartel da PM paulista, da qual é protetor. Pelas estimativas da PM, ontem, dia do santo, cerca de 100 mil pessoas circularam na capela.

Tanta gente junta era fila na certa. E pelo menos quatro horas foi o tempo que Antonio Carlos Nascimento, 48, diz ter levado entre o início da fila e a porta da igreja de santo Expedito.

Vitrinista, desempregado há um ano e oito meses, está acompanhado do filho mais velho, recruta do Exército. A família de Nascimento vive dos bicos que ele faz para lojistas e comerciantes e do soldo do filho recruta. Nos últimos meses, as dívidas se acumularam. Hoje, deve um mês de aluguel ("estou indo para o segundo"), no total cerca de R\$ 700, sem multa, e "pena" para arrumar o dinheiro para evitar que as contas se acumulem. "Com criança pequena, não posso deixar faltar feijão, luz, água."

Desemprego e dívidas. Os relatos se repetem. João Luiz Men-

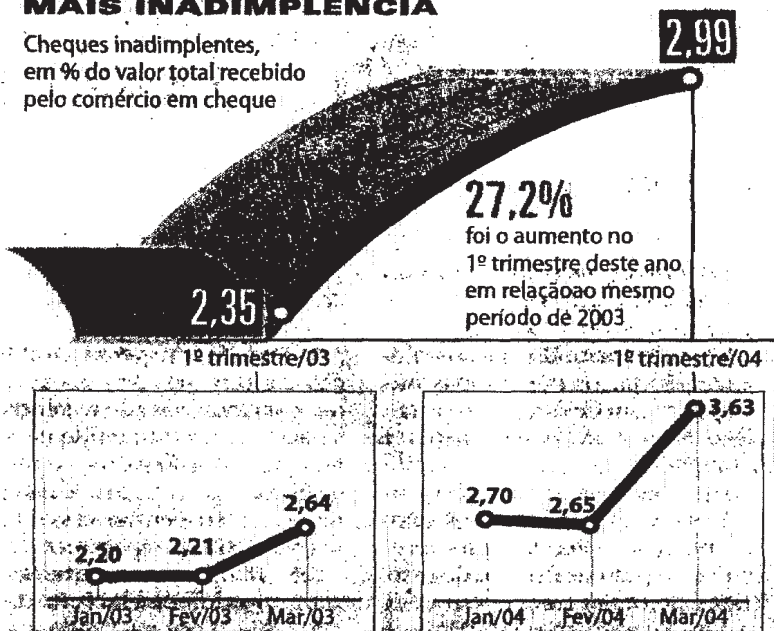
des leva na pasta, em formato porta-fólio, um currículo, que pretende deixar dentro da capela do santo. Desempregado, acumula dívidas com agiotas (estima que em R\$ 1.200). Diz que a dívida, que não ultrapassava os R\$ 700, contraída sete meses atrás, já quase dobrou de valor. Além disso, tem um débito de cerca de R\$ 300 em cheques devolvidos. "Se tivesse cartão de crédito, seria ainda pior. Estaria devendo no cartão e para agiota", afirma. "Consegui fazer uns bicos, vou pagar uma parte e empurrar o resto até as coisas melhorarem, conseguir pagar e

limpar meu nome", completa o auxiliar contábil, que nas últimas semanas tem preparado formulários de IR para antigos clientes e vizinhos.

Acompanhada de amigas, a vendedora Luciane Pereira Pinheiro, 23, afirma que recorreu ao santo para pagar dívidas. Entre comissões e salários em uma loja, recebe R\$ 650. Mas deve ao menos R\$ 2.000, entre carnês e cheques devolvidos que precisará recuperar em lojas. Vai pela primeira vez à igreja de santo Expedito. "Eu me descontroliei com o final do ano. Quando vi, estava toda enrolada", afirma.

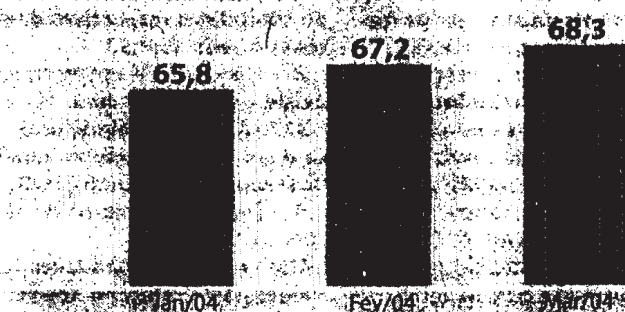
MAIS INADIMPLÊNCIA

Cheques inadimplentes, em % do valor total recebido pelo comércio em cheque



Maioria dos cheques é pré-datada

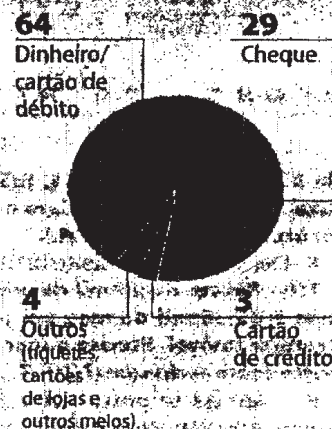
Em % do total transacionado no varejo



Fontes: Telecheque e Serasa

Como são feitas as vendas no varejo no país

Em % do faturamento total



Sinal contínuo sobre inadimplência

Recorde de pagamentos

86% foram meios de regularização de dívidas em dinheiro, um recorde

Recorde de cheques devolvidos

17,2% dos cheques foram devolvidos sem qualquer motivo a cada mil

milhões de cheques, segundo maior número de pesquisas

Valor da inadimplência em cheques emitidos cresce 27% no 1º trimestre

ADRIANA MATTOS

DA REPORTAGEM LOCAL

Dados publicados ontem tornam possível afirmar que o já anunciado aumento na taxa da inadimplência veio acompanhado de crescimento no tamanho do calote. Segundo levantamento da Telecheque, empresa de gestão de crédito, aumentou em 27,2% o valor total da inadimplência em cheques emitidos no país no primeiro trimestre sobre 2003.

Se antes os cheques emitidos e não pagos somavam R\$ 100, por exemplo, agora somam R\$ 127,2. Ao descontar a inflação (IPC/Fipe dos últimos 12 meses), o valor continua elevado e atinge R\$ 122,7 (alta de 22,7%). Os números foram obtidos com base em dados de cerca de mil clientes (lojistas) da Telecheque no país.

Pesquisas recentes já mostravam que o volume de cheques sem fundos devolvido havia subido: o número passou de 16,7 para cada lote de mil compensados para 17,2 por lote no período de um ano —em março de 2003 em relação ao mês passado. Esses números foram publicados pela Serasa, que usa como base informações do Banco Central.

Ao cruzar os dois resultados, da Serasa e da Telecheque, as entidades comerciais passaram a afirmar que não só o montante de operações inadimplentes subiu, assim como o volume delas.

“Há uma parcela de consumidores que voltou às lojas, após limpar o nome no final do ano, e se enrolou novamente”, diz José Antonio Praxedes, vice-presidente da Telecheque. Esse descontrole foi verificado em produtos de maior valor agregado, o que pode ter pressionado o volume total do calote neste ano.

Dados da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) mostram que as lojas de eletrodomésticos, móveis e decorações, relojarias e materiais de construção, entre outros, sentiram um aumento na inadimplência neste ano. Tanto que esses setores (ao lado de outros 13 segmentos, num total de 25) registraram alta no total de títulos protestados de pessoas físicas em São Paulo em março de 2004 em relação a fevereiro.

A Telecheque ainda informou ontem que a taxa de inadimplência em cheques no país atingiu 3,63% em março deste ano (superior a taxa de 2,64% no mesmo mês do ano passado e de 2,68% em 2002).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: Caciques cobram de Lula clareza na política indigenista

Índios ocupam plenário da Câmara para protestar contra o governo

Representantes de 28 etnias cobram demarcação de Raposa Serra do Sol

Isabel Braga e Cristiana Lôbo *

• BRASÍLIA. Cerca de 70 índios de 28 etnias aproveitaram ontem a sessão solene na Câmara em homenagem ao Dia do Índio para protestar. Eles ocuparam o plenário por pouco mais de uma hora. Insatisfeitos com a política indigenista do governo, ameaçaram só deixar o plenário depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordasse em demarcar a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Deputados tentaram convencer os índios a deixar o plenário como forma de facilitar a negociação. Irredutíveis, caciques e líderes indígenas deixaram claro sua insatisfação com a falta de cumprimento das promessas feitas por Lula na campanha. Antes da rebelião, o tom dos discursos já eram de protesto.

— Não queremos mais ser símbolo, não queremos mais ser homenageados, queremos que Lula diga, com clareza, de que forma vai tratar a política indigenista — afirmou o líder indigenista Jecinaldo Sateré-Mawé.

Alguns já chegaram à sessão solene com pinturas de guerra. Depois que os caciques anunciaram a intenção de ocupar o plenário até que Lula os recebesse, outros também pintaram o corpo e o rosto de vermelho. Uma índia também passou batom.

Cacique avisou que índios não temiam seguranças

Toda a vez que um cacique discursava e apresentava aos deputados argumentos para ficar em plenário, recebia apoio dos demais índios, que gritavam e balançavam seus chocalhos. Marcos Xukuru, de Pernambuco, avisava que os índios não temiam um enfrentamento com os seguranças da Câmara dos Deputados:

— Se morrermos, vamos ficar

como símbolo na História do país.

Após muito debate e bate-boca com alguns deputados, os índios concordaram em deixar o plenário, mas permaneceram acampados no Salão Verde enquanto uma comissão de deputados negociava um encontro com Lula. No Salão Verde, os índios dançaram em sinal de guerra e deitaram-se ou sentaram nos tapetes.

Uma comissão de índios será

recebida hoje, às 9h, pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e pelo chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Eles entregarão uma pauta de reivindicações com nove itens. Além da demarcação da Raposa Serra do Sol, exigem a retirada de todos os garimpeiros da reserva dos cintas-largas em Rondônia, onde foram encontrados os corpos de garimpeiros.

(*) Do Globo Online

Mércio diz que buscar culpados é desumano

'O índio defende sua terra como se defendesse sua própria vida', afirma o presidente da Funai

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Depois de dizer no fim de semana que os cintas largas, acusados de matar 26 garimpeiros, agiram para defender sua terra, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, afirmou ontem que é desumano buscar culpados para as mortes na reserva Roosevelt, em Rondônia, neste momento. Mércio disse que, nesse caso, há uma 'responsabilidade diferenciada' porque os índios são tutelados pela Funai.

Ele afirmou que a terra indígena não é como uma propriedade privada qualquer, por se tratar de uma extensão de sua vida e de sua cultura.

— O índio defende sua terra como se defendesse sua própria vida — disse.

Mércio disse que a Funai, com seus procuradores, irá aguardar a ação do Ministério Público para defender os índios

envolvidos no caso.

O presidente da Funai respondeu ao deputado Lindberg Farias (PT-RJ), que durante discurso no plenário da Câmara defendeu sua demissão:

— Quanto mais você defende índio, mais aparece gente querendo te derrubar. Lamento que essa tenha sido a posição de um deputado de esquerda.

Lula assinou decretos homologando oito áreas

O porta-voz da Presidência, André Singer, anunciou ontem que Lula assinou decretos homologando oito áreas indígenas (sete no Amazonas e uma no Espírito Santo), num total de 1,2 milhão de hectares. Mas, segundo Singer, a decisão sobre a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol, a mais esperada, só será anunciada no dia 27. A maior reserva é a de Coatá-Laranjal, em Borba (AM), que chega a 1,1 milhão de hectares. ■

Índios pedem fim do garimpo

• BRASÍLIA. Além da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em Roraima, os índios que ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados ontem exigem a retirada de todos os garimpeiros da terra indígena dos cintas-largas em Rondônia, onde foram encontrados os corpos de garimpeiros.

— A história do garimpo cinta-larga é muito triste e esperamos que a manchete (sobre a morte dos garimpeiros) sirva de lição para que o governo entenda que é preciso tratar com carinho, respeito e especificidade a questão indígena. Nos últimos cinco anos mais de dois mil índios foram mortos por garimpeiros ou pela contaminação da água — disse Jecinaldo Sateré-Mawé.

Segundo Sateré-Mawé, os índios permanecerão em Brasília até que o governo apresente uma posição sobre a homologação da reserva Raposa Serra do Sol:

— Ou o governo fica do nosso lado ou fica do lado dos políticos corruptos de Roraima.

Ontem, o deputado Lindberg Farias (PT-RJ), relator da proposta alternativa para demarcação da Raposa Serra do Sol, pediu a demissão do presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes. Segundo o deputado, a declaração de Mércio apoiando a chacina dos garimpeiros feita por índios cintas-largas é despropositada.

Índios bloqueiam estrada em MS

Manifestantes pedem ao governo agilidade na demarcação de terras

Paulo Yafusso

Especial para O GLOBO

● CAMPO GRANDE. Um grupo de 500 índios guaranis-caiovas e terenas das aldeias Bororó e Jaguapiru, em Dourados, bloqueou ontem a rodovia estadual MS-156. A estrada divide as duas aldeias, que formam a reserva indígena de Dourados. O protesto obrigou o vice-governador Egon Krakhecke e o prefeito da cidade, Laerte Tetila, ambos do

PT, a iniciar na estrada a solenidade prevista para acontecer numa escola da reserva. O convênio, que prevê a construção de 200 casas, foi assinado na rodovia interditada.

Um motorista tentou furar o bloqueio e acabou atropelando um índio. Além da melhoria das condições de vida nas aldeias, os índios cobraram dos governos agilidade no processo de demarcação. O bloqueio durou cerca de duas horas.

Já em Amambaí, perto da fronteira com o Paraguai, também houve protesto dos guaranis-caiovas. O movimento foi engrossado pelos sem-terra de diversas cidades do Sul do estado. Segundo cálculos da PM, cerca de dois mil índios e trabalhadores rurais participaram do ato, que começou com uma caminhada de oito quilômetros. O coordenador nacional do MST João Pedro Stédile também participou da manifestação. ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CORREIO BRAZILIENSE

DIA DOS ÍNDIOS

Presidente assina decreto homologando oito áreas indígenas, num total de 1,29 milhão de hectares. Mas a decisão mais polêmica, sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, só deve ser anunciada no dia 27

Tribos exigem encontro com Lula

Indígenas de 28 tribos diferentes que participaram ontem de uma sessão comemorativa ao Dia do Índio, no Congresso Nacional, cobraram um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No final da sessão, quando restavam cem índios, seus líderes começaram a gritar que não sairiam da Casa quanto não fossem recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em nota, eles reivindicam a retirada de todos os garimpeiros ilegais invasores das terras de cinto-larga, em Rondônia, e o andamento de 40 processos de reconhecimento de reservas.

Os deputados presentes à sessão negociaram por 30 minutos e conseguiram que deixassem o plenário e se colocassem no salão verde — área que antecede a entrada do plenário. Além disso, os deputados Carlos Abicalil (PT-MT), Fernando Ferro (PT-PE) e Perpétua Almeida (C do B-AC) agendaram no Palácio do Planalto um encontro entre o governo e os representantes indígenas. A reunião foi marcada para hoje.

No salão verde, os indígenas dançaram e cantaram músicas

tradicionais. A maior parte dos índios estava com pinturas de guerra. Eles afirmaram que não deixariam o prédio da Câmara sem ter uma posição clara do governo sobre a política para seus povos. Desde quinta-feira, cerca de cem índios estão acampados em frente ao Ministério da Justiça. Eles pedem a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Promessa

Como parte das comemorações do Dia do Índio, o presidente Lula assinou decreto homologando oito áreas indígenas, sete no Amazonas e uma no Espírito Santo, num total de 1,29 milhão de hectares. Segundo o porta-voz da Presidência da República, André Singer, apenas no dia 27 o governo deverá anunciar a decisão sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde índios de cinco etnias lutam pela homologação da área.

No Amazonas foram homologadas as reservas Coatá-Laranjal (dos índios mundurucus e saterés-mawés), Porto Praia e Iupá-Supé (tikunas), Fortaleza do Patuá (apurinãs), Jurna (jumas),

Igarapé Grande (cambebas) e Fênharim Igarapé Preto (tenbarins). Já no Espírito Santo, o presidente reconheceu o território de Caieiras Velha 2, onde vivem tupiniquins e guaranis.

A maior área homologada é a dos mundurucus e saterés-mawés, no município de Borba, no Amazonas, com 1,1 milhão de hectares. Singer informou que Lula também assinou decreto tornando o Brasil signatário da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece normas de respeito às culturas indígenas.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, afirmou que Lula deve homologar de forma contínua a reserva indígena Raposa Serra do Sol. "O presidente [Lula] não tem outra possibilidade, pois não homologá-la de forma contínua significaria retroceder e anular um trabalho de dez anos de demarcação das terras", disse. "Eu recebi esse indicativo do presidente." A Presidência da República, contudo, não confirmou a informação.

Protesto

Em Mato Grosso do Sul, cerca de 400 índios bloquearam a rodovia MS-156 na manhã de ontem para protestar por melhores condições de vida na reserva indígena de Dourados, a 224 km de Campo Grande, onde ficam as aldeias de Jaguapiru e Bororo. A estrada corta as aldeias e permaneceu fechada entre as 10h e as 11h20. O protesto reuniu três etnias — caixá-terena e guarani — que formam um contingente de mais de 10 mil índios que vivem nos 3.600 hectares da reserva de Dourados.

A PF não registrou incidentes durante a manifestação. A Polícia Rodoviária Estadual informou que os indígenas reivindicaram ainda o direito à produção e à terra, alegando que as condições de tráfego no local são ruins e eles têm dificuldade para conseguir emprego e sustentar as famílias. Os índios aproveitaram a presença do prefeito Laerte Tetiia e do vice-governador Égon Krakhecke, ambos do PT, para cobrar mais atenção. Eles chegaram a ameaçar fazer invasões de terra na região, mas, de acordo com a PF, a situação já havia sido controlada no início da tarde.

ENTENDA O CASO

● Discutido desde 1977, o processo de demarcação da reserva Raposa Serra do Sol está na última fase. Falta apenas a assinatura do presidente Lula para que a terra indígena seja homologada. Adiada várias vezes, a homologação foi prometida pelo presidente da Funai para o próximo dia 28.

● Em janeiro, um grupo de fazendeiros aliados a índios macuxi (e etnias associadas) protestaram contra a homologação. O comércio de Boa Vista e as vias de acesso à cidade foram fechados. Padres e missionários foram feitos reféns. Os prédios do Inera e da Funai, invadidos

● Indigenistas, ONGs e missionários católicos ligados aos índios mobilizam campanha pedindo a Lula a demarcação contínua da área, uma promessa de cam-

panna. No projeto da Funai, a reserva Raposa Serra do Sol é uma área que engloba as cidades da região. Funai e governo federal também defendem essa tese.

● Por outro lado, fazendeiros, índios macuxi (e etnias associadas), políticos da região e o governador de Roraima, Flamarion Portela, querem que a área seja demarcada com faixas descontinuas. Na reserva, os municípios e as estradas de acesso a ele ficariam de fora

CORREIO BRAZILIENSE

POLÍTICA ECONÔMICA

Mercado financeiro considera remotas as chances de o governo cumprir a meta de inflação de 5,5% para este ano e já fala em 6,14%. Pesquisa também aponta expectativa de nova queda de 0,25 ponto percentual nos juros

Equilíbrio difícil

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O mercado financeiro abandonou de vez a possibilidade de o governo atingir o centro da meta de inflação deste ano, de 5,5%. Cerca de cem instituições financeiras e empresas de consultoria avisaram ontem ao Banco Central (BC), por meio do boletim *Focus*, que já trabalham com previsão de um IPCA de 6,14% para 2004. A expectativa, no entanto, é de que esse número aumente nas próximas semanas. Além do esperado impacto das tarifas públicas sobre o IPCA de julho e agosto, o mercado está se deparando com aumentos de preços que não estavam previstos.

“É bobagem continuar mirando os 5,5%. A inflação deste ano ficará entre o centro e o teto da meta, que é de 8%, pois há uma margem de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo”, disse o economista-chefe da Consultoria Global Station, Marcelo Ávila. Ele informou que, pelas contas do mercado, com os atuais

reajustes anunciados pela indústria e pelo comércio, a inflação do segundo trimestre ficará em 1,5% e não mais em 1,1%, como se falava. “Caso esse número se confirme, 61% da meta central da inflação terão sido consumidos em apenas seis meses”, ressaltou.

O fato de o IPCA ficar acima dos 5,5% não inquieta o analista Mário Paiva, da Corretora Liquidez. “A inflação está sob controle. Ao rever os números do IPCA para cima, o mercado só está refletindo a real situação da economia”, assinalou. O ideal, segundo ele, seria que o BC sinalizasse para o mercado que os 5,5% são inviáveis. “Mas o governo teme que esse sinal seja interpretado como um relaxamento do compromisso de combate à inflação”, disse. O custo desse temor é que metas tão severas acabam comprometendo o ritmo de crescimento.

Para 2005, no entanto, o mercado dá como certa a ampliação da meta de inflação. A discussão está avançando dentro da equipe econômica e é possível que, em junho, na reunião do Conselho Monetário Nacional, a meta passe de 4,5% para 5,5%, mantendo-

se o intervalo de variação de 2,5 pontos. Defensor ferrenho do sistema de metas, o economista Ilan Godfajn, ex-diretor de Política Econômica do BC, afirmou à *Agência Estado* que a ampliação da meta de 2005 não deve ter grande impacto nas expectativas dos agentes econômicos. “Não será nenhum desastre.”

Na pesquisa divulgada ontem pelo BC, o mercado também reveriu suas estimativas para a taxa básica de juros (Selic). Até a semana passada, bancos e consultorias apostavam em um corte de 0,5 ponto percentual em maio. Agora, acreditam que a Selic cairá somente 0,25 ponto, como ocorreu nas últimas duas semanas. “Está cada vez mais difícil para o BC equilibrar metas inflacionárias, juros e crescimento econômico”, disse Marcelo Ávila.

Ontem, a Fundação Getúlio Vargas informou que o Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) de abril bateu em 1,2%, maior patamar desde abril de 2003 (1,24%). Mais uma vez, a alta foi puxada pelos preços no mercado atacadista (indústria).

Bird pede cautela à AL

O Banco Mundial (Bird) pediu ontem à América Latina que mantenha prudência fiscal e uma política de controle da inflação durante a recuperação prevista de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) na região este ano. O informe "Finanças do Desenvolvimento Global" adverte que a região "enfrenta o difícil desafio de restaurar e manter a prudência fiscal" por sua elevada dependência de financiamento estrangeiro e destaca a importância de controlar o gasto frente a uma eventual alta das taxas de juros nos países industrializados.

"A região experimenta uma lenta recuperação", depois de crescer 1,3% em 2003, quando Chile, Colômbia e Peru tiveram o melhor desempe-

nho regional, se forem excluídos países como a Argentina, que está saindo de uma crise econômica, estabelece o informe, que avalia todos os anos o fluxo de capitais e as tendências financeiras da economia mundial nos países em desenvolvimento.

Para este ano, o Banco Mundial aguarda uma alta de 3,8% no PIB regional da AL e de 3,7% para 2005, graças à recuperação do México e Brasil. No caso do Brasil, por exemplo, as projeções são de uma expansão em torno de 3,5% do PIB — ano passado, houve retração de 0,2%. O México teve, no ano passado, um crescimento de 1,2%, pouco acima do 1% do ano anterior, mas conseguiu reverter cinco anos de déficits na balança comercial. "O crescimento da região tem sido lento devido em parte ao desempenho desigual dos países. Mas parece que a recuperação está se ampliando", afirmou o economista-chefe do Banco Mundial, François Bourguignon.

Investimentos

O forte declínio do investimento estrangeiro direto ao setor produtivo no Brasil nos últimos anos ganhou destaque no relatório do Bird. "Apesar de outros países da região terem sofrido reduções, a queda no Brasil foi particularmente forte", diz o estudo. De US\$ 32,8 bilhões em 2000, os investimentos recuaram para US\$ 10,1 bilhões no ano passado.

Apesar de o Brasil ter ficado entre os cinco países que mais receberam fluxos externos em 2003, a maior parte do dinheiro foi destinada à especulação. O fluxo de dinheiro que entrou no Brasil para aplicações no mercado financeiro (US\$ 18,4 bilhões) foi quase o dobro do destinado à produção. O Bird apontou três fatores para o declínio do investimento produtivo no país: o fim das privatizações, a crise de energia elétrica em 2001 e a instabilidade pré-eleitoral em 2002.

Mercado teme falta de crescimento

O que está por trás de todo o nervosismo dos bancos estrangeiros em relação ao Brasil é a sensação de que o crescimento econômico do país neste e no próximo ano está comprometido. É essa, na avaliação dos analistas, a principal preocupação contida nos relatórios divulgados pelo JP Morgan, Citibank e Merrill Lynch, que passou despercebida em meio ao nervosismo do mercado na semana passada e só pôde ser captada depois de uma leitura mais atenta e menos parcial dos documentos no final de semana.

Segundo o analista Mário Paiva, da Corretora Liqueidez, os investidores temem que, com a economia patinando, como mostram os índices da produção, acabe ficando insustentável para o governo manter o compromisso de fazer superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os

gastos com juros) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) por um período mais longo.

"Quando a economia está crescendo, o superávit fica mais fácil. Mas o que estamos vendo é que o governo continua usando uma pesada carga de impostos para economizar os recursos necessários ao ajuste fiscal", afirmou. "Só que essa carga tributária tem efeitos perversos sobre a economia."

Para o economista-chefe da Consultoria Global Station, Marcelo Ávila, somente com o crescimento econômico o governo vai conseguir reverter uma das principais fragilidades do país: a relação da dívida pública com o PIB, que está girando em torno de 58%. Não adianta, segundo ele, o Tesouro Nacional reter 4,25% do PIB para pagar juros da dívida, se ainda sobra um rombo de quase 5% do Produto que são financiados com mais

endividamento. "A relação entre a dívida e o PIB só cairá quando a economia crescer de verdade, o que não estamos vendo neste momento", assinalou.

O quadro fica ainda mais complicado porque, com a economia estancada e a carga fiscal no limite, o governo está fazendo promessas de reajustes de salários para servidores além da inflação e criando despesas sem contrapartidas no Orçamento que beiram os R\$ 3,6 bilhões. "Assim, fica difícil para os investidores acreditarem que o ajuste das contas públicas será sustentável no longo prazo", afirmou Mário Paiva.

Greenspan

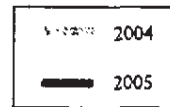
As muitas dúvidas em relação ao futuro da economia brasileira deixaram os investidores pouco animados para operar na segunda-feira. Tanto que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o dia com queda de 0,65%

e o C-Bond, principal título da dívida externa do país, perdeu 0,07% de seu valor, cotado a US\$ 0,944. Já o dólar recuou 0,03%, para R\$ 2,908, e o risco Brasil caiu 0,17%, para 595 pontos.

O mercado também se manteve arreado em virtude da expectativa em torno do discurso que Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve, o BC dos Estados Unidos, fará amanhã (feriado de Tiradentes no Brasil) no Comitê de Economia do Senado. "Estão todos esperando para ver se Greenspan dará algum sinal de que os juros realmente vão subir nos EUA ainda no início do segundo semestre", disse o diretor de Tesouraria do Banco Brascan, Luiz Fernando Romano. No mercado, os investidores apostam que a taxa básica daquele país, que está em 1% ao ano, subirá 0,25 ponto percentual em setembro e 0,25 em dezembro. (VN)

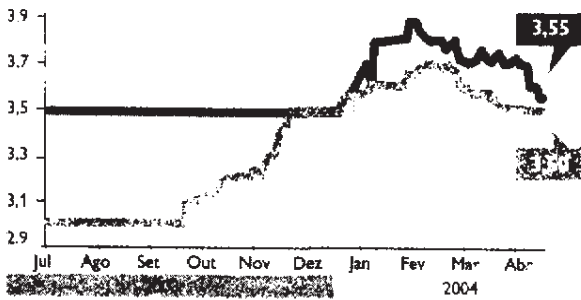
AS PREVISÕES

Projeções das instituições financeiras mais importantes do país, segundo pesquisa feita pelo Banco Central



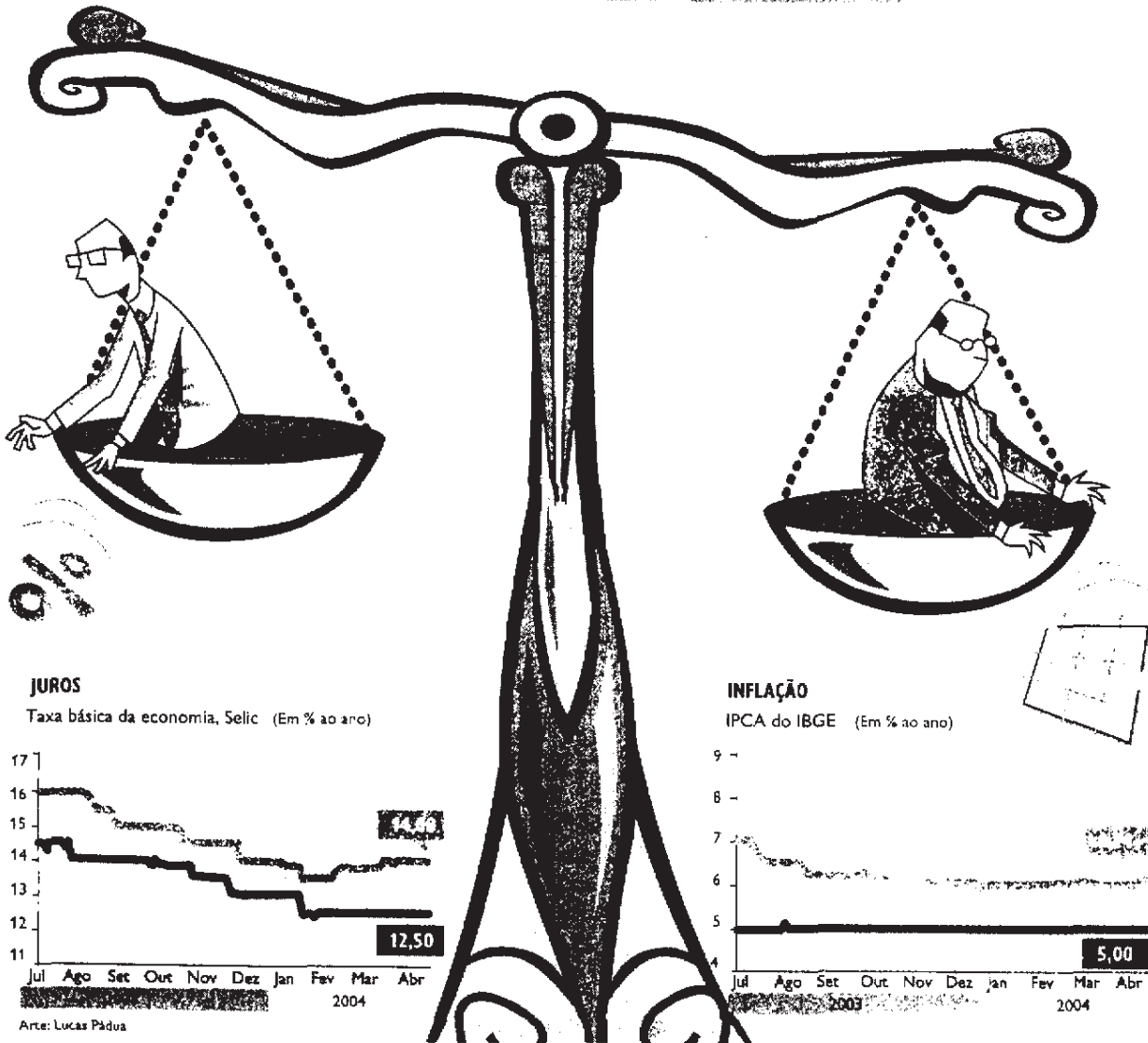
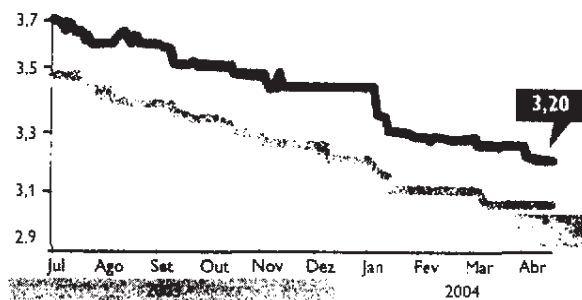
Produção

Crêscimento do Produto Interno Bruto, PIB (Em % ao ano)



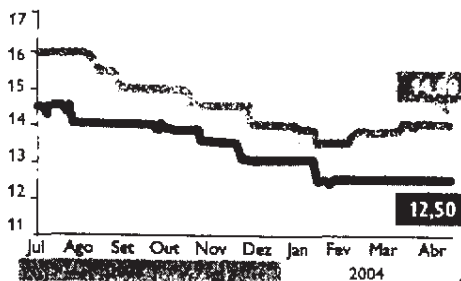
Câmbio

Cotação do dólar no final do ano (Em R\$)



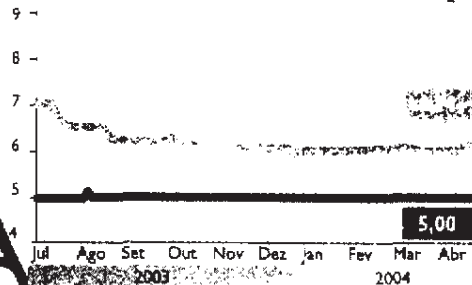
JUROS

Taxa básica da economia, Selic (Em % ao ano)



INFLAÇÃO

IPCA do IBGE (Em % ao ano)



Arte: Lucas Pádua

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: 'Não foi por falta de aviso', diz Jean-Pierre Leroy, que denunciou clima de tensão em Rondônia

Especialista diz que alertou governo há um mês

Autor de relatório sobre cinta-larga mandou carta para a Presidência reforçando necessidade de ação imediata na reserva

Leticia Helena

• O governo foi avisado há cerca de um mês que a situação na reserva Roosevelt era extremamente grave e podia culminar num conflito. O aviso partiu do mestre em educação e consultor de direitos humanos Jean-Pierre Leroy, que enviou uma carta à secretaria-geral da Presidência, contando que os cinta-larga — sentindo-se acuados por políticos e empresários interessados em extrair diamantes na reserva — podiam tentar alguma forma de resistência. Leroy é autor de um relatório sobre os cinta-larga feito a pedido da ONG Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Dhesc Brasil) e entregue no fim de 2003 aos ministérios da Justiça, Minas e Energia e Meio Ambiente e à secretaria Nacional de Direitos Humanos e Funai. recebeu como resposta que a carta fora repassada ao ministro da Justiça.

— O governo ficou discutindo se deveria tomar alguma atitude por meio de uma portaria ou de um decreto, o tempo passou e nada aconteceu. Não foi por falta de aviso — diz Leroy, que enviará à ONU uma denúncia sobre a situação dos cinta-larga.

Pedido de urgência para liberar garimpo na área

Na carta, Leroy pedia ao governo urgência para atender à principal reivindicação de seu

relatório: liberar provisoriamente o garimpo.

— Os cinta-larga estão apavorados. As escolas da reserva fecharam, porque os pais proibem os filhos de sair de casa. Há 40 anos, eles foram vítimas de um genocídio e a memória deste episódio é muito viva — diz Leroy, numa referência ao chamado Massacre do Paralelo 11, em 1963, quando uma mineradora lançou dinamite sobre a aldeia, matando centenas de índios.

No relatório, Leroy diz ainda que os índios cobravam a apu-

ração do assassinato de cinco cinta-largas.

— Não dá para saber exatamente o que aconteceu nesse caso dos garimpeiros, mas os cinta-larga estavam vivendo um momento muito conflituado. Sentem-se abandonados pelo poder público e, ao mesmo tempo, demonstram uma imensa vontade de recuperar sua identidade indígena. O misto de orgulho e desespero pode ter levado a uma situação extremada — afirma ele. ■

STJ pede autorização à Assembléia de Roraima para processar Flamarion

• BRASÍLIA. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pediu ontem autorização à Assembléia Legislativa de Roraima para processar o governador Flamarion Portela, do PT, acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de lesar o patrimônio federal e estadual por intermédio de um esquema que ficou conhecido como "escândalo dos gafanhotos".

Se o legislativo concordar, os 21 ministros da Corte Especial

do STJ decidirão se aceitam ou não a denúncia do MPF. Antes, porém, o relator do caso, ministro Jorge Scartezini, deve dar prazo para que todos os acusados apresentem defesa.

Se a assembléia não der autorização, o processo fica parado até o governador deixar o cargo. A partir de então, não haveria necessidade de licença do Legislativo estadual para prosseguimento da ação. ■

Força-tarefa cerca hoje a reserva

Corpos de 26 garimpeiros são resgatados pela Polícia Federal e levados ao IML

Jaliton de Carvalho

Enviado especial

• PORTO VELHO. Uma força-tarefa com 400 homens do Exército, da Polícia Federal e de mais 21 instituições deverá cercar hoje a reserva Roosevelt dos índios cintas-largas e intensificar as blitz nas estradas de acesso as principais cidades do interior de Rondônia. A polícia espera apreender armas ilegais; prender contrabandistas de diamante e por um freio à crescente onda de violência na região. Ontem, os 26 corpos dos garimpeiros localizados na sexta-feira, foram levados para o Instituto Médico-Legal de Porto Velho.

A Polícia Federal decidiu transportar os corpos para Porto Velho numa tentativa de diminuir a pressão dos garimpeiros alojados em Espigão do Oeste, cidade que fica a aproximadamente 100 quilômetros da reserva indígena. A estratégia pode dar

certo, mas não por muito tempo. Ontem mesmo, 80 garimpeiros contrataram dois ônibus e seguiram para a capital. Eles querem levar de volta os corpos para Espigão do Oeste, ajudar na identificação dos colegas e fazer um velório coletivo na praça principal da cidade.

— Vamos trazer todos para Espigão. É aqui que estão nossos parentes e amigos — afirmou um dos dirigentes do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia, sem se identificar.

Despesas foram pagas por assessores do governador

Segundo um dos dirigentes do sindicato, as despesas com o transporte e com a alimentação do grupo de garimpeiros que viajou para Porto Velho foram custeadas por auxiliares do governador Ivo Cassol (PSDB), favorável ao garimpo na reserva indígena.

A movimentação dos garimpeiros deixou preocupa-

do o coordenador da operação de resgate dos corpos, o delegado da Polícia Federal Mauro Spósito. Ele teme que uma eventual exposição dos caixões em praça pública estimule a revolta e abra caminho para atos de vingança de parentes e amigos dos garimpeiros mortos.

— Não podemos deixar que ninguém mais se aproxime da reserva. Senão vai ser outro derramamento de sangue — disse Spósito.

O resgate dos corpos no interior da reserva Roosevelt começou ontem pela manhã. Os corpos foram içados em redes num helicóptero e levados até uma pista clandestina na região. Só então foram transportados num avião Caravan da Polícia Federal até uma determinado trecho e, no restante do caminho, foram levados num caminhão.

A Polícia Federal usou um helicóptero, um avião e um caminhão para evitar que ga-

rimpeiros tentassem acompanhar a operação. A Polícia Federal também continua com as buscas por mais corpos. O sindicato dos garimpeiros fez novos levantamentos e agora afirma que pelo menos mais 20 corpos de vítimas do massacre ainda estão espalhados dentro no interior da reserva dos cintas-largas.

Garimpeiros dizem que morreram 49 pessoas

Os garimpeiros calculam que pelo 49 colegas foram massacrados a pauladas e a tiros pelos índios.

— Eles cortaram braços e arrancaram os olhos dos nossos colegas. Nunca vi tanta crueldade — afirmou uma garimpeira.

Amanhã, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, estarão em Porto Velho para acompanhar de perto os desdobramentos da crise. ■

OPINIÃO

OLHO NOS DIAMANTES

• O MASSACRE de 29 garimpeiros em Rondônia, quase certamente por índios cintas-largas foi, em primeiro lugar, um crime. É a Constituição que define os direitos da população indígena e vítima de secular exploração. Não lhes cabe imunidade para matar quem invade suas terras.

RECONHECER OS direitos das tribos,

enumerados detalhadamente no artigo 231 da Constituição, não significa uma licença para massacrar invasores.

POR OUTRO lado, a lista de culpados pelas mortes — e pela tensão que domina a região — não se esgotaria com o julgamento de assassinos.

SEJA COMO for, os grandes problemas da região não se resumem à legalidade da invasão e à brutal resposta dos indígenas. No caso específico da reserva de

Rondônia, o "x" da questão está nos diamantes.

É FUNDAMENTAL, fora o restabelecimento do primado da lei, uma iniciativa federal para a exploração das jazidas em benefício dos brasileiros de todas as etnias. Caso contrário, índios continuarão em pé de guerra, garimpeiros não mudarão de profissão — e logo os diamantes começarão a desaparecer da reserva para reaparecer, com passaporte falsificado, nos mercados mundiais.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 10A

Índios ameaçam acampar no Congresso

29 tribos cobram a demarcação da reserva Serra do Sol, em Roraima

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O Dia do Índio foi comemorado ontem com protestos no Congresso Nacional e com o pedido de deputados para que o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Gomes Pereira, seja demitido. A principal manifestação contra o governo ocorreu na Câmara, onde cerca de 70 índios de 28 tribos ameaçaram acampar no plenário em represália à de-

mora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em homologar a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Depois de mais de uma hora de negociação com os deputados, os índios concordaram em deixar o plenário com a promessa de que Lula iria recebê-los.

Uma comissão de deputados foi ao Palácio do Planalto tentar marcar a audiência com o presidente. Mas o chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, avisou que Lula não poderia receber os índios nem ontem nem hoje. Depois de aceitarem deixar o plenário, os índios permaneceram durante toda a tarde no Salão Verde da Câmara. Somente por volta das 20 horas, os índios decidiram sair das de-

pendências da Câmara, depois da promessa de que serão recebidos hoje por Carvalho.

Bombeiro – Os índios foram à Câmara para participar da comemoração do Dia do Índio. Mas no meio da homenagem resolveram ficar no plenário. “Não queremos mais ser homenageados, queremos que Lula di-

ga, com clareza, de que forma vai tratar a política indigenista”, disse o líder indigenista Jecinaldo Sateré-Mawé. “Ou o governo fica do nosso lado ou

fica do lado dos políticos corruptos de Roraima”, completou, referindo-se à demora do governo em decidir sobre a Raposa Serra do Sol.

DEPUTADOS
PEDEM
DEMISSÃO
NA FUNAI

Enquanto os índios ocupavam o Salão Verde, deputados se revezaram na tribuna para criticar o presidente da Funai e pedir o seu afastamento do cargo. O deputado Lindberg Farias (PT-

RJ) considerou “estapafúrdias” as declarações de Mércio Pereira, que afirmou que os ín-

dios cintas-largas apenas reagiram às invasões de suas terras

ao matarem dezenas de garimpeiros. “O presidente da Funai não pode continuar à frente dos trabalhos, porque ao invés de tentar pacificar os conflitos, de agir como bombeiro, ele atíça a confusão, joga litro de querosene no fogo”, disse Lindberg.

Nem mesmo o PPS, partido de Mércio, o apóia. O líder do partido na Câmara, Júlio Delgado (MG), fez discurso apoiando o relatório de Lindberg Farias para a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. Mércio foi contra a proposta do deputado petista. “Aos poucos a bancada do PPS forma uma convicção de que o relatório de Lindberg é a mais adequada.”

Governo federal inicia hoje ‘intervenção branca’ no Estado

PORTO VELHO – O governo federal começa hoje cedo uma espécie de intervenção branca em Rondônia. A Polícia Federal comandará uma megaoperação envolvendo mais de 400 homens, que ocuparão dez regiões do Estado. A principal devassa será feita na região da reserva indígena do Roosevelt, onde foram encontrados os corpos de 29 garimpeiros mortos pelos índios cintas-larga. A PF deverá realizar centenas de prisões ao longo da semana, numa ação semelhante, mas em maior escala, que a “Operação Anaconda” que acabou com um esquema de venda de sentenças judiciais em São Paulo.

Ontem, mais de 400 policiais civis, federais, e de outros órgãos do governo federal, além de integrantes das Forças Armadas começaram a se deslocar para a cidade de Pimenta Bueno, onde será baseada a principal ação. A PF pretende fechar a área para aliviar o clima de tensão existente entre garimpeiros e os cinta-

larga, depois da morte de 29 mineradores.

“Vamos evitar não apenas confronto, mas também controlar entradas e saídas de pessoas na área”, afirmou o delegado federal Mauro Spósito, coordenador-geral de operações especiais de fronteiras e que está no comando da missão. Para ele, é necessário apaziguar os ânimos antes de realizar qualquer negociação.

A operação nasceu de um pedido de intervenção feito pelo próprio governador do Estado, Ivo Cassol (PSDB) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano passado. A atuação de grupos criminosos na região comprometia a governabilidade, disse, Cassol, à época.

A União descarta qualquer intervenção federal que não seja em forma de atuação conjunta com as autoridades estaduais. “Esta é uma ação conjunta que envolve em torno de 20 instituições que têm a mesma finalidade, que é acabar com a criminalidade”, informou Spósito. (E.L.)

CORREIO BRÁZILIENSE

Data: 20/04/04 Página: _____

Casos

STJ QUER PROCESSAR E JULGAR FLAMARION

O ministro Jorge Scartezini, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pediu ontem autorização à Assembleia Legislativa de Roraima para processar e julgar o governador Flamarion Portela, acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de lesar o patrimônio da União e do estado por meio de um esquema que ficou conhecido como "escândalo dos gafanhotos". O MPF acredita que o esquema foi usado para patrocinar a campanha eleitoral ao governo estadual. Caso a Assembleia autorize, Portela responderá à ação se a denúncia for acatada pela maioria dos 21 ministros que integram a Corte Especial do STJ.

Caso Waldomiro

PASSOS PEDE CPI

Um novo pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) será protocolado hoje na Câmara Legislativa. O deputado distrital Pedro Passos (PMDB) está reunindo assinaturas para que uma CPI investigue a prestação de contas do candidato petista ao Governo do DF nas últimas eleições, Geraldo Magela. A justificativa é de que há contradições entre as informações apresentadas à Justiça Eleitoral e as declarações do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, que afirma que o empresário Carlos Cachoeira entregou R\$ 100 mil para a campanha de Magela. "Estou contando com 19 assinaturas, pelo menos. Para garantir a lisura da prestação das contas de campanha, temos de investigar essa história", afirma.

JORNAL DO BRASIL

Data: 20/04/04 Página: 44

LIÇÃO DE CAMPANHA PT Cria Fundo

Na reunião do Diretório Nacional no fim de semana em São Paulo, o PT tomou consciência de que é governo e, portanto, está sujeito a ônus e bônus. Numa palavra, prevaleceu o centralismo democrático, nome vistoso da unidade compulsória. Divergências partidárias se resolvem internamente para evitar prejuízo. O partido se obriga a apoiar o candidato que elegeu. Todo apoio a Lula e o mínimo de atritos com bancadas que integram a base parlamentar do governo. Quem brinca com fogo amigo acaba chamuscado.

Ficou evidente o sinal de que os militantes e dirigentes do PT estão conscientes de serem, perante a sociedade, os maiores interessados na transparência dos atos e das palavras dos eleitos pelo partido. O caso do ex-assessor parlamentar do Planalto, Waldomiro Diniz, de ampla repercussão na opinião pública, foi levantado como advertência na campanha eleitoral em gestação. O presidente do PT, José Genoino, advertiu para a necessidade de evitar dúvidas e repercussão negativa de irregularidades nas contribuições financeiras da campanha municipal deste ano.

Doações à campanha e aos candidatos, bem como recursos próprios do partido, deverão ser respaldados com recibos emitidos pelo Diretório Nacional. O PT vai criar e controlar um Fundo Nacional de Apoio às Eleições e uma corregedoria para monitorar o pleito de outubro. Um conselho vai rastrear o patrimônio declarado pelos candidatos e as contribuições de campanha. Ou seja, a fiscalização se destina a reduzir riscos. O PT viu quanto custa politicamente o desgaste de atos que, por falta de transparência, recaem sobre a legenda.

O caso Waldomiro Diniz, na opinião de José Genoino, serviu de lição para o partido. Maior atenção e rigor terão prioridade na campanha deste ano. Toda atenção é pouca para quem terá a responsabilidade de nomear e governar. A repercussão moral de um erro pode ser maior do que o seu peso eleitoral. Genoino foi claro na repulsa a contribuições de origem suspeita: ajuda do jogo do bicho e de donos de bingo não pode ser aceita. Nem pelo partido nem pelo candidato. Também não serão admitidas doações de empresas de transporte público nem de coleta de lixo. Ainda bem.

JORNAL DO BRASIL

Data: 26/04/04 Página: 3

COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

Transparência à moda da casa

Desta vez, não foi a esquerda. Derrotada na idéia de produzir mais um documento denunciando as mazelas da política econômica, a dita ala radical do PT bem que tentou conferir estatura à reunião do Diretório Nacional, com a proposta de obrigar o partido a expor contas de campanha na internet.

Desta vez, foram os governistas, ditos moderados, os responsáveis por uma daquelas decisões que saem muito pior que a encomenda. Sob a justificativa de que “transparência assim é burrice”, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, foi decisivo para a rejeição da proposta apresentada pelo deputado Chico Alencar e, antes do veto do doutor Delúbio, muito bem aceita pelo partido em geral.

O surpreendente não foi a posição do tesoureiro, mas a força de seus argumentos perante o Diretório Nacional. Delúbio só pensa na caixa e, por isso, argumenta sem cerimônia que a prestação via internet é inconveniente porque “poderia causar mal-estar aos doadores”.

Digamos que ele esteja no seu papel. Dos outros integrantes do Diretório, entre o quais ministros de Estado, prefeitos, governadores e parlamentares, é que se esperava mais.

Esperava-se, sobretudo, uma visão mais consoante com as razões da boa conduta e da recuperação da credibilidade junto à opinião pública, na hora de tomar uma decisão como essa.

Ao concordar com o doutor Delúbio, a mais alta instância de decisão partidária avalizou a adaptação do conceito de transparência às variadas circunstâncias – quando aplicada a contas de campanhas, por exemplo, é “burra” – e agiu de olhos nos doadores, mas de costas para o eleitorado.

Ao se preocupar tanto em preservar doadores de “mal-estar”, o PT dá prioridade ao princípio da ocultação em detrimento do conceito de revelação e distorce o sentido da tal transparência.

Transparência condicionada a isso ou àquilo denota tergiversação.

Mais uma vez, PT perdeu a chance de fazer boa escola

Por isso mesmo é que ficaram com jeito de conversa desviante as propostas de criação de uma corregedoria do PT para fiscalizar as doações recebidas pelos candidatos, e da apresentação de um projeto de lei para obrigar todos os partidos a expor suas prestações na internet a cada 15 dias. Depois disso, o PT sentir-se-ia apto a fazer o mesmo.

Os petistas estão ficando mesmo esquisitos. Sempre orgulhosos por serem diferentes, tudo o que querem agora é se igualar. Em nome disso, agora perdem a chance de sair na frente, jogar as contas na internet e constranger a oposição a seguir o exemplo para não ficar no prejuízo junto ao eleitorado.

Paulicéia engarrafada

Pode ser só manobra para confundir o adversário, mas é fato que o primeiro time da oposição – aí compreendendo apenas PSDB e PFL – anda exibindo o maior “relax” com a hipótese de ser definitiva a recusa de José Serra em disputar a Prefeitura de São Paulo.

Animado – talvez um pouco além da conta sugerida pela prudência –, esse pessoal acha que dá para ganhar de Marta Suplicy, com Serra ou sem Serra.

Junto com a insatisfação com o PT no plano federal; tucanos e pefelistas acreditam poder contar com a gentil colaboração das obras espalhadas pela prefeita, que pioraram muito o trânsito na cidade, provando a possibilidade do aparentemente impossível.

Outro dia, um executivo chegou em São Paulo para a posse da diretoria de um banco, levou duas horas e meia de táxi do aeroporto de Congonhas até o local do evento e, para não perder o avião de volta, retornou no mesmo táxi deixando o compromisso de lado.

Ao fim do dia, a agenda contabilizara cinco horas de passeio pela Paulicéia engarrafada e nada mais. Cenas e depoimentos desse tipo estão sendo filmados para exibição no horário eleitoral gratuito.

Mas, para isso é preciso que o santo da oposição seja forte o suficiente para impedir a conclusão das obras até outubro. Do contrário, o congestionamento de hoje pode ser a redenção de Marta, amanhã.

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO

O 'abril vermelho' dos sem-teto

Até quartel desativado da PM é invadido em SP e confronto deixa quatro feridos

Gio Mendes* e Leticia Lins

SÃO PAULO E RECIFE

Pelo menos quatro mil sem-teto invadiram ontem de madrugada cinco terrenos e prédios públicos na cidade de São Paulo. No quartel desativado da Polícia Militar no Parque Dom Pedro I, no centro da capital paulista, ocupado por cerca de 1.200 pessoas, houve confronto entre os sem-teto e a tropa de choque. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, quatro pessoas ficaram feridas e oito foram detidas acusadas de jogar pedras contra os policiais, que revoltaram com bombas de efeito moral e luvas com balas de borracha.

As ações são parte de uma ação realizada ontem em 16 estados para pressionar o governo federal a aprovar o Fundo Nacional de Habitação Popular. Em São Paulo, cerca de dez mil pessoas participaram da mobilização, que ainda teve atos e passeatas na capital, na Baixada Santista, em Piracicaba e em Campinas.

Os sem-teto também ocuparam terrenos e prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Segundo a coordena-

dora do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Ivareti Araújo, cerca de mil pessoas ocuparam o prédio do quartel no início da madrugada. Outras 200 chegaram após a polícia e ficaram do lado de fora.

Dez soldados da 1ª Companhia do 7º Batalhão fizeram um cordão de isolamento na frente do imóvel, mas alguns sem-teto conseguiram entrar no quartel pulando o muro. O capitão Leandro Pavani, do 2º Batalhão de Choque da PM, chegou por volta das 0h40m e tentou negociar a saída dos invasores com líderes e advogados do MSTC. Como não obteve sucesso na negociação, Pavani acionou a tropa de choque, que chegou no local à 1h. Os policiais entraram pelos fundos do quartel e começaram a retirar os invasores às 1h30m. Os sem-teto que já que estavam fora do quartel atacaram os policiais, dando início ao tumulto. Algumas pessoas atiraram pedras e garrafas plásticas com água contra os PMs.

Os policiais da tropa de choque jogaram cerca de dez bombas de efeito moral para dispersar a multidão. Eles também atiraram contra os manifestantes com balas de borracha. Uma delas perfurou a perna esquerda de um lotofotógrafo

Klabin pede reintegração de fazenda invadida

Já MST reivindica desapropriação de 100%

Guilherme Ventura

Reportagem de O GLOBO

• **LEADERS** — A Klabim, grande laborante de papel e celulose, pediu ontem à Justiça a reintegração de fazenda familiar do Paulista em São Cristóvão do Sul (SC), invadida no fim de semana por famílias de sem-terra.

— Não queremos que a Klabim possa retomar um área que é legítima de sua propriedade — disse Wilton de Lima Jr., diretor de Assuntos Corporativos da empresa. Segundo ele, a Klabim esperava que o Estado conceda a reintegração de posse ainda hoje.

— A área invadida é considerada produtiva — disse João Paulo Stegazzon, superintendente estadual da Justiça, acrescentando que uma decisão do juiz agrário sobre a questão deve sair nos próximos dias.

Já os representantes dos sem-terra pediram a retirada da polícia dos acessos à fazenda. Eles foram recebidos em Florianópolis

pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PSDB), que concordou em afastar a Polícia Militar das imediações da fazenda invadida até que haja uma decisão judicial. Os sem-terra pediram que o governador interceda para que o governo federal desaproprie pelo menos 10% das terras da Klabim no estado, num total de 117 mil hectares.

— Se eles cedermos 10% do que têm, podemos assentar mil famílias. Já é um começo — disse Wilson Sartim, um dos líderes do MST em Santa Catarina.

Segundo Sartim, a escolha da fazenda da Klabim se deu como parte da mobilização nacional convocada pelo MST para o mês de abril.

— O movimento pacífico não quer os pontos da empresa. Fizemos a ocupação para avaliar o debate — disse ele.

A Klabim emprega 1.300 pessoas no estado e declara recolher R\$ 61 milhões em impostos por ano em Santa Catarina.

Alckmin diz que vai desocupar áreas

• O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), reafirmou que não será condescendente com as invasões de terras no estado e que, cumprindo as decisões da Justiça, vai desocupar todas as áreas invadidas. Para Alckmin, o prometido "abril vermelho", expressão cunhada pelo líder do MST João Pedro Stedile, não se limitou ao campo.

— O que estamos vendo é que o "abril vermelho" não é só na zona rural. Agora, também é urbano. Só nesta última noite tivemos cinco tentativas de invasões de prédios em São Paulo, uma delas consumada. Atacaram terrenos privados, prédios em obras e um prédio do governo — disse o governador.

Em Recife, os sem-teto invadiram dois terrenos da Uniao em Cabo de

Santo Agostinho, na Região Metropolitana. O MST versão urbana do MST, delatou a "Jornada por moradia" e também invadiu dois prédios da Caixa Econômica Federal no centro de Recife, desocupados ao fim da tarde. Na última quarta-feira o MST já havia invadido em Recife um terreno da Conab. De acordo com a coordenação do MST, há 41 ocupações de sem-teto na região

metropolitana de Recife reunindo oito mil famílias, o equivalente a cerca de 40 mil pessoas. ■

Reportagem de O GLOBO

► NO GLOBO ONLINE:

Vota megasita: invasão de sem-teto em SP

www.globo.com.br/vars

COMO FORAM AS AÇÕES DOS SEM-TETO

13h de anteontem **IMÓVEL DO GOVERNO DO ESTADO**
 Casa Garcia, Belem, zona leste
 Unificação das Lutas de Cortiços - ULC
 → Cerca de **400 pessoas** (300 para a policia) tentam invadir o imóvel, mas são impedidas pela policia. Saem do local por volta das 8h

20h de ontem **IMÓVEL DA CDHU**
 P. A. Barros Magaldi, perto do viaduto
 Guadaluajara, zona leste
 Unificação das Lutas de Cortiços - ULC
 → Cerca de **400 pessoas** (para a policia, 300) tentam invadir imóvel, mas a policia chega primeiro ao local e consegue impedi-las. O grupo acampa em frente ao prédio e também interditada a Radial Leste no início da manhã. Os manifestantes seguem em **passada até a sede da CDHU**, na rua Boa Vista, centro

01h30 **IMÓVEL DA CDHU**
 Rua...
 Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
 → Cerca de **200 pessoas** se alojam no local em barracas de lona e caçambas de entulho. Para esta área, seguem, no decorrer do dia, sem-teto que tentaram outras invasões

1h30 **QUARTEL DESATIVADO DA PM**
 Av. ...
 Movimento dos Sem-Teto do Centro
 → Cerca de **1.200 pessoas** (300 segundo a PM) entram em confronto com a tropa de choque. Policia atira bombas de efeito moral e balas de borracha. Dois PMs ficam feridos. Um fotografo do jornal "Agora" é atingido na perna esquerda por uma bala de borracha. Oito manifestantes são presos

2h **PRÉDIO DA EMPRESA FIBRA/SA**
 Abandonado há cinco anos, Av. ...
 União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
 → Cerca de **300 pessoas** (para a policia, cem) tentam invadir o prédio, mas são retiradas pela policia e seguem para a ocupação na r. José Barros Magaldi



2h **DOIS PRÉDIOS DA CDHU**
 Rua ...
 União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
 → Cerca de **500 pessoas** (para a policia, 200) invadem dois prédios. São retiradas pelos policiais e seguem para a ocupação na r. José Barros Magaldi. O grupo pretende negociar a área com o governo do Estado para a construção de habitação para familias de baixa renda

8h **TERRENO DO GOVERNO DO ESTADO**
 Rua ...
 Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste
 → Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste Um grupo com **2.500 pessoas** (para a policia, mil) tenta permanecer no local, a ocupação não se concretiza. Os sem-teto começam uma **manifestação**, queimam caixão com foto de Alckmin e deixam local às 13h

10h **PROTESTO NA AVENIDA PAULISTA**
 → Por volta das 10h, cerca de mil integrantes de movimentos dos sem-teto, segundo os organizadores da manifestação, se concentram na calçada em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal na avenida Paulista. O grupo permanece no local até as 14h

FRASES

Vamos continuar as ocupações em maio e em junho. Cada entidade tem o seu calendário

ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO
 Coordenador nacional do Movimento Nacional de Luta por Moradia

[Foi um] abril vermelho urbano

GERALDO ALCKMIN
 Governador de São Paulo

HABITAÇÃO Encortiçados da região central ocuparam prédio desativado da Polícia Militar e foram expulsos pela tropa de choque

Invasão de quartel termina em pancadaria

LAURA CAPRIGLIONE
 DA REPORTAGEM LOCAL

Foram 1.200 invasores, segundo o Movimento dos Sem-Teto do Centro. Trezentos, segundo a PM. Quando os 12 ônibus atirados pararam de frente ao velho quartel da Polícia Militar, no Parque Dom Pedro, região central de São Paulo, por volta da 0h de ontem, despejando sua carga humana silenciosa, a senha foi dada. Das ruas vizinhas afluíram dezenas e dezenas de outros sem-teto. Juntos, eles escalarão os muros do edifício, entraram e comemora-

ram a ocupação. "Lutar, resistir, construir, morar", gritaram. Do contingente invasor, a maioria compunha-se de moradores de cortiços do centro e de bairros próximos, como Barra Funda e Cambuci. Eles foram recrutados para o movimento há um ano, quando teve início a preparação da atual onda de invasões. Para a presidente da Central de Movimentos Populares, Maria das Graças Xavier, 38, a invasão do quartel da PM, um imóvel estadual desativado há anos, chamaria a atenção para o que chama de "descaso do governo Alckmin com a habitação popular". Para o secretário estadual da Segurança

Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, a invasão foi uma "inaceitável tentativa de desmoralização da PM". A oposição de pontos de vista resolveu-se na pancadaria. Às 1h, à força de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de balas de borracha e cacetadas, a tropa de choque deu e cumpriu a ordem de despejo. Três pessoas precisaram de cuidados médicos, após a operação, entre elas o fotografo do jornal "Agora" Anderson Prado, atingido na perna esquerda por uma bala de borracha. Oito dirigentes do movimento foram presos. A policia mobilizou cerca de 80

soldados do batalhão de choque para a desocupação. Quando o comandante da PM Leandro Pavani chegou ao local, sabia que algo como 50% dos efetivos adversários compunham-se de mulheres e crianças, algumas de colo. O comandante logo ordenou às lideranças dos sem-teto: "Saíam todos do quartel e coloquem-se na calçada do lado oposto da rua". Quinze minutos depois, a tropa entrou no prédio invadido. O quartel, uma construção oitocentista erguida em taipa de pilão com anexos em tijolos, tem ambientes com chão de madeira.

Antonio José de Araújo
11 de abril - Luta Vermelha Urbana

HABITAÇÃO Entidades que promoveram as ocupações de ontem também apoiaram candidatos do PT nas últimas eleições

Grupos são ligados à CUT e à Igreja Católica

DA REPORTAGEM LOCAL

Apesar de se declararem apartidárias, as quatro entidades que organizaram as ocupações de ontem são ligadas a grupos de esquerda, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A CMP (Central dos Movimentos Populares), aliás, é a "irmã-pobre" da CUT, na definição de sua presidente, Maria das Graças Xavier, 38. Ela ressalva que o membro que decidir se lançar candidato por algum partido deve, antes, se desvincular da CMP.

Mas, nas demais entidades, o apoio a alguns candidatos é declarado. Segundo Antonio José de Araújo, coordenador-executivo do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), nas últimas eleições o grupo apoiou Luiz Inácio Lula da Silva e, no âmbito estadual, o deputado Italo Cardoso, presidente do PT paulistano.

"Nós apoiamos o programa do governo por achar que é mais comprometido com as nossas reivindicações, mas nem por isso achamos que tudo que eles fazem é certo", disse Araújo.

A deputada estadual Ana Martins (PC do B - SP) já foi presiden-

te da Federação Estadual das Associações Comunitárias de São Paulo, ligada à Conam. O cargo também já foi ocupado por Wander Geraldo da Silva, atual presidente da Conam.

Grande parte dos grupos que promoveram as ocupações na madrugada de ontem está filiada à UNMP, cujo

FRASE

Apoiamos o programa do governo por achar que é mais comprometido com as nossas reivindicações

ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO
coordenador do MNLN

surgimento está ligado à ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Igreja Católica. A principal fonte de financiamento, aliás, vem de entidades ligadas à Igreja Católica.

Segundo a presidente da Central dos Movimentos Populares,

as contribuições para o movimento de habitação não são fixas — dependem das "necessidades da luta".

A proximidade que entidades ligadas à Igreja Católica mantêm com o movimento de moradia tem sua razão de ser: assim como acontece no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, muitas das principais lideranças dos sem-teto provêm dos seminários católicos, ou de movimentos apoiados firmemente pela Igreja, como as pastorais da Terra ou da Favela.

Além da igreja, a UNMP conta, como fonte de financiamento, com as contribuições das organizações que lhe são filiadas, segundo o critério da proporcionalidade. Assim, uma entidade com até 300 sócios contribui com 25% de salário mínimo por mês. De 300 a 500, paga meio salário mínimo. Entidades com mais de 500 associados contribuem com 75% do salário mínimo.

Considerando que a seção paulista da UNMP tem cerca de 200 entidades filiadas, e que todas paguem a cota média, a arrecadação resulta em R\$ 24 mil diretamente provenientes "da base".

SAIBA MAIS SOBRE OS MOVIMENTOS DE SEM-TETO

CMP

(Central dos Movimentos Populares)

Principal liderança: Maria das Graças Xavier

Foi criada em 1993, em São Paulo, onde congrega cerca de 30 movimentos de moradia. A Secretaria Municipal de Habitação da administração Marta Suplicy tem assessores ligados à entidade. Além de São Paulo, está presente em 16 Estados. Apesar de atuar em diversas áreas, como movimento negro e direitos da criança, tem como principal atividade ações na área da habitação

UNMP

(União Nacional por Moradia Popular)

Principal liderança: Donizete Oliveira

Foi por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Igreja Católica, que a entidade surgiu, em 1985. Tem 56 mil famílias cadastradas no Estado de São Paulo, sendo 48 mil na capital. Segundo Oliveira, a entidade é precursora em propostas como: mutirões com autogestão, urbanização de favelas e ocupação de prédios vazios no centro da cidade. Atualmente, atua em outros 15 Estados — cada um com seu representante na coordenação executiva

MNLN

(Movimento Nacional de Luta por Moradia)

Principal liderança: Antonio José de Araújo

A entidade nasceu de uma dissidência da UNMP em 1988. Em São Paulo, tem 6.500 cadastrados. Nas últimas eleições, apoiou o deputado estadual Italo Cardoso (PT-SP), e, segundo Araújo, irá manter o voto no PT nas eleições municipais. Tem uma coordenadoria executiva composta por um representante de cada um dos 16 Estados em que atua

Conam

(Confederação Nacional das Associações de Moradores)

Principal liderança: Wander Geraldo da Silva

A confederação foi fundada em 1982, como consequência do fortalecimento das federações estaduais. A deputada estadual Ana Martins (PC do B - SP) já foi presidente da Facesp (Federação Estadual das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), que é ligada à Conam. Atualmente, está presente em 22 Estados. Tem 5.000 famílias cadastradas. Há cerca de uma semana, a entidade apoiou um evento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da UNE (União Nacional dos Estudantes), exigindo redução da taxa de juros

OS SEM-TETO INFORMAM

Sent: Monday, April 19, 2004 1:00 AM
Subject: Diversas ocupações esta madrugada

Quatro movimentos pertencentes à União dos Movimentos de Moradia (UNMP) - Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTCC), União das Lutas de Corpos (ULC), União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul (UMMZS) - estão ocupando prédios na cidade de São Paulo nesta madrugada. Desde a semana passada, diversas ocupações vêm acontecendo.

Sent: Monday, April 19, 2004 1:35 AM
Subject: Tropa de choque invadindo prédio ocupado

Um prédio do quartel ocupado pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), vizinho ao Parque D. Pedro II, foi invadido pelas tropas de choque.

Sent: Monday, April 19, 2004 2:02 AM
Subject: Ocupações e invasões em quartel

As tropas de choque conseguiram expulsar as duas famílias de sem teto do quartel que elas ocupavam, próximo ao Parque D. Pedro II. Esta noite, de sem teto, do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) vão dormir na Praça de São

Mensagens enviadas pelos sem-teto aos jornalistas à medida que as invasões aconteciam

URGENTE

Ocupação no quartel Barra Funda

Ação inclui até a divulgação on line

DA REPORTAGEM LOCAL

Os grupos de sem-teto responsáveis pelas invasões simultâneas em São Paulo chegaram a criar um sistema de transmissão de informações on line à imprensa, numa ação que mostra a capacidade de articulação dos movimentos.

Uma série de oito e-mails foi enviada a jornalistas a partir da 0h27 de ontem, informando os principais fatos a cada momento.

O primeiro anunciava "Ocupação agora" e passava os contatos de líderes que participavam da in-

vasão do quartel da PM. Os momentos mais tensos eram narrados nas mensagens seguintes: à 1h57, "a tropa de choque da Polícia Militar [...] está lançando bombas de gás e atirando para o alto"; às 2h02, "as tropas de choque conseguiram expulsar as 2.000 famílias".

A presidente da CMP (Central dos Movimentos Populares), Maria das Graças Xavier, afirma que a presença de jornalistas é importante para os sem-teto porque evita uma reação mais truculenta da Polícia Militar. Segundo ela, as in-

formações sobre as invasões eram transmitidas por telefone para uma equipe que ficava na sede da UNMP, na Barra Funda (zona oeste). Esse grupo era formado por três assessores de imprensa e uma secretária, além da própria Maria das Graças Xavier.

A utilização da rede mundial de computadores pelos sem-teto já havia sido marcante durante uma série de oito invasões em 2002. Na ocasião, um dos prédios invadidos foi escolhido a partir de informações disponibilizadas em um site de leilões na internet.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 24

Sem-terra fazem mais 6 invasões em 4 Estados

O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade promoveu mais duas ocupações de terra anteontem, nos municípios de Barreiros e São José da Coroa Grande, na Zona da Mata de Pernambuco, e promete outras quatro para hoje. Também houve invasões no fim de semana na Bahia – duas – e em Alagoas – uma. Ontem, cerca de 200 sem-terra e assentados ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam o prédio do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia, no sul do Pará.

Com as ações do MTL, subiu para 65 o número de ocupações registrados em Per-

nambuco desde 27 de março por quatro movimentos de luta pela reforma agrária. Deste total, o MST fez 31, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape) realizou 21, a Organização da Luta no Campo (OLC) fez 7 e o MTL, 6.

De acordo com o MTL, 55 famílias participaram das ações de anteontem. São reivindicadas as Fazendas Manguinhos, de 600 hectares, em Barreiros, e duas em São José da Coroa Grande: Buenos Aires e Queimados, com 500 hectares e 650 hectares, respectivamente.

Ontem, os líderes do MST e da CPT foram recebidos no Palácio do Governo, pelo governador Jarbas Vasconcelos (PMDB). De acordo com o líder do MST no Estado, Jaime Amorim, Jarbas se mostrou solícito a ceder técnicos – agrônomos, cartógrafos e topógrafos – para ajudar o Incra a dar mais agilidade às vistorias de terra.

Na Bahia, o sem-terra promoveram duas invasões no fim de semana. No município de

Nova Redenção, na Chapada Diamantina, 200 famílias ocuparam a Fazenda Pilões. Na rodovia que liga os municípios de Eunápolis a Barrolândia, no extremo sul, foi a vez de 80 famílias ligadas ao Movimento de Luta pela Terra, que tem o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (Fetag-BA), invadirem a Fazenda Santa Maria. A propriedade já foi ocupada outras quatro vezes pelos agricultores.

Em Alagoas, cerca de 100 famílias ligadas ao MST invadiram, no domingo, uma fazen-

da de 450 hectares, no município de Piranhas, a 291 quilômetros de Maceió. Segundo José Roberto dos Santos, da coordenação do MST em Alagoas, esta é a sexta fazenda ocupada este ano. “São áreas do conhecimento da superintendência do Incra em Alagoas, porque já foram vistoriadas ou indicadas para desapropriação, mas até agora não continuam indefinidas”, explicou o líder do MST.

Banco – Em Conceição do Araguaia, no Pará, sem-terra e assentados ocuparam a Agência do Banco do Brasil e impediram a entrada de funcionários e clientes. Eles reivindicam recursos para a reforma agrária, além da presença de diretores do Incra em Brasília, para discutir a rees-

truturação do órgão na região, que acusam de prejudicar os agricultores. Eles dizem que só deixarão o local depois que suas reivindicações forem atendidas.

A Polícia Militar foi chamada, mas não interveio, preocupando-se apenas em garantir a segurança das instalações físicas do prédio para evitar depredações.

A sede do Incra no município também está ocupada por 150 sem-terra ligados ao MST e outros movimentos sociais de Conceição do Araguaia. O trabalho no órgão foi suspenso e os funcionários liberados até que os invasores saiam de maneira pacífica. **(Angela Lacerda, Ricardo Rodrigues, Biaggio Talento e Carlos Mendes)**

No Pontal, MST começa a deixar duas fazendas

O MST iniciou ontem a desocupação da Fazenda Santa Terezinha, em Santo Anastácio, no Pontal do Paranapanema, invadida no dia 12 por 300 militantes. A saída dos sem-terra foi determinada pelo juiz José Roberto Canducci Molina, atendendo a pedido dos proprietários do imóvel. As famílias estão acampando numa estrada rural que margeia a propriedade. O MST também já deixou a Fazenda Liberdade, em Presidente Epitácio, invadida no mesmo dia. As famílias foram se juntar às que estão ocupando a Fazenda Tupiconã, naquele município. Os líderes informaram que o movimento entrou com recurso contra a desocupação dessa fazenda, determinada pelo juiz Fernando França Vianna.

Invasão deixa prejuízo mínimo de R\$ 160 mil

Cálculo, referente a área média no Pontal, é do presidente da Federação da Agricultura de SP

MILTON F. DA ROCHA FILHO

O presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio Meirelles, disse ontem que os produtores do Pontal do Paranapanema estimam que o prejuízo mínimo causado por uma invasão do Movimento dos Sem-Terra (MST) gira em torno de R\$ 200 mil a R\$ 300 mil. "Mas não devemos nos esquecer de que, para reaver a propriedade, cabe ao produtor arcar com inúmeros custos, inclusive judiciais", ressaltou Meirelles.

Essa é a primeira vez que os agricultores da região fazem um balanço dos prejuízos causados pelas ocupações do MST. Meirelles salientou que, em alguns casos, onde o ímpeto dos invasores é "mais exacerbado", os prejuízos podem chegar a R\$ 1 milhão, tomando como média o tamanho das propriedades invadidas.

O presidente da Faesp destacou que cálculos aproximados, levando em conta apenas danos parciais, levam à conclusão de que os prejuízos diretos jamais ficam por menos de R\$ 160 mil. "Nessas estimativas consideram-se os reparos das benfeitorias, o replantio das áreas destruídas e a margem bruta cessante; mas esse valor pode multiplicar-se muitas vezes, conforme a violência dos invasores."

Meirelles fez os cálculos com base em informações fornecidas pelos produtores e por sindicatos rurais, mas ressaltou que, "embora os prejuízos causados pelas invasões do MST sejam flagrantemen-

"Além das perdas materiais, provocam impactos psicológicos nas famílias e colaboradores do homem do campo."

Ele enumerou as ações mais comuns: corte das cercas, de modo a evitar o reaproveitamento; corte ou queima de matas nativas ou reflorestadas; abate de animais, incluindo reprodutores e matrizes; saque de materiais; destruição das benfeitorias, lavouras, máquinas e equipamentos; destruição de taipas de barragens e bloqueio de estradas de acesso às propriedades.

No caso dos animais, ressal-

tou Meirelles, eles são abatidos com armas de fogo e a carne – proveniente do abate ao ar livre, sem condições de higiene e limpeza – é vendida para receptadores, que a comercializam em pequenos estabelecimentos.

"A consequência disso tudo é o desassossego geral", disse.

Reação – O dirigente da Faesp considera "inconcebível o governo não to-

mar enérgica posição, em cumprimento do compromisso de posse e da Constituição de manter a ordem interna e o estado democrático de direito". E alertou: "É preciso dar

um basta a esses desmandos, garantir a segurança do produtor, sua família e seus trabalhadores, para que asseguremos a continuidade do extraordinário desempenho do

agronegócio brasileiro."

Para ele, o desrespeito à lei já vem provocando consequências danosas ao agronegócio no plano internacional, "pois os parceiros comerciais estão receosos da presente situação, que beira ao caos e trouxe como consequência direta o aumento do risco Brasil". E acrescentou: "Sem ordem e respeito à lei não existe sociedade organizada e dificilmente haverá sustentabilidade do desenvolvimento."

O dirigente alertou, também, para o fato de serem extremamente perigosas declarações de integrantes do governo em favor de atitudes violentas de índios. "Não deve haver beneplácito com qualquer ato de violência, pois isso pode levar à ampliação dessas atitudes, além de uma crise de governabilidade, trazendo como consequência, para o governo, a sua desmoralização."

DESPESAS
ALGUMAS
VEZES BEIRAM
R\$ 1 MILHÃO

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 2

MIGUEL JORGE

Investimentos – perdas e ganhos

Com a frase de Lenin segundo a qual “o esquerdismo é uma doença infantil”, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, resumiu, sem precisar dizê-lo, o angustiante problema político do governo Lula, de governar hoje dialogando com seus amigos de ontem. Para o ministro, políti-



Radicalismos, como os do MST, poderão abalar os planos de Lula de atrair investidores

cas econômicas que invertem a estabilização da economia podem levar à perda, num átimo, de investimentos que o Brasil levou anos para ganhar – e o Brasil não pode correr esse risco.

Mas talvez esse raciocínio esteja sendo esquecido pelos setores governamentais e movimentos sociais supostamente afinados com o governo Lula, haja vista os que propõem uma reforma agrária, com distribuição de terras mais justa, sem investimentos que aumentem o consumo e melhorem a vida no campo. Se também o presidente desprezar essa máxima, mesmo tendo construído sua vida pública em meio a fases de diálogo e confronto com investidores, ou de ela ter virado letra morta para movimentos como o dos sem-terra, que optam por infernizá-lo para impor as suas vontades, teremos motivos de sobra para nos preocupar.

Lula viajou meio mundo convencendo investidores a se instalarem no País, garantindo respeito aos contratos e louvando sua política econômica. Mas já se esboçam sinais de que os atuais radicalismos, como os do MST, poderão abalar seus planos.

Sindicalista, Lula acompanhou uma moratória unilateral do Brasil, seguida da fuga de investimentos, da posterior normalização das

relações com os credores, de políticas populistas e de choque, dos problemas da hiperinflação e do vaivém dos que chegavam e logo partiam com seus capitais.

Presidente eleito, adotou políticas defensivas para a moeda, implantou a austeridade, teve o bom senso de abrir o País aos investidores estrangeiros, de pedir que trouxessem sua experiência e se vinculassem à economia brasileira, ajudando-o na retomada do crescimento sustentado.

Mas, agora, seus ex-companheiros, que pregam mudanças no modelo econômico, podem pôr tudo a perder, na ocasião em que o governo mais precisa atrair investimentos para novos projetos, sobretudo na infraestrutura de transportes, de portos, de energia elétrica, etc.

Nesse cenário se insere o debate sobre o papel das agências reguladoras de serviços públicos, a defesa dos recursos dos investidores e da sociedade, a definição do governo sobre as taxas de juros para empresas nacionais e estrangeiras e outras medidas complementares para atraí-los. A recente decisão de garantir estabilidade de quatro anos aos dirigentes das agências, tornando seus mandatos invioláveis e preservando sua independência, mesmo contra a vontade do presidente da República, no entanto, significou apenas um passo.

O ministro Palocci apenas se referiu ao documento *Declaração de Páscoa – Antes que Seja Tarde: Mudança, Já*, de parlamentares do PT que reivindicam novas propostas para a economia, que, ao lado da do México, e não obstante suas conhecidas distorções, acaba de ser vista pelo relatório *Estabilidade Financeira Global*, do FMI, como exemplo para os principais mercados emergentes. Palocci passou ao largo dos problemas do governo para conter invasões de terras e do “abril vermelho” anunciado e consumido pelo MST, ao qual o governo reagiu, com a desapropriação de 24 fazendas em 11 Estados.

De qualquer forma, é possível que essas ações não bastem para apagar a mancha de diversas invasões em dez Estados, inclusive a da Veracel, no sul da Bahia, de capitais brasileiro, finlandês e sueco, onde foram derrubados 1,3 milhão de pés de eucaliptos, em 13 dias, sob o insólito argumento de que eucalipto não se come. Aliás, é bastante significativo que essas invasões ocorram exatamente quando o Congresso da China – país paradigma da nossa esquerda desenvolvimentista – aprova emenda à sua Constituição garantindo o direito do povo à propriedade privada, na primeira proteção desse tipo desde a revolução de Mao Tsé-tung, em 1949.

Com base nesse estúpido raciocínio de que não se come eucalipto, e para “infernizá-lo” ou “azucriná-lo”, o que dá rigorosamente no mesmo, o que seria se aliados ou ex-aliados do presidente Lula (não se sabe bem ao certo o que são, pois esse meio-de-campo está confuso) destruíssem as instalações de uma montadora, sob a “justificativa” de que fábricas de automóveis não servem para morar? Ou de que automóveis não servem para comer?

Com uma massa de recursos de US\$ 150 bilhões prestes a entrar na economia, de que o governo Lula precisa para dinamizar a demanda de mão-de-obra, com os chineses buscando investir em ferrovias, para baratear os custos das exportações de soja e minério, e com o País carecendo de mais investimentos, temos de voltar depressa a valorizar os investimentos.

Para isso basta, simplesmente, que o governo aplique a lei em quem, no campo e nas cidades, teima em remar contra a ordem institucional e contra o Estado democrático, por meio de ações violentas.

Ninguém é ingênuo para imaginar que sem uma ação enérgica do presidente Lula – cujo governo parece estar se mantendo na defensiva – os sem-terra, sem-emprego, sem-teto, sem-carro, sem-botequim ou “sem-qualquer coisa” se disponham a conversar sobre os problemas que os afligem.

■ Miguel Jorge, jornalista, é vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos do Santander Banespa

CORREIO BRAZILIENSE

por Antônio Machado
cidadebiz@correioweb.com.br

Corda esgarçada

Abulia do governo em enfrentar a petulância crescente do MST não só afronta o Estado de direito, põe em risco a bonança rural, dos poucos setores da economia que mais entrega que toma no balanço de quem faz o que pelo crescimento da economia, afugenta investimentos privados e cria a perigosa impressão de que em nome do social tudo é permitido — invadir, destruir, ameaçar e trocar da autoridade constituída.

Além de fomentar este largo rol de desgoverno, a política ensandecida do MST mais cedo ou mais tarde acabará produzindo um outro tipo de "sem-alguma coisa": o sem-poder, que é a triste constatação de uma gestão que confunde exercício da ordem com tolerância, quando é o excesso dessa, que beira a leniência, que fragiliza aquela e ameaça a democracia, como noutros tempos se deu com o enfrentamento da criminalidade no Rio, desembocando na situação de insegurança generalizada que hoje corrói o tecido social da segunda mais importante cidade do país.

Em ambos os casos faltou e falta a ação do estado, prisioneiro de concepções canhestras sobre o caráter antidemocrático e social de se usar a força policial para conter o que erroneamente foi e é tipificado como seqüelas do "modelo econômico excludente, que cria pobreza e concentra renda".

Governantes não podem contemporizar jamais com a contestação da autoridade pública que extravase os marcos legais. Se o estado deixou de cumprir sua função social ou não se presta nem se revela apto a encaminhar conflitos, para isso é que há a democracia representativa, as eleições periódicas, a liberdade de expressão e os partidos políticos. Para isso, a propósito, é que um afiliado do PT foi eleito presidente: para promover mudanças, sobretudo

Mais pressão: dos sem-teto

Movimentos de sem-teto organizaram uma série de invasões de terrenos e prédios públicos e de uma área particular na cidade de São Paulo, na maior ação simultânea de grupos de moradia no estado desde julho do ano passado. Foram seis tentativas de invasão lideradas por quatro entidades. Uma foi reprimida pela Polícia Militar e uma prosseguia até a noite de ontem.

Os grupos participantes prometem novas ações nas próximas semanas, em protesto contra a política habitacional dos governos estadual e federal. Os prin-

cipais alvos foram os prédios do governo do estado — três da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e um quartel desativado da PM, cuja invasão foi classificada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública como uma tentativa de desmoralizar a corporação.

Houve confronto entre manifestantes e policiais, e três pessoas ficaram feridas. Além das invasões em São Paulo, os sem-teto ocuparam prédios em Recife, Pernambuco, e fizeram atos em Minas Gerais, Goiânia, Rio de Janeiro e na Baixada Santista.

aquelas que possam de algum jeito melhorar a qualidade de vida dos que o elegeram. É isso, curto e grosso.

Se ele não consegue dar curso ao que prometeu em campanha, ou é porque uma vez instalado no poder se convenceu de que nem tudo o que sonhava seria exequível — o que revela alienação das condições institucionais; políticas e econômicas que lhe aguardavam. Ou, o que é igualmente provável, entendeu que há não uma solução; mas várias, todas melhores que a que acreditava, para os problemas que clamam a sua resposta. A questão da reforma agrária é uma delas.

AFRONTAS DO MST AO ESTADO DE DIREITO ULTRAPASSAM O TOLERÁVEL E BOTAM O GOVERNO NO LIMITE DA REAÇÃO

O que se pretende com ela: dar emprego à mão-de-obra rural que ficou à margem da excepcional expansão do agronegócio ou implantar um novo modelo econômico no país a partir da agricultura familiar? No primeiro caso, o plano de assentamento de 430 mil famílias até o fim do governo, mais a regularização de 130 mil títulos de posse, é suficiente para trazer o pleno emprego ao campo. Se a esse programa forem adicionadas ações como o turismo rural e a interiorização do desenvolvimento, vê-se que o problema do emprego no campo está até melhor encami-

nhado que nos centros urbanos.

Na outra hipótese, em que se mistura messianismo religioso com o que há de mais retrógrado na esquerda marxista, o governo está diante de um beco sem saída: nem pode desarticular o agronegócio, que é a verdadeira intenção do MST, nem tem como patrocinar um modelo econômico que podia fazer sentido duzentos anos atrás, quando tudo girava em torno da produção rural.

PONTOS DE VIGÍLIA

Os ruralistas gaúchos montaram na manhã de ontem 35 pontos de monitoramento nas regiões da fronteira oeste, sul e central do estado, para observar o movimento do MST e, assim, coibir eventuais tentativas de invasão. Na região do município de Bagé, são 13 acampamentos de produtores rurais. O monitoramento é uma prática usada há cerca de cinco anos pelos ruralistas gaúchos, para evitar serem pegos de surpresa. "Nossa arma é o telefone celular. De um ponto, podemos saber que ônibus partiu em direção a outro. A idéia é uma atuação pacífica, protegendo nossas terras", disse o ruralista Rodrigo Menna Barreto, que esteve na reunião.

CONFLITO AGRÁRIO

Presidente cobra responsabilidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu responsabilidade aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em seu programa de rádio, Lula disse ontem que vê "com muita naturalidade" as manifestações do MST. "Se eu posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social, é esse: ajam com a maior responsabilidade possível", pediu o presidente. Lula voltou a afirmar que a reforma agrária será feita "dentro da lei" e ressaltou mais uma vez que o país tem regras que valem para ele, "e para os sem-terra".

Em resposta às palavras do presidente, o MST afirmou que somente pode realizar manifestações dentro da lei diante da aplicação da reforma agrária. "Também queremos a reforma agrária dentro da lei, desde que se faça", afirmou João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do movi-

mento. Rodrigues pediu que o presidente da República faça o mesmo e também cumpra a Constituição. "Acreditamos que, se o Lula cumprir a Constituição, a reforma agrária será feita."

Mais ocupações

Apesar de lideranças do movimento social avisarem que o ritmo das invasões tende a diminuir a partir de agora, agricultores realizaram ocupações em vários estados. No Piauí, 600 pessoas acamparam na fazenda Junco, a 22 km de Teresina. A área, de 1,8 mil hectares, é improdutiva, segundo o movimento.

Um dos proprietários da fazenda, Raimundo Neto e Silva Nogueira Li-

ma, irmão do deputado federal Ciro Nogueira Lima Filho (PP-Pf), disse

que a área é produtiva e que já ingressou com uma ação de reintegração de posse. No estado, três fazendas foram ocupadas desde o último sábado.

Na Bahia, o MST invadiu a fazenda Pilões, localizada em Nova Redenção, na Chapada Diamantina. De acordo com o MST, cerca de 800 pessoas participaram da invasão — a primeira registrada na região. Um grupo de cerca de 500 sem-terra invadiu a sede do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia, a 1.094 km de Belém, sul do Pará, e permaneceu durante quatro horas no local.

Alguns agricultores do MST foram obrigados, pela Justiça, a desocupar as áreas invadidas. Em Goiás, a Polícia Militar retirou ontem cerca de 1,5 mil sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura da

fazenda Eldorado, em Jaciara, a 511 km de Goiânia, após a expedição de uma liminar de reintegração de posse.

Em Santa Catarina, a empresa Klabin, de celulose, entrou com pedido de reintegração de posse da fazenda Faxinal do Paulista, de 578 hectares, em São Cristóvão do Sul, invadida por cerca de 1,5 mil integrantes do MST.

O líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, denunciou ontem o clima de tensão e violência em Glória de Goitá, no agreste, onde 120 famílias de sem-terra deixaram um acampamento às margens da BR-101, na sexta-feira, para invadir a fazenda Berra Boi, do empresário do setor imobiliário Paulo Miranda.

Amorim disse que pistoleiros ameaçaram as famílias na mesma noite da ocupação, voltando no dia seguinte para "fazer reintegração de posse por sua própria conta".

JORNAL DO BRASIL

Lula vai atender militares

Presidente diz que reivindicações são legítimas

BRASÍLIA — O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acenou ontem com a possibilidade de um reajuste salarial para as Forças Armadas, durante a solenidade de comemoração do Dia do Exército. Também prometeu a criação de um plano habitacional que vai contemplar praças e oficiais de patentes inferiores.

O discurso do presidente foi bem recebido pelos militares, mas tratado com cautela pelos ministros que estiveram no Se-

tor Militar Urbano participando da solenidade. O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, entrou mudo e saiu calado, apesar da insistência da imprensa para que comentasse as palavras do presidente. Já o ministro do Planejamento, Guido Mantega — que nas últimas semanas tem reforçado a tese de que os militares já tiveram um reajuste de 28% em 2001 — não compareceu à cerimônia.

Lula disse que tem o compromisso de garantir um padrão de dignidade aos integrantes das Forças Armadas e às suas famílias.

— As suas legítimas aspira-

ções serão contempladas. Trata-se de uma questão de justiça, que o meu Governo tem determinação de atender — prometeu o presidente.

Além da questão salarial, o presidente acenou com a possibilidade de reequipamento das Forças Armadas.

— Temos também o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas. E vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las — afirmou. (L.Q.)

CORREIO BRAZILIENSE

MILITARES

Durante cerimônia no Quartel General do Exército, Lula assume compromisso de aumentar os soldos, mas não fala em índices ou datas. Promessa é bem recebida pelos integrantes das Forças Armadas

Presidente garante reajuste

THEO SAAD E
LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Doze dias após ter aceitado aos militares com um reajuste salarial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu ontem a liberar o aumento para os integrantes das Forças Armadas. Ele fez a promessa a centenas de militares, inclusive os de mais alta patente, reunidos no Quartel General da corporação, em Brasília, para as comemorações do Dia do Exército Brasileiro.

"Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias. As suas legítimas aspirações serão contempladas", garantiu Lula. Ele complementou que "oferecer condições dignas aos funcionários das Forças Armadas é uma questão de justiça".

Apesar de defender um padrão de vida melhor aos militares, o presidente não citou di-

retamente o percentual de aumento salarial a categoria deverá receber — os militares querem reajustes de 28,74% a 35,4% — nem quando deverá ser concedido.

Lula disse, no entanto, conhecer as dificuldades pelas quais passam os militares e afirmou, sem dar detalhes, que medidas serão tomadas para corrigir a distorção. "A sociedade brasileira tem orgulho dos senhores e das senhoras, e o estado brasileiro não deixará de traduzir em tempos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem", discursou.

O compromisso do presidente é mais um episódio das negociações entre as Forças Armadas e o governo. No início do mês, os ministros da Defesa, José Viegas; da Secretaria-Geral, Luiz Dulci; e do Planejamento, Guido Mantega, deram declarações pouco otimistas sobre a perspectiva de aumento salarial.

Viegas e Mantega afirmaram, no último dia 7, que não havia orçamento previsto para esse fim e o ministro Dulci chegou a

prever que o aumento não sairia em 2004. No dia seguinte, Lula acenou com a liberação de verbas, ao dizer que os militares teriam o mesmo tratamento que os servidores públicos, também em campanha salarial.

Ontem, Dulci recuou e afirmou que o discurso de Lula aos militares, de "respeito e valorização", pode até ser interpretado na forma de aumento para a categoria.

Na caserna

O discurso de Lula foi bem recebido na caserna. De acordo com o deputado federal Jair Bolsonaro (PTB-RJ), que é militar da reserva, os colegas que participaram do coquetel depois das solenidades oficiais se mostraram muito satisfeitos com a promessa presidencial. "O semblante dos comandantes era bastante bom. Não foi uma promessa de candidato, mas de presidente", defendeu Bolsonaro. Segundo ele, as tropas voltaram a acreditar no aumento. "A questão agora é saber se será no patamar pretendido por nós", ponderou.

Além dos percentuais de reajuste, o prazo de concessão também preocupa os militares. O deputado federal Arlindo Chirria (PT-SP) disse acreditar que é possível haver aumento até 1º de maio. "Seria muito bom para o governo se conseguisse pagar junto dos servidores públicos", salientou. Bolsonaro afirmou que os militares têm urgência. "Primeiro de maio é a data-limite bastante receptiva para o reajuste", disse.

De acordo com ele, caso até lá nada esteja decidido, é possível que novas manifestações sejam organizadas. "Vamos ter uma reunião no dia 27 com o pessoal sobre o andamento das negociações", antecipou.

Os protestos devem ser feitos por parentes de militares, uma vez que o regimento interno das Forças Armadas não admite greves ou atos públicos dos oficiais. Diversas manifestações foram organizadas, principalmente, pelas mulheres de oficiais, que falam em defasagem de reajuste de nove anos.

Ajuda para a casa própria

O governo quer encontrar outras formas de beneficiar os militares sem necessariamente colocar a mão no bolso. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou já ter determinado ao ministro das Cidades, Olívio Dutra, e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, a elaboração de um estudo para viabilizar formas diferenciadas de financiamento habitacional para os militares.

"Já determinei ao Olívio Dutra e ao Jorge Mattoso

que façam estudos para que possamos viabilizar um programa de financiamento habitacional dirigido diretamente às Forças Armadas. E tenho certeza de que teremos os resultados desse trabalho no mais breve tempo possível", afirmou Lula. O presidente, porém, não falou em prazos para o início do programa nem em valores.

De acordo com o deputado federal Jair Bolsonaro (PTB-RJ), ex-militar, a iniciativa é bem-vinda. Bol-

sonaro disse ainda que o governo poderia readotar alguns benefícios dados aos militares até 2001, como o auxílio-moradia. "Ele funcionava como uma complementação de renda. Para o governo é pouco, mas para o militar representa muito", defendeu. Militares com família recebiam de auxílio moradia o equivalente 30% do soldo. Os solteiros recebiam 10%. (LT e TS)

Em discurso, um pedido de calma aos militares

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Em um pronunciamento inédito de um presidente na solenidade do Dia do Exército, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou acalmar a tropa. Mas limitou-se a afirmar que “o Estado brasileiro não deixará de traduzir em termos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem”.

Sem citar quando os militares poderão ser contemplados ou não e com quê porcentual de reajuste, o presidente afirmou: “Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias. As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se de uma questão de Justiça, que o meu governo tem deter-

minação de atender.”

O presidente foi mais vago ainda, em seu discurso, ao se referir ao reaparelhamento também pleiteado pelos militares, dizendo que ele virá com o crescimento econômico. “Temos também o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas e vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las”, observou ele, lembrando que assumiu esse compromisso publicamente em 15 de dezembro, por ocasião do almoço de fim de ano com os Oficiais-Generais das Forças Armadas. “Reitero-o hoje, aqui, antecipando-lhes que as condições para sua concretização estão ainda mais maduras.”

No discurso, Lula afirmou que conhece bem, “como Co-

mandante das Forças Armadas, os anseios pessoais e as dificuldades por que passam os militares”. “No contato permanente com o Ministro da Defesa e com os Comandantes das Forças Singulares, mantenho-me informado sobre os problemas estruturais da Marinha, Exército e Força Aérea e por diversas vezes, já me manifestei no sentido de que um país só é forte e respeitado quando tem Forças Armadas compatíveis com a sua estatura econômica e com seu papel na comunidade internacional.”

Moradia – Lula aproveitou a cerimônia para fazer o anúncio

de um plano habitacional dirigido para os militares, reivindicação principalmente das Polícias Militares estaduais.

“Quero também lhes dizer que já determinei ao ministro das Cidades, Olívio Dutra, e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, que façam estudos para que possamos viabilizar um programa de financiamento habitacional dirigido diretamente às

Forças Armadas e tenho certeza de que teremos os resultados desse trabalho no mais breve tempo possível”, afirmou Lula. Mais tarde, o ministro Olívio explicou que as residências são para militares de baixas patentes.

CATEGORIA
TERÁ
PLANO
HABITACIONAL

Ordem do dia exalta espírito pacifista

BRASÍLIA – A Ordem do Dia lida nos quartéis do Exército destacou heróis ligados à história da instituição. O general de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante da Força, ressaltou a importância de personalidades como Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros, Matias de Albuquerque, Antônio Dias Cardoso e muitos outros anônimos. “Gente que não identificamos, separadamente, pela cor da pele ou religião. Vindos de toda parte fizeram uma epopéia da Pátria. Cada qual contribuiu, com sua tarefa específica, para gestar sonhos nascidos realidade e construir, aqui nos trópicos, uma sociedade universalista”, anota o general.

A ordem conclama os militares a observar “essa brava gente exemplificadora de luta constante, de trabalho intenso e de disposição corajosa para enfrentar e superar, na difícil época vivida, toda sorte de desafios”.

Com esse povo, diz o general, o Exército Brasileiro se identifica. “Com essa Nação democrática, ele nasceu”, continua a Ordem do Dia. “A essa sociedade livre, ele serve.”

De acordo com o general, a partir de Guararapes, o Exército cresceu como uma força viva, não subordinada a qualquer individualismo, agremiação, interesse personalista ou corporativismo; uma Instituição Nacional não escudada em castas ou privi-

legios; uma farda não contaminada pela arrogância ou pretensão militarista hegemônica.

“Nunca desejou a guerra. Só desembainhou a espada quando chamado ou impellido a manter a paz. Jamais desejou ser facção ou vertente a separar irmãos da família brasileira. Essa Instituição armada é a própria sociedade pacífica que representa, que não conquista apenas pela força e que obtém a vitória também com a fé. Na consciência do cidadão que se faz soldado, pacificador acima de tudo, vibra o amor sem preço da gente que serve à Pátria Brasileira”, diz o texto.

“Essa gente, representando todos os segmentos sociais, está empenha-

da na construção de uma modernidade harmonizada com os valores tradicionais, históricos, culturais e espirituais que conformam a alma do nosso povo. Exército que deve estar, permanentemente, à altura dos compromissos geopolíticos e estratégicos do País”, escreve o general.

Na Ordem do Dia, o general conclui: “Esse o seu Exército! Essa a sua gente! Desde Guararapes, orgulhosos de participar com dedicação, disciplina, competência e muita brasilidade, da construção da grandeza da Pátria: livre a qualquer tempo, unida em todas as instâncias, democrática por vocação, igualmente desenvolvida e, graças a Deus, pacífica, ordeira e feliz.”

Mudança contábil reduz os gastos com aposentadorias do setor privado. Sobra garante recursos para aumento de R\$ 5 no mínimo

Déficit do INSS sobe 38%

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentou um déficit de R\$ 6,514 bilhões no primeiro trimestre de 2004, um aumento de 38% em relação ao mesmo período do ano passado. Entre janeiro e março de 2004, o déficit chegou a R\$ 4,720 bilhões.

No mês de março, a diferença entre arrecadação e desembolso chegou a R\$ 1,490 bilhão — 25,1% inferior ao verificado no mês de fevereiro, que foi de R\$ 1,988 bilhão. O secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, diz que o principal motivo da redução do déficit foi a alteração feita pelo INSS no sistema de pagamento das aposentadorias e pensões.

Até o mês de fevereiro, o INSS provisionava no próprio mês um dia do pagamento do benefício do mês seguinte. Desde o início de março, no entanto, com a antecipação do calendário, isso não mais foi feito. Ou seja, a ordem de pagamento do dia 1º de janeiro de 2005 sairá no dia 1º mesmo, e não no dia 30 de dezembro de 2004. Foi essa alteração que resultou no ganho contábil da ordem de R\$ 500 milhões em 2004. O secretário da Previdência fez a ressalva: "A despesa com bene-

fícios não diminuiu. A mudança foi contábil".

Essa mudança no caixa da Previdência poderá reduzir o déficit do INSS em R\$ 500 milhões neste ano, o que abriria, em tese, espaço orçamentário para o governo conceder um reajuste maior para o salário mínimo no próximo Dia do Trabalho. Pelas contas do secretário da Previdência, esse total permite um aumento de R\$ 5,00 para o salário mínimo. Segundo Schwarzer, a despesa da Previdência, para cada real de aumento no mínimo, crescerá R\$ 101 milhões de junho a dezembro, incluído nesse cálculo a despesa com o 13º salário.

Nos estudos técnicos, há várias simulações, desde o aumento de R\$ 240 para R\$ 270 até R\$ 300. Além disso, o governo pretende reajustar de R\$ 13,48 para até R\$ 25 o salário-família como forma de compensar um aumento real modesto para o salário mínimo. Schwarzer explicou que, no mês passado, o INSS mudou a forma de contabilizar os gastos com benefícios. O governo, porém, ainda não se manifestou sobre a possibilidade de utilização desse ganho contábil no aumento do salário mínimo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO: *Caciques cobram de Lula clareza na política indigenista*

Índios ocupam plenário da Câmara para protestar contra o governo

Representantes de 28 etnias cobram demarcação de Raposa Serra do Sol

Isabel Braga e Cristiana Lôbo *

• BRASÍLIA. Cerca de 70 índios de 28 etnias aproveitaram ontem a sessão solene na Câmara em homenagem ao Dia do Índio para protestar. Eles ocuparam o plenário por pouco mais de uma hora. Insatisfeitos com a política indigenista do governo, ameaçaram só deixar o plenário depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordasse em demarcar a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Deputados tentaram convencer os índios a deixar o plenário como forma de facilitar a negociação. Irredutíveis, caciques e líderes indígenas deixaram claro sua insatisfação com a falta de cumprimento das promessas feitas por Lula na campanha. Antes da rebelião, o tom dos discursos já eram de protesto.

— Não queremos mais ser símbolo, não queremos mais ser homenageados, queremos que Lula diga, com clareza, de que forma vai tratar a política indigenista — afirmou o líder indigenista Jecinaldo Sateré-Mawé.

Alguns já chegaram à sessão solene com pinturas de guerra. Depois que os caciques anunciaram a intenção de ocupar o plenário até que Lula os recebesse, outros também pintaram o corpo e o rosto de vermelho. Uma índia também passou batom.

Cacique avisou que índios não temiam seguranças

Toda a vez que um cacique discursava e apresentava aos deputados argumentos para ficar em plenário, recebia apoio dos demais índios, que gritavam e balançavam seus chocalhos. Marcos Xukuru, de Pernambuco, avisava que os índios não temiam um enfrentamento com os seguranças da Câmara dos Deputados:

— Se morrerem, vamos ficar

como símbolo na História do país.

Após muito debate e bate-boca com alguns deputados, os índios concordaram em deixar o plenário, mas permaneceram acampados no Salão Verde, enquanto uma comissão de deputados negociava um encontro com Lula. No Salão Verde, os índios dançaram em sinal de guerra e deitaram-se ou sentaram nos tapetes.

Uma comissão de índios será

recebida hoje, às 9h, pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e pelo chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Eles entregarão uma pauta de reivindicações com nove itens. Além da demarcação da Raposa Serra do Sol, exigem a retirada de todos os garimpeiros da reserva dos cintas-largas em Rondônia, onde foram encontrados os corpos de garimpeiros.

(*) Do Globo Online

Mércio diz que buscar culpados é desumano

'O índio defende sua terra como se defendesse sua própria vida', afirma o presidente da Funai

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Depois de dizer no fim de semana que os cintas largas, acusados de matar 26 garimpeiros, agiram para defender sua terra, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Perelra Gomes, afirmou ontem que é desumano buscar culpados para as mortes na reserva Roosevelt, em Rondônia, neste momento. Mércio disse que, nesse caso, há uma "responsabilidade diferenciada" porque os índios são tutelados pela Funai.

Ele afirmou que a terra indígena não é como uma propriedade privada qualquer, por se tratar de uma extensão de sua vida e de sua cultura.

— O índio defende sua terra como se defendesse sua própria vida — disse.

Mércio disse que a Funai, com seus procuradores, irá aguardar a ação do Ministério Público para defender os índi-

genas envolvidos no caso.

O presidente da Funai respondeu ao deputado Lindberg Farias (PT-RJ), que durante discurso no plenário da Câmara defendeu sua demissão:

— Quanto mais você defende índio, mais aparece gente querendo te derrubar. Lamento que essa tenha sido a posição de um deputado de esquerda.

Lula assinou decretos homologando oito áreas

O porta-voz da Presidência, André Singer, anunciou ontem que Lula assinou decretos homologando oito áreas indígenas (sete no Amazonas e uma no Espírito Santo), num total de 1,2 milhão de hectares. Mas, segundo Singer, a decisão sobre a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol, a mais esperada, só será anunciada no dia 27. A maior reserva é a de Coatá-Laranjal, em Borba (AM), que chega a 1,1 milhão de hectares. ■

Índios pedem fim do garimpo

• BRASÍLIA. Além da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em Roraima, os índios que ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados ontem exigem a retirada de todos os garimpeiros da terra indígena dos cintas-largas em Rondônia, onde foram encontrados os corpos de garimpeiros.

— A história do garimpo cinta-larga é muito triste e esperamos que a manchete (sobre a morte dos garimpeiros) sirva de lição para que o governo entenda que é preciso tratar com carinho, respeito e especificidade a questão indígena. Nos últimos cinco anos mais de dois mil índios foram mortos por garimpeiros ou pela contaminação da água — disse Jecinaldo Sateré-Mawé.

Segundo Sateré-Mawé, os índios permanecerão em Brasília até que o governo apresente uma posição sobre a homologação da reserva Raposa Serra do Sol:

— Ou o governo fica do nosso lado ou fica do lado dos políticos corruptos de Roraima.

Ontem, o deputado Lindberg Farias (PT-RJ), relator do proposta alternativa para demarcação da Raposa Serra do Sol, pediu a demissão do presidente da Funai, Mércio Gomes Pereira. Segundo o deputado, a declaração de Mércio apoiando a chacinha dos garimpeiros feita por índios cintas-largas é despropositada.

Índios bloqueiam estrada em MS

Manifestantes pedem ao governo agilidade na demarcação de terras

Paulo Yafusso

Especial para O GLOBO

● CAMPO GRANDE. Um grupo de 500 índios guaranis-caiovas e terrenas das aldeias Bororó e Jaguapiru, em Dourados, bloqueou ontem a rodovia estadual MS-156. A estrada divide as duas aldeias, que formam a reserva indígena de Dourados. O protesto obrigou o vice-governador Egon Krakhecke e o prefeito da cidade, Laerte Tetila, ambos do

PT, a iniciar na estrada a solenidade prevista para acontecer numa escola da reserva. O convênio, que prevê a construção de 200 casas, foi assinado na rodovia interditada.

Um motorista tentou furar o bloqueio e acabou atropelando um índio. Além da melhoria das condições de vida nas aldeias, os índios cobraram dos governos agilidade no processo de demarcação. O bloqueio durou cerca de duas horas.

Já em Amambaí, perto da fronteira com o Paraguai, também houve protesto dos guaranis-caiovas. O movimento foi engrossado pelos sem-terra de diversas cidades do Sul do estado. Segundo cálculos da PM, cerca de dois mil índios e trabalhadores rurais participaram do ato, que começou com uma caminhada de oito quilômetros. O coordenador nacional do MST João Pedro Stédile também participou da manifestação. ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CORREIO BRAZILIENSE

DIA DO ÍNDIO

Presidente assina decreto homologando oito áreas indígenas, num total de 1,29 milhão de hectares. Mas a decisão mais polêmica, sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, só deve ser anunciada no dia 27

Tribos exigem encontro com Lula

Indígenas de 28 tribos diferentes que participaram ontem de uma sessão comemorativa ao Dia do Índio, no Congresso Nacional, cobraram um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No final da sessão, quando restavam cem índios, seus líderes começaram a gritar que não sairiam da Casa enquanto não fossem recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em nota, eles reivindicam a retirada de todos os garimpeiros ilegais invasores das terras de cinco e seis mil hectares, em Rondônia, e o andamento de 40 processos de reconhecimento de reservas.

Os deputados presentes à sessão negociaram por 30 minutos e conseguiram que deixassem o plenário e se colocassem no salão verde — área que antecede a entrada do plenário. Além disso, os deputados Carlos Abicalil (PT-MT), Fernando Ferro (PT-PE) e Perpétua Almeida (C do B-AC) agendaram no Palácio do Planalto um encontro entre o governo e os representantes indígenas. A reunião foi marcada para hoje.

No salão verde, os indígenas dançaram e cantaram músicas

tradicionais. A maior parte dos índios estava com pinturas de guerra. Eles afirmaram que não deixariam o prédio da Câmara sem ter uma posição clara do governo sobre a política para seus povos. Desde quinta-feira, cerca de cem índios estão acampados em frente ao Ministério da Justiça. Eles pedem a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Promessa

Como parte das comemorações do Dia do Índio, o presidente Lula assinou decreto homologando oito áreas indígenas, sete no Amazonas e uma no Espírito Santo, num total de 1,29 milhão de hectares. Segundo o porta-voz da Presidência da República, André Singer, apenas no dia 27 o governo deverá anunciar a decisão sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde índios de cinco etnias lutam pela homologação da área.

No Amazonas foram homologadas as reservas Coatá-Laranjal (dos índios mundurucus e saterés-mawés), Porto Praia e Tupã-Supé (tikunas), Fortaleza do Patatá (apurinãs), Juma (jumas),

Igarapé Grande (cambebas) e Tenharim Igarapé Preto (tenharins). Já no Espírito Santo, o presidente reconheceu o território de Caieiras Velha 2, onde vivem tupiniquins e guaranis.

A maior área homologada é a dos mundurucus e saterés-mawés, no município de Borba, no Amazonas, com 1,1 milhão de hectares. Singer informou que Lula também assinou decreto tornando o Brasil signatário da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece normas de respeito às culturas indígenas.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, afirmou que Lula deve homologar de forma contínua a reserva indígena Raposa Serra do Sol. "O presidente [Lula] não tem outra possibilidade, pois não homologá-la de forma contínua significaria retroceder e anular um trabalho de dez anos de demarcação das terras", disse. "Eu recebi esse indicativo do presidente." A Presidência da República, contudo, não confirmou a informação.

Protesto

Em Mato Grosso do Sul, cerca de 400 índios bloquearam a rodovia MS-156 na manhã de ontem para protestar por melhores condições de vida na reserva indígena de Dourados, a 224 km de Campo Grande, onde ficam as aldeias de Jaguapiru e Bororo. A estrada corta as aldeias e permaneceu fechada entre as 10h e as 11h20. O protesto reuniu três etnias — caiaú, terena e guarani — que formam um contingente de mais de 10 mil índios que vivem nos 3.600 hectares da reserva de Dourados.

A PF não registrou incidentes durante a manifestação. A Polícia Rodoviária Estadual informou que os indígenas reivindicaram ainda o direito à produção e à terra, alegando que as condições de tráfego no local são ruins e eles têm dificuldade para conseguir emprego e sustentar as famílias. Os índios aproveitaram a presença do prefeito Laerte Tetila e do vice-governador Egon Krakhecke, ambos do PT, para cobrar mais atenção. Eles chegaram a ameaçar fazer invasões de terra na região, mas, de acordo com a PF, a situação já havia sido controlada no início da tarde.

ENTENDA O CASO

Discutido desde 1977, o processo de demarcação da reserva Raposa Serra do Sol está na última fase. Falta apenas a assinatura do presidente Lula para que a terra indígena seja homologada. Adiada várias vezes, a homologação foi prometida pelo presidente da Funai para o próximo dia 28.

Em janeiro, um grupo de fazendeiros aliados a índios macuxi (e etnias associadas) protestaram contra a homologação. O comércio de Boa Vista e as vias de acesso à cidade foram fechados. Padres e missionários foram feitos reféns. Os prédios do Incra e da Funai, invadidos

Indigenistas, ONGs e missionários católicos ligados aos índios mobilizam campanha pedindo a Lula a demarcação contínua da área, uma promessa de cam-

panha. No projeto da Funai, a reserva Raposa Serra do Sol é uma área que engloba as cidades da região. Funai e governo federal também defendem essa tese.

Por outro lado, fazendeiros, índios macuxi (e etnias associadas), políticos da região e o governador de Roraima, Flamarion Portela, querem que a área seja demarcada com faixas descontinuas. Na reserva, os municípios e as estradas de acesso a ele ficariam de fora.

Índios ameaçam acampar no Congresso

29 tribos cobram a demarcação da reserva Serra do Sol, em Roraima

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O Dia do Índio foi comemorado ontem com protestos no Congresso Nacional e com o pedido de deputados para que o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Gomes Pereira, seja demitido. A principal manifestação contra o governo ocorreu na Câmara, onde cerca de 70 índios de 28 tribos ameaçaram acampar no plenário em represália à de-

mora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em homologar a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Depois de mais de uma hora de negociação com os deputados, os índios concordaram em deixar o plenário com a promessa de que Lula iria recebê-los.

Uma comissão de deputados foi ao Palácio do Planalto tentar marcar a audiência com o presidente. Mas o chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, avisou que Lula não poderia receber os índios nem ontem nem hoje. Depois de aceitarem deixar o plenário, os índios permaneceram durante toda a tarde no Salão Verde da Câmara. Somente por volta das 20 horas, os índios decidiram sair das de-

pendências da Câmara, depois da promessa de que serão recebidos hoje por Carvalho.

Bombeiro – Os índios foram à Câmara para participar da comemoração do Dia do Índio. Mas no meio da homenagem resolveram ficar no plenário. “Não queremos mais ser homenageados, queremos que Lula di-

ga, com clareza, de que forma vai tratar a política indigenista”, disse o líder indigenista Jecinaldo Sateré-Mawé. “Ou o governo fica do nosso lado ou

fica do lado dos políticos corruptos de Roraima”, completou, referindo-se à demora do governo em decidir sobre a Raposa Serra do Sol.

DEPUTADOS
PEDEM
DEMISSÃO
NA FUNAI

Enquanto os índios ocupavam o Salão Verde, deputados se revezaram na tribuna para criticar o presidente da Funai e pedir o seu afastamento do cargo. O deputado Lindberg Farias (PT-RJ) considerou “estapafúrdias” as declarações de Mércio Pereira, que afirmou que os in-

dídeos cintas-largas apenas reagiram às invasões de suas terras

ao matarem dezenas de garimpeiros. “O presidente da Funai não pode continuar à frente dos trabalhos, porque ao invés de tentar pacificar os conflitos, de agir como bombeiro, ele atíça a confusão, joga litro de querosene no fogo”, disse Lindberg.

Nem mesmo o PPS, partido de Mércio, o apóia. O líder do partido na Câmara, Júlio Delgado (MG), fez discurso apoiando o relatório de Lindberg Farias para a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. Mércio foi contra a proposta do deputado petista. “Aos poucos a bancada do PPS forma uma convicção de que o relatório de Lindberg é a mais adequada.”

Governo federal inicia hoje ‘intervenção branca’ no Estado

PORTO VELHO – O governo federal começa hoje cedo uma espécie de intervenção branca em Rondônia. A Polícia Federal comandará uma megaoperação envolvendo mais de 400 homens, que ocuparão dez regiões do Estado. A principal devassa será feita na região da reserva indígena do Roosevelt, onde foram encontrados os corpos de 29 garimpeiros mortos pelos índios cintas-largas. A PF deverá realizar centenas de prisões ao longo da semana, numa ação semelhante, mas em maior escala, que a “Operação Anaconda” que acabou com um esquema de venda de sentenças judiciais em São Paulo.

Ontem, mais de 400 policiais civis, federais, e de outros órgãos do governo federal, além de integrantes das Forças Armadas começaram a se deslocar para a cidade de Pimenta Bueno, onde será baseada a principal ação. A PF pretende fechar a arca para aliviar o clima de tensão existente entre garimpeiros e os cinta-

larga, depois da morte de 29 mineiros.

“Vamos evitar não apenas confronto, mas também controlar entradas e saídas de pessoas na área”, afirmou o delegado federal Mauro Spósito, coordenador-geral de operações especiais de fronteiras e que está no comando da missão. Para ele, é necessário apaziguar os ânimos antes de realizar qualquer negociação.

A operação nasceu de um pedido de intervenção feito pelo próprio governador do Estado, Ivo Cassol (PSDB) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano passado. A atuação de grupos criminosos na região comprometia a governabilidade, disse, Cassol, à época.

A União descarta qualquer intervenção federal que não seja em forma de atuação conjunta com as autoridades estaduais. “Esta é uma ação conjunta que envolve em torno de 20 instituições que têm a mesma finalidade, que é acabar com a criminalidade”, informou Spósito. (E.L.)

STJ QUER PROCESSAR E JULGAR FLAMARION

O ministro Jorge Sampaio, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pediu ontem autorização à Assembleia Legislativa de Roraima para processar e julgar o governador Flamarion Portela, acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de lesar o patrimônio da União e do estado por meio de um esquema que ficou conhecido como "escândalo dos galanhotas". O MPF acredita que o esquema foi usado para patrocinar a campanha eleitoral do governo estadual. Caso a Assembleia autorize, Portela responderá a ação se a denúncia for aceita pela maioria dos 21 ministros que integram a Corte Especial do STJ.

PASSOS PEDE CPI

Um novo pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) será protocolado hoje na Câmara Legislativa. O deputado distrital Pedro Passos (PMDB) está reunindo assinaturas para que uma CPI investigue a prestação de contas do candidato petista ao Governo do DF nas últimas eleições, Geraldo Magela. A justificativa é de que há contradições entre as informações apresentadas à Justiça Eleitoral e as declarações do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, que afirma que o empresário Carlos Cachoeira entregou R\$ 100 mil para a campanha de Magela. Estava contando com 9 assinaturas pelo menos. Para garantir a lisura da prestação das contas de campanha temos de investigar essa história, afirma.

LIÇÃO DE CAMPANHA

PT Cria Fundo

Na reunião do Diretório Nacional no fim de semana em São Paulo, o PT tomou consciência de que é governo e, portanto, está sujeito a ônus e bônus. Numa palavra, prevaleceu o centralismo democrático, nome vistoso da unidade compulsória. Divergências partidárias se resolvem internamente para evitar prejuízo. O partido se obriga a apoiar o candidato que elegeu. Todo apoio a Lula e o mínimo de atritos com bancadas que integram a base parlamentar do governo. Quem brinca com fogo amigo acaba chamuscado.

Ficou evidente o sinal de que os militantes e dirigentes do PT estão conscientes de serem, perante a sociedade, os maiores interessados na transparência dos atos e das palavras dos eleitos pelo partido. O caso do ex-assessor parlamentar do Planalto, Waldomiro Diniz, de ampla repercussão na opinião pública, foi levantado como advertência na campanha eleitoral em gestação. O presidente do PT, José Genoíno, advertiu para a necessidade de evitar dúvidas e repercussão negativa de irregularidades nas contribuições financeiras da campanha municipal deste ano.

Doações à campanha e aos candidatos, bem como recursos próprios do partido, deverão ser respaldados com recibos emitidos pelo Diretório Nacional. O PT vai criar e controlar um Fundo Nacional de Apoio às Eleições e uma corregedoria para monitorar o pleito de outubro. Um conselho vai rastrear o patrimônio declarado pelos candidatos e as contribuições de campanha. Ou seja, a fiscalização se destina a reduzir riscos. O PT viu quanto custa politicamente o desgaste de atos que, por falta de transparência, recaem sobre a legenda.

O caso Waldomiro Diniz, na opinião de José Genoíno, serviu de lição para o partido. Maior atenção e rigor terão prioridade na campanha deste ano. Toda atenção é pouca para quem terá a responsabilidade de nomear e governar. A repercussão moral de um erro pode ser maior do que o seu peso eleitoral. Genoíno foi claro na repulsa a contribuições de origem suspeita: ajuda do jogo do bicho e de donos de bingo não pode ser aceita. Nem pelo partido nem pelo candidato. Também não serão admitidas doações de empresas de transporte público nem de coleta de lixo. Ainda bem.

O GLOBO

TENSÃO E PRESSÃO

O 'abril vermelho' dos sem-teto

Até quartel desativado da PM é invadido em SP e confronto deixa quatro feridos

Gio Mendes* e Leticia Lins

SÃO PAULO E RECIFE

Pelo menos quatro mil sem-teto invadiram ontem de madrugada cinco terrenos e prédios públicos na cidade de São Paulo. No quartel desativado da Polícia Militar no Parque Dom Pedro I, no centro da capital paulista, ocupado por cerca de 1.200 pessoas, houve confronto entre os sem-teto e a tropa de choque. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, quatro pessoas ficaram feridas e oito foram detidas acusadas de jogar pedras contra os policiais, que revidaram com bombas de efeito moral e tiros com balas de borracha.

As ações são parte de uma ação realizada ontem em 16 estados para pressionar o governo federal a aprovar o Fundo Nacional de Habitação Popular. Em São Paulo, cerca de dez mil pessoas participaram da mobilização, que ainda teve atos e passeatas na capital, na Baixada Santista, em Piracicaba e em Campinas.

Os sem-teto também ocuparam terrenos e prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Segundo a coordenadora do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Ivaneti Araújo, cerca de mil pessoas ocuparam o prédio do quartel no início da ma-

drugada. Outras 200 chegaram após a polícia e ficaram do lado de fora.

Dez soldados da 1ª Companhia do 7º Batalhão fizeram um cordão de isolamento na frente do imóvel, mas alguns sem-teto conseguiram entrar no quartel pulando o muro. O capitão Leandro Pavani, do 2º Batalhão de Choque da PM, chegou por volta das 0h40m e tentou negociar a saída dos invasores com líderes e advogados do MSTC. Como não obteve sucesso na negociação, Pavani acionou a tropa de choque, que chegou no local à 1h. Os policiais entraram pelos fundos do quartel e começaram a retirar os invasores às 1h30m. Os sem-teto que já que estavam fora do quartel atacaram os policiais, dando início ao tumulto. Algumas pessoas atiraram pedras e garrafas plásticas com água contra os PMs.

Os policiais da tropa de choque jogaram cerca de dez bombas de efeito moral para dispersar a multidão. Eles também atiraram contra os manifestantes com balas de borracha. Uma delas perfurou a perna esquerda de um fotógrafo.

Alckmin diz que vai desocupar áreas

• O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), reafirmou que não será condescendente com as invasões de terras no estado e que, cumprindo as deci-

sões da Justiça, vai desocupar todas as áreas invadidas. Para Alckmin, o prometido "abril vermelho", expressão cunhada pelo líder do MST João Pedro Stédile, não se limitou ao campo.

— O que estamos vendo é que o "abril vermelho" não é só na zona rural. Agora, também é urbano. Só nesta última noite tivemos cinco tentativas de invasões de prédios em São Paulo, uma delas consumada. Atacaram terrenos privados, prédios em obras e um prédio do governo — disse o governador.

Em Recife, os sem-teto invadiram dois terrenos da União em Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana. O MTST, versão urbana do MST, deflagrou a "Jornada por moradia" e também invadiu dois prédios da Caixa Econômica Federal no centro de Recife, desocupados no fim da tarde. Na última quarta-feira o MTST já havia invadido em Recife um terreno da Conab. De acordo com a coordenação do MTST, há 41 ocupações de sem-teto na região metropolitana de Recife reunindo oito mil famílias, o equivalente a cerca de 40 mil pessoas. ■

(*) do Diário de S.Paulo

▶ NO GLOBO ONLINE:

Veja imagens da invasão de sem-teto em SP

www.oglobo.com.br/pais

Klabin pede reintegração de fazenda invadida

Já MST reivindica desapropriação de 10%

Giulliano Ventura

Especial para O GLOBO

• FLORIANÓPOLIS. A Klabin, grande fabricante de papel e celulose, pediu ontem à Justiça a reintegração da Fazenda Faxinal do Paulista, em São Cristóvão do Sul (SC), invadida no fim de semana por famílias de semi-terra.

— Só queremos que a Klabin possa retomar um área que é legalmente de sua propriedade — disse Wilberto Lima Jr., diretor de Assuntos Corporativos da em-

presa. Segundo ele, a Klabin espera que a Justiça conceda a reintegração de posse ainda hoje.

— A área invadida é considerada produtiva — disse João Paulo Strapazzo, superintendente estadual do Inca, acrescentando que uma decisão do juiz agrário sobre a questão deve sair nos próximos 15 dias.

Já os representantes dos sem-terra pediram a retirada da polícia dos acessos à fazenda. Eles foram recebidos em Florianópo-

lis pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que concordou em afastar a Polícia Militar das imediações da fazenda invadida até que haja uma decisão judicial. Os sem-terra pediram que o governador interceda para que o governo federal desaproprie pelo menos 10% das terras da Klabin no estado, num total de 117 mil hectares.

— Se eles cederem 10% do que têm, podemos assentar mil famílias. Já é um começo — disse Vit-

son Santim, um dos líderes do MST em Santa Catarina.

Segundo Santim, a escolha da fazenda da Klabin se deu como parte da mobilização nacional convocada pelo MST para o mês de abril.

— O movimento é pacífico, não queremos parar a empresa. Fizemos a ocupação para levantar o debate — disse ele.

A Klabin emprega 4.300 pessoas no estado e declara recolher R\$ 61 milhões em impostos por ano em Santa Catarina.

Lula pede bom senso e responsabilidade

'Ninguém precisa ficar preocupado com greve ou manifestação. Isso é exercício da democracia'

Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. Apesar de dizer que encara com "muita naturalidade" as manifestações de MST e de setores do funcionalismo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem bom senso e responsabilidade aos manifestantes. Ao lembrar seus tempos de sindicalista, disse que sempre perdeu quando optava pelo radicalismo.

Ao mesmo tempo, porém, Lula disse que "ninguém precisa ficar preocupado" com greves e manifestações. O governo vem enfrentando o chamado "abril vermelho" do MST, com invasões recorrentes. Além disso, há greves de setores como a Polícia Federal (PF) por maiores salários.

— Se as pessoas quiserem radicalizar, sabem que isso não ajuda. Já radicalizei muitas vezes e tive bom senso em outras vezes. E toda vez que prevaleceu o bom senso,

ganhiei. Toda vez que prevaleceu o radicalismo, perdi. Se posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social é este: ajude com a maior responsabilidade possível, porque todos seremos vítimas das nossas palavras — disse Lula no programa de rádio "Café com o presidente".

Lula prometeu que seu governo vai assentar 430 mil famílias até o fim de 2006 e regularizar 130 mil títulos.

— E será feito da forma mais tranqüila possível, da forma mais pacífica possível, porque eles sabem que o país tem lei, tem regras. E ela vale para o presidente da República, vale para o sem-terra e vale para o "com terra". Este é um país democrático, é um país livre, e quem quiser fazer manifestações, pode fazer. O que as pessoas não podem é perder o senso de responsabilidade.

Apesar desses avisos, o presiden-

te disse que considera importante haver manifestações no país. Lula não usou uma vez sequer a palavra invasão, apenas manifestação do MST. Mesmo com o clima tenso no campo, tratou o assunto com tranqüilidade, afirmando que o MST faz passeatas desde o governo Collor.

— Você fala das passeatas dos sem-terra. Acho importante que eles façam. Ninguém precisa ficar preocupado com greve, passeata ou manifestação. Isso é o exercício da democracia levado à sua plenitude. Isso é bom para todos nós — disse Lula, acrescentando:

— Algumas pessoas tentam fazer disso uma coisa muito grave. Às vezes, tentam vender como se fosse maior do que o. Mas um governante não pode se contentar só com aplausos — disse. Ao falar do MST, ele contou que se sente tranqüilo.

— O que me dá tranqüilidade é dizer que fui o único presidente da República que fui a um encontro do

MST, da Contag, da CPT e de outros movimentos aqui, em Brasília. E publicamente assumi um compromisso com eles. E ninguém discordou.

Ao falar sobre as greves dos servidores, disse que nenhum presidente tratará melhor o funcionalismo do que ele, mas adiantou que não dará tudo o que reivindicam.

— Ninguém, na História do Brasil, vai tratar o funcionalismo melhor do que eu.

Lula comparou o tratamento que dá ao funcionalismo ao dedicado a seus filhos, explicando que não dá tudo aos seus filhos. Disse que, da mesma forma, os servidores não receberão tudo o que querem.

— Não faço dívida para dar um presente a meu filho que não possa pagar depois. ■

► NO GLOBO ONLINE:

Ouçã trecho do programa Café com o Presidente
www.globe.com.br/pais

HABITAÇÃO Manifestantes cobram investimentos dos governos Alckmin e Lula; prédios da CDHU na cidade foram principal alvo

Sem-teto promovem onda de invasões

DA REPÓRTER EM SÃO PAULO

Movimentos de moradia organizaram desde a noite de ontem uma série de invasões de terrenos e prédios públicos e de uma área particular na cidade de São Paulo, na maior ação coordenada de grupos de sem-teto no Estado desde julho do ano passado.

Foram sete tentativas de invasão, lideradas por quatro entidades. Duas foram contidas pela Polícia Militar e uma prosseguia até a noite de ontem. Nas demais, a PM retirou os invasores logo depois da ocupação. Os grupos participantes prometem novas ações — incluindo ocupações e atos — nas próximas semanas, em protesto contra a política habitacional dos governos Alckmin (PSDB) e Lula (PT). A administração Marta Suplicy (PT) foi poupada pelos organizadores.

Os principais alvos foram os prédios do governo do Estado — ao menos três da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e um quartel desativado da PM, cuja invasão foi classificada pela Secretaria da Segurança Pública como uma tentativa de desmoralizar a corporação. Houve confronto entre sem-teto e PMs, que usaram bombas de efeito moral e balas de borracha. Três pessoas se feriram.

Outras duas invasões foram em um terreno abandonado da empresa Fibra S/A, na zona sul, e em um espaço nas proximidades do terminal rodoviário da Barra Funda e que seria do Metrô. A PM e as entidades confirmam ainda a tentativa de ocupação de uma área na av. Celso Garcia, na zona leste, que, segundo ambos, seria da CDHU. A companhia nega.

Os grupos participantes, que têm entre seus líderes militantes do PT e do PC do B, falam em 5.500 manifestantes. A PM afirma que foram 2.400 invasores.

As ações foram seguidas de passeatas no decorrer do dia e começaram a ser preparadas há três meses. As datas foram definidas nos últimos dias 6 e 7, e os locais foram escolhidos pelas diversas células dos grupos, que usam códigos. Na zona sul, a invasão era chamada de "festa". No centro, a senha era "sinal verde".

A presidente da CMP (Central de Movimentos Populares), Maria das Graças Xavier, afirmou que não havia intenção de permanecer nas instalações invadidas, mas somente promover uma mobilização política que despertasse a atenção das autoridades. Mesmo assim, os manifestantes permaneceram em um terreno da CDHU da zona sul. Ela disse acreditar que parte dos endereços das

ocupações tenha "vazado", já que a PM conseguiu desmobilizar as ações sem muita demora.

A ação dos sem-teto foi classificada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) como "abril vermelho urbano", referência às invasões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) espalhadas pelo país. As entidades participantes, porém, rejeitaram esse rótulo, sob a alegação de que não houve acordo entre eles.

"O abril vermelho é uma agenda do MST, ao qual somos solidários. Mas nada fere a autonomia de cada movimento. Somos defensores da reforma agrária, mas nossa atividade é urbana e nasceu a partir de uma campanha concreta", afirmou Wander Geraldo da Silva, presidente da Conan (Confederação Nacional das Associações de Moradores).

Além da CMP e da Conan, os outros dois movimentos que lideraram as invasões foram: UNMP (União Nacional por Moradia Popular) e MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia).

Reivindicações

As principais reivindicações das entidades abrangem a criação de um fundo e de um conselho nacional e estadual de moradia — por meio dos quais haveria mais recursos e debate popular sobre a destinação das verbas.

Elas também reclamam das exigências da Caixa Econômica Federal para a concessão de financiamentos, cobram programas de mutirão no Estado e descentralização dos recursos da CDHU. Alegam ainda que a gestão tucana entregou apenas um terço das moradias populares prometidas.

Além das invasões em São Paulo, elas também organizaram uma em Recife. As entidades programam protestos em Curitiba e em Campinas e um ato em Brasília no dia 12 de maio, em busca de uma reunião com Lula. A ideia é que essa série de mobilizações tenha como um dos marcos uma caravana a Brasília no dia 2 de junho.

Os organizadores negaram a informação de que a ausência da Prefeitura de São Paulo entre os alvos dos sem-teto poderia estar ligada às eleições municipais.

"A prefeitura aprovou um fundo municipal de habitação e elegeu um conselho. Independentemente de governo e de partido, somos um movimento de moradia", disse Donizete Fernandes de Oliveira, coordenador da UNMP.

A Secretaria da Habitação da gestão Marta tem assessores ligados à CMP. Na última série de invasões, em julho de 2003, os sem-teto se dividiram sobre ações contra a prefeitura. (ALENCARIZIDORO, AMARILIS LAGE, FABIO SCHWARTZKE, LAURA CAPRIGLIONE, SIMONE IWASSO E AURELIANO BIANCARELLI)

COMO FORAM AS AÇÕES DOS SEM-TETO

10h 23h de anteontem **IMÓVEL DO GOVERNO DO ESTADO**
 Celso Garcia, Balem, zona leste
 Unificação das Lutas de Cortiços - ULC
 → Cerca de **400 pessoas** (300 para a polícia) tentam invadir o imóvel, mas são impedidas pela polícia. Saem do local por volta das 8h.

1h de ontem **IMÓVEL DA CDHU**
 Pça. Barão de Tietê, perto do viaduto
 Guadalajara, zona leste
 Unificação das Lutas de Cortiços - ULC
 → Cerca de **400 pessoas** (para a polícia, 300) tentam invadir imóvel, mas a polícia chega primeiro ao local e consegue impedi-las. O grupo acampa em frente ao prédio e também interdita a Radial Leste no início da manhã. Os manifestantes seguem em **passeata até a sede da CDHU**, na rua Boa Vista, centro

1h30 **IMÓVEL DA CDHU**
 R. José Barros Magaldi, zona sul
 Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
 → Cerca de **200 pessoas** se alojam no local em barracas de lona e caçambas de entulho. Para esta área, seguem, no decorrer do dia, sem-teto que tentaram outras invasões

1h30 **QUARTEL DESATIVADO DA PM**
 Av. do Estado, Cap. B. Barro, centro
 Movimento dos Sem-Teto do Centro
 → Cerca de **1.200 pessoas** (300 segundo a PM) entram em confronto com a tropa de choque. Polícia atira bombas de efeito moral e balas de borracha. Dois PMs ficam feridos. Um fotógrafo do jornal "Agora" é atingido na perna esquerda por uma bala de borracha. Oito manifestantes são presos

2h **PRÉDIO DA EMPRESA FIBRA/SA**
 Abandonado há cinco anos, Av. Nações Unidas, zona sul
 União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
 → Cerca de **300 pessoas** (para a polícia, cem) tentam invadir o prédio, mas são retiradas pela polícia e seguem para a ocupação na r. José Barros Magaldi



2h **DOIS PRÉDIOS DA CDHU**
 Estr. C. Limpa, rd. Umartiz, zona sul
 União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul - UMMIZS
 → Cerca de **500 pessoas** (para a polícia, 200) invadem dois prédios. São retiradas pelos policiais e seguem para a ocupação na r. José Barros Magaldi. O grupo pretende negociar a área com o governo do Estado para a construção de habitação para famílias de baixa renda

8h **TERRENO DO GOVERNO DO ESTADO**
 Próximo metrô Barra Funda, zona oeste
 → Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste
 Um grupo com **2.500 pessoas** (para a polícia, mil) tenta permanecer no local, a ocupação não se concretiza. Os sem-teto começam uma **manifestação**, queimam caixão com foto de Alckmin e deixam local às 13h

10h **PROTESTO NA AVENIDA PAULISTA**
 → Por volta das 10h, cerca de mil integrantes de movimentos dos sem-teto, segundo os organizadores da manifestação, se concentram na calçada em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal na avenida Paulista. O grupo permanece no local até as 14h

FRASES

Vamos continuar as ocupações em maio e em junho. Cada entidade tem o seu calendário

ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO
 Coordenador nacional do Movimento Nacional de Luta por Moradia

[Foi um] abril vermelho urbano

GERALDO ALCKMIN
 Governador de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

HABITAÇÃO Encortçados da região central ocuparam prédio desativado da Polícia Militar e foram expulsos pela tropa de choque

Invasão de quartel termina em pancadaria

Atos atrapalham trânsito na zona leste e no centro

DA AGENCIA FOLHA
 Após sete tentativas de invasão desde a madrugada de anteontem, grupos ligados aos movimentos de moradia realizaram três protestos na capital paulista,

prejudicando o trânsito na zona leste e no centro. O pico de congestionamento (80 km) ocorreu às 8h30, segundo a CEF (Companhia de Engenharia de Tráfego). No início da manhã, duas pistas da Radial Leste foram ocupadas por cerca de 300 sem-teto que haviam tentado invadir um imóvel da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) próxi-

mo ao viaduto Guadalajara (zona leste), segundo a Polícia Militar. Eles seguiram em passeata até a praça da Sé (centro). De lá, a concentração seguiu para a rua Boa Vista, onde fica a sede da CDHU. Com bandeiras da União dos Centros de Moradia e carros de som, cerca de 2.500 pessoas, segundo líderes do movimento, permaneceram na rua até as 14h. Outro grupo, formado por cerca de 2.500 pessoas, segundo o movimento, e mil pessoas, de

acordo com a PM, fez um ato por volta das 8h ao lado da estação de metrô Barra Funda (zona oeste). O protesto começou após uma tentativa de invasão de um prédio desocupado. Eles queimaram caixão com foto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e deixaram a rua no final da manhã. Na avenida Paulista, por volta das 10h, um terceiro grupo se reuniu na calçada em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal. Os sem-teto ficaram lá até as 13h.

Terreno da União em PE é invadido de novo

DA AGENCIA FOLHA
 O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco promoveu ontem pela manhã uma invasão a uma área da União em Cabo do Santo Agostinho (32 km de Recife). O alvo foi o desativado engenho do Cabo, cujo galpão ha-

via sido cedido ao Ibama. Segundo o MTST, participaram da invasão cerca de 400 pessoas. Segundo o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), o órgão já vinha retirando seus equipamentos da área, o que não deve mudar devido à invasão.

O coordenador do MTST em Pernambuco, Marcos Cosmo da Silva, disse que a área invadida "não está sendo usada". Os sem-teto já haviam entrado na área há oito meses e se retirado. Em Recife, o MTST organizou um protesto, que juntou cerca de 300 pessoas, em frente a um pré-

dio da Caixa Econômica Federal, para reivindicar, entre outros itens, financiamento para casas populares e projetos habitacionais para quem tem renda de até três salários mínimos. A assessoria de imprensa do banco disse que encaminharia os pedidos à sede, em Brasília. (VICTOR RAMOS)

Movimentos têm até invasor profissional

Pedreiro participou de cinco ocupações

DA REPORTAGEM LOCAL

Por trás das barracas dos sem-teto paulistanos estão invasores profissionais. São integrantes dos multifacetados movimentos que, mesmo já tendo casa própria, lutam por um teto para parentes e amigos.

É o caso da aposentada Maria do Carmo Gabrich, 50, que, apesar de morar numa casa de alvenaria construída pelo marido, acampou ontem no terreno da CDHU no Jardim São Luiz. "É que meus cinco filhos ainda não têm", justifica. O sexto filho, conta, conseguiu um apartamento depois de ela ter invadido um terreno do Estado. "Para a classe pobre a única solução é ocupar e torcer", afirma.

O pedreiro José Pedro de Melo, 52, já contabiliza cinco invasões em seu currículo de associado a movimentos de habitação popular. Pernambucano de Garanhuns, terra natal de Lula, veio a São Paulo em 1977 com o mesmo sonho da família do presidente: "melhorar de vida e ter comida no prato".

O salário de pedreiro lhe permite alimentar a família, mas não tem conseguido pagar em dia a prestação de R\$ 200 de sua casa. "Se não quitar o imóvel onde moro, podem tirar de mim."

No acampamento no terreno da CDHU no Jardim São Luiz, Melo e outros invasores viraram de lado uma caçamba metálica para recolher lixo e entulho e improvisaram a cobertura da barraca onde pretendem passar os próximos dias. O lixo espalhado pelo terreno provocou um cheiro desagradável.

A CDHU informou que entrará com pedido de reintegração de posse do terreno invadido.

(FABIO SCHWARTZ)

Laura Capriglione

DA REPORTAGEM LOCAL

Foram 1.200 invasores, segundo o Movimento dos Sem-Teto do Centro. Trezentos, segundo a PM. Quando os 12 ônibus alugados pararam de frente ao velho quartel da Polícia Militar, no Parque Dom Pedro, região central de São Paulo, por volta da 0h de ontem, despejando sua carga humana silenciosa, a senha foi dada. Das ruas vizinhas afluíram dezenas e dezenas de outros sem-teto. Juntos, eles escalaram os muros do

edifício, entraram e comemoraram a ocupação. "Lutar, resistir, construir, morar", gritaram.

Do contingente invasor, a maioria compunha-se de moradores de cortiços do centro e de bairros próximos, como Barra Funda e Cambuci. Eles foram recrutados para o movimento há um ano, quando teve início a preparação da atual onda de invasões.

Para a presidente da Central de Movimentos Populares, Maria das Graças Xavier, 38, a invasão do quartel da PM, um imóvel estadual desativado há anos, chamaria a atenção para o que chama de "descaso do governo Alckmin com a habitação popular". Para o secretário estadual da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, a invasão foi uma "inaceitável tentativa de desmoralização da PM". A oposição de pontos de vista resolveu-se na pancadaria.

À 1h, à força de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de balas de borracha e cacetadas, a tropa de choque deu e cumpriu a ordem de despejo. Três pessoas precisaram de cuidados médicos, após a operação, entre elas o fotógrafo do jornal "Agora" Anderson Prado, atingido na perna esquerda por uma bala de borracha. Oito dirigentes do movimento foram presos.

A polícia mobilizou cerca de 80 soldados do batalhão de choque para a desocupação. Quando o comandante da PM Leandro Pavani chegou ao local, sabia que algo como 50% dos efetivos adversários compunham-se de mulheres e crianças, algumas de colo.

O comandante logo ordenou às lideranças dos sem-teto: "Saíam todos do quartel e coloquem-se na calçada do lado oposto da rua". Quinze minutos depois, a tropa entrou no prédio invadido.

O quartel, uma construção oitocentista erguida em taipa de pilão com anexos em tijolos, tem ambientes com chão de madeira. Corroídas pelo tempo e pela umidade, as tábuas não suportaram o tam-tam forte e ritmado das botas dos PMs avançando pelo corredor central do prédio, nem o corre-corre esbaforido dos sem-teto diante da repressão.

Em muitos pontos, o chão cedeu, pessoas caíram umas sobre as outras. "Socorro, meu pé prendeu no buraco", gritava uma mulher, bebê de meses nos braços. Em outro ponto, numa sala que trazia um cartaz escrito "Sala dos Sargentos", ouviam-se os gritos de Maria de Fátima Gandolfo, 58, apavorada com o avanço da tropa, com a escuridão total e com o receio de sofrer um novo derrame

(ela arrastava a perna esquerda, seqüela de um acidente anterior).

Na saída forçada do prédio, os sem-teto ainda tentaram permanecer concentrados. A polícia não deixou e os invasores recidivaram, atirando pedras e garrafas. Cinco veículos da Guarda Civil Metropolitana, que dava apoio à ação da PM, também acabaram danificados. Novo revide, agora da tropa, e o confronto se encerrou. Marchando em linha, protegidos por escudos em que batiam seus casquetes, os soldados atiraram bombas de gás e de efeito moral.

À 1h50, em frente ao quartel havia apenas 50 sem-teto renitentes, cinegrafistas, repórteres e fotógrafos. A desempregada Valdecyr da Silva Novais, 28, ainda conseguia gritar à tropa: "Queria ver vocês entrarem com essa coragem toda numa boca de tráfico".

Sede de chácara (1842), depois transformado em Hospício dos Alienados (1862 a 1903), depois em quartel do Exército e, por fim, entregue à PM, o prédio velho da avenida do Estado foi tombado em 1981. Está quase em ruínas. Depois da pancadaria, volta à calmaria de seus fantasmas.

Colaborou o "AGORA"

HABITAÇÃO Entidades que promoveram as ocupações de ontem também apoiaram candidatos do PT nas últimas eleições

Grupos são ligados à CUT e à Igreja Católica

DA REPORTAGEM LOCAL

Apesar de se declararem apolíticas, as quatro entidades que organizaram as ocupações de ontem são ligadas a grupos de esquerda, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A CMP (Central dos Movimentos Populares), aliás, é a "irmã-pobre" da CUT, na definição de sua presidente, Maria das Graças Xavier, 38. Ela ressalva que o membro que decidir se lançar candidato por algum partido deve, antes, se desvincular da CMP.

Mas, nas demais entidades, o apoio a alguns candidatos é declarado. Segundo Antonio José de Araújo, coordenador-executivo do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), nas últimas eleições o grupo apoiou Luiz Inácio Lula da Silva e, no âmbito estadual, o deputado Ilo Cardoso, presidente do PT paulistano.

"Nós apoiamos o programa do governo por achar que é mais comprometido com as nossas reivindicações, mas nem por isso achamos que tudo que eles fazem é certo", disse Araújo.

A deputada estadual Ana Martins (PC do B - SP) já foi presiden-

te da Federação Estadual das Associações Comunitárias de São Paulo, ligada à Conam. O cargo também já foi ocupado por Wander Geraldo da Silva, atual presidente da Conam.

Grande parte dos grupos que promoveram as ocupações na madrugada de ontem tem para ontem está filiada à UNMP, cujo

FRASE

Apoiamos o programa do governo por achar que é mais comprometido com as nossas reivindicações

ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO
coordenador do MNLN

surgimento está ligado à ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Igreja Católica. A principal fonte de financiamento, aliás, vem de entidades ligadas à Igreja Católica.

Segundo a presidente da Central dos Movimentos Populares,

as contribuições para o movimento de habitação não são fixas —dependem das "necessidades da luta".

A proximidade que entidades ligadas à Igreja Católica mantêm com o movimento de moradia tem sua razão de ser: assim como acontece no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, muitas das principais lideranças dos sem-teto provêm dos seminários católicos, ou de movimentos apoiados firmemente pela Igreja, como as pastorais da Terra ou da Favela.

Além da igreja, a UNMP conta, como fonte de financiamento, com as contribuições das organizações que lhe são filiadas, segundo o critério da proporcionalidade. Assim, uma entidade com até 300 sócios contribui com 25% de salário mínimo por mês. De 300 a 500, paga meio salário mínimo. Entidades com mais de 500 associados contribuem com 75% do salário mínimo.

Considerando que a seção paulista da UNMP tem cerca de 200 entidades filiadas, e que todas paguem a cota média, a arrecadação resulta em R\$ 24 mil diretamente provenientes "da base".

OS SEM-TETO INFORMAM

Sent: Monday, April 19, 2004 1:00 AM
Subject: Diversas ocupações esta madrugada

Quatro movimentos pertencentes à União dos Movimentos de Moradia (UMM) - Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC); União das Lutas de Cortiços (ULC); União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul (UMMIZS) - estão ocupando prédios na cidade de São Paulo esta madrugada. Desde a semana passada, diversas ocupações vêm acontecendo.

Sent: Monday, April 19, 2004 1:35 AM
Subject: Tropas de choque invadem prédio ocupado

O prédio do quartel ocupado pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), vizinho ao Parque D. Pedro II, foi invadido pelas tropas de choque.

A tropa de choque da polícia militar, que chegou faz pouco mais de meia hora ao prédio do quartel ocupado por 2 mil famílias de sem teto está lançando bombas de gás e atirando para o alto. Algumas pessoas deixaram o prédio e outras resistem.

Sent: Monday, April 19, 2004 2:02 AM
Subject: Ocupações 4 - sem-teto deixam quartel

As tropas de choque conseguiram expulsar as duas mil famílias de sem teto do quartel que elas ocuparam, próximo ao Parque D. Pedro II. Esta noite, os sem teto, do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) vão dormir na Praça da Sé.

Mensagens enviadas pelos sem-teto aos jornalistas à medida que as invasões aconteciam

URGENTE

Ocupação no metrô Barra Funda!!!!

SAIBA MAIS SOBRE OS MOVIMENTOS DE SEM-TETO

CMP

(Central dos Movimentos Populares)
Principal liderança:
 Maria das Graças Xavier

■ Foi criada em 1993, em São Paulo, onde congrega cerca de 30 movimentos de moradia. A Secretaria Municipal da Habitação da administração Marta Suplicy tem assessores ligados à entidade. Além de São Paulo, está presente em 16 Estados. Apesar de atuar em diversas áreas, como movimento negro e direitos da criança, tem como principal atividade ações na área da habitação

UNMP

(União Nacional por Moradia Popular)

■ **Principal liderança:**
 Donizete Oliveira
 ■ Foi por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de

Base), da Igreja Católica, que a entidade surgiu, em 1985. Tem 56 mil famílias cadastradas no Estado de São Paulo, sendo 48 mil na capital. Segundo Oliveira, a entidade é precursora em propostas como: mutirões com autogestão, urbanização de favelas e ocupação de prédios vazios no centro da cidade. Atualmente, atua em outros 15 Estados — cada um com seu representante na coordenação executiva

MNLM

(Movimento Nacional de Luta por Moradia)

■ **Principal liderança:**
 Antonio José de Araújo

■ A entidade nasceu de uma dissidência da UNMP, em 1988. Em São Paulo, tem 6.500 cadastrados. Nas últimas eleições, apoiou o deputado estadual Italo Cardoso (PT-SP), e, segundo Araújo, irá manter o voto no PT nas eleições municipais. Tem uma

coordenadoria executiva composta por um representante de cada um dos 16 Estados em que atua

Conam

(Confederação Nacional das Associações de Moradores)

■ **Principal liderança:**
 Wander Geraldo da Silva

■ A confederação foi fundada em 1982, como consequência do fortalecimento das federações estaduais. A deputada estadual Ana Martins (PC do B - SP) já foi presidente da Facesp (Federação Estadual das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), que é ligada à Conam. Atualmente, está presente em 22 Estados. Tem 5.000 famílias cadastradas. Há cerca de uma semana, a entidade apoiou um evento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da UNE (União Nacional dos Estudantes), exigindo redução da taxa de juros

Ação inclui até a divulgação on line

DA REPORTAGEM LOCAL

Os grupos de sem-teto responsáveis pelas invasões simultâneas em São Paulo chegaram a criar um sistema de transmissão de informações on line à imprensa, numa ação que mostra a capacidade de articulação dos movimentos.

Uma série de oito e-mails foi enviada a jornalistas a partir da 0h27 de ontem, informando os principais fatos a cada momento.

O primeiro anunciava "Ocupação agora" e passava os contatos de líderes que participavam da in-

vasão do quartel da PM. Os momentos mais tensos eram narrados nas mensagens seguintes: à 1h57, "a tropa de choque da Polícia Militar [...] está lançando bombas de gás e atirando para o alto"; às 2h02, "as tropas de choque conseguiram expulsar as 2.000 famílias".

A presidente da CMP (Central de Movimentos Populares), Maria das Graças Xavier, afirma que a presença de jornalistas é importante para os sem-teto porque evita uma reação mais truculenta da Polícia Militar. Segundo ela, as in-

formações sobre as invasões eram transmitidas por telefone para uma equipe que ficava na sede da UNMP, na Barra Funda (zona oeste). Esse grupo era formado por três assessores de imprensa e uma secretária, além da própria Maria das Graças Xavier.

A utilização da rede mundial de computadores pelos sem-teto já havia sido marcante durante uma série de oito invasões em 2002. Na ocasião, um dos prédios invadidos foi escolhido a partir de informações disponibilizadas em um site de leilões na internet.

Sem-terra fazem mais 6 invasões em 4 Estados

O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade promoveu mais duas ocupações de terra anteontem, nos municípios de Barreiros e São José da Coroa Grande, na Zona da Mata de Pernambuco, e promete outras quatro para hoje. Também houve invasões no fim de semana na Bahia – duas – e em Alagoas – uma. Ontem, cerca de 200 sem-terra e assentados ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam o prédio do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia, no sul do Pará.

Com as ações do MTL, subiu para 65 o número de ocupações registrados em Per-

nambuco desde 27 de março por quatro movimentos de luta pela reforma agrária. Deste total, o MST fez 31, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape) realizou 21, a Organização da Luta no Campo (OLC) fez 7 e o MTL, 6.

De acordo com o MTL, 55 famílias participaram das ações de anteontem. São reivindicadas as Fazendas Manguinhos, de 600 hectares, em Barreiros, e duas em São José da Coroa Grande: Buenos Aires e Queimados, com 500 hectares e 650 hectares, respectivamente.

Ontem, os líderes do MST e da CPT foram recebidos no Palácio do Governo, pelo governador Jarbas Vasconcelos (PMDB). De acordo com o líder do MST no Estado, Jaime Amorim, Jarbas se mostrou solícito a ceder técnicos – agrônomos, cartógrafos e topógrafos – para ajudar o Incra a dar mais agilidade às vistorias de terra.

Na Bahia, o sem-terra promoveram duas invasões no fim de semana. No município de Nova Redenção, na Chapada Diamantina, 200 famílias ocuparam a Fazenda Pilões. Na rodovia que liga os municípios de Eunápolis a Barrolândia, no extremo sul, foi a vez de 80 famílias ligadas ao Movimento de Luta pela Terra, que tem o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (Fetag-BA), invadirem a Fazenda Santa Maria. A propriedade já foi ocupada outras quatro vezes pelos agricultores.

Em Alagoas, cerca de 100 famílias ligadas ao MST invadiram, no domingo, uma fazen-

da de 450 hectares, no município de Piranhas, a 291 quilômetros de Maceió. Segundo José Roberto dos Santos, da coordenação do MST em Alagoas, esta é a sexta fazenda ocupada este ano. “São áreas do conhecimento da superintendência do Incra em Alagoas, porque já foram vistoriadas ou indicadas para desapropriação, mas até agora não continuam indefinidas”, explicou o líder do MST.

Banco – Em Conceição do Araguaia, no Pará, sem-terra e assentados ocuparam a Agência do Banco do Brasil e impediram a entrada de funcionários e clientes. Eles reivindicam recursos para a reforma agrária, além da presença de diretores do Incra em Brasília, para discutir a reestruturação do órgão na região, que acusam de prejudicar os agricultores. Eles dizem que só deixarão o local depois que suas reivindicações forem atendidas.

A Polícia Militar foi chamada, mas não interveio, preocupando-se apenas em garantir a segurança das instalações físicas do prédio para evitar depredações.

A sede do Incra no município também está ocupada por 150 sem-terra ligados ao MST e outros movimentos sociais de Conceição do Araguaia. O trabalho no órgão foi suspenso e os funcionários liberados até que os invasores saiam de maneira pacífica. (Angela Lacerda, Ricardo Rodrigues, Biaggio Talento e Carlos Mendes)

No Pontal, MST começa a deixar duas fazendas

O MST iniciou ontem a desocupação da Fazenda Santa Terezinha, em Santo Anastácio, no Pontal do Paranapanema, invadida no dia 12 por 300 militantes. A saída dos sem-terra foi determinada pelo juiz José Roberto Canducci Molina, atendendo a pedido dos proprietários do imóvel. As famílias estão acampando numa estrada rural que margeia a propriedade. O MST também já deixou a Fazenda Liberdade, em Presidente Epitácio, invadida no mesmo dia. As famílias foram se juntar às que estão ocupando a Fazenda Tupiconã, naquele município. Os líderes informaram que o movimento entrou com recurso contra a desocupação dessa fazenda, determinada pelo juiz Fernando França Vianna.

Invasão deixa prejuízo mínimo de R\$ 160 mil

Cálculo, referente a área média no Pontal, é do presidente da Federação da Agricultura de SP

MILTON F. DA ROCHA FILHO

O presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio Meirelles, disse ontem que os produtores do Pontal do Paranapanema estimam que o prejuízo mínimo causado por uma invasão do Movimento dos Sem-Terra (MST) gira em torno de R\$ 200 mil a R\$ 300 mil. "Mas não devemos nos esquecer de que, para reaver a propriedade, cabe ao produtor arcar com inúmeros custos, inclusive judiciais", ressaltou Meirelles.

Essa é a primeira vez que os agricultores da região fazem um balanço dos prejuízos causados pelas ocupações do MST. Meirelles salientou que, em alguns casos, onde o ímpeto dos invasores é "mais exacerbado", os prejuízos podem chegar a R\$ 1 milhão, tomando como média o tamanho das propriedades invadidas.

O presidente da Faesp destacou que cálculos aproximados, levando em conta apenas danos parciais, levam à conclusão de que os prejuízos diretos jamais ficam por menos de R\$ 160 mil. "Nessas estimativas consideram-se os reparos das benfeitorias, o replantio das áreas destruídas e a margem bruta cessante; mas esse valor pode multiplicar-se mui-

tas vezes, conforme a violência dos invasores."

Meirelles fez os cálculos com base em informações fornecidas pelos produtores e por sindicatos rurais, mas ressaltou que, "embora os prejuízos causados pelas invasões do MST sejam flagrantemen-

"Além das perdas materiais, provocam impactos psicológicos nas famílias e colaboradores do homem do campo."

Ele enumerou as ações mais comuns: corte das cercas, de modo a evitar o reaproveitamento; corte ou queima de matas nativas ou reflorestadas; abate de animais, incluindo reprodutores e matrizes; saque de materiais; destruição das benfeitorias, lavouras, máquinas e equipamentos; destruição de taipas de barragens e bloqueio de estradas de acesso às propriedades.

No caso dos animais, ressal-

tou Meirelles, eles são abatidos com armas de fogo e a carne - proveniente do abate ao ar livre, sem condições de higiene e limpeza - é vendida para receptadores, que a comercializam em pequenos estabelecimentos. "A consequência disso tudo é o desassossego geral", disse.

Reação - O dirigente da Faesp considera "inconcebível" o governo não to-

mar *enérgica posição, em cumprimento do compromisso de posse e da Constituição de manter a ordem interna e o estado democrático de direito*". E alertou: "É preciso dar um basta a esses desmandos, garantir a segurança do produtor, sua família e seus trabalhadores, para que asseguremos a continuidade do extraordinário desempenho do

agronegócio brasileiro."

Para ele, o desrespeito à lei já vem provocando consequências danosas ao agronegócio no plano internacional, "pois os parceiros comerciais estão receosos da presente situação, que beira ao caos e trouxe como consequência direta o aumento do risco Brasil". E acrescentou: "Sem ordem e respeito à lei não existe sociedade organizada e dificilmente haverá sustentabilidade do desenvolvimento."

O dirigente alertou, também, para o fato de serem extremamente perigosas declarações de integrantes do governo em favor de atitudes violentas de índios. "Não deve haver beneplácito com qualquer ato de violência, pois isso pode levar à ampliação dessas atitudes, além de uma crise de governabilidade, trazendo como consequência, para o governo, a sua desmoralização."

DESPESAS
ALGUMAS
VEZES BEIRAM
R\$ 1 MILHÃO

Investimentos – perdas e ganhos

Com a frase de Lenin segundo a qual “o esquerdismo é uma doença infantil”, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, resumiu, sem precisar dizê-lo, o angustiante problema político do governo Lula, de governar hoje dialogando com seus amigos de ontem. Para o ministro, políticas econômicas que invertem a estabilização da economia podem levar à perda, num átimo, de investimentos que o Brasil levou anos para ganhar – e o Brasil não pode correr esse risco.

Mas talvez esse raciocínio esteja sendo esquecido pelos setores governamentais e movimentos sociais supostamente afinados com o governo Lula, haja vista os que propõem uma reforma agrária, com distribuição de terras mais justa, sem investimentos que aumentem o consumo e melhorem a vida no campo. Se também o presidente desprezar essa máxima, mesmo tendo construído sua vida pública em meio a fases de diálogo e confronto com investidores, ou de ela ter virado letra morta para movimentos como o dos sem-terra, que optam por infernizá-lo para impor as suas vontades, teremos motivos de sobra para nos preocupar.

Lula viajou meio mundo convencendo investidores a se instalarem no País, garantindo respeito aos contratos e louvando sua política econômica. Mas já se esboçam sinais de que os atuais radicalismos, como os do MST, poderão abalar seus planos.

Sindicalista, Lula acompanhou uma moratória unilateral do Brasil, seguida da fuga de investimentos, da posterior normalização das



Radicalismos, como os do MST, poderão abalar os planos de Lula de atrair investidores

relações com os credores, de políticas populistas e de choque, dos problemas da hiperinflação e do vaivém dos que chegavam e logo partiam com seus capitais.

Presidente eleito, adotou políticas defensivas para a moeda, implantou a austeridade, teve o bom senso de abrir o País aos investidores estrangeiros, de pedir que trouxessem sua experiência e se vinculassem à economia brasileira, ajudando-o na retomada do crescimento sustentado.

Mas, agora, seus ex-companheiros, que pregam mudanças no modelo econômico, podem pôr tudo a perder, na ocasião em que o governo mais precisa atrair investimentos para novos projetos, sobretudo na infraestrutura de transportes, de portos, de energia elétrica, etc.

Nesse cenário se insere o debate sobre o papel das agências reguladoras de serviços públicos, a defesa dos recursos dos investidores e da sociedade, a definição do governo sobre as taxas de juros para empresas nacionais e estrangeiras e outras medidas complementares para atraí-los. A recente decisão de garantir estabilidade de quatro anos aos dirigentes das agências, tornando seus mandatos invioláveis e preservando sua independência, mesmo contra a vontade do presidente da República, no entanto, significou apenas um passo.

O ministro Palocci apenas se referiu ao documento *Declaração de Páscoa – Antes que Seja Tarde: Mudan-*

ça, Já, de parlamentares do PT que reivindicam novas propostas para a economia, que, ao lado da do México, e não obstante suas conhecidas distorções, acaba de ser vista pelo relatório *Estabilidade Financeira Global*, do FMI, como exemplo para os principais mercados emergentes. Palocci passou ao largo dos problemas do governo para conter invasões de terras e do “abril vermelho” anunciado e consumado pelo MST, ao qual o governo reagiu, com a desapropriação de 24 fazendas em 11 Estados.

De qualquer forma, é possível que essas ações não bastem para apagar a mancha de diversas invasões em dez Estados, inclusive a da Veracel, no sul da Bahia, de capitais brasileiro, finlandês e sueco, onde foram derrubados 1,3 milhão de pés de eucaliptos, em 13 dias, sob o insólito argumento de que eucalipto não se come. Aliás, é bastante significativo que essas invasões ocorram exata-

mente quando o Congresso da China – país paradigma da nossa esquerda desenvolvimentista – aprova emenda à sua Constituição garantindo o direito do povo à propriedade privada, na primeira proteção desse tipo desde a revolução de Mao Tsé-tung, em 1949.

Com base nesse estúpido raciocínio de que não se come eucalipto, e para “infernizá-lo” ou “azucriná-lo”, o que dá rigorosamente no mesmo, o que seria se alia-

dos ou ex-aliados do presidente Lula (não se sabe bem ao certo o que são, pois esse meio-de-campo está confuso) destruíssem as instalações de uma montadora, sob a “justificativa” de que fábricas de automóveis não servem para morar? Ou de que automóveis não servem para comer?

Com uma massa de recursos de US\$ 150 bilhões prestes a entrar na economia, de que o governo Lula precisa para dinamizar a demanda de mão-de-obra, com os chineses buscando investir em ferrovias, para baratear os custos das exportações de soja e minério, e com o País carecendo de mais investimentos, temos de voltar depressa a valorizar os investimentos.

Para isso basta, simplesmente, que o governo aplique a lei em quem, no campo e nas cidades, teima em remar contra a ordem institucional e contra o Estado democrático, por meio de ações violentas.

Ninguém é ingênuo para imaginar que sem uma ação energética do presidente Lula – cujo governo parece estar se mantendo na defensiva – os sem-terra, sem-emprego, sem-teto, sem-carro, sem-botequim ou “sem-qualquer coisa” se disponham a conversar sobre os problemas que os afligem.

■ Miguel Jorge, jornalista, é vice-presidente de Recursos Humanos e Assistentes Corporativos do Santander Banespa

CORREIO BRAZILIENSE

por Antônio Machado
cidadebiz@correioweb.com.br

Corda esgarçada

Abulia do governo em enfrentar a petulância crescente do MST não só afronta o Estado de direito, põe em risco a bonança rural, dos poucos setores da economia que mais entrega que toma no balanço de quem faz o que pelo crescimento da economia, afugenta investimentos privados e cria a perigosa impressão de que em nome do social tudo é permitido — invadir, destruir, ameaçar e trocar da autoridade constituída.

Além de fomentar este largo rol de desgoverno, a política ensandecida do MST mais cedo ou mais tarde acabará produzindo um outro tipo de "sem-alguma coisa": o sêmpoder, que é a triste constatação de uma gestão que confunde exercício da ordem com tolerância, quando é o excesso dessa, que beira a leniência, que fragiliza aquela e ameaça a democracia, como noutros tempos se deu com o enfrentamento da criminalidade no Rio, desembocando na situação de insegurança generalizada que hoje corrói o tecido social da segunda mais importante cidade do país.

Em ambos os casos faltou e falta a ação do estado, prisioneiro de concepções canhestras sobre o caráter anti-democrático e social de se usar a força policial para conter o que erroneamente foi e é tipificado como seqüelas do "modelo econômico excludente, que cria pobreza e concentra renda".

Governantes não podem contemporizar jamais com a contestação da autoridade pública que extravase os marcos legais. Se o estado deixou de cumprir sua função social ou não se presta nem se revela apto a encaminhar conflitos, para isso é que há a democracia representativa, as eleições periódicas, a liberdade de expressão e os partidos políticos. Para isso, a propósito, é que um afiliado do PT foi eleito presidente: para promover mudanças, sobretudo aquelas que possam de algum jeito melhorar a qualidade de vida dos que o elegeram. É isso, curto e grosso.

Se ele não consegue dar curso ao que prometeu em campanha, ou é porque uma vez instalado no poder se convenceu de que *nem tudo o que sonhava seria exequível* — o que revela alienação das condições institucionais, políticas e econômicas que lhe aguardavam. Ou, o que é igualmente provável, entendeu que há não uma solução; mas várias, todas melhores que a que acreditava, para os problemas que clamam a sua resposta. A questão da reforma agrária é uma delas.

O que se pretende com ela: dar emprego à mão-de-obra rural que ficou à margem da excepcional expansão do agronegócio ou implantar um novo modelo econômico no país a partir da agricultura familiar? No primeiro caso, o plano de assentamento de 430 mil

famílias até o fim do governo, mais a regularização de 130 mil títulos de posse, é suficiente para trazer o pleno emprego ao campo. Se a esse programa forem adicionadas ações como o turismo rural e a interiorização do desenvolvimento, vê-se que o problema do emprego no campo está até melhor encami-

nhado que nos centros urbanos.

Na outra hipótese, em que se mistura messianismo religioso com o que há de mais retrógrado na esquerda marxista, o governo está diante de um beco sem saída: nem pode desarticular o agronegócio, que é a verdadeira intenção do MST, *nem tem como patrocinar um modelo econômico que podia fazer sentido duzentos anos atrás, quando tudo girava em torno da produção rural.*

Águas turvas

Só os muito míopes não percebem que a tática de combate do MST mudou, *começando a centrar-se em invasões de propriedades rurais produtivas e áreas de reflorestamento para produção de celulose e papel, primeiro em uma fazenda do maior empreendimento industrial do governo Lula, o Veracel, no Sul da Bahia, e na madrugada do último sábado em uma unidade da Klabin, em Santa Catarina.*

Já não se trata de chamar a atenção da sociedade para a urgência da política fundiária, mas de atemorizar o capital, desarticular a produção rural e precipitar um confronto que leve o governo, mas sobretudo o PT, a escolher um lado. Que as mentes atormentadas dos estrategistas do MST e outros movimentos políticos assemelhados acreditam ser o seu, como se o presidente e as lideranças maiores do PT fossem suicidas potenciais, desconhecedoras da coalizão de interesses políticos que sustenta a administração petista.

Ontem, em seu programa de rádio, o presidente voltou a se apresentar conciliador. Disse, referindo-se aos sem-terra, que "eles sabem que este país tem lei, tem regras"; contou que, *quando dirigente sindical, sempre que radicalizou ele perdeu; e mais uma vez declarou que não é, na essência, contrário a manifestações sociais.* "Algumas pessoas tentam fazer disso uma coisa muito grave, às vezes até tentam vender como se fosse maior do que é", afirmou. "Nós temos de conceber que isso significa o exercício da democracia, gostemos ou não."

A leitura dessa fala presidencial está clara: *é como dizer algo do tipo "até aqui eu chego e mais do que isso é querer submeter-me a uma chantagem que já foi constatada pela sociedade".* O governo já concedeu o máximo que podia, estando a iniciativa agora com o MST. Se a temperatura não baixar até o fim do mês, é possível que *se comece a ver daí em diante, nestes movimentos, a mão de pescadores de águas turvas, com todas as consequências dessa interpretação.*

Apoio não lhe faltará: dia 26 haverá reunião de governadores em Brasília e, como já antecipou o governador de Minas, Aécio Neves, a questão agrária está na agenda. "Essa é uma questão extremamente grave, que preocupa o país", afirmou Aécio.

**AFRONTAS DO
MST AO
ESTADO DE
DIREITO
ULTRAPASSAM
O TOLERÁVEL E
BOTAM O
GOVERNO NO
LIMITE DA
REAÇÃO**

CORREIO BRAZILIENSE

CONFLITO AGRÁRIO

Presidente cobra responsabilidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu responsabilidade aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em seu programa de rádio, Lula disse ontem que vê "com muita naturalidade" as manifestações do MST. "Se eu posso dar um conselho aos meus companheiros do movimento social, é esse: ajam com a maior responsabilidade possível", pediu o presidente. Lula voltou a afirmar que a reforma agrária será feita "dentro da lei" e ressaltou mais uma vez que o país tem regras que valem para ele, "e para os sem-terra".

Em resposta às palavras do presidente, o MST afirmou que somente pode realizar manifestações dentro da lei diante da aplicação da reforma agrária. "Também queremos a reforma agrária dentro da lei, desde que se faça", afirmou João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do movimento. Rodrigues pediu que o presidente da República faça o mesmo e também cumpra a Constituição. "Acreditamos que, se o Lula cumprir a Constituição, a reforma agrária será feita."

Mais ocupações

Apesar de lideranças do movimento social avisarem que o ritmo das invasões tende a diminuir a partir de agora, agricultores realizaram ocupações em vários estados. No Piauí, 600 pessoas acamparam na fazenda Junco, a 22 km de Teresina. A área, de 1,8 mil hectares, é improdutiva, segundo o movimento.

Um dos proprietários da fazenda, Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima, irmão do deputado federal Ciro Nogueira Lima Filho (PP-Pf), disse

que a área é produtiva e que já ingressou com uma ação de reintegração de posse. No estado, três fazendas foram ocupadas desde o último sábado.

Na Bahia, o MST invadiu a fazenda Pilões, localizada em Nova Redenção, na Chapada Diamantina. De acordo com o MST, cerca de 800 pessoas participaram da invasão — a primeira registrada na região. Um grupo de cerca de 500 sem-terra invadiu a sede do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia, a 1.094 km de Belém, sul do Pará, e permaneceu durante quatro horas no local.

Alguns agricultores do MST foram obrigados, pela Justiça, a desocupar as áreas invadidas. Em Goiás, a Polícia Militar retirou ontem cerca de 1,5 mil sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura da fazenda Eldorado, em Iaciara, a 511 km de Goiânia, após a expedição de uma liminar de reintegração de posse.

Em Santa Catarina, a empresa Kiabin, de celulose, entrou com pedido de reintegração de posse da fazenda Faxinal do Paulista, de 578 hectares, em São Cristóvão do Sul, invadida por cerca de 1,5

mil integrantes do MST.

O líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, denunciou ontem o clima de tensão e violência em Glória de Goitá, no agreste, onde 120 famílias de sem-terra deixaram um acampamento às margens da BR-101, na sexta-feira, para invadir a fazenda Berra Boi, do empresário do setor imobiliário Paulo Miranda.

Amorim disse que pistoleiros ameaçaram as famílias na mesma noite da ocupação, voltando no dia seguinte para "fazer reintegração de posse por sua própria conta".

PONTOS DE VIGÍLIA

Os ruralistas gaúchos montaram na manhã de ontem 35 pontos de monitoramento nas regiões da fronteira oeste, sul e central do estado, para observar o movimento do MST e, assim, coibir eventuais tentativas de invasão. Na região do município de Bagé, são 13 acampamentos de produtores rurais. O monitoramento é uma prática usada há cerca de cinco anos pelos ruralistas gaúchos, para evitar serem pegos de surpresa. "Nossa arma é o telefone celular. De um ponto, podemos saber que ônibus partiu em direção a outro. A idéia é uma atuação pacífica, protegendo nossas terras", disse o ruralista Rodrigo Menna Barreto, que esteve na reunião.

Mais pressão dos sem-teto

Movimentos de sem-terra organizaram uma série de invasões de terrenos e prédios públicos e de uma área particular na cidade de São Paulo, na maior ação simultânea de grupos de moradia no estado desde julho do ano passado. Foram seis tentativas de invasão lideradas por quatro entidades. Uma foi reprimida pela Polícia Militar e uma prosseguia até a noite de ontem.

Os grupos participantes prometem novas ações nas próximas semanas, em protesto contra a política habitacional dos governos estadual e federal. Os principais alvos foram os prédios do governo do estado — três da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e um quartel desativado da PM, cuja invasão foi classificada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública como

uma tentativa de desmoralizar a corporação.

Houve confronto entre manifestantes e policiais, e três pessoas ficaram feridas. Além das invasões em São Paulo, os sem-teto ocuparam prédios em Recife, Pernambuco, e fizeram atos em Minas Gerais, Goiânia, Rio de Janeiro e na Baixada Santista.

JORNAL DO BRASIL

Lula vai atender militares

Presidente diz que reivindicações são legítimas

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acenou ontem com a possibilidade de um reajuste salarial para as Forças Armadas, durante a solenidade de comemoração do Dia do Exército. Também prometeu a criação de um plano habitacional que vai contemplar praças e oficiais de patentes inferiores.

O discurso do presidente foi bem recebido pelos militares, mas tratado com cautela pelos ministros que estiveram no Setor Militar Urbano participando da solenidade. O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, entrou mudo e saiu calado, apesar da insistência da imprensa para que comentasse as palavras do presidente. Já o ministro do Planejamento, Guido Mantega – que nas últi-

mas semanas tem reforçado a tese de que os militares já tiveram um reajuste de 28% em 2001 – não compareceu à cerimônia.

Lula disse que tem o compromisso de garantir um padrão de dignidade aos integrantes das Forças Armadas e às suas famílias.

– As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se de uma questão de justiça, que o meu Governo tem determinação de atender – prometeu o presidente.

Além da questão salarial, o presidente acenou com a possibilidade de reequipamento das Forças Armadas.

– Temos também o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas. E vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las – afirmou. (L.Q.)

CORREIO BRAZILIENSE

MILITARES

Durante cerimônia no Quartel General do Exército, Lula assume compromisso de aumentar os soldos, mas não fala em índices ou datas. Promessa é bem recebida pelos integrantes das Forças Armadas

Presidente garante reajuste

THEO SAAD E
LILIAN TANAM
DA EQUIPE DO CORREIO

Doze dias após ter acenado aos militares com um reajuste salarial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu ontem a liberar o aumento para os integrantes das Forças Armadas. Ele fez a promessa a centenas de militares, inclusive os de mais alta patente, reunidos no Quartel General da corporação, em Brasília, para as comemorações do Dia do Exército Brasileiro.

"Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias. As suas legítimas aspirações serão contempladas", garantiu Lula. Ele complementou que "oferecer condições dignas aos funcionários das Forças Armadas é uma questão de justiça".

Apesar de defender um padrão de vida melhor aos militares, o presidente não citou diretamente o percentual de aumento salarial a categoria deverá receber — os militares querem reajustes de 28,74% a 35,4% — nem quando deverá ser concedido.

Lula disse, no entanto, conhecer as dificuldades pelas quais passam os militares e afirmou, sem dar detalhes, que medidas serão tomadas para corrigir a distorção. "A sociedade brasileira tem orgulho dos senhores e das senhoras, e o estado brasileiro não deixará de traduzir em tempos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem", discursou.

O compromisso do presidente é mais um episódio das negociações entre as Forças Armadas e o governo. No início do mês, os ministros da Defesa, José Viegas; da Secretaria-Geral, Luiz Dulci; e do Planejamento, Guido Mantega, deram declarações pouco otimistas sobre a perspectiva de aumento salarial.

Viegas e Mantega afirmaram, no último dia 7, que não havia orçamento previsto para esse fim e o ministro Dulci chegou a prever que o aumento não sairia em 2004. No dia seguinte, Lula acenou com a liberação de verbas, ao dizer que os militares teriam o mesmo tratamento que os servidores públicos, também em campanha salarial.

Ontem, Dulci recuou e afirmou que o discurso de Lula aos militares, de "respeito e valorização", pode até ser interpretado na forma de aumento para a categoria.

Na caserna

O discurso de Lula foi bem recebido na caserna. De acordo com o deputado federal Jair Bolsonaro (PTB-RJ), que é militar da reserva, os colegas que participaram do coquetel depois das solenidades oficiais se mostraram muito satisfeitos com a promessa presidencial. "O semblante dos comandantes era bastante bom. Não foi uma promessa de candidato, mas de presidente", defendeu Bolsonaro. Segundo ele, as tropas voltaram a acreditar no aumento. "A questão agora é saber se será no patamar pretendido por nós", ponderou.

Além dos percentuais de reajuste, o prazo de concessão também preocupa os militares. O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) disse acreditar que é possível haver aumento até 1º de maio. "Seria muito bom para o governo se conseguisse pagar junto dos servidores públicos", salientou. Bolsonaro afirmou que os militares têm urgência. "Primeiro de maio é a data-limite bastante receptiva para o reajuste", disse.

De acordo com ele, caso até lá nada esteja decidido, é possível que novas manifestações sejam organizadas. "Vamos ter uma reunião no dia 27 com o pessoal sobre o andamento das negociações", antecipou.

Os protestos devem ser feitos por parentes de militares, uma vez que o regimento interno das Forças Armadas não admite gre-

ves ou atos públicos dos oficiais. Diversas manifestações foram organizadas, principalmente, pelas mulheres de oficiais, que falam em defasagem de reajuste de nove anos.

Ajuda para a casa própria

O governo quer encontrar outras formas de beneficiar os militares sem necessariamente colocar a mão no bolso. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou já ter determinado ao ministro das Cidades, Olívio Dutra, e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, a elaboração de um estudo para viabilizar formas diferenciadas de financiamento habitacional para os militares.

"Já determinei ao Olívio Dutra e ao Jorge Mattoso que façam estudos para que possamos viabilizar um programa de financiamento habitacional dirigido diretamente às Forças Armadas. E tenho certeza de que teremos os resultados desse trabalho no mais breve tempo possível", afirmou Lula. O presidente, porém, não falou em prazos para o início do programa nem em valores.

De acordo com o deputado federal Jair Bolsonaro (PTB-RJ), ex-militar, a iniciativa é bem-vinda. Bolsonaro disse ainda que o governo poderia readotar alguns benefícios dados aos militares até 2001, como o auxílio-moradia. "Ele funcionava como uma complementação de renda. Para o governo é pouco, mas para o militar representa muito", defendeu. Militares com família recebiam de auxílio moradia o equivalente 30% do soldo. Os solteiros recebiam 10%. (LT e TS)

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/04/04 Página: 4A

Em discurso, um pedido de calma aos militares

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Em um pronunciamento inédito de um presidente na solenidade do Dia do Exército, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou acalmar a tropa. Mas limitou-se a afirmar que “o Estado brasileiro não deixará de traduzir em termos concretos o reconhecimento que sua dedicação e compromisso público tão claramente merecem”.

Sem citar quando os militares poderão ser contemplados ou não e com que porcentual de reajuste, o presidente afirmou: “Tenho o compromisso de garantir o necessário padrão de dignidade de vida aos integrantes das nossas Forças Armadas e às suas famílias. As suas legítimas aspirações serão contempladas. Trata-se de uma questão de Justiça, que o meu governo tem deter-

minação de atender.”

O presidente foi mais vago ainda, em seu discurso, ao se referir ao reaparelhamento também pleiteado pelos militares, dizendo que ele virá com o crescimento econômico. “Temos também o compromisso de recuperar a capacidade operativa das nossas Forças Armadas e vamos fazê-lo no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento, avançando no sentido de modernizá-las e melhor equipá-las”, observou ele, lembrando que assumiu esse compromisso publicamente em 15 de dezembro, por ocasião do almoço de fim de ano com os Oficiais-Generais das Forças Armadas. “Reitero-o hoje, aqui, antecipando-lhes que as condições para sua concretização estão ainda mais maduras.”

No discurso, Lula afirmou que conhece bem, “como Co-

mandante das Forças Armadas, os anseios pessoais e as dificuldades por que passam os militares”. “No contato permanente com o Ministro da Defesa e com os Comandantes das Forças Singulares, mantenho-me informado sobre os problemas estruturais da Marinha, Exército e Força Aérea e por diversas vezes, já me manifestei no sentido de que um país só é forte e respeitado quando tem Forças Armadas compatíveis com a sua estatura econômica e com seu papel na comunidade internacional.”

Moradia – Lula aproveitou a cerimônia para fazer o anúncio

de um plano habitacional dirigido para os militares vindicação principalmente Polícias Militares estaduais.

“Quero também lhes que já determinei ao minhas Cidades, Olívio Du ao presic da Caixa E mica Fed Jorge Mai que façam dos para possamos lizar um pr ma de fina mento ha cional dir diretamen

Forças Armadas e tenha teza de que teremos o r tados desse trabalho no breve tempo possível”, mou Lula. Mais tarde, o nistro Olívio explicou q residências são para m res de baixas patentes.

CATEGORIA
TERÁ
PLANO
HABITACIONAL

Ordem do dia exalta espírito pacifista

BRASÍLIA – A Ordem do Dia lida nos quartéis do Exército destacou heróis ligados à história da instituição. O general de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante da Força, ressaltou a importância de personalidades como Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros, Matias de Albuquerque, Antonio Dias Cardoso e muitos outros anônimos. “Gente que não identificamos, separadamente, pela cor da pele ou religião. Vindos de toda parte fizeram uma epopéia da Pátria. Cada qual contribuiu, com sua tarefa específica, para gestar sonhos nascidos realidade e construir, aqui nos trópicos, uma sociedade universalista”, anota o general.

A ordem conclama os militares a observar “essa brava gente exemplificadora de luta constante, de trabalho intenso e de disposição corajosa para enfrentar e superar, na difícil época vivida, toda sorte de desafios”.

Com esse povo, diz o general, o Exército Brasileiro se identifica. “Com essa Nação democrática, ele nasceu”, continua a Ordem do Dia. “A essa sociedade livre, ele serve.”

De acordo com o general, a partir de Guararapes, o Exército cresceu como uma força viva, não subordinada a qualquer individualismo, agremiação, interesse personalista ou corporativismo; uma Instituição Nacional não escudada em castas ou privi-

légios; uma farda não contaminada pela arrogância ou pretensão militarista hegemônica.

“Nunca desejou a guerra. Só desembainhou a espada quando chamado ou impellido a manter a paz. Jamais desejou ser facção ou vertente a separar irmãos da família brasileira. Essa Instituição armada é a própria sociedade pacífica que representa, que não conquista apenas pela força e que obtém a vitória também com a fé. Na consciência do cidadão que se faz soldado, pacificador acima de tudo, vibra o amor sem preço da gente que serve à Pátria Brasileira”, diz o texto.

“Essa gente, representando todos os segmentos sociais, está empenha-

da na construção de uma modalidade harmonizada com os valores tradicionais, históricos, culturais e rituais que conformam a alma do nosso povo. Exército que deve permanentemente, à altura dos promissos geopolíticos e estratégicos do País”, escreve o general.

Na Ordem do Dia, o general conclui: “Esse o seu Exército! Essa sua gente! Desde Guararapes, lhosos de participar com dedicação, disciplina, competência e muita coragem, da construção da grande Pátria: livre a qualquer custo, unida em todas as instâncias, democrática por vocação, igualmente desenvolvida e, graças a Deus, próspera, ordeira e feliz.”

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 20, 04, 04 Página: 10

Mudança contábil reduz os gastos com aposentadorias do setor privado. Sobra garante recursos para aumento de R\$ 5 no mínimo

Déficit do INSS sobe 38%

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentou um déficit de R\$ 6,514 bilhões no primeiro trimestre de 2004, um aumento de 38% em relação ao mesmo período do ano passado. Entre janeiro e março de 2004, o déficit chegou a R\$ 4,720 bilhões.

No mês de março, a diferença entre arrecadação e desembolso chegou a R\$ 1,490 bilhão — 25,1% inferior ao verificado no mês de fevereiro, que foi de R\$ 1,988 bilhão. O secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, diz que o principal motivo da redução do déficit foi a alteração feita pelo INSS no sistema de pagamento das aposentadorias e pensões.

Até o mês de fevereiro, o INSS provisionava no próprio mês um dia do pagamento do benefício do mês seguinte. Desde o início de março, no entanto, com a antecipação do calendário, isso não mais foi feito. Ou seja, a ordem de pagamento do dia 1º de janeiro de 2005 sairá no dia 1º mesmo, e não no dia 30 de dezembro de 2004. Foi essa alteração que resultou no ganho contábil da ordem de R\$ 500 milhões em 2004. O secretário da Previdência fez a

ressalva: "A despesa com benefícios não diminuiu. A mudança foi contábil".

Essa mudança no caixa da Previdência poderá reduzir o déficit do INSS em R\$ 500 milhões neste ano, o que abria, em tese, espaço orçamentário para o governo conceder um reajuste maior para o salário mínimo no próximo Dia do Trabalho. Pelas contas do secretário da Previdência, esse total permite um aumento de R\$ 5,00 para o salário mínimo. Segundo Schwarzer, a despesa da Previdência, para cada real de aumento no mínimo, crescerá R\$ 101 milhões de junho a dezembro, incluindo nesse cálculo a despesa com o 13º salário.

Nos estudos técnicos, há várias simulações, desde o aumento de R\$ 240 para R\$ 270 até R\$ 300. Além disso, o governo pretende reajustar de R\$ 13,48 para até R\$ 25 o salário-família como forma de compensar um aumento real modesto para o salário mínimo. Schwarzer explicou que, no mês passado, o INSS mudou a forma de contabilizar os gastos com benefícios. O governo, porém, ainda não se manifestou sobre a possibilidade de utilização desse ganho contábil no aumento do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Advirto à taquigrafia que o Senador Arthur Virgílio pediu que fossem transcritos apenas os títulos e os subtítulos.

Concedo a palavra, para uma saudação à nossa capital, ao Senador Valmir Amaral.

Peço que V. Ex^{as} levem em consideração que esta sessão já foi prorrogada por mais de 90 minutos – tempo superior ao de um jogo de futebol –, peço que não haja pênaltis, pois o nosso Secretário Geral, Raimundo Carreiro, poderá apitar o jogo.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, um cumprimento especial ao meu amigo Eurípedes Camargo.

Desde que sou Parlamentar, ocupo a tribuna nesta data para comemorar o dia 21 de abril, dia da inauguração da nova capital do Brasil, agora com 44 anos de existência.

O evento representa muito mais do que a construção de uma cidade; revela a capacidade de realização do povo brasileiro, porque Brasília é fruto do trabalho, da luta e do suor de milhares de brasileiros que se esforçaram para transferir a capital do litoral para o interior do País.

Pelo caráter arrojado do seu feito, foi a maior obra brasileira do século XX. E acredito que não haja obra contemporânea igual no mundo, pela forma que Brasília foi construída.

A esses trabalhadores, verdadeiros heróis, que foram inicialmente chamados candangos e hoje chamamos pioneiros, é que gostaria de dedicar o meu discurso.

Muitos foram os pioneiros: mulheres e homens, anônimos ou conhecidos, que conceberam e concretizaram o sonho de construir a nova Capital. Enfrentaram as adversidades com a força do trabalho e ajudaram a concretizar a maior vitória do povo brasileiro no século XX.

Não podemos esquecer que o desejo de construir, no Brasil central, a nova sede de governo tem origens remotas. Mas foi a força e a coragem do povo brasileiro o fator determinante que fez do sonho uma realidade.

O destino de Brasília era irreversível antes mesmo de sua criação. Existia na profecia de Dom

Bosco, existia no desejo do povo, existia nos planos de governos anteriores. Brasília era sinônimo de esperança, hoje o seu nome representa sucesso e garra.

É inegável que foi uma das mais importantes iniciativas já tomadas pelo Estado brasileiro em toda nossa história, sendo o motor que permitiu a vinda de investimentos para o desconhecido Centro-Oeste e Norte do Brasil. Ainda hoje é um pólo de atração para milhares de brasileiros que buscam a esperança. Aqui há progresso e desenvolvimento social e econômico. E, mais do que isso, existe esperança e fé em um futuro melhor.

Se hoje o Brasil é uma potência no conjunto das nações, com certeza, a mudança da Capital para o interior foi uma das principais causas.

Muitos daqueles que aqui chegaram em busca de emprego pretendiam voltar a seus locais de origem, vinham com a intenção de ganhar dinheiro, mas foram contagiados pela energia do Planalto Central e aqui se fixaram, criaram suas famílias, foram os pais dos primeiros brasilienses e amam esta cidade como se ama a um filho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há melhor maneira de homenagear esta cidade e seus pioneiros senão a de continuarmos a missão de desbravar o futuro, garantindo, assim, que Brasília e o Centro-Oeste continuem a ser lugares em que todos possam trabalhar com dignidade, melhorando sua vida e ajudando a tornar o Brasil um país melhor e mais rico.

Parabéns a Brasília e a seu povo.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Com o maior prazer, Senador Heloísa Helena, Senador Ramez Tebet e Líder Arthur Virgílio.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Valmir Amaral, parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento, até porque Brasília é a segunda casa de todos nós, que saímos de nossos locais de origem. Sei que aqui há muitas imagens tristes, que certamente ficam na mente do povo brasileiro: a imagem dos jovens de classe média ateando fogo no índio Galdino, ou do desempregado brasileiro que, diante do desespero do desemprego, ateia fogo ao próprio corpo. Mas nunca me esqueço de uma entrevista minha no programa do Jô Soares, em que eu dizia que Brasília era a cidade dos corações de pedra.

Claro que eu estava falando dos corações de pedra por aqui ser o centro do poder político e, portanto, muitas vezes tão mesclado de poucos sentimentos nobres. Sabemos todos nós que, infelizmente, no mundo da política, às vezes não cabem sentimentos nobres como amizade, afeto, carinho, companheirismo. Às vezes, cabem poder, ambição, interesses. Quando cheguei aqui, meu filho mais novo estava completando treze anos; na semana passada, meu filho fez dezoito anos. E foi Brasília a cidade que nos acolheu com afeto, com carinho, com solidariedade. Lembro-me também de quando meu filho foi atropelado. Se existiam correntes de orações no Brasil todo – na minha querida Alagoas também –, o povo de Brasília, igualmente, foi extremamente generoso com todos nós. Portanto, quero saudar V. Ex^a, como também ao nosso querido Senador Eurípedes Camargo, aqui presente. E, ao saudar V. Ex^a pelo pronunciamento, quero agradecer, de todo o coração, ao povo de Brasília, da nossa segunda casa, que acolhe a cada um de nós, acolhe nossos filhos a cada dia, em todos os espaços. Às vezes, vamos passando, o motorista do ônibus dá uma buzinazinha, conversa, pergunta sobre alguma coisa. As pessoas mais simples nas ruas ou as pessoas mais sofisticadas em um restaurante estão sempre interagindo conosco. Então, ao saudar V. Ex^a, ao saudar os Senadores de Brasília, quero, de forma muito especial, agradecer ao povo desta cidade, que nos acolheu com tanta generosidade, afeto e carinho nesta que é a nossa segunda casa: Brasília.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Senadora Heloísa Helena, fico muito honrado com o aparte de V. Ex^a, que é muito estimada em Alagoas. V. Ex^a representa muito bem o seu Estado e é uma das Senadoras mais atuantes nesta Casa, sempre fiscalizando, sempre trabalhando muito.

Mas quero dizer a V. Ex^a que Brasília a ama, os brasilienses adoram V. Ex^a. Recebo a visita de dezenas de brasilienses em meu gabinete, e a primeira pergunta deles é: “Como vai a Senadora Heloísa Helena?” Eu sempre lhes respondo que V. Ex^a está trabalhando sempre, pois V. Ex^a é trabalhadeira, uma das primeiras a chegar e uma das últimas a sair.

Admiro o seu trabalho, a sua competência, o seu caminho nobre, correto, que não muda. É o caminho da honestidade, da sinceridade e da luta.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a está de parabéns. Tenho certeza de que, se se candidatasse

a Governadora ou a Senadora por Brasília, estaria eleita, porque o povo de Brasília adora, ama V. Ex^a. Andando pelas ruas da cidade, perguntam sempre por V. Ex^a. Eu sempre respondo: atuante e trabalhadeira.

Parabéns e muito obrigado pelo aparte.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet, meu grande amigo e companheiro de Partido, o PMDB.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Valmir Amaral, fico feliz por ver que a sessão de hoje se encerrará com V. Ex^a na tribuna, saudando a cidade que o elegeu e é símbolo da nacionalidade brasileira; saudando a Brasília de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que precisa ser lembrado. Juscelino foi um homem que, em praça pública, em um comício – é bom lembrar esta lição –, ao responder à indagação de um eleitor, disse que, se fosse eleito Presidente da República, cumpriria a Constituição Brasileira e construiria a Capital da República no Planalto Central. E assim ele fez. Cumpriu a palavra empenhada e desbravou este interior do nosso Brasil. Portanto, ele merece as nossas homenagens, e V. Ex^a retratou muito bem isso. A Senadora Heloísa Helena falou aqui, e eu quero imitá-la. Senadora, permita-me. É bom estarmos em Brasília. Esse carinho do povo de Brasília é muito importante para nós, que passamos quase a semana inteira aqui e depois é que vamos para os nossos Estados. No meu caso, retorno para meu Mato Grosso do Sul, ali permanecendo 48 horas com a família, às vezes 24 horas; depois retorno a esta acolhedora Brasília. V. Ex^a fez bem, ocupou esta tribuna, prestou justa homenagem a Brasília. E nós não poderíamos, repito, o Senado não poderia encerrar esta sessão sem prestar uma homenagem a esta cidade. Se não fosse V. Ex^a, iríamos encerrar esta sessão sem prestar homenagem a Brasília, àqueles que a construíram, aos candangos. De fato, seria uma grande injustiça. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo discurso. E a abrilhantar esta sessão está também o companheiro Eurípedes Camargo, um dos primeiros a chegar a Brasília e com quem sempre mantive estreita relação. Sei como S. Ex^a fez sua vida. Portanto, parabéns a ambos! Parabéns a Brasília! Parabéns ao Governador de Brasília! Parabéns ao povo de Brasília! Parabéns ao Brasil, que tem como Capital esta extraordinária cidade que hoje estamos a homenagear pelas palavras de V. Ex^a!

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Agradeço-lhe o aparte, meu grande amigo, Senador Ramez Tebet. Fico muito honrado com as palavras de V. Ex^a.

Em discurso proferido em 1955, Juscelino Kubitschek disse: “Vou construir Brasília!” E, de fato, fez Brasília, a Capital de todos os brasileiros.

Concedo um aparte ao grande amigo e Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Valmir Amaral, esses dias de abril me lembram a perda de dois queridos amigos, Luís Eduardo Magalhães e Sérgio Mota, que me trazem a alegria de comemorar Brasília sempre, a cada ano e mais uma vez. V. Ex^a foi um intérprete exato com a cordialidade que é a marca do seu convívio na Casa e, ao mesmo tempo, a sua firmeza ainda há pouco demonstrada. V. Ex^a é um Parlamentar querido de todos seus colegas. Portanto, a homenagem a Brasília dá-se também por seu intermédio. Não posso deixar de citar esta figura que tanto brilhou aqui no Senado, o Senador Eurípedes Camargo, que tanto dignificou a representação enquanto aqui estive como primeiro suplente do Senador Cristovam Buarque, este também uma grande Liderança do Distrito Federal e, portanto, da Cidade de Brasília. Homenageando Cristovam Buarque, mando meu caloroso cumprimento ao Governador Joaquim Roriz, a minha companheira de Partido Maria de Lourdes Abadia, ao meu prezado amigo e ex-companheiro de Liderança do Governo, José Roberto Arruda, ao meu querido Paulo Octávio. Em outras palavras, V. Ex^a foi capaz de dar enorme paz ao Parlamento, ao Senado nesta hora em que homenageia a cidade que tem sido tão acolhedora em relação a todos que a procuram, que tem sido tão capaz de gerar uma civilização nova, diferente, com problemas de metrópole, uma cidade agradável que oferece serviços eficientes, oferece uma natureza absolutamente bonita, tem um sol que é aconchegante, tem uma lua que é absolutamente estonteante, ou seja, Brasília, que é amada por todos nós. Eu sei que ela é o maior amor do seu coração e por isso eu homenageio todas essas Lideranças querendo dizer, na verdade, que o que quero mesmo é homenagear o povo de Brasília, acrescentando que não há nada que nos divida, nem mesmo o ciúme que os amazonenses têm desse amor dos brasi-

lienses pela Senadora Heloísa Helena. Muito obrigado, Senador.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Meu grande amigo, Líder Senador Arthur, primeiro eu queria dizer que nós temos um grande amigo em comum, o Sr. João Pimenta da Veiga, meu compadre, com quem conversamos sempre. Uma das coisas de que mais gosto neste plenário, Senador Arthur Virgílio, é ver V. Ex^a discursando. Como V. Ex^a desempenha um trabalho sério, competente e maravilhoso; como V. Ex^a deseja mostrar um novo caminho para este nosso País. Parabéns pelo seu trabalho e pela sua luta. O Brasil precisa de homens do seu nível. O Brasil está precisando de pessoas que lhe mostrem o caminho certo. Continue lutando sempre pelo nosso País. Parabéns, Senador Arthur Virgílio. Estou sempre me espelhando em V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer, Presidente Mão Santa. Agradeço a todos.

Feliz aniversário, Brasília, pelos seus 44 anos! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, Deus escreve certo em linhas tortas. Essa é a maior homenagem que o Senado oferta a Brasília. De Brasília, não poderíamos nos esquecer. E quis Deus estivessem presentes o Senador Eurípedes Camargo – suplente – e o ex-senador Francisco Escórcio, que tem um projeto mostrando a sua preocupação com o Planalto Central, o novo Estado.

Mas não poderíamos nos esquecer, Senador Arthur Virgílio, do otimismo de Juscelino Kubitschek, que eu buscava para encerrar, em uma mensagem que está na nossa mente e que levo para todo o Brasil. Diante das dificuldades, o ex-presidente disse que é melhor ser otimista; os otimistas podem errar, mas os pessimistas já nascem errados e continuam errando. Todavia, sua maior mensagem foi a do trabalho.

Senador Arthur Virgílio, aprendi muito com V. Ex^a hoje sobre a história russa, as lideranças russas; mostrei o que não sabia. V. Ex^a, pacientemente, como homem de muita cultura, membro do Itamaraty, ensinou-me. Gostaria de relembrar então, para devolver, um ensinamento de Juscelino. V. Ex^a sabe quantas vezes Juscelino Kubitschek veio a Brasília acompanhar essas obras em que vivemos, de que usufruímos, que plantou no coração do Brasil, Brasília? Duzentas e quatro vezes. Senador Arthur

Virgílio, o Presidente Lula deve também conhecer a história de Juscelino Kubitschek. O melhor exemplo está aqui no Brasil: é Juscelino, que veio 204 vezes. Trabalhava o dia todo no Rio de Janeiro e vinha à noite, em um avião velho, antigo, sem segurança. De madrugada, já estava a fiscalizar com o seu entusiasmo, fazendo nascer há 44 anos, em 21 de abril, a cidade de Brasília, que encanta todos nós. Pedimos que nossas palavras cheguem aos céus e a Deus para abençoar Brasília e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 461, DE 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado no “PARCUM” – Parlamento Cultural do Mercosul, em Assunção no Paraguai, nos dias 25, 26 e 27 de abril/2004, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 25 a 27 de abril/2004.

Sala das Sessão, 20 de abril de 2004. – Senador **Leonel Pavan**, PSDB/SC.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Tendo em vista que a próxima sessão deliberativa ordinária ocorrerá somente no dia 27 próximo e que a pauta está sobrestada por medidas provisórias, a Presidência defere a licença solicitada nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Tendo em vista que a próxima sessão deliberativa ordinária ocorrerá somente no dia 27 próximo e que a pauta está sobrestada por medidas provisórias, a Presidência defere a licença solicitada nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Projeto

de Lei do Senado nº 15, de 2004, encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para proferir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Sala das Sessões 20 de abril de 2004. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá e Valdir Raupp encaminharam discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta Tribuna para registrar o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 de abril do corrente, intitulado “O inferno ofertado ao investidor”.

O artigo, que solicito seja inserido nos Anais do Senado Federal, trata da invasão do MST à fazenda de propriedade da empresa Veracel, no sul do Bahia. A fazenda conta com um investimento - com participação de capital brasileiro, sueco e finlandês - da ordem de US\$ 1,25 bilhão, com a perspectiva de produzir 900 mil toneladas de celulose e gerar 10 mil empregos diretos e indiretos.

O Governo do presidente Lula precisa sinalizar, para os investidores estrangeiros, que tem autoridade para fazer cumprir o ordenamento jurídico vigente e que tem condições de fazer funcionar a ordem pública, sob pena de ver os investidores estrangeiros se afastarem cada vez mais do País.

Conforme diz o texto, “... se o governo brasileiro não tem condições nem de garantir a integridade patrimonial dos que se disponham a acreditar no potencial econômico-produtivo do Brasil, o que se dizer a respeito de marcos regulatórios, de estabilidade contratual e de todos aqueles itens que consubstanciam a confiança de quem pretende investir seu capital ...?”

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	08	Abril/2004	NOTAS E INFORMAÇÕES	A	3

O inferno ofertado ao investidor

As totos estampadas nas primeiras páginas dos jornais eram intimidadoras. Milhares de invasores levando ao alto, em eufórica comemoração, foices, facões, enxadas e pedaços de pau, muitos vestindo as camisas vermelhas do MST, outros descamisados, alguns com os bonés da entidade, outros com suas bandeiras vermelhas, comemorando uma operação em que, em apenas 75 minutos, derrubaram 1 milhão e 300 mil pés de eucaliptos para armar barracas e preparar o plantio de feijão, mandioca e milho. O local era a fazenda de propriedade da empresa Veracel, no sul da Bahia – o maior investimento privado em curso no governo Lula, com participação de capitais brasileiro, sueco e finlandês, da ordem de US\$ 1,25 bilhão, para produzir 900 mil toneladas de celulose e gerar 10 mil empregos diretos e indiretos. Nada poderia simbolizar melhor o “inferno” prometido pelo líder emesetista João Pedro Stédile – só que não apenas para o País, e para todos os brasileiros que trabalham, investem, pagam impostos e respeitam a lei, e que, sem que o governo faça a lei ser cumprida, não podem fugir dele, mas também para qualquer investidor estrangeiro que já esteja aqui ou que poderia vir para cá que, se nenhuma punição sofrerem os comemoradores de ontem, desse inferno fugirão como o diabo da cruz!

É irônico que os investidores da agora esbulhada Veracel tivessem conseguido entusiasmar (como entusiasmariam qualquer governo) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando lhe expuseram, em encontro realizado em 8 de maio de 2003, seus audaciosos planos de investimento, com previsão de faturamento anual de US\$ 500 milhões já no próximo ano, empregando atualmente 2 mil pessoas na atividade florestal (e outras 6.500 na construção da fábrica), com área cultivada de 70 mil hectares e outra, de mesma extensão, mantida como reserva ambiental. Porque – dirão possíveis candidatos a investidores – se o governo brasileiro não tem condições nem de garantir a integridade patrimonial dos que se disponham a acreditar no potencial econômico-produtivo do Brasil, o que se dizer a respeito de marcos regulatórios, de estabilidade contratual e de todos aqueles itens que consubstanciam a confiança de quem pretende investir seu capital – especialmente a médio e longo prazos – em determinado país ou região?

A SRA.LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho neste momento a esta Tribuna para novamente lamentar o tratamento que o Governo Lula tem dado à reforma agrária e à ocupação de terras pelo MST.

Editorial de hoje, 20 de abril de 2004, do jornal **O Estado de S. Paulo**, ressalta que “poucas vezes se viu, na história da administração pública brasileira, ‘uma guerra do governo contra os fatos’ tão intensa como a que está em curso no campo da Reforma Agrária.”

O artigo questiona a afirmação do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, de

Mais grave ainda é o fato de o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, ao acompanhar o presidente Lula na viagem ao Acre, dizer que no meio rural “o ambiente é de normalidade democrática”. Ora, haverá de raciocinar os investidores estrangeiros – com certeza não tão burros quanto Rosseto acha que são os brasileiros a quem se dirigia –, se todas as invasões de propriedades rurais

(só nos últimos dias, depois da promessa de “infernização” e do “abril vermelho” de Stédile), que beiram a 40, e situações como a da Fazenda da Veracel Celulose, no município baiano de Santa Cruz Cabralia, onde já estão 3 mil invasores e o MST pretende colocar mais mil, são o padrão de “normalidade democrática” do Brasil, certamente é preferível arriscar seus investimentos na “normalidade totalitária” chinesa, onde quem ousasse agir como o energúmeno Stédile e seus comandos terroristas seria ajoelhado no chão e receberia uma bala na nuca.

Independentemente da necessidade urgente de se fazer cumprir – dentro do rigor que a lei e a ordem do Estado democrático de Direito exigem, sem tergiversações ou tolerâncias – o devido mandado de reintegração de posse, que devolva a área invadida a seus legítimos proprietários, o governo brasileiro, sob pena de completa desmoralização, precisa sinalizar muito mais: que aqui o patrimônio particular ou empresarial é respeitado, que aqui o capital estrangeiro – transformado em terras ou outros ativos – não será expropriado por quaisquer “movimentos

A única forma de evitar se desmoralizar é o governo aplicar todo o rigor da lei

social”, mesmo à revelia do governo. Em outras palavras, é necessário que o governo saiba demonstrar que ainda tem condições de fazer funcionar a ordem pública e o ordenamento jurídico vigente. E a única forma de fazer essa demonstração – para o País e o mundo – é aplicar, com o máximo rigor, a lei vigente (e ela existe, em muitos dispositivos no campo das legislações penal e civil) contra os líderes esbulhadores do MST e seus sequazes.

Se não fizer isso, teremos de adiar o “espetáculo do crescimento” para um próximo governo.

que o Governo não cederá à pressão do MST, em contraponto com a liberação por parte do Governo de uma verba adicional de R\$1,7 bilhão para a reforma agrária e a pressa em duplicar – de R\$ 7 mil para R\$ 16 mil – os recursos alocados **per capita** para os assentados.

A matéria, de extrema atualidade, alerta-nos sobre os efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos Estados brasileiros. Por isso, peço sua inserção nos Anais do Senado, ressaltando mais uma vez a necessidade de uma providência por parte do Governo Lula para evitar

a situação de tensão permanente que permeia a questão agrária no Brasil.

O texto que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

O Estado de S. Paulo

Publicado em: 20/04/2004

O governo em guerra contra os fatos

Editorial

Poucas vezes se viu, na história da administração pública brasileira, uma “guerra do governo contra os fatos” tão intensa como a que está em curso no campo da Reforma Agrária. O choque entre o que é dito, o que é prometido e o que é “interpretado”, por parte das autoridades responsáveis pelo setor – começando pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto -, e a realidade da produção rural, do agronegócio, bem como dos efeitos nefastos da intensificação da violência e do aumento de invasões de propriedades rurais produtivas, na maioria dos Estados brasileiros, praticados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), dá a impressão de que, pelo menos nesse terreno, o governo Lula está padecendo de uma cegueira que não tem dado mostras de ser reversível.

Enquanto o ministro Rossetto “garante que o governo não cede à pressão do MST” – como a do “abril vermelho” do coordenador Stédile -, o governo libera uma verba adicional de R\$1,7 bilhão para a Reforma Agrária e se apressa em mais do que dobrar (de R\$ 7 mil para R\$ 16 mil) os recursos alocados per capita para os assentados. Enquanto o ministro parece considerar a coisa mais natural do mundo a intensificação das ações do MST no País, afirmando que “faz parte do ambiente democrático” respeitar os movimentos e as atividades sindicais – como se se tratasse apenas disso! -, a insuspeita Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa, em seu relatório anual, que o primeiro ano do governo Lula foi marcado pela maior violência e volume de conflitos no campo nos últimos 18 anos – ou seja, desde 1985, quando a CPT começou a fazer esse levantamento. Em 2003 as ocupações dos sem-terra aumentaram 172% (em relação a 2002), foram registrados 1.690 casos, envolvendo cerca de 1,2 milhão de pessoas – quer dizer, quase o dobro do último ano da administração FHC. E com a duplicação dos subsídios a essa

baderna pode-se imaginar que este ano a violência vai bater novos recordes.

Por outro lado, o ministro acredita firmemente que, com a verba atual, de R\$ 3,1 bilhões (que em seu entender não será contingenciada), o programa de Reforma Agrária irá gerar 2 milhões de empregos “até o final do primeiro (?) mandato do presidente Lula”, pois está convicto – mais uma vez, contra todas as evidências econômicas – de que “a reforma agrária é um instrumento de desenvolvimento econômico sustentável, e não uma política de assistência social”. Ora, o que significa, para o País, o maior fulcro de desenvolvimento sustentável – e que tem sido atrapalhado, sistematicamente, pelo desrespeito às propriedades rurais produtivas, à lei e à ordem, por parte dos militantes do MST, que têm no esbulho possessório sua estratégia básica de operação – é justamente o agronegócio, que, gerando uma renda recorde de quase R\$76 bilhões, acelera o ritmo de produção e vendas da indústria e do comércio – impulsionando a venda de máquinas agrícolas, veículos e imóveis -, o que se reflete na ampliação do emprego nas cidades do interior do País – como mostrava matéria do caderno Economia & Negócios do Estado de domingo.

É certo que há opinião discordante quanto aos benefícios para a sociedade brasileira do grande desenvolvimento do agronegócio no País: para o presidente da CPT – a mesma entidade que detectou o recorde de conflitos no campo ocorrido no primeiro ano do governo Lula -, bispo D. Tomás Balduino, “o agronegócio, que está salvando as finanças do País, está impedindo a democratização da terra”. Não sabemos se na opinião de Balduino a democratização da terra significaria, necessariamente, a ruína financeira do País... Também não dá para saber se o religioso está levando em consideração os recentes dados divulgados, segundo os quais a Reforma Agrária se transformou numa das grandes especulações imobiliárias ilegais do País, na medida em que os assentados têm vendido (o que é proibido por lei) 40% de seus lotes – segundo o governo esse porcentual é de 25%, o que reduziria a quantidade, mas não a ilegalidade da alienação. E será que o bispo considera também “democratização da terra” as inva-

sões que os sem-terra começam a fazer de terrenos urbanos?

Ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que “este país tem lei” – que vale para o presidente da República e “para os sem-terra e com terra”, mas esqueceu de dizer se o presidente da República, finalmente, vai fazer essa lei ser cumprida. Ontem, ele se limitou a dar um conselho aos “seus companheiros do movimento social”: “Ajam com a maior responsabilidade possível (sic) porque todos nós somos vítimas de nossa palavras.”

O conselho apropriado para os que estão violando a lei devia mencionar as vítimas dos seus atos (ilegais), como as de Eldorado dos Carajás. Vítimas das suas palavras são os governantes que não as traduzem em atos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista a

relevância do assunto tratado pela eminente jornalista Tereza Cruvinel, em sua consagrada coluna de **O Globo**, “Panorama Político”, sob o título de “Se não é Barbárie”, no qual a articulista, com grande senso de responsabilidade e rara inteligência, chama a atenção das autoridades competentes para a onda de violência que toma conta do País, no que se refere principalmente aos massacres em aldeias indígenas, invasões do MST e a degola dos presos por seus próprios colegas de penitenciária.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- “Panorama Político” Se não é barbárie; Pressão social aumenta e Lula pede bom senso;
- O ‘abril vermelho’ dos sem-teto.



PANORAMA POLÍTICO

TEREZA CRUVINEL - de Brasília

Se não é barbárie...

• Algo de profundamente errado deve estar acontecendo a um país onde o tráfico armado tem poderes territoriais, índios massacrados brutalmente invasores de reservas desprotegidas, presos rebeldes degolam e decapitam colegas e um desempregado atea fogo às vestes em frente ao palácio presidencial, entre outros fatos deste abril que o MST ajuda a fazer mais negro que vermelho.

Rondônia era ontem a fronteira selvagem da civilização brasileira. Enquanto os amotinados do presidio Urso Branco exibiam no telhado a cabeça de um decapitado, a alguns quilômetros a Polícia Federal recolhia os corpos dos garimpeiros que os cintas-largas trucidaram com violência e crueldade assombrosas mesmo levando-se em conta a condição de índios de contato relativamente recente com a cultura branca. Foi em Rondônia mas muito perto da Rocinha, diz antropólogo Roberto da Matta:

— O Rio de Janeiro é o símbolo da civilização brasileira. Cidade Maravilhosa não apenas pela beleza mas também por seu grau civilizatório. É o que aconteceu nesta cidade-símbolo passa uma mensagem perniciosa para o resto do Brasil, a de que tudo é permitido, porque a autoridade fraqueja e prevalece o vale-tudo.

Mas por que agora a mensagem se propaga e o mau exemplo se reproduz, de forma até mais bárbara?

— Por razões diversas mas principalmente porque se estabeleceu no país uma conjuntura de desalento, em que todas as mensagens são de pessimismo, ainda que ele não tenha razão de ser. As pessoas, e principalmente os que têm representação pública, estão brincando com o pessimismo. Ele é danoso ao tecido social. Por isso urge uma tomada de atitude do Estado, através do governo. Acho que é preciso reforçar a autoridade e ao mesmo tempo pôr a imaginação política para funcionar, em busca de soluções para tantos e urgentes problemas.

Quanto aos índios, que já foram seu objeto de estudo (os apinajés, especificamente), da Matta diz-se ainda mais preocupado:

— Já ouvi todo mundo falar sobre o ocorrido: gover-

Apoiar para mudar

• O PT finalmente assumiu que é governo e defendeu a política econômica. Mas coincide este movimento do partido com a crescente disposição do presidente Lula, apresentada nas reuniões da semana passada, de patrocinar alguma mudança. Não nos fundamentos da

política econômica mas em acessórios que não afetem a credibilidade. Não será na meta do superávit mas pode ser na da inflação para o ano que vem. Em vez de 4,5%, os mesmos 5,5% deste ano. E disso sabiam os dirigentes do PT que garantiram a moção de apoio.

CHICO

SUCATA DE PENSATA

— Se o professor repetir a lição pela terceira vez e o aluno não entende... pobre professor, o aluno pode ser presidente da República!

nador, presidente da Funai, procuradores etc. Só não ouvi a voz de um índio. E percebo uma onda crescente de condenação que não leva em conta as circunstâncias deles.

E não só as culturais, mas também as objetivas, como por exemplo o fato de as reservas não serem protegidas. E sabem os governos, há tantos anos, da existência de conflitos em termos das riquezas que elas guardam. Se a Funai não pode protegê-las, algum tem que fazer isso. Urge, diz ele, discutir a sério a política indigenista, nesta hora em que os conflitos surgem tanto no plenário da Câmara, como ontem, como no Brasil distante, a exemplo da disputa pela demarcação de Raposa Serra do Sol, em Roraima. Mas está no ar a condenação aos cintas-largas, pedida ontem pelo deputado petista Eduardo Valverde (RO), alegando que já trocaram as danças pedindo chuva pelo uso do telefone celular.

Voltemos aos brancos e às barbaridades que andam praticando, inclusive contra a própria vida, como fez o desempregado que acabou morrendo no domingo. Aos presos que degolam e esquartejam, a guerra entre traficantes e policiais, aos sem-terra com suas invasões, aos acampados de todo dia na Esplanada pedindo algo. São as esperanças semeadas por Lula cobrando a conta. Teremos a antropologia política:

— Cada sociedade rompe os limites do suportável a seu modo. A convulsão social tem muitos nomes e formas, inclusive a barbárie. Que não seja a nossa. Mas acho que o diagnóstico é simples. Está na hora de uma atitude. Para usar uma metáfora futebolística, ao gosto do presidente, está na hora de ele começar a apresentar cartões amarelos e vermelhos a alguns grupos e atores sociais, enquanto há tempo para se processar com o jogo.

Menos mal

• "Estão procurando chifres em cabeça de cavalo", diz o presidente do PSDB e ex-ministro da Saúde, José Serra, a propósito dos temores do ministério e da bancada da Saúde de que o PIB negativo resulte agora em perda de recursos. Isso porque a emenda 29 garante à pasta recur-

sos iguais aos do ano anterior sempre acrescidos da variação do PIB nominal, o que segundo Serra não imporá encolhimento orçamentário.

Da área econômica vêm informações de que, ao pé da letra, haveria redução, mas que o governo garantirá os recursos previstos.

• **O QUE FALTAVA:** O senador Mão Santa quer fazer uma sessão de bingo no café do Senado. Quem ganhar leva uma viagem ao Delta do Parnaíba. Joga-se bingo até nas igrejas, diz ele. Mas nelas, não será votada uma MP proibindo a jogatina.

• **O PMDB** será responsável pela indicações que fizer, disse Lula. O partido escapou de boa ao não emplacar o nome de Alexandre Caxias para um cargo na Previdência. Vem a ser um dos presos pela Operação Matusalém, que desbaratou uma quadrilha de fraudadores do INSS em Manaus.

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1925)

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2004 • ANO LXXIX • Nº 25.824 • www.oglobo.com.br

ROBERTO MARINHO (1925-2003)

Congresso quer manter mais de 3 mil vereadores

• O Congresso deve aprovar um projeto de emenda constitucional e mudar a decisão do TSE que elimina 8.528 vagas nas câmaras municipais. Hoje, uma comissão especial na Câmara deve aprovar o relatório do deputado Jefferson Campos (PMDB-SP), mantendo 3.466 vagas que seriam extintas. O projeto precisará ainda ser aprovado nos plenários da Câmara e do Senado.

Página 13 e editorial "Alvos múltiplos"

Iraque: xiitas dão tréguas a espanhóis

• Em reação ao anúncio da Espanha de retirar imediatamente suas tropas do Iraque, o clérigo radical Moqtada al-Sadr ordenou que seus seguidores não ataquem os espanhóis durante a saída do país. O presidente Bush lamentou a decisão da Espanha e disse que pode parecer uma concessão ao terror. Página 38 e editorial "Efeito Bush"

Preço do leite já subiu até 15% no atacado

• O consumidor começa a sentir no bolso a crise da Parmalat. A cotação do leite no atacado subiu este mês até 15%, que poderão ser repassados nos próximos dias. Nas lojas, o produto já aumentou 1,38%. Segundo analistas, a concorrente da empresa italiana antecipou a alta de preços da entressafra, que acontece em maio. Página 33

Argentina se comove por Maradona

• Desde domingo, a Argentina parou por Maradona. A saúde do ídolo é o assunto de jornais, rádios e TVs. Fas rezam e fazem vigília em frente à clínica em que está internado. Vítima de crise de hipertensão, ele continua em estado crítico, mas teve leve melhora. Página 42

SEGUNDO CADERNO

• Paço Imperial abre exposição de Ivan Serpa, artista que foi pioneiro da pintura geométrica

• Paço Imperial abre exposição de Ivan Serpa, artista que foi pioneiro da pintura geométrica

RS 2,00

Pressão social aumenta e Lula pede bom senso

Presidente faz alerta a radicais: "Todos seremos vítimas de nossas palavras"

• Em meio ao "abril vermelho" marcado por mais de 70 invasões de terra, sem-teto voltaram a fazer ocupações ontem, invadindo cinco prédios em São Paulo, inclusive um quartel desativado, e dois terrenos públicos em Recife. No Paraná, a empresa Klabin recorreu à Justiça

para tentar garantir a retirada do MST de sua fazenda, que é produtiva. Em seu programa de rádio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que também enfrenta greve de servidores como os da Polícia Federal, pediu bom senso e responsabilidade aos manifestantes. Apesar de dizer que ninguém deve ficar preocupado

com as manifestações, pois elas fazem parte do exercício pleno da democracia, Lula disse que sempre perdia quando optava pelo radicalismo. "Ajam com a maior responsabilidade, porque todos seremos vítimas das nossas palavras", aconselhou. Página 3 e Miriam Leitão

Barbárie em rebelião de Rondônia

Presos cortam cabeças de três internos e exibem corpos; governo confirma seis mortes

• Num motim que já dura quatro dias, presos da Penitenciária Urso Branco, em Porto Velho, mataram ontem mais três detentos, espartilhando seus corpos. A Secretaria de Segurança do Estado confirma seis mortes, mas os 1.400 presos,

que tomaram o controle da unidade, falam em nove. "Cortavam como se corta uma galinha", disse a mulher de um dos detentos. O procurador-geral de Justiça do estado, José Carlos Vitachi, quase foi linchado por 300 parentes e amigos

dos presos. Os rebeldes querem mudanças no regime disciplinar do presídio e ameaçam matar mais gente se o governo não atender aos pedidos. As negociações foram interrompidas ontem à noite. Páginas 8 e 9 e Tereza Cruvinel

A GUERRA DO RIO

Gávea, Barra, Leblon e Rocinha decidiram criar um plano de intervenção urbanística que transforme a favela num bairro. Para isso, vão pedir alterações na lei de zoneamento e ocupação de solo. Além disso, a polícia pretende mais posse integradas da quadrilha do traficante frade. Páginas 14 e 15

Jovens de favelas e de Israel comparam as suas guerras

• O medo é o denominador comum na vida de jovens israelenses e das favelas da Rocinha e da Maré, que se encontram a convite de Netanyahu. Eles tratam das guerras de bairro e do terrorismo de uma

Rocinha: um plano para virar bairro

Associações de moradores querem urbanizar a favela

• Associações de moradores de São Conrado,



RÁDIORBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

JORNAL

O GLOBO

DIA:

20

MÊS/ANO:

Abril/04

EDITORIA:

O País

CADERNO:

A

PÁGINA:

3

TENSÃO E PRESSÃO

O 'abril vermelho' dos sem-teto

Até quartel desativado da PM é invadido em SP e confronto deixa quatro feridos

Gio Mendes* e Leticia Lins

SÃO PAULO E RECIFE

Pelo menos quatro mil sem-teto invadiram ontem de madrugada cinco terrenos e prédios públicos na cidade de São Paulo. No quartel desativado da Polícia Militar no Parque Dom Pedro I, no centro da capital paulista, ocupado por cerca de 1.200 pessoas, houve confronto entre os sem-teto e a tropa de choque. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, quatro pessoas ficaram feridas e oito foram detidas acusadas de jogar pedras contra os policiais, que revidaram com bombas de efeito moral e tiros com balas de borracha.

As ações são parte de uma ação realizada ontem em 16 estados para pressionar o governo federal a aprovar o Fundo Nacional de Habitação Popular. Em São Paulo, cerca de dez mil pessoas participaram da mobilização, que ainda teve atos e passeatas na capital, na Baixada Santista, em Piracicaba e em Campinas.

Os sem-teto também ocuparam terrenos e prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Segundo a coordenadora do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Ivaneti Araújo, cerca de mil pessoas ocuparam o prédio do quartel no início da madrugada. Outras 200 chegaram após a polícia e ficaram do lado de fora.

Dez soldados da 1ª Companhia do 7º Batalhão fizeram um cordão de isolamento na frente do imóvel, mas alguns sem-teto conseguiram entrar no quartel pulando o muro. O capitão Leandro Pavani, do 2º Batalhão de Choque da PM, chegou por volta das 0h40m e tentou negociar a saída dos invasores com líderes e advogados do MSTC. Como não obteve sucesso na negociação, Pavani acionou a tropa de choque, que chegou no local à 1h. Os policiais entraram pelos fundos do quartel e começaram a re-

tirar os invasores às 1h30m. Os sem-teto que já que estavam fora do quartel atacaram os policiais, dando início ao tumulto. Algumas pessoas atiraram pedras e garrafas plásticas com água contra os PMs.

Os policiais da tropa de choque jogaram cerca de dez bombas de efeito moral para dispersar a multidão. Eles também atiraram contra os manifestantes com balas de borracha. Uma delas perfurou a perna esquerda de um fotógrafo.

Alckmin diz que vai desocupar áreas

• O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), reafirmou que não será condescendente com as invasões de terras no estado e que, cumprindo as decisões da Justiça, vai desocupar todas as áreas invadidas. Para Alckmin, o prometido "abril vermelho", expressão cunhada pelo líder do MST João Pedro Stédile, não se limitou ao campo.

— O que estamos vendo é que o "abril vermelho" não é só na zona rural. Agora, também é urbano. Só nesta última noite tivemos cinco tentativas de invasões de prédios em São Paulo, uma delas consumada. Atacaram terrenos privados, prédios em obras e um prédio do governo — disse o governador.

Em Recife, os sem-teto invadiram dois terrenos da União em Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana. O MTST, versão urbana do MST, deflagrou a "Jornada por moradia" e também invadiu dois prédios da Caixa Econômica Federal no centro de Recife, desocupados no fim da tarde. Na última quarta-feira o MTST já havia invadido em Recife um terreno da Conab. De acordo com a coordenação do MTST, há 41 ocupações de sem-teto na região metropolitana de Recife reunindo oito mil famílias, o equivalente a cerca de 40 mil pessoas. ■

(*) do Diário de S Paulo

Klabin pede reintegração de fazenda invadida

Já MST reivindica desapropriação de 10%

Giuliano Ventura

Especial para O GLOBO

• FLORIANÓPOLIS. A Klabin, grande fabricante de papel e celulose, pediu ontem à Justiça a reintegração da Fazenda Faxinal do Paulista, em São Cristóvão do Sul (SC), invadida no fim de semana por famílias de sem-terra.

— Só queremos que a Klabin possa retomar um área que é legalmente de sua propriedade — disse Wilberto Lima Jr., diretor de Assuntos Corporativos da em-

presa. Segundo ele, a Klabin espera que a Justiça conceda a reintegração de posse ainda hoje.

— A área invadida é considerada produtiva — disse João Paulo Strapazon, superintendente estadual do Inera, acrescentando que uma decisão do juiz agrário sobre a questão deve sair nos próximos 15 dias.

Já os representantes dos sem-terra pediram a retirada da polícia dos acessos à fazenda. Eles foram recebidos em Florianópo-

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este ano, o Banco Central do Brasil vai comemorar, em dezembro, 40 anos de sua criação, e creio que em nenhum outro momento de sua história sua atuação esteve tão em evidência quanto está hoje. Antes vistas de forma difusa e distante pela maioria das pessoas, agora algumas ações da instituição têm uma visibilidade tal que as transformaram em temas recorrentes de nossas conversas cotidianas. A criação do Comitê de Política Monetária, o Copom, por exemplo, foi um passo importante na direção da maior transparência dos processos decisórios do Banco. Hoje o acompanhamento das decisões do Copom e, mesmo, o exercício de tentar antecipá-las deixaram de ser prerrogativas de alguns poucos especialistas e ocupam cada vez mais espaço na mídia não-especializada.

Em 2001, o Banco Central definiu, como visão de seu próprio futuro, que a instituição seria, nos cinco anos subsequentes, reconhecida pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional, por sua eficácia na manutenção da estabilidade do poder de compra da moeda e da solidez do Sistema Financeiro Nacional. Três anos depois, mesmo aqueles que são mais críticos das políticas patrocinadas pelo Banco Central têm que reconhecer essa eficácia.

No ano passado, essa eficácia foi duramente posta à prova. No primeiro semestre do ano, a ameaça de retomada da inflação e as incertezas que cercaram o início do novo Governo impuseram a adoção de medidas restritivas fortes, no âmbito das políticas fiscal e monetária, com os reflexos que todos conhecemos sobre o dinamismo da economia. Seja como for, o perigo de desestabilização do poder de compra da moeda foi contido, cumprindo o Banco Central, desse modo, sua missão institucional precípua.

Além da estabilidade da moeda, é missão do Banco Central garantir, ainda, a solidez do Sistema Financeiro Nacional. São mais de 3 mil instituições que integram esse sistema, cuidando, segundo dados do final de 2003, de cerca de U\$S1,2 trilhão, de milhões de clientes. Sua solidez é atestada pelo fato de que, em 2003, a capitalização dos bancos chegou a ser o dobro da mínima recomendada pelo acordo internacional de Basileia e acima do requerido pelo Banco Central.

Ainda no seu papel de garantidor do bom funcionamento do sistema financeiro, o Banco Central, como supervisor do Sistema de Pagamentos Brasileiro, vem, sobretudo por meio do Sistema de Transferência de Reservas – STR, contribuindo efetivamente para a redução do risco sistêmico. Esse sistema, que liquida as operações em tempo real, diminui os riscos envol-

vidos no processo de liquidação, e tem beneficiado um número cada vez maior de clientes dos bancos. O giro total do STR em 2003 foi da ordem de R\$65 trilhões, o que equivale a cerca de 46 vezes o PIB brasileiro. A quantidade média de Transferências Eletrônicas Disponíveis – TED, cresceu de 16 mil, em 2002, para 43 mil, em 2003, girando quase R\$2 trilhões.

A segurança e os custos das operações de crédito devem ser, ainda, otimizados com a implantação do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central – SCR, que deve substituir o Sistema Central de Risco de Crédito – CRC. Esse sistema tornará disponíveis informações mais detalhadas sobre as operações de crédito, tornando possível que se tenha um cadastro positivo dos correntistas. Com isso, as instituições financeiras poderão tomar decisões mais acertadas, reduzindo a inadimplência; contribuindo, assim, para reduzir os custos.

Em 2003 se deu também prosseguimento à modernização do marco regulatório, no sentido de garantir a solidez do sistema e, em especial, de promover um maior acesso aos serviços bancários. Merece destaque a norma que regulamenta a criação de contas especiais de depósitos à vista, o que permite que a população de renda mais baixa possa, também, vir a ter uma conta bancária. Esse amplo programa de inclusão bancária deve atingir 40 milhões de pessoas de baixa renda. São milhões de pessoas que passam a contar, agora, com melhor acesso ao crédito e melhores condições de poupança, com tudo o que isso pode representar em termos de novas oportunidades.

Inscreve-se ainda, nesse processo de inclusão, o fortalecimento das cooperativas de crédito, que podem, agora, admitir associados livremente, e a ampliação da rede de correspondentes bancários, que congrega hoje quase 15 mil participantes, estendendo o atendimento do sistema financeiro a áreas carentes dos serviços oferecidos pela rede bancária convencional.

No que diz respeito à atuação do Banco Central na fiscalização, destacam-se os acordos fechados com três autoridades supervisoras do sistema financeiro nos Estados Unidos (o *Federal Reserve Board*, o *Office of the Comptroller of the Currency* e o Departamento de Supervisão Bancária de Nova Iorque), além da Superintendência de Bancos do Banco Central do Paraguai, para troca de informações. Com isso, a atuação do Banco Central, na detecção e na prevenção de ilícitos, deve tornar-se mais eficaz.

Por fim, Sr. Presidente, é preciso destacar os esforços do Banco Central no sentido de aprimorar seu relacionamento com a sociedade civil. Hoje, graças à Internet, qualquer pessoa pode ter acesso aos relatórios mensais divulgados pelo banco, com informa-

ções sobre o desempenho da economia, das contas externas, dos gastos governamentais e da concessão de créditos pelos bancos. Estão disponíveis também os relatórios de inflação, as atas mensais do Copom, o relatório de estabilidade financeira e as resenhas e relatórios semanais de acompanhamento das expectativas de mercado. Tudo isso, além de satisfazer a exigência legítima de transparência e de prestação de contas aos cidadãos, serve como instrumento privilegiado para todos os que precisam de informações atualizadas e confiáveis sobre a economia brasileira, desde os jornalistas até os pesquisadores, passando pelos investidores e operadores de mercado.

Há ainda a preocupação de levar essa política de relacionamento com os cidadãos a um passo além do que se espera minimamente de uma instituição transparente. O Banco criou um programa de educação financeira com o objetivo de unificar suas ações nessa área. Com isso, cumpre um papel fundamental de intermediário entre o às vezes complexo e hermético mundo da economia, com seus aspectos técnicos e seu jargão próprios, e o universo da cidadania. Dado o impacto que a maneira como é conduzida a economia tem sobre a vida das pessoas, esse esforço de aumentar a compreensão do cidadão sobre esses temas cumpre um dever democrático essencial.

Todas essas iniciativas constam do Relatório da Administração do Banco Central do Brasil relativo ao ano de 2003. Quero aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, para terminar, louvar mais essa iniciativa do Banco de divulgar esse relatório, cumprindo seu dever de prestar contas de suas ações à sociedade.

Dada a importância e o alcance que têm as decisões tomadas pelo Banco Central na condução da política monetária, e dado o interesse que, por isso mesmo, essas tomadas de decisão despertam, são sempre bem-vindos os esforços que visam a promover a transparência e a prestação de contas. Esperemos que esses esforços se multipliquem, proporcionalmente à importância que tem esta instituição que é o Banco Central.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho através deste manifesto, em meu nome e de toda a Bancada do meu Partido, chamar a atenção de meus nobres colegas e de toda a sociedade para mais esta má decisão, tomada pelos diretores da Eletronorte, em Brasília, e que só vem penalizar mais uma vez nosso Estado e toda a nossa sociedade rondoniense.

Para que todos saibam, a diretoria da Eletronorte determinou a remoção (retirada) de três máquinas (turbinas) da Usina Termelétrica Rio Madeira, a única usina térmica de propriedade da Eletronorte, e que está instalada em Porto Velho, no Bairro Nacional.

Uma das turbinas, a ser transferida para Manaus e duas a serem transferidas para Macapá.

Estas transferências, devem ser realizadas imediatamente.

É importante lembrar nosso passado recente, quando nosso Estado foi duramente penalizado pelos constantes racionamentos de energia elétrica.

Tal transferência, que está sendo justificada como instalação de reserva para aqueles Estados, aqui em Rondônia fará falta, uma vez que nossa configuração de transmissão conta com a geração das máquinas da UTE Rio Madeira, para manter o fornecimento, principalmente para a capital, inclusive com atuação neste final de semana.

Ainda hoje, estes reflexos são sentidos e assustam eventuais investidores e empreendedores, que hesitam em trazer seus capitais para o Estado, temendo a falta de energia para expansão de seus negócios.

E lembro ainda da importância de termos energia confiável e abundante, para ofertar aos empreendedores, pois ela é a base de todos ou quase todos os processos produtivos.

Assim, nós como representantes de nosso povo, não podemos concordar e muito menos permitir, que esta decisão venha a desfalcocar o parque gerador de energia elétrica de nosso Estado, que foi conquistado a duras penas, fruto de muito trabalho e muito sofrimento de nosso povo rondoniense, que até recentemente sofreu duros racionamentos de energia, principalmente no interior de nosso Estado.

Estamos surpresos e por isto, nos recusamos a acreditar em tal decisão, que só faz retirar de nosso Estado de Rondônia, nossas conquistas.

Lembro ainda, que o prometido gás de Urucu, a interligação elétrica ao Sistema Nacional e outros grandes projetos, durante tanto tempo anunciados e apregoados, até hoje não chegaram ou não aconteceram.

Lembro também, que o consumo de energia elétrica é sempre crescente, e estas máquinas que hoje estão nos tirando, amanhã vão fazer falta.

Finalmente, chamamos a atenção de todos, para a necessidade de nos posicionarmos em relação à diretoria da Eletronorte, em Brasília, para que interrompa de imediato, esta retirada, que só penalizará o Estado de Rondônia, sua economia e todo seu penalizado e sofrido povo.

Temos a plena convicção que existem outras alternativas para solucionar os atendimentos emergenciais de Manaus e Macapá, que podem ser adotadas, sem que se venha mais uma vez a penalizar o Estado e o povo de Rondônia.

Era o que eu tinha dizer,
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a 40ª sessão não-deliberativa de terça-feira, 20 de abril de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 26 minutos.)

Ata da 41ª Sessão não Deliberativa, em 22 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Augusto Botelho.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência declara prejudicado o **Requerimento nº 458, de 2004**, do Senador Paulo Octávio e outros Srs. Senadores, em virtude de haver perdido a oportunidade, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, esta Presidência deseja registrar a presença, nas galerias desta Casa, de turistas do Estado de Santa Catarina que visitam esta sessão.

Para nós, Sr^{es} e Srs. Senadores, é uma honra a presença dos ilustres visitantes.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, à nobre Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Mato Grosso.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao PT, a prioridade da palavra é do Senador Alvaro Dias, do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência já havia concedido a palavra à Senadora Serys Slhessarenko e não havia registrado ainda a chegada do Senador Alvaro Dias. Mas este Presidente, conhecendo bem o Senador Alvaro Dias, sabe que S. Ex^a fará questão de que, em primeiro lugar, fale a nossa Senadora, a única representante das mulheres presente no recinto do plenário. Em seguida, daremos continuidade, Senador Mão Santa, à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores,

obrigada Senador Alvaro Dias. Realmente, V. Ex^a é o primeiro inscrito, mas me parece que não estava no plenário no momento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estava sim.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mas estava meio escondido.

Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Quero também saudar todos os turistas presentes nesta Casa. É bom tê-los aqui. É importante acompanhar o mandato de todos os Senadores do nosso País.

Como sempre faço quando assomo a esta tribuna, quero fazer o registro de duas questões que estão me incomodando há bastante tempo. Enquanto elas não forem resolvidas, não pararei de mencioná-las desta tribuna.

A primeira delas é sobre a necessidade imperiosa da aprovação já da PEC 77, ou seja, a PEC paralela, aquela que concedeu alguns ganhos em relação às perdas sofridas com a previdência na PEC 67.

Desta tribuna, continuo insistindo no fato de que a Câmara tem que cumprir o seu papel; o Senado já cumpriu o seu. A PEC paralela tem que ser aprovada já, porque a PEC 67 está em vigor, e ela está prejudicando alguns pontos que não foram votados – faço esta cobrança todas as vezes que venho a esta tribuna.

A segunda cobrança refere-se aos recursos da Cide, da contribuição que recai sobre os combustíveis, para a conservação, restauração e construção das estradas federais. Eles já foram repassados – repito isso pela milésima vez.

Pergunto oficialmente à Presidência se é possível fazer essa conferência. Muitas vezes já falei sobre a necessidade de se repassarem os recursos da Cide, que foram arrecadados e estão no Tesouro, para a conservação, restauração e construção de estradas federais. No meu Estado de Mato Grosso, elas estão em péssimas condições. A retirada da produção é difícilíssima. Parou de chover agora; em setembro, outubro, começará a chover de novo, e, de agora até setembro, devem-se consertar as estradas. Caso contrário, Sr. Presidente, não teremos como fazer o arranca-safra no fim de 2004.

Pelo menos no meu Estado, a situação é precaríssima, e temos R\$10 bilhões arrecadados da Cide. Precisamos que pelo menos um bilhão seja destinado à restauração e conservação das estradas federais diretamente dos órgãos federais deste País, e não por meio de repasse para governadores, etc. Isso já foi feito, os governadores já estão utilizando os recursos para a reforma das estradas estaduais. Precisamos consertar as estradas federais: terminar algumas, fazer outras e, principalmente, conservá-las e restaurá-las.

Dado esse famoso recado, que sempre repito todas as vezes que venho à tribuna, quero aqui falar sobre outros dois assuntos. Um, amplo, que é a questão do *software* livre, inclusão digital, cuja Frente Parlamentar Mista de Software Livre pela Inclusão Digital presido. Essa Frente é composta por mais de 100 Deputados e 36 Senadores. É um projeto importantíssimo.

Também quero fazer um registro rápido sobre a nossa Chapada dos Guimarães, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, do meu Estado de Mato Grosso. Vou tentar ser rápida com relação à questão do *software* livre para ainda poder falar sobre a minha Chapada dos Guimarães.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores ouvintes, como Senadora da República, como Presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre e pela Inclusão Digital, como cidadã brasileira, venho com muito orgulho a esta tribuna, no dia de hoje, para registrar que, a partir da próxima segunda-feira, dia 26, estará acontecendo, numa iniciativa auspiciosa do Comitê Técnico de Implementação do Software Livre (CISL) da Presidência da República, a 1ª Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre, que ocorrerá de 26 a 30 de abril.

Alguns poderão dizer: “o que é isso, a que nos interessa isso”? É algo de extrema importância para o nosso País, desde o desenvolvimento da criatividade até a produção, até a questão de divisas, porque são bilhões que o nosso País envia permanentemente para o estrangeiro, quando poderíamos estar produzindo aqui, e os nossos jovens estarem sendo estimulados a trabalhar. Eles que gostam tanto do tal do computador – eu não entendo nada ou muito pouco dele –, com as suas inteligências, poderiam prestar um grande serviço ao Brasil, à humanidade, inclusive exportando idéias por eles produzidas. Por isso, defendo e presido essa Frente Parlamentar.

Eu gostaria de chamar a atenção para um dado desse evento, que se vai realizar de 26 a 30 de abril: o objetivo principal é treinar mil funcionários públicos em mais de cem cursos, divididos em cinco eixos temáticos, que vão da gestão de *software* livre ao suporte

e aplicações em *software* livre, base de dados, infraestrutura e desenvolvimento em *software*.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, que essa iniciativa do Governo Federal representa um momento muito especial e vai, sem dúvida nenhuma, marcar a agenda positiva da administração pública nesse período em que tantos procuram pontificar-se como pregoeiros do caos.

O desenvolvimento desse projeto, a implementação dessa semana de capacitação, que é capitaneada pelos ativos e combativos técnicos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, em que pontifica esse jovem guerreiro, que é o professor Sérgio Amadeu, demonstra que, no campo da tecnologia da informação, o atual Governo está na vanguarda como nenhum outro antes dele, já que resolveu assumir e está, decididamente, enfrentando o monopólio do *software* proprietário, no âmbito da estrutura da administração federal.

Então, o nosso Governo está decididamente enfrentando essa questão que, eu diria, é extremamente relevante para o nosso País.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, como bem destaca o diretor do Serpro, Sérgio Rosa, que essa Semana de Capacitação vem otimizar a questão do atendimento à população em nossas empresas públicas. Com a adoção do *software* livre, os técnicos estarão capacitados a utilizar novas soluções, mais estáveis e ágeis, o que resultará, por exemplo, numa grande melhora do atendimento prestado ao público em geral.

Um dos maiores benefícios com a adoção de padrões abertos não proprietários, segundo o Secretário de Logística e Tecnologia da Informação, Rogério Santana, é a criação de um padrão de interoperabilidade para os sistemas e aplicativos do Governo. Segundo avalia Rogério Santana, o maior entrave à adoção do *software* livre ainda é cultural. “A mudança para um novo paradigma tecnológico é uma das maiores dificuldades encontradas no processo”, explicou Santana.

Não posso deixar de destacar que, com essa providência, com a realização da primeira Semana de Capacitação dos Servidores Públicos, o Governo Federal, o nosso Governo Lula, passa a enfrentar com muita decisão o grave problema da remessa de pesados *royalties* ao exterior, por conta da manutenção do *software* proprietário. Com a multiplicação do uso do *software* livre, com o que vemos o nosso Governo Lula cada vez mais comprometido, o Brasil poderá reduzir significativamente o envio de capital, hoje estimado em R\$1,1 bilhão/ano, ao adotar as soluções de código aberto em sua estrutura.

Dados que nos foram fornecidos pelo ITI demonstram que o Ministério da Saúde tem a meta de

migrar, até o final do Governo atual, 10 mil estações de trabalho para *software* livre. A orientação que existe, hoje, no Ministério da Saúde, é de que os novos aplicativos sejam desenvolvidos em plataformas não proprietárias, segundo garante o Coordenador Geral de Fomento e Cooperação Técnica do Ministério, Carlos Soares, enfatizando que, na sua opinião, esse é um movimento que não tem volta. Sim, um movimento de vanguarda adotado pelo Governo de Lula e que devemos destacar.

Hoje em dia, a migração do *software* proprietário para o *software* livre é um processo que anima as mais diferentes autarquias da administração federal, como a Receita Federal, a Radiobrás, os Ministérios do Meio Ambiente, das Comunicações, da Saúde e da Cultura, dentre vários.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que a 1ª Primeira Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre precisa ser destacada e apoiada por este Senado Federal, até porque nesta Casa também, por intermédio do Prodasen, está em processo a migração e se constitui também num exemplo de vanguarda na adoção do *software* livre.

Parabéns a todos, parabéns principalmente aos servidores públicos que se estão inscrevendo para participar desse novo e importante momento de independência tecnológica. O Governo de Lula não está parado. O Governo de Lula está avançando e, no que concerne à Tecnologia da Informação, seguramente essa é uma auspiciosa realidade.

Cabe destacar que o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, companheiro José Dirceu, já confirmou a sua presença na abertura da Semana de Capacitação, que será realizada na próxima segunda-feira, dia 26 de abril, na Universidade Correios, às 9 horas. A presença do Ministro demonstra a importância que a política pública de implementação do *software* livre tem para a administração.

O Ministro José Dirceu tem todos os motivos para participar ativamente desse evento, já que ele torna realidade o discurso feito pelo Ministro-Chefe da Casa Civil há pouco menos de um ano, quando da abertura dos trabalhos do Comitê Executivo do Governo. Naquela oportunidade, José Dirceu afirmou que “um programa de desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação, especialmente orientado para a inclusão digital, educação e capacitação técnica, pode ser um ponto de partida efetivo para consolidar uma indústria de *hardware* e *software* que agregue valor à economia nacional, baseado em inovação constante e, preferencialmente, em *softwares* abertos e não-proprietários”.

Parabéns ao Ministro José Dirceu e fica aqui o convite para que todas as Sr^{as} e Srs. Senadores prestigiem o ato da próxima segunda-feira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente desta sessão, neste momento, presido a Frente Parlamentar do Software Livre e Inclusão Digital, composta, salvo engano, por 142 Deputados e 36 Senadores. Realmente, é da mais alta relevância o Brasil fazer parte dos países que, hoje, ponteam o trato com a questão do *software* livre.

Sabemos que o grande detentor do *software* proprietário, Sr. Bill Gates, por intermédio da Microsoft, não está gostando nada de o Brasil estar-se empenhando, realmente, na condução das questões do *software* livre e da inclusão digital. Temos muitas inteligências, Sr. Presidente, trabalhando nesse avanço gigantesco, nesse salto da tecnologia da informação brasileira, e o mundo está voltando os olhos para o Brasil. É claro que a grande produtora, a grande fornecedora, que leva as grandes vantagens no mundo, a Microsoft, está extremamente descontente com o avanço do *software* livre no Brasil.

O Senado da República tem um papel determinante nesse processo, pois, pela primeira vez na História do Brasil, cria a Frente Parlamentar Mista do Congresso Nacional, do *software* livre, da inclusão digital, que presido e que tem como Presidente de honra o Senador José Sarney. Essa grande Frente está marcando época e vai fazer história em nosso País, ao buscar aprofundar esse trabalho no avanço da tecnologia da informação nacional.

Mais uma vez agradecendo o Senador Alvaro Dias, gostaria de falar agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre o nosso Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, localizado em Mato Grosso, no belo, gigante, grandioso, mas ainda necessitado de muito apoio, Município de Chapada dos Guimarães, que acaba de registrar mais um aniversário.

O Parque Nacional de Chapada foi criado pelo Decreto nº 97.656, de 12 de abril de 1989, pelo então Presidente da República José Sarney, hoje Presidente do Senado.

O nome é pomposo: Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Foi criado por um ato do Presidente Sarney que muito nos orgulha. Digo mesmo que foi um dos atos mais importantes na área do Ministério do Meio Ambiente, reconhecido como de extrema relevância, nacional e internacionalmente.

O art. 6º do Decreto estabeleceu o prazo de quatro anos para o Ibama proceder à execução do Plano de Manejo do Parque, a partir de 1989. Quer dizer, desde 1993, deveríamos ter um Plano de Manejo que, até agora, não aconteceu.

O mesmo instrumento legal, assinado pelo Presidente Sarney, que criou o Parque Nacional de Chapada declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras e benfeitorias dentro da área, invocando o caráter de urgência. Mas vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Parque Nacional de Chapada, tal qual uma menina-moça, está completando 15 anos e não conseguimos cumprir o que foi determinado.

É o caso de, realmente, entrarmos nessa luta, neste momento, pela causa da Ecologia, pela defesa da natureza, com relação ao nosso Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, internacionalmente conhecido e defendido.

Como se sabe, esse nosso Parque Nacional situa-se na intercessão de três dos mais importantes ecossistemas do País, o Pantanal, a Amazônia e os Cerrados. Está localizado próximo à nossa capital, Cuiabá, e no centro geodésico da América do Sul. Ou seja, está fincado em frente à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá.

O Parque Nacional de Chapada detém espécies da fauna e da flora representantes destes três ecossistemas em altitudes e climas variáveis; possui mananciais cristalinos e uma beleza cênica incomparável, além de manifestações culturais rupestres que ainda devem ser objeto de estudos e exploração científica.

Mas, após o decreto histórico de criação do Parque, assinado pelo Presidente José Sarney, inúmeras invasões aconteceram.

Desmatamentos e queimadas se sucedem anualmente; construções irregulares, deposições de lixo e tantas outras ações predatórias vêm comprometendo agressivamente as excepcionais condições daquela unidade de conservação. Assim sendo, resolvi assomar à tribuna para fazer um apelo à nossa companhia de Senado, nossa querida Ministra Marina Silva, tão comprometida com a causa preservacionista, e aos companheiros do Ministério do Meio Ambiente para olharem pelo Parque Nacional de Chapada. Que não deixem este importante espaço de conservação da natureza em Mato Grosso continuar submetido a um processo de degradação tão revoltante.

Os funcionários do Ibama, em Mato Grosso, têm realizado considerável esforço juntamente com ONGs, com a população consciente e também com a imprensa no sentido de garantir a proteção do Parque. Só que, sem o domínio das terras e sem o plano de manejo, o Ibama tem suas ações limitadas, inclusive com diversos procedimentos embargados pela Justiça.

É importante destacar que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, assim que tiver o seu plano de manejo implantado, com a devida infra-estrutura para o turismo ecológico, com a fixação de uma unidade

de administração e educação ambiental, este Parque Nacional, hoje tão abandonado, significará grandes benefícios econômicos, sociais, culturais e científicos para a região e para o Brasil, e por que não dizer para a humanidade.

Deixar, portanto, que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães se deteriore pela ação devastadora de predadores é um ato de lesa-humanidade. É importante que o Ministério do Meio Ambiente atue nessa questão; que as Prefeituras de Cuiabá e Chapada não se acomodem; que toda a comunidade interessada na preservação dessa riqueza inigualável não se omita.

Estima-se que o Parque, com cerca de quase 70% de sua área no Município de Cuiabá, tem potencial para receber mais de 500 mil turistas por ano, gerar, direta e indiretamente, cerca de 60 mil empregos nas áreas de alimentação, transporte, hospedagem e serviço em geral e um fluxo anual superior a uma dezena de milhões de dólares.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, devemos atuar com rapidez, nesse sentido, porque a degradação é evidente a cada dia, e, em especial, na época das secas com queimadas e outras situações difíceis.

Sr. Presidente, como o meu tempo está terminando, eu sempre assumo o compromisso de encerrar o meu discurso no horário exato, tendo em vista a consideração e o respeito que tenho para com todos os Senadores que desejam usar da palavra. Exatamente no momento que se torna vermelho o painel, encerro minha fala.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, devemos respeitar o nosso horário para que realmente todos sejam contemplados com a possibilidade da palavra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência felicita V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, pela estrita observação do disposto no Regimento Interno com relação ao tempo.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a democracia não existe apenas para ser cantada; existe para ser vivida. No Brasil, vivemos intensamente a democracia política; mas ainda estamos muito longe de podermos viver a democracia social. Viver a democracia social é exercer, na sua plenitude, a cidadania. E a cidadania não se exercita na plenitude no desemprego, na pobreza, na violência, com as injustiças sociais que, de forma avassaladora, sacodem o nosso País.

As promessas descumpridas, os dogmas sepultados, postulados ignorados levam o atual Governo a decepcionar, sobretudo, porque a pregação do Partido dos Trabalhadores foi sempre em favor da democracia social.

Hoje, anuncia-se uma nova taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo. Gostaríamos de estar nesta tribuna anunciando que os compromissos da campanha eleitoral do Presidente Lula estão agora, em 2004, sendo honrados de maneira absoluta. No entanto, os números desmentem as promessas. O recorde anterior é batido pelo novo recorde – recorde histórico – de 20,6% de desempregados na região metropolitana de São Paulo. O maior patamar registrado desde 1985, quando essa pesquisa começou a ser realizada. É, portanto, preocupante o ritmo de crescimento incontido do desemprego no nosso País, contrariando os pressupostos básicos e indispensáveis para que se instale no Brasil a tão decantada democracia social.

Segundo o Seade, no mês passado, o número estimado de pessoas sem emprego na região metropolitana de São Paulo era de 2 milhões de trabalhadores, apenas na região metropolitana de São Paulo. O salário médio do trabalhador empregado diminuiu 2,1%, o rendimento médio real diminuiu, pelo segundo mês consecutivo, 3,3%, menor do que o mês anterior.

Agrava-se, portanto, a crise econômica; agrava-se, de forma dramática, a crise social na esteira de um Governo sem autoridade, sem imaginação, sem criatividade, sem competência administrativa e sem ação. Um Governo que, pela ausência de autoridade, instala no País um cenário onde a lei é afrontada a cada passo, onde se institucionaliza a desordem, especialmente no campo, com consequências imprevisíveis para o futuro do nosso País.

Não é por outra razão que o jornal **O Estado de S. Paulo**, em editorial, no domingo, o intitulou de “Governo Esquizofrênico”, lembrando afirmativa de Leôncio Martins Rodrigues, cientista político da Unicamp, que disse: “Temos um Governo esquizofrênico e um Partido dividido ao meio”. O editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** procura demonstrar que é possível restabelecer a autoridade no País e impor o rigor da lei para impedir que a desordem se propague. E faz um comparativo da ausência de autoridade do Presidente Lula com o exercício pleno da autoridade por parte do Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Diz o editorial:

O Governador Geraldo Alckmin não se preocupou em “dourar a pílula”. Classificou as ocupações de “abril vermelho urbano” para não deixar dúvidas...

E, sem a tibieza do Governo Lula, Geraldo Alckmin, diante da crise, agiu. E as sete mil pessoas que invadiram em São Paulo edificações urbanas foram desalojadas em respeito à ordem e à lei.

Agiu com rigor o governo paulista diante das ocupações ilegais de imóveis urbanos, em movimentos coordenados de que participaram sete mil pessoas em São Paulo.

O contraste entre a liderança do Governador Geraldo Alckmin e a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é visível, não só quando se trata de impor com rigor a lei, fazendo-a respeitada em nome da ordem e da paz social, mas também quando se trata de administrar.

O Governo Federal é hoje a consagração da incompetência administrativa, enquanto o governo paulista é a consagração da competência de gerenciamento. O Governador de São Paulo, sem buscar o espetáculo, mas com uma postura ética imbatível, posiciona-se como um governante capaz. Age com rigor e rapidez. Oferece respostas imediatas às demandas de sua administração, sem tibieza, sem leniência, sem passividade, com imaginação e criatividade.

O Governador de São Paulo apresenta-se como um exemplo de administrador público, que recupera em nós a crença de que é possível, sim, governar com dignidade, inteligência, competência, eficiência e, sobretudo, autoridade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa desesperança em relação à manutenção da ordem, especialmente no campo, vem da relação política comprometedora existente entre o Presidente Lula e seu governo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O PT instrumentalizou partidariamente o MST. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apoiou abertamente a candidatura de Lula à Presidência da República, que prometeu ser o único candidato capaz de promover reforma agrária no País sem violência.

É evidente que a decepção provocada pela promessa descumprida leva o Movimento, aliado do Presidente e de seu governo, a reagir com indignação, promovendo violências com as invasões sem fim que, só em um mês e meio, significaram 21 mil famílias em 16 Estados, ocupando áreas agrícolas produtivas ou improdutivas, contrariando a legislação vigente no País.

Que há essa relação politicamente promíscua entre o Governo e o MST, não há dúvida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é engordado pelo desespero que há na cidade. Milhares de trabalhadores urbanos, desempregados, aflitos, angustiados, somam-se aos trabalhadores sem-terra na esperança de serem vistos, olhados, entendidos pelo Governo. Não sei se serão entendidos pelo Governo ou se, no desespero que os leva a agir violentamente, contribuirão para aprofundar a crise social, já dramática em nosso País, com reflexos no Exterior.

Trago alguns documentos para comprovar que existe uma relação política comprometedoras do Governo e seus agentes com os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Trago documento da Ouvidoria Agrária Nacional, que foi apresentado na CPMI da Terra, em que o Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional, apelava à Justiça em favor de José Ailton da Silva, pedindo que seja libertado da prisão, afirmando: "...facilitará a atuação do Incra no que se refere à execução da reforma agrária no Estado de Goiás e região do Entorno do Distrito Federal". A prisão se deu em função de um assassinato. E pergunto: cabe à Ouvidoria Agrária defender aqueles que, acusados de assassinatos, encontram-se detidos para que a Justiça possa, com os procedimentos necessários, levar à responsabilização civil e criminal? Não, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não cabe à Ouvidoria Agrária agir desta forma: desvio de objetivos, intromissão indébita, ação autoritária, que só pode tumultuar o processo e comprometer a relação do Governo com a sociedade, dificultando a instalação de um cenário de paz e de tranquilidade no campo para a produção prosperar.

Não é apenas este o documento que trago a esta tribuna. Há outro mais recente, que vem do Paraná. Há um trabalhador rural de nome Eymar do Nascimento Cezimbra preso. Foi decretada a prisão pelo Juiz Leonardo Ribas Tavares, Meritíssimo Juiz de Direito de Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná. Acusação: roubo de soja no assentamento.

Este preso teve as mãos estendidas do Ouvidor Agrário Nacional, que encaminha correspondência oficial, em papel timbrado, ao juiz, solicitando a soltura do agricultor. Afirma que a soltura do agricultor Eymar do Nascimento Cezimbra facilitará a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal no Estado do Paraná.

Portanto, mais uma interferência indevida da Ouvidoria Agrária num processo que cabe única e exclusivamente à Justiça deliberar.

A outra é uma correspondência também do Ouvidor Agrário Nacional ao Secretário de Segurança do Paraná, que trata também de correspondências relativas à Reforma Agrária, com uma interferência estranha da Ouvidoria que, a meu ver, extrapola suas funções e prerrogativas.

Houve uma manifestação de indignação do juiz que denunciou o fato, por entender que não cabia ao Ouvidor Agrário Nacional interferir nessa questão. Ele disse: "(...) esse tipo de pressão realmente eu não admito e é por essa indignação, por essa honestidade de mostrar tudo o que está acontecendo que tornei público este fato". A denúncia foi feita pelo Meritíssimo

Juiz Leonardo Ribas Tavares, de Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná.

A violência campeia solta, exatamente em função da ausência de autoridade do Governo. A Contag entregou um relatório à CPMI da Terra, que traz a relação de sindicalistas rurais assassinados no Estado do Pará. São exatamente 23 sindicalistas rurais assassinados, e há uma relação de 46 pessoas ameaçadas de morte naquele Estado. Trata-se de um alerta às autoridades federais. A ausência de autoridade leva a esse tumulto, a essa conflagração, a essa insegurança, a essa anarquia, fazendo vítimas e ameaçados.

Por essa razão, a imagem do Brasil tem estado comprometida, de forma marcante, nos últimos dias, no exterior. O noticiário alcança a imprensa internacional. Ainda nesta semana, um amigo me ligou de Londres e disse: "Hoje, por quatro vezes, vi e ouvi na BBC o relato das invasões de terra no Brasil". É claro que isso tem repercussão em nossa economia. O jornal **El País** traz ampla matéria sobre as invasões de fazendas, considerando-as um desafio ao Governo Lula, e diz que o MST é um grupo revolucionário a favor da reforma agrária, que o Presidente ajudou a fundar em seus tempos de oposição.

É essa relação politicamente comprometedoras que inibe o Governo, o paralisa, o torna fragilizado diante da violência no campo. Esse fato repercute no exterior. Esse diário espanhol ressalta o temor do Governo brasileiro de que o comportamento do movimento acabe contagiando outras formas de protesto. E já está contagiando porque agora são os trabalhadores sem-teto que invadem edificações urbanas em nosso País.

Portanto, não há como não trazer a esta tribuna essa enorme preocupação com a conjuntura econômica internacional e os reflexos na economia brasileira. Antes de prosseguir falando da repercussão, com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Mão Santa, presente em todos os momentos de debate no Parlamento brasileiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, eu e o País aguardávamos ansiosos a sua fala. Apesar de muito jovem, V. Ex^a tem uma extraordinária experiência e um grande serviço prestado à democracia do Brasil e ao desenvolvimento do Paraná, Estado do qual V. Ex^a é um dos mais extraordinários líderes. A fala de V. Ex^a traduz a preocupação não só dos brasileiros, mas de todo o mundo. Um jornal noticia que a ONU fez uma pesquisa e constatou que a grande maioria dos brasileiros não acredita mais na democracia. Insatisfeito com o absolutismo, o povo foi às ruas e gritou: "Liberdade, igualdade e fraternidade". Aqui essa frase traduziu-se em governo do povo, pelo povo e para o

povo. O povo está desacreditando daquilo que buscou com tanta luta. Nesses 180 anos de Senado, de Rui Barbosa, a democracia é o mínimo que se exige de um governo, seja ele qual for. Exige-se isso de qualquer um. Está na ONU, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na obra de Norberto Bobbio, Senador vitalício da Itália que morreu recentemente, que diz que o mínimo que temos de exigir de um governo é que garanta e dê segurança à vida. Este Governo não está garantindo segurança à vida de ninguém. Segurança à liberdade. O cidadão que trabalha não tem mais liberdade de nada. Os que trabalham estão morando em condomínios que são verdadeiros presídios. Quanto à segurança à propriedade, também aí está havendo desrespeito. A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. O povo escolhe aquele princípio básico de administração, que é a unidade de comando e unidade de direção, traduzido na figura do Presidente da República. Então, o que está faltando neste País é a autoridade do Presidente da República.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, peça alguns minutos para concluir o pronunciamento.

De onde virão os recursos para o crescimento econômico? Eu nem diria para o espetáculo do crescimento, que de forma megalomaniaca anuncia o Presidente da República; para o crescimento econômico capaz de atender à demanda de empregos, oferecer oportunidade de trabalho a milhões de trabalhadores desempregados, para que possamos viver a democracia social.

De um lado, a instabilidade provocada pela insegurança das invasões, dos tumultos na área urbana, da falta de autoridade do Governo; e, de outro lado, a sinalização da crise econômica internacional com o anúncio da possibilidade de elevação das taxas de juros no Brasil e as advertências que vêm de bancos como JP Morgan, Citigroup, Merrill Lynch e pelo Dresdner Wasserstein da Alemanha, além do Banco Central dos Estados Unidos. Há uma preocupação, sim, uma séria preocupação, e o Governo brasileiro não pode ignorá-la neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de dar seqüência à lista de oradores inscritos, a Presidência fará a leitura de um Expediente que há sobre a mesa, antes registrando a presença dos alunos da 6ª série do Colégio Sigma nas galerias. Para nós, Senadores e Senadoras, é uma honra a ilustre presença dos alunos, professores e coordenadores que visitam esta sessão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, realmente meu nome consta na lista de inscrições como o primeiro, de acordo com o art. 17. Mas, já que não tem ninguém inscrito para uma comunicação inadiável, gostaria de me inscrever para a primeira oportunidade que V. Ex^a achar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa procede à inscrição de V. Ex^a para uma comunicação inadiável, que será intercalada com os demais oradores, Senador Mão Santa, tendo em vista que V. Ex^a se encontra dentro do que prescreve o art. 17 do Regimento Interno. Tendo usado da palavra por duas vezes durante esta semana, V. Ex^a ficará como último inscrito, uma vez que há outros oradores inscritos em plenário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, tendo em vista que estão chegando os oradores que estavam inscritos. Estou inscrito em décimo quinto. Se por acaso eu tiver a oportunidade de falar na ordem de inscrição, dispense a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrito em segundo lugar, Senador Valdir Raupp, dentro do que dispõe o Regimento Interno, para uma comunicação inadiável, que será intercalada com os demais oradores. Chegando a oportunidade de V. Ex^a, a Presidência descartará uma das inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência recebeu expediente subscrito por membros da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, lideranças municipais, da sociedade civil organizada e populares solicitando empenho para rápida aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575-C, na Câmara dos Deputados).

É o seguinte o expediente que passo a ler:

ESTADO DO MARANHÃO
Assembléia Legislativa

São Luís, 20 de abril de 2004

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal
M.D. Senador José Sarney

Senhor Presidente,

Nós, membros da Comissão Especial das Ilhas Oceânicas e Costeiras, criada pela Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, representando também

os membros daquela Casa, juntamente com prefeitos de municípios inseridos na ilha de São Luís e representantes da sociedade civil organizada, viemos solicitar a Vossa Excelência empenho para rápida aprovação da PEC nº 575-C, de autoria do deputado Edson Andrino.

Esta emenda à Constituição brasileira é de grande importância para o Estado do Maranhão, particularmente para os municípios localizados na ilha de São Luís e, conseqüentemente, para populações neles residentes.

Ocorre que, fruto de uma legislação oriunda do Império, em 1850, foi criado o primeiro instrumento visando regulamentar a questão de registros no Brasil, chamado Registro Paroquial, onde todas as terras pertenciam ao poder central, exceto aquelas, que por concessão eram doadas a terceiros pelo imperador, as chamadas sesmarias. Ao longo do tempo, várias legislações trataram da questão da propriedade fundiária, dando um tratamento mais adequado à questão, mesmo ainda distante da situação ideal.

Uma legislação, entretanto não evoluiu em nada, a que trata das ilhas costeiras.

A Constituição de 1988, diz no seu art. 20. São bens da União:

Inciso IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofe com outros países: as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas destas, as áreas referidas no art. 26, II;

Este tratamento distinto na Constituição, dado aos municípios situados em ilhas, particularmente em ilhas costeiras, estabelece uma discriminação brutal em relação aos demais municípios brasileiros.

Senão vejamos:

– os moradores destes municípios, exceto aqueles residentes em terras oriundas de sesmarias, não são proprietários da área em que moram, ou têm o domínio útil, ou são posseiros;

– estes mesmos moradores, excetuada a questão das sesmarias, têm que pagar (IPTU às prefeituras, o que ocorre em todos municípios brasileiros, e taxa de foros à União, fato que tecnicamente pode não ser caracterizado como bi-tributação, mas de fato o é, penalizando sobremaneira uma população que já possui sua capacidade de pagar impostos e taxas exauridas;

– prejudica o setor primário, na medida em que o pequeno produtor para conseguir crédito junto às agências de crédito, normalmente lhe é exigido o título de propriedade da área, que não possui;

– a indústria e o comércio também são prejudicados, na medida que têm que incluir mais uma taxa em seus insumos, diminuindo sua competitividade;

– o setor imobiliário é prejudicado, quando, em qualquer transação de imóveis, além do ITBI, pago às prefeituras, deve ser pago laudêmio à União;

– conflitos fundiários são constantes devido o entendimento da União que as terras são de sua propriedade e a existência de escrituras lavradas em cartório conferindo a terceiros estas mesmas áreas como próprias.

Sabemos do empenho, no tocante a este assunto, dos parlamentares maranhenses tanto na Câmara Federal, como no Senado Federal. Somos sabedores também que para estas Casas convergem os mais relevantes temas de interesse da nação. Sendo estas Casas políticas e, logicamente, sensíveis aos movimentos mais prementes e legítimos da população brasileira, nós, membros do legislativo estadual, lideranças municipais, lideranças da sociedade civil organizada, lideranças populares, estamos nos mantendo mobilizados e mobilizando cada vez mais a população maranhense, para que, em breve, tenhamos uma solução definitiva para este problema.

Nenhum momento na história é mais oportuno da que este, quando temos na presidência do Congresso, hoje, um político sempre voltado para os interesses de sua terra e de sua gente.

Contamos com Vossa Excelência.

Max Barros, Deputado Estadual, Presidente da Comissão Especial das Ilhas Costeiras e Oceânicas – **Cristina Archer**, Deputada Estadual, Vice-Presidente da Comissão Especial das Ilhas Costeiras e Oceânicas – **Francisco Gomes**, Deputado Estadual, Relator da Comissão Especial das Ilhas Costeiras e Oceânicas – **Carlos Filho**, Deputado Estadual, Membro da Comissão Especial das Ilhas Costeiras e Oceânicas – **Erinaldo Lima**, Prefeito Municipal de Raposa – **Gilberto Aroso**, Prefeito Municipal de Paço do Lumiar – **José Câmara Ferreira**, Prefeito Municipal de São José de Ribamar – **Luís Fernando Silva**, Líder Político de São José de Ribamar – **José Laci**, Ex-Prefeito de Raposa – **Jorge Mendes**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – **Luís Carlos Cantanhede**, Presidente da Associação Comercial – **José Arveiro da Silva**, Presidente da Federação do Comércio – **José Orlando Leite**, Presidente do Sindicato da Construção Civil – **Antonio Barbosa Belo**, Sindicato da Construção Pesada – **Ricardo Dualibe**, Assoc. Bras. do Mercado Imobiliário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O expediente lido, reunido em processo especial na forma do disposto no art. 263 do Regimento Interno, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para conhecimento do Relator e consulta dos demais Membros. Acompanhará o processado da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Dando continuidade à lista de oradores, encontra-se presente o segundo orador inscrito, o nobre Senador Augusto Botelho.

Em seguida, Senador Mão Santa, V. Ex^a terá a palavra para uma comunicação inadiável.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de começar propriamente o meu tema, que é sobre a política indígena do Brasil, gostaria de reforçar a reivindicação da Senadora Serys Slhessarenko em relação à PEC nº 77, que todos almejamos ver aprovada, para que seja resolvido o problema da dureza da PEC nº 67.

Outro ponto abordado pela Senadora Serys Slhessarenko diz respeito à Cide. A recuperação das estradas é uma necessidade urgente, porque a nova safra está chegando e não teremos tempo hábil para recuperar as estradas até lá. Além disso, todos sabemos, com a recuperação das estradas, criam-se muitos empregos, o que é muito necessário. Os recursos da Cide estão acumulados em R\$10 bilhões. Temos, pois, que dar um jeito para acelerar essa liberação.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna hoje diz respeito à política indigenista do Brasil. Se pesquisarmos a história da política indigenista no Brasil, a partir da Proclamação da República, verificaremos que ela pode ser dividida em duas etapas: a fase que poderíamos chamar de “integracionista” e outra a que poderíamos denominar pela expressão “reconhecimento étnico”.

No integracionismo, que vigorou até a década de 70, as sociedades indígenas eram vistas como um estágio primitivo e inicial de um processo unilateral de evolução. A condição do índio correspondia, assim, a um estado necessariamente transitório que desapareceria na medida em que os grupos indígenas fossem gradualmente incorporados às sociedades nacionais. As sociedades indígenas seriam um fenômeno cultural em vias de extinção e sem possibilidade de permanência e de reprodução.

Felizmente, a partir da década de 70, as sociedades indígenas passaram a ser reconhecidas como re-

alidades culturais diferenciadas, capazes de reproduzir estilos próprios de organização e desenvolvimento.

No plano político, essa nova postura se refletia na afirmação crescente dos direitos das populações indígenas de serem respeitadas a sua diversidade cultural.

Assim, o discurso integracionista começou a ceder espaço, tanto nas legislações internas, como no campo internacional, ao reconhecimento da pluralidade étnica e do direito das populações indígenas de serem realizadas suas aspirações culturais de desenvolvimento diferenciado.

Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição de 1988, ao reconhecer aos índios sua organização social, costumes, línguas e tradições, além dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, nada mais fez do que assegurar a referida pluralidade étnica e conferir um estatuto normativo suficientemente forte para tutelar o índio.

Portanto, mesmo com a evolução do tratamento da questão indígena no País, o que pode ser verificado pela evolução da política reservada a esses povos no decorrer da República, ainda podemos verificar graves equívocos na gestão da política indigenista no Brasil.

Exemplo disso é a forma como o Ministério da Justiça vem encarando a grave questão da demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a afirmação dos direitos indígenas e de uma política indigenista sólida deve passar, no meu entender, pela própria escolha livre dos índios, definindo as suas aspirações, ainda mais quando se trata de índios totalmente aculturados, como é o caso dos indígenas que habitam a área Raposa/Serra do Sol.

A área da Raposa/Serra do Sol, como facilmente se pode verificar, é composta por indígenas aculturados, na sua esmagadora maioria. Lá, índios e não-índios convivem em permanente contato. Os índios ocupam-se do comércio, da política – temos vice-prefeitos indígenas, vereadores –, da agricultura e já estão totalmente entrosados com o modo de vida dos não-índios. Como qualquer um de nós, querem ter máquinas agrícolas, televisão, escola de qualidade, água tratada e gelada, estradas asfaltadas, ou seja, os confortos que a vida moderna nos proporciona.

Na Raposa/Serra do Sol, existem índios capazes de zelar pelos seus interesses, de dizerem como querem viver e o que querem fazer. Portanto, uma política indigenista, nessa área, deve passar necessariamente pelo crivo da vontade dos índios que lá vivem.

Infelizmente, porém, para setores do Governo, sobretudo para a Funai, os índios que vivem em Ra-

posa/Serra do Sol são índios como quaisquer outros (ditos isolados), que não têm condições de expressar sua vontade e devem, por isso mesmo, ser alvo da política indigenista forjada pelos burocratas e não, eles os índios, autores dessa política.

Recentemente, no meu Estado, duas comunidades, uma na área de Raposa/Serra do Sol, a comunidade Flexal, do tuxaua Abel, que tem tradição em plantar feijão, e a comunidade da Barata, que tem o tuxaua Jacaré Narídio, que planta milho, se organizaram, foram ao Banco da Amazônia, pleitearam empréstimo para as suas associações, de R\$100 mil para cada uma, elaboraram projeto, cumpriram todas as etapas exigidas para conseguir o financiamento. Porém, na hora de liberar o dinheiro, o Banco pediu que a Funai aprovasse o projeto.

No caso do projeto da comunidade da Barata, por exemplo, não foram feitas as roças. E isso porque o gerente havia ido até a comunidade e dito que ia financiar uma roça de 100 hectares de milho para eles. Assim, por saberem que teriam a roça mecanizada, com tecnologia e assistência da Embrapa, reduziram as suas roças. Quando da liberação do dinheiro, no entanto, o Banco mandou um ofício para a Funai, em Brasília, pedindo autorização para liberar os recursos. A Funai de Brasília, alegando que a autorização não poderia sair daqui, mandou para a de Roraima para que esta autorizasse. Já a Funai de Roraima, devolveu o ofício de volta dizendo que não autorizava.

Agora, está para começar o inverno, o que impedirá que sejam feitas as roças mecanizadas que os nossos indígenas tanto almejam: 100 hectares de feijão e 100 hectares de milho, dentro da tecnologia da Embrapa, com eles mesmos no comando. E tudo isso com recursos que eles próprios captaram no Banco e que terão que pagar.

É importante lembrar que o Banco fez um estudo de viabilidade econômica e aprovou. Portanto, quem está amarrando é a Funai. Não podemos mais atrapalhar a vida dos indígenas. No meu Estado, infelizmente, a Funai atrapalha.

A demarcação da Raposa/Serra do Sol da forma como querem o Ministro da Justiça e as ONGs estrangeiras não atende aos interesses dos índios que habitam a minha região. Os índios não querem ser lançados no isolamento forçado. A continuar do jeito que está, daqui a pouco veremos a construção de um muro separando os índios da Raposa/Serra do Sol da sociedade circundante, semelhante ao que está sendo feito para separar israelenses de palestinos.

No início do ano passado, quiseram – não sei se foi a Funai ou alguma ONG – cercar a Vila de Pacaraima, onde há mais ou menos 2 mil casas. Quase houve

um atrito, com derramamento de sangue, porque os moradores não queriam que fosse feita uma cerca na cidade. É uma falta de respeito para com o cidadão! E no Brasil não se costuma fazer isso. Para mim, isso é influência de ONG estrangeira.

Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, vivemos num Estado Democrático de Direito e, portanto, devemos dar voz às diversas etnias da Raposa/Serra do Sol. Devemos auscultar a sua vontade e os seus anseios. Devemos buscar saber como querem viver e não impor-lhes uma política indigenista e a todos os índios do País. A maioria dos povos indígenas sabe o que quer fazer e como quer viver.

Já conversei com vários tuxauas daqui do Centro-Oeste e eles me disseram que ficam tristes, porque, no limite da sua terra há uma rica fazenda produtora de soja, e eles vivem na miséria, dependendo da vontade da Funai. Temos que fazer uma mudança: se os índios querem plantar de forma mecanizada, têm o direito de fazê-lo. Quem decide são eles; não somos nós nem os antropólogos. É isso que deve ser respeitado na política indigenista que está sendo esboçada para o País.

Caso contrário, corremos o risco de ver ocorrer em Roraima o mesmo que ocorreu em Rondônia: um conflito que gerou 27 mortos. E se for feito o que quer o Ministério da Justiça, poderemos ver um conflito interétnico, com índio matando índio, ao invés de índio matando garimpeiro, porque os garimpeiros não estão indo muito a Roraima. E se colocarem para fora os moradores, será ampliado o número dos sem-casa, dos sem-teto e dos sem-emprego em Boa Vista. Já há duas ou três gerações de cidadãos que moram com os indígenas.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a referiu-se ao incidente entre garimpeiros e índios cintas-largas, na Reserva Roosevelt, em Rondônia. Infelizmente, esses confrontos e atos de violência são recorrentes no nosso País. Ao mesmo tempo em que ocorre o confronto entre os cintas-largas e os garimpeiros, em Rondônia, a Rocinha é invadida e no Complexo da Maré há confrontos permanentes. Ou seja, esses massacres, essas matanças estão presentes não só em Rondônia, mas também nos grandes centros urbanos. Existe uma causa para tudo isso, e eu gostaria que pudéssemos debater-la. O que aconteceu em Rondônia e acontece nos grandes centros, principalmente com as populações periféricas, é a ausência da autoridade do Estado – ele

está ausente tanto na Rocinha quanto em Rondônia. O Estado deveria proteger uma área demarcada, homologada e de direito legítimo dos cintas-largas, mas ele não garante aquilo que a lei determina, como não garante a integridade, a segurança dos moradores das periferias urbanas. E por que isso acontece? Porque o Estado brasileiro é um instrumento feito para concentrar a renda. V. Ex^a sabe, tanto quanto nós, que, na ponta da contribuição dos impostos, existe um grupo de privilegiados que recolhe esses impostos mas não os transfere para o Fisco. Na ponta da aplicação, há a conhecida corrupção do superfaturamento das obras, das notas fiscais frias, fazendo com que o dinheiro fique concentrado nas mãos de poucos. Conseqüentemente, os serviços não chegam à Rocinha e não há garantia para as terras homologadas dos cintas-largas. Não há segurança no nosso País, porque o dinheiro, por meio do instrumento do Estado, está concentrado nas mãos de poucos. E é isso que precisamos discutir, debater e legislar, para que a sociedade possa controlar o resultado da sua contribuição, acompanhar as receitas e as despesas. E quero ilustrar aquilo que venho debatendo freqüentemente nesta Casa, meu caro Senador. Em dezembro do ano passado, no meu Estado, duas cadeias de supermercado de peso econômico igual fizeram arrecadações completamente diferentes: uma destinou ao Fisco R\$25 mil e a outra, R\$500 mil. Com certeza, os proprietários da primeira são “amigos do rei” e estão dispensados de entregar ao Fisco aquilo que o contribuinte pagou. Desse jeito, o Brasil continuará crescendo da forma desigual, injusta e violenta que estamos vendo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador João Capiberibe, agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte. Sei que V. Ex^a é um dos que lutam para diminuir a vergonhosa desigualdade que há no nosso País. Quando falo em V. Ex^a, gosto sempre de dizer que o seu Governo, no Amapá, deu um exemplo de transparência que deveria ser seguido por todos os governos estaduais e pelos órgãos públicos deste País: ter suas contas permanentemente atualizadas na Internet. Alguns iniciaram esse processo, mas deixaram suas contas desatualizadas. Precisamos de transparência para que o pouco dinheiro arrecadado chegue à ponta.

Os índios cintas-largas estão fazendo isso porque estão desassistidos, assim como os garimpeiros, que não têm outra opção. V. Ex^a sabe da violência que existe em um garimpo. Alguns bandidos vão para o garimpo, atacam as frentes de serviço e matam as pessoas para roubar o produto, principalmente os diamantes, que são mais leves e mais fáceis de carregar. É mais difícil localizá-los do que o ouro.

Como V. Ex^a falou, a ausência de Governo permitiu que a situação na reserva Raposa/Serra do Sol chegasse a esse ponto. Isso não teria acontecido se tivesse havido Governo há 15 ou 20 anos. Se tivessem definido as terras indígenas como mandava a Constituição, não estaríamos com esse problema. É o atraso na definição da área que provoca conflitos. Até hoje, não repassaram as terras da União para o meu Estado e nem para o seu – sei muito bem disso.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com prazer, concedo um aparte à Senadora Serys Silhessarenko.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Augusto Botelho, é muito importante a temática abordada por V. Ex^a da necessidade da demarcação das terras indígenas. Infelizmente, desde os primórdios do descobrimento, temos o problema da terra. As capitâneas hereditárias chegaram aqui e se aposaram das terras. Dessa forma, meia dúzia de pessoas tomaram conta de tudo, a maioria ficou com muito pouco ou quase nada e grande parcela da população ficou sem absolutamente nada. Então, se os sem-terra precisam de terra, resgatem-se as terras públicas apossadas de forma indevida por meia dúzia de grandes latifundiários, como aconteceu no meu Estado de Mato Grosso. Que se resgatem essas terras públicas para fazer a reforma agrária! E onde não há terras públicas suficientes para serem resgatadas para fins de reforma agrária, que se desapropriem! Esse é um ponto da questão da terra. O outro ponto, importantíssimo, é a legalização, a regularização, a demarcação das terras indígenas. Isso precisa ser feito! Como V. Ex^a estava dizendo quando me concedeu o aparte, se isso tivesse sido feito à época, de forma correta, com presteza e agilidade, não teríamos o problema que estamos tendo hoje. Isso não é problema do nosso Governo, não é problema de agora, pois vem desde 1.500. Nossos indígenas vivem esse problema há 500 anos. E a solução existe. Já existiu através dos tempos. No entanto, tornaram-na muito difícil, por causa de desmandos, de egoísmo, de apropriação indébita, ocorrida num passado não muito distante e também no mais distante. A regularização das terras indígenas se faz necessária já, porque, infelizmente, muito tempo transcorreu. E eles não podem continuar convivendo com esse problema. Temos de evitar essa desgraça – desculpem o termo – que ocorreu no Estado de Rondônia. Os garimpeiros estão lá tentando ganhar a vida, que está difícil, mas não estavam no lugar apropriado e, por isso, infelizmente, houve a chacina. Aproveito para demonstrar solidariedade aos familiares dos ga-

rimpeiros mortos. Não tenho dúvida de que há necessidade de regularização das terras indígenas e de que a responsabilidade é de muita gente, de um passado não tão recente, como V. Ex^a muito bem diz. Essa situação poderia estar resolvida há muito tempo e esse tipo de problema não existiria mais. Cada Senador que aborda esse assunto deve se reportar às suas hostes políticas, àqueles que já tiveram poder político neste País durante muito tempo no passado e nada fizeram. Por que não o fizeram? Está errado que ainda agora não se tenha conseguido demarcar? Sim, mas é difícil fazer isso agora porque muita coisa errada ocorreu no passado. Muito obrigada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senadora, agradeço a V. Ex^a o aparte e tenho certeza de que vamos trabalhar para conseguir isso.

A população de Roraima é favorável à demarcação das terras indígenas, pois é quem mais sofre com a indefinição. Ela quer a definição das áreas indígenas.

Mas, depois que definirmos essa área, temos também que regulamentar a exploração mineral nas áreas indígenas. Como podem os índios viver em regiões ricas em diamante e ouro, como no caso de Roraima e da Reserva Roosevelt, em Rondônia, e não usufruir dessas riquezas? O usufruto é dos indígenas e precisamos regularizar essas terras para que eles possam usufruir. Eles podem até cobrar **royalties** dos garimpeiros. É muito difícil legalizar garimpo de diamante, porque já é tradição eles operarem na ilegalidade, principalmente no Brasil. Roraima é uma terra onde sempre houve garimpo e muitos garimpeiros. E, diga-se de passagem, a maioria dos garimpeiros são pessoas sérias, que trabalham, que têm famílias e querem melhorar de vida.

No meio deles infiltram-se marginais, para justamente roubá-los, e que podem ainda provocar atritos com os índios.

Faço um apelo, já que está próxima a definição de uma solução para a região Raposa/Serra do Sol, para que sejam respeitados os direitos tanto dos índios como dos pequenos produtores rurais que moram lá há três ou quatro gerações, como os produtores de arroz que lá chegaram antes que a área indígena se ampliasse. A área Raposa/Serra do Sol foi ampliada três vezes, até que atingiu a área dos arrozeiros.

O meu apelo é também para que as pessoas não se exaltem, para que não haja atritos. Mesmo que a solução adotada não seja favorável a um ou outro lado, que não apelem para a violência, que tentem conversar e discutir. Não desejamos que ocorram em nosso Estado de Roraima os tristes episódios ocorridos em Rondônia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Consulto o Senador Valdir Raupp, dentro do princípio da intercalação, se S. Ex^a deseja falar para uma comunicação inadiável ou se pretende aguardar para falar na condição de orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pretendo aguardar para falar como orador inscrito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a devidamente inscrito.

A Presidência iria conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Tião Viana, mas como V. Ex^a tem preferência como Líder, pode falar antes, se assim o desejar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Falarei após o Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Assim sendo, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por vinte minutos, por cessão do nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, agradeço a sensibilidade e a atenção do Senador Demóstenes Torres, que me cede a vez, já que o tempo da Liderança tem prioridade sobre o do orador regularmente inscrito.

Ocupo a tribuna do Senado Federal para lembrar que, nos próximos dias 26 a 30 do corrente mês, promoveremos um ato extraordinário do ponto de vista da saúde pública, em todo o continente americano. Trata-se da II Semana Americana de Vacinação, que envolve a Organização Mundial de Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde, diversos países latino-americanos e os Estados Unidos, numa belíssima ação que atenderá a mais ou menos 100 Municípios, somente no território nacional, que fazem parte do cinturão de fronteira.

As vacinas oferecidas à população dessas regiões serão: dupla viral, hepatite B, poliomielite, febre amarela, difteria, tétano e coqueluche.

O Brasil, de maneira diferenciada, está oferecendo uma contribuição a mais a países como Venezuela e República Dominicana, que não têm acesso às vacinas contra rubéola e sarampo.

A I Semana Americana de Vacinação foi realizada em 2003 e obteve amplo sucesso. Em fevereiro deste ano, os governos americanos reuniram-se em Quito,

Equador, e definiram a estratégia a ser adotada, que atingirá, de fato, de maneira sólida, todos os Estados e Municípios que fazem parte dos chamados cinturões de fronteira, em uma cobertura ampla.

No ano passado, houve prioridade para a cobertura vacinal das crianças, e 15 milhões de crianças foram beneficiadas. Este ano a campanha será mais universal, com atendimento a diversas faixas etárias.

O Ministério da Saúde tem tido uma atuação de vanguarda, dentro do contexto pan-americano, em relação à cobertura vacinal. O Ministro Humberto Costa tem declarado que a consolidação da proteção nas áreas de fronteira significa fronteira fechada para a veiculação de doenças transmissíveis, de doenças que matam milhões de pessoas no planeta todos os anos.

Ao olhar os irmãos africanos, Sr. Presidente, gostaríamos de também ter uma visão de esperança daquelas populações, consideradas periféricas, que vivem nas áreas mais vulneráveis à ocorrência de doenças transmissíveis e evitáveis. Gostaríamos que elas estivessem protegidas. Infelizmente, esse quadro não existe e ainda hoje morrem 35 mil crianças todos os dias em decorrência da fome ou de doenças evitáveis.

Considero que ações como essa que promovemos nos dias 26 a 30 de abril representam uma mudança efetiva na responsabilidade político-social e no conceito de integração entre os países americanos hoje. Estão envolvidos não apenas a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde, como os CDCs (Centros para Controle e Prevenção de Doenças) americanos, o Rotary Internacional, a Cruz Vermelha e outras entidades, que têm estendido a sua mão solidária para que tenhamos êxito em uma questão dessa natureza. O resultado será o benefício da diminuição da ocorrência de doenças inaceitáveis para o século XXI, o início do terceiro milênio.

Cumprimento, de maneira sincera e elogiosa, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, pela sensibilidade e determinação na realização desse ato extraordinário, que marca efetivamente um novo passo da saúde pública brasileira e pan-americana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder Demóstenes Torres, que fará uma comunicação de interesse partidário, pelo prazo de cinco minutos.

Em seguida, terá a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do nobre Senador Leon Pavan.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “a esperança é um urubu pintado de verde”. Mário Quintana.

O Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com toda certeza, não criou a superlotação dos presídios, os conflitos fundiários, o embate entre índios e garimpeiros ou a narcoguerrilha nos morros do Rio de Janeiro. São gravíssimos problemas que antecedem o seu mandato, mas que se exasperaram e fugiram ao controle. Hoje é possível mensurar o quanto foram irresponsáveis os estímulos provocativos do Presidente da República quando, no início do Governo, embevecido pela extensão do seu poder, que à época ele imaginava ter propriedades divinas, vestiu o boné dos sem-terra e em várias outras oportunidades deu azo à impacientação da sociedade.

Em seus arroubos demagógicos, o Presidente Lula incitou a rivalidade entre as classes, aprofundou contradições históricas e criou ambiente propício ao desencadeamento de um vale-tudo dos descamisados. O pessoal da lularquia faz uma aposta explosiva ao acumular incompetência gerencial com vanguardismo sociológico. O mesmo Ministro que não faz a reforma agrária acredita que é próprio do ambiente democrático o tal “abril vermelho” do Sr. João Pedro Stédile. Com uma mão, o Governo negligencia a proteção de uma reserva indígena, faz ouvidos moucos aos avisos de conflagração, aguarda a consumação do caos, para com a outra mão testemunhar ser ato de legítima defesa da propriedade o massacre de 29 garimpeiros promovido pelos índios Cinta-Larga.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando os gestores públicos começam a rasgar o texto das leis, insultar os princípios constitucionais e queimar os códigos em público, acabam por autorizar todos os governados a praticarem o exercício arbitrário das próprias razões. A rebelião no Presídio Urso Branco, em Rondônia, é um retrato perfeito da falta total de substância do Estado brasileiro. A perda da percepção de autoridade, neste caso e na recente Guerra da Rocinha, se aguça com o tratamento indolente que o PT confere à administração das crises. Os presidiários estão rebelados há seis dias em Rondônia, e, só ontem à noite, o Diretor do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça, Clayton Alfredo Nunes, foi a Porto Velho acompanhar as negociações com os presos.

Esse Governo está sempre atrasado nos momentos em que mais é demandada a presença da União. Observem que o Brasil já teve rebeliões em presídios marcadas por um saldo de perdas humanas maior do que a que está em curso em Rondônia, como foi o caso da Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, mas, certamente, o País nunca assistiu a tamanho espetáculo de selvageria, como está acontecendo em Rondônia. Cabeças cortadas, corpos esquartejados,

badernaço generalizado, destruição do patrimônio público e desmoralização das autoridades são cenas que fazem o Brasil cada vez mais pobre de governo e distante de qualquer futuro decente.

Sr. Presidente, por várias ocasiões, tive a oportunidade de denunciar a letargia crônica que acomete a administração atabalhoada do PT. De todos os problemas brasileiros, com toda a certeza, a inércia governamental é a grande responsável por esta dolorosa sensação de que o Brasil pós-Lula é rigorosamente pior do que o País legado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os dados do próprio Ministério da Justiça confirmam tal percepção. Em 2002, havia no País um déficit no sistema penitenciário de 57.794 vagas. Em 2003, o passivo subiu para 116.382 vagas. O Governo Lula havia prometido construir cinco presídios federais, durante o seu mandato, em Mato Grosso do Sul, Paraná, Bahia, Rondônia e Tocantins. A obra do primeiro estabelecimento penal, em Campo Grande, era para estar começando agora em maio e para ser concluída exatamente no mesmo mês de 2005, mas sequer foi finalizado o procedimento licitatório, e, só no próximo mês, serão abertos os envelopes da concorrência pública.

Tenho sido um crítico implacável da falta de iniciativa do Sr. Ministro da Justiça, mas devo confessar que me convenci, após debate com o Dr. Márcio Thomaz Bastos, na última segunda-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de que a razão para tanto imobilismo não se situa apenas no Ministério da Justiça, mas também no andar de cima do Ministério da Fazenda, que definitivamente não está interessado na segurança da sociedade brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2003, o Ministério da Justiça executou 34% dos recursos orçamentários do Fundo Penitenciário. Dos R\$216.032.429,00 autorizados, foram gastos efetivamente R\$74.310.668,19. Estamos caminhando para o fim do quarto mês de 2004, e, até o momento, o Governo Lula conseguiu executar a ninharia de 0,06% do orçamento deste exercício, ou seja, dos R\$202.179.835,00 autorizados, foram pagos R\$128.998,69. Infelizmente, é previsível que a temperatura do sistema prisional continue a subir, e outras manifestações explosivas devem acontecer com igual ou pior grau de violência verificada em Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão

do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início deste ano, mais precisamente em janeiro, recebi uma correspondência do Sr. Edson Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Sena Madureira, um belo e gostoso Município do meu Estado. Na correspondência, ele me solicitava apoio e ajuda, a partir do nosso gabinete em Brasília, para conseguir o registro no Ministério do Trabalho do sindicato daquela categoria.

Prontamente, meus assessores e eu começamos a diligenciar o seu pedido aqui, em Brasília. Entramos em contato com o Ministério do Trabalho. Pessoalmente comparecemos ao Ministério. Falávamos ao telefone ou utilizávamos outros meios de comunicação, e, a cada dia, a situação ficava mais esquisita, impressionante. Um assunto desse tipo precisa ser resolvido, nem que se diga: “O seu sindicato não vai poder ser registrado”. Mas não houve nem “sim” e nem “não”, Sr. Presidente. Eu me vi forçado, então, a solicitar – em se tratando de um assunto tão singelo como esse, um assunto banal, administrativo – uma audiência com o Ministro do Trabalho. Repito: tive de tomar essa atitude para tentar resolver uma questão da maior singeleza, já que o Ministério, com sua burocracia, não conseguiu resolvê-la até hoje. Dever-se-ia registrar o sindicato ou dizer por que este não poderia ser registrado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde março solicitamos essa audiência com o atual Ministro Berzoini, e, para minha surpresa, não consigo marcá-la. A impressão que temos é a de que, em alguns setores do atual Governo – do meu Governo, lastimavelmente! –, “a vaca desconhece o bezerro”, pois impera o caos administrativo, a ineficiência e, inclusive, a falta de respeito.

Quando solicita uma audiência com uma autoridade federal, com um Ministro de Estado – eu já disse isso aqui uma vez –, um Parlamentar não o faz com o propósito de contar a história da carochinha. O Parlamentar precisa avistar-se com as autoridades, com o Ministro de Estado, para tratar de interesses públicos. Esse é o fato que me levou a solicitar audiência com o Ministro Berzoini, que, do alto da sua arrogância, do alto da sua grande importância, até hoje não respondeu se receberá ou não o Senador, o Parlamentar.

Vejo-me forçado a vir a esta tribuna – estamos reduzidos a ela –, porque é a única trincheira que temos para tratar de assuntos dessa natureza. Fico estarecido com um fato como esse, que, repito, é uma falta de respeito, de tino administrativo, de consideração. Não me quero colocar como um Parlamentar da base de sustentação do Governo, porque é dever de todo Ministro atender um Senador em audiência, mesmo que seja para lhe dizer: “Não, Senador, não o

posso atender". Mas o Parlamentar deve ser recebido, porque ele não está aqui de brincadeira, não está aqui para conversa fiada.

Com essas palavras, registro a minha profunda decepção, Sr. Presidente. Já que não consigo marcar uma audiência com o Ministro, penso em promover uma convocação de S. Ex^a, para que nos diga por que um assunto desses não é resolvido no seu Ministério. Se uma titica de assunto como essa não é resolvida no seu Ministério, o que o é, Sr. Presidente?

É de pasmar! É impressionante o que está acontecendo. Fico impressionado.

O Presidente Lula é uma pessoa humilde, delicada e educada, que recebe todos com a maior distinção. Já estive por mais de uma vez com Sua Excelência, o qual nos recebe e com quem tratamos as questões que devem ser resolvidas. No entanto, Sr. Presidente, algumas pessoas que devem prestar serviço à Nação, ao povo brasileiro, acham-se importantes demais e não se dignam sequer a receber um Parlamentar. Imagino o que está passando o povão, que precisa resolver algumas questões cruciais. Se um Senador da República não merece a consideração de ser recebido por cinco minutos em audiência, para tratar de assunto de interesse público, o que deve estar passando o povão, Senador Eduardo Siqueira Campos? É de lastimar que isso tudo esteja acontecendo!

Faço esse registro, Sr. Presidente, mas também faço uma observação positiva.

No início deste ano, eu trouxe fatos a esta Casa que me deixaram profundamente preocupado. Andando pelo interior do meu Estado, em um dos seus extremos, Cruzeiro do Sul, observei uma situação que preocupava, como preocupa até hoje, a população daquele Município. Existem lá duas empresas de revenda de gás que praticam o preço que querem, um preço extorsivo, abusivo e igual, o que configura, claramente, o cartel instalado naquele Município. Mas, antes de fazer uma denúncia mais severa, procurei-me informar e, por intermédio, da Mesa desta Casa, fiz chegar às mãos da Ministra Dilma Rousseff um pedido de informações a respeito do que estava acontecendo em Cruzeiro do Sul e de qual era o controle que o Poder Público exercia sobre aquela prática abusiva, que maltrata a população daquele Município. Ainda hoje, tive o prazer de receber resposta às minhas indagações. À Ministra Dilma Rousseff, que, dentro do Ministério, é uma das autoridades mais atuantes, Senador Mão Santa, não ocorreu nenhuma dificuldade para responder a uma consulta feita por um Parlamentar.

Quero, de público, agradecer a distinção de que fui alvo pela Ministra Dilma, mas a correspondência que S. Ex^a me encaminhou confirma tudo aquilo que

eu vinha dizendo acerca da prática abusiva da venda de gás no Município de Cruzeiro do Sul e, de resto, no interior de todo o Estado do Acre.

Tenho comigo correspondência e notas técnicas, produzidas no âmbito do Ministério das Minas e Energia, que dão conta da situação de descontrole existente hoje particularmente no Município de Cruzeiro do Sul. A nota à qual me refiro é da Agência Nacional do Petróleo, enviada à Ministra, que, por sua vez, repassou para este Parlamentar e para esta Casa informações de que os preços médios de revenda do gás liquefeito de petróleo em Cruzeiro do Sul estão entre os mais elevados, em comparação com os preços praticados nos Municípios pesquisados na zona norte. Os preços praticados pelos postos de revenda podem ser considerados muito elevados em consideração aos demais daquela região. Nas demais cidades pesquisadas, os preços médios mais elevados situam-se, ao longo do período mencionado, na faixa de R\$36,00 a R\$38,00 o bujão. Em Cruzeiro do Sul, segundo informação de que disponho – proveniente de pessoas que, preocupadas com o que está acontecendo, me ligam –, o preço do botijão de gás já ultrapassou o valor de R\$50,00.

Há aqui também a informação de que não existe nenhum procedimento instaurado para verificar a ocorrência de práticas anticompetitivas por parte dos revendedores que ali estão, mas há a preocupação da Agência Nacional do Petróleo de encaminhar o assunto à SDE e ao Cade, para adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei nº 8.884.

Sr. Presidente, trago essas duas informações. Uma delas é triste, e a outra denota o esforço, a responsabilidade e a dedicação de uma alta autoridade da República. A triste é aquela que traduz o que se está tornando comum: o comportamento arrogante, prepotente e deselegante de algumas autoridades do Governo Federal, para nossa tristeza, o que demonstra à saciedade que algo precisa mudar.

O Presidente Lula precisa transmitir às suas companheiras e aos companheiros de Ministério o que pratica há muito tempo: a humildade. O que nos custa conversamos, Senador Siqueira Campos? O que nos custa tratarmos das questões? O que nos custa sermos cavalheirescos? Nada nos custa. Tenho certeza absoluta de que, no dia em que eu quiser tratar de algum assunto com V. Ex^a, serei recebido prontamente. Essa é a prática dos homens civilizados, das autoridades que se prezam, daqueles que têm o senso da responsabilidade pública. Lastimavelmente, essa não é a prática do nosso Governo, e algo precisa mudar.

Faço votos de que o Presidente Lula atente para essa questão, porque, ao que me consta, não sou o primeiro a aqui traduzir essa sensação de desconfor-

to com o que está acontecendo no seio da mais alta esfera administrativa do nosso País.

Concedo um aparte ao Senador Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero, em primeiro lugar, ressaltar a sua altivez e elegância ao trazer ao Plenário um assunto que, na verdade, diz respeito a todos nós. Quando me dirijo a uma autoridade, Senador Geraldo Mesquita, não quero ser recebido pelo simples fato de ocupar o cargo de Senador, pois não sou eu quem precisa de atenção e respeito, mas, sim, o meu Estado, os meus eleitores, os segmentos que represento. Esse é um princípio básico, elementar, que deve ser seguido por alguém que esteja investido em qualquer cargo de autoridade, inclusive por nós, que recebemos prefeitos, vereadores, segmentos representativos da nossa sociedade – não só do nosso Estado –, porque somos Senadores da República. Então, quero dizer a V. Ex^a que esta Casa já ouviu um relato do nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, com relação a esse mesmo Ministro, anteriormente Ministro da Previdência. Um Parlamentar da importância de S. Ex^a o Senador Paulo Paim – importância que todos temos, pelos segmentos e pelos Estados que representamos – foi tratar da reforma da previdência, mas não foi recebido. Isso causou um grande mal-estar. Quero dar, aqui, um depoimento, Senador Geraldo Mesquita, inclusive tendo em vista o que V. Ex^a disse. Que orientação eu, na interinidade como Vice-Presidente desta Casa, tenho do Presidente José Sarney? Todas as vezes que um Parlamentar se dirige à Mesa é sempre um Senador, que tem, no meu entendimento, um assunto importante a tratar, qualquer que seja o assunto, porque o tempo de S. Ex^{as} é precioso. S. Ex^{as} estão sob permanente delegação do povo do Estado que representam nesta Casa. Então, veja V. Ex^a que eu, por ser um Parlamentar de oposição, apesar de ter esta noção, lógico, de que os Ministros prioritariamente querem dar boa acolhida aos companheiros da base aliada, não me sinto constrangido em pedir audiência. Fui recebido diversas vezes pelo Ministro José Dirceu, por quem tenho o maior respeito, e sempre fui muito bem-recebido, eu e a Bancada do Tocantins; também pelo Ministro Ciro Gomes, pelo Ministro Gushiken; pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos; pelo ex-Ministro Anderson Adauto, e pelo atual, Ministro Alfredo Nascimento, para discutir questões relativas a meu Estado – inclusive o Ministro havia acabado de ser empossado e tinha todas as desculpas até para dizer: “Senador aguarde mais um pouco”; no entanto, S. Ex^a me recebeu no primeiro dia. Também fui recebido pelo Ministro Olívio Dutra. Esses os Ministros a quem procurei e fui prontamente atendido. Entendo que essa é a norma. O Ministro

deve entender, em primeiro lugar, que um Senador não deve ser atendido pela questão partidária, mas por ser um Senador. E é lógico que, sendo do partido que ajudou a eleger o Governo, então não deveria haver horário – assim entendo. Deveria ser um prazer para um Ministro receber uma contribuição, principalmente de um Parlamentar como V. Ex^a. Quero dizer, Senador Geraldo Mesquita, que V. Ex^a é um dos Parlamentares que, mesmo sendo um Senador de primeiro mandato, já conquistou, nesta Casa, de forma muito rápida, o respeito de todos pela sua maneira ativa, pela sua forma sempre respeitosa de se dirigir aos seus Pares, sempre acompanhado de algo mais, um atributo de V. Ex^a: a humildade. Qualidade essa que, aliás, parece estar faltando a alguns, que não compreenderam ainda que esse é o princípio básico que rege as relações humanas. Espero que a manifestação de V. Ex^a, que se dá de forma muito serena, sirva de alerta, como uma oportunidade para reflexão. Pelo menos em relação a isso ninguém pode dizer nada do Presidente Lula, Sua Excelência é efetivamente um cidadão humilde. Deveriam ser todos os seus Ministros seguidores desse exemplo. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – É verdade. Agradeço, Senador Eduardo Siqueira Campos, a intervenção de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, antes de encerrar, peço à Agência Nacional do Petróleo e à Ministra Dilma, tão sensível a essas questões – S. Ex^a, ainda na semana passada, esteve na minha terra, lançando o Programa Luz para Todos, tal a sua preocupação em universalizar os serviços que o seu Ministério presta –, que atentem para o que está acontecendo em Cruzeiro do Sul e em outros Municípios do meu Estado, particularmente na região do Juruá, Tarauacá, Feijó, onde o povo passa baixo.

Digo, com base em informações que recebi do Ministério e sem medo de errar, que o povo está sendo explorado, tungado, quando precisa adquirir bens essenciais, como, de resto, é o gás liquefeito de petróleo, sem o qual as pessoas, hoje em dia, não conseguem mais tocar suas vidas nas cidades.

Portanto, peço à Ministra Dilma Rousseff, à Agência Nacional do Petróleo, aos organismos responsáveis pelo controle dessa situação, que atuem com firmeza naquela região, e o povo acreano, particularmente o povo do Juruá, agradecerá penhorado.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Agradeço a V. Ex^a por ter cumprido o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de falar sobre as duas tragédias que ocorreram em Rondônia nos últimos dias e deixaram o nosso povo entristecido, falarei a respeito do salário mínimo.

Esta Casa e, por que não dizer, o Congresso Nacional têm debatido muito acerca da questão do salário mínimo. A mídia, todos os dias, nos traz páginas e páginas de reportagens sobre essa matéria. Hoje, lendo os jornais do País, deparei-me com várias reportagens a respeito dos possíveis valores para o salário mínimo, R\$260,00, R\$270,00, R\$300,00, e outros mais. No entanto, sabemos que será bastante difícil para o Presidente da República e para a equipe econômica estabelecerem um salário acima de R\$270,00. Mas o trabalhador poderia ter um alento – inclusive está na mídia hoje –, que seria um aumento no salário-família.

A Deputada Marinha Raupp, ainda na gestão passada, mais precisamente em 2000, apresentou um projeto de lei – que, infelizmente, à época não foi aprovado; passou pela Comissão de Seguridade Social e hoje tramita na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados – sugerindo ao Governo Federal a mesma coisa, ou seja, o aumento do salário-família como forma de complementar a renda das famílias que tenham mais filhos. Dessa forma, os cerca de R\$14,00 seriam aumentados para R\$25,00 ou R\$26,00, praticamente dobrando o seu valor.

Caso isso seja acatado, mesmo que o salário mínimo seja de R\$270,00, uma família que tivesse três filhos, por exemplo, poderia chegar a um salário de R\$345,00. Isso seria muito bom e, parece-me, não oneraria muito os cofres públicos. Assim, o Governo Federal poderia aprovar o aumento do salário mínimo para R\$270,00, que, com esse complemento, ele poderia chegar a R\$ 345,00 para famílias com mais de três filhos. Isso seria, repito, muito bom!

Vamos, portanto, torcer para que o projeto da Deputada Marinha Raupp possa ser aprovado, se for a vontade do Governo. Sabemos que todo projeto polêmico só é aprovado se houver o apoio do Governo Federal e dos seus Líderes no Congresso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado, Rondônia, vem sendo notícia nacional e internacional, lamentavelmente, porque vem amargando uma das piores crises sociais de sua história. Primeiro, o massacre – não podemos dizer guerra – na reserva

cinta-larga, na jazida de diamantes. Segundo informações, é a maior jazida de diamantes do mundo, já explorada há três anos por índios e garimpeiros.

Não adianta tapar o sol com a peneira e dizer que os índios não a estão explorando ilegalmente, que os garimpeiros não entraram nessa área ilegalmente, porque não existe nenhum projeto, não existe nenhuma regulamentação, nenhuma aprovação legal para se explorar diamante na reserva cinta-larga. De modo que ambos os lados estão errados. Mas, o fato de os dois lados estarem errados não justifica o massacre de nenhuma das partes. E o que os garimpeiros sofreram nos últimos dias em Rondônia foi um verdadeiro massacre, hoje comprovado e confessado pelo Cacique Pio, da tribo cinta-larga, segundo o qual foram os índios realmente que, revoltados com a invasão dos garimpeiros, acabaram cometendo essa barbárie, essa injustiça contra os garimpeiros.

São pais de família, Sr. Presidente, de todo o Brasil – não só de Rondônia, mas também de São Paulo e de outros Estados – que estavam lá pela falta de emprego. É o desespero que leva um pai de família a deixar o seu lar, percorrer vários Estados até chegar a Rondônia, entrar num garimpo e tentar catar algumas pedras de diamante para vender, muitas vezes na clandestinidade, já que o garimpo é ilegal e esses diamantes não podem ser vendidos legalmente. E o pior é que acabam pagando com as próprias vidas. Não é justo!

Sou muito amigo das etnias em Rondônia. Fui Governador, Prefeito, e sempre tive uma convivência pacífica com os índios de todas as nações, de todas as tribos de Rondônia. Mas, com todo o respeito, isso que aconteceu com os nossos garimpeiros na reserva de diamantes dos índios cinta-larga foi uma injustiça muito grande.

Por duas vezes, estive com o Ministro da Justiça e outros Parlamentares da Bancada Federal e apresentamos propostas para a regulamentação desse garimpo. No entanto – e falo isto mais uma vez – projeto nesta Casa e no Congresso só anda se houver interesse do Governo Federal.

Há um projeto de autoria do Senador Romero Jucá, aprovado aqui, no Senado, que está dormindo na Câmara dos Deputados já há algum tempo – creio que há um ano ou dois –, que poderia resolver toda essa questão de regulamentação das reservas minerais nas áreas indígenas de nosso País.

De forma que faço aqui um apelo à Câmara dos Deputados, aos Líderes do Governo naquela Casa, para que aprove esse projeto o mais rápido possível a fim de acabar com essa situação de conflito que está ocorrendo hoje no Estado de Rondônia. Tenho

certeza de que isso deve estar acontecendo em outros Estados também.

Passo à questão das execuções ocorridas dentro do Presídio Urso Branco. Parece que a bruxa está à solta em Rondônia, como diz o ditado popular, porque nem bem termina o conflito da reserva dos cinta-larga e começam as execuções de presos pelos próprios companheiros naquele presídio em Porto Velho. Já morreram dez. Então, são 29 garimpeiros, mais dez presidiários, totalizando 39 mortes nas últimas duas semanas em Rondônia. Isso é demais para uma população pacífica, ordeira e trabalhadora.

Se não fosse o problema do presídio e o da reserva dos cinta-larga, não teria ocorrido mais nada no Estado. Foram esses dois problemas, lamentavelmente, que fugiram do controle das autoridades e que geraram toda essa situação.

Faço um veemente apelo às autoridades federais para que nos ajudem, a fim de que não ocorra mais nada parecido em Rondônia. Envergonha-nos ver o nosso Estado no noticiário nacional e internacional por mais esse episódio lamentável que lá ocorreu.

Concedo o aparte, com todo prazer, ao Senador Alberto Silva, do Piauí.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a foi Governador de Rondônia e sabemos do trabalho que realizou por lá. É do conhecimento do Brasil como o Governo de V. Ex^a foi promissor para aquele Estado. V. Ex^a acaba de dizer que, à época em que era Governador, o seu convívio com as etnias era sempre muito cordial. O Estado e as etnias viviam em perfeita harmonia. Eu, que já governei o Piauí por duas vezes, assim como meu companheiro Mão Santa, farei uma pergunta a V. Ex^a neste instante: o Governo de Rondônia poderia ter feito alguma coisa para evitar o que aconteceu com os índios cinta-larga e aqueles garimpeiros? A mim me parece, e a nós outros que não conhecemos o assunto de perto como V. Ex^a, que não existem mais índios selvagens; que os cinta-larga vão até a cidade e há um convívio. E existe a Funai, que é um órgão que funciona como supervisor do problema dos indígenas. Por que esse massacre? Se fossem selvagens, como à época do Descobrimento, quando eles prendiam, amarravam e faziam aquela dança da morte, mas eles não são mais selvagens. Se os garimpeiros invadiram as terras indígenas, não deveria o cacique ter ido ao Presidente da Funai e dado notícia disso? Teria havido isso ou a Funai de lá é absolutamente indiferente? A palavra do Presidente da Funai chocou todo mundo. Ele justificou – está nos jornais, na televisão, em todo lugar – que os índios estavam defendendo as terras deles. Nesse caso, os proprietários que estão tendo as suas terras invadidas têm

o mesmo direito perante a lei. Não existe diferença nenhuma entre as nações indígenas e os proprietários de terra. A lei no Brasil é uma só. Ninguém pode invadir. Assim como não podem invadir a propriedade dos índios, não podem invadir as propriedades privadas. Está na Constituição. No entanto, o Presidente da Funai praticamente disse que os índios podem matar. Será que isso não teria sido evitado? Não quero fazer qualquer espécie de crítica ao Governador, talvez S. Ex^a não tivesse nem condições, mas não teria sido melhor a entrada da Funai ou que o Governador tivesse exigido que a Funai agisse antes do acontecimento? Porque parece que faz três anos que estão esperando. E V. Ex^a disse muito bem, Senador Valdir, os garimpeiros estão desempregados, são pessoas humildes. Eles estão também em busca do ouro. Serra Pelada era um exemplo. São milhares e milhares procurando o ganha-pão de cada dia. Então, V. Ex^a traz a este Plenário um assunto sério, grave, e, por isso, congratulo-me com V. Ex^a e coloco-me à disposição. Vamos formar um grupo de trabalho para que se encontre uma solução que regularize a questão dos garimpos, como V. Ex^a acaba de dizer. Há minérios riquíssimos em todo o território nacional, inclusive na Amazônia. Vamos regularizar essa matéria. Que o Departamento Nacional de Produção Mineral cuide de regularizar isso para empresas ou mesmo para os índios. Creio que V. Ex^a tem toda razão. Conte com o nosso apoio. Perdoe-me por tomar o seu tempo, mas parece que há uma superlotação no Presídio Urso Branco, que tem espaço para trezentos presos e tem mais de mil. Não existe a possibilidade de um novo presídio para dividir esse contingente? Eu tive esse problema no Piauí, e nós acabamos construindo mais dois ou três para evitar a superlotação, que é terrível. Desculpe-me, mas agradeço a oportunidade do aparte. Meus cumprimentos, meu apoio e minha solidariedade ao problema de seu Estado!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Meu caro amigo, Senador Alberto Silva, V. Ex^a, com a experiência que tem de Governador por dois mandatos, Senador da República, Prefeito, com certeza, poderia contribuir muito com essa situação não só de Rondônia, mas do Brasil.

Quanto ao presídio, parece-me que o Estado de Rondônia será contemplado com um presídio federal, o que será muito bom. Hoje, o nosso presídio tem capacidade para 350 presos e tem em torno de 1,3 mil ou 1,4 mil. Quer dizer, é desumano o que está acontecendo no presídio.

Quanto à pergunta que V. Ex^a fez sobre o Governo do Estado, acredito que ele não poderia fazer muita coisa, porque, depois que ocorreu o massacre na reser-

va, ele não conseguiu, mesmo com pedido via Justiça Federal, entrar na reserva. Numa nação indígena, só se pode entrar se a Funai autorizar. Mesmo a Polícia Federal teve dificuldades, Senador Alberto Silva, para entrar na reserva. Só pôde fazê-lo depois de oito dias de ocorrido o massacre, quando já havia vários garimpeiros mortos. As últimas vítimas foram tiradas com treze dias. Então, isso aí já demonstra praticamente toda a situação que ocorreu naquela reserva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – E onde estava o Presidente da Funai nesse período?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Presidente da Funai estava em Brasília, mas havia um chefe da Funai que estava lá, parece-me que meio escondido na reserva. Não houve como a Polícia Federal entrar com maior agilidade nessa reserva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador, mas ele podia autorizar o Governador a mandar a tropa do Estado, a polícia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Estado não estava autorizado, porque reserva indígena é um território neutro, e o Governador não tinha autorização para entrar lá.

Sr^{as} e Srs Senadores, tudo isso é acarretado pela falta de emprego. Hoje com muita satisfação acompanhei pela televisão e também em alguns *sites* o lançamento do gasoduto Coari-Manaus, obra orçada em US\$450 milhões.

Fico até um pouco enciumado, Presidente Augusto Botelho, porque esse empreendimento vai gerar muitos empregos em Manaus, cidade que já conta com 400 indústrias. Lá deve haver mais de 200 mil trabalhadores nessas indústrias, e agora, com essa obra, haverá a geração de mais três ou quatro mil empregos. O nosso gasoduto Urucu-Porto Velho, pelo qual estamos brigando há três anos, não sai. A luta começou no Governo Fernando Henrique, já estamos com um ano e três meses do Governo Lula, e nosso gasoduto não sai. Uma hora é a licença do Ibama; outra hora o Ibama está pronto para conceder a licença, mas o Ministério Público Federal entra na Justiça, impedindo, com liminar, a construção desse gasoduto.

Tenho aqui um cronograma da Petrobras, que diz que o gasoduto de Urucu-Porto Velho está estimado em US\$430 milhões e terá a sua construção iniciada em 2004. Preocupo-me, Sr. Presidente. Está escrito, nesta planilha, que terá início em 2004 e o término será em 2006. É isto exatamente o que está abaixo: em primeiro lugar, o gasoduto Urucu-Porto Velho, e, em segundo, o gasoduto Urucu-Manaus, que foi lançado hoje, de US\$451 milhões, previsão de início em 2004 e término em 2006. Eles estavam caminhando juntos, e agora vejo sendo lançada a construção do

gasoduto Urucu-Manaus, ficando de fora o gasoduto Urucu-Porto Velho.

Portanto, faço aqui, mais uma vez, um apelo dramático para o Governo Lula. Advogo a tese de que o Governo Federal tem que lançar obras em todos os Estados brasileiros. A iniciativa privada gera emprego e alavanca o crescimento econômico do País, mas o Governo Federal também tem que fazer a sua parte. Está correto que o Governo Lula esteja hoje em Manaus, lançando essa obra tão importante para o Estado do Amazonas e, talvez, para parte da Amazônia. Quero também que saia o gasoduto Urucu-Porto Velho, para gerar três ou quatro mil empregos; quero que saiam as usinas do rio Madeira, usinas do Giral e Santo Antônio, que vão gerar sete mil *megawatts* de energia elétrica e de vinte a trinta mil empregos. Tenho certeza de que isso resolveria o problema dos garimpeiros desempregados e de muitos presos que estão hoje no Urso Branco, em Porto Velho, que, no desespero do desemprego, assaltaram uma casa ou cometeram, de repente, um latrocínio para sustentar. Nenhum delito é justo, mas o desespero, muitas vezes, pode levar a esse ponto.

Faço, mais uma vez, o apelo para que, além das obras do gasoduto e das usinas de Giral e Santo Antônio, que o Banco da Amazônia, que as agências de crédito, o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, liberem mais crédito para Rondônia, para o nosso povo, para os nossos produtores rurais, para as nossas indústrias, para o nosso comércio. Apelo também para as agências de desenvolvimento, a Suframa e a Sudam. Peço à Suframa que libere os 500 milhões que tem em caixa, contingenciados hoje para Rondônia, Raraima, Acre e o Estado do Amazonas; peço que a Sudam volte a funcionar. Eu me preocupo, Sr. Presidente José Sarney, com o fato de que, sempre que se extingue um órgão para criar outro, a tendência é ficar dois ou três anos sem esse órgão funcionar. Acabaram com a Sudam ainda no Governo passado para criar outro órgão. O Governo passado não conseguiu, e o atual também não conseguiu ainda implantar a nova Sudam, ou ADA, para investir na Amazônia.

É esse o apelo que faço aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao nosso Presidente da República.

Eu não seria tão irresponsável a ponto de, neste momento, culpar somente o Governo atual. Esse é um problema de décadas, talvez de séculos, que o nosso País vem atravessando. Não seria agora, no início do mandato de um Presidente, que todas as questões seriam resolvidas, que o desemprego e a violência no País iriam acabar.

É necessário um esforço muito grande, concentrado, e a compreensão de todos os Partidos políticos, de todas as Bancadas e Governadores para que juntos possamos fazer este País crescer para gerar empregos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu hoje havia me programado para falar sobre um tema muito importante para o Brasil, que é a aviação regional no País, notadamente para a Amazônia, que depende muito desse tipo de aviação para ter contato com as suas diversas localidades, muito distantes uma da outra.

Mas resolvi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordar o tema que está, digamos assim, traumatizando o País hoje de maneira muito intensa, tema inclusive abordado pelo Senador Valdir Raupp. Trata-se do massacre, da chacina de garimpeiros na reserva cinta-larga, em Rondônia.

Eu quero aqui fazer uma análise, Sr. Presidente, de maneira abrangente, da questão indígena no País. O Senado criou uma comissão temporária externa inicialmente para ir a Roraima estudar o conflito da terra indígena Raposa Serra do Sol e também discutir os outros problemas fundiários do Estado – apesar de ter sido transformado em Estado pela Constituinte de 1988, até hoje as terras do então Território de Roraima não foram de fato transferidas para o novo Estado de Roraima.

A União detém 88% das terras no meu Estado, ou seja, sobram 12%. Ainda assim, esses 12% não estão regulamentados. Desse total, o Estado tem mais de 50% da sua área destinada a terras indígenas. E a nossa comissão foi a Roraima. Depois, requereu-se que ela fosse também a Mato Grosso do Sul, em função do conflito surgido com a invasão dos índios guaranis numa região em que pequenas fazendas, cerca de quatorze, foram invadidas pelos índios, que queimaram as propriedades, expulsaram os proprietários das suas propriedades e passaram a ocupá-las. Depois, fomos a Santa Catarina, onde os índios invadiram uma área e assassinaram o Presidente do Sindicato Rural dos Produtores daquele Estado. Já estivemos, portanto, em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina. Há um requerimento do Senador Jonas Pinheiro

para que possamos ir a Mato Grosso, onde as coisas estão também se aproximando de um conflito que pode gerar conseqüências danosas para o País e para o Estado. Infelizmente, tivemos o caso de Rondônia, que surgiu de maneira muito mais intensa ainda e que é um exemplo daquilo em que se podem transformar, nos Estados, as diversas questões de propriedade de terras indígenas e não-indígenas.

Há um verdadeiro conflito federativo. É um absurdo, por exemplo, que uma terra indígena transforme-se praticamente em uma terra que não pertence ao País, que não é administrada, portanto, pelo Governo Federal. E se cria uma autoridade estranha, como essa do Presidente da Funai, que tem o direito de dizer quem pode e quem não pode entrar numa terra indígena. Tanto é que já assimilamos o cacoete de dizer que existem nações indígenas no País, quando, na verdade, há comunidades indígenas, tribos indígenas. Não existem nações indígenas; o que existe é Nação brasileira, que é composta por diversas etnias, das quais a mais importante, porque foi a primeira, é realmente a etnia indígena.

Mas o que me surpreende, como Presidente da Comissão Externa do Senado que está estudando esse caso, é o comportamento que tem tido o Presidente da Funai e até o Ministro da Justiça. No caso específico de Rondônia, a imprensa está reproduzindo as palavras do Ministro da Justiça e do Presidente da Funai, declarando que a Funai e o Ministério da Justiça sabiam que a crise estava por explodir. Mesmo assim, no ano passado, a Polícia Federal saiu de lá, deixando o campo aberto para que o conflito se instalasse. E saiu de lá por quê? Por que não quis ficar lá a Polícia Federal? Não! Foi por falta de condições de lá permanecer. A Polícia Federal hoje está sucateada, tanto no que tange a pessoal e recursos, quanto no que tange a equipamentos. E realmente, levando em consideração as missões que estão afetadas a Polícia Federal, é muito difícil que ela dê conta de proteger uma reserva mineral importante, como é a reserva de diamantes da terra indígena Cinta-Larga. E não há como achar – como disse o Senador Valdir Raupp – que pessoas que estão desempregadas e vendo sua família passar fome não vão atrás de diamantes para encontrar uma maneira de sobreviver. Isso é tratar a questão com hipocrisia.

E o mais grave é que, se o Ministro sabia que isso podia acontecer e não tomou nenhuma providência, ele é responsável pelas conseqüências. Se não ocorreu durante a sua gestão, transcorreu durante a gestão dos ministros que estão aí. Eu creio que ocorreu na gestão do atual Ministro. E mais grave ainda foi a declaração do Presidente da Funai, já comentada

pelo Senador Alberto Silva, justificando os índios: os índios podem matar para defender o que dizem que são suas terras.

Na verdade todos nós sabemos que a Terra Indígena é terra da União, do Governo Federal, para usufruto dos índios. Então, na verdade, eles têm apenas o usufruto das riquezas do solo. Aliás, o subsolo, onde estão os diamantes, pertence à União; não pertence aos índios. Aliás, não pertence a nenhum tipo de pessoa, nem índio nem não-índio. Ele pertence à União, que poderá permitir sua lavra mediante o processo legal pertinente.

E aqui é importante ressaltar e reprisar o que foi dito pelo Senador Valdir Raupp sobre nós termos que tratar a questão com seriedade. “Nós”!? Eu me excluo desses, pois tenho aqui, como muitos Senadores, batido na tecla de que é preciso tratar a questão indígena no País com seriedade, com nacionalismo, buscando realmente tornar esse um tema da política brasileira. Mas não; foi delegado a Organizações Não-Governamentais o comando da política indígena do País. E o que temos hoje é esse, realmente, caos que está aí.

A Comissão do Senado aprovou uma nota de repúdio às declarações do Presidente da Funai, porque não podemos fazer de conta que não vimos ou que não ouvimos o que S.S^a disse e tem repetido, justificando o ocorrido. Um agente público, o funcionário federal responsável por esse setor que diz isso está autorizando qualquer índio, a partir de agora, a matar qualquer cidadão que, por acaso, adentre uma reserva indígena, sabendo ou não sabendo. Os índios estão autorizados, pelo Presidente da Funai, a matar. E eu pergunto: onde está o Ministério Público, que não responsabiliza um agente federal que faz esse tipo de afirmação?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Onde está o Ministro da Justiça, que não pune esse seu subalterno? No mínimo, o Presidente Lula está muito mal assessorado nesse particular. E é preciso tomarmos uma posição pois representamos os Estados, somos responsáveis pelo equilíbrio da Federação, e não podemos deixar que esses conflitos, que são federativos, passem ao léu e fiquem ao encargo e ao bel-prazer da interpretação do Sr. Presidente da Funai, que aliás, se fosse este um regime parlamentarista, teria que cair imediatamente por uma decisão desta Casa ou talvez tivesse que cair todo o Gabinete.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, a declaração do Presidente da Funai é de tal sorte irresponsável que ensejou – gra-

ças a Deus em tom de ironia – que o Presidente da UDR – União Democrática Ruralista, dissesse que talvez fosse essa a receita para lidarem com os invasores de suas terras. Ela é uma incitação à violência, chamamento à discórdia, proposta de desordem e desobediência civil. Entendo que caberia uma atitude muito firme do Governo imediatamente cobrando o cargo, ou seja, demitindo o Presidente da Funai. E aqui fala alguém que tem todo um passado de defesa da causa indígena. Entendo que os índios da minha região são parceiros na exploração da biodiversidade e que o mateiro, aquele que domina o segredo da entrada e saída da mata, é tão importante quanto o grande cientista com PHD, que não chega à biodiversidade sem o mateiro. O mateiro tem uma cultura que não é formal, mas é tão culto quanto o cientista PhD. Então, a idéia de explorar aquela região de maneira racional e sustentável prevê, a meu ver, um espaço nobre para o mateiro, para o índio, para o ribeirinho, porque eles conhecem – e muito – o segredo daquela natureza. Então, longe de mim qualquer preconceito; ao contrário, tenho muito orgulho de ter convicção de que corre sangue indígena nas minhas veias. Apenas entendo que é preciso racionalidade nesse processo. V. Ex^a tem muita razão quando reclama de exageros que impedem o desenvolvimento do seu Estado. Por outro lado, estarecidos, contemplamos tentativas de justificação dessa barbárie acontecida em Rondônia. O Ministro da Justiça, numa hora não muito feliz, chegou a dizer algo sobre as atividades dos garimpeiros serem ilícitas. Entretanto, não há pena de morte no Brasil. Mesmo se houvesse, não poderia ser aplicada por qualquer um. Se houvesse pena de morte no Brasil, a corte definida como competente para tal aplicaria ou não a pena de morte, como acontece nos Estados Unidos. Ela não seria aplicada por quem invadisse a terra dos outros. Se invadirem a minha terra, chamo a polícia, recorro à Justiça, peço reintegração de posse. Vou matar as pessoas? Sob que justificativa? O que me dá o direito de agir com violência? Estamos, então, eliminando o império da lei? Estamos rasgando a Constituição brasileira? Estamos abrindo espaço, portas e janelas, para a lei dos mais fortes, sabendo que os perdedores, inevitavelmente, seriam os índios? Se se instala a lei do mais forte no País, os perdedores serão as tribos indígenas, por estarem menos aparelhadas e menos preparadas para esse tipo de confronto. O Brasil precisa resolver mesmo se vai manter seu foro de civilização, respeitando a Constituição e procurando aperfeiçoar suas leis, ou se vai rasgar as leis e instaurar aqui a regra do mais forte, a regra da selva. Estou preocupado com a situação. Entendo que a permanência desse cidadão na Funai revela uma fal-

ta de pulso e, ao mesmo tempo, quase uma cumplicidade com a violência que se instalou naquela região. Não consigo imaginar que ele faça algo de bom para os índios com uma visão tão sectária a respeito da sociedade envolvente. O Presidente da Funai fica sendo visto como um sectário, o que o leva ao isolamento e ao desgaste ao exercer um cargo difícil e que quase sempre queima as pessoas que o têm ocupado. Não estou estarecido com a tolice que ele disse, mas com a complacência que estão tendo com quem falou algo tão aberrante e tão cruel. Obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Senador Arthur Virgílio, agradeço a V. Ex^a o aparte e tenho o prazer de conceder um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, atentamente estou ouvindo, como todo o País, suas preocupações sobre o problema indígena. Ao longo da história, orgulhamo-nos da participação dos índios na formação da nossa civilização. E muitos se dedicaram à nação indígena, como Rondon, Darcy Ribeiro, Padre José de Anchieta, os jesuítas. Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a já nos tinha conquistado como médico – colega de profissão que faz da ciência médica a mais humana das ciências e do médico um benfeitor da humanidade –, e como líder maçônico, seguindo o exemplo de Gonçalves Ledo, um dos líderes maçônicos que ajudaram na Independência. Neste momento, quero dar o meu testemunho de que esta Casa deve ser entendida pelo Planalto como Moisés, que, no momento de dificuldade, queria largar tudo, desertar da sua missão de libertar seu povo, e ouviu a voz de Deus que dizia: “Moisés, busque os mais experimentados, aqueles mais velhos, eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Disso nasceu a idéia de Senado. Era o que o Planalto devia ouvir e buscar. Aqui, ninguém mais do que V. Ex^a tem mostrado conhecimento, discernimento e vontade de resolver o problema. Sabemos que quase a metade do seu Estado é reserva indígena e está entregue às ONGs e aos americanos.

Recebi uma denúncia, Senador Mozarildo Cavalcanti, de uma professora universitária que fazia um curso, de que às seis horas da tarde os índios interditam as estradas, de forma que os brasileiros, e ela que estava a serviço da ciência e da educação, não podiam transitar, mas os americanos podiam. Eles abrem aos americanos porque estão sendo financiados.

Então, penso que seria um feliz momento para que o Ministro da Justiça, que não entende de índio – eu também não entendo, porque, no Piauí, o Domingos Jorge Velho matou todos, e que não apareçam outros Domingos Jorge Velho –, o Presidente Lula e o núcleo

duro do Governo tenha momentos de inteligência e convidem V. Ex^a para pacificar e trazer melhores dias para os nossos irmãos índios.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa. Quero dizer, tanto a V. Ex^a quanto ao Senador Arthur Virgílio, que realmente me preocupo muito e tenho me dedicado a estudar, a analisar esta situação, mas não consigo entender como o problema vem se arrastando há tantos anos.

Temos 320 mil índios no Brasil, e mesmo que tivéssemos um milhão ou até mais, o Governo brasileiro não tem capacidade de equacionar e resolver a questão, que não é só de demarcar terras. Se fosse somente isso, estaria resolvido o problema.

Temos 0,2% da nossa população composta de índios, mas 12% do território nacional são considerados terras indígenas, e os conflitos não têm sido resolvidos. O que se tem que resolver são todas as questões que envolvem o cidadão, o ser humano índio que, como qualquer outro brasileiro, sofre as conseqüências da fome. É ilusão pensar que, porque o índio está com muitas terras, no meio da mata, onde tem sua casa, não passa necessidade. Ele passa muita fome, não tem assistência de saúde e educação adequadas.

No entanto, poderíamos não só resolver os problemas dos índios como também os maiores problemas do País se explorássemos racional e adequadamente as riquezas existentes nas terras indígenas.

Concedo o aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI)

– Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Mão Santa levantou uma questão, e eu faço minhas as palavras dele no sentido de que V. Ex^a tem demonstrado que entende de toda essa problemática indígena na região da qual é representante nesta Casa. Se são terras brasileiras e os índios são brasileiros, por que querem transformá-los em nação. Como nação indígena? Eles são nossos irmãos, são brasileiros como nós, têm a sua etnia, têm os seus princípios, mas é como se fosse uma religião. A Constituição brasileira acata todas as religiões e acatará também todas as culturas indígenas, como não? Eu até entenderia que poderiam fazer parte de um Estado indígena, com governadores indígenas, e poderíamos estudar isso aqui. Não sei se seria uma aberração, creio que não. A terra é da União. Os minerais são da União. Então, o território brasileiro não tem que ser dividido para que se tenha uma nação. O Senador Mão Santa acaba de dizer que, às seis horas da tarde, fecham a fronteira como se fosse outra nação. E estamos no Brasil. V. Ex^a tem toda razão, Senador Mozarildo! Eles passam fome, eles têm dificuldades, são pobres! Então, por que não constituir

um Estado, um novo Estado, Estados indígenas com governador? E seriam alfabetizados na cultura deles, que é milenar. Quando os portugueses chegaram, eles já estavam aqui. Não podemos dar assistência de saúde a eles? Índios morrem por falta de assistência. Eles vêm aqui pedir socorro ao pai grande. Quantas vezes vimos isso? Nós, desta Casa, poderíamos fazer alguma coisa, Senador Mozarildo Cavalcanti, e V. Ex^a poderia capitanear isso como entendedor que é. Por que a Funai não se transforma num ministério, para poder ter **status** de ministério e convocar um homem como V. Ex^a para dirigir esse ministério? Teríamos, com toda a certeza, o homem mais adequado e mais conhecedor do assunto, para ajudar o Governo Lula a resolver a questão. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço imensamente o aparte de V. Ex^a.

Gostaria de encerrar meu pronunciamento, obedecendo ao tempo regimental de que disponho, dizendo duas coisas. Em primeiro lugar, faço um apelo ao Presidente da República a fim de que substitua o Presidente da Funai. Que coloque em seu lugar um homem com isenção e equilíbrio, que tenha a capacidade de dialogar e de conduzir adequadamente um órgão tão importante como aquele. Aliás, estranho muito que até hoje a Funai, órgão destinado a entender e a defender os índios, nunca tenha sido presidida por um índio. Há índios capazes, com curso superior, até com mestrado. Ao mesmo tempo, conclamo esta Casa a, tão logo se encerre o trabalho da Comissão Externa Temporária do Senado que cuida da questão nos cinco Estados que mencionei – Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Rondônia –, instalar a CPI das Terras Indígenas. Já se encontra na Mesa requerimento com a assinatura de 53 Senadores. A CPI precisa abrir a caixa-preta da política indigenista do País e saber exatamente o que se passou, o que está se passando e o que se pretende fazer com relação às terras indígenas e à política indigenista no País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra, como Líder, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo o Governo Lula paralisado, percebo indefinição microeconômica e, portanto, uma brutal dificuldade em atrair investimentos de longo prazo para o País, que não tem condições de crescer 5% ao ano, durante três anos, sem despertar a inflação.

Vejo um quadro que beira a desobediência civil e, ainda por cima, o Governo se divide em debate e cuja oposição não deva manter-se mais apartada. Portanto, talvez eu surpreenda a Casa, Sr. Presidente, e a quem esteja a me ouvir porque venho aqui dizer que considero um desserviço ao País essa discussão sobre aumento de meta de inflação. Afinal, se há algo de bom que o Governo fez foi ter vencido as dificuldades do início da sua gestão e ter estabelecido uma retomada do controle da inflação. E o Governo ganhou credibilidade, os títulos brasileiros se valorizaram. Não localizo na equipe econômica dirigida pelo Ministro Palocci a raiz das dificuldades do Governo, que, a meu ver, estão na inércia dos seus gestores, na dificuldade que o Presidente tem para optar de maneira firme pelo melhor caminho para o Brasil. Não vejo que esteja na equipe econômica o pior, sinceramente não vejo.

Entro nessa discussão. E, semana que vem, com certeza, teremos momentos para travar esse debate. Proponho, de antemão, esse debate. E digo que, em primeiro lugar, em 2003, o Governo entra e altera as metas de inflação para cima. Se isso tivesse que gerar crescimento, o Governo não teria tido crescimento negativo de 0,2%. Dizem que, se a preocupação da equipe econômica tiver que ser com uma meta mais frouxa de inflação, isso propiciaria mais folga para se baixarem os juros, e não é verdade. Descontrole inflacionário – e a inflação é um mau a ser combatido, não a ser tolerado – leva, no máximo, a médio prazo, a taxas de juros maiores e, portanto, a menor crescimento econômico.

Usarei o argumento inverso. Se a inflação cai, se é de 3% ao ano, não há como tolerar uma taxa Selic de 16%, nem de 13%, porque ainda assim significaria juros reais de 10%.

Assim, a fórmula de se ter, longo prazo adentro, uma perspectiva de crescimento econômico que se sustente, deve estar assentada em inflação baixa, aumento da poupança, portanto, atração de investimentos duradouros, e, sem dúvida alguma, em investimentos na infra-estrutura brasileira, que está a carecer de investimentos maiores.

Outro argumento: haveria incompatibilidade entre inflação baixa e crescimento? Ou será que há incompatibilidade entre inflação alta e crescimento? Por outro lado, quando o Governo já tem a sua frente

um horizonte inflacionário de 6% para os próximos 12 meses, ele, que tem a folga, Senador Cristovam Buarque, uma meta de 5,5%, não precisa se limitar ao coração dessa meta.

Sr. Presidente, se possível, gostaria de conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pois não, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Arthur Virgílio, imaginava apartear V. Ex^a mais adiante, mas já deu para perceber a sua linha de raciocínio. Inicialmente, devo dizer que fico satisfeito em ver um Líder da Oposição tratar deste tema com essa posição. Estou totalmente de acordo com V. Ex^a quanto ao risco de simplesmente se levantar a hipótese de aumentar a meta inflacionária. Nem deveria haver meta para a inflação. A meta deveria ser zero. A estimativa poderia ser de 3%, 4%, 5%. A inflação é como a febre. A meta deve ser a temperatura normal. A estimativa do médico deve ser que esse aumento não aconteça de imediato. É um equívoco estarmos levantando a possibilidade de meta, ainda mais de aumento de metas. Em um país de cultura inflacionária como o Brasil, já deve haver comerciante remarcando preços, sindicatos pensando em fazer greve para aumentar salários e atingir os 5% da nova meta. Se a meta é 5%, a inflação poderá chegar a 7%, 8%, 9%. Inflação é como represa, se fizermos um buraco, mesmo pequeno, arrebenta. Isso é grave. Fico feliz de ver que Governo e Oposição, nesse ponto, estão de acordo. Este País deve se deter em duas premissas, das quais não podemos abrir mão: a democracia e a estabilidade monetária.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a abrilhanta e complementa o meu rápido pronunciamento. Literalmente, incorporo o seu raciocínio, porque ele fortalece o que vinha tentando esboçar.

Encerro, Sr. Presidente, afirmando que o Presidente da República tem um horizonte de inflação de 6% ao ano diante de si. Isso significa o cumprimento da meta: 5,5% e 2,5% de tolerância, o que totaliza 8%. Manter essa meta significa abrir a possibilidade de 8%, no próximo ano? Ou será melhor, para o próximo ano, 4,5% como coração da meta, com 2,5% para baixo – o que é impossível – e 2,5% para cima, 7%? Se tenho o horizonte, Senador Geraldo Mesquita, de 6% a minha frente, como abro a possibilidade de, no próximo ano, ser 7% ou 8%?

Cito como exemplo a pujante economia norteamericana, onde a inflação é baixa, entre as mais

baixas do mundo, e o crescimento é o mais vigoroso e sustentável de todas as economias do mundo, acrescentando, a cada dia, mais riquezas àquele cabedal já fantástico de riquezas que soube amealhar para seus habitantes.

Portanto, Sr. Presidente, tive a preocupação de trazer essa contribuição, quando poderia fazer um discurso repetitivo, mostrando as contradições do Governo em outro campo, pois não falta matéria, não falta assunto para criticar um governo que, a meu ver, vem sendo inoperante na sua administração. Mas devo dar a contribuição de quem ama este País, de quem não perdeu a noção da responsabilidade só porque foi para a oposição. Não confundamos oposição dura com oposição irresponsável, aquela que sofríamos quando dirigimos o País. Oposição dura pode e deve ser perfeitamente responsável.

Entendo que esse assunto atrai perda de credibilidade para o Governo e não resolverá um só problema atualmente vividos pelo Presidente Lula, apenas arrisca criar problemas e arruinar um segmento que é visto com respeito de fora para dentro do País.

Hoje a Ordem dos Advogados do Brasil divulgou a idéia, que me pareceu estranha ou, no mínimo, esdrúxula, de fazer auditoria da dívida externa. A meu ver, o Governo falará sobre isso com vigor, mas não sei se tem fôlego para tanta novidade, para tanto desafio em relação ao exterior. Não sei se este Governo pode continuar imaginando que a sua ambigüidade vai levá-lo a bom porto.

Faço o vaticínio de que dificilmente o Governo terminará o seu mandato com os Ministros Furlan e Marina; dificilmente terminará o mandato com os Ministros Miguel Rossetto e o Ministro Roberto Rodrigues. O Governo terá de optar por um ou por outra, por um ou por outro.

Não estou aqui criticando nem elogiando nenhum dos quatro. Estou dizendo apenas que essas pessoas não se misturam no mesmo Governo, levando para um consenso, para um fim comum.

Fica aqui a minha contribuição. Quero esse debate. Lamento a ausência do Líder Aloizio Mercadante, que sei que está cumprindo seu mandato parlamentar em reuniões no seu Estado – certifiquei-me disso –, mas já proponho que retomemos esse tema, porque vejo S. Ex^a muito patrioticamente, como sempre, e com entusiasmo, defender tese contrária a minha. Temos que debater para valer porque, a meu ver, esse assunto não serve aos interesses do País – e o meu problema não é quanto a servir aos interesses do Governo, que, penso, não servem. Portanto, devemos trazer possibilidades de mexer nas metas de inflação. Não há necessidade. Quatro e meio por cento para o

ano que vem com mais 2,5% de tolerância dão 7%, o que é mais inflação tolerável dentro da meta ajustada do que aquela que o horizonte de 12 meses já aponta. Ora, se posso ter menos inflação, vou ter mais inflação? Vou abrir espaço para algo que depois pode tornar-se incontrolável, criando todos os problemas que já vimos no País?

Encerro meu discurso lembrando o disse o Senador Cristovam Buarque: “nenhum país resolveu a questão da inflação”. Os países têm como meta a estabilidade. E os países estáveis têm como meta a conquista da democracia. Não podemos brincar com inflação.

Roberto Campos dizia muito bem que não existe meia-vidgindade, meia-febre, um pouquinho de febre, febre pequena, que é a mesma todo dia. Uma temperatura não é a mesma a vida toda; ela aumenta e termina matando mesmo.

Neste momento, é fundamental que tenhamos bastante siso para perceber que alguns limites têm de ser estabelecidos. Para mim, um deles é intocável: o limite do respeito à responsabilidade fiscal. Esse é o limite. Dentro dele, topo qualquer coisa. Por ser essencial, sem ele, não adianta vencer a próxima eleição, simplesmente porque não terei País para governar.

Espero que o meu Partido chegue legitimamente ao poder, pelo voto, mas não sobre destroços, em cima de uma Nação arruinada, perdida ou sem rumo. Ao contrário, volto a refazer os meus votos de que o Presidente Lula encontre o melhor caminho para o seu governo de modo a cumprir os seus compromissos de campanha e a não dar para trás em algumas conquistas inerentes à consciência do povo brasileiro como a estabilidade econômica, um passo de civilização que não admite retrocesso sob nenhuma hipótese.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, que falará por cessão do nobre Senador Paulo Paim. Em seguida, ouviremos a nobre Senadora Ideli Salvatti e os nobres Senadores Valmir Amaral e Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de ouvir o Senador Arthur Virgílio dizer aqui que oposição responsável é a que pode trazer uma contribuição para a estabilidade do País, quer do ponto de vista econômico, quer do social.

Não sou especialista, mas já governei o meu Estado por duas vezes e sei o que significa gerir recursos.

S. Ex^a acaba de dizer algo que nós todos devemos encampar: “Não se mexe na economia de um país sem se ter certeza do que vai acontecer”. O Senador Arthur Virgílio acabou de dizer que, se temos certeza de que não haverá alta na inflação neste ano, por que vamos arriscar? Neste caso, temos que trazer contribuição e S. Ex^a acaba de fazê-lo como Oposição, mas é o Governo que deve ter cuidado em mexer nisso, porque é uma faca de dois gumes. Pode acontecer que, depois, não seja mais possível controlar a situação. É a observação que faço da intervenção do Senador Arthur Virgílio, quando diz: “Oposição responsável que traz contribuição, e não apenas crítica”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a insistir neste instante em um assunto que considero da maior importância para o nosso País. O Presidente da República está tenso com tudo o que está acontecendo no Brasil. Ele deseja cumprir o que prometeu: geração de emprego, estabilidade econômica, melhora salarial, duplicação do poder de compra do povo brasileiro. Entretanto, as coisas não estão ocorrendo como ele deseja, e nós, que fazemos parte da base de sustentação do Governo, temos a obrigação de contribuir com o Governo.

Neste momento, falo com a experiência vivida não somente no campo político – creio que sou o Senador mais antigo desta Casa, já estou no segundo mandato. Mas não me refiro ao número de mandatos, mas em idade. Já passei pela Câmara dos Deputados e estou no Senado outra vez. Eu e o Senador Mão Santa, pelo Piauí, temos experiência vivida de administrar. O Piauí é uma pequena nação dentro da nação e apresenta os mesmos problemas: educação, saúde, segurança, lazer. O que devemos fazer neste instante? Qual o quadro brasileiro? O desemprego é muito grande. O dinheiro da Nação está preso por causa dos compromissos internacionais. É preciso garantir aquele mínimo exigido pelo FMI, e, então, o Governo começa a cortar recursos que poderiam ser investidos para o desenvolvimento do Brasil.

Neste momento crítico, o mais perigoso é retirar dinheiro que está destinado, por exemplo, à construção de novos presídios. O episódio de Rondônia, por exemplo, foi trágico. O presídio de Urso Branco tem capacidade para 300 detentos, mas conta atualmente com 1.200, que se revoltaram com a superlotação. Foi uma cena dantesca, nunca vista no Brasil. Cortar a cabeça e jogar corpos do telhado do presídio é algo inaceitável. Nunca aconteceu isso! Nunca!

O episódio de Carandiru foi também terrível para o País e deixou uma imagem tremendamente negativa do Brasil. E agora essa outra situação ocorreu porque não há espaço suficiente para abrigar todos os detentos

no presídio. Pelo amor de Deus! Quantas penitenciárias construímos no Piauí, uma das quais talvez seja uma das melhores do Brasil! Construí uma que tem espaço para abrigar um preso em cada cela. Não se misturava ninguém, nem homem, nem mulher, e é de segurança máxima, sim. Fiz aquela unidade com a capacidade para o dobro de presos. Até hoje, as vagas não foram totalmente preenchidas. Isso é tão simples. É uma decisão política. O que custa fazer um presídio à altura das necessidades do presidiário? Afinal, ele não é uma fera, mas torna-se fera dentro de um cubículo com 20 pessoas, sem dúvida nenhuma. Isso é apenas uma observação.

Eu queria dizer, então, outra coisa. Já me referi ao assunto várias vezes aqui, mas vou ser repetitivo. Vejo e acompanho pelos jornais que o Governo está interessado em encontrar uma saída para o desemprego. Está autorizando as Forças Armadas a recrutar 30 mil pessoas para servir no Exército. Uma outra fonte do Governo menciona que serão contratados um milhão de operários para trabalhar na reconstrução das estradas. Minha gente, falta alguém dar um conselho, levar experiência. Trago aqui uma contribuição de experiência própria, dirigida ao Governo do Presidente Lula, ao Ministro José Dirceu, com quem tive oportunidade de conversar em algumas ocasiões. Sei que o Ministro é competente e toma ações decisivas. Ele tem em cima de sua mesa uma proposta que nós fizemos – cada um dos Srs. Senadores do meu partido tem um exemplar. Eu propus que se crie uma câmara de gestão para consertar os 32 mil quilômetros de estradas federais brasileiras destruídas. Por que uma câmara de gestão? Porque é uma calamidade a situação das estradas.

Na época do apagão, a câmara de gestão do setor elétrico foi criada graças ao gênio do nosso Ministro Pedro Parente, que conheço muito bem, é descendente de piauienses, vem do Ipea e é muito competente. Ele foi quem imaginou a câmara de gestão como um núcleo dirigido pelo chefe da Casa Civil. Resolveu-se, dessa forma, o problema do apagão. Do contrário, seria o caos com a falta de energia. No momento, considero o problema das estradas mais grave ainda, porque a economia do País gira nas rodovias. Dependemos de eletricidade, claro, mas dependemos também das estradas, porque o Brasil optou pelo rodoviarismo.

Há 1,8 milhão de carretas transportando 90% da riqueza brasileira. Então, em cima de estradas esburacadas, em todos os Estados, qual é a providência? Contratar pessoas para consertar essas estradas, para tapar buracos? Esse não é o caminho. O problema é simples. Pelo amor de Deus! Presidente Lula, se nos permite Vossa Excelência, iremos aí para fazer uma

exposição, juntamente com alguns companheiros aqui do Senado. Podemos ir aí mostrar a Vossa Excelência como se cria um milhão de empregos. Criaremos um milhão de empregos se criarmos uma câmara de gestão e 120 empresas brasileiras de engenharia entrarem, construindo essas estradas a preço já determinado. Estudamos esse preço de comum acordo com o valor nacional. Para se trocar todo o asfalto de uma estrada – não é nada de tapar buraco – e tratar da base, são necessários R\$150 mil por quilômetro. É esse o preço para consertar-se a base e fazer um novo asfalto. Não é tapar buraco. E, com R\$100 mil, troca-se um asfalto velho por um asfalto novo, por cima da base que ainda está absolutamente aproveitável.

Isso foi medido. Temos esses números e podemos dizer, com toda segurança, que precisamos retirar o asfalto e colocar outro em 25 mil quilômetros de estrada; em 7 mil quilômetros, precisamos retirar o asfalto e consertar a base. Somando tudo isso, gastaremos R\$4,8 bilhões, e o conserto poderá ser feito em 36 meses, gastando-se R\$1,6 bilhão por ano.

O Ministério dos Transportes não tem estrutura para tal empreendimento. Eu conheço o Ministério dos Transportes, pois fui Governador duas vezes e fiz 4 mil quilômetros de estradas no meu Estado, sei como fazer. Tive entendimentos com o Ministério dos Transportes, com o antigo DNER, que não tem estrutura para levar a cabo um empreendimento desse porte, porque a própria estrutura burocrática do Ministério não permite que tenha uma ação pronta, rápida e imediata, com a autoridade que uma câmara de gestão dá ao grupo gestor.

Assim, fico preocupado quando vejo uma proposta do Ministro dos Transportes ao Presidente da República, conforme divulgado no **Jornal do Brasil** – se não me engano –, pedindo R\$2 bilhões para consertar 13 mil quilômetros de estrada; 80% desses recursos, segundo proposta do Ministro, são para tapar buracos em 10 mil quilômetros. Com R\$1,6 bilhão, é possível fazer 10 mil quilômetros de estradas novas, e não tapar buracos. Contudo, a organização burocrática do Ministério, o Dnit, não permite que assim se faça. Não tenho nada contra o que está estabelecido lá. Mas, quando ocorrer uma catástrofe, o Governo decreta a calamidade, como no caso do apagão, cria a câmara de gestão, manda uma medida provisória para cá, e nós a aprovamos. Imediatamente se tem 120 empresas de engenharia com suas máquinas paradas, e, aí, quando elas entrarem, no mesmo dia, em todos os Estados, para consertar as estradas quebradas, vão gerar um milhão de empregos diretos na mesma hora. Não temos dúvida alguma disso. Não precisa contratar ninguém. As próprias empresas de engenharia têm necessidade

de colocar os trabalhadores nas estradas. Já fizemos os cálculos. Serão gerados imediatamente um milhão de empregos por essas 120 empresas para consertar 32 mil quilômetros de estrada no País.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, desde o dia 20 de abril, terça-feira passada, eu queria fazer um aparte ao seu pronunciamento, quando V. Ex^a dissertava sobre a problemática das estradas com muita propriedade e conhecimento. Buscando exemplos, Sr. Presidente Senador Eduardo Siqueira Campos, seu pai é um exemplo, porque criou um Estado. Juscelino Kubitschek, de quem ontem muito nos lembramos, é outro exemplo. O Senador Alberto Silva é um homem dessa estirpe, de quem quero dar um testemunho. Eu o vi prefeito de minha cidade em 1948; eu também fui prefeito, mas nem eu, nem outro fizemos o que o Senador Alberto Silva realizou em pouco tempo.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Depois, V. Ex^a governou o Estado. Atendem bem para o Piauí. Todos conhecemos o mapa do Brasil. O Piauí é diferente, é comprido. Naquela época, nos anos 70, eu fazia campanha contra V. Ex^a, porque V. Ex^a era Governador da revolução. E foram bênçãos da revolução: Reis Veloso, sendo a luz, e Alberto Silva, no Piauí. Senador Eduardo Siqueira Campos, o Senador Alberto Silva colocou asfalto do mar à Bahia. É grande o percurso, mas ele colocou, e os outros consertaram. Ouço muito a voz rouca das ruas. Em 1994, fui candidato a Governador pelo PMDB e vi, na cidade de Guadalupe, no meio da chuva, um rapaz gritou a respeito de Alberto Silva: “rei das estradas”. Portanto, o Senador Alberto Silva tem a experiência que o povo agradece. O nosso PMDB está errado. Em vez de buscarmos cargos e vagas, deveríamos nos unir para apoiar esse projeto do Senador Alberto Silva. Quando fui Governador, o Brasil passou pelo apagão, um dos piores dramas deste País que foi solucionado pela Câmara de Gestão. Quero testemunhar que a proposta do Senador Alberto Silva, com sua experiência, é real e visível para resolver o problema do Brasil, que está entrando no “paradão”. As estradas estão todas esburacadas. Criar-se-ia o PMDB. Assim, Ulysses Guimarães voltaria a sorrir, e nós resolveríamos essa questão, acabando também com o desemprego porque a construção civil poderá propiciar empregos e solucionar esse problema. Senador Alberto Silva, o Presidente Lula é um privilegiado. Sua Excelência não precisa buscar exemplos em outros países. Não é história, não. Os exemplos estão em Brasília: Juscelino Kubitschek, José Wilson

Siqueira Campos e Alberto Silva; homens que realizaram. A campanha do Senador Alberto Silva no Piauí é a seguinte: “Alberto Silva faz”. E o povo o elegerá ao Senado tantas vezes quanto S. Ex^a quiser. É uma fonte de inspiração. É o que o PMDB tem que dar, é o que fará sorrir Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves; este PMDB que quer ajudar o País, e que V. Ex^a representa com a sua experiência e as suas realizações no Piauí e no Brasil.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado pelas suas palavras, Senador Mão Santa, sempre generosas a meu respeito.

Esse é um caminho, e espero que o Presidente reflita sobre nossa proposta. Repito, para que não haja dúvidas, temos uma obrigação; estamos dando uma contribuição e não podemos aceitar que se gastem dois bilhões de reais do Ministério dos Transportes, que tem tanto a fazer com esse dinheiro – os portos, as hidrovias, entre tantas outras aplicações que ele precisa fazer com o seu orçamento reduzido, de dois bilhões. Mas usemos uma parte do Ministério dos Transportes e uma parte da Cide – a Câmara de Gestão tem poderes para fazer isso – e apliquemos R\$1,6 bilhão no primeiro ano, com o que faremos 10 mil quilômetros de estradas novas; no lugar das esburacadas, surgirão estradas novas por R\$1,6 bilhão. No ano seguinte, apliquemos mais R\$1,6 bilhão e, no final de três anos, teremos 32 mil quilômetros de estradas completamente novas que durarão mais vinte anos porque não estaremos tapando buracos, mas construindo estradas novas.

Não tenho dúvida de que 120 empresas de engenharia trabalhando neste País, duas ou três em cada Estado, seria uma verdadeira revolução, com um milhão de empregos. E o Presidente teria aquela sua agenda positiva imediatamente; do contrário, vai ser demorado. Temos a experiência do apagão, que foi um problema.

Mas passemos ao segundo problema: geração de emprego. Estamos vendo que mais de 50% da economia do País está girando no campo, na agricultura. É espantoso o que está acontecendo no Brasil. Apesar das restrições à importação de alguns de nossos produtos, a China está disposta a comprar 50 milhões de toneladas de grãos do Brasil, 50 milhões de toneladas de soja. Eles estão precisando porque têm mais de um bilhão de habitantes. Nós fazemos parte da Câmara Brasil-China, da qual sou Presidente no Senado e cujo Vice-Presidente é o Senador Eduardo Suplicy. Almoçamos com o Embaixador e com o Vice-Ministro da China anteontem na casa do Vice-Presidente da República e podemos afirmar que eles estão dispostos

e querem realmente entrar em entendimento comercial com o Brasil.

O que eu poderia propor neste instante? Que façamos uma espécie de reunião. Entendo que o Presidente poderia muito bem fundir – parece-me que há dois ministérios que cuidam do assunto – o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra e parece-me que há outro; poderia haver uma fusão, e um único ministério encamparia tudo. E não seria com o nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas um nome que condissesse com a necessidade de gerar riqueza a partir das nossas terras.

Em minha época de estudante de engenharia, no pequeno espaço que tínhamos no setor de economia, se dizia que toda riqueza é fruto do trabalho do homem, seja o intelectual, seja o industrial ou o agrícola. Mas a riqueza, neste planeta que Deus nos deu, tira-se da terra e do mar. Estamos poluindo o ar, mas riqueza tiramos da terra e do mar. O Brasil não tem barco de pesca de tamanho grande. É uma tristeza! Quem pesca nas águas territoriais brasileiras são os japoneses, os espanhóis. Estão todos lá nas 200 milhas, e não temos essa pesca fora da nossa linha de limite do mar brasileiro.

Muito bem, se temos a terra que temos e se, hoje, 50% da riqueza brasileira está saindo da terra, por que não se fazer o seu aproveitamento? Não com a reforma agrária. Eu daria aqui uma contribuição: como se fazer reforma agrária, se uma família não dá conta de 10, 15 hectares? Não há como. Essa família teria que se mecanizar. Nós vamos mecanizar milhões de brasileiros? Vamos ter condições de mecanizar uma lavoura de 15 hectares? Todavia, se déssemos 3 hectares para uma família, a história seria diferente.

Senador Mão Santa, lá no nosso Estado, o Piauí, há 200 mil lavradores que fazem roça. Não tomamos conhecimento, mas eles fazem a roça todos os anos. Como é essa roça? Ele chega ao proprietário de terra e pede um pedaço de terra para fazer uma roça. O proprietário lhe dá a semente e o dinheiro e sugere que dividam a renda. Perfeito! Ou então o proprietário não adianta nada, e o lavrador lhe paga um quarto. Eles fazem isso, mas o rendimento é tão baixo, Senador Mão Santa, tão baixo que mal dá para viver, quanto mais pagar renda. Mas realizamos a experiência completa, absolutamente vitoriosa. E digo isso com conhecimento de causa. Comecei a mexer com o biodiesel da mamona – V. Ex.^a é testemunha disso – há cerca de cinco anos. Vamos inaugurar a primeira usina de biodiesel do Brasil. Não será no Rio Grande do Sul nem no Paraná, nem no Rio de Janeiro, nem em São Paulo, mas no Piauí. E não está na Petrobras,

mas na Universidade Federal do Piauí, porque eu lá o coloquei. É um projeto nosso, ainda do tempo em que eu era Presidente da EBTU. A usina vai produzir 2 mil litros de biodiesel/dia de qualquer óleo: dendê, babaçu, mamona, soja.

Há duas coisas que o Brasil precisa saber a respeito do biodiesel. Se o produzirmos com óleo de mamona, não poderemos utilizá-lo diretamente no motor, tendo que misturá-lo ao óleo mineral – e podemos misturar até 80%. Essa história de 5% é conversa. Existe um laboratório da Petrobras bem ao lado da usina, que será inaugurado no próximo mês. Esse laboratório realiza experimentos com óleo de mamona e de babaçu, e lá se verificou que podemos chegar a uma mistura bem maior. Se o biodiesel for produzido com soja, que sobra no País, podemos colocar diretamente no motor. Os gases resultantes da combustão não são poluentes, bem como há a possibilidade de eliminar boa parte da importação de óleo diesel.

Basta colocarmos três lavradores por hectare, plantando mamona e feijão em terra arrendada; não é necessário gastar dinheiro da Nação. A Nação gastaria dinheiro dando o Pronaf, R\$500,00 ou R\$1.000,00, para cada família de três pessoas trabalhando em três hectares. Notem bem, Senadores Mão Santa e Eduardo Siqueira Campos, isso é verdadeiro. Não se trata de estimativa ou aproximações. Plantando-se mamona e feijão em três hectares, a renda do lavrador é de R\$1 mil por mês – não tem dúvida nenhuma, já provamos isso. Para que essa história de reforma agrária com 15 hectares, tendo que comprar, desapropriar? Com isso, acabar-se-ia com essa história de invasão, com certeza. Vamos dobrar a produção de grãos no Brasil. Aí empregamos, só no Semi-árido nordestino, dez milhões, e não faltaria mais óleo diesel neste País. Três hectares, Senador Mão Santa, produzem óleo vegetal de mamona para misturar com o óleo mineral da Petrobras, e teremos uma renda para essa família de R\$1 mil reais por mês.

É uma contribuição. Se o Presidente Lula quiser nos ouvir, levaremos o resultado de nossa experiência no Piauí. Três hectares são suficientes. Vi a Ministra das Minas e Energia inaugurar aquela tal empresa, que está no Piauí construindo casas, dizendo que será o paraíso, e deu 15 hectares para cada família. Senador Mão Santa, três pessoas numa família não dão conta de 15 hectares. Eles podem plantar, a mamona nasce, mas na hora de colher não há mão de obra. Sabe por quê? Porque a experiência nos diz que uma pessoa só tem que ficar de plantão no hectare. A mamona dá durante cinco ou seis meses e só se pode colher o cacho que está amadurecendo, não se pode tirar qualquer cacho. A colheita é feita à mão; não é à máquina. Então, é uma

pessoa por hectare para colher a mamona. Já estão errando no Piauí, dando 15 hectares, pois, na hora da colheita da mamona, o que teremos é que, naquele local, há um vazio demográfico, não tem gente, e ninguém vai querer ser alugado para catar mamona nas terras da Enguia, que chegou lá com ares de resolver o problema agrário do Piauí.

O que queria dizer era isso. Está posta a questão, Sr. Presidente. O PMDB, como disse o Senador Mão Santa, pode dar uma contribuição com a Câmara de Gestão das Estradas e com essa proposta de fazer biodiesel com três hectares para cada família. Não é preciso tomar terra de ninguém, não é preciso invadir terra de ninguém.

Creio que não existem dois milhões de sem-terra. Só no Piauí podemos colocar 200 mil famílias trabalhando, e no Nordeste brasileiro 5 milhões, produzindo mamona e feijão, com 3 hectares apenas.

Esta, a proposta que faço, em nome do meu Partido e em nome desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a nobre Líder Ideli Salvatti. Em seguida, ouviremos a palavra dos Senadores Valmir Amaral e Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, venho à tribuna por conta de inúmeros debates feitos ao longo desta semana, não tão longa, uma semana interrompida por um feriado que, infelizmente, não permitiu que tivéssemos a capacidade de fazer as votações necessárias, inclusive das medidas provisórias que trancam a pauta. Entre estas, figura a medida que atenua os efeitos da Cofins para inúmeros setores da economia, haja vista que, com o fim da cumulatividade, principalmente os setores de cadeia produtiva muito pequena, muito reduzida, acabam tendo aumento de carga tributária.

Não votamos nesta semana, mas a votação deverá ocorrer, com certeza, na próxima terça-feira. Digo com certeza porque espero que não haja nenhuma irresponsabilidade deste Plenário no sentido de não votar a alteração da medida provisória da Cofins, que vem sendo negociada, tendo em vista que as modificações feitas pelo Senado terão que ser submetidas à Câmara – ainda entre quarta e quinta-feira da semana que vem – para que possam entrar em vigor a partir de 1º de maio. Se não votarmos a medida provisória da Cofins na terça-feira – ela é a segunda da pauta –, não haverá tempo

hábil para a Câmara fazer a votação da referida medida. Portanto, nenhum dos benefícios que estão sendo negociados – inclusive com a presença do Ministro Palocci, na última terça-feira, em reunião com todos os Líderes no gabinete do Senador Aloizio Mercadante – poderá entrar em vigor. Inúmeros setores da economia terão os efeitos do fim da cumulatividade atenuados, impedindo, portanto, que haja aumento de carga tributária para esses setores específicos. Repito: nenhuma dessas negociações poderá entrar em vigor.

Espero, portanto, que, na semana que vem, possamos compensar a não-votação desta semana, ainda porque as negociações, principalmente na questão da Cofins, evoluíram bastante.

Este Plenário teve, ao longo dos últimos meses, infelizmente, profundos debates a respeito de calamidades: enchentes, furacão, estiagens. Estamos, agora, com problemas gravíssimos no Sul do País – Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, com a estiagem atingindo milhares e milhares de agricultores, principalmente os pequenos. E uma das questões que tivemos a oportunidade de trabalhar é que, além da exigência obrigatória de providências imediatas por parte do Governo Federal, temos também responsabilidades, entre as quais estudamos, analisamos o remanejamento de verbas ou a priorização das verbas orçamentárias para as regiões atingidas por essas catástrofes.

Várias Bancadas fizeram reuniões e disponibilizaram recursos, por meio de emendas individuais ou coletivas, para que os Ministérios pudessem, prioritariamente, atender, com aquilo que já está previsto no Orçamento, os municípios e as populações atingidas por essas calamidades, ou até, no limite, se aquilo que já está previsto no Orçamento não for suficiente, com o cancelamento da emenda para que se possa fazer o remanejamento para outra área, outro item do orçamento, a fim de atender as populações atingidas.

Foi dessa forma que várias Bancadas de diversos Estados atuaram, inclusive a de Santa Catarina. O Estado de Santa Catarina foi atingido em quase a sua totalidade por muitos fenômenos. Mais da metade dos municípios catarinenses foi atingida pela estiagem, por granizo no Planalto Norte. Tivemos enchentes em vários Municípios. Tivemos o até hoje ainda não bem-definido furacão ou ciclone que atingiu o sul de Santa Catarina e uma parte do norte do Rio Grande do Sul. A Bancada de Santa Catarina fez o debate, a discussão. Infelizmente – quero aqui registrar, mais uma vez –, não foram todas as Bancadas nem todos os Parlamentares, porque, se tivessem sido todos, teríamos disponibilizado,

para priorizar os Municípios ou remanejar verbas, algo em torno de R\$65 milhões. Disponibilizamos apenas R\$41 milhões, pouco mais da metade. Mas, indiscutivelmente, recursos indispensáveis para atender, prioritariamente, os Municípios atingidos ou, no limite, remanejar.

Como, infelizmente, sabemos que calamidades continuarão acontecendo, eu queria pedir que seja registrado, como subsídio, na íntegra, o parecer da nossa assessoria técnica, que nos subsidiou, no meu caso e de outros Parlamentares de Santa Catarina, para fazer a disponibilidade das nossas emendas – no meu caso, uma emenda de R\$6,6 milhões para atendimento domiciliar e melhorias sanitárias, para que pudesse ser disponibilizada prioritariamente para os Municípios atingidos pela estiagem, ou pelo vendaval, ou pelo granizo ou pela enchente. E, se não fosse suficiente a prioridade para os Municípios, também a autorização para que ela pudesse ser cancelada e o seu valor ser remanejado para qualquer outro item para atender prioritariamente em nosso Estado os atingidos pelas intempéries.

Então, quero deixar aqui esse trabalho como subsídio, porque essa é uma forma de não só cobrarmos do Governo Federal as providências, as medidas que têm de ser efetivadas, mas é a forma de nós, Parlamentares, em um momento de emergência, catástrofe ou calamidade em nossos Estados, também podermos colaborar para que o Orçamento possa ser flexibilizado, ter prioridades e remanejamentos para fazer o atendimento, de forma mais rápida e ágil, das comunidades atingidas.

Como teremos outras calamidades, penso que essa prática, que começou a ser realizada pelas Bancadas, pelos fóruns compostos pelos Deputados e Senadores de cada Estado e fluiu muito bem neste ano, deve ser incentivada para que aconteça cada vez mais. Até porque, no momento da calamidade, não vale o bom discurso, vale mais a ação, não só de solidariedade, mas o gesto concreto, inclusive de abrir mão da prioridade que o Parlamentar tem em benefício do Município ou da população atingida.

Nós, do fórum catarinense – que conseguiu, dos R\$65 milhões das emendas parlamentares, disponibilizar R\$41 milhões para vários Ministérios poderem priorizar e remanejar –, se for o caso, estaremos agora muito atentos para poder fazer a cobrança para que efetivamente o dinheiro saia no menor prazo possível.

Nesta tarde de quinta-feira morna, depois de um feriado no meio da semana e do aniversário da Capital do nosso País, no dia de ontem, com várias comemorações, eu gostaria de dizer que há alguns tons de discurso, algumas falas, algumas observa-

ções que têm efetivamente me preocupado. Eu fiquei quinze dias de molho, no hospital, onde temos mais tempo, vemos mais TV Senado, TV Câmara, onde temos a possibilidade de acessar a Internet, de fazer leituras, enfim, não nos desligamos. Houve determinados tons, falas, palavras, como “caos”, “paralisia”, “falta de autoridade”, que me chamaram a atenção. Chamou-me mais a atenção o fato de um Senador dizer que está elaborando um artigo, que ainda não foi publicado, no qual procura fazer um paralelo e ainda diz assim: “sem nenhuma atitude cataclísmica, nem catastrófica, entre o fim do Governo Jango, marcado por atitudes erráticas e pendulares, acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo, e o Governo do Presidente Lula”.

Então, este tipo de linha de intervenção às vezes me parece algo tão despropositado, tão absurdo, colocado de uma forma que passa mais um sentimento dos que não se conformaram até agora por terem perdido as eleições. Não se conformaram até agora, até porque alguns deles nunca estiveram fora do poder. Nunca! Ouvíamos freqüentemente a seguinte frase: “*Se hay un gobierno, estoy dentro*”. Alguns nunca tiveram a experiência da oposição na vida. Já tive a oportunidade de registrar isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de participar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Mão Santa, vou conceder-lhe o aparte assim que concluir minha linha de raciocínio.

Esse tipo de cantilena do caos não procede. Há um quê de situação mal-resolvida. Como já se registrou nesta tribuna em outras ocasiões, há quem diga: “Vai querer ser candidato, temos que impedir que o seja. Se conseguir ser candidato, temos que impedir que ganhe. Se conseguir ganhar, temos que impedir que tome posse. Se conseguir tomar posse, temos que impedir que governe. E, se conseguir governar, temos que dar um jeito de tirar”.

Essa linha de intervenção política efetivamente me tem deixado assustada e preocupada, porque não é esse obviamente o clima existente, até porque as situações que estão sendo vivenciadas – como ocupação de terra e de prédio público, greve – fazem parte da democracia, principalmente em um país cujos governantes, nestes últimos 500 anos, não deram conta de resolvê-las, ou atenuá-las.

Então, estão querendo o quê? Falta de autoridade! Estão exigindo o quê? Autoritarismo? É esse o contraponto, é essa a questão que está sendo levantada? Eu quero entender. O que move determinadas falas?

E determinadas personalidades continuam falando dessa maneira. Por exemplo, não consigo entender a fala do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente de um outro poder que tem que ter serenidade, tem que ter o bom senso de cuidar da normalidade democrática. Estão aí de novo declarações do Presidente do Supremo a respeito dos atos do Executivo.

Então, eu quero entender o que está se passando efetivamente, quero entender essa lógica, essa linha de raciocínio.

Há artigos que tive a oportunidade de ler, e tem um muito interessante que diz o seguinte: “Já não sabia que ia crescer a produção de soja, que nós íamos ter essa explosão? Então, o Lula não deu conta em 15 meses de resolver o problema do gargalo das nossas estradas e do gargalo dos portos?” Não deu conta em 15 meses? Mas estavam governando durante décadas! Em 15 meses, o Lula tinha que dar conta de resolver o gargalo das estradas e dos portos que eles em 150 anos ou mais não deram conta. Deixaram tudo acumulado. No meu Estado, por exemplo, eu já tive a oportunidade de vir aqui e dizer que o Diretor do Dnit e responsável pelo Ministério dos Transportes no meu Estado foi homenageado no final do ano passado pelas transportadoras, porque foi a primeira vez, nos últimos anos, que as estradas de Santa Catarina tiveram ações de recuperação. As transportadoras homenagearam o companheiro João José. E já tive oportunidade de registrar isso. Vai-se resolver em 15 meses o gargalo de estradas que não vêm sendo recuperadas, duplicadas, ampliadas nas últimas décadas? E os portos que não tiveram investimento nas últimas décadas? Em 15 meses, tudo vai se resolver?

Acabei de ser entrevistada por um jornalista lá do meu Estado sobre declarações do Presidente do PFL a respeito da energia. E já falei desta tribuna; mas volto aqui e falo de novo, 500 vezes se preciso for. Se há uma área sobre a qual o PFL não pode abrir a boca é o setor elétrico! Ele tem de ficar quieto! Ele não pode falar nada! Dirigiram o Ministério, fizeram um processo de privatização que criou o caos. O investimento em energia elétrica no nosso País caiu a menos da metade na década passada. Na década de 80, era 13,5 bilhões. Na década de 90, durante o Governo Fernando Henrique, quando o PFL esteve à frente do Ministério de Minas e Energia, ele baixou para 6 bilhões, ao ano – menos da metade.

Por conta disso, tivemos o apagão; por conta disso, todos os brasileiros estamos pagando, na conta de energia elétrica, o seguro apagão. O povo brasilei-

ro paga na conta de energia elétrica o desmando do setor elétrico decorrente daquele processo de privatização mal feito, feito pela metade, com diminuição do investimento, com o apagão. E eles vêm perguntar, vêm falar, vêm fazer declarações! Mas têm que ficar quietos! Não podem falar, não podem cobrar? Vão cobrar como?

Vários comentaram a declaração do Fundo Monetário Internacional de que o Brasil vai crescer menos neste ano do que os demais países, esquecendo-se de dizer por que vamos crescer menos. Por que vamos crescer só 3,5% quando a previsão era de 4,4% e 4,6% para os demais países? A manchete diz “Dívida mantém o Brasil vulnerável, diz o Fundo Monetário”. Não vamos crescer mais porque a nossa dívida faz com que o nosso País tenha vulnerabilidade, a nossa dívida ainda não nos dá tranquilidade. Ainda não conseguimos sair do garrote, do sufoco da dívida. Vamos esquecer que o Fernando Henrique pegou em 60 bilhões e nos entregou a mais de 600 bilhões – crescimento da dívida em mais de 10 vezes.

É importante verificarmos os documentos e os gráficos. É uma pena não podermos usar o telão, Presidente Eduardo Siqueira Campos. Vou mostrar o gráfico. Esse é o gráfico da dívida vincenda em 12 meses. Este pico aqui, este alto aqui é exatamente o ano de 2002. O volume da dívida que vencia em menos de 12 meses estava no pico em 2002, quando nos entregaram. A rolagem da dívida brasileira era um escândalo de tão curto que era o prazo. Terminamos o ano passado com uma dívida vincenda em menos de 12 meses muito menor que na metade do segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Também desdolarizamos a dívida. Ela melhorou significativamente, mas ainda não de forma adequada, não o suficiente, não o razoável para que possamos ter uma perspectiva concreta de crescimento deste País superior a 3,5%.

Então, temos de administrar a dívida, continuar desdolarizando-a, continuar alongando o perfil da dívida, para não ficarmos no sufoco, e trabalhar na linha dos títulos pré-fixados com a taxa de juros já conhecida, para ser mais fácil administrar. Isso também foi modificado. O perfil foi modificado. Estão aqui os dados. Os dados foram trazidos tanto pelo Dr. Henrique Meirelles quanto pelo Ministro Antonio Palocci, nas duas vezes em que estiveram na Comissão de Assuntos Econômicos – a última vez há bem poucos dias. Recomendo a todos os Senadores fazerem a análise do gráfico, e pararem de falar desta tribuna determinadas coisas que não trazem contribuições.

Determinadas situações nos afligem, porque a demanda social deste País é muito grande. Não vamos trabalhar com autoritarismo. Vamos trabalhar com autoridade e negociação, fazendo com que o Brasil acomode os interesses, principalmente aqueles que, ao longo de décadas e séculos, foram postergados, esquecidos e marginalizados pela estrutura social e econômica do País.

Não haverá milagres. Não será possível crescer mais de 3,5% neste ano, embora queiramos crescer 5%, 10%, 15%, 20%. Esse crescimento é inviável porque existe a dívida, conforme determina o FMI, além da falta de investimento crônico, desde as últimas décadas, em energia, em estradas e em portos. Se não resolvermos essa questão, não adianta o País crescer, porque não há sustentabilidade. Se crescer mais de 3,5% – 4,5% ou 5% –, haverá novamente apagão. Portanto, enquanto não houver investimentos e não conseguirmos equacionar questões de infra-estrutura para dar sustentabilidade, não adianta tropejar ou agir de forma pior, como tenho escutado nos noticiários e lido nos jornais.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Peço a V. Ex^a a transcrição na íntegra da nossa análise técnica a respeito do remanejamento das emendas para casos de calamidades.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O art. 41, inciso III, da Lei 4.320 define os créditos extraordinários como “os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública”. A Constituição Federal, no §3º do Artigo 167, afirma o mesmo e aponta a medida provisória como instrumento para solicitar o crédito.

As ações voltadas para amenizar ou mesmo reverter as conseqüências sociais de problemas climáticos se enquadram no conceito de urgência e imprevisibilidade. Via de regra, as ações voltadas para combater as conseqüências sociais de problemas climáticos, como as ações emergenciais de defesa civil executadas pelo Ministério da Integração Nacional, enquadram-se nesses conceitos.

O caso em questão relaciona-se aos prejuízos causados em Santa Catarina devido a intempéries

climáticas e às formas possíveis de financiar as ações destinadas à assistência por parte do governo federal.

A rigor, os únicos recursos orçamentários que não podem ser transferidos ou remanejados são aqueles destinados ao financiamento de despesas obrigatórias e os recursos vinculados ao financiamento de determinadas despesas, por força constitucional ou legal. Tendo em vista a meta legalmente determinada para o superávit primário, quaisquer gastos de natureza primária (gastos não financeiros) afetam a meta do superávit e exigem o cancelamento de outras despesas, para manter o equilíbrio.

Assim, despesas imprevisíveis (o mesmo se dá com despesas novas ou com a suplementação de recursos para despesas já autorizadas) podem ser financiadas desde que mediante o **cancelamento de outras despesas** autorizadas no orçamento. Destaque-se que, nesse caso, a questão transcende a existência ou não de recursos, haja vista que as normas vigentes exigem que o Orçamento contemple uma Reserva de Contingência, que são recursos sem destinação específica justamente para possibilitar fazer frente às despesas imprevisíveis.

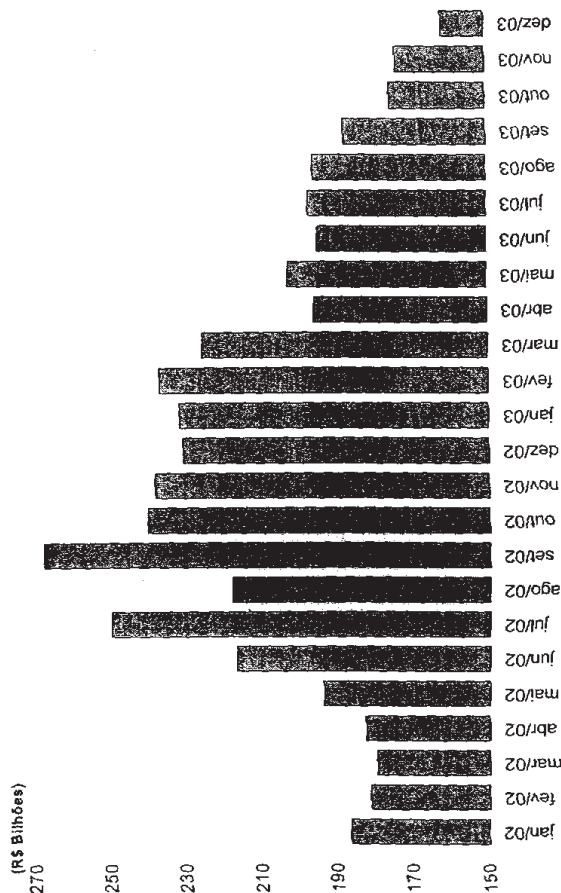
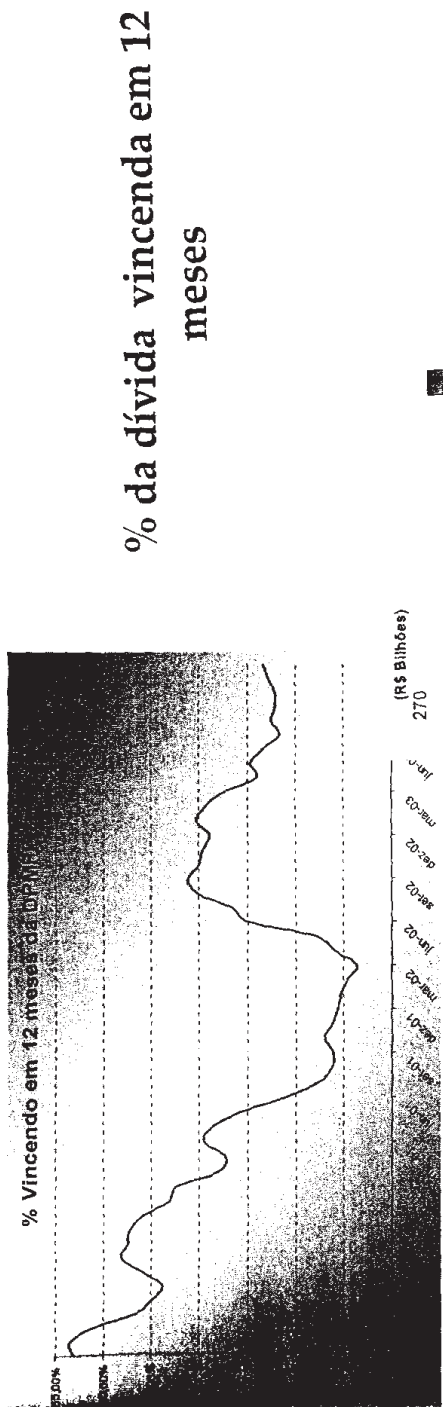
Em resumo, desde a determinação legal de metas para o superávit primário **o Poder Executivo está obrigado a cancelar despesas orçamentárias, já autorizadas, na mesma magnitude dos gastos novos** que ocorrerem durante o exercício. A exceção existe quando o governo lança mão de recursos antecipadamente destinados a cobrir despesas adicionais (não previstas no orçamento) e que foram computados antecipadamente no cálculo do superávit primário.

Essa é a principal razão de as emendas de parlamentares de Santa Catarina terem sido invocadas como meio de financiar as despesas que resultaram da ação do furacão. Desse ponto de vista, **quaisquer emendas poderiam ser canceladas** e os recursos liberados destinados, mediante a edição de medida provisória, à cobertura de despesas imprevisíveis e urgentes. No que tange à Bancada de Santa Catarina é factível admitir que uma ação conjunta visando à seleção de emendas que poderiam ser canceladas, ainda que parcialmente, e gestões junto ao Poder Executivo viabilizariam um crédito extraordinário, mediante a edição de Medida Provisória, que atendessem às necessidades do Estado. – **Maria Alice Dechichi**, Assessora da LIDPT/SF.

Ministério da Fazenda

Implicações da nova Política Fiscal

para a Dívida Pública



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos, PSDB – TO) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a será atendida na forma do disposto no Regimento Interno.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Valmir Amaral, do PMDB do Distrito Federal, que dispõe de até vinte minutos.

Em seguida, falará o nobre Senador Mão Santa.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, mais uma vez, para demonstrar a minha indisfarçável preocupação em relação aos rumos da economia do nosso País.

As manchetes dos jornais, nestes últimos dias, têm apresentado indicadores assombrosos, perspectivas sombrias e cenas como as de imensas filas de desempregados. Será que caminharemos para mais uma década perdida?

Meus caros colegas, o povo brasileiro não agüenta mais ver a sua renda diminuir ano após ano, enquanto os bancos registram rendimentos recordes. O Governo precisa, de uma vez por todas, dar uma guinada na direção de sua política econômica, no sentido de gerar emprego e renda.

Os números são amargos e definidores. Conforme dados recentes divulgados pelo IBGE, o índice de desempregados continua a crescer, chegando à casa dos 12% nas 6 maiores regiões metropolitanas do País.

Em comparação a fevereiro de 2003, a renda média do nosso trabalhador amargou uma queda de 5,7%, cerca de 20% abaixo do seu nível, em 1998, em termos reais.

O único indicador que o Banco Central e a equipe econômica parecem enxergar é o das metas de inflação. Não interessa se os salários estão corroídos, se os impostos e as tarifas públicas são onerosos, se não há política industrial efetiva nem estímulo à produção e geração de empregos.

Sabe-se que não há incompatibilidade entre crescimento e estabilidade monetária. Entretanto, o que somente importa é controlar a inflação, uma miopia que só vislumbra a fria leitura de balancetes. E, para tanto, utiliza-se o voraz e arrasador artifício de elevar a taxa de juros, estrangulando nossa capacidade de produção e de crescimento econômico.

Para efeito de comparação, seria como tentar curar uma embolia pulmonar com afogamento, ou controlar uma hemorragia na perna com sua amputação. Para alegria dos nossos monetaristas, continuamos a liderar a lista dos países com as maiores taxas de juros do mundo, com 9,2% de índice real!

Reafirmo aqui as considerações contidas na nota divulgada pelo meu Partido, conclamando o Governo

a sair dessa linha monetarista e ousar, dar um novo rumo às suas diretrizes de política econômica.

Nosso compromisso fundamental, antes de integrarmos a base aliada, sempre foi e sempre será com o País, seu crescimento econômico e o bem-estar social. E cabe a um governo democraticamente eleito ouvir os anseios do seu povo, que acreditou na vitória da esperança sobre o medo.

Rogo desta tribuna que estabeleçamos um novo pacto para o progresso da economia nacional. Chega de juros altos, metas inalcançáveis e falta de sensibilidade! Para o trabalhador brasileiro, dados como o valor de face dos títulos da dívida pública ou a queda do Risco País soam estranhos e irrealistas. O que ele quer é um emprego seguro, é poder sustentar sua família de forma digna e soberana.

Nosso povo não suporta mais a lógica sufocante do Fundo Monetário Internacional e suas humilhantes condições, que só têm levado a uma terrível situação de fragilidade a choques externos, baixo crédito para a produção e taxas de desemprego recordes. Está absolutamente claro que todos os brasileiros querem é a retomada do crescimento e da geração de empregos.

Nesse sentido, finalizo o meu pronunciamento dizendo:

Basta de insensibilidade! Precisamos retomar o crescimento imediatamente.

Concedo um aparte ao meu nobre amigo, pelo seu Estado do Piauí, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valmir Amaral, V. Ex^a representa aqui duas grandezas: a do meu Partido, o PMDB, e a da classe empresarial. A vida de sua família e de seu pai, que V. Ex^a continua tão bem, faz com que V. Ex^a seja um líder dos empresários de Brasília e do Brasil. Tenho um entendimento diferente do deste Governo. Aprendi com Montesquieu, ao definir os três Poderes, e creio que não deve ser assim. Devem ser entendidos como instrumentos. O Poder Legislativo é o instrumento para criar as leis; o Poder Judiciário, para guardar as leis – é o guardião das leis; e o Poder Executivo, para realizar as obras, como Juscelino Kubitschek simbolizou. Mas entendo que poder mesmo tem quem paga impostos. Os empresários, que V. Ex^a representa, são heróis anônimos. O que falta é a oportunidade histórica que lhes estão negando. Outro dia, Senador Alberto Silva, encontrei um empresário do Piauí, ex-Secretário de Indústria e Comércio, ex-Diretor da Federação da Indústria, que me disse: “Senador Mão Santa, como a vida fora está difícil!”. Ao dizer “fora”, ele quis dizer fora do Governo. Está difícil. Hoje temos a maior carga tributária, as taxas de juros mais altas do mundo, o *spread* mais alto do mundo. Portanto, está muito difícil a vida

lá fora. Sintetizando, Senador Valmir Amaral, hoje os brasileiros e as brasileiras, de 12 meses trabalhados, estão pagando ao Governo o referente a 5 meses, e o Governo não oferece, como nos outros países organizados, um serviço de educação satisfatório, um serviço de saúde eficiente – e já vou falar sobre esse tema –, e a segurança está a desejar. Então, V. Ex^a tem os aplausos do nosso Partido e do povo brasileiro, denunciando, vamos dizer, a maneira como o Governo Federal não está sabendo respeitar e estimular o empresariado brasileiro.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Meu caro amigo, Senador Mão Santa, V. Ex^a veio abrilhantar meu discurso. Fico muito emocionado e muito feliz com o aparte de V. Ex^a.

Realmente, minha família aqui em Brasília é de empresários que geram hoje em torno de quatro mil empregos e está sofrendo na pele essa economia do Brasil. Minha esposa, que trabalha de domingo a domingo numa concessionária Fiat, no aeroporto, quando chega ao final do mês, diz: – Valmir, trabalhamos, trabalhamos, mas não conseguimos obter 1% de lucro líquido. Um por cento de lucro líquido! Há quase 24 meses, a concessionária não consegue atingir 1% de lucro líquido, enquanto as taxas de juros estão ultrapassando 2%, 3%. Os banqueiros não fazem nada, apenas deixam o seu dinheiro parado, gerando juros.

Então, o País precisa mudar, pois está no caminho errado. Isso não pode continuar; caso contrário, em pouco tempo, não haverá mais empresários. Serão todos capitalistas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí. V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirijo-me aos brasileiros e brasileiras que assistem a esta sessão de 22 de abril, àqueles que assistem por meio do Sistema de Comunicação eficiente do Senado, que nos ouvem da sua rádio Am/Fm, da sua televisão, e àqueles que depois tomam conhecimento pelo Jornal do Senado.

Senadora Ideli Salvatti, agradecemos por estar aqui presente, porque, desta vez, poderemos fazer o debate qualificado, para o qual sempre nos convida o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

Senador Valmir Amaral, quis Deus que V. Ex^a estivesse presente, porque fui procurado por professores e

estudantes da UnB, a nossa Universidade de Brasília, sonhada pelo Senador Darcy Ribeiro, que relevantes serviços tem prestado a este País.

Carlos Lacerda, da velha UDN, o Brigadeiro Eduardo Gomes e V. Ex^a sempre defenderam as liberdades deste País, Senador Alberto Silva. Carlos Lacerda disse neste Congresso: “Se quisermos saber como vai um país, devemos observar como estão suas universidades”.

Entendo que é na universidade que se planta o saber. Lembro aqui um homem com uma inteligência como a de V. Ex^a, Senador Alberto Silva, Albert Einstein, cujo nome é parecido com o de V. Ex^a, Alberto Silva, Senador pelo nosso Piauí, que dizia que a universidade é o instrumento encontrado pela sociedade para pinçar todos os conhecimentos da história do mundo e oferecê-los à nossa mocidade. Era assim que Albert Einstein via, é assim que o mundo vê a universidade.

Senador Alberto Silva, conheci Heidelberg, a mais velha universidade da Europa. O mundo sofreu duas guerras mundiais. A Alemanha foi derrotada, mas, por ser uma universidade, Heidelberg não foi destruída, Senador Valmir, pois nela se planta o saber, a pesquisa, os conhecimentos.

Aqui esperamos pacientemente para falar nesta sessão lembrando que, no Livro de Deus, “os últimos serão os primeiros”, porque fomos procurados pela mocidade estudiosa de Brasília e do Brasil e pelos professores, que nos informaram sobre o funcionamento do Hospital Universitário de Brasília, o HUB.

Senador Alberto Silva, V. Ex^a, já em 1948, demonstrava à nossa Parnaíba, ao Piauí, ao Brasil a sua competência administrativa. Governou o Estado e instituições nacionais como a EBTU, Pólo Nordeste e as estradas de ferro Central do Brasil. Sei que aqui há os representantes de Brasília, o Senador Valmir Amaral, o professor Cristovam Buarque e o Senador Paulo Octávio, mas talvez os estudantes tenham me procurado porque sou médico, por ser atraído pelos problemas de saúde. Entendo que a ciência médica, Senador Alberto Silva, é a mais humana das ciências, e o médico, o grande benfeitor da humanidade. V. Ex^a, Senador Alberto Silva, tem dito: “Sou um engenheiro político”. Talvez eu possa dizer que sou como Juscelino Kubitschek, que era um cirurgião político.

Gostaria que o núcleo duro amolecasse com o encéfalo da inteligência. **O Correio Braziliense**, edição de 18 de abril, falando sobre saúde, traz a seguinte manchete: “Dívida chega a R\$ 7 milhões. Com parte dos débitos sem pagamento desde agosto de 2003, Diretoria do HUB vai parar atendimento sempre que estoques chegarem ao fim. Secretaria de Saúde pode comprar exames para tentar aliviar crise”.

Quis Deus que, há pouco, um empresário relatasse as súplicas do mundo empresarial. O Senador Valmir Amaral falou das dificuldades do empresário brasileiro.

Senador Alberto Silva, a dívida chega a R\$7 milhões. Então, o empresário, que paga a taxa de juros mais alta do mundo, que paga a carga tributária mais alta do mundo, que, de 12 meses de trabalho, paga 5 para o Governo Federal, não pode agüentar uma dívida dessas. É evidente, Senador Valmir Amaral, que não se trata de dever a um fornecedor do hospital, mas a dezenas.

O Senador Alberto Silva, como eu, foi Governador de Estado. Pertencemos ao PMDB, Presidente Lula, a luz do Governo de Sua Excelência! Não quero falar das trevas, das misérias, quero acender a luz e, para tanto, devo chamar a atenção do Presidente da República, do Ministro da Saúde para negociarem essa dívida, porque, por mais altruístas que sejam os médicos, paramédicos, enfermeiros e enfermeiras, sempre haverá dificuldades para fazer funcionar um hospital que não dispõe de material.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB DF) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB PI) – Senador Valmir Amaral, peço alguns instantes e ouvirei V. Ex^a.

Conheço a dificuldade do médico, do enfermeiro para cumprir o seu dever em um hospital sem medicamentos. Além de atender à população, o hospital público é a casa de aprendizado de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, profissionais de saúde, que fazem seus estágios no hospital.

Mas devo dizer que, além da dívida de R\$7 milhões, há um déficit mensal de R\$200 mil.

Senhor Presidente da República, essas são as dificuldades vividas pelo HUB, um hospital de Brasília, a cidade da fantasia, tida como a Capital de melhor qualidade de vida, de maior renda **per capita**, da imprensa presente, da crítica constante, do Senado, da Câmara, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Estão ameaçando parar imediatamente. Então, Presidente Lula, como estarão os outros hospitais universitários do Brasil?

Senadora Ideli Salvatti, aqui implorrei, durante meses e meses, por sessentinha. Adverti o Governador sobre o problema do Hospital Universitário do Piauí. Não quis o núcleo duro e surdo, insensível e burro ouvir a sugestão. Agora tem que ouvi-la, porque o Hospital Universitário de Brasília está ameaçado de parar. São sete milhões de reais em dívidas. Sei como resolver isso! Fui Prefeitinho, não tão competente como o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – O que é isso?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas governei o Piauí e lá, Senador Valmir Amaral, acontece o contrário. O Senador Alberto Silva é testemunha disto. A Universidade usufrui os hospitais do Estado, e nós,

piauienses, resolvemos os problemas. Veja o Hospital Getúlio Vargas, cujo ambulatório o Senador Alberto Silva ampliou e modernizou e cujo pronto-socorro ampliei. Embora o Governo do PT tenha desejado fechar a Maternidade Evangelina Rosa, não o fez porque o Senador Alberto Silva alegou que era uma obra criada por S. Ex^a e que recebeu o nome de sua santa mãe, Evangelina. O Hospital Aurelino de Abreu, de doenças infecciosas, foi criado também pelo ex-Governador e atual Senador Alberto Silva.

Sempre negociamos. Garantimos a Universidade Federal. Presidente Lula, havia lá essas dívidas e dificuldades, e nós, Governadores do Piauí, sempre soubemos resolvê-las. Agora vou dizer-lhe como se resolve isso, Presidente Lula. Vim para cá para ser luz, não para ser base. Como posso ser base? Onde está o debate qualificado? Pedi há pouco para participar de um debate. Negaram-me. Onde está o Senador Aloizio Mercadante, qualificado? Esse que é o debate.

E eu vou ensinar como se revolve isso. É simples! Presidente Lula, em quem votei e a quem admiro, olhe para cá e veja um homem do Piauí. Senador Alberto Silva, vamos juntar a ousadia dos mais novos com a experiência dos mais velhos. Vossa Excelência, Sr. Presidente, atraído não sei por que, inspirado não sei por quem, acaba de adquirir um avião desnecessário, de que não precisa. Senador Valmir Amaral, sabe V. Ex^a que Juscelino Kubitschek veio 204 vezes a Brasília, à noite, saindo do Rio de Janeiro, Senador Eduardo Siqueira Campos, naquele avião, porque aquele trabalhava. Lula é feliz, não precisa ir buscar os exemplos em outros países, como Cuba, Venezuela. Não precisa. O exemplo está aqui: Juscelino Kubitschek veio 204 vezes, repito, à noite, naquele avião Douglas. De noite e de madrugada, estava acompanhando essas obras, arriscando a vida.

Presidente Lula, Vossa Excelência não precisa deste avião, devolva-o e, com quase 200 milhões, paga a dívida do HUB. O povo de Brasília, os doentes, os pequenos, os humildes, os necessitados, os médicos, os enfermeiros, os estudantes de medicina, de enfermagem, de psicologia, de fisioterapia, estaremos agradecidos. Vossa Excelência paga os sete milhões e me dá os sessenta, por mês, para eu fazer funcionar o do Piauí.

Quero lhe ensinar, Senhor Presidente da República, que esse hospital possui, Senador Valmir, 62 leitos de clínica médica; 55, de clínica cirúrgica; 6, de UTI; pronto atendimento, 21; pediatria, 26 e pediatria cirúrgica 25. São 86 consultórios, para atender diariamente os mais necessitados; 6 salas de cirurgia; 3 salas de cirurgia ambulatorial; mais quimioterapia; mais exames de tomografia, radiografia, ecografias, biópsia, entre outros. Isso pode ser. O Presidente tem de chamar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Mão Santa, apenas para comunicar a V. Ex^a que dois Srs. Senadores já demonstram o intuito de apartear-lo. Como V. Ex^a somente dispõe

de três minutos, encerraremos a sessão assim que V. Ex^a finalizar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu concederei o aparte aos dois Srs. Senadores.

Serei breve, pois quero lhes dizer que o Secretário de Saúde do Distrito Federal, o Sr. Arnaldo Bernardino Alves, explica que vários médicos pagos pelo GDF são transferidos para o hospital universitário. Essa é uma estrutura federal mesmo. Ela não é do Estado. Ela é federal; pertence à Universidade de Brasília.

No Brasil, há 150 hospitais de ensino, responsáveis por 9% dos leitos e 12% das internações. Então, o dinheiro do avião seria negociado com a superveniência – não seria a câmara de gestão – ,a presença do Ministro da Saúde, da Educação, porque aqui são hospitais universitários. Esse dinheiro do avião, Presidente Lula, beneficiaria a área de saúde e recuperaria todos os hospitais universitários, atenderia inclusive ao mais urgente: o pagamento da dívida de R\$7 milhões do Hospital Universitário de Brasília.

Senadores Alberto Silva e Valmir Amaral, há um projeto de lei da Senadora Heloísa Helena, que estebece no art. 35-A:

Art. 35-A É vedada a fixação do teto financeiro para os pagamentos, aos hospitais de rede pública e aos hospitais de ensino, por atendimentos ou procedimentos efetuados no âmbito do SUS”.

A Senadora Heloísa Helena tem um projeto de lei que poderia resolver isso. Então, o Senado, em vez de discutir e votar essas MPs tresloucadas, apressadas, que, na realidade, não têm nada de urgente, tem que elaborar e aprovar leis justas e boas como essa de Heloísa Helena.

Ouçõ o nobre Senador Alberto Silva e, em seguida, o Senador Valmir Amaral.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Mão Santa, agradeço-lhe pelas suas generosas palavras. V. Ex^a citou o gênio Albert Einstein, que dizia que é das universidades que se recolhem o saber e o desenvolvimento de uma nação. V. Ex^a e eu fomos Governadores do Piauí. Eu levei a Universidade Federal para lá, com todo aquele aparato que ela tem. Ela é uma das melhores universidades do Nordeste. Eu criei e V. Ex^a ampliou de maneira extraordinária a Universidade Estadual, criando setenta cursos diferentes. Exatamente por essa razão, V. Ex^a é credor de toda a população do Piauí e principalmente dos jovens do Piauí que tiveram oportunidade de estudar lá. Criou os meios de a universidade sobreviver, e lá nunca houve paralisação. Também ajudávamos a Universidade Federal no Piauí. A Universidade Estadual trouxe um desenvolvimento extraordinário para o Piauí, pelo que felicito V. Ex^a. Há que se encontrar uma maneira de resolver a questão. O projeto da Senadora Heloísa Helena talvez seja a solução imediata que esta Casa pode dar. Quanto ao avião, é um problema que depende apenas do Governo. Parabéns a V. Ex^a, porque o tema é este: universidade é fundamental para o desenvolvimento de um país.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe, Senador Alberto, pela contribuição, mas o avião é luxo. Veja o tempo que o Presidente vai utilizá-lo, é pouquíssimo. Vejam a utilidade desses hospitais universitários, principalmente do HUB. Depois de ouvir os professores, os estudantes e a população, afirmo o interesse do Secretário de Saúde do Distrito Federal, Dr. Arnaldo Bernardino Alves, que também é médico, e do atual Diretor do HUB, Dr. Cláudio de Freitas, em resolver o problema. São necessários recursos pelo menos para pagar essa dívida. Palavras não resolvem. É fundamental uma ação política do Presidente da República, juntamente com os Ministros da Saúde e da Educação.

Concedo um aparte ao Senador Valmir Amaral, do PMDB do Distrito Federal.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Meu caro amigo Senador Mão Santa, estimo V. Ex^a, que, além de representar tão bem o seu Estado do Piauí, defende Brasília neste momento. Cumprimento V. Ex^a por lutar por uma causa tão justa. Realmente o Hospital Universitário de Brasília está necessitando desses recursos, haja vista estar paralisado por falta de verbas. Parabéns, meu amigo Senador Mão Santa, por lutar por Brasília. Tenha certeza de que muitos piauienses que residem em Brasília utilizarão o HUB.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação deste Senador de Brasília, empresário brilhante, que traduz a modernidade do PMDB, que não quer cargos, mas ações eficientes do PT pelo País.

Com a minha participação, represento todos os piauienses. Esta cidade foi criada pela inspiração de um mineiro, Juscelino Kubitschek, um médico, cirurgião como nós, que arrastou milhares e milhares de mineiros; mas a segunda colônia de brasileiros que ajudou a construir Brasília foi a dos piauienses. Residimos aqui mais de 250 mil piauienses que viemos construir esta cidade. Representando todos os piauienses, estamos aqui para defender uma das instituições mais sérias desta cidade que, sem dúvida nenhuma, é o Hospital Universitário de Brasília. Que Deus inspire o Presidente da República para encontrar uma solução satisfatória que traga viabilidade para o Hospital Universitário de Brasília!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 463, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao pesquisador químico Marco Aurélio de Paoli e à equipe da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pela obtenção de patente da nova tecnologia para o fabrico de fibra plástica a partir da fibra da planta amazônica curauá (bromélia).

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao químico Marco Aurélio e à equipe da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pela obtenção de patente de pesquisa para fabrico de fibra plástica, obtido em projeto desenvolvido nessa Universidade. A nova tecnologia utiliza fibras da planta amazônica Curauá (bromélia), em substituição ao vidro para a produção de chapas plásticas para todos os fins. Além das vantagens econômicas, a tecnologia oferece vantagens ecológicas.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do trabalho de pesquisa realizado na UNICAMP, onde uma equipe coordenada pelo químico Marco Aurélio de Paoli, desenvolveu uma nova tecnologia que usa fibras da planta amazônica Carauá, destinadas à produção de chapas plásticas para todos os fins, inclusive para veículos. Destaque-se que a utilização desse invento em larga escala agregará valor econômico a um produto agrícola, com benefícios para o fortalecimento da própria economia de algumas comunidades da Amazônia. A vitória alcançada com a obtenção da patente e, também, significativa como mais um elemento símbolo na luta contra a biopirataria.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2004

Requer Voto de Aplauso à Embrapa e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo trabalho de pesquisa executado pelas duas entidades para o seqüenciamento do genoma do Café Arábica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pela obtenção do seqüenciamento do Café Arábica (**Coffea Arábica**) que é a espécie predominante no Brasil.

A pesquisa, concluída com êxito, permitirá avanços na cafeicultura, com a melhoria da qualidade e da produtividade.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento das duas entidades e, por seu intermédio, aos pesquisadores que integraram o grupo de trabalho que resultou na obtenção do seqüenciamento do genoma do café.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do trabalho de pesquisa realizado pelas entidades mencionadas, responsáveis pelo projeto, tendo em vista, inclusive, a importância da cafei-

cultura como um dos principais pontos da agricultura brasileira.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa encaminhará os votos de aplauso solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 465, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que, através do Sr. Jorge Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, encaminhe esclarecimentos sobre as seguintes informações:

1. Qual a razão do não cumprimento pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial, Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito de pequenos empresários, e outras micro instituições da obrigatoriedade da manutenção de linha de crédito destinada à população de baixa renda e a microempreendedores, conforme determina a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003?

2. Pelas contas do governo, cerca de R\$3,6 bilhões devem ser destinados a este tipo de empréstimo até agosto, quando o programa completa um ano. O último levantamento do governo, conforme matéria veiculada no programa Fantástico da Globo, foi em dezembro do ano passado, quando tinham sido emprestados R\$114 milhões em 253 mil operações. A mesma matéria informa que até agosto, os bancos devem emprestar os outros R\$3,5 bilhões que estão faltando. Se isso não acontecer, serão punidos. É verdadeira essa informação? Em caso afirmativo, por que a maioria dos bancos não conhece as regras da modalidade de empréstimo?

3. A citada matéria jornalística acompanha a peregrinação de um morador do Rio de Janeiro que durante três horas tentou conseguir um empréstimo de R\$ 600: não conseguiu nada. Só queria ver cumprida a lei que assegura o microempréstimo. O secretário executivo do Grupo Interministerial de Microcrédito afirma que “no final de 12 meses, o Banco Central faz um cálculo de

qual foi à média mensal. Esta diferença é retida no Banco Central para compensar o período que ele não aplicou. Sem nenhuma remuneração. Esta é a penalidade”. A penalidade prevista está sendo aplicada? O Conselho Monetário Nacional – CMN, já regulamentou o disposto na Lei nº 10.735, conforme dispõe o art. 2º? O que está sendo feito para popularizar, efetivamente, e desburocratizar a linha de crédito?

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2004. –
Serys Slhessarenko, Senadora da República.

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma

do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, levando em conta a repercussão do artigo publicado pelo jurista Dalmo de Abreu Dallari, e que parte do mesmo foi veiculado pelo jornal **Correio Braziliense**, sobre a perversa tentativa de cassação dos mandatos efetivos do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete, requeiro, nos termos do art. 210 inciso I, do Regimento Interno do Senado, a transcrição, na íntegra, nos Anais do Senado Federal, da referida matéria.

.....
**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Em nome de justiça

Dalmo de Abreu Dallari (uma versão resumida foi publicado hoje no jornal **Correio Braziliense**)

Uma das formas mais graves de afronta à Justiça, como valor fundamental da humanidade, é a utilização desonesta dos meios institucionais implantados para a promoção da Justiça, utilizando-os para a obtenção de proveitos e a satisfação de interesses essencialmente injustos. Quando isso ocorre e se torna patente, sem uma reação firme e eficaz daqueles que podem impedir essa degradação, a própria idéia de Justiça se corrompe, porque se confunde com simulação, e os órgãos que se pressupõe serem guardiões da Justiça se desmoralizam, porque já ninguém acredita em sua autenticidade.

Um fato muito grave está ocorrendo hoje no Brasil, tornando oportunas essas considerações, já tendo havido alertas pela imprensa, que não podem ser ignorados por quem se preocupa, verdadeiramente, com a preservação das conquistas democráticas e com a observância dos padrões éticos na convivência humana. Trata-se de um processo judicial que, para quem não esteja alerta e não conheça mais do assunto, pode dar a impressão de ter sido proposto com a nobre intenção de resguardar a moralidade pública, cassando direitos obtidos mediante corrupção. Além disso, é possível que alguém pense que se trata de um caso isolado, envolvendo apenas o interesse de duas pessoas e afetando situações de pormenor, num canto isolado do Brasil. Por isso é preciso multiplicar o alerta, pois, na realidade, muitas questões de extrema relevância, de interesse de todos os brasileiros, estão envolvidas nessa disputa judicial. O caso em questão tem como ponto central o Estado do Amapá, mas vai muito além de uma disputa local, envolvendo problemas fundamentais de direito, de democracia e de moralidade pública.

Está tramitando no Tribunal Superior Eleitoral um processo que tem por objetivo a cassação dos mandatos de dois parlamentares eleitos pelo Estado do Amapá, o Senador João Capiberibe e a Deputada federal Janete Capiberibe, sua mulher. Para quem ainda não os conhece ou não ouviu falar deles posso dar o testemunho de que são duas figuras públicas do mais alto nível, por sua integridade, por seu espírito público, por seu respeito pelas instituições, assim como por seu compromisso com os valores fundamentais da pessoa humana. Disso tudo tive comprovação quando, em mais de uma oportunidade, estive no Amapá, atraído especialmente pelas informações sobre o trabalho competente que ambos vinham realizando, ele como Governador do Estado e ela como Deputada, no sentido da implantação de um processo de desenvolvimento sustentável, que incluía, entre outros pontos positivos, a integração social e econômica dos índios.

Tudo isso foi acompanhado de uma ação muito firme do Governador João Capiberibe contra as ações das oligarquias tradicionais que, sem nenhuma consideração pela legalidade e pelo interesse público, usavam dos recursos públicos e do patrimônio natural do Amapá como coisa de sua propriedade. Com grande coragem o Governador Capiberibe denunciou e enfrentou a corrupção, que, como seria inevitável, já havia contaminado alguns setores públicos mais relevantes. Esse trabalho, altamente meritório em termos de valorização da pessoa humana e resguardo dos interesses do Amapá e de todo o povo brasileiro, teve o reconhecimento do povo, do que resultou a reeleição do Governador e, posteriormente, sua eleição para o Senado, assim como a

eleição e reeleição da Deputada Janete Capiberibe.

Derrotada nas urnas, inconformada pela perda dos privilégios e da impunidade para suas práticas ilegais, a oligarquia amapaense vem tentando cassar, com as mãos do Judiciário, os mandatos conferidos pelo povo dentro da mais estrita legalidade e com plena liberdade. Alega-se que a eleição foi viciada por ter havido a compra de votos e, sem nenhuma comprovação do fato em si mesmo e, menos ainda, do envolvimento pessoal dos dois parlamentares em práticas dessa natureza, pretende-se a cassação de seus mandatos. Antes de tudo, existe um pressuposto legal de regularidade das eleições, que só pode ser afastado se houver prova clara e indiscutível da prática de atos que afrontem princípios e normas constitucionais e legais, prejudicando direitos e comprometendo a legitimidade do resultado proclamado.

As eleições constituem um dos pontos fundamentais do sistema democrático representativo e não se pode declarar levemente sua nulidade, sob pena de abalar seriamente a estabilidade institucional. Se os candidatos foram declarados eleitos, pelos órgãos competentes da Justiça Eleitoral, se foram diplomados, tomaram posse e estão no exercício do mandato, a cassação, com base em vício das eleições, irá desencadear uma série de conseqüências jurídicas e políticas extremamente graves, a começar pelo questionamento da validade das votações de que os cassados tiverem participado em suas respectivas Casas legislativas. A par disso, haverá inevitável efeito desmoralizador, lançando descrédito sobre o sistema eleitoral e a Justiça Eleitoral responsável pelo controle permanente de sua regularidade, desde o início do processo eleitoral e em todas as suas fases. Evidentemente, os eleitores que tiverem participado daquelas eleições manifestando regularmente sua vontade, mas todo o corpo eleitoral, em última análise, terão a sensação de que a prática da cidadania por meio do processo eleitoral pode ser apenas uma farsa, de que será melhor não participar.

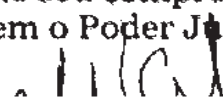
No caso em questão, agora pendente de decisão do Superior Tribunal Eleitoral, já houve rejeição da denúncia, em termos altamente expressivos, pelo Judiciário do Estado do Amapá, valendo a pena conhecer a conclusão do voto do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado, por ser uma demonstração muito eloqüente de que o Judiciário pode ser confiável, apesar de alguns desvios graves, e de que o Brasil tem juizes que são ciosos de sua independência e conscientes de sua responsabilidade, decidindo com imparcialidade mesmo nas circunstâncias mais difíceis. Proferindo o voto que resultou na rejeição da denúncia contra o casal Capiberibe, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá assim se expressou:

“Pronuncio-me pela fragilidade da prova produzida nestes autos com muita tranqüilidade, com a consciência de um Juiz. E faço este registro muito à vontade, porque integro o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o órgão mais perseguido nos últimos quatro anos do governo do Sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe. Poderia, neste momento, tirar proveito da minha posição para decidir de forma contrária. Mas se assim o fizesse não seria digno do cargo que exerço, não estaria sendo um autêntico Juiz. Estou votando com minha consciência tranqüila, porque estou demonstrando ao Sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe que na Justiça do Amapá há Juízes”.

O reconhecimento da inexistência de provas da prática de ilegalidade pelos denunciados levou o Tribunal Regional Eleitoral a recusar as acusações e confirmar os mandatos de ambos. Entre outros fundamentos foi ressaltado que mesmo a eventual prática de ilegalidades por algum eleitor ou adepto dos acusados não serviria de base para a cassação dos mandatos, desde que tais ilegalidades não tenham tido influência nos resultados e sendo certo que os acusados não participaram das práticas ilegais, não sendo justo nem legal puni-los por atos de terceiros.

Dessa decisão do Tribunal do Amapá houve recurso e o processo está sendo julgado agora pelo Superior Tribunal Eleitoral. Evidentemente, os membros daquele Tribunal são livres na apreciação das provas, mas é absolutamente necessário que sejam alertados, para que não se deixem levar por uma eventual aparência de prova, o que poderá ocorrer pelo excesso de trabalho ou pela manipulação hábil dos fatos por parte dos acusadores. É indispensável que os julgadores da instância superior decidam com a independência e imparcialidade demonstradas pelo Presidente do Tribunal Regional do Amapá.

O Judiciário brasileiro tem sido questionado gravemente nos últimos tempos, fazendo-se acusações com base em desvios muito graves, que devem merecer o mais absoluto repúdio. Mas assim como é injusta a generalização, não se podendo tomar por base pessoas e fatos isolados para estigmatizar toda a instituição, cuja autoridade deve ser preservada em benefício do Direito e da Justiça, seria também profundamente injusto decidir com excessivo rigor, punindo sem prova para demonstrar zelo e independência, num caso concreto, como é o do casal Capiberibe. Esse é um caso exemplar e que deve merecer especial cuidado, pois além do risco de praticar uma grave injustiça “em nome da Justiça”, haverá também o risco do encorajamento dos aventureiros audaciosos, que serão estimulados a usar o Judiciário e a aparência de zelo pela legalidade para punir e afastar os que contrariam seus interesses. Independência, imparcialidade e fidelidade ao seu compromisso inerente com a Justiça: são essas as normas que protegem o Poder Judiciário e lhe dão autoridade.



SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.
PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presi-
dência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.
PSDB – TO) – Está encerrada a sessão.
*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 34
minutos.)*

Ata da 42ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de Abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 47, de 2004 (nº 169/2004, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 154, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004.

– Nº 48, de 2004 (nº 172/2004, na origem), de 14 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2004, que altera a Lei nº 10.1088, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 150, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.859, de 14 de abril de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – As Mensagens de nºs 47 e 48, de 2004, serão anexadas aos processados dos Projetos de Lei de Conversão nºs 16 e 12, de 2004, que retornarão à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 93/2004, de 16 do corrente, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 38, de 2004, do Senador Geraldo Mesquita Júnior;

– Nº 94/2004, de 16 do corrente, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.196, de 2003, do Senador José Jorge;

– Nº 95/2004, de 16 do corrente, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.737, de 2003, do Senador José Agripino;

– Nº 97/2004, de 16 do corrente, da Ministra de Minas e Energia, solicitando a dilatação do prazo, por mais trinta dias, para a resposta ao Requerimento nº 1.169, de 2003, do Senador Almeida Lima;

– Nº 111/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 81, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 114/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao item 2 do Requerimento nº 95, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, e esclarecendo que quanto aos itens 1 e 3 as informações não foram enviadas por estarem amparadas pelo sigilo fiscal;

– Nº 115/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 107, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 1.091/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 40, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy; e

– Nº 1.093/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.739, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – As informações e a solicitação foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos nºs 1.169, de 2003, e 40, de 2004, ficarão na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Integração Nacional, que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

– Nº 465/2004, de 16 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.738, de 2003, do Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de decreto legislativo recebidos da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2004

(Nº 80/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas

de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis – SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza – CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília -DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu – PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá – PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 2 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó – PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida – MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará – PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão – MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAIB, na cidade de Niterói -RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos – SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 1.563 EM

Brasília, 16 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelências, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53720.000446/2002, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.785, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000446/2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, com sede na Travessa Tiradentes s/nº, Centro, na cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização rege-se pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 00º46'48"S e longitude em 47º10'44"W, utilizando a frequência de 105,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 536/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53720000446/02, de 13-6-02.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, localidade de São João de Pirabas, Estado do Pará.

I – Introdução

1. A Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, inscrita no CNPJ sob o número 04.999.377/0001-57, no Estado do Pará, com sede na Av. Tiradentes s/nº – Centro, cidade de São João de Pirabas, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 5 de junho de 2002, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 24 de maio de 2002, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho do 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes
 - manifestações de apoio da comunidade;
 - plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
 - informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 2 a 109, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

- informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com

centro localizado na Av. São Pedro s/nº – centro, na cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará, de coordenadas geográficas em 00º46'47,98”S de latitude e 47º10'43,87”W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 24-5-02, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 84, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I e II, da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, declaração do endereço da sede, apresentação do projeto técnico (fls. 87 a 109).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” — fls. 102, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 110 e 111.

É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **nome**

Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas;

– **quadro diretivo**

Presidente: Eduardo Fernandes Paiva

Vice-presidente: Raimundo Soares dos Santos

Secretário: Raimundo Celso Guimarães Costa

Tesoureiro: Luiz Bosco Sampaio

Diretor de Operações: Orlando João Marrom de Souza

Diretor de Comunicação: Francisco de Assis de Oliveira Pinto

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Av. São Pedro s/nº – Centro, cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará;

– **coordenadas geográficas**

00º46'48"S de latitude e 47º10'44"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" fls. 110 e 111, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 102 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53720.000446/02, de 13 de junho de 2002.

Brasília, 3 de outubro de 2002.

Relator da conclusão Jurídica

Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 13 de outubro de 2002.

Nilton Geraldo Lemes de Lemos, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2004**

(Nº 162/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à sociedade Rádio Fumacense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Grão Pará, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.569, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Sociedade Rádio Fumacense Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Grão Pará, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 770, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.479, de 2 de agosto de 2002 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Iporã – PR;

2 – Portaria nº 1.562, de 8 de agosto de 2002 – Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda., na cidade de Turvo – SC;

3 – Portaria nº 1.563, de 8 de agosto de 2002 – Rádio Tropical FM Ltda., na cidade de Treze Tílias – SC;

4 – Portaria nº 1.564, de 8 de agosto de 2002 – Sociedade Rádio Treze de Maio Ltda., na cidade de Treze de Maio – SC;

5 – Portaria nº 1.565, de 8 de agosto de 2002 – Rádio FM Fronteira Ltda., na cidade de Três Barras – SC;

6 – Portaria nº 1.566, de 8 de agosto de 2002 – Empresa de Radiodifusão Tijuca FM Ltda., na cidade de Tijuca – SC;

7 – Portaria nº 1.567, de 8 de agosto de 2002 – TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda., na cidade de Itaperuna – RJ;

8 – Portaria nº 1.568, de 8 de agosto de 2002 – Rádio Vale do Araçá Ltda., na cidade de Saudades – SC;

9 – Portaria nº 1.569, de 8 de agosto de 2002 – Sociedade Rádio Fumacense Ltda., na cidade de Grão Pará – SC;

10 – Portaria nº 1.570, de 8 de agosto de 2002 – Rádio Onda Jovem FM Ltda., na cidade de Forquilha – SC;

11 – Portaria nº 1.571, de 8 de agosto de 2002 – Portugal Telecomunicações Ltda., na cidade de Fatorial dos Guedes-SC;

12 – Portaria nº 1.572, de 8 de agosto de 2002 – Rádio Morada do Verde Ltda., na cidade de Cunha Porã – SC;

13 – Portaria nº 1.573, de 8 de agosto de 2002 – Rádio Hortência Ltda., na cidade de Corupá – SC;

14 – Portaria nº 1.574, de 8 de agosto de 2002 – Empresa de Radiodifusão Tijuca FM Ltda., na cidade de Bombinhas – SC;

15 – Portaria nº 1.575, de 8 de agosto de 2002 – Real Radiodifusão Ltda., na cidade de Rio das Ostras – RJ;

16 – Portaria nº 1.576, de 8 de agosto de 2002 – Real Radiodifusão Ltda., na cidade de Teresópolis – RJ;

17 – Portaria nº 1.577, de 8 de agosto de 2002 – Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda., na cidade de Urussanga – SC; e

18 – Portaria nº 1.578, de 8 de agosto de 2002 – Rádio FM Coronel Freitas Ltda., na cidade de Coronel Freitas – SC.

Brasília, 4 de setembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**

MC 1.152 EM

Brasília, 16 de agosto de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 101/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Grão Pará, Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Sociedade Rádio Fumacense Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1.569, DE 8 DE AGOSTO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000943/2000, Concorrência nº 101/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Sociedade Rádio Fumacense Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Grão Pará, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, n-os termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE " SOCIEDADE RADIO FUMACENSE LTDA "

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, os infra-firmados AUGUSTO CESAR CANCELLIER, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado à Rua Conego Dominoni, 334, centro, Morro da Fumaça - SC., portador da cédula de identidade nº 62/R-134.309, expedida pela SSP/SC., e CIC Nº 070.804.419-00, HAMILTON CEZAR CANCELLIER, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado à Rua Conego Dominoni, 208, centro, Morro da Fumaça - SC., portador da cédula de identidade nº 62/R-453.921, expedida pela SSP/SC., e CIC Nº 246.310.359-00, e JOSÉ ADELOR LESSA, brasileiro, casado, Jornalista, residente e domiciliado à Rua São José, 1130, centro, Criciúma-SC., portador da cédula de identidade nº 62/R-450.848, expedida pela SSP/SC., e CIC Nº 429.451.359-49, sócios componentes da firma " SOCIEDADE RADIO FUMACENSE LTDA.", sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede à Rua Vanteiro Margott, 468, centro, Morro da Fumaça-SC., devidamente registrada na JUCESC sob o nº 4220095752 em 01/06/87 e alterações contratuais sob os nºs 42200957524 em data de 30/08/88, 42200957524 em data de 24/10/90 e 42200957524 em data de 30/12/93, e inscrita no CGC MF sob o nº 80.079.023/0001-72, resolvem entre si e de comum acordo alterar o referido contrato social, conforme cláusulas e condições abaixo e mediante a autorização da DIRETORIA REGIONAL DA SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA, através da Portaria nº 044 de 08 / 04 / 1997.

1ª CLAUSULA: Que se retira da presente sociedade o Sócio JOSÉ ADELOR LESSA, cedendo suas cotas de participação no capital social no valor de R\$ 0,14 (catorze centavos de reais), ao sócio remanescente Sr. AUGUSTO CESAR CANCELLIER, dando neste ato plena e geral quitação.

2ª CLAUSULA: A sociedade que se localizava à Rua Vanteiro Margott, 468, centro, Morro da Fumaça - SC., desta data em diante passa a localizar-se à Rua 15 de Novembro, 321, centro, Morro da Fumaça-SC.

3ª CLAUSULA: Com a saída de sócio e transferência de cotas, o capital social que era de R\$ 1,00 (um real), desta data em diante passa a ser de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), integralizados neste ato em moeda corrente nacional e dividido em 5.000 (cinco mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, ficando assim distribuídos entre os sócios:

=A=	AUGUSTO CESAR CANCELLIER.....	R\$	4.300,00
=B=	HAMILTON CEZAR CANCELLIER.....	R\$	700,00
TOTAL.....		R\$	5.000,00

4ª CLAUSULA: Continuam em vigor todas as demais cláusulas existentes no presente instrumento social, que se referem às alterações no capital social.

Handwritten signatures and initials on the left side of the document.

Procurador
D. Carminati
Advogado
OAB/SC n. 3805



CARTÓRIO RODNEY FELDMAN
C 75.565.796/0001-29 - ☎ (048) 434-1169
AUTENTICAÇÃO
Certifico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.
do Morro da Fumaça, de _____ de _____ de _____

TABELIÃO
Luciana dos Santos Luz Santos
EXCREVEMENTE DESIGNADA

Serviço Público
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

20 JUN 2002

Handwritten signatures and initials on the right side of the document.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam a presente alteração contratual em 03 (tres) vias de igual teor na presença de 02 (duas) testemunhas, cujos exemplares destinam-se aos arquivos da JUCESC e da Sociedade.

Morro da Fumaca - SC., 03 de Abril de 1997.



AUGUSTO CÉSAR CANCELLIER



HAMILTON CÉSAR CANCELLIER


JOSÉ ADELOR LESSA

TESTEMUNHAS:


ALTAMIR CORAI ALVES
C.I. 62/R-833.052, EXP. SSI/SC.


ROSANA GEREMIAS
C.I. 62/R-3.178.038, EXP. SSI/SC.


ARTÓRIO RODNEY FELIX SILVA
ASSINADO
04/04/97 n.º 3905



ARTÓRIO RODNEY FELIX SILVA
SC 75.565.796/0001-29 - T (048) 434-1169

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.
Morro da Fumaca, 03 de 08 de 1997

TABELIÃO


Luciana dos Santos Luz
SAF REVENTIF DESENHADA

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 20/04/97

(À Comissão (de Educação decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 397, DE 2004**

(Nº 171/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.951, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 919, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII. combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à

apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.932 de 1º de outubro de 2002 – Sistema Regional de Comunicação Ltda., na cidade de Guararapes – SP;

2 – Portaria nº 1.934, de 1º de outubro de 2002 – Sistema Rádio Digital FM Ltda., na cidade de Ilha Solteira – SP;

3 – Portaria nº 1.937, de 1º de outubro de 2002 – Sistema Liberdade de Comunicação Ltda., na cidade de Guaiúba – CE;

4 – Portaria nº 1.942, de 1º de outubro de 2002 – Rádio FM Mar Azul Ltda., na cidade de Itapema – SC; e

5 – Portaria nº 1.951, de 1º de outubro de 2002 – Leste Sul Telecomunicações Ltda., na cidade de Indaial – SC.

Brasília, 29 de outubro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC N° 1330 EM

Brasília, 10 do outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência n° 102/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Indaial. Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria n° 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria n° 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga

das entidades proponentes, com observância da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Leste Sul Telecomunicações Ltda., (Processo n° 53740.000958/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo edital, tornando-se assim a vencedora da concorrência, conforme ato da mesma comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3° do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA N°1951 , DE 01 DE OUTUBRO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n° 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53740.000958/2000, Concorrência n° 102/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

* **JUVENAL ANTONIO DA COSTA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 21.469.876 SSP/SP e do CPF/MF 101.589.521-20, residente e domiciliada à Rua Ary Camargo de Queiroz, 35, apto 1002, Centro Cívico em Curitiba-PR.,

ELPIDIO DE PAULA RIBEIRO NETO, brasileiro; casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 439.253 SSP/GO e do CPF/MF 158.281.901-72, residente e domiciliado à Rua Octavio Schiavon, 135 – Capão da Imbuia em Curitiba – Paraná.

Resolvem por este instrumento particular alterar o contrato social da sociedade que gira sob a denominação social de **LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, com contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº. 41204361137 em 21/06/2000, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade o sócio: **ELPIDIO DE PAULA RIBEIRO NETO**, que transfere, neste ato, à sociedade, suas 15.000 (quinze mil) cota do capital social, dando o sócio retirante, neste ato, plena, geral e irrevogável quitação da importância de R\$. 15.000,00 (Quinze mil reais), pela venda das referidas cotas de capital social.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ingressa na sociedade o sócio **NIVALDINO TRANCOSO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 8.851.616.8 SSP/PR e do CPF/MF 161.990.018-18, residente e domiciliado à Rua Octavio Schiavon, 135 – Capão da Imbuia em Curitiba – Paraná, que adquire da sociedade 1.500 (Mil e Quinhentas cotas) do Capital Social pelo valor nominal de R\$. 1.500,00 (Hum mil e Quinhentos reais), pago neste ato em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA: Declara o sócio ingressante, não estar incluso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA QUARTA: O sócio ingressante declara conhecer a situação sócio-econômica da empresa e declara estar de acordo com a situação ativa e passiva da sociedade.

PRESENTE: FOLIO 00010
 REPRODUÇÃO PEL. DESTA FACE.
 NÃO ESTAREM OBRIGADOS
 NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
 7.ª TABELAÇÃO VOLPI

CURITIBA 08 AGO. 2000 PARANÁ

Renato M. Plesko
 Valmir Ribeiro
 Magda F. Rodrigues
 Roger Z. da Cruz
 ESCRIVENTES

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/07/2000
 SOB O NÚMERO:
 00 1 657518

Protocolo: 00/165751-8

[Assinatura]
 TUFIRAME
 SECRETÁRIO GERAL

**LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
 PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

CLÁUSULA QUINTA: Em virtude da retirada e ingresso de sócio, o capital social, da empresa no valor de R\$. 30.000,00 (Trinta mil reais), divididos em 30.000 (trinta mil cotas) de R\$. 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuídos entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL RS.
JUVENAL ANTONIO DA COSTA	28.500	28.500,00
NIVALDINO TRANCOSO DOS SANTOS	<u>1.500</u>	<u>1.500,00</u>
TOTAL	30.000	30.000,00

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato social primitivo que não colidirem com as disposições do presente instrumento contratual.

E tendo assim justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento de **alteração** contratual, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba, 10 de julho de 2000.

[Assinatura]
 JUVENAL ANTONIO DA COSTA
 Sócio Gerente

[Assinatura]
 NIVALDINO TRANCOSO DOS SANTOS
 Sócio cotista

[Assinatura]
 ELPIDIO DE PAULA RIBEIRO NETO

TESTEMUNHAS:

[Assinatura]
 Delmo Alves de Oliveira
 RG. nº. 933.552-8 11/PR

[Assinatura]
 Palmira Mello Ramos
 350 11/PR

A PRESENTE FOTOCOPIA
 REPRODUÇÃO DESSE CARTÃO FAZ
 DO DOCUMENTO APRESENTADO
 NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
 7.º TABELIÃO VOLPI

CURITIBA 08 AGO 2000 PARANÁ

Renato M. Olesko
 Valmir Ribeiro
 Magda F. Rodrigues
 Roger Z. da Cruz
 ESCRIVENTES

(À Comissão de Educação(Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 398, DE 2004**

(Nº 175/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Virgem dos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.967, de 1º de outubro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Virgem dos Pobres a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 982, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.963, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária Capetinguense de Radiodifusão – “ACCAR”, na cidade de Capetinga – MG;

2 – Portaria nº 1.964, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária Matele de Radiodifusão, na cidade de Mateus Leme – MG;

3 – Portaria nº 1.965, de 1º de outubro de 2002 – Associação Pirapamenha de Promoção Social – APROS, na cidade de Santana de Pirapama – MG;

4 – Portaria nº 1.966, de 1º de outubro de 2002 – Centro de Assistência Social de Palestina José Nogueira de Meio, na cidade de Palestina – AL;

5 – Portaria nº 1.967, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária Virgem dos Pobres, na cidade de Ibateguara-AL;

6 – Portaria nº 1.968, de 1º de outubro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Popular FM de Capela do Alto (ACCP/FM CA), na cidade de Capela do Alto – SP;

7 – Portaria nº 1.969, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária Condorensense, na cidade de Condor-RS;

8 – Portaria nº 1.970, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação de Portel, na cidade de Portel – PA;

9 – Portaria nº 1.971, de 1º de outubro de 2002 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cacimbas – ADCC, na cidade de Cacimbas – PB;

10 – Portaria nº 1.972, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária Antônio Vidal de Oliveira, na cidade de Quixeré – CE;

11 – Portaria nº 1.973, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão – ACB, na cidade de Bonito – MS;

12 – Portaria nº 1.974, de 1º de outubro de 2002 – Núcleo de Apoio Rádio Comunitária “Colônia”, na cidade de Porto Real – RJ;

13 – Portaria nº 1.975, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária e Cultural de Maravilha – Alagoas, na cidade de Maravilha – AL;

14 – Portaria nº 1.977, de 12 de outubro de 2002 – Centro Comunitário de Jacundá, na cidade de Jacundá – PA e

15 – Portaria nº 1.978, de 1º de outubro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão Rainha da Paz, na cidade de Ilicínea – MG.

Brasília, 11 de novembro de 2002. – **Marco Maciel.**

MC 1.372 EM

Brasília, 18 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Virgem dos Pobres na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatan-

do a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53610.000326/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, - **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1.967, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista, o que consta do Processo Administrativo nº 53610.000326/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Virgem dos Pobres, com sede na Rua Drª Janete de Araújo, s/nº – Centro, na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º58'33"S e longitude em 35º55'38"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 484/2002 – DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53610.000326/98, de 9-10-98.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Virgem dos Pobres, localidade de Ibateguara, Estado de Alagoas.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Virgem dos Pobres, inscrita no CNPJ sob o número 02.748.900/0001-47, no Estado de Ibateguara, com sede na Rua Drª Janete de Araújo s/nº – Centro, cidade de Ibateguara, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

por meio de requerimento datado de 8 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 22 de dezembro de 1998, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.” Apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha nº1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 8 à 162, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo e raio igual a 1km, com centro localizado na Fazenda Aquidabam, Rua João Ciríaco s/nº – Centro, na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas, de coordenadas geográficas em 8º56'30"S de latitude e 35º58'52"W de longitude. Ocorre que, as coordenadas geográficas propostas foram alteradas conforme solicitação datada de 11-11-98, passando a estar em 8º58'33"S de latitude e 35º55'38"W de longitude, consoante aos dados constantes do aviso publicado no **DOU**, de 22-12-98, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas nºs 63, 64 e 85, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e

X da Norma nº 2/98, comprovação necessária de válida existência das entidades que manifestaram apoio, declaração do endereço da sede, apresentação do projeto técnico (fls. 67 à 162).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 142 e 143, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;

- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Fls. nºs 163 e 164.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária Virgem dos Pobres;

- quadro diretivo

Presidente: Cícero Alves da Silva

Vice-presidente: Adeildo Augustinho da Silva

1º Secretário: Damião do Nascimento

2º Secretário: Marilene Aparecida Cavalcante

1º Tesoureiro: Severino Francisco de Lima

2º Tesoureiro: Maria Augusta Alves da Silva

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Drª Janete de Araújo s/nº – Centro, cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas;

– **coordenadas geográficas**

08°58'33" de latitude e 35°55'35" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 163 e 164, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 142 e 143 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Virgem dos Pobres, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53610000326198, de 9 de outubro de 1998.

Brasília, 4 de setembro de 2002 – Relator da Conclusão Jurídica, **Alexandra Luciana**, Chefe da Divisão/SSR – Relator da Conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 9 de setembro de 2002, – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 399, DE 2004**

(Nº 227/2003, na Câmara Dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1 – Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria Nº 2.014, de 8 de outubro de 2002, que renova, a partir de 8 de fevereiro de 1995, a permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.158, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissões para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade,

serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.014, de 8 de outubro de 2002 – Rádio TV do Amazonas Ltda., na cidade de Macapá – AP;

2 – Portaria nº 2.016, de 8 de outubro de 2002 – Fundação Cristã Educativa, na cidade de Pires do Rio – GO;

3 – Portaria nº 2.025, de 8 de outubro de 2002 – Empresa da Radiodifusão Karandá Ltda., na cidade de Naviraí – MS;

4 – Portaria nº 2.032, de 8 de outubro de 2002 – Rádio Centenário FM Ltda., na cidade de Frutal – MG;

5 – Portaria nº 2.405, de 16 de outubro de 2002 – Rádio Manchete Ltda., na cidade de Recife – PE;

6 – Portaria nº 2.254, de 23 de outubro de 2002 – Rádio Independente de Barretos Ltda., na cidade de Barretos – SP;

7 – Portaria nº 2.273, de 24 de outubro de 2002 – Rádio Fronteira Oeste Ltda., na cidade de Barracão – PR; e

8 – Portaria nº 2.563, de 22 de novembro de 2002 – Rádio FM Cidade de Itirapina Ltda., na cidade de Itirapina – SP.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – Fernando Henrique Cardoso.

MC 1.506 EM

Brasília, 4 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 2.014, de 8 de outubro de 2002, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda., originariamente Rádio TV do Amazonas S/A, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Macapá, Estado do Amapá cuja outorga foi deferida nos termos da Portaria nº 33, de 6 de fevereiro de 1985, publicada no Diário Oficial da União em 8 subsequente.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53720.000336/00, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.014, DE 8 DE OUTUBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53720.000336/00, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de fevereiro de 1995, a permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda., originariamente Rádio TV do Amazonas S/A., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em

freqüência modulada, na cidade de Macapá, Estado do Amapá, cuja outorga foi deferida pela Portaria nº 33, de 6 de fevereiro de 1985, publicada no Diário Oficial da União em 8 subsequente.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 Delegacia do Ministério das Comunicações no Pará

PARECER JURÍDICO Nº 094/2002/SEOJU/DMC/PA

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 53720.000336/00

ORIGEM: DMC/PA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

EMENTA: Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, cujo prazo teve seu termo final em 08 de fevereiro de 1995. Pedido apresentado intempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

CONCLUSÃO: Pelo deferimento.

A **RÁDIO E TV DO AMAZONAS LTDA**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Macapá, Estado do Amapá, requer renovação do prazo de vigência de sua permissão, cujo termo final ocorreu em 08 de fevereiro de 1995.

I. OS FATOS

1. Mediante Portaria nº 33, de 06 de fevereiro de 1985, publicado no DOU em 08.02.1985 foi autorizada permissão à **RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA** para explorar, por 10 anos o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

2. A outorga em questão começou a vigorar em 08 de fevereiro de 1985, data de publicação da Portaria de permissão no Diário Oficial da União.

PROCESSO Nº 53720.000336/00

3. Cumpre ressaltar que, durante o período de vigência da outorga, a entidade sofreu penalidades que foram canceladas, conforme se verifica em seus assentamentos cadastrais (fls. 120 e 121).

II. DO MÉRITO

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e 15 (quinze) anos para o de televisão que poderão ser renovados por período sucessivos e iguais (Art.33 § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição Federal (Art. 223 § 5º).

5. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anterior ao término do respectivo prazo.

6. O prazo de vigência desta permissão, teve seu final dia 08 de fevereiro de 1995, porquanto começou a vigorar em 08 de fevereiro de 1985 com a publicação do ato correspondente, no Diário Oficial em 08 de fevereiro de 1985.

7. O pedido de renovação da outorga, ora em exame, foi protocolizado nesta Delegacia, no dia 25 de setembro de 2000, *intempestivamente*, fls. 06, uma vez que de acordo com o disposto na Lei da Renovação, o pedido deveria ser apresentado entre 08 de agosto e 08 de novembro de 1994.

8. A requerente tem seus quadros societário e diretivo com a seguinte composição:

QUADRO SOCIETÁRIO

COTISTAS	COTAS	VALOR EM R\$
PHÉLIPPE DAOU	29.407.326	29.407.326,00
JOAQUIM MARGARIDO	1.149.669	1.149.669,00
MILTON DE MAGALHÃES CORDEIRO	949.034	949.034,00
NIVELLE DAOU JÚNIOR	156.049	156.049,00
ALUÍSIO JOSÉ DAOU	156.049	156.049,00
MAGDALENA ARCE DAOU	9.554	9.554,00
MARIA EDI SEREJO MAGALHÃES CORDEIRO	9.554	9.554,00
DÉA RIBEIRO MARGARIDO	9.554	9.554,00
TOTAL	31.846.789	31.846.789,00

PROCESSO Nº 53720.000366/00

QUADRO DIRETIVO

CARGO	NOME
SÓCIO-GERENTE	PHÉLIPPE DAOU

9. A emissora encontra-se operando regularmente, dentro das características técnicas que lhes foram atribuídas, conforme indica o Setor de Engenharia às fls. 113. Informação Técnica nº 004/02, de 16.01.02.

10. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante fls. 120 e 121.

11. Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão, verificou-se que a entidade, seus dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos do Decreto Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

12. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 08 de fevereiro de 1995 à 08 de fevereiro de 2005.

III. CONCLUSÃO

Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, para prosseguimento.

É o parecer “**sub-censura**”.

Belém, 05 de março de 2002.


ALESSANDRA MAGALHÃES BEZERRA
Chefe de Serviço da DMC/PA
OAB/PA nº 6772

DE ACORDO,

Encaminhe-se os presentes autos à Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, para prosseguimento

Belém, 05 de março de 2002.


JOÃO ALBERTO REIS LUZ
Delegado Interino da DMC/PA

(À Comissão de Educação (Decisão Terminativa))

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 400, DE 2004**

(Nº 239/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canindé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canindé, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 537, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canindé a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canindé, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.338, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 534, de 11 de setembro de 2001 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio – MG (CODEC), na cidade de Capitólio – MG;

2 – Portaria nº 535, de 11 de setembro de 2001 – Associação Comunitária Cachoeirense de Radiodifusão, na cidade de Cachoeira de Minas – MG;

3 – Portaria nº 536, de 11 de setembro de 2001 – Associação Comunitária Feminina de Montalvânia, na cidade de Montalvânia – MG;

4 – Portaria nº 537, de 11 de setembro de 2001 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canindé, na cidade de Canindé – CE;

5 – Portaria nº 538, de 11 de setembro de 2001 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Cidade de Santo Antônio – RN, na cidade de Santo Antônio – RN;

6 – Portaria nº 540, de 11 de setembro de 2001 – Associação Cultural, Esportiva Rodolfense – ACERF, na cidade de Rodolfo Fernandes – RN;

7 – Portaria nº 541, de 11 de setembro de 2001 – Associação Rádio Comunitária de Piúma – ARCOP, na cidade de Piúma – ES;

8 – Portaria nº 542, de 11 de setembro de 2001 – Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu, na cidade de Parambu-CE;

9 – Portaria nº 543, de 11 de setembro de 2001 – Associação Comunitária Esportiva e Cultural dos Amigos de São Vicente de Ferrer – MA, na cidade de São Vicente de Ferrer – MA;

10 – Portaria nº 544, de 11 de setembro de 2001 – ASCOCAVE – Associação Comunitária de Cana Verde, na cidade de Cana Verde – MG;

11 – Portaria nº 545, de 11 de setembro de 2001 – Fundação Abraham Lincoln (FAL), na cidade de Lavras – MG;

12 – Portaria nº 546, de 11 de setembro de 2001 – Associação Ypuarana Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Lagoa Seca, na cidade de Lagoa Seca – PB;

13 – Portaria nº 547, de 11 de setembro de 2001 – Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM, na cidade de Cravinhos – SP;

14 – Portaria nº 548, de 11 de setembro de 2001 – Associação Comunitária da Comunicação de Nova Granada – SP, na cidade de Nova Granada – SP;

15 – Portaria nº 549, de 11 de setembro de 2001 – Associação de Desenvolvimento e Integração Social Frutuosaense – ADISF, na cidade de Frutuoso Gomes – RN; e

16 – Portaria nº 550, de 11 de setembro de 2001 – Associação Comunitária, Cultural e Beneficente – CENTENÁRIO, na cidade de Tabatinga-SP.

Brasília, 6 de dezembro de 2001. – Fernando Henrique Cardoso.

MC 668 EM

Brasília, 29 de outubro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canindé, na cidade de Canindé, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de ma-

neira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53650.000903/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 537, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

O Ministro de Estado Das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000903/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canindé, com sede na Av. Presidente Geisel, nº 1879, Bairro do “S”, na cidade de Canindé, Estado do Ceará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 04º21’10”S e longitude em 38º19’34”W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 134/2001-DOSRISSR/MC

Referência: Processo nº 53.650.000.903/99, de 6-5-99.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Comunicação de Cultura de Canindé, localidade de Canindé, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. Associação Comunitária de Comunicação de Cultura de Canindé, inscrita no CGC sob o número 03.127.258/0001-41, no Estado do Ceará, com sede na Av. Presidente Geisel, nº 1879, Canindezinho, Cidade de Canindé, CE, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 5 de maio de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**., de 9 de setembro de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos

do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 99, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Presidente Geisel, nº 1879, Canindezinho, Cidade de Canindé, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 04°21'10"S de latitude e 39°19'34"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU.**, de 9-9-1999, Seção 3. Ocorre que a Entidade apresentou novas coordenadas geográficas em 04°21'10"S de latitude e 38°19'34"W de longitude. As mesmas são compatíveis com as coordenadas no aviso.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 41, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para alteração estatutária bem como apresentação dos documentos dispostos no subitem 6.7, incisos: I, II, V e VI, entre outros, e do subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma nº 2/98. (fls. 45, 63 e 95).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 47, firmado pelo engenheiro responsável onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 60 e 61.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária de Comunicação de Cultura de Canindé

– quadro diretivo

Presidente: Francisco Paulo Santos Justa

Vice-Presidente: José Pereira Cruz

1ª Secretária: Vera Neide Bezerra Monte

2º Secretário: Francisco Jairo Bento

1º Tesoureiro: Antônio Silva Pessoa

2º Tesoureiro: Maria Silvéria Santiago do Nas-

cimento

1º Dir. de Patrimônio: Francisco Erivan Santos

2ª Dir. de Patrimônio: Maria Clirene Alves Pinto

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Presidente Geisel, nº 1879, Canindezinho, Cidade de Canindé, Estado do Ceará,

– coordenadas geográficas

04°21'10"S de latitude e 38°19'34"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 47 "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 60 e 61, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canindé, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.650.000.903/99, de 6 de maio de 1999.

Brasília, 6 de abril de 2001 – Relator da Conclusão Jurídica Relator da conclusão Técnica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 401, de 2004**

(Nº 240/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Caratinga Ltda. Radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 26 de novembro de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Sociedade Caratinga Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodi-

fusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.358, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 26 de novembro de 2001, que "renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Clube de Parintins Ltda., na cidade de Parintins – AM (onda média);

2 – Rádio Difusora Cristal Ltda., na cidade de Quixeramobim – CE (onda média);

3 – Rádio Jacarandá Ltda., na cidade de Eunápolis – BA (onda média);

4 – Fundação Cultural João Paulo II, originariamente Rádio City Ltda., na cidade de Contagem – MG (onda média);

5 – Rádio Cultura de Uberlândia Ltda., na cidade de Uberlândia – MG (onda média);

6 – Rádio Sociedade Caratinga Ltda., na cidade de Caratinga – MG (onda média);

7 – Rádio Auriverde de Pitanga Ltda., na cidade de Pitanga – PR (onda média);

8 – Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda., originariamente Rádio Veredas de Unaí Ltda., na cidade de Unaí – MG (onda média);

9 – Difusora Cultural Ltda., na cidade de Irati – PR (onda média);

10 – Ramo Difusora Ubiratanense Ltda., na cidade de Ubiratã – PR (onda média);

11 – Rádio Novos Tempos Ltda., na cidade de Ceará-Mirim – RN (onda média);

12 – Rádio Clube de Santo André Ltda., na cidade de Santo André – SP (onda média);

13 – Rádio Cultura de Santo Anastácio Ltda., originariamente Rádio Brasil S.A., na cidade de Santo Anastácio – SP (onda média);

14 – Rádio Difusora de Mogi Guaçu Ltda., na cidade de Mogi Guaçu – SP (onda média);

15 – Rádio Clube de Marília Ltda., na cidade de Marília – SP (onda tropical);

16 – Sociedade Rádio Dourados Ltda., na cidade de Dourados – MS (onda tropical).

Brasília, 10 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00656 EM

Brasília, 19 de outubro de 2001.

00001.007499/2001-65

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- **RÁDIO CLUBE DE PARINTINS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas (Processo nº 53630.000272/95);
- **RÁDIO DIFUSORA CRISTAL LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará (Processo nº 53650.001008/96);
- **RÁDIO JACARANDÁ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000207/96);
- **FUNDAÇÃO CULTURAL JOÃO PAULO II.** concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000822/94);
- **RÁDIO CULTURA DE UBERLÂNDIA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000111/94);
- **RÁDIO SOCIEDADE CARATINGA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000125/94);
- **RÁDIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pitanga, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000091/00);
- **SISTEMA DE RADIODIFUSÃO VEREDAS DE UNAÍ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001405/97);
- **DIFUSORA CULTURAL LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Irati, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000064/94);

- **RÁDIO DIFUSORA UBIRATANENSE LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000429/97);
- **RÁDIO NOVOS TEMPOS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000354/97);
- **RÁDIO CLUBE DE SANTO ANDRÉ LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000246/94);
- **RÁDIO CULTURA DE SANTO ANASTÁCIO LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santo Anastácio, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000526/94);
- **RÁDIO DIFUSORA DE MOGI GUAÇU LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000361/94);
- **RÁDIO CLUBE DE MARÍLIA LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Marília, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001112/94);
- **SOCIEDADE RÁDIO DOURADOS LTDA.**, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000558/96).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA

Ministro de Estado das Comunicações

28 NOV 2001

DECRETO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2001.

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - RÁDIO CLUBE DE PARINTINS LTDA., a partir de 5 de fevereiro de 1996, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, outorgada pelo Decreto nº 92.177, de 19 de dezembro de 1985 (Processo nº 53630.000272/95);

II - RÁDIO DIFUSORA CRISTAL LTDA., a partir de 6 de outubro de 1996, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, outorgada pela Portaria CONTEL nº 674, de 9 de setembro de 1966, e renovada pelo Decreto de 16 de maio de 1996, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 41, de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 2 de abril de 2001 (Processo nº 53650.001008/96);

III - RÁDIO JACARANDÁ LTDA., a partir de 21 de maio de 1996, na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 92.609, de 30 de abril de 1986 (Processo nº 53640.000207/96);

IV - FUNDAÇÃO CULTURAL JOÃO PAULO II, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio City Ltda., conforme Portaria MVOP nº 276, de 6 de abril de 1954, renovada pela Portaria nº 593, de 24 de maio de 1976, autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento autorizado de sua potência, e transferida pelo Decreto de 3 de setembro de 1999, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50710.000822/94);

V - RÁDIO CULTURA DE UBERLÂNDIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria MVOP nº 468, de 24 de julho de 1958, e renovada pelo Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50710.000111/94);

VI - RÁDIO SOCIEDADE CARATINGA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria MVOP nº 37, de 13 de janeiro de 1947, e renovada pelo Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50710.000125/94);

VII - RADIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA., a partir de 3 de julho de 2000, na cidade de Pitanga, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 84.778, de 9 de junho de 1980, e renovada pelo Decreto de 29 de julho de 1992, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 1998, publicado no Diário Oficial da União em 20 de março de 1998 (Processo nº 53740.000091/00);

VIII - SISTEMA DE RADIODIFUSÃO VEREDAS DE UNAÍ LTDA., a partir de 10 de novembro de 1997, na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais, outorgada à Radio Veredas de Unai Ltda., pelo Decreto nº 80.351, de 15 de setembro de 1977, renovada pelo Decreto nº 95.498, de 16 de dezembro de 1987, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 171, de 31 de outubro de 1996, do Delegado do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001405/97);

IX - DIFUSORA CULTURAL LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Irati, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 503, de 24 de maio de 1955, e renovada pelo Decreto nº 91.088, de 12 de março de 1985 (Processo nº 53740.000064/94);

X - RÁDIO DIFUSORA UBIRATANENSE LTDA., a partir de 25 de agosto de 1997, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 79.934, de 12 de julho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 95.170, de 9 de novembro de 1987 (Processo nº 53740.000429/97);

XI - RÁDIO NOVOS TEMPOS LTDA., a partir de 7 de março de 1998, na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 95.582, de 5 de janeiro de 1988 (Processo nº 53780.000354/97);

XII - RÁDIO CLUBE DE SANTO ANDRÉ LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 24, de 19 de janeiro de 1952, e renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 50830.000246/94);

XIII - RÁDIO CULTURA DE SANTO ANASTÁCIO LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santo Anastácio, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Brasil S.A., conforme Portaria MVOP nº 868, de 11 de outubro de 1948, transferida pela Portaria nº 54, de 13 de janeiro de 1976, para a emissora de que trata este inciso, renovada pela Portaria nº 206, de 27 de setembro de 1984, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Portaria nº 122, de 23 de junho de 1995 (Processo nº 50830.000526/94);

XIV - RÁDIO DIFUSORA DE MOGI GUAÇU LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MJNI nº 317-B, de 26 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 91.499, de 30 de julho de 1985 (Processo nº 50830.000361/94).

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

I - RADIO CLUBE DE MARÍLIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 1.059, de 20 de novembro de 1950, e renovada pelo Decreto nº 93.899, de 8 de janeiro de 1987 (Processo nº 53830.001112/94);

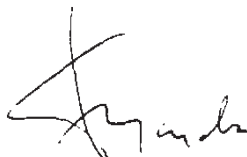
II - SOCIEDADE RÁDIO DOURADOS LTDA., a partir de 19 de julho de 1996, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 77.602, de 12 de maio de 1976, e renovada pelo Decreto nº 94.416, de 10 de junho de 1987 (Processo nº 53700.000558/96).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10ª

ERICH GADE, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Caratinga-MG, na Av. Catarina Cimini s/nº, portador da Carteira de Identidade nº M-193.471 expedida pela Secretária de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, nascido em Teófilo Otoni-MG aos 19.10.1940, filho de Erwin Helmuth Georg Gade e Elfried Arndt Gade, CPF nº 031.463.166-68, GEORG GADE, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado em Caratinga-MG, na Rua Cel. Antonio da Silva nº 260 Aptº 201, portador da Carteira de Identidade de número 78.136 expedida pela Secretária de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, nascido em Teófilo Otoni-MG aos 11.04.1948, filho de Erwin Helmuth Georg Gade e Elfriede Arndt Gade, CPF nº 067.609.106-72, e HUMBERTO LUIZ SALUSTIANO COSTA, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado em Caratinga-MG, na Rua Antonio de Assis nº 70 Aptº 101, portador da Carteira de Identidade nº M-324.690 expedida pela Secretária de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, nascido em Teófilo Otoni-MG aos 28.05.1937, filho de João Gabriel da Costa e Maria Conceição Costa, CPF nº 067.591.816-20, únicos sócios e componentes da Sociedade que vem girando nesta praça de Caratinga-MG, sob a Denominação Social de RADIO SOCIEDADE CARATINGA LTDA, com Contrato de Constituição arquivado na JUCEMG sob o nº 30.380 em 18.11.1946, 1ª Alteração sob o nº 35.828 em 07.10.1948, 2ª Alteração sob o nº 62.853 em 11.09.1953, 3ª Alteração sob o nº 354.438 em 18.10.1975, 4ª Alteração sob o nº 378.856 em 07.04.1976, 5ª Alteração sob o nº 446.061 em 17.04.1978, 6ª Alteração sob o nº 515.816 em 08.10.1980, 7ª Alteração sob o nº 569.468 em 14.07.1982, 8ª Alteração sob o nº 769.429 em 02.12.1986 e 9ª Alteração sob o nº 912.447 em 24.08.1989, com início de atividades em 27.09.1946, inscrita no CGCMF sob o nº 19.317.973/0001-87, de comum acordo resolvem alterar as Cláusulas 2ª, 7ª e confirmar a 11ª do Contrato de Constituição e Alterações dele, inclusive para admissão de mais dois sócios que qualificará a seguir: MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO GADE, brasileira, bancária, residente e domiciliada em Caratinga-MG, na Rua Cel. Antonio da Silva nº 260 Aptº 201, portadora da Carteira de Identidade nº M-516.015 expedida pela Secretária de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, nascida em Vitória-ES aos 15.04.1950, filha de Asdrubal Pereira Cardoso e Chaphica João Cardoso, CPF de número 200.598.766-20, e CARLOS ROBERTO PINHEIRO RIHAN, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado em Caratinga-MG, na Av. Catarina Cimini s/nº, portador da Carteira de Identidade nº M-5.772.033 expedida pela Secretária de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, nascido em Teófilo Otoni-MG aos 19.11.1972, filho de Jorge Antonio Rihan e Aldalides Pinheiro Rihan, CPF nº 946.506.916-72, da forma que se segue:

CLAUSULA 2ª :- O Capital Social continua de R\$500,00 (QUINHENTOS REAIS) representado por 500 cotas de R\$1,00 cada. Entretanto nesta data 08.09.1994, o sócio GEORG GADE possuidor de 50 cotas no valor de R\$50,00, se retira da sociedade cedendo e transferindo 25 cotas no valor de R\$25,00 à sócia MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO GADE e as outras 25 cotas no valor de R\$ 25,00 ao sócio CARLOS ROBERTO PINHEIRO RIHAN, ambos já qualificados. O Capital Social, fica, portanto, assim representado:

Continua ...

Handwritten notes:
 Alteração Contratual
 Paulo Roberto Pinheiro Rihan

a) ERICH GADE	400 Cotas ...	R\$ 400,00
b) HUMBERTO LUIZ SALUSTIANO COSTA	50 Cotas ...	R\$ 50,00
c) MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO GADE	25 Cotas ...	R\$ 25,00
d) CARLOS ROBERTO PINHEIRO RIHAN	25 Cotas ...	R\$ 25,00
S O M A S		500 Cotas ... R\$ 500,00

§ 1º :- Ainda nesta data, 07.09.1964, os sócios remanescentes resolvem alterar o Capital da Sociedade, aumentando-o em R\$ 4.500,00, que serão integralizados da forma que se segue:


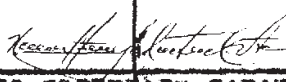
a) Lucros Suspensos e Reservas	R\$ 2.831,07
b) Em moeda corrente nacional pelos Sócios na proporção de/ sua participação no Capital Social	R\$ 1.668,93
Valor Aumentado	R\$ 4.500,00
Valor Capital Anterior	R\$ 500,00
CAPITAL ATUAL	R\$ 5.000,00

O Capital Social fica distribuído entre os Sócios da seguinte forma:

a) ERICH GADE	4.000 Cotas ...	R\$ 4.000,00
b) HUMBERTO LUIZ SALUSTIANO COSTA	500 Cotas ...	R\$ 500,00
c) MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO GADE	250 Cotas ...	R\$ 250,00
d) CARLOS ROBERTO PINHEIRO RIHAN	250 Cotas ...	R\$ 250,00
S O M A S		5.000 Cotas ... R\$ 5.000,00

§ 2º :- A Responsabilidade dos Sócios pelas obrigações Sociais, continua limitada ao montante do Capital Social;

CLAUSULA 7ª :- Com a saída do Diretor Administrativo GEORGE GADE, somente os Sócios ERICH GADE e HUMBERTO LUIZ SALUSTIANO COSTA, terão direito à retirada Pro-labore dentro dos limites legais. Para exercer suas funções de Diretor Superintendente e Diretor Assistente respectivamente assinarão em conjunto ou separadamente da seguinte forma:

 P/ RADIO SOCIEDADE CARATINGA LTDA Erich Gade	 P/ RADIO SOCIEDADE CARATINGA LTDA Humberto Luis Salustiano Costa
--	---

§ Único :- Os Sócios MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO GADE e CARLOS ROBERTO PINHEIRO RIHAN, não terão retirada, pois não prestarão assistência à Sociedade;

CLAUSULA 11ª :- Os Sócios declaram sob as penas legais, que não incorrem nas proibições previstas em Lei, que os impedam de exercer suas atividades.





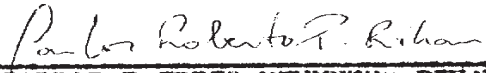


Continuam em vigor as demais Cláusulas e condições contidas no primitivo Contrato de Constituição e Alterações dele, desde que aqui não tenham sofrido modificações.

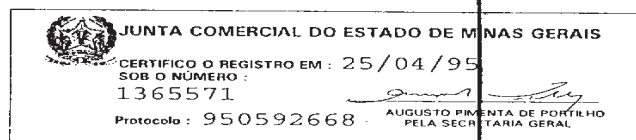
Continua ...

Elgall
 Carlos R. de P. Rihan
 Humberto Luis Salustiano Costa

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (TRÊS) vias de igual teor e forma na presença de 02 (DUAS) testemunhas depois de lidos e aprovados. O Assitiam e obrigam por si, seus herdeiros e sucessores bem e fielmente cumprí-lo Mandam-no arquivar na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Para solução de qualquer litígio advindo da presente Alteração, continua eleito o fóro da Comarca de Caratinga-MG.

/Caratinga, 08 de Setembro de 1994.--

 ERICH GADE	 HUMBERTO LUIZ SAJULIANO COSTA
 GEORG GADE	 MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO GADE CASADA
 CARLOS ROBERTO PINHEIRO RIHAN	
 PETRINA PEREIRA DOS SANTOS Testemunha	 ELIANE APARECIDA DOS SANTOS Testemunha



(À Comissão de (Educação Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 402, DE 2004**

(Nº 334/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Torres & Camargo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.999, de 8 de outubro de 2002, que outorga permissão à Torres & Camargo Ltda., para explorar, por 10 (dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 958, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.943, de 1º de outubro de 2002
– Rádio Sabiá EM Ltda., na cidade de Cafelândia – SP;

2 – Portaria nº 1.944, de 1º de outubro de 2002 – EM Planalto de Cajuru Ltda., na cidade de Cajuru – SP;

3 – Portaria nº 1.945, de 1º de outubro de 2002 – Valle & Silva Ltda., na cidade de Itapoá – SC;

4 – Portaria nº 1.946, de 1º de outubro de 2002 – Rádio Cultura de Cerquilha FM Ltda., na cidade de Cerquilha – SP;

5 – Portaria nº 1.947, de 1º de outubro de 2002 – Rádio Cidade de Corupá Ltda., na cidade de Gravatal – SC;

6 – Portaria nº 1.948, de 1º de outubro de 2002 – Sudoeste Comunicações Soc. Ltda., na cidade de São Tomás de Aquino – MG;

7 – Portaria nº 1.950, de 1º de outubro de 2002 – Rádio São Gonçalo FM Ltda., na cidade de São Gonçalo do Pará – MG;

8 – Portaria nº 1.954, de 1º de outubro de 2002 – Rádio Independente de Barretos Ltda., na cidade de Colina – SP; e

9 – Portaria nº 1.999, de 8 de outubro de 2002 – Torres & Camargo Ltda., na cidade de Hortolândia – SP.

Brasília, 5 de novembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 1.348 EM

Brasília, 11 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 106/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação especi-

fica de radiodifusão, concluiu que a Torres & Camargo Ltda. (Processo nº 53830.000570/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1999, DE 8 DE OUTUBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000570/2000, Concorrência nº 106/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Torres & Camargo Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação – **Juarez Quadros do Nascimento.**



JUCESP PROTOCOLO
156914/00-1



**CONTRATO PARTICULAR DE CONTRATO SOCIAL DE
CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

“TORRES & CAMARGO LTDA”

Marina Nassin Jorge de Camargo
Ivonete Aparecida Galvani Martines Lievana

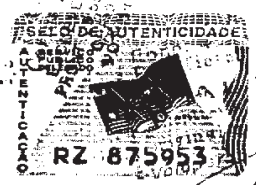
Por este instrumento particular, MARINA NASSIN JORGE DE CAMARGO, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG. n.º 27.642.957-6/SSP-SP., e do CPF. n.º 259.251.918/11, residente e domiciliada na cidade de Votuporanga, estado de São Paulo, na Rua Pernambuco, n.º 694, bairro Marão, CEP. 15500-000, e IVONETE APARECIDA GALVANI MARTINES LIEVANA, brasileira, casada, empresária, portadora do RG. n.º 12.405.209/SSP-SP., e do CPF. n.º 121.638.938/12, residente e domiciliada na cidade de Tanabi, estado de São Paulo, na Rua Coronel Joaquim da Cunha, n.º 1.445, centro, CEP: 15170-000, resolvem, como de fato resolvido têm na melhor forma de direito, constituir uma *sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada*, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis à espécie e pelas seguintes cláusulas e condições:

Marina Nassin Jorge de Camargo

CLAUSULA I- A sociedade girará sob a denominação de **TORRES & CAMARGO LTDA**, e terá como principal objetivo execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV) e Televisão por Assinatura, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidade educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidade do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLAUSULA II- A sede da Sociedade será na Praça João de Mello Macedo, n.º 83, centro, na cidade de Tanabi, estado de São Paulo, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em qualquer outras localidades, após prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes.

CLAUSULA III- O Foro da Sociedade será o da comarca de Tanabi, Estado de São Paulo, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.



[Handwritten signatures and dates]
2000/11

CLASULA IV- O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida pelo consentimentos dos sócios, observando quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

CLASULA V- O capital subscrito e integralizado pelos sócios neste ato em moeda corrente do país é de R\$ 10.000,00 (deis mil reais), divididos em 1.000 (mil) quotas no valor de R\$ 10,00 (deis reais) cada uma, ficando assim distribuídos entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor
Marina Nassin Jorge de Camargo	500	5.000,00
Ivone Aparecida Galvani Martines Lievana	500	5.000,00
TOTAL.....	1.000	10.000,00

CLAUSULA VI- A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 2º in fine do Decreto n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

CLAUSULA VII- As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLAUSULA VIII- A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Parágrafo Primeiro – É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa exceto a de partido político e de Sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros;

Parágrafo segundo – A participação referida no parágrafo anterior só se efetua através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

CLAUSULA IX- Os administradores da Entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLAUSULA X- O quadro de funcionários da Entidade será formado preferentemente de brasileiros, ou constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLAUSULA XI- Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

Ivone Aparecida Galvani Martines Lievana

Marina Nassin Jorge de Camargo



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

09 SET 2002

CLAUSULA XII- A sociedade será administrada por um ou mais de seus quotistas, sob a denominação que lhes couber, quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na Cláusula IX deste instrumento, aos quais compete, in solidum ou cada um de per si, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da Empresa.

CLAUSULA XIII- Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de sócio-gerente, a quotista MARINA NASSIN JORGE DE CAMARGO, eximindo de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLAUSULA XIV- A sócio-gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, prova essa condição.

CLAUSULA XV- É expressamente proibido ao sócio-gerente, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza aos fins sociais, assim como em nome da Sociedade, prestar fiança, cauções, avais ou endossos de favor, ainda que deles não resultarem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

CLAUSULA XVI- A título de pró labore, o Sócio Gerente poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre quotista que representem a maioria do capital social, para vigor num determinado período de preferencia coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salário, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural desde logo considerado para todos os fins, como encargo operacional da empresa, e, como tal, dedutível da receita bruta.

CLAUSULA XVII- As cotas livremente transferíveis entre os quotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado do ativo líquido, apurado em balanço, pelo número de cotas.

CLAUSULA XVIII- Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminado preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios exercido, ou não, o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da

Gerente
Marina Nassin Jorge de Camargo



Handwritten signatures and initials at the bottom of the document, including a large signature and several circular initials.

CLAUSULA XIX- No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro a faculdade de optar entre:

- a- a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá deste que, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos poderes Públicos concedentes: ou,
- b- o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, de acordo com os termos da Cláusula XV deste instrumento, caso, por motivo qualquer, não possa ingressar na Sociedade.

CLAUSULA XX- Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior, as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

CLAUSULA XXI- Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91 do Decreto número 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 91.837/85.

CLAUSULA XXII- O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLAUSULA XXIII- O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos quotistas na proporção de suas cotas.

CLAUSULA XXIV- A distribuição dos lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLAUSULA XXV- A sociedade, por todos os seus quotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas, recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLAUSULA XXVI- O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

CLAUSULA XXVII- Os sócios quotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

Handwritten signature: Hermete Francisco

Handwritten signature: M. ...

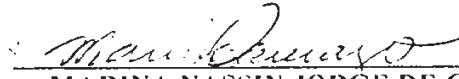


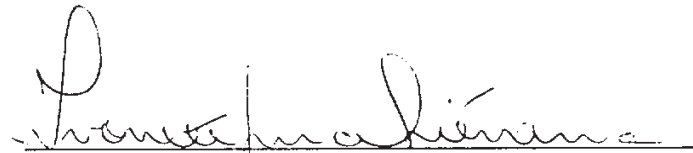
Handwritten signatures and dates: 2000, 2001, 2002

Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.


E, assim, por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram datilografar o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma no anverso de 05 (cinco) folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, após o que o levarão a registro no órgão competente, para que produza os efeitos legais,


Tanabi – SP., 14 de Março de 2.000.

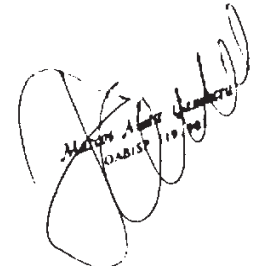

MARINA NASSIN JORGE DE CAMARGO
CPF. N.º 259.251.918/11
RG. N.º 27.642.957-6/SSP-SP.


IVONETE AP. GALVANI MARTINES LIEVANA
CPF. N.º 121.638.938/12
RG. N.º 12.405.209/SSP-SP.

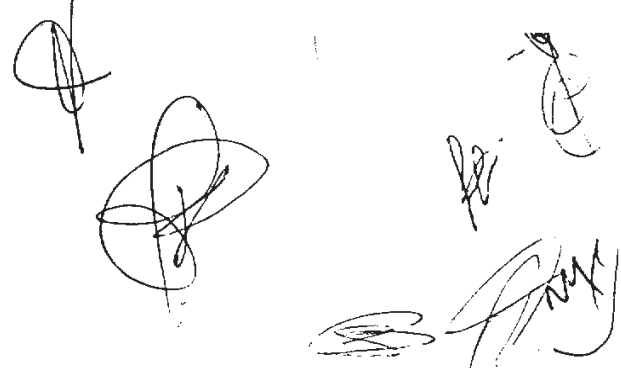
TESTEMUNHAS:-


EDMILSON LUCIO DA SILVA
CPF. N.º 025/899/378/22
RG. N.º 13.423.216-1/SSP-SP.


MARLENE THEODORO DA SILVA
CPF. N.º 025.874.128/70
RG. N.º 14.726.834/SSP-SP.


M. A. ...
10/AB/SP 110/99

SELO DE AUTENTICIDADE
28 MAR 2000
RZ 875961
9 MAR 2000



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 403, DE 2004**

(Nº 381/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão
à Fundação Educativa e Cultural Julius Au-
gust Marischen para executar serviço de
radiodifusão de sons e imagens na cidade
de Araraquara, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 2002, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Julius August Marischen para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.162, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto á apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 20 de dezembro de 2002, que “Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Governo do Estado de Pernambuco, no Arquipélago de Fernando de Noronha – PE; e

2 – Fundação Educativa e Cultural Julius August Marischen, na cidade de Araraquara – SP.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 1.567 EM

Brasília, 16 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Governo do Estado de Pernambuco, no Arquipélago de Fernando de Noronha, Estado de Pernambuco (Processo nº 53000.007416/2002);

- Fundação Educativa e Cultural Julius August Marischen, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000921/2001).

2. De acordo com o artigo 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do artigo 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de

31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros Do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002

Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I – Governo do Estado de Pernambuco, no Arquipélago de Fernando de Noronha, Estado de Pernambuco (Processo nº 53000.007416/2002);

II – Fundação Educativa e Cultural Julius August Marischen, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000921/2001).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunica-

ções, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que

trata o art. 1º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Juarez Quadros do Nascimento.**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**

PARECER Nº 326/2002 – DOSR

REFERÊNCIA INTERESSADA	Processo nº 53830.000921/01 FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JULIUS AUGUST MARISCHEN
ASSUNTO EMENTA	Outorga de serviço de radiodifusão. Independente de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
CONCLUSÃO	Pelo deferimento.

I – OS FATOS

A FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JULIUS AUGUST MARISCHEN, com sede na cidade de Matão, Estado de São Paulo, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araraquara, São Paulo, mediante a utilização do canal 17 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo como um de seus objetivos promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, educativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente da Fundação, está ocupado pelo Sr. Theodoro Clemente Marischen, cabendo a ela a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Vice – Presidente, ocupado pela Sra. Marta Cristina Marchesan Marischen e de Diretor Administrativo, ocupado pelo Sr. Julio Augusto Marchesan Marischen.

II – DO MÉRITO

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13

(...)

§ 1º - É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999 .

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 15, 62 e 63, dos presentes autos.

III – CONCLUSÃO

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 11 de DEZEMBRO de 2002.


FERNANDO SAMPAIO NETTO
Assessor Jurídico

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 11 de DEZEMBRO de 2002.


NAPOLEÃO VALADARES
Coordenador-Geral de Outorga

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 11 de DEZEMBRO de 2002.


HAMILTON DE MAGALHÃES MESQUITA
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 12 de dezembro de 2002.


ANTONIO CARLOS TARDELE
Secretário de Serviços de Radiodifusão

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 404, DE 2004**

(Nº 427/2003, na Câmara dos Deputados)

Approva o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 1.364, de 26 de julho de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.089, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.364, de 26 de julho de 2002 – Fundação Cultural Serra de São José, na cidade de Tiradentes – MG; e

2 – Portaria nº 2.347, de 5 de novembro de 2002 – Fundação Ubaense de Educação e Cultura, na cidade de Ubá – MG.

Brasília, 11 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 1.499 EM

Brasília, 2 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53710.000305/2001, de interesse da Fundação Cultural Serra de São José, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o ar. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento,** Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1.364, DE 26 DE JULHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações – Interino, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000305/2001, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Maurício de Almeida Abreu.**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**

PARECER Nº 217/2002

REFERÊNCIA	Processo nº 53710.000305/01
INTERESSADA	FUNDAÇÃO CULTURAL SERRA DE SÃO JOSÉ
ASSUNTO	Outorga de serviço de radiodifusão.
EMENTA	- Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. - Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.
CONCLUSÃO	Pelo deferimento

I – OS FATOS

A **FUNDAÇÃO CULTURAL SERRA DE SÃO JOSÉ**, com sede na cidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tiradentes, mediante a utilização do canal 274 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de Resende Costa, Minas Gerais, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, está ocupado pela Sra. Maria Alice Martins Alves Costa, cabendo a ela a representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Luiz Cassano e de Diretor Administrativo Financeiro, ocupado pelo Sr. José Gonçalves de Castro.

II – DO MÉRITO

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13

(...)

§ 1º - É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999 .

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada por eles e juntada à fl. 17 dos presentes autos.

III – CONCLUSÃO

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer "sub-censura".

Brasília, 19 de julho de 2002.


FERNANDO SAMPAIO NETTO
Assessor Jurídico

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de julho de 2002.


NAPOLEÃO VALADARES
Coordenador-Geral de Outorga

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de julho de 2002.


HAMILTON DE MAGALHÃES MESQUITA
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Encaminhem-se os autos à dita Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 19 de julho de 2002.


ANTÔNIO CARLOS TARDELE
Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 395 a 404, de 2004, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência recebeu o Ofício SGM/P nº 769/2004, de 19 do corrente, da Câmara dos Deputados, encaminhando cópia do Relatório Final da Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat.

O Relatório, reunido em Processo Especial nos termos do art. 263 do Regimento Interno, vai à Comissão de Assuntos Econômicos para conhecimento do Relator e demais membros, e acompanhará o processo do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 333, de 2004), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria constará da Ordem do Dia da primeira sessão deliberativa ordinária após a desobstrução da pauta, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 12, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do seu Parecer nº 332,

de 2004), que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, caracterizada como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – Pafib.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A Presidência esclarece ao Plenário que há sobre a Mesa o Requerimento nº 439, de 2004, de urgência, para o referido Projeto, lido no dia 13 último, cuja votação depende da desobstrução da pauta desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 466, DE 2004

Sr. Presidente,

Tendo sido designado por V. Exª para representá-lo no Encontro de Presidentes das Câmaras dos Poderes Legislativos dos Estados Parte do Mercosul em Assunção, Paraguai, nos dias 26 e 27 do corrente, requeiro, nos termos do art. 40, **caput**, do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar a referida missão.

Comunico, outrossim, que estarei ausente do País nos dias assinalados.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2004. – Senador **Eduardo Siqueira Campos.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com referência ao Requerimento nº 466, de 2004, que acaba de ser lido e, em virtude da pauta se encontrar sobrestada por Medidas Provisórias, e ainda, em razão de o período da missão ocorrer nos dias 26 e 27 do corrente, a Presidência defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, por vinte minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se, hoje, o nosso plenário está vazio, há uma explicação. A pauta do Senado está trancada, e creio que a da Câmara também, por razões que, até o momento, não tenho conhecimento. Em todo caso, a TV Senado põe a nossa voz no País inteiro e, ao que sei, estamos sendo ouvidos também no exterior, fruto de um trabalho muito bem feito na administração anterior, do Presidente Ramez Tebet, e

na atual, do Presidente José Sarney, no comando da Casa. A TV Senado, hoje, alcança o Brasil inteiro.

Exatamente para os companheiros que ainda estão aqui e para o Brasil que me ouve, eu queria voltar ao assunto que abordei ontem, quando nós, do PMDB, nos colocamos à disposição do Governo do Presidente Lula, não só para que o nosso Partido tenha vez e voz na sua gestão, mas também nas suas metas de geração de empregos nos setores de reparação das estradas, de ajuste econômico, de desenvolvimento social, de segurança e saúde. Para todos esses setores, nós, do PMDB, estamos prontos.

Ontem, repeti a proposta de consertarmos 32 mil quilômetros de estradas federais destruídos no Brasil. Esse documento, já há algum tempo, fiz chegar às mãos do Presidente, pelo menos do Ministro José Dirceu, por intermédio do Líder Aloizio Mercadante. Nossos companheiros do PMDB receberam uma cópia dele, bem como engenheiros do Brasil, pelo que sei, por meio da Federação das Indústrias e dos Transportadores de Carga, também.

Eu gostaria de lembrar, rapidamente, que se trata de uma sugestão que nós, do PMDB, fazemos ao Governo do Presidente Lula, principalmente ao Ministro José Dirceu, o homem forte, vamos dizer, que decide, que é o braço direito do Presidente no Palácio do Planalto. Nas vezes em que mantive algum contato com S. Ex^a, verifiquei que era um homem inteligente, capaz e que resolve. S. Ex^a representa o poder gestor das obras, porque o outro político é o grande representante do Congresso Nacional, o Deputado Aldo Rebelo, um excelente Parlamentar e muito capaz. A S. Ex^as transmito, em nome do meu Partido, a proposta de não esquecermos.

Sr. Presidente, vi a proposta do Ministro à Presidência da República de usar dois bilhões para reparar, segundo os jornais, 13 mil quilômetros destruídos pelas chuvas. Reparei que lá se disse que 80% desse reparo seriam feitos com operação "tapa buraco". Pelo amor de Deus! A malha rodoviária brasileira já envelheceu. Tenho certeza de que os engenheiros construtores de estrada e os transportadores de carga o sabem e estão entendendo essa linguagem. O asfalto envelheceu em 32 mil quilômetros. Ele tem sido remendado, remendado e remendado, mas envelheceu. Ele deve ser substituído por um novo asfalto. Isso é viável, é possível e exequível desde que se adote um novo sistema de administrar esse dinheiro. Isso foi criado, então, com a câmara de gestão, para o projeto do apagão. Acredito que se não houvesse sido tomada uma decisão com relação ao apagão pelo Ministro Pedro Parente, então Chefe da Casa Civil e toda sua equipe, juntamente com o Ministro das Minas e Energia e representantes

do setor elétrico do Brasil, teríamos vivido uma calamidade. O mesmo pode acontecer com as estradas. O que será muito pior, porque é por meio delas que transportamos 90% da produção brasileira.

O que poderíamos fazer? Qual a proposta dos nossos companheiros do PMDB? Que o Governo reflita e faça um estudo da nossa proposta. Sr. Presidente, trata-se de uma câmara de gestão, que teria a duração de três anos e o compromisso de restaurar 32 mil quilômetros de estrada, executando 10,5 mil quilômetros por ano, a um custo de apenas R\$1,6 bilhão. O Ministro pleiteia R\$ 2 bilhões para tapar buraco. Mas isso não adianta! S. Ex^a, o Ministro, é novo na Pasta, chega agora ao Ministério, portanto, está recebendo informações, e talvez não tenha tido tempo de analisá-las. Porém, nós, que fizemos um estudo aprofundado e conhecemos de perto o problema, insistimos, porque não nos parece justo jogar R\$2 bilhões fora para tapar buraco, como era feito no Governo passado. Por isso, a malha rodoviária continua arrebentada e toda remendada. Não podemos mais remendar nossas estradas em um País que optou pelo rodoviarismo. Vamos recuperar nossas estradas, Sr. Presidente, criando a câmara de gestão. O PMDB, assim como os demais Companheiros de Senado apóiam nossa iniciativa. Portanto, não há ninguém contra; todos estão a favor.

Resumindo, Sr. Presidente: 120 empresas de engenharia entrariam no circuito e iniciariam a recuperação de nossas estradas concomitantemente em todos os Estados. Sr. Presidente, posso garantir a V. Ex^a que essa medida geraria um milhão de empregos diretos em todo o Brasil, não tenho dúvida disso. Não se faz estrada sem o concurso de mão-de-obra operária assentada ao longo da estrada.

Sr. Presidente, já fizemos os cálculos e verificamos que está em torno de um milhão de pessoas envolvidas para a recuperação de nossas estradas. Ora, o jornal declarou que há uma proposta do Governo para a contratação de um milhão de pessoas para esse fim. Pergunto: um milhão de pessoas vão consertá-las à mão? E gastando dinheiro do Governo? Não precisa, Sr. Presidente! Se alguém deu essa sugestão, corte-a, porque não é necessária. Portanto, as 120 empresas de engenharia gerariam um milhão de empregos diretos e, em três anos, teríamos 32 mil quilômetros de estradas novas. Vamos aos custos: só com óleo **diesel**, se economizaria R\$7 bilhões por ano, e com mais R\$6,5 bilhões do aumento do frete de 25%, iríamos para R\$13 bilhões, fora o desgaste do patrimônio.

Sr. Presidente, insisto nessa proposta porque a calamidade maior do País neste momento ainda não é o problema dos índios nem o do Urso Branco, mas sim toda a riqueza brasileira empacada em estradas

esburacadas que não dão fluxo, e o Brasil precisa exportar rapidamente os grãos.

Sr. Presidente, considero o tema “estrada” grave, por isso retornei à questão. No entanto, o assunto de que tratarei hoje é sobre a geração de emprego. Vejo que o Presidente da República está sendo aconselhado para a contratação de um milhão de pessoas para consertar nossas estradas. Então, vamos tomar uma outra atitude. Refiro-me ao assentamento de famílias. Os sem-terra reclamam que o Incra ou o Programa de Reforma Agrária não assenta as famílias, então, há uma proposta de assentar 600 mil famílias.

Sr. Presidente, vou fazer uma proposta, em nome do meu Partido e em meu nome pessoal ao Senhor Presidente da República, porque a experiência foi feita por mim no Estado do Piauí. Portanto, a faço como proposta do PMDB a esta Casa. Vamos assentar famílias? Então, vamos começar pelo semi-árido nordestino. Vejamos os números: 100 mil famílias no Piauí, que receberiam três hectares cada família. Não precisa mais do que isso. Entendam bem: tenho esses números à mão, não são chutados e nem são de laboratório ou de gabinete. Isso é real. Os testamos no Piauí. Então, seriam três hectares para cada família – uma família não trabalha mais do que três hectares –, portanto, uma pessoa para cada hectare, os três juntos plantariam os três hectares. Plantariam dois hectares de mamona e feijão e um hectare de sorgo ou milheto. Para se fazer a rotação de culturas, se plantaria sorgo no terceiro hectare. No ano seguinte, faz-se a rotação. Então, para 100 mil famílias no Piauí, 300 mil hectares. Pode-se arrendar, não é necessário comprar a terra. Mas, se fosse comprá-la, seria a R\$300,00 o hectare – garanto que na hora em que se abra a boca, aquele pessoal que tem terras sem valor algum venderia na mesma hora.

Então, quanto o Governo gastaria para assentar 700 mil famílias? São 100 mil famílias no Piauí, o que resolve o problema rural do Piauí, não tenho dúvida; 200 mil famílias no Ceará, que tem o dobro dos habitantes do Piauí; 100 mil, no Rio Grande do Norte; 100 mil, na Paraíba e 200 mil, em Pernambuco. Setecentas mil famílias assentadas em dois milhões e cem mil hectares a R\$300,00 o hectare, daria um custo de R\$650 milhões. Isto é: o Governo gastaria R\$650 milhões, comprando três hectares de terra para cada lavrador. Cem mil no Piauí – repito –, 200 mil, no Ceará; 100 mil, no Rio Grande do Norte; 100 mil, na Paraíba e 200 mil famílias em Pernambuco. Isso é um começo. Assentar 700 mil famílias para plantar mamona e feijão. Vamos ver quanto isso renderia? Aqui estão os números, Srs. Senadores. São números que não temos como discutir, pois foram testados. Vou colocar esses número

mais por baixo. Um hectare corresponderia a uma tonelada de mamona e uma tonelada de feijão; em dois hectares, seriam duas toneladas de mamona e duas toneladas de feijão, o que daria 400 toneladas de sorgo ou milheto. Isso lá no semi-árido, com chuvas de 300mm a 400mm.

Muito bem. Qual seria a renda? Os números estão aqui, não tenho dúvida nenhuma: feijão: 2 milhões e 100 mil hectares, produzindo só 500 quilos de feijão por hectare, produz uma tonelada, mas vou colocar por baixo. Quinhentos quilos. Então, tenho um bilhão e cinquenta milhões de quilos de feijão, a R\$1,00 o quilo, daria R\$ 1.050 bilhões de renda global.

Vamos agora para a mamona. Vou colocar somente 500 quilos de mamona por hectare. Então, nesse caso, dois milhões e cem mil hectares vão dar novamente um milhão e cinquenta mil toneladas. Vendendo essa produção a R\$600,00 a tonelada, teríamos um milhão e cinquenta mil toneladas, a R\$0,60, a R\$600,00 a tonelada, vamos ficar, então, com R\$630 milhões. Essa quantia é referente à baga da mamona. Trata-se da mesma quantia para a torta, porque são 50% de grão e 50% de torta. Na verdade, é a metade. Agora, vamos para o adubo. Aqui é novidade. Garanto que, talvez, 90% dos brasileiros não saibam disso. Se cortarmos o pé da mamona, depois de colhido, teremos 10 toneladas de matéria seca por hectare. Mas vou colocar apenas cinco toneladas. Então, Srs. Senadores, vendendo esse adubo, referente a um bilhão e quinhentos milhões de quilos, a R\$200,00, dá a brincadeira de R\$2,1 bilhões. Vamos somar? Isso dá R\$3,78 bilhões. Quanto isso custou ao Governo? Custou R\$650 milhões para comprar o terreno. Dividindo os R\$650 milhões, que o Governo gastou, por 700 mil famílias, o emprego sai por R\$900,00. Na indústria, o emprego sai por R\$20 mil. Aqui, estou arranjando um emprego permanente, definitivo, com três hectares, por R\$900,00. Os R\$900,00 correspondem a três hectares, R\$300,00 cada. O Governo pode emprestar esse dinheiro para o lavrador, e o lavrador compra e paga em cinco anos. O Governo não vai desperdiçar dinheiro nenhum. Utilizará o dinheiro do Pronaf. São R\$500,00 para cada lavrador, sendo que R\$200,00 pertencem a ele, e é por ano. Então, se tem R\$200,00 por ano, em cinco anos, terá mil reais. Se ele tem R\$200,00 – é dele – por ano, em cinco anos, terá R\$1 mil. A terra vai custar R\$900,00. Em cinco anos, ele paga, e o Governo apenas empresta o dinheiro, não precisa gastar. Agora, se quiser gastar, compra a terra, para os R\$650 milhões, entrega ao lavrador e cobra dele R\$200,00 por ano, e, em cinco anos, ele paga a terra.

Creio que isso é algo que deveria ser considerado pelo Presidente. Nós estamos dispostos a fazer

aqui uma comissão. Se eles nos receberem, eu levo esses números para mostrar e podemos experimentar. Se eles têm alguma dúvida, vamos assentar cem mil famílias no Piauí. Senador Mão Santa, V. Ex^a foi um dos grandes governadores do nosso Estado, fez uma Universidade que cobria o Estado todo, sem mencionar as estradas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Faltam 52 segundos para que V. Ex^a me conceda um aparte.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, permita-me conceder um minuto de aparte ao Senador Mão Santa, por obséquio, e tome um minuto dele.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Presidente Lula está certo em conquistar o PMDB, é o maior Partido. Está certo em, politicamente, se aconselhar com esse grande estadista do Brasil, que é o Presidente Sarney, homem de firmezas históricas. Atentai bem, Alberto Silva, ele foi capaz de combater o império de Assis Chateaubriand, mostrando firmeza e coragem democrática. Mas homens empreendedores ele tem que buscar, homens realizadores, tocadores de obra. Alberto Silva é um desses exemplos. Ninguém o excedeu, Senador Siqueira Campos, com todo o respeito ao seu pai, que também é um construtor.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – E grande!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Que beleza o Tocantins, Palmas...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – E o filho também.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim, mas quero dar um testemunho de que Alberto Silva talvez não se lembre. Outro empreendedor e tocador de obra neste País foi Andreazza. Eu Estudava no Rio de Janeiro, dava plantão no Hospital do Servidor do Estado, e o vi fazer aquela ponte, pilar sobre pilar. Vi Andreazza na minha cidade, Parnaíba. O destino o levou para o Ceará, onde ele fez a maior expansão da rede elétrica. Mas ele – “Mateus, primeiro os teus” – conseguiu driblar os cearenses com o prestígio que tinha e levou a energia para a nossa cidade, Parnaíba, energia boa, forte. V. Ex^a não era governador ainda, foi governador em 1971. Recém-chegado, médico, eu o admirava, como, desde criancinha, tocava chapa para que V. Ex^a fosse prefeito da minha cidade por duas vezes.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Lembrome desse cabo eleitoral.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vi Andreazza no Centro Cívico – Parnaíba é uma cidade diferente, tem uma bandeira, um hino, um Centro Cívico, Alberto Silva e Reis Velloso. Ouvi, no Centro Cívico, Andreazza dizer que estávamos inaugurando a maior rede elétrica em extensão do mundo. Então, tudo que Al-

berto Silva está dizendo, Presidente Lula, é verdade. O PMDB não quer cargo, quer a luz de Alberto Silva, que ele resolve.

Agora, quero falar da grandeza do Piauí, para alertar, estamos para colaborar. Outra luz da ditadura foi, sem dúvida nenhuma, João Paulo dos Reis Velloso, o primeiro PND, o segundo PND, e mais o grande ensinamento que o Piauí deu; nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção durante os dez anos em que serviu. Quero ajudá-lo, Senador Alberto Silva. Tenho aqui um trabalho da Confederação Nacional do Transporte sobre as estradas. Está no jornal o que eu disse, que V. Ex^a é conhecido no Piauí como o rei das estradas. Esse trabalho, feito por Raul Velloso, irmão mais novo de João Paulo dos Reis Velloso, diz assim: “Consultoria aponta desvio da finalidade do dinheiro da Cide”. Isso é de ontem. A direção da Confederação Nacional do Transporte mandou para o Senador Mão Santa. “Dos R\$2 bilhões que o Governo Federal arrecadou no primeiro trimestre (janeiro, fevereiro e março), com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide sobre os combustíveis, apenas R\$70 milhões, 3,5% do total, foram destinados para o setor de transportes. Os dados fazem parte do estudo do consultor econômico Raul Velloso, encomendado pela Confederação Nacional do Transporte – CNT, que revela ter havido uma total descaracterização da função principal para a qual foi criada a contribuição: o financiamento de programas de infra-estrutura de transporte. Para Velloso, a explicação para essa situação no desvio dos recursos da Cide está no aumento crescente dos gastos correntes do Governo, que vêm subindo de forma impressionante. A farra de gastos correntes é geral.” Então, quem está com razão é o Dr. Alberto Silva, e só um órgão muito forte, uma câmara de gestão pode sustar isso tudo, para que sejam atendidos os objetivos dos recursos tirados do povo, da Cide, para recuperação das estradas. De uma coisa tenho certeza: assim como o Presidente Lula ausculta Sarney como estadista, tem que auscultar o Senador Alberto Silva como homem empreendedor e realizador.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado Senador Mão Santa. V. Ex^a sempre foi muito generoso comigo e também foi um grande governador do Piauí. Por isso mesmo, agradeço a colaboração de V. Ex^a e a tolerância do Sr. Presidente.

Já que se falou em Cide, bastaria R\$1,6 bilhão do Ministério dos Transportes. Deixa R\$1 bilhão no Ministério dos Transportes, tira R\$600 milhões e coloca mais R\$1 bilhão da Cide e faremos 11 mil quilômetros novos, em vez de tapar buracos em 10 mil quilômetros. Quanto às 700 mil famílias, fica aqui a proposta de,

em vez de contratar gente para tapar buraco, faríamos melhor. Com as 120 empresas de engenharia consertando 11 mil quilômetros a partir deste ano, teremos um milhão de empregos. E, se adotarmos o mesmo sistema do Piauí de três hectares para cada família, V. Ex^a assentará 700 mil famílias num período que poderia ser combinado, com renda mensal de cerca de R\$500,00 mensais.

Essa é uma sugestão em que acredito – e está aqui o nosso ex-Líder, o grande Senador Tião Viana, que poderia levar ao Planalto essa exposição de sugestão ao Governo do Presidente Lula, em quem acreditamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Siqueira Campos, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão de sexta-feira do Senado da República do Brasil, quis Deus que estivesse aqui presente este extraordinário Senador do Maranhão, ex-Governador Lobão, que preside com muita sabedoria, obstinação e firmeza uma das Comissões mais importantes do Senado da República, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O pão de que mais necessitam os brasileiros é justiça, que é uma inspiração divina. Está no Velho Testamento que leis foram apresentadas ao líder escolhido por Deus. Essa foi uma orientação de Deus, de que o caminho é por aí.

Por esta Casa passou o jurista baiano, patrono deste Congresso, que disse que só um caminho tem a salvação, que é a justiça com a lei e dentro da lei”.

A Constituição Federal é o livro das nossas leis, a bíblia dos homens. Há as leis de Deus, que devemos obedecer, e as dos filhos de Deus do Brasil. A Constituição de outubro de 88 foi beijada pelo grande líder da redemocratização deste País, Ulysses Guimarães.

Esta Constituição, Senador Lobão, tem 29 vezes a palavra autoridade. A autoridade se engrandece e se fortalece, Senador Tião Viana, quando se curva diante das leis. Para isso, Moisés recebeu as tábuas da Lei.

Moisés quis fraquejar. Sua missão foi dura: 40 anos para tirar o povo de Deus. Ele não quis saber se o faraó era forte, se tinha exército ou se havia navio para atravessar o mar. Ele foi, passou pelo deserto, passou fome, seca e quis fraquejar e desistir. Aí ouviu uma voz: “Procurai os mais experimentados, os mais

velhos. Os setenta mais velhos o ajudarão a carregar o fardo do povo”.

É isto o que queremos dizer ao Presidente Lula: chame o Senador Alberto Silva, como sabiamente chamou o estadista Sarney, que, sem dúvida nenhuma, é a proeminência, o que garante o equilíbrio. Sua Excelência tem que chamar homens experimentados em obras, como o Senador Alberto Silva, e homens experimentados e calejados, como o Senador Edison Lobão, que vê esse emaranhado de desrespeito à autoridade e à ordem, sem a qual não há progresso.

Meu professor de cirurgia, Mariano de Andrade, quando via um estudante querendo mostrar valor, operando apressadamente, dizia: “A ignorância é ousada”. Dizia ele que cirurgia não é corrida de cavalo e que a competência do cirurgião não é mensurada pela velocidade, mas pelas conseqüências do seu trabalho.

Senador Tião Viana, desde que o mundo é mundo, os homens procuraram se organizar e constituíram as instituições para garantir as leis. Dizem os sábios que força sem lei é truculência, mas lei sem força é fraqueza. Ontem, o Senador Alberto Silva falou que as forças talvez tenham se organizado em Roma, na civilizada Itália do Renascimento. E chegaram ao nosso País, moderno e avançado em todos os aspectos. Mas chegou um órgão de perfeição, um ícone: a Polícia Federal, sobre a qual darei meu testemunho.

A Polícia Federal é uma organização nota dez. Fui Prefeito, Deputado, governei o Piauí duas vezes com o povo e sou Senador da República.

Senador Edison Lobão, o período militar teve suas benções. O Senador Alberto Silva foi Governador no período militar e foi uma excelente e extraordinária dádiva da revolução ao Governo. Eu, impetuoso – ontem mesmo, S. Ex^a me chamou de rebelde –, achei por bem que devíamos apoiar um candidato do MDB a prefeito de nossa cidade, bem novinho.

Não é negócio de José Dirceu, de Lula. Participei da primeira eleição democrática em que o MDB fez um prefeito na minha cidade de Parnaíba. Não sei onde estavam José Dirceu e Lula. Comandamos, lideramos e ganhamos.

Naquele tempo, não sei como – quero dar este testemunho –, fui acusado de subversivo. Não sou José Dirceu, que fugiu; fiquei e enfrentei. Nem um milímetro o núcleo duro é mais duro e mais macho do que este homem do Piauí. Não fugi, fiquei. Fui para a praça pública e ganhamos. A primeira cidade talvez do Nordeste. O prefeito foi o Elias, que indicamos, que hoje é Deputado Estadual. Mas liderei os jovens, os médicos, e fui acusado de ser subversivo e comunista, Senador Tião, mas não fugi. Senador Alberto Silva, quero dar esse depoimento.

Quando eu descia do ambulatório Mário Lages, reformado por mim – fui convidado para ser Secretário de Saúde – de branco, às cinco horas, um rapaz muito decente e novo, parecia o Tião, elegante e bonito, bem afeiçãoado, se apresenta na praça. Não sei onde andavam esses bravos. Eu não fugi. Enfrentei de peito aberto, fui para a luta. Éramos até adversários, mas eu e o Alberto sempre fomos unidos pelo ideal de fazer grande Parnaíba, o Piauí e o Brasil. Sempre houve esse respeito. Quando criança, eu já tocava chapa por ele. Mas estávamos nesse clamor, Senador Edison Lobão. Aí ele se apresentou: “Olha, eu sou da Polícia Federal e tenho graves acusações contra o senhor, inclusive que é subversivo, comunista e não sei o quê”. E ele disse: “O senhor tem algum amigo aqui?” Havia o jornal do Mário Meireles, bem próximo. Às 17 horas, eu fui, mas não tinham um reservado no jornal da nossa cidade. Aí, ele tornou a dizer: “Olha, eu tenho que terminar esse inquérito. Estou sediado na capitania. Já andei nesta cidade, e você é um dos homens mais dignos que conheço. E conheço o seu tio – sou do Maranhão – Almir Morais Corrêa.” Meu tio era maranhense. Outro dia, perguntei sobre esse jovem e soube que já havia falecido, porque eu queria agradecer e reverenciar. Vejam, então, o que era a Polícia Federal na época da ditadura. E ele disse: “Eu não quero que o senhor vá à capitania, para não constrangê-lo, porque estou lá, instalado, com a Polícia Federal – naquele tempo era a Capitania dos Portos. Era na época da ditadura, no início dos anos 70.

Senador Edison Lobão, eu morava com meu pai e minha mãe. Ele foi, junto com a Adalgisa, e bateram à máquina as perguntas que quiseram. Então, Senador Edison Lobão, nunca fui perseguido por nada. Assim, entendo o fundamento da Polícia Federal. Mas não acabou aí. V. Ex^a sabe, Senador Edison Lobão, como é a maldade política. Começaram a dizer então que eu estava envolvido com maconha, com tráfico e tudo, no Maranhão.

E aí, Senador Alberto Silva, lá vai de novo a Polícia Federal. Perguntam-me, então, se eu freqüentava determinada casa, ao que respondo que sim, pois sou médico e fui a um aniversário. Perguntam-me se eu sabia de alguma coisa. Eu disse que não. Sabia que ele era pastor, pois algumas vezes em que fui atender a chamado na casa dele, encontrei-o lendo a Bíblia. Quer dizer, a Polícia Federal sempre salvaguardou os homens de bem.

Depois, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Deus me permitiu ser Governador do meu Estado. E nessa época já havia o crime organizado, os bandidos, e eu sempre dizia: organizado tem que ser o Governo; o resto é a desordem.

E teve aquele do Acre, como é o nome, Senador Tião Viana? Aquele do crime organizado?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Hildebrando Pascoal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Hildebrando Pascoal. Não sei se o nosso era bárbaro como ele, mas o acusavam de 30 mortes, o Cel. Correia Lima. Eu o prendi, mas contei com a colaboração da Polícia Federal, com o Delegado da Polícia Federal, com o Ministério Público. São essas coisas que quero deixar claras. E essa instituição, que é nota 10, que se iguala ao FBI – que é respeitado e aplaudido –, está em greve, Senador Alberto Silva, há dois meses.

Portanto, este é o assunto que trago à tribuna no dia de hoje: a greve da Polícia Federal, que já dura mais de um mês e tem sido alvo de críticas e de transtornos, sobretudo em face da intransigência exibida pelo Governo Federal no trato da questão.

E é uma atitude que surpreende e decepciona a todos por pelo menos dois motivos. O primeiro decorre de algo simples. Os grevistas, como pretendo demonstrar neste pronunciamento, têm razão, mas estão sendo tratados como se não tivessem. A lei – e irei demonstrá-lo – está ao lado deles, a espera pelo cumprimento da mesma já dura oito anos. O segundo motivo decorre do paradoxo de estar agindo assim um Governo que tem em seu comando um Presidente da República cuja liderança e prestígio foram forjados exatamente no trato desse tipo de questão. Quantas e quantas vezes o líder sindical Lula criticou a intransigência dos patrões mesmo quando nenhuma lei estava sendo violada? No caso presente, repito, a lei está com os policiais grevistas. E o Presidente e ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva não manifesta a mais remota sensibilidade com a natureza do que está sendo reivindicado. E o que está sendo reivindicado é justo e rigorosamente legal.

Senão, vejamos: as Leis nºs 5.645, de 1970, e 9.266, de 1996, transformaram todos os cargos dos quadros da Polícia Federal de nível médio em nível superior. Primeiramente, foram os delegados, pela lei de 1970. Depois, vieram os agentes, os escrivães e papiloscopistas, em 1996.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, ocorre que, em contradição com a elevação funcional dessas categorias ao nível superior, os vencimentos básicos respectivos não sofreram, desde então, qualquer alteração. Exigiram nível superior, mas não deram a compensação, que é o salário. Ou seja, servidores de nível superior recebem, ainda, oito anos após a sanção da lei, vencimentos de nível médio. E a situação é tanto mais esdrúxula quando se sabe que as diárias de deslocamento que eventualmente lhes são

pagas têm como base a tabela de nível superior. Eles recebem as diárias de nível superior e não recebem os salários. Quer dizer, há o reconhecimento explícito de um direito que lhes é negado sistematicamente.

A situação seria risível e poderia ser encarada como mera falha da burocracia estatal não fosse a existência de afronta direta ao texto legal em vigor.

O Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal protocolou, em 17 de setembro de 2003, no gabinete do Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, ofício em que encarecia que a reivindicação fosse encaminhada ao Ministro da Justiça para atendimento, o que foi feito no dia seguinte, com a observação do Diretor-Geral de que apoiava o pleito, com base em parecer da Coordenação de Recursos Humanos do próprio órgão e na manifestação da Advocacia Geral da União, de 2003. Recebido o expediente do Diretor da Polícia Federal, foi ele encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para “análise e manifestação dessa Pasta”, no dia 24 de outubro de 2003, após o que nada aconteceu.

O Governo silenciou sobre o pleito e não lhe deu resposta alguma, o que é simplesmente espantoso, para dizer o mínimo. Ao contrário, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passou a acusar os policiais de tumultuarem a vida dos cidadãos nos aeroportos e de reivindicarem aumentos salariais. Incomodou-se – e incomoda-se – com as conseqüências, mas despreza as causas. E elas se resumem no desprezo aos direitos dos grevistas.

Parece-nos, Sr. Presidente, que esse Governo, para além do discurso da transparência, está se tornando mestre na mistificação e no desrespeito aos pleitos da sociedade. A tabela que foi anexada à Lei nº 9.266 herdou das normas anteriores, para agentes, escrivães e papiloscopistas, os valores dos vencimentos básicos das então tabelas de nível médio, consolidando a dicotomia entre a classificação funcional revista para cima e a remuneração retida em nível inferior, o que configura incongruência inaceitável.

Sr. Presidente, legislar não pode ser ato inócuo em nosso País se quisermos ter uma sociedade organizada e justa. Legislar e fazer respeitar as leis são pilares do Estado democrático de direito. A folclórica tradição brasileira de leis que “não pegam” é intolerável e demonstra o despreparo de dirigentes, legisladores e sociedade no exercício da democracia.

Quando os superiores desprezam as demandas de seus subordinados, colhem, fatalmente, o desgaste de sua autoridade.

Com a palavra o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Mão Santa, estou acompanhando seu discurso. Até parece que V. Ex^a está lendo um artigo de um grande jurista, como Ives Gandra. Eu conversava com o Senador Edison Lobão sobre o que o Senado poderia fazer

para resolver esse impasse. V. Ex^a tem toda razão: a Polícia Federal é uma instituição que merece do povo brasileiro o maior respeito e admiração. Nós, que fomos Governadores – o Senador Edison Lobão, por duas vezes, no Maranhão, e eu e V. Ex^a no Piauí –, sabemos quanto vale a Polícia Federal não só no combate ao narcotráfico, mas também na segurança das fronteiras. Estamos cientes de que, se a Polícia Federal faltar no País, estaremos com a perna quebrada em matéria de segurança. Proponho que este assunto seja analisado em uma de nossas comissões técnicas, para encontrarmos uma maneira de adaptar o dinheiro que falta para cumprir a legislação. É isto que o Governo diz: “Não há dinheiro para cumprir a legislação”. A título de contribuição, poderíamos tentar encontrar, em discussões nas comissões técnicas, algum recurso que ainda não tenha sido utilizado pela equipe econômica. O Congresso Nacional poderia votar um projeto de lei para, por exemplo, deixarmos de pagar um pouco desses juros tão altos. Não estou falando de moratória, mas de um período de carência. Moratória é uma palavra que não se deve usar com o FMI. Toda dívida tem carência. Se tivéssemos um ano de carência para o pagamento da dívida, sobrariam alguns bilhões de dólares e poderíamos implantar um regime de geração de renda. Com isso, reivindicações como a da Polícia Federal poderiam ser satisfeitas, obedecendo-se à lei. Comungo com V. Ex^a da opinião de que a lei deve ser cumprida. Se não temos dinheiro para cumpri-la, devemos encontrar uma solução, e o Senado poderia dar essa contribuição. É o que me aconselha o Senador Edison Lobão, com sua experiência, inclusive na presidência de uma das mais importantes comissões técnicas do Senado Federal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. A expectativa do Governo Lula foi ampliar a vivência democrática. E mais, o Líder do Governo nesta Casa refere-se sempre a um debate qualificado. Queremos o debate qualificado e queremos salvar essa instituição que zela pelo que está escrito na bandeira, que é Ordem e Progresso.

Cito Olavo Bilac, quando disse: “Criança, não verás nenhum país como este!” Será que, diante dessas belas crianças de Brasília, ele diria o mesmo? Temos índio matando garimpeiro, conflitos em favelas, brasileiros mendigando emprego.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Ensinava, enviando a mensagem, que é obrigação e dever dos governantes propiciarem emprego.

Peço a generosidade do Sr. Presidente na consideração do meu tempo, porque neste debate não

poderia faltar a experiência e a clarividência do Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Prometo ser muito rápido. Apenas quero dizer que o conceito que fazem V. Ex^a e o Senador Alberto Silva da Polícia Federal é o mesmo que faço: é uma instituição notável. Esse problema salarial precisa ser resolvido. A Senadora Heloísa Helena nos lembra que, com apenas 1% do superávit, hoje tão perseguido pelo Governo Federal, conseguiríamos resolver plenamente a situação da Polícia Federal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concluindo, Sr. Presidente, peço ao Presidente Lula que tenha sensibilidade e solucione esse impasse: abra o diálogo com a Polícia Federal, uma vez que a greve é por justiça, é por uma questão legal.

O País está ameaçado, pois mesmo que o PT não troque a nossa bandeira multicolor – verde, amarela, azul e branca – por uma vermelha, corremos o risco de que o lema positivista Ordem e Progresso seja mudado para Desordem e Regresso nesse Governo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência destaca a presença nas galerias das crianças da Escola Classe nº 316, de Santa Maria, no Distrito Federal.

Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma alegria a presença das professoras, das coordenadoras e das crianças neste plenário.

A Presidência aproveita para parabenizar o importante serviço de relações públicas, que acompanha as visitas das crianças, dos populares e daqueles que se interessam por conhecer melhor as dependências do Senado Federal.

Dando continuidade à lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti por 20 minutos. Em seguida, terá a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje analisarei uma questão que vem sendo veiculada na imprensa desde que o Supremo Tribunal Federal decidiu estabelecer critérios para o número de vereadores em cada Município.

Sr. Presidente, deveria haver uma regulamentação entre o mínimo de nove vereadores e o máximo de vereadores por Município, porque, realmente, entre o mínimo e o máximo havia uma variedade de interpretações locais que permitia, por exemplo, que um Município, num Estado “A”, tivesse 11 vereadores, e um Município com igual número de habitantes, no Estado “B”, tivesse nove vereadores, o mínimo atualmente estabelecido pela Constituição.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, veio no momento em

que os partidos já estão preparados para as convenções, que serão realizadas em junho. Portanto, todo o planejamento para as eleições já foi feito: o recrutamento, a mobilização de candidatos, a lista com o número de candidatos por partido, de acordo com o que é permitido em cada Município. Embora salutar, essa decisão veio em um momento errado, porque a própria legislação eleitoral diz que qualquer alteração deve ser feita um ano antes da eleição. Realmente, isso causou tumulto na vida partidária nos diversos Municípios do País.

Não estou advogando que o número de vereadores deva permanecer o mesmo. Acredito que deva haver critério por faixa de número de habitantes. A proposta da Câmara dos Deputados é importante, mas discordo em um ponto: a redução de nove para sete no número mínimo de vereadores por Município. Está-se mexendo numa situação que estava cristalizada, até porque nove é um número que impede que haja domínio de grupos políticos ou de arranjos em determinados Municípios.

No entanto, a Câmara dos Deputados propõe um critério mais justo, pois embora reduza o número geral de Vereadores, estabelece faixas mais compatíveis do que aquela estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal e, repito, adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Essa matéria não deveria ser alterada em um ano eleitoral, a poucos meses das eleições, a menos de dois meses das convenções partidárias. Entendo que isso causou, realmente, um trauma na vida político-partidária e mexeu na vida dos Municípios.

Fico preocupado, Sr. Presidente, com o fato de que se leva pouco em conta a vida dos Municípios, a sua população, os vereadores e os prefeitos, como se o Município fosse o lugar onde se fazem as piores bandidagens do País. Na verdade, as maiores falcatruas neste País ocorrem em nível federal. Sempre foi assim, muitas vezes, inclusive, envolvendo prefeitos de pequenos ou grandes Municípios, como recentemente ocorreu em São Paulo.

É preciso que tenhamos tranquilidade. A Câmara está fazendo essa votação. Espero que a matéria venha rapidamente ao Senado, para que possamos dar o mínimo de tranquilidade aos Municípios brasileiros, aos vereadores que são candidatos à reeleição, aos novos postulantes a vagas de vereador, de forma que haja a valorização dos Municípios.

Somos uma Federação ao inverso. O Município é pouco valorizado no País. A polêmica começa quando, ao exercermos aqui o nosso direito legal e legítimo de apresentar emendas parlamentares, a imprensa diz que isso é fisiologismo, como se o Deputado ou o Senador, que conhecem a realidade do Município e sabem qual a obra importante ou qual o investimento deverá ser feito, fosse mais suspeito do que, por exemplo, um técnico de um Ministério que não conhece a

realidade do Município, que nunca foi a um Município das Regiões Norte e Nordeste e que estabelece os critérios para a aplicação de recursos. Somos nós, Parlamentares, que mantemos o contato diário com a população dos Municípios, com os vereadores e com os prefeitos, que temos a legitimidade para indicar os recursos a serem aplicados.

E a quanto corresponde isso no montante do Orçamento da União? Não chega sequer a 12%. No entanto, todos os anos, a história é a mesma: suspende-se a liberação das emendas. Isso já virou tradição. Enquanto isso, continuamos a falar em orçamento impositivo, que, uma vez aprovado, deve ser cumprido e que, para haver qualquer alteração, deve ser submetido novamente à apreciação do Congresso Nacional. No entanto, isso não é feito.

Podemos dizer que a nossa Federação não existe no que tange à definição e à execução do Orçamento, pois os recursos estão concentrados em Brasília, de forma que um prefeito de uma cidadezinha tem que se articular, muitas vezes até refém de escritórios de lobistas, para poder conseguir empreender um projeto, encaminhar uma proposta e obter a liberação dos recursos.

Agora, vem esse transtorno às vésperas das eleições. Deixo meu apelo para que a Câmara dos Deputados vote essa matéria rapidamente, assim como o Senado, para que possamos restabelecer um mínimo de tranqüilidade para as eleições e para que não causemos um prejuízo muito grande aos partidos políticos. Entendo que, com essa alteração, ninguém sai ganhando.

Fico triste quando leio na imprensa que a medida de reduzir o número de vereadores é moralizadora. Por quê? Em tese, todos os vereadores são corruptos? Diminuir o número de vereadores significa moralizar? Diminuir o número de vereadores ajuda o Brasil a resolver os seus problemas?

Entendo que deve haver critérios, que se deve estabelecer o número de vereadores proporcional ao número de habitantes. Mas temos que apoiar os Municípios, principalmente os pequenos, porque sabemos – isso é bastante dito e repetido – que o cidadão mora no Município, na rua tal, número tal, e que os problemas e as soluções começam nos Municípios, não estão na União, esse ente jurídico abstrato que, na verdade, hoje, é tido como um ente sacrossanto, enquanto os Municípios aparecem como os grandes vilões da Federação.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, estamos ouvindo atentamente o discurso de V. Ex^a, que nos surpreende ao trazer temas como esse de grande importância. Admiro muito Abraham Lincoln e já li dezenas de livros a seu respeito. Ao analisar a vida desse grande Presidente americano, observamos

todas as eleições de que ele participou – e foram várias, muitas das quais ele perdeu. Hoje, nos Estados Unidos, as eleições são idênticas. As eleições de Bush, de Bill Clinton e de Kennedy são idênticas. Daí por que o povo norte-americano aprendeu a votar. A repetição é que ensina. Lá não há essas mudanças. Quero crer que mudanças no sistema eleitoral deveriam valer à semelhança do que ocorre com os impostos: só entram em vigor no ano subsequente à aprovação. Entendo que deveriam ser impedidas mudanças em ano eleitoral. Os times – os partidos políticos – já estão se equipando para entrar em campo. Faltam, como V. Ex^a diz, apenas dois meses para as convenções. Então, espero que o País reflita e evite essas mudanças neste momento eleitoral, que representarão um desserviço à democracia. Com a nossa experiência de Prefeito, quero contestar alguns pontos. Proporções fixas são transferidas ao Poder Legislativo municipal, como ocorre nas assembleias e no Parlamento federal, e isso não vai trazer nenhuma economia. Quando eu era Prefeito de Parnaíba, eram 5%. O uso e a administração competem ao Poder Legislativo. Então, com a diminuição do número de vereadores, aumentarão os ganhos dos que permanecem, e o gabinete administrativo continuará o mesmo. Creio que está havendo muita sede de querer aparecer na mídia, porque essas mudanças, em ano eleitoral, são indevidas. Está aí o exemplo dos Estados Unidos que, há mais de 200 anos, tem o mesmo sistema eleitoral.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço a V. Ex^a o aparte. Realmente, preocupa-me muito a falta de uma visão mais municipalista no País. Não entendo como um Estado pode ser importante se não tiver Municípios política e economicamente fortes. À alegação de que a maioria dos Municípios não sobrevive senão com as transferências federais, fica a pergunta: para que existe a República? Não é justamente para incentivar a eliminação das desigualdades regionais, para incentivar o desenvolvimento regional das regiões mais carentes? Para que se arrecada imposto? Não é justamente para melhorar a vida do cidadão, principalmente a daqueles que vivem nos Municípios mais pobres?

Se não fizermos isso, continuará a ocorrer o que já virou tradição no Brasil: a migração das pessoas que vivem nos Municípios mais pobres – os grotões deste País, como gosta de chamar a imprensa – para os grandes centros. São Paulo e Rio de Janeiro são vítimas desse processo. E são, na verdade, vítimas conscientes, porque, na medida em que se concentram os recursos e a estrutura de educação, saúde e produção nesses grandes Estados, é lógico que quem vive no Município pobre tende a se deslocar para essas cidades. Temos o exemplo do nosso próprio Presidente da República, que migrou de um Município pobre do

Nordeste para São Paulo, em busca de sobreviver e vencer na vida.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, estamos acompanhando, com muito interesse, o discurso de V. Ex^a. Como o meu companheiro Senador Mão Santa, que foi um grande Prefeito de Parnaíba, fui Prefeito daquela cidade por duas vezes e sei, assim como V. Ex^a sabe, que o Município é a célula da Nação, que cresce quando todo o seu corpo está bem. Entrando na seara do médico, quero dizer que, se as células não são saudáveis, há doenças quase incuráveis. Não podemos deixar a célula da Nação, que é o Município, sofrer como agora, em véspera de eleição. V. Ex^a aborda o problema com absoluta precisão, no momento exato. Esses vereadores foram eleitos, foram diplomados pela Justiça Eleitoral. De repente, interpreta-se que a lei não estava sendo cumprida legal ou regularmente – suponho que foi uma interpretação. E aquele direito era adquirido, porque eles foram eleitos. Se estava errada a lei, eu diria: “Deixe-o terminar o mandato, porque ele foi diplomado pela Justiça Eleitoral”. Não houve nenhuma contestação. O vereador foi eleito e está exercendo o seu mandato. No mínimo, creio que ele teria de terminar o seu mandato, e a nova legislação entraria em vigor para as novas eleições. Porém, acabo de ser informado pelo nobre Senador Edison Lobão que está tramitando uma lei na Câmara e no Senado para pôr os pingos nos is, para não deixar dúvida em relação à interpretação da lei, tendendo a comprovar que a legislação segundo a qual foram eleitos esses vereadores é que está correta. As dúvidas eram relativas a uma questão de interpretação. Penso que devemos lutar para defender os Municípios, porque – repito – o Município é a célula da Nação. V. Ex^a traz no seu discurso uma oportuna observação. Vamos lutar para que não haja violência às vésperas de uma eleição, com vereadores que foram eleitos pela legislação, que foram diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral e que, logo, cumpriram a lei. Se a lei não estava bem interpretada, essa é outra história. V. Ex^a tem toda razão de trazer esse assunto à consideração da Casa. Meus parabéns!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Alberto Silva.

Realmente, há uma emenda constitucional que está sendo discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que pretende manter, para estas eleições, a mesma composição existente na Câmara

dos Vereadores. E, para as próximas eleições, pretende-se fazer esse ajuste, de acordo com a faixa por número de habitantes. Creio que, aí, sim, seria justo, seria adequado, porque não se estaria mudando a regra do jogo às vésperas da eleição. Portanto, estaria sendo aplicado o princípio da justiça, como V. Ex^a disse, àqueles que foram eleitos. Eles teriam o direito de se candidatar à reeleição, e o número de vereadores não estaria sendo reduzido de uma hora para outra.

Porém, se mantivermos o número para essa eleição e se estabelecermos as regras para as próximas eleições, reduzindo até, se for o caso, o número mínimo de nove para sete e estabelecendo por faixa a composição de cada Câmara de Vereadores, creio que isso estará correto. Mas o que não se pode fazer realmente – seria uma injustiça cometida pelo Tribunal Superior Eleitoral – é mudar essa regra às vésperas da eleição.

Portanto, deixo aqui a minha solicitação de ponderação ao Tribunal Superior Eleitoral e, ao mesmo tempo, a cobrança para que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal resolvam rapidamente essa questão, porque os membros do TSE já disseram que, enquanto não se resolver o problema relacionado à aprovação da emenda constitucional, prevalecerá essa interpretação, que é fruto de uma decisão do Supremo.

É bom salientar que essa emenda constitucional, que está no Senado, é de 1992. Portanto, é preciso que façamos a nossa parte, para que haja justiça com os nossos vereadores, a fim de que as eleições nos Municípios transcorram em paz, sem nenhum tumulto, sem prejuízo para os diversos Partidos. Não devemos repetir o que ocorreu da outra vez: às vésperas da eleição, foram verticalizadas as coligações partidárias. As regras do jogo devem ser estabelecidas com antecedência, de maneira que todos, candidatos e Partidos, possam preparar-se adequadamente.

Encerro, conclamando todos e principalmente nós, no Senado, que representamos os Estados e, conseqüentemente, os Municípios – os Estados são o resultado dos diversos Municípios –, a nos debruçarmos sobre a questão Federação do Brasil. Que Federação queremos? Que pacto federativo temos? Devemos nos aprofundar tanto no campo político quanto no campo da aplicação financeira e das políticas de desenvolvimento, para que o nosso País seja claramente federativo, para que façamos jus ao seu nome: República Federativa do Brasil. No entanto, o nosso Brasil, há muito tempo, vem sendo tratado como um Estado unitário, em que tudo se decide em Brasília;

os Estados têm simplesmente que cumprir essas decisões. Realmente, temos que discutir um novo pacto federativo, que leve em conta e valorize os Municípios, em primeiro lugar; os Estados, em segundo lugar; e, só em terceiro lugar, a União, o Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Edison Lobão, do PFL do Estado do Maranhão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SENHOR SENADOR EDISON LOBÃO PRONUNCIA DISCURSO, QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PFL – TO) – Darei a palavra a V. Ex^a, Senador Romero Jucá. Antes, porém, gostaria de comunicar ao Senador Edison Lobão que a solicitação feita por S. Ex^a será atendida na forma do Regimento Interno. Nesta oportunidade, agradeço as palavras bondosas de S. Ex^a com relação a este humilde Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PFL – TO) – V. Ex^a tem de imediato, portanto, a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB tem acompanhado, com extrema preocupação, os últimos fatos ocorridos no Estado de Rondônia relativos às invasões de terras indígenas, ao garimpo, aos conflitos e aos assassinatos. O Senador Valdir Raupp, membro do PMDB, assim como o Senador Amir Lando, tem acompanhado de perto essa questão. Mas, por eu ter sido Presidente da Funai, Governador de Roraima e ter vivido esses mesmos problemas em meu Estado e, mais do que isso, por ter-me empenhado em encontrar uma solução para evitar esse tipo de problema é que venho à tribuna hoje, até para fazer um alerta ao Governo.

Ora, a questão de mineração em terras indígenas foi autorizada na Constituição de 1988. O Capítulo dos Índios (Cap. VIII do Título VIII da CF) define alguns parâmetros. O primeiro deles é que a mineração em terras indígenas é possível, desde que haja

concordância da comunidade indígena e uma lei que regulamente essa atividade, que deve ser aprovada pelo Congresso. A Constituição registra também que é proibida a garimpagem em área indígena, a não ser pelos próprios índios. Portanto, o que ocorre hoje em Rondônia é uma transgressão da própria Lei, da Constituição. Define igualmente que, nesse processo, cabe o usufruto das comunidades indígenas.

É importante lembrar que as terras indígenas são terras da União! Não são terras das comunidades indígenas. São terras da União, cuja comunidade indígena tem direito a usufruto. Além disso, diferentemente de todos os outros brasileiros, o indígena tem direito também ao usufruto do subsolo, algo que outros segmentos da sociedade não têm. O cidadão pode ter uma fazenda, mas não terá direito àquele subsolo. Se alguém requerer aquele subsolo, efetivamente esse direito poderá ser dado a um terceiro.

Quando assumi o meu mandato de Senador pela primeira vez, em 1995, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará – Estados de fronteira agrícola onde há maior presença indígena – tinham e têm conflito relativo à mineração e ao garimpo em terra indígena. Então, apresentei uma proposta. Depois de discutir muito esse assunto com a Igreja, com segmentos de empresas, com garimpeiros, com setores indigenistas e ainda com a experiência que eu tinha como Presidente da Funai, apresentei uma proposta que regulamenta como será possível ocorrer a mineração em terra indígena. Esse projeto foi aprovado por unanimidade em 1996, aqui no Senado, e foi remetido à Câmara dos Deputados. Lá, já passou por três Comissões, mas lentamente se arrasta e ainda falta ser apreciado pela Comissão de Minérios e pela de Constituição e Justiça da Câmara. Refiro-me, Sr. Presidente, ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1995.

O projeto diz que é possível uma pessoa jurídica explorar a mineração em terra indígena, desde que haja concordância das comunidades indígenas e desde que, depois dessa concordância – que deve ser acompanhada pelo Ministério Público Federal –, haja a manifestação favorável da Funai, dos órgãos de meio ambiente, do DNPM, órgão que cuida nacionalmente dos minérios. Com todo esse arcabouço favorável, deve ser feita uma licitação pública para verificar quais empresas entrarão e qual oferecerá maior vantagem para o País e para as comunidades indígenas, porque o projeto prevê o pagamento de *royalties* e de uma taxa de ocupação para a comunidade indígena. Depois de licitado, esse processo é encaminhado ao Congresso, e cada autorização de

mineração em terra indígena, individualmente, deve ser aprovada pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado Federal. E o Congresso – a Câmara ou o Senado – tem poderes para cassar essa autorização de mineração a qualquer momento em que haja risco para as comunidades indígenas.

Faço esse registro para avisar ao Governo que não é por meio de decreto e não é regularizando o garimpo que se vai resolver essa crise. Pelo contrário. A imprensa noticiou esta semana matérias preocupantes. Primeiro: “Índio matou por diamante”. Quer dizer, começam a aparecer os reais motivos da chacina, que termina sendo briga de comprador de diamante, de fornecedor de diamante e de grupo de exploração. Não eram os índios apenas defendendo a sua terra; eram os índios tomando partido de um segmento para retirar os diamantes e fazer a venda.

Aparece no jornal **O Estado de S. Paulo**: “Massacre foi só um aviso’, ameaça o cacique”. O cacique diz que pode voltar a matar de novo. Outra matéria diz: “Legalização de garimpo não é consenso entre Ministérios”. Então, é importante que os Ministérios que estão tratando dessa questão atentem para esse fato.

Outra matéria, do jornal **Folha de S. Paulo**, diz: “Cinta-Larga respondem por extração ilegal”. Ou seja, os índios já estavam fazendo extração ilegal em outras áreas da reserva Roosevelt.

Faço esses registros para dizer o seguinte: é fundamental para o País, para a defesa do meio ambiente e para as próprias comunidades indígenas que esse projeto de regulamentação de mineração em terra indígena seja aprovado rapidamente. Sei que existem alguns setores de meio ambiente, de ecologistas contrários ao projeto, porque pensam que, não regulamentando a mineração em terra indígena, não ocorrerá a mineração nessas terras. Ora, ledo engano, meu caro Mão Santa. Na história da humanidade, já se provou que isso não ocorre.

Nos Estados Unidos, a cavalaria entrava na frente para exterminar os índios, para o garimpeiro e a ocupação virem atrás; na Austrália, a mesma coisa. Então, a riqueza não pode gerar a errônea necessidade de se dizimar a comunidade indígena para que se usufrua dessa riqueza. Dizer que não vai haver exploração mineral se não houver regulamentação é negar a verdade de hoje.

Ora, hoje não existe regulamentação; há um vazio na legislação, que leva à bagunça que está aí, no entanto, a ausência de leis faz com que surjam caminhos tortuosos para a exploração de ouro, diamantes e tudo o mais. E essa exploração tortuosa, sem vín-

culo, sem responsabilidade, leva a um processo predador, porque o garimpeiro ou quem quer que entre, sem nenhum tipo de autorização ou fiscalização, tem que sair logo e não faz nenhum compromisso com a questão ambiental. Destrói o mais rápido possível a área da jazida, não replanta, não cuida de nada, corrompe os índios. Normalmente, parte dos índios está inserida nesse contexto junto com os garimpeiros. É um processo efetivamente nefasto para a comunidade indígena.

Qual é o contrário disso? É organizar-se e analisar cada caso. Haverá casos em que poderá existir a mineração com a concordância dos índios, e eles receberão *royalties*, a Funai receberá recursos e a condição da política indigenista vai melhorar. Haverá fiscalização, pagamento de impostos e controle ambiental, inclusive com reposição ambiental.

Em outros casos, os índios não vão querer, ou a Funai vai determinar que não existe ainda condição antropológica de haver mineração em determinada terra indígena. Logo, não haverá mineração, e o Congresso e o Ministério Público serão guardiães dessa posição.

Então, faço um alerta ao Governo. O Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1995, está pronto para ser votado na Comissão de Minorias. É importante que o Governo não parta do zero nessa questão, muito menos falando em legalizar garimpo. Garimpo não pode ser legalizado, mas deve-se abrir a possibilidade de exploração mineral racional, ecologicamente correta, com o pagamento de impostos, de *royalties* e com o controle antropológico e social.

Então, peço à Câmara dos Deputados, por intermédio de seu Presidente, o Deputado João Paulo, que priorize essa votação. Registro que, se meu projeto tivesse sido aprovado e se ele já estivesse valendo, não teriam ocorrido esses assassinatos em área indígena dos cintas-largas, como não estariam ocorrendo também outros crimes em outras localidades.


Fica o apelo ao Governo e à Câmara dos Deputados. Espero que esse projeto seja aprovado rapidamente, para o bem do Brasil e das comunidades indígenas e para a proteção ambiental.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a transcrição das matérias que mencionei.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

 RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República					
JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O GLOBO	23	Abril/04	O País	A	2A/3

saber que é muito criticado, nas classes populares, pela compra do tal avião presidencial em tempo de crise. Mas tudo isso também passaria se houvesse mais emprego e renda.

Outra boa notícia que pretende dar no 1º de Maio é a reformulação do programa Primeiro Emprego. Dele está sendo removida a exigência de que o empresário-parceiro não demita outros empregados durante 12 meses. O resultado foi que, neste ambiente de estagnação econômica, poucas empresas tiveram interesse em empregar jovens em troca da dispensa de alguns encargos.

Alguns programas de crédito popular estão sendo aperfeiçoados ou elaborados. Mas fora isso, Lula agora está sendo convencido a não lançar mais nada, exigindo que o governo se concentre na execução ou implantação do que está programado. No governo FH, o excesso de lançamentos deu ao Salão Nobre do Planalto o apelido de Cabo Canaveral. Pelo visto, continua atual.

JK de corpo inteiro

• Registrada aqui a reação de amigos e familiares de Juscelino Kubitschek, através do protesto de Vera Brant, a escritora Helena Furiati traz esclarecimentos a respeito do filme que Zelito Viana vai dirigir sobre a vida do ex-presidente. Como sócia da Caribe Produções, está levando adiante projeto concebido por seu marido, Nei Sroulevich, recentemente falecido, e Marcelo França. Mas quem assina o roteiro, em verdade, é Luiz Carlos Maciel. Não se

pretende — como registrado na coluna Gente Boa, gerando os protestos veiculados aqui — focalizar os anos de “decadência e ostracismo” de JK. Esta fase final, cassado, perseguido pelo regime militar e afastado da política, será apenas o fio condutor de uma retrospectiva de toda a vida venturosa do menino de Diamantina, assegura Helena. Para alívio dos amigos e parentes, dispostos a embargar obras que sobre ela lancem sombras.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

■ ■ ■ ■ ■

• **O MINISTRO CIRO GOMES** apresentou ao STF, através da Advocacia Geral da União (AGU), sua defesa no processo que contra ele move o presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Quando Valdemar pediu a cabeça do ministro Palocci, afirmando que tinha competência para ser prefeito de Ribeirão Preto mas não para ser ministro da Fazenda. **Ciro** afirmou que tal declaração só pode ter sido feita por alguém embriagado. De vaidade ou de bebida mesmo. O relator será o ministro Nelson Jobim.

• **CIRO** está de bola altíssima junto a Lula. Tem sido dos mais ouvidos no debate interno e reservado sobre medidas para acelerar o crescimento. A maior parte dos recursos de emendas parlamentares liberados esta semana foi para seu ministério. Uma das propostas de **Ciro** tem sido a de usar recursos de fundos constitucionais para enfrentar a situação calamitosa das estradas.

Índio matou por diamante

‘Os guerreiros já estavam cansados. Nós tirávamos os garimpeiros e eles voltavam’

Jailton de Carvalho

Enviado especial • PORTO VELHO

O cacique Pio Cinta-Larga e o chefe de um grupo de guerreiros cintas-largas, Daniel Cinta-Larga, reconheceram ontem que os índios comandados por eles massacraram 29 garimpeiros no início do mês na reserva Roosevelt. Numa entrevista na entrada da reserva, Pio pediu também que, para evitar outras tragédias, o governo assegure a exclusividade do garimpo — especialmente diamante — em terras indígenas aos índios.

Segundo o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Félix, o governo está prestes a regulamentar a extração de minério em áreas restritas, como reservas indígenas.

Pio e Daniel chegaram ao portão de entrada da reserva para conversar com os jornalistas em duas caminhonetes Mitsubishi, uma branca e outra preta. Mesmo antes de ser perguntado especificamente sobre o assunto, Daniel se antecipou e reconheceu o envolvimento dos cintas-largas no massacre dos garimpeiros no dia 7 deste mês. Segundo ele, a matança aconteceu porque, mesmo depois de serem

expulsos várias vezes, os garimpeiros retornavam à reserva em busca de diamantes.

— Os guerreiros já estavam cansados. Nós tirávamos os garimpeiros e eles voltavam. Tirávamos e eles voltavam. Aconteceu a morte dos 29 garimpeiros — disse Daniel.

Cacique é acusado de extração ilegal

• O cacique Pio ratificou as declarações do chefe dos guerreiros. Para ele, era inaceitável que os garimpei-



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
 Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
 Presidência da República

JORNAL

O GLOBO

DIA:

23

MES/ANO:

Abril/04

EDITORIA:

O País

CADERNO:

A

PÁGINA:

3A/4

ros continuassem invadindo a reserva como vinham fazendo há mais de quatro anos.

— Foi um aviso. Guerreiro está cansado de tirar o pessoal, e o pessoal entra na área sabendo que é proibido entrar — afirmou.

Os dois índios eximiram a Fundação Nacional do Índio (Funai) de qualquer responsabilidade no episódio. Servidores da fundação foram acusados por garimpeiros e até pelo governador do estado, Ivo Cassol, de participação indireta no massacre. Um dos acusados, Walter Blós, teve que ser retirado da região sigilosamente pela Polícia Federal. Blós é considerado pela PF um dos mais zelosos servidores da Funai no estado.

— A Funai não tem nada a ver com isso (o massacre dos garimpeiros) — disse Daniel.

Pio e Daniel deverão ser dois dos primeiros índios a serem ouvidos no inquérito aberto pela Polícia Federal para investigar a chacina. Pio já teve pedido de prisão decretada duas vezes em dois processos que responde na Justiça Federal. Ele é acusado de formação de quadrilha e extração ilegal de diamante. A PF aponta Pio como um dos integrantes da organização do empresário Marcos Glicka. Um dos donos da Miratur, em São Paulo, Glicka foi preso no fim do ano passado depois de ser identificado como um dos maiores contrabandistas do diamante produzido na reserva de Roosevelt.

Venda de diamantes dentro da reserva

• Com Pio e Glicka foram denunciadas mais 18 pessoas, entre elas um delegado da Polícia Civil, um agente da Polícia Federal e José Nazareno Torres, funcionário da Funai na região. Segundo as investigações da Delegacia de Combate ao Crime Organizado da PF, Glicka comprava os diamantes diretamente de Pio dentro da reserva. Os diamantes eram transportados em aviões, que pousavam numa das três pistas da Roosevelt. As pedras mais valiosas eram levadas para São Paulo e, em seguida, remetidas ao exterior.

Pio e vários outros caciques cintas-largas têm fama de gastar dinheiro com facilidade. Pio apareceu na entrevista com uma cami-

nhone de luxo e vestido com uma camisa Lacoste, uma das marcas mais caras no mercado de roupas masculinas.

— Os índios ganham muito dinheiro, mas também gastam muito. Alguns são até explorados por comerciantes, que costumam aumentar os preços quando os clientes são índios — disse o superintendente da PF, Marco Moura.

Até o momento, já foram identificados os restos mortais de dez garimpeiros. Os outros poderão ser

enterrados sem a identificação. Segundo o Instituto Médico-Legal de Porto Velho o levantamento da identidade dos demais garimpeiros só será possível com exames de DNA. Isso vai levar, conforme o médico legista Claudio de Paula, pelo menos mais dois meses. Um grupo de parentes pretende levar os corpos para Espigão do Oeste. O sindicato dos garimpeiros quer promover um velório coletivo na praça principal da cidade.

Ontem, a direção da Funai res-

pondeu às críticas do bispo de Ji-Paraná, Dom Antonio Possamai, que na véspera acusou o órgão de permitir o uso de sua pista de pouso na reserva Roosevelt por contrabandistas de diamantes. Em nota, a Funai disse que respeita o trabalho da Igreja em defesa dos índios, mas que é "preciso que a Igreja reconheça também o trabalho que a Funai vem fazendo pela manutenção da identidade dos povos indígenas". O texto preparado pelo presidente da Funai, Mércio Pereira, para rebater

declarações de representantes da Igreja em Rondônia, diz ainda que a instituição sempre lutou pela retirada de garimpeiros, mas quando "a ganância e a cobiça em torno das reservas tornam impossível a preservação das terras indígenas isso resulta em tragédia".

Segundo Mércio, "a busca por bodes expiatórios não condiz com a profundidade da tragédia", e a Funai está buscando soluções com o estado e a sociedade para evitar novos conflitos. ■

Lula diz que sociedade precisa ter sensibilidade para combater miséria

Policiais em greve fazem apitação durante visita do presidente a Manaus

Cristiane Jungblut

Enxada Especial

• MANAUS Na inauguração do restaurante popular Prato Cidadão, patrocinado pela Coca-Cola e instalado no centro de Manaus, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que não pode esperar a retomada do crescimento para combater a fome que atinge hoje 11 milhões de famílias. Em seu discurso, o presidente disse que transformar a questão da fome em problema político não é pedir que os famintos se filiem a partidos e sim fazer com que a sociedade tenha sensibilidade e ajude a resolver o problema:

— Durante anos, maturei na minha cabeça a idéia de que a fome só seria combatida se conseguíssemos transformá-la de problema social, que é, para um problema político. E isso não é

pedir que os famintos se filiem a partidos, é fazer com que a sociedade que manda, que governa, que come, tenha sensibilidade para a questão.

Lula rebateu as críticas às ações sociais e afirmou que não faltam os incrédulos, que em nada acreditam e que nada fazem para as coisas acontecerem:

— Não faltam no Brasil os incrédulos. O Fome Zero é um programa de emergência.

O presidente voltou a dizer que está pedindo aos líderes internacionais que discutam a questão da fome no mundo e quer aproveitar a assembleia anual da ONU, em setembro, para isso. Lula reafirmou que está



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S. PAULO	23	Abril/04	Brasil	A	5

BRASIL PROFUNDO *Processo na Justiça Federal envolve quatro índios, que também são suspeitos de formação de quadrilha*

Cinta-larga respondem por extração ilegal

IURI DANTAS

ENVIADO ESPECIAL A PORTO VELHO (RO)

Quatro índios cinta-larga da reserva Roosevelt, sendo dois caciques, respondem a processo na Justiça Federal de Rondônia por extração ilegal de pedras preciosas e formação de quadrilha desde o mês passado. O líder guerreiro Pio Cinta Larga, que responde a outros três processos, chegou a ser preso por dez dias no fim do mês passado, na Operação Kimberley da Polícia Federal.

A Operação Kimberley, cujo nome faz referência ao certificado internacional de legitimidade dos diamantes, foi deflagrada em março, pela PF. Além de Pio, os

caciques João Bravo Cinta Larga e Oita Cinta Larga foram indiciados. O índio Raimundo Cinta Larga é o quarto da tribo que responderá ao processo.

A assessoria de imprensa da Funai (Fundação Nacional do Índio), em Brasília, não quis se manifestar ontem sobre o envolvimento dos índios com extração.

Em entrevista à "TV Amazonas", afiliada da Rede Globo em Rondônia, o cacique Daniel Cinta Larga afirmou que os índios estão "cansados" de retirar garimpeiros da reserva. E negou envolvimento da Funai no massacre de 29 garimpeiros na área, no dia 7.

"Os próprios garimpeiros vinham ameaçando os índios.

Mandavam recados que iriam pegar todos os índios. Então, nós não queríamos liberar [a reserva] para os garimpeiros. Hoje nós temos o apoio da Funai, da Polícia Florestal. Muitos garimpeiros estão acusando a Funai, dizem que a Funai é culpada, mas a Funai não é culpada, porque os próprios índios é que fizeram esse serviço, a Funai não tem nada a ver [sic]", afirmou Daniel.

Segundo Pio, em entrevista divulgada ontem, a morte dos garimpeiros foi um "aviso" para que evitem entrar na reserva.

Apontado como o principal comprador de diamantes da reserva, o empresário Marcos Glikas aguarda julgamento na carce-

ragem da PF, em Porto Velho.

Segundo o processo, sob sigilo judicial, Glikas utilizava duas pistas abertas pela Funai no interior da reserva para buscar diamantes com o avião de prefixo PT-JXO.

O negócio era feito em dinheiro, e as pedras levadas para São Paulo ou Cuiabá (MT), de onde eram retiradas do país, segundo a PF. O contato de Glikas com os índios era feito pelo funcionário da Funai José Nazareno Torres de Moraes, próximo do índio Pio.

Dois policiais civis também foram denunciados pelo Ministério Público Federal como membros da quadrilha. A Folha não conseguiu falar com Glikas e com os acusados apontados pela PF.

O CONFLITO
 No último dia 7, 29 garimpeiros foram mortos por índios cinta-larga dentro da reserva indígena Roosevelt (RO). O massacre ocorreu devido à disputa por jazidas de diamantes, cuja extração é feita ilegalmente. Segundo o IML, dos 29 mortos, 26 foram encontrados com as mãos amarradas com cipós e tiveram como causa mortis pancadas de instrumentos como tacapes.

REGULAMENTAÇÃO E CONTRABANDO DE DIAMANTES

■ **Garimpo em terra indígena é ilegal** porque a Constituição determina que a mineração depende de lei a ser aprovada no Congresso

■ **O garimpo na área dos cinta-larga, segundo CPI da Assembleia de Rondônia,** movimentou contrabando internacional de diamantes. O relatório propôs intervenção federal

Artigo 231 da Constituição:
 "O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei"

A posição da Funai
 ■ Defende a exploração dos diamantes pelos cinta-larga

A posição do governo estadual
 ■ Propõe a exploração pela Companhia de Mineração do Estado de Rondônia

3.000 garimpeiros
 exploraram e pagariam royalties. Índios rejeitam a proposta



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

23

MÊS/ANO:

Abril/04

EDITORIA:

Nacional

CADERNO:

A

PAGINA:

4

ÍNDIOS

'Massacre foi só um aviso', ameaça cacique

Pio Cinta-Larga diz que chacina de garimpeiros ocorreu por eles terem entrado em área proibida

EDSON LUIZ
Enviado especial

PORTO VELHO – Os principais líderes da tribo cinta-larga, da Reserva Roosevelt, em Rondônia, afirmaram que o massacre de 29 garimpeiros foi apenas “um aviso” do que pode ocorrer na área. Segundo confirmou ontem o cacique Pio Cinta-Larga, as mortes aconteceram pelo fato de os mineradores não terem obedecido à ordem de não entrar na reserva. “Isso foi um aviso, porque os guerreiros estão cansados de tirar o pessoal do garimpo proibido”, disse Pio, em entrevista. “Os próprios garimpeiros ficam teimando.”

O cacique defendeu a liberação da garimpagem apenas para os índios, mas ele próprio, e outros três líderes da tribo, estão sendo processados por formação de quadrilha e extração ilegal de minério.

Os índios praticamente confirmaram o que a Polícia Federal já sabia, mas não descreveram como ocorreram as mortes. Os 29 mortos estavam entre os mais de cem mineradores que extraíam diamantes na área chamada Grota do Sossego. “Nós não queremos que eles invadam mais. O pessoal entra na área sabendo que é proibido”, afirma o cacique, um dos principais líderes da Roosevelt.

Depoimento – Pio Cinta-Larga será um dos índios que a PF irá chamar para depor, provavelmente só depois de brevementes serem ouvidos, na próxima semana. “Antes é necessário acabar com o clima de tensão. A seguir, será iniciada a fase de depoimentos”, afirma o delegado federal Mauro Spósi-

tó, coordenador-geral de operações especiais de fronteira da PF e responsável pelas investigações.

O cacique cinta-larga já responde a quatro processos na Justiça Federal de Rondônia e já foi indiciado em inquéritos na PF, onde é acusado de ligação com o empresário Marcos Glikas, preso em Porto Velho por contrabando de diamantes. No inquérito, Pio e os caciques Raimundo, Oita e João Bravo são citados como responsáveis pelas transações com empresário, que seria o líder de uma grande organização no País.

Outro cacique, Dirceu Cinta-Larga, afirmou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não tem culpa pelas mortes de garimpeiros na Roosevelt. “A Funai não tem culpa, pois foram os próprios índios que fizeram esse serviço (as mortes). A Funai não tem culpa”, afirmou Dirceu. O relato dele, apesar de não detalhar como aconteceu o massacre, coincide com o depoimento do coordenador da forçatarefa do governo na região, Walter Blós.

Segundo ele, os índios foram provocados antes de matar os mineradores. Ontem, 10 dos 29 corpos dos garimpeiros assassinados na Semana Santa foram liberados no Instituto Médico Legal (IML) e seriam levados para espigão D'Oeste. Lá haveria o velório. Para evitar problemas de segurança, o governo do Estado enviou cerca de 200 policiais militares para garantir a tranquilidade na cidade, onde até policiais federais estão sendo hostilizados.

Os demais corpos deverão ser reconhecidos por exames de DNA, segundo o IML. Na região do garimpo Roosevelt, cerca de 400 homens da PF, PM e outros órgãos federais e estaduais continuam realizando barreiras para evitar entrada e saída das terras indígenas.

Legalização de garimpo não é consenso entre ministérios

Pasta da Justiça enviou proposta, mas órgão regulador e área de Meio Ambiente discordaram

BRASÍLIA – O governo quer mesmo legalizar a exploração de garimpo de diamantes na reserva Roosevelt (RO), mas o assunto ainda não é consenso entre os ministérios envolvidos no assunto. Desde o início de 2003, o governo realiza debates intermináveis sobre a regulamentação da exploração de minérios em terras indígenas. Quando o conflito entre os cintas-largas e garimpeiros tornou-se iminente, no fim do ano passado, o Ministério da Justiça enviou minuta de projeto de lei sobre o tema ao

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão regulador, que discordou de pontos da proposta. O Ministério do Meio Ambiente também faz ponderações.

Pela Constituição, os recursos naturais do subsolo brasileiro, incluindo minérios, são patrimônio da União e só podem ser explorados mediante concessão pública. A ideia do Ministério da Justiça é que o Estado assumira o controle da extração de minérios nas reservas indígenas, por meio do esquema de compra e distribuição já montado pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em várias colônias auríferas.

O DNPM posicionou-se contra a adoção desse mecanismo, sob pressão da crise de Rondô-

nia. Já o Ministério do Meio Ambiente é contrário a qualquer projeto que cause dano ambiental, como hidrelétricas. A mineração é uma das atividades que mais incomoda a ministra Marina Silva. “Qualquer atividade em terra indígena tem de obedecer aquilo que está estabelecido na Constituição”, disse Marina, referindo-se a anunciada intenção do governo de regularizar o garimpo nos territórios. “Com certeza, o general (Jorge) Félix, que é uma pessoa zelosa, cuidadosa, quando se refere a isso está dizendo que qualquer atividade será feita mediante a Constituição. E ela não permite a liberação de garimpo sem que sejam cumpridos todos os requisitos legais.”

O projeto do Ministério da Justiça também prevê cotas de usufruto, como royalties, em favor dos índios. Prevê ainda medidas compensatórias para garimpeiros, municípios e Estados onde estão as reservas, além dos impostos incidentes.

A polêmica foi debatida ontem entre os ministros José Dirceu (Casa Civil) e Márcio Thomaz Bastos (Justiça), reunidos por mais de duas horas. A explosão de violência e de pressões sociais foi tema da reunião. A conversa foi tensa e marcada por constrangimentos. Dirceu fez questão de despachar com os diretores dos principais departamentos do ministério, como os das áreas penitenciária, indígena e de segurança. (V.M.)

**DIRCEU E
BASTOS
DISCUTIRAM
QUESTÃO**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será atendido, nobre Senador Romero Jucá, na forma do Regimento, nas transcrições que solicitou.

A próxima oradora inscrita é a nobre Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a, como possibilita o Regimento, falar sentada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a permissão regimental.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma semana de datas muito especiais. O dia 19 de abril, em homenagem aos povos indígenas, foi tratado pelo Senador Romero Jucá. Houve muitos debates na Casa em relação a isso. Claro que, se conflitos existem, é porque não há ação de Governo para minimizá-los. É por isso que seria fundamental aprovar o Estatuto do Índio. Quando o Governo quer, ele aprova qualquer coisa aqui; monta o balcão de negócios sujos, emprega corriolas inteiras e resolve os problemas que quer. Então, aprovar o Estatuto do Índio, com certeza, minimizaria o problema gigantesco existente hoje.

Há o dia 22 de abril, do Descobrimento do Brasil, cujos 500 anos foram comemorados com penduricalhos diversos, com relógios com contagem regressiva, com muitas coisas.

Ontem, nas nossas queridas Minas Gerais, em Belo Horizonte, fui acolhida com muito afeto, carinho e respeito, como, graças a Deus, tenho sido acolhida em muitas cidades deste País, Senador Mão Santa, além das cidades da minha querida Alagoas.

Resolvi falar um pouquinho hoje sobre um tema que eu já havia pincelado na terça-feira. É interessante como, muitas vezes, a elite política e econômica celebra a História oficial do nosso País quando ela está distante da realidade objetiva do nosso País. É impressionante como a elite política e econômica consegue celebrar a luta, desde que esta esteja distante da realidade objetiva em um espaço de tempo.

Como esta semana é a semana do 21 de abril – aliás, é feriado nacional –, chama a atenção como se celebra Tiradentes! Celebra-se um grupo de brasileiros que, preocupados com a derrama – portanto, preocupados com o saque de 20% da produção de ouro no Brasil para ser encaminhado para a Coroa portuguesa –, fez um movimento popular que culminou com a chacina das suas principais lideranças. Nesse movimento de rebelião popular, havia um grupo de brasileiros que lutava contra a exploração injusta e o saque de

20% da produção de ouro da riqueza nacional para a Coroa Portuguesa.

Sr. Presidente, é impressionante como se celebra a luta contra a derrama e não se consegue vinculá-la à derrama que continua sendo feita nos cofres públicos brasileiros para encher a pança dos banqueiros internacionais. É impressionante como os dados do desemprego, que mexem diretamente com a mente, o coração e a alma de todos nós, não nos fazem ir mais além na busca pela mudança dessa política econômica, para que se disponibilizem recursos para as políticas sociais de forma geral. Essa medida seria fundamental para dinamizar a economia, gerando emprego e renda, e para diminuir a violência.

Senador Mão Santa, no *site* do Fundo Monetário Internacional, Anne Krueger, conhecida Diretora do FMI – dizem os explorados da América Latina que ela é a irmã mais malvada de Fred Krueger –, disponibilizou uma conferência de sua autoria intitulada “As Recompensas da Virtude”. Na minha compreensão, ela usa do fanatismo delinqüente dos serviços do capital e começa a traçar todo um quadro em que o Brasil é colocado como exemplo de que o receituário do Fundo Monetário Internacional é absolutamente adequado para fazer deste País uma nação soberana, justa, igualitária e fraterna.

É evidente que esse fato mexe diretamente com a vida do povo brasileiro. Ele não estressa os periquitos e as seriemas, mas repercute diretamente na vida de milhões de pessoas.

Senador Mão Santa, na universidade, minha área era a Estatística. Então, acabo tendo a mania de analisar as frias estatísticas oficiais, sabendo que, por trás delas, existem histórias de vidas que estão sendo destruídas. Alguns puderam constatar, nos dados do IBGE, a situação do desemprego. O desemprego é o senhor que toca fogo no próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto; é o senhor que encontramos no interior de Alagoas; ou é o senhor que encontrei ontem no meio da rua, em Belo Horizonte, e que me disse: “Senadora, quero que a senhora fale, na Voz do Brasil, sobre o meu problema, porque ele é muito grave”. Parei no meio da rua, porque considerei o problema muito grave. E realmente era um problema gravíssimo para ele. Ele disse que estava desempregado. Contudo, não estava me pedindo emprego. Estava me pedindo que eu falasse, do mesmo jeito que me pediram a D. Maria, do interior de Alagoas, o “Seu” Joaquim, do interior do Piauí, ou alguém daqui de Brasília ou de qualquer outro lugar: “Estou há mais de um ano desempregado. A minha mulher já me deixou, meus filhos foram embora. Não sei mais o que fazer. Estou desesperado. Vocês têm que dar um jeito nisso.”

Ele não estava me pedindo emprego. Estava simplesmente falando de uma realidade cotidiana, o desemprego, a característica mais perversa de uma sociedade capitalista. É o desemprego que leva a menininha a vender o corpo por um prato de comida, o jovem a ser tragado pelo narcotráfico e pela marginalidade como último refúgio; é o desemprego que destrutura relações familiares, aniquila com qualquer componente humano das pessoas.

Às vezes, é muito fácil, em um moralismo fari-saico, um de nós condenar uma atitude agressiva na casa ou a mulher que, no seu desespero, já expulsa de casa pela gravidez, abandona o menino. Não sabemos de quem temos mais pena em uma situação tão desesperadora, porque uma coisa é diretamente vinculada à outra.

Eu estava ontem em um debate na segunda maior favela do Brasil, a favela do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, conversando com as pessoas. Existe lá a Rádio Favela, uma rádio comunitária. Eles estão recuperando as crianças com educação, Senador Cristovam, fazendo a complementação escolar. As crianças contam com orgulho como conseguiram que, da sua turma de cem alunos, somente oito passassem no vestibular. E se eles ocupam os principais noticiários da televisão – o caso gravíssimo da Rocinha –, é porque existe uma realidade objetiva em todo o Brasil, na periferia de todo o Brasil, ou nas cidades do interior, qual seja, se não há alternativa no campo, se o Governo não faz reforma agrária, se não há política agrícola para o pequeno e médio produtor, e as pessoas não têm nem a quem esmolar, nem no interior, vão para a periferia a fim de serem tragadas pela violência e pelo narcotráfico como último refúgio.

Mas não é só a dor no coração e na mente de cada um de nós por sermos pais e mães e termos os nossos filhos abrigados e escolhendo o que comer. É porque existem alternativas objetivas para minimizar isso. Qual é o futuro das nossas crianças? Se elas não têm escolas, creches, se não têm uma alternativa – não têm lazer, esporte e educação – para onde é que essas crianças vão? Se o Estado não se ocupa dessas crianças, quem vai se ocupar delas, visto que a estrutura emocional dos seus pais e mães já foi consumida pela miséria, pela pobreza, pela violência?

Então, os dados que são apresentados, relacionados à violência e ao desemprego não é uma coisa qualquer. As estatísticas de desemprego do Dieese não dão a repercussão exata do desemprego. E sabemos todos nós como é a metodologia do IBGE: se estou há mais de um ano desempregada e estava na rua há 30 dias, pedindo emprego, mas nos sete dias em que estava sendo feita a pesquisa estava fazendo um bico – e isso independentemente de ser remunerada

ou não, de ter carteira assinada ou não – não entro na taxa do desemprego; se estou há mais de um ano procurando emprego, mas resolvi passar 30 dias sem sair de casa para procurar emprego, também não entro na taxa de desemprego.

Assim, 12% de aumento em uma região como São Paulo é muito grave. Então imaginem o significado disto: 20% da população economicamente ativa desempregada. Isso não é uma coisa qualquer! É impressionante como a violência está diretamente relacionada ao desemprego. Muitos especialistas em criminalidade, economistas, intelectuais, policiais, secretários de segurança, mostram claramente como isso está relacionado. Do mesmo jeito que os chamados crimes maiores, ou hediondos, isto é, o assalto a um carro-forte, enfim, esse tipo de crime cometido pelos chamados profissionais, que vai do assalto a bancos até o assalto aos carros-fortes, ou diminuiu ou está nos mesmos índices que já vinham sendo apresentados anteriormente. E qual foi o índice que aumentou? Justamente a criminalidade vinculada àquele que não tem a experiência para fazê-lo.

E um importante especialista em criminalidade, analisando os dados, disse: ninguém perde emprego em um dia e vira assaltante no outro. Primeiro, ele tenta o mercado informal; depois, um bico; depois, vai pedir dinheiro emprestado. Só depois de esgotadas todas as alternativas, pensa em entrar para o crime. E esse movimento pode levar anos ou meses, com uma reincidência gigantesca. Não é à toa que praticamente 46% dos que já foram presos uma vez são reincidentes. Então, isso também não é uma coisa qualquer.

E por que estamos tratando dessas questões? Porque se não houvesse recursos a serem disponibilizados para os investimentos públicos e, portanto, para a dinamização da economia, para a geração de emprego e renda, se não existissem recursos a serem disponibilizados para a educação, para a saúde, para a moradia popular, para o saneamento básico, certamente todos estaríamos tentando ver como socializaríamos a miséria. Mas não é disso que se trata, pois o País gera muita riqueza, e prova disso é que 0,01% das famílias brasileiras é responsável por 48% da riqueza produzida nacionalmente.

Ao mesmo tempo em que a elite política e econômica comemora a resistência de um grupo de trabalhadores brasileiros que se contrapuseram à Derrama em 1780, celebra Tiradentes e a resistência do povo brasileiro em relação à Derrama, essa mesma elite permite uma derrama muito maior, porque não é um percentual qualquer, mas quase 60% do Orçamento público, hoje, no Brasil, vão diretamente para os bancos internacionais. E temos que agüentar a Sr^a Anne Krueger disponibilizando, em uma palestra, as

recompensas da virtude de que o Brasil é o exemplo do seu fanatismo delinqüente, enquanto serviçal do capital financeiro. Enquanto isso, a gigantesca maioria do povo brasileiro é submetida à dor, à miséria, ao desespero e ao sofrimento. E os discípulos dos “Viscondes de Barbacena”, dos “Silvérios dos Reis”, do fanatismo delinqüente do capital financeiro, representado pelos parasitas das instituições de financiamento multilaterais, incluindo o Fundo Monetário Internacional, saem por aí como ilustres personalidades públicas recebidas nos salões da *high society*, enquanto a gigantesca maioria do povo brasileiro é submetida ao desespero e ao sofrimento.

Sr. Presidente, existe um projeto na Casa que, inclusive, diminui a possibilidade da derrama que acontece também em relação a Estados e Municípios brasileiros, porque, quando se fala de aumento do salário mínimo, gera-se quase que uma histeria, ou em relação ao setor privado ou em relação às pequenas prefeituras, em função do impacto que isso pode trazer nas contas públicas. E a corda, como sempre, arrebenta do lado mais fraco.

Qualquer coisa que se fale para minimizar o impacto do empobrecimento e da miséria dos trabalhadores do setor público ou do setor privado gera sempre uma celeuma. E se os salários são dignos, isso significa mais consumo, mais vendas de produtos e, portanto, mais emprego gerado. É a velha fórmula conhecida de todos. O que não tem condição é esse tipo de política econômica dar certo. Aliás, alguém precisa mostrar qual é o país – sem a mágica de David Copperfield ou as belas peças caríssimas de publicidade de Duda Mendonça – onde esse tipo de política econômica deu certo. Alguém precisa mostrar onde é que esse tipo de modelo de política econômica deu certo, porque em nenhuma nação do mundo deu certo.

Então, seria importante que esta Casa pudesse analisar projetos que, inclusive, diminuam o percentual de comprometimento das receitas líquidas reais dos Municípios e dos Estados brasileiros com o pagamento de juros do serviço da dívida para o Governo Federal. Isso é importante também para auxiliar os Estados a dinamizarem a economia local por meio de seus investimentos. Não há outra alternativa com esse tipo de política econômica serviçal do capital financeiro, com o aumento das despesas financeiras, só uma mágica: ou aumenta a carga tributária ou diminui as despesas sociais, as despesas com as políticas públicas de uma forma em geral.

Alavancar a carga tributária, Fernando Henrique já fez; Lula também conseguiu fazer. Como alavancaram a carga tributária justamente nos tributos não partilháveis para Estados e Municípios, o que aconteceu? Se a Constituição estabelecia que 75% do tribu-

to nacional era para ser partilhado e como o aumento da carga tributária se deu onde não são partilháveis, hoje, 45% dos tributos é que realmente são partilhados pela Federação e, junto com isso, o comprometimento da receita líquida real dos Estados fica cada vez maior, porque se o limite estabelecido é 13% na lei, têm Estados que, hoje, comprometem quase 20% da sua receita líquida real para financiar esse modelo que, sem dúvida alguma, liquida com a possibilidade de dignidade do povo brasileiro, enchendo a pança dos banqueiros internacionais, porque é um tipo de política econômica que, para encher a pança dos banqueiros internacionais, esvazia o prato, a dignidade e o emprego do povo brasileiro.

Espero que o Congresso Nacional, especialmente o Senado, que representa a Federação, analise esta questão. O Senador Mozarildo Cavalcanti dizia: “Vamos promover um debate sobre a Federação, o pacto federativo que almejamos, o modelo de federalismo que desejamos: o federalismo competitivo, da guerra fiscal, ou o federalismo cooperativo?” É inadmissível que o Senado, diante da situação gravíssima em que nos encontramos hoje, não tenha a capacidade de viabilizar alternativas, inclusive votando as matérias que tramitam na Casa, não apenas de minha autoria, mas também do hoje Vice-Presidente da República, José Alencar, e de outros Senadores.

Sem dúvida, existe a necessidade de renegociação das dívidas dos Estados para diminuir o percentual de comprometimento de suas receitas líquidas reais e assim potencializar os investimentos públicos, dinamizar a economia, gerar emprego e renda, minimizar o empobrecimento e a miséria da grande maioria da população brasileira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um breve aparte, Senadora Heloísa Helena?

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Temos aqui a presença do grande ex-Governador Cristovam Buarque. O Governo tem que passar por essa experiência mesmo. O irmão do Senador Tião Viana, por exemplo, está sofrendo como governador. É claro que isso ocorre. A verdade é única, é uma só: ninguém do núcleo duro tem experiência. O melhorzinho é o Ministro Antonio Palocci, porque foi prefeito. A experiência é a mãe da ciência. Tem despesa que ninguém pode tirar. A única que pode ser removida e modificada é essa. O Vice-Presidente defende a tese de que seja renegociada essa dívida para que o Estado pague apenas 5% da sua receita líquida. Em relação ao pagamento do funcionalismo, temos a Lei Camata, e ninguém paga menos de 50% a 60% de sua receita. Governador nenhum pode tirar gastos com o Legislativo, com

o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com as polícias. A única medida viável é mexermos no pagamento da dívida aos banqueiros internacionais. No seu linguajar claro, a Senadora Heloísa Helena diz que estamos engordando a pança dos grandes banqueiros – BID, Bird, Banco Mundial, FMI. Ninguém pode mexer naquilo que o legislador fez de mais correto: destinar 25% para a educação e 11% para a saúde. O problema é que se vai mexer com os donos do dinheiro, do capital, aqueles a quem o Governo brasileiro se ajoelhou para servir, numa ignorância total e absoluta. Basta ler Rui Barbosa, que passou por esta Casa. Do núcleo duro, ninguém passou por aqui. Poucos deles fizeram o Mobral. A primazia tem que ser do trabalho e do trabalhador, que é quem cria as riquezas. O que fez este Governo? Deu a primazia, se reverenciou ao capital, ao dinheiro. A Senadora Heloísa Helena traduziu muito bem, com a coragem da mulher brasileira: estão engordando a pança dos banqueiros internacionais. O Vice-Presidente da República tem um projeto de lei, e o Senador Cristovam Buarque estava presente quando pedimos a renegociação. Se baixar para 5%, os Estados tornam-se viáveis. E é nos Estados que estão os Municípios onde moram os cidadãos. No Palácio do Planalto moram apenas o Lula e a D. Marisa.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Mão Santa.

Infelizmente, a capacidade auditiva do Congresso Nacional é diretamente proporcional à pressão popular, assim como a capacidade auditiva do Palácio do Planalto é diretamente proporcional à pressão da classe política. Claro que, às vezes, atenua-se a pressão da classe política aqui com o vergonhoso balcão de negócios, onde se distribui cargo, prestígio, dinheiro para emendas e poder, estabelecendo-se um silêncio sepulcral que lembra, Senador Mão Santa, o sepulcro caiado, bonitinho por fora, preservando a imundície por dentro.

Espero que o Senado, que representa a Federação, tenha a coragem de fazer o debate político, inclusive nessa questão específica. Existem vários projetos na Casa sobre este tema, do Senador José Alencar, do Senador César Borges, meu e de vários outros Senadores, que nos debruçamos sobre a matéria e entendemos ser de fundamental importância diminuir o comprometimento das receitas líquidas reais dos Estados, com o pagamento de juros e serviço da dívida para o Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência registra a presença nas galerias das crianças da 1^a e 2^a séries do Centro de Ensino Renascença e agradece às senhoras por

fessoras e coordenadoras do curso e às crianças por esta honrosa visita.

Também visita o plenário desta Casa o Grupo Beto Alegria, do Estado de Minas Gerais.

Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma honra as ilustres visitas nesta sessão.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Tião Viana, e, em seguida, à nobre Senadora Ideli Salvatti.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco /PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma notícia importante para a saúde pública brasileira. Na próxima segunda-feira, o Presidente da República, acompanhado do Ministro Humberto Costa, inaugurará os chamados Serviços de Atendimento Móvel de Urgência.

Essa medida tem um enorme impacto para a sociedade brasileira e significa um investimento da ordem de R\$300 milhões. Serão atendidas 118,7 milhões de pessoas em 1,7 mil Municípios. É o chamado socorro pré-hospitalar, em uma de suas etapas concretas, que tem um significado extraordinário. Hoje já atende 20 milhões de brasileiros e, até o mês de junho, atenderá mais 63 milhões, completando uma demanda de cobertura populacional de 118,7 milhões de pessoas. O custo de manutenção anual será de R\$180 milhões. Dessa forma, o País será inserido em outro patamar de qualidade em atendimento pré-hospitalar.

Isso significa muito e é inédito na história republicana. É uma visão estruturante do setor de saúde pública e de proteção a agravos sociais dados pelas chamadas urgências e emergências pré-hospitalares.

Vale lembrar que temos um índice de mortalidade pré-hospitalar altíssimo. Quando se implantaram experiências-piloto em algumas prefeituras, reduzimos a mortalidade pré-hospitalar em 30%, sem contar os 60% dos agravos com as complicações, por exemplo, nas doenças do aparelho locomotor, em ocorrências de trânsito.

O Brasil registra 500 mil feridos em acidentes de trânsito todos os anos. Na última década, houve quase 45 mil mortes em tais circunstâncias. Esses são dados, por si só, justificam uma visão estratégica e altamente responsável do Ministro da Saúde e do Governo brasileiro ao implantarem esse programa.

O serviço contará com 152 centrais de regulação, um aparelho formador com 27 núcleos de educação em urgência, que formará os profissionais que darão cobertura a esse tipo de atividade. E, o que é mais importante, com a expansão dos serviços, a previsão é de que aproximadamente 26 mil pessoas sejam empregadas, em postos de trabalho diretos e indiretos. Os empregos diretos serão no mínimo de 5.900 auxiliares de enfermagem, 7.400 motoristas, 4.850 médicos, 2.550

enfermeiros, 2.000 telefonistas auxiliares de regulação e 1.400 profissionais de apoio.

Esses são dados fantásticos que nós estamos apresentando ao Brasil. O Presidente vai entregar em São Bernardo do Campo, na sede da montadora que ganhou a licitação para o socorro pré-hospitalar, 1.480 unidades móveis completas. Serão unidades de terapia intensiva móveis para pronto atendimento à população. O cidadão deverá apenas discar o número 192 e receberá orientação médica sobre os procedimentos a adotar e, em poucos minutos, o serviço estará chegando à sua casa, no ambiente de trabalho ou onde tenha ocorrido o evento, oferecendo proteção e qualidade de vida para as pessoas.

Considero essa uma das ações mais importantes e de maior impacto do Governo do Presidente Lula, pois atenderá 118 milhões de brasileiros. Merece este registro esse ato louvável, e o mais absoluto respeito.

Haverá um médico equipado para atender todas as ocorrências nas áreas de pediatria, ginecologia-obstetrícia, trauma e em outras, como eventos psiquiátricos. Tenho acompanhado esse trabalho com toda a atenção. Vi experiências internacionais na área de urgências e nas chamadas ocorrências pré-hospitalares. Nos Estados Unidos visitei cinco Estados que trabalham de maneira modelo nessa área. O Estado de Seattle, por exemplo, faz um belíssimo trabalho no atendimento a eventos causados por traumas e manifestações pré-hospitalares.

Em conversa com o Presidente da Federação Interamericana do Coração, o Dr. Sérgio Timerman, um dos dirigentes do Instituto do Coração de São Paulo, solicitou-me ele que registrasse sua preocupação e sua consideração positiva sobre o SAMU. O Presidente da República e o Ministro Humberto Costa estarão implantando esse programa na próxima segunda-feira, no Brasil, com a entrega de 1.480 ambulâncias, que irão atender e já atendem alguns Municípios expressivos, como: São Paulo, Recife, Porto Alegre, Aracaju, Belo Horizonte, Fortaleza, Vitória da Conquista, Campinas, Natal, Betim e, agora, Belém, e outros com recursos autogeridos, como Araras, Ribeirão Preto, Maceió, Piracicaba e região do Vale do Ribeira.

O Estado do Acre também fará parte desse programa e tem profundo orgulho de participar desse passo efetivo, na região Norte, a favor do socorro pré-hospitalar, com atendimento fantástico à população de baixa renda e à população que vive nos grandes aglomerados urbanos, que não teriam condições de contratar serviços particulares nessas situações.

Diz o seguinte a nota do Presidente da Federação Interamericana do Coração:

As doenças isquêmicas do coração são as responsáveis por metade das mortes en-

tre homens e mulheres com mais de 30 anos, em todo o mundo. Entre todas, o IAM [Infarto Agudo do Miocárdio] é uma das que atingem 1,5 milhão de pessoas/ano.

A Síndrome Coronariana Aguda (SCA) é causa de maior incidência nos 500.000 óbitos/ano, dos quais 350.000 acontecem antes que o paciente chegue a um pronto-socorro ou sistema de emergência.

No Brasil, embora a SCA responsabilize-se por 20,5% das internações e 36,6% dos gastos com saúde, a trombólise é realizada em apenas 6% dos Estados (DataSus).

Uma possibilidade de reverter esse quadro é tornar o tratamento do IAM rápido, eficaz, seguro e simples.

E para que isso ocorra, alguns dos princípios fundamentais devem ser modificados, adotando-se programas de:

- educação de pacientes de risco e da população, para que identifiquem rapidamente os sintomas e procurem auxílio;

- transporte rápido do paciente para o hospital [que é exatamente a que o SAMU se propõe fazer];

- treinamento dos profissionais de saúde, principalmente os que atuam em nível pré-hospitalar, em pronto-socorros e na periferia, capacitando-os no precoce diagnóstico e rápido tratamento da SCA, e

- extensão do uso de fibrinolíticos no nível pré-hospitalar, em salas de emergência, pronto-socorros, ambulâncias.

Com o advento da trombólise nas diversas emergências, espera-se alcançar esse objetivo e, com apoio da classe médica, mudar o curso da doença que é a primeira em letalidade.

Em nosso País, no entanto, estamos apenas iniciando nosso caminho rumo a um atendimento de urgência e emergência pré-hospitalar e hospitalar que garanta a aplicação dos grandes avanços médicos dos últimos anos. Infelizmente, a maioria das tentativas de ressuscitação termina com morte ou perda importante da capacidade funcional cerebral. O estabelecimento de programas comunitários e de serviços médicos e agora do SAMU 192, juntamente com uma legislação que apóie todas as iniciativas de tornar cada vez mais imediato o atendimento das emergências, é de grande importância na tentativa de aumentar as taxas de sobrevivência. Esperamos assim que a implantação do SAMU, quarto na ocor-

rência da sobrevida, seja o início da corrente de salvar vidas em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou entendendo matéria legislativa abordando esse tema das mortes súbitas, das mortes por trauma e fatores que fogem da regra do doente dentro do hospital, e espero, sinceramente, que o Brasil reconheça, apóie e cuide muito bem desse recurso extraordinário que estará sendo ofertado, a partir de segunda-feira, para benefício de 118,7 milhões brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à próxima Senadora inscrita, a nobre Líder Ideli Salvatti.

Nobre Líder, se V. Ex^a desejar fazer uso da palavra sentada, tem o direito regimental.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, mas, apesar de ter o direito de falar sentada, sinto-me melhor falando em pé.

Trago a esta tribuna no dia de hoje alguns dados, como tenho feito inúmeras vezes, a respeito das ações do Governo. Falarei sobre um setor onde, tenho convicção, a ação do Governo Lula tem obtido os melhores resultados, tem apresentado os melhores índices e tem tido a capacidade de transformar cada ação em algo muito concreto e visível.

Para poder explicitar a minha convicção, trago dados do meu Estado, o que a política externa e as ações de governo voltadas para ampliação do comércio exterior, das parcerias internacionais, tem representado para o Brasil e, de forma muito especial, para o meu Estado, Santa Catarina.

Recomendo, inclusive, a todos os Parlamentares, que também façam uma avaliação da situação em seus Estados. Creio que, se assim fizerem, chegarão à mesma conclusão que eu, que aumentei a minha convicção e venho aqui apresentar os dados.

Em Santa Catarina, no último ano, 2003, confirmados no início de 2004, alguns indicadores revelam resultado das ações de política externa do Governo brasileiro. Vejamos: as vendas de Santa Catarina para a União Européia foram três vezes aquelas para os Estados Unidos, ou seja, houve uma ampliação significativa das exportações de Santa Catarina para o mercado europeu. Elas cresceram numa proporção muito superior à de outros parceiros.

A maior expansão do comércio exterior de Santa Catarina foi para o Mercosul, puxada obviamente pela relação com a Argentina. No ano de 2003, comparado ao de 2002, houve um crescimento nas exportações de Santa Catarina para a Argentina da ordem de 103%. As exportações para o Irã – um país absolutamente novo em termos de relação comercial – tiveram, em

2003, um crescimento de 169%. As exportações para a China cresceram 111%.

Vamos fazer um resumo: as exportações para a União Européia, o Mercosul, a Argentina, o Irã e a China – exatamente as localidades às quais o Governo brasileiro deu prioridade, deu ênfase, buscando com elas abrir fronteiras – estão em franco processo de negociação, e houve repercussões positivas no meu Estado, na minha querida Santa Catarina. Não vou usar aquele expediente de outro Senador, que apita cada vez que fala o nome do seu Estado, mas temos muito amor e carinho pelo nosso Estado.

Obviamente, houve um resultado muito visível, vinculado, óbvio, obtido a partir da política adotada pelo Governo brasileiro, que abre um processo de negociação. Como já tive oportunidade de dizer outras vezes, com certeza deverá ser feito, até outubro deste ano, o acordo entre Mercosul e União Européia, inclusive passando à frente de um outro acordo que estava estabelecido, assinado e acertado para ser fechado em janeiro de 2005, que era a Alca. As negociações com a Alca estão cada vez mais complicadas, complexas, tendo em vista a absoluta intransigência dos Estados Unidos, que não querem abrir mão de nada e querem ganhar tudo. Ao longo desses quase 16 meses de Governo, o Presidente Lula abriu uma porteira de relações e de negociações com a União Européia, que está repercutindo de forma significativa para o nosso País e para o meu Estado.

A outra visão da política externa brasileira, adotada desde o primeiro momento do Governo Lula, foi relativa ao fortalecimento do Mercosul. Não há possibilidade de se negociar isoladamente. Ou se negocia em bloco, ou, então, não há condições de se negociar.

Tive a oportunidade e o grande prazer de acompanhar O Presidente Lula na sua primeira viagem internacional – ainda não empossado, apenas Presidente eleito – à Argentina e ao Chile. E a visão de Sua Excelência foi exatamente a de que nada, em termos de política, comércio e relações internacionais, poderia se concretizar e avançar para o Brasil sem o fortalecimento do Mercosul, sem, inclusive, a defesa – como faz o Presidente Lula toda vez em que é acionado para tal ou quando toma a iniciativa para fazê-lo – dos interesses da Argentina, nosso país irmão do Mercosul. O resultado está aí: a ampliação do comércio exterior. O aquecimento da economia argentina deu resultados concretos, tanto que as exportações de Santa Catarina para a Argentina, apenas no ano de 2003, cresceram 103%.

Foi positivo também o resultado daquela famosa viagem aos países árabes, quando aqui se criou uma celeuma, uma polêmica. Houve manifestações contrárias. Foi considerado um absurdo tirar fotos ao lado de

ditadores. Mas, no meu Estado, é concreta a ampliação das exportações e do comércio com os países árabes. Vejam bem: para a Argentina, as exportações aumentaram 103%; nas relações comerciais entre Santa Catarina e o Irã, houve um crescimento de 169%; para a China, o aumento das exportações foi de 111%.

Quando eu era Deputada Estadual, participei de uma das primeiras comitivas que representavam o Governo do Estado e da primeira que representava o Parlamento de Santa Catarina na China. Naquela ocasião, pude conhecer os maiores centros daquele país, a capital e as maiores cidades, e até mesmo as menores cidades, aquelas que eles chamam de aldeias, embora, na China, esse conceito seja relativo, porque as menores cidades têm 200 mil ou 300 mil pessoas. Realmente, a pujança e o crescimento econômico daquele país estão aí a nos desafiar.

Esta semana, recebemos a visita de representantes do Governo chinês. Estamos preparando a ida de representantes do Governo brasileiro à China. O resultado é concreto. Houve um crescimento de 111% nas exportações do meu Estado para a China.

Nas exportações de Santa Catarina, os Estados Unidos ainda continuam sendo o maior parceiro, como o são para o Brasil. Contudo, tanto para o Brasil quanto para o meu Estado, o percentual decresceu, não em uma proporção preocupante. No caso de Santa Catarina, em 2002, 30% das nossas exportações foram dirigidas aos Estados Unidos, enquanto que, em 2003, esse percentual foi de apenas 28%. Mas esse decréscimo não significa diminuição das exportações do meu Estado e do Brasil. Muito pelo contrário, esse é um sinal absolutamente positivo de diversificação. Ou seja, esse grande parceiro que os Estados Unidos foram, são e, temos certeza, ainda serão por um bom tempo não é mais algo que temos de manter sob quaisquer condições porque não temos alternativas. As alternativas estão sendo dadas, estão sendo construídas não só para o Brasil, mas para os Estados, como acabei de exemplificar no caso do meu Estado, cujas exportações para a União Européia, para os países árabes, para a China e para o próprio Mercosul cresceram.

A diversificação, no caso de Santa Catarina, é bastante explícita e concreta. Há, inclusive, grande volume de exportação de produtos industrializados, com significativo valor agregado. Isso é muito importante, porque a agregação do valor faz com que o resultado econômico seja extremamente positivo.

O índice de crescimento de exportações em Santa Catarina ficou abaixo do índice nacional. As exportações brasileiras cresceram, em 2003, 21%; e as de Santa Catarina, 17% no mesmo ano. Qual foi a causa desse fato? Com tanto crescimento em novos mercados, em novas áreas, em novos segmentos, por que

Santa Catarina, no ano de 2003, não acompanhou o grande crescimento nacional? Houve uma situação específica que foi um profundo agravante no resultado final das exportações do nosso Estado: a brusca queda da exportação de suínos.

A exportação de frangos, em Santa Catarina, teve, no ano de 2003, um crescimento de 10%; a de móveis de madeira, um aumento de quase 19%; a de motores e geradores elétricos, um crescimento de 34%; a de ladrilhos de cerâmica, um crescimento de 22%; a de refrigeradores e congeladores, um crescimento de 136%; a de óleo de soja, um crescimento de 228%; e a de blocos de cilindro e cabeçotes para motores à explosão, um crescimento de 22%. Enquanto esses setores da economia tiveram esses índices absolutamente estrondosos de crescimento de exportação, houve um setor que foi indiscutivelmente o principal responsável pelo fato de não termos acompanhado o crescimento das exportações brasileiras: o dos suínos, compreendendo a exportação de carne, de carcaça e de miudezas. Houve um prejuízo de menos 25% nas exportações de Santa Catarina com relação à carne e derivados dos suínos. Infelizmente, ainda não conseguimos reverter essa situação. Há todo um trabalho, toda uma ação governamental, tanto do Estado de Santa Catarina como do Governo brasileiro, quanto à situação da Rússia, o nosso principal parceiro na exportação de produtos suínos. Tivemos a oportunidade de analisar a questão, colocando dúvidas a respeito da ação dos Estados Unidos nessa mudança de comportamento da Rússia para com o mercado catarinense exportador de suínos, tendo em vista que os Estados Unidos agiram e acabaram ocupando o espaço que Santa Catarina detinha no mercado russo de consumo de carnes suínas.

No entanto, nos três primeiros meses de 2004, o resultado já foi modificado, é diferente, inclusive superando os índices nacionais de crescimento das exportações. Em janeiro, fevereiro e março, enquanto o Brasil cresceu 29% nas suas exportações, Santa Catarina já alcançou o indicador de 31%.

Os indicadores seguem essa linha e eu quero passar os dados: frangos, crescimento de 42%; móveis de madeira, 31%; moto-compressor, 23%. Voltamos a ocupar espaços no setor de suínos ao diversificar os países com que negociamos, já que continuamos tendo problemas com a Rússia. Assim, o setor de suínos teve um crescimento, nesses três primeiros meses, de 57%; motores e geradores, 56%; ladrilhos e cerâmica, 12%; refrigeradores e congeladores, que continuam sendo dos puxadores, 79%; blocos de cilindro, 11%, e portas, caixilhos e materiais de madeiras, 17%.

Esses dados relativos aos três primeiros meses do ano dão-nos a convicção de que o resultado da

política de comércio exterior, de diversificação dos mercados e dos parceiros, de abertura de contratos em novas condições, diferenciadas e benéficas para o Brasil e o Mercosul, dão resultados significativos para cada um dos nossos Estados.

Eu gostaria de registrar alguns índices que nos encham de orgulho: das 300 empresas sulistas que mais exportam, 63 são do nosso Estado; das 23 empresas que tiveram o melhor desempenho em seus setores, nove são de Santa Catarina; cinco empresas catarinense tiveram o maior crescimento em seus setores; das 32 empresas que exportaram mais de US\$100 milhões no ano passado, oito são de Santa Catarina – inclusive a única empresa que teve uma exportação superior a US\$1 bilhão – a Bunge – tem sede em Santa Catarina.

Tive a oportunidade de registrar que a revista **Time** incluiu o Presidente Lula na lista das 100 pessoas mais influentes no mundo, porque essa visão de falar pelos países em desenvolvimento, por aqueles que não têm assento à mesa dos países desenvolvidos, que mandam e desmandam na economia mundial; essa visão que coloca o Brasil, o Mercosul e os países em desenvolvimento no patamar de serem ouvidos acaba dando um resultado como o que tivemos a oportunidade aqui de registrar, de forma muito concreta, no meu Estado.

O número de empregos formais em Santa Catarina é o maior do País, e tudo isso é resultado da política adotada, de expansão e ampliação do nosso potencial de exportação. A proporção de empregados com carteira assinada, no Estado, é de 75%. Esse é o índice mais alto do Brasil: três quartos das pessoas que trabalham em Santa Catarina têm carteira assinada. A média nacional é de 61%.

Os catarinenses também são responsáveis pela taxa mais baixa de desempregados no País. Em Santa Catarina, a proporção de empregados com carteira assinada, como eu já disse, é de 75%, e o segundo Estado com melhor posicionamento é São Paulo. Isso significa que o Estado apresenta a menor taxa de informalidade do Brasil. Esta é uma declaração destacada pela pesquisadora Cristiane Soares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e os números integram a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 2002, divulgada neste mês pelo Instituto.

O levantamento do IBGE, divulgado há poucos dias, aponta outro item no qual Santa Catarina se destaca: o Estado apresenta a menor taxa de população economicamente ativa desocupada do País, com 4,5%. A Região Sudeste é a que concentra o percentual mais alto, com 10,8%. No País, o índice geral é de 9,2%, conforme os dados da PNAD relativos a 2002.

Portanto, o índice da Região Sudeste é de 10,8%, o do Brasil é de 9,2% e a população economicamente ativa com menor taxa de desemprego é a de Santa Catarina, com 4,5%.

A pesquisa do IBGE também apresenta alguns dados que faço questão de ressaltar: quanto à população ocupada, 2,9 milhões de catarinenses estão ocupados, sendo que 50% são empregados; 4,7%, militares ou estatutários; 5,8% são empregados domésticos; 18,5% trabalham por conta própria; 5,2% são empregadores, e não remunerados, 10,5%.

O rendimento médio mensal, no Brasil, é de R\$636,00; em Santa Catarina, é de R\$688,00. A diferença, para variar, entre homens e mulheres, nem no meu Estado está devidamente resolvida: o salário médio é de R\$804,00 para os homens e de apenas R\$500,00 para as mulheres. Apesar desse valor ser maior do que no restante do Brasil, ainda amargamos a discriminação entre o salário médio de homens e mulheres.

Com relação à população ocupada por segmento de atividade, do total de 2,9 milhões de catarinenses ocupados: na área agrícola, 24%; na indústria, 21,3%; na construção, 5,9%; no comércio e repartição, 15,8%; em serviços, 26,1%, e em outras atividades, 6,1%.

A Fiesc, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, declarou, no início deste ano, que o nível do emprego industrial em Santa Catarina, no bimestre janeiro/fevereiro, teve um aumento de 1,15% de postos de trabalho.

Apesar do debate a respeito do desemprego, exatamente por as indústrias de Santa Catarina terem um forte componente para exportação, o crescimento do emprego acaba acompanhando essa tendência de crescimento da exportação. Com isso, mesmo num período difícil para todo o País, houve um crescimento de 1,15%. Nos doze últimos meses, de março de 2003 a fevereiro de 2004, o aumento foi de 4,51%, o que nos dá a certeza e a convicção de que haverá resultados extremamente positivos no ano de 2004, anunciados com o crescimento da economia brasileira e, indiscutivelmente, da economia do meu Estado.

Sr. Presidente, gostaria de informar a V. Ex^a que já estou inscrita para falar na segunda-feira sobre o desemprego, inclusive abordando algo merecedor de reflexão e que consta dos jornais de hoje. O Ministro Ricardo Berzoini chama a atenção de todos para a divergência existente entre a divulgação de dados do índice de desemprego na Grande São Paulo. Enquanto o Dieese/Seade apresenta dados absolutamente preocupantes sobre o crescimento do desemprego na região, que atinge novamente a marca dos dois milhões de pessoas, o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) fala da criação

de postos de trabalho. Logo, convém averiguarmos o porquê da divergência entre os números. É preciso verificar onde e como essas pesquisas têm sido feitas e quais os indicadores utilizados pelo Dieese/Seade e pelo Caged. Este último apresenta dados relativos ao Brasil como um todo, inclusive fazendo vinculação com a exportação. Lá em Santa Catarina, isso aparece de forma muito clara.

Pensei que abordaria esse assunto agora, mas vou fazê-lo depois, pois acabei me detendo na apresentação dos dados sobre o resultado da política externa brasileira para Santa Catarina e tenho certeza de que o tema dos índices de desemprego será plenamente discutido pelo Plenário na segunda-feira, ocasião em que externarei minha análise e proposições.

Sr. Presidente, agradeço-lhe e peço-lhe desculpas por ter extrapolado o tempo.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar do feriado, tivemos uma semana cheia de fatos e notícias marcantes que merecem uma análise mais aprofundada e esclarecedora para a opinião pública. São fatos e/ou pesquisas extremamente reveladores do momento vivido pela sociedade brasileira, principalmente no seu aspecto emocional.

No último fim de semana, os jornais estamparam manchetes sobre a tragédia ocorrida em áreas indígenas de Rondônia, onde mais de duas dezenas de garimpeiros foram mortos em conflitos com as tribos locais.

Anteontem, a entidade Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais informou que, no mês de dezembro, entregou um relatório a cinco Ministérios, no qual sinalizava a possibilidade de conflitos na área. Apesar do relatório e dos prenúncios nele contidos de uma tragédia possível, os fatos consumados nos indicam que pouco ou nada se fez para que fossem evitados.

Não podemos esquecer neste momento que o Brasil é signatário de diversas convenções internacionais que resguardam os interesses dos povos minoritários.

Reconhecemos e defendemos os direitos dos povos indígenas constantes da Constituição Brasileira, como o respeito às suas organizações sociais, línguas, crenças e tradições, bem como o aproveitamento de recursos hídricos e minerais das terras que

tradicionalmente ocupam. Mas não podemos admitir a insensibilidade de autoridades, como o Presidente da Funai, diante da morte de cerca de trinta pessoas, em condições ainda não totalmente esclarecidas.

A insensibilidade demonstrada pelo Presidente da Funai é reveladora. A maneira como a autoridade competente cuida dos que já se foram diz muito sobre a maneira pela qual o Governo tem cuidado dos que permanecem vivos.

E acredito mesmo que a autoridade do Presidente da República tinha uma grande oportunidade de se firmar neste momento. Pelas declarações do Presidente da Funai, ele mereceria uma demissão sumária.

Mas não posso deixar passar despercebidas, nesta sexta-feira, três notícias que, aparentemente, não têm relação entre si, mas que são extremamente reveladoras do estado emocional da população brasileira em relação ao seu futuro e, conseqüentemente, em relação às suas esperanças.

Um dos destaques da imprensa, ontem, foram as manifestações de integrantes da CNBB, que, reunidos na 42^a Assembléia da entidade, explicitaram sua decepção com o Governo.

Confirmando críticas feitas pelo presidente da CNBB, Dom Geraldo Magella, o arcebispo de Vitória da Conquista, na Bahia, Dom Geraldo Lyrio Rocha, disse, alto e bom som: “Se a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, foi uma vitória da esperança sobre o medo, agora peço a Deus que a decepção, a frustração não batam a esperança”.

O documento, em sua análise, chega à conclusão de que os movimentos sociais viram rompidas as parcerias que tinham com o PT e também menciona o caso Waldomiro, dizendo que o Governo não foi ágil suficientemente no caso das denúncias.

Outro destaque da imprensa, nesta semana, foram os dados da pesquisa divulgada pela Organização das Nações Unidas, demonstrando que a maioria dos habitantes da América Latina estaria disposta a trocar a democracia por um governo autoritário que resolvesse os problemas econômicos.

Entre as nações pesquisadas, incluindo a Argentina, o México e o Chile, o Brasil ficou em 15^o lugar em termos percentuais da população considerada democrata: os dados da pesquisa no Brasil indicam que apenas 30,6% dos brasileiros foram classificados como democratas. A média desse percentual nos demais países ficou em 43%, e o líder em convicção democrática é o Uruguai, cujo percentual correspondente ficou em 72,3%.

Isso não significa que estejamos desprovidos de liberdades civis. Nós as temos e bastante aperfeiçoadas, graças a uma participação histórica da população brasileira, conforme pudemos também recordar nesta

semana, nas comemorações memoriais da campanha das “Diretas já”. O que não temos é uma democracia na plenitude da expressão, com igualdade de oportunidade para todos, direito à habitação, transporte, emprego, saúde, etc. Nesse sentido, pelo contrário, temos uma sociedade de marginalizados e de desiguais.

Há que se acrescentar, ainda, como agravante, que embora o setor econômico seja o mais destacado quando se discute o problema de marginalização dentro de uma sociedade, ele é apenas um dos componentes básicos da estrutura social, juntamente com os setores social, político e cultural.

O indivíduo marginalizado de um ou de outro desses setores, ou de todos eles, o que é o mais comum, acaba por forjar, na luta desesperada pela sobrevivência, estruturas marginalizadas, que passam a ser o seu ponto de apoio. Não nos devem causar surpresa as situações de violência vividas nas grandes metrópoles brasileiras. O que se instala no inconsciente coletivo da população brasileira é a desesperança, aqui destacada pela nota da CNBB.

Em março último, o brasilianista Norman Gall, diretor do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, disse que o Presidente Lula tem uma chance histórica de fazer uma verdadeira revolução social, mas foi vencido pelo populismo e pelo corporativismo dos sindicatos e da máquina burocrática.

Essa máquina burocrática, como constata o próprio Presidente, não tem sido administrada com competência pela equipe governamental. A agilidade da máquina burocrática tem sido tratada até com piadas populares, como aquela que diz: “Agora o Governo Lula deslançou. Mas ... ladeira abaixo.”

Por fim, quero citar o terceiro destaque da semana na imprensa. Refiro-me à pesquisa realizada pela Associação Internacional de Estresse Gerencial do Brasil, que detectou que 82% dos profissionais brasileiros apresentam traços de ansiedade em diversos graus. Não é para menos. Quando a população teve uma promessa recente do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva da criação de 10 milhões de empregos em seu primeiro mandato e, até agora, só viu as taxas de desemprego crescerem.

Hoje mesmo, o crescimento do desemprego é manchete no jornal **Folha de S. Paulo**. As taxas atingiram a marca recorde de 20,6% da população economicamente ativa na região metropolitana da maior cidade do País. Segundo os dados da Fundação Seade e do Dieese, um em cada cinco brasileiros trabalhadores das 39 cidades pesquisadas está sem emprego.

A própria pesquisa sobre estresse conclui:

O fato de o Presidente não ter correspondido às expectativas da população gerou apatia

e depressão. Percebeu-se que não adianta boa vontade e poder nas mãos para resolver a questão do desemprego. É preciso lançar mão de uma série de estratégias embasadas e planejadas de acordo com a real situação do Brasil.

Para terminar, lembro a intervenção feita ontem, neste plenário, pelo Líder Arthur Virgílio, colaborada com um aparte do Senador Cristovam Buarque, sobre a discussão impatriótica de se “aumentar a meta de inflação” para o próximo ano. Os dois Líderes, naquela ocasião, afirmavam que impatriótica é essa posição, essa decisão de alguns membros do Partido dos Trabalhadores, quando, o que eles deveriam estar aqui defendendo é a inflação zero em favor do Brasil e em favor dos mais pobres.

Como Oposição responsável, queremos adotar atitudes pelo Brasil, a fim de que a esperança que está sendo quebrada pela incapacidade de governar do atual Governo seja reacendida na população, para que ela possa ser capaz de visualizar horizontes mais coloridos para o nosso País. É o que desejamos.

Para encerrar minhas palavras, quero aqui dizer que a imprensa esta semana foi capaz de retratar a ansiedade, a inquietação e o quase desespero da população brasileira quando vê sair pelos dedos o último fio de esperança que ainda tinha neste Governo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude de a pauta se encontrar sobrestada por medidas provisórias, defere, por analogia, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, o Requerimento nº 459, de 2004, do nobre Senador Teotônio Vilela Filho, lido na sessão de 19 do corrente, solicitando a prorrogação de sua licença, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de onze dias.

Deferido o requerimento, o Senador João Tenório continua no exercício do mandato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, encontra-se pendente de deliberação desta Casa o Projeto de Lei nº 9, de 2004, de autoria do Poder Executivo, que “regulamenta os incisos II, IV e V do parágrafo 1º do artigo 225 da Constituição Federal; estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvem organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados; cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS; reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biosse-

gurança – CTNBio; dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB; revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995; e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências”.

A Chefia da Casa Civil da Presidência da República, ao justificar a proposição, registrou que ela abrange desde a área de pesquisa até os procedimentos de comercialização de organismos geneticamente modificados, com a finalidade de proteger a vida e a saúde humana, os animais, as plantas e o meio ambiente, e elimina os conflitos legais hoje existentes.

Também a iniciativa promove a reestruturação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, que passa a constituir-se de 26 cidadãos brasileiros, de reconhecida competência técnica, notório saber científico e destacada atividade profissional, nas áreas de biologia molecular, biologia, imunologia, ecologia, bioética, genética, virologia, entomologia, saúde pública, segurança e saúde do trabalhador, bioquímica, farmacologia, patologia vegetal e animal, microbiologia, toxicologia, biotecnologia ou biossegurança.

Amplia-se, de 8 para 10, a colaboração de especialistas de notório saber técnico e científico; de 7 para 8, os representantes de órgãos governamentais; e de 3 para 8, os de instituições da sociedade civil de defesa do consumidor, do setor empresarial de biotecnologia, da área de saúde, de defesa do meio ambiente, da área de bioética, do setor agroindustrial, de defesa da agricultura familiar e do trabalhador.

As competências da CTNBio são alteradas parcialmente, para a garantia de efetivo apoio consultivo e técnico de assessoramento ao CNBS, na formulação da Política Nacional de Biossegurança – PNB de OGM e seus derivados, caracterizando-se como órgão consultivo e deliberativo, acerca de atividades, consumo e qualquer liberação, no meio ambiente, de OGM e seus derivados.

Tal parecer, quando negativo, vinculará os demais órgãos e entidades da Administração, quanto aos aspectos de biossegurança de OGM e seus derivados. Quando positivo, o processo será encaminhado para a avaliação dos órgãos e entidades de registro e fiscalização dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente e da Saúde, além da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, conforme o caso.

A proposição inova, finalmente, ao criar, na área do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Sistema de Informações em Biossegurança – SIB, destinado à gestão de informações provenientes de atividades de análise, autorização, registro, monitoramento e acompanhamento das atividades que envolvem OGM e seus derivados, instrumento fundamental para o País exer-

cer o controle sobre eles e projetar políticas públicas sobre o tema.

Em seu qualificado estudo do texto recepcionado pela Câmara dos Deputados, o Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP registrou que a proposição “atribui a um Conselho de Ministros a palavra final sobre a comercialização de organismos geneticamente modificados e proíbe as pesquisas com células-tronco para fins terapêuticos”.

A comunidade científica, no entanto, deseja que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) “seja a única e definitiva instância para avaliar tanto as atividades de pesquisa como a comercialização de transgênicos”.

Considera fundamental para o processo de desenvolvimento do País que as pesquisas originadas de instituições públicas sejam de pronto incorporadas ao setor produtivo, “sob pena de a sociedade brasileira não poder usufruir dos investimentos em Ciência e Tecnologia”.

Ante a complexidade do tema, julgamos irrecusável que a Câmara Alta do País, antes de sua final deliberação sobre a iniciativa governamental em questão, atenda às ponderações da FAPESP, que vê, no texto da futura Lei de Biossegurança, sérios “obstáculos à pesquisa científica e tecnológica”.

Para o Conselho, uma tal legislação, nos termos acolhidos pelos Srs. Deputados, “criará sérios obstáculos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico em um setor no qual a transferência de tecnologia, da descoberta à sua aplicação, é extremamente rápida”.

Lembra que o nosso País, nesse setor de elevada importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social, “bem como para a soberania nacional”, detém competência equivalente à das nações mais adiantadas, o que pode, seguramente, representar elevado benefício para a população, sobretudo nas áreas de alimentos, agropecuária e saúde.

Daí o apelo do Conselho Superior da Fapesp aos Srs. Parlamentares, no sentido de que “ouçam os representantes acreditados da comunidade científica”, com o objetivo de transformar o texto da lei em instrumento de progresso e independência tecnológica, assim evitando “danos irreparáveis aos mecanismos de geração de conhecimento e de riqueza”.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 2 minutos.)

Ata da 43ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Luiz Otávio,
Papaléo Paes e Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2004

Altera os arts. 14 e 158 do Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar o uso da palavra pelos Senadores.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso VII do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.
.....

VII – para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, ou homenagem de pesar, uma só vez, por cinco minutos, sendo permitida a inscrição de no máximo três oradores nas sessões deliberativas, e de no máximo cinco oradores nas sessões não deliberativas ou quando a pauta da Ordem do Dia estiver obstruída com medida provisória com prazo vencido.

.....(NR)”

Art. 2º O § 1º do art. 158 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação, renumerado como parágrafo único e revogando-se os §§ 2º e 3º:

“Art. 158.

Parágrafo único. Nas sessões deliberativas, a Hora do Expediente poderá ser pror-

rogada pelo Presidente, uma única vez, pelo prazo máximo de trinta minutos, para que o orador conclua seu discurso caso não tenha esgotado o tempo de que disponha, ou para atendimento do disposto no inciso VII do art. 14, após o que a Ordem do Dia terá início impreterivelmente.

.....(NR)”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Prerrogativa e dever, o uso da palavra é um dos mais importantes instrumentos da atividade legislativa e parlamentar dos Senadores, em Plenário e nas comissões. É por meio da palavra que o Senador expõe suas opiniões, apresenta projetos, emite relatórios e votos, apresenta requerimentos e inquire testemunhas.

Tal entendimento está espelhado em vários dispositivos do Regimento Interno do Senado, que contém regras bem definidas quanto ao tempo de que os Senadores dispõem para falar e em que circunstâncias podem fazê-lo. Mesmo assim, não são poucos os Senadores que ainda consideram restrito o tempo de que dispõem para usar a Tribuna.

Desde junho de 2003, tramita nesta Casa a resposta do Presidente a essas queixas, na forma do Projeto de Resolução nº 30, de 2003, da Mesa do Senado Federal, que modifica a redação dos arts. 14, 17, 18 e 19 do Regimento Interno do Senado Federal, para dar nova disciplina ao uso da palavra, além de alterar o art. 158, que trata da hora do expediente, com o objetivo de assegurar que todos tenham oportunidade de usar da palavra e que o Regimento Interno seja cumprido, conforme indicado na justificação.

A presente proposta vem aperfeiçoar aquela idéia de modo a que se possa proporcionar o uso da palavra a um número maior de oradores inscritos, em especial nas sessões não deliberativas e nos casos em que a pauta da Ordem do Dia estiver obstruída por alguma medida provisória com prazo vencido, conforme se

propõe com a introdução de um inciso VII ao art. 14 do Regimento Interno do Senado, que trata do uso da palavra. Acresce que se trata mais da formalização de uma prática comum nas sessões não deliberativas, em que se permite um maior número de breves comunicações, para permitir a manifestação de mais Senadores na Tribuna.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

“Art 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

I – nos sessenta minutos que antecedem a Ordem do Dia, por vinte minutos;

II – se líder:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário;

b) por vinte minutos, após a Ordem do Dia, com preferência sobre os oradores inscritos;

III – na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos;

IV – na discussão da redação final, uma só vez, por cinco minutos, o relator e um Senador de cada partido;

V – no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos;

VI – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;

VII – para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, homenagem de pesar, justificção de proposição, uma só vez, por cinco minutos;

VIII – em qualquer fase da sessão, por cinco minutos:

a) pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto á observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia, vedado, porém, abordar assunto já resolvido pela Presidência;

b) para suscitar questão de ordem, nos termos do art. 403;

c) para contraditar questão de ordem, limitada a palavra a um só senador;

IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de cinquenta minutos, para as considerações que entender (art. 176);

X – para apartear, por dois minutos, obedecidas as seguintes normas:

a) o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;

b) não serão permitidos apartes:

1 – ao Presidente;

2 – a parecer oral;

3 – a encaminhamento de votação, salvo nos casos de requerimento de homenagem de pesar ou de voto de aplauso ou semelhante;

4 – a explicação pessoal;

5 – a questão de ordem;

6 – a contradita a questão de ordem;

c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só senador;

d) o aparte proferido sem permissão do orador não será publicado;

e) ao apartear, o senador conservar-se-á sentado e falará ao microfone;

XI – para interpelar Ministro de Estado, por cinco minutos, e para a réplica, por dois minutos (art. 398, X).

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se basear a concessão da palavra.

§ 2º (Revogado)”

“Art 158. O tempo que se seguir á leitura do expediente será destinado aos oradores da Hora do Expediente, podendo cada um dos inscritos usar da palavra pelo prazo máximo de vinte minutos.

§ 1º A Hora do Expediente poderá ser prorrogada pelo Presidente, uma única vez, pelo prazo máximo de quinze minutos, para que o orador conclua seu discurso, caso não tenha esgotado o tempo de que disponha, ou para atendimento do disposto no § 2º, após o que a Ordem do Dia terá início impreterivelmente.

§ 2º Se algum Senador, antes do término da Hora do Expediente, solicitar à Mesa inscrição para manifestação de pesar, comemoração ou comunicação inadiável, explicação pessoal ou para justificar proposição a apresentar, o Presidente lhe assegurará o uso da palavra na prorrogação.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, somente poderão usar da palavra três senadores, dividindo a Mesa, igualmente, entre os inscritos, o tempo da prorrogação.

§ 4º As inscrições que não puderem ser atendidas em virtude do levantamento ou da não realização da sessão, comemoração especial, ou em virtude do disposto no § 5º, transferir-se-ão para a sessão do dia seguinte e as desta para a subseqüente.

§ 5º Havendo, na Ordem do Dia, matéria urgente compreendida no art. 336, I, não serão permitidos oradores na Hora do Expediente.

§ 6º Ressalvado o disposto no art. 160, II, não haverá prorrogação da Hora do Expediente, nem aplicação do disposto no § 2º, se houver número para votação ou se, na sessão, se deva verificar a presença de Ministro de Estado.”

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O Projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2004

Altera o art. 10 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para instituir mecanismos de transparência em relação à lista única de espera.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 10 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, os seguintes parágrafos:

“Art. 10.

§ 3º O Poder Executivo publicará, na rede mundial de computadores, a lista nacional de receptores por data de inscrição, separando os pacientes inscritos para recepção dos já beneficiados, permitindo acesso aos integrantes da lista, parentes, serviços de saúde e equipes médico-cirúrgicas credenciadas, na forma do regulamento.

§ 4º A lista de que trata o parágrafo anterior deverá ser atualizada num prazo máximo de vinte e quatro horas da ocorrência do evento que originou a sua alteração, inclusive quanto às razões da destinação do órgão doado para o paciente que o recebeu. (NR)”

Art. 2 Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias contados a partir da data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.434, de 1997, – Lei de Transplantes – não trata da questão da ordem de precedência na lista nacional de receptores, exigindo, apenas, a inscrição prévia do receptor nessa lista.

A questão foi regulada pelo Decreto nº 2.268, de 1997, que determina que a destinação dos tecidos, Órgãos e partes removidas será autorizada em estrita observância à ordem dos receptores inscritos, com compatibilidade para recebê-los” e estabelece as exceções e esse princípio.

A falta de transparência do processo de administração dessa lista, em especial quanto à aplicação dos critérios de exceção citados, tem sido objeto de denúncia à imprensa e, inclusive, a esta Casa.

No ano passado, por ocasião da realização de audiência pública na Subcomissão Temporária da Saúde sobre a situação da atenção aos pacientes renais crônicos, a Presidenta da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados denunciava que, em relação aos transplantes renais, existe uma verdadeira “caixa preta”, não há respeito à fila e é muito difícil controlar se está ou não sendo respeitado algum critério na lista de espera.

É urgente portanto a necessidade de se dar transparência a essa lista e aos procedimentos de sua alteração e atualização, para as pessoas que estão nela inscritos, seus parentes e as equipes de saúde envolvidas.

São essas as razões que me levam a propor este projeto de lei, para o qual espero o apoio e a contribuição dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

Art. 10. O transplante ou enxerto só se fará com o consentimento expresso do receptor, assim inscrito em lista única de espera, após aconselhamento sobre a excepcionalidade e os riscos do procedimento.

§ 1º Nos casos em que o receptor seja juridicamente incapaz ou cujas condições de saúde impeçam ou comprometam a manifestação válida da sua vontade, o consentimento de que trata este artigo será dado por um de seus pais ou responsáveis legais.

§ 2º A inscrição em lista única de espera não confere ao pretense receptor ou á sua família direito subjetivo a indenização, se o transplante não se realizar em decorrência de alteração do estado de órgãos, tecidos e partes, que lhe seriam destinados, provocado por acidente ou incidente em seu transporte.

Parágrafo único. Nos casos em que o receptor seja juridicamente incapaz ou cujas condições de saúde impeçam ou comprometam a manifestação válida de sua vontade, o consentimento de que trata este artigo será dado por um de seus pais ou responsáveis legais.

.....
 DECRETO Nº 2.268, DE 30 DE JUNHO DE 1997

Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fim de transplante e tratamento, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2004

Altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 9º Os insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica deverão ser objeto de processo de registro diferenciado, que garanta a simplificação e a agilização de sua regularização, sem prejuízo de sua qualidade e sanidade.

Parágrafo único. Os órgãos federais competentes definirão, em atos complementares, os procedimentos para a aplicabilidade do disposto no **caput** deste artigo, inclusive dispondo de modo específico sobre a utilização de produtos de origem animal em biofertilizantes. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Existe um tipo de doença infecciosa cujo agente é uma proteína, denominada *prion infeccioso*. Este tipo de doença, conhecida como encefalopatia espon-

giforme transmissível, resulta em desordens degenerativas do sistema nervoso central e apresenta formas diferentes de manifestação nos seres humanos e em animais. O exemplo mais atual é a encefalopatia bovina espongiiforme (EEB), mais conhecida como doença da vaca louca.

O Brasil, até o momento, não registrou nenhum caso dessa doença, mas o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento adotou várias medidas preventivas, dentre as quais destacamos as seguintes proibições:

1 – importação de ruminantes, seus produtos e subprodutos de países onde tenham sido registrados casos de EEB, ou ainda não inspecionados ou considerados de risco pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério (SDA);

2 – importação de produtos e ingredientes de origem animal para uso veterinário e alimentação de animais, quando originários ou provenientes de países considerados de risco pela SDA;

3 – utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham proteínas e gorduras de origem animal, inclusive a chamada “cama de frango” e resíduos da criação de bovinos.

Ainda dentro das medidas preventivas, consta a inclusão da expressão “Uso proibido na alimentação de ruminantes” em rótulos e etiquetas dos produtos destinados à alimentação de não-ruminantes que contenham qualquer fonte de gordura e proteína animal.

A utilização de rações com proteínas e gorduras animais na pecuária, um dos fatores responsáveis pela disseminação do mal da vaca louca em vários países, foi evitado no Brasil, pois o rebanho bovino, de aproximadamente 183 milhões de cabeças, tem alimentação à base de pasto, apresentando qualidade e sanidade capazes de garantir uma posição de destaque no mercado internacional de carnes.

Do exposto, a proibição da adição de proteínas animais na ração dos animais indica que sua utilização traz consideráveis riscos à saúde humana e animal. No caso de alimentos orgânicos, a regulamentação do uso de produtos de origem animal na elaboração de biofertilizantes merece especial atenção e cuidado por parte dos órgãos de fiscalização.

Assim, pedimos aos nobres parlamentares que aprovem o projeto de lei em análise na forma em que se apresenta.

Sala das Sessões, 26 de abril e 2004. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Art. 9º Os insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica deverão ser objeto de processo de registro diferenciado, que garanta a simplificação e agilização de sua regularização.

Parágrafo único. Os órgãos federais competentes definirão em atos complementares os procedimentos para a aplicabilidade do disposto no **caput** deste artigo.

(À comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Os Projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 2004**

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º O Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias fica acrescido do seguinte art. 90:

“Art. 90. Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2008 terão mandato de seis anos, para permitir, a partir de 2014, a coincidência das eleições e dos mandatos federais, estaduais e municipais em todo o País. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Estado brasileiro vem passando por uma série de reformas que têm, entre outros, os objetivos de dar maior agilidade e eficiência à administração pública, de recuperar a capacidade de investimento dos entes federados, de dar maior competitividade ao setor produtivo e de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Por sua amplitude e por sua repercussão na vida cotidiana de todo o povo brasileiro, essas reformas, como é natural, ensejam muitas polêmicas; entretanto, é praticamente consensual a percepção da necessidade de se promoverem essas mudanças, ainda que se discutam a forma de fazê-las e o seu alcance.

No momento em que as atenções da classe política e da sociedade brasileira em geral estão voltadas para as propostas que visam a reformar o sistema tributário nacional, o funcionamento do Poder Judiciário e o sistema previdenciário – esta última, já num estágio complementar –, gostaria de chamar a atenção para um outro tema que requer, com urgência, nosso empenho. Trata-se da reforma política, tão relevante quanto as demais já elencadas, por interferir decisivamente em todos os setores da vida nacional.

Embora sabedor da complexidade dessa matéria, julgo necessário destacar, particularmente, a necessidade de unificarmos as datas dos pleitos eleitorais, de forma a promover uma coincidência dos mandatos. Essa providência é importante, diria até decisiva, para melhorar as condições de governabilidade em todas as instâncias, e esse é um dos motivos que nos levaram a elaborar a presente proposta de emenda à constituição estabelecendo a unificação das datas das eleições em todo o País.

Além de proporcionar melhores condições de governabilidade, a unificação das datas permitirá economizar nos gastos das campanhas e amenizará o uso da máquina governamental.

As vantagens da unificação dos mandatos são múltiplas. Para o eleitor, essa medida significa menos gastos com deslocamento até a seção eleitoral em que vota, muitas vezes em municípios distantes daquele onde mora. Além disso, a mobilização de um grande contingente de pessoas, requisitadas pela Justiça Eleitoral, ocorreria em intervalos maiores.

Também os custos do processo eleitoral seriam reduzidos, assim como os riscos de fraudes. A economia resultante da adoção dessa medida não deve ser desprezada. A Associação dos Municípios Paranaenses fez uma estimativa dos gastos com o pleito do ano de 2000 e chegou à conclusão de que foram despendidos nada menos que seis bilhões de reais – uma cifra bem significativa.

Entretanto, os maiores beneficiados seriam os municípios brasileiros, porque os planos de governo não seriam mais interrompidos a cada dois anos, como ocorre hoje. A Associação dos Municípios Paranaenses, que vem apoiando essa mudança, alega que, devido à legislação eleitoral, os prefeitos têm de suspender os projetos, obras e ações que dependem da realização de despesas nos dois últimos quadrimestres que antecedem o último ano do seu mandato.

Com a alteração, conforme relata a revista **Cidades do Brasil**, aquela entidade quer “garantir a correlação de forças eleitoralmente existentes em uma estabilidade delineada, dentro de um determinado conjunto, contínuo, definido, claro e transparente, que reflita os anseios da Nação e do povo brasileiro, em todos os aspectos e momentos circunstanciais da vida nacional”.

A associação lembra, ainda, a necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual, combinada com a Lei nº 10.028, de 2000, impossibilita que sejam contraídas quaisquer despesas nos últimos oito meses de mandato. É fácil concluir, com eleições a cada dois anos, que fica difícil a continuidade de programas de desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Praticamente todo primeiro ano de governo municipal tende a ser pouco produtivo, o que reforça a necessidade de se unificarem os mandatos. Segundo a mesma revista, que ouviu prefeitos do Paraná, é quase consenso a opinião que, no primeiro ano de gestão,

o prefeito administra os problemas herdados da administração anterior. Além disso, precisa compor sua equipe e montar a estrutura administrativa. O segundo ano é tumultuado com as eleições para Presidente da República, Governadores, Senadores e Deputados Federais, Estaduais e Distritais. O terceiro ano é um período mais proveitoso para a administração; e, no quarto, os programas de governo são prejudicados devido à realização de novas eleições. Assim, como se vê, o tempo necessário à realização dos programas de mais longa maturação fica reduzido.

Ainda em favor da coincidência dos mandatos, é necessário lembrar que Governadores e Prefeitos levam algum tempo para compatibilizar as obras de âmbito estadual ou regional com aquelas de âmbito municipal. Quando ocorre a mudança no Governo do Estado, em meio aos mandatos municipais, pode haver uma nova orientação nas diretrizes de governo, o que, conseqüentemente, requer novas negociações, quando não implica a paralisação de obras já em execução. Na verdade, dos quatro anos, a administração municipal praticamente só aproveita adequadamente dois anos e meio, pois, no período restante, está impedida de receber os repasses estaduais e federais.

Entendo que esses argumentos fundamentam a tese da coincidência de mandatos. Os argumentos contrários dizem respeito a pequenas dificuldades que podem ser sanadas sem maiores esforços, como, por exemplo, a alegação de que o eleitor ficaria confuso. Trata-se de um argumento inconsistente, pois o eleitor que escolhe o seu Prefeito e o seu Vereador, no atual sistema de eleições solteiras, já vota em candidatos para outros cinco cargos na eleição seguinte. Com a crescente intimidade do eleitor com o sistema de urnas eletrônicas, que permite inclusive verificar se não houve erro na digitação, além de outras facilidades, esse argumento cai por terra.

Estou convencido de que um País carente de recursos, não pode se dar ao luxo de desperdiçá-los com programas interrompidos, da mesma forma que a administração pública não pode ficar de mãos atadas durante quase a metade do mandato. Assim, peço, desde já, o apoio dos nobres pares, para que, melhorando as condições de governabilidade, possamos melhorar rapidamente as condições de vida do nosso povo, razão pelas quais, estou certo, conto com o apoio dos nossos nobres pares.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2004. – Senador **Sibá Machado**.

- 2. Vitor Uva
- 3. Antônio Carlos
- 4. Gláucia
- 5. José Dário
- 6. Guilherme Mesquita
- 7. Ala Julia Casca
- 8. Senador Messias
- 9. Alto do G. Costa
- 10. Roberto A. L. G.
- 11. [Signature]
- 12. [Signature]
- 13. [Signature]
- 14. [Signature]
- 15. [Signature]
- 16. [Signature]
- 17. [Signature]
- 18. [Signature]
- 19. [Signature]
- 20. [Signature]

considero importante o debate da matéria, embora eu importante haver eleições a cada 2 anos como define a Constituição de 1988, e [Signature]

- 21. [Signature]
- 22. [Signature]
- 23. [Signature]
- 24. [Signature]
- 25. [Signature]
- 26. [Signature]
- 27. [Signature]
- 28. [Signature]
- 29. [Signature]
- 30. [Signature]
- 31. [Signature]
- 32. [Signature]
- 33. [Signature]
- 34. [Signature]
- 35. [Signature]

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 90. O prazo previsto no caput do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no caput deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no caput deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será de trinta e oito centésimos por cento.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIOS

Nº 12/2004, de 16 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 111, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 177/2004, de 16 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 79, de 2004, do Senador Arthur Virgílio; e

Nº 467/2004, de 16 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 94, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 119/2004, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 117, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 120/2004, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 133, de 2004, do Senador Arthur Virgílio; e

Nº 1.109/2004, de 20 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 132, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, projetos de decreto legislativo recebidos da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 405, DE 2004**

(Nº 505/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de fevereiro de 1997, que renova, a partir de 13 de março de 1995, concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

MENSAGEM Nº 235, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 14 de fevereiro de 1997, que “Renova a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo”.

Brasília, 19 de fevereiro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 26/MC

Brasília, 4 de fevereiro de 199

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto á consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53660.000429/94, em que a Rádio Difusora de São Mateus Ltda., solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo, outorgada conforme Decreto nº 90.945, de 12 de fevereiro de 1985, sendo que o prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 13 de março de 1995.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente. – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53660.000429/94.

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de março de 1995, a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda., outorgada pelo Decreto nº 90.945, de 12 de fevereiro de 1985, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. **MARCO MACIEL** – **Sérgio Motta**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER SEJUR/DMC/ES Nº 069/94

REFERÊNCIA: Processo nº 53660.000429/94
ORIGEM : DMC/ES
ASSUNTO : Renovação de Outorga
EMENTA : Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média cujo prazo terá seu termo final em 13/03/1995.
Pedido apresentado **tempestivamente**.
Regulares a situação técnica e a vida societária.

CONCLUSÃO : Pelo deferimento.

RÁDIO DIFUSORA DE SÃO MATEUS LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo, requer renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorrerá em 13 de março de 1995.

I-OS FATOS

1. Mediante Decreto nº 90,945 de 12 de fevereiro 1985, foi autorizada concessão à **RÁDIO DIFUSORA DE SÃO MATEUS LTDA**, para explorar, por 10 (DEZ) anos, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.
2. A outorga em questão começou a vigorar em 13 de março de 1985, data da publicação do Contrato de Concessão no Diário Oficial.
3. Cumpre ressaltar que, durante o último período de vigência da outorga, a entidade não sofreu qualquer pena ou advertência conforme se verifica nos assentos cadastrais desta Regional.

II - DO MÉRITO

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei Nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e 15(quinze)anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessi-

5. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

"Art.27-Os prazos de concessão e permissão serão de 10(dez)anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão.

6. De acordo com o artigo 4º da Lei Nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao Órgão competente, no período compreendido entre o 6º(sexto) e o 3º(terceiro)mês anterior ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência desta concessão terá seu termo final no dia 13 de março de 1995,porquanto começou a vigorar com a publicação do Contrato de Concessão no Diário Oficial de 13 de março de 1985, e os efeitos jurídicos da outorga foram mantidos pelo prazo residual, conforme disposto no Decreto, do dia 10 de maio de 1991, publicado no Diário Oficial do dia 13 subsequente.

8. O pedido de renovação da outorga, ora em exame, foi protocolizado nesta Delegacia Regional em 29 de novembro de 1994, dentro, pois do prazo legal. (fls. 01),uma vez que, de acordo com o disposto na Lei da Renovação, o pedido deveria ser apresentado entre 13 de outubro a 13 de dezembro de 1995.

9. A requerente tem seus quadros diretivo e social aprovados pela Portaria Dentel/VTA nº019, de 04 de março de 1988 com a seguinte composição:

COTISTAS	COTAS	VALOR EM R\$.
PAULO SÉRGIO GAVA	250.000	250.000,00
PEDRO CEOLIN SOBRINHO	250.000	250.000,00
JOSÉ FERNANDES DE JESUS	168.000	168.000,00
CARLOS ALBERTO FERREIRA E SILVA	166.000	166.000,00
ALZEMAR SERYFARTH	166.000	166.000,00
TOTAL	1.000.000	1.000.000,00

CARGO	NOME
SÓCIO GERENTE	PAULO SÉRGIO GAVA
SÓCIO GERENTE	CARLOS ALBERTO FERREIRA E SILVA

10. O requerimento foi assinado pelo Sr. FÉLIZ ANTÔNIO ZANON, procurador devidamente aprovado, conforme Portaria DRMC Nº 043, de 03/11/94.

11. A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas,conforme indica o setor de engenharia (fls.27).

12. É regular a situação da permissionária ~~para~~ o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações-FISTEL, consoante registros nesta Regional.

13. Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto Lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

14. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 14 de março de 1995.

III- CONCLUSÃO

Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos ao Departamento de Outorgas, que o encaminhará à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É o parecer, "sub censura"

Vitória, 19 de dezembro de 1994



MARIA ELISABETE PORTO DE NORONHA
Chefe de Serviço

*De acordo
Encaminhe-se este processo
ao Departamento de Outorgas, SFO,
para análise*

Em 19 dez 94



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 406, DE 2004**

(Nº 642/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Lineares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 617, de 4 de outubro de 2000, que renova, a partir de 7 de março de 1995, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.963, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissão para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 415, de 31 de julho de 2000 – Itacaité Radiodifusão Ltda., a partir de 12 de julho de 1992, na cidade de Belo Jardim – PE;

2 – Portaria nº 617, de 4 de outubro de 2000 – Rádio Cultura de Linhares Ltda., a partir de 7 de março de 1995, na cidade de São Mateus – ES;

3 – Portaria nº 690, de 14 de novembro de 2000 – Fundação Sogipa de Comunicações, a partir de 13 de julho de 1998, na cidade de Porto Alegre – RS; e

4 – Portaria nº 691, de 14 de novembro de 2000 – Rádio Studio 1 FM Ltda., a partir de 16 de setembro de 1998, na cidade de Mirassol – SP.

Brasília, 21 de dezembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 641/MC

Brasília, 28 de novembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 617, de 4 de outubro de 2000, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda., pela Portaria nº 94, de 5 de março de 1985, publicada no Diário Oficial da União, em 7 subsequente, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53660.000420/94, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 617, DE 4 DE OUTUBRO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53660.000420/94, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 7 de março de 1995, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda., pela Portaria nº 94, de 5 de março de 1985, publicada no Diário Oficial da União em 7 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER CONJUR/MC Nº 1.390/00

Referência: Processo nº 53660.000420/94

Origem: Delegacia do MC no Estado do Espírito Santo

Interessada: Rádio Cultura de Linhares Ltda.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Permissão para explorar radiodifusão sonora em modulada, cujo prazo teve seu termo final em 7.03.95.

Pedido apresentado tempestivamente.

Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

Trata o presente processo de pedido de renovação de permissão formulada pela Rádio Cultura de

Linhares Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

2. A outorga em questão foi deferida à entidade conforme Portaria nº 94, de 5 de março de 1985, publicada no Diário Oficial da União em 7 subsequente.

3. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado do Espírito Santo, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 61/94, fls. 31/33, dos autos.

4. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DMC/ES, concluiu, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o seguinte:

- A entidade obteve autorização para alterar seu contrato social mediante Portaria DMC/ES nº 26, de 2 de dezembro de 1998, cujos atos legais decorrentes foram aprovados pela Portaria nº 67, de 15 de setembro de 2000, ficando seu quadro societário assim constituído:

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$
Pedro Ceolin Sobrinho	613.532	613.532,00
Plácido Ceolin	6.468	6.468,00
TOTAL	620.000	620.000,00

- O quadro diretivo permanece o mesmo do autorizado na E.M. nº 184, de 24 de outubro de 1996, qual seja, Pedro Ceolin Sobrinho.

5. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

6. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da permissão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo pra-

zo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

7. Isto posto, proponho o encaminhamento dos presentes autos, acompanhados de minuta dos atos próprios, à consideração do Exm^o Sr. Ministro das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

8. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º, do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer “sub censura”.

Brasília, 20 de setembro de 2000. – **Flavia Cristina dos Santos Rocha**, Coordenadora.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 407 DE 2004

(Nº 780/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Radio o Guri Am Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e onda média na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 19 de setembro de 2001, que outorga concessão à Rádio O Guri AM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.063, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 19 de setembro de 2001, que “Outorga concessão à entidade que menciona, para explorar serviço de radiodifusão, e dá outras providências”, referente à Rádio o Guri AM Ltda., na cidade de Balneário Camboriú/SC.

Brasília, 3 de outubro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 557 EM

Brasília, 31 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, com vistas à outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, na localidade e unidade da Federação abaixo indicada.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795 de 17 de dezembro de 1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim vencedora da concorrência, conforme atos da mesma Comissão, que homologuei, a seguinte entidade:

Rádio o Guri AM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000187198 e Concorrência nº 160/97-SSR/MC);

3. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão à referida entidade para explorar o serviço de radiodifusão mencionado.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 2001

Outorga concessão à entidade que menciona, para explorar serviço de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio o Guri AM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000187/98 e Concorrência nº 160/97-SSR/MC).

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de setembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

RÁDIO O GURI AM LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Vitor Antônio Pinto, brasileiro, casado, maior, contador, residente e domiciliado à Rua 2348, n.º 320, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de identidade RG n.º 4/R-572.561 expedida pela SSP/SC e CPF n.º 390.158.829-91; **Vilmar Renato Machiavelli**, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado à Rua 4600, n.º 89, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade RG n.º 29ª.-R 288.078 expedida pela SSP/SC e CPF n.º 182.417.279-68, resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pela seguinte legislação: artigos 211 e 223 e seus parágrafos da Constituição Federal, Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919, Lei n.º 2597 de 12 de setembro de 1955, Decreto n.º 39605 - B de 16 de julho de 1956. Lei 4117 de 27 de agosto de 1962, Decreto n.º 52795 de 31 de outubro de 1963, Lei n.º 8934 de 18 de novembro de 1994, Decreto n.º 1800 de 30 de janeiro de 1996 e Decreto - Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de “ **RÁDIO O GURI AM LTDA** ” tendo sua sede e foro na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, sito à Rua 901, n.º 431, sala 1101, Centro. Cep: 88.330-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão em Freqüência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), e Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidades educacionais informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade será constituída por prazo indeterminado observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento dada pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social, inteiramente subscrito e realizado, será o previsto, neste ato, na importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

Vitor Antônio Pinto	cotas 30.000
Vilmar Renato Machiavelli	cotas 30.000
TOTALIZANDO	cotas 60.000

GIJOVANNETTI
AUTENTICACAO

Curitiba / PR 28 FEV. 2000

A presente cópia fotostática é reprodução fiel do original do documento apresentado. DOU FE

Juramentado Autorizado

Rua Barão de Santa Vitória, 322 - 11M
Tel (41) 322-1100

R\$ 60.000,00
R\$ 30.000,00
R\$ 60.000,00

RÁDIO O GURI AM LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Vitor Antônio Pinto: subscreve neste ato com 30.000 (Trinta mil) quotas no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) sendo 1.500 (Hum mil e quinhentas) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, somando portanto R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 28.500 (Vinte e oito mil e quinhentas) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

Vilmar Renato Machiavelli: subscreve neste ato com 30.000 (Trinta mil) quotas no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) sendo 1.500 (Hum mil e quinhentas) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, somando portanto R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), integralizado na presente data, em moeda corrente do país, e o saldo de 28.500 (Vinte e oito mil e quinhentas) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, cuja integralização efetuará em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia autorização do **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade será administrada por dois sócios gerentes, aos quais compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA OITAVA: Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios que desejarem transferir ou alienar suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, ofereçam o direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo à critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Sexta.

A presente cópia fotostática é reprodução fiel deste fato do documento apresentado. DOU FÉ

Juramentado Autorizado

Rua Barão de São Paulo, 111 - Sala 111 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20030-000

RÁDIO O GURI AM LTDA.**CONTRATO SOCIAL**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A responsabilidade dos sócios será limitada à importância total do capital social, nos termos do artigo segundo a Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar referentes à radiodifusão e à segurança nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das cotas que possuírem.

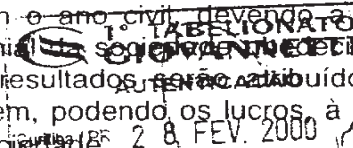
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, à título de PRÓ-LABORE, a quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação fiscal do imposto de renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Ficam investidos na função de Diretor Gerente da sociedade, os sócios Sr. **Vitor Antônio Pinto** e o Sr. **Vilmar Renato Machiavelli** para os quais fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei n.º 3708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O sócio Gerente poderá fazer-se representar por procurador que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, devendo nesse caso ser solicitado para tal designação prévia autorização da autoridade fiscalizadora, apresentando-se na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro nato e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O ano social coincidirá com o ano civil devendo a RJ de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Patrimonial da sociedade e as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às cotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A distribuição dos lucros será sempre suscitada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima Nona deste instrumento.



A presente cópia fotostática e reprodução fiel deste fato ou documento apresentado DOU FE

RÁDIO O GURI AM LTDA
CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em Leis que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei Nº 3708 de 10 de janeiro de 1919, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios elegem o Foro da Comarca de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, para dirimir possíveis dúvidas oriundas a este inclusive de cláusulas omissas.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Balneário Camboriú, SC, 30 de Outubro de 1997.

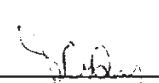


Vitor Antonio Pinto




Vilmar Renato Machiavelli

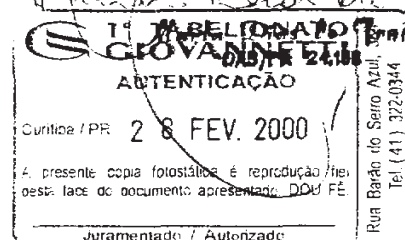
Testemunhas:



Solange Cristina de Oliveira
 RG Nº 6.075.449-7 SSP/PR



Marli Elena Jungkenn
 RG Nº 755.767 SSP/RS



(À Comissão de Educação - Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 408, DE 2004**

(Nº 868/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 783, de 15 de maio de 2002, que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 566, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

- 1 – Portaria nº 418, de 20 de março de 2002 – Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Alternativa, na cidade de Guairá – SP;
- 2 – Portaria nº 606, de 24 de abril de 2002 – Fundação João Ricardo Silveira, na cidade de Quixadá – CE;
- 3 – Portaria nº 775, de 15 de maio de 2002 – Fundação Padre João Sticker, na cidade de Jucás – CE;
- 4 – Portaria nº 776, de 15 de maio de 2002 – Fundação Maria Targino Pontes de Araújo, na cidade de João Câmara – RN;
- 5 – Portaria nº 777, de 15 de maio de 2002 – Fundação Martins, na cidade de Ipu – CE;
- 6 – Portaria nº 778, de 15 de maio de 2002 – Fundação Educativa do Tocantins, na cidade de Gurupi – TO;
- 7 – Portaria nº 779, de 15 de maio de 2002 – Fundação Rádio e IV Educativa de Juína, na cidade de Juína – MT;
- 8 – Portaria nº 780, de 15 de maio de 2002 – Fundação Nelson Castilho, na cidade de Goiatuba – GO;
- 9 – Portaria nº 782, de 15 de maio de 2002 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Soledade – RS;
- 10 – Portaria nº 783, de 15 de maio de 2002 – Fundação Rui Baromeu, na cidade de Ibirapu – ES;
- 11 – Portaria nº 786, de 15 de maio de 2002 – Fundação Jofeco e Comunicação, na cidade de Arcoverde – PE; e

12 – Portaria nº 794, de 16 de maio de 2002 – Fundação São Domingos Sávio, na cidade de Dourado – SP.

Brasília, 3 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 813 EM

Brasília, 7 de junho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53660.000250/99, de interesse da Fundação Rui Baromeu, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 783, DE 15 DE MAIO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.000250/99, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Rui Baromeu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

PARECER Nº 147/2002

REFERÊNCIA INTERESSADA	Processo nº 53660.000250/99
ASSUNTO	FUNDAÇÃO RUI BAROMEU
EMENTA	Outorga de serviço de radiodifusão. - Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. - Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.
CONCLUSÃO	Pelo deferimento

I – OS FATOS

A **FUNDAÇÃO RUI BAROMEU**, com sede na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ibirapu, Espírito Santo, mediante a utilização do canal 297 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de São Mateus, Espírito Santo, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, da Fundação, está ocupado pelo Sr. Antônio de Deus Lopes, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos, também, os cargos de Diretor Operacional, ocupado pelo Sr. Getúlio de Ferreira Machado e de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pela Sra. Maria das Graças Lopes Machado.

II – DO MÉRITO

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

"Art. 13

(...)

§ 1º - *É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos".*

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999 .

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada por eles e juntada à fl. 06 dos presentes autos.

III – CONCLUSÃO

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer "sub-censura".

Brasília, 24 de ABRIL de 2002.


FERNANDO SAMPAIO NETTO
 Assessor Jurídico

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 24 de abril de 2002.


NAPOLEÃO VALADARES
 Coordenador-Geral de Outorga

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 24 de abril de 2002.


HAMILTON DE MAGALHÃES MESQUITA
 Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 25 de abril de 2002.


ANTONIO CARLOS TARDELE
 Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 409, DE 2004**

(Nº 903/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para
explorar serviço de radiodifusão sonora
em frequência modulada na cidade de
Nerópolis, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 413, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 161, de 4 de junho de 2003 – Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda., na cidade de Nerópolis – GO; e

2 – Portaria nº 292, de 12 de junho de 2003 – Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda., na cidade de Planaltina – GO.

Brasília, 26 de agosto de 2003. – **José Alencar.**

MC nº 60 EM

Brasília, 12 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 61/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53670.001222/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 161, DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001222/2000, Concorrência nº 61/2000-SSR/MC, e do Parecer Conjur/MC Nº 382, de 16 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

Denominação Social: "BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA, com sede na cidade à BR: 364, KM: 05, saída para Presidente Medici, CEP: 78961-970, Ji-Paraná estado de Rondônia, tem como objetivo a execução de serviços de Radiodifusão sonora (AM, FM, OM, OT e OC), de sons e imagens (TV) e de televisão por assinatura (TVA).

Síntese: **PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL PARA:**

- 1- Inclusão de cláusula no contrato social.
- 2- Alteração de Capital Social

Por este instrumento de alteração de contrato social da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, os abaixo assinados:

"GENEBALDO DA SILVA BISPO", Brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado à AV. 25 de Agosto, Nº: 5107, centro, nesta comarca de Rolim de Moura, portador da cédula de identidade RG: 9.110.121 SSP/SP, e do CPF/MF: 084.617.405-72.

"JAIR DA SILVA BISPO", brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à AV. Macapá, Nº: 5363, centro, nesta comarca de Rolim de Moura/RO, portador da cédula de identidade RG: 1.891.487 SSP/BA, e do CPF/MF: 459.491.749-68.

Únicos sócios da empresa denominada "**BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA**", cujos atos de constituição e alteração estão arquivadas na JUCER – Junta Comercial do Estado de Rondônia, com o respectivo nº:

- Registro do Contrato dia 02/05/00 N.º 112.0035016

1- INCLUSÃO DE CLÁUSULA:

Fica neste ato acrescentado as seguintes cláusulas ao contrato social:

I – O capital social, na sua totalidade, pertencente a uma pessoas físicas brasileiras;

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

II – O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3(dois Terços) de trabalhadores brasileiros;

III – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão

IV – As cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;

V – A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Parágrafo Único – As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social, que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas..

2 - DO CAPITAL SOCIAL E DAS COTAS

2.1 – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social que é de R\$: 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), fica alterado neste ato para R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), divididas em 70.000 (Setenta Mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), integralizados neste ato, em moeda corrente nacional e vigente no país.

2.2- DAS COTAS

Capital Social acha-se distribuído entre os sócios quotistas da sociedade, na forma abaixo discriminada:

SÓCIO	%	COTAS	VALOR(R\$)
JAIR DA SILVA BISPO	71,43	50.000	50.000,00
GENEBALDO DA SILVA BISPO	28,57	20.000	20.000,00
	=====	=====	=====
TOTAL	100,00	70.000	70.000,00

3 – CONSOLIDAÇÃO:

O contrato social fica consolidado da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação social **BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA**, com sede na cidade de **JI-PARANÁ**, à BR: 364, KM: 05, SAÍDA PARA PRESIDENTE MEDICI, CEP: 78961-970, JI-PARANÁ/RO, podendo instalar ou suprimir filiais, agências e recursais em qualquer ponto do território nacional após aprovação de Poder Público concedente.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

CLÁUSULA SEGUNDA:

A sociedade tem como principal objetivo: a execução de serviços de radiodifusão sonora (AM, FM, OT e OC), de sons e imagens (TV) e de televisão por assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos tais como:

- Serviços especiais de música funcional
- Repetição ou retransmissão de sons ou sinais
- Imagens de radiodifusão
- Intermediação publicitárias
- Publicidade
- Apoio em marketing e produção de áudio vídeo
- Edição de jornais e revistas
- Produção de panfletos
- Anuários e documentários, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como: exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA:

I – O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras;

II – O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois Terços) de trabalhadores brasileiros;

III – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão

IV – As cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;

V – A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Parágrafo Único – As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

CLÁUSULA QUARTA:

DO INÍCIO E VIGÊNCIA DA SOCIEDADE

O início das atividades será em: **01 DE MAIO DE 2.000**, o prazo de duração da sociedade, será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA:

DO CAPITAL SOCIAL E SUA DIVISÃO

O capital social é de R\$: **70.000,00 (Setenta Mil Reais)**, dividido em 70.000 (Trinta Mil) cotas de R\$: 1,00 (Um Real) cada, integralizado em moeda corrente nacional neste ato à importância total, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIO	%	COTAS	VALOR(R\$)
JAIR DA SILVA BISPO	71,43	50.000	50.000,00
GENEBALDO DA SILVA BISPO	28,57	20.000	20.000,00
	=====	=====	=====
TOTAL	100,00	70.000	70.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é limitada nos termos do Decreto nº: 3.708/19, ao valor total do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As cotas representativas do capital social são incaucionáveis e inalienáveis direta e indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, bem como, qualquer transferência de cotas de prévia autorização do poder Público concedente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

PARÁGRAFO QUARTO: As cotas são livremente transferíveis entre os quotistas, desde que haja prévia autorização do Poder Público Concedente.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

CLÁUSULA SEXTA:

A propriedade da empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social da empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusivamente e nominalmente a brasileiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (Trinta por Cento) do capital social

CLÁUSULA SÉTIMA:

Os encargos de gerentes, procuradores, administradores, locutores e encarregados das instalações radioelétricas, somente serão exercidos por brasileiros natos, de acordo com o estipulado no Artigo 8 (Oitavo) do Decreto nº: 52.795/63, sendo que, o quadro de pessoal será composto, no -mínimo, por 2/3 (Dois Terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA OITAVA:

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A gerência da empresa será exercida pelo sócio **GENEBALDO DA SILVA BISPO**, no cargo de **Gerente** a quem caberá a representação ativa ou passiva judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele cabendo, quando na representação legal as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA NONA:

O uso da denominação social caberá ao (s) gerente(s) nomeado(s) na cláusula Sétima, em juízo ou fora dele, somente em negócios que consultem os interessados sociais, ficando, pois, defeso o seu uso em transações estranhas aos objetivos sociais, especialmente em

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RÁDIODIFUSÃO LTDA

avais, fianças, abonos, endossos, etc., respondendo civil e criminalmente pelos excessos que praticarem .

CLÁUSULA DÉCIMA:

O(s) a(s) gerente(s) terá(ão) direito a uma retirada mensal, cujo valor será de 01 (Um) salário mínimo mensal, a título de pro-labore, levada a débito na conta de despesas da sociedade observados os limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda, para cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O(s) a(s) gerente(s), depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderão em nome da entidade, nomear procuradores para a prática de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, não superior a 01 (Um) ano, e especificando os atos ou operações que poderão praticar, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas cotas de capital, tendo preferência absoluta, para a aquisição, os demais sócios, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (Trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A aquisição das cotas de capital será efetuada pelo(s) sócio(s) na proporção direta do percentual do capital social de que for(em) detentor(es).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá desde que o(s) sócio(s) remanescente(s) providenciem um balanço geral, na data do evento para apuração dos direitos e deveres do sócio retirante, inabitado, interdito ou falecido, pagando ao mesmo, ou aos herdeiros legais do falecido, seus direitos e haveres mediante a emissão de 12 (doze) notas promissórias, pagáveis a primeira no ato da emissão e as restantes sucessivamente de trinta em trinta dias, com os juros e taxas legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Excetuada a hipótese de sucesso hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes do decorrido o prazo previsto no Artigo 91 do Decreto nº: 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº: 91.837/85.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O exercício coincidirá como ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Em caso de liquidação, os próprios ~~cotistas~~ serão liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

A partir do instante em que a sociedade seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita neste contrato, sem prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O instrumento da alteração contratual será assinado, necessariamente por sócios que representem a maioria do capital social e, havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no Órgão Público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

A sociedade por todos os seus cotistas se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impedem de exercer a atividade mercantil

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidas de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

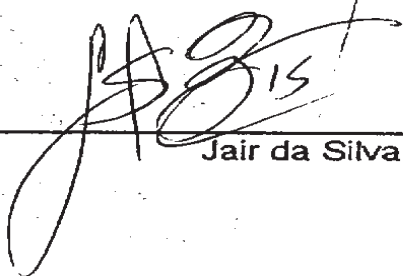
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:

Para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas amigavelmente fica desde já eleito o foro da sede da sociedade com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por assim acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (Três) vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas que também o assinam para que possa produzir os efeitos legais desejados.

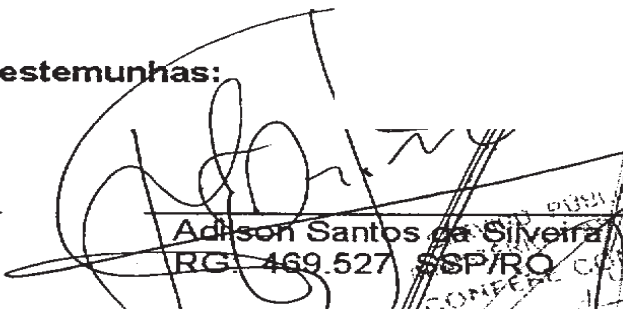
Ji-Paraná – RO, 19 de Junho de 2.000


Genebaldo da Silva Bispo


Jair da Silva Bispo

Testemunhas:


Antonio Carlos Santana
RG: M-4.150.493 SSP/RO


Adilson Santos da Silveira
RG: 469.527 SSP/RO

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 410, DE 2004**

(Nº 904/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à
UNIESTE Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda – para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 292, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 413 DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 161, de 4 de junho de 2003 – Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda., na cidade de Nerópolis-GO; e

2 – Portaria nº 292, de 12 de junho de 2003 – Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda., na cidade de Planaltina-GO.

Brasília, 26 de agosto de 2003. – **José Alencar.**

MC nº 99 EM

Brasília, 26 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 061/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997,

alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53670.001196/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Podaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **José Alencar.**

PORTARIA Nº 292 ,DE 12 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001196/2000, Concorrência nº 06112000-SSR/MC, e do PARECER CONJURIMC Nº 441/2003, de 21 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Planaltina, Estado de Goiás, Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º o contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA
“UNIESTE PROPAGANDA MARKETING E RÁDIODIFUSÃO
LTDA”**

Solimar Neves dos Santos, brasileiro(a), solteiro(a), empresário(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG-**3.631.436 SSP-GO** e do CPF/MF **875.484.611-00**, residente e domiciliado(a) à **R. Dona Ana Luzia, nº 271, Bairro José Bento, Jataí-GO**; e

Lúcia Eliane Capingote, brasileiro(a), separada judicialmente, empresário(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG-**328.759-SSP-DF** e do CPF/MF, **225.567.451-34**, residente e domiciliado(a) à **R. Dona Ana Luzia, nº 271, Bairro José Bento, Jataí-GO**,

tem entre si justo e combinado a constituição de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que será regida sob as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
DA DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL**

A sociedade girará sob a razão social de **“Unieste Propaganda, Marketing e Rádiodifusão Ltda.”** com sede na cidade de **Jataí-GO**, à **R: Dona Ana Luzia, nº 271-A, Bairro José Bento, CEP 75800-000**, podendo instalar ou suprimir filiais, agências e sucursais em qualquer ponto do território Nacional, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

**CLÁUSULA II
DO OBJETIVO SOCIAL DA SOCIEDADE**

A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora (AM, FM, OM, OT e OC), de sons e imagens (TV) e de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, representações publicitárias, publicidade, apoio em marketing e produção de audio vídeo, edição de jornais e revistas, produção de panfletos, anuários e documentários, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como, exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA III DO INÍCIO E VIGÊNCIA DA SOCIEDADE

O início das atividades será em 21/06/2000. O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA IV DO CAPITAL SOCIAL E SUA DIVISÃO

O capital social é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizado em moeda corrente nacional neste ato à importância total, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	%	COTAS	VALOR (R\$)
Solimar Neves dos Santos	50	30.000	30.000,00
Lúcia Eliane Capingote	50	30.000	30.000,00
TOTAL	100	60.000	60.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do capital social, conforme Decreto-lei Federal n.º 3.708, de 10.01.1919, art. 2ª, *in fine*.

CLÁUSULA V

A sociedade obedecerá aos dispositivos constitucionais e legais pertinentes, especialmente o que determina o artigo 10, incisos I a V, do Decreto nº 85.064, de 26.08.1980, que regulamenta a Lei 6.634 de 02.05.1979:

- I – O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras;
- II – O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
- III – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos;
- IV – As cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;
- V – A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social, que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas”.

CLÁUSULA VI DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A gerência da empresa será exercida pelo(a) sócio(a) **Solimar Neves dos Santos**, no cargo de **Gerente** a quem caberá a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele(a) cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA VII

O uso da razão social caberá ao(s) Gerente(s) nomeado(s) na cláusula VI, em juízo ou fora dele, somente em negócios que consultem os interesses sociais, ficando, pois, defeso o seu uso em transações estranhas aos objetivos sociais, especialmente em avais, fianças, abonos, endossos, etc., respondendo civil e criminalmente pelos excessos que praticarem.

CLÁUSULA VIII

O(a/s) Gerente(s) terá(ão) direito a uma retirada mensal, cujo valor será de 01 (um) salário mínimo mensal, a título de *pró-labore*, levada a débito na conta de despesas da sociedade, observados os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda, para cada exercício financeiro.

CLÁUSULA IX

O(a/s) Gerente(s), depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá(ão), em nome da Entidade, nomear procurador(a/es) para prática de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, não superior a 1 (um) ano, e especificando os atos ou operações que poderão praticar, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

CLÁUSULA X

Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas cotas de capital, tendo preferência absoluta, para a aquisição, os demais sócios, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aquisição das cotas de capital será efetuada pelo(a/s) sócio(a/s), na proporção direta do percentual do capital social de que for(em) detentor(a/es).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em qualquer hipótese de transferência, deverá haver sempre a prévia e expressa consulta e respectiva autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XI

Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, desde que o(s) sócio(s) remanescente(s) providenciem um balanço geral, na data do evento, para apuração dos direitos e deveres do(a) sócio(a) retirante, inabilitado(a), interdito(a) ou falecido(a), pagando ao mesmo, ou aos herdeiros legais do(a) falecido(a),

seus direitos e haveres mediante a emissão de 12 (doze) notas promissórias pagáveis a primeira no ato da emissão e as restantes sucessivamente de trinta em trinta dias, com os juros e taxas legais.

CLÁUSULA XII

Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91, do Decreto nº 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

CLÁUSULA XIII

O exercício coincidirá como ano civil, ao fim do qual será levantado balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XIV

A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XV

Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possui.

CLÁUSULA XVI

A partir do instante em que a sociedade seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita neste contrato, sem prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XVII

O instrumento de alteração contratual será assinado, necessariamente, por sócios que representem a maioria do capital social e, havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no Órgão Público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XVIII

A sociedade, por todos os seus cotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XIX

Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei, que impedem de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA XX

Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA XXI

Para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas amigavelmente fica, desde já, eleito o foro da sede da sociedade, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas que também o assinam, para que possa produzir os efeitos legais necessários.

Jataí-GO, em 21 de junho de 2000.



Solimar Neves dos Santos
SÓCIO(A)-GERENTE



Lúcia Eliane Capingote
SÓCIO(A)

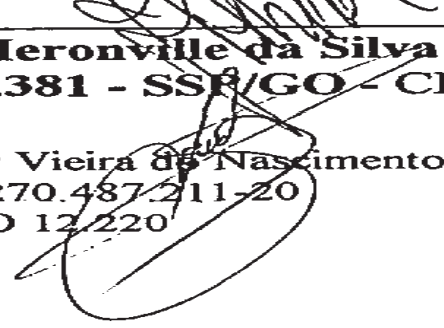
TESTEMUNHAS:



Ademar Martins Rodrigues
RG 1.052.845 - SSP/GO - CPF 168.938.671-15



Jamir Heronville da Silva
RG 141.381 - SSP/GO - CPF 019.035.192-68



Silfarney Vieira de Nascimento
CPF nº 270.487.211-20
OAB/GO 12.220

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 411, DE 2004**

(Nº 946/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Antonio Barbara para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.957, de 18 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Antonio Bárbara para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 480 DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.957 de 18 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Antonio Barbara para executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

Brasília, 18 de setembro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 289 EM

Brasília, 5 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.003495/2002, de interesse da Fundação Antonio Barbara, objeto de permissão para execu-

tar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 2.957, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003495/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Antonio Barbara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**

PARECER Nº 283/2002

REFERÊNCIA	Processo nº 53000.003495/02
INTERESSADA	FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA
ASSUNTO	Outorga de serviço de radiodifusão.
EMENTA	- Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. - Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.
CONCLUSÃO	Pelo deferimento

I – OS FATOS

A **FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA**, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cianorte, Paraná, mediante a utilização do canal 291 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo como um de seus objetivos promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de Maringá, Paraná, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente da Fundação, está ocupado pelo Sr. Edson Marassi, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. José Sávio Spineli, de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pelo Sr. José Carlos Ferreira Alves e de Diretor Secretário, ocupado pela Sra. Maria Ângela Pereira.

II – DO MÉRITO

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13

(...)

§ 1º - É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999 .

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntada às fls. 73 a 76, dos presentes autos.

III – CONCLUSÃO

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).


É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 18 de novembro de 2002.


FERNANDO SAMPAIO-NETTO
Assessor Jurídico

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 18 de novembro de 2002.


NAPOLEÃO VALADARES
Coordenador-Geral de Outorga

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de novembro de 2002.


HAMILTON DE MAGALHÃES MESQUITA
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 19 de novembro de 2002.


ANTÔNIO CARLOS TARDE
Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 412 DE 2004**

(Nº 1.019/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão a Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 144, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 502, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 144, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo.

Brasília, 1º de outubro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 48 EM

Brasília, 12 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 107/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro

de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53830.000610/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Podaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente. – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 144 ,DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000610/2000, Concorrência nº 107/2000-SSRJMC, e do PARECER CONJUR/MC Nº 390, de 16 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE**SANTA BARBARA RADIODIFUSÃO LTDA**

Pelo presente instrumento particular de Alteração e Consolidação de Contrato Social de Sociedade Civil, por quotas de responsabilidade limitada, os abaixo qualificados:

1. **CAYON BLANCO GADIA**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. no. 25.370.739-0-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o No. 271.980.268-93, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Urbanizadora, 196 - cj. 24 - Perdizes - CEP 01252-040 - São Paulo - SP.

2. **DELANIA OLIVEIRA DE SOUSA**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n. 25.146.497-0 e inscrita no CPF/MF sob o n. 259.038.808-00, residente e domiciliada na cidade de Carapicuíba à Rua Hercules Abruzzese, 29 - Parque Santa Teresa - CEP 06340-340 - Estado de São Paulo.

ÚNICOS sócios componentes da Sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada que girá nesta Praça sob o denominação de : **"SANTA BARBARA RADIODIFUSÃO LTDA"**, com instrumento de constituição arquivado no 3º Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o n. 0317042 em sessão de 14/05/98 e posterior alteração registrada sob o n. 0374108 em sessão de 14/06/2000; **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma de direito proceder as seguintes alterações em seu Contrato Social:

a. *Re-ratificar o instrumento de Contrato Social para correção do número da Cédula de Identidade do sócio Cayon Blanco Gadia de RG n. 25.370.739-SSP/SP para RG n. 25.370.739-0-SSP/SP.*

b. Com estas alterações os sócios resolvem consolidar o contrato social da Sociedade Civil por quotas de responsabilidade limitada que passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL**DA**
SANTA BARBARA RADIODIFUSÃO LTDA**I - CAPÍTULO****Da Denominação Social, Sede, Objeto e Duração**

1a. Cláusula:- A sociedade girará sob a denominação social de: **SANTA BARBARA RADIODIFUSÃO LTDA.**

2a. Cláusula: - A sociedade terá a sua sede social nesta Capital, à Rua Urbanizadora, 196 - cj.24 - Perdizes - CEP 01252-040 - São Paulo - SP.

3a. Cláusula:- A Sociedade desenvolverá as seguintes atividades: Execução de serviços de radiodifusão sonora, ou de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa, que venha obter junto do Governo Federal, mediante autorizações, permissões ou concessões, em qualquer localidade do Território Nacional, nos limites e forma estabelecidos pela legislação.

4a. Cláusula:- O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

II - CAPÍTULO

Do Capital Social

5a. Cláusula:- O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), dividido em 20.000 (Vinte Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente Nacional e distribuído entre os sócios, a saber:

1. **CAYON BLANCO GADIA**, possui 19.800 (Dezenove Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, totalizando R\$ 19.800,00 (Dezenove mil e oitocentos reais).
2. **DELANIA OLIVEIRA DE SOUSA**, possui 200 (Duzentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, totalizando R\$ 200,00 (Duzentos Reais).

6a Cláusula: - A responsabilidade dos sócios fica limitada ao montante do Capital social, de acordo com os preceitos constantes do art. 2o., "IN FINE", da lei 3.708 de 1o. de Janeiro de 1.919.

Parágrafo Único: Poderão participar como quotistas da sociedade pessoas jurídicas, desde que detenham quotas até o limite de 30% (trinta por cento) do capital social sem direito a voto e, ainda, desde que tais pessoas jurídicas pertençam exclusiva e nominalmente a brasileiros. As quotas representativas do capital social pertencerão a brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos, ficando expresso que tais quotas são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, direta ou indiretamente, dependendo qualquer alteração contratual, assim como a transferência de quotas, de prévia autorização do Poder concedente, através de seus órgãos competentes.

III - CAPÍTULO

Da Administração

7a. Cláusula:- A Sociedade será gerida e administrada por um dos quotistas, sob a denominação de "sócio-gerente", eleito e demissível por deliberação dos sócios que representem a maioria do capital social, ao qual compete, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes de sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, afim de garantir o funcionamento da empresa.

8a Cláusula: Fica indicado para gerir e administrar a sociedade, no cargo de "sócio-gerente", o quotista CAYON BLANCO GADIA, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão, o qual assinará isoladamente, todos os papéis e documentos, contratos, títulos, procurações e outros escritos referentes a negócios que afetem direta ou indiretamente o patrimônio social, ou acarretarem responsabilidade jurídicas e/ou financeiras, sendo-lhe vedado, entretanto, o uso da razão social em operação ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente a concessão de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros.

Parágrafo Primeiro: A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10(dez) anos, provada essa condição, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados previamente pelo órgão competente do Governo Federal.

Parágrafo Segundo: A movimentação Bancária e nos negócios que representem responsabilidade para a empresa, valerá com a assinatura do sócio-gerente, isoladamente.

9a. Cláusula:- A sociedade poderá ainda ser representada por um procurador, constituído pelos sócios, o qual agirá de acordo com os poderes do instrumento de procuração, sendo que tais procuradores deverão ser sempre brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos.

Parágrafo Primeiro: Sempre que a lei exigir, a nomeação de procurador ou procuradores, dependerá de prévia autorização do órgão competente do Governo Federal, devendo o instrumento de mandato ser, obrigatoriamente, assinado pelo sócio-gerente, isoladamente.

Parágrafo Segundo: Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Sociedade terão o prazo de vigência de apenas 01 (um) ano, a contar da data da outorga dos mesmos.

10a. Cláusula:- Os sócios, quando no efetivo exercício de suas funções, terão direito a uma remuneração mensal, a título de pro-labore, que será fixada pelo limite máximo da legislação do imposto de renda, respeitadas as normas específicas dos órgãos controladores dos serviços de radiodifusão do País, e dentro das possibilidades financeiras da Sociedade.

Parágrafo Único: Os sócios poderão abrir mão de seu direito de retirada, caso tal procedimento seja de sua conveniência.

IV - CAPÍTULO

Do Exercício Social, Lucros e sua Distribuição

11a. Cláusula:- O exercício social compreenderá o período de primeiro de janeiro a trinta e hum de dezembro de cada ano.

12a. Cláusula:- Ao fim de cada exercício social, será elaborado um balanço geral e apurado o lucro líquido e/ou prejuízo do exercício.

13a. Cláusula:- Os lucros e/ou prejuízos serão distribuído proporcionalmente às quotas de Capital de cada sócio, independente do fechamento do balanço final, podendo os mesmos serem apurados através de balanços intermediários, ou serão mantidos em contas próprias, a critério do sócio majoritário.

V - CAPÍTULO

Pelo Falecimento de Um dos Sócios

14a. Cláusula:- Em caso de falecimento, desaparecimento, interdição ou retirada de qualquer sócio, contanto que restem dois, não interromperá de modo algum a marcha dos negócios sociais, nem motivará a dissolução da sociedade. Em tais casos, proceder-se-á apenas a apuração dos haveres do quotista falecido, interdito ou retirante, cujo pagamento será feito conforme as possibilidades financeiras da sociedade e da seguinte maneira: 20% (vinte por cento) à vista, em moeda corrente nacional, e o restante em 12(doze) pagamentos mensais e iguais acrescidos de juros de 12% (doze por cento) ao ano e a partir de 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento.

15a. Cláusula: - Se o falecimento, desaparecimento, interdição ou retirada do sócio ocorrer dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias após o último balanço, respeitadas as transações efetuadas na conta do falecido, desaparecido, interdito ou retirante, no decorrer dos 120 (cento e vinte) dias subseqüentes ao último balanço anual.

Parágrafo Único: - No caso de falecimento, desaparecimento ou interdição, poderá a viúva ou mulher legítima, bem assim os herdeiros quando capazes, entrar na sociedade no lugar do sócio falecido, desaparecido ou interdito, mediante alteração do contrato social, uma vez que haja acordo entre os sócios remanescentes.

VI - CAPÍTULO

Da Dissolução e Liquidação da Sociedade

16a. Cláusula:- A Sociedade entrará em Liquidação nos casos previstos em Lei ou por decisão do sócio majoritário.

17a. Cláusula:- No caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, o sócio representante da maioria do capital Social, fica desde já nomeado liquidante.

VII - CAPÍTULO

Das Disposições Gerais

18a. Cláusula:- As decisões não rotineiras, serão sempre tomadas pelo sócio ou sócios que representem a maioria absoluta do Capital Social.

19a. Cláusula:- Aos sócios é vedado vender, ceder, transferir, alienar, dar em caução ou em garantia, penhorar ou realizar qualquer outra modalidade de alienação ou cessão de uma ou mais quotas de Capital, sem o consentimento prévio e por escrito dos demais sócios, ficando sem efeito e nula de pleno direito, toda e qualquer transação, sem o preenchimento dessa formalidade legal.

20a. Cláusula:- Fica expressamente vedado aos sócios, usarem a denominação social e negócios estranhos aos fins sociais, inclusive a concessão de avais, fianças e outras garantias, em benefício próprio ou de terceiros, sendo nulos em relação à Sociedade, tais atos.

Parágrafo Único:- O descumprimento do estabelecido no "caput" da presente cláusula será de inteira e total responsabilidade de quem os praticarem, usarem ou concederem, cujos prejuízos causados, deverão ser garantidos pelas quotas de Capital do infrator pelo valor nominal, até o montante de sua participação na sociedade.

VIII - CAPÍTULO

Das Disposições Finais

21a. Cláusula: - O presente contrato social poderá ser alterado por decisão do sócio que representar a maioria absoluta do Capital Social, assistindo ao sócio dissidente o direito de se retirar da sociedade, obtendo o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do último balanço aprovado nos termos do artigo XV do Decreto 3708/19.

22a. Cláusula:- Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, de conformidade com as disposições legais aplicáveis a matéria.

23a. Cláusula:- Fica eleito o Foro desta Cidade, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para todas as questões oriundas do presente Contrato e que não possam ser resolvidas pelo consenso comum dos sócios.

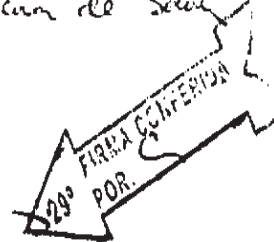
E, por estarem assim de pleno acordo, assinam a presente alteração de Contrato Social, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

SÃO PAULO, 07 DE JULHO DE 2.000.



CAYON BLANCO GADIA

Delania Oliveira de Sousa
DELANIA OLIVEIRA DE SOUSA



Waldir Bossan
WALDIR BOSSAN
OAB 38.654
ADVOGADO



Testemunhas:

Nome: Benedita da Guarda Cardoso
RG: 17.749.168/SSP/SP

Nome: Pedro Paulo de Oliveira
RG: 29.416.407-8/SSP/SP

(À Comissão de Educação Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 413, DE 2004**

(Nº 2.900/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Radio Panambi FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 642, de 13 de outubro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 29 de setembro de 1999, a permissão outorgada à Rádio Panambi FM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.355, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissões para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 642, de 13 de outubro de 2000 – Rádio Panambi FM Ltda., na cidade de Panambi – RS;

2 – Portaria nº 188, de 17 de abril de 2001 – Rádio Difusora de Itajubá Ltda., na cidade de Itajubá – MG;

3 – Portaria nº 517, de 29 de agosto de 2001 – Fundação Sossândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís – MA;

4 – Portaria nº 616, de 24 de outubro de 2001 – Rádio Veneza Paulista Ltda., na cidade de Pereira Barreto – SP; e

5 – Portaria nº 632, de 24 de outubro de 2001 – Rádio Globo S/A, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Brasília, 10 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 723 EM

Brasília, 8 de novembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa da Podaria nº 642, de 13 de outubro de 2000, publicada no **Diário Oficial** da União de 13 de agosto de 2001, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Panambi FM Ltda., pela Portaria nº 421, de 28 de setembro de 1988, publicada no **Diário Oficial** da União em 29 subsequente, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53790.000768/98. que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 642, DE 13 DE OUTUBRO DE 2000

O Ministro de Estado Das Comunicações, Interino, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53 790.000768/98, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Panambi FM Ltda., pela Portaria nº 421, de 28 de setembro de 1988, publicada no **Diário Oficial** da União em 29 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RADIO PANAMBI EM LIDA

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

DA QUALIFICAÇÃO DOS SOCIOS

- HILMAR KANNENBERG, brasileiro, casado, radiodifusor, pastor, residente e domiciliado na cidade de Novo Hamburgo - RS, na rua Guilherme Poschetzky, n.77, Vila Nova, portador da Cédula de Identidade n. 1004953103, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, inscrito no CIC sob o n. 033881580-53.
- IDO SCHWINGEL, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente e domiciliado na cidade de Panambi, RS, na rua Holanda, n.469, portador da Cédula de Identidade n.5023170813, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CIC sob o n. 143097850-34.
- INNO GEORGE ENGLER MAY, brasileiro, casado, recepcionista técnico, residente e domiciliado na cidade de Panambi - RS, na rua Sao Joao, n.185, portador da Cédula de Identidade n.8004477389, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande

do Sul, inscrito no CIC sob o n.090948570-49.

- LAURI BRIETZKE, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na cidade de Panambi - RS, na rua Carlos E. Knorr, n.86, portador da Cédula de Identidade n. 7001146872, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CIC sob o n.028097290-34.

PEDRO PAULO MATTOS GALLO, brasileiro, casado, radialista e publicitário, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre-RS, na rua Pindorama, n.59, Teresópolis, portador da Cédula de Identidade n.1013783211, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, inscrito no CIC sob o n. 004099950-53.

As partes, supra qualificadas, têm justo e contratado a formação de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá na forma da legislação vigente e de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas.

1.- DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

- 1.1. - A sociedade girará sob a denominação social de RADIO PANAMBI FM LTDA.

- 1.2 - A sociedade tem sua sede, foro e administração na cidade de Panambi, estado do Rio Grande do Sul, na rua Josino Lima, n.31, podendo abrir e fechar agências, escritórios, estúdios ou filiais em qualquer parte do território nacional.

2 - DA DURACÃO

- 2.1. - A sociedade terá duração por tempo indeterminado.

3.- DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

- 3.1. - A sociedade iniciará suas atividades de forma efetiva somente se for favorecida no resultado da concorrência pública que outorgue concessão ou permissão para a execução de serviço de radiodifusão, no dia imediato a sua publicação no Diário Oficial da União.

4.- DO OBJEITO SOCIAL

- 4.1. - A sociedade terá por objeto específico a

execução, instalação e exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins culturais, educacionais, artísticos e comerciais, na forma da legislação em vigor e mediante permissão ou concessão do Governo Federal.

- 4.2. - A sociedade se obrigará a cumprir todas as exigências legais e administrativas, vigentes ou futuras, relativas aos serviços de que se torne permissionária ou concessionária.

5.- DO CAPITAL SOCIAL

- 5.1. - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

- 5.2. - O capital social é de Cz\$ 1.125.000,00 (hum milhão cento e vinte e cinco mil cruzados), divididos em 1.125.000 (hum milhão cento e vinte e cinco mil) quotas no valor individual Cz\$ 1,00 (hum cruzado), assim distribuídas entre os sócios:
- HILMAR KANNENBERG: 20% (vinte por cento), isto é, 225.000 (duzentos e vinte cinco mil) quotas, no valor de Cz\$ 225.000,00

(duzentos e vinte cinco mil cruzados);

IDO SCHWINGEL: 20% (vinte por cento), ou seja, 225.000 (duzentos e vinte cinco mil) quotas, no valor de Cz\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil cruzados)

INNO GEORGE ENGLER MAY: 20% (vinte por cento), que são 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil) quotas, no valor de Cz\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil cruzados);

LAURI BRIETZKE: 20% (vinte por cento), 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil) quotas, no valor de Cz\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil cruzados); e

PEDRO PAULO MATTOS GALLO: 20% (vinte por cento), isto é, 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil) quotas, no valor de Cz\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil cruzados).

5.3. - A distribuição dos lucros será feita conforme a participação de cada sócio no capital social.

6. - A responsabilidade dos sócios é limitada ao total do capital social.

7.- DA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL

- 7.1. - O capital social será integralizado em moeda corrente nacional da seguinte forma:
- 50% (cinquenta por cento) no ato de assinatura do presente instrumento e o restante até a data de entrada em funcionamento da emissora.

8.- DA CESSAÇÃO DE QUOTAS

- 8.1. - As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas.
- 8.2. - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e somente podem ser transferidas a pessoas legalmente habilitadas perante a lei e regulamentos e após prévia autorização do Ministério das Comunicações, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e de todos os sócios, restando assegurado a estes o pleno direito de opção, conforme o que se segue.

8.3. - O sócio que desejar ceder as quotas do capital social que representam sua participação no capital social, deverá comunicar, por escrito, à sociedade o nome do pretendente, o preço ajustado e as condições de pagamento. Se, ao término de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação pela sociedade, esta não tiver exercido o direito de preferência, os demais sócios terão 15 (quinze) dias para decidir de sua aquisição. Findos estes e não se manifestando pela aquisição, o sócio alienante poderá transferi-las ao pretendente indicado, observadas as limitações acima dispostas.

9.- DA ADMINISTRAÇÃO E PRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

- 9.1. - A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberá somente a brasileiros natos.
- 9.2. - A sociedade será administrada e apresentada por três diretores, sócios quotistas, nomeados pelos demais sócios.

Os administradores estão dispensados de caução.

- 9.3. - Os administradores serão brasileiros natos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer após suas indicações terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações e pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

10.- DOS PODERES DOS DIRETORES

- 10.1. - Aos diretores serão conferidos poderes administrativos, podendo, conjunta ou individualmente, apresentar a sociedade em Juízo ou fora dele, e, no interesse da sociedade, ceder direitos, firmar compromissos, contratos e praticar todos e quaisquer atos necessários para uma boa administração.

11. - A constituição de procuradores serão necessárias as assinaturas de dois diretores, devendo a deliberação a respeito

ser tomada em reunião geral dos sócios. A outorga de mandato será condicionada a prévia autorização do Ministério das Comunicações e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

12.- DAS LIMITAÇÕES DOS DIREITOS, SÓCIOS, PROCURADORES E ENCARGADOS

12.1. - É expressamente vedado aos Diretores Executivos e aos demais sócios, assim como a procuradores ou encarregados, utilizar-se da firma social em negócios, transações ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais e interesses da sociedade, como também avalizar ou afiançar em nome da sociedade obrigações de terceiros, sendo individualmente responsabilizados pelos compromissos contraídos.

13.- DA REMUNERAÇÃO

13.1. - Os sócios-gerentes terão direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, a

ser fixado anualmente, por acordo entre os sócios, dentro dos limites estabelecidos pelas leis vigentes.

- 13.2. - Os sócios quotistas também poderão receber remuneração a título de **pro labore**, a qual será fixada por acordo entre os sócios e levada à conta de despesas gerais da sociedade.

14.- DA CONSTITUIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

- 14.1. - O quadro de pessoal será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de brasileiros natos.

- 14.2. - Para as funções de gerentes, procuradores, locutores e encarregados de instalações radioelétricas só serão admitidos brasileiros natos.

15.- DO BALANÇO

- 15.1. - Anualmente, aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de cada ano findo, será realizado um balanço geral, sendo que os

lucros ou prejuizos verificados nesse balanço serao repartidos ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas quotas, facultando-se, de comum acordo, a dedução de 20% (vinte por cento) dos lucros líquidos para constituição de um fundo de reserva, até que o referido fundo atinja a metade do capital social.

- DAS DELIBERAÇÕES

16.1. - As deliberações de qualquer espécie serao tomadas por maioria de votos.

Qualquer alteração neste instrumento contratual somente poderá ser efetivada com prévia autorização do Ministério das Comunicações e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

17. - DO FALECIMENTO DOS SOCIOS

17.1 - O falecimento de um dos sócios nao dissolverá a sociedade. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido exercerao, em comum, os direitos às quotas, designando

por escrito um co-proprietário ou procurador que os represente na sociedade, mediante autorização do Governo Federal, através do Ministério das Comunicações e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

17.2 - Falecido o quotista, dar-se-á o levantamento de um balanço patrimonial extraordinário do ativo e do passivo da sociedade, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do óbito, com a assistência do representante legal do espólio e do curador especial nomeado, se houver. Aquilo que couber ao sócio falecido, por capital, reservas, lucros e demais haveres, será pago aos seus legítimos herdeiros ou sucessores a qualquer título, em 6 (seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, representadas por notas promissórias, vencendo-se a primeira em 120 (cento e vinte dias) da data do término do balanço patrimonial extraordinário, reservado o direito dos herdeiros, disposto no parágrafo anterior.

18.- DA SAIDA DOS SOCIOS

18.1. - Desejando qualquer dos quotistas retirar-se da sociedade, seus haveres serão apurados de igual forma àquela estabelecida na cláusula anterior, se diversamente não for estabelecido pelos sócios em comum acordo. Deve o sócio manifestar sua decisão de retirar-se à administração da sociedade, por escrito, com uma antecedência nunca inferior a 90 (noventa) dias.

19.- DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

19.1. - Em caso de dissolução da sociedade, os sócios nomearão entre si um liquidante, com poderes para liquidar a sociedade, procedendo este de acordo com as leis vigentes.

20.- DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. - Os sócios participantes da sociedade ora constituída, resolvem, neste ato eleger

diretores o Sr. INNO GEORGE ENGLER MAY, o Sr. LAURI BRIETZKE e o Sr. HILMAR KANNENBERG.

20.2. - Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Panambi, estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer dúvida e/ou questões oriundas do presente contrato.

20.3. - As dúvidas e casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os sócios e a legislação em vigor sobre o funcionamento das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, observadas ainda as leis, normas e regulamentos referentes à permissão e concessão de radiodifusão.

20.4. - Os sócios HILMAR KANNENBERG, IDO SCHWINGEL, INNO GEORGE ENGLER MAY, LAURI BRIETZKE e PEDRO PAULO MATTOS GALLO declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil.

E, assim justos e contratados, os sócios assinam o presente instrumento de contrato social em cinco (05) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Panambi, RS, 29 de julho de 1988



Hilmar Kannenberg

HILMAR KANNENBERG



Ido Schwingel

IDO SCHWINGEL



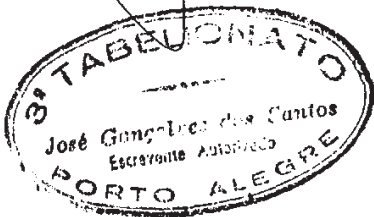
Inno George Engler May

INNO GEORGE ENGLER MAY



Lauri Brietzke

LAURI BRIETZKE



RECONHECIDAS: NA PRIMEIRA VIA
RUBRICAS INDICADAS PELA
SECRETARIA DE USO ESCRITO DO CARTÓRIO
PORTO ALEGRE
10 AGO 1988



Pedro Paulo Mattos Gallo

PEDRO PAULO MATTOS GALLO

TESTEMUNHAS:

1- *Pedro Mattos Gallo*

2- *Robine D. Donato*

TABELIONATO DE PANAMBI - N.
RECONHEÇO, VERDADEIRA A FIRMA
DE Ido Schwingel, Inno George Engler May e Lauri Brietzke
de _____ em 29
EM TESTEMUNHA DA VERDADE
PANAMBI, 08/08/88
[Signature]
TABELIONATO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 414, DE 2004**

(nº 2.903/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão
da Rádio Progresso de Juazeiro Ltda. para
explorar serviço de radiodifusão sonora em
onda média na cidade de Juazeiro do Norte,
Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de agosto de 1996, a concessão da Rádio Progresso de Juazeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.403, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 11 de dezembro de 2001, que “Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

- 1 – Rádio Progresso de Juazeiro Ltda., na cidade de Juazeiro do Norte – CE;
- 2 – Rádio Carajá de Anápolis Ltda., na cidade de Anápolis – GO;
- 3 – Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso – Rádio Educadora, na cidade de Coronel Fabriciano – MG;
- 4 – Rádio Pioneira de Tangará da Serra Ltda., na cidade de Tangará da Serra – MT;
- 5 – Rádio Sete Lagoas Ltda., na cidade de Sete Lagoas – MG;
- 6- Rádio Cabiúna Ltda., na cidade de Bandeirantes – PR;
- 7 – Rádio Club de Palmas Ltda., na cidade de Palmas – PR;
- 8 – Campos Difusora Ltda., na cidade de Campos dos Goytacazes -RJ;
- 9 – Ramo Jornal Fluminense de Campos Ltda., originariamente Rádio na cidade de Macaé – RJ;
- 10 – Mossoró Rádio Sociedade Ltda. na cidade de Alexandria – RN;
- 11 – Radiodifusão Índio Condá Ltda., na cidade de Chapecó – SC;

12 – Rádio Difusora Alto Vale Ltda., na cidade de Rio do Sul -SC;

13 – Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda., na cidade de Laguna – SC;

14 – Rádio Difusora Maravilha Ltda., na cidade de Maravilha – SC;

F1.2 da Mensagem nº 1.403, de 18.12.2001.

15 – Rádio Integração do Oeste Ltda., na cidade de São José do Cedro – SC;

16 – Rádio Sentinela Alto Vale Ltda., originariamente Rádio Estadual Ltda., na cidade de Ibirama – SC;

17 – Sociedade Ramo Difusora Vale do Itajaí Ltda., na cidade de Itajaí – SC;

18 – Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., na cidade de Piracicaba – SP; e

19 – Rádio Nova Dracena Ltda., na cidade de Dracena – SP.

Brasília, 18 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 747 EM

Brasília, 20 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Rádio Progresso de Juazeiro Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000808/96);
- Rádio Carajá de Anápolis Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás (Processo nº 53670.000122/94);
- Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso – Rádio Educadora, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000951/96);
- Rádio Pioneira de Tangara da Serra Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000298/94);
- Rádio Sete Lagoas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000006/96);
- Rádio Cabiúna Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000368/96);

- Rádio Club de Palmas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palmas, Estado do Paraná (Processo nº 53740.0003 83/95);

- Campos Difusora Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.001251/95);

- Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000885/96);

- Mossoró Rádio Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000087/95);

- Radiodifusão Índio Condá Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000770/95);

- Rádio Difusora Alto Vale Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000771/95);

- Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000066/94);

- Rádio Difusora Maravilha Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade da Maravilha, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000707/95);

- Rádio Integração do Oeste Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000708/95);

- Rádio Sentinela Alto Vale Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000068/94);

- Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000072/94);

- Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000731/95);

- Rádio Nova Dracena Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão o sonora em onda média, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo (Processo nº 3830.000131/95).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de o radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, decreta:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Progresso de Juazeiro Ltda., a partir de 26 de agosto de 1996, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 58.383, de 10 de maio de 1966, autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria Dentel nº 290, de 26 de outubro de 1983, e renovada pelo Decreto s/nº, de 29 de julho de 1992 (Processo nº 53650.000808/96);

II – Rádio Carajá de Anápolis Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 42.947, de 31 de dezembro de 1957, e renovada pelo Decreto nº 95.641, de 13 de janeiro de 1988 (Processo nº 53670.000122/94);

III – Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso – Rádio Educadora, a partir de 8 de novembro de 1996, na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas

Gerais, outorgada pelo Decreto nº 58.764, de 28 de junho de 1966 e renovada pelo Decreto nº 94.417, de 10 de junho de 1987 (Processo nº 53710.000951/96);

IV – Rádio Pioneira de Tangara da Serra Ltda., a partir de 23 de agosto de 1994, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, outorgada pelo Decreto nº 89.916, de 4 de julho de 1984 (Processo nº 53690.000298/94);

V – Rádio Sete Lagoas Ltda., a partir de 11 de abril de 1996, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas

Gerais, outorgada pelo Decreto nº 92.411, de 20 de fevereiro de 1986 (Processo nº 537 10.000006/96);

VI – Rádio Cabiúna Ltda., a partir de 16 de novembro de 1996, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 858, de 21 de outubro de 1966, e renovada pelo Decreto nº 94.183, de 6 de abril de 1987 (Processo nº 53740.000368/96);

VII – Rádio Club de Palmas Ltda., a partir de 12 de agosto de 1995, na cidade de Palmas, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 636, de 6 de agosto de 1975, renovada pela Portaria nº 204, de 17 de julho de 1985, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 4, de 7 de janeiro de 1986, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53740.000383/95);

VIII – Campos Difusora Ltda., a partir de 26 de outubro de 1995, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 56.717, de 12 de agosto de 1965, e renovada pelo Decreto nº 96.844, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53770.001251/95);

IX – Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, outorgada originariamente à Rádio Macaé Ltda., pela Portaria MVOP nº 862, de 20 de setembro de 1949, renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 90.160, de 6 de setembro de 1984, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53770.000885/96);

X – Mossoró Rádio Sociedade Ltda., a partir de 3 de dezembro de 1995, na cidade de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 91.126, de 13 de março de 1985 (Processo nº 53780.000087/95);

XI – Radiodifusão Índio Condá Ltda., a partir de 8 de março de 1996, na cidade de Chapecô, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 77.129, de 11 de fevereiro de 1976, e renovada pelo Decreto nº 92.130, de 13 de dezembro de 1985 (Processo nº 53820.000770/95);

XII – Rádio Difusora Alto Vale Ltda., a partir de 8 de março de 1996, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, outorgada à emissora Rural de Rio do Sul Ltda., pelo Decreto nº 57.378, de 3 de dezembro de 1965, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 1.471, de 2 de setembro de 1970, e renovada pelo Decreto nº 95.626, de 13 de janeiro de 1988 (Processo nº 53820.000771/95);

XIII – Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda., a partir de 12 de maio de 1994, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 64, de 22 de janeiro de 1946, e renovada pelo Decreto nº 89.406, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50820.000066/94);

XIV – Rádio Difusora Maravilha Ltda., a partir de 10 de fevereiro de 1996, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 151, de 3 de fevereiro de 1976, e renovada pelo Decreto nº 92.665, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 53820.000707/95);

XV – Rádio Integração do Oeste Ltda., a partir de 16 de fevereiro de 1996, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 175, de 9 de fevereiro de 1976, e renovada pelo Decreto nº 92.664, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 53820.000708/95);

XVI – Rádio Sentinela Alto Vale Ltda., a partir de 12 de maio de 1994, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Estadual Ltda., pela Portaria MVOP nº 580, de 4 de outubro de 1956, renovada pelo Decreto nº 90.276, de 3 de outubro de 1984, e transferida pelo Decreto s/nº, de 12 de fevereiro de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50820.000068/94);

XVII – Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., a partir de 12 de maio de 1994, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 354, de 26 de maio de 1958, e renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 50820.000072/94);

XVIII – Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., a partir de 5 de outubro de 1995, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 56.375, de 31 de maio de 1965, e renovada pelo Decreto nº 93.641, de 2 de dezembro de 1986 (Processo nº 53830.000731/95);

XIX – Rádio Nova Dracena Ltda., a partir de 19 de maio de 1995, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 405, de 13 de maio de 1975, renovada pela Portaria nº 72, de 18 de março de 1986, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 153, de 4 de agosto de 1987, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53830.000131/95).

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2001; 1802 da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

RÁDIO PROGRESSO DE JUAZEIRO LTDA
CNPJ 07.577.299/0001-90
NIRE 232.00268596

4º ADITIVO AO CONTRATO

JOSÉ ADAUTO BEZERRA, brasileiro, separado judicialmente, empresário, cédula de identidade nº 29.324 SSP/CE., CPF nº 002.018.393-34, residente e domiciliado na Av. Beira Mar nº 3500 Apto 900, Mucuripe, Fortaleza, Ceará, CEP. 60.165.121, **MARIA ALACOQUE BEZERRA**, brasileira, divorciada, aposentada, cédula de identidade nº 131.030 SSP/CE., CPF nº 196.094.773-72, residente e domiciliada na Rua Padre Cícero nº 300, Centro, Juazeiro do Norte, Ceará, **GERALDO MENEZES BARBOSA**, brasileiro, casado, odontólogo, cédula de identidade nº 40.752 SSP/CE., CPF nº 005.133.503-49, residente e domiciliado na Rua São Roque nº 2115, Centro, Juazeiro do Norte, Ceará, únicos e atuais componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada **RÁDIO PROGRESSO DE JUAZEIRO LTDA.**, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC, sob o NIRE 23200268596 por despacho de 18 de Janeiro de 1984, que em sua maioria representativa do capital social, resolve na melhor forma de direitos proceder a presente alteração contratual, nas condições e forma a seguir:

1ª) Em decorrência do falecimento do sócio **ORLANDO BEZERRA DE MENEZES** e conforme **FORMAL DE PARTILHA**, processo nº 2000.02.38259-8, Juízo da 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza, Ceará, homologado em 25.09.2000 pela Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito Cleide Alves de Aguiar, anexo, é admitida na sociedade **DORALICE VASCONCELOS NERY BEZERRA**, acima qualificada que recebe por herança a totalidade de suas quotas na sociedade.

2ª) O Capital Social, inconversível para Real, fica aumentado para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado, mediante a capitalização dos seguintes recursos:

Correção Monetária do Capital Realizado	6.878,51
Lucros Acumulados (Parte)	13.121,49
TOTAL	20.000,00

Distribuído entre os sócios proporcionalmente as suas participações em forma de quotas bonificadas, desta forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
JOSÉ ADAUTO BEZERRA	32,38	6.476	6.476,00
DORALICE VASCONCELOS NERY BEZERRA	32,38	6.476	6.476,00
MARIA ALACOQUE BEZERRA	16,19	3.238	3.238,00
IVAN RODRIGUES BEZERRA	16,19	3.238	3.238,00
GERALDO MENEZES BARBOSA	2,86	572	572,00
TOTAL	100,00	20.000	20.000,00

3ª) Após a alteração acima procedida a Cláusula 5ª passa a vigor com a seguinte redação:
CLÁUSULA 5ª - O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado e distribuído entre os sócios da seguinte forma:



10
[Handwritten signature]

4º ADITIVO –RADIO PROGRESSO DE JUAZEIRO LTDA.

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
JOSÉ ADAUTO BEZERRA	32,38	6.476	6.476,00
DORALICE VASCONCELOS NERY BEZERRA	32,38	6.476	6.476,00
MARIA ALACOQUE BEZERRA	16,19	3.238	3.238,00
IVAN RODRIGUES BEZERRA	16,19	3.238	3.238,00
GERALDO MENEZES BARBOSA	2,86	572	572,00
TOTAL	100,00	20.000	20.000,00

4º) O sócio IVAN RODRIGUES BEZERRA deixa de assinar a presente alteração, que é deliberada pelos sócios que representam mais de 50% do total do capital social, não ferindo o que determina o Artigo 53 item VII do Decreto nº 1.800 de 30/01/96.

5º) As demais Cláusulas do Contrato Social, permanecem inalteradas em tudo aquilo não alcançadas por este instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo a tudo presente.

Fortaleza (CE), 20 de Dezembro de 2000.

José Adauto Bezerra
 JOSÉ ADAUTO BEZERRA

Doralice Vasconcelos Nery Bezerra
 ORLANDO BEZERRA DE MENEZES
 (representado por Doralice Vasconcelos Nery Bezerra)

Maria Alacoque Bezerra
 MARIA ALACOQUE BEZERRA

Doralice Vasconcelos Nery Bezerra
 DORALICE VASCONCELOS NERY BEZERRA

Geraldo Menezes Barbosa
 GERALDO MENEZES BARBOSA

TESTEMUNHAS:

Marcio Pessoa Lopes
 Márcio Pessoa Lopes
 RG. 999602/86 SSP/CE.

Carlos Davi Barbosa
 Carlos Davi Barbosa
 RG 93002362570 SSP/CE.



10 6/2002

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 405 a 414, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 583, de 2004**, na origem, de 7 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 396/2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, sobre Relatório de Inspeção objetivando verificar a execução das obras de implantação do Projeto de Irrigação de Luís Alves do Araguaia/GO (TC – 004.657/2003-9).

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 80, de 2001, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– A Presidência recebeu o **Aviso nº 12, de 2004** (nº 81-A/2004, na origem), de 2 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro de 2004, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Sr. Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 9, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– A Presidência declara prejudicado o **Requerimento nº 182, de 2004**, por haver perdido a oportunidade, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Há oradores inscritos. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, aos Senadores Sibá Machado, Rodolpho Tourinho e João Ribeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Está V. Ex^a inscrito, Senador Sibá Machado, como primeiro orador, para uma comunicação inadiável.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço à Mesa a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, está inscrito, em segundo lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço à Mesa a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– V. Ex^a, Senador João Ribeiro, está inscrito, em terceiro lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB PA)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem.)
– Sr. Presidente, solicito a palavra em nome do Bloco da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Paulo Octávio, pelo Bloco da Minoria, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à tribuna no horário destinado à Liderança da Minoria para, em nome do Partido da Frente Liberal do Distrito Federal, reiterar o nosso apoio e a nossa convicção quanto à absolvição do Governador Joaquim Roriz e de nossa Vice-Governadora, a ex-Deputada Maria de Lourdes Abadia, por ocasião do julgamento, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de um processo ainda remanescente das eleições de 2002, quando o então candidato da nossa coligação saiu-se vitorioso, tendo sido reconduzido ao Buriti para exercer o quarto mandato à frente do Governo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, tenho marcado minha vida pública pelo comportamento de lealdade para com os companheiros e amigos de jornada política, procurando sempre estar ao lado deles, não somente nos bons momentos, mas, e principalmente, nas horas de dificuldade.

Acompanhei com atenção os discursos proferidos neste plenário, nas últimas duas semanas, em solidariedade ao eminente Senador João Capiberibe,

ilustre representante do povo do Amapá, cuja julgamento também se processa perante o Tribunal Superior Eleitoral, e não poderia deixar de expressar, no momento em que o processo envolvendo o Governador Roriz também se aproxima do seu julgamento final, a minha convicção quanto à absolvição do Governador Joaquim Roriz.

Creio que o povo do Distrito Federal vai acompanhar, com muita atenção, esse julgamento, que, a meu ver, vai reafirmar a vontade das urnas, expressa livremente pela população do DF, que deu a Roriz o direito de continuar governando a Capital Federal.

Tenho me batido, não de hoje, contra o instituto da reeleição, por entender que muitas vezes o Governante deixa de olhar para o interesse público para se fixar, de forma quase obsessiva, na possibilidade de se reeleger. Contudo, não posso fechar os olhos para o fato de que na reeleição se julgam as obras, os atos políticos e a administração do Governante em prol de sua comunidade. Nesse particular, o Governador Roriz vem se mostrando um exemplo de homem público.

Enfrentando as mesmas dificuldades econômicas do restante do País, o Governador Roriz não deixou de atuar, de forma firme e efetiva, em áreas essenciais como educação e obras e, atualmente, tem como prioridade as áreas de saúde e segurança, duas das mais sensíveis e exigidas de qualquer Governante. Nunca se afastou do povo humilde que mora em Brasília, tendo como marca em seu Governo a solidariedade expressa nos programas de cesta básica e do pão e leite.

O Governador Roriz enfrentou o desafio da construção da terceira ponte do Lago Sul, eleita como a mais bela do mundo, num período em que os demais Estados da Federação não conseguiam investir. Alcançou metas de valorização dos servidores públicos no Distrito Federal, como marca de gestão eficiente e voltada para profissionalização do serviço público, como forma de melhor servir ao povo de Brasília.

Na região do Entorno, não tem sido diferente. Embora geograficamente pertença a outros Estados, a pressão sobre os serviços públicos do DF impõe ao governante compromissado uma atenção especial, consolidada nas parcerias celebradas recentemente com o Governo de Goiás. Até na comunicação social, o GDF se destaca, tendo merecido atenção do Presidente Lula a forma eficiente e eficaz como o Governador Roriz divulga suas ações de Governo.

Enfim, o Governo do Distrito Federal tem a marca dos compromissos assumidos e cumpridos pelo Governador Roriz com a população das nossas cidades, seja no campo da responsabilidade fiscal, nas áreas sociais, no campo, na segurança pública, no incentivo ao desenvolvimento tecnológico e econômico, na

valorização e capacitação do trabalhador, no apoio ao esporte, na defesa ao meio ambiente, na gestão administrativa e na melhora da saúde e da educação.

O atual Governo do Distrito Federal tem a marca da ousadia. Consolidou o metrô até Samambaia e Taguatinga, realizou reforma urbana, pondo fim às favelas em nossa cidade, ao mesmo tempo em que implanta a cidade digital e o porto seco e lança desafios ao futuro com o trem bala, integrando o Centro-Oeste, enaltecendo e reafirmando a visão e a obra do nosso fundador, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

Não foi à toa que o Governador Roriz e Maria Abadia se saíram vitoriosos nas eleições de 2002, assim como saíram vitoriosos nas mais de 30 ações propostas pelos seus adversários políticos perante a Justiça Eleitoral, em uma demonstração inequívoca da lisura e da correção do processo eleitoral transcorrido nas eleições de 2002, aqui, na Capital da República, do qual tive a honra de participar.

Quero finalizar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ressaltando, em nome da população do Distrito Federal, a nossa total confiança na Justiça brasileira, em especial nos integrantes do Tribunal Superior Eleitoral, cuja história como juristas e magistrados nos permite afiançar a forma isenta e livre de pressões com que irão se conduzir ao julgar o processo que pede a cassação de um Governador eleito de forma legítima pelo povo do Distrito Federal.

Tenho certeza de que os magistrados não irão se influenciar por esse clima de prejulgamento que alguns opositoristas do Governador Joaquim Roriz tentam passar por meio de matérias em alguns jornais que previamente condenam o nosso Governador. Ressalto que domingo, no **Jornal do Brasil**, foi publicada uma entrevista do vice-Líder do Governo da Câmara dos Deputados.

Tenho convicção de que, mais uma vez, nossa coligação se sairá vitoriosa, o que nos dará forças para realizar ainda mais em favor do DF e de sua população, daí a nossa confiança na absolvição do Governador Joaquim Roriz e da Vice-Governadora Maria de Lourdes Abadia, em uma resposta inequívoca para aqueles que acreditam ser possível subverter a vontade popular expressa nas urnas pelo terceiro turno perante a Justiça.

Registro e agradeço a presença no plenário do ex-Senador Lindberg Cury, Secretário de Governo de Joaquim Roriz, ex-membro desta Casa e Líder do PFL local que nos prestigia nesse encontro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. (Pausa.)

Vamos aguardar que S. Ex^a venha mais tarde.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Acre, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Ideli Salvatti, é uma alegria tê-la conosco, depois de saber que V. Ex^a esteve enferma por uns dias. É sempre bom contar com a sua presença aqui.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, trago as notícias sobre o Plano de Combate e Prevenção ao Desmatamento na Amazônia, apresentado pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente.

Em junho de 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais divulgou dados alarmantes sobre o desmatamento na Amazônia. No período de agosto de 2001 a agosto de 2002, verificou-se o aumento acelerado do desflorestamento da região, em torno de 40% em relação ao período anterior. Em termos absolutos, isso equivale a 25.476 quilômetros quadrados, área semelhante à do Estado de Alagoas.

De posse dessas informações, o Governo determinou a imediata constituição de grupo de trabalho interministerial, com a finalidade de propor medidas para reduzir esses índices. Sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, 11 Ministérios trabalharam conjuntamente, em uma iniciativa pioneira, com vistas à elaboração das presentes diretrizes, cujas ações mais importantes gostaria de ressaltar.

O monitoramento e controle do desmatamento, queimadas e exploração madeireira serão realizados por “sistema integrado de alerta”, que permitirá a detecção do problema em tempo real, por meio de imagens de satélite. Isso possibilitará um deslocamento mais rápido dos fiscais para a área com o objetivo de impedir desmatamento ilegal. Pelo atual sistema, a informação é anual, quando o desflorestamento já ocorreu.

Além disso, serão intensificadas as investigações sobre crimes ambientais de maneira integrada, mediante informações disponíveis nos órgãos vinculados. Isso permitirá, por exemplo, sobrepor informações trabalhistas, ambientais, fiscais, tributárias e fundiárias para rastrear atividades ilegais envolvidas com o desmatamento.

Vamos também priorizar ações para fazer o ordenamento fundiário e territorial ao longo do arco de desflorestamento, com destaque para a área de influência da BR-163, a chamada rodovia Santarém–Cuiabá.

Tomamos a iniciativa de implementar, de forma prioritária e em caráter de urgência, o zoneamento ecológico-econômico dessa área. O objetivo maior é estabelecer regras definitivas para orientar as atividades das comunidades locais quanto ao uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

As ações emergenciais incluem o combate à grilagem de terras públicas, a criação de novas unidades de conservação, tanto de uso sustentável como de proteção integral, e a demarcação e homologação de terras indígenas.

O combate à grilagem inclui a criação, até 2006, de um cadastro rural de todas as propriedades privadas no arco do desmatamento que, como vocês sabem, vai do sudeste do Maranhão, passando pelo sul do Pará, norte do Tocantins e do Mato Grosso, Rondônia, até o Acre. Além disso, para frear o desmatamento ilegal em terras públicas, o Governo está enviando para o Congresso Nacional, o projeto de alteração da lei de crimes ambientais, tornando crime o desmatamento em terras públicas.

Ao longo das últimas décadas, a Região Amazônica tem sido usada para assentamentos rurais, servindo inclusive como “válvula de escape” para injustiças sociais em outras regiões do País. Esses assentamentos foram criados em locais isolados, desconsiderando as condições ambientais e a presença de populações tradicionais.

Esse modelo gerou perdas significativas tanto sociais como relativas ao meio ambiente, ao empobrecimento dos assentados, ao abandono dos lotes e à maior concentração fundiária.

Nosso objetivo é, portanto, mudar profundamente a política de reforma agrária para a Amazônia, compatibilizando a geração de renda dos pequenos produtores com o uso sustentável dos recursos florestais.

Em áreas já desmatadas e naquelas indicadas por meio do zoneamento ecológico-econômico, o Governo vai promover a agricultura em bases sustentáveis, bem como garantir crédito, infra-estrutura e assessoria técnica necessária.

O Governo está igualmente propondo substancial alteração dos instrumentos para fomentar o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia. Irá também definir novas diretrizes e critérios para os programas de crédito dos fundos constitucionais, o FNO e FCO, com vistas ao uso sustentável da região.

O “protocolo verde”, até o momento vigente apenas para os bancos oficiais, vai ser aperfeiçoado e adotado na prática pelos bancos privados. Dessa maneira, todas as instituições financeiras que operarem na Amazônia deverão observar as leis ambientais em suas operações de crédito.

Além disso, ainda em 2004, será elaborada a proposta de cadastro para os inadimplentes ambientais, o chamado Cadin Verde.

Com relação à infra-estrutura, gostaria de ressaltar que, nas últimas décadas, os grandes investimentos nessa área, especialmente as rodovias, têm sido uma das principais causas do desflorestamento na Amazônia.

Não obstante, é possível atender os anseios legítimos da população da Amazônia por infra-estrutura, sem que isso acarrete desmatamento e degradação ambiental. Basta, para tanto, coordenar o planejamento estratégico de obras de infra-estrutura e as medidas preventivas e compensatórias, que devem ser executadas antes da realização da obra.

Isso tudo, é claro, vai ser feito com muita transparência e decisiva participação dos diferentes setores da sociedade amazônica interessados na gestão das políticas de prevenção e controle do desflorestamento.

O orçamento total das ações de combate ao desmatamento para o exercício de 2004 será de R\$394 milhões. Sessenta e dois por cento desse valor serão destinados às medidas de ordenamento fundiário e territorial, vinte e um por cento, às ações de monitoramento e controle, e os demais dezesseite por cento, às tarefas de fomento das atividades sustentáveis.

Os dados divulgados pelo Inpe para o período 2002/2003 continuam altos.

A verdade é que o desmatamento vem apresentando uma curva ascendente, desde 1997, e, lamentavelmente, não é possível reverter esse quadro com a rapidez que todos desejamos.

Contudo, o Governo está convencido de que as medidas que se estão propondo contribuirão significativamente para deter os fatores de destruição da maior floresta tropical do planeta. Deixou bem claro que já aprimorou os instrumentos de monitoramento e fiscalização do desmatamento; que intensificará o combate à grilagem de terras públicas e priorizará a criação de unidades de conservação e homologação de terras indígenas; que está trabalhando na recuperação das áreas degradadas como forma de aumentar a produtividade e diminuir as pressões sobre as florestas remanescentes; em suma, que está adotando ações que vão garantir a valorização da floresta para fins de conservação e uso sustentável.

Vale destacar o Plano Amazônia Sustentável, que está sendo estruturado pelo Ministério da Integração e pelo Ministério do Meio Ambiente e que estabelecerá as bases estruturais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Passo a ler as palavras da Ministra Marina Silva:

Desde o final da década de 70, quando o Brasil começou a monitorar a cobertura vegetal da Amazônia, que o desmatamento tem-se mantido elevado na região – uma média histórica de 17 mil quilômetros quadrados – com sobressaltos nos anos de 1995 (29 mil quilômetros quadrados) e 2002 (25 mil quilômetros quadrados).

A área desmatada acumulada já corresponde a 16% de toda a floresta amazônica ou duas vezes e meia o Estado de São Paulo. Além disso, extensas áreas de floresta aparentemente intactas estão de fato cheias de cicatrizes provocadas pela extração predatória de madeira e incêndios florestais.

Como sabemos, as causas para a perda e a degradação da floresta amazônica são complexas, o que inclui desde a agropecuária, passando pela “grilagem de terras públicas” e exploração madeireira até as obras de infra-estrutura sem o adequado planejamento.

Por isso, qualquer tentativa de enfrentar o problema requer ir muito além das operações de fiscalização e controle.

É necessário enfrentar as questões estruturais do problema do desmatamento, e isso não pode ser feito apenas por políticas públicas restritas ao Ministério do Meio Ambiente.

É preciso haver uma política de desenvolvimento sustentável para a região, capaz de enfrentar as raízes do problema.

Portanto, uma política de governo. Foi essa constatação que motivou a elaboração do novo plano de combate e prevenção do desmatamento na Amazônia.

A elaboração desse plano, sob a coordenação do Ministro José Dirceu, envolveu a atuação decisiva do grupo de trabalho interministerial, envolvendo onze Ministérios.

Além disso, os Governos dos Estados da Amazônia e as organizações da sociedade civil com atuação na região deram importantes contribuições para a concepção do plano.

Esse é, sem dúvida, o plano mais ambicioso de combate e prevenção ao desmatamento na Amazônia. Devido à complexidade prevista em suas ações, a sua implementação se dará em fases, o que nos permitirá o aperfeiçoamento das medidas ao longo dos próximos anos.

É oportuno reconhecer que a implementação desse plano será repleta de desafios. Porque não há solução fácil e rápida para o problema do desmatamento na Amazônia.

Por isso, o sucesso desse plano residirá não apenas na abrangência das medidas anunciadas, mas na persistência de mantê-las ao longo do tempo necessário, para que possam suscitar os efeitos desejados.

É importante lembrar que assegurar o desenvolvimento e a conservação da região não é uma tarefa exclusiva do Governo, seja ele federal, estadual ou municipal.

Claro, o Governo tem um dever e uma missão crucial a cumprir. Mas uma política eficaz de combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável terá que obter uma ampla adesão da sociedade amazônica.

Um pacto de todas as forças da sociedade regional com o objetivo de reduzir as taxas de desmatamento na região e promover um desenvolvimento de qualidade. Um pacto extensivo ao povo brasileiro, apoiado por uma soberana relação com a solidariedade internacional. Acredito que a Amazônia e o seu povo estão maduros para esse passo. O plano de combate e prevenção ao desmatamento é a pedra fundamental dessa nova fase da história da Amazônia [*sic*].

Como já havíamos mencionado no ano passado, a taxa de desmatamento de 2003 deverá continuar elevada. Mas acredito que o sucesso do plano que estamos anunciando hoje será o início de um processo consistente de redução do desmatamento ilegal da região, constituindo um novo e virtuoso encontro entre homem e natureza, desenvolvimento e meio, tradição e modernidade.

Quero ainda lembrar, Sr. Presidente, as preocupações apresentadas pela **Folha de S. Paulo** e pelo Senador Antonio Carlos Magalhães no sentido de que o Ibama estava atrasando algumas obras significativas de infra-estrutura para o desenvolvimento do País.

O Ibama respondeu em nota à imprensa, dizendo que boa parte dos problemas encontrados nessas obras não é dos órgãos de fiscalização e controle ambiental. Não se trata de um problema do Ibama nem dos institutos estaduais. Houve, isso sim, no decorrer dos últimos anos, um novo entendimento na comunidade local, que quer participar das vantagens dessas obras. Por outro lado, a legislação brasileira em relação à defesa ambiental é muito rígida. O Brasil tem

uma das legislações mais rígidas entre os países das Américas. E, mesmo havendo facilitação de um instituto ambiental que não seja o Ibama, mas um órgão estadual, incorrer-se-á na possibilidade de um confronto jurídico com o Ministério Público. É o que está acontecendo em muitas obras.

Cito o PPA da região amazônica, que apresenta rodovias, hidrovias e infra-estrutura para energia elétrica. Obras dessa natureza não são tão simples de serem executadas por conta do que já foi mencionado.

Estamos evoluindo no sentido de um debate muito interessante e rico em toda a região, principalmente com os atores da sociedade organizada, para estudarmos melhor todos esses propósitos apresentados no PPA; apresentarmos as nossas idéias, a nossa compreensão, e até acelerarmos a construção desses empreendimentos.

Hoje, temos consciência de que a infra-estrutura brasileira é insuficiente, é incapaz, é impotente para o desenvolvimento que todos almejamos. Afirmou-nos um estudioso que, durante muitos anos, principalmente no que diz respeito ao sistema de transporte, o Brasil “sedentarizou” a sua economia sobre rodas de caminhões – priorizou as suas rodovias. As rodovias dão maior velocidade ao transporte, facilitam o porta a porta, mas é inviável quando se pensa em milhões e milhões de toneladas: fica um sistema insuficiente, incapaz de atender sozinho.

Vi essa interligação desses modelos de transporte no PPA. Na nossa região, cada estrada construída é uma possibilidade a mais de desmatamento. O que estamos querendo dizer é que pode haver um outro tipo de aproveitamento das nossas hidrovias e, principalmente, algumas ferrovias de interligação dessas vias, para que possamos fazer grandes transportes naquela região. E aí, nós estaremos garantindo também que a comunidade local possa usufruir desses benefícios.

Sr. Presidente, era isso o que eu desejava dizer, neste momento. Agradeço pelo entendimento havido, o que me possibilitou falar em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, notícias de jornais de hoje, de **O Estado de S. Paulo** e outros, trazem: “Brasil vai testar novo modelo de investimento”, dando conta de que o Sr. Ministro da Fazenda teria feito um acerto inicial com o Fundo Monetário

Internacional, de forma a retirar esses investimentos da conta do superávit. Diz o Ministro Palocci que “o FMI aprova a idéia de olhar a questão das empresas estatais e dos investimentos públicos a partir de uma ótica de valorizá-los pela sua produtividade e por suas taxas de retorno”. O Brasil será um dos países pioneiros nessa área.

Foi feita, ainda, outra consideração no artigo de **O Estado de S. Paulo**, que afirma:

As carteiras de empréstimos do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] e, especialmente, do Bird [Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, e do Banco Mundial] para países de renda média, como o Brasil, estão caindo, em parte porque as duas instituições deixaram, nos últimos anos, de apoiar projetos de infra-estrutura.

Um estudo recente do Fundo constatou que a queda dos investimentos em infra-estrutura na América Latina – de US\$70 bilhões, em 1998, para US\$30 bilhões 2001 – tornou-se um obstáculo para o crescimento da região. A queda desses investimentos aconteceu porque, ao contrário do esperado, o setor privado não substituiu o setor público.

Isso é verdade.

Tem sido comentada pela imprensa e aqui no plenário – eu mesmo já o fiz – a queda de investimentos no setor elétrico brasileiro que, na década de 80, teria atingido US\$13,5 bilhões por ano, caindo, na década da 90, para cerca de US\$6,2 bilhões por ano. Essa queda foi lamentavelmente consistente, uniforme, não foi abrupta, veio ano a ano caindo e continuou esse processo nos anos de 2001 a 2003. Mas é preciso, efetivamente, que essa redução pare.

Isso ocorreu, inicialmente, pela redução da capacidade do Estado. Esses números não se referem apenas ao Brasil, vimos também aqui citados os países da América Latina. Os Estados, de uma forma geral, não tiveram capacidade de investir, pela redução dos financiamentos do Banco Mundial, do Bird e do BID, e também por um sistema de privatização que não cumpriu seus objetivos, aqui e em outros lugares.

Mas é preciso lembrar que as causas continuam até hoje, Sr. Presidente. Temos os mesmos problemas: redução de investimentos, falta de financiamento pelos bancos, como BID e Bird, e o sistema de privatização não funcionando como deveria. É por isso que na época, no Ministério de Minas e Energia, buscamos a parceira público/privado que se analisa agora, que, de uma certa forma, antecedeu o PPP quando construímos o programa prioritário de termoeletricidade, logo depois

chamado programa emergencial de termoeletricidade. Ele tinha que gerar 11 mil megawatts em quatro anos; só poderia ser feito por meio de um programa termoeletrico que equivaleria a se construir, em quatro anos, a maior usina do mundo: a de Itaipu. Evidentemente, esse programa deveria ter sido feito antes e também teria que ser feito por meio de termoeletricidade, mas essa era a única forma de gerar. Tinha que ser a gás para utilizarmos o gás, sem utilização, da Bolívia, inclusive com financiamento do BID. Sem financiamento, seria inviável.

Esse programa prioritário de termoeletricidade, que hoje permite uma folga na geração de energia no País, está dando tempo suficiente para o aperfeiçoamento de um novo marco regulatório para que se aprove o PPP. Acho absolutamente fundamental que esse projeto, que já tramita no Senado, seja aprovado e que possam ser retomados os investimentos nesse setor.

Não foi apenas o setor de energia elétrica que sofreu com todo esse tipo de restrição, sobretudo a do Fundo Monetário Internacional. Não fosse essa restrição do Fundo Monetário Internacional, a Petrobras, há alguns anos, teria sido capaz de produzir mais 200 mil barris/dia, o suficiente para deixar o País auto-suficiente. Isso não aconteceu devido às restrições do Fundo Monetário Internacional.

É extremamente importante que este assunto, que está sendo conduzido pelo Ministro Palocci, tenha um bom final, porque ainda precisamos fazer muita coisa na área de gás natural, Sr. Presidente. Precisamos levar o gás para o Centro-Oeste, para o Maranhão e para o Piauí; fazer a interligação do Sudeste com o Nordeste e construir o gasoduto entre Manati e Salvador, para que daqui a dois anos o Nordeste não venha a ter problema de energia, ainda que hoje seja garantida pelas chuvas abundantes nas cabeceiras do rio São Francisco. Mas é preciso fazer o gasoduto de Urucu-Porto Velho e o de Urucu-Manaus.

Entendo que, neste momento, é de alta prioridade que este assunto seja resolvido dessa forma, mas que não é a solução dos problemas de crescimento do País. Esses investimentos, sobretudo quando liberados os da Petrobras, não seriam os prioritários para puxar um crescimento do País, mesmo porque, no caso da Petrobras e em alguns casos do setor elétrico brasileiro, eles acabam se realizando, efetivando-se no exterior.

Penso que a melhor solução para melhorar o desempenho da nossa economia e para que haja crescimento seria uma redução do superávit primário, mas entendo a propriedade da ação que o Governo, neste momento, toma em relação a essa questão do investimento dentro dos critérios do FMI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao ilustre Senador João Ribeiro, do Estado do Tocantins, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para falar do salário mínimo, até porque a esperança do trabalhador brasileiro, sobretudo daqueles que votaram no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é de que o salário mínimo melhore, porque houve o compromisso, durante a campanha eleitoral, de dar uma vida mais digna ao trabalhador brasileiro, sobretudo àqueles que vivem com essa remuneração.

Sabemos que em muitos Estados brasileiros, quando se trata de poder público, os governadores estabelecem um piso salarial diferente do vigente à época. E trago aqui como exemplo o meu querido Estado do Tocantins: quando o salário mínimo era de R\$150,00, o Governador da época, o ex-governador Siqueira Campos, estabeleceu um salário mínimo de R\$300,00. Assim, o trabalhador que ganhava menos dos cofres do Estado, recebia dois salários mínimos. Temos, então, esse exemplo para dar ao País e sabemos que outros Estados também o têm, como o Rio de Janeiro.

A discussão do momento é a expectativa gerada em torno deste tema bastante polêmico, pois a área econômica defende um salário mínimo de até R\$259. Mas já se fala em R\$270,00 e R\$280,00.

Assomo, pois, a esta tribuna para pedir ao Presidente Lula e, sobretudo, ao Ministro da área econômica que aumente o salário mínimo para pelo menos R\$300,00. Além disso, também gostaria de dizer que não é verdade que um Município não possa pagar um salário mínimo de R\$280,00 ou de R\$300,00 porque a prefeitura poderia quebrar. O Tocantins talvez seja o Estado que apresente um dos menores índices de FPM – 0,6% – a exemplo das pequenas prefeituras, sobretudo as do Norte e Nordeste do País. Mesmo assim, tenho certeza de que o chefe do Poder Executivo daquela cidade estará, sem sombra de dúvida, enviando todos os esforços no sentido de honrar esse salário para os trabalhadores, porque é muito pouco para um trabalhador receber apenas R\$300,00.

E estou vendo o Senador Paulo Paim, inclusive, inspiro-me em S. Ex^a, neste momento, que é o grande defensor do trabalhador na questão do salário mínimo. Senador Paulo Paim, estou defendendo um salário mínimo de pelo menos R\$300,00, o que já é muito pouco, mas que daria um alento àqueles que tem a

expectativa de que o salário mínimo venha a melhorar durante o Governo do Presidente Lula. E quem está falando, Senador Paulo Paim, é um Senador que mesmo sendo de Partido de Oposição, sempre vota com o Governo, e V. Ex^a e esta Casa sabem disso. Não votei no Presidente Lula nas eleições passadas, mas o nosso Estado e toda a nossa Bancada – sobretudo os sete Deputados e os três Senadores – temos acompanhando o Presidente Lula e votado com o Governo porque consideramo-lo no caminho certo.

Sendo assim, temos moral para cobrar e pedir ao Governo que tenha um pouco de compaixão daqueles que precisam de ter um mínimo para a sua sobrevivência. Um salário mínimo de R\$300,00 é o que estou pedindo hoje.

Espero que os Ministros da área econômica: O Ministro Antonio Palocci, o Ministro Guido Mantega e, sobretudo, o Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu, Aldo Rebelo e o Presidente Lula ouçam a voz deste Senador humilde, que veio do interior do Estado do Tocantins, Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, para ser mais uma voz em defesa do trabalhador brasileiro, dos mais humildes. E digo isso porque quem recebe salário mínimo, Senador Paulo Paim, são os mais humildes, os que têm pouca escolaridade e, portanto, tiveram menos oportunidades na vida de se preparar para receber um salário melhor.

E é em defesa desses que vim, hoje, à tribuna. Também vim para dizer que já que o Governo não pode dar mais, visto que a área econômica não acredita ser possível, de acordo com os cálculos – e sabemos que o País está com excesso de arrecadação –, que o Governo faça um esforço para dar pelo menos R\$300. E já que o Presidente Lula pretende fazer o anúncio do salário mínimo nesta semana, que no dia 1º de maio o trabalhador tenha uma notícia mais alentadora: um salário mínimo de R\$300,00.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul, por cessão do Senador Marco Maciel, do PFL do Estado de Pernambuco.

V. Ex^a, Senador Paulo Paim, dispõe de 20 minutos estratégicos, concedidos por esta Casa, para o uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, e não poderia ser diferente, nesta semana em que nos aproximamos do dia 1º de maio, para falar sobre o Dia Internacional do Trabalho. Prefiro dizer dia internacional do trabalhador, porque quem trabalha é o trabalhador,

o que não quer dizer que os empregadores também não trabalhem. Esse dia é uma homenagem a todos aqueles que trabalham, independente de serem empregados ou empregadores.

No último fim de semana, em viagem ao Rio Grande do Sul, fiz um roteiro pelo litoral norte. Há quinze dias, já havia feito outro roteiro pelo litoral sul. Nesse período, passei por aproximadamente 30 cidades e notei que há uma expectativa muito grande em relação ao novo valor do salário mínimo, que será anunciado esta semana pelo Presidente da República.

Cada vez mais estou convencido – e os números que citarei nesta tribuna são realistas – de que de 112 a 115 milhões de pessoas dependem dessa decisão, ou seja, quase dois terços da população brasileira. Os aposentados e pensionistas também têm essa expectativa. Há atualmente, no Brasil, cerca de 22 milhões de aposentados e pensionistas que aguardam a decisão do percentual de reajuste do mínimo, pois isso irá interferir nos seus vencimentos.

Entendemos que o percentual de reajuste a ser assegurado não pode ser vinculado ao salário-família. Salário-família, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e renda mínima são coisas diferentes, e vou ater-me somente ao salário mínimo. Não tenho nada contra – muito pelo contrário, sou totalmente a favor – a que essas outras medidas que melhoram a vida do trabalhador também sejam atualizadas.

Os argumentos que tenho ouvido contra o reajuste do salário mínimo não se sustentam com dez minutos de debate. O que mais se diz ultimamente é que as Prefeituras não resistiriam ao reajuste do salário mínimo. Pois bem, Sr. Presidente, recebi a seguinte carta, que passo a ler:

Caro Senador Paim,

Na qualidade de Presidente da Associação dos municípios da região centro do Rio Grande do Sul – AM CENTRO, e membro do conselho de prefeitos (são os 24 presidentes de associações regionais) da FAMURS, encaminhei proposição, que foi aprovada à unanimidade na assembléia ordinária dos conselheiros, realizada na sede da federação em Porto Alegre, no último dia 19 de abril; nela expressamos o apoio dos municípios gaúchos a um salário mínimo nacional de, no mínimo, R\$ 300,00, assunto de forte ação Parlamentar deste eminente Senador.

Nossa manifestação que será encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tem o intuito de demover a argumentação do executivo federal que um

aumento acima dos patamares inflacionários inviabilizaria as gestões municipais, não podemos permitir que as municipalidades, esferas de governo tão importantes para a construção da cidadania e diminuição da pobreza e das desigualdades sociais seja empecilho para o melhoramento da renda de nossos trabalhadores.*[sic]*

Passa-se a impressão para a sociedade de que são os Prefeitos que não querem o aumento do salário mínimo. Não sei a que partido ele pertence, mas vou ler o nome do cidadão. Continua:

Um grande abraço, e continues com tuas fortes posições em defesa da ética, da moralidade pública e daqueles mais necessitados.

Ivori Antonio Guasso, Prefeito de Nova Esperança do Sul, Presidente da AM CENTRO.*[sic]*

Sr. Presidente, gostaria de convidar as Sr^{as} e os Srs. Senadores a participarem do seminário “Desemprego e Renda”, que promoveremos amanhã, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho do Senado.

Um dos convidados é o Sr. Márcio Pochmann, Professor da Unicamp, Secretário do Município de São Paulo e Economista. Recebi uma preliminar do seu discurso, no qual afirma que, com o aumento do salário mínimo quem mais ganha são as Prefeituras, porque é reativada a economia interna do Município, e os próprios Estados. Ele provará, amanhã, que inúmeros Estados terão um aumento de R\$ 140 milhões na sua receita, graças ao aumento do salário mínimo.

Taremos também o Sr. José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo e Consultor da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Jorge Arbache, Professor da Universidade de Brasília, e os consultores do Senado estarão representados pelo Sr. José Pinto da Mota Filho.

Nossa intenção é fazer um amplo debate, com os empresários, que participarão dos trabalhos à tarde, com as centrais sindicais e com as confederações, sobre um tema que mexe com as nossas vidas, que é emprego e renda.

Qualquer pesquisa feita neste País – já falei sobre isso em outra oportunidade – revelará que a maior preocupação dos brasileiros é com o desemprego – e, claro, com a violência também. Mas sabemos que a violência é decorrência do desemprego e da falta de renda. Se fizermos o País voltar a crescer, se assegurarmos ao nosso povo o direito ao trabalho e a uma renda decente, com certeza, a violência diminuirá.

Essa menina, que muitas vezes se obriga ou é induzida a ir trabalhar para o narcotráfico, poderia estar estudando, trabalhando e ajudando a família.

Dizia, outro dia, que sinto muito orgulho em falar que, com 12 anos, eu tinha carteira assinada, era estudante do Senai e recebia da Vinícola Rio-Grandense meio salário mínimo, o que me ajudou muito.

É chegado o momento de se pensar em outras alternativas como a do ensino profissional, para que essa menina possa estudar em escolas técnicas, receber uma ajuda de empresas particulares, a exemplo do caso do Senai a que me referi, e estar preparada para enfrentar a disputa no mercado de trabalho e na busca de um salário decente.

Sr. Presidente, não poderia encerrar meu pronunciamento sem uma referência ao parecer que o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, enviou, na última sexta-feira, ao Supremo Tribunal Federal, considerando inconstitucional a taxaço de inativos da Previdência Social.

Eu já havia alertado – está registrado nesta Casa – que seria grande a possibilidade de a contribuição dos inativos ser considerada inconstitucional, por ferir direito adquirido – queiram ou não alguns – e reduzir vencimento, o que é proibido pela Constituição.

Se nós, que somos Parlamentares da Base do Governo, tivéssemos aprovado a PEC paralela na Câmara dos Deputados, a situação seria outra. Por quê? Porque, na PEC paralela, asseguramos a paridade, que garante o direito do aposentado e do pensionista, a transição, o subteto, o direito à aposentadoria para a dona de casa. Também asseguramos que inativo com doença incapacitante – diria que 95% dos inativos com mais de 65 anos possuem uma doença incapacitante – não pagaria os tais 11%, a não ser acima de um limite de R\$ 4,8 mil. Os aposentados por invalidez e os considerados deficientes também não pagariam. Mas, infelizmente, a PEC Paralela, apesar de toda a nossa batalha no Senado, até o momento, não foi aprovada. Então, fica aqui mais um apelo para que o acordo seja cumprido.

Sr. Presidente, nesse fim de semana, fiz uma palestra para cerca de 500 estudantes de Direito da URG, no Rio Grande, sobre emprego, renda, dívida interna, dívida externa, reforma tributária. A pergunta mais dura do plenário foi: “Senador Paim, como ficou a PEC Paralela?” A sociedade brasileira não aceita que a palavra empenhada e o acordo firmado não sejam cumpridos.

Por isso, mais uma vez, apelo à Câmara dos Deputados, em nome da boa relação entre os Poderes – não só Senado e Câmara, mas também Poder Exe-

cutivo, porque o acordo foi firmado com o Governo –, para que a PEC Paralela seja votada rapidamente.

Durante a palestra, disse-me uma estudante, cuja opinião respeito: “Muito bom o discurso, mas, para mim, só há sentido se a PEC Paralela for aprovada, porque senão dará a impressão de que o Senado Federal participou de uma grande farsa.” Mas sabemos que não foi assim. Nenhum Senador participou de farsa nesta Casa. Aprovamos a PEC nº 67 com o compromisso de aprovação da PEC nº 77, em nome de uma relação saudável, em nome da palavra empenhada, que para nós é sagrada.

Sr. Presidente, tenho quase 18 anos de Congresso Nacional 16 anos na Câmara dos Deputados e quase dois anos no Senado Federal e nunca vi um acordo firmado não ser cumprido, não apenas por mim, como também pelos demais Parlamentares. Acordo firmado, votado, documentado, escrito, gravado, anunciado ao País não tem como não ser cumprido.

Por essa razão, reitero este apelo de que a PEC paralela seja votada, nos moldes em que foi acordada por todos nós. O acordo não foi feito apenas com a Senadora Ideli Salvatti, com o Líder Aloizio Mercadante ou com o Senador Tião Viana. E quero aqui deixar registrada a minha total solidariedade ao Líder Tião Viana, Relator da matéria, que empenhou sua palavra com todos os líderes. Acompanhei S. Ex^a, e, como alguns dizem, ajudei a avaliar a idéia. Avalizei e faria novamente.

E, na mesma palestra – conto isso até como forma de desabafo –, outro estudante me perguntou: “Senador Paulo Paim, por que V. Ex^a votou na PEC nº 67? Afinal, com o seu aval, outros Senadores que estavam em dúvida também votaram e aprovaram a PEC nº 67.”

Então, apresentei a todos os presentes naquela sala a seguinte situação: suponhamos que vocês fossem Senadores e, ao serem perguntados pelo Senhor Presidente da República e seus principais Ministros o que consideravam importante incluir na PEC nº 67, respondessem: a garantia da paridade, regras de transição, o subteto, a não-contribuição dos inativos em alguns casos, enfim, sete pontos básicos. Ao que o Presidente respondesse: “Muito bem, então, vote favoravelmente à PEC nº 67 que eu garanto a aprovação de todos esses pontos na PEC paralela”. O que vocês fariam? O plenário ficou em silêncio. Até mesmo essa moça, que tem ligação direta com o PSTU – e tenho respeito a todos os Partidos –, ficou em silêncio, não respondeu. E estou falando de um Presidente da República de um país continental, que tem repercussão no mundo, de um Presidente que ficou entre as cem pessoas de maior destaque no mundo.

Se hoje o fato se repetisse, eu confiaria de novo na palavra do Presidente. E o plenário ficou em silêncio. Estou contando o fato e sei que grande parte daqueles estudantes está me ouvindo. Ficou em silêncio absoluto, ninguém disse que não votaria como nós votamos. Ou seja, o plenário assumiu que vale a palavra do Governo e do Senado da República.

Por isso, votamos favoravelmente à PEC nº 67 e votaríamos de novo. Ainda não acredito que chegaremos a junho sem que a PEC paralela tenha sido votada, porque todos sabemos que, em junho, terminará o ano legislativo. Se não votarmos até junho, não se votará nunca mais.

Aí alguém pergunta: “Qual será a sua posição se não for votada a PEC paralela até junho?” Então, cada um seguirá o seu caminho. Isso faz parte da vida, é um processo natural. Mas acredito que ela será votada.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a também esteve no Rio Grande do Sul, no mesmo auditório da UFRGS em que eu fiz essa palestra sobre a PEC paralela.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – É verdade. Quando vi V. Ex^a na tribuna, disse logo ao Senador Maguito Vilela que o assunto deveria ser salário mínimo ou PEC paralela, porque, em ambos os assuntos, V. Ex^a é o campeão, é um homem firme, um homem de decisão. Nunca deixei de compartilhar do seu pensamento a respeito da PEC paralela. V. Ex^a sabe que, desde o primeiro momento, estivemos juntos nisso. Participei, não tanto quanto V. Ex^a, porque, para não atropelar as coisas, sempre aguardava a sua iniciativa, já que V. Ex^a sempre esteve à frente dessa matéria tão importante para valorização do servidor público e do serviço público do Brasil. Senador Paulo Paim, esta matéria é de tal ordem importante que precisa ter uma solução. V. Ex^a tem razão, porque o Governo do Presidente Lula está contabilizando a seu favor as reformas aprovadas. Quando se falava em reforma da Previdência ou reforma tributária, as coisas não andavam. Isso está contabilizado a favor do Governo, mas, daqui a alguns dias, o Governo vai sofrer um saldo negativo nessa contabilidade que, hoje, ainda lhe é favorável, em matéria de contas públicas. Por quê? Porque a reforma tributária, por exemplo, não está completa. Veja que é apresentado ao mundo como se o Brasil tivesse reformulado o seu sistema tributário. E ele não está reformulado, porque ainda pagamos uma das mais altas cargas tributárias do mundo. E parte dessa reforma tributária encontra-se na Câmara dos Deputados. A reforma

da Previdência, que era considerada imprescindível para a normalização das contas públicas, para a questão fiscal do País, a ponto de levar ao sacrifício o servidor público, também não está totalmente aprovada. E há duas razões para isso. A primeira delas, Senador Paulo Paim, sobre a qual falarei rapidamente, não nos compete e representa um ônus que V. Ex^a, eu e todo o Senado carregamos: a contribuição dos inativos. Votamos essa matéria, mas ela significa um ônus pesado. Lá em meu Mato Grosso do Sul, os funcionários me abordam. Mas nós confiamos na palavra do Governo e fizemos um acerto de que a PEC paralela seria votada na convocação extraordinária do Congresso Nacional. Não fosse a PEC paralela, não teríamos tido a convocação extraordinária do Congresso; mas, infelizmente, a matéria não foi votada, como continua sem ser votada até hoje. Sobre a questão dos inativos, o Procurador da República deu um parecer que não sabemos se o Supremo Tribunal Federal acatará. De qualquer forma, estavam certos, parece-me, os que questionavam se não estaríamos retirando um direito adquirido. Esse foi o dilema vivido por todos nós. Diria até que foi um tormento. O mês de abril já está terminando, como V. Ex^a salientou, e não votamos a PEC paralela. A partir de junho, todos estarão envolvidos com as eleições. V. Ex^a tem extrema razão. Urge que tenhamos credibilidade. Estamos vendo que a credibilidade da classe política está cada vez menor, por culpa das instituições políticas, é verdade. A culpa é nossa. Esse é um exemplo. A Nação inteira acompanhou o empenho da palavra das mais expressivas lideranças políticas do País, e nada aconteceu. Nossa credibilidade caiu a tal ponto que, conforme resultado de pesquisa de opinião realizada na América Latina, o povo, bastante descrente com a situação, está colocando a democracia em segundo plano. E um dos requisitos indispensáveis para a democracia é a credibilidade, a confiança, porque é nesse regime que o povo elege os seus representantes. Urge que o Presidente da República chame imediatamente os Líderes e lhes diga o seguinte: “Há esse compromisso; vamos liquidar a fatura. Temos esse compromisso com o servidor público, com a Nação brasileira. Então, vamos liquidar essa fatura, vamos votar imediatamente a PEC paralela”. Senador Paulo Paim, esta é uma das poucas vezes – senão a única – em que estou presenciando uma grande demora para se honrar um compromisso político, a ponto de nos levar à desesperança do seu cumprimento. Portanto, eu me somo a V. Ex^a e faço um apelo ao Presidente da República, aos articuladores políticos

do Governo, no sentido de que atentem para esse fato, porque a reforma tributária ainda não terminou; dela depende a reforma da Previdência. Há outras reformas em andamento. Daí eu me congratular com V. Ex^a e pedir licença para também fazer, como sempre o tenho feito aqui, este apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente de República. Já não se podem mencionar apenas os articuladores políticos do Governo; já se deve dirigir diretamente ao Presidente da República. Tenho certeza – e V. Ex^a tem mais do que eu – de que Sua Excelência tinha conhecimento de que a PEC paralela era imprescindível para a conquista de alguns votos no Senado da República. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a pelo aparte, que deu um brilho especial ao meu pronunciamento.

Digo a V. Ex^a que, há praticamente duas semanas, tive uma reunião com o Ministro José Dirceu e uma Bancada de Deputados Federais para discutir o estatuto da igualdade racial, que apresentamos há mais ou menos cinco anos – mas esse não é o eixo deste debate. E o Ministro José Dirceu abriu a reunião mencionando a PEC paralela. S. Ex^a disse mais ou menos o que V. Ex^a acabou de dizer. O que disse o Ministro? “Paim, é preciso que, de uma vez por todas, votemos a PEC paralela na Câmara, sem que ela tenha necessidade de voltar ao Senado”.

Se eu sinto que há essa vontade – desculpe-me a expressão –, “que raios” há por trás dessa PEC que não avança na Câmara? Ouvi comentários favoráveis do Presidente, do Ministro e os ouço dos meus Líderes, por unanimidade, no Senado. Não há uma pessoa no Senado que seja contra a votação da PEC paralela. “Que raios” há na Câmara dos Deputados que não permite que ela seja votada?

Não acredito que essa seja somente a vontade do Relator, Deputado José Pimentel, até porque, se isso for verdade, S. Ex^a estará comprando uma briga com o conjunto da sociedade brasileira, o que não é bom para ninguém.

Concluo agradecendo a V. Ex^a, inclusive pela tolerância, na certeza de que o salário mínimo, que será anunciado até 1º de maio, será definido à altura da expectativa gerada pelo povo brasileiro, e espero que a PEC paralela seja votada rapidamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de conceder a palavra ao Senador Maguito Vilela, acaba de adentrar o recinto o Senador Ramez Tebet, que está inscrito para usar da palavra. Pergunto ao Senador Ramez Tebet se S. Ex^a permuta com o Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

O Senador Ramez Tebet concede a permuta.

Concedo, então, a palavra ao Senador Maguito Vilela, do Estado de Goiás, Vice-Presidente do PMDB nacional.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero me solidarizar com o ilustre Senador Paulo Paim e também com o Senador Ramez Tebet com relação à PEC paralela. Os argumentos de ambos os Senadores não podem ser desmentidos.

Quero também me solidarizar no que diz respeito ao salário mínimo. Creio que chegou o momento de corrigirmos essa distorção gritante e absurda que existe no Brasil há tantos e tantos anos. Aliás, todos os estudos feitos neste País dão conta de que o salário mínimo é um dos grandes indutores da pobreza.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, a todo o Senado e a todo o Brasil, que eu o apoiarei e votarei na melhor proposta de salário mínimo para o Brasil. Quanto mais alto melhor.

O argumento de que as prefeituras não vão dar conta é muito simplista, muito simplista! Até porque um salário mínimo condizente estimula e reforça, sem dúvida, o consumo interno. Quem recebe melhor compra mais, consome mais, paga mais impostos e, afinal, contribui para uma arrecadação maior. Enfim, é uma roda que só traz benefícios positivos.

Tenho certeza absoluta de que precisamos e devemos corrigir o salário mínimo de uma forma mais contundente, de uma forma mais ousada, e acredito muito na competência daqueles que comandam o País hoje – aliás, os que o comandam hoje sempre defenderam um salário mínimo digno; acredito neles.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo hoje a esta tribuna para saudar uma comemoração muito especial, ocorrida no dia 19 de abril, o Dia do Exército Brasileiro, que se configura em uma data de enorme significado patriótico, por se tratar de uma instituição que cumpre suas funções institucionais e de defesa da pátria com brilho, dignidade e muita altivez.

E por que se comemora o Dia do Exército exatamente no dia 19 de abril? Por tratar-se do dia em que se relembra a memorável Batalha dos Guararapes, de 1648, quando os combatentes brasileiros derrotaram nada menos que três mil invasores da Companhia das Índias Ocidentais, num feito realmente épico.

No dia 19 do corrente mês, em todo o País, várias atividades marcaram a passagem desta data. Foi um momento oportuno para refletirmos sobre o papel fundamental do Exército brasileiro.

Da importância que esta histórica tribuna me empresta neste momento, presto a minha homenagem e registro o meu reconhecimento a esta importante instituição. Sinto-me à vontade para falar do Exército brasileiro, porque pude conhecer por dentro a instituição.

Nos anos de 1969 e 1970, tive a honra de servir ao País como soldado do Batalhão da Guarda Presidencial, o BGP, em Brasília. Foi um período rico em aprendizado, em que recebi os ensinamentos fundamentais para a formação do meu caráter e do meu comportamento.

Em todos os momentos da minha vida pessoal e pública, em circunstâncias favoráveis ou não, tenho-me utilizado dos ensinamentos dos nossos comandantes e instrutores: serenidade, humildade, honestidade, amor à verdade e ao trabalho, firmeza, disciplina, lealdade e, acima de tudo, amor consciente ao Brasil e ao seu povo.

As lembranças que tenho do meu período no Exército me emocionam. No BGP, batalhão que sempre teve o conceito de unidade de elite, vivi o momento mais marcante da minha juventude. Foi quando recebi das mãos do Comandante General Manuel de Jesus e Silva o Diploma e a Barreta de Praça Mais Distinto, uma honraria concedida àqueles soldados que se destacam pelo desvelo, disciplina e pelo mérito intelectual demonstrado no exercício do serviço militar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os historiadores nos contam que a origem do Exército brasileiro remonta às primeiras décadas que se seguiram ao Descobrimento. Naqueles primeiros instantes de nossa formação, a tarefa mais importante do que era o embrião do Exército foi uniformizar a administração, conter insurreições e combater os conquistadores que ameaçavam nossas costas.

Nos meses seguintes à Independência, em 1822, a atuação do Exército foi decisiva para derrotar as tentativas de fragmentação territorial. A manutenção da unidade nacional é decorrente, em grande parte, de suas ações, e, em particular, da ação do grande brasileiro Duque de Caxias.

Em 1917, na efervescência da Primeira Guerra Mundial, o Exército foi chamado a intervir no conflito. O Brasil, que até aquele momento estava neutro, reagiu com coragem diante da inaceitável agressão por parte da Alemanha, quando torpedeou o nosso navio mercante Paraná.

Daí em diante, até o final do confronto, pela primeira vez em sua história, missões militares brasileiras partiram com destino ao cenário de guerra, cooperando com a vitória final das tropas aliadas.

Vinte e cinco anos mais tarde, em 1942, o País anunciou o rompimento de suas relações diplomáti-

cas com a Alemanha, Itália e Japão, que formavam as forças do chamado Eixo. Novamente agindo em defesa da soberania ferida pelas agressões alemãs, o Exército partiu para enfrentar um conflito mundial de grandes proporções.

Na planície que borda o mar Tirreno, deu-se o batismo de fogo das tropas brasileiras. Mas foi sobretudo em Monte Castelo, em Montese e em Fornovo, em meio à chuva persistente, às nevascas inclementes e ao frio insuportável, que nossos combatentes mostraram a sua fibra em ação. A tomada de Montese foi um marco. Foi lá que se travou o combate mais sangrento e mais importante da campanha de nossas tropas na batalha dos Apeninos.

Nos dias de hoje, o Exército continua absolutamente ajustado à realidade do Brasil. Em todas as fronteiras, atua para prover a segurança. No ensino, tem ajudado a formar novas gerações. Investindo na pesquisa de novas tecnologias, agrega conhecimentos ao País.

Em pleno início do século XXI, depois de muitas eras que marcaram o nascimento e a estruturação do Exército brasileiro, o crescimento do mercado clandestino de drogas e armas nos impõe novos desafios. Há poucos meses, em meio a um aprofundamento da crise de segurança no Rio de Janeiro, o Exército foi chamado às ruas para evitar o pior. E novamente, agora, estuda-se a possibilidade da interferência de forças militares para conter a escalada do pânico nas favelas cariocas.

É esse o nosso Exército: composto de homens e mulheres de todos os cantos do País, uma instituição que cultua as mais caras tradições de bravura, sacrifício, disciplina e desprendimento; que nunca, em momento algum, se furtou ao dever de ajudar o País e seu povo. Por isso mesmo, trata-se de uma instituição que goza da credibilidade, da admiração e do respeito de toda a sociedade brasileira.

Nesta tarde de hoje, registro os meus mais sinceros cumprimentos e homenagens ao Exército brasileiro, pela passagem do dia 19 de abril, aos comandantes, aos oficiais, aos soldados. Minhas saudações aos membros do glorioso BGP, onde, como já disse, tive a oportunidade de servir como soldado, montando guarda nos palácios de Brasília, na Esplanada dos Ministérios e na Granja do Torto, participando, enfim, das atividades do Exército.

Aproveito para fazer uma homenagem póstuma ao Tenente-General Joaquim Xavier Curado, o primeiro goiano a alçar a patente de general no Exército brasileiro, como bem me lembrava, na tarde de ontem, meu amigo do BGP, o sargento Mulato. Hoje, o batalhão

de Goiânia tem o nome do querido General Joaquim Xavier Curado.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com muita honra, ouço o brilhante Senador Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Maguito Vilela, quero cumprimentar V. Ex^a e tomar parte do discurso que faz, com muita justiça e propriedade, de homenagem ao garboso e heróico Exército brasileiro, na passagem do seu aniversário. Realmente, nosso Exército somente tem dado aos brasileiros motivos de admiração e de justo orgulho. Com grande prazer, cada um de nós escuta palavras como as que V. Ex^a profere nesta tarde. É claro que poderíamos rememorar episódios grandiosos de atuação do nosso Exército na defesa de nossa Nação V. Ex^a os está evocando nas suas palavras, mas eu gostaria de acrescentar uma dimensão do nosso Exército que não costuma ser referida nas lembranças patrióticas dos brasileiros. Lembro a contribuição enorme do Exército brasileiro no nosso desenvolvimento, na ocupação do nosso território. Obviamente, todo esforço de ocupação desta área do Centro-Oeste foi, inicialmente, desenvolvido pelo Exército, com seus batalhões rodoviários e ferroviários, que construíram os caminhos dessa interiorização. Ultimamente, o Exército tem dado importante contribuição ao desenvolvimento tecnológico, com suas instituições. Um exemplo disso é o Instituto Militar de Engenharia – IME, situado no Rio de Janeiro, um órgão de excelência e que nos enche de um orgulho de outra natureza, além daquele episódio, coroado de bravuras, a que V. Ex^a se referiu, na ocasião da atuação do Exército em defesa da democracia na Itália. Essa dimensão tecnológica também é de extrema importância. E é cada vez maior a contribuição do Exército brasileiro, como aliás das outras Forças Armadas, ao desenvolvimento e à economia do País e, por conseguinte, à Nação brasileira, cuja defesa e engrandecimento constituem o grande objetivo do nosso Exército. Cumprimento V. Ex^a e manifesto minha contribuição, associando-me nessa homenagem que presta ao nosso Exército.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a as palavras que, sem dúvida, enriqueceram o meu pronunciamento, trazendo, inclusive, contribuições importantíssimas que escaparam ao meu discurso. Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que enriqueceu, e muito, a minha presença nesta tribuna.

Com muita honra, ouço o aparte do extraordinário Senador Ramez Tebet, do Estado do Mato Grosso do Sul.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Maguito Vilela, meus cumprimentos a V. Ex^a pelo assunto que traz, com categoria, não à consideração do Senado da República, mas no sentido da presença de V. Ex^a para homenagear o Exército Brasileiro. Nesta oportunidade, repito o que já disse neste plenário anteriormente. Hoje, ouvi o Presidente Lula, por intermédio da televisão, falar sobre o Programa Primeiro Emprego, no Brasil, em que o Governo Federal dá à empresa o direito de receber R\$200,00 por cada jovem admitido em seus quadros, na faixa etária de 16 a 24 anos. Fiquei imaginando: – Parece que o Presidente Lula acertou... Penso que, ao invés de fazermos isso, deveríamos, sim, aumentar o efetivo das Forças Armadas. Como? Colocando nossos jovens nas três Armas para que pudessem aprender civismo, disciplina, hierarquia, valores morais que devem cultivar o espírito humano num prolongamento do que aprendemos no seio de nossas famílias. Penso que seja melhor gastarmos dessa forma, principalmente junto à população mais humilde. Senador Maguito Vilela, V. Ex^a e eu somos da mesma Região, o Centro-Oeste, e creio que deve acontecer em Goiás o mesmo que acontece em Mato Grosso do Sul. Lá, o jovem tem orgulho de ostentar uma farda das Forças Armadas e de poder aprender um ofício, ter um salário, se profissionalizar, além de aprender a servir e a defender a Pátria. Em suma, aprender tudo aquilo que as Forças Armadas cultuam e sempre souberam cultivar em favor do nosso País. Tomara que o Presidente Lula consiga – isso é fácil, basta dar mais recursos para as Forças Armadas – incentivar a nossa juventude a servir o Exército, a Marinha e a Aeronáutica! Lá, os nossos jovens aprenderão um ofício, se educarão, ajudarão suas famílias e terão orgulho de seu País. Portanto, V. Ex^a está de parabéns! É importante que as vozes expressivas do Senado, como a de V. Ex^a, prestem homenagem ao Exército brasileiro.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, que lança uma idéia, a meu ver, fantástica. Realmente, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica teriam melhores condições de preparar os nossos jovens durante esse primeiro emprego. Além do mais, penso que a nossa Pátria se sentiria mais segura com um maior contingente de soldados no Exército, na Aeronáutica e na Marinha.

Sem medo de errar, digo a V. Ex^a que ter servido o Exército, aqui em Brasília, em 1970, como soldado, foi o meu grande aprendizado. Servindo no BGP, aprendi a

cumprir horários, a amar a Pátria, a respeitar a hierarquia, a ter disciplina, a moral, a ética. Naquele época, eu era um jovem do interior, da roça, que aqui cheguei para servir o Exército na Capital Federal.

Penso que isso poderia ser muito importante também para muitos outros jovens.

Agradeço a participação de V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, que, sem dúvida, enriqueceu também o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como dizia o Capitão José Batista de Queiroz, meu Comandante do BGP, em 1969, “o Exército é uma escola de ideais”. Aliás, as palavras do Capitão eram sempre sábias – e com elas encerro minha homenagem a essa extraordinária instituição nacional.

No Exército, aprimoram-se as virtudes. Os brasileiros se encontram e se igualam, as raças se unem e os preconceitos se extinguem. Os esforços se conjugam e as histórias se escrevem. O Exército é uma escola onde se formam homens.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer ao General Marco Aurélio, da 3^a Brigada de Operações Especiais, sediada em Goiânia, Estado de Goiás, que me honrou também com a entrega da Bandeira Nacional no Dia do Exército, naquela importante Brigada do nosso País.

Era o que eu tinha a declarar, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Edison Lobão. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

Após a Senadora, falará o Senador Marcos Guerra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. e ao Senador Edison Lobão.

Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de saudar o novo General-de-Exército Curado, nosso amigo e pessoa de grande preparo, e que, reconhecidamente, teve o merecimento dessa promoção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico a V. Ex^{as} que, hoje pela manhã, participei da abertura de um curso universitário de capacitação, em nível superior, realizado pelos Correios em convênio com a UnB, além de outras universidades. E dos 5.000 inscritos, participarão do curso 2.200 servidores públicos. Refiro-me ao curso de Capacitação em *Software Livre*. Essa imensa procura nos causa muito entusiasmo, porque vemos que as pessoas buscam, cada vez mais, explorar esse campo, criando condições de levar bilhões de reais em divisas, anualmente, para fora do

País. Atualmente, o *software* livre já é uma realidade no Brasil, ainda mais agora, com a realização desse curso, que teve uma procura enorme.

Sr. Presidente, realmente isso nos entusiasma, pois é a vontade e a determinação do nosso Governo para que, por intermédio desse veio, possamos cada vez mais economizar divisas e darmos o grito de liberdade às nossas inteligências. É a vitória da independência tecnológica na área da informática, da liberdade das inteligências de brasileiros e brasileiras e, com certeza, um salto gigantesco no crescimento tecnológico do nosso País.

Naquela oportunidade, estava presente o Ministro José Dirceu, que é um dos grandes incentivadores do desenvolvimento do *software* livre. Ali falamos e nos posicionamos em nome do Congresso Nacional, uma vez que o Presidente José Sarney, Presidente do Congresso Nacional e do nosso Senado Federal, é também o presidente de honra da Frente Mista do Parlamento Brasileiro, do Congresso Nacional, da Frente Mista do Software Livre e Inclusão Digital.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar esse momento que, com certeza, é bastante significativo para o Congresso Nacional em especial, uma vez que tanto a Câmara quanto o Senado já vem desenvolvendo o *software* livre.

Sr. Presidente, tenho o compromisso de fazer um registro todas as vezes que assomo à tribuna do Senado da República a respeito de resolvermos a questão, por exemplo, da PEC paralela, que tem de ser aprovada já pela Câmara e da forma que está, para que acabe essa demora na vida de milhões e milhões de trabalhadores, para entender que a reforma da Previdência, por meio da PEC nº 67, foi algo que aconteceu no final do ano passado porque estava assegurada a PEC nº 77, que, portanto, precisa ser aprovada já.

V. Ex^{as} vão se cansar disto, mas, sempre que eu assomar a esta tribuna, falarei sobre este assunto e também sobre a necessidade de liberação de recursos da Cide, contribuição proveniente da venda ou da compra, como se queira, de combustíveis neste País. Pelo menos 10% dessa contribuição, já que não está regulamentada – há 10 bilhões em caixa –, têm que ser liberados. Vinte e nove por cento foram liberados da arrecadação trimestral a partir deste ano diretamente para governadores de Estado – o que é legítimo –, para serem utilizados nas estradas estaduais. Mas que se destinem pelo menos 10% desses recursos, Sr. Presidente, diretamente para os órgãos federais incumbidos da construção, restauração e conservação das estradas federais.

Alguns dirão, como o próprio Ministro Palocci me disse dias atrás, que os recursos para as estradas estão

no Orçamento de 2004. Entendemos isso perfeitamente, Sr. Presidente. Já há quase R\$400 milhões empenhados e apenas R\$36 milhões foram liberados. Por quê? Porque as empresas responsáveis pela conservação e restauração das estradas não estão conseguindo trabalhar por conta das dívidas da famigerada herança maldita – de que alguns não gostam de falar –, que, além de não terem feito muito pelo País, ainda deixaram dívidas. Com relação às estradas, há dívidas de 2000, 2001 e 2002, para as quais é necessária a liberação.

E é isto que peço aqui, mais uma vez: a liberação de, pelo menos, 10% dos recursos da Cide para pagamento desses atrasados. O Orçamento previsto para 2004 responderia às necessidades mínimas para conservação, restauração e construção de estradas federais, mas deste ano em diante. O passado tem que ser pago, sob pena de não conseguirmos continuar esse trabalho.

Antes de falar sobre a violência no campo, assunto para o qual trouxe alguns dados fornecidos pela CPT, como o trabalho intitulado “Conflitos do Campo”, quero dizer algumas palavras sobre algo que já foi discutido hoje, aqui desta tribuna, por alguns Senadores que já a ocuparam. Refiro-me à necessidade de aprofundarmos a discussão pelo Congresso Nacional, especialmente pelo Senado da República, sobre a definição do salário mínimo. Trata-se de um tema extremamente relevante, daí a necessidade de que se abra um diálogo franco, aberto entre o nosso Governo, o Congresso Nacional e as organizações da sociedade. O salário mínimo, realmente, atinge mais de 100 milhões de brasileiros. Por conseguinte, o momento é de extrema importância para essa discussão, pois diz respeito à vida diária de mais de 100 milhões de brasileiros, como eu já disse. É o sustento, é realmente o mínimo – como o nome já diz – com que se pode contar para a sobrevivência. Por isso, é importante que o discutamos enquanto algo pronto e acabado não vem transitar nesta Casa.

Quero falar também sobre a reforma do Judiciário, que já tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Trata-se de outra discussão que precisamos abrir com antecedência e não apenas no momento da votação. Este é um ano extremamente propício para discutirmos duas reformas, que, do meu ponto de vista, têm que fazer parte da pauta de discussão este ano. Uma já estamos discutindo: a reforma do Judiciário. A outra é a reforma política. Sob o meu ponto de vista, é inviável discutirmos outras reformas sem termos, com muita clareza, discutido e também aprovado a reforma política no País. Após a definição da reforma política, da fidelidade partidária e outras questões mais, com certeza as outras reformas virão na esteira com muita mais facilidade.

Não podemos tergiversar sobre a importância da discussão da reforma política e fazê-la no País. Acredito que a reforma política é a mais importante de to-

das. Aliás, teria que ter sido a primeira a ser discutida e aprovada, pelo bem do nosso Brasil.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senadora Serys?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Serys, V. Ex^a tem razão, a reforma política deveria ter sido a primeira das reformas a ser discutida e votada, e certamente, como bem disse V. Ex^a, as demais teriam sido realizadas com maior agilidade e, sobretudo, com maior eficiência. Os seus resultados certamente significariam avanços mais expressivos para a consolidação do processo democrático no País. A reforma política é decantada há tanto tempo e foi, lamentavelmente, adiada consecutivamente em outros governos e neste, por culpa do Executivo sim, mas também por responsabilidade do Poder Legislativo, que não assume de fato a sua missão de promover reformas fundamentais para o País, como a reforma política. Temos aí um modelo político retrógrado, ultrapassado, condenado, insistentemente condenado nas eleições, que se reflete em pesquisas que demonstram a descrença generalizada da população em relação às instituições, aos partidos e aos políticos de forma geral. É claro que há outros componentes, como a corrupção e a incompetência administrativa, mas, sem dúvida, o modelo político é retrógrado, ultrapassado sendo causa fundamental da descrença que se generalizou no País em relação a todos nós, políticos brasileiros.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Alvaro Dias. Como V. Ex^a muito bem disse, acredito que essa reforma é a mais importante de todas. Ela recai fundamentalmente sobre responsabilidade nossa, como V. Ex^a disse muito bem. Responsabilidade nossa, sim. Precisamos resgatar a credibilidade política, que passa muito pela discussão da reforma política. Essa reforma é responsabilidade primordial e fundamental nossa. Por isso, faço essa provocação hoje desta tribuna.

Espero que o Congresso Nacional, realmente, comece a se posicionar e a exigir que isso venha a acontecer. É um momento extremamente propício e necessário. A partir dessa reforma, as outras acontecerão, como V. Ex^a também já disse, com agilidade e facilidade, porque, muitas questões estando resolvidas, o resgate da credibilidade sendo construído – o que não vai acontecer num passe de mágica –, teremos mudanças significativas, importantes, mais ágeis e facilitadas em termos das outras reformas que se fazem necessárias.

Quero ainda registrar outro assunto rapidamente. Não sei se será possível ler tudo, mas, se não o for, que fique registrado desta tribuna. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos maiores problemas do nosso País, que nos tem causado preocupação, é a violência no campo. Temos ouvido permanentemente discursos no sentido de que existem invasões, mas também te-

mos a clareza de que o problema não é tão simples, ou seja, não se resume a elas ou à idéia de realizar a reforma agrária ou, ainda, de fazê-la mais rápido.

Infelizmente, o que continua acontecendo – em parte, já foi pior, com certeza – é a violência no campo, que resulta de anos de brutal concentração fundiária e de renda. Os conflitos relacionados à posse da terra explodiram nos últimos vinte anos, estabelecendo uma seqüência de crimes bárbaros e chacinas, que mancharam de sangue os noticiários de todo o mundo. Quem não se lembra dos tristes episódios em Corumbiara e Eldorado do Carajás?

Em recente relatório publicado pela CPT – Comissão Pastoral da Terra, intitulado “Conflitos no Campo”, dados consolidados sobre o tema dimensionam sua grave situação.

Está presente o Senador Alvaro Dias, Presidente da CPI da Terra – sou suplente e não tenho lá comparecido, porque sou titular de outras duas –, a qual ouvirá todas as partes interessadas, para fazer um relatório justo sobre a situação da terra no Brasil, mostrando claramente que existe concentração de terras e apropriação indébita de terras públicas, bem como a necessidade do seu resgate e do uso da desapropriação como instrumento da reforma agrária, a serem acompanhados da divisão da terra e do estabelecimento de uma política especial para a agricultura familiar.

Mais uma vez, digo que a agricultura familiar deve oferecer as condições para o sustento, com dignidade, daqueles que a praticam. Lembro que o ser humano não vive só do pão de cada dia, mas tem outras necessidades que vão do remédio ao lazer. É óbvio que todos sabem quais são as necessidades diárias de uma família. Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz-se necessário implementar um grande programa de agricultura familiar neste País, que garanta não só subsistência, mas também organização.

Do meu ponto de vista, não há nada mais sábio – pode ser até que exista e eu desconheça – do que a organização por meio do cooperativismo de produção e de crédito para o desenvolvimento da agricultura familiar. É necessário que a produção se organize pelo cooperativismo, para que existam outras condições além da subsistência do dia-a-dia, na agricultura familiar.

Defendo a organização dos trabalhadores rurais, inclusive dos que já dispõem de terra e de condições mínimas de trabalho na propriedade, para que, mediante o cooperativismo, melhorem sua qualidade de vida.

Peço, Sr. Presidente, que meu discurso sobre a violência no campo seja publicado na íntegra, uma vez que meu tempo está esgotando-se.

Não há dúvida de que o Governo atual vem adotando uma postura diferente dos anteriores. Observa-se uma efetiva vontade política de promover uma ampla reforma agrária neste País. Porém, reconheço a necessidade de se acelerarem os trâmites legais, para que realmente a questão seja resolvida e para

que, cada vez mais, haja um maior número de famílias assentadas.

Na sexta-feira, estive com o Ministro Miguel Rosseto no maior assentamento de Mato Grosso, o de Antônio Conselheiro, onde há 990 famílias assentadas. Por isso, clamo pela paz no campo. Basta de violência! A questão agrária no Brasil não mais pode ser um caso de polícia, como ocorre em muitos Estados, inclusive Mato Grosso. Sabemos que a solução é difícil, mas possível. O nosso Governo está estimulando a reforma agrária; realmente está procurando fazer com que ela aconteça.

A liberação de R\$ 1,7 milhão, há poucos dias, é a demonstração clara e concreta da determinação e da vontade do Presidente Lula de que a reforma agrária comece a dar passos acelerados em nosso País.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos problemas de nosso País que mais nos tem causado preocupação é a violência no campo. Resultado de anos de brutal concentração fundiária e de renda, os conflitos relacionados à posse da terra explodiram nos últimos vinte anos, estabelecendo uma seqüência de crimes bárbaros e chacinas que mancharam de sangue os noticiários de todo o mundo. Quem não se lembra dos tristes episódios ocorridos em Corumbiara e Eldorado do Carajás?

Em recente relatório publicado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, intitulado “Conflitos no Campo”, dados consolidados sobre o tema dimensionam sua grave situação. Em 2003, houve um aumento de 68,8% no número de assassinatos ligados à disputa da terra, com 73 trabalhadores mortos. A ocorrência de prisões foi 140,5% maior que no ano anterior, tendo o número de famílias expulsas aumentado em 151%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2003, o Centro-Oeste assumiu a liderança quanto ao número de pessoas envolvidas em conflitos – cerca de 310 mil, ou 26% do total – e ao número de pessoas despejadas por ação na Justiça – 63 mil, ou 35% do total. A situação lá é gravíssima e extremamente delicada, com ameaças vindas de todos os lados.

Na área rural de Mato Grosso, há um cenário sério de conflito entre os fazendeiros e o MST. O relatório da Comissão Pastoral da Terra constatou que 40,8% da população rural mato-grossense está envolvida nos conflitos! Com 9 pessoas assassinadas no último ano, meu querido Estado apresenta o maior índice de violência relativa de toda a Nação.

João Maria Chaves, Gildenor Moura da Silva, Reginaldo da Silva Santos, Nero Romeu Costa, Júlio Romano de Jesus, todos eles tiveram suas vidas brutalmente ceifadas em nome de uma causa das mais justas e nobres: a busca de um pedaço de terra para

produzir. Antes de mais nada, é preciso que as forças policiais apurem todos os casos de violência e que se levem a julgamento todos os envolvidos.

Recentes declarações de importantes dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra causaram furor e novamente trouxeram à baila essa questão tão explosiva. Abril seria um “mês vermelho”, com uma torrente de ocupações que paralisaria o País e colocaria o Governo contra a parede. De fato, também segundo números divulgados pela Comissão Pastoral da Terra, houve um aumento no número de ocupações em relação ao mesmo período de 2003, mas felizmente com um número menor de crimes ligados à questão.

Sr. Presidente, temos de reconhecer que as manifestações do Movimento dos Sem-Terra fazem parte de uma estratégia legítima de pressão política, própria dos movimentos sociais. É absolutamente insensato e irreal querer que os trabalhadores sem-terra aguardem, passivamente, a conclusão do processo, por vezes lento e burocrático, de desapropriação e do posterior assentamento.

Eles podem e devem se mobilizar. O que desejo é que tudo ocorra dentro dos limites da lei e da ordem, e de maneira absolutamente pacífica. Faz-se necessário, por outro lado, que as autoridades policiais combatam a formação de milícias particulares por parte dos grandes proprietários de terra, frontal ameaça ao Estado Democrático de Direito.

Não há dúvidas de que o atual Governo vem adotando uma postura diferente do anterior. Vemos agora uma efetiva vontade política de se fazer uma ampla reforma agrária neste País. Porém, reconheço a necessidade de se acelerarem os trâmites legais e financeiros para que haja o assentamento de um maior número de famílias.

Precisamos desarmar os espíritos e os corpos. O Brasil carece, urgentemente, de uma abrangente redistribuição de terras, algo que almejamos há séculos. A grande exploração latifundiária, retrato de séculos de concentração econômica, deve dar lugar a um espaço rural mais democrático e socializado. Trata-se, todavia, de um processo que não ocorre da noite para o dia, dada a complexidade e os interesses nele envolvidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, daqui desta tribuna, clamo e suplico por paz no campo. Basta de violência! A questão agrária no Brasil não mais pode ser questão de polícia. Claro que só a resolveremos, de forma definitiva, quando a reforma agrária for uma realidade. Até lá, cabe ao Governo, ao MST e aos proprietários rurais manter aberto um canal de diálogo e entendimento, arrefecendo-se os ânimos e fortalecendo-se nossa democracia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Octávio. PMDB –PA)
– A Mesa acata a solicitação de V. Ex^a, Senadora Serys

Slhessarenko, e, nos termos regimentais, determina a publicação do pronunciamento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seria até dispensável a minha palavra, mas penso que deve constar dos Anais da Casa o que vou declarar.

O Estado de S. Paulo publicou ontem que, no meu Governo na Bahia, foram lançados cachorros e soldados com baionetas contra aqueles que pregavam as Diretas-Já, tendo à frente o Presidente Ulysses Guimarães. Hoje, com muita decência, fez a retificação, demonstrando que não foi no meu Governo, mas no do meu sucessor, o Dr. Professor Roberto Santos – antes da Arena e atualmente do PMDB –, errando, entretanto, o ano, que não foi o de 1973, mas o de 1977. Diria mais: não foi em um bairro, mas no centro da cidade. Aqueles que clamavam pelas Diretas-Já se dirigiram para a sede do PMDB, no Campo Grande, ponto central de Salvador, e realmente foram atacados – alguns fugiram, outros reagiram – por cachorros e soldados. Mas, no meu Governo, isso não houve. No meu Governo, o que houve foi a abertura do primeiro congresso da UNE no Brasil, contra a vontade do Governo Federal – não só do SNI, como também do Ministro da Defesa e do Ministro da Educação da época. Não citarei nomes; basta procurar. O meu Governo fez o congresso da UNE, que decorreu na maior ordem, no Centro de Convenções do Estado, com ônibus dados pelo Governo do Estado. Reuniram-se lá milhares de estudantes, pela primeira vez, no Brasil, no regime militar.

Não quero que se pense que estou renegando o regime militar. Não o renego. Ao contrário, acredito que muita coisa boa foi feita naquele período, assim como outras tantas não mereciam ter sido feitas, e o foram. O regime de 1964, como bem diz a reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**, teve o apoio da população civil do Brasil, assim como também o teve o movimento pelas Diretas-Já, que derrubou o regime. Como digo sempre: não há movimento neste País sem o apoio popular.

O apoio popular levou à participação do Exército, porque o Governo de então não estava em uma fase boa para o País. Ao contrário. O regime se esgotou, não há dúvida disso – alguns Presidentes foram melhores do que outros –, mas não estou aqui a renegar 1964. Ao contrário, servi como Governador e como Prefeito nesse regime e pude fazer muito pela minha terra nesse período.

Hoje estou nesta tribuna para que, nos Anais desta Casa, conste que não foi no Governo de ACM que os cães avançaram no Dr. Ulysses e na sua comitiva. Foi no Governo do Dr. Roberto Santos, um professor universitário. Não diria que o considero culpado, mas talvez que não teve autoridade para comandar a Po-

lícia Militar naquela ocasião. Os generais, quando encontravam Governadores que não reagem, também tomavam medidas inadequadas.

Em todos os meus períodos de Governo, nenhum General se intrometeu, e eu pude governar com a indispensável independência, fazendo tudo o que era necessário para a Bahia.

Portanto, Sr. Presidente, repito mais uma vez: que nos Anais desta Casa se faça a retificação feita ontem pelo jornal **O Estado de S. Paulo** – apenas errando o ano –, para que tenhamos no futuro uma história bem feita, não como agora está sendo divulgado, em que ACM aparece como pecador. Como eu já disse, tudo de bom e de mau que acontece na Bahia ou foi o Senhor do Bonfim ou fui eu; fico dentro dessa tese de que não tenho esse pecado. O pecado é do Dr. Roberto Santos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Mesa, na forma regimental, atenderá à solicitação de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT, Partido dos Trabalhadores, do Estado de Santa Catarina. V. Ex^a disporá de até vinte minutos, como Senadora inscrita na lista de oradores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores presentes nesta sessão de segunda-feira.

O que me traz à tribuna é uma certa movimentação, um volume significativo de declarações recentes, que eu até chamaria de gorjeios, porque vem principalmente de um setor da Oposição cujo símbolo é um belíssimo pássaro da fauna nacional. Determinadas declarações também foram classificadas como de uma fênix que estava ressurgindo das cinzas, aparecendo novamente no cenário. Quero falar um pouco desses gorjeios, dessas declarações em que são usadas algumas expressões como “ambivalência”, “dualidade”, “sinais descontraídos que geram desconfiança”. Para algumas, quero dar nome, não aos bois, neste caso, mas aos pássaros, Senador Luiz Otávio, Presidente desta sessão.

Em uma manchete do jornal **O Globo**, José Serra disse: “O Governo do PT está à direita do PSDB”. Forte essa afirmativa. Posteriormente, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou: “O Governo está meio descontraído”.

O Senador Aloizio Mercadante já teve a oportunidade de comprovar o que disse Fernando Henrique: “Esqueçam o que escrevi”. E parece que determinadas falas querem fazer com que esqueçamos que eles governaram – e não o fizeram por pouco tempo. O PFL governou mais, porém o pessoal do PSDB governou o suficiente para não esquecermos tudo o que fizeram, principalmente ao longo dos oito anos em que o Sr. Fernando Henrique esteve à frente do Governo do Brasil. Não é possível esquecer que a dívida pública brasileira, que era de R\$64 bilhões em 1994, pulou para

R\$670 bilhões. Disso não nos farão esquecer nunca. Cresceu de 30% para quase 60% do PIB. Quando nos entregaram a dívida, 40% dela estava dolarizada, ou seja, o nosso País estava absolutamente à mercê de qualquer tumulto. Qualquer fragilização no sistema financeiro internacional teria repercussão imediata no endividamento brasileiro. E nos entregaram a dívida concentrada em uma rolagem de muito curto prazo; ou seja, entregaram-nos R\$670 bilhões de dívida pública, e, desse montante, R\$230 bilhões, mais de um terço, venciam em menos de doze meses. Em um ano, o Governo Lula baixou isso para menos de R\$160 bilhões, e hoje está bem menor ainda.

Não dá para esquecer que a carga tributária pulou de 26% para 36% do PIB ao longo dos oito anos do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Além disso, seu Governo vendeu, ou melhor, praticamente doou 76% do patrimônio público! Durante o Governo Fernando Henrique, houve o quarto pior crescimento médio da história dos presidentes brasileiros.

Então, não tem sentido ficar fazendo gorjeios, falas e declarações, como se não tivéssemos memória, como se não nos lembrássemos dos fatos, até porque trata-se de memória recente, faz bem pouco tempo, não dá para esquecer tão rapidamente.

Tenho outros dados aqui. A média dos juros foi de 25% durante a era Fernando Henrique. Houve juros até de 45%, segundo a taxa Selic. E os juros reais hoje estão em 9%, a menor taxa dos últimos dez anos, portanto, a menor taxa desde a época Fernando Henrique.

Vou citar mais uma dessas declarações ou desses gorjeios, como os chamei no início da minha fala, novamente do Sr. Fernando Henrique: “Não há herança maldita. Se fosse maldita, estariam mudando tudo. E não estão mudando nada”.

Baseei-me em duas matérias que me chegaram às mãos: uma delas uma reflexão muito interessante do cientista político e professor da Universidade Federal de Minas Gerais Professor Juarez Guimarães; e dois artigos do jornalista Marco Aurélio Weissheimer, da Agência Carta Maior, que vêm exatamente na linha da pergunta e do questionamento do “nada mudou”.

É interessante! Se nada mudou, estão reclamando do quê, se tudo está como estavam fazendo ao longo de oito anos? Os fundamentos da política macroeconômica têm sido mantidos, sim, e o Lula não escondeu isso durante a eleição, não descumpriu o que falou: “Vamos manter a estabilidade econômica, o combate à inflação, o superávit primário e daremos credibilidade para o investimento em nosso País”.

O Lula usava uma frase bem clara e concreta quando falava de política econômica: “Não se dá cavalo de pau em transatlântico”. As mudanças na política econômica serão feitas de forma tranqüila, serena, para que a estabilidade, a continuidade e principalmente a garantia de um desenvolvimento com segurança pos-

sam se dar. Temos tido implementação de políticas estratégicas que dizem respeito à concepção de Estado que são radicalmente diferentes da era Fernando Henrique Cardoso. Água e vinho! A concepção de Estado do Governo Fernando Henrique e dos seus aliados não tem nada a ver com a concepção de Estado que temos buscado implementar no nosso País. Há uma diferença fundamental – que não tem como ser escamoteada – no papel do Estado, para que o Estado serve, a quem serve, qual é o seu tamanho, a sua ação e atuação. Talvez até os que criticam, dizendo que nada mudou, fiquem muito enfurecidos, porque é exatamente nessa visão estratégica de papel do Estado que temos as mudanças fundamentais que estão em andamento e que já estão produzindo reflexos no cotidiano das pessoas.

Quando Fernando Henrique critica o projeto de desenvolvimento que o Governo Lula vem implementando, onde as diferenças ficam claras, ficam óbvias, ele está criticando a idéia de que a saída da crise atual passa pela implementação de um projeto nacional de desenvolvimento. É isto que eles não faziam, não queriam e não admitem que estamos construindo: este projeto nacional de desenvolvimento, com o Estado tendo um papel indutor, protagonista de um novo ciclo de crescimento.

Para Fernando Henrique e a sua turma, isso é um atraso! Para eles, o certo era o Estado mínimo, o mercado regular tudo, privatizar era o caminho do crescimento, abrir o mercado colocaria o Brasil em posição privilegiada no mundo globalizado. Assim fizeram, e deu no que deu. Mas temos que prestar muita atenção nas críticas, porque se o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estivesse sendo o terceiro tempo de Fernando Henrique Cardoso, como querem dizer, já que alegam que nada mudou, as críticas não teriam sentido algum.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Um minuto, Senador Roberto Saturnino. Não vou levantar nem 45 nem 25 diferenças, mas apenas 13, que é um número muito grato para o PT. E antes de dar início às 13 diferenças na concepção e ação do Estado por intermédio do Governo Lula, gostaria de ouvir o Senador Ramez Tebet e, em seguida, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Ideli Salvatti, em primeiro lugar, louvo o esforço de V. Ex^a como Líder do PT nesta Casa. Em segundo lugar, manifesto minha opinião sincera. Posso estar enganado, mas ando por aí e ouço as pessoas dizerem que o fato de ficar falando no passado, se está igual ou não, deixa a população perplexa. Observe: V. Ex^a acaba de sustentar, fala novamente em herança maldita. Como é que o povo compreende isso, se na terra do Senador Antonio Carlos Magalhães, a Bahia, reunida a elite do empresariado brasileiro, o Ministro da Fazenda se congratula

com o ex-Presidente da República, e ambos manifestam a mesma opinião sobre a política econômica do Governo. Quer dizer, uma hora afaga e outra hora critica. Isso causa uma certa perplexidade. Penso que deveríamos caminhar para frente. Esta é a minha opinião sincera. O Governo, aliás, precisa disto: ter uniformidade nas suas ações, a fim de ter credibilidade, porque a pessoas estão assustadas com o que vêem. As pessoas ouvem as críticas e elogios ao mesmo tempo. É, pois, uma situação que causa perplexidade para a opinião pública. Isso, todavia, não tira o brilho da explanação de V. Ex^a. O que o povo diz nas ruas é o seguinte: havia invasão de propriedade, hoje continua havendo – é isso o que o povo fala. No Governo passado havia indecisão ao estabelecer o limite do salário mínimo, qual seria o aumento do salário mínimo, da mesma forma chegava-se perto de 1º de maio e ainda não havia o índice do salário mínimo. Creio, assim, que o Brasil deve estabelecer uma agenda positiva. É isso que estamos precisando, pois não construímos fazendo esse tipo de comparações, a não ser que elas sejam feitas para valer – não é o caso de V. Ex^a, mas daqueles que estão no Governo, e acabei de citar o exemplo da Bahia. No Hotel Comandatuba reúnem-se todos os empresários, o ex-Presidente Fernando Henrique é palestrante; no mesmo instante, o Ministro da Fazenda também profere a sua conferência. Ambos se congratulam, ambos dizem que a política econômica está no mesmo caminho, apenas um diz que está faltando desenvolvimento, faltando um projeto. Portanto, pedi um aparte para dizer que, na minha opinião – e não é para dar razão a ninguém –, precisamos enfrentar problemas daqui para frente. Não podemos deixar o povo em perplexidade, com indagações que teriam sentido se não houvesse o mesmo afago, o mesmo gorjeio, como V. Ex^a acabou de dizer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço Senador Ramez Tebet. Como vou expor 13 diferenças sobre a concepção e ação do Estado, talvez uma coisa importante a acrescentar é que o ex-Presidente Fernando Henrique só cobrou R\$50 mil para fazer a palestra, e o Ministro Palocci fê-la de graça.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Isso é pessoal, Senadora Ideli Salvatti. Quem pagou ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para que ele fizesse a palestra foram os empresários.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, quero cumprimentá-la e corroborar no que está dizendo, porque ouço falar muito que o Governo Lula continua praticando o neoliberalismo. Neoliberalismo não se caracteriza por política monetária ou fiscal, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – O que o caracteriza é a retirada do Estado de todo o processo econômico, é aquela visão segundo a qual qualquer

ação do Estado atrapalha o desenvolvimento. E este deve florescer sob a égide das decisões do mercado puramente. E é isso que mudou. E é importantíssimo que tenha mudado. A visão do desenvolvimento é esta: é a que dá ao Estado a responsabilidade pela promoção, pelo planejamento de longo prazo, pela execução do plano, e pela intervenção, sempre que necessária, com fins de desenvolvimento. A ação da Petrobras, a ação do BNDES, que voltou a ser um banco de desenvolvimento, a criação das políticas industriais, enfim, tudo isso caracteriza uma mudança muito grande, que só aquele cego que não quer ver fica dizendo que está tudo igual, que não mudou nada. Mas vai mudar muito mais ainda, porque o próprio FMI vai reconhecer que o Presidente Lula tinha razão, foi quem pleiteou isso, com muita insistência, com muita inteligência, junto aos organismos internacionais, e vai mudar o critério de apuração do superávit, permitindo que investimentos públicos, infra-estrutura e em estatais não seja considerado como gastos. Isso é uma coisa importantíssima e fundamental para o destino do País. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Roberto Saturnino, vamos ver se consigo vencer as 13 diferenças.

A primeira é a questão do combate à fome. Essa é uma questão estratégica, uma questão política, e é muito maior do que uma mera questão de Estado. É uma questão de Nação. E o Governo Lula colocou essa questão no centro para que a sociedade tenha a responsabilidade social de eliminar essa chaga social. É claro que isso exige ação governamental, parcerias, e elas vêm sendo realizadas. A unificação dos programas de transferência de renda, com a sua ampliação, inclusive, do valor. É uma verdadeira revolução. Hoje, mais de três milhões de brasileiros estão sendo atendidos pela transferência de renda, sendo que um terço deles já está recebendo um valor maior. Em 2002, houve R\$2,3 bilhões de transferências para as famílias de menor renda. Em 2003, essa cifra pulou para R\$3,4 bilhões e, este ano, serão R\$5,7 bilhões. Portanto, em dois anos, vamos mais que dobrar a transferência de renda. Até 2006, a previsão é a de que 40 milhões de brasileiros tenham suplementação de renda por meio de um dos maiores programas de transferência de renda do Planeta.

O segundo ponto de uma concepção diferente de Estado é uma política externa soberana, pró-ativa, articulada com a retomada do Mercosul e a centralidade na política de fortalecimento do nosso bloco econômico como forma de negociar com os demais, redefinindo toda a agenda de negociação com a Alca, de aproximação com a União Européia e com potências regionais como China, Índia, Rússia e África do Sul, criando-se, assim, foros alternativos de intervenção na OMC, no G-7, enfatizando na agenda mundial o combate à pobreza, a busca da paz, a

redução das desigualdades regionais e a defesa do multilateralismo.

A notícia de hoje, a que se referiu o Senador Roberto Saturnino, é que o Fundo Monetário Internacional aceita testar a proposta, capitaneada pelo Presidente Lula, de que sejam retirados do superávit primário os investimentos com infra-estrutura. É algo revolucionário para todos os países em desenvolvimento. A mudança será significativa e importantíssima, e só pode ser adotada por um país que tem uma concepção de Estado soberano, altivo e que negocia em pé de igualdade com os demais países. Não foi adotada antes, porque a postura de quem governava o Brasil era de submissão.

A terceira diferença é a política industrial, já citada também pelo Senador Roberto Saturnino. Abertura de linhas de crédito especiais para setores estratégicos e produtores de conhecimento e tecnologia. Há quanto tempo o Brasil não tinha esse tipo de proposta? Quatro setores foram escolhidos – fármacos e medicamentos, semicondutores, *softwares* e bens de capital –, demonstrando a linha da política industrial de forma clara, transparente, deixando muito visível para todos que investem no País em que áreas o Brasil jogará suas cartas. O governo anterior acreditava que o desenvolvimento das indústrias deveria ficar nas mãos do mercado: seja lá o que Deus quiser e o mercado determinar.

A quarta diferença são as mudanças no papel do BNDES, Senador Roberto Saturnino. De novo! Fim do viés privatizante do banco. O maior banco de fomento brasileiro volta a funcionar como agente de desenvolvimento, por meio de linhas especiais. Os créditos disponibilizados pelo BNDES em 2003 e 2004 são a prova da ação de Estado no fomento do desenvolvimento.

O quinto item é a nova regulamentação do setor elétrico, fundamental para a retomada do crescimento. Sem energia não há possibilidade de crescimento sustentável. O sucateamento do setor elétrico, feito no Governo anterior, precisa ser superado, e os investimentos só virão com o marco regulatório – definido, votado e aprovado por este Congresso –, que dá segurança às aplicações.

A sexta diferença é a criação do Ministério das Cidades, que tem como escopo a reorganização do investimento público em saneamento e habitação popular – duas áreas fundamentais para a qualidade de vida do povo brasileiro, absolutamente abandonado pelo Governo anterior. O Estado brasileiro largou mão disso durante décadas, não investindo nesses setores. Estamos com os piores índices de habitação e saneamento. Ou o Estado investe nessas áreas, articula o investimento, estabelece parcerias, ou elas não existirão em termos de estruturação de nenhum país.

Em 2003, todo o recurso...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, vou concluir. Ainda faltam alguns pontos.

Em 2003, todo o recurso da Caixa Econômica Federal foi disponibilizado. Os contratos foram feitos pela primeira vez. Há muitos anos, não ocorria de todo o recurso disponível na Caixa Econômica ser utilizado para saneamento.

A sétima diferença é a implementação do Programa Nacional de reforma agrária, com crédito. Os recursos para o Pronaf saltaram de R\$2,4 bilhões, em 2002, para R\$5,4 bilhões, para a safra 2003/2004. Resalte-se, ainda, a assessoria técnica, com a retomada dos programas de extensão rural e assistência técnica, o seguro-safra evoluindo para o seguro-agrícola. Não é possível fazer reforma agrária sem dar condição de crédito, assistência técnica e extensão rural. Tem que assentar, dar condições de produção e garantir a compra dos produtos, como está estabelecido desde o ano passado. A agricultura familiar tem a garantia da compra, que vem sendo implementada, para o abastecimento e estoque.

Oitavo item: “desmontar o desmonte” do Estado. Essa é a diferença que vem sendo implementada na reversão da terceirização dos serviços públicos, na contratação de massa de novos funcionários públicos e na realização de concursos, como há muito não se fazia. O INSS está há 18 anos sem concurso. Nas universidades, fez-se concurso e se contratou em um ano mais do que nos últimos quatro anos do Governo Fernando Henrique. Neste ano, teremos reajuste acima da inflação para vários segmentos e temos uma mesa permanente de negociação com o funcionalismo.

A nona diferença é a redefinição da política dos fundos de pensão, para que eles possam investir em infra-estrutura e sair da lógica especulativa, para que passem a sócios do desenvolvimento, ampliando a oferta de recursos para investimento, cada vez mais escassos não só no Brasil como no resto do mundo, para que possamos depender cada vez menos de investimentos externos.

O décimo item é a reformulação das agências reguladoras, com o Estado retomando as funções estratégicas, como no caso das concessões, com maior transparência em seu funcionamento e com controle e participação da sociedade.

A décima primeira diferença é a política de crédito. Ação dos bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – na inclusão bancária, abertura de microcrédito, Conta Fácil e Banco Popular, do Banco do Brasil.

A décima segunda diferença é o enfrentamento do papel estratégico do ensino superior, que andou livre, leve e solto no Governo anterior. Priorizar a reforma democrática da universidade, com a inclusão social e o seu fortalecimento. Duplicação das vagas nas universidades públicas até 2007 e nova regulamentação das universidades privadas.

E, por fim, a décima terceira diferença são as parcerias políticas, econômicas e sociais. O Governo Lula institucionalizou as parcerias por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no qual os setores produtivos e a sociedade civil organizada têm assento, opinando, contribuindo e participando.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Presidente Lula estabeleceu parcerias com os demais entes da Federação e realizou reunião com os Governadores, que hoje inclusive estão em Brasília. Tomaram gosto, sabem que têm canal para negociação e ação conjunta entre União, Estados e Municípios. Também com os prefeitos o Governo Lula mantém um fórum articulado permanente.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Essas são as treze diferenças, Presidente José Sarney. No papel, visão, ação e atuação do Estado sob o comando do Governo Lula.

Essas são as diferenças que aqueles que apostaram em Estado mínimo, no mercado, nas privatizações, no desmonte da máquina pública não podem admitir e, portanto, criticam, gorjeiam, falam. Mas não podemos nos calar frente às mudanças que entendemos fundamentais, estratégicas, para a atuação de qualquer governo que queira criar as condições efetivas de desenvolvimento sustentável, com base em um projeto nacional que fortaleça o Brasil e os interesses brasileiros.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada e perdão, Sr. Presidente, por ter ultrapassado o meu tempo, que foi consumido grandemente pelos apartes.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

SENADORA IDELI SALUATTI



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O GLOBO	23	Abril/04	O País	A	88

O governo está meio desencontrado, diz FH

'O caso Waldomiro minou a aura de que o PT não tem mácula'

• SAG PAULO. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o governo Lula "está desencontrado" e que não existe a tão falada "herança maldita", já que o PT nada mudou no poder.

— Uma (característica) negativa (do governo Lula) é emitir sinais trocados. Ao mesmo tempo que faz isso (a responsabilidade na gerência da situação econômica brasileira, que citou como ponto positivo), faz o contrário. Aumenta mais a taxa de juros no BNDES para os estrangeiros do que para os nacionais. O governo parece que está meio desencontrado dentro dele próprio. Porque eles não estão fazendo muito com convicção. A pregação de 20 anos era outra. A cúpula entendeu, mas a base não. Então tem ministro que não concorda, tem militante que não concorda, tem deputado que não concorda — disse Fernando Henrique em entrevista ao jornalista João Dória Jr. que vai ao ar neste domingo na Rede TV!

Fernando Henrique disse acreditar que essa confusão no PT gera desconfiança na economia.

— Não é a política financeira e monetária que me parece o que tenha produzido preocupação. A crítica, a meu ver, é que se o mundo está favorável, temos que criar condições favoráveis ao investimento; é confiança. O problema não é do setor financeiro nem do Ministério da Fazenda. É o conjunto do governo que gera sinais desencontrados e que gera desconfiança.

O ex-presidente criticou a forma como Lula obteve ampla maioria no Congresso.

— Não entendi por que foi feita uma aliança tão grande no Congresso. Eu fiz. Mas por que eu fiz? Porque eu queria mudar a Constituição. Mudei mais de 20 vezes. Foi um processo difícil. Agora, quando o governo do presidente Lula quis mudar, votamos a favor. Ele não precisa de tantos aliados que custam tão caro. Acho que fez uma aliança grande e não vejo a utilidade dela.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, o PT está partidariando a máqui-

na do governo.

— O governo está substituindo quadros técnicos por quadros partidários. Até mesmo em setores que eu acho que não se deveria, como nos setores mais econômicos. E isso tem efeito de longo prazo. Diminui a eficiência da máquina administrativa.

Sobre as críticas de Lula de que recebeu uma "herança maldita", Fernando Henrique disse não entender por que Lula fez um leque de alianças tão amplo, a um custo muito grande e afirmou que o caso Waldomiro Diniz, o ex-assessor do Palácio do Planalto flagrado pedindo propinas para o financiamento de campanhas em 2002, "minou" o PT.

— O caso Waldomiro minou a aura de que o PT não tem mácula. O que minou foi a sensação que passou de que estão querendo esconder. Não quiseram a CPI. No meu governo foram realizadas várias CPIs. O que ficou mal foi a idéia de que não pode chamar um ministro ao Senado. Passa a sensação que quer esconder algo. Não deixaram investigar. Os mais responsáveis não foram ouvidos. Cadê a democracia?

O ex-presidente rebate a crítica do PT de que o governo herdou uma herança maldita.

— Não tem herança maldita. Se fosse maldita estariam mudando tudo. Não estão mudando nada — disse Fernando Henrique.

Sobre a possibilidade de se candidatar novamente à Presidência da República, Fernando Henrique disse:

— Não acho que seja o caso. Não pense que estou fugindo desta idéia. Por que não estou dizendo não ou sim? Porque acho que em política nessas questões você é pego pelo pé depois. Com isso não posso dizer que vá acontecer algo que me leve a aceitar. Não acho que seria bom nem para mim nem para o país porque para eu aceitar é porque está muito compli-

cada a situação e não tem outro. Não quero a crise para o Brasil. Não creio que se vá criar condições que me levem a refletir se aceito ou não aceito. Acho que não é normal que eu vá de novo me candidatar. Não é normal um terceiro mandato. É boa a renovação. Faz parte do processo democrático. Não cogito um terceiro mandato.

Para ele, o PSDB tem outros bons candidatos para suceder Lula na presidência.

— Acho muito bom que o partido (PSDB) tenha quatro bons candidatos (José Serra, Tasso Jereissati, Aécio Neves e Geraldo Alckmin). Mostra a força do PSDB. Qual

dos quatro será o candidato não vai depender de mim, mas do que aconteça nos próximos dois anos. Temos que ter espírito aberto. O que somar mais vou apoiar.

Fernando Henrique Cardoso explicou que, apesar das críticas que ambos os lados fazem, não há agressões pessoais.

— Nossa relação pessoal é boa. Fomos competidores diretos duas vezes e nunca nos agredimos pessoalmente. Não é o estilo dele. Nem o meu.

O ex-presidente comentou até mesmo suas relações com seu antecessor, Itamar Franco, que não foram boas durante os oito anos em que esteve no governo. Para Fernando Henrique, Itamar era uma pessoa difícil de se tratar.

— Fui colega do Itamar no Senado. Ele era difícil. Tinha posições muito próprias. Foi a vida inteira assim. Ele me fez ministro da Fazenda. Devo muito a ele. Depois ele virou governador e ficou muito irritado porque queria ser candidato a presidente, mas o PMDB me apoiou. Nunca respondi porque o respeito. Ele é muito peculiar. Não é um homem de partido. É isolado. O Itamar tem méritos. Se não tivesse criado espaço eu não teria avançado. O Itamar é uma pessoa simples. Não gosta dos ornamentos do poder. Tem um lado popular que não é falso. É autêntico.

"O problema não é do setor financeiro. É o conjunto do governo que gera sinais desencontrados"

"Não tem herança maldita. Se fosse maldita estariam mudando tudo. Não estão mudando nada"

O PAÍS

Rio, 20 de abril de 2004

Versão impressa

Serra: o governo do PT está à direita do PSDB

Flávio Freire

SÃO PAULO. Ao endossar críticas de líderes tucanos sobre a política educacional do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente nacional do PSDB, José Serra, afirmou ontem em seminário do Instituto Teotônio Vilela — que pertence ao partido — que as ações do atual governo jogam o PT "à direita do PSDB" e representam estagnação e retrocesso para o sistema público de ensino. Embora tenha afirmado que seminário algum resolve problemas da educação, Serra pontuou seu discurso no encontro com críticas ao governo e sugestões para melhorar o ensino público.

— Hoje, o governo do PT está à direita do PSDB, e não é só na política econômica, mas na área social. Eles sempre tiveram um programa de esquerda para o Brasil bastante popular, ambicioso e irrealista. Convenceram a população de que seria viável e quando ganharam as eleições o deixaram de lado e ficaram sem programa nenhum. Ao ficar à deriva, acabam fazendo uma política econômica, financeira e social à direita. Isso não tem nada de popular ou de esquerda — disse Serra.

Ao comentar recentes declarações de Lula contra o sistema de progressão continuada, método adotado nos governos tucanos de São Paulo e Minas Gerais e originalmente proposto em administrações petistas, Serra atribuiu a crítica do presidente basicamente a uma estratégia eleitoral.

— Em vez de planos, esse governo só tem idéias soltas e com propósito de marketing eleitoral. O pior é que nem dá para criticar um plano de educação do PT porque não há plano — disse Serra

Serra também atacou o PT como alvo preferencial:

— O PT tem no seu DNA impresso que o Brasil apenas melhora com a ruptura. Como eles deixaram de lado a ruptura, agora não sabem fazer a mudança.

A socióloga Ruth Cardoso, ex-primeira-dama, disse que as iniciativas do governo petista não indicam uma melhora do ensino público. Segundo ela, propostas como aplicar exames por amostragem no primeiro ano do ensino universitário são inadequadas.

— Não se pode pensar em qualidade de ensino sem antes pensar na garantia dessa qualidade, que precisa ser diversificada — disse dona Ruth, para quem o maior gargalo do setor é o número restrito de vagas na universidade pública.

Sobre a reserva de cotas para ingresso de alunos em universidades públicas, dona Ruth foi enfática:

— As pessoas devem entrar na faculdade por mérito, e não por seleção social — disse.

LEIA MAIS**Genoíno reage a Serra**

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço a compreensão da oradora, porque a Mesa tem que cumprir o Regimento. Os oradores têm pedido à Mesa que se comporte da mesma maneira com relação a todos, e isso extrapola todo o nosso tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao ouvir a Líder Ideli Salvatti falar em pássaros e gorjeios, lembrei-me de Gonçalves Dias: “As aves, que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá”.

Realmente, as aves que hoje gorjeiam não gorjeiam como as que ontem gorjeavam. Não sou muito ligado a gorjeios, mas creio que devo, logo a seguir, expor uma visão oposta àquela que tem a Líder do PT nesta Casa.

Antes, porém, gostaria de abordar uma questão que nos preocupa sobremaneira, não apenas porque represento o Paraná, Estado limítrofe ao Paraguai, mas sobretudo porque integramos o Mercosul. Sem dúvida, preocupa-nos a possibilidade de ver a imagem do Mercosul comprometida por um escândalo sem precedentes que explode no país vizinho: o anúncio de uma conspiração macabra que pode realmente abalar a imagem do Mercosul.

Temos que considerar que a iniciativa de maior envergadura diplomática do Brasil no final do século XX está consubstanciada nos compromissos assumidos pelos Estados-Partes no Tratado de Assunção, que constituiu o Mercosul. E, por coincidência, preside esta sessão o Presidente José Sarney, que foi peça fundamental ao priorizar a política latino-americana e estimular de forma eficiente as tratativas que levaram ao surgimento do Mercosul.

Nós estamos agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante de revelações sobre uma suposta e gigantesca farsa envolvendo o assassinato do então Vice-Presidente da República Luis Argaña, em 1999, vítima de uma emboscada nas ruas de Assunção, que, ao que tudo indica, não passou de uma grotesca farsa que envolveria o atual Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte, à época dirigente do Partido Colorado e alçado, logo a seguir, ao cargo de Ministro da Educação daquele país. Há, sim, uma farsa. Agora, com as conclusões de investigações realizadas e o trabalho de legistas brasileiros e argentinos, atesta-se que o

Vice-Presidente Luis Argaña já estava morto quando teria recebido os tiros.

Portanto, esse fato atesta que houve monumental farsa até hoje a ser desvendada e, certamente, com irrecuperáveis prejuízos à imagem do país vizinho, consubstanciando uma tremenda injustiça que alcança sobretudo o General Lino Oviedo.

A nossa preocupação, repito, transcende ao fato de eu representar o Estado do Paraná, limítrofe com o Paraguai. É uma preocupação que tem dimensão regional, sim, mas também internacional; e é claro uma preocupação com possíveis conseqüências nefastas desse rocambolesco episódio. A morte de Argaña tumultuou o cenário político do Paraguai, recaiu e teve como principais suspeitos, à época, o Presidente Raúl Cubas e o General Lino Oviedo. Certamente, ao se desvendar a farsa, concluir-se-á que eles foram vítimas de tremenda injustiça.

É claro que respeitamos o princípio constitucional da não ingerência em assuntos dessa natureza. Mas creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que cabe, sim, uma análise por parte da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. É possível cobrar ou sugerir, melhor dizendo, à Comissão de Relações Exteriores uma participação ativa nesse episódio. E certamente o Senador Eduardo Suplicy, que tem tido uma atuação eficiente à frente dessa Comissão, não se negará a tratar deste assunto, quem sabe até convocando, para uma audiência pública na Comissão, o assessor internacional de Lula, Professor Marco Aurélio Garcia. Quem sabe a Comissão de Relações Exteriores não sugere uma denúncia formal à Organização dos Estados Americanos, para que seja feita uma investigação particular em Assunção, já que a OEA está preocupada com o aperfeiçoamento das instituições políticas na América Latina?

Parece-me, portanto, que este assunto merece a atenção do Senado Federal, especialmente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque, como disse no início, há uma preocupação que não pode, de forma alguma, ser relegada a segundo plano: a de que possa esse episódio, esse grande escândalo abalar a imagem do Mercosul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, louvo o esforço da Senadora Líder do PT, nesta Casa, em defender o Governo. Afinal, os argumentos para a defesa estão cada vez mais escassos, diante da paralisia que se abateu sobre o Poder Executivo, da falta de imaginação e criatividade, da ausência de capacidade de gerenciamento, com a consagração da incompetência administrativa e sobretudo com a proclamação de um fisiologismo sem precedentes na história da Administração Pública brasileira, ao lado da ausência

da autoridade que faz com que prevaleça, em alguns setores da vida nacional, a lei da selva, como ocorre hoje nos campos brasileiros. Tudo isso realmente exige um esforço descomunal de quem quer, aqui no Senado Federal, propor a defesa do Governo, como se fosse um Governo de mudança, progressista, reformador e transformador da realidade nacional.

Creio que devemos agradecer à Senadora pela generosidade. S. Ex^a apontou treze mudanças apenas. Eu, certamente, teria condições de sinalizar, indicando um número superior de mudanças havidas com o Governo Lula, embora, desgraçadamente, mudanças para pior. Quando lideranças políticas do meu partido proclamam que não há mudanças, referem-se a mudanças a favor do avanço, da modernização do País, do desenvolvimento econômico e social, para pôr fim às injustiças sociais flagrantes que atormentam a sociedade brasileira. A ausência de mudanças se dá no cenário daquilo que é positivo.

Quando vejo o entusiasmo da Senadora, relatando avanços que a população não vê, fico surpreso e imagino até estar vivendo em um outro mundo. Imagino até estar vivendo no mundo da realidade, enquanto a Senadora vive no mundo da utopia.

Não podemos concordar que seja mudança para melhor o desempenho da economia brasileira no ano passado, comparável apenas ao ano do *impeachment* do Presidente Fernando Collor, o pior desempenho histórico da nossa economia. Não posso entender como mudança a ser aplaudida o crescimento assustador do desemprego no País, que bate recordes após recordes no atual Governo; ou a queda da renda, a queda do PIB ou a queda do desempenho na construção civil, que provoca desemprego. Não podemos entender como mudança a ser comemorada o aumento assustador da violência na cidade, no campo; da desordem que se institucionaliza, do desrespeito à lei e da afronta à Constituição. Quem sabe se a afronta à Constituição é aceita com tamanha passividade porque o PT, após a Constituinte, se recusou a subscrever a nova Constituição do País, alegando ser contra o sistema? Seria essa a razão direta da omissão governamental em relação às consecutivas afrontas à Constituição do País? Seria essa também a razão a levar o Governo – ele próprio – a afrontar a Constituição, como o faz agora, não apenas afrontando o Congresso Nacional e voltando as costas para a aspiração da população brasileira de ver investigada a corrupção denunciada, mas desrespeitando a Carta Magna ao impedir que a Minoria possa consagrar o direito de investigar o Governo por meio da instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito?

Não podemos admitir que a retórica possa convencer sem a consistência dos fatos e dos números que atestam a incompetência do Governo e o retrocesso que estamos vivendo em nosso País. O Governo obteve, em março, um superávit recorde, com um arrocho fiscal sem precedentes na nossa história. E qual é a conseqüência disso? A população é beneficiada? O trabalhador brasileiro, sobretudo, excluído dos frutos do progresso econômico, recebe benefícios com essa comemoração de arrocho recorde na história do nosso País? Obviamente, não! E como se obtém esse superávit recorde? Apenas 1,17% dos investimentos autorizados no ano pela lei orçamentária haviam sido pagos até o dia 08 de abril do corrente, segundo dados do Siafi – repito: apenas 1,17% dos investimentos autorizados.

Este Governo tem demonstrado incompetência para aplicar os recursos provisionados no Orçamento. Ele não consegue aplicar nem mesmo os recursos disponíveis, e são escassos, são limitados, porque se esgotou a capacidade de investir no Estado brasileiro. Apesar disso, mesmo os escassos recursos disponíveis não são aplicados pelo Governo.

Não fosse o deplorável pagamento, Senador Papaléo Paes, da primeira prestação do avião presidencial, não teríamos alcançado cem milhões de investimentos até a data do último levantamento disponível. A primeira prestação do avião do Presidente Lula custou 47 milhões, pagos em fevereiro; portanto, praticamente a metade do total dos investimentos realizados nesse período. Isso é o que clama, isso é o que convoca as Lideranças governamentais à responsabilidade. Como se pode admitir que apenas uma prestação do luxuoso avião presidencial, que debocha da pobreza nacional, corresponda à metade dos investimentos realizados pelo Governo? E ainda é possível gorjear daquela tribuna que estamos assistindo a uma grande mudança no País, ao espetáculo da mudança!

Sinceramente, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, fica difícil aceitar, em nome da sociedade brasileira, a proclamação desses feitos invisíveis ou desses fatos fictícios que são levados à tribuna pela Base de apoio ao Governo, na esperança de convencer a opinião pública brasileira.

As áreas que mais contribuíram para esse superávit fiscal são de grande importância; foram as áreas onde o Governo investiu menos: saneamento, habitação, desporto e lazer, organização agrária e transportes.

Ouvi daquela tribuna ecoar a voz proclamando os feitos do atual Governo em matéria de reforma agrária. É difícil aceitar isso porque o que se fez em matéria de reforma agrária até este momento é deplorável! Co-

memorar os feitos do Governo em matéria de reforma agrária é comemorar o deplorável.

Essa é a razão desse inconformismo, dessa rebeldia e dessa anarquia que se estabelece no campo do Brasil, com um recorde de invasões afrontando a legislação, semeando a insegurança e comprometendo o nosso processo de desenvolvimento.

A Senadora Serys mencionou a malha rodoviária mais uma vez. O Governo investiu apenas 0,01% do que estava provisionado para investimentos no setor rodoviário. O valor era de R\$938 milhões previstos no Orçamento; só 36 mil foram gastos até abril. Isso é também um deboche em matéria de administração correta dos recursos públicos.

Em relação aos assentamentos, ouvimos: “Agora, há vontade política; vai-se fazer a grande reforma agrária”, proclamada nos quatro cantos do País. Aqui está: “Apenas 0,1% do total autorizado para o ano foi investido em assentamentos de trabalhadores rurais”. Apenas 44 mil, ou seja, 0,1% do total autorizado para o ano.

A paralisia é total. O Sistema Único de Segurança Pública, que deveria investir R\$162 milhões durante o ano, só havia recebido 0,30% das verbas autorizadas pelo Orçamento. E a violência campeia, a violência explode na área rural, na área urbana; a violência do narcotráfico, a violência que lamentavelmente compromete as belezas do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a realidade que leva o País à desesperança.

Os cortes determinados pelo Presidente Lula em fevereiro reduziram os investimentos públicos, em 2004, de 12,2 bilhões para 9,2 bilhões. Portanto, na proporcionalidade do que se investiu até aqui, não teremos os anunciados 12,2 bilhões até o final do ano, mas apenas 9,2 bilhões. Segundo o Ministério do Planejamento, menos de 20% do total de gastos previstos neste período foram realizados. É evidente que não sabemos de onde virão os recursos para a retomada do crescimento econômico com a manutenção dessa política perversa de arrocho fiscal.

Ainda antes de encerrar – faltam dois minutos –, falarei a respeito da reforma agrária.

O objetivo do Governo é assentar 115 mil famílias, sendo que 75 mil em terras desapropriadas. Até o momento, as áreas desapropriadas são suficientes para acomodar 6.130 famílias; ou seja, 5% da meta. Como o Governo vai alcançar essa meta? Vamos continuar ouvindo discursos? Vamos esperar que as orações do Presidente sejam suficientes para resolver os problemas do País?

Sr. Presidente, creio que não há força sobrenatural capaz de socorrer o Presidente da República se Sua

Excelência não ousar determinar uma mudança radical na estrutura pública que constituiu fisiologicamente, a fim de impor competência, eficiência e transformar a realidade de hoje.

Antes de concluir, Sr. Presidente, quero dar como lido o pronunciamento que trouxe escrito a respeito do lançamento de um livro, hoje, pelo jornalista Vanderlei Rebelo, intitulado **Ney Braga, a Política como Arte**. É a primeira obra a resgatar a história da vida de um dos mais importantes homens públicos do meu Estado, o Paraná, e deste País.

Insuspeito para homenageá-lo desta tribuna sou, porque fui seu adversário e contribuí, lamentavelmente, para o encerramento da sua carreira ao disputar com ele, em 1982, meu primeiro mandato de Senador e ao me eleger. Adversário histórico de Ney Braga, tornei-me seu amigo e passei a tê-lo não só como amigo, mas como eleitor ao final da sua existência. Um homem, portanto, que não guardava mágoas e ressentimentos, e que escreveu uma belíssima história, com uma trajetória política imbatível, constituindo-se, sem dúvida, no grande líder do século passado no Paraná, e o principal transformador da economia daquele Estado.

Sugiro a V. Ex^a, Sr. Presidente, se possível, que determine que esta Casa possa realizar publicação que registre historicamente a passagem de Ney Braga não só pelo Senado Federal, mas pela vida pública brasileira, como um dos nossos grandes líderes. Certamente, seria uma contribuição não apenas literária, mas uma contribuição exemplar à História política deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e peço a V. Ex^a que autorize a publicação desse pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desejo registrar, nos Anais desta Casa, acontecimento da maior importância ocorrido no dia de hoje (26/04) na Assembléia Legislativa do meu Estado, onde, em seu Espaço Cultural, foi lançado o livro do jornalista Vanderlei Rebelo, intitulado **Ney Braga a Política como Arte**. Trata-se Sr. Presidente, de obra que resgata a trajetória de vida de um dos mais importantes homens públicos do Paraná, que exerceu a política com elevado senso de servir ao Estado que o viu nascer e ao qual ele deu o melhor dos seus esforços, não sendo exagero afirmar que o processo de transformação que o Paraná experimentou, ao longo da segunda metade do século XX, em muito se deveu à obra de Ney Braga. Foi um período crucial para a história do meu Estado. Efetivamente, foi a partir da década de 1950 que o território paranaense, ao atra-

vessar ciclos de industrialização e urbanização, começa a se desvincular da monocultura do café, que por sua vez sucedeu ao extrativismo, particularmente da erva mate, para dar um novo e dinâmico rumo ao seu desenvolvimento econômico. Como, aliás, bem observa Vanderlei Rebelo, foi nos últimos 50 anos que o Paraná se integrou fisicamente e consolidou uma identidade própria, sepultando os devaneios separatistas que insuflavam regiões cujas populações se julgavam abandonadas pela Capital. É nesse contexto que se destaca a figura ímpar de Ney Aminthas de Barros Braga, que o povo na sua simplicidade reduziu para Ney Braga, personagem que participou ativamente dos eventos que levaram à modernização do Paraná. Nascido na cidade de Lapa, em 1917, Ney Braga vai exercer um papel de fundamental importância no desenvolvimento do Estado, graças à sua capacidade administrativa e ao seu notável tino político, capaz de detectar os momentos mais favoráveis para atuar em favor do seu Paraná. Foi graças a sua atuação como Prefeito de Curitiba, Deputado Federal, Governador por duas vezes, que o Estado criou toda uma infra-estrutura que desembocaria na pujança que hoje o caracteriza. Mas não apenas ao Paraná Ney dedicou esforços produtivos. Também ao Brasil se dedicou e, por duas vezes, foi Ministro. A primeira, na Pasta da Agricultura, quando colocou a serviço da Pátria a experiência haurida do Paraná, um Estado agrícola por excelência e, mais tarde, na Pasta da Educação, quando se revelou administrador exímio de um dos mais importantes setores da vida nacional, deixando obra meritória em ambos os Ministérios. Também a esta Casa, Ney dedicou-se com o ardor e a competência que marcaram sempre a sua trajetória política. Senador da República, Ney Braga teve passagem marcante por aqui. Portanto, ele construiu uma trajetória política que se confunde com a própria história mais recente do Paraná e do Brasil. Não há como deixar de concordar com o seu biógrafo quando afirma que a trajetória política de Ney Braga perpassa fases distintas da vida brasileira. Primeiro, sob o regime democrático (44/64) e, depois, sob o governo militar (64/84), para se fechar em novo ciclo de reabertura da democracia. Concordo também com a visão de que o seu primeiro governo no Paraná (61/65) é apontado como marco modernizador da economia do Estado, ao lançar as bases de sua infra-estrutura, especialmente em energia e transporte, promover o primeiro programa consistente de industrialização e nortear a ação administrativa pelo viés do planejamento estratégico. Homem de larga visão, Ney, já em sua época, repudiava o estatismo e criava agências e organismos, que impulsionaram o crescimento do Estado. Como se vê, um homem que foi além do seu tempo

e, por isso mesmo, merece a admiração e o respeito do povo do seu Estado e do povo brasileiro, aos quais serviu com denodo e dedicação. Por isso mesmo, o Senado Federal, onde ele teve assento com destacado papel, bem poderia publicar uma edição especial sobre a trajetória deste ilustre brasileiro. É a sugestão que deixo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores ao registrar o lançamento da biografia do importante homem público do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência defere a transcrição do pronunciamento de V. Ex^a, na íntegra, nos Anais desta Casa e, também, dos documentos da Senadora Ideli Salvatti.

Quanto à obra sobre o Senador Ney Braga, peço a V. Ex^a formalizar o requerimento, a fim de que tenhamos uma tramitação normal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado aprovou, no início de abril, a Medida Provisória nº 161, de 2004, sob a forma do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2004. Essa nova norma, que tem origem em um acordo com os Governadores, nas negociações que tornaram possível a aprovação da Reforma Tributária, vem também complementar a regulamentação da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, a Cide, criada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001. Pela nova lei, 25% dos recursos gerados por essa contribuição serão repassados aos Estados, para serem obrigatoriamente utilizados no financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. Há ainda a possibilidade, também fruto de acordo com os Governadores, de que esse percentual passe para 29%, a depender, no entanto, de uma futura emenda constitucional.

Esperemos, Sr. Presidente, que essa nova norma ajude a evitar os abusos que reiteradamente têm sido cometidos quanto ao uso dos recursos da Cide. Desde a sua criação, o objetivo fundamental dessa contribuição, aquela finalidade que justificava sua existência, era o financiamento da infra-estrutura de transporte. Há outras finalidades, mas essa era entendida como a principal. Tanto era assim que, em 2002, na Lei nº 10.636, tal como foi aprovada no Congresso e enviada para sanção presidencial, havia a previsão de que 75% dos recursos da Cide deveriam ser destinados aos transportes. O artigo que estabelecia isso, no entanto, foi vetado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, ouvida a equipe de transição do novo Governo, que se instalaria logo após. Isso permitiu que, ao longo de

2003, os recursos fossem usados para outras finalidades ou, simplesmente, fossem deixados de lado para compor o superávit primário.

Ao que parece, neste ano, as coisas não prometem ser muito diferentes. Neste início de ano, enquanto as nossas rodovias iam, literalmente, por água abaixo, castigadas pelo excesso de chuvas em várias regiões do País, o único buraco que a Cide ajudava a tapar ainda era o do déficit.

Esse ponto é especialmente importante, Sr. Presidente, e por isso gostaria de insistir um pouco mais sobre ele. Quero citar os dados colhidos diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira, o Siafi, pelo Deputado Distrital Augusto Carvalho e já divulgados por vários jornais. Segundo o Deputado, dos R\$18 bilhões já arrecadados com a Cide desde sua criação, em 2001, só foram efetivamente usados pouco mais de R\$7 bilhões. O restante serviu para fazer superávit primário. Considerando-se que uma boa parte dos R\$7 bilhões usados não foi destinada às finalidades previstas na criação da contribuição, o que temos é uma situação, para dizer o mínimo, de profunda hipocrisia: ao fundamentar-se a criação da Cide na finalidade, entre outras coisas, de garantir os investimentos na infra-estrutura de transportes, e ao desviarem-se seus recursos para outros fins, o que se fez foi, pura e simplesmente, uma enganação. Pediu-se dinheiro para se fazer uma coisa e acabou-se fazendo outra.

Esses desvios foram percebidos e, já no final de 2003, foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou que o Governo deve gastar os recursos da Cide apenas nas finalidades para as quais foi criada, ou seja, deve aplicá-los, obrigatoriamente, para subsidiar preços e transporte de combustíveis, financiar projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás e, notadamente, programas de infra-estrutura de transporte.

No entanto, Sr^s e Srs. Senadores, o mau uso dos recursos da Cide, infelizmente, continua. Segundo matéria publicada no jornal **O Globo** no final de março, baseada em dados colhidos no Siafi, nos três primeiros meses de 2004 o Tesouro arrecadou R\$ 2 bilhões com a Cide, mas, até aquele momento, só haviam sido gastos R\$ 72 milhões. Desses, apenas R\$ 582 mil foram gastos em investimentos. Isso é menos do que os R\$ 603 mil que foram gastos só com diárias e passagens. Outros R\$ 46 milhões foram usados para pagamento de pessoal e encargos. Nenhum centavo foi gasto com as rodovias federais, que se encontram em péssimo estado de conservação.

Já e suficientemente triste, Sr. Presidente, que a lógica mesquinha que idolatra o superávit primário

sufoque nosso desenvolvimento econômico e social. Como se não bastasse, essa mesma lógica impõe-se agora sobre os preceitos mais básicos do Estado de Direito. O próprio Supremo Tribunal, guardião da Constituição, parece falar no vazio. Sua opinião parece dispensável diante dos princípios e postulados da ortodoxia financeira e monetária.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nós, brasileiros, já suportamos uma das cargas tributárias mais altas do mundo. Isso até se justificaria, diante das enormes necessidades que temos, se os recursos fossem efetivamente usados para os fins adequados, ou seja, para garantir os investimentos necessários para o nosso desenvolvimento econômico e social. Mas o que vemos, na verdade, é desrespeito e mau uso dos recursos.

É preciso evitar que ocorra com a Cide a mesma desvirtuação ocorrida com a CPMF. É preciso que se cumpra a determinação do Supremo Tribunal Federal. Isso não significa mais do que honrar o compromisso assumido com a criação de mais esta contribuição, que não deveria apenas agravar, ainda mais, o peso dos tributos sobre os brasileiros, mas, sim, resultar em benefícios para todos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marcos Guerra, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Papaléo Paes e Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, uma das maiores dificuldades que o Brasil encontra para crescer é justamente o fato de que cresce rápido demais, não em termos de riqueza e distribuição de renda, mas de problemas sociais e de conseqüências nefastas do crescimento demográfico e do processo industrial.

Uma das mais graves decorrências da industrialização mundial e do aumento da capacidade de consumo da humanidade é a produção de resíduos e dejetos de toda sorte, cujo tempo de decomposição natural é longuíssimo, e o poder de poluição ambiental, ainda maior.

Até o século XVIII, a humanidade conseguiu conviver, com relativa tranqüilidade, com a reciclagem natural dos dejetos que produzia, pois a natureza tinha capacidade de decompor os resíduos em tempo e escala compatíveis com a população existente. Mesmo que países, como os europeus, tenham tido de recuperar florestas inteiras devastadas por exploração predató-

ria, antes mesmo do século XVIII, a humanidade pôde, até, lá ocupar e explorar o planeta sem que houvesse gravíssimos prejuízos de longo prazo.

Contudo, Sr. Presidente, seguiu-se, na passagem do século XIX para o século XX, o processo maciço da industrialização; a produção de compostos sintéticos de vida média elevadíssima, possibilitada pelo avanço da química e da engenharia química; as descobertas tecnológicas que possibilitaram a manipulação de elementos químicos radioativos, cuja vida média é também elevadíssima; a descoberta dos antibióticos e as práticas de saneamento ambiental, que permitiram elevar a vida média do homem em cerca de 100%. E, assim, juntou-se rápido aumento populacional e consumo mais e mais intenso de materiais altamente poluentes e de difícil reciclagem natural ou provocada.

Esse, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o quadro que temos no mundo em geral, crítico em toda parte, mas sob formas e ângulos distintos. Nos países industrializados, políticas ambientais, gradativamente, têm coibido a destruição do meio ambiente, mas a coleta e estocagem de resíduos poluentes e de longa vida média é um problema muito grave. Nos países não-industrializados, a poluição ambiental é grave, e a deterioração do meio ambiente é veloz.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil é um país que guarda essas duas faces da moeda mundial: tem todos os problemas de manipulação de resíduos poluentes e tem todos os problemas de degradação ambiental. Estamos caminhando para uma belíssima sinuca, se não nos equiparmos do ponto de vista legal e instrumental para lidar com a poluição de nosso meio ambiente.

Um caso que já é crítico em nosso País é o do tratamento das pilhas e baterias gastas. O que fazer com esses produtos altamente poluidores e de lentíssima permeabilidade à reabsorção ambiental? Eis uma questão importante e que diz respeito à saúde pública nacional.

Hoje temos uma Regulamentação do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente – de nº 257, de 1999, que trata da fabricação e descarte de pilhas e baterias de celular após o uso. O Ibama é o órgão responsável pela fiscalização. Tratamento equivalente é dado aos pneumáticos. A este propósito – e até foi tema de um discurso meu nesta tribuna -, cumpre não esquecer que os Estados Unidos da América têm um problema mais grave ainda com a estocagem de pneus usados em seu território. E já vimos mais de uma investida daquele País, tentando vender-nos pneus ditos seminovos, o que serviria apenas para descarte do problema deles em nosso território.

Sr. Presidente, enquanto não nos convenceremos de que é necessário que haja regulamentação e,

sobretudo, fiscalização do cumprimento das normas legais de proteção ambiental, não sairemos do eterno dilema, tipicamente brasileiro, de termos boas ou ótimas leis, mas que não funcionam por falta de quem as execute adequadamente.

E uma das precondições de que tais leis “peguem”, como dito no jargão popular, é que exista consciência na população para o descarte disciplinado desses materiais tóxicos. As pilhas e baterias, uma vez que suas embalagens sejam danificadas, quando despejadas no solo, nos aterros sanitários, possuem poder altamente poluente das águas subterrâneas e rios e mananciais circunvizinhos. Os pneus, além de produzirem fumaça tóxica, se queimados a céu aberto, armazenam água de chuva em sua parte côncava e servem de postos transmissores da dengue.

É preciso, pois, Sr. Presidente, despertar a população para o adequado manejo dessas matérias e de outras mais. Educar é preciso, e deve começar nas escolas públicas e particulares. E deve começar já, para que o trabalho de coleta lixo possa ser facilitado e colabore para a diminuição de riscos ambientais.

Associando educação dos cidadãos e progressiva implantação de coleta seletiva nos centros urbanos, daremos um gigantesco passo no sentido de proteger o meio ambiente e preservar a qualidade de vida em nosso território.

E o problema não é para ser encarado amanhã ou depois de amanhã, Sr. Presidente. É para hoje! O Brasil produz 80 milhões de pilhas comuns por ano. Dez milhões de baterias circulam anualmente em nosso País, assim como 12 milhões de baterias automotivas e 200 mil de uso industrial. Os metais contidos nesse material, como o zinco e cádmio, se liberados na natureza e incorporados à cadeia alimentar, podem produzir no homem doenças que afetam o sistema nervoso central – e isso pode ser fatal.

O Brasil precisa regulamentar toda a cadeia produtiva desses produtos, inclusive na reciclagem dos materiais que os compõem e que são responsáveis pela poluição de que já falei. Já existem processos industriais que permitem recuperar tais materiais e dar-lhes destino produtivo e não-poluente. O Governo precisa incentivar, então, que as pilhas e baterias retornem dos dois consumidores para esses pontos de reaproveitamento antes de serem descartadas no lixo simplesmente, como é feito habitualmente, pois não há controle nenhum dos órgãos governamentais sobre a execução da lei citada por mim.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eis uma ação de governo que muito bem produziria para o Brasil e para os brasileiros: coleta seletiva de lixo, recolhimento de baterias e pilhas pelos revendedores e encaminhamento

à indústria de reciclagem. A regulamentação de base já existe. Precisamos que as prefeituras implantem as coletas e a educação induza os consumidores a encaminharem os produtos aos pontos de recolhimento, e a fiscalização garanta que nada seja despejado descontroladamente na natureza. Eis uma bela tarefa governamental, que produziria excelentes resultados para todos nós!

Espero que este Governo, tão sensível às questões sociais, estabeleça programas e metas para o controle desse modo grave de poluição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Concedo a palavra ao Senador Valmir Amaral.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o início da década de 80, a economia brasileira passou por sucessivas crises e muitas transformações. Perdeu dinamismo, interrompeu sua trajetória histórica de elevado crescimento do Produto Interno Bruto e passou a apresentar elevados índices de inflação e desemprego, baixas taxas de investimento e graves desequilíbrios macroeconômicos.

As dificuldades orçamentárias crescentes, as crises cambiais, a inflação crônica e o déficit no balanço de pagamentos contribuíram para a perda de objetivos e prioridades de longo prazo, ficando a atenção das autoridades econômicas em questões de curto prazo, em tentativa de administrar o déficit das contas públicas e a política monetária, de cunho contracionista.

Em conseqüência disso, não mais tivemos políticas de desenvolvimento industrial nem políticas de desenvolvimento econômico e social de longo prazo. Passamos a administrar crises conjunturais, e só.

A indústria brasileira, que foi responsável pela grande transformação da economia brasileira, passou a trabalhar em condições competitivas muito desfavoráveis. O setor industrial brasileiro foi muito prejudicado pela inexistência de linhas de financiamento adequadas, pelas elevadas taxas de juros, pela deficiência dos meios de transporte, pela baixa qualidade dos serviços públicos prestados pela União, Estados e Municípios. Desculpem-me, mas é a verdade.

Pior ainda é a falta de uma política educacional voltada para a preparação de mão-de-obra especializada, visando ao nosso mercado de trabalho.

Há um outro fato: a rápida redução das tarifas de importação, ocorrida na década de 90, sem que houvesse tempo para a modernização do nosso parque industrial. Conseqüentemente, esse fato também

contribuiu para limitar o grau de competição da indústria brasileira.

O setor produtivo brasileiro foi colocado em segundo plano, em benefício do setor financeiro, que passou a se apropriar de parcelas cada vez maiores do Produto Interno Bruto, em detrimento da produção e da geração de renda e de emprego. Isso aumentou as desigualdades sociais e regionais, concentrando riqueza e renda, o que somente aumentou a pobreza.

Foi o que aconteceu. Não estou fazendo nenhuma afirmação ideológica. É a pura verdade. As estatísticas do próprio Governo atestam o que acabei de afirmar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está na hora de mudar. O Brasil precisa seguir adiante. É chegado o momento de o Brasil ultrapassar essas limitações e esses obstáculos, de transformar nossa economia e de elevar nossos padrões de eficiência, competitividade e tecnologia. Fora isso, corremos o risco de ficar definitivamente no chamado Terceiro Mundo, sofrendo todos os inconvenientes do chamado círculo vicioso da pobreza. E não é essa a vocação do Brasil, que não pode se conformar com dimensões de países de terceira categoria.

O destino histórico do Brasil, como País-continente, como uma grande Nação jovem e dinâmica, é cumprir seu papel de sociedade do futuro, com um projeto democrático de desenvolvimento econômico e social, sem perder de vista o presente, que já faz parte desse futuro tão esperado para que tenha condições de superar as crises internas e externas que se apresentam num mundo tão complexo e competitivo, em que os benefícios da modernidade estão concentrados nos países mais ricos.

O empresariado brasileiro sempre soube enfrentar e vencer esses desafios. Mesmo em condições competitivas desvantajosas, tem conseguido superar sucessivas crises econômicas, haja vista o nosso agronegócio. Hoje, precisamos de um projeto de desenvolvimento industrial e de um projeto de desenvolvimento nacional de médio e longo prazos, para que o Brasil possa cumprir sua missão histórica e garantir melhores condições de vida para sua população. Um projeto que contemple o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais.

Não podemos aceitar a destruição da capacidade produtiva nacional, em nome de uma falsa liberdade econômica e de uma livre concorrência internacional não praticada pelos países desenvolvidos, mas duramente cobrada dos países mais pobres.

Hoje, o Brasil precisa criar quinze milhões de empregos para atender a demanda existente no mercado de trabalho, para conceder cidadania e evitar a exclusão e a marginalização dos nossos jovens, dos

brasileiros que se encontram desempregados e dos que já se encontram na informalidade.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Concedo o aparte, com muito prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Desculpe-me interrompê-lo no início de seu pronunciamento. Quero dizer que V. Ex^a tem razão em estabelecer uma lógica histórica, no sentido de que o nosso País tem tido, agora, no campo econômico, uma série de dissabores com relação a sua economia. Mas há um fato alentador, que é esse superávit das contas públicas, quando o Brasil obtém um saldo, um superávit primário, de US\$10 bilhões. Entretanto, não podemos deixar de salientar que esse superávit terá que combinar com crescimento econômico e que se harmonizar com uma política de crescimento econômico, sob pena de vermos um País como o nosso, com um saldo desse, amargando dias, cada vez mais deploráveis em termos da sua economia. Era o que tinha a dizer, Senador Valmir Amaral. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Fiquei muito honrado com o aparte de V. Ex^a, que falou a realidade: o Brasil atualmente apresenta um superávit muito grande.

Hoje, o Brasil precisa criar 15 milhões de empregos, para atender a demanda existente no mercado de trabalho, para conceder cidadania e evitar a exclusão e a marginalização de nossos jovens e dos brasileiros que se encontram desempregados ou na informalidade.

Precisamos de uma nova política industrial para o Brasil, que contribua para a elevação dos índices de nacionalização da produção industrial.

Um país com mais de 170 milhões de habitantes e um território com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com grande abundância de recursos naturais e uma população trabalhadora, tem condições de suportar todas essas crises geradas aqui ou no exterior.

De tal modo que insisto na necessidade de uma nova política de importações – uma política moderna, que garanta a inserção positiva da economia brasileira na economia mundial.

Defendo uma política agressiva de exportações, com a colaboração e participação dos empresários no processo de planejamento e de decisões, assim como ocorre nos países desenvolvidos, para que haja aumentos sustentados da produtividade e da nossa capacidade produtiva.

Defendo uma perfeita colaboração entre o Governo e a iniciativa privada, para que não haja decisões precipitadas ou que ponham em risco setores importantes da economia.

Essa nova política certamente não pode operar de forma isolada. Necessitamos de maior nível educacional; de uma nova estrutura tributária e fiscal; de normas legais modernas; de financiamento adequado; de redução do custo do capital; de melhores serviços públicos; de rodovias, ferrovias, hidrovias e melhoria do serviço de transporte aéreo; e do fortalecimento sistemático do Mercosul.

Os países desenvolvidos protegem sua indústria, sua agricultura, seus serviços, toda a sua economia, seguindo políticas públicas estabelecidas, visando ao interesse de seu povo.

O Brasil não pode renunciar ao direito de estabelecer uma política de desenvolvimento industrial, em nome de uma abertura mundial que não é praticada nem mesmo por seus inventores e pregadores.

Em nome de uma política econômica gerenciada externamente pelo FMI, não podemos colocar em risco a integridade de nosso parque industrial, construído com muito sacrifício, ao longo de mais de um século.

Não podemos permitir a desnacionalização, a venda, a liquidação ou o desmanche de empresas nacionais, a destruição de postos de trabalho e a transformação do País em mero exportador de produtos agrícolas e bens com baixo valor agregado.

Presidente Lula, escute este Parlamentar que sempre o apoiou: não dá mais! É hora de agir! Não há mais espaço para discussão ideológica! Uma realidade cruel assola a maioria do povo brasileiro, que precisa de atitudes concretas para amenizar, pelo menos, a sua aflição.

Até acredito que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem tentando fazer um bom governo, mas Sua Excelência tem que tomar as providências necessárias para estabelecer uma política de desenvolvimento industrial moderna e ativa. Ainda acredito neste Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valmir Amaral, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em seguida, falará o nobre Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, para tratar de um projeto de lei de grande importância, que, infelizmente, quase quatro anos após a sua apresentação nesta Casa, ainda não alcançou um bom termo.

Refiro-me ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2001, de minha autoria. Originada nesta Casa, a proposição tramita na Câmara dos Deputados desde o dia 5 de setembro de 2002 – há quase dois anos, portanto –, agora com a denominação de Projeto de Lei nº 7.199.

O projeto que apresentei propõe a criação de adicional tarifário para a suplementação de linhas aéreas regionais, com o coeficiente de 1% sobre o valor da tarifa dos bilhetes de passagem vendidos pelas linhas aéreas domésticas regulares.

Considerando que as palavras enunciadas nesta tribuna alcançam todo o Brasil, creio ser importante, Sr. Presidente, oferecer um breve relato da história da aviação civil brasileira, ao menos da parte que respeita à aviação regional brasileira.

Entre 1945 e 1952, o Brasil chegou a ter 34 empresas aéreas que serviam, regularmente, a cerca de 300 cidades. A razão desse *boom* foi a compra, em condições favoráveis de financiamento, do excedente de aeronaves norte-americanas após o fim da Segunda Guerra Mundial. O excesso de oferta, contudo, logo provocou a fusão de algumas empresas e a falência de outras.

Na década de 60, a estruturação da malha rodoviária brasileira provocou uma crise no setor aeroviário civil, reduzindo a demanda por viagens aéreas nas ligações de curta distância, especialmente na região Sudeste. Além disso, o acirramento da concorrência e os custos elevados de manutenção das aeronaves comprometeram a rentabilidade de várias empresas do setor.

Diante desse quadro, o Governo passou a regular a aviação civil com certa firmeza, buscando estimular a atuação das empresas nas rotas de baixo e médio potencial de tráfego. Os planos governamentais, porém, não alcançaram o sucesso desejado. Conseqüentemente, um número cada vez maior de cidades interioranas deixou de ser atendido pelo transporte aéreo.

O número de companhias aéreas também diminuiu drasticamente. Em 1975, apenas quatro empresas aéreas atuavam no Brasil: Varig, Cruzeiro do Sul, Vasp e Transbrasil. A maior parte da frota dessas empresas constituía-se de jatos de grande porte, com mais de cem assentos.

Com aeronaves de grande porte e manutenção cara, as empresas passaram a priorizar as linhas que serviam a cidades de maior expressão econômica. Dessa forma, o número de cidades servidas pela aviação comercial regular despencou de 300, em 1945, para 92, em 1975 – uma queda realmente brutal.

Diante do virtual abandono das cidades interioranas, o Ministério da Aeronáutica tomou algumas providências, das quais a principal foi a criação da chamada Aviação Regional, por meio do Decreto nº 76.590, de 11 de novembro de 1975.

Essa norma criou os Sistemas Integrados de Transporte Aéreo Regional – Sitar, um conjunto de linhas e serviços aéreos que serviam a localidades de médio e baixo potencial de tráfego e dividiu o País em cinco áreas homogêneas de tráfego. Cinco empresas aéreas regionais foram criadas para atender a cada uma dessas regiões.

Juntamente com os Sitar, criou-se o Adicional Tarifário, correspondente a 3% do valor das passagens das linhas aéreas domésticas. O montante arrecadado seria distribuído entre as empresas da aviação regional, a título de suplementação tarifária.

Embora os Sitar não tenham alcançado plenamente os objetivos propostos, grandes avanços foram registrados na aviação comercial. Menciono um deles: o número de cidades servidas pela aviação cresceu mais de 20% no período de 1976 e 1992.

A partir de 1992, mudanças na conjuntura econômica e na regulamentação do setor provocaram a extinção dos Sitar e a conseqüente abertura do mercado. As empresas não mais se restringiam às categorias que lhe eram impostas anteriormente. Qualquer empresa aérea estava autorizada a atuar tanto em linhas nacionais quanto em linhas regionais. Em 2000, com o fim efetivo da classificação das empresas em nacionais e regionais, todas as companhias passaram a se denominar Empresas Domésticas de Transporte Aéreo Regular.

Esse novo contexto, de certa forma, ensejou a contestação do Adicional Tarifário. Por que as empresas nacionais continuariam pagando o Adicional a empresas que não estavam mais restritas ao tráfego regional? Alguns juízes concordaram com essa tese e concederam uma série de liminares às grandes empresas em meados de 1999 e em 2001. A virtual abolição do Adicional Tarifário é considerada um dos principais fatores da mais recente queda do número de cidades servidas pela aviação comercial.

No fim das contas, o Adicional Tarifário continuou a ser cobrado, com algumas diferenças. A partir de 2001, o percentual caiu de 3% para 1%. As opiniões

a respeito da legitimidade de sua cobrança, contudo, ainda não estão devidamente pacificadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto que apresentei pretende apresentar uma modesta contribuição para o aperfeiçoamento do tráfego aéreo nacional, especificamente o tráfego aéreo regional. Vivemos em um País com cerca de 5.500 Municípios. Desse total, apenas 116 – repito, apenas 116 – cidades são atendidas pela aviação comercial. É realmente uma desproporção gigante, num País das dimensões do nosso Brasil.

Para aumentarmos o número de cidades beneficiadas com a presença do transporte aéreo, precisamos encontrar mecanismos eficientes de estímulo à aviação de pequeno porte. Com esse objetivo, apresentei o referido Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2001. Nessa proposição, busco reforçar a importância do Adicional Tarifário para as empresas aéreas de pequeno porte que servem regiões ao mesmo tempo imensas e de difícil acesso, como a Amazônia.

Os benefícios que um crescimento do tráfego aéreo proporcionariam à região amazônica não se restringem ao próprio setor aeroviário. Há toda uma dimensão social que seria afetada positivamente pela maior presença da aviação comercial. Milhares de empregos diretos e indiretos seriam gerados. O atendimento hospitalar seria melhorado com a chegada de medicamentos com maior regularidade e com a possibilidade de transferência mais rápida de pacientes em estado grave. Enfim, seriam enormes os benefícios sociais e econômicos que adviriam de uma eficiente suplementação tarifária das linhas regionais de baixo e médio potencial da Amazônia Legal.

Faço um apelo, portanto, à Câmara dos Deputados para que dê encaminhamento mais célere ao Projeto de Lei nº 7.199, de 2002, número dado naquela Casa, que neste momento aguarda a redistribuição para um novo relator na Comissão de Viação e Transporte. Não falo como autor da proposta, mas como cidadão brasileiro e amazônida, quando digo que o incremento do transporte aeroviário na Amazônia é uma prioridade para todos os habitantes daquela região.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, que dispõe de vinte minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, no dia de hoje, para tratar de um tema de altíssima relevância, não só para a população de Roraima, mas também, para todo o País. Trata-se da questão da

atuação ou, melhor dizendo, da ingerência das ONG's internacionais nos assuntos relativos à demarcação de terras indígenas.

O meu querido Estado de Roraima, nos últimos meses, tem freqüentado a mídia como nunca antes visto. Todos os telejornais têm abordado, de forma emocionada ou não, os problemas advindos da anunciada homologação da área indígena denominada Raposa/Serra do Sol.

As manifestações contrárias que se seguiram à declaração do Ministro Márcio Thomaz Bastos de que a homologação se daria, e nos moldes de uma área contínua, não partiram somente dos índios e não-índios que ocupam a região pretendida, mas também, de cidadãos que habitam os diversos rincões do meu Estado.

Rodovias foram interditadas, um clima de tensão tomou conta do Estado. No meio do tumulto que se estabeleceu em Roraima, alguns jornalistas, numa leitura distorcida do evento, chegaram a falar em morte e até de espancamento de missionários.

No frígido dos ovos, restou e ainda resta, não adequadamente respondida, uma pergunta: “se a maioria dos índios, ocupantes da Área Raposa/Serra do Sol e quase totalidade dos não-índios ocupantes da mesma área são contra uma demarcação contínua, por que então realizá-la dessa forma?”

Sr. Presidente Paulo Paim, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Marcos Guerra, não sou e nem somos no meu Estado contra a demarcação de terras indígenas, e nesse sentido já me pronunciei em várias oportunidades. Mas o procedimento demarcatório deve ser pautado pelo mínimo de razoabilidade. Aliás, este princípio tem no Senador Mozarildo Cavalcanti o seu mais ardoroso defensor aqui nesta Casa.

Demarcar de forma contínua a área Raposa/Serra do Sol significará um desastroso evento para os habitantes do meu Estado, sobretudo sobre a economia e para a sociedade em geral. Certamente, a estabilidade das relações sociais ficará seriamente comprometida, como, de fato, ficou com o mero anúncio da homologação.

Com a demarcação de forma contínua da Raposa/Serra do Sol, dois Municípios – Normandia e Uiramutã – simplesmente desaparecerão do mapa. De Uiramutã, restará apenas 1,4 % da área. Essas duas municipalidades contam hoje com vigorosa infraestrutura urbana, um comércio significativo e, principalmente, essas localidades são palco de uma amistosa relação entre índios e não-índios que já perdura há mais de 200 anos.

Em Pacaraima, Uiramutã e Normandia, podemos constatar a presença maciça dos índios na estrutura

de poder, na posição de Prefeitos e Vereadores. O Vice-Prefeito de Uiramutã, José Novaes, encontra-se nesta cidade neste momento. Os índios participam, democraticamente, de mecanismos de formação da vontade dessas importantes municipalidades e vasta parte deles já está totalmente integrada às formas de vida dos não-índios, não sendo raro os que se ocupam do comércio e até muitos já estão na faculdade, já concluíram ou estão fazendo a segunda faculdade. Há 60 professores indígenas fazendo o curso superior no meu Estado.

Além disso, a demarcação de forma contínua apresentará a expulsão dos produtores de arroz, milho e feijão, que há muito se estabeleceram lá, mesmo antes de as áreas por eles ocupadas hoje serem declaradas como áreas indígenas.

Na terceira ampliação da Raposa/Serra do Sol foi que incluíram as áreas produtoras de arroz e de grãos. Essas áreas que eles estão ocupando são ocupações centenárias. Muitas delas já estão na quarta geração. A homologação de demarcações anteriores, procedidas sem qualquer indenização ou adequado reassentamento, tem gerado verdadeiros bolsões de pobreza na capital, formado por antigos proprietários ou posseiros advindos das terras indígenas.

No meu Estado nunca foi reassentada uma família ou um produtor retirado de sua área para ser transformada em área indígena. Desafio a Funai ou o Ministério da Justiça a citar apenas um proprietário reassentado nem que seja em um lote de 10 hectares em meu Estado.

Por fim, a demarcação da forma que pretende o Ministério da Justiça unirá cinco tribos indígenas, cinco etnias totalmente diferentes em uma mesma área geográfica. Futuramente, isso representará um choque entre elas e isso não se coaduna com o desejo do Governo Federal de conservar os índios em sua integridade física e cultural.

Vale aqui abrir um parêntese para dizer que a demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol representará a afetação de uma área de 1,7 milhão de hectares – 1.700 quilômetros quadrados. Com o atendimento da nossa reivindicação, que a Comissão do Senado está fazendo agora, ou seja, a demarcação preservaria as vilas, as estradas e a área produtiva, abrangendo até menos de 10% dessa área total.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti com prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Augusto Botelho, quero cumprimentá-lo por sua oportuna fala sobre a questão de demarcação de terras em nosso Estado. Como já frisou V. Ex^a, amanhã a Comissão Externa do Senado vai votar o relatório

parcial sobre Roraima, especificamente com relação à reserva indígena Raposa/Serra do Sol. Falou-se tanto, pregaram-se tantas mentiras sobre essa questão que, agora, felizmente, estamos vendo que realmente o Brasil precisa regulamentar a atuação dessas organizações não-governamentais que hoje comandam completamente tanto a questão indígena quanto a ambiental em nosso País. Presidi a CPI das ONGs, na qual constatamos uma série de irregularidades, principalmente a necessidade de o Governo Brasileiro ter um controle sobre a instalação, o funcionamento, a forma com que recebem e aplicam recursos. O que vimos em Roraima, por exemplo, é que duas ONGs que dizem tratar da questão indígena no nosso Estado recebem mais do que todos os municípios do interior do Estado para prestar assistência à saúde dos demais 92% da população do Estado. Cumprimento V. Ex^a por tratar desse assunto. Espero que possamos ter, após a conclusão dos nossos trabalhos, uma decisão rápida do Presidente Lula, que, portanto, servindo-se de subsídios que vamos dar, possa atender não somente às ponderações que V. Ex^a faz, como também de toda a sociedade do Estado, aí incluídos principalmente os índios, que são moradores da região da Reserva Raposa/Serra do Sol, que, em sua maioria, encontram-se hoje aqui em Brasília. Cerca de vinte lideranças indígenas daquela área vieram para cá justamente para dizer ao Senado, à Câmara, aos Ministros e ao Presidente como eles querem essa demarcação. Portanto, agradeço a oportunidade do aparte e parabênzo V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece a minha fala.

Sr. Presidente Paulo Paim, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Papaléo Paes, estas são, grosso modo, as principais conseqüências que advirão da homologação, de forma contínua, da área Raposa/Serra do Sol. Cabe, neste momento, realizar a seguinte indagação: por que demarcar dessa forma a reserva indígena Raposa/Serra do Sol se os problemas que daí advirão são incalculáveis e de conseqüências imprevisíveis? E mais, a que interesses serve essa demarcação?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a resposta é tão evidente que salta aos olhos de qualquer pessoa que se interessa realmente pelo bem-estar do Brasil. Por trás da demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol, estão os interesses dos países ricos do Planeta que se fazem representar por intermédio de ONGs, a maioria das quais travestidas de entidades protetoras dos índios, atuando sob o olhar complacente do Governo Federal, de maneira desenfreada.

Dotadas de incalculável poder financeiro, haja vista o poder dos países patrocinadores, as ONGs conseguem o que querem e a qualquer preço. Se demarcar terra indígena for sinônimo de morte, desemprego e sofrimento, não pensarão duas vezes estas ONGs, antes de lançarem mão de seus poderosos *lobbies* para que se proceda à demarcação.

O próprio Presidente da República, em visita ao Estado do Acre no ano passado, afirmou, sem titubeio, que as ONGs internacionais possuem mais poder de pressão do que os próprios partidos políticos do Brasil.

O mais interessante nisso tudo é que as áreas indígenas demarcadas em meu Estado estão situadas, coincidentemente ou não, sobre incalculáveis riquezas minerais. Aliás, de há muito, é do conhecimento dos países ricos do mundo o fato de Roraima ser uma das maiores províncias minerais do Planeta, fato ontem relatado brilhantemente em reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Espero que essas riquezas não venham a se tornar causa de acontecimentos tristes e vergonhosos, como o que houve em Rondônia, onde foram mortos cidadãos pobres e sofredores, em virtude dos diamantes.

Com prazer, ouço o Senador Juvêncio da Fonseca, do meu Partido, o PDT.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a, além de inteligente, é sempre corajoso, juntamente com o Senador Mozarildo Cavalcanti, quando trata da questão indígena do País. Corajoso não só porque defende o índio, mas também porque ataca o problema mais crucial que estamos vivendo, que é a questão das ONGs estrangeiras comandando um processo de soberania nacional. Penso que essa força que têm as ONGs, muito mais do que a Funai, é justamente pelo fato de terem recursos vindos do exterior. A Funai é uma instituição nacional, sem dinheiro, falida, sem condições de trabalho, sem estrutura e comandada por pessoas que, às vezes, são muito mais ligadas às ONGs sem interesse nacional do que propriamente ao interesse do País. Isso talvez ocorra porque os recursos são fartos. Essas organizações podem inclusive elaborar projetos que não são feitos pela Funai. Ao permitir que isso aconteça, a nossa soberania é pisada, não é respeitada. Isso é muito triste. Mas sinto que, no Congresso Nacional, sob a liderança de V. Ex^a, do Senador Mozarildo e de tantos outros Senadores, essa questão está sendo colocada publicamente, e a Nação brasileira está sentindo que, muitas vezes, usam o índio, a sua figura natural, humilde, apenas para satisfazer interesses outros que não são propriamente os dos índios.

Sem tomar muito o tempo de V. Ex^a, quero falar sobre o massacre ocorrido em Rondônia. O que havia era justamente um consórcio de índios e não-índios, que explorava um dos maiores garimpos de diamante do mundo. Quando os índios tomaram conta realmente do garimpo, houve essa chacina. E o Presidente da Funai disse que os índios agiram certo ao praticaram a chacina, porque o fizeram em legítima defesa de seu território. Triste conclusão do nosso Presidente da Funai. Se fosse na área do MST, em que os fazendeiros agissem dessa forma, já estariam consagrando essa data da chacina como a data nacional contra a violência. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador, muito obrigado pelo seu aparte, que enriquece também a minha fala.

Lá, em Roraima, somos um povo simples. Temos a tradição de acreditar que não há nenhum pedaço de terra, por mais rico que seja, que valha uma vida humana. Esse é o entendimento que existe entre o meu povo de Roraima, entre as pessoas que vivem lá, que nasceram lá e dos que foram para lá também e passaram a conviver conosco e a pensar dessa forma.

A área Raposa/Serra do Sol possui, em seu subsolo, uma enorme jazida diamantífera, além de outros materiais nobres, como ouro e urânio. Da mesma forma, a já homologada e registrada reserva indígena Yanomami, cuja extensão avança por uma vasta área do meu Estado e do Estado do Amazonas, possui inesgotáveis reservas de minerais nobres, como ouro, diamante, vanádio e nióbio. A região possui a maior reserva de nióbio conhecida do mundo, que se encontra na Cabeça do Cachorro, na área Yanomami.

Diante dessa coincidência, entre as áreas demarcadas e o rico subsolo, temos o dever de fazer uma nova indagação: as ONGs internacionais estão realmente querendo preservar o índio, sua cultura e tradição ou estão interessadas, de fato, no rico subsolo sobre o qual as reservas se assentam? Lembro que, quando se demarca uma terra indígena, torna-se de todo impossível a exploração dos recursos naturais situados na reserva até que esta Casa faça uma lei para regulamentar esse fato. Acredito não só que o interesse é pelo subsolo, como que as ONGs estão querendo também a nossa biodiversidade. Aliás, o tema biopirataria está na ordem do dia e seria uma estultice de minha parte acreditar que as ONGs não se aproveitam das reservas indígenas para praticar esse insidioso crime. Estão, inclusive, locupletando-se às custas dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

É um absurdo perceber que os estrangeiros membros de ONGs têm mais facilidades de transitar e permanecer em uma área demarcada do que o próprio

Exército e a Polícia Federal. Por isso, estamos tentando aprovar uma lei neste Congresso, que permita ao Exército e à Polícia Federal entrar em área indígena quando necessário.

Sr. Presidente, termino este pronunciamento fazendo um apelo ao Governo Federal para que realmente fiscalize e monitore as atividades das ONGs internacionais em nosso Território. Essas organizações não podem contar mais com os olhares complacentes do Governo e atuarem a seu bel-prazer, sob pena de a tão propalada internacionalização da Amazônia ganhar dimensões irreversíveis.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com todo prazer, concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp, de Rondônia.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Muito obrigado. Coincidentemente, estava em meu gabinete, recebendo o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Rondônia, um sobrevivente daquela triste chacina ocorrida no garimpo da reserva Cinta-Larga, o delegado do sindicato e outro garimpeiro – dois garimpeiros, o Presidente e o Delegado. Ainda estão no meu gabinete. Eles vieram ao Senado, onde ficarão até amanhã, e à Câmara dos Deputados, para narrar tudo o que ocorreu lá e para pedir providências. É o que temos cobrado, nobre Senador Augusto Botelho. Este Senado já aprovou um projeto de lei, que está na Câmara dos Deputados há algum tempo, regulamentando o garimpo nas reservas indígenas. Neste momento, o Governo Federal estuda a emissão de um decreto, autorizando apenas os índios, por meio de cooperativas, a garimpar dentro das reservas. Pelo que estou vendo, há uma insatisfação muito grande por parte dos garimpeiros, pois essa medida não resolverá o problema. Tem-se de arrumar uma outra forma, ou dentro das reservas – o que é complicadíssimo –, ou fora delas, nas áreas das mineradoras. As grandes mineradoras já requereram as áreas de minério que estão fora das reservas e detêm o direito de lavra e as licenças ambientais para explorarem o minério. Não é possível que o diamante, o ouro e a cassiterita estejam apenas dentro das reservas indígenas. Nas áreas periféricas, deve haver minério também. Se não houver, as demarcações das reservas indígenas foram criadas propositalmente apenas onde havia minério. Essa é uma questão que tem de ser abordada. Ainda penso que pode ser criada uma lei que atenda aos dois lados. Houve o triste episódio de Rondônia, onde morreram 29 garimpeiros, mas o Sr. Paulo Roberto, Presidente do Sindicato, entregou-me uma fita que mostra que, em 20 de outubro do ano passado, morreram 5 pessoas no

garimpo. Então, não são apenas 29. E, além desses, há notícias de desaparecidos que foram para o garimpo e que não voltaram mais. A situação é muito grave, muito séria. No dia 6 de maio, os membros da Comissão para Assuntos Fundiários das Reservas Indígenas, da qual faço parte e cujo Presidente é o Senador Mozaildo Cavalcanti, do seu Estado, iremos à região fazer um levantamento da situação. Pela manhã, estaremos em Porto Velho e, às 16 horas, estaremos na Câmara de Vereadores de Espigão D'Oeste, cidade onde têm ocorrido todos esses problemas. Imagino o que estão passando as autoridades de Espigão D'Oeste, como a Prefeita Lúcia Tereza, os Vereadores, o juiz da Comarca, a promotora e o delegado. Hoje, 450 homens do Exército, da Polícia Federal e do Ibama estão na cidade fazendo uma varredura, o que tem causado vários constrangimentos. No sábado, pela manhã, eu, o Ministro Amir Lando e alguns Deputados estivemos em Cacoal, nas proximidades de Espigão D'Oeste, onde recebemos uma comitiva de 30 empresários, madeireiros e comerciantes, pedindo que os Senadores e as autoridades tomassem uma providência, porque o constrangimento chegou ao ponto de um empresário passar pela barreira policial e ter de se deitar no chão. Os carros eram revistados, assim como as pessoas, inclusive as que não tinham relação com esses acontecimentos. Hoje, o reflexo dessa situação em Rondônia é muito grande, pois extrapolou a reserva indígena ao atingir o comércio, a indústria, as pessoas de bem das cidades circunvizinhas do garimpo. Imploro, mais uma vez, às autoridades federais que encontrem um caminho. Não conheço o teor do decreto nem sei se será a solução para o problema autorizar os índios a garimparem, extraírem ou criarem cooperativa na reserva. É preciso encontrar uma forma de contemplar, numa área da reserva ou fora dela, os pobres garimpeiros, que estão desempregados, precisando ganhar o pão de cada dia e sustentar as suas famílias. Que se crie uma lei para quebrar o direito de exploração de minérios de algumas grandes empresas multinacionais para dar trabalho para as pessoas desamparadas. Agradeço a V. Ex^a pela generosidade de me conceder este aparte.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Valdir Raupp, foi com muito prazer que concedi o aparte a V. Ex^a.

No Brasil, os garimpeiros fazem parte de uma classe social que é tratada como inimigo, como bandido. Existem bandidos nos garimpos, como em qualquer cidade ou favela. Muitos garimpeiros têm família. Havia 50 mil homens trabalhando na área yanomami, e todos foram expulsos. A maioria foi para a Guiana e para a Venezuela, onde se estabeleceram, pois nesses

países o cidadão tem o direito de garimpar. No Brasil, não sei por que apenas uma empresa pode garimpar. Serra Pelada, por exemplo, foi descoberta pelos garimpeiros e deveria ficar com eles, mas deram a área para uma empresa.

Então, é nossa responsabilidade mudar essa situação, para darmos uma chance às pessoas pobres. Essa é uma forma de criarem-se mais empregos, inclusive onde o Governo nem precisa interferir muito.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância e desculpe-me por ter ultrapassado o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, como sempre, respeita o limite de tempo, pois um minuto é a tolerância natural.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos, que é o tempo que resta para terminar a presente sessão.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, refiro-me à matéria publicada ontem e hoje na **Folha de S. Paulo**, relativa ao desejo das teles de comprar a Embratel para, em uma espécie de conluio, aumentar os preços, contrariando o interesse dos usuários de serviços telefônicos.

É da maior importância a apuração de todos os fatos relativos às diversas tentativas que estão sendo feitas de se comprar o controle da Embratel, que começaram a ser objeto de audiências públicas no Senado Federal.

Recordo que, na Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo Senador Ney Suassuna, houve uma audiência pública com representantes da Embratel e de diversas companhias telefônicas e algumas autoridades, e uma outra, onde esteve presente o Presidente do BNDES, Carlos Lessa. Também houve uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Senador Osmar Dias.

Ora, Sr. Presidente, a situação já se apresentava complexa para que o Senado acompanhasse de perto as decisões que estão por serem tomadas no âmbito do Conselho Administrativo de Desenvolvimento Econômico, que regula e examina o abuso da concorrência no âmbito da Anatel, examina o interesse público e o movimento dessas diversas empresas de telefonia, e também da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que também examina se há ou não qualquer abuso de concorrência por empresas.

Ademais, temos o BNDES, primeiro, como um prestador de recursos a essas empresas, também como um acionista, ainda que minoritário, e como foco de interesse de todas aquelas pessoas que detêm ações, mesmo em caráter minoritário. E, agora, há

também o interesse de uma nova empresa, mexicana, que fez uma oferta, a Telmex.

Já há grande participação estrangeira nas empresas de telefonia, a exemplo da Telefonica, de origem espanhola. Há outras empresas com diversas participações. E agora, em decorrência de um inquérito sobre a falência da empresa Cobra, foram coletados documentos de um dos diretores da Telefônica que registram possíveis intenções e entendimentos de empresas que teriam a disposição de organizar como que um oligopólio – se não uma situação de monopólio, a fim de aumentarem as tarifas telefônicas.

Sr. Presidente, convido os Srs. Senadores a pensarmos juntos até amanhã, quando se realizará uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, às 10 horas, para decidirmos qual será nossa iniciativa. Considero importante ouvirmos o responsável pela Secretaria de Direito Econômico, Sr. Daniel Krepel Goldberg, bem como o Cade e a Anatel, a fim de que nos expliquem que medidas esses organismos estão tomando nesse sentido. É preciso evitar ação conclusiva sobre o controle da Embratel que venha a prejudicar a economia brasileira, os consumidores ou o desenvolvimento desse setor tão importante para o Brasil.

Assim, Sr. Presidente, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, apresentaremos um requerimento sobre a melhor forma de o Senado acompanhar essa nova revelação de fatos e documentos que estão agora para conhecimento do SDE, do Cade e da Anatel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler:

É lido o seguinte:

Of. nº 364/04-BLP

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Paulo Marinho (PL/MA), na qualidade de titular, e, na qualidade de suplente, o Deputado Miguel de Souza (PL/RO), em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 181, de 12 de abril de 2004, que “Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, altera a alínea a do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Miguel de Souza**, Vice-Líder do Bloco PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 467 DE 2004

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, professor Sérgio Amadeu, pelo desenvolvimento do projeto e implementação da 1ª Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre, que ocorrerá de 26 a 30 de abril do corrente ano.

Justificação

Trata-se de evento capitaneado pelos competentes técnicos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, presidido pelo professor Sérgio Amadeu, que proporcionará o treinamento de cerca de mil funcionários públicos, em mais de cem cursos divididos em cinco eixos temáticos: gestão de software livre, suporte e aplicações em software livre, bases de dados, infra-estrutura e desenvolvimento de software.

Devo ressaltar, por oportuno, que com a multiplicação do uso do software livre, com que vemos o Governo Federal cada vez mais comprometido, o Brasil poderá reduzir significativamente o envio de capital, hoje estimado em um bilhão e cem milhões de reais.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2004. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 468, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do art. 222 do Regimento Interno, voto de louvor à Universidade Federal De Santa Catarina pelos 25 anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, o qual alcançou o mais alto conceito na última avaliação do Exame Nacional de Cursos (o chamado Provão) promovido pelo MEC, tendo sido considerado o segundo melhor Curso de Arquitetura do País.

Cumprimento o corpo docente e o corpo discente da Universidade, na pessoa do Magnífico Reitor, Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, pela dedicação e pelo excelente trabalho realizado.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2004. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa encaminhará os votos de aplauso e de louvor solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 469, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado ao Ministro dos Transportes, Exmo Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, o seguinte pedido de informações.

Com o intuito de subsidiar o Senado Federal na análise das diversas possibilidades de dotar o Brasil de uma legislação adequada e eficiente sobre o Seguro Obrigatório Nacional (DPVAT) solicito as seguintes informações:

- 1) Quem tem direito ao Seguro Obrigatório – DPVAT e como exercer este direito?
- 2) Como é a arrecadação anual do Seguro Obrigatório – DPVAT?
- 3) Como são feitos o recolhimento e o repasse do Seguro Obrigatório – DPVAT?
- 4) Qual é o papel da Federação Nacional de Seguros Privados (FENASEG), na administração do Seguro Obrigatório -DPVAT?
- 5) Qual é a destinação dos recursos do Seguro Obrigatório – DPVAT?
- 6) Qual é o papel da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), na administração do Seguro Obrigatório – DPVAT?
- 7) Quantas empresas de seguro são conveniadas para operar o Seguro Obrigatório – DPVAT? Quais os critérios para uma empresa ser conveniada?
- 8) Quais os recursos utilizados para os pagamentos de indenizações com vítimas de acidentes?
- 9) Qual o montante percentual e nominal destinado às empresas seguradoras privadas, anualmente?
- 10) Existem empresas, registradas na Susep e, portanto, conveniadas que tiveram sua situação jurídica alterada, em razão de aquisições ou fusões, e que permanecem recebendo recursos do DPVAT?
- 11) Qual é o número de reclamações anuais que recebe a Susep relativas ao DPVAT por parte dos usuários? Quais são as reclamações mais comuns?
- 12) Quais são as penalidades impostas às seguradoras conveniadas que não estejam atendendo a contento a população? Quantas e quais eventuais penalidades já foram executadas?

Sala das Sessões, 26 de abril de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 470, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam desapensados os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 27, de 2002; 140, de 2002; e 213, de 2002, que alteram dispositivos das Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e Físicas, respectivamente, já que, embora, referentes a propostas de modificação na mesma lei, tratam de assuntos inteiramente diferentes, cujo mérito recomenda apreciação em separado.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2004. – Senador **Jonas Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 471, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado no dia 3 de maio de 2004, destinada a homenagear o Dia Mundial do Trabalho.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2004. – **Paulo Paim – Ramez Tebet – Saturnino Braga – Juvêncio da Fonseca – Cristovam Buarque – Idelli Salvati**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado para tratar de

um tema muito importante para o meu Estado do Pará e para o País. Em razão de decisões polêmicas, precipitadas, ou talvez insuficientemente amadurecidas, estou preocupado com a atual política pesqueira, já que, na minha visão, esse setor é imprescindível na geração de empregos e fundamental na erradicação da fome dos brasileiros.

É certo que os brasileiros comem pouco peixe se compararmos a outros países, principalmente aqueles que têm litoral e historicamente desenvolveram atividades marítimas. Assim, também poderíamos ter a alimentação extremamente enriquecida se estimulássemos os brasileiros a incluírem os pescados em sua dieta.

Então, o que é que vem acontecendo com relação à política pesqueira do Brasil, que tem um litoral tão extenso, que poderia ser muito melhor aproveitado?

O Governo federal criou a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, dando a entender que promoveria o desenvolvimento dessa atividade, com a modernização dos barcos e equipamentos, equiparando a pesca brasileira ao que há de mais moderno no mundo. Entretanto, fiquei preocupado com as estranhas e inesperadas medidas mais para o setor, como demonstra matéria publicada pelo jornal **O Liberal**, do meu Estado, o Pará, no último dia 14 de abril.

O título da matéria nada tem de chocante, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois diz apenas: “Começa Pesca do Atum no Litoral Norte.”

Mas no decorrer do texto vão sendo apresentadas medidas contraditórias no que acredito que pretenda o Governo do Presidente Lula, quais sejam, a geração de empregos e riquezas para os brasileiros e o desenvolvimento de atividades que possam desembocar nesses objetivos, proporcionando melhores condições de vida a toda a população.

Segundo a matéria citada, “uma frota composta de pelo menos 21 embarcações começará, ainda este ano, a atuar no litoral norte do Brasil na pesca de atuns e outras espécies afins”. Não se trata de apenas ouvir dizer ou “ouvir cantar o galo, não se sabe onde”, mas de informação confirmada por telefone, conforme notícia o jornal, por ninguém menos que o Coordenador de Pesca Industrial da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP, Rodolfo Rangel. Apesar de não ter sido capaz de definir a partir de quando esses barcos estariam operando na região, ele informou que dois deles já estariam se dirigindo para o local.

O Governo vem dando seguidas demonstrações de que pretende intensificar a exploração dos recursos marinhos na costa brasileira, pois vem publicando, desde o ano passado, editais de convocação, visando viabilizar o arrendamento de embarcações estrangei-

ras de pesca em águas da jurisdição brasileira, em alto mar, e em águas sob jurisdição da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártida.

Um edital de 28 de novembro de 2003, identificado com o número 3 da Seap, previa o arrendamento de 76 embarcações, das quais cinco deveriam estar equipadas com ultracongeladores, com capacidade para realizar beneficiamento a bordo. Sessenta e quatro delas deveriam dedicar-se à pesca de atuns e afins.

Este ano, veio à luz o edital de número 6, com data de 16 de março, menos ambicioso, prevendo o arrendamento de 40 embarcações, devendo 3 delas estar equipadas com ultracongeladores, com capacidade de beneficiamento a bordo. Uma das embarcações deve ser autorizada a operar na pesca do espadarte, e 30 na pesca de atuns e afins.

O que causa espécie, Sr. Presidente, é que parece haver a intenção do preenchimento de vagas remanescentes do edital anterior. As hipóteses apresentadas na matéria jornalística são: ou não se habilitaram empresas em número suficiente, ou algumas podem não ter preenchido os requisitos apresentados pela Seap.

Ocorre que, ainda que prevaleçam os números do último edital, os técnicos do Ibama e os empresários ligados ao setor consideram excessiva a quantidade de embarcações para essa atividade, no litoral norte.

Apesar da importância do atum na atividade pesqueira do Brasil, a frota utilizada hoje é incomparavelmente menor do que a proposta pelo atual Governo.

Na verdade, a pesca do atum e afins nunca obteve um ritmo intensivo no litoral brasileiro. Os registros históricos apontam para a utilização de embarcações japonesas arrendadas entre 1956 e 1964 e baseadas no porto de Recife, em Pernambuco.

Em 1967, tivemos o reinício da atividade no litoral paulista, mas com apenas quatro pequenas embarcações nacionais de madeira. E temos notícia de que, em 1991, a frota contava com apenas 13 embarcações. No Nordeste, a atividade só foi retomada em 1983, com uma pequena embarcação de 13 metros sediada em Natal, no Rio Grande do Norte. Sabe-se que a frota em operação no Nordeste é pequena – dados de 1998 apresentam um total de 23 embarcações.

Na Região Norte, só muito recentemente teve início a exploração da atividade pesqueira de atuns, assim mesmo, com apenas dois barcos sediados no Município de Curuçá, no ano de 2000. O potencial dessa Região só foi revelado devido a um estudo científico também iniciado em 2000, sob a responsabilidade do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte – Cepnor. O Protuna, como foi denominado o resultado do estudo, prevê o desenvolvimento

tecnológico para a captura de grandes pelágicos oceânicos na costa norte do Brasil.

Sr. Presidente, agora temos consciência do potencial de pesca oceânica do litoral norte. E é aqui que começam a surgir medidas governamentais que causam estranheza ao povo da região!

Chegou ao nosso conhecimento, como também foi divulgado na matéria de **O Liberal**, que uma empresa chinesa recentemente constituída e com sede em Belém, denominada Ocean Star Pescados Ltda., deve administrar a frota de 21 barcos de bandeira panamenha que começará, com a autorização da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, a exploração da atividade pesqueira de atuns e afins no litoral norte brasileiro. A estranheza que tomou conta deste que fala a Vossas Excelências também deixou atônitos os empresários paraenses do setor, pois todo o processo industrial, desde a captura ao beneficiamento, estará nas mãos de estrangeiros. Os empresários entendem que o retorno para o Estado, em termos de geração de emprego e renda, será praticamente nulo.

Mais grave ainda: os industriais que já atuam na zona estuarina, com atuação concentrada na pesca do camarão, do pargo e da piramutaba, acham que a produção de atuns sequer será desembarcada no Estado do Pará. Como haverá embarcações equipadas com supercongeladores e instalações de beneficiamento, provavelmente a produção será transferida em alto mar para navios de transporte transoceânico de carga.

Quer dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil simplesmente está abrindo mão de sua riqueza marinha e, possivelmente, sequer tomará conhecimento daquilo que vier a ser produzido?

Aí, a contradição se apresenta: o que é melhor para o Brasil, Sr. Presidente?

O gerente norte da Seap no Pará, Miriquinho Batista, esclarece que a decisão do Governo pelo arrendamento de embarcações estrangeiras se deve ao fato de a frota nacional de pesca oceânica se haver simplesmente desmantelado. Por seu lado, os industriais paraenses do setor criticam o açodamento das medidas adotadas, argumentando que o Governo poderia estimular, com financiamentos específicos, a construção de uma frota inteiramente brasileira. Além de equipar o setor com embarcações modernas, tal medida incrementaria a indústria da construção naval, criaria grande número de empregos, agregaria valor à produção pesqueira do País e aumentaria a receita tributária brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a decisão que causou toda essa celeuma tem origem num Governo que acredito ser nacionalista e que utilizou, como uma das bandeiras de campanha eleitoral, a

promessa de geração de milhões de empregos! É difícil acreditar!

As críticas não param por aí e vêm, também, de dentro do próprio Governo, conforme assinala a matéria citada: “Um técnico do Ibama opinou que o mais prudente seria o início da atividade com uma frota menor, que depois poderia ir sendo ampliada gradativamente. Isso afastaria o risco de sobrepesca para algumas espécies e a possibilidade de esgotamento da atividade pesqueira, por esforço intensivo, depois de um tempo relativamente curto.”

Não bastasse isso, devido às características migratórias do atum, a pesca dessa espécie só será possível no período que vai de abril a setembro, no litoral norte. E durante o resto do tempo, provavelmente, só nos resta temer pela pesca indiscriminada de outras espécies.

Fico me perguntando, Sr. Presidente, em que diagnóstico o Governo se baseou, ou qual o balizamento utilizado para a decisão noticiada, que entrega de bandeja a estrangeiros uma imensa riqueza que poderia ser usufruída pelos brasileiros.

O Brasil poderia enriquecer enormemente a dieta de seu povo tão desnutrido com a inclusão de pescados na sua alimentação, mas, do jeito que a coisa vai, nossa riqueza oceânica contribuirá apenas para fortalecer povos mais ricos, sem que tenhamos sequer o controle da produção e os possíveis benefícios fiscais dela advindos.

Sabemos que é necessário desenvolver a pesca no Brasil, e queremos que isso seja feito em benefício do nosso povo!

Apelamos para o bom senso das autoridades do setor, no sentido de sustar as decisões ainda não implementadas que possam configurar-se danosas aos interesses nacionais e de que revejam a estratégia de desenvolvimento da pesca, valorizando as empresas genuinamente brasileiras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, importante pesquisa realizada por três pesquisadores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília (UnB) demonstrou que, no ano passado, o custo do aluno nas etapas de graduação, mestrado, doutorado ou residência fixou-se, em média, em 5 mil 737 reais.

No entanto, segundo cálculos do Tribunal de Contas da União (TCU), esse mesmo estudante, em igual período, representou um custo de 9 mil 488 reais, configurando uma diferença de 40% entre os dois estudos.

A primeira pesquisa, que é parte de projeto de parcerias estratégicas da Secretaria de Planejamento da UnB, aponta como principal determinante de tal disparidade o fato de a Corte de Contas desconsiderar que uma instituição de ensino superior exerça outras atividades além das de ensino, que não deveriam influenciar o custo final do aluno.

Assim, segundo a metodologia do Tribunal, o custo do aluno foi de 12 mil 657 reais, em 2002, e de 9 mil 488 reais, em 2003, ao passo que, de acordo com a metodologia da UnB, foi de 6 mil 291 reais, em 2002, e de 5 mil 737 reais, em 2003.

O descompasso de valores é influenciado pelas diferenças metodológicas, uma vez que o Tribunal utiliza valores globais, dividindo o orçamento pelo número de alunos, enquanto a UnB utiliza o processo de “depuração de valores”.

Tal método estabelece a diferença do custo “do ensino no conjunto de dados do orçamento, para encontrar especificamente o que se relaciona a essa atividade”. Porém o estudo desconsidera, como custo do aluno, os recursos provenientes de convênios, de prestação de serviços e de outras modalidades.

Assim, também, enquanto o método considerado pelo TCU “trata os alunos de forma diferenciada”, utilizando sistema de pesos para a determinação de valores, que leva à hipótese de um aluno de Medicina ostentar o mesmo peso de quatro alunos de Administração, o método da UnB “trata os alunos de maneira idêntica”.

O TCU trabalha com método que considera as atividades de ensino, pesquisa e extensão, avaliado como prejudicial às instituições mais direcionadas à pesquisa, enquanto a UnB considera apenas o ensino, trabalhando tão-somente com o seu custo específico, excluídas, conseqüentemente, outras atividades.

Enquanto o TCU leva em conta a participação de 35% do Hospital Universitário de Brasília — HUB no ensino, num método em que os seus custos são determinados “com base em literatura internacional de pesquisa realizada nos Estados Unidos da década de 70 e resultante apenas de estimativas”, o trabalho da UnB “depura atividades de ensino do HUB”, revelando que o seu custo real foi de apenas 13%, em 2003, e de 14%, em 2002.

Finalmente, o Tribunal utiliza o regime de caixa, considerando o “gasto de recursos”, o desembolso, “o que foi pago e quando foi pago”. Por exemplo, a Universidade que constrói prédios tem esse gasto debitado como custo do ensino, no ano correspondente. A UnB, por sua vez, utiliza regime de competência, que é mais utilizado em contabilidade, por demonstrar nú-

meros mais precisos e justos, “considerando-se, por exemplo, a vida útil do investimento feito”.

Os pesquisadores da UnB reforçam a opinião de que a metodologia adotada “aponta um custo do aluno mais fiel à realidade”. Isso demonstra que o ensino superior público, como é o caso específico, não necessita “de fábulas de recursos para funcionar”, o que, evidentemente, não autoriza o Ministério da Educação a “cortar as verbas para as universidades”, mas serve de subsídio para que melhor direcione a expansão da educação superior.

Também, demonstra que “pode ser mais barato investir em um aluno no ensino superior público do que no privado”, e que não é sustentável a idéia de o MEC adquirir vagas ociosas nas universidades particulares, “para aliviar a demanda por vagas no ensino superior”. Por que investir 15 mil ou 20 mil reais em instituições particulares, se o custo público não ultrapassa 5 mil reais, em média?

Confirmou-se, ainda, uma redução de custo dos alunos em 2003, em relação ao exercício anterior, explicando-se a diferença em razão do aumento bastante significativo do número de alunos da universidade, sem aumento dos custos totais. Acresce que as diferenças entre instituições públicas e privadas explicam-se pela inexistência de uma fórmula padrão aplicável a umas e outras.

Como explica a reitoria da UnB, existem “diferenças estruturais entre elas”, como o fato de a maior parte das particulares, por sua natureza administrativa de faculdades isoladas ou centros universitários, não realizarem pesquisa ou extensão.

Na UnB, defende-se a pesquisa como um dos esforços estratégicos para a implementação de um sistema de gestão mais dinâmico e eficiente. Ademais, a divulgação de números em geral “guardados a sete chaves” pelas instituições de ensino superior fortifica ainda mais a transparência da gestão.

O conhecimento do custo do alunado é considerado importante, porquanto os recursos “estão cada vez mais restritos”, levando à obrigação de trabalhar intensivamente na geração de verbas de manutenção.

Na etapa seguinte, conta-se chegar ao custo do aluno em cada curso, nas áreas de graduação, pós-graduação e residência médica. Atualmente, os valores são calculados a partir das unidades acadêmicas, dando uma “idéia bastante precisa do custo do aluno para a universidade”.

Assim, conforme adiantamos, apesar de o custo médio do aluno da UnB fixar-se em 5 mil 737 reais, “os estudantes de 13 dos 22 institutos custam menos do que isso”. Os da Faculdade de Direito, que mantém cursos de graduação, mestrado e doutorado, além de

especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados, têm custo anual de 3 mil 348 reais. Em 2003, o aluno do Instituto de Letras teve um custo de 3 mil e 46 reais, e o da Faculdade de Medicina alcançou a marca de 16 mil 115 reais, aí incluídos os custos com o hospital universitário.

Parece-nos, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, que essas acertadas colocações reafirmam a fidelidade da UnB às suas origens. Lembra-nos Darcy Ribeiro, seu fundador e primeiro reitor, para quem ela cristalizava o sonho maior, “a aspiração mais alta da comunidade científica e intelectual do Brasil, ambas cientes da necessidade de dominarmos o saber humano para colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional, como o principal acelerador da história”.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é com alegria venho hoje à tribuna para registrar que o FMI cedeu às pressões – sutis é verdade, mas eficientes por certo – no sentido de flexibilizar o controle sobre a economia brasileira.

A imprensa nacional confere merecido destaque a comunicado do organismo, após reunião em Washington, no final de semana, segundo o qual o FMI passou a aceitar que investimentos em infra-estrutura não integrem mais o cálculo do superávit primário.

Assim, o FMI está autorizando o Brasil a fazer investimentos em infra-estrutura, sem que isso seja considerado despesa do Governo.

O organismo reconhece que “a falta de investimentos em infra-estrutura pode ser um impedimento para o crescimento”.

A importância dessa mudança na filosofia do Fundo é evidente. Não só para o Brasil, onde começará a ser aplicada, como para todos os países em desenvolvimento que, enfim, podem sair um pouco do sufoco a que suas economias estão submetidas.

Dirigentes do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também se manifestaram favoráveis à tese. E isso é bom, porque sinaliza outras mudanças que podem beneficiar os países pobres.

Trata-se, na verdade, de uma importante transformação na filosofia do FMI. Seus críticos costumam argumentar que o Fundo não soube se adaptar às mudanças produzidas pela globalização e mantém exagerada confiança nos mercados. Devemos refletir e avaliar nossa relação com o FMI, a mais importante instituição do sistema financeiro internacional, num momento em que o Fundo se vê obrigado a alterar sua política de controle das economias em desenvolvimento.

Neste mês de abril, ocupei esta tribuna em mais de uma ocasião para destacar esse tema. Percebi que estavam amadurecidas as condições para essa flexibilização positiva. Era o que nos indicavam a conjuntura brasileira e internacional e declarações objetivas de altos funcionários do FMI, Banco Mundial e BID.

Apelei ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Governo como um todo no sentido de que esse era o caminho. Não bastasse o consenso que se formava em torno dessa tese, havia ainda o fato de o Brasil nunca em sua história ter registrado um superávit tão alto e jamais ter pago tanto em juros aos credores internos e externos.

O acordo inicial com o FMI exigia um superávit de 3,75% do PIB.

Por sua própria iniciativa, o Governo Lula ampliou essa meta para 4,25%.

Mas o arrocho foi ainda mais forte do que isso. No primeiro trimestre deste ano, a relação do superávit com o PIB chegou a um recorde histórico: 5,41% do PIB.

O total economizado nesse período, às custas da falta de investimentos sociais e em infra-estrutura, principalmente saneamento, ficou em absurdos R\$20,5 bilhões.

Mais do que pediu o FMI, que se contentava com uma economia de R\$14,5 bilhões, no trimestre de janeiro a março, para pagamento de juros.

Ora, qual país pode sobreviver nesses termos?

Para mudar, sempre considerei que não seria necessário romper com o Fundo e, tampouco, partir para bravatas que renderiam popularidade fácil num primeiro momento, mas poderiam provocar consequências negativas mais tarde.

Mas, de forma negociada e ponderada, chegamos a um bom termo. Então, cumprimentos ao Presidente Lula e seu Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por essa conquista.

Vamos aguardar, agora, investimentos na recuperação e modernização da infra-estrutura.

Com isso, estaremos lançando as bases para o crescimento e a criação de empregos. Reduzindo o Custo Brasil, consolidando a estabilidade econômica e o prestígio do País no exterior.

A mudança na ortodoxia do Fundo, segundo o BNDES, poderá liberar de imediato R\$5,6 bilhões para investimentos em infra-estrutura. Dinheiro que estava preso nos cofres da União, por exigência do acordo com o FMI.

Desse total, parte será aplicado no setor elétrico, para evitar novo escândalo como o “apagão” que marcou historicamente o Governo Fernando Henrique.

Outra parte dos recursos poderá ser direcionada para obras em infra-estrutura em Estados e Municípios.

Quem ganha é o Brasil e o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral (BLOCO/PT-MS)

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que *dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 20 DE ABRIL DE 2004, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vejo que há um setor da elite brasileira que, ao longo de toda a história e não apenas nesse momento, sempre se expressa de forma extremamente

agressiva, quando nunca intransigente, frente a qualquer tipo de conflito social.

Todas as vezes que os de baixo se movimentam, reivindicando seus direitos e buscando expressar as suas dificuldades, a elite pede autoritarismo, repressão e, como única resposta da sociedade a uma parcela tão grande do nosso povo que vive uma situação de exclusão social, num quadro de profundas desigualdades. Talvez as únicas coisas monótonas nessa história do pós-guerra são que a distribuição de renda neste País não mudou e que a elite sempre se comporta exatamente dessa forma diante de todo e qualquer conflito social.

Nesse final de semana, na Bienal do Livro, tive a oportunidade de prefaciá-lo um livro lançado pela biblioteca do Senado e recomendo a leitura dos três livros que tratam da história da capitania de São Paulo. Uma passagem extremamente interessante refere-se a 1524, à então Câmara de Vereadores de São Paulo de Piratininga, quando só havia dois vereadores naquela ocasião. O debate entre eles era justamente sobre a indignação com o fato de que os muros que protegiam a cidade estavam sendo ocupados com a construção de palafitas pelos índios que viviam em aldeia. O problema da ocupação de terra na cidade de São Paulo, o problema dos sem-teto, tem nada menos que 500 anos de história. Já em 1524, o debate na Câmara de Vereadores versava sobre o problema dos sem-teto e da ocupação do solo urbano.

Por sinal, um mínimo de cultura do que é a história do povo deste País seria o suficiente para demonstrar que essas favelas todas que vemos ao longo das grandes cidades brasileiras não vêm de outro movimento senão da ocupação desordenada do solo urbano, produto da luta dos despossuídos, dos desempregados, dos famintos. A única maneira de sobreviver nos grandes centros urbanos foi a ocupação da terra.

Em São Paulo, não temos apenas favelas com cem mil pessoas, como Heliópolis, uma verdadeira cidade dentro da cidade e que sequer nos mapas da cidade está presente. Não consta no mapa da cidade como sobrevivem cem mil pessoas numa favela como Heliópolis. Ela foi apagada dos mapas, simplesmente porque é uma cidade proibida, uma cidade dos excluídos, uma cidade que não tem nenhum tipo de identidade legal, uma cidade que não respeitou as normas de propriedade e que, portanto, não tem reconhecimento. Entretanto, na cidade de São Paulo, boa parte da Zona Leste e da Zona Sul é resultado exatamente de uma busca de superar essa visão preconceituosa e equivocada, tratando, portanto, de construir um caminho de reconhecimento dessas famílias e um processo de urbanização das favelas.

Essa dialética entre ocupação, movimento dos sem-teto, política urbana e reforma urbana tem sido uma marca fundamental, especialmente num governo como o nosso, na cidade de São Paulo, sensível às demandas sociais, o que se demonstra, por exemplo, na construção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) na periferia. Pela primeira vez, uma escola tem campo de futebol, quadra de esportes, teatro, cinema. A periferia de São Paulo sequer tem acesso a cinemas. Há áreas inteiras, como Guaianazes e São Miguel, que têm um milhão e meio, setecentas mil ou dois milhões de pessoas, que não têm um cinema. Elas passaram a ter cinema, teatro, quadra de futebol e um sistema educacional integrado. Programas, como o Bolsa-família e o Bolsa-escola, permitiram que boa parte dessa população pudesse manter e preservar seus filhos na escola. A matrícula cresceu mais de 30% e o índice de evasão caiu mais de 30% por políticas públicas exatamente voltadas para esses setores.

Áreas de favelas, como Heliópolis, estão sendo reurbanizadas, inclusive por talentos como Rui Ohtake e outros, que se dedicam a pensar na recuperação desses espaços com o reconhecimento do solo e com a doação de terrenos de favelas com mais de quarenta anos.

Portanto, por favor, não tratem um movimento que tem, pelo menos, 500 anos de história de conflito, próprio da natureza e da formação das nossas cidades, com esse tipo de preconceito e ligeireza próprios de uma elite que nunca soube incorporar essas parcelas mais amplas da sociedade e fazer, sobretudo, a reforma urbana, o único caminho para resolver esse problema do acesso ao direito à moradia.

Sr. Presidente, a questão indígena agride ainda mais a consciência nacional. A estimativa da destruição e do desaparecimento da nossa história de povos inteiros, de culturas e de línguas e a estimativa do genocídio ocorrido no processo de colonização registram que quatro a seis milhões de índios foram dizimados ao longo da história, desde o processo de escravização forçada até a simples dizimação de nações inteiras – algumas inclusive foram mencionadas aqui. Os Cinta-Larga perderam 3.700 pessoas, que foram assassinadas, chacinadas, massacradas, destruídas, tiveram suas terras desapropriadas, sem que as vozes neste plenário, ao longo da história, se levantassem, por entender que a única resposta a essas populações não é respeitar sua identidade, suas tradições, seus valores e seus direitos originários, mas é a aculturação forçada, como a feita no processo de colonização, desde a chegada do primeiro intelectual, Pero Vaz de Caminha, que precisou optar, dizer de que lado estava. Em sua carta, fica clara a opção por

Portugal, pelos colonizadores e pela lógica que vai dominar boa parte da elite intelectual e dos interesses econômicos deste País.

Não podemos tratar esse tema dessa forma. É gravíssimo o problema da mineração. E penso que o Senado deve se debruçar sobre esses episódios, bem como as demais autoridades, e investigar com rigor, sem encontrar apressadamente a condenação, porque ali existia uma quadrilha operando, comprando, contrabandeando e vendendo, por sinal, com o envolvimento de forças policiais. Há policiais envolvidos, inclusive da Polícia Federal, identificados nesse processo. O problema é um pouco mais amplo e devemos ser mais cuidadosos, porque, dentre os corpos descobertos, alguns foram mortos há mais de dois anos. Essa história é mais antiga. Trata-se de um crime continuado, de um processo que precisa ser muito bem investigado e identificado, e cuja tradição é mais ampla. Então, vamos investigar com cuidado, sem qualquer tipo de preconceito, muito menos permitindo que esse episódio reforce a tese da criminalização dos povos indígenas e de não-reconhecimento dos seus direitos históricos, o que é próprio da nossa tradição política e histórica. Tenho certeza de que os senadores que propõem esse debate querem tratar o problema com essa magnitude.

Tenho um projeto de lei, apresentado na Câmara dos Deputados há nada menos do que 14 anos, propondo um Estatuto dos Povos Indígenas: direitos e deveres, reconhecimento de direitos e obrigações, para que essas áreas demarcadas disponham de políticas, regras e procedimentos quanto a sua realização. Nunca consegui fazer com que ele prosperasse. Havia o compromisso do Governo anterior de votá-lo, e não foi possível. É sempre um tema complexo e difícil. Foi criada uma comissão especial; houve um relatório aprovado na comissão, mas não conseguimos evoluir na perspectiva. Talvez essa crise e a demarcação da área de Roraima permitam um debate mais qualificado.

Mas o lado positivo dessa história é que os povos indígenas estão se colocando como sujeitos políticos desta Nação, não só no ocorrido na Praça dos Três Poderes, mas em todos os episódios a que estamos assistindo pelo dia 19 de abril. Essa não é a primeira vez. Lembro-me deles entrando com lança, quando da negociação com o Relator, na Câmara dos Deputados.

Portanto, esse tema tem que ser tratado por meio de diálogo, de negociação, do reconhecimento dos direitos e dos deveres. Contudo, crime, seja ele de qualquer natureza, de quem for, por que razão, não será permitido, muito menos quando há interesses econômicos

tão perversos quanto na nossa história – a mineração também faz parte da história do nosso País.

Ouçó o senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Aloizio Mercadante, confesso-me um tanto perplexo diante de algumas observações e tenho a impressão de que a sociedade brasileira também. Se uma mulher comete um crime atroz, cruel, espanca – e tem acontecido tantos –, deve ser julgada, o que não implica julgamento de todas as mulheres. Se o nordestino comete um crime, ele deve ser julgado. Todavia, um homem de governo não tem condições, não pode, pela responsabilidade que tem, **a priori**, estimular um massacre que, em nenhuma religião, sob nenhuma ética da cultura ocidental, em hipótese alguma, é válido e aceitável que seja cometido por quem quer que seja. Não acredito que V. Ex^a pense que, ao exigirmos uma reparação do Diretor da Funai, ao nos mostrarmos chocados com um massacre dessa proporção, existe alguma intenção de criminalizar ou culpar os índios. A história retrata muito bem – V. Ex^a fez referência a ela – que os nossos índios, aqui e em outras partes do mundo, foram dizimados, tiveram sua cultura aniquilada. Contudo, essa história não permite uma resposta, que não posso dizer que seja dos índios, 500 anos depois; mas nada justifica uma carnificina. Nossa formação não nos permite saber de fatos dessa natureza sem indignação. Contudo, em função dessa indignação, não podemos ser responsabilizados pelos massacres cometidos durante a história da humanidade. Eu não perdoaria um judeu que massacrasse sequer um alemão porque seis bilhões de judeus foram massacrados durante a II Guerra. Mas, pelo amor de Deus, o Governo e a sociedade não podem assistir a esse espetáculo de violência que está acontecendo no País; que o Governo não dê uma demonstração de complacência com a violência, venha de onde vier e seja por que motivo for. Espero ter de V. Ex^a a compreensão pela minha indignação, que, tenho certeza, não é apenas minha, mas da sociedade brasileira.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a se reportou a um episódio histórico muito apropriado para esta reflexão, que é a história do povo judeu. O anti-semitismo e os massacres dos judeus não ocorreram apenas na Segunda Guerra Mundial, ocorreram antes, nos **progroms** da Rússia, e ao longo de vários momentos da História. O anti-semitismo, o preconceito, levava à culpa apressada – “a responsabilidade é dos judeus” – e a uma resposta da sociedade, cujo momento mais dramático, mais trágico e mais indigno foi exatamente o da Segunda Guerra Mundial.

Em relação aos povos indígenas, não foi diferente. O que chama a atenção é o fato de os crimes terem ocorrido dentro de uma área indígena. A princípio, também não pode ser descartada a responsabilidade dos povos indígenas. Vamos investigar, apurar. Há claramente uma quadrilha com conexões muito mais amplas do que os indígenas que lá moram, porque diamantes saíam de lá e eram comercializados por interesses bem mais poderosos do que os dessas comunidades. É fundamental que possamos identificar, e não nos precipitar, condenando antes de apurar e investigar com todo o rigor da lei. A vida tem que ser preservada em qualquer situação, em qualquer cultura. Esse é um compromisso e um princípio constitucional que vale para todos os que habitam este Território, esta Nação, mesmo aqueles que possuem uma identidade e uma cultura próprias. Não vamos tolerar qualquer tipo de violência ou assassinato. Mas não vamos nos apressar e não vamos reforçar um tipo de preconceito em relação às nações indígenas, aos povos indígenas; preconceito que, ao longo da história, justificou massacres e massacres, porque os perdedores não foram os colonizadores, mas os índios; não foram os que predominaram, ocuparam e tomaram conta do território, foram os índios. Quem foi dizimado, massacrado, destruído, prostituído perdeu sua cultura, sua identidade, sua língua, foram os povos indígenas.

Então, peço apenas que tenhamos equilíbrio e moderação para não reforçarmos um preconceito histórico, que, tenho certeza, V. Ex^a não está patrocinando. V. Ex^a é sincero e sua indignação, procedente. Não podemos aceitar que trabalhadores que estavam de alguma forma tentando sustentar suas famílias sejam assassinados. E esses homicídios vêm ocorrendo há anos, por todos os indícios que estão surgindo. Há anos isso vinha acontecendo: massacre, assassinato coletivo e sistemático daqueles que estavam envolvidos nessa atividade ilegal. Vamos apurar com rigor e punir todos os responsáveis que estiverem à frente desse episódio.

Quero ir um pouco mais além, mas antes passo a palavra ao senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, estou acompanhando o seu pronunciamento, que mostra grande lucidez e responsabilidade não só política, mas social, ética, com uma visão de civilização que está sendo posta aqui à altura do que imaginamos como oportuna e viva, para quem acredita num sentimento de justiça como o grande marco regulatório das nossas ações. Penso que V. Ex^a deixa claro o ordenamento jurídico como rota de um processo, de um conflito envolvendo índios e não índios e mortes no Estado de Rondônia. V. Ex^a deixa

claro ainda que não nos furtaremos a ver a presença do Estado, a intervenção do Estado pronta e ágil numa situação dessa natureza, porque não queremos um conflito estimulado e que alguém faça juízo de valor sobre culpados e vítimas neste momento. Temos que ter muita tranquilidade, muita serenidade e pronta intervenção. Penso que o pronunciamento que faz o Líder do Governo deixa claro o caminho que estamos adotando. Não poderíamos imaginar que fosse alguém mais além e quisesse fazer um julgamento precipitado de mortes, que não estão esclarecidas definitivamente quanto à autoria. Não sabemos quantos índios estão mortos ali. É preciso investigar a fundo aquele processo. Quantas crianças podem estar mortas? Quantas crianças índias podem estar sendo estupradas, violentadas e mortas naquela região? Então, é preciso cautela, é preciso prudência. Qual foi a intervenção e a presença do Governador do Estado de Rondônia junto à União diante desse processo? Quantos alertas foram feitos? Quantos pedidos de atenção para a questão foram feitos? Conversei, há mais de dois anos venho conversando com os Procuradores da República, Dr^a Raquel, Dr. Humberto, Dr^a Ela, e eles têm ido lá e têm-se expostos a vários riscos. Inclusive, alertaram em relatórios para o iminente risco de violência a uma raça, risco movido por ambição, por uma movimentação de mais de 2 bilhões de dólares com o tráfico de diamantes. Qual foi o papel do Estado, nesses anos anteriores? Será que o papel do Estado é apenas julgar e analisar as conseqüências de uma tragédia? Ou seria de intervir, prevenir? Lembro-me que na Suécia, Senador Mercadante, nos anos 70, uma criança foi vítima de tétano e morreu. O país não aceitou como lógica aquela morte, e o ministro da saúde renunciou à função. Em nosso País, parece que ninguém tem responsabilidade anterior às tragédias que ocorrem. Só se julga e se condena de imediato. Então, minha concordância é absoluta. E a minha solidariedade às famílias de garimpeiros e aos irmãos índios que estão sendo vítimas. Qualquer um que tenha cometido um assassinato deve ser devidamente punido, de qualquer lado, no Estado de Rondônia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – AP)

– Senador Tião Viana, agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a, que só ajudou a reforçar a interpretação que estamos dando. Não vou apressar-me, como alguns tentam neste momento, para condenar o Governo do Estado anterior ou o atual, o Governo Federal anterior ou o atual nem os índios. Vamos apurar quem se omitiu, quem estimulou e, sobretudo, quem se beneficiava desse crime, do tráfico de diamantes. É essa a quadrilha que temos que identificar. Seguramente, manipulava e utilizava inocentes para fins perversos. Por sinal, muito

próprio de toda a história da colonização. Foi assim, também, o interesse pela mineração no processo de formação da identidade nacional.

Quero falar de um outro episódio, antes de passar a palavra aos outros inscritos para cumprir o prazo que me foi destinado. Falarei sobre a questão dos presídios. Espanta-me a reflexão aqui apresentada. Tivemos um crime hediondo em um dos presídios de Rondônia, por sinal da responsabilidade do Governo do Estado. Era do PSDB a gestão do presídio. A responsabilidade é do Governo do PSDB. O crime foi tão hediondo quanto os levantes a que assisti e os massacres em alguns presídios do Estado de São Paulo coordenados pelo PCC – Primeiro Comando da Capital – e outras agremiações criminosas. Chegaram a promover levantes em dezenas de presídios no mesmo mês, também no Governo do PSDB em São Paulo. Vi, na Febem, um rapaz, menor de idade, cortar a cabeça de outro e jogá-la sobre o muro em um dos levantes coordenados pelo PCC.

Senador, não vim dizer que havia um caos no Estado. Vim defender o Governador naquela ocasião. Levantei-me aqui, recentemente, quando algumas quadrilhas andaram baleando e matando policiais militares no Estado de São Paulo. Algumas quadrilhas agiram assim recentemente. Subi na tribuna para defender o Estado, a sociedade organizada e combater o crime organizado. O que muitas vezes o Governo do Estado não teve condições, inclusive na gestão dos presídios.

Acredito que a resposta à crise dos presídios não é a repressão fácil, como foi com o Carandiru, com 111 mortes. Não é assim. A resposta é construir presídios. É tirar do presídio aqueles que não têm penas que justifiquem reclusão. É buscar o novo regime prisional, em que os chefes de quadrilhas ficarão isolados. É isso que vai desbaratar o crime organizado que tomou conta de alguns presídios no Brasil.

Lembro-me de que na Pampulha, há dois anos, tínhamos uma roleta russa para saber quem ia morrer; no Espírito Santo a mesma coisa, e lá pessoas sendo jogadas, era possível ver pela tela da televisão, de cima do telhado do presídio. Não vamos simplificar a crise prisional. Não tem nenhuma especificidade. Não é Rondônia que está em crise. Isso vem se tornando recorrente em vários Estados da Federação. Existe uma política nova, firme, responsável. Ontem, penso que fizemos um bom debate de medidas que poderiam caminhar nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pediria licença a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais 30 minutos, e adverti-lo de que, por analogia, V. Ex^a dispõe ainda de um minuto e meio.

Concluo dizendo que também em relação ao MST, ao problema da reforma agrária, eu me lembro de marchas monumentais entrando em Brasília, eu, na oposição, protestando contra as ocupações de prédios, inclusive em Brasília e em outros Estados da Federação. Eu dizia que não era a forma correta de reivindicação da luta pela terra.

Penso que o respeito à propriedade produtiva e o avanço da reforma agrária são o melhor caminho para resolvermos isso, respeitando a lei e o Estado de Direito, impedindo qualquer tipo de violência. O respeito à propriedade produtiva é fundamental para que o País possa produzir, gerar empregos, manter nosso recorde de safra agrícola, o crescimento exuberante da nossa agricultura, mas temos que buscar respostas concretas a algumas demandas sociais em vez de criminalizarmos e buscarmos a resposta da repressão.

Para concluir, senador José Agripino, não consigo entender a alusão ao regime de 1964. Sei que V. Ex^a apoiou aquele regime, foi Governador do regime, mas a história de V. Ex^a... V. Ex^a foi Governador pelo PDS, não foi?

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Fui Governador eleito, Senador Aloizio Mercadante, pelo voto direto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim, pelo partido do regime militar. V. Ex^a, ao longo da história recente e toda atitude de convivência, é um homem de mais profunda convicção democrática: as atitudes, os pronunciamentos, a defesa. O que ocorreu em 1964 não serve de experiência para coisa alguma, muito menos como resposta. A repressão e a ditadura não são respostas aos conflitos sociais; mas sim a democracia, a negociação, as políticas públicas. É isso que vai permitir que possamos incorporar essa multidão de excluídos no projeto de desenvolvimento e crescimento da economia. Por isso, queria deixar muito claro que não entendi a alusão de V. Ex^a. E se V. Ex^a a fez, ela foi infeliz, porque aquele episódio serve para o que não se deve repetir na sociedade brasileira. Um grande teórico pouco citado diz que a história só se repete em farsa ou tragédia. Mencionar esse tipo de questão em momento de consolidação da democracia brasileira como o atual serve mais para menção à farsa do que propriamente para a tragédia; esta fica para 1964.

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomcej@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral: 19.04.1995 3ª Eleição Geral: 27.06.2001****2ª Eleição Geral: 30.06.1999 4ª Eleição Geral: 13.03.2003****Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³****Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL)**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALBERTO SILVA		Defesa de que os vereadores diplomados pela justiça eleitoral terminem o mandato. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	430
Relata que o trabalhador norte-americano recebe o salário por semana. Aparte ao Senador Mão Santa.	173	ALMEIDA LIMA	
Faz comentário sobre a necessidade de tratamento especial na Constituição para as Forças Armadas. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	177	Cobra providências das autoridades no tocante ao caso Waldomiro Diniz. Aparte ao Senador Efraim Moraes.	51
Comenta sobre a importância da água tratada e do esgoto para saúde da população. Aparte ao Senador César Borges.	183	Comentários sobre matéria publicada no jornal O Estado de S.Paulo, intitulada "Irmão de Daniel: Gilberto disse que levava dinheiro a Dirceu".	57
Faz proposta de criação de uma câmara de gestão para a recuperação das rodovias brasileiras, alertando para a inviabilidade da operação tapa-buracos em estradas irrecuperáveis, anunciada pelo Ministro dos Transportes.	198	Crítica ao governo pela inércia, inaptidão e corrupção existentes em sua administração. Aparte ao Senador Mão Santa.	88
Considerações sobre o massacre ocorrido em Rondônia entre os índios cinta-larga e garimpeiros. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	352	ALOIZIO MERCADANTE	
Importância de se preservar a cultura e melhorar a vidas dos índios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	356	Requerimento nº 455, de 2004, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2003.	107
Comentários ao discurso proferido pelo Senador Arthur Virgílio.	359	Esclarecimentos sobre o pronunciamento de S. Exa. em defesa do governo.	215
Apelo para construção de presídios no Brasil. ..	359	Comenta sobre os problemas dos sem-teto e da ocupação desordenada do solo urbano.	563
Defesa da criação de uma Câmara de Gestão para solucionar o problema das rodovias brasileiras. .	359	Comenta sobre a necessidade de demarcação das terras indígenas.	563
Aproveitamento do biodiesel.	359	Comenta sobre os problemas prisionais do Brasil.	563
Louva a universidade brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa.	371	Defende o Estado de Direito e a necessidade de buscar resposta aos conflitos sociais.	563
Comentários à proposta do governo federal para manutenção das estradas brasileiras. Apoio à criação de uma Câmara de Gestão destinada à recuperação da malha rodoviária federal.	421	ALVARO DIAS	
Proposta de assentamento de famílias no semi-árido do Nordeste.	421	Comenta sobre as dificuldades econômicas enfrentadas pelo País.	36
Comenta sobre a importância da polícia federal para os estados brasileiros. Aparte ao Senador Mão Santa.	427	Comentários sobre a desordem no Campo.	36

	Pág.		Pág.
Comenta sobre a necessidade de apoio do Ministério da Saúde ao Hospital Psiquiátrico de Maringá/PR.	36	Considerações sobre o caso Waldomiro Diniz. Aparte ao Senador Efraim Moraes.	52
Protesto contra inclusão do nome do Presidente Lula na lista entre as 100 pessoas mais influentes do mundo, elaborado pela revista norte-americana Times, ao lado de Bin Laden.	124	Comenta sobre a morosidade da Reforma Agrária implementada pelo Governo Lula.	63
Comenta sobre a CPI para apurar a morte do ex-Prefeito Celso Daniel.	124	Comenta sobre a importância da CPI em curso no Senado, cujo tema é a questão agrária.	63
Demonstra preocupação com os rumos da política social do governo Lula.	124	Faz comentários às atitudes de alguns integrantes do governo federal. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	72
Critica a lista das 100 pessoas mais influentes do mundo, elaborada pela revista Times. Aparte ao Senador Hélio Costa.....	127	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Faz análise crítica do governo Lula com destaque para o aumento do desemprego.	338	Criticas à ausência de competência de nomeados para de cargos públicos no governo federal.	100
Comenta sobre a repercussão internacional de ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e das dificuldades econômicas por que passa o País.	338	Agradece à lembrança ao ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	188
Comenta sobre os avanços significativos ocorridos após a aprovação da Reforma Política. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	534	Comenta sobre a matéria publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo, que corrige reportagem publicada anteriormente, sobre sua participação em episódio contra militantes da campanha Diretas Já, na Bahia.	536
Faz sugestões à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que investigue a possibilidade do assassinato do então vice-presidente do Paraguai, Luis Argaña, em 1999, ter sido uma farsa, tendo em vista que o escândalo possa abalar a imagem do Mercosul.	543	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
Faz abordagem sobre a suposta paralisação que estaria atingindo o governo Luiz Inácio Lula da Silva.	543	Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, no Estado de Sergipe.	107
Homenagem a Ney Braga.	543	Parecer nº 337, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 – Complementar, (nº 224/2001 complementar, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.	158
ANA JÚLIA CAREPA		Transcrição, nos Anais do Senado, da matéria “Se não é barbárie”, da jornalista Tereza Cruvinel, publicada no mesmo dia no jornal O Globo.	329
Homenagem ao “Dia do Índio”.	122	Transcrição do artigo do jurista Dalmo de Abreu Dallari, publicado no jornal Correio Braziliense, sobre a tentativa de cassação dos mandatos do Senador João Alberto Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe, intitulado “Em nome da justiça”.....	373
Comenta sobre o conflito entre os índios cincta-larga e garimpeiros.....	122	ARTHUR VIRGÍLIO	
Comenta sobre o massacre da população indígena. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	210	Requerimento nº 456, de 2004, que requer voto de aplauso ao jovem Carlos Matheus Silva Santos, por sua habilidade excepcional para a matemática.	107
Deseja boas-vindas ao Senador Marcos Guerra. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	219		
ANTERO PAES DE BARROS			
Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2004, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas.	32		

Pág.	Pág.
Comenta sobre a necessidade de criação de uma CPI para investigar a morte do ex-Prefeito Celso Daniel. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	125
Comenta a lista elaborada pela revista Times das 100 pessoas mais influentes do mundo. Aparte ao Senador Hélio Costa.	127
Louva a candidatura de Michel Temer para concorrer à Prefeitura de São Paulo. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	139
Pesar pelo falecimento do desempregado José Antônio de Souza.	144
Questionamentos sobre a decisão do Diretório Nacional do PT, de proibir que seus candidatos recebam dinheiro para campanha eleitoral oriundo do jogo do bicho, de bingos e de empresas permissionárias de serviço público.	144
Faz considerações sobre a agressão sofrida pelo Sr. Mario Haag, durante assalto a sua residência.	144
Requerimento nº 460, de 2004, que requer voto de pesar ao Senhor José Antônio Andrade de Souza, desempregado que havia tentado ser recebido pelo Presidente Luiz Inácio da Silva.	150
Faz críticas ao governo Lula, com base em matérias publicadas em diversos jornais de circulação nacional.	207
Refutações ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante em defesa do governo.	214
Enaltece as características do Senador Marcos Guerra na assunção a uma cadeira no Senado. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	218
Cobra atitudes governamentais do Presidente Lula. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	222
Solicita a transcrição de artigos de imprensa sobre os problemas brasileiros em virtude da ineficaz atuação do governo federal.	223
Homenagem à Brasília, à população e aos políticos da Capital Federal. Aparte ao Senador Valmir Amaral.	325
Críticas à declaração do Presidente da Funai. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	355
Críticas ao anúncio de possíveis alterações das metas de inflação.	357
Requerimento nº 463, de 2004, que requer Voto de Aplauso ao pesquisador químico Marco Aurélio de Paoli e à equipe da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pela obtenção de patente da nova tecnologia para o fabrico de fibra plástica a partir da fibra da planta amazônica curauá (bromélia).	371
Requerimento nº 464, de 2004, que requer Voto de Aplauso à Embrapa e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo trabalho de pesquisa executado pelas duas entidades para o seqüenciamento do genoma do Café Arábia. ...	372
AUGUSTO BOTELHO	
Faz considerações sobre a participação da Juventude no aumento da violência no País.	133
Homenagem pelo “Dia do Índio”.	133
Parecer nº 339, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003 (nº 2.340/2000, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (obrigatoriedade do envio de extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários).	161
Apoio aos pleitos esposados pela Senadora Serys Slhessarenko: aprovação da “PEC paralela” e a liberação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide para restauração e preservação das estradas federais.	343
Considerações sobre a política indigenista brasileira.	343
Faz questionamentos sobre a demarcação contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, que atende aos interesses das organizações não-governamentais internacionais.	552
CÉSAR BORGES	
Faz considerações sobre o volume de investimentos em infra-estrutura durante o ano de 2003. ..	182
Agradece ao Senador Heráclito Fortes pelo pronunciamento em que fala do ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	187
Faz elogio à preocupação do Senador Alberto Silva com relação às malhas rodoviárias. Aparte ao Senador Alberto Silva.	202
CRISTOVAM BUARQUE	
Crítica ao fato de, simplesmente, se levantar a hipótese de aumentar a meta inflacionária. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	358
DEMOSTENES TORRES	
Comenta sobre a letargia crônica que acomete o governo do PT na solução dos problemas nacionais.	347

IV

	Pág.		Pág.
EDISON LOBÃO			
Comenta a morte prematura de Petrônio Portella e Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	188	Cumprimenta o Senador Paulo Paim pela intensa defesa em favor dos trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim.	95
Comenta sobre a importância da viagem do Presidente Lula a China para as relações comerciais entre o Brasil e aquele País.	191	Elogio à atuação do Sr. Luís Pinguelli Rosa no comando da Eletrobrás. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães.	101
Exalta a cooperação econômica com a China para construção do Pólo Siderúrgico de São Luis.	191	Faz apelo a Mesa Diretora no sentido de providenciar, o quanto antes, todas as medidas para facilitar o ingresso e vagas para deficientes nas dependências do Senado.	202
Louva a atuação da polícia federal. Aparte ao Senador Mão Santa.	428	Comenta sobre a necessidade da apuração da provável formação de cartel para compra do controle acionário da Embratel.	556
EDUARDO AZEREDO			
Comentários ao artigo publicado no jornal O Globo, com o título “Dom Mauro: Combate à fome é o programa mais maltratado”.	77	EFRAIM MORAIS	
Comenta sobre o seminário do PSDB sobre educação, realizado em São Paulo.	119	Saúda a atuação do Senador Paulo Paim no Senado. Aparte ao Senador Paulo Paim.	42
Homenagem à professora mineira Alaíde Lisboa pelos 100 anos de existência.	119	Faz análise do caso Waldomiro Diniz.	49
Comentários ao artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 8 de abril do corrente, intitulado “O inferno ofertado ao investidor”.	326	FÁTIMA CLEIDE	
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS			
Comenta sobre a preocupação nacional com a violência e invasões.	140	Comenta a respeito do prejuízo ao desenvolvimento de Rondônia representado pela proposta da Eletronorte de transferir unidades geradoras de energia elétrica de Porto Velho para Macapá.	73
Apoio à presença do Presidente Lula à quarta Bial do Livro.	140	Faz considerações sobre a terceira Conferência da Amazônia realizada entre os dias 2 e 4 de abril em Porto Velho-RO.	150
Elogia a viagem do Presidente Lula a China. Aparte ao Senador Edison Lobão.	192	GARIBALDI ALVES FILHO	
Crítica ao fato de integrantes do governo não receberem parlamentares. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	350	Comenta sobre a necessidade de o superávit combinar com o crescimento econômico. Aparte ao Senador Valmir Amaral.	550
Requerimento nº 466, de 2004, que requer a necessária autorização para representar o Presidente da Casa no Encontro de Presidentes das Câmaras dos Poderes Legislativos dos Estados Parte do Mercosul em Assunção, Paraguai, nos dias 26 e 27 do corrente, nos termos do art. 40, caput, do Regimento Interno.	421	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
EDUARDO SUPLICY			
Manifestação em favor do aumento do salário mínimo.	90	Registra sua visita à Reserva Cazumbá-Iracema, no Estado do Acre.	203
Saúda encontro entre Sílvio Santos e Sr. José Celso Martinez Correa, em prol da cultura brasileira, realizado ontem no Teatro Oficina em S.Paulo.	90	Protesto contra atitude do Ministro Ricardo Berzoini, por não recebê-lo em audiência.	348
		Elogios à Ministra Dilma Roussef por sua agilidade em solucionar problemas afetos a sua Pasta.	348
		HÉLIO COSTA	
		Justifica inclusão do nome do Presidente Lula na lista dos 100 mais influentes do mundo.	126

	Pág.		V Pág.
Faz comentário sobre a regulamentação do registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior que não venham morar no Brasil.	126	Crítica a postura do presidente Lula e a do presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles. Aparte ao Senador Pedro Simon.	67
Faz referência à comemoração, amanhã, do Dia da Inconfidência Mineira, da morte do Presidente Tancredo Neves, e do vigésimo aniversário do Movimento das Diretas Já.	186	Faz análise do momento enfrentado pelo Governo Federal.	70
HELOÍSA HELENA		Homenagem de pesar pelo falecimento da Sra. Ivonete Guedes, ex-Prefeita de Barra d'Alcantara.	104
Faz cobranças ao governo Lula do compromisso assumido em campanha referente ao reajuste do salário mínimo.	101	Homenagem pelo aniversário de morte do ex-Deputado Luis Eduardo Magalhães.	187
Solicitação de apoio ao projeto de sua autoria que possibilita um aumento do salário mínimo para 330 reais.	101	Comenta sobre a importância da recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva.	201
Cobra promessa do presidente Lula com relação ao compromisso de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Aparte ao Senador Mão Santa.	173	IDELI SALVATTI	
Comenta sobre a importância do saneamento básico. Aparte ao Senador César Borges.	184	Requerimento nº 451, de 2004, que requer que sobre os Projetos de Lei do Senado de nºs 136/2000 e 155/2000, seja ouvida também, a Comissão de Educação, além das comissões constantes do despacho inicial.	83
Rememora as datas comemorativas de 19, 21 e 22 de abril.	197	Requerimento nº 452, de 2004, que requer as homenagens que menciona pelo falecimento de Lélia Abramo, ocorrida no último dia 9, aos 93 anos de idade.	83
Homenagem aos povos indígenas de Alagoas.	197	Registra a inclusão do Presidente Lula pela revista Time entre as cem pessoas mais influentes do mundo.	106
Faz crítica ao governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	211	Comenta sobre o aumento da importação e da exportação entre Brasil e China. Aparte ao Senador Edison Lobão.	194
Argumenta sobre a necessidade de o governo efetuar a reforma agrária e aprovar o Estatuto do Índio. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	221	Requerimento nº 462, de 2004, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2004, seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para proferir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.....	326
Saúda o povo de Brasília pela acolhida calorosa em relação aos parlamentares. Aparte ao Senador Valmir Amaral.	323	Necessidade de votação da medida provisória que trata da Cofins.	363
Transcurso, no último dia 19, do Dia do Índio. ..	437	Análise do remanejamento das emendas orçamentárias da bancada do Estado de Santa Catarina a serem destinadas aos municípios atingidos pelas intempéries ocorridas naquele Estado.....	363
Comenta sobre a aprovação do Estatuto do Índio.	437	Contestação às críticas dos partidos de oposição ao governo federal.....	363
Faz um paralelo entre a luta de Tiradentes contra a Coroa Portuguesa e a atual situação social do Brasil.	437	Comenta da importância das ações implementadas pelo governo federal na área de política externa.	442
Críticas à política econômica.	437	Comenta sobre os dados divulgados pelo Dieese referentes ao desemprego em São Paulo.	442
HERÁCLITO FORTES		Faz críticas às declarações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre o governo Lula.	537
Registro do falecimento ocorrido ontem, em Roma, do Embaixador João Augusto Médicis, que exercia o cargo de Secretário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como representante do Brasil.	48		
Registra a presença do diplomata Milos Alcalay no Senado Federal.	53		

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 468, de 2004, que requer voto de louvor à Universidade Federal de Santa Catarina pelos 25 anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, o qual alcançou o mais alto conceito na última avaliação do Exame Nacional de Cursos (o chamado Provão) promovido pelo MEC, tendo sido considerado o segundo melhor Curso de Arquitetura do País.	557	JOSÉ MARANHÃO	
JOÃO CAPIBERIBE		Corroborar crítica ao governo federal no tocante à tributação do gás nos estados brasileiros. Aparte ao Senador Mão Santa.	89
Culpa a corrupção pelo alto índice de massacres e chacinas ocorridos no Brasil. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	344	JUVÊNIO DA FONSECA	
JOÃO RIBEIRO		Parecer nº 338, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Requerimento nº 1.176, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000 (nº 4.132/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica.	159
Participação na segunda Feira de Negócios de Colinas-TO.	105	Faz crítica ao fato de as ONG's estrangeiras estarem comandando um processo de soberania nacional: a demarcação das terras indígenas. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	554
Faz considerações sobre o reajuste do salário mínimo.	526	LEONEL PAVAN	
JONAS PINHEIRO		Requerimento nº 450, de 2004, que requer que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2004, além da Comissão de Assuntos Sociais, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.	83
Requerimento nº 470, de 2004, que requer que sejam dispensados os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 27, de 2002; 140, de 2002 e 213, de 2002, que alteram dispositivos das Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e Físicas, respectivamente, já que, embora, referentes a propostas de modificação na mesma lei, tratam de assuntos inteiramente diferentes, cujo mérito recomenda apreciação em separado.	558	Faz protesto contra o governo federal, pela falta de repasse de recursos ao estado de Santa Catarina.	120
JORGE BORNHAUSEN		Critica atitude de o PT proibir o uso de dinheiro oriundo do jogo do bicho visto que o partido já fez uso dele. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	147
Demonstra perplexidade diante das declarações do Presidente Lula a respeito do salário mínimo.	43	Faz cobranças ao governo federal para liberação de recursos, incluídos no Orçamento da União, para o Estado de Santa Catarina, tendo em vista as intempéries ocorridas naquela região.	190
Comenta sobre a paralisia do Governo.	43	Requerimento nº 461, de 2004, que solicita que seja concedida licença a S.Exª para desempenhar missão, já que foi designado pela Casa para representar o Senado no PARCUM – Parlamento Cultural do Mercosul.	326
JOSÉ AGRIPINO		LÚCIA VÂNIA	
Faz comentários sobre o Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	212	Comenta as declarações do Ministro José Dirceu sobre a questão ética na condução da política econômica brasileira.	62
Faz considerações sobre o episódio que culminou no massacre de índios no Estado de Rondônia...	216	Denúncias envolvendo os programas sociais do Governo passado.	62
Cobranças de imparcialidade do governo federal no conflito que resultou no massacre de índios no Estado de Rondônia.	216	Demonstra preocupação com o tratamento que o governo federal tem dado à reforma agrária e com a ocupação de terras pelo MST.	327

	Pág.		Pág.
Comenta sobre o conflito entre índios e garimpeiros no Estado de Rondônia.	445	Defesa da criação da câmara de gestão para gerir as rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva.	361
Comenta sobre a questão do desemprego no Estado de São Paulo.	445	Defende a melhora da relação entre o empresariado brasileiro e o governo federal. Aparte ao Senador Valmir Amaral.	368
LUIZ OTAVIO		Relato sobre as dificuldades do Hospital Universitário de Brasília – HUB, solicitando ao Presidente Lula providências para solucioná-las.	369
Demonstra preocupação com a atual política pesqueira no Brasil, em particular, com a exploração da atividade pesqueira de atuns e afins, no litoral norte brasileiro, que será explorada por uma empresa estrangeira, segundo matéria publicada dia 14 de abril no jornal “O Liberal”, do Estado do Pará.	558	Crítica a descaracterização da função principal para a qual foi criada a Cide. Aparte ao Senador Alberto Silva.	424
MAGUITO VILELA		Comenta sobre a greve dos policiais federais. .	425
Demonstra solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim.	530	Crítica às mudanças em ano eleitoral. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	429
Comemoração, no dia 19 abril, do Dia do Exército.	530	Críticas ao governo federal com relação ao fato de ele não saber administrar a política econômica. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	439
Homenagem póstuma ao general goiano Joaquim Xavier Curado.	530	MARCOS GUERRA	
MÃO SANTA		Posicionamento de S.Exa. às questões nacionais por ocasião de sua assunção no Senado Federal.....	217
Crítica o governo federal no tocante ao estado dos hospitais federais. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	38	Faz protesto contra a maneira como vêm sendo utilizados os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide.	546
Comenta a situação dos indígenas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.....	55	MOZARILDO CAVALCANTI	
Comentários à manchete do jornal Meio Norte, do Piauí, intitulada “Gás bitributado sufoca o Piauí”.	87	Transcurso do Dia do Índio.	54
Disserta sobre a ineficácia do governo federal com relação à segurança pública. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	134	Comenta sobre a situação dos indígenas no Brasil.	54
Homenagem à pessoa do senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	140	Registra eleição de Catarina Guerra em quarto lugar no concurso Miss Brasil 2004.	84
Comenta o montante de dinheiro que o PT tem. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	145	Críticas a denuncia contra o governo brasileiro na Organização dos Estados Americanos – OEA, de maus tratos aos indígenas e demora na demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, na região da fronteira norte do país, feita pela índia do povo wapichana.	84
Necessidade de fortalecer o exército brasileiro. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	149	Requerimento nº 454, de 2004, que requer que seja inserido em ata e comunicado ao homenageado voto de aplauso e congratulações pelos 60 anos do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, transcorridos hoje, 19 de abril.	107
Comenta sobre o reajuste do salário mínimo. ..	170	Análise da questão indígena no País.	354
Comentários à postura política de Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	189	Faz referência à decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da fixação do número de vereadores em cada município.	428
Faz crítica ao governo federal sobre a falta de segurança à vida. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	340	Faz apelo à Câmara dos Deputados, à celeridade na tramitação de Projeto de Lei do Se-	
Necessidade de melhorar a vida dos índios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	356		

VIII

	Pág.		Pág.
nado 130, de 2001, de autoria de S.Exa., que cria adicional tarifário sobre os recursos obtidos nas vendas das passagens aéreas das linhas domésticas para subsidiar a aviação regional na Amazônia.	551	PAULO PAIM	
Comenta sobre a necessidade de demarcar as terras indígenas. Aparte ao Senador Augusto Botelho.....	553	Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2004, que cria o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa (PNPEM).	31
Faz comentários à pesquisa realizada pelo Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília-UNB, sobre o custo do aluno nas etapas de graduação, mestrado e doutorado.....	560	Faz comentário sobre o reajuste do salário mínimo.	38
OSMAR DIAS		Voto de pesar pelo falecimento do desempregado José Antônio Andrade de Souza.	93
Requerimento nº 448, de 2004, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003 que, “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	83	Debate sobre o salário mínimo.	93
Requerimento nº 449, de 2004, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004 que, “Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	83	Defesa da política de cotas adotada pela UnB.	93
PAPALÉO PAES		Requerimento nº 453, de 2004, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado do Espírito Santo pelo falecimento de José Antônio Andrade de Souza.	100
Faz apelo ao governo federal para que estabeleça metas para o controle do descarte de pilhas e baterias usadas, para evitar a deterioração do meio ambiente.	547	Considerações sobre o atual salário mínimo. Aparte ao Senador Mão Santa.	172
PAULO OCTÁVIO		Anúncio de debate que ocorrerá no próximo dia 27, no Senado Federal, sobre desemprego, renda e política do salário mínimo.	204
Requerimento nº 458, de 2004, que requer a realização de Sessão Especial em 20 de abril de 2004, em comemoração ao aniversário de Brasília.	149	Análise da Portaria 160, do Ministro do Trabalho, cuja transcrição pede seja feita nos Anais do Senado.	204
Reitera apoio ao Governador Joaquim Roriz e à Vice-Governadora Maria de Lourdes Abadia, em face de processo em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral, remanescente das eleições de 2002.	520	Apresenta estudo sobre as dificuldades por que passa o Estado do Rio Grande do Sul com a seca.	204
		Defende a atualização do salário mínimo....	204
		Homenagem ao trabalhador, por ocasião do “Dia do Trabalho”.	526
		Leitura de carta do Presidente da Associação dos Municípios da região Centro do Rio Grande do Sul – AM CENTRO, que expressam apoio dos municípios gaúchos ao salário mínimo nacional de R\$ 300,00.	526
		Faz apelo à votação da “PEC Paralela”.	526
		Requerimento nº 471, de 2004, que requer a realização de Sessão Especial do Senado no dia 3 de maio de 2004, destinada a homenagear o Dia Mundial do Trabalho.	558
		PEDRO SIMON	
		Demonstra apoio às exigências impostas pelo Presidente Lula ao seu Ministério, conforme divulgado pela coluna de Tereza Cruvinel.	65
		Faz críticas ao Presidente do Banco Central....	65
		Faz referência no que tange a percepção de que o Governo deva ter entre seus colaboradores representantes de idéias divergentes.	65

	Pág.		Pág.
Comentários à iniciativa da OAB de ingressar no Supremo Tribunal Federal com ação cuja finalidade é obrigar o Congresso Nacional a instalar comissão para realizar auditoria da dívida externa do País.	80	Dirceu”, publicada no jornal O Globo, de 23 de março último.	75
Comenta sobre a flexibilização da política do Fundo Monetário Internacional – FMI com o Brasil, relativo a aceitação de investimentos em infra-estrutura não integrarem ao cálculo do superávit primário.	561	ROBERTO SATURNINO	
RAMEZ TEBET		Trabalho realizado pelo Senador Ramez Tebet na elaboração do parecer sobre a nova Lei de Recuperação de Empresas.	47
Elogia a atuação do Senador Paulo Paim frente à defesa da classe trabalhadora e justiça social. Aparte ao Senador Paulo Paim.	40	Liberação de verba para a Fiocruz.	47
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim.	44	Apoio às medidas adotadas para agilizar a reforma agrária.	47
Cumprimento do acordo firmado para votação da “PEC paralela” – Reforma da Previdência.	44	Comenta sobre os benefícios que a viagem do Presidente Lula a China trará ao Brasil. Aparte ao Senador Edison Lobão.	193
Nova Lei de Recuperação de Empresas.	44	Homenagem ao Exército brasileiro. Aparte ao Senador Maguito Vilela.	532
Projeto de Resolução nº 13, de 2004, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para incluir, como competência da Comissão de Assuntos Econômicos, o disposto no inciso XV do art. 52 da Constituição Federal (avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional), introduzido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003.	109	Comenta sobre a importância de o governo não intervir no Estado. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	538
Comenta sobre o lançamento da candidatura de Michel Temer, pelo PMDB, para concorrer à Prefeitura de São Paulo.	138	RODOLPHO TOURINHO	
Comenta sobre a importância das Forças Armadas. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	177	Projeto de Resolução nº 14, de 2004, que altera os arts. 14 e 158 do Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar o uso da palavra pelos Senadores.	448
Congratula o Senador Marcos Guerra pela assunção ao cargo de Senador. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	219	Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2004, que altera o art. 10 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para instituir mecanismos de transferência em relação à lista única de espera.	450
Comenta sobre a necessidade da participação do Governo Federal para intermediar o conflito entre índios e garimpeiros.	220	Faz comentários ao modelo de investimento anunciado pelo Ministro da Fazenda, em que o Fundo Monetário Internacional – FMI, permitirá a retirada de investimentos da conta do superávit primário.	524
Homenagem à Brasília e aos seus habitantes. Aparte ao Senador Valmir Amaral.	324	Requerimento nº 469, de 2004, que requer que seja encaminhado ao Ministro dos Transportes, Exmo Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, solicita informações sobre o Seguro Obrigatório Nacional (DPVAT).	557
Defesa da “PEC Paralela”. Aparte ao Senador Paulo Paim.	529	ROMERO JUCÁ	
Faz elogios ao Exército brasileiro. Aparte ao Senador Maguito Vilela.	532	Comenta sobre as atividades executadas pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA, subordinada ao Comando da Aeronáutica.	79
Comenta sobre a necessidade de deixar as críticas ao governo anterior e olhar para os problemas de agora para frente. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	538	Faz comentários sobre publicação da organização feminista Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento - intitulada “Brasil para Todas e Todos”.....	154
REGINALDO DUARTE			
Transcrição da matéria intitulada “Este é um governo que não rouba nem deixa roubar, afirma			

	Pág.		Pág.
Comenta sobre a importância da atuação do Banco Central do Brasil, nesses quase 40 anos de existência.	332	Faz proposta de união das lideranças nordestinas para pressionar o governo federal por maiores investimentos na região.	102
Comenta sobre a mineração e o garimpo em terras indígenas.	431	SERYS SLHESSARENKO	
Faz considerações sobre o projeto de lei que trata de Biossegurança.	446	Registra realização da feira agropecuária de Rondonópolis.	103
ROMEU TUMA		Demonstra estranheza com declarações do Secretário de Infra-Estrutura do Mato Grosso de que o governo federal não liberará recursos para a conclusão da Ferro-Norte.	103
Esclarecimentos acerca de informação dada pelo Senador Arthur Virgílio. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	126	Comenta sobre a necessidade de liberação de mais verbas para a recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva.	201
Comenta sobre o envolvimento da juventude com o crime organizado. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	134	Comenta sobre a necessidade de aprovação da “PEC paralela”.	335
Comenta o fato de o jogo do bicho ser contravenção e fazer parte do crime organizado. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	146	Cobrança da aplicação de recursos da Contribuição de Intervenção no domínio Econômico – Cide na restauração e preservação de rodovias federais, registrando a precária situação das estradas do Mato Grosso.	335
Requerimento nº 457, de 2004, que requer que seja encaminhado voto de aplauso ao Comando do Exército pelo transcurso do dia do Exército brasileiro, hoje, 19 de abril.....	147	Registro da primeira Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre pela inclusão digital que ocorrerá entre os dias 26 a 30 de abril.	335
Voto de aplauso ao Comando do Exército pelo transcurso do dia do Exército Brasileiro.	147	Apelo às autoridades federais e estaduais, pela conservação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, por ocasião do quinquagésimo aniversário de sua criação.	335
Homenagem ao Dia do Índio.	147	Comenta sobre a necessidade de resgatar as terras públicas para fazer a reforma agrária e demarcar as terras indígenas. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	345
Comenta acerca da falência do sistema penitenciário e a chacina ocorrida na reserva dos índios Cinta-Largas. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	175	Requerimento nº 465, de 2004, que solicita, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215. I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que, através do Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, encaminhe esclarecimentos sobre as seguintes informações.	372
Comentários sobre declarações do Presidente Lula feitas durante comemoração do Dia do Exército, transcorrido ontem, dia 19 do corrente. .	176	Faz elogios à realização, pelos Correios em convênio com a Universidade de Brasília, de curso de capacitação em software livre iniciado hoje e com término previsto para o dia 30 de abril.	533
Análise de documento elaborado pela Consultoria Legislativa sobre as atribuições das Forças Armadas.	176	Faz um apelo à aprovação da “PEC paralela”...	533
SÉRGIO CABRAL			
Parecer nº 336, de 2004 (Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2004), da Comissão de Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 6/03, que “dispõe sobre a vedação à cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e pelos serviços móveis”.	27		
SÉRGIO GUERRA			
Transcrição do artigo intitulado “Gritou, levou”, publicado no jornal O Globo, de 9 do corrente.	77		

	Pág.	XI	Pág.
Defende a liberação de recursos da CIDE para a restauração e conservação de estradas federais. .	533		
Requerimento nº 467, de 2004, que requer a inserção em ata de voto de aplauso ao presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, professor Sérgio Amadeu, pelo desenvolvimento do projeto e implementação da 1ª Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre, que ocorrerá de 26 a 30 de abril do corrente ano.	557		
SIBÁ MACHADO			
Elogios ao Senador Ramez Tebet pelo trabalho envolvendo a Lei de Recuperação de Empresas.	59		
Visita da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, ao Estado do Acre.	59		
Comentários à nota pública do PT sobre a questão agrária.	59		
Defesa da alteração das datas dos pleitos eleitorais.	59		
Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.	452		
Plano de Combate, prevenção ao desmatamento na Amazônia, apresentado pelo governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente.	520		
Comenta sobre o plano de combate e prevenção ao desmatamento na Amazônia, apresentado pelo governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente.	522		
TASSO JEREISSATI			
Faz críticas às declarações do Superintendente da Funai sobre um recente massacre ocorrido em Rondônia. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	210		
Parabeniza o Senador Marcos Guerra pelo pronunciamento de estréia na Casa. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	219		
Demonstra indignação diante do massacre ocorrido em Rondônia. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	565		
TEOTÔNIO VILELA FILHO			
Requerimento nº 459, de 2004, que requer a prorrogação, por mais 11 (onze) dias, da licença para tratar de interesse particular concedida a este senador por esta Casa, nos termos do art. 43 do Regimento Interno.....	150		
		TIÃO VIANA	
		Homenagem ao Dia do Índio.	143
		Homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	189
		Faz referência à campanha de vacinação que ocorrerá entre 26 e 30 de abril e beneficiará as populações localizadas nos estados e municípios de fronteira.	346
		Comenta sobre o lançamento, pelo Presidente Lula, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o chamado socorro pré-hospitalar.	440
		Faz comentários ao massacre ocorrido em Rondônia entre os índios Cinta-Larga e os garimpeiros. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. ...	565
		VALDIR RAUPP	
		Comenta sobre o massacre de garimpeiros na reserva dos índios Cinta Larga.	174
		Comenta sobre a morte de internos no Presídio de Urso Branco, em Rondônia.	174
		Comenta sobre a decisão da Eletronorte de retirar três turbinas da Usina Termelétrica Rio Madeira, localizada no Estado de Rondônia.	333
		Considerações sobre a questão do salário mínimo.	351
		Apelo ao governo federal para acabar com episódios de violência como o massacre de garimpeiros e as execuções de presos no presídio Urso Branco, em Rondônia.	351
		Defesa do início das obras do gasoduto de Rondônia, previstos para 2004.	351
		Projeto de Lei nº 96, de 2004, que altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.	451
		Faz comentários ao conflito ocorrido entre os índios Cintas-Larga e os garimpeiros, em Rondônia. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	555
		VALMIR AMARAL	
		Necessidade de o governo ouvir os clamores da população. Aparte ao Senador Ramez Tebet. .	223
		Homenagem pelo quadragésimo quarto aniversário de Brasília.	323
		Aumento no número de desempregados. ...	368
		Críticas à política econômica do governo federal.	368
		Defende a criação de um projeto de desenvolvimento industrial brasileiro.	549